ISSN 2318-3195
VOL 6, 2018

ufrgs mun 2018



STUDY GUIDE

CONTATO
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Ciências Econômicas
Av. João Pessoa, 52 - CEP 90040-00 - Centro
Porto Alegre/RS - Brasil | Telefone: +55 51 3308.3769
e-mail: ufrgsmun@ufrgs.br

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

UFRGSMUN: UFRGS Model United Nations : Break through the surface. Reach hidden answers. / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais - Vol. 1(2013) - Porto Alegre: UFRGS/FCE/PPGEEI, 2013 -

Anual.
ISSN 2318-3195

1. Relações Exteriores: política. 2. Relações Internacionais. 3. Diplomacia. 4. Conflito internacional.

CDU 327(7/8=6)

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

CAPA POR JOANA OLIVEIRA DE OLIVEIRA
DIAGRAMAÇÃO POR RODRIGO DOS SANTOS CASSEL

ABOUT THE JOURNAL

UFRGS Model United Nations Journal is an academic vehicle linked to UFRGSMUN, an Extension Project of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). It aims at contributing to the Brazilian scientific research and production in the fields of International Relations and International Law, as well as in related areas, through the study of pressing topics of the international agenda. The journal publishes original articles in English and in Portuguese regarding topics on peace and security, human rights, world economy, international law, regional integration and defense. The journal's target audience are undergraduate and graduate students. All of the contributions to the journal are subject to careful scientific revision by postgraduate students. The journal seeks to promote the debate on such important topics.

SOBRE O PERIÓDICO

O presente periódico acadêmico é vinculado ao UFRGS Model United Nations (UFRGSMUN), projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ele almeja, por meio do estudo de temas internacionais contemporâneos, contribuir para a produção acadêmica brasileira no campo das Relações Internacionais, do Direito Internacional e de áreas correlatas. O periódico publica artigos originais em Inglês e em Português, abordando temáticas relacionadas à paz e à segurança, aos direitos humanos, à economia internacional, ao direito internacional, à integração regional e à defesa nacional. O público-alvo das publicações consiste em estudantes de graduação ou já graduados(as). Todas as contribuições ao periódico são objeto de cuidadosa revisão científica por parte de alunos(as) pós-graduandos(as), visando a contribuir da melhor maneira possível para o debate acerca dos mais importantes tópicos da agenda internacional.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Diretor: Prof. Dr. Carlos Henrique Vasconcellos Horn

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Coordenador: Prof. Dr. Erico Esteves Duarte

EDITOR-CHEFE: Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

CONSELHO EDITORIAL
Analúcia Danilevicz Pereira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Érico Esteves Duarte (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Henrique Carlos de Castro (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Jacqueline Angélica Haffner (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
José Miguel Quedi Martins (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Marcelo Milan (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Marco Aurélio Cepik (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Paulo Fagundes Visentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Sonia Ranincheski (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

CONSELHO CONSULTIVO
Bruna Fernandes Marcondes (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Carolina Antunes Condé de Lima (Universidade Federal de Santa Catarina)
David Paulo Succi Junior (Universidade Estadual Paulista, Universidade Estadual de Campinas e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Diego Rafael Canabarro (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR e Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Erik Herejk Ribeiro (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Gabriela Freitas dos Santos (Universidade Estadual Paulista, Universidade Estadual de Campinas e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Inaê Siqueira de Oliveira (Universidade de São Paulo)
João Arthur da Silva Reis (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Julia Assmann de Freitas Macedo (Geneva Academy of International Humanitarian Law and Human Rights)
Júlia Oliveira Rosa (Renmin University of China)
Laís Helena Andreis Trizotto (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Luciana Costa Brandão (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Matheus Machado Hoscheidt (Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil)
Nilton César Fernandes Cardoso (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Patrícia Graeff Machry (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Rômulo Barizon Pitt (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Victor Merola (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Willian Moraes Roberto (Universidade Estadual Paulista, Universidade Estadual de Campinas e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

CONSELHO EXECUTIVO
Camila da Silva Souza
Maitê Roman Goulart
Rafaela Elmir Fioreze
Rodrigo dos Santos Cassel
Rodrigo Führ

SUMÁRIO

CDHNU	**Impactos Humanitários de Sanções Unilaterais e Multilaterais** *Evelúcia Cutrim, Luana Borba e Michelle Perino*	8
	Nações sem Estado: a situação da população curda *Bianca Ferreira de Andrade, Eduarda Fontana*	46
CICA	**Power Projection in the Indian Ocean: cooperation or quest for dominance?** *Camilla Martins Pereira, Daiana Winter Jung e Gabriela de Mendonça Lima Penna*	88
	Narco-Terror in Asia: the link between drug-trafficking and terrorism *Bruna Hayashi Dalcin, Laura Schaan Chiele, Taciele Silva Vieira*	132
CMDA	**Forças Armadas e Segurança Pública no Continente Americano** *Gabriela Ribeiro Santos, Geórgia B. M. Gomes e Júlia Moraes Porciuncula*	180
	A Incorporação de Mulheres nas Forças Armadas do Continente Americano *Maria Gabriela de Oliveira Vieira e Maria Júlia Timmers*	222
CSI-ORH	**Coalizão Saudita na República do Iêmen: Operação Renewal of Hope** *Beatriz Vieira Rauber, Eduardo Tomankievicz Secchi, João Otávio F. Bueno Cadore, João Vitor Corrêa Nogueira, Pedro Bandeira dos Santos e Thaís Peixoto*	252
DISEC	**Cluster Munitions in Modern Armed Conflicts** *Artur Holzschuh Frantz, Mikael Domenici Correa e Rafaela Elmir Fioreze*	310
	Cyberwarfare as a Threat to International Security *Alberto Helale Elnecave, Camila Heineck Schwertner e Sofia Oliveira Perusso*	364
ISDB	**Post-Conflict Reconstruction in the Middle East and North Africa: the cases of Iraq, Libya and Syria** *Lorenso Andreoli da Silva, Ricardo Chiapin Pechansky e Rodrigo Heck*	410
	Management of Water Resources in Islamic Countries *João Pedro dos Santos Albersheim Dias e Maísa de Moura*	452
LEGAL	**Criminal Accountability of United Nations Officials and Experts on Mission** *Elisa Piva Corrêa e Julia Goldmann Bergmann*	484
	Expulsion of Aliens (Non-Nationals) *Felipe Gobatto Scheibler, João Fontanari Barbosa e Patrício Alves de Souza*	516
PRESS	**Diretrizes para a Cobertura Jornalística em Modelos das Nações Unidas** *Adriana Figueiredo, Caroline Oliveira, Daniel Mutzemberg Giusanni, Gabriela Veiga, Matheus Motta, Vanessa Petuco, Vitoria Pacheco e Vitória Abreu*	564
UNSC	**Emergency Meeting on the Palestinian Situation** *Joana Soares Cordeiro Lopes e Leonardo Beheregaray Seben*	600
	Somalia and the Gulf of Aden: sources of instability by land and sea *Natascha Klein, Rodrigo Fuhr e Victor Hugo Dresch da Silva*	658

EDITORIAL

A décima sexta edição do UFRGS Model United Nations (UFRGSMUN) ocorre em meio a um cenário de incertezas. A nível nacional, hoje, o Brasil percebe as suas instituições ameaçadas, permeadas por forças retrógradas e conservadoras, as quais, não raramente, demonstram seu latente desdém à paz, ao diálogo e às estruturas democráticas nacionais, conquistadas a duras custas. Internacionalmente, de igual maneira, o sistema edificado no pós-Segunda Guerra Mundial, de valorização do multilateralismo e do institucionalismo, vê o seu iminente desmoronamento, sendo diariamente exposto a ideologias ultranacionalistas e restritivas, enraizadas no individualismo, na desigualdade e na ausência de entendimento entre as mais diversas nações, culturas e civilizações.

Frente a este cenário, o papel desempenhado pelo UFRGSMUN e por projetos similares é de relevância ímpar. Ao congregarmos centenas de jovens universitários(as) de todo o Brasil, possibilitamo-lhes a oportunidade de trabalhar em prol do diálogo, da compreensão e da razão, perseguindo um objetivo comum: a construção de respostas complexas, sólidas e inovadoras para problemas de longa-data. Dessa maneira, trabalhamos com o constante intuito de disseminar o conhecimento, com a consciência de que barreiras superficiais serão apenas sobrepassadas por meio do debate, do estudo e da estruturação de senso crítico, elemento essencial neste mundo cada vez mais exposto à desinformação e a retóricas rasas.

Neste contexto, é impossível desvincular o UFRGSMUN da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – representada por suas Pró-Reitorias de Pesquisa e Extensão, bem como pela Faculdade de Ciências Econômicas – e, de maneira mais abrangente, do Estado brasileiro. Sem o apoio de tais instituições – garantido desde a primeira edição, ainda em 2003 –, a consolidação, projeção e excelência do projeto seriam impensáveis. Hoje, ao vermos a qualidade e a grandeza das Universidades Públicas brasileiras sendo postas em cheque, temos o dever de ressaltar as inúmeras contribuições destas para a ciência nacional, para a formação de profissionais nas mais variadas áreas e para a construção da cidadania. A equipe do UFRGSMUN possui orgulho de estar diretamente vinculada a estas instituições e gratidão por tudo aquilo que já nos foi propiciado, tanto institucional quanto materialmente.

O ano de 2018 ficará marcado na história do UFRGSMUN como um ano simbólico, de resistência universitária. Muito embora os cortes de gastos em educação e a desvalorização da ciência nacional sejam cada vez mais evidentes nos quadros da elite política dominante, percebemos que os(as) estudantes universitários(as) formam uma sólida frente de resistência. Na edição deste ano, tanto do próprio UFRGSMUN quanto de seu Curso de Extensão, registramos marcas recordes de inscritos, contabilizando cerca de 330 e 200 jovens universitários, respectivamente. Este panorama, além de demonstrar que a organização do UFRGSMUN está no caminho certo, promovendo um evento de excelência acadêmica e administrativa, traz à tona o fato de que, mesmo com recursos escassos e severos desincentivos, o(a) estudante universitário(a) eleva a temática da educação e da sua formação a um patamar prioritário, estando disposto(a) a enfrentar estas dificuldades e a engajar-se nos mais variados eventos promovidos pelo meio acadêmico.

É neste sentido que o UFRGSMUN vê a necessidade de ampliar as suas já consolidadas políticas de inclusão social. Sabemos que o acesso à educação enfrenta barreiras institucionais, materiais e abstratas, fazendo com que jovens Brasil afora se privem ou se-

jam privados disto que é, em última instância, um direito inerente e inalienável de todos os seres humanos. Em especial no Brasil, país que possui a desigualdade e a segregação no seio da sua estrutura social, o caminho a ser percorrido é extenso, ainda sem haver uma linha de chegada no horizonte. Algumas políticas implementadas pela organização do UFRGSMUN, contudo, contribuem para tornar o projeto mais diverso e democrático, representativo deste sistema de Ensino Superior que tenta arduamente se adequar à realidade nacional. Dentre elas, destacamos: o Edital de Benefícios do UFRGSMUN, o qual isenta a taxa de inscrição para estudantes com hipossuficiência financeira, tendo sido constantemente ampliado desde o seu estabelecimento em 2014; a consolidação dos comitês simulados em língua portuguesa, os quais visam ao rompimento da barreira linguística anteriormente atrelada ao evento; e, por fim, as Campanhas Feminista e LGBT, estabelecidas em 2015 e 2016 respectivamente, as quais alteraram e melhoraram os debates não apenas a nível interno, nas dinâmicas do UFRGSMUN, mas também a nível nacional, contribuindo para a solidificação de uma Modelândia mais acolhedora, tolerante e receptiva.

O presente Guia de Estudos é o sexto volume do UFRGS Model United Nations Journal, periódico bilíngue que publica artigos acadêmicos originais na área de Relações Internacionais. Mais do que isso, a referida publicação é fruto de incansável trabalho por parte da equipe acadêmica do UFRGSMUN, assistida por pós-graduandos(as) especialistas nas temáticas abordadas, ao longo de um ano inteiro. Os textos aqui dispostos são parte da visão teórica empenhada pelos(as) aluno(as) do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, os(as) quais buscam descrever o sistema internacional, essencialmente anárquico, partindo de uma perspectiva brasileira, do mundo em desenvolvimento, explorando os meios pelos quais um projeto nacional de desenvolvimento pode ser pautado por uma política externa ativa em meio a esta arena internacional que constrange seus atores. Ademais, os tópicos da XVI edição do UFRGSMUN foram cuidadosamente escolhidos para abordar questões usualmente deturpadas, mitificadas e permeadas por inverossímeis alegações na agenda internacional, de maneira que a leitura do presente Guia de Estudos, além de ser uma valorização do trabalho de estudantes que dispenderam muitas horas na sua construção, possibilita uma visão alternativa destas questões, tornando os(as) delegados(as) do evento agentes capazes de disseminar este conhecimento e criticar o senso comum que há muito perdura na agenda de Relações Internacionais.

Para finalizar, estendemos as nossas boas-vindas a todos e a todas que prestigiam o UFRGSMUN em sua décima sexta edição, bem como agradecemos àqueles e àquelas que se engajaram, tanto administrativa quanto academicamente, na construção deste lindo projeto. Esperamos que o UFRGSMUN 2018 seja uma luz em meio à escuridão que tenta nos aprisionar, sendo capaz de contribuir para a formação acadêmica e pessoal de todos(as) que dele participam e para a construção de um Brasil soberano e igualitário.

Rodrigo dos Santos Cassel
Secretário-Geral do XVI UFRGSMUN

André Luiz Reis da Silva
Professor Coordenador do UFRGSMUN

CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS

CDHNU



ufrgsmun 2018

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v. 6 2018 | p. 08 - 45

IMPACTOS HUMANITÁRIOS DE SANÇÕES UNILATERAIS E MULTILATERAIS

Evelucia Cutrim[1]
Luana Borba[2]
Michelle Perino[3]

RESUMO

O presente guia de estudos discute as implicações aos direitos humanos manifestadas no uso de sanções econômicas unilaterais e multilaterais. A primeira seção, de contextualização histórica, trabalhará a trajetória dessas sanções, dividindo-as em dois períodos históricos, sendo eles durante a Guerra Fria e o pós-Guerra Fria. A seção de apresentação do problema, por sua vez, realizará um esclarecimento do conceito de sanção econômica e uma discussão teórica acerca das consequências humanitárias decorridas da aplicação de tais medidas coercitivas, além de apresentar três estudos de caso com a finalidade de elucidar as premissas acadêmicas expostas. A seção sobre ações internacionais prévias trará o enquadramento jurídico e político relacionado às sanções, enquanto os blocos de posição buscam sintetizar os posicionamentos dos diferentes países da comunidade internacional a respeito do presente assunto. Por fim, as questões a ponderar pretendem encaminhar o leitor para próximas pesquisas, introduzidas pelo presente guia de estudos e motivadoras de futuras discussões.

1 Evelucia é estudante do último ano de Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Diretora no CDHNU.

2 Luana é estudante do segundo ano de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Diretora no CDHNU.

3 Michelle é estudante do quarto ano de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Diretora no CDHNU.

1 INTRODUÇÃO

Sanções econômicas tornaram-se um instrumento cada vez mais utilizado pelas grandes potências para alcançar objetivos políticos internacionais. Desde o fim da Guerra Fria, inúmeras sanções unilaterais e multilaterais, abrangentes e parciais, foram impostas, tornando a década de 1990 na 'Década das Sanções'. Idealmente, o objetivo do uso de sanções tem sido aplicar pressão econômica e diplomática nos países-alvo para induzir a liderança política a cumprir as exigências dos países emissores. A coerção econômica é imposta com uma variedade de objetivos de política externa, desde prevenir o derramamento de sangue entre grupos étnicos até punir países que abrigam terroristas, restaurar regimes democráticos ou acabar com o uso da repressão pelo governo. Muitas vezes, as sanções têm como propósito favorecer os direitos humanos e promover a democratização. No entanto, um crescente corpo de pesquisa, como Lopez e Cortright (1997), Hufbauer et al. (2007) e Peksen (2009), vem indicando que o uso de sanções pode levar a uma conclusão bem diferente.

O aumento do uso de sanções no pós-Guerra Fria e as resultantes crises humanitárias às quais elas se tornaram associadas levaram ao entendimento de que tais poderiam ser uma ferramenta de política externa prejudicial, devido aos efeitos desestabilizadores inadvertidos que criam nos países-alvo. Especificamente, as sanções poderiam causar danos socioeconômicos e políticos significativos nesses países, ocasionando um estresse desproporcional aos cidadãos comuns, enquanto os regimes-alvo evitam o custo da coerção (Peksen 2009).

A prática contínua de impor diversas formas das sanções e o seu potencial impacto nos direitos humanos chamou a atenção de um grande número de Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU)[4]. A partir daí, foram introduzidas em reuniões da Assembleia Geral, do Conselho dos Direitos Humanos e da antiga Comissão de Direitos Humanos discussões, resoluções e relatórios questionando a viabilidade e a legitimidade das sanções propostas e convidando os Estados a se absterem da aplicação de qualquer norma que impeça a plena realização dos direitos humanos (United Nations 2015).

As páginas a seguir apresentam o histórico do surgimento das sanções econômicas, seguida pela seção de apresentação do problema, na qual é levantada uma discussão teórica acerca do impacto de tais medidas coercitivas no usufruto dos direitos humanos. Um compilado das diretrizes de direito internacional relevantes para as sanções é trazido na seção de "ações internacionais prévias". Os blocos de posição, por sua vez, facilitam o entendimento sobre os diferentes posicionamentos da comunidade internacional acerca do tópico, apontando possíveis convergências e tensões entre os atores do sistema internacional. As questões a ponderar, apresentadas no final do presente guia de estudos, buscam direcionar o futuro desta discussão, abrindo espaço para que os diferentes posicionamentos possam, a partir delas, propor alterações em busca de melhores resultados. Para isso, buscamos referências em diferentes instrumentos teóricos, principalmente a partir das obras de Lopez e Cortright (1997), Hufbauer et al. (2007) e Peksen (2009).

4 Tal pode ser visto no relatório "Necessidade de Acabar com o Embargo Econômico, Comercial e Financeiro Imposto pelos Estados Unidos da América contra Cuba (A/67/118)", o qual continha respostas de mais de 100 governos e 25 órgãos e agências das Nações Unidas.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Até o fim da Segunda Guerra Mundial, as sanções econômicas prenunciavam ou acompanhavam um conflito armado, "sendo impostas para interromper as aventuras militares ou para complementar um esforço de guerra mais amplo" (Hufbauer et al. 2007, 10). Elas eram usadas para forçar um país-alvo a retirar suas tropas de conflitos fronteiriços, a abandonar planos de aquisição territorial e a desistir de outras aventuras militares ou de outros objetivos bélicos. Tais medidas eram adotadas por um breve período de tempo e unilateralmente[5], pois as relações políticas e econômicas ainda não se encontravam interdependentes em nível internacional, e as consequências eram mais imediatas (Garfield 2002; Hufbauer et al. 2007).

Com o início da Guerra Fria, porém, as sanções econômicas passaram a ser adotadas também como uma estratégia de substituição das hostilidades armadas, podendo ser utilizadas como uma política independente para diversos fins. Foi apenas com o fim da configuração bipolar do sistema internacional, contudo, que a proeminência das sanções econômicas como instrumento de diplomacia nacional e multilateral aumentou. Elas vêm se tornando, desde então, um fator crucial enquanto medidas de coerção, alterando as dinâmicas da política e da economia internacional (Lopez e Cortright 1997; Hufbauer et al. 2007). Visando a um maior entendimento a respeito da utilização atual deste mecanismo, será apresentada uma caracterização histórica no que tange a aplicação de sanções econômicas ao longo do período posterior à Segunda Guerra Mundial até o presente uso.

2.1 GUERRA FRIA

A Guerra Fria compreende o período histórico em que houve uma bipolarização no sistema internacional entre duas superpotências: os Estados Unidos, líder do bloco capitalista, e a União Soviética, líder do bloco socialista. O conflito entre estas lideranças se deu em uma ordem política, militar, tecnológica, econômica e social, apresentando uma ausência de confronto direto nos países centrais (Hobsbawm 1995). As sanções entram neste contexto "como instrumentos de pressão internacional que se situam entre a diplomacia e a força armada" (Garfield 2002, 94. Tradução nossa), visando a alcançar fins políticos, enquanto evitam os custos e a destruição, ambos característicos da guerra (Garfield 2002).

Devido à incompatibilidade entre as ideologias defendidas por estes blocos, a aplicação de sanções de caráter multilateral e mediadas pela ONU[6] era dificultada, devido a ambas as potências deterem o poder de veto no Conselho de Segurança[7]

5 Apesar de ainda ocorrer a imposição de sanções unilaterais, as sanções pós-Guerra Fria são aplicadas, em sua maioria, por ações conjuntas de dois ou mais países, normalmente mediados por uma organização internacional.

6 Apenas o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) possui competência para aplicar sanções econômicas (Charter of the United Nations 1945).

7 O poder de veto dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (Estados Unidos, França, Reino Unido, China e Rússia/URSS) é resguardado pelo artigo 27 da Carta das Nações Unidas. O poder de veto não se aplica a questões processuais e foi criado com o intuito de manter uma atuação conjunta das grandes potências, resguardado a segurança coletiva. Desta forma, qualquer um dos membros permanentes pode vetar resoluções, mesmo que estas sejam aprovadas por maioria (Charter of the United Nations 1945).

(Garfield 2002). Houve apenas dois casos de sanções sob os auspícios da ONU no período de 1945 a 1990: um contra a Rodésia do Sul (atual Zimbábue), em 1966, e outro contra a África do Sul, em 1977, ambos penalizados por seus regimes de apartheid[8]. Isto se deve ao fato de que a imposição de sanções, nesta época, envolvia as políticas de manutenção de um bloco, baseadas em estratégias para causar várias formas de coerção econômica e prejuízos ao outro (Lopez e Cortright 1997).

As sanções econômicas, então, eram feitas, majoritariamente, por meio de ações unilaterais. Dos mais de sessenta casos durante a Guerra Fria, cerca de dois terços foram iniciados e mantidos pelos Estados Unidos, sendo, em sua maior parte, ações sem participação de terceiros. No que tange a disputa entre blocos, a superpotência capitalista instituiu amplos controles sobre o comércio internacional e sobre itens específicos de equipamento militar contra a União Soviética e contra a China no final da década de 1940, com o objetivo de prejudicá-las economicamente e limitar, assim, seu potencial militar e influência estrangeira. Relacionado a isto e visando à conquista de zonas de influência, a aplicação de sanções econômicas com o intuito de alterar o regime político de um país periférico que não se encontrava alinhado aos interesses do bloco capitalista se fez presente. Os casos contra Cuba (1960-1963), República Dominicana (1960-1961), Brasil (1962-1961) e Chile (1970-1971) ilustram esta estratégia de punição aos Estados que adotavam políticas nacionalistas que iam de encontro às necessidades norte-americanas para região ou tendiam para o lado socialista (Hufbauer et al. 2007).

Sanções econômicas para atingir metas de política externa relativamente mais modestas eram também realizadas. Os Estados Unidos e o Canadá utilizavam nas décadas de 1970 e 1980 este mecanismo, a fim de garantir o cumprimento do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares. Com o intuito de impedir que o Paquistão e a Índia adquirissem capacidades nucleares, o Canadá passou a controlar o reprocessamento de combustível para a região em 1974. Seguindo o exemplo canadense, os Estados Unidos impuseram sanções econômicas a ambos os países em 1978, na tentativa falha de dissuadi-los quanto à energia e ao armamento nuclear. Dentre outras ações com o mesmo fim, estão o caso de sanções contra Coreia do Sul e Taiwan em 1976, sendo estes mais bem-sucedidos em razão da completa dependência destes Estados em relação ao bloco capitalista (Hufbauer et al. 2007).

Em um mundo de duas superpotências, contudo, havia poucos Estados contra os quais as sanções poderiam ser eficazes, pois qualquer país isolado por um lado poderia construir facilmente uma aliança com o outro, contornando as barreiras econômicas (Garfield 2002). Da mesma forma, havia o Movimento dos Países Não-Alinhados, com nações em desenvolvimento que buscavam um caminho independente em suas políticas internacionais. Eles eram, logo, uma alternativa às relações para com as grandes potências do Norte. Das três tentativas de utilização deste mecanismo pela União Soviética, por exemplo, duas falharam. Foram os casos contra a Iugoslávia, em 1948, e contra a Albânia, em 1961, restando à URSS, em ambos os casos, recorrer à ação militar (Jentleson 2000). Do mesmo modo, no que se refere aos países latino-americanos já citados, as medidas de coerção econômica impostas pelos Estados Unidos não bastaram para que houvesse uma mudança na política interna do Brasil, do Chile nem da República Dominicana, sendo necessário um apoio

8 O apartheid consistia em um regime de segregação racial.

político e militar às elites opositoras locais para sua efetivação (Hufbauer et al. 2007).

Percebe-se, portanto, que, durante o período da Guerra Fria, as sanções, em sua maioria, apresentavam pouca eficácia, uma vez que o Estado alvo poderia recorrer ao outro bloco econômico, contornando os prejuízos. O caráter ideológico das políticas externas das duas superpotências, por sua vez, dificultava uma ação concisa das Nações Unidas, o que só se tornou possível com o fim deste período. Estas medidas se deram, portanto, por ações unilaterais, e sua funcionalidade dependia do grau de dependência dos Estados afetados em relação ao bloco que o estava sancionando (Garfield 2002).

2.2 PÓS-GUERRA FRIA

A superação da bipolaridade e a expansão da importância do comércio internacional ocasionaram um aumento significativo na utilização de sanções econômicas em comparação com o período anterior. Este aumento é resultado de um otimismo neoliberal, que, com o fim da União Soviética, acreditava em uma expansão do sistema capitalista liberal como modelo universal. "O nível anual das exportações mundiais aumentou de US$ 134 bilhões em 1960 para US$ 3,94 trilhões em 1992" (Lopez e Cortright 1997, 5. Tradução nossa) e este número elevou-se ainda mais à medida que os países antes socialistas expandiram sua participação no sistema de comércio global. Em razão dessa maior interação entre as economias interestatais e, muitas vezes, relações de interdependência entre elas, os Estados tornam-se mais vulneráveis às consequências de sanções econômicas. Isto explica, em parte, o "boom" na adoção de sanções econômicas como medida coercitiva (Lopez e Cortright 1997; Garfield 2002; Allen e Lektzian 2013).

Outro fator que culminou no aumento de aplicações de sanções foi o próprio fim da União Soviética. Com a política externa da Rússia e dos Estados Unidos menos vinculadas a uma ampla disputa ideológica, diminuiu-se a ameaça do poder de veto. Assim, as Nações Unidas obtiveram maior possibilidade de atuação, elevando as perspectivas de ação conjunta e de uma abordagem mais ativa da organização. A opinião pública internacional, neste contexto, apresentava-se avessa a guerras, preferindo alternativas teoricamente menos destrutivas e com menor perigo de contra-ataque militar (Garfield 2002; Allen e Lektzian 2013). A maior disposição para o uso deste mecanismo é, também, sustentada por um novo reconhecimento de que "o conceito de soberania absoluta consagrado no sistema westfaliano tradicional foi gradualmente desgastado" (Lopez e Cortright 1997, 5. Tradução nossa), mesmo sendo um dos pilares deste Sistema Internacional, abrindo espaço para o uso de políticas alternativas que interfiram, mesmo que indiretamente, nos Estados autônomos (Lopez e Cortright 1997).

Em vista dessa possibilidade de resolução coletiva, as sanções apresentam-se como um meio de revitalização da ONU. Durante a Guerra Fria, o Conselho de Segurança esteve praticamente paralisado, devido à polarização do poder de veto (Portela e Charron 2015). Esta medida permite que nações com políticas externas distintas forjem uma espécie de consenso e resposta conjunta que não necessita de uma aproximação como a de aliados militares, fortalecendo a atuação da organização (Garfield 2002). Ainda no preâmbulo, a Carta das Nações Unidas cita como um objetivo da organização "manter a paz e a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação

de princípios e a instituição dos métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum" (Charter of the United Nations 1945, 3), estando presente nos demais artigos do documento.

Deste modo, as sanções cabem nas estruturas da Carta das Nações Unidas de medidas para lidar com disputas e ameaças à paz, como respostas graduadas e progressivas ao conflito, adquirindo um caráter "pacificador". Por conseguinte, a partir do fortalecimento da ONU, a organização passou a ser um dos principais mediadores quanto à aplicação de sanções econômicas, que adquiriram um caráter multilateral. O Conselho de Segurança, logo após 1990, aprovou esta medida coercitiva contra o Iraque, já durante a Primeira Guerra do Golfo[9], como tentativa de dissuadir Saddam Hussein de continuar a invasão ao Kuwait (Lopez e Cortright 1997).

O número de sanções aplicadas pelo CSNU, então, passou de dois casos durante a Guerra Fria (1945 – 1991) para 63 ações utilizadas no período de 1991 a 2013, representando mais de duas aplicações por ano. Destas 63 ações, 43 episódios foram efetivados contra Estados africanos e, em sua maioria, aplicadas a uma parte específica de um conflito que o Conselho buscava apaziguar. As demais sanções localizavam-se espalhadas pelo globo: "envolveram apenas um Estado europeu (a ex-Iugoslávia), um Estado caribenho (Haiti) e um Estado asiático (a República Democrática Popular da Coreia)" (Portela e Charron 2015, 1371). Os episódios restantes envolviam países do Oriente Médio – Irã, Iraque, Líbano – e entidades ligadas à Al-Qaeda e ao Talibã. No que tange aos países africanos, estes se diferenciam por serem objetos de múltiplas sanções consecutivas, ficando muitos anos submetidos a estas medidas, mesmo que com alterações no objeto sancionado ou na natureza da ação. São os casos da Libéria, da Angola, de Serra Leoa, da República Democrática do Congo e da Costa do Marfim, que abrangem, pelo menos, quatro ou cinco episódios separados. A vista disto, há uma tendência de que países periféricos sejam alvos de sanções com maior frequência, dificultando sua recuperação econômica e desenvolvimento. A população civil, contudo, é a mais afetada por estas medidas, pois o acesso a alimentos e recursos advindo de importação é impedido (Portela e Charron 2015).

Além de conflitos armados, outras situações continuam sendo passíveis de represália via sanções, como a proliferação nuclear, agora como ação multilateral, e o terrorismo internacional. Dos episódios de sanções relativos ao Irã e à República Democrática Popular da Coreia, quase todos são alusivos ao desenvolvimento de armamento e energia nuclear, representando uma mudança na perspectiva internacional quanto ao assunto (Portela e Charron 2015). Já a utilização de sanções como política contraterrorista começa de uma iniciativa unilateral por parte dos Estados Unidos, após o atentado de 11 de setembro de 2001 no World Trade Center. O país passou a aplicar sanções contra os alegados patrocinadores estatais do terrorismo[10]

9 A Primeira Guerra do Golfo foi um conflito armado que começou em agosto de 1990, após as tropas iraquianas terem invadido o Kuwait, tomando os poços de petróleo. Um dos motivos da invasão alegado pelo então presidente iraquiano, Saddam Hussein, foi que o Kuwait estava prejudicando o Iraque no comércio de petróleo além da posse de um território que pertencia ao Iraque. A ONU autorizou a invasão militar em retaliação, composta por um grupo de países liderados pelos Estados Unidos. O ataque ao Iraque teve início em janeiro de 1991 e durou um mês e meio, sendo derrotado (o cessar fogo foi aceito em abril de 1991) e tendo que retirar suas tropas do vizinho Kuwait, além de sofrer com as sanções econômicas impostas pela ONU.

10 Países como o Irã e o Iraque foram incluídos no chamado "Eixo do Mal", termo criado por George W. Bush para designar alguns países considerados financiadores de terrorismo internacional e hostis aos Estados Unidos.

e começaram a fornecer incentivos econômicos a Estados que colaborassem com a política norte-americana, tais como "medidas comerciais preferenciais, empréstimos favoráveis e, em alguns casos, a remoção de sanções existentes como recompensa pela cooperação" (Hufbauer et al. 2007, 16-17. Tradução nossa). Devido à influência estadunidense nas Nações Unidas, a organização também passou a adotar esta agenda. As sanções impostas à Al-Qaeda, ao Talibã e aos países apoiadores de terrorismo são apresentadas como táticas de contraterrorismo, e como uma tentativa de barrar os recursos para cometerem atentados (Hufbauer et al. 2007).

Do mesmo modo, as organizações regionais passaram a ter um papel mais significativo quanto à resolução de conflitos locais e, portanto, também começaram a utilizar as sanções como medida coercitiva contra seus membros. Apesar de o Conselho de Segurança ser o principal responsável pela manutenção da paz e da segurança internacional, a Carta das Nações Unidas, no Capítulo VIII, aponta que as organizações regionais também desempenhem este papel de "empregar todos os esforços para chegar a uma solução pacífica das controvérsias locais por meio desses acordos e entidades regionais, antes de submetê-las ao Conselho de Segurança" (Charter of the United Nations 1945, 36-37). Em vista disso, organizações como a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a União Africana (UA) e a União Europeia (UE) vêm, desde o fim dos anos 90, sendo adeptas a uma postura de adoção de dispositivos que determinam sanções em resposta a transferências de poder inconstitucionais dentro dos Estados-membros – no que se refere à CEDEAO e à UA – e de um papel na "defesa da democracia" – no que se refere à UE – para além das suas fronteiras via este tipo de medida coercitiva (Portela e Charron 2015).

Apesar de ainda ocorrerem aplicações de sanções unilateralmente – como os casos da Rússia contra ex-membros da União Soviética –, elas passaram a apresentar características de multilateralidade e a estarem sob responsabilidade de organizações internacionais ou regionais. Sua complementaridade com a ação bélica foi superada, passando a atuar como substituta desta enquanto medida coercitiva para incentivar mudanças de ações locais através de pressões globais. A importância das sanções como medida diplomática aumentou, assim como as consequências aos Estados que as sofrem (Lopez e Cortright 1997; Hufbauer et al. 2007).

3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

À luz da contextualização histórica apresentada, a presente seção busca esclarecer o conceito de sanção econômica, procurando diferenciá-lo de outras terminologias similares e, em seguida, se aprofunda no campo teórico que reconhece e identifica os efeitos negativos das sanções econômicas sobre os direitos humanos. Será feita, também, a exposição de estudos de casos de três países que passaram por medidas coercitivas distintas, evidenciando ainda mais os argumentos apontados pelo corpo acadêmico exibido. Por fim, são apresentados alguns dos esforços da comunidade internacional no sentido de repensar como as sanções devem ser aplicadas.

3.1 DEFININDO AS SANÇÕES ECONÔMICAS

Como já sabemos, a utilização de sanções econômicas começou logo no perío-

do da Primeira Guerra Mundial; já a sua adoção frequente no Sistema Internacional se tornou mais comum no período da Guerra Fria (Lopez e Cortright 1997; Pape 1997). No entanto, a expressão 'sanções econômicas' é objeto de debate no campo acadêmico. Esse tipo de sanções, muitas vezes, "pode abranger uma grande variedade de ações, indo desde embargos econômicos até restrições na participação de jogos olímpicos" (United Nations 2000, 2). Por essa razão, é importante definirmos o conceito de sanções econômicas e diferenciá-lo de terminologias similares.

Comumente, a tipologia de coerção econômica inclui os conceitos de *guerra econômica, sanções econômicas, ações econômicas específicas e guerras tarifárias* (Wallensteen 1968). Todas essas categorias compartilham uma característica comum: o(s) Estado(s) Remetente(s) (S)[11] – do inglês, "Sender" – busca(m) influenciar negativamente o Estado Receptor (R) – do inglês, "Receiver" (Wallensteen 1968). Mas as categorias diferem quanto ao seu emprego. Enquanto guerras econômicas, como bloqueios navais, são centradas na força e conduzidas para enfraquecer um oponente militar, as sanções econômicas buscam "diminuir o bem-estar econômico agregado de um Estado-alvo através da redução do comércio internacional para coagir o governo-alvo a mudar seu comportamento político" (Pape 1997, 93). Ou seja, o Estado-Remetente busca infligir custos no Estado-alvo para poder atingir cinco objetivos:

> (1) mudanças modestas no comportamento do Estado-alvo 'ilustradas por direitos humanos ou proliferação nuclear; (2) desestabilização do governo-alvo; (3) perturbação de uma pequena aventura militar 'ilustrada pelas sanções do Reino Unido contra a Argentina em relação às ilhas Falklands'; (4) prejudicar o potencial militar de um Estado-alvo e (5) grandes mudanças nas políticas empregadas pelo Estado-alvo (Pape 1997, 99)

Assim, as sanções econômicas buscam induzir a revolta ou pressão popular contra, por exemplo, um governo autocrático, para garantir que concessões políticas – frequentemente em relação aos direitos humanos – sejam feitas (Pape 1997). Sanções econômicas se referem, então, a limitar exportações, restringir importações, banir investimentos, congelar ativos, reduzir auxílio militar e impedir o fluxo financeiro entre Estados (Peksen 2009; Hufbauer et al. 2007). Atividades as quais se encontram em dois tipos de sanções econômicas são as comerciais e as financeiras (United Nations 2000). As sanções comerciais dizem respeito à restrição de importações e exportações do Estado-alvo ou para o Estado-alvo – podendo restringir tanto somente alguns bens como vários (United Nations 2000). Sanções financeiras, no entanto, abrangem questões monetárias – aqui se incluindo o bloqueio de ativos, a restrição de empréstimos, créditos e transferências ou o auxílio militar por exemplo (United Nations 2000).

Sanções econômicas, sendo assim, devem ser entendidas tendo em vista o seu método de emprego e seus objetivos, mas devem ser também entendidas exatamente considerando o porquê de seu emprego e quais seus impactos. Como já mencionado, o objetivo de uma sanção é produzir sérios impactos negativos na economia de um país visando a influenciar o comportamento dos líderes nacionais (Elagab 1992; Allen 2008). A lógica intrínseca a isso, entretanto, está em utilizar essas sanções como po-

11 O termo "Estado Remetente (S)" pode designar um país, uma organização internacional ou um conjunto de países como autores de um episódio de sanções.

der de barganha e não como uma punição (Allen 2008). Muitos autores afirmam que, ao impor sanções, o Estado Remetente está buscando aumentar seu poder de influência através da geração de custos político-econômicos para o governo-alvo (Allen 2008). Assim, espera-se que, conforme a pressão econômica cresça, a influência do Remetente aumente e, por consequência, a fragmentação política também – fazendo com que a sociedade se sinta motivada a agir (Allen 2008). Na prática, no entanto, certos acadêmicos alegam que é possível que as sanções estejam causando "estresse desproporcional em cidadãos comuns, enquanto permitem que regimes-alvo evitem os custos da coerção" (Peksen 2009, 59). Isso mostra que o efeito esperado de melhora nas condições dos direitos humanos de um país por meio do enfraquecimento do governo-alvo poderia não ocorrer – causando, inclusive, mais oportunidades de violação dos direitos básicos (Peksen 2009). O principal argumento a favor das sanções econômicas, contudo, é que

> no caso de um ditador recalcitrante, a medida coercitiva preferida é bloquear o acesso a armas, recursos e vantagens comerciais ao invés de recorrer à força armada. [...] [E que] o pressuposto utilitarista subjacente à decisão de impor sanções é que o ganho político superará a dor humana (Marks 1999, 1510).

Entretanto, este debate de aspectos negativos e positivos, ou seja, de eficácia das medidas econômicas e seu impacto nos direitos humanos será explorado na seguinte seção.

3.2 EFICÁCIA DAS SANÇÕES

O trabalho acadêmico sobre sanções e seu crescente destaque como uma ferramenta política se direcionou primeiramente à análise sobre seu êxito – ou seja, até que ponto elas são efetivas para fazer com que os países-alvo cumpram as demandas do emissor. A avaliação acadêmica inicial da eficácia da sanção postulou que elas geralmente não levam a concessões significativas, e são, portanto, um instrumento ineficaz na política (Galtung 1967; Øygarden 2017).

Paralelamente à pesquisa sobre a eficácia da sanção, um crescente corpo de literatura mudou seu foco para as consequências mais amplas e não-intencionais das sanções econômicas. Essa linha de pesquisa descobriu que as sanções implementadas não apenas parecem ser ineficazes, mas podem gerar uma série de manifestações negativas (Peksen 2009; Drury e Peksen 2010). Por exemplo, estudiosos examinaram os efeitos humanitários adversos das sanções, sugerindo que a coerção econômica piora inadvertidamente as condições econômicas e o desenvolvimento da sociedade civil através de seu impacto desproporcional nos cidadãos (Lopez e Cortright 1997). Outros estudos se concentraram no efeito negativo sobre a estabilidade política nos países-alvo (Marinov 2005), enquanto um número crescente de pesquisas examinou o efeito prejudicial das sanções aos direitos humanos (Lopez e Cortright 1997; Peksen 2009; Drury e Peksen 2010; Øygarden, 2017).

A suposição convencional sobre como as sanções devem funcionar é que as dificuldades econômicas são diretamente proporcionais à mudança política. Quanto maior a dor econômica causada pelas sanções, maior a probabilidade de transfor-

mação dos regimes-alvo (Lopez e Cortright 1997). Os Estados inicialmente aplicam coerção econômica contra outros prevendo que as sanções causarão dificuldades econômicas, o que, por sua vez, prejudicará tanto a legitimidade quanto a capacidade da liderança política. Como consequência, as sanções econômicas devem forçar o regime a ceder às exigências do emissor (Drury e Peksen 2010). Essa linha de raciocínio é a denominada por Johan Galtung (1967) como a "teoria ingênua" das sanções, pois não leva em conta os esforços do Estado-alvo para ajustar ou neutralizar o impacto das sanções. A visão convencional afirma que a coerção econômica também sinalizará aos grupos de oposição que outro Estado ou Estados buscam a mudança de política do alvo e podem apoiar uma oposição mais ativa à liderança atual. No entanto, isso raramente é o que ocorre. Não existe um mecanismo de transmissão direta pelo qual o sofrimento social seja traduzido em mudança política. Este é o caso mesmo nos países mais democráticos e é especialmente verdade nos regimes autoritários ou ditatoriais que são os alvos habituais das sanções. Um regime-alvo pode adotar medidas defensivas que lhe permitam resistir às pressões da coerção econômica ou que redirecionem as dificuldades para grupos sociais isolados ou reprimidos, enquanto as elites do poder permanecem intactas (Lopez e Cortright 1997).

Além disso, a pressão econômica externa interrompe o apoio da população ao regime, especialmente dos principais grupos políticos e sociais, reduzindo os recursos disponíveis para a liderança usar do suborno para pagar grupos por sua lealdade. Espera-se também que a coerção econômica prejudique a capacidade coercitiva do regime, negando-lhe recursos militares essenciais e outros artifícios escassos. A riqueza limitada dentro da nação deve reduzir os ativos que a liderança tem à disposição para manter o poder; por exemplo, a polícia e os militares terão menos recursos para reprimir os cidadãos em caso de descontentamento. Consequentemente, uma vez que os regimes-alvo sentem o impacto desestabilizador da pressão econômica, eles devem ceder às demandas externas por reformas políticas (Drury e Peksen 2010).

No entanto, assa visão das sanções é problemática. Um crescente número de pesquisas mostra que a coerção econômica dificilmente prejudica a capacidade coercitiva dos regimes-alvo. Pelo contrário, as sanções geralmente afetam negativamente o status socioeconômico e político da média da população, enquanto as elites políticas permanecem isoladas das restrições da coerção (Drury e Peksen 2010). Peksen (2009) fornece uma visão abrangente dos efeitos existentes das sanções econômicas. Com base na análise de estudos empíricos anteriores[12], ele propõe que o emprego de sanções econômicas provavelmente levará a um de dois resultados em relação às práticas repressivas nos países-alvo. Primeiro, se as sanções forem bem-sucedidas na redução da capacidade coercitiva do regime-alvo, veremos uma menor probabilidade de violações dos direitos humanos pelo governo. Por outro lado, se as sanções falharem em reduzir a capacidade coercitiva do regime-alvo, o aumento da instabilidade política e econômica causada pelas sanções provavelmente levará ao aumento da repressão governamental aos cidadãos. Assim, a condição crítica que determina qual resultado podemos esperar é até que ponto as sanções econômicas (específica e

12 Peksen (2009) utiliza dados de Ameaça e Implementação de Sanções Econômicas (TIES) (Morgan, Krustev e Bapat 2006) e Sanções Econômicas Reconsideradas: História e Política Atual (HSE) (Hufbauer, Schott e Elliott 1990), que fornecem os primeiros estudos empíricos avaliando a eficácia das sanções econômicas ao analisar políticas e estudos de caso detalhados de mais de 200 episódios de sanções entre 1971 e 2000.

geralmente) restringem a capacidade dos regimes-alvo de empregar práticas repressivas vis-à-vis seus cidadãos.

O primeiro resultado é a anteriormente citada "teoria ingênua" das sanções econômicas, na qual a coerção econômica enfraquece o regime visado, limitando o acesso a recursos econômicos, militares e outros, necessários para garantir a estabilidade e a ordem. Consequentemente, a capacidade coercitiva do regime alvo é reduzida, diminuindo a repressão governamental. Além disso, os recursos econômicos escassos têm sido frequentemente usados como uma ferramenta para recompensar os apoiadores do regime e setores-chave da população, como a polícia, o serviço militar e o serviço civil. O acesso restringido a esses recursos pode resultar na perda de apoio de grupos influentes e reprimir ainda mais a capacidade coerciva do regime. Finalmente, o enfraquecimento do monopólio do uso da violência do regime provavelmente pode levar ao empoderamento de movimentos de oposição e dissidentes, possivelmente instigando uma mudança de poder em favor de grupos antigovernamentais. O aumento da influência desses grupos pode, por sua vez, ser usado para promover melhores práticas de direitos humanos (Peksen 2009; Øygarden 2017).

A visão alternativa de como as sanções afetam as práticas repressivas, ao contrário da "teoria ingênua", prevê que a coerção econômica piorará, em vez de melhorar, as condições de direitos humanos nos países-alvo. Caso as sanções não enfraqueçam o regime, elas provavelmente levarão a um aumento na desordem política e econômica. A possível resposta é que isso aumentará a repressão do governo. Com base na literatura de sanções, Peksen (2009) fornece quatro explicações sobre o motivo provável deste resultado, que serão descritas abaixo.

Primeiro, a coerção econômica aumenta a capacidade repressiva do regime, permitindo que as elites políticas escapem do custo da pressão econômica. Como os regimes repressivos muitas vezes controlam a distribuição de recursos públicos escassos, eles são capazes de desviar o custo das sanções para os cidadãos, em vez de para a liderança política, além de ocasionar uma dependência dos grupos sociais proeminentes para com o regime autoritário pela necessidade dos recursos (Peksen 2009; Øygarden 2017).

Em segundo lugar, a coerção econômica frequentemente leva a queixas humanitárias no país-alvo, desestabilizando o país e levando os regimes a usarem uma crescente repressão para manter o status quo (Peksen 2009; Øygarden 2017). Pesquisas anteriores sobre as consequências humanitárias da coerção econômica mostram que as sanções criam implicações não intencionais de maior pobreza, níveis mais altos de desemprego e condições de saúde prejudiciais para os cidadãos comuns (Lopez e Cortright 1997). Como a coerção econômica cria mais queixas entre grupos economicamente desfavorecidos, os regimes-alvo enfrentam mais instabilidade (Allen 2004; Marinov 2005). A crescente necessidade socioeconômica é importante fonte de agravos econômicos e violência política, o que, por sua vez, aumenta o uso da repressão pelos governos (Øygarden 2017).

Terceiro, os líderes do país muitas vezes descrevem as sanções como uma ameaça externa, usando-a para reforçar o apoio ao regime atual e justificar a repressão contra movimentos de oposição. As sanções econômicas são exploradas por esses governantes para ampliar sua legitimidade e validar a coerção contra seus antagonistas (Galtung 1967). Especificamente, os líderes geralmente descrevem as sanções econômicas como uma ameaça externa à integridade e unidade nacional (Peksen 2009).

Por fim, o quarto motivo está no fato de as sanções econômicas criarem condições desfavoráveis para os direitos humanos, porque isolam os países-alvo das influências políticas e econômicas externas. Mais especificamente, as sanções – particularmente a coerção econômica abrangente que corta quase todos os laços econômicos e políticos entre os países-alvo e atores internacionais – desempenham um papel importante no isolamento internacional dos países-alvo, desestimulando o comércio internacional e o investimento de agentes econômicos estrangeiros (Hufbauer et al. 2007). A integração econômica através do comércio e do investimento estrangeiro é vista como um fator importante na promoção do respeito governamental pelos direitos humanos, especificamente contribuindo para a riqueza econômica e o surgimento de uma classe média politicamente estável e forte que exige respeito pelos direitos básicos dos cidadãos. O isolamento de regimes repressivos da comunidade internacional enfraquece esse mecanismo, contribuindo para a consolidação de regimes repressivos por meio do aumento da instabilidade econômica e do enfraquecimento dos grupos de oposição (Peksen 2009).

Assim, Peksen (2009) supõe que a coerção econômica levará a práticas de maior violação de direitos humanos: primeiro através do impacto limitado das sanções sobre os regimes que pretendem afetar, e, segundo, através dos efeitos econômicos e humanitários negativos, indiretos ou não intencionais da coerção econômica sobre os cidadãos dos Estados visados. A hipótese de Peksen (2009) é apoiada por seus resultados: olhando para indicadores de direitos de integridade física, incorporando medidas de tortura, execuções extrajudiciais, desaparecimentos e prisão política, o autor demonstra que as sanções econômicas estão associadas a violações crescentes desses direitos. As sanções mais duradouras parecem ter efeitos ainda mais prejudiciais. Além disso, o efeito parece ser mais intenso para as sanções multilaterais, indicando que os esforços coordenados por várias nações talvez sejam ainda mais prejudiciais para as condições de direitos humanos nos Estados-alvo.

3.3 CONSEQUÊNCIAS HUMANITÁRIAS DAS SANÇÕES: ESTUDOS DE CASO

Os estudos de caso a seguir apresentam sanções impostas a três países: Iraque, Burundi e Cuba. A seleção dessas três nações baseia-se principalmente no enorme protesto internacional que elas estimularam. Os três casos também são exemplares, uma vez que, dentre eles, se incluem uma sanção multilateral imposta pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, sanções impostas por uma região em específico e, por fim, uma sanção imposta unilateralmente.

3.3.1 O CASO DO IRAQUE

O Conselho de Segurança da ONU (CSNU) impôs sanções econômicas multilaterais abrangentes contra o Iraque na Resolução 661 (1990), em 6 de agosto, quatro dias após a invasão do Kuwait pelo Iraque. Sob estas sanções, todas as importações e exportações de e para o Iraque foram proibidas, sendo permitidas entregas de suprimentos destinados exclusivamente para fins médicos e, em certas circunstâncias, alimentos. O Conselho de Segurança também impôs bloqueios marítimos e aéreos nas suas resoluções 665 (1990) e 670 (1990) (Hufbauer et al. 2008; United Nations 2000).

Após a Guerra do Golfo, o CSNU autorizou a continuação das sanções, com as mesmas advertências humanitárias. Na resolução 687 (1991), o Conselho de Segurança também impôs um embargo de armamentos e estabeleceu uma comissão técnica (UNSCOM)[13] para monitorar e destruir as alegadas armas de destruição em massa do Iraque. Em 1996 o programa "Petróleo por Alimentos" entrou em vigor, o qual permitia que o Iraque vendesse petróleo para o mercado mundial em troca de comida, remédios e outros suprimentos de valor humanitário (United Nations 2000).

A Resolução 986 (1995) permitiu a venda de US$ 2 bilhões de petróleo iraquiano por 180 dias. Das receitas da venda, no entanto, apenas cerca de metade acabou indo para a compra de bens humanitários. A quantidade permitida de venda do Iraque aumentou consideravelmente na resolução 1153 (1998), e o limite máximo foi totalmente descartado na resolução 1284 (1999). Mais dinheiro também foi permitido para a reparação da indústria petrolífera, altamente danificada, do Iraque. No entanto, esta mitigação das sanções não foi, de forma alguma, uma solução para a crise; como o então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, declarou em março de 2000, "mesmo se o programa 'Petróleo por Alimentos' for implementado perfeitamente, é possível que nossos esforços sejam insuficientes para satisfazer as necessidades da população" (United Nations 2000, 8).

Conforme foi documentado por agências das Nações Unidas, ONGs, organizações humanitárias e de direitos humanos, pesquisadores e líderes políticos, as sanções ao Iraque produziram um desastre humanitário comparável às piores catástrofes das décadas passadas (Islamic Rights Comission 2013). Antes das sanções, o Iraque tinha conseguido manter padrões de vida comparáveis a alguns países ocidentais, no entanto, esses padrões entraram em queda livre depois de 1990, e o Iraque alcançou o status de país de terceiro mundo em um espaço de tempo incrivelmente curto (United Nations 2000).

Em 1999, depois de realizar as primeiras pesquisas sobre mortalidade infantil e materna no Iraque desde 1991, a Unicef concluiu que, nas partes mais povoadas do Sul e do centro do país, crianças menores de cinco anos estavam morrendo a taxas que mais do que dobravam às de 10 anos atrás (Unicef 1999). A falta de alimentos devido às sanções traduziu-se em uma queda de 32% no consumo de calorias per capita em comparação ao período anterior à Guerra do Golfo (Garfield 1999). Só as aeronaves dos EUA lançaram 88.000 toneladas de explosivos no Iraque, eliminando 30% das usinas elétricas e redes de tratamento de esgoto do país. As sanções impediram o material de substituição das instalações de tratamento de água e grande parte da água do Iraque estava contaminada. Aqueles que pudessem comprar água engarrafada comprariam e, aqueles que não pudessem, com frequência, ficariam doentes (United Nations 2000).

A crise da saúde no Iraque esteve interligada às crises sociais e econômicas gerais que as sanções provocaram. Devido à falta de suprimentos médicos, estima-se que, em 1997, 30% dos leitos hospitalares estavam fora de uso, 75% de todos os equipamentos hospitalares não funcionavam e 25% dos 1.305 centros de saúde do Iraque estavam fechados. Mesmo que as mortes cessassem como resultado da ajuda humanitária, ainda haveria violações maciças e sistemáticas dos outros direitos dos cidadãos iraquianos atribuíveis às sanções (Garfield 1999).

13 Comissão Especial das Nações Unidas.

Os direitos econômicos, sociais e culturais do povo iraquiano estavam sendo postos ao lado. Por exemplo, o poder de compra de um salário iraquiano em meados dos anos 1990 era de cerca de 5% de seu valor anterior a 1990 (Garfield 1999) e, como reconheceu o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, "o país experimentou uma mudança da riqueza à pobreza em massa". Os avanços em educação e alfabetização foram completamente revertidos nesses 10 anos (United Nations 2000, 8).

O clamor contra as sanções ao Iraque veio de todos os lados. De dentro das Nações Unidas, o próprio Secretário-Geral esteve à frente das críticas, levantando sérias acusações contra o regime de sanções em seu relatório ao Conselho de Segurança de 10 de março de 2000 e declarando que "o Conselho deve procurar todas as oportunidades para aliviar o sofrimento da população, que afinal de contas não são os alvos de sanções" (United Nations 2000, 8).

3.3.2 O CASO DO BURUNDI

Sanções econômicas abrangentes contra o Burundi foram solicitadas em julho de 1996, na Segunda Cúpula Regional de Arusha sobre o Burundi (Arusha II), e foram gradualmente impostas a partir de agosto de 1996. Os países vizinhos sancionadores incluem Etiópia, Quênia, Ruanda, Tanzânia, Uganda, o então Zaire e Zâmbia. Através das sanções, concebidas como uma resposta ao golpe militar de 25 de julho de 1996[14], esses Estados buscaram a restauração da Assembleia Nacional, a legalização dos partidos políticos e negociações imediatas e incondicionais com todas as partes do conflito no Burundi. O Comitê Regional de Coordenação das Sanções (RSCC), composto por representantes dos países participantes, formulou a política de sanções, analisou sua implementação e considerou os pedidos de ajuda humanitária. No seguimento da dispensa do RSCC, os pedidos específicos e as quantidades a serem entregues deveriam ser submetidos para aprovação, por escrito, caso a caso, aos Comitês Nacionais de Sanções (NSC) estabelecidos dentro de cada país sancionador (United Nations 2000).

As sanções foram impostas sem o endosso formal do CSNU, embora em sua resolução 1072 (1996), o Conselho tenha manifestado "forte apoio aos esforços dos líderes regionais" (United Nations 1996, 1). O Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos sobre a situação dos direitos humanos no Burundi também deu seu apoio às sanções, afirmando que as sanções econômicas não deveriam ser retiradas até que as autoridades tivessem buscado um cessar-fogo entre as partes, e violações dos direitos humanos tenham sido investigadas (United Nations 2000).

Nos meses seguintes à sua imposição, as sanções foram gradualmente modificadas para prever "entregas humanitárias". Em agosto de 1996, medicamentos e alimentos de emergência foram autorizados a serem disponibilizados, assim como alimentos essenciais, vacinas e suprimentos médicos e laboratoriais, itens de socorro de emergência, equipamentos limitados de água e saneamento e lençóis plásticos para abrigo. O déficit de bens necessários era tão grande, e o processo de entrega tão lento, que até março de 1997 pedidos ainda estavam pendentes perante o RSCC (United Nations 2000).

14 Em meio a um conflito étnico entre tutsis e hutus, em 1996, o Exército, dominado por tutsis, deu um golpe de Estado e nomeou presidente o major Pierre Buyoya, que já havia governado de 1987 a 1993. Nações vizinhas impuseram sanções econômicas e isolaram o Burundi (Angop 2015).

Em fevereiro de 1998, os governos da região começaram a discordar sobre o assunto. Quênia e Zâmbia encerraram a aplicação de sanções logo em seguida. As sanções foram suspensas pelos Chefes de Estado regionais em 23 de janeiro de 1999, sob a condição de que seriam reimpostas se nenhum progresso em direção à paz fosse feito. Elas permanecem suspensas desde 1999 (United Nations 2000).

As muitas "entregas humanitárias" de modo algum interromperam o sofrimento dos cidadãos do Burundi. Enquanto as sanções estavam em vigor, sérias escassezes de combustível, peças de reposição, medicamentos e fertilizantes ocorreram, com correspondentes aumentos dramáticos de preços e inflação. O comércio e a indústria ficaram paralisados pela falta de matérias-primas, o desemprego disparou, e as rendas despencaram. A agricultura também sofreu com a escassez de sementes e fertilizantes (Hoskins e Nutt 1997).

A assistência ao desenvolvimento, de aproximadamente US$ 250 milhões por ano, foi cortada e as reservas em moeda estrangeira foram esgotadas. Os programas de saneamento e água foram reduzidos ou eliminados. As agências de ajuda humanitária ficaram desamparadas frente as crescentes necessidades, e das condições de trabalho cada vez mais difíceis – o Programa Alimentar Mundial (em inglês, *World Food Programme*) distribuía assistência alimentar de emergência para uma média de 218.000 pessoas por mês em 1998 (United Nations 2000).

Embora as sanções inicialmente resultassem em escassez severa de combustível e de outras commodities básicas, à medida que as importações e a produção foram cessando, o setor comercial e o regime do Burundi passaram a tomar medidas para se adaptar à nova realidade econômica. Muitos itens importados permaneceram disponíveis nos mercados de Bujumbura (embora a preços inflacionados), e o combustível esteve disponível a preços entre duas e três vezes superiores aos níveis pré-sanções. Foram estabelecidos corredores aéreos de quebra de sanções entre Bujumbura e outros países africanos e europeus. Existiu uma alta taxa de contrabando através das fronteiras com países vizinhos (que eram sancionadores). O regime foi incapaz de manter seus programas sociais, incluindo ligados à saúde e educação (Hoskins e Nutt 1997).

As sanções aumentaram, em muitos aspectos, as tensões entre o regime do Burundi e os países vizinhos. O regime foi de algum modo bem-sucedido ao retratar as sanções como um ataque não contra o próprio regime, mas contra o povo do Burundi. As sanções também forneceram ao regime do Burundi um bode expiatório útil. As dificuldades econômicas e sociais foram atribuídas ao regime de sanções, desviando a atenção do envolvimento do regime no conflito interno e das preocupações em relação ao seu histórico de direitos humanos (Hoskins e Nutt 1997).

O clamor internacional contra as sanções aumentou em volume à medida que as dimensões do desastre humanitário vieram à tona. De acordo com a missão de avaliação de abastecimento de alimentos e colheitas da FAO, em março de 1997, ao Burundi, "há poucas dúvidas de que o embargo econômico no Burundi exacerbou os efeitos adversos da guerra civil no país e resultou em uma redução ainda maior da produção e renda agrícola" (FAO 1997, online). Em 1998, o Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos no Burundi, no seu relatório à Comissão dos Direitos Humanos, declarou que as sanções estavam proporcionando um efeito desastroso na população do Burundi em geral e ainda descreveu que

> houve numerosas violações graves dos direitos humanos pelo exército e pelos rebeldes no país. Nas áreas onde os rebeldes passavam, a população civil foi hostilizada, e após os confrontos entre o governo e os rebeldes, geralmente no oeste do país, houve massacres, desaparecimentos involuntários e maus-tratos durante os interrogatórios de ambos os lados. Foi lamentável que a comunidade internacional não tivesse fornecido mais observadores de direitos humanos para o Burundi (United Nations 1998, online).

3.3.3 O CASO DE CUBA

Um embargo comercial unilateral foi imposto a Cuba pelos Estados Unidos em 1960[15], quando os EUA interromperam relações diplomáticas com Cuba e impuseram uma sanção em resposta às expropriações das propriedades de cidadãos e companhias americanas na ilha, e foi posteriormente alterado pela Lei da Democracia de Cuba de 1992, que proibiu, por seis meses, que adentrasse no mercado norte-americano qualquer navio mercante que tivesse parado em um porto cubano, proibindo também o comércio de subsídios estrangeiros das empresas dos Estados Unidos em Cuba. Quase 90% deste comércio foi em alimentos e medicamentos, e a implementação da lei causou um aumento acentuado das necessidades médicas não atendidas (Hufbauer et al. 2001; United Nations 2000).

Em 1996, a Lei Helms-Burton permitiu sanções financeiras e ações judiciais contra empresas estrangeiras que usavam "propriedade anteriormente americana" em Cuba. A lei também exigiu que os representantes dos Estados Unidos em todas as instituições financeiras internacionais se opusessem categoricamente à concessão de empréstimos a Cuba. Neste contexto, a União Europeia se apresentou contra os Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio (OMC) alegando que "boicotes secundários", ou seja, boicotes contra empresas estrangeiras fora dos Estados Unidos, violam tratados internacionais de comércio (Hufbauer et al. 2001; United Nations 2000).

O embargo dos Estados Unidos, combinado com a pressão sobre outros países para não fazer negócios com Cuba, atingiu duramente os cidadãos cubanos, especialmente nos anos 1990. Como não tinha acesso aos mercados próximos dos EUA, Cuba foi forçada a procurar fontes de importações e compradores de açúcar. De acordo com o governo, Cuba deveria pagar preços de mercado e tarifas sobre bens comprados e embarcados de mercados distantes, mas o bloqueio impôs condições onerosas ao crédito e ao comércio, bem como bloqueou o acesso a muitos bens e tecnologias (United Nations 2000).

Em resposta ao relatório do Secretário-Geral da ONU sobre direitos humanos e medidas coercivas unilaterais, o Governo de Cuba descreveu com algum detalhe o efeito do bloqueio dos Estados Unidos sobre o país. Em 1996, Cuba relatou que gastou US$ 43,8 milhões a mais em quatro itens básicos do que gastaria se o embargo não estivesse em vigor e, de 1993 a 1996, as empresas cubanas gastaram US$ 8,7 milhões adicionais no transporte de importações médicas da Ásia, da Europa e da América do Sul, e não do vizinho Estados Unidos. Em 1998, o impacto cumulativo do

15 Após um período de mais de cinquenta anos de hostilidades diplomáticas entre as duas nações, em 17 de dezembro de 2014, o então Presidente estadunidense Barack Obama e o então Presidente cubano Raúl Castro anunciaram o início de um processo de normalização das relações diplomáticas entre Cuba e os Estados Unidos (G1 2015).

embargo por trinta anos havia custado a Cuba US$ 67 bilhões (United Nations 2000).

As políticas de saúde e a nutrição foram duas das principais vítimas das sanções. Em 1997, a Associação Americana para a Saúde Mundial (AAWH) divulgou um relatório altamente crítico, confirmando que o embargo causou "desnutrição, má qualidade da água e a negação do acesso a equipamentos médicos e drogas" e equivalia ao "bloqueio deliberado do acesso da população cubana à comida e aos remédios". A AAWH também afirmou que, apesar de o governo cubano investir pesadamente em seu sistema de saúde, "o embargo de alimentos pelos EUA e o embargo de fato aos suprimentos médicos causaram estragos no modelo primário do sistema de saúde da ilha". O relatório, baseado em uma missão de investigação a Cuba, identificou que o embargo contribuiu particularmente para a desnutrição, que afeta particularmente mulheres e crianças, má qualidade da água e falta de acesso a medicamentos e suprimentos médicos. A AAWH também descobriu que os médicos em Cuba têm acesso a menos de 50% das drogas no mercado mundial, e que a escassez de alimentos levou a uma queda de 33% na ingestão calórica entre 1989 e 1993. O relatório afirmou: "[...] é nossa opinião médica especializada que o embargo dos EUA causou um aumento significativo no sofrimento – e até mortes – em Cuba" (American Association for World Health 1997).

Em um relatório destinado a Assembleia Geral intitulado, a Unicef informou que Cuba não conseguiu importar produtos nutricionais destinados a crianças e para consumo em escolas, hospitais e creches, o que proporcionou um efeito prejudicial sobre a saúde e o estado nutricional da população, e acredita-se ser este um fator contribuinte para a alta prevalência de anemia por deficiência de ferro, que, em 2007, afetou 37,5% das crianças menores de três anos de idade (United Nations 1997).

Anualmente, desde 1992, a Assembleia Geral votou uma resolução pedindo o fim do embargo, e todos os anos os votos a favor da resolução foram aumentando. A Lei Helms-Burton foi condenada pelo Parlamento Europeu e por mais 59 Governos e 8 órgãos e agências das Nações Unidas por sua aplicação extraterritorial (United Nations 2000).

3.4 REPENSANDO AS SANÇÕES ECONÔMICAS

Em resposta às consequências trágicas de sanções econômicas abrangentes contra civis, a comunidade política tem discutido cada vez mais sobre o uso de sanções "específicas" ou "inteligentes". Essas sanções são concebidas como afetando diretamente os líderes políticos ou os responsáveis pela quebra da paz, deixando de lado a população civil inocente. Espera-se que sanções direcionadas corretamente possam eliminar o sofrimento civil, ao mesmo tempo em que exercer pressão significativa sobre o próprio governo, levando os regimes de sanções à conformidade com os direitos humanos e o direito humanitário e aumentando suas chances de sucesso (United Nations 2000).

Amplamente citado, um estudo de 1993 feito pela advogada internacional Lori Damrosch para o Conselho de Relações Exteriores propôs critérios para avaliar as sanções coletivas que tratam dos conflitos internos. Ela postula um "critério de contenção de conflitos" pelo qual as sanções são avaliadas por sua capacidade de reduzir ou terminar um conflito e um critério de diferenciação que classifica as respostas coletivas que "visam os autores da violência ou outras irregularidades e minimizam

consequências adversas severas em civis que não estão em posição de provocar a cessação de conduta ilícita" (Damrosch 1993, 283. Tradução nossa). Ela distingue ainda, dentro do critério de diferenciação, o impacto civil, o impacto do infrator e a relação entre os dois e afirmando que: "um programa de sanções econômicas deve ser concebido e implementado de modo a evitar o enriquecimento dos culpados à custa de suas vítimas" (Damrosch 1997, 283. Tradução nossa).

O desenvolvimento do diálogo sobre sanções inteligentes inclui uma série de projetos de pesquisa, seminários e conferências em todo o mundo. Dentre os mais significativos estão o "Rumo a Uma Gestão Mais Efetiva e Eficaz das Sanções: Melhorar a Capacidade do Sistema das Nações Unidas", um relatório encomendado pela ONU, em 1995, na busca de formas de fortalecer a gestão de sanções econômicas com foco particular em questões humanitárias; o "Processo Interlaken", duas conferências realizadas na Suíça em 1998 e 1999, e o "Simpósio sobre Sanções Direcionadas", promovido pelo Conselho de Segurança, em 1998, em Nova York. Todos estes giraram em torno da discussão acerca da aplicação de sanções mais eficazes, que evitassem ao máximo possíveis consequências humanitárias adversas. Estiveram entre as recomendações pré-avaliações de impacto, ajuste das sanções para reduzir as consequências não intencionais, monitoramento tecnicamente competente, administração mais eficaz de isenções humanitárias, legislação modelo, embargos de armas e proibições de viagens (Marks 1999).

4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Os atos de coerção econômica são instrumentos de política externa sobre os quais o direito internacional procura impor restrições. A implicação mais importante do direito internacional, especialmente dos direitos humanos e do direito humanitário, para as sanções é que o direito de impor sanções não é ilimitado. Na medida em que esses atos envolvem formas de pressão por meio das quais um Estado procura compelir o outro a comportar-se de certa maneira, o direito internacional estabelece quais formas de pressão são permissíveis e sob quais circunstâncias. Assim, é importante que se conheçam as normas do direito internacional relevantes para as sanções.

4.1 A CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS

A *Carta das Nações Unidas*, por meio do artigo 39, permite que o Conselho de Segurança das Nações Unidas tome medidas como a adoção de sanções apenas para "manter ou restaurar a paz e a segurança internacional", após a sua determinação de que existe ameaça ou violação da paz ou um ato de agressão. Assim, as sanções só podem ser impostas a um governo ou outra entidade que seja capaz de representar uma ameaça ou esteja a ameaçar a paz ou a segurança internacional. Embora grupos armados dentro de um país possam representar uma ameaça à paz e à segurança, uma população civil desarmada é, com toda a probabilidade, incapaz de representá-la. Outros Estados que não a apresentem ou, de fato, violem a paz e a segurança, não devem ser afetados pelas sanções impostas ao Estado violador (Charter of the United Nations 1945; United Nations 2000).

O artigo 1º, em seu primeiro parágrafo, requer que as sanções ou outras medidas tomadas para manter a paz e a segurança internacionais sejam "eficazes" e estejam "em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional". As sanções devem ser avaliadas para garantir que não sejam injustas ou que não violem de qualquer forma os princípios do direito internacional decorrentes de fontes "externas" à Carta. Da mesma forma, as sanções devem ser constantemente revisadas para verificar se são eficazes ou não na manutenção da paz e da segurança. Sanções ineficazes, injustas ou que violem outras normas do direito internacional não podem ser impostas, devendo ser suspensas se o forem. O artigo 1º, parágrafo 2, exige que as sanções ou outras medidas "respeitem o princípio da igualdade de direitos e a autodeterminação dos povos". Portanto, sanções que causam discordância internacional, que interferem nos direitos legais de um Estado, ou que afetam indevidamente o direito de um povo à autodeterminação não podem ser impostas ou devem ser suspensas caso impostas (Charter of the United Nations 1945; United Nations 2000).

O parágrafo 3 do artigo 1º também exige que as Nações Unidas resolvam questões de natureza humanitária premente, e não as causem. As sanções, portanto, não devem resultar em dificuldades indevidas para o povo de um país. Sanções que direta ou indiretamente causam mortes seriam uma violação do direito à vida. Outros direitos humanos também poderiam ser violados por regimes de sanções, como os direitos à segurança da pessoa, saúde, educação ou emprego. O artigo 1, parágrafo 4, exige que as sanções ou outras medidas facilitem a harmonização da ação nacional ou internacional. As sanções impostas a um país, mas não a outro pelos mesmos erros, violariam esse requisito de harmonização. Sanções impostas desigualmente em dois países pelos mesmos erros também violariam a solicitação de harmonia (Charter of the United Nations 1945; United Nations 2000).

Além disso, a "ameaça" não pode ser determinada com base em motivos políticos: deve haver uma genuína "preocupação internacional" por trás das sanções. As sanções não podem ser impostas para assegurar qualquer um dos outros propósitos e princípios das Nações Unidas[16] como estabelecido no artigo 1º da Carta, a menos que haja uma determinação crível de uma ameaça ou violação da paz ou um ato de agressão. O artigo 24 da Carta exige que o Conselho de Segurança "aja de acordo com os propósitos e princípios das Nações Unidas". Assim, nenhum ato do Conselho de Segurança está isento de um exame minucioso a respeito da conformidade do ato com os propósitos e princípios da organização (Charter of the United Nations 1945; United Nations 2000).

O artigo 55 da Carta, por sua vez, solicita que as Nações Unidas promovam: padrões mais elevados de vida e progresso econômico e social (parágrafo a); soluções para problemas econômicos, sociais, de saúde e outros (parágrafo b); e respeito e observância dos direitos humanos (parágrafo c). Assim, regimes de sanções que reduzam os padrões econômicos, criem problemas de saúde ou sejam prejudiciais à observância dos direitos humanos violariam o artigo 55 (Charter of the United Na-

16 As Nações Unidas são regidas por uma série de propósitos e princípios básicos, aceitos por todos os membros que integram a organização, dentre os quais é possível citar: a manutenção da paz e da segurança internacionais; o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações; e a realização da cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. Ademais, a organização se baseia no princípio da igualdade soberana de todos seus membros (Charter of the United Nations 1945).

tions 1945; United Nations 2000).

4.2 RESOLUÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

A Assembleia Geral aprovou uma série de resoluções que também devem ser levadas em consideração quando se tratando de sanções. Elas incluem a Declaração sobre a Inadmissibilidade à Intervenção (1965), a Declaração sobre os Princípios do Direito Internacional Relativos às Relações Amistosas e à Cooperação entre os Estados em conformidade com a Carta das Nações Unidas (1970), a Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados (1974) e a Declaração sobre a Inadmissibilidade da Intervenção e Interferência nos Assuntos Internos dos Estados (1981) (Hofer 2017).

A *Declaração sobre a Inadmissibilidade à Intervenção e a Declaração sobre os Princípios do Direito Internacional Relativos às Relações Amistosas e à Cooperação entre os Estados em conformidade com a Carta das Nações Unidas* determinam que nenhum Estado pode adotar medidas econômicas como um meio de "coagir outro Estado a obter dele a subordinação do exercício de seus direitos soberanos ou obter dele vantagens de qualquer natureza" (United Nations 1965; United Nations 1970). A *Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados*, por sua vez, afirma que as relações econômicas e políticas entre os Estados devem ser regidas, *inter alia*, pelos princípios de não-agressão e não-intervenção, e, mais especificamente, o artigo 32 estabelece que "nenhum Estado pode usar ou encorajar o uso de medidas econômicas, políticas ou de qualquer outro tipo para coagir outro Estado a fim de obter dele a subordinação do exercício de seus direitos soberanos" (United Nations 1974).

Já a *Declaração sobre a Inadmissibilidade da Intervenção e Interferência nos Assuntos Internos dos Estados* (1981) refere-se explicitamente à coerção econômica no parágrafo 2 quando afirma que o princípio da não intervenção nos assuntos internos e externos dos Estados compreende:

> o dever de um Estado não utilizar seu programa de assistência econômica externa ou adotar qualquer represália ou bloqueio econômico multilateral ou unilateral e impedir o uso de programas transnacionais; e corporações multinacionais sob sua jurisdição e controle como instrumentos de pressão política ou coerção contra outro Estado, em violação da Carta das Nações Unidas (United Nations 1981).

4.3 DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Projetado para proteger a vida, a saúde e a dignidade das pessoas, o direito internacional dos direitos humanos é um conjunto de normas internacionais ou convencionais que estipulam acerca do comportamento e os benefícios que pessoas ou grupos de pessoas podem esperar ou exigir do governo. Os acordos a seguir contêm preceitos relevantes no tocante a imposição de sanções.

4.3.1 DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Embora toda as disposições da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* de-

vam ser levadas em consideração, no que tange a questão das sanções, algumas são especialmente importantes, como o direito à vida (artigo 3), o direito à liberdade de tratamento desumano ou degradante (artigo 5), e o direito a um padrão de vida adequado, incluindo alimentação, vestuário, moradia e cuidados médicos (artigo 25), que são especialmente vulneráveis à violação sob os regimes de sanções. O artigo 25 também estabelece o direito à seguridade social no caso de falta de sustento em circunstâncias fora do controle da pessoa e o direito a cuidados especiais de mães e filhos. Os direitos dos prisioneiros ou outros em detenção, ou de comprometimento involuntário também são especialmente vulneráveis a violações sob o regime de sanções (United Nations 1948; United Nations 2000).

4.3.2 OS PACTOS INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS

Os dois Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos reiteram os direitos estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Por exemplo, o *Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais* prevê o direito a um padrão de vida adequado (artigo 11); o direito à saúde (artigo 12) e o direito à educação (artigo 13) (United Nations 1966). O direito à vida está protegido pelo artigo 6 do *Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos*. O artigo 4 deste último Pacto contém o conceito adicional de não-derrogação dos direitos básicos mesmo em situações excepcionais de perigo para a nação (United Nations 1966; United Nations 1976).

4.4 DIREITO HUMANITÁRIO INTERNACIONAL

Qualquer regime de sanções imposto durante uma guerra ou como consequência de uma guerra é regido pelo *direito humanitário internacional*[17]. De acordo com o direito humanitário, a população civil deve ser protegida da guerra e de suas consequências na medida do possível. Isso requer que a população civil esteja sempre abastecida ou autorizada a garantir o essencial para a sobrevivência, como comida, água potável, abrigo, remédios e assistência médica (United Nations 2000).

O direito humanitário internacional faz parte do direito internacional que rege as relações entre Estados e que é constituído por acordos concluídos entre Estados – geralmente designados por tratados ou convenções assim como pelos princípios gerais e costumes que os Estados aceitam como obrigações legais. Uma parte considerável do direito humanitário internacional encontra-se nas quatro Convenções de Genebra de 1949, que foram desenvolvidas e completadas por mais dois acordos – os Protocolos Adicionais de 1977. Existem também vários acordos que proíbem o uso de certas armas e táticas militares, entre as quais estão as Convenções de Haia de 1907 (ICRC 1998).

As *Convenções de Genebra de 1949* têm muitas disposições relevantes para a imposição de sanções. Elas determinam, por exemplo, a livre passagem de prescrições médicas e objetos necessários para o culto religioso. As convenções estabelecem regras relativas a comboios médicos e evacuação, que poderia ser violada por um

17 O Direito Internacional Humanitário é um conjunto de normas que procura limitar os efeitos de conflitos armados. Protege as pessoas que não participam ou que deixaram de participar nas hostilidades e restringe os meios e métodos de combate.

regime de sanções em que se limitam os comboios terrestres ou aéreos de bens humanitários. Como o propósito fundamental das Convenções de Genebra é garantir a proteção de vítimas/não-combatentes em situações de guerra, qualquer ordem de um regime de sanções que limite a capacidade de um Estado de prover o primordial para a sobrevivência de seus feridos de guerra deve ser vista como ilegal (ICRC 1949; United Nations 2000).

Os dois protocolos adicionais às Convenções de Genebra de 1949 reforçam algumas das disposições. Por exemplo, o Protocolo Adicional I, em seu artigo 54, exige a proteção de objetos indispensáveis à sobrevivência da população civil. Um regime de sanções que autorize ações militares contra a provisão de tais objetos ou que negue a reparação e o recondicionamento de pessoas danificadas ilegalmente no curso de conflitos armados deve ser considerada ilegal. O artigo 70 do mesmo protocolo prevê ações de socorro para o benefício da população civil, as quais seriam violadas por qualquer disposição de um regime de sanções que limite ou modifique a ação de socorro. O Protocolo II contém disposições paralelas para muitas das disposições estabelecidas no Protocolo I, diferenciando-se deste, contudo, por se referir a conflitos armados internos ou não-internacionais. (ICRC 1949; United Nations 2000).

A *Convenção de Haia* e os regulamentos relativos às leis e costumes da guerra em terra de 1907, por sua vez, contêm várias disposições que podem limitar substancialmente os regimes de sanções. Por exemplo, a Cláusula de Martens, no oitavo parágrafo preambular, determina que todas as situações decorrentes da guerra sejam regidas pelos princípios da lei das nações civilizadas, princípios da humanidade, e os ditames da consciência pública (United Nations 2000). O artigo 50 da convenção estabelece que "nenhuma penalidade geral, pecuniária ou de outra natureza, será infligida à população por causa dos atos de indivíduos pelos quais eles não possam ser considerados solidários" (ICRC 2018, online).

4.5 SANÇÕES IMPOSTAS REGIONAL E UNILATERALMENTE

Organismos regionais e países também têm um papel importante nos regimes de sanções e, por conta própria ou em conjunto com as Nações Unidas, impuseram sanções a outros países. A Europa, a África e as Américas possuem fóruns regionais de direitos humanos com requisitos e princípios que podem ser violados por um regime particular de sanções. Sanções já foram impostas, por exemplo, pelo Conselho da Europa, pela União Africana e seus subgrupos e pela Organização dos Estados Americanos (OEA) (United Nations 2000).

Cabe notar que as sanções que podem ser impostas regionalmente, por um grupo de Estados ou por um único governo são limitadas pela Carta das Nações Unidas. O Artigo 52 determina que os arranjos regionais e suas atividades estejam de acordo com os propósitos e princípios das Nações Unidas (Charter of the United Nations 1945). Um regime de sanções imposto unilateralmente ou por um órgão regional deve cumprir todos os requisitos para as sanções inerentes à Carta, incluindo a conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional (United Nations 2000).

5 BLOCOS DE POSICIONAMENTO

A **África do Sul** foi um dos únicos dois Estados sancionados pelas Nações Unidas durante o período que compreende a Guerra Fria, devido ao seu regime de *apartheid*[18]. Esta medida foi imposta através de restrições comerciais e proibição de investimentos estrangeiro no Estado, além de sanções multilaterais e militares impostas pelo Conselho de Segurança, em 1977. Antes disso, em 1961, a Assembleia Geral já havia elaborado uma resolução em resposta ao Massacre de Sharpeville[19], recomendando que os Estados-membros das Nações Unidas "rompessem relações diplomáticas com a África do Sul e boicotassem seus produtos" (Braga 2011, 106). Em suas políticas atuais, a África do Sul não possui registros de aplicações de sanções, mesmo quando estas são recomendadas pelas organizações que o Estado está vinculado (Eversheds Sutherland 2018).

A **Argentina** sofreu sanções e embargos dos Estados Unidos da América em relação a combustíveis nucleares e tecnologias, na tentativa de dissuadi-la quanto ao desenvolvimento de armamento nuclear em 1978. O mesmo aconteceu com a República Federativa do Brasil (1978), com a República Islâmica do Paquistão (1979) e com a República da Índia (1978) (Hufbauer et al. 2007). Após ao ataque argentino às Malvinas em 1982, a Argentina também sofreu sanções do Mercado Comum Europeu[20], que proibiu a importação dos produtos argentinos. O país que, na época, já estava com altas inflações, teve grande parte de seus ativos líquidos congelados, pois estavam alocados em bancos britânicos, aumentando a situação de crise econômica (NY Times 1982). Recentemente, contudo, a Argentina tem apresentado um comportamento favorável a aplicação de sanções econômica como ato coercitivo. Em 2014, o Estado acompanhou a União Europeia em sanções contra a Rússia pela invasão à Ucrânia e, em 2018, o país latino-americano vem dialogando com os Estados Unidos sobre a possibilidade de sancionar o petróleo venezuelano como medida de pressão ao governo de Maduro (El País 2015; El País 2018).

O regulamento de sanções na **Austrália** – implementado internamente seguindo o regime das Nações Unidas – se estende a atividades exercidas no território australiano, por cidadãos australianos ou por órgãos australianos em outros Estados. Além disso, o Estado segue as recomendações da ONU relacionadas à implementação de sanções, posicionando-se a favor dessas (Eversheds Sutherland 2018).

Apesar de atualmente a **Bolívia** não sofrer de nenhuma sanção internacional, o país já foi alvo destas por parte dos Estados Unidos, em 2011. Os Estados Unidos justificaram sua ação como medida de prevenção ao tráfico de drogas, alegando que o estado bolivariano estaria sendo omisso em relação a esta questão (United States

18 O apartheid foi um regime de segregação racial imposta pelo chamado Partido Nacional Purificador. O regime representou a abolição de direitos civis da população negra, incluindo medidas como a proibição de casamentos e relações sexuais inter-raciais, privação da liberdade de locomoção e expressão, além de condicionar a população negra a miséria, subnutrição e falta de acesso a recursos básicos (Braga 2011).

19 Em 21 de Março de 1960, na cidade de Johanesburgo, na África do Sul, ocorreu um protesto do Movimento Negro contra a Lei do Passe. Esta lei previa que os negros sul-africanos deveriam andar com uma caderneta que constava os locais que eles poderiam ir. O protesto pacífico, foi contido pelo Estado sul-africano com tiros de metralhadora, resultando em 69 mortos e 180 feridos (BBC 1960).

20 Organização criada em 1957 pelo Tratado de Roma com objetivo de criar um mercado comum, livre de barreiras alfandegárias e com política externa comercial comum. O Mercado Comum Europeu foi incorporado pela atual União Europeia (Encyclopedia Britannica 2018).

2018d). Como exportadora de gás natural, a Bolívia se manifestou contrária às sanções unilaterais impostas a países exportadores deste recurso, através do Foro dos Países Exportadores de Gás, em 2017 (Sputnik 2017). Mais recentemente, em 2018, o presidente Evo Morales também se manifestou contrário às sanções norte-americanas contra a Venezuela (Estadão 2018).

O **Brasil** costuma implementar as sanções emitidas por órgãos internacionais como a ONU de acordo com seu direito doméstico, não possuindo, entretanto, um regimento autônomo de sanções. Para que as sanções sejam implementadas pelo país, no entanto, elas devem ser primeiro incorporadas à legislação por meio de decretos presidenciais ou atos legislativos (Eversheds Sutherland 2018). Ademais, "as medidas aplicadas com mais frequência sob a legislação brasileira são embargos e proibições de viagens para pessoas físicas e proibições de importação e exportação de matérias-primas e mercadorias" (Eversheds Sutherland 2018, online. Tradução nossa). Embora existam, sanções financeiras como o congelamento de ativos só podem ser aplicadas por ordem judicial (Eversheds Sutherland 2018).

O **Canadá** mantém sanções contra vários países, bem como contra indivíduos e entidades específicas identificadas como associadas a atividades terroristas ou à proliferação de armamentos de destruição em massa, bem como a regimes que infrinjam os direitos humanos (Global Affairs Canada 2018). As sanções impostas variam, incluindo, em geral, medidas de embargo de armamentos, congelamento de ativos, restrições de importações e exportações, proibições financeiras e proibições de assistência técnica visando a impedir que um país alvo de um embargo de armas ou uma proibição de exportação obtenha serviços e informações relacionadas aos produtos proibidos (Global Affairs Canada 2018). A fim de maximizar a eficácia de um regime de sanções, a política canadense procura assegurar, sempre que possível, que as sanções sejam aplicadas multilateralmente (Eversheds Sutherland 2018).

Em 2017, foi anunciado abruptamente um bloqueio diplomático e econômico contra o **Catar**, por parte da Arábia Saudita, dos Emirados Árabes Unidos (EAU), do Bahrein e do Egito. Dentre estes quatro países, os três primeiros se colocam como figuras importantes no Conselho de Cooperação do Golfo (GCC), e todos eles acusaram o Catar de apoiar e financiar grupos terroristas, bem como de manipular os assuntos internos de seus Estados vizinhos. Foram impostas restrições ao espaço aéreo, às viagens, ao comércio e à diplomacia com o país. O efeito dessas sanções tem sido generalizado, prejudicando empresas que operam fora do país e incluindo seus cidadãos e expatriados. Com a aplicação, o país foi colocado em um limbo, congelando vários de seus ativos regionais e interrompendo as operações cotidianas (Mittal 2018).

Mais recentemente, uma guerra comercial vem ocorrendo entre a **República Popular da China** e os Estados Unidos. A China aplica e sofre a imposição de crescentes sanções econômicas por parte do governo estadunidense de Donald Trump, a exemplo de restrições relacionadas a investimentos e produtos (The Week 2018). Além disso, desde 1989, a China sofre com sanções por parte da União Europeia, relacionadas à repressão do governo chinês aos protestos de Tiananmen e, mais recentemente, com embargos de armamentos (EU 2018; Business & Sanctions Consulting Netherlands 2018). A China usualmente se posiciona contra a prática de sanções, como é possível verificar pelo seu veto, em 2011, no CSNU, a uma resolução sobre o conflito sírio e pelo discurso do embaixador Liu Jieyi no Conselho de Segurança

em 2017 (Masters 2017; Permanent Mission of the People's Republic of China to the UN 2017). Como Liu Jieyi afirmou, a implementação das resoluções de sanções do Conselho de Segurança não deve ser seletiva, o que vai de acordo ao argumento da solidariedade e contra a implementação seletiva de sanções a países em desenvolvimento (Permanent Mission of the People's Republic of China to the UN 2017).

Em razão do presente conflito militar na **Somália**, o Conselho de Segurança determinou, em 1992, a proibição de exportação de armamento para o país. Esta medida permaneceu até 2008, quando, além do embargo de armamentos, estabeleceu-se um embargo a itens estratégicos, o congelamento de fundos do Estado, uma inspeção e exigência de informação prévia sobre certas cargas para e da Somália, a proibição de prestação de determinados serviços para o país, a proibição de importação de carvão vegetal, bem como restrições de admissões àqueles que visam a impedir a pacificação e a transição democrática do país. Tais medidas permaneceram em ordem até 2017 (EU 2018; Business & Sanctions Consulting Netherlands 2018)

A **Costa do Marfim** recebeu múltiplas sanções, desde as aplicadas pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) até as estabelecidas pelo Conselho de Segurança. Trocas inconstitucionais de governo e conflitos entre grupos militares são as principais alegadas razões para o Estado ter sido sancionado nos anos 1990. Cada episódio representava uma modificação nos objetivos das sanções ou na natureza das medidas empregadas, fazendo com que o país permanecesse por anos em condições de dificuldades significativas (Portela e Charron 2015).

A **República Democrática do Congo** sofreu sanções tanto da Organização da Unidade Africana (OUA) – atual União Africana –, quanto da União Europeia e das Nações Unidas. A OUA e o Conselho de Segurança aplicaram sanções às partes conflitantes no período da Guerra Civil do Congo, nos anos 1990, como uma medida para estabilizar a guerra e conter as hostilidades, causando, contudo, dificuldade no acesso a recursos básicos por parte da população civil (Portela e Charron 2015; EU 2018). Desde 2003, o CSNU vem aprovando resoluções que impedem o acesso do país a armas, bem como medidas restritivas a lideres políticos e militares que promovem violência a crianças e atos contra o direito internacional. As medidas seguem sendo aplicadas até o ano de 2018 e incluem, ademais, o congelamento de ativos congoleses e a proibição de disponibilização de fundos ao país (EU 2018).

Em 2017, as sanções contra **Cuba** foram fortificadas sob a administração de Trump, dando fim, dessa maneira, a uma aproximação histórica realizada durante a administração Obama (France 24 2018). Sanções econômicas, militares, securitárias e relacionadas à inteligência vêm sendo reforçadas recentemente, ao contrário do que ocorria com as tendências durante o governo Obama. Para além destas questões mais recentes, o país sofre sanções por parte dos Estados Unidos desde a década de 1960 (United States 2018b). Atualmente, o embargo cubano é aplicado por meio dos seguintes estatutos: o Ato de Negociação com o Inimigo de 1917, o Ato de Assistência Estrangeira de 1961, o Regulamento de Controle de Ativos de 1963, a Lei de Democracia Cubana de 1992, a Lei de Helms-Burton de 1996 e a Lei de Reforma Comercial e Reforço às Exportações de 2000 (Amnesty International 2009).

Sanções econômicas e financeiras são medidas comumente aplicadas pela **República Francesa**, pelo **Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte** e pela **República Federal da Alemanha**, sendo produzidas para proibir ou dificultar as relações comerciais entre indivíduos ou países. Os três países aplicam medidas autô-

nomas e também seguem as formuladas pela ONU e pela UE – ainda que no caso do Reino Unido esteja ocorrendo um lento processo de desvinculação. Ademais, este grupo de estados segue uma lista de entidades ou indivíduos sancionados pela União Europeia. As medidas econômicas mais frequentes em termos de aplicação são proibições ou controle das exportações, congelamento de ativos e restrições às importações vindas do país-alvo das sanções (Eversheds Sutherland 2018).

A **República do Líbano** foi alvo de sanções por parte das Nações Unidas após a ocorrência de um atentado terrorista em Beirute, no ano de 2005, que matou 25 pessoas (The New York Times 2005). O Conselho de Segurança constatou o envolvimento de autoridades libanesas e sírias no ato, decidindo, então, pela imposição de sanções econômicas a ambos os Estados envolvidos. Estas foram efetivadas através do congelamento de recursos estatais no exterior e na proibição de exportação de armas aos países (EU 2018).

Desde os anos 1990, o **Burundi** sofre devido à imposição de sanções econômicas, em especial as que passaram a ser aplicadas por países vizinhos em 1996, em resposta ao golpe militar do major Pierre Buyoya. Tais medidas prejudicaram consideravelmente o desenvolvimento econômico e social do país, uma vez que se criou um déficit de bens básicos necessários à população. Ainda em 2015, novas medidas restritivas foram impostas ao Burundi por parte da União Europeia, com o objetivo de guiar o país a um regime democrático, com o congelamento e a proibição de fundos ao país (EU 2018).

A **República Árabe do Egito** sofreu sanções da União Europeia durante seu processo de redemocratização, o qual foi seguido por significativos conflitos internos. Estas medidas tiveram como objetivo a recuperação dos ativos desviados e buscaram proporcionar o desenvolvimento social da sociedade egípcia, sendo válidas até 2019 (EU 2018; Business & Sanctions Consulting Netherlands 2018). Ademais, assim como a Nigéria, o país também possui um regime autônomo de sanções a grupos terroristas (Eversheds Sutherland 2018).

Para os **Estados Unidos da América**, as sanções econômicas representam uma parte importante de seu repertório de medidas coercitivas, sendo o país que mais vem utilizando este tipo de política desde 1945 (Hufbauer et al. 2007). Os Estados Unidos aplicam sanções econômicas e comerciais com base em suas metas de política externa e de segurança nacional, utilizando-as contra países e regimes estrangeiros que infrinjam os direitos humanos, que apoiem práticas terroristas, que sejam traficantes internacionais de narcóticos ou não combatam estas práticas, que realizem atividades relacionadas à proliferação de armas de destruição em massa e que representem outras ameaças para si próprio (United States 2018a). Mais do que isso, tais medidas podem ser abrangentes – proibindo transações com um país ou região inteira – ou direcionadas a determinados indivíduos, funcionários do governo e indústrias desses países, até mesmo podendo restringir o comércio de um bem específico (armamentos, maquinário industrial, etc.) (United States 2018a). A utilização de sanções por parte dos Estados Unidos teve um impacto significativo no ambiente regulamentar e financeiro global, e, em 2 de agosto de 2017, o presidente do país sancionou a lei "Combatendo os Adversários da América Através de Sanções" (Lei Pública 115-44), a qual, dentre outros aspectos, impõe novas sanções ao Irã, à Rússia e à Coreia do Norte (United States 2018a).

A **Federação Russa** frequentemente é alvo de sanções impostas pelos Esta-

dos Unidos da América, pelo Canadá e por países da União Europeia, sendo as mais recentes relacionadas ao envolvimento da Rússia na Síria e seu apoio ao governo sírio, na Ucrânia e alegadamente nas eleições presidenciais dos Estados Unidos de 2016. Além disso, em 2018, sanções foram aplicadas a indivíduos e empresas russas (United States 2018b). O Estado Russo, contudo, também mantém uma lista de indivíduos, empresas, organizações e Estados que sanciona, implementando embargos de armas, controlando exportações e proibindo a importação de certos produtos e a circulação de pessoas. Estas medidas começaram a ser utilizadas contra os Estados ex-membros da antiga União Soviética, sendo hoje amplamente utilizadas como medidas coercitivas russas (Hufbauer et al. 2007).

Desde a década de 1990, o **Haiti** sofre com inúmeras sanções empregadas pela União Europeia, pela Organização dos Estados Americanos (OEA), pelos Estados Unidos e pela ONU (Business & Sanctions Consulting Netherlands, 2018). As sanções econômicas se iniciaram com a eleição, em 1991, de Jean-Bertrand Aristide, acusado de estar por trás de fraudes e de utilizar a violência e a intimidação como meios para se manter no poder, e foram intensificadas em razão de um golpe militar ocorrido no mesmo ano (The New York Times 2014). Com a reeleição de Aristide, no ano de 2000, novas sanções foram impostas pela ONU (Faubert 2006).

A **República do Iêmen** é outra nação que se configurou como alvo de sanções. O programa de sanções sobre o Iêmen teve início em 2012, por parte dos Estados Unidos, e, desde 2014, as Nações Unidas também vem impondo sanções ao país (G1 2018; United States 2018b). Mais do que isso, desde 2015, a coalizão Saudita – conhecida por lutar contra os rebeldes Houthis no território iemenita – tem imposto um bloqueio naval, o qual, em diversas ocasiões, tem piorado a crise humanitária causada pela guerra civil no país ao cortar o acesso da população a água, comida e bens de saúde (The Guardian 2015; Reuters 2017).

A **Índia** possui sanções econômicas em vigor aplicadas sobre os Estados do Iraque, do Irã, da Somália e da República Popular Democrática da Coreia. O Estado indiano aplica sanções estabelecidas pela ONU, no entanto, não possui um regime autônomo de sanções. Diferentemente de alguns países, as sanções indianas mais comuns são de natureza não-econômica, como embargos nucleares, balísticos ou relacionados a demais tipos de armamentos. Ademais, o país tem como alvo células terroristas como a Al-Qaeda e o Talibã (Eversheds Sutherland 2018). Por mais que a Índia siga as sanções estabelecidas pela ONU, ela não segue sanções impostas unilateralmente por outros países, como no caso das sanções estadunidenses aplicadas ao Irã (Asia Times 2018).

Atualmente, a República Islâmica do **Irã** implementa apenas certas sanções das Nações Unidas, assim como eventualmente aplica sanções autônomas, sendo estas majoritariamente de caráter político e econômico (Eversheds Sutherland 2018b). Por décadas, e essencialmente após o advento da Revolução Iraniana, em 1979, o país sofreu com uma série de sanções – crescentes tanto em termos quantitativos como qualitativos – impostas pela ONU, pela UE, e, unilateralmente, pelos Estados Unidos. As restrições derivadas do regime de sanções aplicado acabaram por isolar o Irã comercial e diplomaticamente. No ano de 2015, em uma tentativa multilateral de evitar maiores desenvolvimentos do programa nuclear iraniano, contudo, estabeleceu-se entre os P5 (Estados Unidos, China, Rússia, França, e Reino Unido), a UE e o Irã o Plano de Ação Conjunto Global, também conhecido como o Acordo Nuclear

com o Irã. Em contrapartida a uma redução nas atividades e instalações nucleares iranianas, a ONU e a UE suspenderiam as sanções impostas ao país, enquanto que os Estados Unidos aliviariam suas sanções unilaterais. Em maio de 2018, no entanto, o presidente norte-americano, Donald Trump, se retirou do Acordo, dando início ao restabelecimento de diversas rodadas de sanções contra o Irã. A retomada das sanções unilaterais tem afetado, dentre outros ramos, transações financeiras, importações de matérias primas, o setor automotivo e a aviação comercial (Columbia SIPA; Congressional Research Service; G1 2018).

O **Iraque** acompanha as sanções aplicadas pela Liga Árabe e pelas demais organizações às quais o Estado está vinculado. O Iraque, todavia, foi o primeiro caso de embargo financeiro e comercial envolvendo o Conselho de Segurança após 1990, devido à invasão do Kuwait por parte do governo de Saddam Hussein. Foi apenas em maio de 2003 que o Conselho de Segurança suspendeu todas as medidas restritivas contra o país (Garfield 2002; EU 2018).

Atualmente, o **México** possui um regime de sanções em vigor que vai de acordo ao artigo 133 da sua constituição, tendo ratificado e assinado vários tratados internacionais da ONU relacionados à temática. Ademais, o país segue um Código Penal Federal para regular algumas atividades no âmbito de sanções, principalmente contra o crime organizado e contra o terrorismo (Eversheds Sutherland 2018).

Com a crise dos Rohingya[21] no **Mianmar**, diversas sanções econômicas vêm sendo aplicadas ao país. As sanções econômicas a Mianmar "incluíram cortes na ajuda financeira, bloqueio de acesso a ativos e reversão de fluxos de investimento" (Ajmani et al. 2018, online. Tradução própria). Em 2018, embargos de armamentos foram estendidos pela União Europeia sobre o país. A organização acusa Mianmar de violações graves e sistemáticas de direitos humanos (Ajmani et al. 2018).

Apesar de já ter sofrido sanções por parte da União Europeia e dos Estados Unidos, a **Nigéria** também se inclui grupo de países que aplicam esse tipo de medida. Notavelmente, o país faz parte da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), que aplica sanções aos Estados-membros em caso de violações graves e persistentes dos direitos humanos, do Estado de direito ou dos princípios democráticos. Além disso, a Nigéria também apoia a imposição de sanções e embargos a grupos terroristas, recomendando, inclusive, a adição do Boko Haram[22] à lista de indivíduos e entidades sujeitas às sanções financeiras específicas e ao embargo de armas estabelecido pelo Conselho de Segurança (Eversheds Sutherland 2018; Business & Sanctions Consulting Netherlands 2018).

Desde 2017, o **Paquistão** é alvo de sanções econômicas por parte dos países

21 Nos últimos anos, o Mianmar tem sido palco de uma intensa crise, derivada da perseguição da minoria muçulmana – os chamados Rohingyas – por parte da maioria budista do país. Os Rohingyas têm sido alvo de repressão pelo segmento budista de Mianmar, o qual, dentre outros fatores, teme a segregação do estado de Rakhine – onde habita grande parte da minoria muçulmana. O resultado dessa crise, a qual tomou proporções significativas nos últimos anos e chegou a ser considerada pela ONU como uma tentativa de "limpeza étnica" por parte do governo de Mianmar, foi um enorme fluxo de refugiados, especialmente em direção ao vizinho Bangladesh (Walton e Hayward 2014).

22 O Boko Haram é um movimento sectário islâmico fundado em 2002, no nordeste da Nigéria. De início, o grupo tinha como objetivo livrar o país das influências ocidentais e da corrupção. O Boko Haram foi autor de diversos assassinatos, estupros, sequestros e atos de violências em larga escala no Estado nigeriano, sendo considerado um grupo terrorista pelas autoridades (Britannica Academic 2018). Sua alocação na lista do Conselho de Segurança de indivíduos e entidades sancionados foi recomendado pela Nigéria em 22 de maio de 2014 (Eversheds Sutherland 2018).

do G7 – República Federal da Alemanha, Canadá, Estados Unidos da América, República Francesa, Itália, Japão e Reino Unido –, devido ao seu alegado financiamento a grupos terroristas como o Talibã (FATF 2018). Estas sanções visam a alcançar as empresas associadas a serviços militares e de inteligência paquistanesas que favoreceriam a atuação do Talibã no Afeganistão. A Índia, histórica rival do Paquistão, também denuncia o país à ONU por apoiar atividades de grupos terroristas em seu país (Forbes 2017).

A **República Popular Democrática da Coreia (RPDC)** sofreu diversas sanções econômicas como forma de retaliação internacional devido aos seus esforços de desenvolvimento de armas de destruição maciça, mais especificamente, de armas nucleares, de forma a violar o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). As justificativas para a aplicação desta medida restritiva por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas dizem respeito à ameaça à paz e à segurança internacional, representada pelas atividades em curso relacionadas à produção de mísseis balísticos e nucleares de longo alcance (United States 2018c). As primeiras sanções sofridas pela RPDC foram em 2006, também por parte do Conselho de Segurança, logo após seu primeiro teste nuclear em outubro do mesmo ano. Desde então, estas medidas restritivas foram adotadas repetidamente – e três das já existentes foram expandidas (Business & Sanctions Consulting Netherlands 2018). Além disto, outros países e organizações, como os Estados Unidos e a União Europeia, adotaram medidas restritivas autônomas em relação a Pyongyang, alegando que as ações da Coreia do Norte colocavam em risco sua segurança interna (United States 2018c; European Union 2018). As medidas restritivas incluem: o congelamento de fundos norte-coreanos; a proibição à exportação de bens de dupla utilização para o país; a proibição ao fornecimento de apoio financeiro, público ou privado, ao país; a proibição ao comércio com a RPDC e com nacionais ou entidades do país; inspeções internacionais no território norte-coreano; e a recusa de autorização para aterrar, decolar, sobrevoar ou navegar sobre o território dos Estados Unidos e de membros da UE para qualquer aeronave ou embarcação norte-coreana (European Union 2018; Gladstone 2018).

Sanções extensivas foram impostas à República Árabe da **Síria** pelas Nações Unidas, pela União Europeia e por várias outras entidades reguladoras em resposta a um alegado apoio do governo sírio ao terrorismo internacional e às violações contra os direitos democráticos e humanos no país. Desde a primeira implementação, as sanções vêm sendo constantemente reforçadas devido ao escalonamento da violência na região. As sanções atualmente impostas incluem restrições ao comércio, proibições de viagens e congelamento de bens de certas autoridades sírias, bem como a proibição a investimentos na Síria por cidadãos estadunidenses (ComplyAdvantage 2018).

Após 20 anos de sanções abrangentes, em outubro de 2017, o governo dos Estados Unidos revogou a maioria das medidas punitivas contra o **Sudão**. O decreto foi um marco na reabilitação de um Estado que ganhou opróbrio internacional pelo o que era visto como uma hospitalidade com extremistas violentos nos anos 1990, e seu envolvimento em crimes de guerra contra seu próprio povo (The Guardian 2018). Embora, na teoria, as sanções tenham terminado, na prática, pouco parece ter mudado. Oficiais sudaneses culpam os Estados Unidos, sugerindo que não foi divulgado corretamente que não há mais riscos em fazer negócios no Sudão. Outros, porém, acreditam que o governo sudanês usou as sanções para mascarar sua própria

responsabilidade pela deterioração dos padrões de vida (BBC News 2018).

A **Turquia** tem um regime autônomo de sanções e, em geral, implementa as sanções das Nações Unidas (Eversheds Sutherland 2018c). Na conjuntura atual, em retaliação à prisão de um pastor protestante estadunidense na Turquia, os Estados Unidos impuseram uma série de sanções econômicas contra o Ministro da Justiça e o Ministro do Interior turcos por terem prendido o pastor (Folha de São Paulo 2018; El Mundo 2018). Ancara, que demonstrou fortes protestos contra essa decisão, já anunciou sua pretensão de responder às sanções impostas por meio de medidas de equivalência similar (El Mundo 2018). Diante dessa situação, a lira – a moeda turca – vem, inclusive, perdendo força, sofrendo crescentes desvalorizações (Folha de São Paulo 2018).

Em 2014, os Estados Unidos aplicaram sanções econômicas contra a **Venezuela**, mais especificamente, contra os envolvidos no maltrato de protestantes durante as manifestações daquele ano (Akin Gump 2014). Em 2015, as sanções prévias foram reforçadas pela administração Obama – aumentando ainda mais as tensões entre ambos países (Mason e Rampton 2015). Em 2017, Donald Trump estabeleceu novas sanções, alegando que a Venezuela se encontrava em uma situação que se configurava como uma ditadura. Tais sanções afetaram e prejudicaram ainda mais a situação do país, uma vez que tiveram efeitos sobre o preço do petróleo (BBC 2017). Já mais recentemente, a União Europeia vem se preparando para impor novas sanções relacionadas ao que é visto como uma erosão democrática no país (Al Jazeera 2018).

Recentemente, a **Ucrânia** vem sofrendo com a imposição de sanções por parte da União Europeia e dos Estados Unidos (United States 2018b; Business & Sanctions Consulting Netherlands 2018). No caso desse país, vem ocorrendo o banimento da provisão de certos serviços e de investimentos na Crimeia, o embargo de certos bens de serviços e tecnologias, o congelamento de fundos e diversas outras medidas (Business & Sanctions Consulting Netherlands 2018). Muitas dessas medidas foram impostas logo após o conflito Russo-Ucraniano – iniciado em 2014, após a anexação da Crimeia pela Rússia e os movimentos separatistas pró-russos nas regiões de Donetsk e Luhansk –, com a ameaça representada pelas ações e políticas de atores internacionais que prejudicaram os processos democráticos e instituições na Ucrânia (CFR 2018; United States 2018b).

A **União Africana (UA)** é uma organização internacional criada em 2002, em substituição à até então Organização da Unidade Africana, com o objetivo de promover a cooperação africana, buscando também a promoção da democracia e dos direitos humanos e o desenvolvimento econômico no continente (AU 2018). Desde 2002, a organização já aplicou 15 sanções contra doze dos seus 54 Estados-membros, pois, conforme declarado em seu Ato Constitutivo,

> qualquer Estado-Membro que não cumpra as decisões e políticas da União pode ser sujeito a outras sanções, como a denegação de vínculos de transporte e de comunicação com outros Estados-Membros, e outras medidas de natureza política e econômica a determinar pela Assembleia (UA 2000, 15, tradução nossa).

Estas medidas são aplicadas a Estados em conflitos internos e/ou interestatais, ou até mesmo a governos que chegaram ao poder por meios considerados inconstitucionais (Portela e Charron 2015).

6 QUESTÕES A PONDERAR

I. Como as sanções econômicas devem ser aplicadas de modo que não prejudiquem a população civil e respeitem os direitos humanos?

II. As sanções violam o princípio da soberania ao pressionarem certos Estados a realizarem determinadas ações que não necessariamente correspondam à sua própria vontade? Nesse sentido, o que o caso de Burundi e de Cuba trazem como aprendizado?

III. Qual deve ser a posição de um país ou instituição frente à aplicação de sanções unilateralmente?

IV. Considerando-se a discussão acerca da aplicação de sanções a países em desenvolvimento, seriam elas instrumentos realmente eficazes? Caso não, seriam as chamadas sanções "inteligentes" ou "direcionadas" uma saída para esta ineficácia?

V. Estariam os Estados Unidos e as demais 'democracias liberais' utilizando sanções para pressionar alguns países a adotarem modelos políticos e econômicos deste mesmo caráter, independentemente de sua vontade soberana?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

African Union (AU). 2018. "AU in a Nutshell". Acesso em 10 de Maio. https://au.int/en/au-nutshell.

Ajmani, Manmeet, P. K. Joshi, Avinash Kishore e Devesh Roy. 2018. "How Did Sanctions Impact Myanmar?". *The Diplomat*. Última modificação 6 de janeiro. https://thediplomat.com/2018/01/how-did-sanctions-impact-myanmar/.

Akin Gump. 2014. "Obama to Sign Venezuela Sanctions Bill". Acesso em 20 de agosto de 2018. https://www.akingump.com/en/news-insights/obama-to-sign-venezuela-sanctions-bill.html.

Al Jazeera. 2018. "EU prepares to hit Venezuela with new sanctions". Última modificação 28 de maio. https://www.aljazeera.com/news/2018/05/eu-prepares-hit-venezuela-sanctions-180528140548981.html.

Allen, Susan. 2008. "The Domestic Political Costs of Economic Sanctions". *The Journal of Conflict Resolution* 52 (6): 916-944. http://www.jstor.org/stable/27638645

———, and David Lektzian. 2013. "Economic sanctions: A blunt instrument?". *Journal of Peace Research* 50 (1): 121-135. http://www.jstor.org/stable/23441161.

American Association for World Health. 1997. *Denial of Food and Medicine:* The Impact of the U.S. Embargo on Health and Nutrition in Cuba. Washington: AAWH.

Amnesty International. 2009. "The US Embargo Against Cuba: Its Impact on Economic and Social Rights". Acesso em 20 de Agosto. https://web.archive.org/web/20130228222444/http://www.amnesty.org/en/library/asset/AMR25/007/2009/en/51469f8b-73f8-47a2-a5bd-f839adf50488/amr250072009eng.pdf.

Asia Times. 2018. "Why India is ignoring US sanctions and sticking with Iran". Acesso em 20 de agosto. http://www.atimes.com/article/why-india-is-ignoring-us-sanctions-and-sticking-with-iran/?cn-reloaded=1.

BBC, 2017. "Quais as consequências das sanções dos EUA para a economia da Venezuela?". Acesso em 20 de agosto. https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41060655.

BBC News. 2018. "Why the end of US sanctions hasn't helped Sudan". Acesso em 30 de setembro. https://www.bbc.com/news/world-africa-44711355.

Braga, Pablo. 2011. "África do Sul: A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul". Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.

Business & Sanctions Consulting Netherlands. 2018. "Sanctions Risk List Countries". Última modificação em 9 de julho. http://www.bscn.nl/sanctions-consulting/sanctions-list-countries.

Charter of the United Nations, San Francisco, 26 de junho de 1945. https://treaties.un.org/doc/publication/ctc/uncharter.pdf.

Columbia SIPA. 2018. "Brief History of US Sanctions on Iran". Acesso em 02 de outubro. https://energypolicy.columbia.edu/research/brief-history-us-sanctions-iran

Comply Advantage. 2018. "Sanction Countries: Syria". Acesso em 30 de setembro. https://complyadvantage.com/knowledgebase/sanctions/sanctioned-countries/syria/

Congressional Research Service. 2018. "Iran Sanctions". Acesso em 02 de outubro. https://fas.org/sgp/crs/mideast/RS20871.pdf.

Cortright, David And George Lopez. 1997. "Economic sanctions and human rights: Part of the problem or part of the solution?". *The International Journal of Human Rights* 1 (2): 1-25. doi: 10.1080/13642989708406664.

Council on Foreign Relations (CFR). 2018. "Conflict in Ukraine". Acesso em 20 de agosto. https://www.cfr.org/interactives/global-conflict-tracker?marker=26#!/conflict/conflict-in-ukraine.

Damrosch, Lori. 1993."The Civilian Impact of Economic Sanctions," in Enforcing Restraint: Collective Intervention in Internal Conflicts. *Council on Foreign Relations Press*.

Drury, A, and Dursun Peksen. 2010. "Coercive or Corrosive: The Negative Impact of

Economic Sanctions on Democracy". *International Interactions* 36 (3): 240-264. doi: 10.1080/03050629.2010.502436.

Elagab, Omer. 1992. "Coercive Economic Measures against Developing Countries". *The International and Comparative Law Quarterly* 41 (3): 682-694. http://www.jstor.org/stable/760555.

El País. 2015. "La UE impulsa nuevas sanciones a Rusia por su papel en Ucrania". Acesso em 21 de agosto. https://elpais.com/internacional/2015/01/27/actualidad/1422352446_583376.html

–––. 2018. "Estados Unidos y Argentina estudian sanciones al petróleo venezolano". 21 de agosto. https://elpais.com/internacional/2018/02/04/argentina/1517757833_347915.html.

El Mundo. 2018. "Turquía anuncia represalias a las sanciones de Estados Unidos a dos ministros turcos". Acesso em 02 de outubro. http://www.elmundo.es/internacional/2018/08/01/5b6223bb468aeb225b8b45c4.html.

European Union (EU). 2018. "EU Sanctions Map". Última modificação em 6 de agosto. https://www.sanctionsmap.eu/#/main.

Estadão. 2018. "EUA ampliam sanções à Venezuela e bloco regional critica eleição de Maduro". Acesso em 02 de outubro. https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,eua-ampliam-sancoes-a-venezuela-e-bloco-regional-critica-eleicao-de-maduro,70002318372.

–––. 2018b. "Iran Global sanctions guide". Acesso em 02 de outubro. https://sanctionsguide.eversheds-sutherland.com/countries/iran/.

Eversheds Sutherlands. 2018. "Global sanctions guide". Acesso em 14 de junho. http://www.eversheds-sutherland.com/global/en/what/services/sanctions/index.page.

Eversheds Sutherlands. 2018c. "Turkey Global sanctions guide". Acesso em 02 de outubro. https://sanctionsguide.eversheds-sutherland.com/countries/turkey/.

Faubert, Carrol. 2006. *Evaluation of UNDP Assistance to Conflict-Affected Countries:* Case Study Haiti. New York: United Nations Development Programme Evaluation Office. https://www.oecd.org/countries/haiti/44826404.pdf.

Financial Action Task Force (FATF). 2018. "FATF workshop on the role of judges and prosecutors in tackling money laundering and terrorist financing in Europe". Última modificação em 27 de março. http://www.fatf-gafi.org/publications/fatfgeneral/documents/workshop-judges-prosecutors-march-2018.html.

Folha de São Paulo. 2018. "EUA dizem que estão prontos para mais sanções se Turquia não

libertar pastor". Acesso em 02 de outubro. https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/08/eua-dizem-que-estao-prontos-para-mais-sancoes-se-turquia-nao-libertar-pastor-norte.shtml.

Food and Agriculture Organization (FAO). 1997. "FAO/WFP Crop and Food Supply Assessment Misson to Burundi". Ultima modificação 4 de março. http://www.fao.org/docrep/004/W5956e/W5956e00.htm#E61E3.

France 24, 2018. "Cuba's Castro hits out at US sanctions on left-wing LatAm gov'ts". Acesso em 20 de agosto. http://www.france24.com/en/20180726-cubas-castro-hits-out-us--sanctions-left-wing-latam-govts.

G1. 2015. "Barack Obama e Raúl Castro fazem encontro histórico no Panamá". Acessado em 10 de maio. http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/04/barack-obama-e-raul-castro-iniciam-encontro-historico-no-panama.html.

G1. 2018. "Sanções unilaterais dos EUA contra o Irã entram em vigor". Acesso em 02 de outubro. https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/08/07/sancoes-unilaterais-dos--eua-contra-o-ira-entram-em-vigor.ghtml.

———. 2018. "Conselho de Segurança da ONU renova sanções contra Iêmen; Rússia veta pressão sobre o Irã". Última modificação 26 de fevereiro. https://g1.globo.com/mundo/noticia/conselho-de-seguranca-da-onu-renova-sancoes-contra-iemen-russia-veta-pressao-sobre-o-ira.ghtml.

Garfield, Richard. 1999. *Morbidity and mortality among Iraqi children from 1990 through 1998: assessing the impact of the Gulf war and economic sanctions*. Notre Dame: University of Notre Dame.

———. 2002. "Economic Sanctions, Humanitarianism, and Conflict After the Cold War". *Social Justice* 29 (3): 94-107. http://www.jstor.org/stable/29768138.

Galtung, J. 1967. "On the Effects of International Economic Sanctions, With Examples from the Case of Rhodesia". *World Politics*, 378-416. doi:10.2307/2009785.

———. 2002. "Economic Sanctions, Humanitarianism, and Conflict After the Cold War". *Social Justice* 29 (3): 94-107. http://www.jstor.org/stable/29768138.

Gladstone, Rick. 2018. "U.S. Rebuffed at U.N. on North Korea Sanctions Enforcement". The New York Times. Acesso em 02 de outubro. https://www.nytimes.com/2018/07/19/world/asia/north-korea-sanctions-cheating.html.

Global Affairs Canada. 2018. "Canadian Economic Sanctions". Última modificação em 26 de julho. http://www.international.gc.ca/sanctions/index.aspx?lang=eng.

Hague Convention. 1907. "Convention (IV) respecting the Laws and Customs of War on Land and its annex: Regulations concerning the Laws and Customs of War on Land. The Hague, 18 October 1907". Disponível em http://www.opbw.org/int_inst/sec_docs/1907HC-TEXT.pdf.

Hobsbawm, Eric. 1995. *A Era dos Extremos:* o breve século XX. 1941-1991. São Paulo: Companhia das Letras.

Hofer, Alexandra. 2017. "The Developed/Developing Divide on Unilateral Coercive Measures: Legitimate Enforcement or Illegitimate Intervention?". *Chinese Journal of International Law* 16 (2): 175-214. doi: 10.1093/chinesejil/jmx018.

Hoskins, Eric e Samantha Nutt. 1997. "The Humanitarian Impacts of Economic Sanctions on Burundi Preliminary Findings". Acessado em 7 de maio. https://reliefweb.int/report/burundi/humanitarian-impacts-economic-sanctions-burundi-preliminary--findings.

Hufbauer, Jeffrey Schott, Kimberly Elliott e Milica Cosic. 2001. "Case 60-3: US v. Cuba (1960–: Castro)".*Peterson Institute for International Economics*. Última modificação em outubro. https://piie.com/sites/default/files/publications/papers/sanctions--cuba-60-3.pdf.

————, Jeffrey Schott, Kimberly Elliott and Barbara Oegg. 2007. "Economic Sanctions Reconsidered". Washington: 3rd edition. *Peterson Institute for International Economics.*

———, Jeffrey Schott, Kimberly Elliott e Barbara Oegg. 2008. "Case 90-1: US and UN v. Iraq (1990–: Invasion of Kuwait, Impairment of military capability, destabilization)". *Peterson Institute for International Economics.* Última modificação em março. https://

piie.com/commentary/speeches-papers/case-90-1.

International Committee of The Red Cross (ICRC). 1949. *The Geneva Conventions of 12 August 1949*. Genebra: International Committee of the Red Cross. https://www.icrc.org/eng/assets/files/publications/icrc-002-0173.pdf.

–––. 1998. "The International Humanitarian Law". Acesso em 21 de agosto. https://www.icrc.org/por/resources/documents/misc/5tndf7.html.

Islamic Rights Comission. 2013. "Economic Sanctions As Human Rights Violations: International Law and Land the Right to Life". Última modificação 14 de maio. http://www.ihrc.org.uk/publications/briefings/10518-economic-sanctions-as-human-rights-violations-international-law-and-the-right-to-life/

Jentleson, Bruce. 2000. "Economic sanctions and post-Cold War conflict. In International conflict resolution after the Cold War", Ed. Paul Stern and Daniel Druckman. Washington, DC: National Academy Press, 123-177

Marinov, Nikolay. 2005. "Do Economic Sanctions Destabilize Country Leaders?". *American Journal of Political Science* 49 (3): 564-576. http://www.jstor.org/stable/3647732.

Marks, Stephen. 1999. "Economic Sanctions and Human Rights Violations: Recociling Political and Public Health Imperatives". *American Journal of Public Health* 89 (10): 1509-13. https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1508798/pdf/amjph00010-0051.pdf.

Mason, Jeff e Roberta Rampton. 2015. "U.S. declares Venezuela a national security threat, sanctions top officials". *Reuters*. Última modificação em 9 de março. https://www.reuters.com/article/us-usa-venezuela/u-s-declares-venezuela-a-national-security-threat-sanctions-top-officials-idUSKBN0M51NS20150310.

Masters, Jonathan. 2017. "What Are Economic Sanctions?". *Council on Foreign Relations*. Última modificação 7 de agosto. https://www.cfr.org/backgrounder/what-are-economic-sanctions.

Minear, Larry, David Cortright, Julia Wagler, George A. Lopez and Thomas G. Weiss. 1998. "Toward more humane and effective sanctions management: enhancing the capacity of the United Nations system". *Thomas J. Watson Jr. Institute for International Studies*, Occasional Paper No. 31,

Mittal, Kartik. 2018. "US-GCC sanctions: One year on, how Qatar is weathering the crisis". DailyO. Acesso em 30 de setembro. https://www.dailyo.in/politics/qatar-blockade-gcc-saudi-us-al-jazeera-donald-trump-arab-spring/story/1/22006.html.

Morgan, Clifton, Valentin Krustev Navin and A. Bapat. 1945. "Threat and Imposition of Sanctions". *TIES dataset*. http://www.unc.edu/~bapat/TIESUSERSMANUAL.pdf

Nações Unidas. 1945. "Carta das Nações Unidas". Acessado em 8 de maio. https://nacoesunidas.org/carta/.

Øygarden, Kristoffer. 2017. "The Effect of Sanctions on Human Rights: Assessing the Impact of Economic Sanctions on Human Rights Violations in Targeted Countries". Master diss., University of Oslo.

Pape, Robert A. 1997. "Why Economic Sanctions Do Not Work". *International Security* 2 (2): 90-136. http://www.jstor.org/stable/2539368.

Peksen, Dursun. 2009. "Better or Worse? The Effect of Economic Sanctions on Human Rights". *Journal of Peace Research* 46 (1): 59–77. doi: 10.1177/0022343308098404

Permanent Mission of the People`s Republic of China to the United Nations. 2017. "Statement by Ambassador LIU Jieyi at the Security Council Briefing on Enhancing the Effectiveness of United Nations Sanctions". Acesso em 20 de agosto. http://www.china-un.org/eng/hyyfy/t1484652.html.

Portela, Clara e Andrea Charron. 2015. "The UN, regional sanctions and Africa". *The Royal Institute of International Affairs* 91 (6): 1369-1385. doi: 10.1111/1468-2346.12452.

Reuters. 2017. "In blocking arms to Yemen, Saudi Arabia squeezes a starving population". Acesso em 20 de agosto. https://www.reuters.com/investigates/special-report/yemen-saudi-blockade/.

Sputnik. 2017. "Países exportadores de gas, en contra de las sanciones que limitan comercio de gas". Acesso em 02 de outubro. https://mundo.sputniknews.com/economia/

20171123107419385 4-bolivia-foro-energia-economia-restricciones/.

The Guardian. 2015. "Saudi-led naval blockade leaves 20m Yemenis facing humanitarian disaster". Acesso em 20 de agosto. https://www.theguardian.com/world/2015/jun/05/saudi-led-naval-blockade-worsens-yemen-humanitarian-disaster.

The Guardian. 2017. "US eases economic sanctions on Sudan". Acesso em 30 de setembro. https://www.theguardian.com/world/2017/oct/06/us-eases-sanctions-against-sudan-citing-improvements-on-human-rights.

The New York Times. 1982. "Europeans Ending Argentine Imports In Falkland Crisis". Acesso em 21 de agosto. https://www.nytimes.com/1982/04/11/world/europeans--ending-argentine-imports-in-falkland-crisis.html.

––––. 2005. "Beirut Car Bomb Kills Ex-Premier; Stability at Risk". 21 de agosto. https://www.nytimes.com/2005/02/15/world/middleeast/beirut-car-bomb-kills-expremier--stability-at-risk.html.

––––. 2014. "Haiti Elections in Doubt as Ex-Presidents Stir Pot". Última modificação em 4 de junho. https://www.nytimes.com/2014/06/08/world/americas/haiti-elections--in-doubt-as-ex-presidents-stir-pot.html.

The Week. 2018. "US set to sanction China". Última modificação 22 de março. http://www.theweek.co.uk/us/92453/us-set-to-sanction-china.

United Nations Children's Fund (UNICEF). 1999. "Unicef Executive Director Carol Bellamy said at the press conference that the findings reveal "an ongoing humanitarian emergency"". CF/DOC/PR/1999/29.

United Nations, General Assembly. 1948. *Universal Declaration of Human Rights*. http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/eng.pdf.

–––, General Assembly. 1965. *Declaration on the Inadmissibility of Intervention in the Domestic Affairs of States and the Protection of Their Independence and Sovereignty.* A/RES/20/2131. http://www.un-documents.net/a20r2131.html.

–––, Assembleia Geral. 1966. *Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos.* A/RES/2200A(XXI) (16 de dezembro de 1966). http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/2_pacto_direitos_civis_politicos.pdf.

–––, General Assembly. 1970. *Declaration on Principles of International Law concerning Friendly Relations and Co-operation among States in accordance with the Charter of the United Nations*. A/RES/25/2625. http://www.un-documents.net/a25r2625.html.

–––, General Assembly. 1974. *Charter Of Economic Rights And Duties Of States.* RES 3281(XXIX) (12 de dezembro de 1974). http://investmentpolicyhub.unctad.org/Download/TreatyFile/2778.

–––, Assembleia Geral. 1976. *Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.* Resolução 2200A(XXI) (3 de janeiro de 1976). http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pacto_internacional.pdf.

–––, General Assembly. 1981. *Declaration on the Inadmissibility of Intervention and Interference in the Internal Affairs of States.* A/RES/36/103 (9 de dezembro de 1981). http://www.un.org/documents/ga/res/36/a36r103.htm.

–––, Security Council. 1990a. *Resolution 665 (1990)*. S/RES/665 (25 de agosto de 1990). http://unscr.com/en/resolutions/doc/665.

–––, Security Council. 1990b. *Resolution 670 (1990)*. S/RES/670 (25 de setembro 1990). https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Documents/670.pdf.

–––, Security Council. *Resolution 1072 (1996) on a comprehensive political settlement of the crisis in Burundi*. S/RES/1072 (30 de agosto de 1996). http://dag.un.org/handle/11176/41554.

–––, General Assembly. 1997. *Necessity Of Ending The Economic, Commercial And Financial Embargo Imposed By The United States Of America Against Cuba.* A/52/342 (15 de setembro de 1997). https://digitallibrary.un.org/record/244182/files/a_52_342-en.pdf.

–––, General Assembly. 1998. *Special Rapporteurs Brief Commission On Human Rights On Situations In Iraq, Burundi And Rwanda.* HR/CN/856 (16 de abril 1998). https://www.un.org/press/en/1998/19980416.HRCN856.html.

–––, Economic and Social Council. 2000. *The Adverse Consequences of Economic Sanctions*

on the enjoyment of human rights: Working paper prepared by Mr. Marc Bossuyt. E/CN.4/Sub.2/2000/33 (21 de junho de 2000). http://undocs.org/fr/E/CN.4/Sub.2/2000/33.

United Nations Office of the High Comissioner on Human Rights (OHCHR). 2015. "Human rights and unilateral coercive measures". Acesso em 25 de junho de 2018. http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Seminars/Pages/WorkshopCoerciveMeasures.aspx.

United States. 2018a. "Economic Sanctions Policy and Implementation". *Departament of State*. Acesso em 14 de junho de 2018. https://www.state.gov/e/eb/tfs/spi/.

–––. 2018b. "Sanctions Programs and Country Information". *Department of the Treasury*. Ultima modificação 17 de agosto. https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Programs/Pages/Programs.aspx.

United States. 2018c. "North Korea". Department of State. Acesso em 02 de outubro. https://www.state.gov/p/eap/ci/kn/.

–––. 2018d. "U.S. Relations With Bolivia". Acesso em 02 de outubro. https://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/35751.htm.

Wallensteen, Peter. "Characteristics of Economic Sanctions". *Journal of Peace Research* 5 (3): 248-267. http://www.jstor.org/stable/423276.

Walton, Matthew J., and Susan Hayward. 2014. Report. *East-West Center*. http://www.jstor.org/stable/resrep06518.

THIS PAGE INTENTIONALLY LEFT BLANK.

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v. 6 2018 | p. 46 - 87

NAÇÕES SEM ESTADO: A SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO CURDA

Bianca Ferreira de Andrade[1]
Eduarda Fontana Ramos[2]

RESUMO

Este guia de estudos tem como objetivo apresentar os efeitos do não reconhecimento e da exclusão da participação política da população curda nos países nos quais representam população mais expressiva (Turquia, Iraque, Irã e Síria). Os curdos têm lutado pelo reconhecimento de um Estado próprio desde pelo menos o estabelecimento dos Estados-nação no Oriente Médio no início do século XX. Assim, será apresentado um histórico do povo curdo, acompanhado do processo de formação das nações da região, que não incluíram o Curdistão. A seguir, o guia explanará a relação entre os curdos e os países dos quais fazem parte desde então, como forma de preparar a discussão sobre as violações de direitos humanos que ocorrem em decorrência dessa relação conflituosa.

1 Bianca é estudante do segundo ano de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Diretora-Assistente no CDHNU.

2 Eduarda é estudante do quarto ano de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Diretora no CDHNU.

1 INTRODUÇÃO

As ocorrências políticas da última década demonstram constantes ameaças à integridade de governos e o ressurgimento de grupos de contestação a autoridades centrais (Inglehart 2018), que parecem favorecer a ocorrência de movimentos separatistas, plebiscitos e tentativas de criação de novos Estados. Segundo Fazal (2018), a quantidade de movimentos buscando sua independência passou de oito em 1915 para cinquenta e nove em 2018. Mesmo assim, poucas secessões se concretizaram, por dificuldades de conseguir apoio político internacional e a contradição existente com o princípio de soberania, fundamental nas relações internacionais (Fazal 2018). Em grande parte das vezes, estas requisições estão ligadas a demandas econômicas ou a alguma outra crença de injustiça em relação a uma determinada região. A população é mobilizada a partir de grupos com retóricas nacionalistas, que se baseiam em características comuns, como língua e ascendência, para criar um sentimento unitário contra o governo central. Poucas reivindicações são tão antigas quanto a dos curdos, que, entretanto, tiveram seu reconhecimento como nação independente negado diversas vezes nos últimos séculos, por governos diferentes (McDowall 2005).

Apesar disso, ouve-se muito falar sobre o povo curdo. Muito disso se deve ao atual conflito na Síria, em que as milícias curdas se apresentam como importantes aliados estadunidenses para combater o grupo jihadista *Daesh*, ou Estado Islâmico (EI), já tendo sido capazes de recuperar grande parte do território do norte da Síria. A participação na guerra não veio acompanhada de reconhecimento ou representação, contudo. Os curdos representam o maior grupo étnico desprovido de território próprio, com uma população estimada em torno de 30 milhões de pessoas. Atualmente, esses povos ocupam território principalmente em regiões da Turquia, Iraque, Irã e Síria, o que evidencia o caráter transnacional da questão, e têm sido constantemente marginalizados pelas autoridades desses países, com a negação de direitos básicos, como o direito à participação política ou à saúde e à educação (McDowall 2005). Para entender esse processo de exclusão, bem como o posicionamento das grandes potências, é preciso compreender as raízes das tensões que envolvem a população curda.

Como forma de apresentar os problemas relacionados à violação de direitos humanos na região curda, este guia iniciará a discussão por uma breve história desse povo, com suas motivações para a secessão e seu histórico de luta. O processo de estabelecimento dos Estados da região, depois do esfacelamento do Império Otomano e das diversas tentativas de controle europeu, será tratado então, para compreender as posteriores relações com as nações, na época recém-formadas, do Oriente Médio. Por fim, o guia apresentará os renovados interesses internacionais na região, devido ao papel curdo na guerra síria, além da continuação do cenário de exclusão. A situação atual deverá ser tratada durante a discussão proposta, como forma de se encontrar soluções inovadoras e compreender melhor a conjuntura dos curdos na região.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Buscando fornecer um apanhado histórico que possa respaldar os seguintes desenvolvimentos do presente guia de estudos, a presente seção procura retomar alguns elementos importantes da história do povo curdo. Para isso, será fornecido

um panorama geral sobre a história desse povo, desde suas estruturas mais antigas até os principais desdobramentos do século XX, analisando também nesse contexto o desenvolvimento das lutas para o reconhecimento da região curda.

2.1 BREVE HISTÓRIA DO POVO CURDO

Segundo o fundador do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK, em sua sigla em curdo) na Turquia, Abdullah Öcalan (2008), a palavra "kurdi" remete à palavra suméria "kur", que significa "povo da montanha". A etimologia da palavra tem ligação direta com a região historicamente habitada pelos curdos, caracterizada por seu relevo montanhoso, o qual lhes garantiu, ao longo dos séculos, certo isolamento em relação aos demais povos do Oriente Médio. Deve-se também a esse fator geográfico a segregação dos curdos entre si, o que permitiu o desenvolvimento de culturas variadas dentro da etnia curda. Assim, embora habitassem uma região delimitada, composta por camponeses e nômades, as populações curdas se dividiam em tribos, com religiões e línguas diferentes – divergências culturais que foram exploradas habilmente por diversas potências ao longo dos séculos (Campos 2017).

A estrutura tribal curda era organizada por famílias, baseadas em hereditariedade. A linhagem e a consanguinidade eram, portanto, um fator determinante na liderança dos clãs existentes. Logo, não é surpreendente que as primeiras revoltas curdas tenham sido conduzidas por famílias que possuíam prestígio e credibilidade. Outra característica dessa estrutura era a religião como definidora da identidade, característica do período Otomano, uma vez que ainda não se pensava no aspecto étnico do nacionalismo curdo, que hoje pode ser observado[1] (Zeynep 2012).

Os territórios curdos fizeram parte do Império Otomano, fundado no fim do século XIII no noroeste da Anatólia, cuja dissolução data de 1922. Durante esse período, foram criados principados curdos, resultantes do sistema imperial administrativo Otomano, que era manejado de forma a ser flexível e adaptável às circunstâncias locais e às práticas pré-existentes, de forma que os locais mantivessem certa autonomia (Zeynep 2012). Desse modo, os emirados curdos, como também os *sanjaqs*, áreas curdas diretamente administradas por funcionários nomeados pelo Império, adquiriram alguma capacidade de autogoverno dentro dos territórios nos quais detinham autoridade. Esses fatores contribuíram para uma relação diplomática com o Império Otomano, porém, dificultaram a construção de uma identidade curda coesa (Peixinho 2010).

Uma característica interessante que pode ser observada nas, ainda que pontuais, revoltas curdas da época era o interesse em se criar um principado nos moldes tradicionais feudais, e não um Estado-nação. Apesar disso, houve uma retórica nacionalista limitada, cuja força seria mais evidente no século XX. O nacionalismo curdo incipiente que se desenvolveu nesse período, conduzido principalmente por famílias letradas da elite curda, possuía duas tendências fundamentais: a autonomista e a separatista. A primeira buscava recuperar a autonomia em áreas antes dominadas por essas elites e dar continuidade à participação curda na administração do

1 O nacionalismo curdo como movimento organizado ganhou força especialmente a partir da criação dos Estados-nação no Oriente Médio e da implementação de medidas e leis que afastaram os curdos dos centros de poder. É notável o caso da Turquia, que se baseou na própria narrativa nacionalista para a criação da "Turquia Moderna" (Gunter 2014).

Império. Já a segunda, apesar do nome, não se interessava pela secessão do território, mas reivindicava a identidade curda na forma de educação da língua nativa, proibida pelo governo central (Campos 2017).

Contudo, entre o final do século XVIII e início do século XIX, o Império Otomano se enfraqueceu, principalmente em face do processo de modernização tecnológica que ocorria no continente europeu, o qual não era acompanhado na região (Campos 2017). Em consequência disso, emergiram frequentes conflitos de interesses entre os líderes locais e o poder central. Os emires curdos buscavam fortalecer seu controle territorial e se apropriar dos rendimentos públicos em vez de entregá-los ao governo central, ao passo que este visava a reduzir a autoridade dos líderes tribais e os antigos privilégios garantidos a eles. Por conseguinte, esse período ficou marcado por revoltas contra as políticas centralizadoras do Império. Diante desse cenário instável e beligerante, os Otomanos iniciaram um processo de modernização de seu exército com o intuito de acompanhar militarmente os países europeus, porém as derrotas sofridas desacreditaram o poderio otomano (Campos 2017; Zeynep 2012).

Embora o Império tenha convergido seus esforços para a centralização do governo e fortalecimento militar, ele ainda se encontrava em desvantagem em relação às demais potências, entre as quais, a Rússia, sua rival durante a Primeira Guerra. A Rússia encorajava dissidências entre os povos curdos e armênios e o governo central, com o objetivo de enfraquecer o Império, porém não apoiava a independência curda ou armênia, pois desejava obter a Anatólia oriental para si. A maneira que o califado Otomano encontrou para enfrentar a Rússia foi eliminar todos aqueles que representavam uma ameaça em potencial, ou seja, aqueles que poderiam simpatizar com as políticas russas. Portanto, iniciou-se um processo de deportação dos considerados "suspeitos de serem culpados por traição e espionagem", acompanhado por massacres de limpeza étnica (McDowall 2005, 103). Ainda que jamais reconhecido pelas autoridades da República Turca (Campos 2017), o episódio ficou conhecido como genocídio armênio e contou com a participação ativa dos povos curdos. Não existe um consenso entre os estudiosos sobre como se deu tal participação: segundo Campos (2017, 16), "turcos estimulavam a população curda em franca carestia a ocupar terras armênias cristãs"; já segundo Martin van Bruinessen (1992, 269), "foram os massacres dos armênios que tornaram um Estado curdo realizável".

De todo jeito, o futuro curdo não seria mais aprazível devido à sua colaboração com o então governo Otomano; afinal, o pós-guerra deixou bem clara a intenção da recém-formada República da Turquia em eliminar a identidade curda ao dispersar seu povo em pequenos grupos (McDowall 2005). Imediatamente após o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1920, foi acordado o Tratado de Paz de Sèvres, que, embora nunca tenha chegado a ter validade jurídica, foi um marco importante das expectativas curdas de possuir seu próprio Estado-Nação.

Foi estabelecida em Sèvres uma comissão composta por representantes britânicos, franceses e italianos, que visitaria os locais ocupados predominantemente por curdos e outras minorias raciais e religiosas e, se necessário, demandaria retificações ao Estado turco. O artigo 62 deste tratado abria brecha para uma possível independência curda, se o Conselho da Liga das Nações achasse adequado fazê-lo. Todavia, a campanha vitoriosa de Mustafa Kemal Atatürk na guerra da independência turca

(1919-1922)[2] levou ao abandono definitivo do Tratado de Sèvres, e um novo tratado foi celebrado em 24 de julho de 1923, em Lausana, na Suíça, marcando não só o fim formal do Império Otomano, como o abandono da ideia de autodeterminação dos curdos. O novo tratado apenas previu o reconhecimento dos direitos das minorias grega, armênia e judaica, populações que haviam quase desaparecido da República da Turquia devido à limpeza étnica perpetrada durante a guerra de independência (Fernandes 2005). Ainda assim, neste início de século XX, o sentimento nacionalista curdo foi impulsionado pela popularidade das ideias de Woodrow Wilson, as quais postulavam o princípio de autodeterminação dos povos - que primava pelo direito do povo em escolher seu governo soberano sem intervenção externa -, proposto, explicitamente, em seus Quatorze Pontos de 18 de janeiro de 1918 (McDowall 2005).

O período do pós-Primeira Guerra, com a queda do Império Otomano, foi crucial no desenvolvimento da identidade curda, pois foi a época em que se repensou a configuração deixada pelo Império e se reacenderam movimentos nacionalistas das populações que ali habitavam. Isso era contraposto pelo crescimento do kemalismo, movimento nacionalista turco fundado por Mustafa Kemal que, sobretudo, visava à assimilação das minorias existentes ao território turco. O estadista visava aproximar a realidade da República da Turquia àquela das potências europeias, para isso desenvolveu um projeto de modernização que levava ao abandono do passado islâmico e à implementação do secularismo, cujo objetivo era também criar uma nação turca etnicamente homogênea - em contraposição ao multicultural e multiétnico Império Otomano (Roberto 2016).

Uma abordagem de segurança nacional ligada à questão curda também foi desenvolvida na época, uma vez que existia um forte receio de que os mesmos movimentos separatistas que fragilizaram o Império Otomano pudessem colocar em cheque a consolidação da recém-criada República da Turquia. Dessa forma, em junho de 1934, o território da Turquia se reorganizou em três zonas de acordo pautando-se na lei 2.510, que fora aprovada naquele período:

> [...] i) localidades reservadas à habitação, sob forma compacta, de pessoas possuindo a cultura turca; ii) regiões para onde as populações de cultura não turca deveriam ser deslocadas, de forma a serem assimiladas pela língua e cultura turca; iii) regiões que deveriam ser completamente evacuadas. A intenção dessa legislação era fazer que a população curda não representasse mais de 5% da população total de cada área, caracterizando a assimilação forçada desse povo (Fernandes 2005, online).

2.2. A LUTA PELO RECONHECIMENTO DA REGIÃO

Com o fim da Primeira Guerra Mundial e o esfacelamento do Império Otomano, as nações europeias, sobretudo a França e a Grã-Bretanha, intensificaram sua influência no Oriente Médio. Do império decaído surgiram novas fronteiras e novos

2 A Guerra da Independência Turca teve início com a ocupação de Izmir pelas forças gregas em maio de 1919. Os vencedores da Primeira Guerra Mundial, após assinarem o Tratado de Sèvres, começaram a ocupar suas regiões definidas pelo acordo. Inicialmente, a resistência às ocupações se deu através de milícias, porém a Grande Assembleia Turca estabeleceu um exército regular que conduziu à Independência da Turquia. Várias batalhas bem-sucedidas foram lideradas por Mustafa Kemal, o que posteriormente lhe rendeu a promoção de encargos oficiais (Republic of Turkey 2018).

Estados ou protetorados, que foram arbitrariamente criados – como no caso da Síria e Iraque. Sob o domínio europeu, as dissidências internas antes existentes, como a questão curda, não desapareceram. Durante o século XX, foram desenvolvidas novas formas de resistência curdas, não mais intrinsecamente tribais, mas de caráter urbano, promovidas, inclusive, por estudantes universitários. Foi nesse período que emergiram diversos grupos, como PDC (Partido Democrático do Curdistão), no Iraque, e o PKK, na Turquia. Evidentemente, essas organizações sofreram retaliações dos governos oficiais desde sua fundação, embate que pode ser observado até hoje (Campos 2017).

A República da Turquia, após sua constituição e o desenvolvimento do kemalismo, viveu na década de 1940 os sintomas da Guerra Fria. Isso ocorreu porque as maiores forças políticas que se apresentaram até os anos 1970 foram o kemalismo – movimento nacionalista turco –, o islã político e movimentos de emancipação curda de esquerda. As intenções da esquerda curda e turca diferiam muito, por isso em poucos momentos esses dois movimentos se alinharam, enquanto a direita se organizava de forma mais sistemática, levando a Turquia a passar por sucessivos golpes, liberais e autoritários, ainda que sempre de direita[3] (Campos 2017).

Foi apenas após o golpe de Estado de 1971, quando as liberdades políticas da esquerda foram cassadas, que o grupo de intelectuais que lutavam pela emancipação curda, de viés marxista-leninista, reuniu-se no grupo chamado "Revolucionários do Curdistão" – que depois deu origem ao PKK – e anunciou sua separação do resto da esquerda turca. Nos anos 1980, existia um cenário de confronto entre os variados grupos políticos turcos. Em meio a essa situação, alguns generais entenderam que os valores nucleares da legacia Ataturk estavam se perdendo, como a unidade nacional, a homogeneidade étnica turca, o populismo e o secularismo. Esse desconforto impulsionou a tomada de poder por tais generais, que levou à terceira intervenção militar que suspendeu o governo civil e impôs o governo direto, provocando o mais sangrento golpe de Estado da Turquia (McDowall 2005). A repressão do Estado aumentou, a tortura e prisão de rebeldes tornou-se um mecanismo recorrente, o que conduziu o PKK a se exilar na Síria e no norte do Iraque. Quando retornou ao território turco, em 1984, o governo declarou guerra ao partido. O período foi caracterizado pela migração de muitas tribos para fugir da pressão de serem recrutadas tanto pelo PKK quanto pelo governo (Campos 2017).

É importante observar o impacto da presença do PKK na Síria, uma vez que era de interesse do governo sírio receber os refugiados curdos. Isso ocorreu porque, além de um antigo ressentimento em relação à Turquia pela perda de Alexandretta[4], em 1939, a Síria buscava reduzir a influência turca sobre o fornecimento hídrico do rio Eufrates.[5] Ademais, a Síria temia a boa relação entre Turquia e Israel, que já se estabelecia. Nesse contexto, o PKK tornou-se muito popular entre os curdos sírios,

3 Os chamados "Grey Wolves" exemplificam as tensões entre direita e esquerda, por terem sido um grupo paramilitar anticomunista, que gozava de aceitação do Estado e agia assassinando líderes de movimentos rivais (Campos 2017).

4 Em 1938, o exército turco invadiu a Síria na província de Alexandretta e expulsou parte da população local árabe à Armênia (Hajjar 2016).

5 Ainda hoje esse é um assunto sensível entre Turquia, Iraque e Síria. Afinal, esses dois últimos dependem em muito das águas de Eufrates e a Turquia possui grandes projetos de hidroelétricas, como Ilisu, que poderiam reduzir a vazão de água para esses países e criar uma nova ferramenta de barganha turca (HYG 2017).

pois politizou a expressão cultural síria de acordo com as bases ideológicas do movimento e criou um sentimento de unidade na comunidade curda da região – que considerava o PKK mais forte que os antigos partidos sírios. Em 1998, entretanto, para prevenir uma possível represália turca, a Síria mudou sua atitude perante presença do PKK, expulsando o partido do país. Em 1999, o líder do PKK, Abdullah Öcalan, foi capturado no Quênia e levado à Turquia, onde foi julgado e preso (Schøtt 2017).

Ainda que o PKK tenha deixado a Síria, foram criados laços com a população local no período que o partido agiu na região de forma que foi possível a criação de um braço sírio do grupo chamado Partido da União Democrática (PYD) em 2003 (Roberto 2018). Nesse país, a data marcante do levante curdo foi 2011, devido à guerra civil (Sary 2016). Então, a questão curda foi usada de maneira estratégica pela Síria para tentar direcionar o apoio político turco, como melhor explicado por Roberto (2008, p. 100):

> A situação envolvendo o PYD e a Turquia, porém, mudou desde que a guerra na Síria se iniciou. A partir do momento em que o governo turco adentrou no conflito sírio ao lado da oposição, apoiando-a militar e diplomaticamente, o governo Assad, a partir de julho de 2012, optou por retirar a grande maioria de suas Forças Armadas do território curdo no norte do país. O movimento foi feito sabendo que a consequente autonomia dessa população traria problemas e preocupações ao governo AKP, criando-se, assim, uma forma de Damasco pressionar os turcos por sua posição na Síria, utilizando-se mais uma vez da causa curda contra Ancara.

Com uma maior autonomia, os curdos puderam assumir controle de alguns territórios de *Rojava* (como é chamado o Curdistão sírio), nos quais seu sustento era garantido em razão da existência de petróleo na região. Segundo um censo publicado por Enzinna (2017), no The New York Times, estima-se que a população da região seja de 4,6 milhões de habitantes. O braço armado do PYD, YPG (Unidades de Proteção Popular curdas), apoiado pelos EUA, ficou conhecido por sua atuação contra o Estado Islâmico - um dos atores políticos durante a guerra civil. O YPG é considerado como a força síria mais efetiva, porém sua reputação também inclui a destruição de centros comunitários, a eliminação de mídias independentes, a detenção de jornalistas, o saque de vilarejos, assassinatos e recrutamentos forçados (Sary 2016).

Após 1990, ocorreu uma reformulação do PKK, que passou a reivindicar, orientado principalmente pelos textos de seu líder preso, a autonomia democrática, e não mais uma secessão do Estado turco (Campos 2017). As palavras de ordem passam a ser "confederalismo democrático" e o projeto de uma democracia radical. A primeira seria uma espécie de autoadministração, antinacionalista, não governada por um Estado-nação, mas com um modelo organizacional cultural de uma nação democrática. A ideia de Öcalan era estabelecer estruturas federais no Irã, Turquia, Síria e Iraque abertas a todos os curdos, cujo principal objetivo seria a autodefesa dos povos por meio do avanço da democracia, sem questionar a existência das fronteiras políticas existentes. A democracia radical trata-se justamente dessa característica do confederalismo democrático, segundo a qual uma nação democrática não seria delimitada por rígidas fronteiras políticas, uma língua, cultura, religião ou interpretação da história, mas sim por uma noção de pluralidade e comunidade (Öcalan 2008).

Certa autonomia já foi alcançada pelos curdos do Iraque, já que, desde 2005,

a nova constituição iraquiana passou a garantir à região norte do país o status de Região Autônoma do Curdistão. Esse status foi obtido devido às circunstâncias advindas da Guerra do Golfo[6], entretanto, e não puramente a partir da resistência curda em si. Quando, em 1991, os Estados Unidos e seus aliados derrotaram o Iraque na Guerra do Golfo, o movimento curdo ganhou força, gerando uma intervenção imediata do governo do Iraque. Para prevenir uma crise humanitária e controlar o número de refugiados, a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu uma "*no-fly zone*"[7] ao norte do Iraque. Assim que as forças iraquianas se retiraram do local, os curdos iniciaram sua ocupação e intentaram a formação de um Estado (Jüde 2017).

Inicialmente, os dois partidos curdos do Iraque, mantendo suas rivalidades, tentaram criar na zona desmilitarizada um Estado por meio da força. O resultado foi uma guerra civil entre 1994 e 1998, a partir da qual nenhum dos partidos – a União Patriótica do Curdistão (UPC) e o Partido Democrático do Curdistão (PDC) – foram capazes de estabelecer controle sobre a região. Sendo assim, em 1998, foi assinado um tratado de paz mediado pelos Estados Unidos. Desde então, ambos os partidos desfrutam das vantagens da coalizão, entre elas, a exclusão da possibilidade de demais forças tomarem o poder, que está totalmente sob controle do PDC e da UPC, sendo o primeiro o dominante (Jüde 2017).

A ascensão da minoria curda no Iraque levou os demais países com população curda a enfrentarem novos desafios, tendo instigado referendos em prol da independência do Curdistão que acirraram os ânimos dos governos sírio, turco e iraniano. Esse dilema quanto a questão curda também afetou o Irã, ainda que a possibilidade de um movimento separatista fosse mais exígua nesse país, afinal a população curda ali residente era menos coesa politicamente e mais heterogênea. Entretanto, diversos líderes curdos foram assassinados pelo governo iraniano entre 1989 e 1996, deixando vácuo de poder e abrindo margem para instabilidades. Além disso, a supracitada autonomia dos curdos iraquianos representou também para o Estado do Irã a perda de influência sobre o norte do fragmentado Iraque (Itzchakov 2017).

De maneira geral, mesmo que algum grau de autonomia tenha sido conquistado em certas regiões, este não é o panorama predominante ou o mais representativo da atual questão curda. Como será tratado na próxima seção, a história é marcada por negação de direitos iguais pode ser identificada já no estabelecimento do Estado-nação na região, mesmo que com diferentes retóricas em cada país (Sary 2016).

3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Como já apresentado na seção anterior, apesar de os curdos representarem parte da população em diversos países (Turquia, Irã, Iraque e Síria, além de populações menos numerosas na Armênia e no Azerbaijão, como pode ser verificado abaixo, na Figura 1), estes não têm direito à representação direta e são cidadãos desiguais destes Estados. Para compreender melhor essa questão, deve-se refletir sobre o pro-

6 "A Guerra do Golfo, entre 1990, quando o Iraque invade e anexa o pequeno e rico Kuwait, e 1991, quando a coligação da ONU liderada pelos Estados Unidos repele a invasão iraquiana, marca o ponto de algidez das mudanças geoestratégicas que vinham se operando desde o final dos anos 70" (Silva 2003, 15).

7 A "No-fly Zone" trata-se de um recurso de desmilitarização, segundo o qual aviões não podem planar por determinada região sem correrem o risco de sofrerem ataques (Cambridge Dictionary 2018).

cesso de estabelecimento do Estado-nação na região, que resultou na exclusão dos curdos, considerando-se que poucos de seus direitos como cidadãos são garantidos (Jwaideh 2006). O conceito de soberania também será apresentado como forma de caracterizar as dificuldades de uma nação sem Estado no atual sistema internacional. Por fim, discutir-se-á a questão da representação dos curdos nos países que englobam a região reivindicada como Curdistão, bem como as possíveis violações de direitos humanos decorrentes deste status.

FIGURA 1: MAPA DAS REGIÕES CURDAS NO ORIENTE MÉDIO



Fonte: Furian 2017

3.1. NAÇÕES SEM ESTADO: SOBERANIA E REPRESENTAÇÃO

Mesmo que o Estado-nação seja uma convenção relativamente recente na história humana, este é a principal, se não quase a única, forma de reconhecimento no sistema internacional atual. De forma geral, considera-se que o Estado evoluiu do conceito de soberania ligado à Paz de Vestfália (1648), concedendo legitimidade e poder jurídico a estes atores por meio de tratados que determinavam a igualdade entre Estados soberanos – na época, apenas europeus[8] (Rocha, Ribeiro e Cadore 2017). A ideia de "nação" atrelada a ele, entretanto, surgiu com as Revoluções Americana

8 É a herança desse conceito de igualdade estatal que prejudica atores não amplamente reconhecidos, como o Curdistão. Ainda que existam outros atores, como organizações internacionais ou organizações não governamentais, de um ponto de vista jurídico, não são iguais. Estados possuem vantagens para estabelecer relações econômicas, culturais e políticas, promovendo trocas e recebendo auxílio – mesmo que interessado – de outros Estados (Fazal 2018). Não ser reconhecido interfere de maneira profunda no dia-a-dia da população afetada.

e Francesa, que criaram países com constituições escritas em nome da igualdade daqueles que consideravam "cidadãos", baseados na ideia de um grupo de pessoas unidas por herança genética comum, acompanhada de língua compartilhada e aspectos culturais comuns capazes de criar um sentimento de participação em uma comunidade (Mortimer e Fine 1999; Wimmer e Feinstein 2010). Este modelo se tornou mais popular na Europa apenas no século XIX, que viu a redução do número de Estados europeus de 500 para cerca de 20 a partir da conexão do território e do governo com ideais compartilhados de língua, raça e religião, ligados ao interesse de criar países poderosos que contassem com maior território e população, necessários para o sucesso nos constantes conflitos (McMillan 2016). O Estado-nação é tão predominante no cenário contemporâneo que é frequente utilizar os termos "nação" e "Estado" como sinônimos (Wimmer e Feinstein 2010).

O conceito de Estado moderno europeu foi prontamente transplantado para outras regiões do mundo durante os períodos coloniais. Para a questão curda, portanto, é especialmente relevante a história do Oriente Médio no século XX, com a desagregação do Império Otomano. Esse evento resultou na criação de um Estado Nacional por iniciativa própria, como a Turquia, ou na instauração de mandatos internacionais (leia-se franceses e britânicos) na região que atualmente corresponde à Síria e ao Iraque. Além disso, houve a constante tentativa de estabelecer um governo favorável às potências ocidentais no Irã (Choueiri 2002). As estruturas europeias, quando da independência desses países, foram misturadas com organizações governamentais já existentes no Império Otomano, bem como com tradições políticas regionais, criando sistemas híbridos – geralmente de baixa participação popular, o que levou a problemas de representatividade (Rocha, Ribeiro e Cadore 2017).

O crescimento de um sentimento nacionalista geralmente está vinculado a reivindicações históricas ligadas a diferenças de língua, cultura, religião, situação econômica, etnicidade e oposição a algum outro grupo ou a um governo repressivo. Esses fatores só adquirem importância política, entretanto, a partir de uma coesão de grupo forte o suficiente para gerar um movimento de contestação (Minahan 1996). Os curdos, nesse sentido, constituem um movimento historicamente formado, mas com falta de uma organização unitária de sua população e inexistência de uma liderança que una os movimentos em cada Estado. Dessa forma, não foram capazes de se unir em torno de uma única estratégia de independência e, consequentemente, não possuem um Estado reconhecido internacionalmente ligado a ela (Grosby 2005).

Se a construção de uma identidade comum como fundação de um país gera o Estado-nação, atualmente este é detentor de diversos poderes que não competem a outros atores do sistema internacional. Um exemplo disso é a ideia amplamente aceita de que o Estado possui o monopólio do uso da força, ou seja, é o único que pode fazer uso da força de maneira amparada pela lei (Rocha, Ribeiro e Cadore 2017). Este é um mecanismo criado para a manutenção de uma ordem, o que leva a problemas na resolução de conflitos internos, especialmente quando ocorre a marginalização de alguns grupos pela própria autoridade estatal, concretizando movimentos de repressão (Dunoff, Ratner e Wippman 2010), como veremos a seguir.

Na Turquia, a questão curda tem sido tratada com uma abordagem securitária – e repressiva – desde pelo menos a fundação do país. Dessa forma, os curdos são vistos como uma ameaça à própria existência do Estado turco como unitário, já que reforça um caráter "étnico" da nação, em detrimento de um reconhecimento

de participação mais "cívica". De acordo com Gunter (2014), um "Estado profundo" paralelo existe no país desde a fundação da Turquia moderna por Mustafa Kemal Atatürk em 1923. Esse "Estado profundo" é formado por representantes de uma elite política, pela grande importância de alguns setores da sociedade não formalmente eleitos, como militares e industriais (Söyler 2013). Esse grupo político predominante no poder teria a função de realizar tanto as ambições de se tornar uma república representativa como de fazê-lo à base de uma identidade exclusivamente turca, resultando na repressão de qualquer manifestação curda. O "Estado profundo", portanto, representa uma mentalidade do ideal da Turquia Kemalista: fortemente nacionalista, estatista, secular e conservadora (Gunter 2014). Tal postura afasta o país de uma conciliação com os curdos, uma vez que não admite o multiculturalismo e a reforma dentro do Estado.

No Iraque, a situação da população curda também foi vista de maneira securitária sucessivamente pelos diferentes governos. Entretanto, de forma diferente da Turquia, o projeto de consolidação do Estado inicialmente não se baseou em uma única visão de etnia, mas na construção de instituições que pudessem incorporar grupos diferentes dentro do país, inclusive os curdos. A mudança de foco de identificação em torno da identidade árabe, contudo, resultou na eventual exclusão desse grupo do processo. Os temores de secessão do Curdistão Iraquiano aumentaram a desconfiança do governo em relação aos curdos, o que se aprofundava a partir dos frequentes embates violentos relacionados à causa. Tentativas posteriores de inclusão dos curdos no Estado iraquiano foram acompanhadas de medidas de "arabização" da população e das localidades, pelo menos até a concretização da maior autonomia concedida à região (Yesiltas 2014).

O Irã também inicialmente se formou como uma comunidade multiétnica, com a região curda exercendo considerável autonomia até meados do século XIX. Posteriormente, a proclamação da República Curda de Mahabad[9] ilustrava que o maior problema não era o reconhecimento dos curdos como possuidores de uma nacionalidade, como em outros países, mas uma desigualdade nas relações centro-periferia, considerando que os curdos foram sistematicamente excluídos de direitos pelo governo central. Momentos de autonomia e repressão alternaram-se ao longo do século XX (Stansfield 2014). Ainda, no Irã, os curdos não apenas representam uma "minoria" étnica, mas também religiosa, se consideradas as diferenças entre o islamismo xiita do governo iraniano e o caráter majoritariamente sunita curdo. Isto se torna um problema a partir da utilização de preceitos religiosos como forma de governar, levando à inflexibilidade das leis e a restrições de liberdade, como o grande número de prisioneiros políticos, e até mesmo sua execução (Moschtaghi 2010).

Na Síria, a abordagem securitária em relação aos curdos também se verificou ao longo da história. Durante o governo baathista[10], negou-se a posse de terras e o

9 Existente entre 1945 e 1946, a República Curda de Mahabad. As ocupações britânica e soviética do Irã em 1941 desorganizaram o exército do país, enquanto a União Soviética incentivou o nacionalismo curdo como forma de obter mais influência sobre o Irã, contemplando a possibilidade de anexar o território no noroeste do Irã ao seu. As discordâncias entre diferentes visões entre os próprios curdos e a retirada soviética do território levaram a experiência ao fim (Roosevelt Jr. 1947).

10 O Baathismo se refere ao movimento político estabelecido no poder em 1963 na Síria, representante das ideologias pan-arabista e nacionalista. Uma de suas características era o alto nível de controle governamental, que acabou gerando conflitos e eventuais embates que resultaram em massacres contra a oposição (Halliday 2005).

registro de nomes em curdo, além da revogação da cidadania de cerca de 120 mil pessoas nos anos 1960 (Barfi 2016). Desde o início das revoltas de 2011, o governo sírio envia menos recursos e auxílio à região curda, próxima à fronteira com o Iraque. Após alguns meses, os curdos acabaram por assumir as instituições regionais, criando uma maior autonomia *de facto* (Radpey 2016). Ainda que relações com o governo ainda sejam tensas, algum grau maior de autonomia foi concedido às regiões curdas desde 2015, visto seu importante papel na luta contra o Estado Islâmico (Barfi 2016), o que será tratado com maior profundidade na seção 3.2.

3.2. OS CONFLITOS NO ORIENTE MÉDIO E A QUESTÃO CURDA

De maneira geral, a localização geoestratégica do possível Curdistão, com reservas de petróleo e dois importantes rios no Oriente Médio[11], já apresenta motivos suficientes para que o assunto se mantenha permanentemente na pauta dos países da região (Rocha, Ribeiro e Cadore 2017). Entretanto, nos últimos anos, a questão curda tem retornado às discussões internacionais com maior destaque. Segundo Keyman e Özkırımlı (2016), o conflito entre os curdos e os Estados do Oriente Médio foi profundamente afetado pela atmosfera de medo, pela securitização das diferenças culturais e étnicas e pelo fenômeno da Guerra ao Terror empreendida após os ataques de 11 de setembro de 2001.

A guerra na Síria, especialmente – mesmo que este seja o país com menor porcentagem de população curda entre aqueles que abrangem o chamado Curdistão –, teve grandes efeitos sobre como a questão da autonomia passou a ser tratada pelos países da região e pela comunidade internacional. Isso acontece porque, por volta de julho de 2012, os curdos sírios surgiram como importantes atores neste conflito, com a retirada de tropas do governo central de regiões curdas como tentativa de manter outros territórios (Gunter 2015). Além disso, o governo sírio tinha como objetivo se afastar da questão da autonomia curda e direcioná-la para a Turquia, a partir de sua retirada da região e da possibilidade de uma ação conjunta do PKK turco com a do PYD sírio (Dal 2016). O abrupto aumento de autonomia dos curdos sírios trouxe de volta chances de estabelecer um Estado curdo unificado, que pode ter pretensões de se unir ao Curdistão turco e ao já mais autônomo Curdistão iraquiano (Gunter 2015).

Durante o conflito sírio, os curdos têm lutado em duas frentes, uma contra o governo de Bashar al-Assad e outra contra a organização *jihadista* Estado Islâmico (EI). O conflito iniciou-se em 2011, quando demonstrações contra o governo de Bashar al-Assad, presidente da Síria, espalharam-se pelas cidades do país. Essas demonstrações foram respondidas com violência pelas forças policiais de Assad, o que levou a uma maior revolta da parte insatisfeita da população (Dal 2016). Deste momento em diante, formaram-se outras forças militares, como o Exército Livre Sírio, de dissidentes do exército, assim como forças que defendiam versões mais radicais do islamismo, em contraposição ao governo (Carey 2018). Envolvido no conflito interno, Assad realiza uma saída estratégica de suas forças do norte da Síria, que acaba por criar maior autonomia para os curdos. O aprofundamento da guerra civil síria, com o surgimento do EI, ocorreu em 2014, quando o grupo começou a fazer ameaças

11 O Curdistão conta com a nascente do Tigre e do Eufrates, além de diversos rios navegáveis que derivam de ambos (Rocha, Ribeiro e Cadore 2017).

terroristas aos governos da região e a executar ataques para ter territórios sob seu controle, com a pretensão de criar um califado. Nesse cenário, os curdos surgem como força ideal para ser apoiada pelo ocidente na luta contra o EI, uma vez que representavam uma força moderada e com capacidade de luta (Carey 2018). A situação dos curdos nessa conjuntura de conflito será apresentada pela próxima seção.

3.2.2. IMPACTOS REGIONAIS E INTERESSES INTERNACIONAIS EM JOGO

Com o conflito na Síria e no Iraque e o quase-colapso do sistema de Estados nessa região, os curdos emergiram como mais um desafio à integridade territorial de ambos países, somada ao Estado Islâmico, a principal ameaça aos Estados da região. A rápida ascensão do EI possui relações diretas com o enfraquecimento dos Estados-nação da região, que já não eram estáveis o suficiente para impedi-lo. É possível afirmar que a própria relação de negligência com os curdos na Turquia, por exemplo, acabou por fortalecer o Estado Islâmico, devido à inatividade do governo em apresentar respostas para proteger a população, pelo temor de conceder mais autonomia aos curdos. Mesmo após a tomada de medidas mais defensivas contra o EI, o governo turco se preocupou em continuar suas políticas para evitar o contato entre as diversas regiões curdas - como forma de não fortalecer o movimento de independência do Curdistão (Gunter 2015).

A ascensão do Estado Islâmico deu força aos curdos à medida que os atores tradicionais, representados pelos Estados sírio e iraquiano, estão enfraquecidos e incapazes de lutar contra o grupo radical. Controlando regiões como o norte da Síria e do Iraque, além do sudeste turco, os curdos se tornaram os aliados moderados ideais para os Estados Unidos, se mostrando combatentes úteis ao Ocidente na luta contra o EI por estarem engajados diretamente no cambo de batalha. Isso resultou no fornecimento de armas estadunidenses para os curdos, mesmo que estes sejam considerados uma questão de segurança nacional para a Turquia, membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (Gunter 2015; Barfi 2016). Os combatentes curdos ganharam visibilidade internacional não apenas por sua efetividade em libertar o norte da Síria da ocupação do EI, como também por apresentarem grande diversidade em seus combatentes, entre as quais estão muitas mulheres.

A relativa estabilidade conquistada com a vitória de várias batalhas do YPG contra o EI, contudo, mudou a abordagem dos governos regionais em relação aos curdos. Nesse sentido, já são reportados novos conflitos entre o exército turco e as forças curdas, o que poderia colocar a própria Turquia em relações mais tensas com os EUA, que ainda necessitam dos curdos como aliados (Nordland 2018). Relatos parecidos também envolvem o exército iraquiano, que reagiu a uma tentativa de plebiscito pela independência do Curdistão Iraquiano em setembro de 2017 marchando pela cidade de Kirkuk e ocupando as bases militares e principais áreas de exploração de petróleo do Curdistão Iraquiano (The Economist 2017a). No Irã, a pressão popular por um referendo, inspirado pelo feito no Iraque, encontrou repressão do governo de Teerã (The Economist 2017b).

Se o enfraquecimento dos Estados da região dá uma nova chance aos curdos de tentarem consolidar sua existência, além de os fornecer maior liberdade relativa aos governos centrais, ocupados em se defender da guerra, o momento atual de arrefecimento do conflito com o Estado Islâmico é decisivo. Basta saber se os Estados

da região pretendem fazer uma tentativa de construção de um Estado multicultural, ao contrário do que vem sendo historicamente feito, ou então reconhecer um maior grau de independência à região curda. Essa é uma questão política, entretanto, que envolve não apenas o direito dos curdos à sua identidade e território, mas também as ações dos partidos que os representam, como o PKK, também envolvido em violações de direitos humanos (Çalışar 2016).

3.3. IMPACTOS HUMANOS DO NÃO RECONHECIMENTO DO CURDISTÃO

A questão da representação de grupos marginalizados dentro de Estados será tratada nesta seção como forma de melhor explicar o conceito de nações sem Estado que reivindicam sua independência. O fato de os curdos não serem reconhecidos como parte dos outros países nem como uma região autônoma leva, de fato, a diversas violações de direitos humanos, com a negação de direitos básicos que são providos por um Estado a seus cidadãos, como o direito à liberdade de movimento, à saúde e à educação e à propriedade.

3.3.1 A SITUAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS À VIDA E À SAÚDE

O direito à vida é o princípio básico e norteador de toda ação humana (Taureck 2007), presente no terceiro artigo da Declaração Universal de Direitos Humanos da ONU. Portanto, deve ser respeitado por todos os povos, com a proteção aos indivíduos ocorrendo independentemente de distinções de cor, raça, sexo, língua, religião, opinião política (Organização das Nações Unidas 1948). De acordo com o relatório escrito em 2017 pelo Escritório do Alto Comissariado para Direitos Humanos da ONU, cerca de 2 mil pessoas foram mortas no sudeste da Turquia entre julho 2015 e dezembro de 2016 em áreas tradicionalmente habitadas por populações curdas. Além disso, em fevereiro de 2016, homens, mulheres e crianças de etnia curda ficaram encurralados em estacionamentos de edifícios durante bombardeios promovidos por operações de segurança conduzidas pelo governo turco. Muitas dessas construções desabaram devido a incêndios induzidos pelas bombas e mataram um número indeterminado de pessoas, que não deixaram restos mortais identificáveis (ONU BR 2017a). É essa situação de instabilidade que levou a ativista feminista pró-Curdistão, Ayla Akat Ata, a afirmar que "em um contexto de vida ou morte, a não-violência é um privilégio" (SUR 2016). A ideia de privilégio é a condição de vantagem atribuída a um grupo de pessoas, o que vai de encontro à universalidade dos direitos humanos, que seria, em última instância, a manifestação fundamental de seu caráter objetivo (Mbaya 1997).

Para que o direito à vida seja efetivado, outro direito também deve ser garantido: o direito à saúde. É importante ressaltar que a questão da cidadania concedida (ou não) aos curdos tem imensa influência sobre esse aspecto, já que o cidadão é aquele que goza dos direitos civis e políticos de um Estado. Devido à opressão sofrida pelos povos curdos, cuja cultura já foi recorrentemente ameaçada por grandes projetos de assimilação cultural, sua cidadania, ao longo da história, já foi arbitrariamente removida de forma a reforçar a situação apátrida das populações curdas. Foi o caso do censo promovido em 1962 pelo governo sírio, em que 120 mil curdos foram pri-

vados de sua cidadania por não conseguirem provar sua presença na Síria antes de 1945 (Costa 2016). Sendo assim, na época, 120 mil curdos foram privados do acesso ao sistema de saúde gozado por seus conterrâneos sírios. No relatório divulgado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas, a questão do direito à saúde envolveu outros aspectos que iam além da cidadania: o governo turco recusou prover a assistência médica necessária aos cidadãos turcos de origem curda, presentes em área de conflito. Ademais, houve alegações de ataques contra instalações médicas em atividade e também do bloqueio do acesso de ambulâncias e da equipe médica aos locais em que havia feridos, como uma forma de estratégia militar e de segurança (ONU BR 2017a).

3.3.2 CONFLITO, DESLOCAMENTO E SEGURANÇA

De acordo com o relatório escrito pelo Escritório do Alto Comissariado para Direitos Humanos da ONU, estima-se que no sudeste da Turquia, em 2016, como resultado de operações de segurança, entre 335 e 500 mil pessoas tiveram que deixar seus lares para fugir das tensões do conflito. A região mais abalada segundo os dados foi Sur, da qual cerca de 95% da população havia se deslocado até o fim das operações (ACNUDH 2017). Esse tipo de situação caracteriza os deslocados internos – conceito que foi inserido na agenda internacional no início dos anos 90 e que até então não existia –, cujos elementos principais são: a natureza involuntária do movimento e o fato de que ele ocorre dentro das fronteiras nacionais (Mooney 2005). O deslocamento interno havia sido pouco discutido internacionalmente justamente devido a essa última característica: se ele ocorre dentro das fronteiras nacionais, logo, é considerado um assunto de política interna. Entretanto, quando o governo de determinado país falha em providenciar o acesso dessas populações às suas necessidades básicas, tais como moradia e saúde, e impede que organizações internacionais forneçam assistência, pode estar incorrendo em violações dos direitos humanos (Nogueira 2014). Fica claro, portanto, que

> o envolvimento internacional com grupo é, portanto, produto de uma decisão positiva, gestada no âmbito das Nações Unidas em razão da magnitude global do problema e do progressivo reconhecimento dos deslocados internos como grupo específico numa abordagem de direitos humanos (Nogueira 2014, p.89).

Os deslocamentos internos podem ocorrer por motivos sociais, econômicos e ambientais (Çelik 2005). A população curda é uma população historicamente nômade, ou seja, seus grupos movimentavam-se em busca de clima e solo favorável, porém, também é um povo etnicamente perseguido, o que fez que, muitas vezes, pressionados pela violência, tivessem de deixar sua região de origem com o objetivo de encontrar segurança. Recentemente, em 2014, a cidade de Sinjar, no noroeste do Iraque, foi palco de intensos confrontos entre o Estado Islâmico e a milícia curda de nome Peshmerga (Morris 2014). O resultado dos conflitos foi o registro de mais de 200 mil deslocados internos curdos, especialmente da comunidade étnico-religiosa Yazidi, taxada pelo Estado Islâmico como "adoradores do Diabo" (MSF 2014; Morris 2014). A situação do Iraque exemplifica bem os custos humanos de um conflito: no Monte Sinjar as pessoas enfrentavam a fome, falta de água, insolação e tinham sua

segurança ameaçada (ACNUR 2014). Em suma, viviam em condições insalubres, sem garantia de direitos básicos. Porém, ainda que fora de Sinjar tenham encontrado abrigo em refúgios instalados pelas organizações internacionais, estes são frequentemente superlotados e enfrentam dificuldades em cumprir sua missão (ACNUR 2014).

3.3.3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA CURDA E ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Mesmo que inicialmente formassem um grupo disperso, até por causa de sua localização em meio a regiões de alto relevo, os curdos foram capazes de se organizar em movimentos de massas, com partidos políticos estabelecidos (Jwaideh 2006). O exemplo mais influente dessa forma de associação é o PKK, ou Partido dos Trabalhadores Curdos (Barfi 2016). Sua representação nos parlamentos nacionais, entretanto, é limitada e foi proibida durante uma grande parte da história. A falta de representação crônica acaba gerando a falha em prover serviços públicos básicos, como educação e saúde, uma vez que não há representantes para exigir a destinação de recursos para essas localidades. A população curda, de maneira geral, cria iniciativas locais para tentar suprir essa falta de serviços, dada sua marginalização dentro do sistema (Gunter 2015).

Em uma nota mais recente, em setembro de 2017 um referendo de independência foi realizado na região autônoma curda no Iraque, em que 92,73% dos participantes se pronunciaram a favor da secessão (Espinosa 2017). Diante desse resultado, o secretário-geral da ONU, António Guterres, manifestou sua preocupação com os efeitos "potencialmente desestabilizadores" desse processo (ONU BR 2017b). A participação política curda, tanto como cidadãos turcos, sírios, iraquianos e iranianos, como na luta pela sua independência, enfrenta diversas barreiras. Isso ocorre principalmente devido ao medo da instabilidade no Oriente Médio e da fragmentação de países consolidados na região no pós-Segunda Guerra Mundial – temor de longa data, afinal, foi a principal justificativa de Mustafa Kemal Atatürk para uma aliança temporária com os curdos em 1922 (Fernandes 2005).

Em relação à própria República da Turquia, observa-se que, se por um lado, o pluripartidarismo que emergiu em 1946 favoreceu a capacidade de integrar múltiplos atores políticos ao sistema turco, por outro, há ainda, e cada vez maior, coerção e contestação violenta estatal (Bozarsian 2001). Portanto, ainda que partidos que representam a frente curda, como o Partido Democrático dos Povos (HDP) – que entrou no parlamento pela primeira vez com 13% dos votos nas eleições de junho de 2015 – tenham ganhado legitimidade, há ainda muita repressão em relação ao posicionamento político curdo (Yavuz e Özcan 2015). A maior importância do HDP na política turca também levou a um maior número de medidas para deter o crescimento de sua influência: uma série de reformas eleitorais aprovadas por Erdoğan, atual presidente da Turquia, como menos mecanismos de verificação de voto e a possibilidade de vigilância policial e militar das urnas durante as eleições são vistas como uma intimidação aos eleitores do HDP (Cupolo 2018). No sudeste da Turquia, por exemplo, pode-se observar uma perseguição política aos membros do parlamento filiados ao HDP, além de professores e oficiais curdos (ACNUDH 2017). Essa situação vai de encontro ao direito de liberdade de expressão, em que "toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião" (Organização das Nações Unidas 1948, np).

Após a tentativa de um golpe militar na Turquia em 2016, o temor de repressão no país cresceu, e não sem razão. Afinal, nesse período, segundo o relatório produzido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas, cerca de 39 mil pessoas foram presas, número tão grande que resultou nas autoridades os levando para locais não-oficiais de detenção, como estádios, privando-os de acesso a seus advogados e famílias (ONU BR 2017a). Consequentemente, mais uma violação ocorreu, pois a Declaração Universal de Direitos Humanos constata que "toda a pessoa tem direito, em plena igualdade, a que a sua causa seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial que decida dos seus direitos e obrigações ou das razões de qualquer acusação em matéria penal que contra ela seja deduzida" (Organização das Nações Unidas 1948, online).

A limitação do povo curdo em participar da vida pública plenamente afeta não só o aspecto político, como também envolve a limitação do acesso dessa população a serviços públicos básicos, uma vez que possuem poucos meios para exigi-los. Esse problema é agravado em situações de conflito, como ocorre na Síria desde o início da sua guerra civil, em 2011. Como forma de calcular o déficit de auxílio governamental sofrido pelos curdos, o primeiro-ministro do Governo Regional do Curdistão (KRG) – entidade política que administra o Curdistão iraquiano – solicitou ao Banco Mundial dados sobre os impactos socioeconômicos dos confrontos na Síria, levando em consideração os deslocados internos e refugiados curdos. De acordo com o Banco Mundial, o custo total para a estabilização e reingresso dessas populações, de forma que tivessem acesso a serviços públicos, chegaria a 1,4 bilhão de dólares (Banco Mundial 2015). Os números são bastante representativos da realidade de escassez enfrentada pelos curdos em toda a região. Apesar disso, poucos atores internacionais se engajaram suficientemente em tentar prover melhores condições de vida dessas populações, com receio de atingir de forma negativa suas relações com os países já estabelecidos da região - Turquia, Síria, Iraque e Irã. Essas tentativas serão tratadas na seção a seguir, para introduzir como a sociedade internacional considera o assunto.

4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Esta seção tratará das medidas tomadas pela comunidade internacional em relação às violações de direitos humanos cometidas contra os curdos nos territórios habitados pelo grupo entre Turquia, Iraque, Irã e Síria. Muitas vezes, as discussões sobre o assunto na esfera internacional se tornam travadas em razão da complexidade das relações entre os países envolvidos, da definição vaga de algumas violações de direitos humanos pela ONU e da situação de conflito na Síria e no Iraque. Pela pouca atividade de Estados individuais para garantir o respeito aos direitos humanos na região, iniciativas de organizações internacionais serão destacadas: a Organização das Nações Unidas na primeira parte, e, posteriormente, a ação de outras organizações, especialmente as não governamentais.

4.1 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

Como principal organização intergovernamental, a ONU trata de questões relativas à dignidade humana desde sua fundação. Diversos documentos aprovados em

sua capacidade atestam a necessidade de proteção dos direitos humanos, dos quais o mais compreensivo é a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). A DUDH foi elaborada nos anos iniciais das Nações Unidas e adotada em 1948 para criar diretrizes sobre o assunto no âmbito do direito internacional. Ainda que princípios da Declaração Universal e de tratados posteriores tenham sido incorporados mesmo às constituições de alguns países, violações às determinações da ONU não são incomuns. Em relação à proteção dos direitos humanos, por exemplo, poucos países ratificaram todos os nove tratados basilares[12], por visões diferentes de como lidar com uma violação e mesmo do que constitui uma violação. Além disso, o CDHNU não possui condições de analisar a conformidade de todos os países-membros com os acordos, o que torna os tratados de difícil implementação, ainda mais considerando-se que as decisões do comitê são de caráter não vinculante (OHCHR 2014). Esses fatores levam frequentemente a falhas em proteger populações de agressões, como ocorre no caso dos curdos.

As resoluções feitas pelo Conselho de Direitos Humanos, apesar de recomendatórias, por serem parte da Assembleia Geral, representam um avanço por chamar a atenção da comunidade internacional para o assunto, constrangendo os governos envolvidos a tomarem medidas. Um dos papéis mais relevantes da ONU nesse sentido é o monitoramento de direitos humanos empreendido anualmente em diversos países. Estados em situação de conflito são reportados todos os anos ao Conselho de Direitos Humanos, enquanto outros são escolhidos para avaliação esporadicamente, por meio da Avaliação Periódica Universal, que ocorre desde 2006 (UNHRC 2018). O monitoramento é definido pela ONU como "a coleta ativa, verificação e uso imediato de informações para abordar questões de direitos humanos" (OHCHR 2001, 9). Cada missão de monitoramento tem um mandato de foco e profundidade diferente, como forma de se adequar melhor aos problemas enfrentados por cada região, e cada uma é revisada por um chefe designado para a operação pelo Conselho de Direitos Humanos (OHCHR 2001). Em casos especiais, violações sistemáticas encontradas nestes relatórios podem levar as Nações Unidas a utilizar o poder vinculante de seu Conselho de Segurança para aplicar sanções (Deutsches Institut für Menschenrechte 2018). Por se tratar de uma região em conflito, os países com população curda já receberam visitas de monitoramento do CDHNU, mesmo que não tenham sido selecionados pela Avaliação Periódica Universal. Destes, apenas os relatórios sobre a situação dos direitos humanos na Turquia mencionaram com preocupação a violação de direitos da população curda (OHCHR 2017; 2018d).

Enquanto o mecanismo de monitoramento é utilizado para fazer cumprir tratados internacionais, a falta de clareza sobre definições e sobre o mandato de aplicação dos documentos aprovados pela ONU traz outro obstáculo, representado pelas dúvidas sobre quais documentos podem ser empregados em relação às violações co-

12 Segundo a ONU, os nove tratados fundamentais sobre direitos humanos, em ordem de escrita, são: a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965); o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (1966); o Pacto Internacional sobre os Direitos Sociais, Econômicos e Culturais (1966); a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979); a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1984); a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989); a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das Suas Famílias (1990); a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado (2006); e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) (OHCHR 2018a).

metidas contra os curdos. A Convenção de 1948 sobre o Genocídio, por exemplo, a princípio não se aplica ao caso dos curdos, pela impossibilidade de se comprovar a "intenção de destruir, em todo ou em parte" o grupo populacional (Majid 1995; ONU 1948, online). Mesmo que crimes que se enquadrem nessas convenções e tratados fossem identificados, existe ainda a dificuldade em se estabelecer tribunais e missões para verificar a situação dos direitos humanos na região com os conflitos atuais, uma vez que pode haver resistência por parte dos governos locais para o monitoramento da ONU (ONU 2017).

O princípio da autodeterminação dos povos, citado na Carta das Nações Unidas como fundamental, à primeira vista poderia se encaixar no caso do povo curdo. O preceito é mencionado em dois artigos na Carta, mas de maneira vaga, o que deixa sua interpretação aberta (ONU 1945). Na época em que foi escrito, entretanto, este referia-se à necessidade de que os povos colonizados pudessem formar seus próprios governos, relevante em uma época de início do processo de descolonização na Ásia e na África. Mesmo nesse contexto, o conceito nunca foi aplicado completamente, uma vez que interesses políticos e econômicos eram privilegiados no momento de apoiar a criação de novos Estados ou a concessão de território a algum país específico. Posteriormente, enquanto a tensão entre superpotências na Guerra Fria impedia a aplicação da autodeterminação a regiões sob sua influência, a desintegração da União Soviética em Estados menores teve como uma de suas bases o mesmo princípio. A utilização inconstante do conceito também se reflete na dificuldade em aceitá-lo como regra do direito internacional. Em contraponto, ainda existem os princípios da inviolabilidade de fronteiras e da integridade territorial dos Estados, assim como o da não ingerência em assuntos internos dos Estados, também defendidos pela ONU (Hannum 2018). Dessa forma, suas aplicações de maneira mais concreta dependem da vontade política e interpretação dos representantes internacionais nas Nações Unidas, que, de maneira geral, ainda não se mobilizam para a causa dos curdos, especialmente para evitar incidentes diplomáticos com países da região.

O papel da ONU também deve ser valorizado por sua ação de campo, não apenas por sua capacidade em criar documentos relevantes para a interpretação de problemas no âmbito internacional. Momentos instáveis na política do Oriente Médio afetam a população curda, assim como as outras da região. Nessas condições, instituições como a ONU fazem planos de emergência para aliviar os efeitos para a população em caso de conflito. Nas últimas décadas, por exemplo, a população curda foi afetada principalmente pela Guerra do Golfo (1990-1991), Guerra do Iraque (2003-2011), e pelo conflito sírio e iraquiano contra o Estado Islâmico e a Guerra Civil Síria (2011-atualidade), que afetaram quase a totalidade de seus territórios. Missões humanitárias da ONU, como a Missão de Observação das Nações Unidas para Iraque e Kuwait (UNIKOM, existente no período 1991-2003) e a Missão de Supervisão das Nações Unidas na Síria (UNSMIS, iniciada e encerrada em 2012), foram instaladas na região para auxiliar nos cenários pós-conflito, mas enfrentam o problema de serem subfinanciadas e não alcançarem toda a população. Após a Guerra do Golfo de 1991, por exemplo, especial atenção foi dada aos refugiados curdos iraquianos pela organização, que se movimentaram para a fronteira da Turquia e para o Irã, no entanto, não é possível proporcionar essa assistência em todos os casos, dadas as limitações de recursos (Majid 1995).

Nos últimos anos, apesar de os níveis de violência terem diminuído, o conflito

ainda é bastante intenso na região (Barnes-Dacey 2017). A implementação de medidas mais práticas para o auxílio da população curda, entretanto, depende em grande medida da ação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que possui mandato para o envio de missões humanitárias, além de acordos entre governos interessados, proporcionados a partir de cúpulas e conferências multilaterais sobre a situação do conflito (UN 2015). Nenhuma destas medidas se concretizou ainda. Até então, o Conselho de Direitos Humanos se limita em suas resoluções a prover um relato compreensivo sobre a situação dos direitos humanos na Síria e no Iraque, apenas citando a necessidade de que as violações contra a população curda cessem (UN 2017).

Os relatórios sobre violações de direitos humanos na região denominada de Curdistão, que são feitos regularmente pela ONU no escopo do Escritório do Alto Comissário de Direitos Humanos, são de extrema importância para a determinação das violações ocorridas, podendo levar ao planejamento de soluções e ao julgamento de possíveis crimes. Grande parte destes informativos focam sua análise no Sudeste da Turquia, onde a maior parte da população curda está localizada, ou incluem a análise da população curda em relatórios sobre a situação do conflito na Síria e no Iraque (Samur e Ekinci 2018). Um documento de 2017 do Escritório do Alto Comissário de Direitos Humanos da ONU destacava a existência de ações do governo turco que resultaram na destruição de cidades, em assassinatos e em outras violações que causaram o deslocamento de quase meio milhão de habitantes curdos em 30 cidades do sudeste turco. Este também revelava a participação agressiva do PKK contra as forças de segurança turcas envolvidas no ataque, que também desrespeitaram acordos básicos de direitos humanos (OHCHR 2017). Conforme descrito,

> (...) operações de segurança ocorreram em áreas de maioria de residentes curdos e visaram a cidadãos de origem curda de todas as idades por sua suposta afiliação ao PKK. Durante as operações conduzidas nessas nove aldeias, as forças de segurança supostamente mataram pelo menos três indivíduos, agrediram sexualmente mulheres e cometeram outros atos de tortura. Eles bateram, ameaçaram com armas e dispararam contra vários civis; bloquearam a transferência de vários feridos para o hospital; privaram os moradores de alimentos, água potável e saneamento; invadiram e incendiaram casas; colocaram residentes sob vigilância; impediram todo o acesso às aldeias, inclusive por observadores querendo monitorar a situação; e bloquearam a comunicação de moradores com o mundo exterior, cortando linhas de telefone e internet (OHCHR 2018e, 26).

Conteúdos de relato como este incentivam a ocorrência de investigações mais aprofundadas e chamam a atenção da comunidade internacional, que então pode se envolver em projetos mais práticos e na criação de acordos intergovernamentais para a proteção da população local, tanto curda como turca (OHCHR 2017).

É dever da comunidade internacional denunciar violações de direitos humanos na região e cobrar dos governos centrais a representação e proteção justa das populações locais. A falta de discussão para resolução da situação política concernente ao status dos curdos impede também a conclusão de um plano de estabilização e o fim da guerra na Síria. Quanto a essa questão, diversos Estados-membro das Nações Unidas partilham a visão de que o fim do conflito na Síria seria a mudança mais positiva para a instabilidade da questão curda (Barnes-Dacey 2017). Entretanto, enquanto um ambiente pacífico traria menos problemas relativos à violência de guerra,

é improvável que aumentasse a participação e aceitação dos curdos nas sociedades dos Estados da região, problemas que existiam mesmo antes do conflito na Síria e no Iraque. Estes problemas são abordados de forma mais compreensiva por outras organizações que atuam quase permanentemente na localidade, como é o caso de organizações internacionais não governamentais.

4.2 A AÇÃO DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS NÃO-GOVERNAMENTAIS

A ONU não é a única instituição que dá atenção à questão da violação de direitos humanos na região curda. Organizações não governamentais (ONGs) se destacam na divulgação de dados sobre a região, e, por vezes, enviam missões humanitárias como forma de auxiliar a população local. As Nações Unidas reconhecem esse papel e fazem esforços para aumentar a cooperação entre organizações na proteção dos direitos humanos, assim como para expandir a ação individual de Estados-membro na questão (UN 2016). As ONGs emergiram nas últimas décadas como importantes atores na defesa dos direitos humanos, com funções complementares às das Nações Unidas, especialmente pelas lacunas abertas no descompasso entre o direito internacional dos direitos humanos e a ação dos Estados e das Nações Unidas (Marcinkutė 2011). Entre essas funções, encontram-se o fornecimento de auxílio legal e assistência direta às populações atingidas, o *lobby* junto a governos locais, nacionais e junto à ONU e a disseminação de conhecimento sobre direitos humanos à população em geral (Council of Europe 2017). Um dos primeiros relatórios sobre violações de direitos da população curda no Irã, por exemplo, foi publicado já em 2008 pela Anistia Internacional[13], primeira vez em que o governo iraniano permitiu a entrada da organização desde a Revolução de 1979 (Amnesty International 2008). Estes relatórios têm a função de pressionar os governos da região e organizações com mais poder de intervenção, como a ONU, a tomarem medidas de proteção à população ou cessar as violações por parte do Estado (Amnesty International 2018b).

Este relatório inicial de 2008 condenou a discriminação religiosa e cultural sofrida pelos curdos no Irã, apesar da sua garantia de igualdade perante a lei iraniana. Ainda, são ressaltadas as dificuldades de acesso à educação, à justiça, ao emprego – especialmente em funções públicas –, à moradia, assim como a situação de desigualdade de gênero e da violência perpetrada pelas forças policiais e militares (Amnesty International 2008). Desde então, a situação também vem sendo acompanhada pelas Nações Unidas, especialmente a partir de 2003, quando o Conselho de Direitos Humanos passou a fazer avaliações anuais sobre a situação no país (UN 2017). Mais recentemente, a ONG também acompanhou a questão dos direitos humanos na Turquia, incluindo o conflito do governo com os grupos curdos no sudeste do país. No relatório de 2017/2018, ganha destaque a violência das forças armadas turcas contra a população curda e o cerco à liberdade de imprensa, com o governo considerando manifestações curdas como "propaganda terrorista". O relatório também trata das violações cometidas pelo próprio PKK em conflito com o governo turco (Amnesty International 2018a). Em uma descrição do conflito com o PKK, a Anistia Internacional afirma que

13 Criada no Reino Unido em 1961, a Anistia Internacional é uma organização não-governamental focada na proteção global dos direitos humanos a partir da investigação em escritórios regionais, produção de relatórios e lobby de instituições de governo (Amnesty International 2018b).

> soldados e policiais espancaram pelo menos 30 pessoas na aldeia de Altınsu / Şapatan na província de Hakkari, no sudeste da Turquia, após um confronto com o PKK no qual dois membros das forças de segurança morreram. Testemunhas relataram que os aldeões foram retirados de suas casas, arbitrariamente detidos e espancados na praça da aldeia, e que dez deles foram levados embora sob custódia policial. Imagens das lesões dos aldeões resultantes de suas surras foram compartilhadas nas redes sociais. Uma declaração do gabinete do governador negou as alegações de tortura e sustentou que as notícias que apoiavam as alegações eram "propaganda terrorista" (Amnesty International 2018a, online).

Violações do próprio governo regional curdo no Iraque também são abordadas por relatórios de outra organização não-governamental, a Human Rights Watch (HRW)[14], que relata a suspeita de crimes de guerra contra combatentes do Estado Islâmico presos no território. Um episódio relatado inclui a execução de suspeitos de participarem da organização por parte das forças policiais de Asayish, no Iraque (HRW 2018d).

Outro relatório da HRW denuncia a perseguição do governo turco a políticos eleitos da oposição curda, que foram presos em 2017 sob alegações de terrorismo. Tal ocorrência contribuiu para a menor representação dos curdos no sistema político formal do país, aumentando o desrespeito à liberdade de expressão política. Os políticos abertamente se opunham à reforma política proposta para transformar o sistema político turco de parlamentar para presidencialista. É importante lembrar que uma das mais influentes organizações curdas, o PKK, ainda é considerado uma organização terrorista por Ancara (HRW 2017b). Por meio destes dois relatórios, a HRW mostra estar comprometida a investigar violações de direitos humanos de todas as partes.

No caso da população curda, entretanto, estas organizações estão mais conectadas à pesquisa e à denúncia sobre infrações ao direito internacional dos direitos humanos que a medidas práticas para a resolução das violações. Contudo, ainda que com menos ações concretas, as ações das ONGs já são suficientes para contrastar com a inatividade em favor da proteção da população curda por parte dos países da região, guiada pelo desejo de evitar a formação de um Estado curdo independente. A comunidade internacional também não denuncia ou reprime intervenções para impedir maior coesão curda frequentemente, uma vez que as relações com os curdos estão em geral limitadas a seu apoio na guerra contra o Estado Islâmico. Ainda, os Estados-nação da região, como Turquia, Iraque, Irã e Síria são amplamente reconhecidos internacionalmente, enquanto a autonomia curda não (Barnes-Dacey 2018). Os interesses na região são abertamente políticos e iniciativas de proteção aos direitos humanos não tem vindo de países, mas de organizações, uma vez que nenhum Estado deseja criar conflitos diplomáticos com os Estados da região. Apesar de a participação curda no conflito Sírio ser valorizada, Israel foi o único Estado amplamente reconhecido que se pronunciou a favor de um Curdistão independente. Os governos Europeus, nessa questão, já expressaram seu desejo em ver os países da região saírem do conflito sem mudanças territoriais (Bellut 2017).

14 A Human Rights Watch, fundada em 1978 nos Estados Unidos, é uma organização não-governamental internacional de direitos humanos, focada na investigação e produção de relatórios sobre violações de direitos humanos, além de propor políticas públicas com o objetivo de "proteger direitos e garantir a reparação para vítimas de violações passadas" (HRW 2018g, online).

A causa curda, assim como o clamor pela defesa dos direitos humanos dessa população, todavia, tem relevância especial na Europa e Estados Unidos, por onde se espalharam grupos ativistas e organizações em sua defesa. As organizações autônomas especializadas em defender a causa dos direitos humanos curdos estão concentrados nessas localidades, onde migrantes curdos conseguiram angariar apoio popular, ainda que não-governamental. Alguns exemplos são a Kurdish Human Rights Watch[15], baseada nos Estados Unidos, com escritórios neste país e no Iraque; o Kurdish Human Rights Project, fundado em 1992, no Reino Unido, que mantém contato com organizações de direitos humanos europeias (The Kurdish Project 2018a; 2018b). Ainda que proporcionem um impacto de grande relevância para a população local, chamando a atenção para violações e notificando e auxiliando em emergências, estas organizações possuem limitações, especialmente na atual configuração estado-cêntrica do sistema internacional (Marcinkutė 2011). Para complementar a visão sobre a questão da proteção dos direitos curdos, trata-se na próxima seção da visão e atividade de Estados-nação sobre o assunto.

5 POSICIONAMENTO DOS PAÍSES

A **República Árabe do Egito** possui como premissa básica o estabelecimento de canais de diálogo e cooperação em relação à garantia dos direitos humanos. Sendo assim, quando, em 2017, a Turquia ocupou a cidade síria de Afrin, de maioria curda, o Egito condenou a ação tanto por violar a soberania síria, como por ter sido prejudicial aos civis. Essa posição do Egito também está ligada à relação entre o presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, e Mohamed Morsi, ex-presidente do Egito. Quando Abdul Fatah Al Sisi deu um golpe ao governo de Morsi, Erdogan e membros de seu partido, o Partido da Justiça e Desenvolvimento (em turco, AKP), foram contra a remoção de Morsi do poder egípcio. Ademais, o Egito também se mostrou preocupado com o aspecto humanitário da situação. Como membro da Liga dos Estados Árabes, cujo objetivo é reforçar e coordenar os laços econômicos, sociais, políticos e culturais entre os seus membros, essas opiniões estão alinhadas com os demais países da Liga – como a República do Iêmen, a República Democrática Somali e a República do Iraque. De maneira geral, a Liga Árabe se opõe à criação de um Estado curdo, pois acredita que a divisão apenas gera mais violência e impulsiona confrontos étnicos (Arab Republic of Egypt 2017; Astorri 2017).

No que diz respeito à questão do povo curdo, a **República do Iêmen** demonstra significativa preocupação com a possibilidade de uma futura independência curda incitar movimentos separatistas em seu país (The Washington Post 2017). A relação entre os iemenitas e os curdos, atualmente, não está em evidência, contudo, na dinastia curda de Seijuk (1169-1250), o império curdo ocupou toda a Síria e territórios do Egito e do Iêmen (Institut Kurde de Paris 2018).

A **República Islâmica do Paquistão** se posiciona de maneira contrária à causa curda, defendendo a integridade e soberania de territórios como o Iraque e a Síria. Ademais, o país entende que um referendo, seguido pela provável independência do Curdistão, poderia se configurar em um fator de potencial instabilidade no Orien-

15 Grande parte do trabalho da Kurdish Human Rights Watch nos Estados Unidos é focado no atendimento a refugiados e imigrantes em geral, além de financiar programas para o desenvolvimento econômico e político de comunidades curdas no Iraque (Kurdish Human Rights Watch 2018).

te Médio, de tal forma a agravar a violência e o desrespeito aos direitos humanos (Pakistan 2017).

Em comparação a outros países do Oriente Médio, especialmente àqueles com população curda, a **República Libanesa** apresenta-se como um local seguro para esse povo. No Líbano, foi permitida a formação de partidos políticos curdos, de organizações sociais, o estabelecimento de escolas próprias e centros de saúde; além disso, os curdos podem fazer uso de seu idioma, celebrar abertamente eventos culturais e participar da política nacional, uma das razões para tanto é a diversidade étnica libanesa, com a qual o Estado já desenvolveu mecanismos próprios para conviver com ela (Meho e Kawtharani 2005). O país já ratificou diversos tratados das Nações Unidas a respeito de direitos humanos, como a Convenção contra Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (2000); o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1972) e a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra Desaparecimentos Forçados (2007) (UN 2018).

Na **República do Iraque**, desde 2005, a região curda apresenta autonomia em relação ao governo quanto à sua administração. Porém, em 2017, ocorreu um referendo a respeito de sua plena independência, no qual 92,73% dos participantes votaram pelo "sim". Mesmo assim, o primeiro-ministro do Iraque, Haider al-Abadi, negou-se a dialogar sobre o referendo e prometeu proteger os civis curdos dentro ou fora do Curdistão (Espinosa 2017; BBC 2017a). Em abril de 2017, o ministro das relações exteriores do Iraque, Dr. Ibrahim Al-Jaafari, visitou o Curdistão iraquiano e afirmou que a experiência curda de uma região autônoma expressa o bom resultado de políticas iraquianas, pois demonstra a liberdade dos cidadãos curdos. O ministro enfatizou que a unidade nacional é fundamental e que os curdos, ao desejarem independência, devem levar em consideração os interesses e preocupações dos demais países que também possuem áreas do Curdistão, como a Turquia, a Síria e o Irã. Portanto a coesão entre diferentes grupos – curdos, árabes, muçulmanos, cristãos, sunitas, xiitas – é de extrema importância para o Iraque, que preza pela cidadania de tais indivíduos e considera essa diversidade como o perfil de um "novo Iraque" (Republic of Iraq 2017).

Desde outubro de 1995, a **República da África do Sul** possui a chamada Comissão de Direitos Humanos, cujo objetivo é apoiar a democracia constitucional respeitando os direitos humanos e monitorando a observação desses direitos na própria República (South Africa Human Rights Comission 2018). A África do Sul se alinha com os demais membros da União Africana, que visa à constituição de um sistema humanitário inclusivo, transparente e justo (African Union 2016). Quanto à questão curda, em janeiro de 2007, o Ministro Aziz Pahad demonstrou preocupação com a instabilidade que o movimento pela busca de um Curdistão autônomo no Iraque poderia gerar, afinal, seria criada uma estrutura descentralizada que favoreceria as pessoas de etnia curda e xiita, mas prejudicaria os sunitas[16] (Republic of South Africa 2007). Para o governo Sul-Africano, um país desunificado significa o aumento de violência nas fronteiras entre Estados, e, sendo assim, a África do Sul preza pela

16 Após a morte de Maomé, o islã se dividiu em dois ramos principais: o xiita e o sunita. A diferença fundamental entre os dois diz respeito à sucessão do profeta. Enquanto os primeiros acreditavam que o sucessor de Maomé deveria ser um de seus descendentes, os segundos não defendiam essa obrigatoriedade de laços sanguíneos. Essa divisão sectária ainda é bastante presente nos dias de hoje e acaba sendo um fator de influência nos conflitos mais recentes no Oriente Médio (BBC 2016).

prevenção de conflitos armados pela resolução pacífica de conflitos (Shikara 2017).

A **União Africana (UA)** foi criada em 2002, em substituição à antiga Organização da Unidade Africana. A proposta da organização é acelerar o processo de integração do continente africano, promover unidade e solidariedade entre os países africanos e superar os vestígios remanescentes da colonização e do *apartheid* (Brasil 2018a; AU 2018). A partir desse ponto de vista, a UA afirma que há falhas no sistema humanitário fundado pelas Nações Unidas na Resolução de 46[17] e entende que reformas deveriam ser feitas. Enquanto essas mudanças não são feitas, a organização acredita que o papel dos Estados em prever e prevenir violações aos direitos humanos deve ser reforçado para que, onde ocorram situações de crise humanitária, se possa responder com eficácia e promover resiliência entre as comunidades para suportar possíveis futuras crises. Portanto, diante da comunidade internacional, a UA demonstra seu descontento e insatisfação com conjunturas em que o próprio governo viola direitos humanos – tal qual é a situação vivida por muitos curdos ao longo de toda área do Curdistão. São membros da União Africana presentes neste comitê: a República da África do Sul, a República da Costa do Marfim, a República do Burundi, a República Árabe do Egito, a República Federal da Nigéria, a República Democrática do Congo e a República Democrática Somali (AU 2016).

A **República da Costa do Marfim** vem observando em seu país os reflexos de uma crise desde o período eleitoral de 2010, quando o ex-presidente, Laurent Gbagbo, recusou ceder seu poder. Nesse período, a população sofreu várias violações a seus direitos humanos, principalmente devido ao abuso de poder das forças armadas: assassinatos extrajudiciais, tortura e detenção arbitrária. Porém, o presidente eleito, Alassane Ouattara, conseguiu assumir o poder e foi auxiliado por uma Missão de Paz das Nações Unidas, na qual os *peacekeepers* receberam autorização para se utilizar de armas pesadas, caracterizando uma das missões mais efetivas nesse sentido. Desde então, Ouattara valoriza e apoia missões que garantam os direitos humanos, porém a situação muda de figura com a maior aproximação do país com a China, que investe muito em infraestrutura no país e o influencia a ter uma postura mais reticente e menos incisiva em relação a países que são aliados dos chineses, como a Síria (HRW 2017a; United States 2013).

A **República Federal da Nigéria** demonstra ter uma posição bastante próxima da britânica e da norte-americana, devido ao auxílio recebido desses países no confronto contra o Boko Haram – organização fundamentalista islâmica de caráter terrorista sediada na Nigéria –, cuja violência causa temor e insegurança na população. A Nigéria participa do Conselho de Direitos Humanos de maneira ativa, ainda que seu maior enfoque seja em países africanos. O país se destaca também por ser um grande defensor da chamada "responsabilidade para proteger" (em inglês, *responsibility to protect*), um princípio mundial que busca evitar a ocorrência de genocídios, crimes de guerra e contra a humanidade e "limpezas étnicas" (HRW 2018f).

A relação entre a **República do Burundi** e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos – órgão que supervisiona o Conselho de Direitos Humanos – tem se mostrado como razoavelmente instável, uma vez que o país tem se mostrado hesitante em colaborar com projetos que dizem promover os direitos

17 Quando a comunidade internacional oferece assistência de emergência, esta é guiada pela Resolução 46/182, que possui uma abordagem específica e instruções para que a assistência possa ser feita (UNOCHA 2012).

humanos. Isso se deve ao fato de que, mais recentemente, o país vem sentindo hostilidades provinda da comunidade internacional em sua direção (Schlein 2018).

A escolha da **República Democrática do Congo** como membro do Conselho de Direitos Humanos, por três anos, gerou controvérsias e conturbação. Tanto os Estados Unidos como o Reino Unido consideraram a escolha imprudente, devido à situação dos direitos humanos no país sob o governo de Joseph Kabila. Ainda que sofrendo tais críticas, Kabila recusou qualquer possibilidade de saída do Conselho (Reuters 2017). Em 2018, Marie-Ange Mushobekwa, ministra de direitos humanos para a República Democrática do Congo, afirmou para o Conselho que o país se dedicaria em conquistar a confiança dos demais para manter sua posição no CDH e que o governo faria correções necessárias (OHCHR 2018b).

De acordo com a OHCHR, a **República Democrática da Somália** vem enfrentando diversos desafios quanto à garantia dos direitos humanos, contudo, tem se engajado crescentemente no contexto internacional para promover a sua manutenção (OHCHRc 2018). Uma de suas atitudes nesse sentido é a sua participação em várias convenções, como a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965), cujo artigo II determina que "Os Estados Partes condenam a discriminação racial e comprometem-se a adotar, por todos os meios apropriados e sem demora, uma política de eliminação de todas as formas de discriminação racial, e de promoção da harmonia entre todas as raças [...]" (OHCHR 1965, 2. Tradução nossa).

Em agosto de 2015, o ministro da defesa da **República Federal da Alemanha** afirmou que havia indícios que as forças curdas tinham sido vítimas de armas químicas em um embate contra o Estado Islâmico, no Iraque (The Guardian 2015). Nesse contexto houve uma mobilização do governo alemão para enviar treinamento e armas para os curdos Peshmerga, com o objetivo de deter o Estado Islâmico (Federal Republic of Germany 2014). Para além do aspecto bélico, a questão dos direitos humanos é cara à Alemanha, tanto que o 1º Artigo da Lei Fundamental alemã reconhece "os direitos invioláveis e inalienáveis" como "fundamento de toda comunidade humana, da paz e da justiça no mundo" (Alemanha Constituição, 18). O país considera esse fator em suas relações exteriores e acredita que, muitas vezes, o desrespeito sistemático dos direitos humanos é o primeiro passo em direção a conflitos e crises (Tatsachen über Deutschland 2018).

A Alemanha se alinha com os demais países membros da **União Europeia (UE)**, e a questão curda sempre encontrou espaço na agenda do bloco, principalmente tratando-se das relações entre a Turquia e a UE, afinal a opinião pública europeia sempre considerou impraticável a adesão da Turquia à União enquanto o problema curdo não fosse resolvido (Barrinha 2006). A Comissão Europeia faz regularmente um Relatório de Progresso da Turquia, e, no ano de 2014, esse relatório apontou que o país deveria adotar leis específicas para proteger suas minorias, como a curda. Ademais, o Estado turco, de acordo com o documento, ainda necessitava de um trabalho bem amparado que pudesse prevenir e punir crimes e discursos de ódio contra tais grupos populacionais, de forma a preservar as variadas identidades étnicas existentes dentro de seu território (European Union 2014).

O presidente da **República Francesa**, Emmanuel Macron, demonstra constante interesse em estabilizar a situação síria e, para isso, uniu-se militarmente às Unidades de Proteção Popular (em curdo, YPG) do Curdistão sírio (Drake 2018). A

França, como parte do plano "Paris Action Plan", estabeleceu um fundo para apoiar projetos de organizações não-governamentais que beneficiam comunidades de minorias ameaçadas. O plano já recebeu 5 milhões de euros para 2018, e a maior parte dos investimentos está sendo conduzida por ONGs no Iraque, país onde se localiza considerável parcela da população curda (France Diplomatie 2018a). Quanto à Turquia, a relação entre os países está estremecida desde que a França apoiou militarmente grupos curdos, e a França vêm monitorando de perto a situação dos direitos humanos dentro do território turco (France Diplomatie 2018b).

Em setembro de 2017, Lu Kang, porta-voz do ministro de relações exteriores da **República Popular da China**, anunciou o posicionamento chinês quanto à independência do Curdistão Iraquiano: a China apoia a preservação territorial iraquiana e advogou por uma solução diplomática inclusiva, que pudesse endereçar a negativa memória coletiva histórica do povo curdo e facilitar a reconstrução do Iraque (Ramani 2017). Esse posicionamento segue a linha diplomática adotada pela China no que diz respeito à questão curda: o país mantém relações comerciais e diálogo com os povos curdos, porém apenas apoia o processo de independência se houver consenso com os Estados regionais já consolidados, tal como o Iraque, a Síria, a Turquia e o Irã (Chaziza 2017). A China já sofreu intensas críticas a respeito da observação de direitos humanos em seu próprio país, como a discriminação de minorias étnicas (Ruz 2015), porém já ratificou seis tratados das Nações Unidas sobre o assunto, como, por exemplo, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965), em que é constatado que o Estado não deve apoiar ou defender qualquer tipo de discriminação racial promovida por um indivíduo ou uma organização (OHCHR 1965).

Assim como a China, a **República da Índia** também apresenta consulado na capital do Curdistão Iraquiano (Erbil), mas, apesar de possuir interesse na região, não despreza suas relações com Bagdá (Taneja 2017). Várias organizações não-governamentais indianas se movimentam em prol de um Curdistão livre e defendem os direitos humanos curdos - esse movimento pôde ser observado durante a invasão turca à Afrin, que foi muito criticada por essas ONGs (ANF News 2018). Outro país que seguiu essa tendência e abriu um consulado honorário no Curdistão Iraquiano foi a **Ucrânia,** por desejo de diversificar suas relações diplomáticas (Unian 2017). A Ucrânia, entretanto, enfrenta seus próprios desafios domésticos em relação à defesa de direitos humanos, sendo acusada pela Human Rights Watch de colocar sua população civil em risco a partir de prisões arbitrárias em territórios contestados. Ademais, segundo a organização, a falta de infraestrutura para garantir o transporte seguro de pessoas no conflito armado que ocorre no país (HRW 2018h).

O Departamento de Estado dos **Estados Unidos da América** produz anualmente o chamado "Country Reports on Human Rights Practices", que busca fazer uma cobertura internacional reconhecendo os direitos individuais, civis e trabalhistas determinados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (United States 2018). Essa prática vai ao encontro do Ato de Assistência Externa de 1961 (Foreign Assistance Act of 1961), presente na lei americana, que determina que nenhuma assistência deve ser designada a países engajados em padrões de violações graves dos direitos humanos internacionalmente reconhecidos (United States 1961). Recentemente, foram feitos relatórios a respeito do Iraque, em 2016, e da Turquia, em 2014. O primeiro indicou interrogatórios abusivos nas instalações de unidades de segu-

rança por parte do Governo Regional do Curdistão Iraquiano. Cerca de 70 detentos alegaram tortura ou outros maus-tratos em resultados obtidos durante visitas monitoradas que ocorreram entre 2015 e 2016. Além disso, há também a preocupação com o uso de crianças nos exércitos curdos, pois, de acordo com a HRW, foram documentados 29 casos em que dois grupos armados filiados ao PKK – grupo considerado terrorista pelos EUA, pela UE e por Ancara – recrutaram crianças de etnia curda e Yezidi[18], e haviam feito uso da força para que essas crianças não fugissem (United States 2016). Por outro lado, no relatório que tratava da Turquia, o governo americano identificou e criticou a ineficácia por parte do governo turco em proteger suas minorias vulneráveis, dando continuidade a um cenário de violência, discriminação e restrição da liberdade. O documento apontou que uma das principais violações feitas pela Turquia foi a privação da liberdade de associação. Em outubro do ano de 2014, curdos fizeram protestos quanto à inação governamental frente às cidades de maioria curda que estavam sendo ocupadas pelo Estado Islâmico. Pelo menos 40 civis foram mortos durante os protestos e, como medidas, o governo turco estabeleceu toque de recolher e impôs restrições a viagens em diversas províncias curdas (United States 2014). Mais do que isso, é também importante mencionar que, no decorrer do conflito na Síria e na luta contra o Estado Islâmico, os Curdos se tornaram um aliado estratégico dos Estados Unidos, tendo tido um papel fundamental ao auxiliar o país no combate ao grupo terrorista (Barnard and Hubbard 2018).

A **Federação Russa** mostra-se favorável à estabilidade e integridade dos Estados do Oriente Médio. Assim, preza pela soberania da Síria e do Iraque e discorda que a separação do Curdistão possa ser uma solução viável para embates étnicos na região (Russian Federation 2018). A principal preocupação da Rússia é colocar um fim à prolongada Guerra Civil Síria, e, para isto, convocou uma reunião de paz sobre a Síria em Sochi, em janeiro de 2018. Líderes curdos foram convidados, porém recusaram-se a comparecer devido à ofensiva turca em Afrin, levando em consideração que Moscou, Teerã, Damasco e Ankara são aliados (O Globo 2018). A Rússia entende que a luta curda na Síria é uma luta de cidadãos sírios para proteger seus territórios, não aceitando o discurso secessionista e entendendo que só haverá estabilidade se o governo sírio retomar o controle de seu país – desde 2014, as cidades de Afrin, Kobani e Jazira são administradas pelo Partido de União Democrática curdo. Ademais, a HRW constatou, em junho de 2018, violações na Síria aos direitos humanos promovidas por autoridades curdas, que incluíam prisões arbitrárias, desaparecimentos e a falha em resolver e endereçar punições a assassinatos (HRW 2018d).

O **Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte** preocupa-se com a situação dos direitos humanos curdos e os fornece apoio, sobretudo, frente ao grupo terrorista Estado Islâmico. Assim, o país insiste no diálogo entre os Estados consolidados e os curdos para cessar conflitos no Oriente Médio – tal foi o posicionamento inglês observado durante o referendo de 2017 no Curdistão Iraquiano (United Kingdom 2015; 2017). O **Canadá,** membro da *Commonwealth* britânica, possui cerca de 11 mil pessoas de origem curda vivendo em seu país, de acordo com seu censo de 2011 (Statistics Canada 2011). Portanto, em 2017, com o referendo feito no Curdistão Iraquiano, ocorreram muitas manifestações de populações curdas no país. O Primeiro

18 A religião Yezidi, com suas origens de 4 mil anos, envolve aspectos do cristianismo, judaísmo e zoroastrismo. Historicamente, aqueles que praticam essa fé têm sido perseguidos, seus membros falam o dialeto kormanje e curdo, alguns deles se consideram curdos (Minority Rights 2018).

Ministro canadense, Justin Trudeau, afirmou que iria respeitar o processo democrático estabelecido pelos curdos e que não iria interferir, ainda que o Canadá, seguindo a linha americana e inglesa, acredite em um Iraque unificado. De maneira geral, o Estado canadense busca criar um ambiente doméstico adequado para as populações curdas e preocupa-se com a observação dos direitos humanos desses povos nas demais nações (Sulaivany 2017; Semple 2017). A **Comunidade da Austrália** também mantém essa postura de buscar o diálogo e cooperação, tanto por se alinhar ao Reino Unido e ao Canadá, tanto por possuir interesses em negociar com Washington, Bagdá, Erbil e Teerã (Australian Institute of International Affairs 2017).

Como um país frequentemente acusado pela ONU de violações de direitos humanos contra alguns grupos de seus habitantes, **Myanmar** defende uma postura de não-intervenção. O caso da discriminação dos Rohingya[19] no país tem pontos em comum com a situação dos curdos no Oriente Médio, como a falta de representação política e a discriminação étnica, ainda que apresente uma faceta mais sistematicamente violenta, por vezes caracterizada como limpeza étnica (HRW 2018a).

A **República Federativa do Brasil** e a **República da Argentina**, por serem membros do Mercosul, tendem a seguir o mesmo alinhamento. Quanto à questão curda, em uma palestra sobre o tema "Atuais Desafios para o Multilateralismo e as Nações Unidas", o ex-ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, enfatizou que o Conselho de Segurança da ONU não pode – e nem se mostra – ser insensível a questões de direitos humanos como a que afeta a população curda. Entretanto, há dificuldades para ações mais incisivas por parte do Conselho, pois só pode fazer aquilo para que recebe autorização de seus membros (Brasil 2018b). A sugestão do ex-ministro foi de

> estabelecer critérios multilateralmente acordados e modalidades para o envolvimento da ONU em situações semelhantes, as armadilhas inerentes a gestões caso-a-caso serão minimizadas – em benefício da credibilidade das Nações Unidas e da cooperação internacional orientada para o alívio do sofrimento humano (Brasil 2018b, online).

A **República de Cuba** e a **República da Venezuela** trazem a defesa internacional dos direitos humanos como uma das bandeiras principais de sua ideologia. Essa defesa se estende aos direitos e reivindicações curdas, cujos grupos revolucionários inclusive exaltaram o legado de Fidel Castro em Cuba (Telesur 2016). Apesar disso, ambos os países também foram repetidamente acusados de violações contra seus próprios cidadãos, especialmente no que diz respeito à liberdade de expressão por grupos opositores ao governo (Amnesty International 2016).

Problemas relativos à garantia dos direitos humanos também são enfrentados por outros países latino-americanos, como o **Haiti,** que recebeu auxílio de 2004 a 2017 por meio da Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti (MINUSTAH)

19 "O povo representa cerca de 5% entre 60 milhões de habitantes de Mianmar, e sua origem ainda é amplamente debatida. Por sua parte, eles afirmam serem indígenas do Estado de Rakhine, anteriormente conhecido como Arakan, no oeste do país, mas outros apontam que são, na verdade, muçulmanos de origem bengali que migraram para Mianmar durante a ocupação britânica. Desde 1948, quando o país se tornou independente, eles têm sido vítimas de tortura, negligência e repressão" (BBC 2017b, online).

(HRW 2018c), e o **México,** que sofre especialmente com abusos militares e a impunidade de crimes (HRW 2018e). Contudo, ambos os países são amplos apoiadores de tratados de direitos humanos, ainda que não tenham sido vocais a respeito da situação dos curdos.

A **República Árabe da Síria** encontra-se, atualmente, em uma guerra civil que vem se prolongando há sete anos – o que demonstra a complexidade das relações do governo oficial com os demais atores, sejam eles nacionais ou internacionais. Recentemente, a administração norte-americana de Donald Trump vem ressaltando seu desejo em retirar tropas da Síria, deixando seus aliados, os curdos, em uma situação instável. As lideranças curdas propuseram ao governo de Bashar al-Assad a sua retirada para o nordeste da Síria, entretanto, o governo se mostra inflexível, pois al-Assad intenta retomar o controle de toda a Síria, o que inclui os territórios que estão sob o controle das Unidades de Proteção Popular (YPG, na sigla em curdo). Os curdos sírios do YPG objetivam um acordo pós-guerra com Assad, por mais que, para isso, tenham que ceder parte das áreas que administram. Muito embora o governo sírio tenha se mostrado flexível no que se refere ao respeito à língua e à cultura curdas, Bashar al-Assad não vê a questão territorial pela mesma perspectiva, negando ao Curdistão qualquer tipo de autonomia e buscando, assim, garantir integralmente seu controle sobre o território da Síria (Hiltermann 2018). Quanto aos direitos humanos, atualmente, a situação síria é crítica: a organização não-governamental Observatório Sírio para Direitos Humanos (OSDH) denunciou a prisão e tortura de curdos na região de Afrin, por facções rebeldes sírias apoiadas pela Turquia (Expresso 2018).

Para compreender as relações entre a **República da Turquia** e sua população curda, é preciso antes entender que a Turquia considera o Partido de Trabalhadores do Curdistão (PKK, na sigla em curdo) como um grupo terrorista (Republic of Turkey 2018). A partir de 2014, os confrontos entre os curdos e o governo turco se acirraram. Em grande medida, isso ocorreu devido à invasão do Estado Islâmico ao território curdo na Síria (Kobani) – situação sobre a qual a Turquia não tomou quaisquer iniciativas, provocando, portanto, uma revolta da população. Desde então, os embates entre ambos vêm se intensificando, o que causou cerca de 2 mil mortes entre 2015 e 2016. O PKK visou a atacar diversos monumentos de valor simbólico em Istambul e Ancara, e seus ataques ocasionaram a morte de dezenas de oficiais e civis; contudo, a maioria das casualidades se deu em territórios de maioria curda, no sudeste do país (ISDP 2016). Quanto aos direitos humanos, a Turquia tem sido fortemente condenada pela comunidade internacional:

> O Parlamento Europeu aprovou uma resolução que condena as violações dos direitos humanos na Turquia, apela ao levantamento do Estado de emergência e recomenda cortes no financiamento europeu no quadro das negociações para entrada do país na União Europeia (Silva 2018, online).

Ademais, alguns ativistas de direitos humanos entraram em processo de julgamento em Istambul, como é o caso da diretora da Anistia Internacional da Turquia – situação que gerou tensão entre a União Europeia, seus aliados e Ancara (Silva 2018). Ainda assim, a Turquia já assinou tratados internacionais que versam sobre o tema, como por exemplo, a Convenção Europeia de Direitos Humanos (1954) e Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (2000). A atitude do governo em

relação aos curdos tem sido ponto fundamental de crítica ao país pela violação dos direitos humanos, principalmente após as Nações Unidas publicarem um relatório que expunha quantidades preocupantes de civis curdos mortos em conflitos, bem como deslocados internos (OHCHR 2017).

A **República Islâmica do Irã** mantém, há muitos anos, uma relação cooperativa com o Curdistão iraquiano. Recentemente, o Irã apoiou os curdos iraquianos contra o grupo terrorista Estado Islâmico, embora suas relações remontem a décadas anteriores – até mesmo antes da Revolução Iraniana de 1979, quando ambos lutaram juntos contra o governo iraquiano de al-Bakr. Entretanto, isso não significa que as relações entre o governo iraniano e a população curda presente em seu território sejam perfeitamente harmoniosas. A população curda habita o noroeste do Irã, uma das regiões mais pobres do país, na qual o governo sempre falhou em promover desenvolvimento. O ano de 2017, em particular, foi caracterizado por dissidências entre o governo oficial e o Curdistão. Isso se deu devido ao fato de que os curdos iranianos resolveram levar a cabo um plebiscito sobre sua possível independência. Apesar de lideranças curdas afirmarem que o plebiscito se trataria apenas de uma forma de acelerar as negociações com Bagdá (ao invés de representar o desejo de alterar as fronteiras imediatamente), o governo iraniano se preocupa com os efeitos de um Curdistão independente, tendo atuado de forma veemente para conter o plebiscito (Tabatabai 2017). Ademais, no que diz respeito à questão dos direitos humanos, o Irã não é visto de forma favorável pela comunidade internacional: a União Europeia, por exemplo, impõe sanções a 82 personalidades iranianas por desrespeito ao direito de manifestação (Nações Unidas 2018). Em relação aos curdos, a Anistia Internacional coloca que os curdos iranianos têm sofrido uma discriminação enraizada, uma vez que seus direitos sociais, políticos e culturais têm sido reprimidos. Além disso, as regiões habitadas pelos curdos do Irã são pouco desenvolvidas (Amnesty International 2008). Ainda assim, o Irã assinou convenções que tratam sobre os direitos humanos, como a Convenção dos Direitos da Criança e Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.

As relações entre a população curda e o **Estado do Catar** não apresentam constância, sendo dependentes de diversos fatores conjunturais no Oriente Médio. Houve até mesmo um momento em que o Catar investiu significativamente no Curdistão iraquiano, sobretudo por meio do fornecimento de energia e de construção de infraestrutura (Cengiz 2017). Em 2017, contudo, o Catar passou a configurar o centro de uma intensa crise diplomática com os demais países do Golfo Pérsico: alegando que o Catar vinha financiando grupos terroristas, os Estados-membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), cortaram laços comerciais – mediante a imposição de sanções e bloqueios – e diplomáticos com o país. Diante dessa situação e, portanto, de seu isolamento na região, o Catar se aproximou sutilmente do Irã, de forma a se posicionar fortemente contra o referendo promovido no Curdistão iraniano (Ibish 2017). Quanto aos direitos humanos, o Catar não tem sido bem visto aos olhos da comunidade internacional, existindo uma forte crítica quanto à sua ação frente ao direito trabalhista dos imigrantes (Anistia Internacional 2015). Ainda assim, cabe lembrar que o Catar já ofereceu ajuda humanitária a pessoas deslocadas e refugiados dentro do Curdistão iraquiano (Gulf Times 2015).

O **Estado Plurinacional da Bolívia**, como representante de ideais de respeito à diversidade dos povos, caracteriza-se por ser um grande defensor do direito de au-

todeterminação (Dávalos 2017). Nesse sentido, o país demonstra uma forte empatia em relação ao povo curdo e à sua luta por independência. Em 2014, no mesmo dia do aniversário de 37 anos do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), o senado boliviano aprovou uma resolução saudando as iniciativas em Rojava que almejavam o estabelecimento de um confederalismo democrático, de forma a apoiar o direito à autodeterminação do povo curdo e, portanto, do Curdistão (Ozcan 2015).

A **República Popular Democrática da Coreia** não se posiciona diretamente sobre a situação dos direitos humanos da população curda, até mesmo devido ao fato de que, não raramente, o país é denunciado no âmbito das Nações Unidas por alegadas violações de direitos humanos (Miles 2018). Ainda assim, mais recentemente – e especialmente a partir de 2017 – a Coreia do Norte tem se aproximado de forma mais notável da Turquia – país considerado ser um dos maiores violadores dos direitos da população curda (Riva 2017). Ademais, o país possui uma política externa independente, em posição bastante isolada na comunidade internacional, ainda que busque fomentar relações melhores com outros países, para aliviar suas sanções (Snyder 2018).

O conflito ocorrido entre a **República do Sudão** e o Sudão do Sul – que continua em menor intensidade atualmente – foi marcado por graves violações aos direitos humanos, perpetradas especialmente pelo primeiro e as quais resultaram em centenas de milhares de pessoas refugiadas e deslocadas internamente. Contudo, o Sudão, além de ser um aliado dos países desenvolvidos ocidentais, configura-se como defensor e signatário da grande maioria dos tratados basilares sobre direitos humanos das Nações Unidas (HRW 2018). Assim como a população curda, o Sudão também está envolvido no conflito contra o Estado Islâmico, muito embora existam relatos de sudaneses que alegadamente se juntaram ao EI na Líbia, país fronteiriço com presença maior do grupo terrorista (Sudan Tribune 2018).

6 QUESTÕES A PONDERAR

I. Quais são as responsabilidades de um Estado-nação moderno em relação à sua população? A formação étnica plural de seus habitantes é capaz de modificar essas obrigações?

II. A violação de direitos humanos de um grupo populacional específico dentro de um Estado deve ser preocupação da comunidade internacional?

III. Qual deve ser o papel de organizações internacionais (governamentais e não-governamentais) no acesso de uma população a seus direitos fundamentais?

IV. A representação política de um grupo marginalizado pode ser utilizada como base para evitar futuras violações de seus direitos?

V. A proteção de direitos humanos em situações de conflito deve priorizar grupos marginalizados ou fornecer amparo de maneira mais geral às populações da região atingida?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

African Union. 2016. "African Union Strives to advance the Agenda for Humanity at World

Humanitarian Summit." Última modificação em 16 de Maio. https://au.int/en/pressreleases/20160516-2.

Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU (ACNUDH). 2017. "Report on the human rights situation in South-East Turkey". Acesso em 30 de Julho. https://www.ohchr.org/documents/countries/tr/ohchr_south-east_turkeyreport_10march2017.pdf

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). 2014. "Refugiados sírios no Iraque mudam para novo campo no Curdistão". Última modificação 9 de julho. http://www.acnur.org/portugues/2014/07/09/refugiados-sirios-no-iraque-mudam-para-novo-campo-no-curdistao/.

Amnesty International. 2008. *Iran:* Human Rights Abuses Against the Kurdish Minority. London: Amnesty International Publications. https://www.crin.org/en/docs/mde130882008eng.pdf.

———. 2016. "Fidel Castro's human rights legacy: A tale of two worlds". Última modificação 26 de novembro de 2016. https://www.amnesty.org/en/latest/news/2016/11/fidel-castro-s-human-rights-legacy-a-tale-of-two-worlds/.

———. 2018a. "Turkey 2017/2018". Acesso em 30 de maio. https://www.amnesty.org/en/countries/europe-and-central-asia/turkey/report-turkey/.

———. 2018b. "Who we Are" Acesso em 26 de agosto. https://www.amnesty.org/en/who-we-are/.

ANF News. 2018. "A call from India - Stop Turkish invasion in Kurdistan" Última modificação 28 de maio. https://anfenglishmobile.com/news/a-call-from-india-stop-turkish-invasion-in-kurdistan-26999.

Anistia Internacional. 2015. "Sem as reformas no Qatar, cresce o risco que a Copa se assente sobre abusos". Acesso em 3 de outubro de 2018. https://anistia.org.br/noticias/sem-reformar-prometidas-qatar-cresce-o-risco-que-copa-seja-assentada-sobre-abusos/.

Arab Republic of Egypt. 2018. "Egypt and Human Rights". *Ministry of Foreign Affairs*. Acesso em 30 de maio. https://www.mfa.gov.eg/English/ForeignPolicy/Pages/Human-Rights.aspx.

Astorri, Francesca. 2017. "Arab League Secretary General says no to a Kurdish State." *Al Arabiya*. Última modificação 6 de outubro. http://english.alarabiya.net/en/News/middle-east/2017/10/06/Arab-League-Secretary-General-says-no-to-a-Kurdish-state.html.

Australian Institute of International Affairs. 2017. "The Kurdish Referendum and Australia's Policy Options." Última modificação 28 de setembro. http://www.internationalaffairs.org.au/australianoutlook/kurdish-referendum-australia-policy/.

Banco Mundial. 2015. The Kurdistan Region of Iraq: Assessing the Economic and Social Impact of the Syrian Conflict and ISIS. Acesso em 30 de julho. http://documents.worldbank.org/curated/en/579451468305943474/pdf/958080PUB0Apri0PUBLIC09781464805486.pdf

Barfi, Barak. 2016. "Ascent of the PYD and the SDF". *Research Notes, The Washington Institute for Near East Policy* 2016 (32): 1-22. https://www.washingtoninstitute.org/uploads/Documents/pubs/ResearchNote32-Barfi.pdf.

Barnard, Anne, e Ben Hubbard. 2018. "Allies or Terrorists: Who are the Kurdish Fighters in Syria?". *The New York Times.* Última modificação 25 de janeiro. https://www.nytimes.com/2018/01/25/world/middleeast/turkey-kurds-syria.html.

Barnes-Dacey, Julien. 2017. *To End a War:* Europe's Role in Bringing Peace to Syria. European Council on Foreign Relations. http://www.ecfr.eu/publications/summary/to_end_a_war_europes_role_in_bringing_peace_to_syria7223.

———. 2018. "Three Views on Turkey's Syria Intervention." *European Council on Foreign Relations*. Última modificação 25 de janeiro. http://www.ecfr.eu/article/commentary_three_views_on_turkeys_syria_intervention.

Barrinha, André. 2006. "União Europeia, Estados Unidos e o conflito curdo na Turquia". Em *Europa, Estados Unidos e a Gestão de Conflitos*, organizado por Ricardo Migueis, 27-27. Lisboa: Fundação Friedrich Ebert.

BBC. 2016. "Entenda as diferenças e divergências entre sunitas e xiitas. Última modificação

4 de janeiro. https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160104_diferencas_sunitas_xiitas_muculmanos_lab

———. 2017a. "Iraqi PM urges Kurds to 'cancel' referendum result". Última modificação 27 de setembro. http://www.bbc.com/news/world-middle-east-41413999.

———. 2017b. "Quem são os rohingyas, povo muçulmano que a ONU diz ser alvo de limpeza étnica". Última modificação em 13 de setembro. https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41257869

Bellut, Daniel. 2017. "Supporters of independent Kurdistan seek EU backing". *Deutsche Welle*. Última modificação 10 de setembro. http://p.dw.com/p/2jfdf.

Bozarsian, Hamit. 2001. "Radicalismos, violências e integração política na Turquia". *Tempo Social* 13(1): 67-80. doi: 10.1590/S0103-20702001000100006.

Brasil. 2018a. "União Africana". *Ministério das Relações Exteriores.* Acesso em 31 de maio. http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3681-uniao-africana.

———. 2018b. "Palestra do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, sobre o tema 'Atuais Desafios para o Multilateralismo e as Nações Unidas', pronunciado pelo Secretário de Planejamento Diplomático, Embaixador Antônio Patriota, na XV". *Ministério das Relações Exteriores.* Acesso em 31 de maio. http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/7610-palestra-do-senhor-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-sobre-o-tema-atuais-desafios-para-o-multilateralismo-e-as-nacoes-unidas-pronunciada-pelo-secretario-de-planejamento-diplomatico-embaixador-antonio-patriota-na-xv-confere.

Chaziza, Mordechai. 2017. "China and the Independent Kurdish State." *The Begin-Sadat Center for Strategic Studies*. Última modificação 18 de setembro. https://besacenter.org/perspectives-papers/china-independent-kurdistan/.

Çalışar, Oral. 2016. "The Kurdish Issue in Turkey: Its Social, Political, and Cultural Dimensions." Em *Understanding Turkey's Kurdish Question,* editado por Fevzi Bilgin e Ali Sarihan. Lanham: Lexington Books.

Cambridge Dictionary. 2018. "No-Fly-Zone". Acesso em 25 de junho. https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/no-fly-zone.

Campos, Pedro Olavo Carregosa. 2017. "Formação e Reformulação do PKK o partido dos trabalhadores do curdistão". Diss. Bacharelado, Universidade Federal Fluminense.

Çelik, Ayse Betûl. 2005, "Transnationalization of Human Rights Norms and Its Impact on Internally Displaced Kurds". *Human Rights Quarterly* 27 (3): 969-997. http://www.jstor.org/stable/20069817.

Cengiz, Sinem. 2017. "The Gulf's stance on the Kurdish Referendum". Arab News. Última modificação 15 de setembro. http://www.arabnews.com/node/1161761/columns.

Choueiri, Youssef M. 2002. "Review Article: The Middle East – Colonialism, Islam and the Nation State". *Journal of Contemporary History* 37 (4): 649-663. http://www.jstor.org/stable/3180765.

Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. 2018. "Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos". Acesso em 31 de maio. http://www.achpr.org/pt/instruments/achpr/.

Costa, Renata Parpolov. 2016. "Uma história da Síria do século XXI para além do sectarismo religioso". Diss. Pós-Graduação, Universidade de São Paulo.

Council of Europe. 2017. "Human Rights Activism and the Role of NGOs". Acesso em 17 de junho de 2018. https://www.coe.int/en/web/compass/human-rights-activism-and-the-role-of-ngos.

Cupolo, Diego. 2018. "The Fate of Turkey's Democracy Lies With the Kurds". *The Atlantic.* Acesso em 12 de Agosto. https://www.theatlantic.com/international/archive/2018/06/turkey-erdogan-kurds-vote-hdp-akp/563573/

Dal, Emel Parlar. 2016. "Impact of the Transnationalization of the Syrian Civil War on Turkey: Conflict Spillover Cases of ISIS and PYD-YPG/PKK". *Cambridge Review of International Affairs* 29 (4): 1396-1420. doi: 10.1080/09557571.2016.1256948.

Dávalos, Gabriela Keseberg. 2017. "Bolivia's Current Foreign Policy: a Primer". Global Americans. Acesso em 02 de outubro de 2018. https://theglobalamericans.org/2017/09/bolivias-current-foreign-policy-primer/.

Deutsches Institut für Menschenrechte. 2018. "What is the Role of the United Nations for the Monitoring of Human Rights?" Acesso em 16 de junho. https://www.institut-fuer-menschenrechte.de/en/topics/development/frequently-asked-questions/6-what-is-the-role-of-the-united-nations-for-the-monitoring-of-human-rights/.

Drake, Matt. 2018. "French troops enter SYRIA from Iraq 'in support of Kurdish forces'". *Express*. Última modificação 28 de abril. https://www.express.co.uk/news/world/952371/Syria-news-French-troops-Syria-Iraq-USA-Kurdistan-Turkey-YPG-SDF.

Dunoff, Jeffrey L., Stephen R. Ratner e David Wippman. 2010. "The Use of Force". In *International Law: Norms, Actors, Process: a Problem-Oriented Approach*, escrito por Jeffrey L. Dunoff, Stephen R. Ratner e David Wippman, 713-794. New York: Aspen Publishers.

Enzinna, Wes. 2017. "A Dream of Secular Utopia in ISIS Backyard". *The New York Times.* Acesso em 1 de Agosto. https://www.nytimes.com/2015/11/29/magazine/a-dream-of-utopia-in-hell.html.

Espinosa, Ángeles. 2017. "O 'sim' Vence o Referendo Curdo no Iraque com 92%". *El País.* Última modificação 28 de setembro. https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/27/internacional/1506524415_663285.html.a.

European Union (EU). *Turkey Progress Report*. Bruxelas, 2014. https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/sites/near/files/pdf/key_documents/2014/20141008-turkey-progress-report_en.pdf.

Expresso. 2018. "Observatório Sírio para os Direitos Humanos denuncia prisões e torturas de curdos". Acesso em 3 de outubro. https://expresso.sapo.pt/internacional/2018-07-27-Observatorio-Sirio-para-os-Direitos-Humanos-denuncia-prisoes-e-torturas-de-curdos#gs.3gStx5c.

Fazal, Tanisha M. 2018. "Go Your Own Way: Why Rising Separatism Might Lead to More Conflict." *Foreign Affairs* 4 (July/August 2018): 113-123.

Federal Republic of Germany. 2014. "EU Foreign Ministers discuss international trouble spots". *Federal Foreign Office.* Última modificação 15 de dezembro. https://www.auswaertiges-amt.de/en/aussenpolitik/europa/141215-bm-rfab/267702

Fernandes, José Pedro Teixeira. 2005. Os fantasmas de Sèvres: A Turquia face ao regresso do nacionalismo curdo. Documento de trabalho, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, Porto, Portugal. http://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/colecoes/working-papers/relacoes-externas-de-portugal/os-abfantasmas-de-sevresbb-a-turquia-face-ao-regresso-do-nacionalismo-curdo.

France Diplomatie. 2018a. "Syria – Humanitarian assistance - Jean-Baptiste Lemoyne's participation in the Brussels II conference". Última modificação 25 de abril. https://www.diplomatie.gouv.fr/en/country-files/syria/events/article/syria-humanitarian-assistance-jean-baptiste-lemoyne-s-participation-in-the.

———. 2018b. "Turkey - Q&A - Excerpts from the daily press briefing 26.04." Última modificação 26 de abril. https://www.diplomatie.gouv.fr/en/country-files/turkey/events/article/turkey-q-a-excerpts-from-the-daily-press-briefing-26-04-18.

Furian. 2017. "Áreas Curdas no Médio Oriente, mapa político. Países com fronteiras nacionais, capitais e cidades importantes. Áreas curdas na cor laranja. Rotulagem em inglês". Acesso em 05 maio 2018. https://br.depositphotos.com/142748197/stock-illustration-kurdish-areas-in-the-middle.html.

Grosby, Steven. 2005. *Nationalism:* a Very Short Introduction. New York: Oxford University Press.

Gulf Times. 2015. "Qatar provides aid to refugees in Kurdistan". Acesso em 3 de outubro de 2018. https://www.gulf-times.com/story/448041/Qatar-provides-aid-to-refugees-in-Kurdistan.

Gunter, Michael M. 2014. "Turkey, Kemalism and the "Deep State". In *Conflict, Democratization and the Kurds in the Middle East: Turkey, Iran, Iraq, Syria,* editado por David Romano e Mehmet Gurses, 17-39. New York: Palgrave Macmillan.

———. 2015. "Iraq, Syria, ISIS, and the Kurds: Geostrategic Concerns for the U.S. and Turkey". *Middle East Policy* 22 (1): 102-111. doi: 10.1111/mepo.12116.

Hajjar, Babel. 2016. Para ler a guerra na Síria: a construção do consenso na cobertura da mídia local. Diss. Mestrado, Universidade de São Paulo.

Halliday, Fred. 2005. *The Middle East in International Relations*: Power, Politics and Ideology. Cambridge: Cambridge University Press.

Hannum, Hurst. 2018. "Legal Aspects of Self-Determination | Encyclopedia Princetoniensis". *Princeton University*. Acesso em 25 de julho. https://pesd.princeton.edu/?q=node/254.

Hiltermann, Joost. 2018. "The Kurds Once Again Face American Abandonment". The Atlantic. Acesso em 3 de outubro. https://www.theatlantic.com/international/archive/2018/08/syria-kurds-assad-ypg-isis-iraq/569029/.

Human Rights Watch (HRW). 2017a. "Cote d'Ivory: Will Ivorians Take a Stand for Syria's Victims?". Acesso em 1 de setembro de 2018. https://www.hrw.org/news/2018/04/10/cote-divoire-will-ivorians-take-stand-syrias-victims.

———. 2017b. "Turkey: Crackdown on Kurdish Opposition". Acesso em 18 de junho de 2018. https://www.hrw.org/news/2017/03/20/turkey-crackdown-kurdish-opposition.

———. 2018a. "Burma: Country Report". Acesso em 31 de maio. https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/burma.

———. 2018b. "Burundi". Acesso em 1 de setembro. https://www.hrw.org/africa/burundi.

———. 2018c. "Haiti: Events of 2017". Acesso em 11 de junho. https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/haiti.

———. 2018d. "Kurdistan Regional Government: Allegations of Mass Executions". Última modificação 8 de fevereiro. https://www.hrw.org/news/2018/02/08/kurdistan-regional-government-allegations-mass-executions.

———. 2018e. "Mexico: Events of 2017". Acesso em 11 de junho. https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/mexico.

———. 2018f. "Nigeria: Events of 2017". Acesso em 1 de setembro. https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/nigeria.

———. 2018g. "Sobre a Human Rights Watch" Acesso em 26 de agosto. https://www.hrw.org/pt/sobre-human-rights-watch.

———. 2018h. "Ukraine: Events of 2017". Acesso em 1 de setembro. https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/ukraine.

HYG Initiative to Keep Hasankeyf Alive. 2017. Report on the current status of the lLISU Hydroelectric Power Plant Project and HASANKEYF. *Mais em: http://www.hasankeyfgirisimi.net/wp-content/uploads/2017/09/llisu-Report_HYG_2017-09-111.pdf*

Ibish, Hussein. 2017. "The Gulf Arab Countries and the Kurdish Referendum". Stratfor. Acesso em 3 de outubro. https://worldview.stratfor.com/article/gulf-arab-countries-and-kurdish-referendum.

Inglehart, Robert. 2018. "The Age of Insecurity: Can Democracy Save Itself?". *Foreign Affairs* 3 (May/June 2018): 20-28.

Institute for Security & Development Policies (ISDP). 2016. "Turkey's Kurdish Conflict: 2015-present". Acesso em 3 de outubro. http://isdp.eu/content/uploads/2016/12/2016-Turkeys-Kurdish-Conflict-2015-Present.pdf.

Institut Kurde de Paris. 2018. "A brief survey of The History of the Kurds". Acesso em 1 de setembro. https://www.institutkurde.org/en/institute/who_are_the_kurds.php.

Itzchakov, Doron. 2017. "Iran and the Kurdish Challenge". *The Begin-Sadat Center For Strategic Studies.* Última modificação 30 de setembro. https://besacenter.org/perspectives-papers/iran-kurdish-challenge/.

Jüde, Johannes. 2017. "Contesting Borders? The formation of Iraqi Kurdistan's de facto state." *International Affairs* 93 (4): 847–863. doi: 10.1093/ia/iix125.

Jwaideh, Wadie. 2006. *The Kurdish National Movement:* its Origins and Development. New York: Syracuse University Press.

Keyman, E. Fuat e Umut Özkırımlı. 2016. "The 'Kurdish Question' Revisited: Modernity,

Nationalism, and Citizenship in Turkey". In *Understanding Turkey's Kurdish Question,* editado por Fevzi Bilgin e Ali Sarihan, 47-56. Lanham: Lexington Books.

Khalidi, Ari. 2017. "North Korea wants closer ties with Turkey: MP". Kurdistan 24. Última modificação 26 de novembro. http://www.kurdistan24.net/en/news/d33f1268-f-287-4922-bd97-8eb2827a1544.

Kurdish Human Rights Watch. "About Us". LinkedIn, 2018. Acesso em 26 de agosto. https://www.linkedin.com/company/kurdish-human-rights-watch-khrw.

Majid, Amir A. 1995. "International Human Rights and the Kurds". *Annual Survey of International & Comparative Law* 2 (1): 53-66. https://digitalcommons.law.ggu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1012&context=annlsurvey.

Marcinkutė, Lina. 2011. "The Role of Human Rights NGO's: Human Rights Defenders or State Sovereignty Destroyers?". *Baltic Journal of Law & Politics* 4 (2): 52-77. https://www.degruyter.com/downloadpdf/j/bjlp.2011.4.issue-2/v10076-011-0012-5/v10076-011-0012-5.pdf.

Mbaya, Ettiene-Richard. 1997."Gênese, evolução e universalidade dos direitos humanos frente à diversidade de culturas". *Estudos Avançados* 11 (30): 17-41. https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8993.

McDowall, David. 2005. *A Modern History of the Kurds.* London: I.B.Tauris & Co Ltd.

McMillan, M. E. 2016. "The Remaking of the Middle East: Enter the Nation State." In *From the First World War to the Arab Spring*, de M. E. McMillan. New York: Palgrave Macmillan, 89-92.

Médicos Sem Fronteiras (MSF). 2014. "Iraque: sucessivas ondas de deslocamento da população". Acesso 01 maio 2018. https://www.msf.org.br/noticias/iraque-sucessivas-ondas-de-deslocamento-da-populacao.

Meho, Lokman I. e Farah W. Kawtharani. "The Kurdish Community in Lebanon". Acesso em 16 de junho de 2018. https://staff.aub.edu.lb/~lmeho/meho-kawtharani-kurdish-community-in-lebanon.pdf.

Miles, Tom. 2018. "Don't Forget Human Rights in North Korea, U.N. Says". Reuters. Acesso em 03 de outubro. https://www.reuters.com/article/us-northkorea-missiles-rights/dont-forget-human-rights-in-north-korea-u-n-says-idUSKBN1HW1RI

Minahan, James. 1996. *Nations without States:* a Historical Dictionary of Contemporary National Movements. Westport: Greenwood Press.

Minority Rights. 2018. "Yezidis". Acesso em 26 de agosto. http://minorityrights.org/minorities/yezidis/.

Mooney, Erin. 2005. "The Concept of Internal Displacement and the Case for Internally Displaced Persons as a Category of Concern". *Refugee Survey Quarterly* 24 (3): 9-26. doi: 10.1093/rsq/hdi049.

Morris, Loveday. 2014. "Islamic State Seizes Town of Sinjar, Pushing out Kurds and Sending Yazidis Fleeing." *The Washington Post.* Última modificação 4 de Agosto. https://www.washingtonpost.com/world/islamic-state-seize-town-of-sinjar-pushing--out-kurds-and-sending-yazidis-fleeing/2014/08/03/52ab53f1-48de-4ae1-9e1d--e241a15f580e_story.html?noredirect=on&utm_term=.2d8b9028c225

Mortimer, Edward, e Robert Fine (eds.). 1999. *People, Nation and State:* The Meaning of Ethnicity and Nationalism. London: I.B. Tauris.

Moschtaghi, Ramin S. 2010. *Die menschenrechtliche Situation sunnitischer Kurden in der Islamischen Republik Iran.* Heidelberg: Springer.

Nogueira, Maria Beatriz Bonna. 2014. "A Proteção dos Deslocados Internos na Sociedade Internacional: Evolução Conceitual e Normativa". *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS – Volume Especial* 2014 (32): 67-91. http://seer.ufrgs.br/index.php/revfacdir/article/view/70456.

Nordland, Rod. 2018. "In Northern Syria, U.S. and Turkey Head Into Face-Off". *The New York Times.* Última modificação 8 de fevereiro. https://www.nytimes.com/2018/02/07/world/middleeast/us-turkey-manbij-kurds.html.

O Globo. 2018. "Curdos não participarão na reunião de paz sobre a Síria em Sochi". Última modificação 28 de janeiro. https://oglobo.globo.com/mundo/curdos-nao-participa-

rao-na-reuniao-de-paz-sobre-siria-em-sochi-22338097.

Öcalan, Abdullah. 2008. "Guerra e paz no Curdistão". *International Initiative Freedom for Abdullah Ocalan – Peace in Kurdistan*. Acesso em 30 de julho. http://www.freedom--for-ocalan.com/.

———. 2015. "Confederalismo Democrático". *Cadernos CERU* 26 (2): http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/10/CONFEDERALISMO-DEMOCR%C3%81TICO.pdf.

Office of the High Commissioner of Human Rights (OHCHR). *Convention on the Elimination of all Forms of Racial Discrimination.* New York, 21 de dezembro de 1965. Tratado das Nações Unidas. http://www.ohchr.org/Documents/ProfessionalInterest/cerd.pdf

———. *Training Manual on Human Rights Monitoring*. (New York e Geneva: OHCHR, 2001). https://www.ohchr.org/Documents/Publications/training7Introen.pdf.

———. 2014. "Human Rights Bodies" Acesso em 16 de junho de 2018. https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/Pages/HumanRightsBodies.aspx.

———. 2017. "UN report details massive destruction and serious rights violations since July 2015 in southeast Turkey". Última modificação 10 de março. http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=21342.

———. 2018a. "Core International Human Rights Instruments and Their Monitoring Bodies" Acesso em 24 de agosto. https://www.ohchr.org/en/professionalinterest/pages/coreinstruments.aspx

———. 2018b. "Human Rights Council holds enhanced dialogue on the human rights situation in the Democratic Republic of the Congo". Última modificação em 20 de março. https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=22868&LangID=E.

———. 2018c. "OHCHR in Somalia". Acesso em 1 de setembro de 2018. https://www.ohchr.org/EN/Countries/AfricaRegion/Pages/SOSummary20102011.aspx.

———. 2018d. "Ratification Status by Country". Acesso em 26 de agosto. http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/TreatyBodyExternal/Treaty.aspx?CountryID=96&Lang=EN.

———. 2018e. *Report on the Impact of the State of Emergency on Human Rights in Turkey, Including an Update on the South-East.* (Geneva: OHCHR, 2018). https://www.ohchr.org/Documents/Countries/TR/2018-03-19_Second_OHCHR_Turkey_Report.pdf.

———. 2018f. "Turkey: U.N. Report Details Extensive Human Rights Violations During Protracted State of Emergency". Acesso em 25 de agosto de 2018. https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=22853

Office of the High Commissioner of Human Rights (OHCHR). 2018. "Status of Ratifications: Sudan". Acesso em 02 de outubro. https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/TreatyBodyExternal/Treaty.aspx?CountryID=165&Lang=EN

Organização das Nações Unidas (ONU). 1945. Carta das Nações Unidas. Acesso em 05 de junho de 2018. https://nacoesunidas.org/carta/.

———. *Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio*, Paris, 11 de dezembro de 1948, disponível em http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/convenca....crime_genocidio.pdf

———. 2017. "ONU Lança Campanha pelo 70º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos". Acesso em 25 de agosto de 2018. https://nacoesunidas.org/onu-lanca-campanha-pelo-700-aniversario-da-declaracao-universal-dos-direitos--humanos/

ONU BR. 2017a. "Turquia: relatório da ONU detalha graves violações de direitos humanos no sudeste do país". Acesso em 05 de maio de 2018. https://nacoesunidas.org/turquia-relatorio-da-onu-detalha-graves-violacoes-de-direitos-humanos-no-sudeste--do-pais/.

———. 2017b. "ONU manifesta preocupação com efeitos 'potencialmente desestabilizadores' de referendo curdo". Última modificação 25 de Setembro. https://nacoesunidas.org/onu-manifesta-preocupacao-com-efeitos-potencialmente-desestabilizadores-de--referendo-curdo.

Organização das Nações Unidas, Assembleia Geral. Declaração Universal dos Direitos Hu-

manos (1948). Disponível em http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf.

Ozcan, Giran. 2015. "Looking at Rojava from Latin America". Kurdish Question. Acesso em 3 de outubro de 2018. http://kurdishquestion.com/oldarticle.php?aid=looking-at--rojava-from-latin-america.

Pakistan. 2017. "Pakistan Concerned Over Iraqi Kurdistan Referendum". *Ministry of Foreign Affairs.* Última modificação 2 de outubro. http://www.mofa.gov.pk/pr-details.php?mm=NTQ2Mw.

Peixinho, Maria de Fátima Amaral Simões. 2010. "O Curdistão no Iraque, ensaio de uma Nação. Contexto e Desafios". Diss. Mestrado, Universidade Fernando Pessoa.

Radpey, Loqman. 2016. "Kurdish Regional Self-rule Administration in Syria: A new Model of Statehood and its Status in International Law Compared to the Kurdistan Regional Government in Iraq. *Japanese Journal of Political Science* 17 (3), 468-488. doi:10.1017/S1468109916000190.

Ramani, Samuel. 2017. "China in the Middle East: The Iraqi Kurdish Question". *The Diplomat*. Última modificação 5 de outubro. https://thediplomat.com/2017/10/china-in--the-middle-east-the-iraqi-kurdish-question/.

República Federal da Alemanha. Constituição (1949). Lei Fundamental da República Federal da Alemanha (Grundgesetz für die Bundesrepublik Deutschland). Tradução de Assis Mendonça. Revisão Jurídica de Urbano Carvelli. Aachen, Renânia do Norte--Vestfália, 2011. Acesso em: 19/11/2016.

Republic of Iraq. 2017. "Foreign minister from Erbil: we stand with any constitutional practice and all the Kurds have to take into account the future of Kurdistan and the challenges it will face and the right time to achieve this wish". *Embassy of the Republic of Iraq.* Última modificação 15 de abril. http://www.iraqiembassy.us/in-the--news/foreign-minister-from-erbil-we-stand-with-any-constitutional-practice-and-all-the-kurds.

Republic of South Africa. 2007. "A Pahad: Notes on current international issues". *South African Government.* Última modificação em 29 de janeiro. https://www.gov.za/pahad-notes-current-international-issues.

Republic of Turkey. 2018. "Biography of Atatürk". *Ministry of Culture and Tourism*. Acesso em 19 de julho. http://www.kultur.gov.tr/EN,103908/biography-of-ataturk.html.

Republic of Turkey. 2018. "PKK". Ministry of Foreign Affairs. Acesso em 3 de outubro. http://www.mfa.gov.tr/pkk.en.mfa

Reuters. 2017. "Congo elected to U.N. rights council; Britain, U.S. unhappy". Acesso em 1 de setembro. https://www.reuters.com/article/us-un-rights-election/congo-elected--to-u-n-rights-council-britain-u-s-unhappy-idUSKBN1CL2LT.

Rocha, Aline, Gabriela Ribeiro e João Otávio Cadore. 2017. "Autodeterminação e Soberania Estatal no Século XXI". *UFRGS Model United Nations Journal* 5, 457-499.

Roberto, Willian Moraes. 2016. "A Estratégia de Liderança Regional da Turquia: Inflexão da Política Externa Pós-2011 e Limites do Modelo". Artigo apresentado no IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ENABED), Florianópolis, SC, Julho 06-08.

———. 2018. "As Mudanças na Política Externa Contemporânea da Turquia: as Respostas diante das Revoltas Árabes Pós-2011". Diss. Mestrado, Universidade Estadual Paulista, Universidade Estadual de Campinas e Pontifícia Universidade Católica – São Paulo.

Roosevelt Jr., Archie. 1947. "The Kurdish Republic of Mahabad". *Middle East Journal* 1 (3), 247-269. https://www.jstor.org/stable/pdf/4321887.pdf.

Russian Federation. 2018. "Foreign Minister Sergey Lavrov's interview with Italy's Panorama magazine, published on May 3, 2018". *Ministry of Foreign Affairs.* Última modificação 3 de maio. http://www.mid.ru/en/web/guest/foreign_policy/international_safety/conflicts/-/asset_publisher/xIEMTQ3OvzcA/content/id/3206154.

Ruz, Camila. 2015. "Human rights: What is China accused of?" *BBC News*. Última modificação 21 de outubro. http://www.bbc.com/news/magazine-34592336.

Samur, Hakan e Mehmet Behzat Ekinci. 2018. "The European Union Dilemma of the

Kurds: High Support for Membership despite Lack of Sufficient Trust". *Insight Turkey*. Última modificação 30 de abril. https://www.insightturkey.com/early-view/the-european-union-dilemma-of-the-kurds-high-support-for-membership-despite-lack-of-sufficient-trust.

Sary, Gadhi. 2016. *Kurdish self-Governance in Syria:* Survival and Ambition. Londres: Chatham House. https://www.chathamhouse.org/publication/kurdish-self-governance-syria-survival-and-ambition#.

Schlein, Lisa. 2018. "Burundi's Human Rights Record Comes Under Critical Review by UN". *VOA News.* Acesso em 1 de setembro de 2018. https://www.voanews.com/a/burundi-human-rights-critical-review-united-nations/4214022.html

Schøtt, Anne Sofie. 2017. "The Kurds of Syria". Brief. Copenhagen: Royal Danish Defence College.

Semple, Jeff. 2017. "Kurdish independence vote leaves Canadian Forces in a bind". *Global News*. Última modificação 1 de outubro. https://globalnews.ca/news/3779059/kurdish-independence-vote-canadian-forces/.

Serwer, Daniel. 2017. "This is not the time for kurdish independence". *The Washington Post*. Última modificação em 18 de julho. https://www.washingtonpost.com/news/democracy-post/wp/2017/07/18/this-is-not-the-time-for-kurdish-independence/?noredirect=on&utm_term=.1f905c01692b.

Shikara, Ahmad. 2017. "South Africa's Perspective of an Independent Kurdish State: Is it a Model to be Reckon with or may Emulate?" *Rising Powers in Global Governance*. Ultima modificação 28 de outubro. http://risingpowersproject.com/south-africas-perspective-independent-kurdish-state-model-reckon-may-emulate/.

Silva, Isabel. 2018. "Parlamento Europeu critica Turquia por causa dos direitos humanos". Acesso em 3 de outubro. https://pt.euronews.com/2018/02/08/parlamento-europeu-critica-turquia-por-causa-dos-direitos-humanos.

Silva, Francisco Carlos Teixeira da. 2003. *O Iraque no Grande Jogo Político Mundial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ciência Hoje. v. 03. 30p.

Snyder, Scott A. 2018. "Cognitive Bias and Diplomacy with North Korea". Council on Foreign Relations. Acesso em 03 de outubro. https://www.cfr.org/blog/cognitive-bias-and-diplomacy-north-korea.

South African Human Rights Comission. 2018. "Overview." Acesso em 31 de Maio. https://www.sahrc.org.za/index.php/about-us/about-the-sahrc.

Söyler, Mehtap. 2013. "Informal Institutions, Forms of State and Democracy: the Turkish Deep State. *Democratization* 20 (2), 310-334. doi: 10.1080/13510347.2011.650915

Stansfield, Gareth. 2014. "Kurds, Persian Nationalism, and Shi'i Rule". Em *Conflict, Democratization and the Kurds in the Middle East: Turkey, Iran, Iraq, Syria,* editado por David Romano e Mehmet Gurses, 59-84. New York: Palgrave Macmillan.

Statistics Canada. 2011. "2011 National Household Survey: Data Tables". Última modificação 14 de fevereiro. http://www12.statcan.gc.ca/nhs-enm/2011/dp-pd/dt-td/Rp-eng.cfm?LANG=E&APATH=3&DETAIL=0&DIM=0&FL=A&FREE=0&GC=0&GID=0&GK=0&GRP=0&PID=105396&PRID=0&PTYPE=105277&S=0&SHOWALL=0&SUB=0&Temporal=2013&THEME=95&VID=0&VNAMEE=&VNAMEF.

Sudan Tribune. 2018. "Syrian Kurds Hand Over Alleged ISIS Female Member to Sudan". Acesso em 03 de outubro. http://www.sudantribune.com/spip.php?iframe&page=imprimable&id_article=66291

Sulaivany, Karzan. 2017. "Canada respects Kurdistan referendum process, won't get involved: PM". *Kurdistan 24*. Última modificação 25 de setembro. http://www.kurdistan24.net/en/news/b8b47095-055e-4dfd-9736-ab6e3d6979b6.

Sur. 2016. "Em um contexto de vida ou morte, a não-violência é um privilégio." Acesso em 1 de agosto. http://sur.conectas.org/em-um-contexto-de-vida-ou-morte-nao-violencia-e-privilegio/.

Tabatabai, Ariane M. 2017. "Iran and the Kurds". Foreign Affairs. Última modificação 26 de setembro. https://www.foreignaffairs.com/articles/iran/2017-09-26/iran-and-kurds

Taneja, Kabir. 2017. "Would India Support a Post-ISIS Independence Push by the Kurds?" *The Diplomat*. Última modificação 27 de fevereiro. https://thediplomat.com/2017/02/would-india-support-a-post-isis-independence-push-by-the-kurds/.

Tatsachen Über Deutschland. 2018. "Proteção dos direitos humanos". Acesso em 31 de maio. https://www.tatsachen-ueber-deutschland.de/pt-br/categorias/politica-externa/protecao-dos-direitos-humanos.

Taureck, Bernhard H. F. 2007. *A dignidade humana na era da sua supressão:* um escrito polêmico. São Leopoldo: Nova Harmonia.

The Economist. 2017a. "Dashed Kurdish Dreams; After the Caliphate." *The Economist.* Última modificação 21 de Outubro. Academic Onefile, http://go-galegroup.ez45.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do?&id=GALE|A510366288&v=2.1&u=capes&it=r&p=AONE&sw=w

———. 2017b. "Catching on? Iran's Kurds" *The Economist.* Última modificação 30 de setembro. http://go-galegroup.ez45.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do?&id=GALE|A507018350&v=2.1&u=capes&it=r&p=AONE&sw=w.

The Guardian. 2015. "Kurdish forces fighting Isis report being attacked with chemical weapons." Acesso em 31 de maio de 2018. https://www.theguardian.com/world/2015/aug/13/kurdish-forces-fighting-isis-attacked-chemical-weapons-reports.

The Kurdish Project. 2018a. "Kurdish Human Rights Project" Acesso em 10 de junho de 2018. https://thekurdishproject.org/kurdish-nonprofits/kurdish-human-rights-project-khrp/.

———. 2018b. "Kurdish Human Rights Watch". Acesso em 10 de junho. https://thekurdishproject.org/kurdish-nonprofits/kurdish-human-rights-watch-khrw/.

Tohidi, Nayereh. 2016. "Women's Rights and Feminist Movements in Iran". *Sur* 13 (24): 75-89. https://ssrn.com/abstract=3028205.

Unian. 2017. "Ukraine opens honorary consulate in Iraqi Kurdistan". Última modificação 28 de agosto. https://www.unian.info/politics/2102191-ukraine-opens-honorary-consulate-in-iraqi-kurdistan.html.

United Kingdom. 2017. "Foreign Secretary statement on Kurdish/Iraq tensions". *U.K. Government.* Última modificação 30 de outubro. https://www.gov.uk/government/news/foreign-secretary-statement-on-kurdishiraq-tensions.

———. 2015. "Thematic Case Study- ISIL". *U.K. Government.* Última modificação 12 de março. https://www.gov.uk/government/case-studies/thematic-case-study-isil.

United Nations, General Assembly, Resolution 71/194, *Enhancement of international cooperation in the field of human rights,* A/RES/71/194 (19 de dezembro de 2016). http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/71/194.

———, General Assembly, Resolution 72/189, *Situation of human rights in the Islamic Republic of Iran,* A/RES/72/189 (19 de dezembro de 2017). http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/72/189.

———, Security Council Resolution 2254, S/RES/2254 (18 de dezembro de 2015). http://undocs.org/S/RES/2254(2015).

United Nations Human Rights Council (UNHRC). 2018. "Universal Periodic Review". Acesso em 15 de junho. https://www.ohchr.org/EN/HRBODIES/UPR/Pages/UPRMain.aspx.

United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (UNOCHA). 2012. "General Assembly resolution 46/182". Acesso em 26 de agosto. https://www.unocha.org/sites/unocha/files/dms/Documents/120402_OOM-46182_eng.pdf.

United States. Congress. 1961. *Foreign Assistance Act of 1961*. Washington D.C., 1961. https://legcounsel.house.gov/Comps/Foreign%20Assistance%20Act%20Of%201961.pdf.

———. 2013. "Cote D'Ivoire 2013 Human Rights Report". *Department of State.* Acesso em 30 de agosto de 2018. https://www.state.gov/documents/organization/220316.pdf

———. Department of State. *Turkey 2014 Human Rights Report*. Washington D.C.: Bureau of Democracy, Human Rights and Labor, 2014, https://www.state.gov/documents/organization/236798.pdf.

———. Department of State. *Iraq 2016 Human Rights Report*. Washington D.C.: Bureau of

Democracy, Human Rights and Labor, 2016, https://www.state.gov/documents/organization/265710.pdf.

———. 2018. "Human Rights Report 2018". *Department of State*. Acesso em 31 de maio. https://www.state.gov/j/drl/rls/hrrpt/.

Van Bruinessen, Martin. 1992. *Agha, Shaikh and State.* London: Zed Books Ltd.

Wimmer, Andreas e Yuval Feinstein. 2010. "The Rise of the Nation-State Across the World, 1816 to 2001". *American Sociological Review* 75 (5): 764-790. doi: 10.1177/0003122410382639.

Yavuz, M. Hakan e Nihat Ali Özcan. 2015. "Turkish Democracy and the Kurdish Question". *Middle East Policy* 22 (4): 73-87. doi: 10.1111/mepo.12159.

Yesiltas, Ozum. "Iraq, Arab Nationalism, and Obstacles to Democratic Transition". 2014. Em *Conflict, Democratization and the Kurds in the Middle East: Turkey, Iran, Iraq, Syria,* editado por David Romano e Mehmet Gurses, 41-57. New York: Palgrave Macmillan.

Zarpelão, Sandro Heleno Moraes. 2006. "A Crise no Oriente Médio: A Guerra do Golfo, as Discussões Historiográficas e as Relações Internacionais (1990-1991)". Monografia, Universidade Estadual de Londrina.

Zeynep, Kaya N. 2012. "Maps into Nations: Kurdistan, Kurdish Nationalism and International Society." Diss. Doutorado, London School of Economics.

CONFERENCE ON INTERACTION AND CONFIDENCE-BUILDING MEASURES IN ASIA

CICA



ufrgsmun 2018

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v. 6 2018 | p. 88 - 131

POWER PROJECTION IN THE INDIAN OCEAN: COOPERATION OR QUEST FOR DOMINANCE?

Camilla Martins Pereira[1]
Daiana Winter Jung[2]
Gabriela de Mendonça Lima Penna[3]

ABSTRACT

The main goal of the present study guide is to address the impacts and the persistent dynamics of the militarization of the Indian Ocean as a situation of power projection. By setting a stage of complex competition, the interactions in the Indian Ocean Region can transform not only Asian, but also global economic and political conditions, contributing to the emergence of the Asian protagonism. At first, the historical background presents an analysis dating back to the imperialist period (1870-1914), insofar as the region has long been a stage for challenges and threats until current times. Then, we expose how the current Indian Ocean situation represents an example of a security dilemma[4] in some aspects, whilst actions taken by U.S., China and India intend to expand influence in the region. We also discuss the major strategic interests behind the militarization of the Indian Ocean, as exemplified by politics taken attempting to control the channels and other paths connected to the ocean. Afterwards, we highlight the main actors involved in this competition through the presentation of strategic points taken by the states or under their military influence – each one aiming at placing a secure basis for economic or military purposes – as well as the importance of Asian countries' participation in the overall military spending of the region.

1 Camilla is a third-year student of International Relations at UFRGS and CICA's Director.

2 Daiana is a fourth-year student of International Relations at UFRGS and CICA's Director.

3 Gabriela is a second-year student of International Relations at UFRGS and CICA's Assistant-Director.

4 A security dilemma may be described as a case in which a state, seeking to guarantee its own security, increases its military capabilities, being, due to this move, followed by others. This concept will be better approached in the section two of the present study guide.

1 INTRODUCTION

By current projections, the Indian Ocean and its adjacent waters will be a central geopolitical theater in the 21st century, although some aspects of this scenario are already visible, given the number of regional actors involved, their broad range of interests and the competition amongst China, India and the U.S. The region is one of the most complexes in the world, being a space that melds commercial, energetic and security dilemmas. It is also composed by a wide variety of races, ethnicities and religions, along with socioeconomic problems and a high level of political instability and sectarian tensions (Cordner 2010; Kaplan 2010).

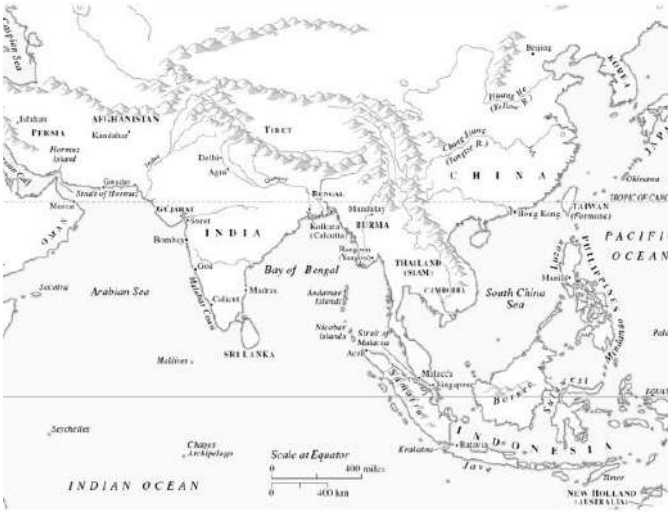
For analytical purposes, before starting to discuss the settings involved in the unfolding security issues in the Indian Ocean, we shall establish a few key-concepts. First, there is the definition of the geographic space under analysis. Although being a controversial subject, some authors have defined the Indian Ocean as the area between 25-degree North and 60-degree South latitudes, while, longitudinally, it extends from 20-degree East to 147-degree West (Cordesman and Toukan 2014). Besides being the third largest ocean of the world, the Indian Ocean encompasses the eastern coast of Africa, the Gulf States, South Asia, Southeast Asia and Australia. The Indian Ocean Region, from now on referred to as IOR, is surrounded by 56 littoral and hinterland nation-states, totaling 66,526 kilometers of coastline (Cordner 2010).

In order to better understand the main risks and trends within this region, we will divide the IOR into five sub regions and refer to them throughout the article. Namely, they are: the Middle East and Gulf; the Red Sea and Horn; East Africa and Sub-Sahara; South Asia; and Southeast Asia/Oceania. The official perimeters can be seen in the image below, and include the "Andaman Sea, Arabian Sea, Bay of Bengal, Flores Sea, Great Australian Bight, Gulf of Aden, Gulf of Oman, Java Sea, Mozambique Channel, Persian Gulf, Red Sea, Savu Sea, Strait of Malacca[5], Timor Sea, and other [...] water bodies" (Cordesman and Toukan 2014, 19).

The present article, thus, aims at illustrating and analyzing the current situation in the IOR. In this sense, we will present the contradictions of this scenario, including not only an historical retrospective to the imperialist years, but also an examination of the challenges and threats that persisted throughout the 20th century. Following that, we shall proceed with a statement about the current "Cold War" in the region, exposing the concerning actions taken by the U.S., China and India, respectively. Also, we will highlight the strategic importance of this ocean to the concerned states, and the cooperative measures able to mitigate tensions and build trust between the states, as well as the ones taken regarding the problems among them and non-state actors. Finally, we present a short chapter regarding the previous international actions taken until now, finishing with the presentation of the position of CICA's members on this issue.

5 The Strait of Malacca is a narrow, 805 km stretch of water between the Malay Peninsula and the Indonesian island of Sumatra. It is one of the most important shipping lanes in the world despite being only 2.8 km wide. This strait is the main shipping channel between the Indian Ocean and the Pacific Ocean, linking major Asian economies such as India, China, Japan, and South Korea. Over 60,000 vessels pass through the strait each year, carrying about one-fourth of the world's traded goods, including oil, Chinese manufactured products, and products from other countries. About a quarter of all oil carried by sea passes through the Strait, mainly from Persian Gulf suppliers to Asian markets. In addition, it is also one of the world's most congested shipping choke points (Zhong 2018).

IMAGE 1: THE INDIAN OCEAN REGION (IOR)



Source: Kaplan 2010

2 HISTORICAL BACKGROUND

In order to better understand the impacts of the challenges that surround the IOR, we must analyze the regional dynamics since imperialism until the late 20th century. According to Pant (2012), the Indian Ocean has been, for a long time, the center of great power antagonism, and the battle for its governance has been a longstanding element of global politics. Geographically, the Indian Ocean has been the "home to four critical access waterways – the Suez Canal, Bab-el Mandeb, the Strait of Hormuz and the Strait of Malacca – the Indian Ocean connects the Middle East, Africa and East Asia with Europe and the Americas" (Pant 2012, 364). It contains not only the major oil shipping lanes, but also some of the main choke points of the world – important for the international business –, being, therefore, the busiest interstate ocean according to some analysts (Kaplan 2010). Hence, economic interactions across the Indian Ocean have a long history:

> Since times immemorial, the IOR has been characterized by peace and prosperity, added to an open and mutual dependence on trade. Colonial powers present since the 16th century, like the Portuguese, Dutch, French and the British, transformed it into an arena for securing their trade interests and gaining influence in the region (Chowdhury et al. 2014, 61).

In the period of the colonial expansion, the Indian Ocean became the bastion of the global hegemony of the British Empire. India was a British pearl and, in many ways, was the main responsible for the economic and geopolitical rise of English hegemony (Anievas and Nisancioglu 2015).

2.1 A BRIEF REVIEW OF THE INDIAN OCEAN HISTORY: FROM IMPERIALISM TO THE POST-WORLD WAR II PERIOD

The Indian Ocean has constituted a stage set for Western conquest going back more than five hundred years. These Western conquerors came largely for commercial reasons. Throughout the 19th century, the British became the intermediates of all the traffic amongst the Atlantic and Indian oceans. This control of sea routes was deepened with the construction of the Suez Canal (1867), in addition to the establishment of military bases across the ocean, which would be capable to ensure the entrance and exit paths – especially those in Singapore (Malacca Strait) and in the Gulf of Aden. Besides, the rise of the Royal Navy in the Atlantic and in the Mediterranean, as well as the Industrial Revolution fueled the British Indian Ocean enterprise. Under the British East India Company administration, traditional Indian manufacturing centers, ports and trade patterns fell into decline with the emergence of new geo-economics relations. The Indian subcontinent, which used to be economically prosperous, turned into the biggest demander of British goods and gradually lost its autonomy (Ribeiro and Otávio 2017).

In the period following World War I, the hunt for oil in the Arab countries around the Gulf was intensified. Indeed, American and British companies positioned themselves on the region in such a way to allow them to control the world oil provisions and, consequently, its prices. Britain's hegemony in the Indian Ocean continued until World War II, when the country's relative economic decline and the war efforts undermined its ability to maintain a fleet of global reach, overseas colonies and control of distant sea routes (Ribeiro and Otávio 2017).

In the wake of the World War II, when territorial occupation became unsustainable for the United Kingdom, it sought a reliable partner to take its role in the IOR. The successor of the British hegemony was the United States, who deepened the policy of alliances with coastal countries (Ribeiro and Otávio 2017). As the countries were becoming independent, Britain realized the need to take the lead of this movement and direct it in a favorable way. Bearing this purpose in mind, it decided to absorb the Chagos archipelago into the British Indian Ocean territory and, in 1966, leased Diego Garcia to the U.S., which transformed it into a well provided and equipped naval and air base. Due to the political volatility of these peripheral regions, the United States was guaranteed permanent presence in the Indian Ocean by means of the long-term lease of the Diego Garcia base (Ladwig III, Erickson and Mikolay 2014). Securely entrenched, thus, "the U.S. used this leverage to safeguard the energy corridor, neutralize Soviet regional influence and deploy its Soviet-oriented submarine-based ballistic missiles" (Chowdhury et al. 2014, 61). Therefore, since the imperialist disputes, the IOR is a zone of convergence of differing interests, in particular with the American intent of ensuring the sea lines of communication (SLOCs) to safely import Middle Eastern oil from the western part of the ocean (Kaplan 2010).

2.2 APPROACHES TO THE INDIAN OCEAN REGION THROUGHOUT THE COLD WAR

The IOR was transformed into a new stage of disputes with the emergence of two antagonist powers during the Cold War, mainly due to Britain's loss of power. Thus, the U.S. and the Soviet Union fought to expand their power and influence

in the IOR (Pant 2012). This scenario became even more complex, since, in the late 1950s and early 1960s, a nuclear war between Western countries and communist states was far more likely to happen in the periphery of the globe – including the IOR –, rather than in Central Europe, where it used to be expected because of its heavily militarized resources (Rehman 2015).

The Cold War decades saw the emergence of the U.S. as the great global maritime power and of the Soviet Union as the dominant Eurasian land power (Kaplan 2010). Coastal countries perceived serious possibilities of overflowing conflicts between U.S. and USSR for new local wars. The U.S. and the USSR engaged in a dispute for bases in the Indian Ocean, notably Diego Garcia, Somalia and Kenya on the part of the U.S., and South Yemen and Ethiopia on the part of the USSR. In the Middle East, the Suez crisis (1956) and the Arab-Israeli wars (1967-1973) encouraged the United States to maintain a permanent presence in the Indian Ocean. Furthermore, the region of Indochina (Cambodia, Laos and Vietnam) was the subject of an extensive war of decolonization, which became a competition between the superpowers and ended with the victory of the communists in North Vietnam (1954) and the U.S.' entry into the war in 1955 (Ribeiro and Otávio 2017). At the end of the 1960s, with the imminent U.S.' defeat and the beginning of the troops withdrawal from Vietnam, the Soviet Union increasingly occupied the Indian Ocean. Thus, from the 1970s on, the Indian Ocean became a scenario of the naval rivalry between the two superpowers (Ribeiro and Otávio 2017).

It took the collapse of the USSR in the early 1990s to precipitate a radical change in the global balance of power able to directly affect the geopolitics of the IOR. On the one hand, "the end of the USSR removed the buttress of ideological opposition to the capitalist world view and its institutions, which, in consequence, stepped up the pressure for liberalization" (Campbell 2003, 3). However, as the Cold War becomes past and China rises as a new political and economic power, a new and more complex order gradually emerges in the maritime rimland of Eurasia (Kaplan 2010). The best cartographic image of the world without a superpower capable of controlling it is the map of the IOR, that is, the emerging former third world from the Red Sea to the South China Sea, a world no longer burdened by the artificial divisions imposed by Cold War era (Kaplan 2010).

Finally, it can be stated that the Indian Ocean has been, for most of its modern history, free of maritime nuclear rivalry. Even during times of great tension, as in the second half of the Cold War, while the U.S. and the USSR were engaged in expanding their military presence in the IOR, much of the naval nuclear friction occurred elsewhere (Rehman 2015).

3 STATEMENT OF THE ISSUE

Throughout the 21st century, the Indian Ocean states have been increasingly improving their military apparatuses in the region, aiming to achieve their respective strategic interests (Cordesman and Toukan 2014). Following the next pages, this article will address the main trends which are leading to such developments. Firstly, we shall introduce a few theoretical pillars which are important to clarify what we mean by power projection and other relevant concepts. Furthermore, we shall present the three main players involved in the current scenario, namely, the

United States, the People's Republic of China and the Republic of India, in spite of many other bordering states also having a participation on the current militarization of the ocean to some extent. Lastly, a statement regarding the feasible cooperation measures or the ones already taken by some states will provide some light into this concerning situation.

3.1 CONCEPTUAL APPROACHES TO POWER PROJECTION

Before discussing the current actions taken by states involved in the IOR, we shall understand the logic behind their actions. A number of academic approaches have worked in order to explain the relations between states and also to provide some concepts, which might be useful for our study. In general terms, militarization can be characterized as the process of increased insecurity that may lead two or more actors to the threat of use of their respective forces in a land or body of water disputed. This process is usually carried out by bordering states or even foreign countries also interested in the contested space (Huber 2008). In this sense, it is important to highlight how the current IOR situation represents, in some aspects, an example of a security dilemma case. According to the realist approach, there is no actor above the sovereign states in the international system. However, due to the absence of an institution regulating their relations, there exists an anarchy that creates an environment of constant instability, therefore leading states to improve their military capabilities. Since every state tends to adopt the same strategy, a continuous arms race is established in such a way that this situation is called by those authors as a *security dilemma* (Baldwin 2013).

In broad terms, according to the realist approach, international politics consist of an environment surrounded by constant struggles for power, in which the rising powers, seeking to maximize their security, expand their influence over neighbor states and even far beyond (Zhao 2014). Another concept intrinsically connected to the former is the *balance of power,* which designates a system whereby states seek security through internal buildup of power or by alliances with other states in order to prevent one state from excessively accumulating power (Baldwin 2013). In sum, "as one state takes measures to increase its security (e.g. increasing its military strength, making alliances), another state might take similar, reactive measures to make up for the shift in the balance of power" (Prasad 2015, online)[6].

Regarding maritime disputes, two concepts are commonly used to analyze these situations. *Deterrence* alludes to the form of defense used by countries in order to enhance the costs of an opponent's attack turning them unfeasible. Through deterrence, one state increasing its military capabilities could avoid the attacks by other states, since the cost for the other to do so would be bigger than the benefits – in other words, the status quo would be assured. On the other hand, *coercion* has quite the opposite objective: aiming to compel a state to change its behavior and intents, or even to subjugate a country, coercion acts on the military vulnerabilities of the countries, disabling the opponent's capacity to achieve political goals through its military means (Pape 1996). This concept encompasses the definition of *power*

6 Further explanations about this topic can be found on the main authors from the realist field of the International Relations such as Hans Morgenthau in his book "Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace" (1948), and Kenneth Waltz in his book "Theory of International Politics" (1979).

as defined by realist authors, which comprises "the general capacity of a state to influence the behavior of others or the ability to get others to do what they otherwise would not do" (Zhao 2014, 378).

The liberal approach, for its turn, presents other interesting concepts that may help in the understanding of the economic implications behind the militarization of the IOR. Liberalism states that power and information circulation through institutions are the main variables necessary to comprehend the international system. From this point of view, the power relations are absolute, each state seeks to enhance its resources of power, which may be money, raw materials and customer markets for instance. Moreover, the political and economic institutions have a crucial role in enabling global stability. Instead of a constant state of mistrust, the interdependence between the states would accentuate the mutual benefits from international cooperation. Here, *cooperation* is read as the explicit or implicit joint action promoted between two or more states working together for a common purpose or benefit (Milner 2013).

Finally, for our better understanding of some of the main concerns intrinsically related to the Indian Ocean, we shall clarify the concepts of Sea Lines of Communication (SLOCs), maritime straits and choke points. By maritime straits we mean a natural passage used for international navigation, which is located between two land masses and links two different seas. Besides that, a strait must encompass some portion of at least one state's territorial sea (Martín 2010). The concept of maritime choke point encompasses the idea of strait insofar it comprehends international straits that cannot be bypassed easily, but that have an enormous relevance for international trade, specially oil and gas trade. To be considered as a maritime choke point, a strait must also ensure to a state the capability to avoid any military movements through it by another states (Emmerson and Stevens 2012). Lastly – and perhaps one of the most important concepts of this study guide –, there are the Sea Lines of Communication, which are the maritime commercial routes linking international ports, usually used for trade, logistics and naval forces. Because of its relevance, a SLOC would be primarily affected by a blockade caused by the militarization of its waters or even non-state threats, such as piracy attacks (Nunes 2013).

3.2 THE MAJOR STRATEGIC INTERESTS IN THE INDIAN OCEAN

As aforementioned, for centuries, the Indian Ocean region was simply seen as an international through-route. This situation, however, has been changing due to energetic and commercial circumstances, demanding us to rethink the structure of the region's maritime security as a whole. As stated by Kaplan (2010, 7), the next years will highlight "the importance of seas and coastlines, across which most trade is conducted and along which most of humanity lives, and where, consequently, future military and economic activity is likely to take place as in the past".

According to Cordesman and Toukan (2010), there are three critical strategic issues that cut across the IOR and that will impact all the world: (i) the stability of oil exports from Gulf; (ii) the risk of a future nuclear conflict among India and Pakistan taking the IOR as stage; and (iii) the risks to the security of the maritime commerce and the challenges of possible shifts in the strategic role of U.S.' and Chinese forces in the region.

Having in mind that the energy consumption throughout the world is projected to grow significantly with the most rapid growth rate historically known and that more than 80% of this increase is projected for non-OECD Asia[7] and Middle East, energy supplies are a delicate and complex topic when it comes to the IOR region. Indeed, some studies suggest that the world's energy demand will rise by 50 percent until 2030 and almost half of it will come from India and China (Cordner 2010). Both states are two of the quickest growing economies and are foreseen to be the main world energy consumers in the near future. Furthermore, the imports of energy supplies are extremely necessary for achieving the economic and national development expected (Cordner 2010). Energy is a tender subject of China's concern, bearing in mind that the demand for crude oil in this country doubled between the years of 1995 and 2005 – and will double again in the following decades, since it is expected to be importing 7.3 million barrels of crude oil daily by 2020.

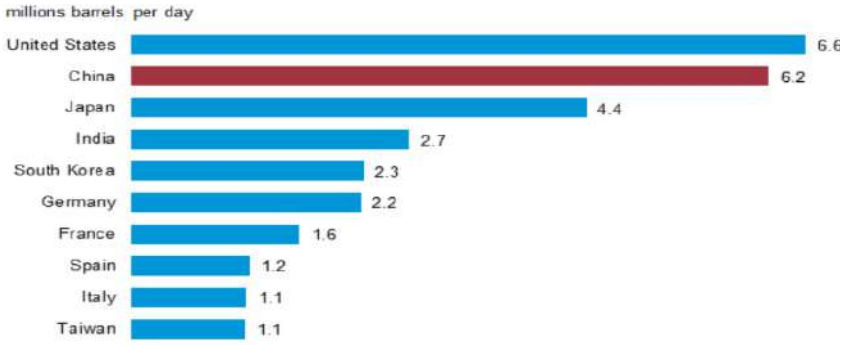
Such elements help in explaining the strategic relevance of the Indian Ocean, since estimates suggest that around 90 percent of the world commerce and almost two thirds of all petroleum supplies are delivered through oceans and seas. The global commerce of such goods relies, ultimately, on shipping containers, and, through the Indian Ocean, passes thereabout one half of all the world's container traffic (Cordesman and Toukan 2010). Furthermore, according to Kaplan (2010, 13), "the Indian Ocean rimland from the Middle East to the Pacific accounts for 70 percent of the traffic of petroleum products for the entire world".

As explained above, the IOR is a major transport route for oil and gas from the Middle East, and coal from South Africa and Australia. In this sense, the increasing prices of these goods, as well as the growing sense of supply scarcity, have led to tensions amongst the oil importing countries of the region and elsewhere. Over the last years, a new topic of concern by some stakeholders has been the so-called "energy nationalism", a sort of national competition over control of energy's transportation among exporting countries, aggravated by "resource nationalism" among the major importing countries, which refers to the fear of consuming countries on losing access to energy supplies (Herberg 2009). In order to illustrate which countries are compelled by these movements, the figure below presents the top ten annual oil importers. Accordingly, it is possible to notice how energy vulnerability is directly related to the attempts to control the entrance canals of oil: the Indian Ocean and its adjacent waters.

Intrinsically related to energy supplies are the straits and channels connected to the Indian Ocean. About thirty channels and straits are located in the ocean, including the Strait of Malacca – between Malaysia, Indonesia and Singapore –, responsible for 15.2 million barrels of oil per day (bbl/d), and the Strait of Hormuz – between Iran and Oman –, responsible for 17 bbl/d. Also included in the IOR are the Babel-Mandeb – between the south of Yemen and Djibouti (3.4 million bbl/d) – as well as the Mozambique Channel and the Suez route – the former between Mozambique and Madagascar, whilst the latter connects the Mediterranean Sea and the Red Sea through the Suez Canal. Those paths are extremely important to global maritime commerce; in fact, some of them are the only connection between importing states and the rest of the world.

7 This region groups all Asian countries apart from China, India, Japan and South Korea (Global CCS Institute 2018).

IMAGE 2: TOP TEN ANNUAL OIL IMPORTERS



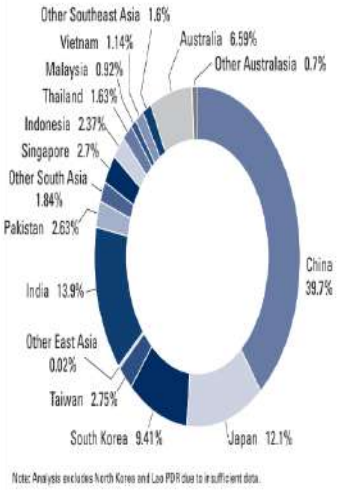
Source: Cordesman and Toukan 2010

Thus, the Indian Ocean is considered particularly essential to the normal flow of global energy especially due to the supply side of global energy security (Ramadhani 2015). The politics taken in order to control these doors are what is now being called the militarization of the Indian Ocean. While the U.S. tries to dominate the Straits of Hormuz and Bab el Mandeb, Chinese and Indian strategists are expanding their countries' military position as well, especially through their navies capabilities. Therefore, China and India, aiming at achieving a regional dominance over the ocean, but also looking forward to improving the security to its energy imports, were both compelled initially by the fear from both the external power and each other (Kaplan 2010; Rehman 2015).

3.3 CURRENT MAIN PLAYERS IN THE INDIAN OCEAN

Persistent regional insecurity and the extensive economic vulnerabilities in some states have promoted high – and, in some cases, increasing – reallocation of national capabilities to the military field. Rather than being a reason for cooperation, these uncertainties have promoted a quest for dominance amongst some of the present states in the region. Despite the fact that the Asian defense spending is related to many conflicts and other issues, in general stances, the employment of higher and higher monetary spends is directly connected with this security dilemma. Bearing this in mind, the Image 3 demonstrates each Asian country's participation in the overall military spending in the region as a percentage (%) of Gross Domestic Product (GDP). Within this scenario, solely in 2017, China earmarked US$ 150 billions of its budget for defense, being the largest defense spender, while the second-largest was India (US$52.5bn), followed by Japan (US$46bn) (IISS 2018).

IMAGE 3: ASIA DEFENSE SPENDING BY COUNTRY AND SUB-REGION IN 2017



Source: IISS 2018

Narratives about an IOR security framework constructed through cooperation are usually defended by the liberal field of International Relations and people mostly concerned with non-traditional security issues, cooperative use of diplomacy and with how smart powers interact in a regional community context. The dominant narrative, nonetheless, is based in an Indo-Pacific Region security framework, which tends to be claimed by researchers mainly concerned with the employment of collective traditional security and hard power apparatuses directed towards individual states (Rumley, Doyle and Chaturvedi 2012). Bearing in mind such scenarios, one may better understand the regional defense spending distribution, showed in the image below (see the next page).

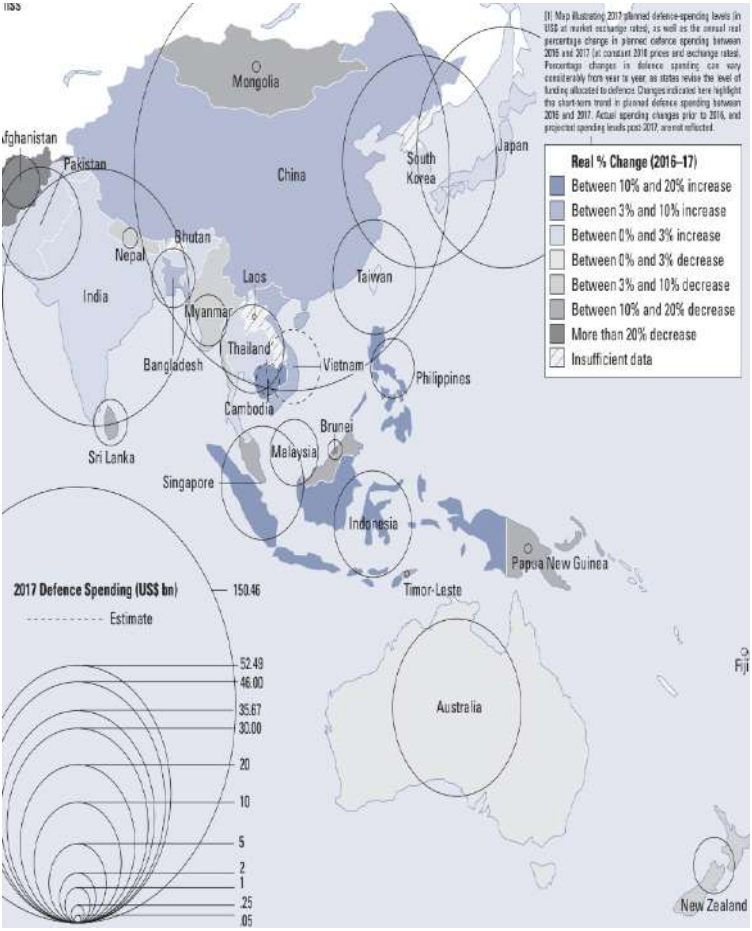
Being one of the most heterogeneous regions and with a strong lack of common and unifying identity, the IOR is also known for its historical lack of a dominant power able to carry out the leadership role, although some have aspired to do so (Cordner 2010). Though India has been seeking to improve its naval capabilities, U.S.' and China's power projection upon the region are topics of concern to New Delhi (Ribeiro and Otavio 2017). Further explanation about each of these states will be presented on the following subsections.

The nuclear deterrence and the intimate relation between some islands of the ocean and foreign powers have been two points of particular concern. India, for instance, has given constant clues of its efforts to expand the scope of the Indian Navy and to deploy a Ship Submersible Ballistic Missile Nuclear Powered (SSBN)[8]. Hence, India's naval enhancing has been provoking the nuclearization of the Pakistani fleet as well. China is a major ally of Pakistan, which has been taking advantage of this

8 A Ship Submersible Ballistic Missile Nuclear Powered (SSBN) is a submarine capable of deploying submarine-launched ballistic missiles (SLBMs) with nuclear warheads (Ribeiro and Otavio 2017).

partnership to acquire technology in order to modernize its naval and air fleet. Finally, it is worth mentioning that both France and England keep direct military presence in the IOR through strategic archipelagos. Since 2009, France possesses two military bases in the Indian Ocean, one in Djibouti and the other in Abu Dhabi, which were used in the past during the interventions in Afghanistan, Iraq and Somalia. The United Kingdom, for its turn, is reopening a military base in Bahrain. Regarding the economic framework, France's possessions in Antarctica, along with the islands La Reunion and Mayotte, constitute an Exclusive Economic Zone. Meanwhile, England preserves a multilateral agreement regarding logistics with Australia, New Zealand, Malaysia and Singapore (Ribeiro and Otavio 2017).

IMAGE 4: ASIA REGIONAL DEFENSE SPENDING



Source: IISS 2018

2.3.1 THE INVOLVEMENT OF THE UNITED STATES IN THE INDIAN OCEAN

Since United Kingdom's withdrawal from the region, beginning in the 1960's, the United States has taken the role of being a prominent power in the IOR, also accepting the role of ensuring the opening of the SLOCs, all through the U.S. fifth fleet[9] power (Hornat 2015). Addressing U.S.' participation in the IOR involves comprehending its three main objectives: (i) diminishing the spread of terrorist organizations and the proliferation of weapons of mass destruction (WMDs); (ii) guaranteeing the normal flow of energy resources and commerce of goods through the key choke points presented in the Indian Ocean as aforementioned; and lastly; (iii) ensuring its stance in order to protect some of U.S. closest allies placed on the region (Erickson, Walter and Mikolay 2010).

Since it cannot fully control the Middle East region, the strategy of the U.S. implies attempting to control the doors to the region, specially through the Straits of Hormuz and Bab el Mandeb, which have also been targets of Chinese and Indian naval presence (Kaplan 2010). As summarized by Kaplan (2010, 13), "the Indian Ocean is where the rivalry between U.S. and China in the Pacific interlocks with the regional rivalry between China and India, and also with America's fight against Islamic terrorism in the Middle East, which includes America's attempt to contain Iran".

Even though Washington has been showing substantial interest in the stability of the IOR, aiming, for instance, at ensuring the open access to the ocean, they also maneuvered its presence in order to ensure their military developments. It is important to mention that the United States has greatly expanded its presence in Diego Garcia since the end of the Cold War, which became one of the pillars of the United States' command of the sea, in addition to the continued military presence in the Middle East (Ribeiro and Otávio 2017). The military base placed in Diego Garcia island is the main strategic point of action in the region for the U.S. Diego Garcia granted this country a permanent presence in the region, despite being a British territory. The island is strategically located in an equidistant point between four entrances and exits of the Indian Ocean (Ribeiro and Otavio 2017). According to Erickson, Walter, and Mikolay (2010, 215), "the development of Diego Garcia reflects an overall strategy to establish a flexible and enduring presence within a critical and contested space". Since the Cold War, the base has become a pillar of U.S.' maritime command. Nonetheless, it was only through the wars against Iraq (1990-1991 and 2003) and Afghanistan (2001) that the base importance has ultimately grown (Ribeiro and Otavio 2017).

From Diego Garcia and from the bases in the Persian Gulf, the U.S Air Force has been able to keep an eye in both Iraq and Afghanistan. Accordingly, any attack against Iran or Yemen would pass through the Indian Ocean as well. In fact, according to Erickson, Walter, and Mikolay (2010), there are a number of factors related to the island that make U.S.' power projection facilitated: the secure position provided to Army and Marine Corps brigades, a good stage for launching long-range bombers, a place to ensure the safe replenishment of naval combatants, and to launch operations with guided-missile submarines (SSGN). Besides that, the location of the base,

9 The U.S. Fifth Fleet is a numerically impressive fleet of the United States Navy. It is responsible for ensure the position of the North-American naval forces in the Persian Gulf, Red Sea, Arabian Sea, and parts of the Indian Ocean since 1995 (Hornat 2015).

in a close ally's territory, reduces the costs regarding threats of terrorist attacks and disagreements with the local population. In sum, the military base in Diego Garcia allows a less provocative and less visible North-American presence when compared to the other ones in Asia (Erickson, Walter, and Mikolay 2010).

The established presence of the U.S. in the Indian Ocean may play a central role in limiting frictions between Indian and Chinese interests. However, China also relies on the U.S. to secure some of the most important maritime trade routes, partly because the U.S. has given positive signs of its commitment to ensure the freedom of commercial navigation so far. In spite of that, from Washington's point of view, the concerns regarding the Indian Ocean are below the ones directed to the Pacific comparatively. Thus, in order to ensure the protection of the SLOCs, essential to U.S.' economy, the so-called "Asia Pivot"[10] was mainly focused on the Western Pacific. Nonetheless, since both oceans are interconnected – which compels many ships passing through the Pacific to pass through the Indian as well – the Indian Ocean becomes another part of the so-called Indo-Pacific strategy, the new U.S. strategy followed by President Donald Trump (Hornat 2015). Nonetheless, this strategy comes with a heavy cost: estimates suggest that the U.S. spends around US$47 billion and US$98 billion per year to secure solely the Persian Gulf (Delucchi and Murphy 2008).

Due to domestic political aspects, India is seen as a more natural ally by some of U.S.' analysts when compared to China and its communist regime. The closer North-American ties with New Delhi, however, are limited by the necessity of maintaining good relations with Pakistan, an historical enemy of India. Despite that, considering that China is likely to represent a greater competitor to U.S.' interests, for a number of North-American analysts, Washington strategists should consider India as a potential continental ally, opening space for bigger leverage on Beijing (Hornat 2015). Therefore, although the best scenario in the Indian Ocean, according to the U.S., is a stable environment, the need of guaranteeing this vital space has led the state to take measures that allow its economic and military purposes in the region.

3.3.2 CHINESE ENGAGEMENT AND MILITARY PRESENCE IN THE IOR

China is the second-largest economy in the world, with over 60% of its trade by value being delivered through maritime means (ChinaPower 2018). This fact alone indicates that, as more than half of China's raw materials and fuels are seaborne, "China's economic security is closely tied to the South China Sea (SCS)[11]" (Li 2017), through which China's main SLOCs pass. The challenge that arises from China's dependence on a primary SLOCs is illustrated in the Malacca Dilemma[12], which con-

10 The Pivot to Asia was an Obama's political strategy which defended a significant shift in American foreign policy from Middle East and Europe to a focus in East and South Asia (Hornat 2015).

11 The dispute for sovereignty in the South China Sea finds its origins in the end of 1960s and the beginning of the 1970s, remaining as an important aspect of the region until nowadays. The catalyst of this dispute was the discovery of China's offshore oil and gas resources (Zhong 2018). The actors involved in the dispute are People's Republic of China, Taiwan, Vietnam, Brunei, Malaysia, Indonesia and Philippines (Li 2017).

12 The so-called "Malacca Dilemma" is a great vulnerability that China has in the Malacca Strait. "Chinese President Hu Jintao recognised the strategic significance of the Malacca Dilemma in November 2003 noting that certain powers have all along encroached on and tried to control navigation through the Malacca Strait" (Davis 2014, online), once 80% of China's energy resources come from this route. Many actors in this region, and the U.S., have interests in controlling the Strait, compromising China's main trade route. "China's energy imports rely heavily on the Strait of Malacca; as such, any blockage in the Strait would be a serious threat to China's energy security" (Li 2017, 483). Thus, the dilemma is how to counter this grave situation and protect China's interests.

ducts China's foreign policy for the IOR, especially because of the pressure of the U.S. and India (Li 2017).

Beijing's strategic presence in the IOR aims at protecting its SLOCs. Considering that since 2009 China has been the world largest energy consumer and the third largest oil importer, the safekeeping of the seaborne trade through the IOR is essential to maintain the country's growth rate (Li 2017). However, the rise of China has been considered a dangerous possibility by many countries. Its neighbors, particularly, tend to fear the superpower, since "no other power has been more consequential in shaping the strategic landscape" (Pant 2012, 364) in the South China Sea or in the IOR in the last years. Not only China suffers from the distrust of its neighbors and has territorial disputes in the SCS, but also has no control over the main path of 60% of its trade and energy security. Therefore, China has a major vulnerability as it cannot assert rule over its survival and once it is one of the biggest energy consumers of the world (Li 2017).

In sum, "Beijing, as the global manufacturing hub, requires tons of hydrocarbons that are transported across the two choke points, Strait of Hormuz and Malacca" (May 2016, online). Among the 10 biggest countries from whom China imports fuel, eight of them reside in the IOR, namely Saudi Arabia, Angola, Oman, Iraq, Australia, Iran, Indonesia and the United Arab Emirates (UAE) (WITS 2018). Almost 80% of China's energy resources passes through the Strait of Malacca (Pant 2012).

TABLE 1: CHINA'S CRUDE OIL IMPORTS BY ORIGIN (% SHARE)

Crude oil import from	1990	1997	2005	2006	2008	2010
Middle East	39%	48%	46%	44%	46%	46%
Russia/Central Asia	n/a	n/a	11%	11%	10%	10%
Atlantic Basin	n/a	n/a	23%	5%	3%	3%
Asia Pacific	60%	26,20%	8%	4%	n/a	n/a
Africa	0%	16,70%	n/a	32%	23%	22%
Others	0%	9,60%	12%	4%	18%	19%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Source: Zhong 2018

The security problems beyond the Malacca Strait are summarized by the presence of non-state threats and the risk posed by other nations' competing interests in the region, since China has difficulties to safeguard its investments overseas due

to the lack of a strong naval force (Khurana 2008). Thus, the main concerns for China are the economic costs of piracy, terrorism and organized crime, and the possibility of the closure of choke points such as the Malacca Strait or the Strait of Hormuz.

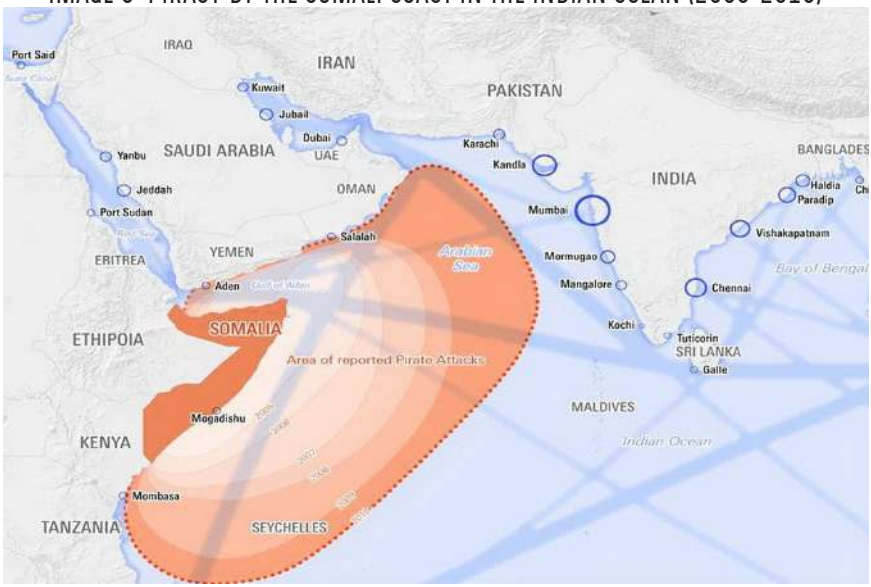
The idea of an expansive China comes from the school of realism of international relations and from declarations of the Chinese government itself (Li 2017). A rising power will try to protect its interests, even overseas, and will try to lessen the dependence on other countries for security. This is how the sea control necessity appears in one's country's security agenda (Holslag 2013). Not only that, China must mark its presence in the IOR because of the animosities of India and the U.S. towards the Chinese investments (Li 2017). In the case of China, and most of the economic powers, energy security is the *raison d'être* for the requirement of sea control. The main challenge for Beijing "is to address the distant choke points of it SLOCs without weakening its capacity to deal with pressing disputes in its periphery. It is at this point that the Indian Ocean comes in sight" (Holslag 2013, 45). As already mentioned, China's security agenda is directed towards East and Southeast Asia, which are major sources of concern to Chinese strategists, considering that they both are close spheres of influence for the Chinese territory. The great power rivalry in Asia, for Beijing, is played in the East and South China Seas, and its major security challenge is the U.S., as the North-Americans also consider this region as its influence sphere.

Since the first signs of the Chinese economic rise, Asia witnessed a shift in the balance of power. China has tried to assure its sphere of influence in the Asia-Pacific region. On the other hand, as the U.S. considers the same area part of the North--American sphere of influence, it is understandable the attempts of the Obama administration to reassure its presence in Asia. Since last year, the Trump presidency has been attempting, through alliances, to reaffirm its position as the main regional power.

As Zhong (2018) asserts, the key of Chinese foreign policy is to achieve the maintenance of a stable world, which makes unlikely for the competition for energy resources to lead to confrontation. Once its search overseas for more sources of energy may lead to a competition with other countries for the same objective, China has tried to find a pacific solution to this problem. Considering this scenario, a successful plan for the protection of energy security will depend largely on whether China will be able to manage its geopolitical environment and to avoid confrontation over energy resources (Zhong 2018). Notwithstanding, China has been trying to participate in the existing multilateral organizations in the IOR, creating new ones and using the Belt and Road Initiative (which will be soon explained) as a way of assuring the security of the Chinese seaborne trade and energy security (Zhang 2016).

It has been awhile since the Chinese policy makers have realized the critical situation of China's dependence on the Malacca Strait, which is not under Chinese control. Not only that, the major SLOCs that pass through the Indian Ocean were constantly being threatened by non-state actors, such as piracy. Considering these challenges, China has been continuously developing its maritime power and increasing its activities in strategic points, for instance, in the Gulf of Aden, where China is currently engaged with anti-piracy operations (Gaens and Ruohomäki 2017).

IMAGE 5: PIRACY BY THE SOMALI COAST IN THE INDIAN OCEAN (2005-2010)



Source: Republic of Serbia 2018

To create a more secure environment for seaborne trade, China started a movement in the Indian Ocean that has caught the attention of the international community: the construction of several bases along the main SLOCs in the IOR and the establishment of strategic partnerships with India's neighbors, who were very interested in fostering economic relations with such a prominent economy, are the Chinese strategies to create a more favorable environment for trade (Gaens and Ruohomäki 2017). In addition, China has developed good diplomatic and economic relations with a number of littoral states in East Africa and the Middle East (Van der Putten, Wetzling, and Kamerling 2014).

In the words of Pant (2012, 365),

> this 'string of pearls[13]' strategy of bases and diplomatic ties include the Gwadar port in Pakistan, naval bases in Burma, electronic intelligence-gathering facilities on islands in the Bay of Bengal, funding construction of a canal across the Kra Isthmus in Thailand, a military agreement with Cambodia and building up of forces in the South China Sea. These 'pearls' are to help China in building strategic ties with several countries along the sea lanes from the Middle East to the South China Sea in order to protect China's energy interests and security objectives.

This movement has been interpreted as an assertive action of a great power attempting to project dominance in a region of interest (Pant 2012). While it can be

13 The "string of pearls" refers to a North-American theory created in the early 2000s to explain Chinese actions in the IOR, such as investments in ports along the SLOCs. This theory describes this movement as a military intention of extending naval power to the Indian Ocean. "To date, little evidence supports Chinese naval bases along the Indian Ocean littoral, particularly as that specific arrangement may not be beneficial to China" (Marantidou 2018, 1).

regarded as an aggressive response to China's energy security problems, it can also be one of the first steps for a long term cooperation development in the IOR.

Regarding its military capabilities in the IOR, China has been working on the construction of naval facilities in Myanmar, Sri Lanka, Bangladesh, Pakistan and the Maldives. Furthermore, Beijing has plans to promote the building of a port in Seychelles. Those projects had difficulties to move forward, but were the first signs of a new project, as the ones related to a multi-modal transport corridor to the coast of Pakistan (Gaens and Ruohomäki 2017).

China has been courting strategic Asian countries for some years before revealing its intentions (Pant 2012). In this sense, in 2013, China announced in Astana, Kazakhstan's capital, the new Chinese project for Asia: the 'Belt and Road Initiative[14]' (BRI), which can be described as a major strategic initiative seeking to develop a new trade and transportation route linking China to Central Asia and Europe (Zhong 2018). Therefore, the formed diplomatic relations and onshore/offshore projects were meant to be part of a big blueprint that would bring trade and development (Belt and Road 2017).

In addition to that, the Chinese government stressed that the BRI is open to any country that wishes to participate. However, the U.S.' 'return to Asia' strategy has recently put the Strait of Malacca once again in check, making the 'March West' – another name for the BRI project – more urgent to show results (Zhong 2018). Taking these facts into consideration, it is easy to deduct that the BRI may be the solution for China's problems when it comes to energy and raw materials supply. One can see that the initiative is a pacific solution to the competition formed by the many powers in the IOR aiming at guaranteeing their normal energy flows. Moreover, the BRI also represents the solution to the Malacca Dilemma, changing China's energy strategy (Zhong 2018).

Therefore, perspectives claiming that China simply aspires to "the naval domination of the Indian Ocean remains a bit far-fetched" (Pant 2012, 367), considering that its strategic projects require stability to be fruitful. China also "does not have the military capabilities needed to turn into a dominant naval power in the Indian Ocean" (Van der Putten, Wetzling, and Kamerling 2014, 7). China's main goal is to ensure access to the raw materials that pass through the IOR, and, because of it, "Beijing may, therefore, continue its current policy of building up strong diplomatic and economic influence throughout the Indian Ocean's littoral states" (Van der Putten, Wetzling, and Kamerling 2014, 7).

Finally, as long as China struggles to solve other more pressing issues, such as: (i) the disputes in the South China Sea; (ii) the situation of Taiwan[15]; and (iii) the

14 The 'Belt and Road' corresponds to a project that aims at the recreation of the ancient Silk Road, through its land and maritime routes. "The BRI can dramatically transform, not only Asian, but global economic and political dynamics, contributing to the crescent rise of Chinese prowess as a world power" (Secchi et al. 2017, 9), once it will link the most dynamic region in the world, Asia, to underdeveloped countries in Central Asia, Middle East and Africa – those full of economic opportunities – and the centers of economic development in Europe. This project is an attempt to solve the Malacca Strait dilemma.

15 The situation of Taiwan revolves around the political status of the Formosa Island. Both mainland China, or People's Republic of China, and Taiwan, or Republic of China, claim that there is only one China, as stated in the 'One-China Policy', but the true government has to be decided by the different parties. Taiwan has been independent since 1950, when the Kuomintang fled from China mainland and started to rule China from Taiwan. China insists that no other nation can recognize Taiwan as a State-nation or trade with the island, as stated in its constitution. Taiwan's major ally is the United States, situation that creates tension in the region (BBCc 2018).

Malacca Dilemma, its security concerns will remain in East Asia and will hardly spill over the IOR, as the BRI takes place of a consolidated long-term military strategy for this new area (Ollapally 2016; Holslag 2013; Ladwig III 2012).

3.3.3 INDIA'S ACTIVITIES IN THE INDIAN OCEAN

India is an emerging Asian power, fact that entails a rising consume of raw materials and energy. In order to continue this economic trend, one must secure the supply of those commodities. India has a great vulnerability in this matter, due to its dependence on maritime trade (Ladwig III 2012). Almost 90% by volume and 77% by value of India's trade are made seaborne (India Navy 2009). However, to ensure these provisions, it is also necessary to project power in a region capable of guaranteeing these goals. This weakness could not be a problem to India, due to its advantageous geographic position, close to the main SLOCs.

In sum, India's priority when it comes to the Indian Ocean is sea control[16], given that "the ability to exert sea control along the entire distance of India's primary sea lanes is a prerequisite for securing the country's trade and energy flows" (Vego 2003, III). In order to do so, two achievements are necessary, both intrinsically related: first, reassuring its dominance and sovereignty over the region through power projection; and, secondly, ensuring the protection of the sea lanes. Indeed, the latter depends on the effectiveness of the former. Despite India's advantages on geographic grounds, over the years, the importance of this particular ocean has grown, and so has the competition for its control.

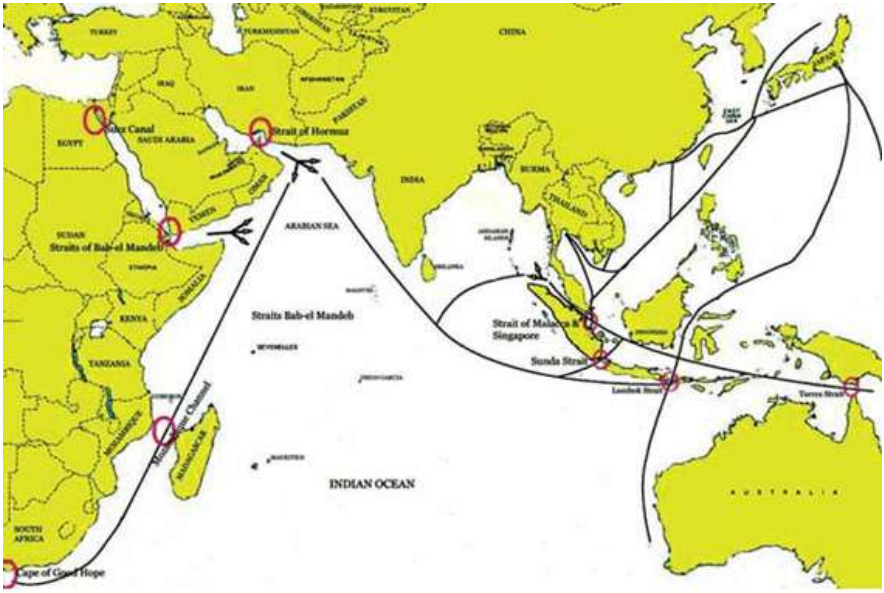
Although India aims at projecting power in the IOR, traditionally considered by a number of Indian politicians and historians as an its natural sphere of influence, another Asian emerging power is competing and seeking similar objectives: China – which has proved to be the biggest rival for India in the IOR. Thus, India shall not only keep up with the Chinese expansion in the IOR, but also surpass it (Van der Putten, Wetzling, and Kamerling 2014). Noticeably, India has been feeling threatened by its neighbor, considering not only that both countries share some borders, in which several territorial disputes occur, but also that India must now deal with the growing presence of the Chinese navy in the IOR. Each Chinese movement to improve the region's security goes against the Indian foreign politics for the IOR, turning China into the biggest security threat from an Indian point of view (Ladwig III 2012).

India has always considered the Indian Ocean as a historical region of influence, but only recently it has achieved the capabilities needed to project its influence over the region. Meanwhile, the U.S. has been using its forces, seen that,

> for decades, the United States has been the leading naval power in this region, with a military presence in the Persian Gulf and on the small island of Diego Garcia. During the 1990s, the US strengthened its naval presence in the region by establishing the Bahrain-based Fifth Fleet, which comprises an aircraft carrier strike group and multiple other task forces (Van der Putten, Wetzling, and Kamerling 2014, 6-7).

16 Control of the sea, which is the ability to operate "with a high degree of freedom in a sea or ocean area for a limited period of time", is a fundamental prerequisite for power projection and protection of sea lanes – this latter subject will be discussed in the subsequent section (Indian Navy 2009, 77).

IMAGE 6: INDIAN OCEAN SEA LINES OF COMMUNICATIONS (SLOCS)



Source: Indian Defence Review 2018

In the 2000s, the American presence in the region was the biggest and most offensive in the AfPak (Afghanistan and Pakistan) region, especially during the campaigns of the so-called "War on Terror[17]". Being regarded as the biggest democratic country in Asia, India is considered by many North-American analysts and policy-makers as a natural ally of the U.S. in the balance of power upon the Asia-Pacific region. Therefore, "relations between both countries flourished during the George W. Bush administration, and India's strategic importance was a core element in Obama's 'rebalancing to Asia[18]'" (Gaens and Ruohomäki 2017, 3).

Currently, with the advent of the Trump administration, New Delhi remains a key partner of the U.S., especially regarding the North-American will to continue

17 The 'War on Terror' or 'Global War on Terrorism' is the term used for President Bush's (2001-2009) policy against terrorism after the terrorist attacks of September 11. The second front to the War on Terror was Southeast Asia, once al-Qaeda and other terrorist groups had taken action in the region, such as Indonesia, Philippines and Malaysia. These "terrorist attacks initiated by extremist groups have affected almost all countries of South Asia in varying degrees and have transcended local borders as many of these groups are now connected to each other and operate as non-state actor" (Feyyaz 2009, 40). The U.S., as one of the major powers in the region during this period (2001-2010) asserted its power to combat the extremist groups.

18 The Asia-Pacific has always been a region of interest for the U.S., but especially with the changing dynamics and growing trade, the North-American government realized the need to change the policy towards this region to grasp the new economic opportunities. As the United States "drawn down its presence in Afghanistan and Iraq, it enabled them to become more engaged in Asia, with the main objective of: sustain a rules-based order that reflects economic openness, peaceful dispute resolution, and respect for universal human rights" (Rice 2016, online).

its influence in the AfPakIndia region. Even though it has a strong bilateral agenda with the United States, India has been seeking partnerships elsewhere in order to counter China, as part of the Prime Minister Narendra Modi's 'Act East' policy (Gaens and Ruohomäki 2017; Van der Putten, Wetzling and Kamerling 2014). This strategy changes the traditional spheres of influence in its immediate neighborhood for a hedging[19] approach, pursuing new bilateral and multilateral agreements with U.S.' allies in the region and other countries that share interest in balancing China. By doing so, India can achieve "external security and trade-related cooperation with third countries through the formation of strategic partnerships[20]" (Gaens and Ruohomäki 2017, 2), which can be seen in the new agreements with ASEAN, South Korea, Japan and Australia.

Another aspect of the Indian strategy for the IOR is naval expansion. This part of India's policy is also driven by the need to balance China. Not long ago, India realized Chinese strategic movements in the Indian Ocean and saw "these developments as the 'string of pearls' strategy through which China is able to contain India in an area that New Delhi considers its backyard" (Gaens and Ruohomäki 2017, 4).

One of India's reaction to counterbalance China is enhancing its military presence in the Strait of Malacca and in the South China Sea, which is known to be China's sphere of influence. In order to increase its influence, India's navy improved relations with major states of Asia-Pacific: Japan, Vietnam, Australia, Indonesia, South Korea, Singapore and the extra-regional U.S. In this sense, "an India-U.S. defense cooperation framework has been renewed for ten additional years. India and the United States also issued a joint statement on safeguarding maritime security in the South China Sea where neither has any territorial claims" (May 2016, online). With these partners, India has joined regular naval exercises – the Malabar exercises –, which "comprise activities ranging from fighter combat operations from aircraft carriers to maritime interdiction operation exercises" (Gaens and Ruohomäki 2017, 4).

In conclusion, India has been adopting a strategy similar to the one used by Beijing: while developing its naval forces, India has also been investing in Africa to balance the Chinese influence in Indian original sphere of influence, among other projects – all of which show the competition between both states in security and economic terms. Therefore, these two powers are pursuing their roles in the IOR, while also increasing the region's instability (May 2016; Gaens and Ruohomäki 2017).

Prime Minister Narendra Modi's new strategic hedging policy is using this 'soft power'[21] to improve economic relations in South Asia. Furthermore, the Act East policy "is vital to ensure the freedom of navigation in Asia's regional waters"

---

19 Hedging is a term derived from an economics theory whereby actors invest in diverse policies to ensure against unexpected failures. Hedging includes external security cooperation with third countries through the formation of the so-called strategic partnerships, but, importantly, also entails integration and cooperation mechanisms with the country that forms the object of future uncertainty. In other words, hedging combines balancing with engagement strategies (Gaens and Ruohomäki 2017).

20 Strategic Partnerships (i) are built around a general (security) purpose; (ii) are primarily 'goal-driven' (positive) rather than 'threat-driven' (negative) alignments; (iii) tend to be informal in nature and entail low commitment costs, rather than being enshrined in a formal alliance treaty that binds the participants to rigid courses of action, such as a mutual defense pact; and (iv) have economic exchange as a key driver, but it is the security dimension that distinguishes strategic partnerships from economic partnership agreements (EPAs) (Gaens and Ruohomäki 2017).

21 Soft power is the ability of an international actor, as a state, indirectly influence the behavior and interests of other actors in the international system, through cultural and ideological means (Nye 2004).

(Gaens and Ruohomäki 2017, 5), considering that, with the help of these new partnerships, India may manage to stop the Chinese advances in New Delhi's claimed territory in its shared borders. Nevertheless, India is still behind when it comes to military capabilities, once again emphasizing the importance of partnerships with other powers. We may summarize India's role highlighting that, although being "one of the important regional poles in this multipolar order, it is evident that China is emerging as the stronger pole in Asia and beyond" (Gaens and Ruohomäki 2017, 7).

India has, in this regard, both advantages and threats. Not only traditional threats such as the 'string of pearls' strategy are concerning India, but also non-traditional threats, such as piracy, terrorism and organized crime have been showing themselves as dangerous issues to be coped with by the Indian navy. In 2008, Mumbai suffered from terrorist attacks and, ever since, the Indian authorities have perceived that the coast was a critical security problem (Rahman 2008). Not only the shore is a major issue, but the close energy lifelines which are also aimed by the non-state actors. The protection of the Indian shore and the SLOCs are another premise for the modernization of the naval forces (Indian Navy 2009).

Nevertheless, this "modernization program has attracted international concern from commentators who worry that this might pose a risk to stability in the Indian Ocean or presage a naval arms race in Asia" (Ladwig III 2012, 19). However, this kind of assumption does not deem the same movement in alliance-making: as the Indian navy reinforces the security of the shores and the SLOCs, India has been cooperating with other Asian actors, indicating an inclination to a more cooperative approach to IOR security issues rather than one compelling to a naval arms race.

Ultimately, we may conclude that India is not engaging in an arms race with China, neither with any other extra-regional power. The non-state threats are one of the principal points of concern linked to the modernization of India's naval forces. Finally, we can state that "the Indian Navy's medium-term priority will probably continue to be the development of a SLOC-defence, sea-control capability" (Ladwig III 2012, 26).

3.4 THE IOR AS A STAGE FOR CHALLENGES AND THREATS IN THE 21ST CENTURY

In spite of the historical scenario previously presented, the Indian Ocean turned out to be one of the main potential spaces for naval cooperation in the late 20th century, becoming a more relevant stage given the economic and geopolitical rise of China and India. The emergence of joint exercises and maritime anti-piracy patrols in the Indian Ocean, bringing together the main powers operating in the region, as well as the proliferation of multilateral forums rescued the dynamism involving the emergence of the region (Ribeiro and Otávio 2017). However, the security dynamics in the Indian Ocean have become more complex and dangerous than in any previous period, considering that the IOR has become a stage of strategic competition among regional and global powers with nuclear capabilities (Kaplan 2010).

When it comes to military presence in the IOR, a myriad of state actors can be mentioned. As it has been already seen, emerging countries, such as China and India,

share space with extra-regional powers like the U.S. and the EU[22], as well as with minor states and insular countries, such as Sri Lanka, Maldives, Madagascar, Bahrain, Comoros, Mauritius and Seychelles. As mentioned earlier, the Indian Ocean possesses a number of non-conventional security threats related to non-state actors, such as piracy, trafficking and terrorism. Another feature of the Indian Ocean is the great amount of unstable states which are incapable of protecting their land and maritime territory, creating a 'power vacuum' easily filled by asymmetrical actors or by great powers. As one may see, the IOR is a hotbed for tensions and warfare, since it can be considered an unstable area with more than half of the international trade passing through it (Chowdhury et al. 2014).

As the others subparts of this article have explored, the main obstacle to cooperation between powers in the Indian Ocean has been the Indian and Chinese dispute for influence in Asia and, more specifically, in its respective neighbors. The competition among the powers present on the region revolves around the security of energy lifelines. In order to ensure oil security, every country shall develop ways of transporting oil, strengthening the ability to control energy transportation, and, meanwhile, quickening the oil reserve construction (Zhong 2018).

A major reason for the expansion of the military presence in this region is "the absence of a comprehensive multilateral agreement on maritime security in the Indian Ocean" (Van der Putten, Wetzling, and Kamerling 2014, 3). Several initiatives have been carried out in order to build an organization capable of uniting some interested parts. The most concerning consequence of the lack of a multilateral agreement on maritime security is the increase of asymmetric threats. Indeed, "there is high instability in the region, with increased incidence of crime, maritime terrorism, proliferation of missiles and WMDs, spread of religious fundamentalism", resulting in unilateral maritime actions by states whose economic and geostrategic interests are endangered by the anarchy that the IOR has been showing (Indian Navy 2009, 61). The construction of a multilateral organization for the IOR or the improvement of the Indian Ocean Rim Association should consider that

> the concept of maritime security is now wider and more diverse than the traditional one of defence against military threats and the protection of national interests and sovereignty at sea. The concept now includes non-traditional security challenges, such as maritime terrorism, natural disasters, climate change, illegal fishing, marine pollution, maritime safety and the smuggling of drugs, arms and people (Bateman 2016, 6).

Moreover, the potential rivalry between great powers may be able to affect the IOR to such an extent that it may even destabilize some regions in Africa and in the Middle East, "leading to instability and increased tensions in the Mediterranean region as well" (Van der Putten, Wetzling and Kamerling 2014, 7). The lack of an effective organization results from the inadequacy of the current structures for maritime security. There is a common need among the states for the creation of an institution that, like ASEAN, with annual meetings and discussions involving regional and extra-regional powers, could reunite the controversial interests and reconcile them

22 Mostly through the French islands (Réunion, Mayotte, Terres Australes et Antarctiques Françaises), the English islands (British Indian Ocean Territory (BIOT) and the Chagos Archipelago.

for reaching a common ground, in order to promote cooperative actions against the security problems of the IOR.

As an organization does not fill the power vacuum, the asymmetrical threats become an important issue. The piracy in the IOR, as mentioned, is a growing problem. Some countries have combined forces to carry out maritime operations along the Somali coast to combat this threat and, in this sense, the Contact Group on Piracy off the Coast of Somalia (CGPCS)[23] was created (Van der Putten, Wetzling, and Kamerling 2014). Bearing in mind that the modern piracy in the Indian Ocean has a range of ramifications, the consequences are multifaceted, linking issues of economic, geostrategic and security order (Chowdhury et al. 2014). Furthermore, the Middle East is also becoming a challenge to the IOR, since its country's territories are the homeland of some terrorist cells, whose activities spillover into the Indian Ocean. Indeed,

> the Af-Pak sub-region at the convergence of Middle East, Central Asia and South Asia is supposedly the most infested area by local and global terrorism. East Africa is in an anarchical state with the situation in Somalia and South Sudan. Other semi-vulnerable countries include India, Bangladesh, Sri Lanka, Indonesia, Kenya, Uganda, Myanmar, Maldives etc. (Chowdhury et al. 2014, 38-39).

Thus, piracy and terrorism are both rising security challenges in the Indian Ocean, given that their actions menace the security of SLOCs in the region. Multilateral cooperation is essential in order to control this situation. Many actors, especially those who have interest in the region, have participated in maritime operations in the Somali coast in order to diminish its effects in the International Sea Lanes (ISLs). In 2009, Chinese navy started to operate in the IOR in response to Somali piracy, looking forward to protecting commercial vessels in the passage through the Strait of Hormuz. Japan, in the same year, has also taken counter-piracy measures in the Gulf of Aden (Van der Putten, Wetzling, and Kamerling 2014), meanwhile "the Indian Navy commenced counter piracy operations in the Gulf of Aden in 2008, and is speeding up the modernization and the expansion of its capabilities in the maritime domain" (Van der Putten, Wetzling, and Kamerling 2014, 5). Although the United States, China, India and Japan have the same interest in keeping the region free from piracy and other non-state threats, there still is no organization with enough strength or ability to unite them against these common threats (Van der Putten, Wetzling, and Kamerling 2014).

The geopolitical dynamics of the Indian Ocean are characterized by growing competition for influence and resources. Rising Asian economies, security of trade routes, access to energy resources and regional issues like terrorism are some of the factors shaping the geopolitics in the region (Chowdhury et al. 2014). The struggle against terrorism and anarchy (which includes piracy) focuses broadly on

23 "The Contact Group on Piracy off the Coast of Somalia (CGPCS) was created on January 14, 2009 pursuant to UN Security Council Resolution 1851. This voluntary, ad hoc international forum brings together countries, organizations, and industry groups with an interest in combating piracy. Participants seek to coordinate political, military, industry, and non-governmental efforts to bring an end to piracy off the coast of Somalia and to ensure that pirates are brought to justice" (United States 2017, online).

these waters, between the Suez Canal and Southeast Asia. The Indian Ocean littoral, which includes Somalia, Yemen, Saudi Arabia, Iraq, Iran and Pakistan, constitutes a veritable networking map of Al-Qaeda, as well as one of disparate groups smuggling hashish and other contrabands (Kaplan 2010).

Finally, the IOR is a hotbed for piracy, terrorism and transnational organized crime, as well for great powers rivalry. It is essential for all actors who have interest in the region to find a common ground and build an institution capable of securing the Indian Ocean. The following section will present the already existing international actions related to the IOR. Structures such as the ASEAN Regional Forum (ARF) and the Council for Security Cooperation in the Asia Pacific (CSCAP) should be regarded as interesting and important frameworks for the IOR, due to the focused attention upon a significant regional maritime safety with worldwide implications.

4 PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

In a complex region that, as the IOR, gathers a number of super powers' strategic interests, multilateral maritime security cooperation is essential to achieve peaceful solutions and effective sea governance. As the extra-regional powers do not find a common ground to create a cooperation framework, unfortunately, the Indian Ocean countries, "despite a shared heritage of colonial subjugation, common maritime threats and an increasing dependence on seaborne trade for their existence, [they have] minimal maritime bonding between its littorals" (Ghosh 2012, 352). Whereas these neighbor countries may share common characteristics, such as their colonial past and civilizational roots – which one may suppose is enough to develop a sense of cohesion and identity –, they are driven far apart by their different capabilities and maritime priorities. Due to the strategic and economic importance of the IOR, regional states "and all other energy-dependent states have a congruent interest in ensuring effective sea governance" (Ghosh 2012, 353). Therefore, this section will analyze these problems in light of five particular initiatives established to tackle tensions in the IOR, attempting to infer what else can be done.

4.1 SUB-REGIONAL COOPERATION AND CONFIDENCE BUILDING STRATEGIES

Asymmetric threats coexist with many states that compose the Indian Ocean Rim, not only those that usually come to mind when analyzing the IOR. This region has a total of 51 states, "28 of which are Indian Ocean Rim states, plus a further 10 that are coastal states of the Red Sea and the Persian Gulf, together with an additional 13 Indian Ocean land-locked states" (Rumley et al. 2012, 4). However, the participation of some countries that are not comprised by such analysis would be crucial for the efficiency of an organization, such as the U.S. and China (Rumley et al. 2012).

IMAGE 9: THE 51 STATES OF THE IOR

Indian Ocean Rim states		Other coastal states of the Red Sea and the Persian Gulf	Indian Ocean land-locked states
Australia	Mozambique	Bahrain	Afghanistan
Bangladesh	Oman	Egypt	Bhutan
Burma (Myanmar)	Pakistan	Eritrea	Botswana
Comoros	Seychelles	Iraq	Burundi
Djibouti	Singapore	Israel	Ethiopia
France[a]	Somalia	Jordan	Lesotho
Kenya	South Africa	Kuwait	Malawi
India	Sri Lanka	Qatar	Nepal
Indonesia	Tanzania	Saudi Arabia	Rwanda
Iran	Thailand	Sudan	Swaziland
Madagascar	Timor-Leste		Uganda
Malaysia	United Arab		Zambia
Maldives	Emirates		Zimbabwe
Mauritius	UK[a]		
	Yemen		

[a]For France and the UK: because of their island territories.

Source: Bouchard and Crumplin (2010)

Therefore, the construction of a security institution in the Indian Ocean should consider maritime regionalism, counting with the countries in the list above, but also with China and the U.S. Once regions are not restricted to a collection of nation-states, regionalism works with a broader meaning of space and regards the strategic interests in many levels (Rumley et al. 2012). Taking into consideration the mix of traditional and non-traditional security threats, a proposal built on regionalism may be considered as the best option to a security organization in the IOR, which would be "designed to facilitate confidence building" (Rumley et al. 2012, 4-5). It is possible to highlight some elements of maritime regionalism, which are essential for this subject: ocean based organizations must (i) take into consideration any issue related to the use of the ocean; and (ii) consider security as a concept that encompasses economic, social, military and political aspects (Rumley et al. 2012).

As mentioned before, China's investments in the IOR are related to the security of its main SLOCs. For this reason, China has been investing in the maritime route of the BRI in order to mitigate its vulnerabilities in the IOR, meanwhile investing in multistate cooperation and naval operations against piracy. The EU has been participating in multistate naval operations like the European Union Naval Force (EU NAVFOR), which fights against piracy in the Somali shore. Regarding extra regional initiatives, "NATO's Operation Ocean Shield has been an important player in the counter piracy operation since 2008" (Woldeyes 2015, 122). In other words, all countries with maritime capacities and strategic interest in the IOR have established multilateral and bilateral initiatives to participate in the security of the Indian Ocean. This fragmentation of forces shows that the current IOR organizations are not efficient enough to create a network of security in the region (Woldeyes 2015).

Some may consider the IOR to be "too large and diverse to enable an ove-

rarching security arrangement and the security diversity among Indian Ocean states militates against close and effective cooperation" (Rumley et al. 2012, 7). This argument makes sense, since, among all organizations created to secure the IOR, none is known to have achieved its goals, leading to other forms of cooperation (Rumley 2012).

India has been working on many attempts to establish different multilateral organizations and forums, such as the Indian Ocean Rim Association (IORA), the Indian Ocean Naval Symposium (IONS) and the Indian Ocean Dialogue (IOD). Moreover, recently, New Delhi has created a group called Indian Ocean Five (IO-5), gathering India and the island states – Maldives, Mauritius, Seychelles and Sri Lanka – in a framework that shares security intelligence (Ribeiro and Otavio 2016).

4.2 UNITED NATIONS POLICIES

In the mid-1960s, during the Cold War, the United Kingdom withdrew its forces from East Suez, raising concerns especially from India, since the lack of a European power apparatus, historically positioned there, could end up in a widespread rivalry between the U.S. and USSR throughout the Indian Ocean without any limitation or rule. In order to avoid a scenario in which both states would try to fulfill this vacuum of power, possibly resulting in more instability to the region, New Delhi, alongside Sri Lanka, leaded the creation of an *Indian Ocean Zone of Peace* (*IOZOP*) (Cordner 2017). This idea was presented to the United Nations General Assembly (UNGA) and formalized in 1971, through the Resolution 2832 of December, called the "Declaration of the Indian Ocean as a Zone of Peace" (DIOZP). Such declaration stated the understanding between the UN member states of the need to guarantee the independence, sovereignty and territorial integrity of the states located in the IOR. The DIOZP also defended the necessity of resolving economic, social and political issues through non-violent means – that is, under the principles of peace and security (United Nations 2005).

In light of the Cold War context, the IOZOP strategy proposed some guidelines to stop the intensification of rivalries or, at least, the increasing military presence of the great powers in the IOR. First, it established the elimination of all weapons of mass destruction[24] – specially the nuclear ones – in the area. Second, it determined the closing of all of bases and facilities linked to military purposes, aiming at the elimination of any expression of either of the Cold War's powers. Lastly, it settled the banishment of ships and military aircrafts that could be used or even could be threatened to be used against any state of the Indian Ocean (Bouchard and Crumplin 2010).

At the same time that the Declaration was disregarded by the two great powers, it was seen not only as an Indian effort to refrain extra regional actors, but also as an attempt to buttress India's position as a sole regional hegemon towards some of its neighbors. Because of a resulting lack of compliance, the IOZOP initiative died early, leading India to be more cautious in taking any similar endeavor for a while. Even with the end of the Cold War period, the opposition to the Declara-

24 Weapons of mass destruction (WMD) are any biological, chemical and nuclear devices capable of generating mass casualties and physical damage at large scale. The outcomes of these devices usually generate consequences that endure through a long time (Pereira, Fioreze and Cassel 2017).

tion persists, now including external maritime powers. Considering that the Indian Ocean states can count on the favorable vote of more than two-thirds of the UN members, including Russia and China – two permanent members of the Security Council –, it would be reasonable to expect some progress on the implementation of the DIOZP (Gupta 2010).

Another important is the *Ad Hoc Committee on the Indian Ocean,* created by the UN General Assembly in 1972, through the Resolution 2992, with the purpose of elaborating a study about the implications of a true implementation of the DIOZP. Initially, there were only 15 states in the committee, however, the number increased to 45 throughout the following years. By the time of its creation, there were several proposals on how the organization should operate, including one according to which the committee should function as a forum for IOR states, the UNSC permanent members and the main maritime users – including representatives from private enterprises – to discuss their common security interests. In 1979, there was an optimistic sign: through the Meeting of the Littoral and Hinterland States, it was adopted a number of principles for the implementation of the IOZOP. Due to this, the UN General Assembly approved the Resolution 34/80B, which had as its objective the realization of the first UN Conference on the Indian Ocean, supposed to be held in Sri Lanka in 1981. Unfortunately, as it happened in the case of the DIOZP, the same three powerful western states withdrew from this mechanism, and the Conference never occurred (United Nations 2005; Bouchard and Crumplin 2010).

In 1982, the UN created the *United Nations Convention on the Law of the Sea* (*UNCLOS*), establishing a number of important principles regarding the use and the sovereignty of seas and oceans, such as the right to freedom of navigation; the definition of the territorial sea boundaries covering 12 miles offshore; the creation of exclusive economic zones covering 200 miles offshore and the establishment of rules for extending continental shelf rights up to 350 miles offshore. Furthermore, it was created the International Seabed Authority, and a commission under the UN's scope called UN Commission on the Limits of the Continental Shelf (United Nations 2018).

The Convention changed permanently the way through which states handled with their waters, including the countries of the IOR (Cordner 2017). In fact, the Convention generated many discussions about its terms. For instance, some IOR littoral states, as India and China, claimed 200 nautical mile long exclusive economic zones, whereas others tried to impose restrictions on activities in areas of national jurisdiction going beyond those established. Furthermore, some littoral states have "lodged applications with the Commission on the Limits of the Continental Shelf seeking to have alleged natural prolongations of continental shelves recognized" (Cordner 2017, 5). In spite of these controversies, in 1985, a new initiative, inspired by UNCLOS, emerged in the IOR: the Indian Ocean Marine Affairs Cooperation (IOMAC). Focused on fostering cooperation and coordination among the Indian Ocean states, and, therefore, not being a military initiative, the IOMAC had as its main goal the employment of the ocean's resources for economic prosperity and development of the IOR nations. Unfortunately, as its predecessors, the IOMAC has remained with few capability of action, and few attempts were made in order to enhance such mechanism (Gupta 2010).

3.3 STRATEGIES EMPLOYED IN THE AFRICAN INDIAN OCEAN REGION

Following the beginning of the 21st century, piracy has become one of the greatest threats in African waters. The frequency of pirate attacks and their extension, especially around the coast of Somalia, in the Horn of Africa and the Gulf of Aden, has turned into a topic of particular concern to the African states. In this scenario, it is important to remind that "the Indian ocean waters off the southeast coast of Somalia are home to busy shipping lanes for trade between Asia and East Africa as well as for ships making longer voyages around South Africa's Cape of Good Hope" (Onuoha 2010, 196). Such relevance increased concerns, insofar the risks of more attacks raised accordingly. Indeed, records have shown that, since 2009, pirate attacks have varied in geographical location, extending to the waters of the East and South coasts of Somalia, including the Indian ocean (Gupta 2010).

A number of strategies have been employed in order to mend this situation, most of which encompass not solely the Indian Ocean, but also adjacent waters, aiming to create, therefore, cooperation measures through this large and heterogeneous geographical space. Combined efforts among extra-regional powers and African countries are included in this scenario. Beyond the U.S. Africa Command (AFRICOM)[25], in January 2009, the United States Naval Forces Central Command (NAVCENT), "established the Combined Task Force 151 (CTF-151), with the sole task of combating piracy in the Gulf of Aden and the waters off the Somali coast in the Indian ocean" (Onuoha 2010, 206). In September 2009, the U.S. along with Japan, United Kingdom, Cyprus, and Singapore reached an agreement, the so-called "New York Declaration". In spite of being a non-binding mechanism, this declaration was supposed to help the coordination of naval patrols, provide mechanisms to combat shipping piracy and ensure the security of waters, mainly in the Horn of Africa. Through its 207 self-protection measures, the agreement also aims to reduce ransom's payment to the pirates located in the region (Onuoha 2010).

Being piracy a problem that is present mostly in African countries connected to the Indian Ocean, political and strategic initiatives aiming to avoid pirate activities in the region are remarkable. It is worth mentioning the initiative known as the *Indian Ocean Commission* (*IOC*), a regional organization created in 1984 and composed by five Africa Caribbean Pacific (ACP) states, namely, Cameroon, Madagascar, Mauritius, Seychelles and the Island of Reunion – which is a French domain. The IOC is one of the first and most successful initiatives of regional cooperation in the region. It works with four main pillars: political and diplomatic cooperation measures, economic cooperation, sustainable development and strengthening of cultural identity. Following these objectives, the organization has already developed cooperation programs on the fields of agriculture and maritime fishing, as well as on conservation of ecosystems (European Commission 2003).

Furthermore, we must highlight another remarkable institution to the African sub region of the Indian Ocean: the *Southern Africa Development Community* (*SADC*)[26]. Created in 1980, the organism was initially known as Southern African

25 The United States Africa Command (USAFRICOM, U.S. AFRICOM, or simply AFRICOM), is one of the ten unified combatant commands of the United States Armed Forces. Created in 2007, AFRICOM is responsible for U.S. military operations, including fighting regional conflicts. It has military relations with 53 African nations, being Egypt the exception (Khaled 2017).

26 SADC's member states are Angola, Botswana, Comoros, Democratic Republic of Congo, Lesotho, Madagascar, Malawi, Mauritius, Mozambique, Namibia, Seychelles, South Africa, Swaziland, Tanzania, Zambia and Zimbabwe (Gupta 2010).

Development Coordination Conference (SADCC), being later transformed into the SADC, in 1992. The SADC's main objective is to create a regional security regime among the states of the region, also including the Indian Ocean states (Gupta 2010). Lastly, an important organism for scientific cooperation is the *Global Ocean Observing System Africa* (*GOOS-Africa*), an organization aimed at establishing a Regional Ocean Observing and Forecasting System for Africa (ROOFS AFRICA). Such system would be able to study and gather data encompassing coastal and marine modelling and forecasting in African waters. Considering that, one may deduce that such organization could contribute to capacity-building in the region, through training and transfer of technology, which are essential for the development of the coastal and marine environment of Africa's waters, including the Indian Ocean (Gupta 2010; GOOS 2018).

3.4 THE INDIAN OCEAN RIM ASSOCIATION (IORA)

Previously known as the Indian Ocean Rim Association for Regional Cooperation (IOR-ARC), the *Indian Ocean Rim Association (IORA)* was created in 1997 to guarantee the safe movement of people and the delivery of goods, resources and energy through the IOR (Michel and Passarelli 2014; Woldeyes 2015). As a result, the IORA is mainly focused on economic matters rather than in security ones. Nowadays, the institution is headquartered in Mauritius and works looking forward to achieving its three main goals: (i) the liberalization of commerce; (ii) the promotion of cooperation in economic and technical fields; and (iii) the creation of a forum of dialogue about trade and investment. In order to build a framework capable of delivering such goals, five organizational mechanisms were created: the Council of Ministers (COM), the Committee of Senior Officials (CSO), the Indian Ocean Business Forum (IORBF), the Indian Ocean Academic Group (IORAG) and the Working Group on Trade and Investment (WGTI) (Gupta 2010).

In spite of being an instrument for cooperation, the creation of this institution was directly related to India's longstanding hegemonic aspirations. Therefore, India was fundamental to the creation of the IORA and has taken its lead it since then (Krupakar 2017). The IORA is currently composed by 18 states of the IOR – each of them with strategic interests related to maritime security –, however, efforts have been made in order to engage extra-regional powers as "dialogue partners" – particularly the U.S. China is also a non-formal member of this organization, being a mere "dialogue partner" as well (Khurana 2016; Michel and Passarelli 2014).

As stated above, the IORA strategy does not explicitly include security issues; nonetheless, pirate attacks in Somalia have been spreading through the region, turning this issue into a point of common concern to maritime commerce and fisheries as well. Thus, although security issues were not mentioned in the charter of the association, this subject has turned into one of utmost importance in IORA's agenda in the last couple of years (Michel and Passarelli 2014). Because of this problem, the African states directly connected to the Indian Ocean, which were particularly left aside of the integration process carried out by India – commonly called the "Indianoceanic regionalism" process –, are gradually being seen as a geographic space for new economic opportunities. Through the IORA, these states have been developing relations and cooperation measures with the rest of the Indian ocean (Bouchard and

Crumplin 2013). Joint regional efforts to enhance counter-piracy cooperation measures include the share of maritime information and the construction of stronger national legal capacities, including specific legislation about this topic. In addition, the IORA coordinates efforts alongside the Contact Group on Piracy off the Coast of Somalia (CGPCS), an organization created through the UN Security Council Resolution 1874 of 2009, which welcomed Somalia as one of its formal members (IPRI 2014).

It is important to highlight, however, that, through the last years, the organization has shown signs of weakness and even of a potential shutdown (Gupta 2010). In light of this, some member states, mainly India, have been discussing possible measures to reform the institution and even its constituent charter – some have talked about expanding the organization's scope to facilitate regional cooperation on maritime security issues (Michel and Passarelli 2014).

3.5 THE INDIAN OCEAN NAVAL SYMPOSIUM (IONS)

The *Indian Ocean Naval Symposium (IONS)* was created in 2008, under India's leadership. The forum aims to overcome the vast differences between its members in a working framework and to increase cooperation among the IOR navies (Ghosh 2012). Accordingly, "with a rotating presidency every 2 years, this organization has brought together 35 navies[27] from the region on a common platform to promote cooperation through consultations and ongoing dialogue" (Ribeiro and Otavio 2016, 406).

One important goal for India is to properly align the IORA with the IONS, since these institutions are supposed to be complementary. The IONS works on military issues, with 23 member-states and 9 observers, which are either from the IOR or extra-regional ones (Ribeiro and Otavio 2016). Being facilitated by India's navy, the IONS, "is a platform for regular interactions between naval chiefs or heads of maritime agencies in the Indian Ocean" (Schöttli 2013, 4). Another important goal of this institution is to promote the sharing of information among its members. Therefore, this framework shows itself as a consultative mechanism to solve the non-traditional threats (Schöttli 2013).

The exchange of information between naval professionals has been productive to create common understandings and cooperative solutions for piracy and terrorism (Royal Australian Navy 2018). Given that "issues concerning effective maritime governance and security have been ignored by existing multilateral fora like IORA[...], which has an economic agenda", the IONS is a new attempt to fulfill the need of a security arrangement in the IOR (Ghosh 2012, 352). With the constant threat of piracy in the main sea lanes, the cooperation within the IONS is seen as a joint solution to a common problem. Even though there has been much appraise in what concerns this new institution, there was a slowdown in the initiative (Ghosh 2012).

27Among these 35 navies are Bangladesh, India, Maldives, Pakistan, Seychelles, Sri Lanka, Bahrain, Iran, Iraq, Kuwait, Oman, Qatar, Saudi Arabia, UAE, Yemen, Comoros, Djibouti, Egypt, Eritrea, France, Kenya, Madagascar, Mauritius, Mozambique, Somalia, South Africa, Sudan, Tanzania, Australia, Indonesia, Malaysia, Myanmar, Singapore, Thailand and Timor Leste.

5 BLOC POSITIONS

Being the land of major narcotics' suppliers, **Afghanistan** is concerned about drug-crossing regions, as well as the protection of the seas, such as the Indian Ocean, through which such drugs are carried. Kabul considers, therefore, that guarding the Indian Ocean is vital to block these illicit activities (Chowdhury et al. 2014). The country is open to the new South Asia strategy of the U.S. and believes that this initiative will help not only to stabilize the country, but also to ensure its sustainable development (Haidari 2017). Meanwhile, Afghanistan also has a strategic partnership with China, which occurs through the construction of ports and military bases along the IOR – a fact of great concern to India (Gaens and Ruohomäki 2017). Moreover, Afghanistan is part of the South Asian Association for Regional Cooperation (SAARC), but has not taken part of either IORA or IONS (Mehra 2015).

As an active member of the international community, **Azerbaijan** effectively contributes to the establishment of international peace and security (Azerbaijan 2018). Alongside China, the country explores the potential of energy cooperation and productive capacity in the hope of promoting further bilateral ties; therefore, Baku sees its ties with China as a foreign policy priority. The main relevance of the Indian Ocean to Azerbaijan regards the transport routes that link the aforementioned ocean to the Atlantic (Xinhua 2016). Not being a member state of the IORA's neither of the IONS' initiatives, the Indian Ocean does not seem to be a space of great concerns and worries for Azerbaijan.

In 2001, **Bangladesh** became a member state of Indian Ocean Rim Association (IORA), joined the Indian Ocean Marine Affairs Cooperation (IOMAC) and, later on, turned into a member of the Ad Hoc Committee on the Indian Ocean (United Nations 2005). Being an Islamic state, Bangladesh has supported initiatives to consolidate the basis of solidarity among the Muslim countries (Bangladesh 2018). However, apart from that, the country has also attempted to create an environment of sub-regional cooperation with India, Bhutan and Nepal, as a way to strengthen SAARC (Australia 2018). In addition, considering that smuggling of small arms and explosives are a significant activity in the IOR, Bangladesh seems greatly concerned with those threats (Chowdhury et al. 2014). Lastly, regarding military aspects, Bangladesh has been used by China to place Chinese naval facilities in the IOR (Gaens and Ruohomäki 2017).

Throughout the recent years, **Cambodia** has been suffering with emerging political, economic and social transformations (CICA 2018a). Regarding its relations with the great powers, China is seen as a main source of arms – through sales or donations – and also has been training and funding the Cambodian military forces (VOA 2018). Not being part of any cooperation initiative within the IOR, Cambodia's strategic interests remain in the South China Sea, even though the country sees the Indian Ocean as a space of value, due to its connections with important SLOCs.

The **People's Republic of China** is aware that one of the major threats it faces is the ability of other states to block its trade routes (Pant 2012). Bearing that in mind, Beijing understands that maritime strength can provide a vital advantage for China to emerge as regional hegemon and world power, being able to expand its influence and domain over the IOR's strategic environment. By building close ties with India's key neighbors – in particular with Pakistan –, China has also managed

to contain its main rival in the IOR (Pant 2012). These relations are built through economic partnerships. Moreover, it is important, for instance, to pay attention to the fact that, among the 10 biggest countries[28] from which China imports fuel, eight reside in the IOR. As a counterpart, China has been promoting investments in these countries, looking forward to ensuring good relations and stability to the delivery of its energy sources (WITS 2018).

Being located in a critical point for the IOR, **Djibouti** attracts much attention from external powers, such as China, who inaugurated a naval base in the country in 2017, aiming to build a military role in the Indian Ocean (Nadimi 2018). Djibouti is located in the west coast of the Gulf of Aden and faces the strategic strait of Bab al-Mandab, an important passage that connects the Mediterranean Sea to Indian Ocean, corresponding to the pathway through which most of the trade between the European Union and China, India, Japan and to the rest of Asia passes (Panda 2014). Thus, considering its relevant location as a choke point, India has been persisting in strengthen ties with Djibouti (Berlin 2010), just like the U.S., which has increased its naval presence in order to maintain dominance over the Asia-Pacific region (Chowdhury et al. 2014). Although Djibouti has not taken part in the IORA, it has participated in IOMAC, IONS and is a current member of the Ad Hoc Committee on the Indian Ocean (United Nations 2005).

Intrinsically related to **Egypt**'s energy supplies are the straits and channels located within the Indian Ocean, especially the Bab-el-Mandeb, which controls the access to the Red Sea and the southern end of the Suez Canal, and which, as previously stated, is a crucial path for global maritime commerce. If this passage was blocked, shipments heading to Egypt and the Mediterranean Sea would have to make a much longer route, around the southern tip of Africa (Vaughan and Henderson 2017). In light of potential threats to the Suez Canal's and the Red Sea's trade routes, Cairo has heavily invested in its navy and positioned many newer units in the Southern Fleet Command (Karasik and Vaughan 2017). Furthermore, Egypt has participated in the Indian Ocean Marine Affairs Cooperation (IOMAC) and is currently a member of the Ad Hoc Committee on the Indian Ocean (United Nations 2005).

Being aware of China's leadership in the diplomatic and economic agendas in East Asia, **India**'s intention is precisely to prevent the Chinese foreign policy from seizing the framework created by India to gain leverage also in the Indian Ocean (Ribeiro and Otávio 2017). In light of this, India has been cooperating with other Asian actors, which indicates an inclination to a more cooperative approach to IOR security issues rather than appealing to a naval arms race. Non-state threats are one of the reasons behind the modernization of India's naval forces, hence, "the Indian Navy's medium-term priority will probably continue to be the development of a SLOC-defence, sea-control capability" (Ladwig III 2012, 26). Moreover, aiming at expanding its regional partnerships, India has sought partners such as Japan and the U.S. to enhance its sense of security in the IOR – these three countries have jointly formed the trilateral Malabar naval exercise, "practicing anti-submarine warfare as well as search and rescue activities" (Gaens and Ruohomäki 2017, 6). Lastly, India is a member state of the Indian Ocean Rim Association (IORA) – having been the leader-country in the creation of such organization –, has participated in the Indian Ocean Marine Affairs Cooperation (IOMAC) and is a current member of the Ad Hoc

28 These are Saudi Arabia, Angola, Oman, Iraq, Australia, Iran, Indonesia and United Arab Emirates (WITS 2018).

Committee on the Indian Ocean (United Nations 2005).

One of the main goals of **Indonesia** is to improve its relations and negotiations regarding maritime borders, especially the ones that also concern Malaysia, Singapore, Philippines and Vietnam. The country has also been a quite active member of the Indian Ocean Rim Association (IORA), being engaged in a number of projects in the IOR (Indonesia 2018a). Furthermore, Indonesia has participated in the Indian Ocean Marine Affairs Cooperation (IOMAC) and is a current member of the Ad Hoc Committee (United Nations 2005). Since 2003, the country has been an observer state of the CICA, however, more recently, Indonesia has been reviewing the possibilities and benefits of promoting its participation status to one of a member-state (Indonesia 2018b).

Being an influential actor in the Middle East, the **Islamic Republic of Iran** has as one of its objectives the protection of its own navigation interests in the Arabian Sea. As a result of this, as well as of the necessity of safeguarding other interests, the country is a known possessor of sea mines, anti-ship cruise missiles and attack submarines. In light of the tensions with the U.S. regarding the Iran's nuclear efforts, Tehran has welcomed Beijing to counter the North-American influence in the region (Chowdhury et al. 2014). Nowadays, Iran aims to upgrade its naval power and also seeks its economic modernization and recovery, after years of imposition of international sanctions (Ardemagni 2018). These projects, however, have been regarded by the U.S. as an attempt to block the Strait of Hormuz – the world's most important maritime choke point. Finally, the country is a member-state of Indian Ocean Rim Association (IORA), having participated in the Indian Ocean Marine Affairs Cooperation (IOMAC) and being a current member of the Ad Hoc Committee on the Indian Ocean (United Nations 2005).

The **Republic of Iraq** has participated not only in the Indian Ocean Marine Affairs Cooperation (IOMAC), but also in its Technical Cooperation Group (TCG) – an IOMAC's mechanism that seeks to build confidence –, being also a current member of the Ad Hoc Committee on the Indian Ocean (United Nations 2005). Considering the Iraqi position in the Persian Gulf, where most of the world's oil production is concentrated, the IOR is fundamental for the country, as it rises as the most important communication line for the world trade.

In spite of the historical tense relations with its neighbors, **Israel** hopes to take part of initiatives to support regional security and to strengthen its bilateral relations with member-states of the CICA, since the organization has never shown any intention in getting involved or solving territorial and internal disputes (CICA 2018b). The warm Indo-Israeli relations have permitted India to be present in the Mediterranean, where it has intentions of exploring both oil and gas. In this sense, New Delhi has established new partnerships with Israel, especially due to this latter country's privileged location near the Suez Canal, which could facilitate the Indian transit in the region (Noronha 2017).

Being a longstanding external power in the IOR, **Japan**'s main security objectives concern the geostrategic features of the Indian Ocean, such as the straits of Malacca, Sunda and Lombok, given that the country aims at accessing the maritime South Asia. In this sense, Tokyo is likely to execute operations in the Indian Ocean on a not-to-interfere basis, with higher-priority missions such as the defense of the Japanese archipelago and other sea areas (Yoshihara and Holmes 2011). Much like In-

dia, Japan understands China's military and diplomatic efforts in the IOR as a projection of power over its competitors. (Pant 2012). In 2015, Japan became a permanent partner in the trilateral Malabar naval exercises – a joint practice of anti-submarine warfare involving Japan, the U.S. and India (Gaens and Ruohomäki 2017, 6). Finally, it is worth mentioning that Japan is a current member of the Ad Hoc Committee on the Indian Ocean (United Nations 2005).

Jordan is a key ally of the U.S. and, together with Egypt, one of the only two Arab nations to have made peace with Israel – situation that has brought about tensions in the relations with its neighbors (BBC 2018a). Not being a member state of IORA neither IONS, Jordan has shown that its major concerns regard the strategic issues shaping the behaviors of many states. Even though not being located in the Gulf region, the country shows itself as willing to play a key role in helping in the security and stability of the Gulf (Cordesman and Toukan 2014). Lastly, considering that India is Jordan's 4th largest trade partner after Iraq, Saudi Arabia and China, the Indian-Chinese stability is a topic of concern to the Jordanian foreign policy (India 2016).

Located in Central Asia, **Kazakhstan** and **Uzbekistan** have been witnessing major changes in their economies. As the two of the most important economies in this Asian region, both countries have been attracting a lot of foreign investment. Kazakhstan, for instance, began to attract massive investment from major international oil companies in the late 1980s (Wheeler and Yugai 2018). Cooperative security initiatives between both countries and India concern the Indian strategy to secure oil supplies through the IOR and to achieve greater economic stability (Adnan and Fatima 2015). Moreover, Central Asia, especially Uzbekistan, plays a key role in China's Belt and Road Initiative (BRI) by facilitating investment in transport infrastructure that cross the region. In addition, such initiative is supposed to have a positive impact on the region's economy, through the connectivity of countries to the Indian Ocean, generating large-scale cooperation and investment (The Diplomat 2018).

Being located in a strategic region – namely, a trade crossroad and transshipment point between Europe and Asia –, **Kyrgyzstan** has drawn attention of some powerful countries (Kyrgyzstan 2018). Along with other Muslim states, Kyrgyzstan has been developing bilateral agreements with China, involving, especially, energy supplies. In terms of multilateral initiatives, Kyrgyzstan has been part of the Shanghai Cooperation Organization (SCO) since its origin, in 1996, with the so-called "Shanghai Five" (China, Russia, Tajikistan, Kyrgyzstan and Kazakhstan). Under SCO's scope, Kyrgyzstan has been taking part of initiatives comprising joint military exercises, as well as plans to undertake anti-terrorism and anti-drug security strategies, which may include the IOR (Walgreen 2006).

The internal situation of the **Lao People's Democratic Republic** (Lao PDR) is one of great concern for many states, since the production and trafficking of narcotics from there derived is almost inextricably linked to financing of armed militancy all over the world (Chowdhury et al. 2014). Due to its strategic location, the Indian Ocean has emerged as an important transit route for the narcotics' trade, as it facilitates the commercialization from Laos to the West. The non-participation of the country in the Indian Ocean Rim Association (IORA) or the Indian Ocean Naval Symposium (IONS) hampers Laos' capacity to cooperate with other states in order to increase the safety of maritime routes that are threatened by piracy and drug tra-

fficking. Furthermore, since 2004, the country has been considerably improving its trade relations with the United States (Sakhuja 2008).

Being a member-state of the Indian Ocean Rim Association (IORA), **Malaysia** has also participated in the Indian Ocean Marine Affairs Cooperation (IOMAC) and is a current member of the Ad Hoc Committee on the Indian Ocean (United Nations 2005). The importance of the Indian Ocean for this country stems from its location: the Strait of Malacca, one of the most important channels of the IOR, is located between Malaysia, Indonesia and Singapore (Ramadhani 2015). From an economic and strategic perspective, "the Strait of Malacca is the main shipping channel between the Indian Ocean and the Pacific Ocean, linking the ports of Malaysia to the major Asian economies such as India, China, Japan, and South Korea" (Zhong 2018, 88). Bearing this in mind, in order to guarantee the normal flow of its trade and economy, it is of utmost importance for Malaysia to ensure and guarantee the security of the Malacca Strait (Ramadhani 2015).

Located in the east of the Bay of Bengal, **Myanmar** is a strategic entrance to the Indian Ocean, being targeted both by China and India, which seek to establish their respective influences in the country. China's relation with Myanmar has been growing with the Belt and Road Initiative (BRI), since the China-Myanmar Economic Corridor is bringing great investment to the country – a necessary impulse for the development of the country (Global Times 2018). However, this project has been hindered not only by an ethnic dispute, but also by India's concern regarding the growing Chinese influence in the region and, therefore, by its attempt to reach out to South East Asian states in order to hamper China's approach (Ramachandran 2018; Thein 2017). Due to its size and some internal problems, Myanmar has shown to be interested in deals that may help the state in meeting its national development goals (Albert 2016). The country participates in the IOMAC, the IONS and is also a member of ASEAN.

Measures aiming to improve cooperation in the IOR are fully supported by **Pakistan**, especially those encompassing greater regional connectivity through the construction and linkage of essential infrastructure in the region, such as roads, rails and sea-lanes. In this sense, the partnership with China has been important to develop new ports and trade routes in the country, as well as to the acquisition of modern technology to its navy and air fleet (Chowdhury et al. 2014). Being an historical enemy of India, Pakistan sees China not just as one of its major allies, but also as a source of security when it comes to avoiding any offensive attempt from its rival. In an enhancement of this relation, Pakistan has been cooperating with China to build the China-Pakistan Economic Corridor (Ribeiro and Otavio 2017). Furthermore, China has also been engaged in the construction of the deep sea port of Gwadar, on the southwest coast of Pakistan – situation that has attracted a lot of attention, given the port's strategic location, being close to the Iranian border and the Strait of Hormuz and representing a major oil supply route (Pant 2012). Lastly, Pakistan has participated in the Indian Ocean Marine Affairs Cooperation (IOMAC) and is a current member of the Ad Hoc Committee on the Indian Ocean (United Nations 2005).

In spite of its distance from the Indian Ocean, **Palestine** is aware that the U.S.' presence in the region is not a positive aspect for its security, since the western country is a major ally of Israel, an historical enemy of the Palestinian people. Thus, in spite of not being part of any cooperation organization regarding the IOR, one

cannot state that Palestine is completely indifferent to what happens there. Palestine's statehood was recognized by India following a declaration on November 18 1988, although relations between both countries were first established in 1974. By maintaining longer and good relations with Israel, nonetheless, India must strive to dialogue and keep a good relationship with Arab countries, including Palestine (Mathur 2002).

Philippines' main concerns in the IOR refer to the issues in the West Philippine Sea – more usually known as the South China Sea –, a strategic region through which a large amount of international trade passes and where extensive reserves of oil and gas are believed to exist. As a result of this, the country has been monitoring and taking diplomatic steps to protect its claims in such important region (Philippines 2018). Due to its historically turbulent relations with China, the Philippines pursue closer security cooperation with the U.S., which occurs mainly through military exercises (Pablo-Baviera 2003). Despite not being a member to the Indian Ocean Rim Association (IORA) neither to the Indian Ocean Naval Symposium (IONS), the Philippines are greatly concerned in regard to the Indian Ocean because of climate change and its disastrous consequences.

Once considered one of the poorest Gulf states, **Qatar** has become one of the richest countries in the region today (BBC 2018b). Huge amounts of natural gas are transported from Qatar, through the Indian Ocean, to India, South Korea and Japan – its main trading partners. Hence, Qatar has a major interest in the safety of IOR's sea routes, especially the Strait of Hormuz – reason for which it remains a member of the IONS. In addition to the above mentioned countries, the U.S. is also a major trading partner of Qatar, and this involvement, combined with the Qatari diplomatic engagement with Iran, can be seen as an attempt to ensure that the Hormuz strait remains open (Campbell 2012).

In the past, the **Republic of Korea** wanted to play an important role in the security of the Strait of Malacca, since the state is strongly interested in securing the point against maritime crimes and terrorism. South Korea is heavily dependent on the flows that transit through the Indian Ocean, and, seen that the trade of energy and raw materials passes through these waters, Seoul keeps playing its part in the IOR security framework (Chowdhury et al. 2014). Moreover, being a historical ally of the West, the Republic of Korea has close ties with the U.S. and has been supporting their initiatives in this strategic space. Nonetheless, one may not neglect the fact that the rapprochement between the Republic of Korea and the Democratic People's Republic of Korea has been indicating a more flexible pro-West stance by the former.

In the present post-Cold War context, the **Russian Federation** remains being a major military and nuclear power, which seeks to transform the Indian Ocean into a zone of stability at the same time as ensuring its naval presence in the IOR (Talukdar 2014). Most of India's defense imports come from Russia, in such a way that this partnership has proven to be a consistent and reliable one. Although Russia and India do not have directly related objectives in the IOR, their goals involve two fundamental similarities: the need to balance the influence of the U.S. and China in the region and the desire for a multipolar world. Despite that, Moscow has worked to enhance its economic relations with China, having built a strong partnership in this field since the signing of the natural gas agreement in 2014 (Srivastava 2017). The Russian Federation is a current member of the Ad Hoc Committee on the Indian

Ocean (United Nations 2005).

Aiming at enhancing its technical and intellectual knowledge in the border areas, the **Republic of Tajikistan** cooperates closely with the Russian Federation (Tajikistan Embassy 2018). Certain states of Central Asia, such as Tajikistan, can play an important role in the emerging balance of power in the IOR through its partnership with stronger states (Hornat 2015). Besides its proximity to Russia, there has also been an increase in the relations between Tajikistan and India: not only has the Indian military presence in Tajikistan grown, but also it is known that India maintains an air base in Tajikistan (Barber et al. 2011).

The **Kingdom of Thailand** is a member-state of Indian Ocean Rim Association (IORA) and has participated in the Indian Ocean Marine Affairs Cooperation (IOMAC). The state is also in the Technical Cooperation Group (TCG), an IOMAC's mechanism to build confidence among the members, and is a current member of the Ad Hoc Committee on the Indian Ocean (United Nations 2005). Being one of the most powerful states in the Southeast Asia, Thailand is a significant local military power, besides having been an important U.S. ally and, in this sense, a vector for the North-American influence in the IOR. Nevertheless, the country has been working in order to ensure that its close links with the U.S. are not seen as a security challenge to the IOR by other states' point of view. The emergence of China as a regional – and world – power led Thailand to strengthen its naval forces, having made accentuated naval purchases in Southeast Asia in the recent years (Cordesman and Toukan 2014).

As an emerging state that functions both as an energy terminal and transit route, **Turkey** plays a vital role in the global energy security, connecting straits and channels in the Indian Ocean and, therefore, being fundamental in the safe distribution of energy (Turkey 2018a). With a project to establish a military base in Qatar, Turkey shows itself as ready to project its power in the Persian Gulf, laying the foundations for a long-term Turkish military presence. The establishment of this military base turns Turkey into an U.S. ally apparently willing to share the burden of the Gulf security. In addition, the establishment of this base will allow Turkish naval forces to conduct counter-attack and other operations in the Indian Ocean (Decottignies and Cagaptay 2016). Turkey is one of the most active members of CICA, in spite of not being a member of the Indian Ocean Rim Association (IORA) neither of the Indian Ocean Naval Symposium (IONS) (Turkey 2018b).

The **United Arab Emirates (UAE)** plays a fundamental and notable role in a significant number of countries of the IOR (CICA 2018c). The UAE has a perspective according to which future post-oil economies need foreign direct investment (FDI) and partners for infrastructure projects. In this sense, Abu Dhabi seeks to project itself through the conduction of a foreign policy based on maritime and military power (Ardemagni 2018). Finally, the country is a member state of Indian Ocean Rim Association (IORA) and is a current member of the Ad Hoc Committee on the Indian Ocean (United Nations 2005).

Considered the world's largest power, the **United States of America** has three main objectives in the IOR: (i) reduce the spread of terrorism and weapons of mass destruction; (ii) guarantee the flow of energy and trade through key chokepoints; and (iii) maintain its stance over the region in order to protect its regional allies (Erickson, Walter, and Mikolay 2010). U.S.' naval forces have been expanding their power in Southeast Asia and Asia-Pacific through cooperation with Indonesia and Malaysia

(Chowdhury et al. 2014). On the other hand, the close ties between Washington and New Delhi are limited by the necessity of maintaining good relations with Pakistan – an historical enemy of India (Hornat 2015). Security alliance with Japan and South Korea are also strategical in order to ensure the U.S.' military presence in the IOR (Van der Putten, Wetzling, and Kamerling 2014). Furthermore, it is important to highlight the relevance of Diego Garcia military base, which allows a less provocative and destabilizing presence of the United States in the IOR (Erickson, Walter, and Mikolay 2010).

Development in the Indian Ocean has emerged as a major challenge to **Vietnam**'s national sovereignty. The country uses different measures to protect its territory and sovereignty, ensuring a peaceful and stable environment for development. While paying particular attention to the promotion of its strategic partnership with Laos, Vietnam has also been maintaining traditional friendship and comprehensive cooperation with Cambodia (Vietnam 2014). Furthermore, the country has also established agreements with India, which intends to increase its presence in the South China Sea, since the Vietnamese strategic position in the region is important for blocking the Chinese naval entry and, therefore, for avoiding potential China's attempts of threatening India through the Indian Ocean. The benefits of this mechanism are, nonetheless, uncertain. Accordingly, the strategic relationship between Vietnam and India has great potential for a defense partnership (Brewster 2009).

6 QUESTIONS TO PONDER

I. Although the region has many controversial interests and rivalries, some cooperative initiatives have been created to fill the security gap existent. How can CICA act to unite these different approaches to the IOR into an effective project?

II. The militarization of an ocean is a dangerous possibility, especially, when most then 80% of the world oil trade passes through this region. The creation of a peace and cooperation zone, like Zone of Peace and Cooperation of the South Atlantic (ZOPACAS), could be one solution for the security of this volatile region?

III. Which are and how to overcome the problems hampering the build of a cooperation zone in the Indian Ocean Region? Could the geopolitical influence of great powers in the Indian Ocean be able to bring together different approaches of development and surpass all the difficulties, setting up a quest of cooperation?

IV. Bearing in mind the quest for dominance by great world powers ruling over the region, how can the littoral and hinterland states of the Indian Ocean act in order to ensure their own security and economy?

V. Which is the best approach to the guarantee the stability of the Indian ocean? Cooperation against security non-state threats or cooperation through common economic purposes?

REFERENCES

Adnan, Mubeen, and Bushra Fatima. 2015. "Strategic and Economic Interests of Pakistan and India in Central Asia". *South Asian Studies* 30 (2): 187-200. http://pu.edu.pk/images/journal/csas/PDF/12%20Mubeen%20Adnan_30_2.pdf.

Albert, Eleanor. 2016. "Competition in the Indian Ocean". Council on Foreign Relations. Accessed October 3rd. https://www.cfr.org/backgrounder/competition-indian-ocean.

Anievas, Alex, and Kerem Nisancioglu. 2015. *How the west came to rule:* The Geopolitical Origins of Capitalism. London: Pluto Press.

Australia. 2018. "Bangladesh Country Brief". *Department of Foreign Affairs and Trade.* Accessed May 30. http://dfat.gov.au/geo/bangladesh/Pages/bangladesh-country-brief.aspx.

Ardemagni, Eleonora. 2018. "Gulf Powers: Maritime Rivalry in the Western Indian Ocean". *Istituto per gli Studi di Politica Internazionale*. Accessed May 30. https://www.ispionline.it/it/pubblicazione/gulf-powers-maritime-rivalry-western-indian-ocean-20212.

Azerbaijan. 2018. "Azerbaijan Foreign Policy". *Ministry of Foreign Affairs*. Accessed May 30. http://mfa.gov.az/index.php?options=content&id=751.

Baldwin, David A. 2013. "Power and International Relations." In The Handbook of International Relations, edited by Walter Carlsnaes, Thomas Risse, and Beth A. Simmons, 2nd ed.: 273-97. London: SAGE.

Bangladesh. 2018. "Foreign Policy of Bangladesh". *Ministry of Foreign Affairs*. Accessed May 30. http://www.mofa.gov.bd/site/page/0498e3d1-9bb7-45f0-988c-cb360e9949e2.

Barber, Nathaniel, Kieran Coe, Victoria Steffes, and Jennifer Winter. 2011. China in the Indian Ocean: Impacts, Prospects, Opportunities. Working paper, Robert M. La Follette School of Public Affairs.

Bateman, Sam. 2016. "Maritime security governance in the Indian Ocean region". *Journal of the Indian Ocean Region* 12 (1): 5-23. https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19480881.2016.1138709?journalCode=rior20.

BBC News. 2018a. "Jordan country profile". Accessed May 30. http://www.bbc.com/news/world-middle-east-14631981.

———. 2018b. "Qatar country profile". Accessed May 30. http://www.bbc.com/news/world-middle--east-14702226.

———. 2018c. "Taiwan profile". Accessed May 30. https://www.bbc.com/news/world-asia-16164639.

Belt and Road. 2017. "Belt and Road Basics | HKTDC Belt and Road Portal". Accessed in 24 April. https://beltandroad.hktdc.com/en/belt-and-road-basics

Berlin, Don. 2010. "Sea power, land power and the Indian Ocean Berlin". Journal of the Indian Ocean Region 6 (1): 52-66.

Bouchard, Christian, and William Crumplin. 2010. "Neglected no Longer: The Indian Ocean at the Forefront of World Geopolitics and Global Geostrategy". *Journal of the Indian Ocean Region* 6 (1): 26–51. doi: 10.1080/19480881.2010.489668.

———. 2013. "Indian Ocean Region: The Evolving Context and Rising Significance of the African Littoral". *Journal of the Indian Ocean Region* 9 (2): 150–72. doi: 10.1080/19480881.2013.847554.

Brewster, David. 2009. "India's Strategic Partnership with Vietnam: The Search for a Diamond on the South China Sea?". *Asian Security* 5 (1): 24-44. doi: 10.1080/14799850802611297.

Campbell, Andrew. 2012. "Qatar: National Involvement in the Indian Ocean Region". *Future Directions International*. Accessed May 30 2018. http://www.futuredirections.org.au/publication/qatar--national-involvement-in-the-indian-ocean-region/.

Campbell, Gwyn. 2003. The Indian Ocean Rim: Southern Africa and Regional Cooperation. New York: Routledge Curzon.

ChinaPower. 2018. "How much trade transits the South China Sea?". Accessed May 30. https://chinapower.csis.org/much-trade-transits-south-china-sea/.

Chowdhury, Sarwar Jahan; Asghar, Pervaiz; Jones, David R.; Hadian, Nasser; Hanling, Wang; Khan, Muhammad Azam; Rashid, Adil; Hilali, A. Z.; Sebastian, Martin A.; Amjad, Shahid. 2014. *Major Powers' Interests in Indian Ocean:* Challenges and Options for Pakistan. Islamabad: Islamabad Policy Research Institute.

Conference on Interaction and Confidence Building Measures in Asia (CICA). 2018a. "Statement by H.E. Mr. Hun Sen, Prime Minister of the Kingdom of Cambodia". Accessed May 30. http://www.s-cica.org/page.php?page_id=6104&lang=1.

———. 2018b. "Statement by H.E. Mr. Matan Vilnai Ambassador of the State of Israel to the People's Republic of China". Accessed May 30. http://www.s-cica.org/page.php?page_id=708&lang=1.

———. 2018c. “Statement by H.E. Ms. Reem Al Hashimi Minister of State of the United Arab Emirate”. Accessed May 30. http://www.s-cica.org/page.php?page_id=745&lang=1.

Cordesman, Anthony H., and Abdullah Toukan. 2014. *The Indian Ocean Region*: A Strategic Net Assessment; a Report of the CSIS Burke Chair in Strategy; August 2014. Lanham, Md. [u.a.: Rowman et Littlefield].

Cordner, Lee. 2010. “Rethinking Maritime Security in the Indian Ocean Region.” *Journal of the Indian Ocean Region* 6 (1): 67–85. https://doi.org/10.1080/19480881.2010.489671.

———. 2017. “Indian Ocean Maritime Security Cooperative Arrangements”. *Maritime Security Risks, Vulnerabilities and Cooperation*: 159-187. Berlin: Springer International Publishing. doi:10.1007/978-3-319-62755-7_6.

Davis, Malcolm. 2018. “China’s ‘Malacca Dilemma’ and the future of the PLA”. *Asia Dialogue*. http://theasiadialogue.com/2014/11/21/chinas-malacca-dilemma-and-the-future-of-the-pla/.

Decottignies, Olivier, and Soner Cagaptay. 2016. “Turkey’s New Base in Qatar”. *The Washington Institute for Near East Policy*. Last modified January 16. https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/turkeys-new-base-in-qatar.

Delucchi, Mark A., and James J. Murphy. 2008. “U.S. Military Expenditures to Protect the Use of Persian Gulf Oil for Motor Vehicles.” *Energy Policy* 36 (6): 2253–64. doi: 10.1016/j.enpol.2008.03.006.

Emmerson, Charles, and Paul Stevens. 2012. *Maritime Choke Points and the Global Energy System*: Charting a Way Forward. Briefing Paper, London: Chatam House.

Erickson, Andrew S., Ladwig C. Walter, and Justin D. Mikolay. 2010. “Diego Garcia and the United States’ Emerging Indian Ocean Strategy.” *Asian Security* 6 (3): 214–37. doi: 10.1080/14799855.2010.507408.

European Commission. 2003. “The Courier ACP-EU.” *The Indian Ocean Commission: Regional Solidarity in the Face of Globalisation* 201 (December): 18–20.

The Global Ocean Observing System (GOOS). 2018. “GRA: GOOS Africa”. Accessed May 21. http://goosocean.org/index.php?option=com_content&view=article&id=43&Itemid=143.

Gaens, Bart, and Olli Ruohomäki. 2017. *India’s ‘Look East’–‘Act East’ Policy: Hedging as a Foreign Policy Tool.* Helsinki: Finnish Institute of International Affairs. https://www.fiia.fi/en/publication/indias-look-east-act-east-policy?read

Global CCS Institute. 2018. “Non-OECD Asia”. Accessed April 21. https://hub.globalccsinstitute.com/publications/global-wind-energy-outlook-2010/non-oecd-asia.

Global Times. 2018. “China, Myanmar to sign MOU on Economic Corridor in 2018”. Accessed October 2nd http://www.globaltimes.cn/content/1108472.shtml.

Gupta, Manoj. 2010. *Indian Ocean Region:* Maritime Regimes for Regional Cooperation. New York: Springer.

Haidari, M. Ashraf. 2017. “Afghanistan’s Stabilization Can Ensure Maritime Security”. *The National Interest*. Accessed May 30. http://nationalinterest.org/feature/afghanistans-stabilization-can-ensure-maritime-security-23264?page=2.

Holslag, Jonathan. 2013. “The reluctant pretender: China’s evolving presence in the Indian Ocean”. *Journal of the Indian Ocean Region* 9 (1): 42-52. doi:10.1080/19480881.2013.793908.

Hornat, Jan. 2015. “The power triangle in the Indian Ocean: China, India and the United States”. *Cambridge Review of International Affairs* 29 (2): 425-443. doi: 10.1080/09557571.2014.974507.

Huber, Mark M. 2008. “Energy Security in the Asia-Pacific Region and Policy for the New U.S. Administration.” In America’s Role in Asia: Asian and American Views; Recommendations for U.S. Policy from Both Sides of the Pacific, 131–43. Asia Foundation. https://asiafoundation.org/resources/pdfs/AmericasRoleinAsia2008.pdf.

India. 2016. “India – Jordan Relations”. *Ministry of Foreign Affairs*. Accessed May 30. https://www.mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/Jordan_20_01_2016.pdf.

Indian Defence Review. 2018. “IDR Issues: Indian Defence Review”. *Indiandefencereview.com*. http://www.indiandefencereview.com/idr-issues/?issue_id=69.

Indian Navy. 2009. *Naval Strategic Publication:* Indian Maritime Doctrine. Sivakasi: Standard Press (India) Pvt. Ltd, https://www.indiannavy.nic.in/sites/default/files/Indian-Maritime-Doctrine-2009-Updated-12Feb16.pdf

Indonesia. 2018a. "Foreign Policy, Vision and Mission: Direction of Indonesian Foreign Policy". *Ministry of Foreign Affairs*. Accessed May 30. https://www.kemlu.go.id/en/kebijakan/landasan-visi-misi-polugri/Pages/Direction-of-Indonesian-Foreign-Policy.aspx.

———. 2018b. "Regional Cooperation: Conference on Interaction and Confidence Building Measures in Asia (CICA)". *Ministry of Foreign Affairs.* Accessed May 30. https://www.kemlu.go.id/en/kebijakan/kerjasama-regional/Pages/CICA.aspx.

International Institute for Strategic Studies (IISS). 2018. *The Military Balance 2018*. New York: Routledge.

International Maritime Bureau. 2018. "Great Power Competition in the Indian Ocean". Accessed April 21. https://www.icc-ccs.org/.

Islamabad Policy Research Institute (IPRI). 2014. *Major Powers' Interests in Indian Ocean: Challenges and Options for Pakistan*. Islamabad: Islamabad Policy Research Institute (IPRI) and the Hanns Seidel Foundation (HSF).

Kaplan, Robert D. 2010. *Monsoon*: The Indian Ocean and the Future of American Power. New York: Random House.

Karasik, Theodore, and Jeremy Vaughan. 2017. *Middle East Maritime Security:* The Growing Role of Regional and Extraregional Navies*.* Washington: The Washington Institute for Near East Policy. http://www.washingtoninstitute.org/uploads/Documents/pubs/PolicyNote41-Karasik-Vaughan.pdf.

Khaled, Al-Kassimi. 2017. "The U.S Informal Empire: US African Command (AFRICOM) Expanding the US Economic-Frontier by Discursively Securitizing Africa Using Exceptional Speech Acts." *African Journal of Political Science and International Relations* 11 (11): 301–16. doi: 10.5897/AJPSIR2017.1019.

Khurana, Gurpreet S. 2016. "China as an Indian Ocean Power: Trends and Implications." *Maritime Affairs: Journal of the National Maritime Foundation of India* 12 (1): 13–24. doi: 10.1080/09733159.2016.1175127.

Krupakar, Jayanna. 2017. "China's Naval Base(s) in the Indian Ocean—Signs of a Maritime Grand Strategy?" *Strategic Analysis* 41 (3): 207–22. doi: 10.1080/09700161.2017.1296622.

Kyrgyzstan. 2018. "Information about Kyrgyzstan". *Ministry of Foreign Affairs*. Accessed May 30. http://mfa-osh.kg/about_kyrgyzstan/#.WxCJNVVKjIV.

Ladwig III, Walter. 2012. "Drivers of Indian Naval Expansion". In *The Rise of the Indian Navy: Internal Vulnerabilities, External Challenges*, edited by H. Pant, 19-40. Burlington, VA:Ashgate.

———, Andrew Erickson, and Justin Mikolay. 2014. "Diego Garcia and American Security in the Indian Ocean." In *Rebalancing U.S. Forces: Basing and Forward Presence in the Asia-Pacific*, edited by Andrew Erickson e Carnes Lord, 131-179. Naval Institute Press.

Li, Jiacheng. 2017. "Developing China's Indian Ocean Strategy: Rationale and Prospects." *China Quarterly of International Strategic Studies* 3 (4): 481–97. doi: 10.1142/S2377740017500270.

Marantidou, Virginia. 2018. "Issues & Insights Vol. 14 - No. 7 - Revisiting China's 'String of Pearls' Strategy". *Csis.org*. https://www.csis.org/analysis/issues-insights-vol-14-no-7-revisiting-chinas-string-pearls-strategy.

Martín, Ana G. López. 2010. *International Straits: Concept, Classifications and Rules of Passage.* Heidelberg: Springer.

Mathur, Anand. 2002. "Growing importance of the Indian Ocean in Post-Cold War Era and its implication for India". *Strategic Analysis* 26 (4): 550-560. doi: 10.1080/09700160208450068.

May, Alexander. 2016. "The Mitigation of China's Naval Asymmetry in the Indian Ocean". Accessed 27 April 2018. http://hir.harvard.edu/article/?a=12716.

Mehra, Sidhanta. 2015. "Afghanistan". *South Asia Program at Hudson Institute*. Accessed May 30 2018. http://www.southasiaathudson.org/afghanistan.

Michel, David, and Ricky Passarelli. 2014. *Sea Change:* Evolving Maritime Geopolitics in the Indo-Pacific Region. Washington: Stimson Center. https://www.stimson.org/sites/default/files/file-attachments/SEA-CHANGE-WEB.pdf.

Milner, Helen V. 2013. "International Trade." In *The Handbook of International Relations,* edited by Walter Carlsnaes, Thomas Risse, and Beth A. Simmons, 2nd ed.: 720-45. London: SAGE.

Nadimi, Farzin. 2018. "A China-Pakistan Base Deal Could Put Iran on the Back Foot". The Washington

Institute for Near East Policy. Accessed October 3rd. https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/a-china-pakistan-base-deal-could-put-iran-on-the-back-foot.

Noronha, Luciane. 2017. "A inserção de Israel na agenda da Índia: Para além dos Estados Unidos". *Revista Mundorama*. https://www.mundorama.net/?p=23751.

Nunes, Raul Cavedon. 2013. *O Papel da Reestruturação da Marinha e da Indústria Naval na Política Externa e de Segurança do Brasil.* Graduate diss., Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Nye, Joseph S. 2004. *The Benefits of Soft Power*. Boston: Harvard Business School.

Ollapally, Deepa M. 2016. "Understanding Indian Policy Dilemmas In The Indo-Pacific Through An India–US–China Maritime Triangle Lens". *Maritime Affairs: Journal Of The National Maritime Foundation Of India* 12 (1): 1-12. doi:10.1080/09733159.2016.1181392.

Onuoha, Freedom C. 2010. "Piracy and Maritime Security off the Horn of Africa: Connections, Causes, and Concerns". *African Security* 3 (4): 191–215. doi: 10.1080/19392206.2010.533067.

Pablo-Baviera, Aileen San. 2003. "The China factor in US alliances in East Asia and the Asia Pacific". *Australian Journal of International Affairs* 57 (2): 339-352. doi: 10.1080/10357710301740.

Panda, Jagannath P. 2014. "China's Tryst with the IORA: Factoring India and the Indian Ocean". Strategic Analysis 38 (5): 668-687. doi: 10.1080/09700161.2014.941215

Pant, Harsh V. 2012. "China Shakes Up the Maritime Balance in the Indian Ocean". *Strategic Analysis* 36 (3): 364-368. doi:10.1080/09700161.2012.670447.

Pape, Robert Anthony. 1996. *Bombing to Win*: Air Power and Coercion in War. Cornell Studies in Security Affairs. Ithaca, N.Y: Cornell University Press.

Pereira, Camilla Martins, Rafaela Elmir Fioreze, Rodrigo dos Santos Cassel. 2017. "Weapons of Mass Destruction in the Middle East". *UFRGS Model United Nations Journal*, 396-455.

Philippines. 2018. "Statement Of The Department Of Foreign Affairs On Developments In The South China Sea". *Ministry of Foreign Affairs*. Accessed May 30. https://www.dfa.gov.ph/dfa-news/statements-and-advisoriesupdate/16722-statement-of-the-department-of-foreign-affairs-on-developments-in-the-south-china-sea.

Prasad, H. 2015. "The Security Dilemma and ISIS". *International Affairs Review*. http://www.iar-gwu.org/content/security- dilemma-and- isis.

Ramachandran, Sudha. 2018. "China-Myanmar Economic Corridor Ambitions Meet Hard Reality". Jamestown. Accessed October 2nd.

Ramadhani, Eryan. 2015. "China in the Indian Ocean Region: The Confined 'Far-Seas Operations.'" *India Quarterly: A Journal of International Affairs* 71 (2): 146–59. doi: 10.1177/0974928414568616.

Rehman, Iskander. 2015. *Murky Waters*: Naval Nuclear Dynamics in the Indian Ocean. Washington: Carnegie Endowment for International Peace.

Ribeiro, Erik Herejk, and Anselmo Otavio. 2017. "Geopolítica e Cooperação no Atlântico Sul e no Oceano Índico: uma análise comparativa das iniciativas e desafios." In Seminários De Estudos Estratégicos 2016, 1:395–410. 1. Porto Alegre.

Rice, Susan. 2016. "Explaining President Obama's Rebalance Strategy – The Obama White House – Medium". *Medium*. https://medium.com/@ObamaWhiteHouse/explaining-president-obamas-rebalance-strategy-eb5f0e81f870.

Rumley, Dennis, Timothy Doyle, and Sanjay Chaturvedi. 2012. "'Securing' the Indian Ocean? Competing regional security constructions". *Journal of the Indian Ocean Region* 8 (1): 1-20. doi:10.1080/19480881.2012.683623.

Sakhuja, Vijay. 2008. "Indian ocean and the safety of sea lines of communication". *Strategic Analysis* 25 (5): 689-702. doi: 10.1080/09700160108458989.

Secchi, Eduardo Tomankievicz, Laura Chiele, Maísa de Moura, Ricardo Pechansky and Victor Hugo Dresch. 2017. "Overland and Maritime Integration in the 'One Belt, One Road' Initiative". *UFRGS Model United Nations Journal*, 8-79.

Srivastava, Nitika. 2017. "Prospects for Russia–India Relations in the Indian Ocean Region". *Maritime Affairs: Journal of the National Maritime Foundation of India* 13 (1): 82-90. doi: 10.1080/09733159.2017.1326566.

Tajikistan Embassy to the United States of America. 2018. "Foreign Affairs". Accessed May 30. http://www.tajemb.us/tajikistan/foreign-affairs.

Talukdar, Indrani. 2014. "Russia's Maritime Strategies in the Indian Ocean". *Indian Council of World Affairs*. Last modified December 10. https://icwa.in/pdfs/VP/2014/RussiamaritimeSIoceaI0122014VP.pdf.

Thein, Aung Z. P. 2017. "Indian Ocean conflict must be avoided". The Myanmar Times. Accessed October 2nd. https://www.mmtimes.com/news/indian-ocean-conflict-must-be-avoided.html.

Turkey. 2018a. "Synopsis of the Turkish Foreign Policy". *Ministry of Foreign Affairs*. Accessed May 30. http://www.mfa.gov.tr/synopsis-of-the-turkish-foreign-policy.en.mfa.

———. 2018b. "Relations between Turkey and the Conference on Interaction and Confidence Building measures in Asia (CICA)". *Ministry of Foreign Affairs.* Accessed May 30. http://www.mfa.gov.tr/relations-between-turkey-and-the-conference-on-interaction-and-confidence-building-measures-in-asia.en.mfa.

United Nations. 2005. "Ad Hoc Committee on Indian Ocean Adopts Report to General Assembly". Accessed May 20 2018. https://www.un.org/press/en/2005/gai04.doc.htm.

———. 2018. "Oceans and the Law of the Sea". Accessed May 20. http://www.un.org/en/sections/issues-depth/oceans-and-law-sea/.

United States. 2017. "Contact Group on Piracy off the Coast of Somalia". *Department of State*. https://www.state.gov/t/pm/rls/fs/2017/266864.htm.

Van der Putten, Frans-Paul, Thorsten Wetzling, and Susanne Kamerling. 2014. *Geopolitics and Maritime Security in the Indian Ocean*: What Role for the European Union? Sophialaan: The Hague Institute for Global Justice.

Vaughan, Jeremy, and Simon Henderson. 2017. "Bab al-Mandab Shipping Chokepoint Under Threat". *The Washington Institute for Near East Policy*. Accessed May 30. http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/bab-al-mandab-shipping-chokepoint-under-threat.

Vego, Milan N. 2003. *Naval Strategy and Operations in Narrow Seas*. London: Frank Cass.

Vietnam. 2014. "Imprints in Viet Nam's External Affairs 2014". *Ministry of Foreign Affairs*. Accessed May 30 2018. http://www.mofa.gov.vn/en/nr140319210702/nr150107173136/nr150109091301/ns150129142936.

Walgreen, David. 2006. "China in the Indian Ocean Region: Lessons in PRC Grand Strategy". *Comparative Strategy* 25 (1): 55-73. doi: 10.1080/01495930600639544.

Wheeler, Eric, and Alexey Yugai. 2018. "Seizing Economic Opportunities in Kazakhstan and Uzbekistan". *The Diplomat*. Accessed May 30. https://thediplomat.com/2018/05/seizing-economic--opportunities-in-kazakhstan-and-uzbekistan/.

Wilkins, T.S. 2012. "Japan-Australia Security Relations: Building a Real Strategic Partnership?". In: *Bilateral Perspectives on Regional Security*, edited by Tow W.T. and Kersten R, 111–127. London: Palgrave Macmillan.

WITS. 2018. "China Fuels Imports By Country 2016". Accessed in 28 April. https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/CHN/Year/LTST/TradeFlow/Import/Partner/by-country/Product/27-27_Fuels.

Woldeyes, Yirga Gelaw. 2015. "An East African perspective for paradigm shift on maritime security in the Indian Ocean Region". *Journal of the Indian Ocean Region* 11 (1): 121-133. doi: 10.1080/19480881.2015.1022018.

Xinhua. 2016. "China e Azerbaijão prometem aprofundar cooperação". Accessed May 30 2018. http://portuguese.people.com.cn/n3/2016/0603/c309809-9067657.html.

Yoshihara, Toshi, and James R. Holmes. 2011. "Don't Expect Much from Japan in the Indian Ocean". *Journal of Military and Strategic Studies* 13 (2): 1-17. https://jmss.org/jmss/index.php/jmss/article/view/377/404 .

Zhang, Jiegen. 2015. "Maritime Silk Road and China's Indian Ocean Strategy: An Analysis from the Perspective of Cooperative Security". *Annual Report on the Development of the Indian Ocean Region (2015)*: 65-85. Springer Singapore. doi:10.1007/978-981-10-0167-3_4.

Zhao, Suisheng. 2014. "A New Model of Big Power Relations? China–US Strategic Rivalry and Balance of Power in the Asia–Pacific." *Journal of Contemporary China* 24 (93): 377–97. doi: 10.1080/10670564.2014.953808.

Zhong, Yu. 2018. "The Importance of the Malacca Dilemma in the Belt and Road Initiative". *Journal of Policy Science* 10 (-): 85-109. https://core.ac.uk/download/pdf/60551684.pdf.

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v. 6 2018 | p. 132 - 179

NARCO-TERROR IN ASIA: THE LINK BETWEEN DRUG-TRAFFICKING AND TERRORISM

Bruna Hayashi Dalcin[1]
Laura Schaan Chiele[2]
Taciele Silva Vieira[3]

ABSTRACT

The main goal of the present study guide is to address the sources and impacts of the phenomenon of narco-terrorism in Asia, as well as the main characteristics of the insurgent groups that resort to narco-terrorist practices and the counter-measures that have been undertaken by the international community against such threats. At first, the historical background presents how the cultivation of opium as a cultural aspect of the Chinese Empire has become a threat to regional security and stability today. Then, we explore different narco-terrorist hotspots in Asia and how their internal conflicts can influence regional security dynamics. We also discuss the concept of narco-terrorism, its particularities when compared to organized crime in general and the difficulties in fighting it. Afterwards, we outline the main actions and initiatives developed by governments and international fora to dismantle illicit drug trade networks, combat terrorism and promote peace, security and stability in Asia.

1 Bruna is a fourth-year student of International Relations at UFRGS and Assistant-Director at CICA.
2 Laura is a fourth-year student of International Relations at UFRGS and Director at CICA.
3 Taciele is a fourth-year student of International Relations at UFRGS and Assistant-Director at CICA.

1 INTRODUCTION

During the Cold War, nothing happened in the world without the clear interference and administration of the two great superpowers: the United States and the Soviet Union. Although there were great threats to the stability of the international order, such concerns stemmed from inter-state rivalries, so that it was relatively easier to identify their origins and the elements behind those threats. However, with the end of the bipolar conflict, new destabilizing factors have emerged in the international system. These factors are characterized by having their origins in non-state actors, making such dangers more diffuse and more difficult to identify and track, since they can easily cross borders, becoming transnational threats and impacting the entire region around them (Chalk 1997; 2000).

The rise of terrorism as a mean for insurgent groups to gain political power intensified regional conflicts and demanded more resources for the financing of armed struggles. Thus, some of these groups would join drug trafficking to enable the continuity of their activities. In 1983, the term "narco terrorism" was introduced by Peruvian President Belaunde Terry, referring to the violence undertaken by cocaine traffickers in Latin America (Holmberg 2009). However, such threat is far from being restricted to a single continent and is now a major danger to the world as a whole.

Culture related to the cultivation and consumption of opium has been present in Asia for hundreds of years. During the 19th century, it was an instrument of the Western powers to pressure China to open its markets (Lintner 2000). In the 20th and 21st centuries, the illegal narcotics trade acquired different characteristics, mainly from its combination with other types of criminal activities. In this context, narco-terrorism has become one of the greatest security and stability challenges in the Asian continent.

With the 9/11 attacks, the War on Terror would intensify all over the world. Thereafter, deeper debates about the narco-terrorist dynamics in Asia, their sources, their impacts, and possible strategies for combating them emerged. Therefore, the Conference on Interaction and Confidence-Building Measures in Asia (CICA), as a multi-national forum for enhancing cooperation towards promoting peace, security and stability in Asia, shall establish as some of its main objectives to eradicate the menace of terrorism in all its forms and manifestations and the fight against illicit drug production and trafficking.

2 HISTORICAL BACKGROUND

Asia has a long lasting history with narcotic substances, using them for traditional purposes and even integrating them in the social code[4]. This was the case of opium, which, during the Chinese Empire, was well known for its medical functions (Chouvy 2002). However, the time when narcotics did not represent a preoccupation stayed in the past. More recently, drug trade in coordination with terrorist cells has become one of the main concerns regarding political and social security and stability in Asia (Holmberg 2009). For this reason, in the historical background, it is intended to show how narcotics became such an important culture, how the nexus between drug and terror was created and why it has been expanding.

4 Asia's relation with narcotics has not always been problematic. In ancient years, narcotics were used in rituals and for medicinal purposes.

2.1 THE OPIATES CULTURE IN ASIA: FROM THE OPIUM WARS TO THE GOLDEN CRESCENT AND THE GOLDEN TRIANGLE

Narcotic substances started to become a problem to the stability of the Asian continent when the European powers realized how profitable drugs trade could be. First the Viennese, in the 14th century, then, the Portuguese and the Dutch in the 16th century and, finally, the British, from the 17th century on, used opium[5] production and commercialization as a way of balancing the trade in tea and spices conducted with China and Southeast Asia[6] (Chouvy 2002). Through the East India Company, the British "invested heavily in growing and processing opium, especially in the eastern Indian province of Bengal" (Chouvy 2002, 302). As a matter of fact, the activity yielded to the Great Britain a profitable monopoly over the cultivation of opium to be shipped and sold to China (Hayes 2017).

By the 19th century, the smoking of opium mixed with tobacco had become a recreational activity and, beyond that, an addiction. Recognizing that opium had grown into a major social problem, the Chinese government banned both the production and the importation of the drug: "in 1813, it went a step further by outlawing the smoking of opium and imposing a punishment of beating offenders 100 times" (Hayes 2017, 4). However, these measures only worsened the problem, for as much as it encouraged the illegal traffic. According to Hayes (2017, 5),

> Chinese smugglers bought the opium from British and American ships anchored off the Guangzhou coast and distributed it within China through a network of Chinese middlemen. By 1830, there were more than 100 Chinese smugglers' boats working the opium trade. This reached a crisis point when, in 1834, the British East India Company lost its monopoly over British opium. To compete for customers, dealers lowered their selling price, which made it easier for more people in China to buy opium, thus spreading further use and addition.

Facing the failure of the adopted measures, Chinese emperor Daoguang[7] decided to use coercion. The destruction of 20,000 chests of opium seized from British merchants was the precursor of the First Opium War. The Anglo-Chinese conflict started in 1839 and would finish in 1842 with the signature of the Treaty of Nanjing, through which the Chinese were ordered to pay $21 million in reparations, open five ports—including Shanghai—to British trade, and cede the island of Hong Kong to the British Empire – an advantage that made trade with China an English monopoly

5 Opium was the first recreational drug in Asia. Produced with the dried latex obtained from the opium poppy, it is chemically processed to produce heroin and other synthetic opioids for medicinal use and for illegal drug trade. (Brownstein 1993).

6 During the 17th and 18th centuries, demand for Chinese goods (particularly silk, porcelain, and tea) in Europe created a trade imbalance between Qing Imperial China and Great Britain. To counter this imbalance, the British East India Company began to auction opium grown in India to independent foreign traders in exchange for silver, and, in doing so, strengthened its trading influence in Asia. The influx of narcotics reversed the Chinese trade surplus, drained the economy of silver, and increased the numbers of opium addicts inside the country – outcomes that worried Chinese officials (Lintner 2000).

7 Emperor Daoguang was a member of the Qing dynasty. His reign was marked by internal rebellions and a weak international position generated by the First Opium War and the beginning of the Taiping Rebellion (Encyclopaedia Britannica 1998).

(Lintner 2000).

The areas of China most suitable for growing the opium poppy were in Sichuan and, most importantly, in Yunnan, a region that, by the time, bordered British Burma, French Indochina, and the protectorates of Laos and Tongkin (recognized nowadays as northern Vietnam). Pressured by imperial political repression, opium production spread from China into Southeast Asia, articulating the area that would be known as the Golden Triangle – a forerunner of the Golden Crescent. In spite of this geographical change, opium production remained a trend in China, and, for this reason, the first decades if the 20th century were marked by campaigns to suppress domestic farming. However, by the 1930s, the Nationalist Party, the provincial governments and the revolutionary bases of the Communist Party of China still had on opium a major source of revenue, making impossible to suppress production and consumption in the country. This situation would only change during Mao Zedong's government, in the 1950s: by using unrestrained repression and carrying out a social reform, the opium production was almost eliminated and the remaining was shifted south, into the Golden Triangle region (Chouvy 2002; Lintner 2000).

The Golden Triangle, term coined by the CIA, is an area where the borders of Thailand, Laos, and Myanmar meet at the confluence of the Ruak and Mekong rivers (O'Riordain 2014). Opium cultivation has existed in the Golden Triangle for centuries, albeit it would become noticeable in the end of the 19th century, gaining strength during World War II. The case of Laos demonstrates how opium production expanded in the region during the war. When the French government could no longer buy opium from Afghanistan and India, they encouraged local poppy-growing, making it possible for the Chinese, Vietnamese and French smokers in the colony to get their supplies (Linter 2000).

After the war, opium started to be used to finance insurgency movements, as it can be seen during the Burmese fight against the Kuomintang (KMT) army[8] in 1950. To finance their war against Mao Zedong's forces in China, the KMT turned to opium production and selling. Before the Chinese nationalist army entered into the area, annual opium production amounted to mere 30 tons and, by mid 1950, the volume had grown to 300-600 tons a year. The regime inaugurated in the region was marked by the violation of Burmese sovereignty and destabilization of the political situation in the country. For this reason, insurgency movements started to grow. As had happened with the KMT, the most pressing problem to these groups was finding a way to finance themselves, resorting to opium. This tendency only increased with the introduction of the "Burmese Way to Socialism", the ideology of the socialist government in Burma (Linter 2000).

> The fast rolling opium bandwagon was further oiled by the introduction of the Burmese Way to Socialism. [...] All businesses and banks (foreign and otherwise), shops, industries, factories, etc., were nationalised, and business and trade by individuals and private concerns came to a dead stop. Naturally, in such an economic vacuum there arose a black market economy, which for the opium traffickers was a boon as they, and only they, were equipped to exploit this sad situation. Opium was bought by them at very low price from ragged cultivators, transported in armed caravans to the

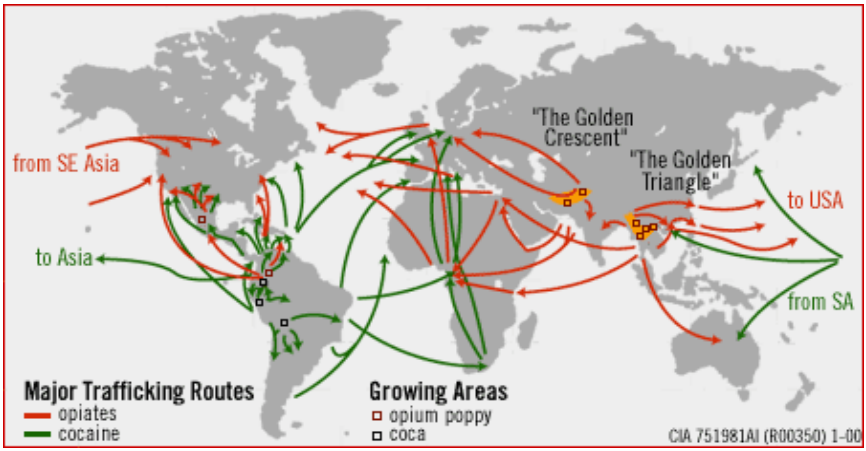
8 Chinese nationalist troops flew to northern Burma in 1950, after they were defeated by the Communists in the Chinese Civil War (Qin 2015).

> [Thai] border and refined into heroin. And on the return trip to get more opium, Thai goods and commodities were taken up and sold in Shan State at very high prices—thus a killing was made both ways, at least thrice yearly. Rather than creating socialism, the Burmese Way to Socialism in effect delivered the economy into the hands of the opium traffickers. As such, opium became the only viable crop and medium of exchange [...] (Linter 2000, 9).

The Golden Triangle region has been a precursor of the Golden Crescent, a mountainous region comprised by Iran, Afghanistan, and Pakistan, which emerged as the main source of heroin during the 1980s. According to Stares (1996), three factors helped shaping the role of this region in the global drug market: (i) the Iranian Revolution in 1979, after which drug production and trafficking were prohibited; besides prompting the black market in the state, the event made many Iranian dealers move to Pakistan, where they provided capital to start illicit poppy cultivation and the know-how to process heroin; (ii) the constraint on licit production and distribution of opium in Pakistan, also stimulating the black market; and (iii) the Soviet invasion of Afghanistan, in December 1979. This juncture, along with the anti-drug campaign in Iran, only deflected opium trade into Pakistan. In this sense, resistance movements started to view drug production as a lucrative source of profit to buy arms.

By the time, the main source of arms to the resistance was the United States, and, for this reason, narcotrafficking became a bigger geostrategic problem. As it happened in the Golden Triangle and in China, opium production in the Golden Crescent became subordinated to the world powers' interests. Besides being lucrative, it provided control of the revolutionary movements in the region. In this context, during the 1980s , narcotics production grew in such a way that the regional market could no longer absorb all of it, encouraging the smuggling to Europe and the U.S. (Stares 1996).

IMAGE 1: MAP OF INTERNATIONAL DRUG ROUTES



Source: Bhatia 2017

2.2 GLOBALIZATION AND THE CONNECTION BETWEEN DRUG TRAFFIC AND TERRORISM (1980S-PRESENT)

Globalization has provided force for the expansion of narcotraffic and terrorism. Technology made possible for this phenomena to expand outside of the borders of a sovereign state or of an ideological bloc, as in the case of the Cold War period. Until the 1990s, narcotraffic and terrorism were seen as two different phenomena (Zheng 2014), "given the groups' differing ideologies, tactics, and ultimate objectives/motivations" (Reyes and Dynar 2014, 381). Nevertheless, the ascension of a more interconnected world has catalyzed different manifestations of international crime. This happened with narcotraffic and terrorism via technical advance and shadow facilitators[9].

Terrorism as a transnational threat is a new trend, mostly influenced by the technologies of globalization. Expansion in trade, transport, personal mobility, mass media influence and global telecommunications have furthered the opportunities presented to terrorist movements to connect to other illicit activities and to expand their actions – what we call today trans-boundary crimes (Zheng 2014).

Nowadays, drug trafficking and terrorism are seen as two of the major challenges for internal and international security and stability. When it comes to Asia, they are often related in five major ways (Durnagöl 2009).

First, drug traffic supplies cash for terrorism. The Transnational Crime and the Developing World Report estimates that the global market in drug trafficking has an annual global value of between US$426 billion and US$652 billion (GFI 2017). Accordingly, this significant value is extremely attractive to terrorists, which need steady financial flows to finance their activities (Oscapella 2001).

Second, drug trafficking generates instability in states where drugs are produced, where they transit and where they are sold and consumed – a chaos often deliberately cultivated by terrorist movements to provide an environment conducive to illegal activities. The United Nations has manifested its preoccupation regarding the threat represented by drug trafficking to development countless times[10]. In its reports, it is usually highlighted the undermining of "state authority and the rule of law by fuelling corruption, compromising elections, and hurting the legitimate economy" (United Nations 2012, online). In this sense, drugs erode development by mining social and human capital.

> This degrades quality of life and can force skilled workers to leave, while the direct impacts of victimisation, as well as fear of crime, may impede the development of those that remain. By limiting movement, crime impedes access to possible employment and educational opportunities, and it discourages the accumulation of assets. Crime is also more "expensive" for poor people in poor countries, and disadvantaged households may struggle to cope with the shock of victimisation. Drugs and crime also undermine development by driving away business. Both foreign and domestic investors see crime as a sign of social instability, and crime drives up the cost of doing business. Tourism is a sector especially sensitive to crime issues. Drugs

9 The so-called "Shadow facilitators" are specific individuals that perform acts as networking, permitting the connection between local criminal groups and transnational groups. "These individuals are the crucial bridges among different worlds and they operate the illegal flows of the cash, sophisticated weapons, chemicals, and other materials that need to be transported" (Zheng 2014, 38).

10 For further information, see resolutions A/RES/60/1, A/RES/66/181 and A/RES/66/183.

> and crime, moreover, undermine the ability of the state to promote development by destroying the trust relationship between the people and the state, and undermining democracy and confidence in the criminal justice system. When people lose confidence in the criminal justice system, they may engage in vigilantism, which further undermines the state (United Nations 2012, online).

The third point, for its turn, is deeply connected to the second one, given that, by creating corruption in law enforcement, military and other institutions, terrorist-linked groups build public support and weaken the capacity of the society to combat such non-state actors. Terrorist and narcotrafficking groups can only insert themselves in the core of societies because they are able to achieve support inside of the governments, a situation that leads society to be skeptical in what concerns its rulers (Durnagöl 2009).

Fourth, trafficking produces a common infrastructure that benefits the terrorist actions – smuggling capabilities, illicit arms acquisition, money laundering, falsification of documents. Last, but not least, it generates competition for law enforcement and intelligence attention, in such a way that the justice tends to become less efficient (Durnagöl 2009).

Drug traffickers and terrorists seek different results. While drug trafficking is driven by profit, terrorism is driven by the achievement of political power. Withal, this characteristic turned out to be the main connection between the two movements: "for terrorists, drug trafficking is quite an easy way to earn significant sums of money, as well as to gather or distribute large sums of cash without being detected by authorities, given the well-organized and hard-to-detect financial networks of the narcotics trade" (Durnagöl 2009, 68). To summarize, the connection benefits both movements and helps them achieve their primary goals: drug trafficking movements benefit from the commercial deals with terrorist movements, and these last ones benefit from the political power drugs hold in contemporary society.

In this sense, to understand the increased connection between drug traffic and terrorism it is necessary analyze the loss of state funding. After the 9/11 attacks, international pressure to cease state financial flows that funded insurgent and terrorist groups was greatly increased through the "Global War on Terror" (GWOT)[11]. As a result of this increased awareness, terrorist groups were propelled underground to achieve the necessary financing (Reyes and Dinar 2014). The Liberation Tigers of Tamil Eelam (LTTE), "a separatist militant organization fighting for an independent homeland for Sri Lanka's Tamil minority in northern Sri Lanka" (Stanford University 2015, online), is an example of an insurgent group that has made the production and distribution of heroin in the Burmese region one of its main sources of revenue (Durnagöl 2009). However, in the 1970s, when the LTTE was not considered a terrorist organization, Sri Lanka's government accused India's central administration of having been supporting the group and carrying out economic sabotage in the country. With the rise of the Global War on Terror, India withdrew its support and

11 "After the terrorist attacks of September 11, 2001, the Bush administration declared a worldwide "war on terror", involving open and covert military operations, new security legislation, efforts to block the financing of terrorism, and more. Washington called on other states to join in the fight against terrorism asserting that "either you are with us, or you are with the terrorists". Many governments joined this campaign, often adopting harsh new laws, lifting long-standing legal protections and stepping up domestic policing and intelligence work (Global Policy Forum 2018, online).

became the first country to ban the Liberation Tigers, recognizing it as a terrorist group. In spite of the ban, it is reported that the group continued to operate freely in India until 2009 (Gunaratne 1997; Haviland 2011).

The crime-terror nexus is often indistinguishable in a way that becomes impossible to separate what activities are connected to narcotraffic and what activities are conducted by terrorist groups. In this sense, the nexus can be seen in two different ways. First, through traditional criminal organizations that use terror as a tool to eliminate competition and to pursuit political objectives (mafias). This cases cannot be characterized as terrorism, since their main goal is still profit, not the retaining of political power (Wardlaw 1988). Second, through terrorist groups that initially see drugs trade as a financing source, but subsequently transform the focus of their ideological beliefs from political to financial (Durnagöl 2009).

It is important to elucidate, nonetheless, that the interaction between the movements happens in several different ways. In this sense, narco-terrorism cannot be approached in a single bias. The characteristics of each movement in correspondence with the internal politics and stability of the countries where they are located must be analyzed so that the problem can be better addressed (Wardlaw 1988).

3 STATEMENT OF THE ISSUE

With the collapse of the Soviet bloc in the early 1990s, a new world order appeared to be emerging, in which it was believed that major conflicts and threats to international security would cease. In fact, the end of the bipolar system indicated that inter-state conflicts would decrease in intensity and frequency, which actually occurred. However, the tensions between the great powers, typical of the Cold War, were gradually being replaced by a new category of threats (Chalk 1997). The concept of Grey Area Phenomena[12] (GAP) emerged in the literature, which has been defined as "threats to the stability of nation states by non-state actors and non- governmental processes and organizations", and involves activities such as "international crime syndicates, drug trafficking organizations, and terrorist groups" (Chalk 2000, 90).

Narcotics trafficking is one of several GAP, which has intensified considerably with the end of East-West conflict, hampering stability and development in some Asian states, due to the impacts of poppy cultivation on narcotics-producing regions of the so-called Golden Crescent and the Golden Triangle. The expansion of the illegal trade of opium and heroin and its linkages to terrorism further aggravated regional and global scenarios, impacting the transnational crime networks worldwide and becoming one of the greatest challenges for Asian states today (Björnehed 2004; Singh and Nunes 2013).

3.1 NARCOTICS AS INSURGENCY FUNDERS

The arrangement of the international system has been changing over the years, and, consequently, the way wars are fought, in terms of actors, means and objectives have been too. During the Cold War, one can observe the emergence of non-traditional security threats as the so called low-intensity conflicts, turned into the

12 Also known as "low intensity conflicts" (Singh and Nunes 2013).

predominant source of clash among the great powers due to the fact that the possession of nuclear weapons prevented direct confrontation. In this sense, comprehending the nature of this kind of dispute is essential to understand terrorist groups' actions – perceived as a sort of non-traditional security threat (Singh 2010). According to Lejbowicz (2005), amid low-intensity conflicts, two different actors join the scene: irregular groups and foreign powers. The former operates directly in the civil war, which is triggered by the discontent of local population; the latter is motivated by political and economic interests and acts indirectly in the conflict, providing financial and political assistance to the insurgents in exchange for concessions. However, there is a third actor, also constituent of "irregular actors", but who is neither inside nor outside the state: the transnational terrorist networks (Lejbowicz 2005).

According to Singh (2010), although non-traditional security threats emerged within the bipolar era, they only gained visibility after the Cold War – on account of the emphasis assigned in that period to "high politics" issues, i.e. those involving nation-states, in the detriment of the so called "low politics" ones, which encompassed non-state actors, such as insurgent and terrorists groups, treated by that time as domestic problems. Thereby, the notion of non-traditional menaces, encompassed by the GAP concept, mentioned before and which refers to "[...] low intensity non-military threats that cross borders, and either threatens the political and social integrity of a nation or the health of its inhabitants [...]" emerged with the end of the bipolar world (Singh 2010, 173). In this sense, thereupon the collapse of the Soviet Union, the emergence of globalization, engendered by the economic liberalization promoted by the United States and characterized by increasing border porosity, allowed the expansion of the scope of action of non-state actors – such as terrorist groups and transnational crime organizations –, ascribing international security a new facet in which those actors became relevant (Durnagöl 2009).

Thus, the main objective of this section is to clarify one of the GAP, namely, terrorist groups initiatives and how they operate in the international order. As presented by the GAP theory, terrorism is commonly analyzed as one of the non-state activities posing threats to international security. It is important to notice, nevertheless, that placing international crime organizations, insurgency movements and terrorism under the same analytical scope does not represent a sort of "academic gap"; rather, it displays that they are not isolated activities (Makarenko 2004). The model developed by Makarenko (2004) identifies a crime-terror nexus, recognizing the relation between transnational organized crime and terrorism. As a result of the downturn in state sponsorship for non-state actors, a typical Cold War strategy, criminal practices became their main source of funding, giving rise to a continuum, in which one group can move between the traditional definitions of organized crime and terrorism. Hence, the distinction between these activities is commonly foggy, due to their increasing interaction. According to Makarenko (2004, 130) "security, as a result, should now be viewed as a cauldron of traditional and emerging threats that interact with one another, and at times, converge. It is in this context that the crime-terror continuum exists".

For that matter, it is important to resume elucidating the convergences and divergences between transnational organized crime and terrorism, and also pointing out which kind of illicit activity terrorist groups practice the most. The main difference concerns the motivation of each group: terrorists usually uphold ideological,

political or religious causes, while criminal organizations are pragmatically profit-oriented; yet, they share a lot of common traits, such as their secrecy, the usage of violence, intimidation and fear, the international range of their operations, the financing methods, etc. (Durnagöl 2009). It is largely on account of the last mentioned characteristic that terrorism enters on the crime-terror spectrum proposed by Makarenko. The author argues that the main source of revenue of terrorist groups – derived from international criminal activity – comes from international drug trade. Therefore, we arrive at the narco-terrorism concept, and, as a deduction of the term, the prominence of narcotics trafficking or terrorism will determine the position of the so called narco-terrorist group in the crime-terror continuum (Björnehed 2004). In this sense, one can witness the hybridization of terrorism, as it becomes more and more permeable to criminal activities (Bauer 2010).

However, before explaining why terrorists lean on narco-traffic as their arch financing source, it is important to introduce the debate surrounding the concept of narco-terrorism. As exposed by Björnehed (2004), the main difficulty is that it embraces two different phenomena: drug trafficking and terrorism; thus, depending on the emphasis given, the concept results in different interpretations and has different implications. For instance, the term was first used by the Peruvian president Belaunde Terry, in 1983, referring to drug traffickers using terrorist methods against the country's anti-drug enforcement police (Holmberg 2009). In addition, it has been famously associated to the Medellín Cartel's activities in Colombia, headed by Pablo Escobar, who would then be considered a narco-terrorist (Björnehed 2004). Thus, in these cases, one can identify criminal organizations using, at times, terrorist practices. Still, there is also the interpretation that stresses the terrorist part of the concept, as clarified by the United States Drug Enforcement Agency (DEA), which characterizes narco-terrorism as the involvement in drug-trade endeavors to sponsor terrorism (Björnehed 2004).

Briefly, the first conception conceives drug-traffickers as narco-terrorists due to the utilization of terrorist methods of intimidation; the second considers as narco-terrorists those groups engaged in narco-operations aiming to fund their terrorist activities. In the light of this discussion, the assumption of the fluidity of the concept is essential to address properly the narco-terrorism phenomenon. Hence, for the present reflection, we will adopt Marakenko's model as our backdrop, which, in general terms, demonstrates the expanding interaction between organized crime and terror, based in four relations: (i) alliances; (ii) operational motivations; (iii) convergence; and (iv) the "black hole"[13] (Makarenko 2004).

Given the existing spectrum between crime and terrorism, the question one may ask is: why do terrorist groups specifically choose narco-traffic as their main source of funding? Furthermore, in what ways do they benefit from it, besides financially? According to Durnagöl (2009), narco-traffic, among all illegal activities,

13 (i) 'Alliances' is the first level of relationship among organized crime and terrorism, and is usually sealed to bargain expertise; (ii) 'operational motivations' is the second one, referring to the usage of terror methods by criminal organizations and of illicit activities by terrorists, which engenders the increase of groups with both traits; (iii) 'convergence' represents the third degree of relation, in which a terrorist group and a crime organization would merge in one single entity; and (iv) the 'black hole thesis' suggests that the existence of weak and failed states boosts the convergence amid transnational organized crime and terrorism, fostering the existence of a fertile environment to their development (Makarenko 2004).

represents the most efficient tool to earn money, due to the well-organized and hard-to-detect financial networks of drug trade. In addition, other sources of funding, such as state sponsorship, are diminishing, since international standards increasingly condemn states financing terrorism (Durnagöl 2009). Consequently, the importance of drug trafficking to terrorist organizations has been steadily intensifying, with its involvement occurring at three levels: taxation (of those cultivating illicit drugs in territories controlled by them), trade and the development of international networks (Durnagöl 2009). Besides its financial role, the usage of narco-traffic also contributes to achieve terrorist's political goals: it represents a destabilizing instrument as it undermines the pillars of modern societies, creating health, security and national sovereignty problems; furthermore, it can also be used as a tool to motivate militants, since the revenue generated by narco-traffic enriches them (Durnagöl 2009).

In addition, it is important to identify the factors that allow the emergence of articulated narcotic networks. Chalk (2010) identifies two main elements: (i) the existence of proper natural conditions, which enable the growth of illicit crops, associated to the presence of extensive areas impenetrable to governmental control; and (ii) the existence of weakened states, deprived of an efficient justice system, dominated by corruption, and which do not suitably address security measures to contain criminal organizations. The author pinpoints Southeast Asia's Golden Triangle as an example of site gathering these features. According to Chalk (2010, 91),

> The region's climatic and topographical character is particularly amenable to the growth of the opium poppy as well as the establishment of impenetrable "grey areas" protected by dense jungle, deep valleys, and sharp mountain ranges. In addition, official corruption is endemic throughout the region, a factor that is further compounded by the weak and underdeveloped criminal justice systems in this part of the world. Finally, many of the security apparatuses in the Golden Triangle have not viewed commercial insurgency as a threat.

3.2 NARCO-TERRORIST HOTSPOT REGIONS

As already mentioned, the association between narcotics production and trade and terrorist activities is a major recurrent subject throughout Asia. The Asian continent brings together a number of factors that turn it into a fertile ground for such phenomena: the political and economic instability of the countries of the region makes some of them more vulnerable to the spread of conflicts, which may be exacerbated by ethnic issues, inter-state rivalries (such as the tensions between India and Pakistan), religious fundamentalism, fragile governments, political crisis and the lack of effective policies to reach socio-economic development within each state (Mann 2001; Kreutzmann 2007; Singh 2010).

3.2.1 SOUTHERN ASIA

In Southern Asia, the Afghan case seems to comprise all of the abovementioned trends and to illustrate the crime-terror continuum. Like any other conflict du-

ring the Cold War, the war in Afghanistan – initiated after the Soviet invasion – was permeated by the two great powers' interests, reflecting their hostilities. To fight the presumed communist threat, the United States, especially the CIA, sponsored the "freedom fighters" – the Mujahedins –, a group that would later give rise to Taliban and to Al-Qaeda. However, in 1989, the Soviet troops dropped off from Afghanistan, and so did the American support for the insurgents (Kreutzmann 2007). Thereby, these groups had to find new sources of funding, which led them to narco-traffic. Yet, appealing to drug trade was not exactly a "new strategy"; according to Kreutzmann (2007), even the CIA has been indirectly involved in the local trade of narcotics by the time it financed the insurgents.

The aftermath of the war was a weakened state, which came under Taliban rule in 1996 – whose success can be assigned to the financial resources obtained through poppy cultivation in Southern and Eastern Afghanistan (Kreutzmann 2007). During its rule, the taxation of heroin traffic and the involvement in drug trade became an important source of government revenue, having the amount of opium production increased six-fold in ten years (Durnagöl 2009; Kreutzmann 2007). Furthermore, the Al-Qaeda has founded its roots in Afghanistan under the Taliban protection, since both had ideological similarities, and soon got involved in narco-traffic as well (Durnagöl 2009).

Hence, during the 1990s, in Afghanistan, the crime-terror nexus developed vigorously, mostly conditioned by the post-Cold War scenario: the financial aid coming from the two great powers ceased, being replaced by narco-traffic. Therefore, drug trade became the major source of funding of irregular groups, such as the Taliban and Al-Qaeda, and it gradually became a regional trend. Thereon, one can identify the crime-terror spectrum, for instance, through the increased linkage between these two groups and narco-traffic, or through the operationalization of the "black hole" phenomenon, presented by Makarenko (2004), since the existence of a weak state, represented by Afghanistan, spurred the convergence among transnational organized crime and terrorism, fostering a fertile environment for their development. In this sense, Afghanistan has become the headquarter of terrorist groups from across the Islamic world[14] and, therefore, of the authors of attacks all over Asia and also in the Western world (Piazza 2012).

Yet, the Afghan case represents only a piece of the complex puzzle involving strategic and geopolitical interests in Asia. The narco-traffic dynamics engenders consequences on global and regional scale, and, in that sense, so do the measures adopted to combat it. Therefore, as terrorism is a cross-border threat, the spread of narco-terrorist movements cannot be properly analyzed without taking into account the overall picture of the regional inter-state relations. In this way, the historical rivalry between Pakistan and India is a starting point for understanding the reason for which Pakistan's Inter-Services Intelligence (ISI) agency is repeatedly accused of being a major financier of terrorist groups until this day (Chandran 1998; Mann 2001). Hence, the combination of an unstable government, a history of Western intervention, and sectarian aspirations turned the country into a great hub of international terrorism. In fact, this trend of instability spreads across the porous borders

14 Besides the Taliban and the Afghan Northern Alliance, it is believed that Afghanistan also shelters members of the Islamic Movement of Uzbekistan, Hizbul Islami, and various Al-Qaeda affiliates (Mann 2001; Piazza 2012).

and, added to the internal tensions of neighboring states as Pakistan and India, turns Southern Asia into one of the regions that most suffers from terrorism casualties worldwide (Chellaney 2001; Mann 2001).

India and Pakistan have a common past of being dominated by the British Empire for almost a century. Soon after their independence from Britain, the region was divided, establishing two states: India emerged as nation with a Hindu majority population and a large Muslim minority, while Pakistan became a state with an overwhelming Muslim majority population, later becoming an Islamic republic. However, as religious and ethnic minorities on each side of the border try to reintegrate themselves into the neighbor state, tensions have been constant since the creation of these states in 1947 (Bianco 1985; Snedden 2001; Bose and Jalal 2017). Due to this unstable atmosphere, the Kashmir conflict arose and remained unresolved, only getting more intricate at every crisis in region, as it occurred in the time of Bangladesh's independence, in 1971 (formerly named East Pakistan).

Thus, today, there are numerous insurgent groups in India[15], especially in the Punjab and Jammu & Kashmir regions. The vast majority of these groups is believed to act thanks to Pakistani aid and also to the money coming from activities linked to opium and heroin trade (Chellaney 2001; Mann 2001; Singh and Nunes 2013). These groups are mainly concentrated in North-east India, which "shares long porous borders with Burma [Myanmar], Bangladesh, Nepal and China, and cross-border movement becomes easy due to ethnic similarities" (Singh and Nunes 2013, 70). The instability in this region intensifies due to the fact that Pakistan seeks to fulfill its long-standing policy of securing Kashmir's independence from India by using the concept of jihad to mobilize Islamist separatist groups, aiming at destabilizing the Indian government (Mann 2001; Prabha 2001).

So it is said that large portions of the military aid given to the anti-Soviet guerrillas by the U.S.' CIA during the Afghan war was siphoned off by the conduit to ignite the insurgency in Indian Kashmir (Chellaney 2001). In addition, the porous borders allow narco-terrorist groups to transit between Afghanistan and Pakistan according to its convenience, receiving shelter, training and weaponry supplies. According to Mann (2001, 2039), "there are linkages between the Taliban and religious seminaries in Pakistan because the former claim to have been trained in these seminaries. It is a well-known fact that the Pakistani Army has been actively involved in the internal affairs of Afghanistan".

Therefore, the problem of narco-terrorism creates an insecure environment in the region, posing an immense challenge to the Indian state, as "the climatic conditions favour cultivation of poppy and the political condition helps Pakistan organise the Mujahideen to achieve its foreign policy goals in India" (Prabha 2001, 1890). The solution to the tensions of the region is indeed complex, since "the future of the international campaign against terrorism hinges on success in this region to root out terrorist networks and deter regimes from encouraging or harboring armed extremists" (Chellaney 2001, 97).

15 Some major militant outfits operating in the Kashmir Valley, in pursuance of their jihad against India are Hizbul Mujahideen (HM), Jammu-Kashmir Liberation Front (JKLF), Lashkar-e-Taiba (LeT), Harkat-ul-Ansar (HuA), Harkat-ul-Mujahideen (HUM), Harkat-ul-Jehad-e-Islami (HUJI), Al Badar, Tehriq-ul-Mujahideen (TUM) and Dukh-Teran-e-Millat (DTM) (Mann 2001).

3.2.2 CENTRAL ASIA

Central Asia comprises the five post-Soviet republics of Kazakhstan, Kyrgyzstan, Uzbekistan, Tajikistan and Turkmenistan. Even in the years of communist regime, characterized by atheistic pressure, countries like Tajikistan and Uzbekistan maintained Islam as a way of preserving their cultural and national identities, although it was concealed. However, since the dissolution of the Soviet Union in the early 1990s, the Central Asian republics have experienced an Islamic revival, considering that the Muslim population had become able to openly express their commitment to the Islam (Mann 2001; Olimova and Tolipov 2011). Since then, there has been a debate among scholars, who seek to analyze "whether the revival of Islam in Central Asia was a result of the independent spiritual, social and political development of the region, or a phenomenon imposed from outside", due to the spiritual vacuum that appeared in the region after the downfall of the communist ideology (Olimova and Tolipov 2001, 2-3).

Although Islam has been present in the region for quite a long time, it is hard to neglect the influence of neighboring countries and its fundamentalist groups in the Central Asian republics. The lack of resources to control their borders, coupled with ethnic bonds and the internal instability of these republics in the 1990s, made the region vulnerable to insurgent and narco-terrorist groups from the surrounding areas. "Borders became increasingly permeable, and the regions unstable and volatile due to conflicts ranging from the Tajik civil war and growing conflicts in the Fergana Valley[16], to the bordering conflicts in Afghanistan and Pakistan" (Reyes and Dinar 2015, 383). According to Mann (2001, 2042),

> The vacuum created by the lack of leadership from the official Islamic hierarchy allowed fundamentalist groups to proliferate. The growing involvement of outside powers increased as Wahabi groups from Saudi Arabia, Iranian Revolutionary guards and some Sunni fundamentalist parties in Pakistan took advantage of the unprecedented political opportunities.

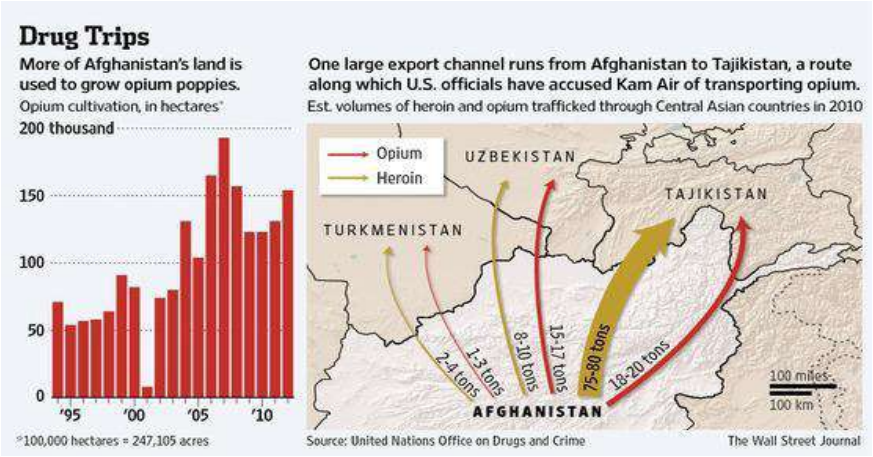
Thus, many insurgent groups in Central Asia align themselves to groups as the Taliban due to the Islamization and to the shared ethnicities and language. This phenomenon has been noted in the formation of various movements and political parties in the region during the 1990s. For instance, the Islamic Renaissance Party was formed in 1990, in Tajikistan, and has been allegedly aided by the Jamaat-e-Islami from Pakistan. A similar event was seen when the Islamic Movement of Uzbekistan was formed in 1998, which is said to have its headquarters in Afghanistan, being allegedly allied to Taliban and Al-Qaeda (Mann 2001; Cornell 2005).

This scenario provides the establishment of narco-trafficking routes that cross Central Asia, reaching China and Russia (Reyes and Dinar 2015). Accordingly, "large quantities of narcotics, heroin in particular, are transported from northern Afgha-

16 The Fergana Valley is a valley in Central Asia that goes from eastern Uzbekistan, to southern Kyrgyzstan and northern Tajikistan, and which has always been a major religious region. According to Mann (2001, 2042), radical Islamic elements have been growing in this region and "have transformed radical Islam into a stronghold" for the Islamic Renaissance Party of Tajikistan and the Islamic Movement of Uzbekistan.

nistan to Russia via Central Asia, along the so-called 'Northern Route'", being the Tajik-Afghan border the main access area to Central Asia for heroin manufactured in the Golden Crescent (De Danieli 2014, 3). Therefore, the issue of ill border management and the consequent difficulty in deterring inflows of both extremist groups and the transit of the drug mafias – transporting narcotics both to the Russian and the Chinese markets – are the major challenges faced by Central Asian governments, especially Tajikistan, Uzbekistan and Turkmenistan – countries that, among other factors, share borders with Afghanistan (Mann 2001; Olimova and Tolipov 2001; Reyes and Dinar 2015; Tanner 2011).

IMAGE 2: TRAFFICKING ROUTES FROM AFGHANISTAN TO THE CENTRAL ASIAN REPUBLICS



Source: UNODC 2012.

3.2.3 SOUTHEAST ASIA

Going back to the origins of poppy cultivation in the Golden Triangle, it is known that Southeast Asia preceded South Asia in the production of opioids and drug trafficking. However, it is important to mention that "during the first half of the twentieth century there was no large scale production of opium in the Golden Triangle. Following the Second World War, however, cultivation rapidly increased" (Chalk 1997, 42). This phenomenon can be understood by analyzing two main reasons: the Western powers' interference and Myanmar's – previously, Burma – internal politics. According to Chalk (1997, 42),

> The first was the decision by French and American intelligence to actively build up the region's narcotics business, with both the Service de Documentation Extérieur et de Contre-Espionnage (SDECE) and Central Intelligence Agency (CIA) developing sophisticated distribution network in Burma, Thailand, and Laos to help bankroll their costly wars in Indochina. The second was the "policy of cooption" adopted by the Burmese government from the mid-1960s onwards which sought to engage the support of the country's increasingly powerful drug barons (who had emerged thanks to French and, particularly, US backing) by promising noninterference in their narcotics-related activities.

Thus, by the end of the 1990s, the Golden Triangle region of Myanmar, Thailand, and Laos sustained a heroin industry that was estimated to worth, at least, around US$160 billion. There are many others facilitating factors that may explain the high profitability of drug production in this region: physical geography, cultural factors, political instability and economic issues, among others (Chalk 2000; Singh 2010; Wiant 1985).

First, according to Wiant (1985, 126), the Golden Triangle region is "largely mountainous, characterized by range after range of steep mountains running generally north to south", forming "impenetrable hinterlands" (Chalk 2000, 91). These characteristics make it difficult to access those areas, considering that the governments of this region's countries "lack resources necessary to overcome the physical obstacles to greater political integration" (Wiant 1985, 126). Furthermore, "the monsoon season, tropical jungle, and cooler climate provides 'just right' conditions for opium to flourish" (Singh 2010, 191).

Myanmar is the region's biggest drug producer, which only can be globally compared to Afghanistan. A similarity that can be pointed between these two countries – besides the production of opioids – is the great ethnic diversity. In Myanmar, "very strong cultural identities are held by the minority groups", which has "created a general tendency toward separation and segregation" (Singh 2010, 190). In fact, many insurgent groups have been acting in the country, craving independence from Myanmar and using the drug trade as a mean of supporting their activities (Chalk 1997; Singh 2010). The most commonly known example is probably the one of the Mong Tai Army (MTA), led by Khun Sa[17], the man who developed an "opium-heroin 'empire' thanks largely to the backing he received from both the Rangoon government and CIA" (Chalk 2000, 92).

The form of government is emphasized as an aspect that ends up stimulating the narco-terrorist activities. Myanmar lived long years of military dictatorship, which, besides having the availability of few resources, did not have much interest in combating the drug trade (Singh 2010). This connivance, coupled with the existence of corruption within the bureaucracies of the state and the lack of effective legal and criminal justice systems, creates a favorable environment for the drug mafias and narco-terrorist groups to act (Chalk 2000).

Myanmar accounted for around 92 percent of all the amount of heroin that has been refined in the region in the end of the 1990s (Chalk 2000). Considering that the country has also been classified as one of the world's least developed nations, it does not become hard to understand the correlation between organized crime and lack of measures to foment economic development (Singh 2010). Indeed, the majority of poppy growers are small local farmers who do not actually benefit from the money derived from the production and distribution of opium and heroin (Wiant 1985; Woodiwiss 2010). According to Singh (2010, 191),

> Opium has been cultivated for more than 150 years by the ethnic minorities, and mostly by peasants who barely sustain themselves and make little or no profit from the production. Alternate means for making a living appear to be extremely limited for the hill tribe people.

17 "By the 1980s, over 50 percent of the heroin that was produced in the country was refined by Khun Sa" (Chalk 2000, 92).

Thus, despite moving billions, the opium and heroin trafficking in the Golden Triangle generates benefits restricted to the narco-terrorist groups and their leaders. Meanwhile, for the rest of the population, "there is widespread poverty, lack of a strong basic infrastructure, and natural resources that cannot be accessed by the common people" (Singh 2010, 192).

Observing this regional scenario, we perceive that "these factors have had a decisive impact on the growth and spread of drug-related organized crime in this part of the world. Indeed, for most of the 1990s, the Golden Triangle has enjoyed the infamous reputation of being the 'breadbasket' of the world's heroin trade" (Chalk 2000, 91). This situation is fostered by the isolationist character of Myanmar's government, which hampers the establishment of cooperation measures with other countries in order to counter these threats and their regional expansion, turning the opioids industry into a serious destabilizing factor both within Southeast Asia and throughout the consumer countries outside the region (Singh 2010).

From Myanmar, drug shipments travel through several Southeast Asian countries, reaching large markets such as China[18] and the United States. According to Singh (2010, 189),

> Opium grown by groups in Burma will be processed and refined into heroin in their well-equipped and staffed laboratories along the Chinese and Thai borders. The heroin is then passed onto Chinese and Thai ethnic criminal networks for transshipment by heroin brokers in Bangkok, Hong Kong, Ho Chi Minh City, Manila, and Taipei.

Indeed, opium and heroin routes are varied and benefit from the globalization and expansion of transport infrastructure. Lately, new heroin distribution routes have been opening up in southern China, Laos, Cambodia, and Vietnam, turning Ho Chi Minh city in a major regional hub, direction some of the shipments to the Malay Peninsula into Malaysia and Singapore. From these countries, the drugs are transported, either by air or boat to Brunei, the Philippines, Indonesia, and, sometimes, Australia and New Zealand (Singh 2010).

In addition to the problem of narco-terrorism itself, drug trafficking fuels other illicit activities, which have expanded organized crime and insecurity across Asia, and have also connected through alliances with other criminal groups around the world. Money laundering and corruption are the main examples. In this context, it is interesting to note that "the major money laundering centers 'of choice' for Southeast Asian drug cartels presently include Canada, Thailand, Hong Kong and, increasingly, Cambodia", which ends up undermining the stability of local and international financial systems (Chalk 2000, 96-97).

3.3 GLOBAL WAR ON TERROR AND ITS IMPACTS IN ASIA

If the end of the Cold War provided further visibility to the analysis of non-traditional security threats, the 9/11 terrorist attacks boosted this process: terrorism

18 According to Chalk (2000, 93), "the number of registered heroin addicts in China jumped from 380,000 in 1994 to 520,000 in 1995. Anecdotal evidence suggests that the number of heroin addicts in the country today could be as high as two million".

would undoubtedly replace the role communism played during the bipolar order, becoming western world first enemy to be defeated (Ansari 2004). North-American foreign policy would now be guided by the War on Terror, encompassed by the principles of the Bush Doctrine, established after the attacks, impacting profoundly global security dynamics, since the United States represented the world's hegemon by that time. These policies had set military initiatives launched mostly by Western governments, aiming at weakening and disturbing terrorist organizations, as well as states backing them (Diniz 2010).

Thus, international security approaches would be mainly shaped by the United States' guidelines. In addition, the belief on the linkage between narco-traffic and terrorism and the need of coordinated measures to wreck them was reinforced after 9/11, as recognized by the Security Council on its draft Resolution 1373 (Björnehed 2004). Moreover, according to Aureano (2016), the association of terrorists to narco-traffic – through the narco-terrorist label – would enable the great powers to easily discredit such organizations and justify their "counter-terrorism" interventions in the region.

Regional powers – China, Russia, and India – already faced internal terrorist threats in the Cold War period (as a domestic issue, not seldom a police issue), and, after the 9/11 attacks, they promptly endorsed the War on Terror discourse, aiming at legitimizing their policies of internal repression. According to Bakshi (2008), the main threats were posed by the Xinjiang and Tibet separatist movements in China; by the radical organizations in Caucasus, in Russia; and by the Islamic extremists acting essentially on the north and northeast of India – which encompasses the Kashmir area. Joint efforts had already been put in place to bump non-state security threats in the region, however, as the anti-terrorism policy had not been internationalized yet, these endeavors were commonly criticized by Western powers for being overly aggressive (Neves and Piccolli 2012). Therefore, the internationalization of the counter-terrorism policy launched by the U.S. as a global agenda affected the way through which security was dealt with and seen in Asia, giving legitimacy to the regional powers efforts that were condemned until just recently, as they joined the operations in Afghanistan (Neves and Piccolli 2012).

One of the main consequences of this process was the institutionalization of the fight against terrorism, through the creation of the Shanghai Cooperation Organization (SCO) and other regional forums, which represented coordinated and complementary initiatives to the North-American efforts (Neves and Piccolli 2012). According to Bakshi (2008), the SCO symbolized the emergence of the Sino-Soviet alliance concerning their strategies for Central Asia. India, however, would be set aside due to its border issues with China. The author explains that the organization's purpose was to promote peace and stability through a common fight against extremists and through the region's economic and infrastructure development. Concerning the first measure, the approach would be way less aggressive and interventionist, and the range of action would be further delimited (Neves and Piccolli 2012). The economic improvements, for their turn, would strive to reinforce the political power of the nations threatened by extremists, undermining their support basis. The Quadrilateral Forum – comprising Afghanistan, Pakistan, Tajikistan and Russia – also arose as a security oriented complex, laying on the same principles as SCO (Neves and Piccolli 2012).

Southeast Asia also turned into a target for Bush's global strategy, as he called it the "second front" of combat of the War on Terror. The label was attributed to the region mainly due to the presence of the Jemaah Islamiah group, allegedly linked to Al-Qaeda, and the rise of insurgent movements led by the Moro Islamic Liberation Front (MILF) in Philippines, in 2002 (Acharya 2004). Consequently, Southeast Asia states witnessed the emergence of regional and international cooperation against terrorism, characterized by an increasing North-American presence, through the establishment of coordinated security strategies and military investments – illustrated, for instance, by its involvement in the counterinsurgency operations of 2002 in the Philippines. Hence, one can identify the swelling of United States' hegemony throughout Asia, veiled by the War on Terror policy. Yet, North-American performance has been frequently challenged; many countries in the region consider U.S.' initiatives too military-oriented, not addressing terrorism ground basis. In addition, the discussion about what would be the best type of government to combat terrorism is a current debate in the region, and the so-called "democratic way" – fiercely promoted by the U.S. as the model to be followed – has been questioned several times, as it did not prevent the rise of extremist organizations (Acharya 2004). Thus, the United States also faces certain resistance from local powers, and its presence is not unquestionable.

Concerning regional efforts, the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN) Security Agenda comprises measures aiming at forming a common front against terrorism, encouraging the exchange of capabilities and information among country members and the integration of international security standards to ASEAN's mechanisms. (Acharya 2004). In this sense, one can observe that the established anti-terrorism efforts aim not only at countering extremists, but also at preventing their proliferation. However, the collective commitment against non-traditional security threats does not mean the abandon of high politics priorities; a joint struggle is desired in order to allow states not to have to spend several resources on low-politics issues. Hence, the international system is still marked by the power dynamics among states, but under a multipolar order (Neves and Piccolli 2012).

In this sense, Asia's central role in combating narco-terrorism is evident: not only because it encompasses points of convergence between terrorist and drug trafficking networks, but also because it dealt with narco-terrorism even before its conception as a global threat and as a specific phenomenon. As counter-terrorism became an international policy, Asian problems formerly treated as internal issues gained international visibility, and, as consequences of this process, regional organizations emerged to fight narco-terrorism and an increased foreign presence and influence in the continent. However, narco-terrorism still represents a complex piece of the international security puzzle: joint efforts to contain it clash with divergent geopolitical interests and, moreover, with its complicated nature, as demonstrated by Makarenko's (2004) crime-terror continuum. Hence, the next section approaches international and regional efforts aimed at addressing this phenomenon, presenting the main measures adopted on a global scale and showing how Asian countries adjusted their internal dynamics in accordance with the anti-terror international order.

4 PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

Given the complexity of the topic, several measures have already been taken at the international and national levels to fight narco-terrorism. First, this section addresses the main vulnerabilities regarding the containment of the phenomenon, especially in account of its transnational nature. Afterwards, it focuses on the most relevant measures taken by the international community aimed at combating narco-terrorism, both within Asia and around the globe, in order to clarify how these efforts are inserted in the post-9/11 international order.

4.1 INTERNATIONAL COOPERATION AND ITS VULNERABILITIES IN COMBATING NARCO-TERRORISM

The crime-terror spectrum reveals the linkage between narco-traffic and terrorism, and, therefore, integrated struggles loomed as responses to counter them. However, the debate concerning up to what extent embedded policies can effectively contain both phenomena displays the vulnerability of narco-terrorism countermeasures, since its foggy definition hampers its mitigation (Holmberg 2009). In this sense, the present section aims at clarifying the situations in which integrated measures might be adopted and the ones in which they might not, considering the similarities and differences between narco-traffic and terrorism. Furthermore, it is important to highlight the context in which the enhancement of those comprehensive initiatives occurred: right after the 9/11, when the War on Terror devolved into an instrument to contain the terrorist global threat, also boosting the war on drugs, given their nexus (Björnehed 2004).

As the United Nations Security Council (UNSC) recognized the necessity of policy cooperation concerning terrorism and transnational organized crime, narco-terrorism countermeasures reached a global scale and have been improved since then, as one may observe through the rise of national and international efforts to combat it (Bjornehed 2004). For instance, in 2003, the United States government presented The Vital Interdiction of Criminal Terrorist Organizations (VICTORY), intended to enlarge the scope of the Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism (PATRIOT) Act of 2001, recognizing narco-terrorism as a crime category, and enabling the investigation of drug dealers, terrorists and narco-terrorists by the Department of Justice (Björnehed 2004). Yet, it is important to pinpoint the main elements that allow a joint approach on terrorism and narco-traffic, beyond the emergence of the term narco-terrorism itself.

According to Björnehed (2004), the idea of combining anti-terrorism and anti-narcotic policies lays on the common instruments employed by both initiatives, such as intelligence and information gathering. Drug traffickers and terrorists often depend on the same crime network, such as alternative transport routes and money laundering systems. Thus, detecting narco-traffic operations might lead to the identification of terrorist activities as well (Björnehed 2004). Thereby, the promotion of joint measures might figure an efficient approach when directed to information exchange concerning detected similarities among narco-traffic and terrorist operations. Furthermore, the merge of both wars (the war on drugs and the war on terror)

may also be observed through the legal system, as illustrated by the above mentioned adoption of the VICTORY act in the United States.

However, the author notes that conceiving these phenomena as a single threat might be problematic, since they diverge in their *raison d'être* – transnational organized crime is usually profit-oriented, while terrorist groups are driven by ideological causes. For instance, combating drug production may lead to the destruction of productive areas; yet, even though narco-traffic figures one of the main funding source of terrorism, diminishing productive zones does not necessarily represents an efficient policy to counter it, as the decline of production spawns the rise of prices, and thus increases terrorists revenues (Björnehed 2004). Hence, it is vital that narco-terrorism countermeasures consider the dual nature of this phenomenon, providing solutions that do not undermine neither of its sides. Furthermore, the ways through which narco-traffic and terrorism influence society also diverge, requiring particular responses – the consumption of drugs poses serious health issues, engendering the reinforcement of anti-drugs health programs, while terrorist attacks present security problems, demanding, for example, the enhancement of diplomatic relations (Björnehed 2004). In this sense,

> it appears as tough in certain areas such as law enforcement actions, intelligence gathering, and security devices that the war on drugs and the war on terror can find a common ground for cooperation based on mutual gain. Other areas are not as suitable for cooperation and do not produce mutual gain, such as eradication policies and political solutions to conflict, or they may simply not be perceived as mutually beneficial as with drug rehabilitation (Björnehed 2004, 317).

4.2 THE UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC)

The United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC), founded in 1997 and headquartered in Vienna, arose as a result of the merge between the United Nations Drug Control Programme and the Centre for International Crime Prevention, seeking to address properly the fight against illicit drugs and international crime (UNODC 2018a). The office is in charge of elaborating strategic analysis shared with the international community and intended to spread information about global trends in narco-traffic and crime, as well as to provide state policy reviews. Thereby, the office has three main branches: (i) the technical one, aimed at capacitating member states; (ii) the analytical one, focused on knowledge production; and (iii) the normative one, targeted to assist policy implementation (UNODC 2018a).

Regarding the measures proposed by the UNODC, member states stressed the need of a multidimensional approach to fight transnational crime, specially terrorism and drug trade, through the United Nations Millennium Declaration, addressed to protect human rights (UNODC 2018a). The Global Programme against Money Laundering Proceeds of Crime and the Financing of Terrorism (GLOU40), derived from the former Global Programme against Money Laundering (GLOB79) – developed in 1997 –, also represents a tool in countering narco-terrorism, as it displays the connection between money-laundering and the financing of terrorism (UNODC 2011). For instance, the programme organizes workshops and seminars concerning

law enforcement in the subject, contributes to the creation of financial intelligence units, and, in this sense, "acts as a centre of expertise of anti-money-laundering and, jointly with the Terrorism Prevention Branch, countering the financing of terrorism related matters" (UNODC 2011, 1).

Concerning the measures carried out by UNODC, besides the elaboration of the World Drug Reports – an UN publication which investigates drug markets –, the office promoted monitoring surveys in Afghanistan, Colombia, Bolivia, Peru, Laos, Myanmar and Morocco, the current hotspots of narco-traffic (UNODC 2018a). Furthermore, it counts with a Statistics and Survey section (SASS), "responsible for i) producing and disseminating accurate drug and crime statistics to support policy and trend analysis at international level and ii) supporting the countries in their efforts to produce and disseminate drug and crime statistics at national level" (UNODC 2018a, 2).

4.3 THE UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL COUNTER-TERRORISM COMMITTEE: RESOLUTIONS 1373 AND 1624

The establishment of the United Nations Security Council Counter-Terrorism Committee in 2001, resulting from the adoption of the resolution 1373, was inserted within the post-9/11 international security scenario, characterized by the existence of terrorist threats on a global scale. This resolution was intended to enhance member states' institutional capabilities of countering terrorism, through the improvement of legal procedures, the criminalization of terrorist activities support and the promotion of intelligence gathering (United Nations 2018a). Furthermore, the resolution aimed at encouraging states to embrace international counter-terrorism tools already in force. The resolution 1624, adopted in 2005, was also targeted at fighting terrorism, more specifically, at countering the support to these criminal networks. Hence, it has been included on the Counter-Terrorism Committee agenda as well, calling

> upon all States to adopt such measures as may be necessary and appropriate and in accordance with their obligations under international law to: (a) Prohibit by law incitement to commit a terrorist act or acts; (b) Prevent such conduct; (c) Deny safe haven to any persons with respect to whom there is credible and relevant information giving serious reasons for considering that they have been guilty of such conduct (United Nations 2005).

4.4 THE USA PATRIOT ACT (2001)

After the 9/11 attacks in the United States, the Bush administration engaged in developing different strategies to fight terrorism. On the international level, it enhanced cooperation with other nations and triggered preemptive attacks in Middle East; on the national level, the U.S.' government extended national security officials' powers, fostered law enforcement, and increased security resources in order to reshape and fortify anti-terror policy (Wong 2007). Thus, according to the author, the USA PATRIOT Act (USAPA) of 2001 figures one of the new legal tools

implemented by the United States following the attacks and integrates the National Strategy for Homeland Security, enacted nine months after, which was addressed to "secure the homeland from attack; reduce the Nation's vulnerability from attack; minimize the damage from attack and recover from an attack quickly" (Wong 2007, 5). Furthermore, the USAPA modified some security paradigms: (i) terrorists are no longer seen as criminals, but as enemies against whom a war should be launched; (ii) security now overlaps liberty, which is no longer absolute, but contingent; (iii) counter-terrorism policy shifts from reactive to preemptive; and (iv) increase in co-operation between national intelligence agencies – predominantly among FBI and CIA (Wong 2007).

One of the main consequences engendered by the USAPA concerns the constraint of individual liberties. It granted easier access to roving intercepts by the FBI and amended the Federal Intelligence Surveillance Act (FISA), dated from 1978, expanding the scope of surveillance allowed until the moment – for instance, originally, agents had to get a legal authorization to follow suspects in each of their communication instruments; after USAPA, agents were authorized to follow them regardless their devices, through what is known as roving surveillance authority (Etzioni 2004). Furthermore, the definition of wiretapping was widened, e-mail surveillance was eased, and, from that moment on, any district judge could grant search warrants for terrorism investigations (Etzioni 2004).

In 2006, USAPA was reauthorized by the U.S.' government, as some of the Act's provisions had to be voted again due to their temporary character. The existence of temporary provisions revealed how sensitive they were, as the Congress was actually testing anti-terrorism measures in detriment to the North-American society's liberty (Friedman 2009). Hence, the 2006 reauthorization turned permanent certain sunset provisions – those that have to be extended by the legislative to remain in vogue given their nonpermanent nature – but also maintained the temporary status of some of them – such as the section 215, which allows authorities to access a range of personal records (Friedman 2009). However, new clauses were also added to the Patriot Act in the 2006 revision, and the most relevant one for the present reflection is the Combat Methamphetamine Epidemic Act of 2005, which was integrated to the USAPA mostly in account of the alleged relationship between narco-trafficking and terrorism and due to the threats posed by the consumption of drugs itself (Friedman 2009). Nevertheless, even if "certain provisions of the Patriot Act have changed, the basic arguments surrounding their existence have not" (Friedman 2009, 9).

4.5 CICA DECLARATION ON ELIMINATING TERRORISM AND PROMOTING DIALOGUE AMONG CIVILIZATIONS (2002)

The CICA Declaration on Eliminating Terrorism and Promoting Dialogue among Civilizations was developed in the first CICA Summit, in Almaty, 2002. Through the declaration, the Heads of State of the country members expressed their concern about the rise of terrorism worldwide, ensuring their commitment to cooperate on the fight against terrorism, elaborating regional and international policies. They also assured their engagement within the United Nations, recognizing the importance of the General Assembly and the Security Council in ruling the issue (CICA 2002).

Concerning the damages engendered by terrorism, member states have shown to be deeply concerned about the human and material losses caused by these attacks, ascertaining that no excuse could justify such criminal acts. In addition, they acknowledged the importance of international law principles, emphasizing the right to life and freedom. Regarding regional efforts already in force, CICA States reaffirmed their compromise to the Almaty Act, which addresses the necessity of guaranteeing international peace and security. However, all of them have highlighted that terrorism is not inherent to a single society; it must be fought globally, as a common battle, by all nations and cultures. In this sense, the Declaration expresses the member states' repudiation of utilizing counter-terrorism measures as a tool to intervene on other nations internal affairs (CICA 2002).

Furthermore, the Declaration identifies the transnational character of terrorism, recognizing its linkage with international organized crime and encouraging member states to cooperate on intelligence gathering and exchange. Yet, it also expresses that combating terrorism is not restrained to defeating terrorists cells or infrastructures, since the promotion of good life standards and proper social conditions also represents an instrument to prevent its emergence (CICA 2002).

Lastly, in the Declaration, the member states stressed CICA's singularity, as an Asian forum encompassing a myriad of cultures and societies. For this reason, they conceive dialogue as an important mechanism to address anti-terrorism measures, reaffirming their support to the United Nations General Assembly Resolution A/RES/56/6 on Dialogue among Civilizations, which states that "dialogue among civilizations is a process between and within civilizations, founded on inclusion, and a collective desire to learn, uncover and examine assumptions, unfold shared meaning and core values and integrate multiple perspectives through dialogue" (United Nations 2001, online). Hence, in general terms, the Declaration expresses Asian states concern towards terrorist threats in the continent and also worldwide, defending the deployment of comprehensive actions to counter terrorism.

4.6 USA VICTORY ACT (2003)

The Vital Interdiction of Criminal Terrorist Organizations Act of 2003, better known as the VICTORY Act, was introduced in June 2003 by Senator Orrin G. Hatch, Republican of Utah (Aldridge 2008). The act essentially defined narco-terrorism as a new category of crime and was "intended to extend the powers of the Justice Department's mandate according to the Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism (PATRIOT) Act of 2001" (Björnehed 2004, 314). Thus, the purpose of the bill was

> (...) to combat narco-terrorism, to dismantle narco-terrorist criminal enterprises, to disrupt narco-terrorist financing and money laundering schemes, to enact national drug sentencing reform, to prevent drug trafficking to children, to deter drug-related violence, to provide law enforcement with the tools needed to win the war against narco-terrorists and major drug traffickers, and for other purposes (Martin and Petro 2006, 64).

Therefore, the act would "give the Department the right to investigate drug dealers, terrorists and narco-terrorists. It would also facilitate the indictment of drug dealers proven to have a connection to terrorist organizations and advocates

harsher punishments for such individuals" (Björnehed 2004, 314). Thus, the VICTORY Act had a very negative repercussion among the population, being interpreted as an even more serious violation of constitutional liberties than the PATRIOT Act of 2001 (Guither 2003). According to Schilke (2005, 168),

> The VICTORY Act would also continue where the PATRIOT Act left off in terms of empowering the FBI and local police officers at the expense of local courts and judges. Specifically, the legislation would allow a wiretap order to be obtained on a wireless device from any district court in the country, similar to what the Patriot Act did for search warrants.

3.7 TRIANGULAR INITIATIVE (TI)

"Afghanistan supplies 90 percent of the world's opium, the main ingredient in heroin, and is a leader in hashish production. Most Afghan narcotics transit Pakistan and Iran en route to global markets" (UNODC 2018b). Aiming at tackling narco-trafficking in the Golden Crescent and dismantling drug production and distribution networks in the region, the Triangular Initiative was launched in June 2007 by policy-makers from the three countries encompassed by the region – Afghanistan, Pakistan and Iran. Brokered by the United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC) "to improve the sharing of intelligence with a view to combating the smuggling of opiates out of Afghanistan and to enhancing joint interdiction operations" (United Nations 2010, 98), the Triangular Initiative "consists of several counter-narcotics and border control operational plans which target agreed priority areas" (UNODC 2018b).

In June 2008, through a joint declaration, "the three countries agreed to convene policy-level coordination meetings every six months, and technical-level meetings every three months to enable more regular operational contacts". Besides setting in motion a series of trust building measures, those meetings contributed largely to "a growing understanding of the patterns and dynamics of the transnational Afghan opiate trade" (UNODC 2018b).

Some key components of the Triangular Initiative are the Border Liaison Offices (BLOs) and the Joint Planning Cell (JPC). The Border Liaison Offices are placed in strategic areas along the countries' common borders and have an important role in "ensuring a concerted interagency and cross-border response against drugs and precursor trafficking, and other forms of transnational organized crime". The Joint Planning Cell (JPC), for its turn, was launched in 2008 in Tehran and "serves as a platform for information and intelligence exchange and facilitates and supports joint operations" (UNODC 2018b). Since their establishments, "6 joint operations leading to seizures of almost 2,500 kilograms of opium, heroin and hashish and stopping at least 74 drug traffickers" were carried out by those countries, according to the speech delivered by Yury Fedotov, the Executive Director of the UNODC, in the Triangular Initiative Ministerial Meeting of 2010.

In 2014, Yury Fedotov stressed the importance of combating also the maritime trafficking routes, especially in the Gulf region[19]. According to UNIS Vienna (2014),

19 The Gulf region encompasses countries like Saudi Arabia, Iran, the United Arab Emirates, Oman, Qatar, Bahrain, Kuwait and Iraq.

> to halt the trafficking countries need to intercept ships as they move between ports in West Asia and the Gulf region. As part of its own efforts, UNODC has developed a Maritime Cooperation Framework to confront this issue. In 2013, Iran, Pakistan, United Arab Emirates, Australia and Oman launched operations that seized vessels containing more than 10 tons of different drugs.

4.8 THE SHANGHAI COOPERATION ORGANIZATION SPECIAL CONFERENCE ON AFGHANISTAN

The Shanghai Cooperation Organization (SCO) was officially founded in 2001 by the leaders of China, Kazakhstan, Kyrgyzstan, Russia, Tajikistan, and Uzbekistan. From the very beginning, the main aim of the SCO has been "to tackle three evils, namely, terrorism, separatism and religious extremism in the member-states. It also aims to hedge against US hegemony and a unipolar world order" (Sharma 2015, online). Thus, in order to combat instability in the Eurasian region, addressing the Afghani issues is of extreme importance for the regional security dynamics, considering that the country shares borders with three SCO members – Tajikistan, Uzbekistan and China. Terrorism and drug trafficking also have spillover effects in the other states of the organization, thus, seeking to integrate the countries of the region into a closely knit network aiming at building mechanisms to stop the threats emanating from Afghanistan is a priority for SCO (Hu 2014; Sharma 2015).

In March 2009, the SCO Special Conference on Afghanistan was held in Moscow, where an Action Plan was elaborated and signed. According to Radyuhin (2010, online),

> the SCO-Afghanistan Action Plan calls for joint operations in combating terrorism, drug trafficking and organized crime; for involving Afghanistan, in a phased manner, in the SCO-wide collaboration in fighting terrorism in the region; and for inviting relevant Afghan bodies to take part in joint law-enforcement exercises by the SCO. It also provides for stepping up the training of drug agencies, combating laundering of drug money and improving border controls. These measures should help to set up anti-narcotics, anti-terrorism and anti-laundering security belts around Afghanistan. The plan reads like a road map for bringing Afghanistan into the SCO fold.

Besides, "the conference reiterated the SCO's known opposition to the expansion of US military interests in Central Asia, but indicated its willingness to expand cooperation with the US and NATO in Afghanistan, albeit short of sending troops" (Hu 2014, 35). However, according to Khan (2014, 5), "the space created for the SCO to operate in Afghanistan's stabilization is limited in scope due to the U.S./NATO military presence inside Afghanistan as well as certain inherent organizational limitations". Even so, if one considers the success of the conference, the SCO's strategies for Afghanistan seem to be quite effective and appropriate. The participation of officials from NATO, the United States, and its main allies in the conference indicated a more conciliatory and cooperative stance, which recognizes SCO as the leading regional security force (Lukin 2018; Radyuhin 2010).

Afghanistan received observer status at the SCO summit in Beijing in 2012. In 2017, the SCO member-states decided to "re-launch the Afghanistan Contact Group

meetings as a consultative process to support Afghanistan in the fight against terrorism, drugs, and criminality, as well as helping the country with its sustainable development process within the SCO's economic cooperation framework" (Islamic Republic of Afghanistan 2017).

3.9 THE UNITED NATIONS OFFICE OF COUNTER-TERRORISM (OCT)

The United Nations Office of Counter-Terrorism (OCT) was established through the adoption of General Assembly's resolution 71/291, on 15 June 2017. By adopting this consensual resolution, it has decided to transfer relevant functions out of the UN Department of Political Affairs (DPA) to this new office. As a consequence, "the Counter-Terrorism Implementation Task Force Office (CTITF) and the UN Counter-Terrorism Centre (UNCCT), currently in DPA, will be transferred to the new office, together with their existing staff and all associated regular and extra-budgetary resources" (UN News 2017, online).

Thus, the UN Office of Counter-Terrorism will "aim to have a close relationship with Security Council bodies and member states, strengthening existing and developing new partnerships" (United Nations 2018b). According to a report issued at the 71st session of the General Assembly, the OCT would have five main functions:

> 1) provide leadership on the General Assembly counter-terrorism mandates entrusted to the Secretary-General from across the United Nations system; 2) enhance coordination and coherence across the 38 Counter-Terrorism Implementation Task Force entities to ensure the balanced implementation of the four pillars of the UN Global Counter-Terrorism Strategy; 3) strengthen the delivery of United Nations counter-terrorism capacity-building assistance to Member States; 4) improve visibility, advocacy and resource mobilization for United Nations counter-terrorism efforts; and 5) ensure that due priority is given to counterterrorism across the United Nations system and that the important work on preventing violent extremism is firmly rooted in the Strategy (UN News 2017, online).

5 BLOC POSITIONS

Afghanistan leads the opium cultivation in the world, being an important hotspot for drug trafficking and narco-terrorism. After the 9/11, counter narcotics policies implemented by the state became more incisive. Nevertheless, by resulting in the distancing between poppy farmers and the central government, these policies have not resulted in substantial reduction in the cultivation of opium nor have they weakened the links between the Taliban and drugs smuggling. In this sense, opium is deeply entrenched in Afghan society, characterizing its external relations and defining its position in the global economic and security spectrums (Felbab-Brown 2010). As Hamid Karzai stated during his term as president of the country, [...] "the question of drugs [...] is one that will determine Afghanistan's future. If we fail, we will fail as a state eventually, and we will fall back in the hands of terrorism" (Karzai apud Lacouture 2007). It is estimated, however, that Taliban receives nearly 70 percent of its income from the sale of opium. Additionally, in return for protection,

traffickers and drug lords provide guns to the movement (Lacouture 2007).

The **Republic of Azerbaijan** remains a transit country for the narcotics traffic from Afghanistan and Iran towards Europe. The state is favored as a transit route because, unlike its neighbors, such as Turkey, it has not strengthened its borders control. In 2014, the country's Ministry of Foreign Affairs reported that, as a result of the long lasting occupation of Azerbaijani and Nagorno-Karabakh territories by Armenian-backed forces, it is impossible to secure the international borders (United States 2016a). For this reason, it has been implementing a set of national legislation in order to combat traffic – this is the case of the National Program for Combating Drug Abuse, Illegal Traffic in Narcotic Drugs, Psychotropic Substances and Precursors. At the same time, Azerbaijan has also engaged in international cooperation, having ratified the UN Conventions of 61, 71 and 88, and being part of the Commission on Narcotic Drugs (Republic of Azerbaijan 2016).

Geographically, **Bangladesh** is located at the heart of three drug-producing regions: in the east of the Golden Triangle; in the north of the Golden Wedge, which consists of northern India (Himachal Pradesh, Uttar Pradesh and Arunachal Pradesh), parts of Nepal and Bhutan; and in the west, across India, of the Golden Crescent. Thus, the country has direct air, sea and road communications with almost all the poppy-growing countries, what "made Bangladesh a major consumer of and geographical crossroads for illicit drugs from Myanmar, India, Pakistan and Nepal" (Haq 2003, online). Besides being an important transit state for narco-trafficking routes, Bangladesh has also been becoming valuable for the Pakistani government. According to Sinha (2007, 309), "Pakistan has launched a new operation to redouble its destabilizing work in India through Bangladesh". Indeed, Bangladesh has experienced a significant number of terrorist attacks conducted by radical local Islamist organizations, especially in the last few years: "between January 2005 and December 2017, some 746 people have died in Islamist terrorist attacks, including 339 alleged terrorists; of those attacks, 91 percent have taken place since 2013" (Fair 2018, online). As one of the largest Muslim populations in the world, Bangladesh has become increasingly vulnerable to terrorist incidents, considering that the Islamic State (IS) and the Al-Qaeda in the Indian Subcontinent (AQIS) claim many of these recent attacks (The Economist 2016; Kumar and Iyengar 2016).

Historically, **Cambodia** does not have a tradition of cultivating and producing opioids. Since the period of French colonial rule, "Cambodia was too flat, hot and humid to grow its own opium—though some was imported and sold through government licensed opium dens in the capital Phnom Penh" (Lintner 2000, 5). Today, however, the country serves as a transit state for narco-trafficking, especially on routes leaving Myanmar and heading down to Southeast Asia. Thus, "while no opium is grown in Cambodia, Burmese-made heroin leaves the country through Phnom Penh's airport, and the ports of Sihanoukville and Koh Khong", turning Cambodia into another country "heavily dependent on the export of narcotics" (Lintner 2000, 21-22). In addition to the trafficking of finished drugs, illicit manufacture and trafficking of precursor chemicals into the region also persist: "in Cambodia in 2014, authorities seized significant amounts of ephedrine and other precursor chemicals" (INCB 2016, 76). Besides being a major transit state for narco-trafficking activities, Cambodia also is a major money laundering center for Southeast Asian drug cartels, among others mafias. According to Singh (2010, 178), "Phnom Penh in Cambodia has

been identified as one of the major money laundering centers for illicit trafficking of various kinds, including weapons, illicit drugs and human trafficking".

Besides being a great power and, thus, a huge player in the region – as well as the CICA's Chairman since 2014 –, the **People's Republic of China** is also an important state in the debate regarding narco-terrorism and international drug trafficking due to its domestic issues. The country has been facing the reemergence of illicit drug trade since the 1980s, as China adopted an open-door policy, which ended up facilitating the influx of the Golden Triangle narcotics. Since then, according to Singh (2010, 193), the majority of heroin and opium in the current Chinese market is "brought from Myanmar into Yunnan Province, or from Vietnam into Guangxi Province, and then it is transshipped along inland trafficking routes to Sichuan, Guizhou, Gansu and Xinjiang or to Guangdong, Shanghai and Beijing". Accordingly, a Chinese cabinet report released in 2015 highlighted the threat posed by this in the region, in spite of the efforts carried out in order to increase cross-border cooperation (Haq 2017). In fact, during and posteriorly to the 1990s, China has become not only a drug consumer market, but also a transit country. As a result, narco-trafficking has turned to be a source of major social problems in China, exemplified by higher crime rates and the increase in the number of AIDS virus carriers, especially in the southern provinces. According to Haq (2017), enormous amounts of heroin and methamphetamine seized in 2014 had as their origin the region that borders China's southern province of Yunnan. Besides the increase in drug abuse, another challenge faced by China is the separatist narco-terrorist movements acting in their territory, mainly the ethnic Uyghur[20] population in the Xinjiang province. Accordingly, "drug trafficking in northwest China's Xinjiang Uygur autonomous region from the neighboring Golden Crescent region continues to rise despite government efforts to combat the problem" (Asia One 2010). Thus, for a long time, China has linked a Uyghur separatist movement – namely, the East Turkestan Islamic Movement (ETIM) – to Al-Qaeda. In fact, ETIM was believed to have relations with al-Qaeda affiliates, such as the Islamic Movement of Uzbekistan and the Tehrik-i-Taliban Pakistan. Furthermore, the Uighurs have also, to a small extent, been recruited by the Islamic State, in such a way that between 0.6 to 4.3 percent of the foreign fighters in Iraq and Syria were Chinese (Abuza 2017). According to Mili (2005), "Uighur Islamism constitutes yet another link in the transnational Islamist network", which operates within an 'Islamist corridor' that overlaps drug trafficking routes and facilitates the movement of militants, weapons and explosives". Finally, besides its internal issues, China also has the responsibility of combating narco-terrorism in Asia due its dominant position in East Asia, which pushes the country to bear the burden of maintaining the regional order (Roy 2016).

While the **Arab Republic of Egypt** is not considered a producer or supplier of narcotics, the state is an important transit point for Southwest Asian and Southeast Asian heroin and opium moving to Europe, Africa, and even the U.S. Besides that,

20 The Islamic Uyghur Kingdom of East Turkestan maintained its independence and prosperity until the Manchu Empire invaded the nation in 1876, annexed the region into its territories and renamed it "Xinjiang" (meaning "New Territory" or "New Frontier"), in 1884. The Xinjiang population of 18 million includes several Turkic-speaking Muslim ethnic groups, of which the Uyghurs, numbering eight million, are the largest. The Uyghurs have struggled for cultural survival in face of a government-supported influx by Chinese migrants, as well as harsh repression of political dissent and any expression, however lawful or peaceful, of their distinct identity (The Uyghur American Association 2012).

several extremist groups have operated in the country, including Wilayat Sinai – an ISIS affiliated group –, the Muslim Brotherhood and Hamas (Counter Extremism Project 2018a). It is acknowledged that these groups find in transnational organized crime one of their main sources of income. As a result, even if Egypt is not a main country when it comes to narcotics production, the terrorist movements operating in its territory are connected to other supplier countries, as it is the case of Hamas, which operates in the Tri-Border Area (Argentina, Brazil and Paraguay). Besides engaging with narco-traffic groups already present in the region, Islamic terrorist groups find resources in money laundering and organized crime activities (Ehrenfeld 2009).

Djibouti is an observer-member in CICA and has been an active and supportive counterterrorism partner in last years. Eastern Africa – the region where the country is located – is an attractive area to international drug trafficking syndicates, being "accessible by sea to heroin and cannabis resin producer countries in South West and South East Asia through the ports in Djibouti, Eritrea, Kenya and Tanzania" (UNODC 2018, online). Moreover, Djibouti hosts Camp Lemonnier, which serves as headquarters to the U.S. Africa Command's Combined Joint Task Force – Horn of Africa (United States 2015). The country's most visible counterterrorism efforts were the establishment of "checkpoints and cordon-and-search operations within the capital city" (European Country of Origin Information Network 2015, online).

Physically located near the Golden Triangle, in the late 1970s and early 1980s, **India** has become a very interesting trafficking route, especially its north-eastern region, which comprises the states of Manipur, Nagaland, Assam and Mizoram - a region characterized by its turbulence and lack of stability. In this context of instability generated by the increasing illicit activities, many insurgent groups struggling for autonomy and identity have risen and, in order to achieve the necessary funds, started to engage in drug-smuggling activities. Side by side with the national volatility, India faces the long lasting rivalry with Pakistan. Since the beginning of the century, Pakistani terrorist movements fighting for the independence of the Kashmir region have been using narcotics as a source of revenue, a trend that has only strengthened the threats posed to Indian national security and stability (Singh and Nunes 2013).

Indonesia is the largest drug market in Asia. In face of this situation, for years, the government of the country has been implementing severe measures, including death penalty for drug traffickers. Besides being condemned by the international community, this strategy has proved to be highly ineffective, as the drugs' circulation in the region has only increased (Rakhmat 2018). Despite the absence of information regarding the connection between narcotics and terrorism in the country, recent extremist attacks showcase how several terror groups are expanding their activities to Indonesia, such as Al-Qaeda and ISIS. Besides some cultural aspects, the narcotics' issue is a great source of social instability, a characteristic that facilitates the introduction and spread of extremist ideas.

As stated by the United Nations and Interpol, in 2003, before U.S.' invasion, **Iraq** was clean of drugs, even though it could potentially become a consuming market, since it had quickly turned into a transit point on a drug-trafficking route to major producer – namely, Afghanistan (Arab Weekly 2016). Indeed, it is believed that Iraq has become a crossing route for the smuggling of drugs between Asia and Euro-

pe, being important for the sending of Afghanistan's drugs from Iran to the Gulf and Europe (The Bagdad Post 2017; Cole 2008). Over the past years, a significant number of Iranians have been arrested by Iraqi authorities due to drug smuggling, whilst a lot of Iraqis have also been arrested, either on the same charges or because of drug abuse and trafficking (Sulaivany 2018). In fact, the increase of narco-trafficking activities in the country is pointed out as an Iranian strategy to destabilize Iraq. According to Paul Kan, "Iran certainly doesn't want Iraq to become an enemy again like it was under Saddam, and the illegal drug trade is one way for Iran to maintain influence in the region" (Iran Focus 2018). It is believed that the process of smuggling some of these drugs from Iraq is made by the Kurdish Workers Party (PKK)[21], which allegedly carry the narcotics to Turkey, from where they are transshipped to Europe. As a result, the moving of Afghan heroin through Iraq has been helping to foster terrorism in eastern Anatolia (Cole 2008). The drug trafficking greatly impacts the domestic environment, given that the consumption and the consequent addiction to these drugs have increased the rates of domestic crimes, especially the ones committed by teenagers looking forward to financing their habit (The Arab Weekly 2016). According the Iraq's Basra region anti-narcotics officer, "since late 2014, the drug trade has thrived because of a security vacuum left when many forces were moved from the borders to join the fight against the Islamic State group, which swept through nearly a third of Iraq that year" (Salaheddin 2018, online).

Israel was one of the first nations to feel the effects derived from the phenomenon of narcoterrorism (Century 2014). In fact, Hezbollah[22] is said to have been using narco-trafficking to finance its political objectives in Lebanon, which is considered a threat to Israel. According to Levitt (2012), "Hezbollah's venture into the global narcotics industry began in the Bekaa Valley in the 1970s. The group used well-established drug smuggling ratlines across the Israel-Lebanon border for operational purposes". In this sense, a great amount of heroin and cocaine – which has been being increasingly used in the country – enters in Israel through Lebanon and Jordan (Israel Anti-Drugs Authority 2011). The growth in the use of cocaine in Israel demonstrates another facet of the narco-terrorist activities: the connection between Latin American cartels and Middle Eastern terrorist organizations. Allegedly, Iran and Hezbollah have become major terror sponsors in the region, being funded, to a great extent, by South American cocaine (Neumann 2011). In addition to that, the Israeli mafias also contributed largely to the influx of drugs into the country. For all of these reasons, in 2012, the International Narcotics Control Board listed Israel as one of the most important manufacturers, exporters, importers and users of narcotic drugs (Kubovich 2013).

Recently, **Japan** has not registered any cases of terrorism. However, the Japanese Ministry of Foreign Affairs recognizes a high threat of terrorism directed against the Japanese state: Japan has frequently been identified as one of Al-Qaeda's

21 The Kurdish Workers Party (PKK), "which has Marxist-Leninist roots, was formed in the late 1970s and launched an armed struggle against the Turkish government in 1984, calling for an independent Kurdish state within Turkey" (BBC News 2016, online).

22 "Hezbollah corresponds to a powerful Lebanese Shia militia which emerged with financial backing from Iran in the early 1980s and began a struggle to drive Israeli troops from Lebanon" (BBC News 2010, online). Some countries, such as the United States, the United Kingdom and Israel, consider Hezbollah as a terrorist group that receives weapons and financial and political aid from both Iran and Syria (Jamail 2006).

targets and, for this reason, has worked in the vanguard of counter-extremism, especially in cooperation with the United States and through regional stances, such as CICA and ASEAN (Counter Extremism Project 2018b). In this sense, the country has focused on granting aid to developing countries, especially in the Southeast Asia region – a measure that aims at overcoming vulnerabilities and enhancing security in these states. Thus, during the 58th Meeting of the Commission on Narcotic Drugs, Japan's ambassador in charge of Countering Terrorism and Organized Crime, expressed his concern with illicit drug trafficking as a source of revenue to terrorist organizations (Japan 2015). The same concern had already been expressed in 2011, at the at the Meeting of the Ministers responsible for the fight against illicit drug trafficking: "connection [of narco trafficking] with other criminal and terrorist organizations, which are becoming more active and more widespread, is another aspect to focus on in tackling drug trafficking. Cooperation in prevention of money-laundering as well as confiscation of criminal proceeds from illicit drugs are among the key actions in this area" (Japan 2011, online). Moreover, the state actively takes part in international meetings of the UNODC, contributing to the United Nations International Drug Control Programme (UNDCP) Fund, that provides assistance to developing countries in their efforts to prevent transnational organized crime (Japan 2013). Since 1998, Japan has been implementing the "Five Year Drug Abuse Prevention Strategy", a program that intends on reducing narcotics demand by taking prevention and rehabilitation measures (Japan 2015).

In 2016, the World Anti-Doping Agency released a report indicating that **Jordan** remains "a corridor country — rather than a destination — for drug smuggling", due to its strategic location between drug-producing and drug-consuming countries (The Jordan Times 2016, online). In fact, Afghan heroin and other opium-based drugs are said to be transported through Iraq and into Jordan, from where they are sent to Europe and other traditional destinations (BBC News 2005). Together with Israel and Saudi Arabia, Jordan has been, for years, an important partner to the United States in intelligence matters, especially in terms of supporting the war on terrorism (Mafhoum 2018). In 2017, both the UNODC and Jordan signed a Memorandum of Understanding (MoU), in which they reiterated their commitment in the combat of illicit trade, pointing to the country's "regional expertise and efforts to share good practices" (UNODC 2017, online).

The **Republic of Kazakhstan** is strategic for Afghan opioids in the transit from Central Asia to Russia and Europe. In addition to that, the country shares a 1,533 km border with China, an important consumer market for narcotics (Olcott and Udalova 2000). However, more than being simply characterized as a transit route, the state has also been growing its own cannabis cultivation and has been trafficking it. Thus, this trend is, to a large extent, a response to an increasing domestic demand for narcotics (US 2016). In dealing with drug use and trafficking-related issues, Kazakhstan still retains a lot of the strict laws that were in vogue during the Soviet period. For instance, traffic is considered a national security issue, and, as it happens in other Central Asian and Islamic states, can be punished with death sentences. However, Kazakhstan's attitude towards drug addicts has been turning into one of rehabilitation instead of penalization, a trend that follows the international community's perspective in what concerns human rights (Hays 2016).

Kyrgyzstan and **Tajikistan** are states that were formed amid chaos and con-

flict. At the same time as authoritarian and centralized governments were implemented, substantial criminal syndicates emerged. In this sense, the relation between state and criminal organizations has varied over time. Whilst there are national actions to prevent narcotics traffic, mafias and cartels present powerful reactions to these measures. Between 1992 and 1997, Tajikistan went through a civil war that destroyed the country's central authority, leaving the power to regional warlords and thus compromising state politics to prevent drug trafficking. Along the 2000s, warlords gradually lost influence, and profit-oriented mafias, integrated by important regime actors, started to control the narcotics networks. A similar situation happened in Kyrgyzstan: between 2005 and 2010, the country faced a series of drug--related political crises that increased state-actors' participation in drug-smuggling activities (De Danieli 2014).

In 1994, the **Lao People's Democratic Republic (Lao PDR)** was the world's third largest producer of opium. As a result of this, more recently, the state has been showing to be committed to eradication efforts, including the promotion of integrated alternative development, civic awareness campaigns, strengthening of governmental concerned agencies, and the promotion of regional and international cooperation. All of these efforts helped reducing narcotics production in the country; however, the lack of budgetary resources and Laos' remote and poorly controlled border areas with Myanmar, Thailand, Cambodia, Vietnam and China present a challenge to the intended policies. Over the years, the improvement of the transportation and communication networks has created opportunities for the illicit drug trade to grow. In this sense, being at the heart of the regional drug trade in mainland Southeast Asia has made Laos a major transport hub for amphetamine-type stimulants (ATS)[23], opium, and heroin (United States 2016b).

Being observer states of the CICA, both Malaysia and the Philippines have been combating drug trafficking and narco-terrorism through harsh policies and mandatory sentencing laws[24] for drug traffickers, especially death penalty (also known as capital punishment). Since 1983, **Malaysia** has been applying mandatory death penalty for various drug related offences; in other words, "if an accused person is convicted of drug trafficking, the court has no other choice but to sentence the accused person to death regardless of the degree of culpability or the amount of the drugs he/she carried; as per Section 39(B) of the Dangerous Drugs Act 1952" (Tay 2017, online). However, in late 2017, "Malaysian lawmakers voted to remove the mandatory death penalty for drug offences, giving judges full power to decide sentences of drug offenders" (Channel News Asia 2017, online), considering that the majority of those executed in the country were drug mules[25]. Still, even though Malaysia has taken steps to make the death penalty for certain drug offenses non-mandatory,

23 "Amphetamine-type stimulants (ATS) refer to a group of drugs whose principal members include amphetamine and methamphetamine. However, a range of other substances also fall into this group, such as methcathinone [...] methylphenidate and MDMA or 'Ecstasy' – an amphetamine-type derivative with hallucinogenic properties" (WHO 2018, online).

24 Mandatory sentencing laws are defined as "those sentences which a judicial officer is required to impose regardless of the circumstances of the offense. In other words, the judicial officer has no discretion to impose a higher or lower sentence depending upon the nature of the crime" (US Legal 2018, onlune).

25 A 'drug mule' is defined as a "person who transports illegal drugs by swallowing them or concealing them in a body cavity" (Oxford Dictionary 2018).

the slow implementation of the law, as well as the maintenance of the death penalty possibility, means that the war on drugs will continue to be the reason of execution of many more people (Rajagopalan 2018). Besides, the country keeps monitoring closely its border with Thailand. Accordingly, in 2016, leaders from the two countries discussed the possibilities of increasing intelligence and information sharing on security and of jointly moving towards a potential construction of a border wall, in order to fight transnational terrorism and smuggling (Reuters 2016).

Myanmar is an observer-member in CICA and, being one of the states comprised by the Golden Triangle, is considered to be the second largest opium grower in the world after Afghanistan. The country's illegal crop is farmed mostly in Kachin and Shan states, two areas located along its borders with China, Thailand and Laos, which "have been plagued by fighting between insurgent groups and government troops" (Pitman 2012, online). The longstanding conflict between the military and ethnic rebel groups ends up causing great instability, in such a way that the farmers allegedly "have little choice but to continue growing the lucrative poppy plant" (BBC News 2012, online).

In the **Philippines**, since the rise of Rodrigo Duterte to the presidency, in 2016, a new domestic policy focused on combating the illegal drug trade – the so-called "Philippine Drug War" – has been established. The result of such policy – regarded as aggressive by many –,was the killing of thousands, in such a way that approximately 7,000 people were killed in less than a year (DW 2017; HRW 2017). President Duterte has alleged that "the Philippines is becoming a 'narco-state' in order to justify the so--called war on drugs". However, there is little evidence supporting this affirmation, given that, as shown by UNODC's data, the Philippines has a low prevalence rate of drug users when compared to the global average (Amnesty International 2016, online). Although such excessive violence has been widely criticized by the international community, narco-terrorist groups may indeed be operating in the country. Philippines deals with a great number of insurgencies[26], being most of them jihadists and allegedly linked to ISIS. The majority of these groups are said to be financing themselves through illegal drug trade, especially amphetamine[27] type drugs (Banlaoi 2017; The Diplomat 2017). Thus, according to the Global Terrorism Index 2017, the Philippines, alongside Thailand and Myanmar, have seen within its territory one of the largest number of terrorist activities in the Asia-Pacific since 2002. In this sense, in terms of the impacts derived from terrorism, the Philippines stands as one of the most affected countries worldwide (Morallo 2017).

The problem of drug use has expanded significantly in **Palestine** during the last 10 years. This spread of illicit drug abuse is facilitated by the unstable socioeconomic context, characterized by political and economic tensions (UNODC 2018). According to Reuters (2017), until 2013, most smuggling occurred through a network of tunnels built by Palestinian and Egyptian gangs. Originally, these tunnels were built to move every type of products – from food to consumer goods, such as cars and cattle – through the borders of the countries. Between 2014 and 2015, a great

26 The most active militant groups in the Philippines are: Abu Sayyaf;, Moro Islamic Liberation Front (MILF);, Moro National Liberation Front (MNLF);, Maute group;, Bangsamoro Islamic Freedom Fighters (BIFF); and Jemaah Islamiyah (Banlaoi 2017; The Diplomat 2017; TRT World 2017).

27 "The largest production areas for methamphetamine continue to be in South-East Asia (including Myanmar, China and the Philippines) and in North America" (Durnagöl 2009, 56).

part of these tunnels was destroyed by Egypt's government, in an attempt to end with the black market in the country. However, new ways have been found to introduce narcotics into Palestine (al-Mughrabi 2018). Ahmed Kidra, head of Gaza's police anti-drug unity, estimates that the amount of narcotics seized in the region in January of 2017 equaled the total seized during all 2016. Kidra also stated that narcotics problem in Gaza was manipulated by Israel, saying that the country "turns a blind eye" to narcotics, mostly hashish, tramadol[28] and ecstasy, smuggled in the area hidden in commercial goods. In an effort to combat the spread of drug use in the territory, Hamas[29] started to apply death sentences to convicted drug traffickers. In 2016, politicians from this party approved a law deeming drug dealing as a national security threat. However, the main obstacle to deal with the drugs issue is the lack of necessary training and equipment (Qedra 2017).

As part of the Golden Crescent, **Pakistan** is an important narcotics' producer and transit country. Its porous borders with Afghanistan – the world's largest producer of illicit opium – make the country especially vulnerable to drug trafficking (Outlook India 2017). According to the UNODC (2015), approximately 43 per cent of the Afghan opiates are trafficked through the Pakistani state. At the same time, Pakistan deals with internal and external terrorist threats, posed, namely, by the Afghan Taliban and by Tehrik-e-Taliban Pakistan (TTP). Both of these groups use drug production and trafficking as an important resource to finance their activities. Pakistan's Interior Minister Chaudhry Nisar Khan has recognized this connection and stressed the necessity of eliminating drug-funded terrorism from the country (Ahmed 2015).

Qatar is believed to be home to several groups deemed as extremists, including Hamas, Taliban and Al-Qaeda – organizations that have known connections with narcotics' traffic and production. For this alleged reason, in 2017, several Middle Eastern countries have cut diplomatic ties with it, stating that the country was supporting terrorist and extremist groups in the region. Despite the close military ties with the country, the United States have also criticized Qatar for providing financial support, weapons and diplomatic mediation to these extremist groups (Counter Extremism Project 2018c).

The **Islamic Republic of Iran** has strict narcotic laws, including death penalty to drug smuggling and drug possession cases. Accordingly, the "Iranian use of the death penalty for drug offenses, while widely criticized internationally, has been justified by Islamic Republic officials as a necessary means of addressing rising rates of drug smuggling in Iran through the Iran-Afghanistan border" (Nikpour 2018, 2). As part of the Golden Crescent, Iran finds itself in the middle of Asia's and the Middle East's drug epicenter. The use of narcotics in the country – especially opium, heroin and synthetic drugs – is estimated to have doubled in the last six years. This scenario

28 Tramadol is an opioid pain medication traditionally used to treat moderate to severe pain. Administered in high doses it can produce calming and euphoric effects and its use for long periods of time can be highly addictive (Addiction Center 2017).

29 "Hamas is a Palestinian militant movement that also serves as one of the territories' two major political parties. A nationalist-Islamist spinoff of Egypt's Muslim Brotherhood, Hamas was founded in 1987, during the first intifada, and later emerged at the forefront of armed resistance to Israel. The United States and the European Union consider Hamas a terrorist organization. Its rival party, Fatah, which dominates the Palestine Liberation Organization (PLO), has renounced violence." (Laub 2014, online).

brings about not only a crisis of public health, but also a financial one, considering the efforts that the government has already carried out in order to implement public awareness campaigns and apprehension actions. In the aftermath of the Islamic Revolution of 1979, Ayatollah Ruhollah Khomeini, the leader of the revolutionary movement, stated that the use of drugs was un-Islamic, and that the spread of narcotics in the Iranian society was a result of Western influence. For this reason, after the Revolution, Iran went through a severe anti-drug campaign, known by its zero tolerance policies. This position was also taken in the 1980s, in the end of the Iran-Iraq war, when the execution of drug users was implemented with renewed fervor (Nickpour 2018). At the same time, for years, Iran has maintained strong ties with Hezbollah – a group that finds in narcotics trafficking one of its main sources of revenue. The two share common disagreements in what concerns the United States-Israel alliance, being against the superpower's intervention in the Middle East, and have strengthened their partnership with the uprising of the Syrian Civil War, in 2012 (Livermore 2018)

Although heroin addiction among the Russian population began to grow with the return of the soldiers involved in the Afghanistan War of 1979, it was after the downfall of the Soviet Union that drug utilization in **Russia** exploded. Today, according to Oakford (2016, online), "Russian officials estimate there are more than a million heroin users, though experts say the true number could be double, if not higher". Afghanistan remains as the main source of heroin used in Russia. Such narcotics arrive in the country mainly through the Northern Route, which crosses Central Asia, but also through the Balkan route (crossing Iran and the Caucasus countries, such as Armenia) and the Eastern route, through China and Mongolia (De Danieli 2014; Nevirko 2017). Moreover, in what concerns Afghanistan's situation regarding narcotics production, some Russian drug officials blame both the United States and its NATO allies for the destabilization of the country, which led Afghani poppy production to loom (Oakford 2016). In spite of the fact that Russia and the United States cooperated in order to refrain Afghanistan's drug trafficking after Taliban's overthrow in 2001, more recently, both countries have been diverging in narcotics policy matters (Ramani 2017). According the OCCRP (2013), the Russian Federation corresponds not only to the largest national market for Afghan heroin, but also to the place where such drug has been causing the most significant damage, including through the transmission of HIV. In fact, "the level of narcotization of the Russian population is a direct threat to security and a major factor of undermining the demographic and socio-economic potential of the country" (Nevirko 2017, 197-198). In addition to the internal efforts to combat the drug threat within the country, including narcoterrorism, the Russian state also has been working to enhance cooperation among some law enforcement bodies of Russia and foreign states' responsible authorities for countering illicit drug trafficking (Nevirko 2017). Indeed, Russia has been formulating its priority strategies against the international drug trade, such as waging an organized fight against transnational organized drug crime, aiming at eliminating transnational drug delivery channels and establishing international control measures over drug trafficking. Russia's main efforts with the international control's framework have been focused on the "promotion of international initiatives in the field of combating drug trafficking and ensuring effective work of the Commonwealth

of Independent States[30], the Shanghai Cooperation Organization and the Collective Security Treaty Organization[31]", besides the efforts to keep "the proper functioning of the 'security belt' around Afghanistan, improving the efficiency of border control and control over the transportation infrastructures, strengthening the state border of the Russian Federation" (Nevirko 2017, 199-200). Furthermore, besides the regional drug trade, terrorist activities also are a great challenge for Russia. Accordingly, some North Caucasian separatist groups – especially Chechen ones – that actively employ terrorist means – are known to be deeply involved in criminal and shadow economic activities (Stepanova 2005). As stated by Stepanova (2017, 169), "Chechen criminal groups are more closely involved in selling drugs on Russian territory, particularly in certain regions (such as the northwest). Still, the greater share of the national market is controlled by various groups of Central Asian origin". Thus, the drug trafficking of Afghan opiates through Central Asia until its territory and its possible linkages with the separatist terrorist organizations, like the Caucasus Emirate[32].

Although the **Republic of Korea** is not directly affected by the issue of drug-related terrorism, the fact that it possesses the second largest port in East Asia turns the country into an useful route for the delivery of narcotics produced either in China and in some Southeast Asian countries to the United States, Japan and Europe (Odayar 2015; The Nation 2013). Even though the country used to have the reputation of a place relatively immune from narcotics, the continuous exposure to Western cultures – known to be more lenient on drug use –, alongside the freedom of international travel, facilitated the visitation to countries where drugs were more easily found and, therefore, opened up space for Koreans to bring home various amounts (Singh 2016). Thus, in the most recent years, there was a rapid increase in the quantity of drugs smuggled into the Republic of Korea or trafficked through it, demonstrating the urge of implementing tougher and more effective measures (The Nation 2013). Furthermore, "as one of the four Asian Tigers and a member of the G-20 major economies, the Republic of Korea is strongly committed to seeing the trade in illicit drugs restricted or ended, so as to dissolve the funds generated towards narco-terrorism" (Odayar 2015, online).

Having been a significant source of illicit opium until the late 1990s, **Thailand** has become one of the countries to have successfully suppressed its production by implementing policies aiming at replacing it with other crops. According to Windle (2016, 2), "Thai drug policy has tended to be very conservative and centered upon a zero-tolerance approach to users and distributors of illicit drugs", which is "paradoxically dovetailed by Thailand's strong identity as a model of humane drug crop suppression through alternative development". In fact, Thailand is known for

30 The Commonwealth of Independent States (CIS) is a political and economic confederation that was founded in 1991, initially involving the 11 republics of the former Soviet Union (Armenia, Azerbaijan, Belarus, Kazakhstan, Kyrgyzstan, Moldova, Russia, Tajikistan, Turkmenistan, Ukraine, Uzbekistan). Among CIS' main functions are the coordination of its members' policies in what concerns their economies, foreign relations, defense, and others (Encyclopaedia Britannica 2018).

31 The Collective Security Treaty Organization (CSTO), formed under the CIS' framework is a mutual defense alliance involving Russia, Belarus, Armenia, Kazakhstan, Kyrgyzstan, Tajikistan, and Uzbekistan (GlobalSecurity.org 2014).

32 The so-called Caucasus Emirate corresponds to a Sufi nationalist organization founded in October 2007 by the ex-president of the self-proclaimed secessionist government of Chechnya. The main objective of the organization is the establishment of an independent Caucasus Emirate ruled by the Shariah and the waging of a global jihad (Stanford University 2014).

employing harsh and repressive policies, which not rarely contravene international human rights law. Most prominently, this stance refers to its 2003 'war on drugs', even though the incarceration of drug users in compulsory treatment centers and the abuse of users by the police also represented measures that brought about great concerns to the international community. Thus, in spite of sharing porous borders with major drug producers as Myanmar and Laos, Thailand is considered to be a very efficient country in its responses to drug trafficking. However, even with its border security and police being well-trained, well-equiped and well-resourced, the drug-related corruption remains as a major issue to the country (Windle 2016). For Thailand, the biggest narco-terrorism related issue concerns the Muslim-Malay separatist movements in the south of the country, that have recently found in drug trafficking an important source of revenue (Abuza 2017).

When it comes to the traffic of heroin, drug trafficking groups operating in **Turkey** find themselves among Europe's most powerful organized crime cells, especially due to Turkey's proximity to key demand markets in Europe and in the Middle East and to its geographical location as a land bridge from supplier countries (as Afghanistan) to these buyers (Cengiz 2017). More recently, Turkish authorities have been using drugs' association with terrorism and national security to justify the increasing crackdowns on drug trade (Tharoor 2017). According to Cengiz (2017), in Turkey, drug trade has been appearing to be an important source of revenue for terrorism financing: the Kurdistan Workers' Party (PKK), for instance, is partly funded by incomes of drug trafficking. Besides, drug trafficking networks in Turkey facilitate other illicit activities, as human smuggling, cigarette smuggling, and antiquities trafficking, demonstrating the close connection between international terrorism and transnational organized crime. In addition, the instability in neighboring countries makes it difficult to combat narco-trafficking. For instance, "Turkey's proximity to the conflicts in Iraq and Syria intensifies and shapes the drug trade in the country. Large amounts of Afghan heroin now flow into Turkey from Iraq and Syria, with drug traffickers having diversified their routes beyond Iran" (Cengiz 2017, online).

The **United Arab Emirates (UAE)**, as a recognized ally of the United States, has been carrying out counterterrorism and countering violent extremism partnership alongside it (United States 2017). However, "its robust economic development, political stability, and liberal business environment have attracted a massive influx of people, goods, and capital, which may leave the country vulnerable to money laundering activity" –most of these being related to terrorist financing (United States 2014, online). Thus, narcotics traffickers from South West Asia seem to be increasingly attracted to the UAE's important financial and trade centers (United States 2014). In March 2018, Hezbollah-linked drug traffickers were arrested in an attempt to bring narcotics into the UAE's territory to fund the activities of the Lebanese group (Ramahi 2018). According to The National (2018), Hezbollah's purpose is not only to increase its incomes, but also to corrupt young people in the Gulf Cooperation Council's[33] countries, which Iran seeks to weaken as a way of pursuing its hegemonic aims. Therefore, the UAE represents an "important transit point for narco-terrorist groups, not only to expand the demand of drugs, but also for money

33 The Gulf Cooperation Council (GCC) is a regional intergovernmental political and economic union consisting of all Arab states of the Persian Gulf, except for Iraq. Its member states are Bahrain, Kuwait, Oman, Qatar, Saudi Arabia, and the United Arab Emirates (Hamdan 2012).

laundering through investments". Accordingly, "the UAE's major air and sea ports are seen as a channel from Afghanistan and Syria to drug users here, in Europe and as far away as the United States" (Malek 2017, online).

The **United States of America** are believed to play the biggest role in combating terrorism in all its forms, as well as in institutionalizing a favorable international environment to its War on Terror. The terrorist attacks that occurred in September 11 2001 "led to a new appreciation for global terrorism. The direct attack on US soil has changed the world by demonstrating even the most powerful nation is vulnerable to a large scale and well organized terrorist operation" (Haupt 2009, online). Thus, with the Bush Doctrine – whose principles included unilateralism and the use of preventative war –, the United States could be able to secure itself against countries that were somehow aiding terrorist organizations (Hagger 2013). According to Todd (2003), the United States adopts the strategy of keeping the international system in crisis as a way of consolidating itself as the 'protector of the free world' – namely, the Western democracies – against a common external enemy. With the end of the Cold War, it became necessary to create a new enemy: terrorism. Thus, despite being considered justified by many, the War on Terror is the way that the North-Americans have found to legitimize and justify U.S.' military action in strategic areas of the globe, such as the Middle East. With this strategy, the United States, in its hegemonic position, shapes the political and security dynamics in the Western world, which contributes to the maintenance of its position of prominence in the international system. However, the fight against illicit drug trade is prior to the 9/11 attacks, given that, in 1999, the Foreign Narcotics Kingpin Designation Act was signed with the objective of applying economic and other financial sanctions to both foreign narcotics traffickers and their respective organizations across the world (Villa 2016). Regarding narco-terrorism itself, during the Obama Administration, the U.S. undertook the responsibility of continuing its longstanding engagement with the international community in order to disrupt the world drug trade by supporting the reduction of drug crops and, promoting alternative livelihoods as well as partner nation capacity building, making efforts to develop comprehensive assistance programs, aiming at the reduction of the availability of illicit drugs, at the inhibition of terrorist funding and the, improvement of national and international security, also attempting to bring Transnational Organized Crime (TOC) networks to justice (National Security Council 2018). Since 2016, nonetheless, the Trump administration has been focusing especially on targeting "Hezbollah's entire sprawling network" (DW 2018, online). In January 2018, the Hezbollah Financing and Narcoterrorism Team (HFNT) was created. Such group consisted of "experienced international narcotics trafficking, terrorism, organized crime, and money laundering prosecutors" and had the task of "investigating individuals and networks providing support to Hezbollah, and pursuing prosecutions in any appropriate cases" (Department of Justice 2018, online).

Even though **Uzbekistan** is not a narcotics' producer country, it is an important transit state for drugs, such as heroin, opium, hashish and marijuana coming from Afghanistan and Tajikistan – two states with which it shares extensive borders. At the same time, the country's geography, composed by open deserts and rugged mountains offers an opportunity for drug traffickers to enter undetected. The country's counter-narcotics policy is expressed in the National Action Plan on Prevention

of Drug Abuse and Illicit Drug Trafficking (NAP), that, among other principles, includes exertive drug law enforcement, control over illicit circulation, prevention programs and capacity-building for addiction treatment services (United States 2014; United Nations 2015). However, the country's main problem regarding illicit drugs combat is still the corruption inside the official government's organs. A multiplicity of arrestments have already occurred regarding low or mid-level officers corruption and, for this reason, with the support of the international community, Uzbekistan has developed the National Anti-Corruption Action Plan (United States 2014).

Vietnam, as well as the other countries of the former French Indochina, used to widely grow opium during the French rule. However, by the early 1990s, the country sought to eradicate the crop through opium replacement policies, similar to the ones implemented in Thailand. Still, due to its porous borders, drug-related issues continued to make the country vulnerable. Moreover, even though opium's presence in the country began to fade, "heroin arrived as a by-product of Vietnam being an emerging transit point for drugs from the infamous Golden Triangle", considering that tourism and the consequent "influx of foreign backpackers had created demand for drug dealers" (Reuters 1999, online). In fact, "Ho Chi Minh City has become an important new hub for heroin distribution, some of which is finding its way down the Malay Peninsula into Malaysia and Singapore" (Singh 2010, 185). Thus, the country has also been adopting harsh drug policies and carrying out capital punishments against drug offenders. In this context, "429 people were executed between August 2013 and June 2016 at a rate of 140 executions a year. This makes Vietnam the world's third biggest executioner after China and Iran" (Sputnik News 2017, online). As one of the fastest growing economies in the region, narco-trafficking represents an even more significant challenge to Vietnam, becoming even a public health issue due the spread of HIV virus related to the injection of heroin. In 2014, Vietnam ranked fifth in Asia-Pacific in HIV infections, sitting behind only India, China, Indonesia and Thailand (Tuoi Tre News 2014).

6 QUESTIONS TO PONDER

I. What are the most important facilitating factors for the spread of drug trafficking and terrorist activities in Asia? What makes the connection between illegal drug trade and terrorism feasible?

II. What measures are most effective in dismantling drug production and trafficking networks in Asia?

III. To what extent should countries considered to be major narcotics producers, such as Afghanistan and Myanmar, be held accountable for the activities of these transnational crime organizations?

IV. How can the international community, especially the major powers, assist states suffering from narco-terrorism? To what extent does the War on Terror contribute to the end of these criminal activities?

V. Which previous international actions have most aided in the fight against narco--terrorism?

REFERENCES

Abuza, Zachary. 2016. "The Uighurs and China's Regional Counter-Terrorism Efforts". *Terrorism Monitor* 15 (16): 8-12. https://jamestown.org/wp-content/uploads/2017/08/Terrorism-Monitor-August-15-2017.pdf?x87069.

———. 2018 "No End in Sight for Thailand's Deadly Southern Insurgency." *The Diplomat*, July 18. https://thediplomat.com/2017/07/no-end-in-sight-for-thailands-deadly-southern-insurgency/.

Acharya, Amitav. 2004. Terrorism and Security in Asia: Redefining Regional Order?. Working paper, Nanyang Technological University, Singapore. https://goo.gl/3AZY-GL.

Addiction Center. "Tramadol Addiction and Abuse". Last modified September 15 2017. https://www.addictioncenter.com/opiates/tramadol/.

Ahmed, Dania. 2015. "Heroin and Extremism in Pakistan." *Foreign Policy*., Last modified August 17. http://foreignpolicy.com/2015/08/17/heroin-and-jihad-in-pakistan/.

Aldridge, Robert C. 2008. *America in Peril*. Pasadena: Hope Publishing House.

Al-Qedra, Fedaa. "Israel 'turns a Blind Eye' to Gaza's Drug Influx." *Al Jazeera*, May 30, 2017. https://www.aljazeera.com/indepth/features/2017/05/israel-turns-blind-eye-gaza--drug-influx-170514080348229.html.

Ansari, Nariman. 2004. "Narco-Terror: the United States, the Drug War, and the War on Terror". Stanford University. https://goo.gl/xd6Evv.

Attwell, Rob. 2017. "Criminals With a Cause: The Crime-Terror Nexus in the Southern Philippines". *The Diplomat.* Accessed May 29 2018. https://thediplomat.com/2017/04/criminals-with-a-cause-the-crime-terror-nexus-in-the-southern-philippines/.

Aureano, Guillermo R. 2016. "Les enjeux économiques et géopolitiques du régime international de contrôle des drogues". *Mouvements* 2016/2 (86): 13-21.

https://www.cairn.info/revue-mouvements-2016-2-page-13.htm

Bakshi, Jyotsna. 2001. "SinoRussian strategic partnership in central Asia: Implications for India". *Strategic Analysis* 25 (2): 161-183. doi: 10.1080/09700160108458949.

Banlaoi, Rommel C. 2017. "Threats of narcoterrorism in the Philippines". *Rappler*. Accessed May 28, 2018. https://www.rappler.com/thought-leaders/183082-threats-narcoterrorism-philippines.

Bauer, Alain. 2010. "La globalisation du crime". *Pouvoirs* 2010/1 (132): 5-16. https://www.cairn.info/revue-pouvoirs-2010-1-page-5.htm.

BBC News. 2005. "Lawless Iraq is 'key drug route'". Accessed May 30, 2018. http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/4541387.stm.

BBC News. 2010. "Who are Hezbollah?". Accessed May 30, 2018. http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/4314423.stm.

BBC News. 2012. "UN report: Opium cultivation rising in Burma". Accessed October 3 2018. https://www.bbc.com/news/world-asia-20150082.

BBC News. 2016. "Who are Kurdistan Workers" Party (PKK) rebels?". Accessed May 29, 2018. http://www.bbc.com/news/world-europe-20971100.

Bhatia, Nabil. 2017. "Opioids in the Golden Crescent: Production, Trafficking, and Cooperative Counternarcotics Initiatives". Last modified March 13. http://natoassociation.ca/opioids-in-the-golden-crescent-production-trafficking-and-cooperative--counternarcotics-initiatives/.

Bianco, Lucien. 1980. "La India de 1939 a 1947." In *Asia Contemporanea*, 33:360. Historia Universal. Mexico: Siglo XXI Editores.

Björnehed, Emma. 2004. "Narco-Terrorism: The Merger of the War on Drugs and the War on Terror". *Global Crime* 6 (3-4): 305–324. doi: 10.1080/17440570500273440.

Bose, Sugata, and Ayesha Jalal. 2017. "1947: Memories and Meanings." In *Modern South Asia: History, Culture, Political Economy*, 4th ed., 298. Routledge.

Brownstein, Michael J. 1993. "A Brief History of Opiates, Opioid Peptides, and Opioid Receptors." *Proc. Natl. Acad. Sci. USA* 90 (June 1993): 5391–93. https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC46725/.

Cengiz, Mahmut. 2017. *Amped in Ankara:* Drug trade and drug policy in Turkey from the

1950s through today. Washington D.C.: Brookings. https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2017/04/fp_201704_turkey_drug_policy.pdf.

Century, Douglas. 2014. "ISIS and the New Face of Narcoterrorism". *Tablet Magazine*. Accessed May 29 2018. http://www.tabletmag.com/scroll/186110/isis-and-the-new--face-of-narcoterrorism.

Chalk, Peter. 1997. *Grey-area phenomena in Southeast Asia:* piracy, drug trafficking and political terrorism. Canberra: The Australian National University.

———. 2000. "Southeast Asia and the Golden Triangle's Heroin Trade: Threat and Response". *Studies in Conflict & Terrorism* 23 (2): 89-106. doi: 10.1080/105761000265548.

Chandran, D. Suba. 1998. "Drug trafficking and the security of the state: A case study of Pakistan". *Strategic Analysis* 22 (6): 903-922. doi: 10.100/09700169808458862.

Channel News Asia. 2017. "Malaysia parliament removes mandatory death penalty for drug offenders". Accessed May 26 2018. https://www.channelnewsasia.com/news/asia/malaysia-parliament-removes-mandatory-death-penalty-for-drug-9456748

Chellaney, Brahma. 2001. "Fighting Terrorism in Southern Asia: The Lessons of History". *International Security* 26 (3): 94–116. http://www.jstor.org/stable/3092091.

Chouvy, Pierre-Arnoud. 2002. "The Drug Trade in Asia." *Encyclopedia of Modern Asia* 2: 302–4. http://geopium.org/?p=183.

Cole, Juan. 2008. "Drug Smuggling and Narco-Terrorism in Iraq". Accessed May 31 2018. https://www.juancole.com/2008/12/drug-smuggling-and-narco-terrorism-in.html.

Conference on Interaction and Confidence-Building Measures in Asia (CICA). 2002. *CICA Declaration on Eliminating Terrorism and Promoting Dialogue among Civilizations*. Almaty: CICA. http://www.s-cica.org/admin/upload/files/CICA_Declaration_Elimination_of_terrorism_(2002)_-_eng.doc.

Cornell, Svante E. 2005. "Narcotics, Radicalism, and Armed Conflict in Central Asia: The Islamic Movement of Uzbekistan". *Terrorism and Political Violence* 17 (4): 619-639. doi: 10.1080/095465591009395.

Counter Extremism Project. 2018a. "Egypt: Extremism & Counter-Extremism." https://www.counterextremism.com/countries/egypt.

———. 2018b. "Japan: Extremism & Counter-Extremism." https://www.counterextremism.com/countries/japan.

———. 2018c. "Qatar: Extremism & Counter-Extremism." https://www.counterextremism.com/countries/qatar

De Danieli, Filippo. 2014. "Beyond the Drug-Terror Nexus: Drug Trafficking and State-Crime Relations in Central Asia". *International Journal of Drug Policy* 25 (6): 1235–40. doi: 10.1016/j.drugpo.2014.01.013.

Deutsche Welle (DW). 2017. "Philippines moves to restore death penalty for drug offenses". Accessed May 27. http://www.dw.com/en/philippines-moves-to-restore-death-penalty-for-drug-offenses/a-37841088.

———. 2018. "US to reopen probe into Hezbollah 'narcoterrorism'". Accessed May 31. https://goo.gl/LoCDS7.

Dikkoter, Frank, Lars Lamman, and Zhou Xun. "Narcotic Culture: A History of Drugs in China." The University of Chicago Press Books (blog), 2004. https://www.press.uchicago.edu/ucp/books/book/chicago/N/bo3620365.html.

Diniz, Eugênio. 2010. "A Guerra Contra a Al-Qaeda: Avaliação e Perspectivas." In *Terrorismo e Relações Internacionais*, edited by Mônica Herz and Arthur Bernardes do Amaral. Rio de Janeiro: Edições Loyola.

Durnagöl, Engin. 2009. "The Role of Drugs in Terrorism and Organized Crime". *Ankara-barreview* 2 (2): 46–80. goo.gl/yVn2AA.

Ehrenfeld, Rachel. 2011. "Defeating Narco-Terrorism." *Huffington Post*., Last modified May 25. https://www.huffingtonpost.com/dr-rachel-ehrenfeld/defeating-narco-terrorism_b_175537.html.

Encyclopaedia Britannica. 1998. "Daoguang: Emperor of Qing Dynasty." Accessed May 30 2018.. https://www.britannica.com/biography/Daoguang.

———. 2018. “Commonwealth of Independent States”. Accessed May 30. https://www.britannica.com/topic/Commonwealth-of-Independent-States.

Etzioni, Amitai. 2004. *How Patriotic Is the Patriot Act?* Freedom Versus Security in an Age of Terrorism. New York: Routledge.

European Country of Origin Information Network. 2015. “Country Report on Terrorism 2015 - Chapter 2 - Djibouti”. Accessed October 3 2018. https://www.ecoi.net/en/document/1190212.html.

Fair, C. Christine. 2018. “Political Islam and Islamist Terrorism in Bangladesh: What You Need to Know”. *Lawfare*. Accessed May 30. https://lawfareblog.com/political-islam--and-islamist-terrorism-bangladesh-what-you-need-know.

Fedotov, Yuri. “The Triangular Initiative: an Effective Model for Regional Counter-Narcotics Cooperation”. Speech, Triangular Initiative Ministerial Meeting, Islamabad, November 25, 2010. *United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC)*. Accessed May 12 2018. https://www.unodc.org/unodc/en/about-unodc/speeches/2010-11-25-triangular-initiative-ministerial.html.

Felbab-Brown, Vanda. 2010. “Narco-Jihad: Drug Trafficking and Security in Afghanistan and Pakistan.” *Brookings*. Accessed May 15 2018. https://www.brookings.edu/research/narco-jihad-drug-trafficking-and-security-in-afghanistan-and-pakistan/.

Friedman, Lauri S. 2009. *The Patriot Act*. Farmington Hills: Greenhaven Press.

Global Policy Forum. “War on Terrorism.” Global Policy Forum, 2018. https://www.globalpolicy.org/war-on-terrorism.html.

Guither, Peter. 2003. “Patriot Act, Victory Act, Despot Act”. *Drug WarRant*. Accessed May 14, 2018. http://www.drugwarrant.com/articles/patriot-act-victory-act-despot-act/.

Gunaratne, Rohan. International and Regional Implications of the Sri Lankan Tamil Insurgency, 1997. http://www.padippakam.com/document/srilankan_gov/gov002.pdf.

Hagger, Nicholas. 2013. *The Secret American Dream:* The Creation of a New World Order with the Power to Abolish War, Poverty, and Disease. London: Duncan Baird Publishers.

Hamdan, Sara. 2012. “A Call for Private Investment in Gulf Health Care”. *The New York Times*. Accessed May 30 2018. https://www.nytimes.com/2012/01/05/world/middleeast/a-call-for-private-investment-in-gulf-health-care.html?pagewanted=all.

Haq, M. Emdadul. 2003. “International drug trafficking and security concerns in Bangladesh”. *The Daily Star*. Accessed May 30 2018. http://archive.thedailystar.net/2003/12/06/d31206150186.htm.

Haq, Ikramul. 2017. “Terror and the drug trade”. *The News International*. Accessed May 29, 2018. https://www.thenews.com.pk/print/212996-Terror-and-the-drug-trade.

Haupt, David A. 2009. “NARCO-TERRORISM: An increasing threat to U.S. National Security”. Master diss., Joint Forces Staff College.

Haviland, Charles. “Sri Lanka PM Retracts India Rebel Training Camp Claim.” BBC News UK. March 11, 2011. https://www.bbc.co.uk/news/world-south-asia-12714893.

Hayes, Jack Patrick. 2017. “The Opium Wars in China.” *Asia Pacific Foundation of Canada*. https://goo.gl/SVmxgv.

Hays, Jeffrey. 2016. “Illegal Drug Trade and Production in Kazakhstan.” Facts and Details. http://factsanddetails.com/central-asia/Kazakhstan/sub8_4b/entry-4650.html.

Haviland, Charles. “Sri Lanka PM Retracts India Rebel Training Camp Claim.” BBC News UK. March 11, 2011. https://www.bbc.co.uk/news/world-south-asia-12714893.

Holmberg, John. 2009. Narcoterrorism. Working paper, George Mason University, Fairfax, VA. http://traccc.gmu.edu/pdfs/student_research/HolmbergNarcoterrorism.pdf.

Hu, Feng-Yung. 2014. *Russia in Transition*: Regional Integration, Media Censorship and Culture Institutes. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing.

Human Rights Watch (HRW). 2017. “License to Kill”. Accessed May 29 2018. https://www.hrw.org/report/2017/03/02/license-kill/philippine-police-killings-dutertes-war--drugs.

International Narcotics Control Board (INCB). 2016. *Report of the International Narcotics*

Control Board for 2016. Vienna: INCB. https://www.incb.org/documents/Publications/AnnualReports/AR2016/English/AR2016_E_ChapterIII-Asia.pdf.

Iran Focus. 2018. "Iran Risks Destabilizing Iraq via International Narco-Trafficking". Accessed May 30 2018. https://www.iranfocus.com/en/index.php?option=-com_content&view=article&id=32714:iran-risks-destabilizing-iraq-via-international-narco-trafficking&catid=7:iraq&Itemid=112.

Islamic Republic of Afghanistan. 2017. "Shanghai Cooperation Organization (SCO) Afghanistan Contact Group Meeting". *Ministry of Foreign Affairs*. http://mfa.gov.af/en/news/shanghai-cooperation-organization-sco-afghanistan-contact-group-meeting.

Israel. 2011. "Overview of the Drug Situation in Israel". *Anti-Drugs Authority*. Accessed May 29 2018. http://www.antidrugs.org.il/english/pages/1315.aspx.

Jamail, Dahar. 2006. "Hezbollah's transformation". *Asia Times*. Accessed May 30 2018. http://www.atimes.com/atimes/Middle_East/HG20Ak02.html.

Japan. 2011. "Statement by Yutaka Iimura, Special Envoy of the Government of Japan at the Meeting of the Ministers responsible for the fight against illicit drug trafficking". *Ministry of Foreign Affairs.* Last modified May 10. https://www.mofa.go.jp/policy/narcotics/state1105.html.

———. 2013. "Transnational Organized Crime and Terrorism." *Ministry of Foreign Affairs*. http://www.mofa.go.jp/policy/oda/white/2013/html/honbun/b2/s2_2_3_06.html.

———. 2015. "National Statement by Amb. Kawada, Representative of the Government of Japan, Ambassador in Charge of Countering Terrorism and Organized Crime." presented at the General Debate in the 58th CND. https://www.mofa.go.jp/files/000097231.pdf.

Khan, Simbal. 2014. "Stabilization of Afghanistan: U.S.-NATO Regional Strategy & The Role of SCO". *Institute of Strategic Studies Islamabad*. Accessed May 20 2018. http://www.issi.org.pk/wp-content/uploads/2014/06/1299137179_72323919.pdf.

Kreutzmann, Hermann. 2007. "Afghanistan and the Opium World Market: Poppy Production and Trade". *Iranian Studies* 40 (5): 605-621. doi: 10.1080/00210860701667688.

Kubovich, Yaniv. 2013. "Israel Becomes Major Hub in the International Cocaine Trade, Abuse Rising". *Haaretz*. Accessed May 29 2018. https://www.haaretz.com/israel-turns-into-cocaine-trade-hub-1.5276110.

Kumar, Nikhil, and Rishi Iyengar. 2016. "Here"s What You Need to Know About Growing Extremist Violence in Bangladesh". *Time*. Accessed May 30 2018. http://time.com/4312152/heres-what-you-need-to-know-about-growing-extremist-violence-in--bangladesh/.

Lacouture, Matthew. 2007. "Narco-Terrorism in Afghanistan: Counternarcotics and Counterinsurgency." *International Affairs Review*. http://www.iar-gwu.org/node/39.

Laub, Zachary. "Hamas." Council on Foreign Affairs. Accessed September 12, 2018. https://www.cfr.org/backgrounder/hamas.

Lejbowicz, Agnès. 2005. "Spectres du terrorisme : autour du concept de guerre civile mondialisée". *Cités* 2005/4 (24): 17-31. https://www.cairn.info/revue-cites-2005-4-page-17.htm.

Levitt, Matthew. 2012. "Hizbullah narco-terrorism: A growing cross-border threat". *IHS Defense, Risk and Security Consulting*. Accessed May 29 2018. https://www.washingtoninstitute.org/uploads/Levitt20120900_1.pdf.

Lintner, Bertil. 2000. "The Golden Triangle Opium Trade: An Overview". *Asia Pacific Media Services*. http://www.asiapacificms.com/papers/pdf/gt_opium_trade.pdf.

Livermore, Doug. "Exploiting Vulnerabilities in Lebanese Hezbollah's Continuing Narcotics Finances". Small Wars Journal, 2018. http://smallwarsjournal.com/jrnl/art/exploiting-vulnerabilities-lebanese-hezbollahs-continuing-narcotics-finances.

Lukin, Alexander. 2018. *China and Russia*: The New Rapprochement. Cambridge: Polity.

Makarenko, Tamara. 2004. "The Crime-Terror Continuum: Tracing the Interplay between Transnational Organised Crime and Terrorism". *Global Crime* 6 (1): 129-145. doi: 10.1080/17440570420000297025.

Malek, Caline. 2017. "Drug cartels using GCC as gateway for illegal trade". *The National*.

Accessed May 31 2018. https://www.thenational.ae/uae/drug-cartels-using-gcc-as--gateway-for-illegal-trade-1.637304.

Mann, Poonam. 2001. "Fighting terrorism: India and central Asia". *Strategic Analysis* 24 (11): 2035-2054. doi: 10.1080/09700160108455337.

Martin, Andrew, and Patrice Petro. 2006. *Rethinking Global Security*: Media, Popular Culture, and the "War on Terror". New Brunswick: Rutgers University Press.

Morallo, Audrey. 2017. "Philippines is 12th country most affected by terrorism". *Philstar Global.* Accessed May 29 2018. https://www.philstar.com/headlines/2017/11/16/1759556/philippines-12th-country-most-affected-terrorism.

Neumann, Vanessa. 2011. "The new nexus of narcoterrorism: Hezbollah and Venezuela". *Israel Resource News Agency*. Accessed May 30 2018. http://israelbehindthenews.com/the-new-nexus-of-narcoterrorism-hezbollah-and-venezuela/7685/.

Neves Júnior, Edson José, and Larlecianne Piccolli. 2012. "O Combate Ao Terrorismo Internacional No Centro e Sul Da Ásia: Entre o Intervencionismo Estrangeiro e a Regionalização de Segurança". *Relações Internacionais No Mundo Atual* 2 (16): 103–18. http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/500.

Nikpour, Golnar. "Drugs and Drug Policy in the Islamic Republic of Iran." *Middle East Brief*, no. 119 (June 2018): 1–8.

Oakford, Samuel. 2016. "How Russia Became the New Global Leader in the War on Drugs". *Vice News*. Accessed May 30 2018. https://news.vice.com/article/how-russia-became-the-new-global-leader-in-the-war-on-drugs-ungass.

Odayar, Taryana. 2015. "The Crime-Terror Continuum: South Korea's War Against Narco--Terrorism". *The Beaver*. Accessed May 30 2018. https://beaveronline.co.uk/crime--terror-continuum-south-koreas-war-narco-terrorism.

Olcott, Martha Brill, and Natalia Udalova. "Drug Trafficking on the Great Silk Road." *Working Papers - Russian and Eurasian Programs*, no. 11 (2000). https://carnegieendowment.org/files/drugs.pdf.

Olimova, Saodat, and Farkhod Tolipov. 2011. "Islamic revival in Central Asia: The cases of Uzbekistan and Tajikistan". *Documentos CIDOB* 26: 1-15. https://www.cidob.org/en/content/download/26454/321037/file/doc_asia_26.pdf.

Organized Crime and Corruption Reporting Project (OCCRP). 2013. "Narcotic Superhighways: The Top 5 Routes for Drug Trafficking". Accessed May 30 2018. https://www.occrp.org/index.php/en/component/content/article/16-other-articles/1843-narcotic-superhighways-the-top-5-routes-for-drug-trafficking.

O'Riordain, Aiofe. "Traveller's Guide: The Golden Triangle." The Independent UK, February 22, 2014. https://www.independent.co.uk/travel/asia/travellers-guide-the--golden-triangle-9143820.html.

Oscapella, Eugene. "How Drug Prohibition Finances and Otherwise Enables Terrorism." Ottawa: Senate of Canada, October 29, 2001. https://sencanada.ca/content/sen/committee/371/ille/presentation/oscapella1-e.htm.

Outlook India. 2017. "Drug Trafficking Main Source of Income for Terrorists in Pakistan." *Outlook.* Last modified July 19. https://www.outlookindia.com/newsscroll/drug-trafficking-main-source-of-income-for-terrorists-in-pakistan/1103308.

Palestine. "Palestine Liberation Organization." Permanent Observer Mission of the State of Palestine to The United Nations New York, 2018. http://palestineun.org/about-palestine/palestine-liberation-organization/.

Piazza, James A. 2012. "The Opium Trade and Patterns of Terrorism in the Provinces of Afghanistan: An Empirical Analysis". *Terrorism and Political Violence* 24 (2): 213-234. doi: 10.1080/09546553.2011.648680.

Pitman, Todd. 2012. "UN Says Burmese Opium Production Rising". The Irrawaddy. Accessed October 3 2018. https://www.irrawaddy.com/news/burma/un-says-burmese--opium-production-rising.html.

Prabha, Kshitij. 2001. "Narco-Terrorism and India's security". *Strategic Analysis* 24 (10): 1877-1893. doi: 10.1080/09700160108455325.

Qin, Amy. "In Remote Thai Villages, Legacy of China's Lost Army Endures." The New York Times. 2015. https://www.nytimes.com/2015/01/15/world/asia/in-remote-thailand-

-the-lost-soldiers-of-the-kuomintang.html.

Radyuhin, Vladimir. 2010. "SCO: towards a high-profile role in Afghanistan". *The Hindu*. Accessed May 20 2018. http://www.thehindu.com/todays-paper/tp-opinion/SCO--towards-a-high-profile-role-in-Afghanistan/article16651549.ece.

Rajagopalan, Suchitra. 2018. "Malaysia Set to Execute More People for Drug Offenses". *The Drug Policy Alliance*. Accessed May 26. http://www.drugpolicy.org/blog/malaysia--set-execute-more-people-drug-offenses.

Rakhmat, Mohammed. 2018. "Indonesia's Growing Narcotics Problem." *Asia Sentinel*. Accessed May 31. https://www.asiasentinel.com/society/indonesia-growing-narcotics-problem/.

Ramahi, Nawal Al. 2018. "Hezbollah-linked drug dealers tried to sell narcotics on streets of UAE". *The National*. Accessed May 30. https://www.thenational.ae/uae/hezbollah--linked-drug-dealers-tried-to-sell-narcotics-on-streets-of-uae-1.712603.

Republic of Azerbaijan. 2016. "Drug Enforcement.". *The Ministry of Internal Affairs*. http://mia.gov.az/?/en/content/29824/.

Reuters. 1999. "Vietnam heroin abuse booms as opium wilts". Accessed May 25 2018. http://patrick.guenin2.free.fr/cantho/vnnews/opium.htm.

———. 2016. "Thailand, Malaysia consider border wall to boost security". Accessed May 27 2018. https://www.reuters.com/article/thailand-malaysia/thailand-malaysia-consider-border-wall-to-boost-security-idUSL3N1BK2KC.

Reyes, Liana Eustacia, and Shlomi Dinar. 2015. "The Convergence of Terrorism and Transnational Crime in Central Asia". *Studies in Conflict & Terrorism* 38 (5): 380–93. doi: 10.1080/1057610X.2014.995988.

Roy, Denny. 2016. "Meeting the Chinese Challenge to the Regional Order". *Asian Politics & Policy* 8 (1): 193–206. https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/aspp.12237.

Salaheddin, Sinan. 2018. "Drug use, sales soar in Iraq's Basra region". *The Detroit News*. Accessed May 30. https://www.detroitnews.com/story/news/world/2018/01/06/iraq-basra-drug-trafficking/109197616/.

Schilke, Tim. 2005. *Growing Up Red:* Outing Red America from the Inside. Bloomington: iUniverse.

Sharma, Raj Kumar. 2015. "SCO's Role in Afghanistan: Prospects and Challenges". *Mainstream Weekly* 53 (24). http://www.mainstreamweekly.net/article5721.html.

Singh, Ningthoujam K. 2010. "Non-Traditional Security Threats in International Relations: A Study of Illicit Drug Trafficking and Narco-Terrorism in East and South East Asia". PhD diss., Maharaja Sayajirao University of Baroda. http://hdl.handle.net/10603/72241.

———, and William Nunes. 2013. "Drug Trafficking and Narco-terrorism as Security Threats: A Study of India's North-east". *India Quarterly* 69 (1): 65–82. doi: 10.1177/0974928412472106.

Sinha, S. P. 2007. *Lost Opportunities: 50 Years of Insurgency in the North-east and India's Response.* New Delhi: Lancer Publishers.

Snedden, Christopher. 2001. "What happened to Muslims in Jammu? Local identity, 'the massacre' of 1947 and the roots of the 'Kashmir problem'". *South Asia: Journal of South Asian Studies* 24 (2): 111-134. doi: 10.1080/00856400108723454.

Sputnik News. 2017. "How Vietnam Manages to Keep Narco Trade, Terrorism at Bay". Accessed May 25 2018. https://goo.gl/dFU4rQ.

Stanford University. 2014. "Mapping Militant Organizations - Caucasus Emirate". Accessed May 29 2018. http://web.stanford.edu/group/mappingmilitants/cgi-bin/groups/view/255#note3.

———. 2015. "Mapping Militant Organization - Liberation Tigers of Tamil Elam." Accessed April 26, 2018. https://goo.gl/dgZD9e.

———. 2016. "Mapping Militant Organizations - The Taliban". Accessed April 23, 2018. https://goo.gl/qz18e1.

Stares, Paul B. 1996. *Global Habit: The Drug Problem in a Borderless World.* Washington: Brookings Institution Press. https://bit.ly/2KfKiod.

Sulaivany, Karzan. 2018. "Iraqi authorities arrest group of Iranians smuggling drugs across border". *Kurdistan 24*. Accessed May 31. http://www.kurdistan24.net/en/news/7021d399-3326-4e43-9356-53178a4ed548.

Tanner, Murray Scott. 2011. "Trafficking Golden Crescent Drugs into Western China: An Analysis and Translation of a Recent Chinese Police Research Article". *CNA*. https://www.cna.org/CNA_files/PDF/D0024357.A2.pdf.

Tay, Joshua. 2017. "It's not just the death penalty. 5 MORE things you need to know about Malaysia's drug laws". *Ask Legal*. Accessed May 26 2018. https://asklegal.my/p/Malaysia-drug-smuggling-trafficking-death-penalty.

Tharoor, Avinash. 2017. "Huge Drug Trafficking Raids Across Turkey Amid Terrorism Fears". *Talking Drugs*. Accessed May 29 2018. https://www.talkingdrugs.org/drug-trafficking-crackdowns-take-place-across-turkey-amid-terrorism-fears.

The Baghdad Post. 2017. "Drug trafficking thrives in southern Iraq". Accessed May 30 2018. http://www.thebaghdadpost.com/en/story/14351/Drug-trafficking-thrives-in-southern-Iraq.

The Economist. 2016. "The new terrorism in Bangladesh". Accessed May 30 2018. https://www.economist.com/asia/2016/07/02/the-new-terrorism-in-bangladesh.

The Nation. 2013. "Alarm bells ring as drug smuggling rises in S Korea". Accessed May 30 2018. http://www.nationmultimedia.com/opinion/Alarmbells-ring-as-drug-smuggling-rises-in-S-Kore-30208645.html.

The National. 2018. "Narco-terrorism as a strategic tool must be stopped from spreading its poison". Accessed May 30. https://www.thenational.ae/opinion/editorial/narco-terrorism-as-a-strategic-tool-must-be-stopped-from-spreading-its-poison-1.712857.

The Uyghur American Association. 2012. "About Uyghurs". Accessed May 29 2018. https://uyghuramerican.org/about-uyghurs.

The Silk Road Travel. 2016. "Tang Dynasty Culture." *The Silk Road Travel*. https://goo.gl/W3RMfr.

Todd, Emmanuel. 2003. *After the Empire*: The Breakdown of the American Order. New York: Columbia University Press.

TRT World. 2017. "Militant groups active in the Philippines". Accessed May 28 2018. https://www.trtworld.com/asia/militant-groups-active-in-philippines-384354.

Tuoi Tre News. 2014. "Vietnam ranks fifth in Asia-Pacific in HIV infections". Accessed May 25 2018. https://goo.gl/TQYuZm.

United Nations Office on Drugs and Crimes (UNODC). 2018. "Drug Trafficking Patterns to and from Eastern Africa". Accessed October 15, 2018. https://www.unodc.org/easternafrica/en/illicit-drugs/drug-trafficking-patterns.html.

United Nations, General Assembly, Resolution 56/6, *Global Agenda for Dialogue among Civilizations,* A/RES/56/6 (9 November 2001) available from http://www.un-documents.net/a56r6.htm

———, General Assembly Resolution 1624, *Resolution 1624 (2005),* S/RES/1624 (2005) (14 September 2005) available from

http://www.un.org/S/RES/1624

———, General Assembly, *Thematic Debate of the 66th Session of the United Nations General Assembly on Drugs and Crime as a Threat to Development On the Occasion of the UN International Day against Drug Abuse and Illicit Trafficking*. New York: United Nations, June 26, 2012. http://www.un.org/en/ga/president/66/Issues/drugs/drugs-crime.shtml.

———. 2010. *Report of the International Narcotics Control Board for 2009*. Vienna: United Nations Publications.

———. 2018a. "About the Counter-Terrorism Committee". Accessed May 20. https://www.un.org/sc/ctc/about-us/.

———. 2018b. "United Nations Office of Counter-Terrorism". Accessed May 11. http://www.un.org/en/counterterrorism/overview.shtml.

———. Office on Drugs and Crimes (UNODC). 2011. *In-depth evaluation of the United Nations Global Programme against Money Laundering, Proceeds of Crime and the Financing of Terrorism (GPML)*. Vienna: United Nations Publications.

———. Office on Drugs and Crimes. 2015. *Afghan Opiate Trafficking Through the Southern Rou-*

te. Vienna: United Nations Office on Drugs and Crimes. http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/Studies/Afghan_opiate_trafficking_southern_route_web.pdf.

———. Office on Drugs and Crimes. 2016. *World Drug Report 2016.* Vienna: United Nations Publications.

———. Office on Drugs and Crimes. 2017. "UNODC and Jordan sign Memorandum of Understanding to combat illicit trade". Accessed May 29 2018. https://www.unodc.org/unodc/en/frontpage/2017/June/unodc-and-jordan-sign-memorandum-of-understanding-to-combat-illicit-trade.html.

———. Office on Drugs and Crimes. 2018a. "Statistics and Survey Section (SASS)". Accessed on May 20. https://unstats.un.org/unsd/accsub-public/docs/UNODC.pdf.

———. Office on Drugs and Crimes. 2018b. "The Triangular Initiative: a Strategic Regional Response to a Global Security Challenge". Accessed May 14. https://www.unodc.org/documents/islamicrepublicofiran/TI-Brochure.pdf.

United Nations Information Service (UNIS). 2014. "Triangular Initiative underscores need to address maritime routes for Afghan opium". Accessed May 12 2018. http://www.unis.unvienna.org/unis/en/pressrels/2014/unisnar1202.html.

UN News. 2017. "General Assembly approves creation of new UN Counter-Terrorism Office". Accessed May 12 2018. https://news.un.org/en/story/2017/06/559582-general-assembly-approves-creation-new-un-counter-terrorism-office.

United States. 2014. "Uzbekistan: Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs 2014 International Narcotics Control Strategy Report (INCSR)." *Department of State*. Accessed May 30 2018. https://www.state.gov/j/inl/rls/nrcrpt/2014/vol1/223093.htm.

United States. 2015. "Country Reports on Terrorism 2015". Department of State. Accessed October 3 2018. https://www.state.gov/j/ct/rls/crt/2015/257514.htm.

———. 2016a. "2016 International Narcotics Control Strategy Report (INCSR) - Azerbaijan". *Department of State.* Accessed May 30 2018. https://www.state.gov/j/inl/rls/nrcrpt/2016/vol1/253239.htm.

———. 2016b. "International Narcotics Control Strategy Report (INCSR) - Laos". *Department of State.* Accessed May 30 2018. https://www.state.gov/j/inl/rls/nrcrpt/2016/vol1/253282.htm.

———. 2017. "Country Reports on Terrorism 2016 - United Arab Emirates". *Department of State*. Accessed May 30 2018. http://www.refworld.org/docid/5981e40913.html.

———. 2018a. "Attorney General Sessions Announces Hezbollah Financing and Narcoterrorism Team". *Department of Justice.* Accessed on May 31 2018. https://www.justice.gov/opa/pr/attorney-general-sessions-announces-hezbollah-financing-and-narco-terrorism-team.

———. 2018b. "Strategy to Combat Transnational Organized Crime: Disrupt Drug Trafficking and Its Facilitation of Other Transnational Threats". *National Security Council.* Accessed May 31. https://obamawhitehouse.archives.gov/administration/eop/nsc/transnational-crime/drug-trafficking.

Villa, Andrea. 2016. "Combating Narcoterrorism". *National Security & Armed Conflict Law Review* 6 (Summer 2016): 125-150. https://goo.gl/nCXpQx.

Wardlaw, Grant. 1988. "Linkages Between the Illegal Drugs Traffic and Terrorism." *Conflict Quarterly*, 5-26.

Wiant, John A. 1985. "Narcotics in the Golden Triangle". *The Washington Quarterly* 8 (4): 125-140. doi: 10.1080/01636608509477340.

Wong, Kam C. *The Impact of USA Patriot Act on American Society: An Evidence Based Assessment.* New York: Nova Science Publishers.

Woodiwiss, Michael. 2010. "Review of *The Golden Triangle: Inside Southeast Asia's Drug Trade*, by Ko-Lin Chin". *Addiction*: 105. doi: 10.1111/j.1360-0443.2009.02868_1.x.

World Health Organization. "Amphetamine-Type Stimulants." Word Health Organization, 2018. http://www.who.int/substance_abuse/facts/ATS/en/.

Zheng, Cui. 2014. "Narco-Terrorism in Central Asia: Fighting New Wars in an Age of Globalization." MA diss., Webster University Thailand. https://pqdtopen.proquest.com/doc/1656345665.html?FMT=ABS.

CONFERÊNCIA DE MINISTRAS E MINISTROS DA DEFESA DAS AMÉRICAS

CMDA



ufrgsmun 2018

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v. 6 2018 | p. 180 - 221

FORÇAS ARMADAS E SEGURANÇA PÚBLICA NO CONTINENTE AMERICANO

Gabriela Ribeiro Santos[1]
Geórgia B. M. Gomes[2]
Júlia Moraes Porciuncula[3]

RESUMO

O presente Guia de Estudos procura incentivar o debate quanto ao uso de mecanismos militarizados na segurança pública, fenômeno que ocorre principalmente na América Latina. Há duas formas nas quais isto se apresenta: a primeira por meio da militarização da polícia e a segunda por meio do deslocamento das Forças Armadas para o setor doméstico, sendo este último o foco do presente Guia. Para isso, devem ser refletidos o contexto no qual a intervenção militar é aplicada pelos governos centrais, quais são seus possíveis impactos e, principalmente, como reduzi-los por meio de mudanças na estrutura dessas intervenções. A primeira seção, portanto, objetiva diferenciar intervenção militar de militarização da segurança pública, ao passo que conduz estudos de casos históricos e contemporâneos para tal propósito. A segunda seção busca reflexões sobre a necessidade e o déficit de segurança que a sociedade latino-americana vive hoje, ao passo que almeja a resolução e a melhoria nas condições de vida. A reflexão à luz de diferentes análises evidencia uma gama de possibilidades e obstáculos geridos pela intervenção das Forças Armadas na Segurança Pública.

1 Gabriela é estudante do terceiro ano de Relações Internacionais na UFRGS e Diretora na CMDA.
2 Geórgia é estudante do terceiro ano de Relações Internacionais na UFRGS e Diretora-Assistente na CMDA.
3 Júlia é estudante do segundo ano de Relações Internacionais na UFRGS e Diretora-Assistente na CMDA.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Dammert (2013), o expressivo aumento do crime e da violência no mundo, principalmente na América Latina, tem corroborado para que os governos usufruam de três mecanismos diferentes para o controle da segurança pública: (i) a militarização das polícias; (ii) a alocação das Forças Armadas na segurança pública; e (iii) a cooperação das forças policiais e militares. Esse Guia de Estudos se concentra no segundo caso. O debate em torno do assunto dá-se a partir de duas visões principais: a tradicionalista e a heterodoxa. A primeira defende que as funções militares são exclusivamente a Defesa Nacional e a segurança territorial do Estado-Nação (Bruneau 2013). A visão heterodoxa, por sua vez mais ampla, defende diferentes papéis em que as Forças Armadas podem atuar, entre elas as guerras internas e o auxílio à polícia civil no combate ao crime organizado (Bruneau 2013).

A insustentabilidade do sistema tradicional de combate ao crime nos países americanos gera uma tendência de governos convocarem as Forças Armadas como uma medida paliativa contra a criminalidade, usufruindo do apoio tanto de grupos políticos internos quanto da comunidade internacional. Essa tendência é gerada principalmente quando o combate ao crime é feito por forças policiais civis e militarizadas, as quais muitas vezes são despreparadas para atuação na segurança civil (Dammert 2013). Consequências dessas políticas de recorrência às Forças Armadas, por sua vez, abrangem tanto a população quanto às próprias Forças. O impacto para a sociedade dá-se pelo risco de violação aos direitos humanos, considerando que grande parte das intervenções militares internas são realizadas em áreas nas quais se concentra a população de baixa renda e minoritária, onde o próprio Estado tem pouca ou nenhuma presença (Feldman 2006; Dammert 2013). Já para as Forças Armadas, seu uso na segurança pública implica uma mudança na sua atuação e treinamento, divergindo-as da sua função convencional, seja a partir da visão tradicionalista ou heterodoxa (Feldman 2006).

O objetivo desse Guia de Estudos é, portanto, analisar as consequências internas e externas da guinada política latino-americana do uso das Forças Armadas para segurança pública nas últimas décadas e projetar quais são as melhores medidas para combater seus impactos e danos colaterais. Busca-se, também, levantar a discussão sobre novas abordagem de combate à criminalidade.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A presente seção busca estabelecer uma linha divisória no que pode ser considerado a militarização da polícia ou a intervenção das Forças Armadas na segurança pública; bem como apresentar um panorama histórico relativo à conjuntura do século XX que possa ter impactado a questão. Como veremos, a tendência de militarização da polícia e a incursão das Forças Armadas na segurança pública não está presente somente na América, mas acaba se tornando uma tendência de outros países do sistema internacional para controlar diferentes expressões da sociedade como crimes e protestos (Weiss 2016).

2.1 A SEGURANÇA PÚBLICA E AS DITADURAS MILITARES LATINO-AMERICANAS

As ditaduras militares latino-americanas estão profundamente conectadas com a rivalidade entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS), e seus respectivos modelos capitalista e socialista, institucionalizada na Guerra Fria. Cada bloco visava estabelecer zonas de influência e impedir a expansão da ideologia rival (Ferreira 2012). Os EUA viam o continente americano como sua zona natural de influência, tanto pela proximidade geográfica, quanto pelo histórico das relações na região. O governo estadunidense possui uma longa tradição de ingerência na América Latina, com origem na Doutrina Monroe[4] do início do século XIX, que se posicionou contra qualquer intervenção europeia no continente, colocando-se como responsável pela defesa dos interesses dos países recém-independentes. Posteriormente, os EUA estabeleceram a política do "*Big Stick*"[5] derivada da Doutrina Monroe, assumindo uma posição de liderança frente aos demais países americanos. Tal atuação, encabeçada pelo presidente Theodore Roosevelt, possuía, na verdade, o desejo de assegurar e expandir as atividades econômicas do país na região (Vagnoux 2010).

A predominância estadunidense no continente foi, contudo, ameaçada na segunda metade do século XX. O sucesso revolucionário em Cuba em 1959, país da América Central considerado como espécie de satélite norte-americano, devido tanto a sua proximidade física quanto à participação econômica dos EUA na região, foi extremamente preocupante. Os guerrilheiros cubanos tornaram-se socialistas e declararam-se aliados da União Soviética (Vagnoux 2010). Ter um membro do bloco socialista na América tornou propícia a reivindicação popular por maiores garantias sociais, bem como o incentivo a pretensões revolucionárias. Isso levou os EUA a, além de imporem um bloqueio econômico sobre Cuba, incentivarem a implementação de governos defensores do ideário capitalista no continente – como os regimes ditatoriais. Ademais, era vista como ameaça a existência de governos favoráveis a reformas sociais e ao desenvolvimento de projetos nacionalistas que visassem atender a anseios específicos dos países, o que poderia torná-los mais propícios à adoção do socialismo (Del Pozo 2003).

A América Latina foi quase em sua totalidade tomada por regimes ditatoriais, eminentemente na segunda metade do século XX. Podemos classificar as ditaduras em três tipos: *(i) bananeras*, (ii) positivistas e (iii) militares integristas. A **(i)** *bananera* é configurada pela figura mistificada de um líder, através de uma associação entre oligarquias e capital estrangeiro, como ocorreu em Honduras e na Guatemala. A **(ii)** positivista, por sua vez, enfatiza o autoritarismo como opositor da anarquia e busca implementar políticas econômicas liberais. Ambas fizeram uso constante das forças militares para o controle de questões domésticas, principalmente na repressão de movimentos populares, porém não no nível da categoria seguinte. As **(iii)** ditaduras militares integristas serão o foco da presente seção, por representarem um projeto

4 A Doutrina Monroe (1823) postula o lema "América para os americanos", objetivando o fim da intromissão europeia no continente americano. Defendia os habitantes dos EUA como "escolhidos" para proteger a região (Oliveira 2013).

5O presidente norte-americano Theodore Roosevelt, em 1901, afirmou que a Doutrina Monroe implicava também responsabilidades ao povo de seu país (Cervo e Bueno 2002). "Assim, os Estados Unidos tinham a tarefa de zelar pela ordem e pela paz na América por meio de uma ação de polícia internacional" (Cervo e Bueno, 2002, 180).

articulado em nível continental e a permanência de um grupo específico no poder. Além disso, tornaram o militar a autoridade máxima de controle da sociedade, inclusive como o responsável pela segurança pública, através da Doutrina de Segurança Nacional (Barbian 2008).

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi a maneira encontrada pelas ditaduras militares latino-americanas para controlarem a sociedade e os seus movimentos populares. Toma como base a necessidade de defesa contra a União Soviética e contra o comunismo no contexto de Guerra Fria. Teve origem principalmente nos Estados Unidos, elaborada por acadêmicos e, após, difundida para as Forças Armadas, mas também na França, pois conceitos utilizados nos conflitos coloniais na Indochina e na Argélia chegaram às escolas militares. A DSN foi difundida na América Latina de duas maneiras: a partir da formação de escolas militares com o objetivo de preparar os oficiais para o combate ao comunismo; e pela assinatura de acordos bilaterais e multilaterais, como os da Conferência do Rio de Janeiro e do México e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) (Mendes 2013). No Brasil, a Escola Superior de Guerra, capitaneada pelos EUA, teve importante papel na conflagração do golpe de 1964 e na posterior doutrina adotada pelo regime (Ferreira 2012).

É importante ter em conta que a Doutrina de Segurança Nacional engloba conceitos provenientes de diversas áreas do conhecimento, em prol de garantir o controle econômico, político, militar e psicossocial do Estado. Assim, pressupõe a defesa da liberdade e dos princípios ocidentais e cristãos, essencial frente à guerra revolucionária[6] empreendida pelos soviéticos (Ferreira 2016). Também prega uma ideologia conservadora, buscando embasamento científico na geopolítica, a qual preza pela manutenção e pelo controle do espaço como fundamentais à sobrevivência do Estado. A DSN parte de uma atmosfera de guerra total, na qual a lógica da guerra comanda a política, e podem ser usados todos os meios possíveis, portanto, para combater a subversão. A Doutrina defende que um maior papel desempenhado pelas Forças Armadas seria a única possibilidade coerente com a situação enfrentada pelos aliados dos EUA na América Latina (Barbian 2008).

Em 1964, iniciou-se, no Brasil, a onda de golpes militares, seguido por Bolívia (1964), Argentina (1966 e 1976), Chile (1973) e Uruguai (1976), entre outros. Quase a totalidade dos países da América Latina foi submetida a regimes autoritários, com exceção de Venezuela e México. É importante ressaltar que, em todos esses casos, o apoio nacional e internacional foram fundamentais para a consolidação desse sistema: internamente o apoio de grupos da sociedade civil e de partidos políticos de direita e, internacionalmente, o alinhamento aos Estados Unidos, defendendo em plena Guerra Fria suas zonas de influência liberal e "democrática" contra o comunismo (Souza Mendes 2013). No Brasil, foi criada a Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM), comandada pelo exército, e foram extintas as guardas civis e outras organizações – o policiamento tornando-se competência exclusiva das polícias militares. Durante o período, também são criadas a Rota e o Batalhão de Choque, até hoje relacionados a um alto grau de violência – e militarização – principalmente no controle de manifestações públicas (Souza 2011).

No Chile, o brutal governo de Pinochet era amparado pela Diretoria de Inteligência Nacional (DINA), polícia política responsável pela prisão, tortura e assassi-

6 A guerra revolucionária seria uma nova estratégia do comunismo internacional correspondente ao treinamento de grupos para efetuarem um golpe de Estado e implantarem o comunismo no seu país. Nas Américas, o processo era chamado de "cubanização" (Ferreira 2016).

nato de milhares de cidadãos. Ademais, foi com a liderança do país que foi criada, em 1975, a Operação Condor[7], a qual reunia os países do Cone Sul[8] para coordenar a perseguição aos opositores do regime. O regime instaurado em 1976 na Argentina é conhecido, por sua vez, como o mais brutal do continente – as Forças Armadas planejavam e executavam o massacre à população, inclusive através da criação de campos de concentração e extermínio. As ditaduras em todo o continente, não obstante, usaram de forma sistemática e generalizada a tortura no controle dos indivíduos e das organizações populares, as Forças Armadas tendo a primazia na atuação no meio doméstico em prol da defesa da Segurança Nacional (Coggiola 2001).

A partir das décadas de setenta e oitenta, iniciou-se o período de transições democráticas, as quais, na maioria dos casos, tiveram mais um caráter formal do que efetivo. A maioria dos países manteve um expressivo número de práticas e instituições de origem ditatorial, bem como os compromissos internacionais que haviam sido estabelecidos no período. É preciso entender que, na América Latina, a base do desenvolvimento do militarismo sempre foi econômica, social e política, além de relacionada a uma concepção de ordem e justiça. Isso propicia uma continuidade das práticas militares na realidade latino-americana, independentemente da persistência dos regimes liderados pelas Forças Armadas (Coggiola 2001).

2.2 INTERVENÇÃO MILITAR OU MILITARIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Após a redemocratização dos países latino-americanos na segunda metade do século XX, foi definido pela maioria deles que as Forças Armadas deveriam ser responsáveis exclusivamente pela Defesa Nacional, enquanto as Forças Policiais tomariam conta da segurança pública. Essa questão foi reforçada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2009 , a partir do "Informe sobre Segurança Cidadã e Direitos Humanos", que destacava os perigos da atuação militar no segundo espaço, no que concerne à violação dos direitos humanos, devido principalmente ao fato de as práticas e treinamento das Forças Armadas não serem adequadas para o manejo de situações que ali ocorrem (Cóbar 2012). Apesar disso, sabe-se que, atualmente, a maioria dos países membros da Organização dos Estados Americanos tem militares atuando diretamente em tarefas internas (Coimbra 2012). Também se percebe um movimento das polícias em direção à militarização (Diamint 2015).

Para fins deste estudo, definiremos militarização como "a adoção de usos e costumes de tipo castrense[9] para a gestão interna e desempenho externo da Polícia" (Alvarado e Zaverucha 2009; Cóbar 2012, 72) ou, como colocaria Succi Junior (2017, 416), "a naturalização de práticas, treinamentos e armamentos militares para lidar com temáticas de segurança interna". Tanter (1991) adiciona a essa interpretação a cultura de apoio à violência estatal e soluções coercitivas para problemas políticos, vendo a militarização como um processo social complementar. Já o conceito de in-

7 A Operação Condor, criada em 1975 a mando de Pinochet, no Chile, visava formar um sistema de troca de informações entre as ditaduras sul-americanas - ocorreu a cooperação entre as forças repressivas e de inteligência de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Desse modo, havia a perseguição generalizada aos opositores do regime, mesmo se saíssem do país em que eram procurados (Oliveira 2013).

8 Região que corresponde à porção mais meridional da América, englobando Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai (Souza Mendes 2013).

9 Do latim "castrensis", relacionado à classe militar (Michaelis On-line, s.d.).

tervenção militar aparece no trabalho de Dammert e Bailey (2005) como o uso dos próprios militares em tarefas do setor interno, a exemplo do controle do crime urbano e de insurgências. Um estímulo a essa política é percebido também no caráter transnacional do crime organizado (Coimbra 2012) e na busca de apoio dos Estados Unidos para o combate do terrorismo, do narcotráfico e das quadrilhas juvenis[10] como ameaças regionais (Dammert e Bailey 2005).

Tanto a intervenção quanto a militarização são por vezes apoiadas pela opinião pública, enquanto analisadas com cautela e preocupação pelos estudiosos (Ayerve 2012; Sánchez 2012). Gruer (2012), em entrevista, afirmou que os motivos que levam à generalização do uso das Forças Armadas e de suas tecnologias na segurança pública são principalmente o fracasso das forças policiais e do sistema judiciário, o "populismo punitivo" (ideia geral da necessidade de políticas rígidas) e a atração que a instituição militar exerce, por ser conhecida como sinônimo de disciplina, profissionalismo e disponibilidade de armas.

2.3 MILITARIZAÇÃO DAS FORÇAS POLICIAIS: UMA TENDÊNCIA MUNDIAL

No pós-Guerra Fria, foi contestada uma das principais características do Estado-Nação: a distinção entre segurança externa, a qual é de responsabilidade dos militares, e segurança interna, delegada aos policiais. Apesar de ambos, militares e policiais, terem a função de exercer o monopólio estatal do uso e ameaça do uso da força, seus propósitos sempre foram distintos. Enquanto as Forças Armadas defendem a nação contra um inimigo coletivo e externo, para isso usando de força máxima, as unidades de policiamento devem atuar em conjunto com a sociedade para o cumprimento da lei no país, lidando com indivíduos que a violaram e, para isso, tendo que usar de força mínima (Weiss 2011). Nas últimas décadas, contudo, é crescente o número de denúncias relativas à brutalidade policial, bem como ao uso desnecessário da força – o que é frequente nos casos de militarização das forças policiais. O militarismo é uma ideologia que vê o uso e ameaça da força como a melhor maneira de resolver um problema, para isso reunindo um conjunto de crenças e valores e enfatizando a aplicação de táticas, tecnologias e capacidades militares. A militarização da polícia, portanto, envolve uma crescente proximidade das forças policiais aos conceitos e procedimentos militares, podendo ocorrer nos meios cultural, material, organizacional e operacional (Kraska 2007).

O crescente entrelaçamento entre segurança externa e interna relaciona-se com a emergência de uma série de novas ameaças à segurança dos países, como o crime organizado, o terrorismo e o tráfico de drogas. Tais atividades ilícitas não respeitam as fronteiras nacionais e podem ocorrer em várias jurisdições simultaneamente. Não obstante, o novo cenário proporcionou a expansão das forças paramilitares, também chamadas de "gendarmarias", as quais, apesar de não fazerem parte das Forças Armadas, possuem equipamentos e método de treinamento militares (Lutterbeck 2004). Com a aproximação entre as forças externa e interna, tornou-se possível uma maior adaptação do trabalho policial ao meio militar, bem como um crescente envolvimento dos militares frente às atividades de policiamento. Os militares têm sido regularmente usados em questões de segurança doméstica, como

10 Do espanhol "pandillas juveniles", tradução nossa.

o controle de fronteiras e a elaboração de políticas antidrogas. É possível, também, identificar-se uma tendência ao maior monitoramento e controle social formal da população (Weiss 2011). Abriu-se espaço para uma maior conexão entre os serviços de Inteligência, normalmente relacionados a assuntos externos, e as atividades de policiamento, principalmente aquelas concernentes a ameaças transnacionais (Andreas e Price 2001).

Alguns autores defendem que, especialmente os países ocidentais industrializados, adotaram uma abordagem da segurança que prioriza o que pode acontecer no futuro, sem levar em conta os acontecimentos passados. Os governantes dão importância ao risco, ou seja, a como as pessoas reagem às ameaças. A partir de sua avaliação, tentam controlar as possíveis consequências das ameaças que se apresentam na sociedade. Podem, portanto, modificar legislações em prol de um maior controle das massas, promovendo a militarização das forças policiais, ou mesmo garantindo o poder de intervenção das Forças Armadas nas questões domésticas, tudo para ter um maior domínio sobre o que está por vir. Como os problemas enfrentados pelos países não mais respeitam fronteiras, o risco passa a ser tanto local quanto global, dando maior incentivo à intromissão estrangeira em variados aspectos da política dos Estados, sobretudo os mais vulneráveis. Ademais, os agentes políticos precisam convencer a sociedade de que o risco é real, dando maior credibilidade a suas ações securitárias; mas também, dessa maneira, precisam ser efetivos na sua ação, ou pelo menos convencerem a população disso (Bolduc 2016).

A abordagem com enfoque no risco pode ser ilustrada pelo caso dos Estados Unidos, país central no debate relativo à militarização das forças policiais. Os EUA apresentam progressiva cooperação entre forças policiais e militares, tanto no aspecto operacional – combate ao tráfico de drogas, ao crime e ao terrorismo – quanto no treinamento de oficiais. O governo norte americano praticamente aboliu o Ato Posse Comitatus (1878)[11], que proíbe o envolvimento das Forças Armadas com questões de segurança interna e de policiamento, e implementou o Programa 1033[12] (Bolduc 2016). Além disso, grupos militarizados, como a SWAT, proliferaram-se no país, existindo unidades militarizadas mesmo em cidades pequenas e afastadas. Esses grupos costumam ultrapassar a sua função original ao terem uma postura proativa e não apenas reativa, o que torna comum buscas forçadas em residências privadas e abusos de violência. Táticas extremas antes só utilizadas em resgates e outras situações emergenciais passaram a ser rotineiras (Kraska 2007).

Na década de 1970, o presidente norte-americano Richard Nixon desencadeou uma espécie de "guerra contra as drogas"[13], intensificando as políticas que crimina-

11 O Ato Posse Comitatus (1878), proclamado logo após a guerra civil americana (1861-1865), visa barrar o uso das Forças Armadas em operações domésticas, o qual havia se tornado corrente devido ao conflito que ocorrera no país (Bolduc 2016).

12 Em 1990, o Ato de Autorização de Defesa Nacional 1208 permitiu que equipamentos do Departamento de Defesa fossem transferidos para agências locais de policiamento, com custo mínimo ou nulo, processo que é coloquialmente conhecido como Programa 1033 (Bolduc 2016).

13 O termo "guerra contra as drogas" designa uma série de políticas nos Estados Unidos, a partir da década de 1970, principalmente dos presidentes Richard Nixon, Ronald Reagan e George H. W. Bush. Surgiram como resposta à expansão do uso e tráfico de drogas, bem como à crescente pobreza urbana. As políticas caracterizam-se por uma intensificação do policiamento urbano e das estratégias de serviços sociais, os esforços de policiamento constantemente superando o aspecto social. Seu caráter coercitivo é um dos principais determinantes da enorme população carcerária dos Estados Unidos, a maior do mundo. Além disso, 40% dos presos são afrodescendentes, mesmo eles sendo pouco mais de 10% da população norte-americana, o que agrava a segregação no país (Jakubiec, Kilcer e Sager 2009).

lizavam o uso e tráfico de narcóticos. Além do combate às drogas, adotou-se uma postura mais agressiva quanto às práticas criminosas em geral, que ocorriam principalmente nas zonas pobres e periféricas. Assim, colocou-se o próprio cidadão como "inimigo" do Estado, agravando o isolamento e a marginalização dos núcleos pobres. Tais esforços também implicaram um menor esforço do governo nas questões sociais e de revitalização urbana, desviando-se recursos ao controle da população. É crescente a insatisfação da população marginalizada, principalmente os afro descentes, pois são tratados de maneira cada vez mais hostil pelo Estado e pelas autoridades policiais (Meeks 2006).

A discussão, contudo, não está restrita aos Estados Unidos. A maioria dos governos da Europa continental possui grupos intermediários, subordinando-os a uma dupla autoridade, uma relativa aos assuntos internos e outra à Defesa Nacional. Tais forças normalmente atuam na contenção de revoltas e distúrbios populares, tendo nos últimos anos crescido a sua atuação no controle fronteiriço e em missões de manutenção da paz – as quais ocorrem em outros Estados. Têm, portanto, desempenhado um papel, mesmo que similar ao policiamento, fora do meio doméstico, o que era anteriormente restrito aos militares (Weiss 2016). A Guarda Civil Espanhola, que exerceu importante papel na repressão executada pelo governo autoritário de Francisco Franco, hoje atua na contenção de movimentos separatistas, bem como no combate ao terrorismo. Também possuem crescente protagonismo unidades militarizadas em Alemanha, Itália e Áustria (Lutterbeck 2004).

Apesar do enfoque nos países industrializados e ocidentais, a militarização da polícia também ocorre em outras regiões, em parte como consequência dos demais processos. O governo da República Popular da China, em resposta às manifestações contrárias ao regime, principalmente em Hong Kong e Taiwan, tornou suas forças vigilantes domésticas mais militarizadas (Bolduc 2016). Na América Latina, por sua vez, uma das regiões de maior expansão do tráfico de drogas, os Estados Unidos começaram a fornecer treinamento e recursos a oficiais militares e civis de países como Brasil, Colômbia e México para o combate a atividades ilegais[14] (Bolduc 2016). Assim, "enquanto os Estados Unidos militarizam suas forças policiais por causa da dimensão transnacional do tráfico de drogas, outras nações militarizam suas forças policiais por causa dos Estados Unidos" (Bolduc 2016, 281, Tradução nossa).

O processo de militarização da polícia é de longa data; todavia, o surgimento de novas ameaças desde os anos 1990 deu maior justificativa aos governos para a implementação de projetos nesse sentido. Tal processo pode ser extremamente problemático, principalmente à população civil. Tomás Weiss (2011) elucida os argumentos basilares dos estudiosos que se posicionam contra a militarização das polícias e a policialização das forças de defesa. Ele organiza-os em três: (i) o possível prejuízo às capacidades dos militares em atuarem em suas funções originais; (ii) a possível restrição das liberdades nos regimes democráticos, o maior uso de violência e militares mais envolvidos na formulação da política doméstica; e (iii) o possível choque entre o pensamento militar e as necessidades reais de segurança (Weiss 2011).

14 Tal mobilização estadunidense se assemelha àquela feita nas décadas de sessenta e setenta na América Latina, na qual as forças de repressão dos países foram treinadas e equipadas para o combate ao comunismo (Bolduc 2016).

3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Como visto, o desenvolvimento de organizações criminosas com grande capacidade na América Latina, chamadas de Organizações Criminosas Transnacionais (OCTs)[15] e Organizações de Tráfico de Drogas (OTDs)[16], geralmente ligadas ao tráfico de armas, drogas e pessoas, trouxe um cenário de insegurança generalizada no continente, afetando esferas internas e externas. Estas preocupações foram traduzidas pelo movimento internacional de combate ao crime organizado (como o tráfico internacional), do início dos anos 1990 até os anos 2000, que expandiu o conceito de segurança, antes internacional, para um patamar de multidimensionalidade, ou seja, que pudesse abarcar novos fatores transnacionais surgidos com o fim da Guerra Fria e a acentuação da globalização (Donadelli e Saint-Pierre 2016). A atual tendência ao emprego das Forças Armadas na segurança pública latina, passa por uma série de fatores internos, dentre eles: a expansão dos crimes organizados e da violência, a perda de credibilidade dos governos e da polícia, a ineficácia estrutural da polícia no combate ao crime e a pressão internacional para que os países lidem com os problemas que ameaçam os três continentes (Saint-Pierre 2012; Pion-Berlin 2016).

3.1 ABORDAGENS TEÓRICAS

Há, na literatura, tanto argumentos a favor quanto contra a crescente utilização das Forças Militares, seus valores e técnicas na segurança pública. Inicialmente, trataremos brevemente dos precedentes legais para a militarização no continente americano e, depois disso, de seu limitado campo de ação.

3.1.1 PRECEDENTES LEGAIS PARA A MILITARIZAÇÃO NO CONTINENTE AMERICANO

Segundo Succi Junior (2017), as legislações dos países latino americanos se comportam de três diferentes maneiras no que concerne à separação das esferas de Defesa (de responsabilidade do aparelho militar) e Segurança (de responsabilidade das polícias): fazem essa divisão de maneira categórica; deixam o entrelaçamento entre as esferas explícito; ou não delimitam claramente espaço de atuação de polícias e Forças Armadas. Apesar disso, em pesquisa da Junta Interamericana de Defesa (2012), foi constatado que, com exceção dos sete países-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) que não possuem Forças Armadas formalmente e dos quatro que não se dispuseram a fornecer informações, todos os demais empregam a força militar de alguma maneira na segurança pública, sendo as mais comuns a vigilância, o combate ao narcotráfico (o que, no caso da Bolívia, inclui até mesmo a fiscalização de plantações de coca) e a fiscalização de pessoas, veículos e complexos penitenciários (Coimbra 2012).

15 A gama de ações ilegais pode ou não incluir o tráfico de drogas, no entanto, agem em outros setores como grandes assaltos, tráfico de armas e pessoas, entre outras (Pion-Berlin 2016).

16 Organizações voltadas primariamente para o tráfico de drogas, são considerados os grandes cartéis que agem internacionalmente, como o cartel de Medellín durante os anos 80 (Pion-Berlin 2016).

IMAGEM 1: EXPANSÃO DE MISSÕES DAS FORÇAS ARMADAS SUL-AMERICANAS, 2002-2013

CUADRO 1. Expansión de misiones en las fuerzas armadas sudamericanas, 2002-2013

	1. Enfrentamiento con potencia extrarregional/empleo global de las FFAA/participación en operaciones de paz	2. Mantenimiento del orden interno/ lucha contra el crimen organizado	3. Dirección o integración en ministerios y otras agencias publicas	4. Administración de empresas estatales no vinculadas con el área de la defensa	5. Administración de empresas estatales del àrea de defensa	6. Implementación de planes sociales	7. Apoyo a la comunidad/ construcción infraestructura	Total misiones/ Grado expansión
Argentina	✓						✓	2. Bajo
Brasil	✓	✓					✓	3. Medio
Chile	✓		✓		✓		✓	4. Medio
Bolivia	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	7. Alto
Ecuador	✓	✓	✓	✓	✓		✓	6. Alto
Venezuela	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	7. Alto

Fuente: Elaboración propia con base en Resdal (2012), *Anuarios de la Seguridad Regional en América Latina y el Caribe* y *Libro Blanco de la Defensa*.

Fonte: Battaglino 2015, 6

Esse posicionamento é encorajado pelo Conselho Permanente da OEA (2002), que reconhece a vigilância e o combate ao narcotráfico como algumas das atuais funções não tradicionais das Forças Armadas; e pela Declaração sobre Segurança nas Américas (2003), que coloca o crime organizado como ameaça à segurança nacional. Nessa abordagem, a globalização e a internacionalização seriam fatores que levariam à fusão dos âmbitos interno e externo da segurança, justificando a presença militar. Também a atuação transnacional do crime organizado e a incapacidade dos sistemas policiais e judiciais de lidar com tais ameaças se configurariam como motivação. Haveria, a partir disso, uma tendência geral cada vez maior à elaboração de uma Política de Defesa Nacional que definisse os termos legais para essa transferência de responsabilidades (Coimbra 2012).

3.1.2 O LIMITADO CAMPO DE AÇÃO DAS FORÇAS MILITARES NO AMBIENTE EXTERNO NAS AMERICAS E AS AMEAÇAS MULTIDIMENSIONAIS

O conceito de multidimensionalidade da segurança surgiu com o fim da Guerra Fria e o auge da globalização, englobando aspectos de esferas diversas da internacional, derivados principalmente dos impactos da globalização (Saint-Pierre 2012). Após 1991, portanto, a ascensão da interdependência no sistema mundial, regido pelo neoliberalismo, segundo Donadelli e Saint-Pierre (2016, 93), "foi diluindo o con-

ceito de 'soberania' absoluto e as fronteiras nacionais foram ficando mais suscetíveis a operações transfronteiriças, tanto às legais quanto às ilegais"[17].

A transformação internacional do conceito de segurança, portanto, foi regida por órgãos internacionais – como a ONU – e regionais. No caso das Américas, teve importante papel o CMDA na Declaração de Bridgetown[18], em 2002, por inaugurar o debate sobre segurança multidimensional na esfera americana: "[...] que muitas das novas ameaças, preocupações e outros desafios à segurança hemisférica são de natureza transnacional e podem requerer uma cooperação hemisférica adequada [...]" (Conferência de Ministros de Defesa das Américas 2002, 1). Essa nova agenda de segurança americana permite, então, que os Estados busquem novas formas de contenção das ameaças que afetam de forma transnacional a estabilidade das Américas e a suas populações. Ainda, na mesma declaração, busca-se definir os principais aspectos que corroboram o aumento das OCTs, referindo-se aos impactos da política, da economia, da sociedade, da saúde e do meio ambiente no surgimento desses grupos (Conferência de Ministros de Defesa das Américas 2002). O principal a ser concluído a partir da leitura da Declaração de Bridgetown é a abertura para uma gama de ações contra as ameaças intermediárias que os países podem tomar, como o uso das Forças Armadas para intervenções "pontuais".

A falta de conflitos entre Estados americanos, por sua vez, reforça a ideia de que essa massa de militares preparados para a guerra e conflitos poderia ser reaproveitada, dada a configuração paradoxal de estabilidade externa frente à instabilidade interna (Medeiros Filho 2010). Saint-Pierre (2012) percebe, inclusive nos documentos das Conferências de Ministros das Américas, a argumentação relativa à "estabilidade jurídica das fronteiras territoriais" e à "possibilidade remota de guerra entre Estados da região" (Succi Junior 2017, 44). Na visão de Diamint (2015), isso poderia ser até uma estratégia civil para manter os militares ocupados, evitando-se assim o perigo de novos golpes ditatoriais.

3.2 O CRESCIMENTO DO CRIME NA AMÉRICA LATINA: A TRANSNACIONALIDADE DO PROBLEMA

O principal foco ao empregar as Forças Armadas na segurança pública da América Latina é o combate ao crime, às OTDs e às OCTs que ameaçam aspectos da segurança pública e internacional dos países (Pion-Berlin 2016). Os impactos causados por essa organizações criminais, segundo Pion-Berlin (2016), resumindo-os como insegurança e violência, impedem o usufruto do bem-estar social e do desenvolvimento saudável dos cidadãos. Além disso, afetam o sistema do controle de fronteiras, para onde o tráfico é direcionado grande parte das vezes (Pion-Berlin 2016). A insegurança interna e o seu combate, portanto, adquire um caráter multidimensional, o qual gera diferentes debates quanto às distinções entre ameaças de caráter puramente interno ou intermediário, no caso internacionais, e as possíveis abordagens a esses fenômenos (Pion-Berlin 2016; Saint Pierre 2012).

O problema da transnacionalidade das organizações criminais é introduzido

17 Tradução nossa.

18 A Declaração de Bridgetown de 2002 foi o documento elaborado pelos representantes do CMDA na busca de uma convergência sobre o tema das novas ameaças internacionais (Conferência de Ministros de Defesa das Américas 2002).

nas Américas ainda antes do final da Guerra Fria. Em 1986, período em que o tráfico de drogas entre Colômbia, México e Estados Unidos movia quantidades exacerbadas de dinheiro e de produtos entre os países, o então presidente, Ronald Reagan, endereça o tráfico de drogas em um discurso como "uma ameaça de segurança nacional, autorizando um papel expandido dos militares no monitoramento da fronteira mexicana" (Pion-Berlin 2006, 86, tradução nossa). Há, além disso, a proposição, em meados dos anos 1990, de uma nova agenda frente à multidimensionalidade do conceito de segurança, tanto pelo Consenso de Washington[19], a fim de buscar a redução da miséria e da pobreza, vistos como condicionantes da criminalidade, quanto como uma extensão da Doutrina Monroe, qual incentivava o posicionamento do continente americano sobre seu guarda-chuva de proteção. Logo, havia o esforço do ator internacional americano com maior poder de barganha para que os Estados se preocupassem em restabelecer a ordem interna – mesmo que isso significasse a mobilização do exército – enquanto os estadunidenses protegeriam sua integridade territorial por meio da cooperação (Saint-Pierre 2012).

Desde 2002, portanto, o emprego das Forças Armadas na segurança pública tem sido cada vez mais comum entre os países latinos. Principalmente pelo fato de que, dada a capacidade letal desses grupos – com armamentos sofisticados em comparação aos armamentos da polícia –, a sua disseminação ao longo do continente atinge cada vez níveis mais preocupantes para a sociedade civil (Arias 2006; Pion-Berlin 2016). Segundo um estudo realizado pelo Instituto Igarapé[20] em 2016, as Américas correspondem a cerca de 8% da população mundial, ao passo que no índice de homicídios por armas de fogo chega a 33% (Instituto Igarapé 2016). A tabela 1, com base nos dados da Organização Mundial da Saúde (World Health Organization 2017), apresenta a expansão da criminalidade letal dos países latino-americanos. Em grande parte dos países latinos do gráfico, o aumento deste índice de homicídios está relacionado com a expansão das organizações criminais e pode, de forma geral, ser associado com a perda do controle do Estado sobre a segurança pública (Pion-Berlin 2016).

De forma geral, as OCTs surgem e estão sediadas em zonas marginalizadas dos centros urbanos nas quais a fragilidade social é um fator presente. Logo, ao passo que as organizações criminais vão expandindo sua capacidade letal, elas expandem também seu controle sobre uma parcela da população (Pion-Berlin 2016). Há, portanto, um impedimento generalizado para que o Estado possa agir dentro das comunidades carentes com projetos sociais que supram suas necessidades, sendo estas expostas à violência e ao crime pelas OCTs no cotidiano. Ademais, essas organizações lidam com uma grande quantidade de dinheiro, chegando a milhões, e o utilizam como moeda de barganha tanto com a população que vive sob seu mandato, ao disponibilizar recursos e normas, quanto com o próprio aparelho do Estado: com os políticos e a polícia (Arias 2006).

19 Recomendação, principalmente ao Sul Global, de políticas neoliberais cruciais no Sistema Mundial Capitalista, para seu desenvolvimento. Essas recomendações foram estabelecidas nos anos 80, frutos de um acordo do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos (Britannica 2016).

20 Think-Thank criado com a proposta de debater e trazer soluções sobre variados temas de segurança que compreendem o Sul-Global, está presente hoje em cerca de 20 países (Instituto Igarapé s.d.).

TABELA 1 - RANKING DE HOMICÍDIOS ENTRE 2010 E 2015

VÍTIMAS DE HOMICÍDIO INTENCIONAL A CADA 100 MIL HABITANTES ENTRE 2010-2015		
PAÍS	ÍNDICE 2010-2013	ÍNDICE 2015
Honduras	66,6	85,7
El Salvador	45,5	63,2
Venezuela	39,0	51,7
Colômbia	29,3	48,8
Belize	23,5	37,2
Guatemala	22,6	36,2
Jamaica	-	35,2
Trinidad e Tobago	-	32,8
Brasil	20,7	30,5
República Dominicana	6,4	30,2
Lesoto*	-	29,7
Zimbábue*	-	28,5
Haiti	-	28,1
África do Sul*	8,2	26,2
Bahamas	24,5	23,7

**Países que não estão no continente americano.*
Fonte: World Health Organization.

A corrupção é, portanto, um dos principais fatores que perpetuam o controle das OCTs e organizações criminosas locais sobre as mazelas. As alianças entre as OCTs e os governos são muitas vezes utilizadas como um mecanismo para conseguir votos durantes as eleições, para proteger os interesses de ambos os setores e, principalmente, para que seja estabelecido um relacionamento informal com as comunidades que facilite a implementação de medidas impopulares (Arias 2006). Dessa forma, um dos principais receios que a sociedade e os próprios acadêmicos possuem ao debater o emprego do exército na segurança pública e sua potencial efetividade é a capacidade de que os atores ilegais têm de subvertê-los, como o caso da intervenção das Forças Armadas no México desde 2006:

> Uma pesquisa de 2013 feita pelo Instituto Nacional de Estatística e Geografia (INEG) atestou que 89.7% da população pensa que a polícia está envolvida na corrupção frequentemente e é vista como a instituição mais corrupta do

> México. Em seguida, estão os partidos, com 84.4%, e o Ministério Público, com 78.4%. Com porcentagens menores apresentam-se o exército e a marinha, com apenas 33.9% dos entrevistados considerando estas instituições como corruptas" (Pion-Berlin 2006, 87, tradução nossa).

O uso dos militares para o controle da lei e ordem domésticas na América Latina é historicamente visto como uma violação dos direitos civis, dado o período das ditaduras militares (Pion-Berlin 2016). Assim, há uma linha tênue de equilíbrio na qual os Estados devem permanecer para que a segurança pública não interfira nos direitos dos cidadãos inocentes (Pion-Berlin 2016). Essa instabilidade das instituições públicas (como o sistema jurídico, a polícia e o próprio governo), bem como a curta duração dos governos no sistema democrático, faz com que o emprego das Forças Armadas na segurança pública seja visto cada vez mais pelas populações dos países latinos como uma solução para a insegurança interna (Saint-Pierre 2012). No entanto, o sentimento de integridade e segurança que o Exército traz para uma porcentagem considerável de civis não necessariamente corresponde à eficácia de seu emprego. Se apresenta, na verdade, como uma solução "imediata e espetaculosa" usada para acalmar e amedrontar, além de aumentar a aprovação política dos governantes e possíveis candidatos (Arias 2016; Saint-Pierre 2012; Saint-Pierre 2015).

3.3 A ESTRUTURA DO EXÉRCITO COMO FORÇA DE POLICIAMENTO

Tanto a movimentação de policiamento do Exército quanto militarização da polícia implicam na violação fundamental da missão do Estado: a proteção do cidadão, seja este criminoso ou não (Donadelli e Saint-Pierre 2016). Mudanças estruturais no Exército para tal emprego não são só necessárias, como também acarretam uma série de consequências para a sociedade e para a proteção internacional dos Estados (Saint-Pierre 2015).

Desde os anos 2000 a participação militar em assuntos internos aumenta – vide imagem 1. Isso acontece principalmente nos setores que são responsáveis pelo combate a organizações criminosas, pela manutenção da ordem interna, pelo apoio ao desenvolvimento e estruturação interna do país, bem como o controle da extração ilegal de recursos (Celi 2016). Ao analisar a questão do seu envolvimento na segurança pública para o combate a OCTs, é possível perceber que fatores internos, relativos à polícia, permitem que haja uma cooperação – via militarização – ou uma própria substituição da força de coerção interna – via intervenção militar (Pion-Berlin 2016).

O próprio despreparo, a falta de recursos e os baixos salários da polícia impedem que, nos casos das OCTs, as forças de coerção interna ajam – excluindo-se fatores como corrupção da presente análise. Segundo Pion-Berlin (2016), o uso do exército na aniquilação das ameaças transnacionais relaciona-se com a necessidade de uma polícia treinada e coordenada, com estrutura militar e técnica especializadas em combate. Isso, contudo, é impedido pelo alto custo dessa medida. Logo, torna-se mais fácil o uso do exército, pelo curto mandato dos governos democráticos e pelo déficit orçamentário para a tomada de ações de longo prazo contra a criminalidade (Klepak 2012).

O uso dos militares na segurança pública, no entanto, exigiu que as constituições fossem alteradas, uma vez que a distinção entre polícia e Forças Armadas se torna insuficiente aos olhares da segurança pública (Gallegos 2012). Os países demo-

críticos latinos sofrem, nesse caso, com a pressão para que os militares não ganhem influência em setores cruciais do governo que os possibilitem uma nova tomada de poder (Klepak 2012). Em 2012, as Forças Armadas de cerca de 20 países latino-americanos desempenhavam um papel crescente na segurança pública, enquanto 7 países não possuíam um exército formal (Coimbra 2012). Em casos como o do Brasil, da Bolívia, do Paraguai e da Colômbia, as Forças Armadas têm o dever legal de manter a estabilidade do governo; ao passo que no Peru, na Venezuela – e no Brasil, novamente - o exército também tem como função a garantia da lei e da ordem interna do país, ou seja, podem se envolver na segurança pública temporariamente (Donadelli e Saint-Pierre 2016). Contudo, as consequências das mudanças na constituição e a própria execução dessas medidas permeiam tanto o setor interno quando o externo.

Institucionalmente, o uso do exército como detentor do monopólio da violência interna demanda um estudo aprofundado de caso de criminalidade para que seja aplicada uma resposta congruente, isto é, faz-se necessária a comprovação de que o problema endereçado aos militares seja de caráter transnacional (Pion-Berlin 2016). Quanto à estrutura, ao aplicarmos o exército no combate aos civis, é imprescindível que uma série de regras, comportamentos e padrões técnicos de abordagem sejam humanizados a fim de respeitar a dignidade do cidadão. Há, portanto, uma tendência à desprofissionalização dos militares cuja característica principal, como visto, é a letalidade (Klepak 2012; Pion-Berlin 2016). Essa mudança de atuação cria, portanto, problemas que remetem a própria soberania e autonomia do país, sendo estes condenados a serem representados e protegidos externamente por países com maior poder de barganha (Vagnoux 2010). É, portanto, "essencial definir e promover os marcos legais e protocolos específicos que devem regular os enfrentamentos armados nos quais as Forças Armadas vão intervir" (Coimbra 2012, 8 tradução nossa). Essa desprofissionalização põe em risco, por sua vez, a segurança e a integridade nacional do país no sistema internacional – sendo esse um dos principais argumentos contra a intervenção (Succi Junior 2018).

3.3.1 A EFETIVIDADE DA INTERVENÇÃO: MÉXICO E BRASIL

Em sincronia com a adaptação das abordagens do exército à população civil, o comportamento adequado para essa situação muitas vezes é dificultado pela resistência dos militares a usarem o mínimo de força possível em suas incursões, frequentemente levando a um exagero no uso da força (Pion-Berlin 2016). A violação dos Direitos Humanos é um dos principais obstáculos que se enfrenta ao empregar tanto a militarização da polícia quanto às Forças Armadas na segurança pública. A principal preocupação seria com o chamado "núcleo duro" dos Direitos Humanos que consiste nos direitos à vida e à integridade física (Cevallos 2014).

Outra crítica presente está relacionada à desproporcionalidade entre o tipo de armamento utilizado pelas Forças Armadas e as ameaças enfrentadas no âmbito interno de um Estado (Calderón Grosso 2012). Tal ponto, contudo, enfrenta uma contra argumentação de acadêmicos como Dammert e Bailey (2005), que consideram o outro lado: as polícias carecem de armamento mais potente para enfrentarem as atuais dimensões de quadrilhas e grupos de narcotraficantes; e, também, por vezes, abusam de sua autoridade. Para eles, a solução seria uma situação equilibrada, com o uso de militares quando imprescindível e com atenta observação.

Na comunidade internacional, a Corte Interamericana de Direitos Humanos também se preocupa com a distinção de funções de segurança, declarando que o treinamento e enfoque dos militares não é concebido para o fim de proteção a civis (Cóbar 2012). Essa recomendação é reforçada por casos em que, comprovadamente, a militarização levou ao aumento da violência contra civis, como na Colômbia (Torres 2012) e em El Salvador (Cóbar 2012). Nos principais – e mais atuais – casos de intervenção militar na América Latina, dois estudos de caso destacam-se: o México e o Brasil.

No México, a intervenção militar na segurança pública foi uma solução tomada mesmo antes da Declaração de Bridgetown, dada à aproximação do país com os Estados Unidos, os quais exerciam pressão pelo controle efetivo do cartel de drogas mexicano. Em 2006, com a eleição de Felipe Calderón, nova ofensiva militar foi empregada contra as OCTs, mobilizando cerca de 45 mil soldados entre 2006 e 2013. O despreparo e o exacerbado uso da violência levaram a cerca de 70 mil mortos e 20 mil desaparecidos ao final da operação, sem contar as inúmeras denúncias de abuso, tortura e indução a confessar (Pion-Berlin 2016).

Em 10 de dezembro de 2006, o presidente mexicano Felipe Calderón decretou uma intervenção federal no estado de Michoacán[21], a qual perdura até hoje e levou a outras intervenções no país. A medida visava o combate ao tráfico de drogas e à criminalidade, em reação ao surto de violência no ano interior, relacionado a enfrentamentos entre os principais cartéis de drogas do país. O presidente pautou sua decisão na necessidade de uma postura mais rígida que buscasse aniquilar os cartéis – críticos pontuaram, contudo, que o motivo poderia ser político, pois o presidente fora eleito por uma diferença mínima de votos. A intervenção iniciou-se com 6500 soldados, que serviam para complementar ou substituir as forças locais, sendo supervisionada pela Secretaria de Segurança Pública e do Interior e pelo Procurador-Geral, pelo Exército e pela Marinha. Apesar do apoio inicial, logo a população mostrou-se alarmada com a crescente violência e com a alta no número de homicídios. Desde 2006, o número de homicídios no estado de Michoacán dobrou. A captura ou assassinato de 25 dos 37 líderes do tráfico acabou piorando a situação da região, pois resultou na massiva proliferação dos cartéis e na ascensão de novas lideranças. Os novos grupos, inclusive, descentralizaram-se e adotaram um novo escopo, intervindo na mineração e no controle portuário. Além disso, infiltraram-se no meio político, exigindo pagamentos e facilitando a chegada de seus aliados ao poder (Abdenur 2018).

É possível perceber, ademais, que as tropas apresentam uma postura proativa e efetuam um policiamento ostensivo, com ações agressivas de busca e captura dos traficantes e das drogas, muitas vezes com operações "surpresa". A investigação e o desenvolvimento do setor de inteligência são deixados de lado em prol do possível impacto das operações, tornando o uso de práticas perigosas e violentas, contudo, algo rotineiro (Kraska 2007). Ocorre, além disso, um processo similar ao retratado por Meeks (2006) nos Estados Unidos, o de abandono e esvaziamento de recurso das

21 A província de Michoacán, no oeste do território mexicano, recebeu a intervenção federal em 2005 devido ao surto de violência no país. O cartel Família Michoacana dominava a região, liderado por Carlos Mendoza e Nazario Moreno González e, em 2005, cometera atos como a exposição de cabeças decapitadas em uma casa noturna. Com mais de dez anos de intervenção, os programas sociais e em prol do desenvolvimento na região de Michoacán foram deixados de lado: metade da população da província vivia em extrema pobreza em 2017 e os índices de violência cresceram (Abdenur 2018).

políticas de cunho social e desenvolvimentista em benefício das populações carentes. Michoacán, após quase doze anos de intervenção, continua um dos estados mais pobres do país e com acesso precário a serviços e infraestrutura. Em dezembro de 2017, o atual presidente do país, Enrique Peña Nieto, favorável à lógica "mano dura" (punho de ferro), promulgou a Lei de Segurança Interior, que regulamenta o uso do Exército mexicano como força policial em todo o território (Colombo 2017). Teve como pretexto o aumento descontrolado da violência e do número de assassinatos no país, sendo necessário implementar e melhor organizar a ação dos militares no plano doméstico. A medida, no entanto, poderia enfraquecer a estrutura federalista do país e a autoridade policial, bem como tornar ainda mais constantes os abusos das forças castrenses contra a população (Abdenur 2018). Também causou mal-estar no meio militar, o qual é cada vez mais direcionado a uma luta assimétrica para a qual não é preparado (Ballesteros 2018).

No Brasil, uma intervenção federal no estado do Rio de Janeiro foi decretada em 16 de fevereiro de 2018 pelo presidente Michel Temer, que evocou o artigo 34 da Constituição Federal de 1988[22] (Brasil 1988). A atuação das Forças Armadas em questões domésticas, porém, não é algo novo – além disso, há uma crescente militarização das forças policiais. Mesmo a atuação no Rio de Janeiro sendo a mais conhecida, também ocorrem ações em outras localidades, como Espírito Santo e Rio Grande do Norte. No final de 2017, não obstante, foi aprovada uma medida que concede uma espécie de proteção aos militares: a lei nº 13.491, de 13 de outubro de 2017, que transfere o julgamento de homicídios cometidos por militares em operações de segurança pública para a jurisdição do Tribunal de Justiça Militar (Brasil 2017). Crítico à medida alegam que a nova legislação impede um julgamento justo e imparcial, visto que os membros das Forças Armadas serão julgados por seus semelhantes, não pela sociedade (Benites 2017).

Com a escalada do problema de segurança pública no Rio de Janeiro, em 2008 foram criadas as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)[23], que buscaram se instalar nas comunidades como Santa Marta, Complexo do Alemão e da Maré[24] para um controle mais duradouro das atividades criminosas. Resultaram num agravamento da militarização das forças de policiamento e numa visão positiva para a sociedade que, contudo, foi pouco duradoura e resultou no abandono do projeto. As atividades de policiamento ostensivo não foram acompanhadas por medidas suficientes de apoio à comunidade e a seu desenvolvimento, isto é, medidas de cunho social que seriam essenciais a um processo de pacificação. Em 2018, o orçamento das unidades passou dos R$5,4 milhões no ano anterior para somente R$10 mil destinados às 38 UPPs

22 O artigo 34 do capítulo 6 da CF/1988 regulamenta as situações excepcionais nas quais a União pode intervir nos entes federados (estados, municípios e regiões metropolitanas, por exemplo), como em caso de grave comprometimento da ordem pública, ameaça à integridade do território, necessidade de reorganização de finanças ou enfrentamento de uma intervenção estrangeira. É a primeira vez que tal artigo é acionado desde a redemocratização do país (Carta Capital 2018).

23 As UPPs visam normalizar a situação de comunidades com altos índices de violência, a partir de um policiamento preventivo que forme uma parceria entre os agentes e a população. A iniciativa partiu do governo do estado do Rio de Janeiro, numa abordagem que se assemelha ao policiamento comunitário (BBC Brasil 2010).

24 Enquanto na Maré e em Santa Marta houve a ocupação pacífica, a operação iniciou no Complexo do Alemão com o auxílio das Forças Armadas no processo e a fuga de traficantes alvejados por helicópteros, num grande espetáculo midiático. Em ambos os casos, as UPPs não tiveram resultados efetivos no combate à violência, contribuindo para sua expansão (Maxx 2015).

existentes, valor que praticamente decreta o fim dessas operações (Ouchana 2017).

Ademais, nos últimos anos, tem sido recorrente a implementação das operações chamadas GLOs (Garantia de Lei e Ordem), nas quais as Forças Armadas assumem a segurança pública de uma unidade estatal[25], mas não têm o poder de promover mudanças na sua estrutura. Elas só ocorrem por ordem da Presidência da República e após o esgotamento de todos os recursos tradicionais de segurança pública, além de corresponderem a uma área restrita e a um período determinado. Tais operações tornaram-se recorrentes durante os grandes eventos que ocorreram no país: Conferência Rio+20, Copa das Confederações e Copa do Mundo FIFA, Olimpíadas e visita do Papa Francisco à Jornada Mundial da Juventude. Nas Olimpíadas do Rio (2016), os contingentes militares foram utilizados para fornecer uma sensação de segurança, seja aos moradores da região, seja aos milhares de estrangeiros que chegavam ao estado para prestigiar o evento (Oliveira 2017). Não obstante, as GLOs são usadas em situações emergenciais para auxílio às polícias militares e civis nas comunidades. Na prática, essas operações podem diminuir a criminalidade, mas por um curto período; com a retirada dos militares, retorna-se à situação inicial de negligência das autoridades e de existência de um poder paralelo. O mesmo poderia ser argumentado em relação à intervenção federal que, por ter duração de somente um ano, não parece estabelecer um projeto de longo prazo (Adorno 2018).

Em relação à situação brasileira, os principais argumentos contra o emprego militar são a culpabilização pré-estabelecida das comunidades, onde as organizações criminais, aos olhos do governo brasileiro, encontram-se, sustentadas não só pela ausência do Estado, mas também sobre pilares racistas e desiguais (Rodrigues 2012). É possível perceber que

> Apesar de a situação da produção, tráfico e consumo de drogas ilícitas no Brasil não configurar um quadro tão simples, o vínculo entre narcotráfico e pobreza tem justificado seguidos programas de segurança pública que insistem na repressão e no proibicionismo como meios para lidar com a questão das drogas (Rodrigues 2012, 28).

Segundo o Jornal O Globo, a taxa de homicídios no Rio de Janeiro aumentou 19%, já na vigência da intervenção militar do governo federal, em comparação com o mesmo período (março) do ano passado, o que torna flagrante o sentimento de insegurança da população (Saint-Pierre 2015; O Globo 2018). Os impactos sociais da intervenção militar no Brasil são cruciais para os que se opõem à intervenção: de forma geral, grande parte dos homicídios brasileiros são de jovens de em média 20 anos e negros (Instituto Igarapé 2016). Marielle Franco, engajada ativista pelos direitos dos negros e das populações periféricas, bem como crítica à intervenção federal no Rio de Janeiro, foi assassinada a tiros em 14 de março de 2018, junto com seu motorista, Anderson Gomes. Os assassinatos provocaram generalizada indignação nas sociedades civil e política brasileiras, bem como manifestações de repúdio por parte de organismos internacionais, e protestos em mais de 10 capitais do país (Abrantes 2018).

25 A função das Forças Armadas brasileiras na segurança pública, especificamente na garantia de lei e ordem, corresponde ao artigo 142 da CF/1988, delimitado na Lei Complementar nº97 de 1999; a regulamentação dessa forma de emprego das forças militares só ocorreu em 2001, com o Decreto nº3897 (Oliveira 2017).

Pode-se concluir que tanto a difusão de práticas militares quanto a crescente presença das Forças Armadas em procedimentos domésticos, como demonstrado pelos casos de México e Brasil, têm provocado impactos diversos no ordenamento dos países. Ao mesmo tempo em que esse processo pode trazer algum nível de tranquilidade e, quem sabe, de real segurança; a dificuldade de empregar o exército na segurança pública, os problemas no relacionamento dos agentes policiais e militares com a sociedade civil e a propensão à violação de práticas condizentes com o respeito aos direitos humanos são preocupantes. A situação de intervenção e de militarização da segurança pública que ocorre em diversos graus nas Américas precisa ser abordada de maneira responsável, sendo ponderados os benefícios e malefícios dessa tendência (Pion-Berlin 2016).

4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Os novos debates sobre Segurança Pública, de caráter transnacional, compreendem dois temas-chave: (a) o crescimento de organizações criminosas; (b) o terrorismo, que na América passou a ter papel importante nas políticas dos Estados a partir de 2001, com o Atentado às Torres Gêmeas nos Estados Unidos (Pion-Berlin 2016). O caso da multidimensionalidade do conceito de Segurança traz ao debate internacional uma linha tênue entre assuntos domésticos e externos dos Estados ao buscar possíveis resoluções e medidas de combate às ameaças transnacionais (Saint-Pierre 2012). No caso do uso das forças armadas na segurança pública como forma de combate a essa nova gama de problemas, ainda que se parta de uma decisão interna dos governos americanos, a sua legitimação internacional ocorre pelas decisões tomadas em conjunto, seja em organizações regionais ou mundiais.

No entanto, as próprias implicações políticas e técnicas do deslocamento das Forças Armadas para a Segurança Pública geram debates e dúvidas, tanto para os atores governamentais quanto para as próprias organizações internacionais e organizações não-governamentais, este representado pelas organizações não-governamentais de defesa dos Direitos Humanos. Faz-se necessário, portanto, o debate quanto à estrutura dessas intervenções (Dammert 2013; Cóbar 2012). Nesta seção, portanto, traremos ao debate decisões prévias as quais abrem espaço para reflexão sobre o tema e delimitam os as possíveis contradições e obstáculos a serem superados pelos países das Américas. Para tal, serão apresentadas decisões tomadas em dois âmbitos: na Organização das Nações Unidas (4.1) e em organismos regionais: União de Nações Sul-americanas, Organização dos Estados Americanos e Conferência de Ministros de Defesa das Américas (4.2).

4.1 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Ainda que a ONU não se pronuncie diretamente quanto ao emprego das Forças Armadas na Segurança Públicas, expansão do conceito de segurança ocorre, resumidamente, em 1983 com a Comissão Independente de Desarmamento e Segurança de 1983, conhecida como "Comissão Palme"[26]. O grupo de trabalho, associado

26 Comissão criada com base no funcionamento da Comissão Brandt e como esta delimitava os problemas de ordem global. A Comissão Palme iniciou seus trabalhos em 1980 com 22 delegados de diferentes países, tendo como parte da mesa o empresário Olaf Palme (Pierre 2018).

ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, buscou analisar as novas ameaças internacionais que surgiam com o declínio da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (Saint-Pierre 2012; Succi Júnior 2018). Um desses primeiros movimentos das Nações Unidas foi, após uma série de deliberações quanto às drogas, o "Código de Conduta para Agentes da Lei"[27] de 1979. Esse código procurou delimitar a ação dos agentes policiais em âmbito doméstico dos países com base na Carta Universal de Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas 1979). O Código de Conduta busca estabelecer um padrão de ação entre as forças policiais dos Estados-membros, incluindo não só a polícia como também os casos nos quais o Exército é responsável pela manutenção da lei e ordem civil: "em países nos quais o poder policial é exercido por autoridades militares, uniformizadas ou não, ou por forças estatais, a definição de aplicação de leis deve ser resguardada até mesmo por estes oficiais" (Organização das Nações Unidas 1979).

Dentro das proposições desse documento também é ressaltada a importância dos Direitos Humanos no corpo civil interno de cada Estado através de princípios do direito internacional como necessidade, proporcionalidade, racionalidade e discriminação (Organização das Nações Unidas 1979; Pion-Berlin 2016). Como analisado por Pion-Berlin (2016), problemas como o tráfico de drogas e o próprio crime ultrapassam muitas vezes as fronteiras. É a partir dessa consciência que muitos Estados, principalmente os Estados Unidos nos casos dos cartéis mexicano e colombiano, buscaram conter, por meio das organizações internacionais e regionais, o tráfico internacional de drogas (Pion-Berlin 2016).

Os dois últimos eventos, no âmbito da ONU, relevantes para o debate são o Oitavo Congresso das Nações Unidas para a Prevenção de Delitos e Justiça Penal (1990) e a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (2000). O primeiro abordou temas como medidas contra o crime organizado e o terrorismo, propondo também a formação do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) em 1991. Ademais estabeleceu diretrizes para a segurança pública interna, resultando no documento conhecido como "Princípios básicos sobre o uso da força e armas de fogo pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei"[28], buscando a segurança da população civil e da própria força de polícia, não discutindo cenários em que as Forças Armadas cumprem este papel (Organização das Nações Unidas 1990; 2010).

O segundo, por sua vez, foi adotado pela Assembleia Geral das organizações das Nações Unidas no ano 2000, sendo este o principal documento de combate ao crime transnacional da ONU. Foi responsável pela criação de protocolos que essenciais para a cooperação entre os Estados nos temas de tráfico, crime, comercialização de armas e transporte ilegal de imigrantes. Ainda que, como no primeiro evento mencionado, o papel das Forças Armadas não tenha sido discutido nas reuniões, a Convenção traz inovações ao que compreende a cooperação e a formação de um plano de ação para que os Estados possam combater o crime organizado transnacional de forma efetiva (Organização das Nações Unidas 2000). Pode-se, contudo, concluir que apesar de a ONU não ter realizado um debate que compreendesse outros aspectos e cenários da Segurança Pública, como é o caso do uso das Forças Armadas, foi

27 Originalmente denominado "Code of Conduct for Law Enforcement Officials".

28 Em inglês denominado "Basic Principles on the Use of Force and Firearms by Law Enforcement Officials".

criada nessas Conferências uma base propícia ao desenvolvimento desse debate em outras organizações, como a Organização dos Estados Americanos (OEA).

4.2 ÓRGÃOS REGIONAIS AMERICANOS

Os novos desafios transnacionais inauguraram uma nova Agenda Internacional de Segurança. No entanto, o próprio debate a nível internacional é limitado, seja pela disparidade de forças entre os países ou pela gama de interesses nem sempre comuns que esses possuem a nível internacional (Lall 2017). A nível regional, como nas Américas, no entanto, a disparidade de poder se reflete na posição privilegiada dos Estados Unidos em relação aos demais países (Gallegos 2012). Pode-se concluir que a discussão regional sobre as ações a serem tomadas pelos governos na proteção do continente contra as ameaças transnacionais, bem como a permissividade do uso das Forças Armadas no continente americano, partem com maior efetividade de órgãos de cooperação regional, dado o número de resoluções publicadas sobre o assunto (Saint-Pierre 2012).

Como função central a UNASUL tem o propósito de se contrapor a agenda imposta pelo ocidente nas demais organizações e, com tal proposta procura segmentar o debate sobre segurança em áreas que compreendam temas exclusivamente internacionais e temas transnacionais por meio de diferentes Conselhos (Succi Junior 2018). Esses grupos são divididos por área de interesse, como é o caso da separação entre Conselho Sul-Americano de Defesa[29], tratando de um cenário exclusivamente internacional, e o Conselho Sul-Americano em matéria de Segurança Cidadã, Justiça e Coordenação de Ações contra a Delinquência Organizada Transnacional, o qual aborda temas tanto internos quanto externos (Saint-Pierre 2012; Succi Junior 2018). É com esse método organizacional que a UNASUL, apesar de concordar em instâncias como ameaças transnacionais com a OEA e com a CMDA, distingue-se ao criar uma linha divisória entre os conceitos de segurança pública e defesa externa (Succi Junior 2018).

4.2.1 ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

A Organização dos Estados Americanos (OEA) inaugura uma nova agenda americana com a Declaração de Bridgetown de 2002, sob pressão dos Estados Unidos, para que temas como terrorismo e organizações criminosas transnacionais fossem tratados (Gallegos 2012). O documento reconhece a multidimensionalidade dos problemas transnacionais, já abordados pela Declaração de Quebec na Terceira Cúpula das Américas em 2001, e suas ameaças à segurança hemisférica (OEA 2002; Saint-Pierre 2012). Procura estabelecer também as características regionais que fomentam o problema: "[Os Estados-membros] Declaram que a segurança do Hemisfério abarca aspectos políticos, econômicos, sociais, de saúde e ambientais" (OEA 2002, 10a). Dessa forma, os Estados-membros da OEA delimitaram superficialmente as ações a serem tomadas na esfera doméstica e na cooperação internacional (OEA 2002; Saint-Pierre 2012).

29 Criado em 2008, o Conselho tem como objetivo fomentar o diálogo e o intercâmbio de informações e técnicas entre os países-membros da UNASUL (Abdul-Hak 2013).

A Declaração de Bridgetown ressaltou, por fim, a necessidade de que o tema fosse aprofundado, tornando-se base para Declaração sobre a Segurança nas América no ano seguinte (2003). Ainda sobre a influência norte-americana, a declaração adaptou o conceito de multidimensionalidade da segurança para o cenário das Américas. Ademais analisou às ações e protocolos a serem seguidas pelos Estados, reforçando que as mesmas surgem de diferentes setores do governo:

> de aspectos múltiplos por parte de diversas organizações nacionais e, em alguns casos, associações entre os governos, o setor privado e a sociedade civil, todos atuando de forma apropriada em conformidade com as normas e princípios democráticos e com as normas constitucionais de cada Estado. Muitas das novas ameaças, preocupações e outros desafios à segurança hemisférica são de natureza transnacional e podem requerer uma cooperação hemisférica adequada (OEA 2003, 5).

A abertura dos países para a tomada de decisões pouco tradicionais, junto à escassez de recursos civis e de opinião popular favorável, abre espaço para que os Estados usufruam do uso das Forças Armadas na Segurança Pública (Saint-Pierre 2012). Houve, de fato, um aumento nos casos em que os países americanos aplicaram as Forças Armadas na Segurança Pública desde os anos 2000 e inauguraram um longo debate acadêmico sobre suas vantagens e desvantagens. No entanto, não há comprovação acadêmica quanto ao caráter de influência que as declarações de 2002 e 2003 possuam nessas decisões.

4.2.2 CONFERÊNCIA DE MINISTROS E MINISTRAS DE DEFESA DAS AMÉRICAS

Desde 1995, em sua formação a CMDA abrange em suas discussões os novos temas de segurança. No entanto, grande parte do debate foi realizado após a declaração de Bridgetown de 2002. Em tema de intervenção das Forças Armadas na Segurança Pública, há uma evolução do debate conforme a necessidade dos Estados de estabelecerem diretrizes sobre as quais trabalhar internamente com o tema, uma vez que os próprios Estados decidem qual mecanismo de ação utilizar (Succi Junior 2018). A Declaração de Manaus (2000), retomando as resoluções anteriores, é um dos primeiros documentos da CMDA que reconhece e aprofunda o papel em expansão das Forças Armadas no Estado, seja em questões de criminais ou desastres naturais por exemplo, reforçando o comprometimento destas com os Direitos Humanos (CMDA 2000). Não só assinada na Quinta Conferência da CMDA, em novembro, a Declaração de Santiago (2002) retoma os conceitos de ameaças transnacionais e multidimensionalidade da segurança, estabelecidos na Declaração de Bridgetown, em junho do mesmo ano (CMDA 2002). Além disso, empenha-se para que haja esforços multidimensionais entre os Estados, reforçando que os problemas de segurança hemisférica são uma ameaça à soberania e à democracia (CMDA 2002).

Segundo Saint-Pierre (2012), a Declaração de Quito (2004), dois anos depois, é considerada um marco do debate na CMDA, uma vez que associa a multidimensionalidade da Segurança e a capacidade de resolução dos problemas implícitos nessa às dificuldades de desenvolvimento interno dos países (CMDA 2004; Saint-Pierre 2012; Succi Junior 2018). O documento é mais aberto também quanto aos novos papéis a

serem desenvolvidos pelas Forças Armadas, embora enfatize a importância da democracia, dos direitos humanos e da soberania:

> É da responsabilidade de cada Estado promover a transformação e modernização das Forças Armadas e de Segurança Pública, conforme o caso, quanto a seus desafios, estruturas, equipamento e treinamento, em função de cumprir com suas ordens, respeitando a soberania nacional e assumindo os novos desafios do século XXI (CMDA 2004, 3).

A cooperação hemisférica em termos de divisão de recursos, técnicas e conhecimento é também ressaltada nesse documento (CMDA 2004). Uma vez que a globalização e a "paz permanente" do hemisfério trouxeram a diluição das fronteiras latinas, o problema se generalizou. Sendo assim, é de suma importância que os países cooperem para que as crescentes ameaças sejam reprimidas, paralelamente ao respeito a princípios internacionais como a soberania e os direitos humanos (Donadelli 2016). As demais conferências retomam os princípios delimitados pelas conferências anteriores. No entanto, a Declaração de Santa Cruz de la Sierra (2010) da Conferência reforça conceitos quanto ao uso dos militares na segurança pública, sobre a importância de administrar "as práticas interculturais na dinâmica institucional das Forças Armadas e das Forças de Segurança Pública" (CMDA 2010, 2). Por fim, a Declaração de Arequipa (2014), já ciente da extensão do uso das Forças Armadas na Segurança Pública pelos países latino-americanos, procura reforçar que os países cooperem na divisão de informações sobre suas experiências (CMDA 2014; Succi Junior 2018).

Como o envolvimento da CMDA na soberania dos países é vetado, dado que os Estados-membros têm autonomia para decidir domesticamente os instrumentos de combate aos crimes internacionais e ao terrorismo, as decisões do CMDA são recomendações e planos de ação conjunta, dependendo da cooperação dos países-parte para que a discussão e a cooperação sejam bem sucedidas (Succi Junior 2018). No entanto, com a escassez de recursos internos e os impactos da intervenção militar, os Estados têm optado por efetuar mudanças constitucionais (Gallegos 2012; Saint-Pierre 2015). Ainda assim, a comunidade regional e a CMDA falham quanto ao debate das estruturas necessárias para essa tomada de ações pelos países americanos, bem como negligenciam a discussão sobre quais os possíveis impactos que a intervenção militar pode trazer aos países.

5 POSICIONAMENTO DOS PAÍSES

A **República Argentina** era conhecida por, desde sua redemocratização, dividir enfaticamente as esferas de segurança interna e defesa exterior; porém, os mais recentes governos indicam claramente uma tendência à militarização da segurança pública (Cevallos 2012). Os mandatos presidenciais kirchneristas (de Néstor e Cristina Kirchner, entre os anos de 2003 a 2007 e 2007 a 2015, respectivamente) contaram com a expansão da área de atuação, tanto da Gendarmería Nacional Argentina[30], quanto da Prefeitura Naval Argentina, sendo ambas teoricamente responsáveis por

30 A Gendarmería Nacional Argentina foi criada em 1938 e se destaca por seu caráter "intermediário", ou seja, por ser uma força militarizada que também atua na segurança pública. O objetivo de sua capacitação jurídica e treinamento castrense é que possa assumir funções policiais, exceto quando seu apoio às Forças Armadas for necessário (Secretaría de Comunicación Institucional de la Gendarmería Nacional, s.d.).

tarefas de segurança pública, embora orientadas por uma doutrina militar (Argentina s.d.; Hathazy 2016; Kobilanski 2012). Além disso, o atual presidente Maurício Macri tem se mostrado favorável ao uso de militares para combate do terrorismo e do tráfico de drogas interna e transnacionalmente, reiterando repetidamente a importância dos problemas e voltando a se aliar aos Estados Unidos para orientação e treinamento das Forças Armadas (Batista 2018; Centenera 2018; Tokatlian 2016).

A Força Real de Defesa da **Comunidade das Bahamas** combate o tráfico de armas, drogas e pessoas, fiscaliza a pesca e atua em desastres naturais, conforme permitido pela Constituição nacional. A força militar do país, portanto, engaja-se em tarefas não só da Polícia Civil, como também de Guarda Aduaneira e Costeira (Coimbra 2012). Os militares também atuam na segurança regional, por via terrestre e marítima; em 2016, a Força Real de Defesa uniu-se ao Comando do Norte dos EUA (USNORTHCOM)[31] e ao Comando de Operações Especiais dos EUA (USSOCOM)[32] em treinamento para esse tipo de operação (Bahamas 2016).

Belize somente se tornou independente da sua então metrópole, o Reino Unido, em 1981, o que torna marcante a ligação entre os dois países. Desde o início da transação para a independência, as Forças Armadas britânicas propuseram-se a apoiar a formação e fortalecimento das Forças Armadas belizenhas, atuando em conjunto com as forças nacionais desde então. O país caribenho encontra-se hoje em uma situação de crescente militarização e securitização de suas fronteiras, devido a tensões com a Guatemala, a qual alega que quase metade do território de Belize lhe pertence. O contencioso tem dado origens a episódios de tensões na fronteira, incorrendo na militarização do país (Nation News 2018). O governo de Belize planeja um referendo para levar a questão à Corte Internacional de Justiça, em apelo pela integridade de seu território. Devido à crescente violência, especialmente no sul do país, foi declarado Estado de Emergência, dando permissão à polícia e às demais forças de encarcerar possíveis membros de gangues por trinta dias sem possuírem um mandado, resultando em mais de cem prisões nos primeiros dias após a medida (The San Pedro Sun 2018).

A legislação do **Estado Plurinacional da Bolívia** permite a ampla atuação das Forças Armadas em diversas tarefas de segurança pública, principalmente no que se refere ao controle do narcotráfico, de delinquentes e de quadrilhas juvenis. (Coimbra 2012; Calderón Grosso 2012; Sánchez 2012). Essa participação foi particularmente apoiada pelo presidente Evo Morales, que declarou a segurança dos cidadãos como uma das prioridades de seu governo e colocou as intervenções militares na segurança pública como parte do seu programa (Sánchez 2012). Além disso, a polícia também é vista como militarizada e há queixas devido ao desrespeito com a população: em 2016, por exemplo, um grupo de deficientes físicos que protestava por direitos básicos denunciou a violência que sofreu, incluindo o uso de gás lacrimogêneo e coronhadas (Huffington Post 2016).

A militarização da segurança pública é amparada pela constituição da **Repú-**

31 O United States Northern Command ou Comando do Norte dos Estados Unidos é uma das seis unidades do Departamento de Defesa dos Estados Unidos que trabalham com missões em áreas geográficas específicas; neste caso, a América do Norte (Estados Unidos s.d.).

32 O United States Special Operations Command ou Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos é uma divisão do Departamento de Defesa dos Estados Unidos que executa missões especiais ordenadas pelo Presidente dos Estados Unidos da América ou pela Secretaría de Defesa do país (Estados Unidos s.d.).

blica Federativa do Brasil, promulgada após o fim da ditadura militar (Zaverucha 2000). Esse precedente, aliado aos problemas que desacreditam a polícia brasileira – como a má remuneração e a corrupção (Cortez 2012) – são alguns dos motivos que fazem com que as Forças Armadas sejam cada vez mais utilizadas em assuntos internos nos mais recentes governos. Destaca-se, no governo Lula (2003-2010), a criação do Centro de Operações de Garantia da Lei e da Ordem em 2006 (Brasil 2006); no governo Dilma (2011-2016), a militarização do combate à epidemia de Chikungunya na época das Olimpíadas no Rio de Janeiro (Oliveira 2016); e no governo do atual presidente Michel Temer, a intervenção militar na cidade do Rio de Janeiro em 2017 e 2018, nas operações "Carioca" e "Rio de Janeiro" (Huffington Post 2018; Brasil 2018).

A intervenção direta das Forças Armadas na segurança interna do **Canadá** é permitida pelas leis do país, contanto que em regime de auxílio às forças policiais (não substituição) e como último recurso (Coimbra 2012). Mesmo assim, percebe-se a crescente atuação de equipes da SWAT (*Special Weapons and Tatics*) em tarefas policiais (Roziere e Walby 2017). Além disso, a militarização das polícias vem acontecendo através da aquisição ou recebimento de doações de armamentos pesados e veículos militares do próprio exército canadense (Huffington Post Canada 2016; Marijan 2016; Vice News 2016).

A constituição da **República do Chile** permite o emprego das Forças Armadas na segurança pública quando declarado estado de catástrofe ou calamidade pública pelo presidente (Coimbra 2012). O histórico da nação, porém, colocou em diversos momentos a polícia como subordinada aos militares, tanto por questões políticas tal qual a ditadura de Pinochet, quanto por se achar que assim seria mais eficaz (Jímenez e Turizo 2011). Um forte exemplo de militarização no Chile seria a união de polícias civis aos *carabineros*[33] desde 1927, além da institucionalização de costumes e organização castrense (Prieto 1996). Mais recentemente, destaca-se a atuação de militares na região de Araucânia, em conflito com indígenas do grupo local Mapuche (Parra 2016).

A **República da Colômbia** enfrenta há décadas conflitos armados em seu território, tanto contra grupos insurgentes, quanto contra o narcotráfico. Ambas as questões estão interligadas economicamente (Grosso 2012; Jímenez e Turizo 2011; Torres 2012). O combate a esses problemas resultou não só na militarização das polícias, cujos armamentos e estrutura se assemelham hoje aos das Forças Armadas; mas também na intervenção do Exército Nacional em zonas urbanas, principalmente para fins de controle e identificação dos cidadãos (Jímenez e Turizo 2011). O uso de militares para enfrentamento desses problemas domésticos contribuiu para que o país tenha hoje um dos maiores exércitos do continente e para que procure uma maior cooperação com os Estados Unidos, o que resultou no Plano Colômbia[34] e na Escola das Américas[35](Jímenez e Turizo 2011; Torres 2012).

33 Carabineros do Chile, segundo a Lei 18.961 do país, "é uma Instituição policial técnica e de caráter militar, que integra a força pública e existe para dar eficácia ao direito" (Biblioteca del Congreso Nacional 2018).

34 Plano estratégico conjunto dos governos colombiano e estadunidense, sendo financiado majoritariamente pelo segundo, que visava ao combate do narcotráfico e da produção de cocaína (Mejía 2015; The Guardian 2016).

35 Atualmente "Western HemisphereInstitute for Security Cooperation" (WHISC), a Escola das Américas foi fundada em 1946 e instruía militares de todo o continente americano. Há acusações sobre o ensinamento de técnicas de tortura e execução (Chile s.d.).

Há 70 anos, o então presidente da **República da Costa Rica**, José Figueres, extinguiu o exército do país para usar a verba em educação e saúde. Desde então, o país não enfrentou mais guerras civis ou golpes de Estado, como a maioria de seus vizinhos do continente (Moraes 2014; USA Today 2018). Isso, porém, não os exclui da tendência à militarização: a "Unidade Especial de Intervenção da Força Pública" é um grupo de 70 profissionais treinados para combater o narcotráfico, que inclusive recebe doações financeiras e materiais dos Estados Unidos da América. Os norte-americanos também ajudam financeiramente a Marinha costarriquenha e treinam funcionários de segurança do país (Beckhusen 2014; Estados Unidos, 2018; Costa Rica 2018; The Costa Rica Star 2012).

O histórico da **República de El Salvador** no campo da militarização é controverso. Na década de 1980, o país, com o auxílio dos Estados Unidos da América, combateu o grupo guerrilheiro FMLN[36] (*Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional*) em uma guerra civil altamente militarizada, que só terminou com acordos de paz em 1992 (Bonner 2016; Cóbar 2012). O marco definiu a separação categórica das funções das Forças Armadas e das polícias, mas uma crise de segurança pública logo trouxe os militares de volta a esse tipo de tarefas. Em 2012, mais uma vez, os salvadorenhos tentaram retirar os militares desse campo, removendo-os, por exemplo, dos serviços penitenciários, quando uma trégua entre as principais gangues do país fez diminuir drasticamente o número de homicídios e lançou a reivindicação de aquartelamento do exército, ao mesmo tempo em que o governo reconheceu as violações aos direitos humanos nas prisões (Cóbar 2012). Em 2015, porém, o governo criou batalhões de resposta imediata para combate de quadrilhas formados por soldados (Wright 2015). A ação veio no mesmo ano em que o país foi considerado "o mais violento do mundo" (Zablah 2016).

A **República do Equador**, na Lei de Segurança Pública e do Estado, de setembro de 2009, denota a complementaridade do trabalho das Forças Armadas e da Polícia Nacional em questões concernentes à segurança interna, à manutenção e ao controle da ordem pública e à segurança cidadã. Os ministros da Defesa Nacional e do Interior são designados a analisar e regular a necessidade e o nível da intervenção das Forças Armadas nas atividades de policiamento (OEA 2009). O novo presidente do país, Lenín Moreno, busca superar as medidas do governo antecessor de Rafael Correa, aproximando-se dos Estados Unidos e com ele firmando um acordo para luta conjunta contra o crime organizado transnacional e o tráfico de drogas (Russian Today 2018).

Nas últimas décadas, os **Estado Unidos da América** passaram por um processo de militarização das suas polícias, justificado pelas chamadas "novas ameaças" (Weiss 2011). Apesar do Ato Posse Comitatus, que proíbe a participação de Forças Armadas em questões domésticas, as unidades de policiamento têm adotado características normalmente associadas aos militares, como o uso de armamentos pesados e uma postura mais agressiva. Quanto aos demais países do continente americano, os estadunidenses incentivam, por sua vez, uma policialização da Forças Armadas,

36 A Frente FarabundoMartí para laLiberación Nacional nasceu da junção de grupos políticos como o Partido Comunista de El Salvador (PCS) e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centroamericanos (PRTC) , as Forças Populares de Liberação "FarabundoMartí" (FLP) e o Exército Revolucionário do Povo (ERP), no intuito de, nas palavras da própria organização (em tradução nossa) alcançar "democracia, justiça social e autodeterminação nacional" (Frente FarabundoMartí para laLiberación Nacional s.d.).

de modo que essas cada vez mais participem na resolução de questões domésticas de manutenção da ordem e combate ao narcotráfico (Bolduc 2016).

A Constituição da **República da Guatemala** determina que o Exército deve zelar pela paz e segurança, tanto exterior quanto interior; bem como cooperar com as forças de Segurança Pública em questões emergenciais (Coimbra 2012). Jimmy Morales, o atual presidente, possui aproximação com as Forças Armadas, alguns de seus representantes sendo remanescentes da guerra civil no país[37]. Em 2018, o governo busca redirecionar a atuação dos militares da segurança pública para um maior controle das fronteiras e das ameaças transnacionais, contanto com a ajuda do governo dos Estados Unidos (López 2018; Meléndez 2018).

A **República Cooperativa da Guiana** assumiu pleno controle da Força de Defesa da Guiana (FDG) a partir de 1966, logo após a sua independência do Reino Unido em maio do mesmo ano. De acordo com Lovell (2013), as forças armadas guianenses objetivam, primordialmente, assegurar as fronteiras nacionais por mar, terra e ar, bem como combater a constante ameaça posta pelo tráfico transnacional de drogas ilícitas, de pessoas e de material bélico. Paralelamente, em razão dos crescentes índices de criminalidade interna, as Forças de Defesa vêm atuando no apoio e complementaridade às agências policiais na garantia da lei e da ordem no país. Possuindo fronteira com Venezuela, Brasil e Suriname, a Guiana mantém fortes laços de cooperação com as forças armadas brasileiras, principalmente nas áreas de treinamento, inteligência e recebimento de recursos escassos no país; com o Exército Nacional do Suriname, há um relacionamento amigável e cordial, porém em menor escala quando comparado ao Brasil; já quanto à Venezuela, ambos os Estados possuem litígios fronteiriços na região do Essequibo, o que impede a aproximação. A questão da segurança pública está circunscrita ao Ministério de Segurança Pública, cujo intuito central envolve a proteção dos nacionais frente a ameaças internas e externas. Na Guiana, o principal braço do Estado para a observância da segurança pública é a Força de Polícia da Guiana (LOVELL, 2013). Nos últimos anos, o presidente do país, David Granger, afirmou a necessidade do país de desenvolver um braço do exército para atuar na Defesa Civil, buscando abaixar os níveis de violência nas cidades guianesas. Atualmente, o Exército somente atua na segurança pública em situações extraordinárias, sobre ordens expressas do executivo do país (Nexo Latino 2015).

Em 12 de janeiro de 2010, a **República do Haiti** enfrentou um dos desastres naturais mais cruéis de sua história. Uma série de terremotos destruíram quase que totalmente a infraestrutura do país, amplificando a calamidade que o país se encontrava, e enfraquecendo as forças policiais do estado caribenho. Nesse contexto, a MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti), missão de paz da ONU que estava em atuação no país desde 2004, realizou simultaneamente a proteção das suas fronteiras nacionais, combatendo o narcotráfico e o tráfico de pessoas, e o papel de segurança pública, atuando no desmantelamento de milícias e grupos paramilitares insurgentes que buscavam o controle do território (Chossudovsky 2017, Quintela 2010). Após os anos 2010, as forças da Minustah, comandadas pelo Brasil, atuaram quase que exclusivamente como força policial, tornando a segurança

37 A guerra civil na Guatemala, entre 1960 e 1990, foi um brutal conflito entre os sucessivos governos guatemaltecos e grupos guerrilheiros, resultando inclusive no genocídio de parte da população indígena (Grandin 2014). A violência perpetrada pelas autoridades do país à época da guerra civil pode ser considerada como "um fundamento do plano militar de estabilização nacional por meio de uma volta à lei constitucional" (Grandin 2014, p. 25), sendo, portanto, crucial o papel dos militares na agressão à população do país.

pública indissociável da segurança fronteiriça. Em 2017, a ONU anunciou o fim da MINUSTAH, dando início a uma nova missão de acrônimo Minusjusth (Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti), que, diferentemente da missão anterior, atua principalmente no treinamento das forças policiais domésticas haitianas. Para fornecer esse suporte, a missão contará com o envio de 1275 policiais de diversos países, que durante dois anos auxiliarão na segurança pública do país caribenho. Além disso, o Haiti anunciou que planeja restabelecer seu exército, o qual havia sido abolido em 1995, alegando a necessidade de contar com profissionais próprios preparados para lidar com alguns dos novos temas de segurança transnacional, especialmente desastres naturais e contrabando (BBC 2017, USA Today 2013).

Desde o golpe de Estado em 2009, as autoridades da **República de Honduras** incentivaram um crescente processo de militarização da segurança pública, até mesmo adotando o mote "um soldado em cada esquina". Isso, contudo, levou a um aumento das denúncias de violações de Direitos Humanos por parte de militares e policiais (Lima 2013). Em 2013, foi criada a Polícia de Ordem Pública, sob controle direto dos militares (Rawley 2017). O presidente Juan Hernández, respondendo a alegações de organizações não-governamentais, afirmou que os planos de desenvolvimento de Trump em relação à América Central não agravarão a situação da região e de seu país (Rabouin 2017).

A **Jamaica** ficou na 130ª posição entre 152 países no Ranking de Militarização de 2016 (Mutschler 2016), o que indica a pouca intervenção dos costumes castrenses e dos próprios militares na segurança pública. Essa realidade, porém, cada vez mais se encaminha para um rumo oposto. No início de 2018, as Forças Armadas do país declararam Estado de Emergência após uma onda de crimes (ZeroHedge 2018), anunciando o crescimento da sua atuação na segurança pública. Em especial, o país caribenho anunciou o fortalecimento do programa ZOSO (Zone of Special Operation), o qual leva as Forças Armadas jamaicanas a bairros onde as taxas de assassinato estão subindo rapidamente, tanto para atividades de busca e apreensão quanto para a fiscalização de moradores (Meers 2018). A violência é vista pelos jamaicanos como uma das maiores mazelas do país, levando quase 60% dos jamaicanos a declararem que apoiariam um golpe militar no país caso as grandes taxas de violência do país permanecessem (The Gleaner 2018).

Os representantes dos **Estados Unidos Mexicanos** defendem que a intervenção é a única medida capaz de solucionar o problema da violência em seu país. Desde 2006, ocorre a intervenção em províncias como Michoacán, centrais ao narcotráfico, e planos conjuntos com os Estados Unidos. Essas intervenções tiveram efeito reverso, por contribuírem à proliferação do crime no país. Ao final de 2017, o governo aprovou a Lei de Segurança Interior, que prevê a atuação das Forças Armadas com função de polícia em todo o território mexicano. Apesar dos esforços, os níveis de violência continuam subindo e os cartéis se proliferando (Abdenur 2018).

A **República da Nicarágua** passa por uma conturbada situação interna, em vista da revolta da população, da Igreja e das Forças Armadas[38] contra as atuais decisões do governo. A situação agravou-se quando houve a morte de mais de 40 cidadãos nicaraguenses em manifestações. Passaram a protestar, também, contra a violên-

38 Em comunicado, os militares declararam solidariedade às famílias das vítimas e pediram pelo fim da violência (Agencia EFE 2018).

cia perpetrada pela Polícia Nacional e o grupo Juventude Sandinista[39] (Agencia EFE 2018). O artigo 92 da Constituição Política nicaraguense postula que a intervenção das Forças Armadas poderá ocorrer somente em casos de perturbação à estabilidade do país por grandes desordens internas, calamidades ou desastres naturais, a mando do presidente em conjunto com o Conselho de Ministros (Nicarágua 2010).

Em 1989, os Estados Unidos intervieram na **República do Panamá**, depondo o ditador Manuel Antonio Noriega e dissolvendo o Exército do país. Desde então, não há entidades militares no Panamá e foi proibida a instituição de Forças Armadas no país (BBC Mundo 2015). A decisão de dissolvê-las partiu, principalmente, da conjuntura latina de macrossecuritização e combate às novas ameaças internacionais pelos Estados Unidos (Villa 2014). Em 2010, foi criado o Ministério de Segurança Pública para coordenar as atividades de segurança e inteligência no país, com base na preservação da soberania nacional, na manutenção da tranquilidade e da ordem públicas e na proteção dos indivíduos sob sua jurisdição (Ministério de Segurança do Panamá s.d.). Ademais, o país possui um Serviço de Proteção Institucional, subordinado à Presidência da República, que, além de garantir a segurança das mais importantes autoridades do país, também está encarregado de garantir a ordem constitucional e auxiliar às demais forças de policiamento nas funções de segurança pública (Panamá 2009). Com o fim da Guerra Fria, a política externa norte-americana se voltou ao combate ao tráfico de drogas internacional, tendo como principais alvos dessa nova política a Colômbia e o Panamá durante os anos 90. A segurança interna e externa do país são feitas pela Guardia Nacional, dividida entre Guarda Costeira e outros órgãos de policiamento interno sobre o comando do Ministério de Segurança Pública (Coimbra 2012, Ministerio de Seguridad Pública, s.d.). Essa mescla de forças, entretanto, conta com uma estrutura coercitiva militarizada, ou como é chamada pelos panamenhos, "fuerzas de seguridad especializadas", e é historicamente apoiada por parcerias com os exércitos nacionais de países como os Estados Unidos e a Colômbia. Tal situação abre espaço para o debate sobre a soberania e integridade territorial do país, tendo em vista as suas poucas capacidades de lidar com as novas ameaças internacionais à segurança nacional (Villa 2014).

A Constituição da **República Dominicana** põe ênfase no papel das Forças de Defesa e Segurança no combate às ameaças transnacionais; e a Lei 873 de 1978 atribui às Forças Armadas a atuação em operações de segurança pública. Por isso, os militares e as forças policiais desenvolvem planos de atuação conjunta na segurança pública (Coimbra 2012). Nos últimos anos, o país sofreu um grande aumento do número de homicídios a cada 100 mil habitantes: de 6,4 por ano de 2010 a 2013 para 30,2 em 2015 (Instituto Igarapé 2016).

Terminado o seu regime ditatorial, a Constituição da **República do Paraguai** definiu as competências tanto da polícia nacional quanto das Forças Armadas como separadas e independentes (Coimbra 2012). Entretanto, em situações de emergência securitária que ponham em perigo a própria Constituição, as Forças Armadas podem ser utilizadas para a segurança pública, desde que seja pré-aprovado pelo Poder Executivo e com limitação de atividade em 60 dias (Coimbra 2012). Os novos temas

39 O grupo Juventude Sandinista é composto por jovens favoráveis ao governo de Daniel Ortega, seu nome é uma homenagem a Augusto César Sandino, líder de uma guerrilha contra a presença militar dos Estados Unidos de 1927 a 1933, e à própria Revolução Sandinista de 1979, liderada pela Frente Ampla Sandinista de Libertação (Sá 2014).

de segurança transnacional tornaram o Paraguai um ator importante na América Latina, primeiramente pela sua atuação no combate às drogas em conjunto com os Estados Unidos e, desde 2008, com a Força Aérea Brasileira (FAB) que opera uma artilharia aérea especializada no combate à entrada de contrabandistas de drogas, armas e pessoas (Succi Junior 2017). No combate ao terrorismo, desde 2001 os Estados Unidos e os países da Tríplice Fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai) atuam na região, devido a suspeitas de existência de terroristas internacionais em meio à população árabe-muçulmana do país (Villa 2008). Um dos exemplos dessa atuação foi a prisão de um dos líderes do Hezbollah, realizada conjuntamente no dia 21 de setembro de 2018, que se encontrava na Tríplice Fronteira (El País 2018).

Assim como em outros países da América Latina, a **República do Peru**, desde os anos 1990, amplia o papel de suas Forças Armadas para outros setores securitários do governo. Sobre a Garantia da Lei e da Ordem, o exército peruano tem competência para assegurar a segurança pública e, sobre regime de exceção, tem o poder de controlar o Estado com a liberação do Presidente (Donadelli e Saint Pierre 2016). Além do controle e apoio da segurança pública, as forças militares podem ser delegadas para a garantia de eleições e de auxílio imediato em caso de desastres naturais (Coimbra 2012). Entretanto, desde os anos 90, o Peru supera grande parte dos países latinos no combate aos novos temas transnacionais de ameaça à segurança nacional. Isso se deve ao apoio logístico e técnico do exército, além da atuação efetiva em zonas de emergência, fornecido à polícia nacional, especialmente no combate ao tráfico de drogas, realizado parceria com a Bolívia, e pelo combate ao terrorismo (Coimbra 2012). O auge da cooperação entre o exército e a polícia nacional peruana ocorreu nos anos 90, sobre o governo de Fujimori, com a repressão do grupo terrorista comunista Sendero Luminoso (Dammert e Bailey 2005). Em 2002, o ex-presidente foi condenado pela Justiça Peruana por desaparecimento forçado e homicídio qualificado, além de ser reconhecido internacionalmente como violador dos direitos humanos (Human Rights Watch 2002, GLOBO 2008). A partir da prisão de Fujimori, tanto o exército quanto a polícia peruana passaram por mudanças estruturais para uma melhor atuação na sociedade civil (Dammert e Bailey 2005).

A **República do Suriname** ainda sofre os efeitos da ditadura militar no país, que ocorreu entre os anos de 1980-1991; Desi Delano Bouterse, líder do governo ditatorial, foi eleito presidente do país em 2010 e 2015. Em 2012, quando foi processado por uma série de assassinatos cometidos em 1982, Bouterse estendeu a anistia a todos os militares envolvidos no caso, esquivando-se das acusações. Devido à permanência dos militares nas instituições políticas do país, cresce também o uso das Forças Armadas em funções além das previstas na sua constituição. Nos últimos anos, o governo do Suriname declarou que a luta contra o crime organizado transnacional é a maior ameaça que assola o país, justificando o uso das Forças Armadas na segurança pública como uma forma de combate ao narcotráfico e à pirataria. As Forças também podem atuar na manutenção da lei e da ordem, um forte resquício do seu período de regime ditatorial (Badri-Maharaj 2017).

Tendo sido vítima de uma ditadura militar entre 1973 e 1985 (BBC Brasil, s.d.), a **República Oriental do Uruguai** parece ter hoje, até mesmo em sua Constituição, pouca tolerância para com a interferência de militares nos assuntos domésticos. Em 2018, um general foi preso por dar sua opinião sobre reformas legislativas, o que iria contra o artigo 77 (Globo 2018). Por outro lado, parte da opinião pública parece estar

em favor da militarização da segurança pública, insistindo no endurecimento das políticas e procedimentos de combate ao crime no país (Albaladejo 2018). As contradições seguem quando se observa que, enquanto 63% dos uruguaios apoia a militarização da segurança pública, a população é a que menos se sente orgulhosa de suas Forças Armadas, quando comparado esse dado em toda a América Latina (Diamint 2015). A legislação, porém, segue definindo como separadas as tarefas de segurança pública e o escopo de atuação das Forças Armadas (Gallegos 2012).

A **República de Trinidade e Tobago** passa por uma onda de violência e de aumento a taxa de homicídios, apesar dos elevados gastos do governo com o combate à criminalidade. Segundo relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a taxa de homicídios de afrodescendentes no país é mais que o dobro da média nacional, revelando a disparidade racial no país (Doodnath 2018, Banco Interamericano de Desenvolvimento 2017). As Forças Armadas do país detém papel tradicional na resolução de conflitos doméstico, como na atuação contra a "Revolução Black Power", inspirada no movimento de afrodescentes dos EUA de mesmo nome, na década de 1970, e contra o grupo muçulmano "Jamaat al Muslimeen", vinte anos depois (Hernández 2016).

A **República Bolivariana da Venezuela** passa por um crescente processo de militarização, no qual as Forças Armadas se encontram atreladas ao Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), no poder desde 1998. É uma espécie de aliança entre o poder cívico e o militar. Ao mesmo tempo em que se associam os militares às questões domésticas como a manutenção do regime, as operações de segurança tornam-se cada vez mais militarizadas (Romero-Castillo 2014). O país tem sido duramente criticado pelos Estados Unidos, pela União Europeia e por Organizações Internacionais por supostas violações de Direitos Humanos, principalmente nas atividades de repressão (Amnistía Internacional 2018).

6 QUESTÕES A PONDERAR

I. Como os países que enfrentam poucas ameaças externas poderiam melhor aproveitar seu efetivo nas Forças Armadas, atentando a seus propósitos originais?

II. Até que ponto o uso de militares em tarefas de segurança pública é mais um benefício que um malefício, dadas não só as questões de direitos humanos, mas o potencial enfraquecimento do aparelho de defesa da soberania e território nacional?

III. Que alternativas além da militarização (visando à um endurecimento das condutas policiais) e das Intervenções Militares podem aparecer como políticas de curto prazo para Estados que enfrentam altas taxas de violência na sociedade civil? E como elas devem estar associadas a políticas de longo prazo?

IV. Quais recomendações estruturais devem ser tomadas pelos países, dentro do escopo da CMDA, para que os impactos políticos e sociais das Intervenções Militares sejam reduzidos? Precisariam os Exércitos sofrer uma reforma para adequar suas práticas ao manejo de civis?

V. Quais medidas alternativas podem ser tomadas para que o combate ao crime internacional seja efetivo?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abdenur, Adriana Erthal. 2018. "México vê aumento de violência após 11 anos de intervenção militar". Folha de São Paulo. Publicado em 25 de março. https://bit.ly/2J4cTlG.

Abdul-Hak, Ana Patrícia Neves Tanaka. O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS): objetivos e interesses do Brasil. Coleção CAE. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

Abrantes, Talita. 2018. "Ao menos 10 estados terão atos em memória de Marielle Franco". Última modificação em 15 de março. https://abr.ai/2KNv0Pm.

Adorno, Luís. 2018. "Rio terá atuação do exército pela 13ª vez em 10 anos; qual a diferença agora?". Última modificação em 16 de fevereiro. https://bit.ly/2IpnM3t.

Agencia EFE. 2018. "Las Fuerzas Armadas piden que se detenga la violencia en Nicaragua". Acesso em 23 de agosto de 2018. https://bit.ly/2J2UJXe.

Albaladejo, Angelika. 2018. "Uruguay Faces Rising Public Pressure to Militarize Fight Against Crime". InSight Crime (blog). 18 de maio de 2018. https://www.insightcrime.org/news/brief/uruguay-public-pressure-militarize-fight-crime/.

Alvarado, Arturo, e Jorge Zaverucha. 2009 "La actuación de las Fuerzas Armadas en la seguridad pública en México y Brasil: una visión comparada". Lecture, XXVIII International Congress of the Latin American Studies Association (LASA), Rio de Janeiro, RJ, junho. p. 11-14. https://bit.ly/2M8F4I3.

Amnistía Internacional. 2017. "Venezuela: militarización de la crise por parte de autoridades intensifica violencia y promueve miedo". Acesso em 2 de junho de 2018. https://bit.ly/2xxAfRI.

Andreas, Peter, e Richard Price. 2001. "From War Fighting to Crime Fighting: Transforming the American National Security State". International Studies Review 3 (3): 31-52. Acesso em 24 de abril, 2018. http://www.jstor.org/stable/3186241.

Argentina Ministério da Defesa. Nómina de presidentes y ministros. Argentina.gob.ar, https://www.argentina.gob.ar/defensa/nomina-de-presidentes-y-ministros (acesso em 22 de agosto de 2018)

Arias, Enrique Desmond. 2006. Drugs & democracy in Rio de Janeiro: trafficking, social networks, & public security. Chapel Hill: University of North Carolina Press.

Ayerve, Patricio Haro. 2012. "Ecuador: entre la seguridad y la inconstitucionalidad". URVIO - Revista Latinoamericana de Seguridad Ciudadana (12): 57-70. doi: https://doi.org/10.17141/urvio.12.2012.1167.

Bahamas Bahamas Information Services. Exercise Marlin Shield Completed. Bahamas: Ministry of Foreign Affairs, 2016, .http://mofa.gov.bs/exercise-marlin-shield-completed/ (acesso em 31 de maio de 2018).

Ballesteros, Cecilia. 2018. "O México também colocou o Exército nas ruas contra o tráfico: a história daquele fracasso". Acesso em 23 de agosto de 2018. https://bit.ly/2Ja3iMu.

Banco Interamericano de Desenvolvimento. 2017. "The costs of crime and violence: new evidence and insights in Latin America and the Caribbean". https://bit.ly/2vSqAzz.

Barbian, Luciano. 2008. "A Ditadura de Segurança Nacional e as Especificidades do Caso Boliviano". Anais Eletrônicos do IX Encontro Estadual de História ANPUH-RS. http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212350331_ARQUIVO_artigoanpuh.pdf.

Batista, Henrique Gomes. 2018. "EUA e Argentina retomarão exercícios militares suspensos nos governos Kirchner". O Globo. 16 de agosto de 2018.https://oglobo.globo.com/mundo/eua-argentina-retomarao-exercicios-militares-suspensos-nos-governos-kirchner-22982622.

Battaglino, Jorge. 2015. "Políticos y militares en los gobiernos de la nueva izquierda sudamericana". Política y Gobierno22(1): 3-43. http://www.scielo.org.mx/pdf/pyg/v22n1/v22n1a1.pdf.

BBC. 2017. "Haiti to Form Army after 20 Years Without". BBC News, 11 de julho de 2017, seç. Latin America & Caribbean. https://www.bbc.com/news/world-latin-america-40576545.

BBC Brasil. 2010. "Entenda o que são e como funcionam as UPPs nas favelas do Rio". Última modificação em 17 de dezembro. https://bbc.in/2M2D5Ew.

BBC Brasil. s.d. "BBCBrasil.com | Reporter BBC | Uruguai põe na internet detalhes inéditos

da ditadura". s.d. https://bbc.in/2OFfECt.

BBC Mundo. 2015. "¿Ahorran Costa Rica y Panamá por no tener ejército?". Acesso em 2 de junho de 2018. https://bbc.in/1MJ4jqd.

Beckhusen, Robert. 2014. "Costa Rica Doesn't Have a Military? Not So Fast". War Is Boring (blog). Acesso em 23 de agosto de 2018.https://medium.com/war-is-boring/costa-rica-doesnt-have-a-military-not-so-fast-499b5d67e160.

Benites, Afonso. 2017. "Militar que matar em operações como a do Rio será julgado por Corte Militar, e não pela justiça comum". Última modificação em 14 de outubro. https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/12/politica/1507840831_336832.html.

Biblioteca del Congreso Nacional. 2018. "LEY-18961 07-MAR-1990 MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL". Ley Chile - Biblioteca Del Congreso Nacional. 2018.https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30329.

Bolduc, Nicholas S. 2016. "Global Insecurity: How Risk Theory Gave Rise to Global Police Militarization," Indiana Journal of Global Legal Studies 23 (1): 267-292. http://www.repository.law.indiana.edu/ijgls/vol23/iss1/12.

Bonner, Raymond. 2016. "Time for a US Apology to El Salvador". The Nation. Acesso em 23 de agosto de 2018. https://www.thenation.com/article/time-for-a-us-apology-to-el-salvador/.

Brasil. Ministério da Defesa do Exército Brasileiro. Boletim do Exército. Nº 49/2006. Brasília-DF, 2006, http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/copiar.php?codarquivo=97&act=bre (acesso em 24 de agosto, 2018)

———. Ministério da Defesa. Histórico de GLO. 2018. https://www.defesa.gov.br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/planilha_dados_historicos_ate_junho_2018.pdf (acesso em 23 de agosto, 2018).

———. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Diário Oficial da União, 1988, https://bit.ly/2HoSpiU (acessado em 2 de agosto de 2018).

———. 2017. Lei Nº13.491, de 13 de outubro de 2017. Brasília: Diário Oficial da União. https://bit.ly/2M8h2wZ (acesso em 10 de agosto, 2018).

Bruneau, Thomas C. 2013. "Challenges to Institutionalizing Civil-Military Relations in the New Democracies of Latin America". Latin American Security: Canadian and International Perspectives (9): 99-114. http://www.deslibris.ca/ID/243967.

Calderón Grosso, Emilse. 2012. La impronta legal de la participación de las Fuerzas Armadas en la seguridad pública: "lucha contra el narcotráfico en América del Sur". Urvio. Revista Latinoamericana de Seguridad Ciudadana 12 (2): 97-109. doi: https://doi.org/10.17141/urvio.12.2012.1170.

Carta Capital. 2018. "O que é uma intervenção federal? Entenda". Última modificação em 16 de fevereiro. https://bit.ly/2InWudS.

Celi, Pablo. 2016. "Misiones militares y roles multifuncionales: experiencias suramericanas". Defesa e segurança do Atlântico Sul: VIII ENABED 1 (1): 105–12. ISBN: 978-85-7822-542-1.

Centenera, Mar. 2018. "Macri passará a usar Forças Armadas na segurança pública na Argentina". O Globo. 23 de julho de 2018. https://glo.bo/2MMsjT4.

Cervo, Amado Luiz e Bueno, Clodoaldo. 2002. História da Política Exterior do Brasil. Brasília: Editora Unb.

Cevallos, Jenny Pontón. 2012. "La militarización de la seguridad ciudadana: una tendencia regional. Entrevista con Marcos Pablo Moloeznik Gruer". URVIO - Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad 12 (2): 143-146. doi: https://doi.org/10.17141/urvio.12.2012.1173.

Chaves Gomes, Victor Leandro, and Hélio De Lena. 2014. "A Construção Autoritária Do Regime Civil-Militar No Brasil: Doutrina De Segurança Nacional e Atos Institucionais (1964-1969)." OPSIS 14 (1): 79-100. https://bit.ly/2HzuCq2.

Chile Biblioteca Nacional de Chile. Escuela de las Américas - Memoria Chilena. Biblioteca Nacional de Chile. http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-94598.html (acesso em 4 de junho, 2018).

Chossudovsky, Michel. 2017. "Six Years Ago in the Aftermath of the Earthquake: The

Militarization of 'Emergency Aid' to Haiti. Is It a Humanitarian Operation or an Invasion?"

Cóbar, Edgardo Amaya. 2012. "Militarización de la seguridad pública en El Salvador 1992-2012". URVIO - Revista Latino Americana de SeguridadCiudadana12 (2):71-81. doi: https://doi.org/10.17141/urvio.12.2012.

Coggiola, Osvaldo. 2001. Governos Militares na América Latina. São Paulo: Contexto.

Coimbra, Luiz Octavio. 2012. "El involucramiento de las Fuerzas Armadas en actividades de seguridad en las Américas". URVIO - Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad, 12 (2): 127-140. https://doi.org/10.17141/urvio.12.2012.1172.

Colombo, Sylvia. 2017. "Violência urbana sai do controle no México". Folha UOL. Acesso 23 de agosto de 2018. http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/12/1945778-violencia-urbana-sai-do-controle-no-mexico.shtml.

Conferência de Ministros e Ministras da Defesa das Américas (CMDA), Declaração de Santiago, (18-22 novembro de 2002), disponível em https://www.resdal.org/Archivo/d0000196.htm.

———, Declaração de Quito (novembro de 2004), disponível em http://www.summit-americas.org/Panels/VI_Meeting_Defense_Americas/DECLARACION_QUITO_ESP.pdf.

———, Declaração de Santa Cruz de la Sierra, CP/INF.6170/10 (22-25 novembro de 2010), disponível em https://www.resdal.org/Archivo/d0000196.htm.

———, Declaração de Arequipa, (12-14 de outubro de 2014), disponível em http://www.resdal.org/assets/xi-cmda-declaracionarequipa.pdf.

———, Declaración de Bridgetown. Bridgetown, Barbados. 2002.

http://www.oas.org/xxxiiga/espanol/documentos/docs_esp/agcgdoc15_02.htm.

Dammert, Lucía e John Bailey. 2005. "Reforma policial y participación militar en el combate a la delincuencia. Análisis y desafíos para América Latina". Revista Fuerzas Armadas y Sociedad19(1): 133-152. www.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/40089.pdf.

Dammert, Lucía. 2013. "Militarization of Public Security in Latin America: Where Are the Police?". Latin American Security: Canadian and International Perspectives (9): 115-131. http://www.deslibris.ca/ID/243967.

Dammert, Lucía e John Bailey. "Reforma policial y participación militar en el combate a la delincuencia. Análisis y desafíos para América Latina". Revista Fuerzas Armadas y Sociedad 19(1): 133-152. www.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/40089.pdf.

De Orte, Paola, 2018. "EUA e OEA condenam violência na Nicarágua". Portal EBC. Acesso em 23 de agosto de 2018. https://bit.ly/2sqRZIw.

Del Pozo, José. 2003 "Mort et répressionenAmérique latine durantles régimes dictatoriauxrécents". Frontières15 (2): 21-25. Acessado em 17 de abril, 2018. http://www.historiadelpozo.uqam.ca/pdf/MortRepre.pdf.

Destak. 2018. "Pesquisadores mexicanos apontam intervenção como política falha". Acesso em maio de 2018. http://www.destakjornal.com.br/cidades/rio-de-janeiro/detalhe/pesquisadores-mexicanos-apontam-a-intervencao-como-politica-falha.

Diamint, Rut. 2015. "A new militarism in Latin America". Journal of Democracy 26 (4): 155-168. doi: 10.1353/jod.2015.0066.

Díaz, Gabriel. 2017. "'Por no gastar en Ejército invertimos hasta el 8% del PIB en Educación'". El País. Acesso em 23 de agosto de 2018. https://elpais.com/elpais/2017/03/02/planeta_futuro/1488472209_661058.html.

Donadelli, Laura, e Héctor Luis Saint-Pierre. 2016 "As Atribuições das Forças Armadas nos Países Sul-Americanos". Defesa e segurança do Atlântico Sul : VIII ENABED 1 (1): 87–104. ISBN: 978-85-7822-542-1.

Doodnath, Alina. 2018. "Crime analysis: T&T on track for highest murder rate in history". Loop News. Última modificação em 7 de junho. https://bit.ly/2E3WuC7.

El País. 2018. "Suspeito de ser o principal operador do Hezbollah na Tríplice Fronteira é preso em Foz do Iguaçu". El País, 21 de setembro de 2018. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/21/política/1537545678_857023.html.

Encyclopædia Britannica. 2016. "Washington Consensus". Acesso em 17 de abril de 2018.

https://www.britannica.com/topic/Washington-consensus.

Estados Unidos. Embajada de EE. UU. en Costa Rica. "Vehículos blindados refuerzan la seguridad en Costa Rica | Embajada de EE. UU. en Costa Rica" Embajada de EE. UU. en Costa Rica (blog), 2018, https://cr.usembassy.gov/es/vehiculos-blindados-refuerzan-la-seguridad-en-costa-rica/ (acesso em 25 de junho de 2018)

———. U.S. Department of Defense. Unified Combatant Commands. https://www.defense.gov/About/Military-Departments/Unified-Combatant-Commands/ (acesso em 22 de agosto, 2018).

Feldman, Allen. 2004. "Securocratic Wars of Public Safety: Globalized Policing as Scopic Regime". Interventions 6 (3): 330–50. doi: https://doi.org/10.1080/1369801042000280005.

Ferreira, Luciano Vaz. 2012 "Os Preceitos Da Doutrina De Segurança Nacional E Sua Implementação No Brasil." Revista Novatio Iuris 4 (2): 21-33. http://repositorio.furg.br/handle/1/5260.

Ferreira, Moisés Carlos. 2016. "A Implantação Da D.S.N - Doutrina De Segurança Nacional E a Operação Condor No Brasil E Argentina." Anais do II Simpósio Internacional Pensar E Repensar a América Latina. https://bit.ly/2qIHG1H.

Folha de S. Paulo. 2018. "Mais duas pessoas são sequestradas no Equador por grupo dissidente das Farc". Folha de São Paulo Acesso em 02 de junho de 2018. https://bit.ly/2IZqb9n.

Frente Faribundo Martí para la Liberación Nacional. s.d. "Historia del FMLN". FMLN. http://www.fmln.org.sv/index.php/nuestro-partido/historia-del-fmln.

Gallegos, Bertha García. 2012. "¿Buscando Ideas Prácticas para Ocupar a los Militares en la Seguridad Interior y Ciudadana?". El concepto y las relaciones multilaterales de seguridad y defensa en el contexto de la UNASUR: 101-120. https://iugm.es/wp-content/uploads/2016/07/UNASUR.pdf.

Giraldi, Renata. 2018. "Comissão da OEA estima que mortes na Nicarágua cheguem a 76". Agência Brasil EBC. Acesso em 23 de agosto de 2018. https://bit.ly/2GFOSlr.

Global Research. 13 de janeiro de 2017. https://www.globalresearch.ca/the-militarization-of-emergency-aid-to-haiti-is-it-a-humanitarian-operation-or-an-invasion/17000.

Globo. 2008. "Histórica sentença por massacre de La Cantuta complica panorama de Fujimori". Globo.com, 08 de abril de 208. https://glo.bo/2C1Qkj5.

Globo. 2018. "Uruguai manda prender comandante do Exército por dar opinião sobre lei". O Globo. 12 de setembro de 2018. https://oglobo.globo.com/mundo/uruguai-manda-prender-comandante-do-exercito-por-dar-opiniao-sobre-lei-23063943.

Grandin, Greg. 2014. "A instrução da grande catástrofe: Comissões da verdade, história nacional e formação do Estado na Argentina, Chile e Guatemala". Ponto-e-Vírgula 15 (1). https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/rt/metadata/22559/16364.

Hathazy, Paul. 2016. "La (re)militarización policial en la Argentina postcrisis: entre intereses organizacionales e instrumentalización política en los campos policiales". DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social 9 (1): 181-213. https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7681.

Hernández, Carlos E. 2016 "Trinidad y Tobago, factor fundamental en la seguridad regional". InfoDefensa. Última modificação em 25 de janeiro. https://bit.ly/2C1n77T.

Huffington Post Canada. 2016. "Militarizing Police Does Not Serve or Protect Canadian Citizens". HuffPost canada. Acesso 23 de agosto de 2018. https://www.huffingtonpost.ca/hijal-de-sarkar/militarizing-police-canada_b_9052280.html.

Huffington Post. 2016. "Bolivia's Disabled Demand Justice". Huffington Post. Acesso 23 de agosto de 2018. https://www.huffingtonpost.com/zakee-kuduro/bolivias-disabled-demand-_b_11146388.html.

———. 2018. "Brazil's Military Takeover of Security in Rio De Janeiro Is A Looming Disaster". HuffPost Brasil. Acesso 23 de agosto de 2018. http://www.huffingtonpost.com/entry/brazil-military-intervention-rio-de-janeiro_us_5a8b47efe4b0117adf71037c.

Human Rights Watch. 2002. "Peru: Human Rights After Fujimori". Acesso em 05 de outubro de 2018. https://www.hrw.org/legacy/backgrounder/americas/peru-hr-bck-0320.htm.

Instituto Igarapé. “Sobre o Igarapé”. Acessado 22 de julho de 2018. https://igarape.org.br/sobre/sobre-o-igarape/.

———. 2016. “Observatório de Homicídios”. Acesso em 22 de julho de 2018.https://igarape.org.br/apps/observatorio-de-homicidios/.

Jakubiec, David, Kilcer, Andrew e Sager, William. 2009. “The War on drugs” RIT: College of Liberal Arts. http://scholarworks.rit.edu/article/1662.

Jímenez, William Guillermo, e Juan Pablo Turizo. 2011. “Militarización de la Policía y Policización de las Fuerzas Militares. Revisión del fenómeno a nivel internacional y nacional”. Revista LOGOS CIENCIA & TECNOLOGIA 3 (1): 112-126. http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=517751801010.

Klepak, Hal. 2012. “Some reflections on the State of Civil-Military Relations in Latin America today”. El concepto y las relaciones multilaterales de seguridad y defensa en el contexto de la UNASUR: 45–68. ISBN: 978-84-616-0535-4.

Kobilanski, Facundo Salles. 2012. “¿Militarización sin militares? Los gendarmes en las calles argentinas durante los gobiernos kirchneristas (2003-2012).” URVIO - Revista Latino Americana de SeguridadCiudadana 12(2): 13-24. https://doi.org/10.17141/urvio.12.2012.

Kraska, Peter B. 2007. “Militarization and Policing - Its Relevance to 21st Century Police”. Policing 1 (4): 501-513. doi:10.1093/police/pam065.

Lall, Ranjit. 2017. “Beyond Institutional Design: Explaining the Performance of International Organizations”. International Organization 71 (2): 245–280. https://doi.org/10.1017/S0020818317000066.

Lima, José Antonio. “Honduras, do golpe ao Estado policial?”. Carta Capital. Última Modificação em 19 de setembro, 2018. https://bit.ly/2JQ21dJ.

López, Alberto. 2018. “EE. UU. dona 108 vehículos al Ejército de Guatemala”. Info Defensa. Acesso em 23 de agosto de 2018. https://bit.ly/2La0e3u.

Lovell, Julian Brunce. “Olhando Para a Força De Defesa Da Guiana.” Dialogo Americas. January 24, 2013. Accessed October 21, 2018. https://dialogo-americas.com/pt/articles/olhando-para-forca-de-defesa-da-guiana.

Lutterbeck, Derek. 2004. “Between Police and Military - The New Security Agenda and the Rise of Gendarmeries”. Journal of the Nordic International Studies Association 39 (1): 45-68. doi: https://doi.org/10.1177/001083670404083 2.

Marijan, Branka. 2016. “Creeping militarization: Why are Canada’s police officers looking increasingly like soldiers?” The Ploughshares Monitor 37 (1): 8-11. http://ploughshares.ca/wp-content/uploads/2016/06/PloughsharesMonitorSpring2016WEB.pdf.

Maxx, Matias. 2015. “A pacificação do Complexo do Alemão deu certo?”. Última modificação em 30 de novembro. https://bit.ly/2vdswVj.

Medeiros Filho, Oscar. 2010. “Entre a cooperação e a dissuasão: políticas de defesa e as percepções militares na América do Sul” . Doutorado em Ciência Política, Faculdades de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ricri/article/view/27034/16689.

Meeks, Daryl. 2006. “Police Militarization in Urban Areas: The Obscure War Against the Underclass”. The Black Scholar 35 (4): 33-41. doi: 10.1080/00064246.2006.11413331.

Meers, Jelter. 2018. “Jamaica Turns Violent Neighborhoods into Military Zones”. 25 de abril de 2018. https://www.occrp.org/en/27-ccwatch/cc-watch-briefs/8008-jamaica-turns-violent-neighborhoods-into-military-zones.

Mejía, Daniel. 2015. “Plan Colombia: An Analysis of Effectiveness and Costs”. Improving Global Drug Policy: Comparative Perspectives and UNGASS, Foreign Policy at Brookings.https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/07/Mejia-Colombia-final-2.pdf.

Meléndez, José. 2018. “Finalizará hoy la militarización de Seguridad Pública en Guatemala”. El Universal. Acesso em 23 de agosto de 2018. https://bit.ly/2IyUHCC.

Mendes, Ricardo Antonio Souza. 2013. “Ditaduras Civil-Militares No Cone Sul E a Doutrina De Segurança Nacional – Algumas Considerações Sobre a Historiografia.” Revista Tempo E Argumento 5(1): 6-38. doi: http://dx.doi.org/10.5965/2175180305102013006.

Michaelis On-line. [s.d.]. "Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa: castrense". Acessado 20 de maio de 2018. http://michaelis.uol.com.br/busca?id=N9ND.

Ministério de Segurança do Panamá. s.d. "Misión y Funciones". Acessado em 24 de agosto, 2018. https://bit.ly/2OYolB8.

Montes, Julio. 2016. "Las Fuerzas de Seguridad panameñas reciben nuevas armas". Defensa. Acesso 23 de agosto de 2018. https://bit.ly/2IDcAQJ.

Moraes, Simone de. 2014. "Costa Rica: o país que aboliu as forças armadas e substituiu as bases militares por escolas". Laboratório de Demografia e Estudos Populacionais - UFJF (blog). Acesso em 23 de agosto de 2018. http://www.ufjf.br/ladem/2014/08/01/costa-rica-o-pais-que-aboliu-as-forcas-armadas-e-substituiu-as-bases-militares-por-escolas/.

Mutschler, Dr Max M. 2016. "Global Militarization Index 2016". Global Militarization Index 2016, 16.https://www.bicc.de/uploads/tx_bicctools/GMI_2016_e_2016_01_12.pdf.

Nation News. 2018. "Belize continues to lament Guatemala's territorial claim". Última modificação em 1º de outubro. https://bit.ly/2EdftKG.

Nexo Latino. 2015. "Guyana reestructura su Ejército ante el reclamo de Esequibo por Venezuela". Nexo Latino: hispantv. Última modificação em 16 de outubro de 2015. https://www.hispantv.com/noticias/venezuela/71322/guyana-reestructurar-fuerza-armada-disputa-esequibo

Nicarágua. 2010. Constitución Política de la República de Nicaragua. Managua: La Gaceta - Diario Oficial, 2010, https://bit.ly/2Mxg8Kz, (acesso em 24 de agosto, 2018).

Nielsen. 2016. "Digital Advertising Is Rising in Canada, Requiring More Sophisticated Measures of Success". Acesso em 23 de agosto de 2018. http://www.nielsen.com/ca/en/insights/news/2016/digital-advertising-is-rising-in-canada-requiring-more-sophisticated-measures-of-success.

O Globo. 2018. "Crimes como assassinatos e roubos de cargas crescem no primeiro mês de intervenção federal no Rio". Acesso em 23 de agosto de 2018. https://extra.globo.com/casos-de-policia/crimes-como-assassinatos-roubos-de-cargas-crescem-no-primeiro-mes-de-intervencao-federal-no-rio-22510124.html.

Oliveira, Natália. 2017. "O que é Garantia de Lei e Ordem e como ela se aplica". Última modificação em 24 de maio. https://bit.ly/2rL91l7.

Oliveira, Raísa Gomes de. 2013. "Operação Condor: O Terrorismo de Estado no Cone Sul e o Papel Hegemônico dos Estados Unidos". RICRI 1(1): 30-52.www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ricri/article/download/17742/10137.

Organização das Nações Unidas (ONU), Décimo Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e Tratamento dos Delinquentes, Princípios básicos sobre o uso da força e armas de fogo pelos funcionários Responsáveis pela aplicação da lei. (7 de setembro de 1990), disponível em http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/principios_basicos_arma_fogo_funcionarios_1990.pdf.

———, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes, Congressos das Nações Unidas sobre prevenção do Crime e Justiça Penal 1955–2010: 55 años de logro (2010), disponível emhttp://www.un.org/es/events/crimecongress2010/pdf/55years_ebook_es.pdf.

———, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes, Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, 55/25 (15 de novembro de 2000), disponível em:https://www.unodc.org/documents/treaties/UNTOC/Publications/TOC%20Convention/TOCebook-e.pdf.

———, III Comitê da Assembleia Geral para Assuntos Sociais Culturais e Humanitários (SoCHum), Código de Conduta para Agentes da Lei, 34/169 (17 de dezembro de 1979), disponível emhttps://www.ohchr.org/en/professionalinterest/pages/lawenforcementofficials.aspxm

Organização dos Estados Americanos (OEA), Declaração de Bridgetown, XXXII-O/02 (4 junho de 2002). Disponível em: http://www.scm.oas.org/pdfs/2003/agres27p.PDF.

———, Declaração sobre Segurança nas Américas, OEA/Ser.K/XXXVIII (27-28 outubro 2003), disponível em: http://www.oas.org/juridico/portuguese/decl_security_

pt.pdf.

———. 2009. "Ley de Seguridad Publica y del Estado". Última Modificação em 9 de junho, 2014. https://bit.ly/2wmfLrk.

Ouchana, Giselle. 2017. "'(A UPP) Já acabou. Só estamos aguardando a ordem para sairmos daqui', diz policial". Última modificação em 14 de dezembro. https://glo.bo/2Ap-04QJ.

Panamá. Decreto Ley 6 del 18 de agosto de 2008, que reforma el Decreto Ley de 2 de 8 de Julio de 1999. por Martín Espino. Cidade do Panamá: Órgão Executivo, 2009, https://bit.ly/2PB1xeP.

Panama. Ministerio de Seguridad Pública. s.d. "Misión y Funciones". Acesso em 05 de outubro de 2018. https://www.minseg.gob.pa/acerca-de/mision-y-funciones/.

Parra, Francisco. 2016. "Militarización en Chile: armas de guerra, aviones no tripulados y drones para reprimir al pueblo mapuche". Marcha (blog). 23 de março de 2016. http://www.marcha.org.ar/militarizacion-chile-armas-guerra-aviones-no-tripulados-drones-reprimir-al-pueblo-mapuche/.

Phillips, Scott W. 2016. "Myths, Militarism and the Police Patrol Rifle". Policing & Society: An International Journal of Research and Policy 26 (1): 185-196. http://dx.doi.org/10.1080/10439463.2014.922088.

Pierre, Andrew J. "Common Security: A Blueprint for Survival." Foreign Affairs.https://www.foreignaffairs.com/reviews/capsule-review/1982-09-01/common-security-blueprint-survival.

Pinheiro de Oliveira, Amanda. 2016. "Brazil's Militarized War on Zika". Global Societies Journal, 4(1): 85–98.http://www.global.ucsb.edu/gsj/sites/secure.lsit.ucsb.edu.gisp.d7_gs-2/files/sitefiles/Deoliveira.pdf.

Pion-Berlin, David. 2016. Military missions in democratic Latin America: politics, economics, and inclusive development. New York: Palgrave Macmillan.

Prieto, Carlos Maldonado, e Ernesto Águila. 1996. "Orden público en el Chile del siglo XX: Trayectoria de una policía militarizada". Justicia en la calle: Ensayos sobre la policía en América Latina, 73–97. Buenos Aires, Medellín: Konrad-Adenauer- Stiftung; ISLA Universität Augsburg.

Quintela, Sandra. 2010. "Haití y la militarización de nuestra vida cotidiana | Centro Martin Luther King". Centro Martin Luther King. 29 de janeiro de 2010. https://cmlk.org/article/haiti-y-la-militarizacion-de-nuestra-vida-cotidian/.

Rabouin, Dion. 2017. "Trump's Central America plan Will not boost militarization: Honduras Presidencia de la República de Costa Rica. 2018. "Costa Rica recibe tres patrulleras para reforzar seguridad marítima". Presidencia de la República de Costa Rica (blog). Acesso 23 de agosto de 2018. https://presidencia.go.cr/comunicados/instituciones/2018/04/costa-rica-recibe-tres-patrulleras-para-reforzar-seguridad-maritima/.

Rawley, Alex. 2017. "Honduras' Post-Coup Militarization". Councilon Hemispheric Affairs. Acesso em 20 de agosto de 2018. https://bit.ly/2H8LlMv.

Rodrigues, Thiago. 2012. "Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra". Contexto Internacional 34 (1): 9–41. https://doi.org/10.1590/S0102-85292012000100001.

Romero-Castillo, Evan. 2014. "Na Venezuela, a militarização avança". Carta Capital. Acesso em 23 de agosto de 2018. https://bit.ly/2JkQbLC.

Roziere, Brendan, e Kevin Walby. 2017. "Police Militarization in Canada: Media Rhetoric and Operational Realities". Policing: A Journal of Policy and Practice. doi: https://doi.org/10.1093/police/pax075.

RussianToday. 2018. "Ecuador: Los hechos más relevantes del primero año de gobierno de Lenín Moreno". RussianToday. Acesso em 25 de junho de 2018. https://bit.ly/2xxevW8.

Sá, Roger dos Anjos de. 2014. "A Revolução Sandinista: do triunfo à derrota (1979-1990)". Mestrado em História, UFG. https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/D2014-07.pdf.

Saint-Pierre, Héctor Luis. 2018. "Breve reflexión sobre el empleo de las Fuerzas Armadas". Voces en el Fénix. Acesso em 20 de junho de 2018. https://www.academia.edu/30418453/Breve_reflexi%C3%B3n_sobre_el_empleo_de_las_Fuerzas_Armadas.

———. 2012. “El concepto de la seguridad multidimensional: una aproximación crítica”. El concepto y las relaciones multilaterales de seguridad y defensa en el contexto de la UNASUR: 19–39. https://iugm.es/wp-content/uploads/2016/07/UNASUR.pdf.

———. 2015. “Breve reflexión sobre el empleo de las Fuerzas Armadas”. Voces em el Fénix. https://www.academia.edu/30418453/Breve_reflexi%C3%B3n_sobre_el_empleo_de_las_Fuerzas_Armadas.

Sánchez, José Rocabado. 2012. “La seguridad ciudadana en Bolivia: ¿hay espacio para las Fuerzas Armadas?” URVIO - Revista Latinoamericana de Seguridad Ciudadana 12 (2): 25-40. https://bit.ly/2OqNkj8.

Secretaría de Comunicación Institucional de la Gendarmería Nacional. s.d. “Gendarmería Nacional - Historia”. gendarmeria.gob.ar. https://prensagendarmeria.gob.ar/historia.

Secretaría de Comunicación Institucional de la Gendarmería Nacional. s.d. “Gendarmería Nacional - Quiénes Somos”. gendarmeria.gob.ar. s.d. https://prensagendarmeria.gob.ar/quienes-somos.

Souza, Luiz Antônio Francisco de. 2011. “Militarização da Segurança Pública no Brasil: respostas recentes a um problema antigo”. Forum(2): 1-22. http://bdigital.unal.edu.co/32786/.

Succi Junior, David Paulo. 2017. “Missões militares, técnica e política: o emprego das Forças Armadas em segurança pública”. Brazilian Journal of International Relations 6 (2): 413-436. https://bit.ly/2vA9I2O.

———. 2018. “Forças Armadas e Segurança Pública: A construção do padrão de emprego militar na Argentina e no Brasil entre 2005 e 2015”. Mestrado em Relações Internacionais, UNESP/UNICAMP/PUC-SP. https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/152887/succijunior_dp_me_mar.pdf?sequence=5&isAllowed=y.

Tanter, Richard. 1991. “Intelligence Agencies and Third World Militarization: A Case Study of Indonesia, 1966-1989”. Melbourne, Australia: Monash University. https://nla.gov.au/nla.cat-vn2824130.

The Costa Rica Star. 2012. “Militarizing Costa Rica and the Rest of the World: It’s Just Business”. Costa Rica Star News. Acesso em 23 de agosto de 2018. https://news.co.cr/militarizing-costa-rica-and-the-rest-of-the-world-its-just-business/9614/.

The Gleaner. 2018. “Military rule - Jamaicans would put army in charge to curtail crime and corruption, says survey”. 28 de março de 2018. http://jamaica-gleaner.com/article/lead-stories/20180328/military-rule-jamaicans-would-put-army-charge-curtail-crime-and.

The Guardian. 2016. “Plan Colombia’s Mixed Legacy: Coca Thrives but Peace Deal May Be on Horizon”. The Guardian. Acesso em 23 de agosto de 2018.http://www.theguardian.com/world/2016/feb/03/plan-colombia-cocaine-narcotics-farc-peace-deal.

The San Pedro Sun. 2018. “Government of Belize declares ‘State of Emergency’ for communities in south side Belize City”. Última modificação em 8 de setembro. https://bit.ly/2EdftKG.

Tokatlian, Juan Gabriel. 2016. “La peligrosa estratagema de Macri de militarizar Argentina”. In Sight Crime (blog). Acesso em 23 de agosto de 2018.https://es.insightcrime.org/noticias/analisis/peligrosa-estratagema-macri-militarizar-argentina/.

Torres, Aurora Moreno. 2012. “Seguridad democrática y militarización en Colombia: más allá del conflicto armado”. URVIO - Revista Latino Americana de SeguridadCiudadana 12(2): 41-56. https://doi.org/10.17141/urvio.12.2012.

USA Today. 2013. “Haiti a Step Closer to Having Army Again”. USA TODAY. 16 de setembro de 2013. https://www.usatoday.com/story/news/world/2013/09/16/haiti-army-again/2822823/.

USA Today. 2018. “Why Getting Rid of Costa Rica’s Army 70 Years Ago Has Been Such a Success”. USA Today. Acesso em 23 de agosto de 2018.https://www.usatoday.com/story/news/world/2018/01/05/costa-rica-celebrate-70-years-no-army/977107001/.

Vagnoux, Isabelle. 2010. “Washington et les régimes militairessud-américains (1964-1989). Des alliances encombrantes”. Vingtième Siècle, Revue d’histoire 1 (105): 17-32. doi:10.3917/ving.105.0017.

Vice News. 2016. “Here’s How Police in Canada Are Becoming More Militarized”. Vice News. Acesso em 23 de agosto de 2016.https://news.vice.com/article/heres-how-police-in-canada-are-becoming-more-militarized.

Villa, Rafael Duarte. 2014. “O Paradoxo da Macrossecuritização: Quando a Guerra ao Terror não Securitiza Outras “Guerras” na América do Sul’. Contexto Internacional 36 (2): 349-383. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292014000200002.

Weiss, Tomás. 2011. “The Blurring Border Between Police and the Military: A Debate Without Foundations”. Cooperation and Conflict 46 (3): 396-405. http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0010836711416961.

World Health Organization, org. Monitoring Health for the SDGs: Sustainable Development Goals. World Health Statistics 2017. Geneva: World Health Organization, 2017. http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/255336/9789241565486-eng.pdf;jsessionid=4481181B177ADCEE62472287EA3843C0?sequence=1.

Wright, Julio Rank. 2015. “Increased Militarization of Citizen Security in El Salvador: Responding to the Surge”. Americas Quarterly. 2015.http://www.americasquarterly.org/content/increased-militarization-citizen-security-el-salvador-responding-surge.

Zablah, Nelson Rauda. 2016. “Como um gol no time errado pode custar a vida em El Salvador, país mais violento do mundo”. BBC News Brasil. 2 de março de 2016.https://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2016/03/160302_elsalvador_violencia_tg.

Zaverucha, Jorge. 2000. “Fragile Democracy and the Militarization of Public Safety in Brazil”. Latin American Perspectives 27 (3): 8-31. http://www.jstor.org/stable/2634079.

Zero Hedge. 2018. “Military Deployed As Jamaica Officials Declare State Of Emergency”. Zero Hedge. 20 de janeiro de 2018. https://www.zerohedge.com/news/2018-01-20/military-deployed-jamica-officials-declare-state-emergency.

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v. 6 2018 | p. 222 - 251

A INCORPORAÇÃO DE MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS DO CONTINENTE AMERICANO

Maria Gabriela de Oliveira Vieira[1]
Maria Júlia Timmers[2]

RESUMO

O presente Guia de Estudos possui o intuito de abordar a questão de gênero, notadamente a inserção das mulheres nas Forças Armadas do continente americano, no contexto pós-Guerra Fria. Há um extenso debate acerca do que a incorporação de mulheres nas instituições militares representa e quais seriam os efeitos uma vez que forem incorporadas. Em termos globais, o fim da bipolaridade representou um importante marco nos debates de Segurança Internacional e passou a exigir das Forças Armadas uma reorientação em termos de objetivos estratégicos, além de uma profunda reestruturação no sentido de modernização. É interessante destacar que esse processo de inserção das mulheres nas Forças Armadas, iniciado ainda na década de 1980, após o término dos governos militares, ganhou força na região na medida em que essa instituição passava por profundas transformações de caráter estrutural-identitário, especialmente no que diz respeito às relações entre civis e militares. Para além da mera incorporação simbólica, o debate que se delineia gira em torno das limitações em termos de postos possíveis de serem assumidos e ascensão na carreira dentro das escolas militares, além das limitações estruturais impostas a todas as mulheres em razão da sociedade patriarcal hoje existente.

1 Maria Gabriela é estudante do último ano de Relações Internacionais na UFRGS e Diretora da CMDA.

2 Maria Júlia é estudante do terceiro ano de Relações Internacionais na UFRGS e Diretora-Assistente da CMDA.

1 INTRODUÇÃO

Nos anos recentes, o debate sobre questões de gênero, especificamente sobre o papel exercido pelas mulheres na sociedade, vem ganhando cada vez mais espaço. Do empoderamento individual e coletivo até a modificação nas instituições tradicionais, tidas como exclusivamente "masculinas", a sociedade parece se encaminhar para um período de mudanças e reformas. Nesse sentido, o debate sobre segurança e gênero, e mais especificamente da relação entre masculinidade e guerra (violência), também passam a ganhar uma perspectiva de gênero.

Nesse sentido, é de suma importância (re)pensar questões de gênero dentro de uma das instituições mais importantes do Estado: as Forças Armadas. Quando se pensa no "fazer a guerra", raramente imagina-se uma mulher nesse espaço. Elas representam, no imaginário coletivo, a figura de "belas almas" que, ao necessitarem de proteção, legitimam a garra e a coragem dos "homens guerreiros" (Elshtain 2000). Somente no final do século XX que, por consequência de uma série de transformações na gestão da guerra e nos códigos sociais, as mulheres passam a fazer parte das instituições militares como combatentes. Em termos de América Latina, essa reformulação nas Forças Armadas é um processo lento, uma vez que se insere no processo de redemocratização pós-regimes militares e, por isso, na reconstrução das relações entre civis e militares.

O debate que se coloca transcende a questão do "dever" de se inserir mulheres nas Forças Armadas (FA): é preciso pensar nas oportunidades que a mulher militar possui dentro da instituição, especialmente sobre a possibilidade de assumir postos mais altos e de realmente fazer uma carreira militar. Políticas públicas e ferramentas que garantam a igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres dentros das Forças Armadas é de suma importância para o sucesso de inserção feminina e para a efetividade das próprias forças.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A fantasia da mulher guerreira existe desde que existem guerras, assim como o ideal da esposa que espera seu marido voltar da guerra e seus efeitos sobre a moral dos combatentes. No entanto, a imagem da mulher na guerra mais evocativa é da mulher que é diretamente vitimizada pela guerra, trazendo sentimentos de vingança e pena aos soldados e a população em geral (Dombrowski 2004). De uma forma ou de outra, é inevitável perceber que do mesmo modo em que a maneira como as mulheres interagem socialmente mudou radicalmente ao longo dos anos, como as mulheres interagem com a guerra e como podem ser vitimadas por ela também passou por grandes transformações (Giannini, Folly e Lima 2017).

2.1 A RELAÇÃO DAS MULHERES COM A GUERRA DURANTE O PERÍODO PRÉ-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A associação do masculino à guerra e o feminino à paz é uma idéia que perdura ao longo dos séculos. A tendência do desarmamento das mulheres e sua permanência no universo doméstico é prevalente na grande maioria das sociedades

ocidentais, o que explica parcialmente a pouca quantidade de mulheres presentes até hoje em grande parte das áreas militares. A presença de mulheres nos campos de batalha, no entanto, não era nula. De acordo com Hacker (1981, 644), "do século XIV até o século XIX, se não antes, mulheres no exército não eram somente normais, como também vitais. Exércitos não funcionariam tão bem e talvez não funcionassem de modo algum sem o serviço das mulheres" (*apud* Carreiras 2006, 7). Mesmo não sendo a maioria nas Forças Armadas, as mulheres eram uma parte integral dos exércitos até poucos séculos atrás, devido, talvez, à forma na qual esses exércitos se organizavam, sendo compostos principalmente por camponeses, sem perspectiva de carreira dentro de uma organização militar, e, principalmente, mercenários (Carreiras 2006). E mesmo aquelas que não se encontravam diretamente no campo de batalha ainda eram profundamente afetadas pelo que acontecia nele, seja pela morte de um familiar, pela escassez de comida devido à guerra ou pela conquista da área na qual vivia pelo exército inimigo.

Ao longo dos anos, com a crescente profissionalização dos exércitos, principalmente a partir das Guerras Napoleônicas[3] no início do século XIX, as organizações gradualmente passaram a excluir cada vez mais a participação das mulheres. Assim a função das mulheres nos campos de batalha passou a ser exclusivamente para o apoio das tropas masculinas, como enfermeiras e outras pouquíssimas funções no campo logístico, relacionadas ao exército, sem atuação direta no combate (Carreiras 2006).

Durante grande parte do século XIX e o início do século XX, a participação feminina nos esforços de guerra já havia se estabelecido como extremamente limitada. Eram consideradas "heroínas do fronte doméstico" (Dombrowski 2004, 2), sua proteção podendo servir como justificativa para a batalha, assim como a vingança caso a violência do conflito as prejudicasse de forma direta – estupros ou assassinatos de mulheres e crianças em áreas conquistadas, por exemplo. Isto se dava principalmente pela natureza da guerra na época, que geralmente evitava atacar áreas civis, à exceção dos grandes centros com grande importância militar, mas que mesmo assim eram menos violentos do que as trincheiras onde grande parte da batalha ocorria (Dombrowski 2004).

Estas mulheres também poderiam servir como força de trabalho reserva enquanto os homens lutavam na guerra. Elas mantinham a economia funcionando até quando seus maridos, pais e filhos pudessem voltar a seus afazeres tradicionais e elas para o meio doméstico, cuidando da casa e dos filhos (Dombrowski 2004). Muitas mulheres, no entanto também contribuíram diretamente com os esforços de guerra, não somente como operárias, mas também como enfermeiras e, até mesmo, como engenheiras e matemáticas, projetando novas tecnologias de guerra (Royle 2017). A participação de mulheres combatentes, no entanto seguiu como um fenômeno excepcional, principalmente na tradição bélica européia ocidental, não sendo diferente nas primeiras décadas do século XX (Giannini, Folly e Lima 2017).

3 As Guerras Napoleônicas que ocorreram entre 1803 e 1815 foram uma série de conflitos marcados pelo expansionismo francês sobre as outras nações da Europa. Esses conflitos resultaram em uma grande mudança nas estruturas dos exércitos que neles estiveram envolvidos. Enquanto os exércitos antes eram compostos por pessoas não treinadas e convocados somente em caso de guerra, Napoleão reformou as FA francesas, profissionalizando-o, além de aumentar em escala o número de beligerantes. Este movimento levou os demais países envolvidos a fazer o mesmo, excluindo de uma vez por todas suporte não militar e a força feminina nos exércitos (Carreras 2006).

Mesmo que em momentos anteriores os homens tenham retornado a seus postos de trabalho e levando as mulheres de volta ao ambiente doméstico após e durante a Primeira Grande Guerra, não foi possível fazer com que o *status quo* da sociedade fosse restabelecido por completo. Mesmo que a grande maioria das mulheres não tenha participado diretamente no combate, sua contribuição para a máquina de guerra foi essencial, pois a produção de armamentos- assim como a de outros bens e serviços necessários- foi feita por elas durante os anos de conflito (Dombrowski 2004). Os efeitos de um período marcado pela independência feminina deixou marcas profundas nas sociedades. O movimento sufragista[4], iniciado no fim do século XIX, passava a ganhar cada vez mais força e as mulheres que haviam conquistado o acesso à educação e autonomia financeira com a guerra se mostravam insatisfeitas com a possibilidade de voltarem a ser subservientes a seus maridos (Byles 1985). Dessa forma, os horrores da guerra serviram como uma alavanca da luta pela emancipação feminina, mesmo que a maioria das mulheres não houvesse participado de forma direta no conflito.

2.2 A RELAÇÃO DAS MULHERES COM A GUERRA NO PERÍODO ENTRE-GUERRAS E NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O período entre-guerras foi, essencialmente, uma disputa ideológica entre vários frontes que resultaria, pouco mais de duas décadas depois, em um dos conflitos mais violentos da história. Dessa forma, enquanto movimentos de libertação feminina ganhavam certa força devido a seu ganho de autonomia durante a Primeira Guerra Mundial (Byles 1985), outros movimentos políticos buscavam restaurar as relações de gênero dominantes do período anterior à guerra, com foco na submissão feminina e na superioridade e violência masculina.

Tanto os fascistas italianos quanto os nazistas, ideologias conservadoras e viam direitos de minorias como uma ameaça, buscavam retornar ao *status quo* no qual o papel da mulher deveria ser limitado ao ambiente doméstico. Isto se mostrou um grande erro estratégico, principalmente no final da guerra, quando os alemães muitas vezes priorizavam mandar garotos que não haviam nem mesmo chegado a puberdade para a batalha em detrimento de mulheres adultas (Dombrowski 2004).

Em outros países ocidentais, as mulheres no entre-guerras conquistaram direito ao voto dentre outras grandes conquistas legais, mas seu papel social continuava a estar intimamente ligado aos afazeres domésticos e, salvo algumas exceções, não havia nenhuma perspectiva real de inserção nas Forças Armadas. Em países onde ocorreram guerras civis nesse período, como na Espanha e na Rússia, o cenário foi um pouco diferente. Muitas mulheres participaram ativamente do conflito, principalmente dentro das facções de caráter socialista, as quais incentivaram as mulheres a pegar em armas e defender sua pátria e seus interesses (Dombrowski 2004).

O início da Segunda Guerra Mundial provocou o mesmo movimento de entrada de mulheres no mercado de trabalho que havia ocorrido durante a Primeira

4 O movimento sufragista se refere a luta pelo voto feminino, estando inserido em um processo pela conquista de direitos pelas mulheres durantes os séculos XIX e XX, que ocorreu principalmente em países ocidentais centrais, mas se expandiu para todas as regiões do globo (Dolton 2014). A conquista do voto está intimamente ligado tanto as contribuições econômicas feitas pelas mulheres em tempos de guerra, quanto a própria participação direta na guerra (Carreras 2006).

Guerra. Enquanto os soldados eram mandados para os teatros de guerra, no ambiente interno fazia-se cada vez mais necessária a mão de obra das mulheres a fim de compensar a redução na renda que o alistamento do homem, até então força majoritária em termos de trabalho remunerado, provocava. A participação feminina também foi de suma importância no que diz respeito aos esforços de guerra. Era esperado dessas mulheres que construíssem o armamento que seria utilizado pelos soldados, além de trabalharem com enfermeiras nos frontes de guerra em número muito maior do que o visto em conflitos anteriores. Estas posições necessitavam de treinamento antes inacessível à grande maioria das mulheres, o que se apresentou como uma oportunidade para obter uma educação mais formal para muitas jovens (Goldin 1991).

A maior diferença de como a Segunda Guerra afetou as mulheres em relação a Primeira, no entanto, foi o número no qual elas estiveram presentes no conflito, tanto como combatentes e técnicas em áreas administrativas, como quanto vítimas diretas do conflito. Muitas mulheres participaram como combatentes, principalmente nas Forças Aliadas, com destaque para a contribuição na força aérea, o braço mais jovem das Forças Armadas que, quando iniciado o conflito, tinha menos de quarenta anos de história na grande maioria dos países (Schrader 2006). Mulheres também passaram a ter acesso a diversos postos, até mesmo em cargos altos, mesmo que somente pela duração do conflito. Como explicita Carreiras (2006, 8):

> Durante a guerra, em torno de 350,000 mulheres serviram nas forças armadas americanas e, mesmo sem status militar, 800 formaram as WASPs (Serviço de Mulheres Pilotas da Aeronáutica), pilotando todo tipo de aeronave, incluindo aviões de combate. Na Inglaterra, mais de 450,000 representava, 9,6 por cento da força total em 1943. Este foi um dos poucos países, junto com a Alemanha, União Soviética e, mais tarde, Israel, que instituiu recrutamento feminino nacional em tempo de guerra. Entre 1941 e 1945, em torno de 125,000 mulheres inglesas foram alistadas para o serviço militar.

Na recém formada União Soviética, mulheres juntaram-se ao Exército Vermelho [5]para defender sua pátria, primeiramente das forças capitalistas que buscavam desestabilizar o país e, depois, da ameaça fascista (Dombrowski 2004). Com uma altíssima taxa de mortalidade entre os soldados soviéticos, o alistamento feminino em larga escala foi necessário, com mais de 1 milhão de mulheres servindo em diferentes funções, incluindo infantaria, defesa aérea e artilharia. A experiência soviética permaneceria por décadas como maior exemplo de uso de mulheres em combate em larga escala (Carreiras 2006).

Nas lutas de resistência dos territórios ocupados, seja na França ou na Polônia, as mulheres eram uma parte integral dos esforços de guerra. Suas motivações variavam de patriotismo a uma convicção dos males do nazi-fascismo. Outro fator que possivelmente incentivou a entrada dessas mulheres na luta armada foi a nova independência e educação proporcionadas a elas pela ausência e a insuficiência dos homens que tradicionalmente realizariam as tarefas que agora realizavam. Não seria possível manter os esforços de guerra a seu máximo sem a participação dessas mulheres que saíram de seus papéis tradicionais (Dombrowski 2004).

5 O Exército Vermelho foi o exército soviético, criado após a Revolução Russa de 1917 (Enciclopaedia Britannica 2017).

Também através dos esforços de guerra, muitas mulheres foram alocadas às posições de apoio, muitas vezes em áreas técnicas que, mesmo não estando presentes no campo de batalha, eram essenciais para que a vitória ocorresse. Contribuíram tanto no trabalho de inteligência e espionagem quanto no desenvolvimento de novas tecnologias de guerra e de estratégias militares, ainda que raramente ocupassem altas posições de comando. Em suma, as posições ocupadas por mulheres eram muitas vezes na área técnica. É interessante destacar que jovens mulheres que, há alguns anos atrás, seriam impedidas de chegar a muitos postos de trabalho dominados por homens, passaram a ocupar estes espaços o que, depois do fim da guerra, ajudariam-nas a permanecer no mercado de trabalho (Scott 1990).

Outra grande mudança verificada na Segunda Guerra foi a proximidade entre mulheres civis, que permaneciam em casa nos centros urbanos, e a violência da guerra. Mesmo que ataques a alvos civis não fosse uma estratégia completamente nova, a intensidade na qual isto ocorreu durante a primeira metade da década de 1940 foi muito maior se comparada a guerras anteriores; cidades civis tornaram-se os principais alvos de bombardeio, principalmente na Europa ampliando de maneira expressiva o número de mortes na população civil – em especial mulheres e crianças. (Dombrowski 2004). Isto diminuía a moral da população que não estava diretamente ligada à guerra, qual era, em sua grande maioria, mulheres. Nos EUA, mesmo sem ataques diretos, a moral doméstica também diminuía com cada perda na Europa ou no Pacífico (Scott 1990).

Assim, durante a Segunda Guerra Mundial, as mulheres passaram a atuar cada vez mais nas diferentes áreas relacionadas aos esforços de guerra. Mesmo que em pequenas quantidades e com certas limitações, elas finalmente foram permitidas, e também obrigadas pela necessidade, a participar das Forças Armadas, sendo um divisor de águas na inserção feminina nas FA (Dombrowski 2004). Além disso, o contexto da proporcionou a entrada em massa no mercado de trabalho, o que as ajudaria nas décadas seguintes a alcançar maior autonomia.

2.3 AS MULHERES DURANTE O PERÍODO DA GUERRA FRIA

Com o término da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, muitas mulheres retornaram ao ambiente doméstico, incentivadas tanto pelo governo quanto pelas instituições privadas nas quais trabalhavam durante a guerra. O abandono do mercado de trabalho, no entanto, foi menor do que o ocorrido após a Primeira Guerra, em função principalmente do maior grau de estudo proporcionado a elas. O acesso à educação no período da guerra mais tarde ajudaria as mulheres a conseguirem posições antes restritas a homens e também auxiliaria na luta pelo fim das diretrizes legais e sociais que impediam que mulheres casadas permanecessem trabalhando (Goldin 1991).

Quanto ao envolvimento com as Forças Armadas, no entanto, ainda levariam algumas décadas para que mulheres no bloco capitalista tivessem a oportunidade de participarem de combate em situações não excepcionais. Mesmo que em alguns países se permitisse o alistamento sistemático feminino durante a Guerra Fria, no qual as mulheres poderiam fazer parte das FA efetivamente e não como exceção ocasionada pela necessidade. A participação, no entanto, era limitada a posições de apoio, longe do fronte de guerra (Dombrowski 2004).

Durante as décadas de 1960 e 1970, dezenas de mulheres no Canadá, Estados Unidos e Inglaterra alistaram-se para lutar contra a ameaça comunista, ainda que não tivessem o mesmo espaço dentro das organizações que seus compatriotas do sexo masculino (Dombrowski 2004), seja considerando os exércitos nacionais ou sua participação em organizações militares multilaterais como a OTAN[6], que só passaria a priorizar a igualdade de gênero e direitos das mulheres, sejam civis ou militares, nas primeiras décadas do século XXI (Schjølset 2013). Principalmente a partir dos anos de 1970 passou a haver, principalmente dentro do âmbito da OTAN uma discussão sobre a relevância da inserção feminina nas Forças Armadas, no entanto ela limitava-se mais a questões em relação a defesa as mulheres que já encontravam-se em serviço militar que um aumento da inserção propriamente dita (Enole 1983), mesmo que alguns grupos reivindicassem a necessidade de um aumento no contingente feminino para garantir este objetivo (Schjølset 2013).

Na América Latina, onde a maioria dos Estados havia sido tomada por regimes militares, as mulheres eram impedidas de participar de qualquer uma das forças militares. Contudo, é importante destacar que vários dos combatentes da luta armada contra os regimes eram do sexo feminino e, assim como muitas combatentes da resistência na Segunda Guerra, eram peça fundamental para o movimento de resistência (Mathias 2005).

Foi apenas no final do século XX, especificamente na Noruega, que as mulheres puderam, pela primeira vez, entrar nas Forças Armadas enquanto combatentes de forma efetiva, fora de um contexto excepcional de guerra. Contudo, durante esse processo de incorporação, ainda levaria alguns bons anos para que as mulheres dos demais países ocidentais fossem incorporadas. Na América Latina, somente após o fim das ditaduras militares que a grande maioria dos Estados passou a abrir espaço para o ingresso de mulheres na carreira militar e, ainda assim, geralmente limitando-as a posições não diretamente ligadas ao combate, como em serviços administrativos (Mathias 2005).

3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

A inserção das mulheres nas Forças Armadas é de suma importância para fins de representação de uma parcela importante da sociedade naquele que é o instrumento primeiro do monopólio da força pelo Estado. A relação da mulher e da guerra não é recente; como exposto anteriormente, ela antecede a criação do Estado Moderno. Contudo, somente no contexto de pós-Guerra Fria a mulher enquanto combatente sai de uma inserção excepcional para uma inserção permanente, ainda limitada a determinados postos em alguns países. Muitos autores afirmam que a conjuntura favorável, de reestruturação e de modernização das FA, contribuiu para esse movimento. Além disso, a inserção das mulheres representa mais um avanço no sentido de aumentar a participação das mulheres nos debates sobre Segurança e

6 A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) é uma aliança militar entre 29 países da América do Norte e Europa criada em 1949. De início tinha por objetivo combater o comunismo e conter o avanço soviético (especialmente após o Pacto de Varsóvia). A aliança prevê respostas coletivas quando um dos membros estiver sob ataque e/ou ameaça, uma vez que em sua carta de criação está explícito o caráter de assistência mútua: um ataque contra um ou mais países-membros da OTAN é considerado um ataque à todos e à organização.

Defesa, já que em muitos dos países latino-americanos, por exemplo, as mulheres já ocuparam cargos de Ministras da Defesa, o que demonstra o interesse das mesmas pela temática.

3.1 SEGURANÇA E DEFESA NO PÓS-GUERRA FRIA: NOVAS TENDÊNCIAS MILITARES

A presente subseção tem o intuito de trazer o panorama geral que impulsionou a inserção das mulheres nas instituições militares para além do apoio logístico. Busca-se contextualizar a importância dessa incorporação após a Guerra Fria e da reorganização da agenda securitária do hemisfério ocidental. Cabe realizar também uma breve exposição sobre a mudança no perfil da guerra e das instituições militares ocorrida no século XXI.

Mudanças externas e nas características tradicionais da guerra acabaram por impulsionar transformações nas estruturas militares. A guerra que antes pautava-se unicamente pela racionalidade econômica, ou seja, pela conquista do objetivo ao menor custo possível, ganhou aspectos reflexivos, uma vez a sociedade passou a enxergar os impactos e a magnitude da perda humana em uma guerra, consequência principal da cobertura midiática das guerra do final do século XX. Somou-se a isso o crescente espaço que a tecnologia e a digitalização do mundo adquiriu dentro do campo de batalha. De acordo com Singer (2009 *apud* Schwether e Pagliari 2017), aqueles que passam a controlar esses novos meios de fazer a guerra, como por exemplo especialistas em informática, não estão mais fisicamente presentes no ambiente do conflito, e assim, eximindo-se de riscos, o componente "coragem" não é mais o atributo essencial do soldado. É interessante destacar que a probabilidade da guerra é de grande influência na sociologia militar, e que, nesse sentido, numa sociedade em que a ocorrência de guerra é menor, passa-se a exigir mudanças e inovações (tanto em termos materiais quanto objetivos) da organização militar (Schwether e Pagliari 2017).

Com o fim do conflito Leste-Oeste, embora a guerra nos moldes clássicos não tenha desaparecido, ela teve seu espaço reduzido em função do aumento no número de conflitos irregulares – marcados pelo avanço tecnológico-militar e por uma maior atuação de atores não-estatais. É interessante notar que o avanço desse novo "perfil" de guerra ensejou a comunidade internacional a construir mecanismos que prezem pela resolução pacífica das controvérsias e à cooperação. Tal aspecto incitou diversos questionamentos acerca do papel que as forças militares assumiriam a partir de então. Esses questionamentos ao mesmo tempo em que geraram uma desorientação em termos de objetivos existenciais e estratégicos, serviram de incentivo para que as instituições militares buscassem outras atividades, as quais, no caso da América Latina, estiveram ligadas normalmente a esfera de atuação civil (Schwether e Pagliari 2017). No pós-Guerra Fria as sociedades assistiram a uma importante transformação nas Forças Armadas; de acordo com Charles C. Moskos (2000), houve uma evolução importante do modelo tradicional de exército, de um "exército moderno" para um "exército pós-moderno". Este novo modelo de exército seria caracterizado pelo recrutamento voluntário e de maior inclusão social, por possuir objetivos variados e pautas flexíveis (Escobar 2009). Nesse sentido, a incorporação das mulheres nas instituições militares é percebida como a máxima expressão da organização militar

pós-moderna do pós-Guerra Fria (Hombrados et al. 2007).

A dinâmica da guerra no século XXI é, então, marcada pela aversão à perda humana e pelo avanço tecnológico, aspectos que acabaram favorecendo uma maior aproximação entre a sociedade civil e as Forças Armadas. Além disso, o envolvimento das Forças Armadas em atividades não tradicionais permitiu uma maior aceitação e integração de grupos minoritários no âmbito militar.

3.2 AS FORÇAS ARMADAS NO PÓS-GUERRA FRIA (SÉCULO XXI)

Com o final da Guerra Fria, *segurança* e *Defesa* – conceitos-chave para os Estudos Estratégicos – sofreram transformações ao redor do mundo. Após a definição do que seriam as "novas ameaças", a exemplo do combate ao narcotráfico e ao terrorismo, o conceito de segurança para o chamado Terceiro Mundo foi reformulado. De acordo com Ayoob (1995), (in)segurança passava a ser definida de acordo com as vulnerabilidades, internas e externas, de um determinado Estado, as quais tivessem potencial para enfraquecer e/ou derrubar as estruturas e regimes estatais. No que se refere à temática de Defesa, é interessante ressaltar que na América Latina a separação entre *política de Defesa* (orientação externa e tarefa das Forças Armadas) e *segurança interna* (área da polícia) não é clara.

3.2.1 ESTRUTURA E OBJETIVOS: REBAIXAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS LATINO-AMERICANAS?

Conforme exposto anteriormente, com o fim da Guerra Fria, as instituições militares sofreram profundas transformações. As Forças Armadas tornaram-se mais flexíveis e com objetivos variados, de recrutamento voluntário para alguns Estados (essa característica ficou essencialmente limitada aos países da OTAN) e maior inclusão social, pondo fim ao exército de massas (Moskos 1992 *apud* Schwether e Pagliari 2017). Muitos autores afirmam que no período da pós-modernidade há uma prevalência da heterogeneidade e do relativismo em termos de princípios militares, e que estes princípios estariam sendo fortemente alterados pelo impacto do crescimento global, do multiculturalismo, da era informacional e das novas tecnologias. O exército multitarefas seria, então, uma consequência desses processos. As novas tarefas militares não seriam mais somente definidas com base no sentido tradicional (a defesa territorial, por exemplo), mas também por novas temáticas (desastres naturais e combate ao crime organizado, por exemplo). Além disso, há de ser destacado o fato de que as Forças Armadas passariam a atuar também em operações internacionais geridas por instituições que não o seu próprio Estado-Nação, como fica evidente nas Operações de Paz das Nações Unidas (Schwether e Pagliari 2017; Carreiras 2004).

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, as Forças Armadas dos países latino-americanos orientavam-se conforme a Agenda de Segurança e Defesa, definida pelo *hegemon* ocidental, os Estados Unidos (e seus aliados da OTAN), a qual girava em torno do combate ao comunismo no continente americano, tendo na Doutrina

de Segurança Nacional[7] a máxima materialização desse alinhamento político-ideológico (Castro Santos 2003). Nesse sentido, o fim da Guerra Fria teve um significado muito mais profundo para a América Latina, para além das "novas ameaças" que despontaram na nova ordem internacionalainda no entanto seguindo a cartilha apresentada pelos EUA e pela OTAN . Para as Forças Armadas dos países da região, o fim do conflito representou uma crise de identidade, que acabou resultando em uma mudança significativa no papel assumido pela instituição militar; passavam agora a assumir o papel de polícia, ou seja, concentrando seus esforços combatendo o narcotráfico e distúrbios urbanos internos. No entanto, isso também significou que no plano externo o papel das Forças Armadas estaria limitado à composição das forças de paz da ONU quando solicitadas (Castro Santos 2003), diferentemente dos países da América do Norte, membros da OTAN, os quais as operações internacionais regulares são mais frequentes. Isso se deve ao fato de que a Segurança e Defesa hemisférica permaneceria sob responsabilidade dos EUA, conforme estabelecido pelo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)[8], que, em um contexto de capacidades assimétricas coloca os norte-americanos em uma posição privilegiada no continente, podendo mesmo após o fim da Guerra Fria ditar a agenda de Segurança para a região (Amorim 2017). Maria Helena de Castro Santos (2003, 117) destaca:

> De acordo com a nova estratégia, os países da América Latina devem seguir as mesmas diretivas dos aliados ocidentais, ou seja, uma redução drástica do contingente das Forças Armadas, abrindo espaço para Forças modernamente equipadas, com unidades menores, profissionalizadas e especializadas. Dotadas de grande mobilidade, essas unidades devem ser capazes de efetuar rápidos deslocamentos pelo território nacional. Em consequência, tem-se a extinção do alistamento militar obrigatório em favor da profissionalização militar. Entretanto, o acesso à tecnologia é estabelecido com restrições, o que provoca ressentimento entre os militares latino-americanos.

No que diz respeito à crise identitária-institucional nas Forças Armadas da América Latina, é interessante destacar que em muitos dos países as instituições militares não tinham clara a sua missão no período imediato do pós-Guerra Fria, sendo as atribuições relacionadas ao papel de polícia o único consenso presente. Com o decorrer dos anos, o cenário que se configurou no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 para o continente latino-americano foi marcado pela ausência de inimigos externos e internos. Logo, seu papel no plano externo seria o de somar-se

7 Desenvolvida por militares da América Latina treinados por militares norte-americanas, notadamente na Escola Superior de Guerra (ESG) responsável pela base ideológica dos regimes militares da década de 1960, tinha como objetivo principal identificar e eliminar os "inimigos internos", ou seja, todos aqueles que questionavam e criticavam o regime estabelecido. Antes de tudo, a doutrina focava na identificação e eliminação das forças comunistas. As FA de cada país – e as dos EUA no plano internacional – seriam os responsáveis pelo funcionamento harmônico das sociedades.

8 O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) é um tratado de defesa mútua assinado em 1947 no Rio de Janeiro entre os países do continente americano. O princípio central do acordo é garantir que um ataque contra um dos membros signatários será considerado um ataque contra todos, com base na chamada "doutrina da defesa hemisférica".Durante a Guerra Fria, o tratado foi invocado diversas vezes pelos EUA. Recentemente, a Guerra ao Terror foi um motivo para que os EUA, novamente, invocarem o tratado, num esforço de garantir o apoio dos países latino-americanos na empreitada. Em última análise, o tratado assegura à potência hegemônica da região a defesa do hemisfério ocidental. Bolívia, Equador, México, Nicarágua e Venezuela se retiraram do tratado.

às forças de paz da ONU e no plano interno o de polícia (Castro Santos 2003). Em termos de transformações estruturais, Carreiras (2008 *apud* Freitas dos Santos 2017) aponta que elas ocorreram em um sentido de profissionalização das Forças Armadas, como se pode perceber na substituição dos exércitos de massa por exércitos voluntários, com um aumento no número de funções especializadas e pelo incremento da proporção de posições de apoio em relação as posições de combate.

Em síntese, o fim da bipolaridade impulsionou (e exigiu, em alguma medida) um processo global de re-conceituação dos termos Segurança e Defesa, além de uma reestruturação das estruturas militares. Ambos os processos influenciaram de maneira significativa a incorporação das mulheres nas Forças Armadas. Contudo, é interessante destacar que os efeitos do término da Guerra Fria foram mais profundos para a periferia do Sistema Internacional. Os países latino-americanos, em especial, ficaram sob a área de influência da superpotência "vencedora", os EUA, o que contribuiu para a maior profundidade das mudanças naquela região, que havia passado por duros anos de regimes militares e que, a partir daquele momento, precisaria reconstruir as relações entre civis e militares. Salienta-se que em cada regime militar existia uma determinada particularidade, a qual foi um condicionante importantíssimo para a orientação das relações entre civis e militares e dos debates acerca de questões relacionadas à Política de Defesa e demais questões securitárias. Além disso, a reconstrução das relações entre civís e militares também se deu em diferentes graus entre os países latino-americanos. Uruguai, Chile e Argentina, por exemplo, avançaram muito mais na questão do que o Brasil (Saint-Pierre 2007). Essa relação é de suma importância para reavaliação do papel das Forças Armadas na sociedade e para a eventual construção de uma "nova identidade" do período pós-Guerra Fria. Alguns países avançando mais, outros menos. Tal necessidade foi um dos principais fatores que levaram as mulheres a serem aceitas nas Forças Armadas.

3.2.2 A (PLENA) INSERÇÃO DA MULHERES NAS FFAA DO PÓS-GUERRA FRIA

A presente subseção tem o intuito de analisar o processo de incorporação das mulheres enquanto membros efetivas da instituição, podendo exercer carreira e também a assumir posições de combate. Para isso, buscamos trazer algumas das principais motivações que justificam sua entrada. Chamamos a atenção, contudo, para a dificuldade em encontrar justificativas quanto a necessidade de inserção das mulheres nas Forças Armadas que não fortalecessem os papéis de gênero socialmente construídos, ligados principalmente ao estereótipo feminino de pacificidade. A inserção das mulheres nas Forças Armadas dos países latino-americanos remonta ainda à década de 1980. Não obstante, as posições por elas assumidas eram, na maioria dos países, posições de apoio logístico ao combate. O processo de incorporação das mulheres nas três instituições militares (marinha, força aérea e exército) de forma completa, incluindo funções de combate, ainda é lento.

Não há ampla concordância no fato de que a inserção das mulheres nas instituições militares representa uma modernização. Entretanto, há um extenso debate acerca dos fatores que facilitaram à incorporação das mulheres nas Forças Armadas. Dentre as principais causas, Loreta Escobar (2009) destaca: (i) a necessidade de modernização e reestruturação dos âmbitos castrenses (educação, treinamento, equipamento e objetivos); (ii) resultado de mudanças na estrutura organizativa da insti-

tuição e em suas políticas de acesso (como a adoção do serviço militar voluntário); e (iii) resposta a um conjunto de processos-causa, como o novo contexto democrático (pós-regimes militares) e, como consequência, a exigência de novas instituições, que passassem a pautar a questão de igualdade de gêneros.

Acrescenta-se ao debate da importância de se incorporar mulheres nas instituições a necessidade de se possuir recursos humanos com determinadas qualidades, as quais respondam as demandas das novas estratégias de defesa e aos desafios securitários do pós-Guerra Fria. Nesse sentido, para além das capacidades intelectuais e profissionais (comuns entre os sexos), destaca-se o fato de que a diferente socialização entre homens e mulheres gera diferentes experiências, e tal fato pode vir a ser de grande contribuição para as Forças Armadas, uma vez que representa uma nova visão em um ambiente tradicionalmente dominado pela visão masculina do mundo.

Assim, dentro do âmbito de organizações de defesa, em especial a OTAN, a diferença de perspectiva trazida por um aumento no contingente feminino nas FA tem se mostrado cada vez mais interessante, culminando com a aprovação da resolução 1325 no Conselho de Segurança das Nações Unidas, que afirma a importância da participação feminina na resolução de conflitos armados (NATO 2010). De acordo com grupos ligados a organização, está inclusão não só poderia trazer vantagens estratégicas em relação a atuação das FA, com o potencial de melhorar a comunicação interna das tropas, assim como criar métodos de combate inovadores (Wright 2016).

Destacamos também o peso da tecnologia, que segundo Carreiras (2009) tornou a *gestão da violência legítima* em uma atividade baseada em técnicas burocrático-racionais de organização. Essa transformação acaba por gerar uma refocalização dos padrões de socialização institucional, reduzindo a importância dos elementos ligados à força física. Paralelamente a esse processo de modernização tecnológica, transformou-se significativamente a definição de missões militares. Na atualidade, passam a ganhar destaque as operações internacionais de caráter humanitário e de manutenção e construção da paz. A partir dessa percepção, a ONU vem buscando inserir a perspectiva de gênero em todos os seus programas, especialmente em operações de construção da paz. Nesse estágio avançado das missões de paz, a participação feminina tem sido de extrema relevância em função de dois fatores: (i) legitimidade das atividades conduzidas em operações integradas por mulheres àquelas vítimas do conflito; e (ii) pelo fato de agirem em favor das necessidades femininas no tocante à reconstrução dos respectivos locais, especialmente em termos de representatividade no Estado pós-conflito (Izzo 2009).

A necessidade da proteção do direitos fundamentais, mesmo que em situações de conflito, passou a ser mais valorizado e, por essa razão, para a proteção dos direitos das mulheres se mostrou necessário a inclusão de mulheres nas próprias FA (Schjølset 2013), seja em conflitos de segurança interna ou em operações militares, como demonstrado por compromissos firmados pela OTAN (NATO 2010), que possui membros no continente americano e também dá muitas diretrizes da atuação aos demais Estados. Dessa forma se pode ver nos países do Norte global um aumento do incentivo ao alistamento feminino, geralmente de forma voluntária, e isto acaba estendendo-se a outros Estados que não se encontram na mesma dinâmica da OTAN (Schjølset 2013).

TABELA 1: ANO DE ADMISSÃO DAS MULHERES E DE ACESSO A TODOS OS POSTOS NAS FORÇAS ARMADAS DOS PAÍSES DO CONTINENTE AMERICANO

PAÍS	ANO DE ADMISSÃO	ANO DE ACESSO A TODOS OS POSTOS	SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO OU VOLUNTÁRIO?
Argentina	1981	2001	voluntário
Bahamas	1985		voluntário
Bolívia	1979	-	voluntário*
Brasil	1980	-	obrigatório para homens
Canadá	1951	2002	voluntário
Chile	1974	2000	obrigatório para homens
Colômbia	1976	2004	obrigatório e voluntário dependendo do grupo
El Salvador	s/d	2000	obrigatório para homens
Equador	s/d	2000	voluntário
EUA	1948	1993	voluntário
Guatemala	1967	2000	voluntário**
Honduras	1970	1998	voluntário
México	1938	-	obrigatório para homens
Nicarágua	s/d	1986	voluntário
Panamá	-	-	-
República Dominicana	-	-	voluntário
Venezuela	1980	2002	obrigatório***

* quando o número anual de voluntários fica aquém do objetivo, o recrutamento compulsório é efetuado, incluindo recrutamento de garotos de até 14 anos.
** na prática, a maior parte da força é voluntária, no entanto, um sistema de recrutamento seletivo é empregado, resultando em uma pequena porção de jovens de 17 a 21 anos recrutados.
*** apesar de o recrutamento obrigatório ser proibido, todos os cidadãos com idade de serviço militar (18-60 anos) são obrigados a se registrar para o serviço militar.

3.2.2.1 QUESTÕES, DESAFIOS E LIMITAÇÕES PARA A PLENA INCORPORAÇÃO DAS MULHERES NAS INSTITUIÇÕES MILITARES

Após o exposto nas seções acima, cabe destacar as principais alegações que justificariam a limitação das mulheres em posições de combate em todas as forças. Usaremos como fonte principal o estudo realizado pelo Instituto Igarapé[9], publicado em agosto de 2017, no qual as autoras esquematizam os principais desafios quanto a completa incorporação das mulheres nas instituições militares.

Dentre os principais mitos que assolam a entrada das mulheres nas FA, destacamos: (i) a fragilidade (física e psicológica) da mulher como "característica" que poderia prejudicar a operacionalidade da missão; (ii) menstruação, tensão pré-menstrual e gravidez; e (iii) a presença de mulheres que poderia gerar tensão sexual no treinamento e no combate e, consequentemente, afetar a coesão militar. Apesar do debate, quando se aprofunda as análise sobre os argumentos que seriam impeditivos para a incorporação efetiva das mulheres, fica evidente que essas justificativas – majoritariamente biológicas – não se mostram com tanta força na prática, sendo apenas uma reprodução de ideias pré-concebidas sobre o lugar social da mulher. Além disso, muitos dos "desafios" requerem dizem mais sobre o comportamento masculino, à exemplo do assédio e abuso, do que uma limitação da mulher. Em primeiro lugar, existem requisitos físicos e psicológicos que devem ser cumpridos para o exercício de certas funções de combate, os quais, ao contrário da construção social da masculinidade, não são exclusividade do gênero masculino. Em segundo lugar, menstruação, tensão pré-menstrual e gravidez são parte da vida da mulher em qualquer posição que venham a assumir. Contudo, as mulheres são profissionais e podem lidar com as condições em que são empregadas como qualquer outro soldado. Por fim, e talvez a questão de maior relevância, diz respeito ao comportamento masculino não somente dentro das instituições militares, mas também dentro da sociedade. O assédio, o abuso e outros tipos de violências baseadas no gênero (inclusive a sexual) que poderiam vir a ocorrer dentro das Forças Armadas são uma expressão da desigualdade de gênero. O impedimento da entrada das mulheres não as protegerá desses abusos (Giannini, Folly e Lima 2017).

Além disso, Giannini, Folly e Lima (2017) acrescentam ao debate sobre as limitações – de acordo com os homens militares – para a incorporação efetiva das mulheres os seguintes aspectos: teriam as habilidades e competências para ser militar?; possuiriam as características necessárias para se exercer uma boa liderança?; e a

9 O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, dedicado à integração das agendas da segurança, justiça e do desenvolvimento. Seu objetivo é propor soluções inovadoras a desafios sociais complexos, por meio de pesquisas, novas tecnologias, influência em políticas públicas e articulação (Instituto Igarapé 2018).

necessidade de adaptações logísticas e de infraestrutura para recebê-las não desviaria o foco das reais necessidade das FA?; e as mudanças comportamentais nas academias de formação de oficiais das três forças não afetaria a coesão do grupo?

Muitos desafios ainda se colocam para a plena inserção das mulheres nas Forças Armadas. Tomando como exemplo o caso norueguês, o primeiro país a regulamentar a entrada de mulheres em posição de combate, desde 1985 as mulheres têm o poder de escolher qualquer atividade que queiram exercer dentro das FA (Giannini, Folly e Lima 2017). É interessante destacar que, contrariando a tendência de formação de exércitos voluntários, em 2015 a Noruega foi o primeiro país a estender a conscrição obrigatória a mulheres. Até 1976, quando as mulheres norueguesas passaram a poder entrar nas Forças Armadas em posições de não-combatentes, sua presença era limitada às chamadas "posições inspetoras". Foi em 1984, através do parlamento norueguês, que as mulheres puderam ter igualdade ocupacional dentro das Forças Armadas, tendo as mesmas oportunidades e direitos que os homens. A partir deste momento, as mulheres poderiam participar de todas as funções militares. Contudo, apesar de ter sido pioneira na plena incorporação das mulheres nas instituições militares, a proporção de mulheres dentro das FA não mudou significativamente nos últimos 30 anos, correspondendo à 9% do corpo total das forças, quando o objetivo, de acordo com o *Parliament White Paper #36*[10] (documento do governo norueguês que buscou elencar diretrizes sobre política externa e de segurança. Especificamente o número 36 busca apresentar pontos sobre a temática das mulheres nas Forças Armadas.), apostava em 20% até 2020 (Steder 2014). O caso da Noruega é interessante de ser analisado uma vez que mostra a necessidade de política públicas que promovam uma verdadeira igualdade de oportunidade de gênero, que vá mais além do que a simples "permissão" de acesso às instituições tradicionais, como as Forças Armadas.

A situação do continente americano é bastante variada. Há países que já completaram o processo de inserção das mulheres em posições de combate e que, por isso, encontram-se no estágio de aprimoramento das ferramentas de apoio às mulheres já incorporadas às Forças Armadas (como as ouvidorias) e de fortalecimento das políticas públicas voltadas para a garantia de oportunidades e direitos iguais entre homens e mulheres. Por outro lado, encontramos ainda países que ainda cerceiam a atuação das mulheres nas instituições militares, excluindo-as de certas forças e de posições de combate.

4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Apresentados o contexto histórico e a problemática da incorporação das mulheres nas Forças Armadas, serão expostos na presente seção as iniciativas existentes em termos globais – especialmente no âmbito da ONU – e em termos regionais, com destaque para ações da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Na próxima seção serão trabalhadas as políticas e ações promovidas em termos domésticos pelos países-membros da Conferência de Ministras e Ministros da Defesa das Américas (CMDA).

No que tange à CMDA, desde os anos 2000 se tem ressaltado durante as reu-

10 O Parliament White Paper #36 é um documento do governo norueguês que busca elencar diretrizes para a Política Externa e de Segurança da Noruega. O número 36, especificamente, busca apresentar pontos sobre a temática das mulheres nas Forças Armadas.

niões os avanços e desafios no que diz respeito à incorporação das mulheres nas Forças Armadas. Contudo, cabe destacar que foi somente na **Declaração de Porto Espanha,** de 2016, que os Estados membros se comprometeram em criar um Grupo de Trabalho (GT) *ad hoc* para estudar a integração das questões de gênero as políticas de defesa e segurança da região. Criado no dia 22 de setembro de 2017 o GT *Incorporação Progressiva da Perspectiva de Gênero como eixo transversal de Política de Defesa* nasceu dos esforços de México, Panamá, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Estados Unidos, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicaragua, Panamá e Perú. Durante a reunião do GT, buscou-se passar um panorama geral da situação do processo de inserção das mulheres nas Forças Armadas. Além disso, criou-se oficinas para o desenvolvimento de objetivos para se alcançar a transversalidade de gênero nas diferentes políticas do setores de defesa e segurança e que devem ser transformados em ações durante a XIII Conferência.

Ainda no âmbito da CMDA, muitas atividades visando a promoção do conhecimento de gênero foram realizadas. Cita-se o Seminário sobre Paz e Segurança sob a Perspectiva de Gênero (realizado em março de 2017), no qual buscou-se reiterar o compromisso dos países-membros – através de seus respectivos ministros e ministras – de incluir progressivamente as considerações de gênero como aspecto relevante na política de defesa e segurança nacionais, na busca de maior integração das mulheres nas forças armadas do hemisfério e que estejam em consonância com a Resolução 1325 do CSNU.

4.1 A ONU E A RESOLUÇÃO 1325

No começo dos anos 2000, o processo de reconstrução das relações de gênero e das instituições nacionais e internacionais ganhavam força. Isso se deve principalmente em função da pressão internacional para se adequar ao debate acerca do papel da mulher nas sociedades contemporâneas. A ONU, então, passou a contribuir de forma mais enérgica à discussão acerca da incorporação das mulheres nas instituições militares, especialmente em relação às necessidades surgidas nas Operações de Paz (OPs). Analisar a construção e consolidação da paz, sem a participação das mulheres, é negativo no sentido de que necessita-se das experiências que gerem identificação nas mulheres do país em que ocorre a OP. Além disso, para a eficácia dos processos de paz e a consolidação desta, é imprescindível levar em consideração a perspectiva de gênero. A representatividade feminina no Estado em construção é de suma importância para a construção de uma paz duradoura (Giannini 2016).

O processo de promoção das mulheres na sociedade e dentro das forças que compõem as OPs teve início ainda na década de 1970. Em 1975, a Assembleia Geral declarou o ano de 1975 como sendo o Ano Internacional das Mulheres e organizou a primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres, na Cidade do México. Contudo, a Conferência terminou sem avanços significativos. O ano de 1979, por sua vez, foi emblemático em função da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Tida por muitos como uma Carta Internacional dos Direitos da Mulher, ela conta com 30 artigos que definem de maneira firme e clara o que se toma por discriminação contra mulheres e estabelece uma agenda para ação nacional buscando dar fim a tal discriminação. A Convenção considera a *cultura* e a *tradição* forças promotoras das construções sociais envolvendo os papéis de gênero

e as relações familiares. Tal Convenção é o primeiro tratado de direitos humanos a afirmar os direitos reprodutivos das mulheres (Nações Unidas 2018).

Em 1980, realizou-se a Segunda Conferência Mundial sobre a Mulher, em Copenhague, na Dinamarca. O encontro resultou em um Programa de Ação que cobrava da comunidade internacional mais medidas nacionais para assegurar o domínio e o controle de propriedade das mulheres, bem como melhorias nos direitos das mulheres em relação à herança, à guarda dos filhos, e à perda da nacionalidade (Nações Unidas 2018). Em 1985, em Nairóbi, Quênia, aconteceu a "Conferência Mundial para a Revisão e Avaliação das Realizações da Década das Nações Unidas para a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz". Considerada um marco para o "nascimento do feminismo global", os 157 governos participantes adotaram a Estratégias Prospectivas de Nairóbi para o Ano 2000. A inovação se deu no sentido de que se declarou que todos os assuntos são assuntos das mulheres, um claro esforço no processo de desconstrução dos papéis de gênero. Um dos resultados relevantes da Conferência de Nairóbi foi a transformação do Fundo Voluntário para a Década da Mulher no Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) (Nações Unidas 2018).

Dentre as Conferências Internacionais sobre Mulheres que aconteceram nas últimas décadas, destaca-se a Conferência de Pequim, na China, em 1995. Nesta conferência definiu-se um Plano de Ação, o qual possibilitaria o empoderamento das mulheres em matéria de participação na resolução de conflitos e no acesso a cargos de poder. Além disso, a Plataforma de Ação de Pequim firmou compromisso no que diz respeito à proteção das mulheres que vivem em situações vulneráveis (conflito armado e refúgio). Reconheceu também a igualdade de direitos, oportunidades e de acesso a recursos entre homens e mulheres (Izzo 2009).

Tais conferências podem ser consideradas como uma preparação para o encontro que culminaria na Resolução 1325. Essa Resolução é considerada um marco dentro da discussão sobre gênero e segurança internacional, pois pela primeira vez o Conselho de Segurança da ONU abordou especificamente questões de gênero, reconhecendo as mulheres como importantes agentes no processo de construção e consolidação da paz não (Pratt e Richter-Devroe 2011 *apud* Schwether e Pagliari 2017). Além disso, diferentemente das demais conferências que abordaram o direito das mulheres de forma geral, o documento alerta para o impacto desigual que os conflitos têm sobre as mulheres, bem como reafirma a importância da participação das mulheres, de forma igualitária, na prevenção e solução de conflitos, na construção e na promoção da paz e da segurança (Nações Unidas 2000). De modo geral, esse documento tem por objetivo primeiro legitimar a participação feminina nas OPs.

Dentre os propósitos trazidos pela Resolução, Schwether e Pagliari (2017) destacam: (i) elevar qualitativa e quantitativamente a representação das mulheres em OPs e nos processos de tomada de decisão, em níveis nacional, regional e internacional; (ii) desenvolver mecanismos para proteger mulheres e crianças da violência de gênero e outros abusos, incluindo sexual; e (iii) convocar os países e a ONU para adotarem em suas práticas operacionais uma perspectiva de gênero (Nações Unidas 2000).

Apesar da inegável relevância, uma vez que representa a conquista de uma agenda mais inclusiva e sensível ao gênero, abrindo espaço para debates e problematizações, ainda não se alcançou resultados expressivos (Pratt, Richter-Devroe 2011

apud Schwether, Pagliari 2017). Entre 2004 e 2009 somente 13 países haviam colocado em prática (ou estavam em processo de colocar) a Resolução 1325, através dos Planos Nacionais de Ação[11] (Fritz 2010). Justifica-se, em grande medida, a dificuldade que muitos países ainda têm em relação à construção de debates amplos sobre questões ligadas aos papéis de gênero socialmente construídos, os quais, em muitos dos casos, estão profundamente enraizados nas sociedades.

4.1.1 OUTRAS RESOLUÇÕES DA ONU SOBRE GÊNERO

É fato que a Resolução 1325 inaugurou debates, em âmbitos nacionais, regionais e internacionais, acerca do papel das mulheres na construção da paz. Ainda na esfera das Nações Unidas, outras resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas a seguiram. Destacam-se as Resoluções 1820 (2008), 1888 (2009a) 1889 (2009b) e a 1960 (2010). Todas de alguma forma ou de outra buscam reforçar a Resolução 1325, seja através do reconhecimento da importância da mulher nos processos relacionados à paz e à segurança, seja incentivando e acompanhando os processos de implementação das Resoluções pelos países, ou chamando a atenção da comunidade internacional para a necessidade de se adotar medidas efetivas em relação à violência sexual em situações de conflito (Nações Unidas 2018).

De acordo com Giannini (2016), a Resolução 1325 e as demais resoluções supracitadas acabaram por conformar uma espécie de Agenda para a participação das mulheres nos debates de segurança e paz. Destaca-se como principal objetivo desta Agenda,

> a promoção da igualdade de gênero em ações voltadas para a paz e segurança internacional, reconhecendo que a inclusão de uma perspectiva de gênero nos processos decisórios favorece a consolidação de uma paz duradoura. A igualdade de gênero é composta por dois elementos centrais: (i) Equilíbrio de gênero (gender balance): participação párea de homens e mulheres em atividades relacionadas à paz e à segurança internacional. Para tanto, faz-se necessária uma participação efetiva de mulheres nestas atividades, mediante o incremento de sua presença em termos quantitativos (números) e qualitativo (posições que ocupam); e (ii) Transversalização de gênero: atenção às necessidades específicas de todos os grupos de gênero, bem como ao impacto que distintas ações têm para tais grupos (Giannini 2016, 5).

4.1.2 PLANO REGIONAL DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO 1325

Diversas instituições regionais ao redor do mundo buscaram a elaboração de *Planos de Ação Regionais para a Implementação da Resolução 1325 da ONU* com o in-

11 Os Planos Nacionais de Ação (PNA) são ferramentas fundamentais que estabelecem os procedimentos necessários (identificar prioridades, recursos disponíveis e atores-chave) para a implementação das medidas propostas na Resolução 1325 da ONU no âmbito doméstico de cada Estado-membro. Cabe destacar que os PNAs buscam definir as estratégias nacionais para implementar a agenda sobre mulheres, paz e segurança. É interessante notar o caráter de política pública que um PNA possui, uma vez que podem ser mecanismos promotores de políticas públicas em prol do direito das mulheres e de um Estado de Direito que garanta a segurança das mulheres e seu acesso à justiça, se e quando necessário (Giannini 2016).

tuito de incentivar a implementação da Resolução 1325. Na América do Sul, especialmente no âmbito dos países-membros da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL)[12], ainda não se chegou a construir *Planos Regionais de Ação (PRA)* no que tange questões de gênero nas Forças Armadas. Contudo, o Chile – primeiro país da região a elaborar Planos Nacionais de Ação (PNA) ainda em 2008 – tem buscado ativamente incorporar a perspectiva de gênero em suas relações bilaterais e principalmente em fóruns multilaterais (a exemplo da UNASUL) (Giannini e Folly 2017). A elaboração do PNA chileno contou com três ministérios: da Defesa, das Relações Exteriores e o do Serviço Nacional da Mulher. Além disso, desde o começo contou com a participação da sociedade civil.

A iniciativa regional, contudo, depende da vontade dos países de acelerar os processos, no âmbito doméstico, de incorporação plena das mulheres nas Forças Armadas. As positivas experiências anteriores de coordenação interministerial entre os diferentes países da América Latina (a exemplo do envio de tropas para a MINUSTAH[13] e a elaboração do Estatuto do Conselho de Defesa e Segurança da UNASUL) podem servir de incentivo para que os países optem por ações conjuntas (Ruz 2014).

Dentre os fatores que atestam para a necessidade de um PRA no que tange à Resolução 1325, destaca-se a construção de uma visão compartilhada entre os países da hemisfério em matéria de gênero, especificamente no que tange a segurança e a defesa. Esse plano seria, então, uma espécie de incentivo para que os países mais avançados na temática auxiliassem aqueles mais conservadores na construção de políticas públicas que incorporem esses novos paradigmas. Uma cooperação positiva nessa área abriria margem para, no futuro, aprofundar-se a cooperação regional em segurança e defesa, sendo, nesse sentido, mais uma ferramenta para intensificar o processo de integração regional (Ruz 2014). Além disso, há uma interseção entre a Resolução 1325 e a Agenda proposta na inauguração da Conferência de Ministros da Defesa das Américas (CMDA), conforme destaca Ruz:

> É interessante notar que a Agenda de Williamsburg desempenhou um papel catalítico nas transformações democráticas na região, especialmente na sentido de controle político-civil da Defesa e na promoção e desenvolvimento das Medidas de Promoção da Confiança e da Segurança. Portanto, é pertinente pensar que, no âmbito desses princípios, e como continuidade e desenvolvimento, o Plano de Ação da Resolução 1325 poderia ser colocado fortemente na agenda de futuras reuniões da CMDA (Ruz 2014, 9).

4.2 PERSPECTIVA DE GÊNERO NAS FORÇAS DA OTAN

É interessante trazer para o debate o que outras Organizações Internacionais já buscaram realizar, no âmbito regional, no sentido de se adequarem à nova realida-

12 Em 2008, a UNASUL contava como países-membros: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Chile, Guiana e Suriname. Como membros observadores: México e Panamá.

13 A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti ou MINUSTAH é uma Operação para a Manutenção de Paz (Peacekeeping Operation) criada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em abril de 2004, por meio da Resolução 1542 para restaurar a ordem no Haiti, após um período de insurgência e a deposição do presidente Jean-Bertrand Aristide.

de no que diz respeito às questões de gênero. Escolheu-se a OTAN, pois, além de ser uma organização para fins militares – o que envolve diretamente as Forças Armadas –, ela conta com Estados-Membros que também participam da CMDA (EUA, Canadá e Colômbia). Além disso, os mecanismos criados por esta organização podem vir a inspirar, guardando os diferentes contextos em que países-membros da CMDA e os da OTAN estão inseridos, para a implementação de uma PRA. Assim, é pertinente abordar o caso da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) a qual reconhece que as operações militares contemporâneas se complexificaram e passaram a exigir uma maior diversidade de qualificação e recursos para assegurar a paz e a segurança. Nesse sentido, a OTAN percebe que a complementaridade das habilidades de homens e mulheres são essenciais para a garantia da efetividade de suas operações. Duas instituições são responsáveis por realizar a inserção da perspectiva de gênero na organização (NATO 2017).

A primeira instituição é a *IMS Office of the Gender Advisor* (IMS GENAD), qual se reporta diretamente ao Diretor Geral do Pessoal Militar Internacional (DGIMS) e fornece informações e aconselhamento sobre questões de gênero, incluindo a implementação efetiva da Resolução 1325. Dentre suas responsabilidades, o IMS GENAD coleta e dissemina informações sobre as políticas nacionais relacionadas a gênero e monitora a implementação das resoluções da ONU relacionadas a igualdade de gênero nas Forças Armadas dos países-membros e parceiros da OTAN.

A segunda instituição é a *NATO Committee on Gender Perspectives* (NCGP), o qual promove a incorporação da perspectiva de gênero como uma estratégia para tornar as experiências de mulheres e homens uma dimensão integral da formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas, programas e operações militares. Além disso, o NCGP propõe-se a facilitar o intercâmbio de informações entre membros da OTAN sobre políticas relacionadas à incorporação de gênero em suas Forças Armadas (NATO 2017).

5 POSICIONAMENTO DOS PAÍSES

A partir de 2011, a **República da Argentina** passou a permitir o pleno acesso de mulheres a qualquer uma de suas Forças Armadas, em qualquer posição que desejem assumir – inclusive posições de comando (La Nación 2013). Desde 2009, a Marinha e a Aeronáutica permitem o ingresso integral das mulheres. O Exército, por sua vez, permitia uma atuação limitada, restrita a algumas áreas. Além disso, havia mecanismos que barravam as mulheres a alcançarem postos mais altos de comando. Hoje as mulheres representam mais de 17% do efetivo das Forças Armadas argentinas, cifra muito elevada quando comparada a de outros países latino americanos (Giannini, Folly e Lima 2017). O governo argentino comprometeu-se com a expansão da igualdade de gênero dentro das Forças Armadas, buscando tanto o fim das barreiras para a ascensão quanto de setores (La Nación 2013).

A **Comunidade das Bahamas** tem como seu principal braço armado a Força de Defesa Real, que atua como marinha, exército, aeronáutica e polícia de fronteira dentro de uma só entidade (Bahamas 2018a). Mulheres podem acessar esse órgão desde 1985, quando o primeiro grupo de cadetes alistou-se na Força de Defesa Nacional. Mais tarde naquele mesmo ano, a primeira mulher entrou no Centro de Treinamento de Dartmouth, a principal academia da divisão da Marinha bahamen-

se. A Comunidade das Bahamas, mesmo não apresentando ações específicas para a atração feminina a Força de Defesa Real, preza pela igualdade de gênero em seu contingente (Bahamas 2018b).

O Estado caribenho de **Belize** tem Forças Armadas próprias desde o século XVIII, mas somente passou a ter uma organização completamente separada das Forças Armadas britânicas a partir de 1994, mais de uma década após sua independência do Reino Unido (Phillips 2002). Contando somente com alistamento voluntário, a Força de Defesa de Belize, como são chamadas as suas Forças Armadas, é aberta a voluntários de ambos os gêneros, podendo, em caso de necessidade, convocar homens e mulheres ao serviço militar. Contudo, foi somente a partir de julho de 1980 que a Força de Defesa abriu a possibilidade da entrada de mulheres em seu corpo, tendo sua atuação limitada inicialmente às funções de apoio e suporte, especialmente enfermagem e forças policiais. Nos últimos anos, o cenário tem se modificado, observando-se mulheres em cargos de função logística e de atuação direta no combate, especialmente na Aeronáutica (Air Wing). Entretanto, a procura por vagas na Força de Defesa tende a superar a oferta, o que tem diminuído o ritmo de inserção de mulheres nas Forças belizenhas (CIA 2018a).

O **Estado Plurinacional da Bolívia** permite o total acesso de mulheres a todas as instituições das Forças Armadas e também, oficialmente, incentiva o ingresso feminino nas escolas superiores de formação de oficiais da Aeronáutica, do Exército e da Marinha (Bolívia 2012). O país, no entanto, tem uma baixa participação das mulheres em seu efetivo militar, contando com apenas 1,95% de mulheres no seu contingente em 2015 (Giannini, Folly e Lima 2017). Isto, contudo, pode ser considerado um aumento significativo quando comparado com os números correspondentes a 2006, quando 0,3% do efetivo eram mulheres. Houve também avanços em relação a quantidade de mulheres em institutos militares de formação, que passaram de pouco menos de 10% para quase 17% no mesmo período (Bolívia 2012).

A **República Federativa do Brasil** permite o ingresso parcial de mulheres em suas Forças Armadas, com exceção da Aeronáutica, que permite o total acesso do sexo feminino a suas fileiras (Giannini, Folly e Lima 2017). A Aeronáutica é a arma com o maior número de mulheres, além de ser a primeira a permitir que mulheres ingressassem na carreira de oficiais, ainda em 1995, seguida pela Marinha em 2014. No Exército a entrada da primeira turma com membros do sexo feminino na principal escola de formação de oficiais ocorreu apenas em 2018, o que representou a entrada das mulheres na linha bélica do Exército Brasileiro, que já ocorria nas outras Forças (Brasil 2017). Hoje, 7,61% dos 335.165 soldados brasileiros são mulheres (Giannini, Folly e Lima 2017). O Brasil vem demonstrando uma maior abertura em relação a entrada das mulheres em suas Forças Armadas, no entanto ainda resiste a uma total integração, focando na consolidação das áreas nas que elas já se encontram ou ampliando a entrada gradativamente.

O **Canadá** permite que mulheres tornem-se oficiais desde 1987, graças ao Estatuto Canadense de Direitos e Liberdades e às diretrizes do Tribunal Canadense de Direitos Humanos, que determinam a necessidade de que a integração das mulheres às Forças Armadas seja observada. Dessa forma se tornou imprescindível a incorporação, mesmo que gradual, de pessoas do sexo feminino a posições que antes as eram negadas. Em 1990, foi criado o Conselho Consultivo de Mulheres nas Forças Armadas, com o intuito de garantir e monitorar a integração feminina ao Exército,

Marinha e Aeronáutica canadenses (Canadá 2018). Hoje, 15% do contingente militar canadense é formado por mulheres (Giannini, Folly e Lima 2017) e programas estão sendo executados para que chegue a 25% até 2026, demonstrando um desejo e compromisso do governo canadense com a igualdade de gênero nas Forças Armadas. (Canadá 2018).

É recente a abertura total das Forças Armadas da **República do Chile** para as mulheres em todas as forças e posições. Até 2016, a Marinha chilena barrava a entrada de pessoas do sexo feminino, mesmo que as demais forças tenham permitido o ingresso total delas na primeira metade da década de 2010 (Giannini, Folly e Lima 2017). Em 2016 também foi aberta a possibilidade de mulheres adentrarem o *Curso Regular de Estado Mayor na Academia de Guerra del Ejército* o que, em tese, permitiria que uma mulher fosse nomeada Comandante Chefe do Exército, cargo mais alto dessa força. Hoje a marinha continua sendo a força com menor contingente de mulheres em suas fileiras, com 11%, sendo superada pelo Exército, com 14,9%, e pela Aeronáutica, com 18,2% (Chile 2017). Além disso, foi o Chile o primeiro país a possuir um Plano Nacional de Ação para a implementação da Resolução. 1325 da ONU.

Desde 2009, a **República da Colômbia** permite o acesso das mulheres à posições de Oficiais. Anteriormente, apesar de possuírem permissão para ingressar nas Forças Armadas desde 1983, seu acesso era restrito à posições de apoio, principalmente nas áreas de enfermagem e comunicação. A possibilidade do ingresso de mulheres no Exército colombiano sofreu forte resistência tanto de políticos quanto da sociedade civil. No entanto, as militares obtiveram sucesso em assegurar o acesso a todas as armas e especialidades, além dos cargos mais altos das corporações (Colômbia 2017). Hoje a Colômbia conta com um total de 15% de mulheres em suas fileiras e total acesso às armas e posições (Giannini, Folly e Lima 2017).

Desde o término da sua guerra civil, em 1948, a **Costa Rica** aboliu suas Forças Armadas. Em seu lugar, o país caribenho instaurou as Forças Públicas Costarricenses, responsáveis pela manutenção da segurança pública e com a capacidade de fazer somente pequenas incursões militares, com uma reduzida força marítima e aeronáutica. A maior parte das suas operações encontram-se na fronteira, fazendo patrulhamento e combate ao narcotráfico, com apoio e suporte das forças estadunidenses. O governo da Costa Rica, em suas aparições públicas, vinculam o fim de suas Forças Armadas a um aumento da felicidade de sua população, além de um aumento do investimento em educação e saúde com as verbas do fim da sua militarização (Costa Rica 2018). Apesar de não conter nenhuma restrição de gênero no recrutamento de sua força pública, policiais costarricenses vieram a público solicitar igualdade de gênero no tratamento e no treinamento das forças, que contêm atualmente 17% de mulheres em sua composição (The Costa Rica Star 2017).

A **República Dominicana** possui um dos maiores contingentes militares femininos, na América Latina, proporcionais ao tamanho de suas Forças Armadas, chegando a 13.786 mulheres, 21,76% do total de soldados dominicanos na ativa (Giannini, Folly e Lima 2017). As mulheres podem chegar até a patente relativamente baixa de capitã na hierarquia das diferentes armas, sem ter a possibilidade de chegarem a posições de comando (RESDAL 2012). Recentemente, cargos mais altos dentro do Ministério das Defesa dominicano têm sido ocupados por mulheres, como a chefia da Procuradoria Geral da Forças Armadas e a direção do Hospital Militar Central, esses cargos, no entanto, não são incorporados em nenhuma das três armas e re-

presentam somente papéis de apoio aos combatentes (República Dominicana 2016). Dessa forma a República Dominicana, mesmo tendo uma base militar feminina consolidada, resiste a ascensão das mulheres para as altas patentes.

A **República de El Salvador** passou a permitir a entrada das mulheres Exército apenas na primeira metade da década de 2010 (Giannini, Folly e Lima 2017), no entanto este ingresso é somente parcial em suas Forças, também impedindo a ascensão na carreira militar, restringindo à patente de capitão, que é intermediária, sem a possibilidade de atingir qualquer posição do alto comando (RESDAL 2012). O contingente de mulheres soma somente 1.312, pouco mais de 5% do total de soldados na ativa no país, podendo isto podendo ser resultado do quão recente foi a integração das mulheres nas Forças Armadas, faltando ainda algum tempo para perceber alguma tendência de longo prazo quanto a integração do sexo feminino (Giannini, Folly e Lima 2017).

A **República do Equador** permite somente o acesso parcial das mulheres à qualquer uma das três forças, contando com 1.201 mulheres em seu contingente, que representam pouco menos de 3% do total de soldados na ativa no país. Tanto o Exército quanto a Marinha contam com pouco mais de 400 mulheres, enquanto a Aeronáutica tem apenas 282 em suas fileiras. O governo equatoriano, no entanto, tem posto em prática ações necessárias para aumentar estes números, mesmo que muito gradativamente, tanto em questão de infraestrutura das instalações das Forças Armadas quanto em quesitos organizacionais das Forças (Equador 2018). Uma dessas ações foi a construção de dormitórios femininos em múltiplos quartéis para permitir que as mulheres pudessem participar do serviço militar voluntário (El Comercio 2018).

A partir de 2016, as mulheres passaram a ter formal acesso às Forças Armadas dos **Estados Unidos da América**, com a permissão expressa para atuar em todas as funções tanto do Exército quanto da Marinha e da Aeronáutica (Estados Unidos 2015). Historicamente, as mulheres atuaram quase que exclusivamente em áreas médicas das Forças Armadas americanas, principalmente como enfermeiras. No entanto, a partir da Segunda Guerra Mundial e das subsequentes guerras envolvendo os EUA, as mulheres passaram a ser gradualmente mais incluídas no serviço militar (Women's Memorial 2018), alcançando hoje 14,6% do total do contingente militar (Giannini, Folly e Lima 2017). A atuação das mulheres nas Forças Armadas americanas tem crescido nas últimas décadas, com muitas chegando às escolas superiores de formação de oficiais, sem barreiras formais para sua atuação (CBS News 2018).

A **República da Guatemala** permite o acesso total das mulheres em sua Marinha e Aeronáutica e o ingresso parcial no Exército. O número de mulheres nas fileiras guatemaltecas chega a 1.392, que corresponde a 7,66% do contingente total (Giannini, Folly e Lima 2017). Desde 2014, o Ministério da Defesa da Guatemala possui um gabinete específico para tratar tanto da inserção de mulheres nas Forças Armadas quanto da permanência delas, assim como tentar impedir que haja discriminação de gênero dentro das armas (Guatemala 2014). Dessa forma o Exército guatemalteco demonstra a intenção da expansão da participação feminina, assim como um compromisso contra a discriminação de gênero, não possuindo nenhum tipo de distinção entre homens e mulheres em relação das funções realizadas, quando dentro dos setores que já permitem a participação feminina (Diálogo 2017).

Como parte da Commonwealth, as Forças Armadas da **Guiana** obedecem a diretrizes comuns a toda a Comunidade de Nações. Para isso, seu alistamento é vo-

luntário e não estabelece nenhuma restrição de gênero; além disso, parte das suas forças recebe treinamento em território estrangeiro, especialmente no Canadá e no Reino Unido, enquanto que o país também serve de treinamento para tropas de outros Estados caribenhos (Guyana Chronicle 2017). Nos últimos anos, 20% dos novos recrutas guianesas são mulheres, sendo que a maior parte dessas são alistadas para atuar no Corpo de Mulheres do Exército da Guiana (WAC, em inglês). Esse corpo surgiu em 1967, momento em que o número de tropas das Forças Armadas encontravam-se em baixa devido aos conflitos da independência do país latino-americano e da militarização das fronteiras em conflito com a Venezuela. Enquanto que a ideia inicial do WAC era atuar em funções administrativas, ainda no final dos anos 1960 o Corpo já atuou em conflitos bélicos como força de suporte e logística, hoje sendo utilizadas especialmente na defesa das fronteiras do país, além do combate ao narcotráfico, fazendo patrulhas e participando da guarda costeira (Guiana Defence Force 2016). Parte das recrutas da WAC recebe treinamento no Reino Unido, fazendo parte do Corpo de Mulheres do Exército Real Britânico (WRAC), retornando ao país para atuar nas funções de liderança das tropas, atingindo a patente de major (David Grainger 2011).

A **República do Haiti** havia abolido, desde 1995, as suas Forças Armadas. A decisão de não mais contar com Forças próprias havia vindo do ex-presidente haitiano, Jean-Bertrand Aristide, quando retomou o poder em 1994 após um golpe militar (BBC 2017). Desde 2004, as funções de segurança nacional estavam sendo realizadas por uma missão das Nações Unidas, a MINUSTAH, que contava com forças militares de diversos países (Chossudovsky 2017). Em 2017, contudo, o governo haitiano anunciou a sua intenção de recriar o seu exército e sua marinha, buscando com isso "recuperar a soberania nacional" (BBC 2017, online). No mesmo ano, as Nações Unidas anunciaram o fim das atividades da MINUSTAH, dando término a atuação direta de forças estrangeiras no país. Desde então, o Ministério de Defesa haitiano está realizando o treinamento de voluntários e voluntárias, tendo realizado chamadas para haitianos interessados em integrar às forças. Apesar de não existir nenhuma barreira para a participação feminina, as novas forças haitianas estão compostas principalmente por homens (BBC 2017), o que pode ser explicado pelo estigma das FAs do país caribenho. Entre 1991 e 1994, quando em poder, as forças haitianas realizaram diversas atrocidades, especialmente estupros e assassinatos, muitos deles feminicídios; da mesma forma, na atuação da missão da ONU no país, foram feitas acusações formais de abuso de poder pelos capacetes azuis, inclusive de estupros coletivos (Chossudovsky 2017). As atuações dessas novas Forças Armadas seria de atuar em casos de novos desastres naturais e de combater o contrabando na zona marítima haitiana (BBC 2017).

A **República das Honduras** permite o acesso total das mulheres à Força Aérea e à Marinha Nacional. Impõem, no entanto, barreiras para a atuação das mulheres em posições de capitão (RESDAL 2012). O Exército hondurenho barra a entrada de mulheres a determinadas funções, com seu ingresso tornando-se parcial nesse braço das Forças Armadas (Giannini, Folly e Lima 2017). Ainda que haja esforços para a valorização daquelas que servem a corporação (Honduras 2018), muito ainda há por ser feito para que se atinja real igualdade de gênero, com uma notável falta de ações concretas para o incentivo do alistamento feminino.

Sendo um Estado-membro da Commonwealth, a maior parte das forças da **Jamaica** é treinada fora da ilha, em território britânico e canadense. Devido a isso,

suas diretrizes para as forças militares e para recrutamento tendem a seguir aquelas do Reino Unido e dos outros membros da Comunidade das Nações (Global Security 2017). A Força de Defesa da Jamaica (JDF) aceita mulheres em suas fileiras desde 1976, quando graduou sua primeira unidade de mulheres na infantaria. Desde então, mulheres foram recrutadas para todas as armas e em todas as unidades, não havendo nenhuma restrição em sua participação (Carnegie 2018). Contudo, apesar de não apresentar barreiras legais para a ascensão feminina nas suas Forças, a máxima patente alcançada por uma mulher foi a de Major (Jamaica Defence Force 2018).

As mulheres na **República da Nicarágua** têm acesso a todas as armas e podem ingressar em qualquer especialidade contida dentro delas, tendo acesso total ao ingresso nas Forças Armadas (Giannini, Folly e Lima 2017). É interessante destacar que na Nicarágua existe apenas uma força unificada com subdivisões internas, não permitindo, assim, planejamentos específicos para a integração feminina nos diferentes setores. Contudo, ainda apresentam barreiras no que diz respeito a ascensão às posições mais altas da carreira militar, podendo ascender somente até a posição intermediária de Tenente Coronel dentro da corporação (RESDAL 2012).

O serviço militar nos **Estados Unidos Mexicanos** é obrigatório para os homens com 18 anos completos, e voluntário para as mulheres desde 2000, devido a determinação constitucional de igualdade de gênero (México 2015). No entanto, somente a partir de 2007 que as mulheres puderam participar efetivamente de qualquer uma das forças mexicanas e ingressar nas escolas superiores de formação de oficiais, antes sendo relegadas quase que exclusivamente a posições de apoio, como comunicação ou área médico-militar (Medellín 2018). O Exército Mexicano também possui um observatório de Igualdade entre Homens e Mulheres, com o intuito de analisar e impedir que ocorram casos de discriminação de gênero e assédio sexual (México 2018).

A **República do Panamá** possui uma organização de suas Forças Armadas muito distinta dos demais países do Continente Americano, pois, devido principalmente a sua subordinação aos EUA, o Panamá não possui um Exército próprio. Há no país somente a Aeronáutica, a Polícia Nacional e a Polícia de Fronteira, todas sob a tutela do Ministério de Segurança Pública (Panamá 2010). As Forças Policiais e a Aeronáutica panamenhas permitem que mulheres entrem nas corporações, no entanto, seu número ainda é muito reduzido, mesmo que haja oportunidades para sua organização interna e para a discussão das questões especificamente femininas dentro dos diferentes grupos ligados à defesa nacional (Panamá 2014).

As Forças Armadas do **Paraguai** possuíam, em 2016, apenas 908 mulheres em seu contingente, representando pouco mais de 8,5% do total de soldados na ativa. Além do contingente reduzido com baixa inserção feminina, a legislação paraguaia não permite que mulheres alcancem as patentes mais altas em nenhuma das três forças, não podendo passar da patente de primeiro-tenente (RESDAL 2016). Recentemente, no entanto, o Ministro de Defesa Nacional declarou que a integração das mulheres às Forças Armadas do país, assim como às outras forças de segurança nacional, como a polícia, é essencial. Além disso, o Ministro anunciou que haveria esforços futuros para incluir a perspectiva de gênero nas políticas de Defesa Nacional paraguaias (Paraguai 2018).

As Forças Armadas do **Peru** contam com um contingente de mais de 9 mil mulheres, que realizam diversas funções dentro das diferentes áreas de atuação da marinha, força aérea e do exército. A entrada nas FA na República do Peru é voluntária e não há barreira de entrada entre os gêneros graças à lei N° 26628 de 1996 (El

Comercio 2018), podendo se alistar qualquer cidadão entre que tenha entre 18 e 30 anos (Peru 2018). Os cargos mais altos, no entanto, ainda são reservados unicamente ao sexo masculino e existem denúncias de tratamento desigual entre os homens e mulheres em quartéis peruanos (Diario Correo 2016).

A **República do Suriname** permite a entrada de mulheres em suas Forças Armadas, com o serviço sendo completamente voluntário (CIA 2018b). No entanto, é barrada a atuação feminina em qualquer posição que poderia demandar força física, o que inclui manutenção, operação de equipamentos pesados, condução de caminhões e outros tipos de veículos militares e, especialmente, posições na infantaria. Este tipo de barreira dificulta o crescimento profissional das mulheres que servem nas FA surinamenses, restando somente serviços administrativos e de suporte, sem a possibilidade da ascensão a patentes mais altas (DVIDS 2012).

A **República de Trindade e Tobago** permite a plena entrada de mulheres em qualquer ramo do serviço militar e em qualquer tipo de armamento, com acesso equitativo às oportunidades de promoções e também de aprofundamento educacional oferecidos aos membros das Forças Armadas, além de contar com condições de pagamento entre os gêneros tendendo a serem equilibrada (Resdal 2016). A possibilidade do alistamento feminino, no entanto, só foi criada em 1980 e, desde então, as FA continuam sendo principalmente compostas por homens (Newsday 2018), com somente 14% do contingente militar sendo formado por mulheres e uma porcentagem um pouco mais alta, 16%, compondo o corpo de oficiais (Resdal 2016).

O **Uruguai** foi um dos primeiros países das Américas a permitir o acesso de mulheres a sua escola de formação de oficiais, já em 1997. O governo uruguaio também ativamente promove a inclusão de mulheres nas Forças Armadas, com uma proposta para a gradual "feminização" das Forças, elaborado pela Comissão de Defesa do país (El País 2018). O número de mulheres na ativa no Uruguai, no entanto, ainda é marcadamente menor que o de homens, com menos de 20% do contingente sendo composto por elas (RESDAL 2016). Além disso nenhuma mulher conseguiu alcançar as posições mais altas de nenhuma das armas, mesmo que não haja proibições legais explícitas contra isso (El País 2018).

O primeiro contingente de mulheres a ingressar na Academia Militar da **República Bolivariana da Venezuela** como aspirantes a oficiais do Exército ocorreu em 2001, depois de um período de estagnação da inserção das mulheres nas Forças Armadas que havia se iniciado na década de 1970 (Venezuela 2016). Além disso, é o país latinoamericano com um dos maiores contingentes femininos, chegando a 76.860 dos 365.315 soldados, representando 21% do total, sendo superados somente pela República Dominicana na inserção proporcional de homens e mulheres (Giannini, Folly e Lima 2017). Assim a Venezuela incentiva tanto o alistamento militar quanto a permanência feminina em suas Forças Armadas.

6 QUESTÕES A PONDERAR

I. Como pode se dar a inserção das mulheres nas Forças Armadas latino-americanas? Há fórmulas universais para que esta entrada ocorra?

II. A inserção de mulheres nas Forças Armadas é uma questão que pode ser limitada à discrição da soberania nacional? Ou deve ser discutida multilateralmente?

III. A atual estrutura das Forças Armadas permite uma entrada de mulheres nas suas fileiras e em seus cargo de liderança?

IV. Deveriam as Forças Armadas mudarem seu desenho institucional, suas normas e seus costumes para melhor se adaptarem à inserção de mulheres nas forças?

V. A discussão sobre a inserção de mulheres nas Forças Armadas desvia o foco das FA de questões mais importantes?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amorim, Celso. 2017. "O Papel Das Forças Armadas". *Carta Capital*. https://www.cartacapital.com.br/revista/976/o-papel-das-forcas-armadas.

Ayoob, Mohammed. 1995. *The third world security predicament: state making, regional conflict, and the internationali*. Boulder/Londres: Lynne Rienner Publisher

Bahamas. 2018a. "Our Mandate". Acesso em 28 jun 2018 http://rbdf.gov.bs/our-mandate/

———. 2018b. "History". Acesso em 28 junho 2018 http://rbdf.gov.bs/history/

BBC. 2017. "¿Por qué Haití pasó 22 años sin ejército y ahora está creando uno nuevo?". Acesso em 16 de outubro de 2018. https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-40689167

Bolívia, Ministério de Defensa. 2012. "Mujer y FF.AA. en el Estado Plurinacional de Bolívia". Bolívia. Acesso em 28 jun 2018. https://goo.gl/Xfu375

Brasil. 2017. "No Brasil, cerca de 28 mil mulheres servem às Forças Armadas". Acesso em 28 jun. 2018 https://goo.gl/tTfKmA

Britannica, The Editors of Encyclopaedia. "Red Army." Encyclopædia Britannica. November 20, 2017. Accessed August 13, 2018. https://www.britannica.com/topic/Red-Army.

Byles, Joan Montgomery, "Women's Experience of World War One: Suffragists, Pacifists and Poets", *Women's Studies Int. Forum*, 8 (1985): 473-487

Canadá. 2018. "Women in the Canadian Armed Forces". Acesso em 28 jun. 2018 https://goo.gl/5Ytf1k

Carnegie, Renée. 2018. "Nuevo programa de reclutamiento de Jamaica da frutos". Diálogo: Revista Militar Digital. Ultima modificação em 18 de junho de 2018. https://dialogo-americas.com/es/articles/jamaicas-new-recruit-program-bears-fruit

Carreiras, Helena. 2006. *Gender and the Military*: *Women in the Armed Forces of Western Democracies*. Nova Iorque: Routledge.

———. 2008. "From Loyalty to Dissent: How Military Women Respond to Integration Dilemma". *In:* Carreiras, H.; Kummel, G. (orgs.). 2008. *Women in the Military and in Armed Conflict.* Wiesbaden: Vs. Verlag, p.161-181.

———. 2009. "O Olhar dos Homens: resistência e cumplicidade nas respostas masculinas à integração de mulheres nas Forças Armadas". *In*: Mathias, Suzeley Kalil (Org.). 2009. *Sob o Signo de Atena*: *Gênero na diplomacia e nas forças armadas.* São Paulo: UNESP.

Castro Santos, Maria Helena de. 2003. "A nova missão das Forças Armadas latino-americanas no mundo pós-Guerra Fria: o caso do Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais 19* (*54*):115-128.

CBS News. 2018. "First woman to lead Citadel's cadets says academy has changed "180 degrees" for women". Acesso em 11 set 2018 https://www.cbsnews.com/news/profiles-in-service-citadel-military-academy-first-woman-to-lead-corps-of-cadets/

Chile. 2017. "No hay barreras para la Mujer en la Defensa Nacional". Acesso em 27 jun. 2018 https://goo.gl/jSvQ1G

Chossudovsky, Michel. 2017. "Six Years Ago in the Aftermath of the Earthquake: The Militarization of 'Emergency Aid' to Haiti. Is It a Humanitarian Operation or an Invasion?" Global Research. 13 de janeiro de 2017. https://www.globalresearch.ca/the-militarization-of-emergency-aid-to-haiti-is-it-a-humanitarian-operation-or-an-invasion/17000.

CIA. 2018a. "The World Factbook: BELIZE." Central Intelligence Agency. 26 set. 2018. Acesso 07 out. 2018. https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/bh.html.

CIA. 2018b. "The World Factbook: SURINAME." Central Intelligence Agency. 26 set. 2018. Acesso 07 out. 2018. https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/

geos/ns.html.

Colômbia, Comando General de las Fuerzas Militares. 2017. *Mujeres Militares.* ONU Mulher, 2017, https://bit.ly/2tJz9xM (Acesso em 28 jun.)

Costa Rica. 2018. "Costa Rica Military". https://costarica.org/facts/military/

Costa Rica Star. 2017. "Costa Rica's Police Force Now Includes 17% Women". Última modificação em 9 de novembro de 2017. https://news.co.cr/costa-ricas-police-force-now-includes-17-women/67942/

David Grainger. 2011. "Women in the Guyana Defense Force". Guyana Under Siege. http://www.guyanaundersiege.com/Women/Women%20in%20GDF.htm

Diálogo. 2017. "Mujeres abren camino en Ejército de Guatemala" Acesso em 12 set 2018 https://dialogo-americas.com/es/articles/women-pave-way-guatemalan-army

Diario Correo. "La Batalla De La Mujer Peruana Y Su Inclusión En Las Fuerzas Armadas (VIDEO)." 08 mar. 2016. Acesso 07 outubro 2018. https://diariocorreo.pe/peru/la-batalla-de-la-mujer-peruana-y-su-inclusion-en-las-fuerzas-armadas-658690/.

Dolton, Patricia F. 2014. "Women's Suffrage Movement." Library Technology Reports. Accessed August 13, 2018. https://journals.ala.org/index.php/rusq/article/view/2767/2757.

DVIDS. 2012. "SD National Guard Provides a 'Women in the Military' Workshop for Suriname's Armed Forces." Acesso 07 out. 2018. https://www.dvidshub.net/news/94688/sd-national-guard-provides-women-military-workshop-surinames-armed-forces.

El Comércio. 2018. "Fuerzas Armadas de Ecuador aceptarán mujeres en servicio militar desde agosto". Acesso em 12 set 2018 https://www.elcomercio.com/actualidad/fuerzasarmadas-ecuador-aceptaran-mujeres-militares.html

El Comercio. 2018. "Día De La Mujer: Conoce a Las Mujeres De Las Fuerzas Armadas Que Velan Por La Seguridad Nacional." 09 mar. 2018. Acesso 07 out. 2018. https://elcomercio.pe/peru/dia-mujer-conoce-mujeres-fuerzas-armadas-velan-seguridad-nacional-noticia-502916.

El País. 2018. "Más De 2.000 Mujeres Revistan En El Ejército Pero El FA Quiere Más." Diario El País Uruguay. 18 jun. 2018. Acesso 17 out. 2018 https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/mujeres-revistan-ejercito-fa-quiere.html.

Elshtain, Jean Bethke. 2000. "Women and War". In: Townshend, Charles. *The Oxford History of Modern War*. Oxford: Oxford University Press. p. 303-316.

Equador. 2018. "Mujeres en FFAA: Pilares en los procesos de inclusión". Acesso em 28 jun. 2018, https://bit.ly/2KBhuPr

Enole, Cynthia H. 1982 "Women in NATO Militaries - a conference report". Women's Studies Int. Forum 5 (3): 329-334

Escobar, Loreta Tellería. 2009. "Mulher, Forças Armadas e Missões de Paz na Região Andina". *In*: Mathias, Suzeley Kalil (Org.). 2009. *Sob o Signo de Atena*: *Gênero na diplomacia e nas forças armadas.* São Paulo: UNESP.

Estados Unidos. 2015. *Full Integration of Women in the Army*. U.S. Army. Acesso em 28 jun. 2018 https://bit.ly/2MzfBT

Freitas dos Santos, Gabriela. 2017. "A Inserção das Mulheres nas Forças Armadas do Cone Sul". Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Fritz, Jan Marie. 2010. "Mulheres, Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 e a necessidade de planos nacionais". *Revista Sociologias* 12 (23): 340-353.

Giannini, Renata Avelar, Maiara Folly, e Mariana Fonseca Lima. 2017. *Situações extraordinárias: a entrada de mulheres na linha de frente das Forças Armadas Brasileiras*. Instituto Igarapé: Artigo Estratégico 27.70p.

Giannini, Renata Avelar, e Maiara Folly. 2017. *Desafios e Boas práticas para Implementação da Agenda sobre Mulheres, Paz e Segurança*. Instituto Igarapé: Artigo Estratégico 28.25p.

Global Security. 2017. "Jamaica: Military Personnel". Última modificação em 25 de maio de 2017. https://www.globalsecurity.org/military/world/caribbean/jm-personnel.htm

Goldin, Claudia, "The role of World War II in the rise of women's employment.", *The American Economic Review* (1991): 741- 756

Guatemala, Ministerio de Defensa Nacional. 2014. *Acuerdo Ministerial 09-2014.* Ministério de Defensa Nacional. Acesso em 28 jun. 2018: https://bit.ly/2MwvU3G

Guyana Chronicle. 2017. "Women in the Military". Guyana Chronicle: the nation's paper. Ultima modificação em 9 de março de 2017. http://guyanachronicle.com/2017/03/09/

women-in-the-military

Guyana Defence Force. 2016. "The Guyana Defence Force Women's Army Corps turned 49 today". Acesso em 21 de outubro de 2018. http://www.gdf.mil.gy/index.php/read-more/477-the-guyana-defence-force-women-s-army-corps-turned-49-today.html

Hombrados, A; Olmeda, J. A,; Del Val, C. 2007. *La incorporación de las mujeres a las fuerzas armadas: el caso español y su percepción pública en perspectiva comparada*. Working paper/Documento de Trabalho: Real Instituto Elcano.

Honduras. 2018. "FAH agasaja a Mujeres en su Día". Acesso em 28 jun. http://www.ffaa.mil.hn/fah-agasaja-a-mujeres-en-su-dia/

Instituto Igarapé. 2018. "Sobre O Igarapé". *Instituto Igarapé*. https://igarape.org.br/sobre/sobre-o-igarape/.

Izzo, Roberta Cristina. 2009. "Igualdade de Gênero: um caminho para a paz". *In*: Mathias, Suzeley Kalil (Org.). 2009. *Sob o Signo de Atena*: *Gênero na diplomacia e nas forças armadas.* São Paulo: UNESP.

Jamaica Defence Force. 2018. "Did you know?". Acessado em 12 de outubro de 2018. http://www.jdfmil.org/info/did_you_know/did_you_know15.php

La Nación. 2013. *El Ejército permitió el ingreso de mujeres al arma de Infantería y Caballería.* Acesso em: 28 jun. 2018 https://bit.ly/2MC5bDo

Mathias, Suzeley Kalil. 2009. "Gênero, Defesa e Paz no Cone Sul". *In*: Mathias, Suzeley Kalil (Org.). 2009. *Sob o Signo de Atena*: *Gênero na diplomacia e nas forças armadas.* São Paulo: UNESP.

Medellín, Jorge Alejandro. 2018. *El Ejército Mexicano quiere tener a 25.000 mujeres en sus filas*. Acesso em: 28 jun. 2018 https://bit.ly/2yXvTUE

México. 2015. *Participación de la mujer en el Servicio Militar Nacional*. Acesso em: 28 jun. 2018 https://bit.ly/2lLhku5

———. s.d. *Acciones del Observatorio para la Igualdad entre Mujeres y Hombres en el Ejército y Fuerza Aérea Mexicanos.* Acesso em 12 set 2018 https://www.gob.mx/sedena/acciones-y-programas/acciones-del-observatorio-para-la-igualdad-entre-mujeres-y-hombres-en-el-ejercito-y-fuerza-aerea-mexicanos

Moskos, Charles C. 1992. "Armed Forces in a Warless Society". *In*: Kuhlmann, Jurgen; Dandeker, Christofer (eds.). 1992. *Armed Forces after the Cold War.* Munich: SOWI, p. 13-23.

———. 2000. "Towards a Postmodern Military. *In:* Cohen, Stuart (ed.) *Israel and Her Army.* Israel: Bar-Elan University Press.

NATO. 2010. Recomendations on Implementation of UNSCR 1325. https://www.nato.int/issues/women_nato/pdf/2010/BrochureGender.pdf

———. 2017. "Gender Perspectives in NATO Armed Forces". *NATO*. https://www.nato.int/cps/su/natohq/topics_101372.htm.

Nações Unidas. ONU Mulheres. 2018. "Documentos de Referência". *Onumulheres.org.Bbr*. http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/documentos-de-referencia/.

———, Conselho de Segurança resolução 1325, *Women, Peace and Security* S/RES/1325 (18 de outubro de 2000), disponível em http://www.un-documents.net/sr1325.htm.

Newsday. 2018. "Woman as Head of Armed Forces Augers Well for TTDF, Country." Trinidad and Tobago Newsday. 21 mar. 2018. Acesso 07 out. 2018. https://newsday.co.tt/2018/03/21/woman-as-head-of-armed-forces-augers-well-for-ttdf-country/.

Panamá. 2010. *Gaceta Oficial Digital.* Asamblea Nacional de Panamá. Acesso em 28 jun. 2018: https://www.minseg.gob.pa/descargas/ley_15.pdf

———. 2014. "Con firma de acta de compromiso concluye 1er. encuentro de mujeres de la fuerza pública.". Acesso em 28 jun. 2018: https://bit.ly/2Na7qhT

Paraguai. 2018. "Instan a Que Las Fuerzas Armadas Desarrollen Rol De Apoyo a Las Poblaciones." Agencia IP. 08 de out. 2018, Acceso 17 de out. 2018 https://www.ip.gov.py/ip/instan-a-que-las-fuerzas-armadas-desarrollen-rol-de-apoyo-a-las-poblaciones/.

Peru. 2018. "Servicio Militar Voluntario." Gobierno Del Perú. Acesso 07 out. 2018. https://www.gob.pe/568-servicio-militar-voluntário.

Phillips, Dion E. 2002. "The Military of Belize." Jean Rhys Biography. 2002. Acesso 07 out. 2018. http://www.open.uwi.edu/sites/default/files/bnccde/belize/conference/papers/phillips.html.

Pratt, Nicola, e Sophie Richter-Devroe. 2011. "Critically Examining UNSCR 1325 on Women, Peace and Security". *International Feminist Journal Politics* 13 (4): 489-503.

República Dominicana. 2016. "La participación de la mujer en las Fuerzas Armadas en el país seguirá en ascenso, en la medida sean vencidos obstáculos culturales." Acesso em 28 jun. 2018 https://bit.ly/2tREXVf

Royle, Tony. 2017. "The impact of the women of the Technical Section of the Admiralty Air Department on the structural integrity of aircraft during World War One", *Historia Mathematica* 44 (1): 342–366

Ruz, María Inés. 2014. "Análisis de la implementación de la Resolución del Consejo de Seguridad de la ONU 1325 en América Latina y el Caribe: Desafíos enfrentados y posibles áreas de colaboración con otros organismos regionales como UNASUR." *Santiago, Chile: CEPAL*.

Saint Pierre, Héctor Luis. 2007. *Controle civil sobre militares e política de defesa na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai*. São Paulo: Editora UNESP.

Scharder, Helena, "Winged Auxiliaries: Women Pilots in the UK and US during World War Two", *The Journal of Navigation*, 59 (2006): 187–199

Schjølset, Anita. 2013. "Data on Womens Participation in NATO Forces and Operations." *International Interactions* 39, no. 4 (1): 575-87.

Schwether, Natalia Diniz; e Graciela de Conti Pagliari. 2017. "As novas tendências militares: uma oportunidade para as mulheres?". *Estudos Internacionais* 4 (3): 45-58.

Scott, Anne Firor, "One Woman's Experience of World War II", *The Journal of American History*, 77 (1990): 556-562

Singer, P. 2009. *Wired for war: The Robotics Revolution and Conflict in the Twenty-first Century*. New York: Penguin.

Steder, Frank Brundtland. 2014. "Is it Possible to Increase the Share of Military Women in the Norwegian Armed Forces?". *International Relations and Diplomacy 2* (5): 293-309.

Venezuela, 2018 "Hace 15 años las mujeres regresaron a la Fuerza Armada Nacional Bolivariana" Acesso em 28 jun. 2018 https://bit.ly/2KxeCX0

Women's Memorial. 2018. "World War I & World War II" Acesso em 28 jun. https://www.womensmemorial.org/history/detail/?s=world-war-i-world-war-ii

Wright, Katharine Am. "NATO'S Adoption of UNSCR 1325 on Women, Peace and Security: Making the Agenda a Reality." *International Political Science Review* 37, no. 3 (2016): 350-61.

COALIZÃO SAUDITA NA REPÚBLICA DO IÊMEN

CSI-ORH



ufrgsmun 2018

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v. 6 2018 | p. 252 - 309

COALIZÃO SAUDITA NA REPÚBLICA DO IÊMEN: OPERAÇÃO RENEWAL OF HOPE

Beatriz Vieira Rauber[1]
Eduardo Tomankievicz Secchi[2]
João Otávio Figueiredo Bueno Cadore[3]
João Vitor Corrêa Nogueira[4]
Pedro Bandeira dos Santos[5]
Thaís Peixoto[6]

RESUMO

O presente Guia de Estudos tem como objetivo instrumentalizar o debate acerca da Operação Renewal of Hope (ORH), sendo esta um mandato da Coalizão Saudita que atua na República do Iêmen. A Coalizão teve início em 2015, após a fuga do então presidente iemenita Abd Rabbuh Mansour Hadi, com a intenção de restaurar o poder do antigo governo. A crise do Iêmen possui diferentes faces; além de contar com uma gama de atores internos e disputas territoriais, ela é tida por muitos(as) pesquisadores(as) como uma espécie de "guerra proxy" entre as principais potências regionais: a República Islâmica do Irã e o Reino da Arábia Saudita. A fim de compreender e operacionalizar os interesses envolvidos na região, é necessário conhecer, dentre outros fatores, a origem histórica do conflito e suas disputas geopolíticas. Será analisado, portanto, o processo histórico de unificação do Iêmen e a formação dos grupos rebeldes, com o intuito de instrumentalizar os(as) leitores(as) quanto às origens e objetivos de cada ator do conflito. Ademais, procurar-se-á entender as disputas geoestratégicas e os interesses de atores externos na estabilização do Iêmen, bem como a situação atual entre os membros da Coalizão. Por fim, deve-se compreender que a participação da Operação Renewal of Hope cumpre, hoje, um papel decisivo na história do país e da região, uma vez que definirá não apenas quem estará no poder no Iêmen, mas também a quem este Estado se aliará.

1 Beatriz é estudante do 3º ano de Relações Internacionais na UFRGS e Diretora-Geral do CSI-ORH.
2 Eduardo é estudante do 4º ano de Relações Internacionais na UFRGS e Diretor do CSI-ORH.
3 João Otávio é estudante do 5º ano de Relações Internacionais na UFRGS e Diretor do CSI-ORH.
4 João Vitor é estudante do 4º ano de Relações Internacionais na UFRGS e Diretor do CSI-ORH.
5 Pedro é estudante do 2º ano de Relações Internacionais na UFRGS Diretor-Assistente do CSI-ORH.
6 Thaís é estudante do 2º ano de Relações Internacionais na UFRGS e Diretora-Assistente do CSI-ORH.

1 INTRODUÇÃO

O Iêmen, na maior parte de sua história, não foi um país unificado. Este processo deu-se apenas no final do século XX, após o fim da Guerra Fria. Assim, são notáveis as diferenças culturais entre o norte e o sul, principalmente dadas as distintas correntes islâmicas que dominam a região. Após a unificação, houve um período de estabilidade, o qual se encerrou em 2011 com o advento da Primavera Árabe. As desavenças políticas no país se deterioraram até 2015, quando, com a saída do Presidente, o grupo rebelde tomou a capital do país e proclamou-se como novo governo. Deu-se início, assim, à Operação Renewal of Hope, organizada por uma coalizão liderada pela Arábia Saudita cujo principal objetivo é a estabilização do país por meio da retomada de poder pelo antigo presidente.

A unificação do Iêmen deu-se na década de 1990, após o final da Guerra Fria, tendo o seu período mais estável politicamente durado menos de 20 anos. Em 2011, com o advento dos protestos da Primavera Árabe[7], a oposição ao governante Ali Abdullah Saleh difundiu-se e foi reprimida veementemente pelas forças nacionais. As críticas da comunidade internacional às medidas repressivas do governo de Saleh e à longa duração de seu governo inflaram o desagrado da população e culminaram na renúncia do presidente em 2014, assumindo interinamente o Vice-Presidente Abd Rabbuh Mansour Hadi, até que uma eleição em seguida o elegeu formalmente.

Dois grupos que se destacaram no apoio e organização destas manifestações e que ganharam importância significativa no conflito seguinte são os Houthis e o al-Hirak. Os Houthis são um grupo rebelde – de oposição política e militar ao governo iemenita – com grande influência no norte do país, de ideologia zaidita, levando o nome de seu antigo líder, morto em 2004, Hussein Badr al-Deen al-Houthi. O al-Hirak, por sua vez, é um grupo sulista formado após a unificação que prega pelo fim da dominância do norte sobre o sistema político nacional e o posterior separatismo. O grupo de al-Houthi é acusado de receber forte apoio, tanto financeiro quanto logístico, da República Islâmica do Irã.

Durante este período de instabilidade, o grupo al-Qaeda aproveita para se expandir, fortalecendo, na porção sul do Iêmen, o seu braço regional, a al-Qaeda na Península Arábica (AQAP). Saleh retorna ao jogo político em seguida, agora apoiando os Houthi, que fazem dura oposição ao governo Hadi. As diferenças chegaram a um ponto em que, em 2015, o grupo toma a capital Sana'a, obrigando o presidente a fugir para a Arábia Saudita, de onde solicita aos sauditas uma intervenção militar. Desta forma, a Operação Decisive Storm é iniciada em março daquele ano, sendo substituída pela Operação Renewal of Hope (ORH) em abril.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Durante grande parte da ocupação humana na região que atualmente é identificada como Iêmen, a centralização política foi a exceção e não a regra. Entender o processo de formação das sociedades e do presente Estado unificado é de extrema

7 A Primavera Árabe foi o desenvolvimento de uma onda de revoltas tanto pacíficas quanto violentas do Marrocos ao Golfo Pérsico que abalou e, por vezes, até derrubou velhas oligarquias que dominavam a política da região havia décadas. Ela representou, portanto, um movimento geral com bases comuns em toda a região, relacionado à crise econômica mundial (Visentini 2012).

importância para compreensão da situação atual.

Dentre as razões que podem ser observadas para esta falta de unidade, destaca-se a condição geográfica da região, com áreas significativamente isoladas umas das outras por um relevo bastante heterogêneo, e a divisão religiosa entre duas vertentes islâmicas, o sunismo chafeíta e o xiismo zaidita[8]. O primeiro foi precursor na expansão islâmica na região, concentrando-se na porção sul e existindo, hoje, apenas no Iêmen. A segunda vertente deslocou-se cerca de dois séculos depois, concentrando-se na região noroeste e norte. Por se tratarem de vertentes moderadas tanto do xiismo quanto do sunismo, a paz foi mantida por um tempo considerável apesar das diferenças teológicas (Machry 2016).

Apesar de as cidades antigas serem economicamente prósperas, o território eventualmente acabou sendo dominado por grandes impérios. Em 1838, Aden, futura capital do Iêmen do Sul, tornou-se parte do Império Britânico, numa estratégia de servir como porto seguro entre a Índia e o Egito, também possessões britânicas (Bidwell 1985). Em contrapartida, em 1872, os otomanos ocuparam o norte do território. Com crescente expansão e consequente choque entre os dois impérios na região, um tratado foi firmado em 1904 para delimitação das fronteiras, sendo implementado em 1914 (Machry 2016).

2.1 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO IÊMEN DO SUL

Por mais de cem anos, a região que posteriormente viria a ser o Iêmen do Sul esteve sob jurisdição britânica, dividindo-se em três principais territórios com diferentes níveis de dominação: a Colônia de Aden, o Protetorado de Áden Ocidental e o Protetorado de Áden Oriental. De certa forma, a administração do território era bastante descentralizada, com significativa autoridade permitida pelos britânicos às elites locais (Brehony 2011).

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, o ideal nacionalista e republicano começa a se espalhar pela região, bastante influenciado pelo Iêmen do Norte, que passava por um processo de fortalecimento nacional. Com isso, os britânicos e as elites iemenitas do Sul decidem que uma transição controlada para um sistema de governo mais autônomo seria a melhor forma de evitar que ideários mais radicais ganhassem espaço (Machry 2016). Em 1959, a Federação dos Emirados Árabes do Sul é constituída, com o aval do Reino Unido, pelos Emirados de Bayhan, Fadhli, Awlaqi, Dhala e Yafi'i do Sul, passando a se chamar Federação da Arábia do Sul ao incorporar outros emirados (Brehony 2011). Apesar da expansão inicial, a desconfiança dos emirados do leste quanto à influência britânica no processo e o custo-benefício cada vez menor para o Reino Unido manter suas bases em Aden acabaram levando a entidade ao fracasso. Simultaneamente, duas guerrilhas que buscavam uma completa autonomia do país, a Frente pela Liberação do Iêmen do Sul Ocupado (FLISO) e a Frente de Libertação Nacional (FLN), ganhavam cada vez mais força e empreendiam uma

8 O zaidismo é uma corrente do islamismo xiita que, dentro do mundo moderno muçulmano, só ganhou espaço no norte do Iêmen, entre os Houthis. Possui características mais próximas ao islamismo sunita do que ao xiismo iraniano, contrariando a ideia de aproximação dos Houthis com o Irã devido às suas convergências religiosas (Popp 2015). A principal diferença entre o sunismo e o zaidismo é que esse defende 'Ali' como o herdeiro legítimo do poder político no mundo islâmico (Firdausi e Anshu 2018).

verdadeira guerra civil (Machry 2016).

Após quatro anos de conflitos, uma vitória decisiva da FLN em 1967 sobre a FLISO, que possuía grande assistência egípcia, converteu a entidade na real representante iemenita quanto às negociações de independência. Assim, logo a República Popular do Iêmen do Sul foi proclamada, unindo os territórios do Protetorado da Arábia do Sul e a Federação da Arábia do Sul, e mantendo as relações com a antiga metrópole (Halliday 2002).

Inicialmente, a nova república estabeleceu uma política econômica de influência soviética significativamente radical, com a nacionalização de empresas estrangeiras e a reforma agrária, o que provocou um considerável crescimento da economia. A unidade do governo da nova república, entretanto, não durou muito tempo, se destacando ao menos duas vertentes que divergiam entre si em relação a políticas a serem adotadas. Os nacionalistas moderados, até então em poder através da presidência de al-Shabi, foram depostos, dando entrada ao governo do socialista radical Salim Rubayi Ali, que altera o nome do país para República Democrática Popular do Iêmen, desagradando o governo do Iêmen do Norte (que terá seu processo de criação analisado na próxima seção) pela alusão a uma legitimidade sobre ambos os territórios (Halliday 2002; Machry 2016).

O presidente Ali, da mesma forma, não conquistou aprovação em todos os setores e foi executado por uma ala de esquerda mais extrema em 1978, sendo substituído por Abdul Fattah Ismail. Essa troca de poder teve uma influência decisiva para o aumento de forças das alas esquerdistas mais radicais da FLN e para a transformação da Frente no Partido Socialista Iemenita (PSI), aproximando-se cada vez mais da URSS e do ideal socialista. As divergências políticas dificultaram o apoio populacional até o momento da renúncia de Ismail em 1980, por pressão de seus oponentes (National Yemen Newspaper 2012). O novo chefe de estado, Ali Nasir Muhammad, buscou diversificar as relações exteriores do país, aproximando-se das nações árabes, como o Iêmen do Norte e Arábia Saudita (Machry 2016).

2.2 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO IÊMEN DO NORTE

Os territórios correspondentes ao que hoje denomina-se Iêmen do Norte foram dominados, por muitos anos, pelo Império Otomano. De forma bastante similar à adotada pelos britânicos, os otomanos buscaram realizar alianças com elites locais para facilitar o domínio, neste caso com o imã zaidita[9] Imã Yahya Hamidal Din, que entendia a importância da proximidade otomana para proteção de seu território em relação aos britânicos. Todavia, findada a Primeira Guerra Mundial e com o Império Otomano já extremamente enfraquecido, é declarada a independência e a constituição do Reino Mutawakkilita do Iêmen (Halliday 2002).

O imanato zaidita governou o país por cerca de 60 anos, e durante este período expandiu-se para além da área acordada entre otomanos e britânicos em 1904, num avanço principalmente em direção leste e sul, áreas majoritariamente chafeítas. As ambições territoriais de Yahya envolviam também territórios sob posse da Arábia Saudita. Uma tentativa de incursão rumo ao norte levou a um conflito entre os dois

9 De acordo com as premissas da religião, o Imã Zaidita é a maior autoridade política e religiosa da região.

Estados em 1934, na qual os iemenitas foram facilmente derrotados. Com a vitória saudita, ambos Estados acordaram manter a manutenção das fronteiras intactas, deslocando assim as preocupações norte-iemenitas para manutenção da estabilidade interna (Machry 2016).

O descontentamento dos subordinados chafeítas em relação à dominação zaidita foi crescente, e durante o período monárquico houve uma significativa migração para o protetorado britânico a leste, onde esta população acreditava ter mais oportunidades econômicas. Este contato entre os chafeítas imigrantes do norte e a população do sul criou um sentimento de empatia do povo sulista com a situação do povo no norte alimentou ainda mais a oposição ao imanato zaidita. Desta forma, ideais republicanos e nacionalistas árabes começaram a se espalhar em toda a região e não exclusivamente no Iêmen (Machry 2016).

A instabilidade acabou por intensificar-se na década de 1960 com a morte do Imã Ahmad, filho de Yahya, e a consequente ascensão de seu filho Mohammed al-Badr (Machry 2016). Em 1962, um golpe de Estado realizado por facções das Forças Armadas e apoiado pelo presidente egípcio Gamal Abdel Nasser declara a República Árabe do Iêmen, tendo Abdullah al Sallal como seu primeiro presidente (Cleveland e Bunton 2009).

Enquanto o novo regime republicano recebia apoio egípcio e soviético, os monarquistas contrários à mudança de regime tinham apoio da Arábia Saudita, Jordânia e do Reino Unido, que temiam o crescimento da influência egípcia na região. Este escalonamento para a esfera internacional gerou uma guerra civil de proporções significativas. Nasser chegou a enviar 70.000 soldados para a guerra iemenita, enquanto a Arábia Saudita não pretendia se envolver diretamente, auxiliando apenas com recursos e questões logísticas (Cleveland e Bunton 2009).

Com escalonamento de custos tanto políticos quanto financeiros e a dificuldade de ambos os lados de obter uma vitória definitiva, Nasser e os sauditas passam a negociar um cessar fogo, decidindo finalmente, em 1967, pela saída de ambos do Iêmen do Norte (Brehony 2011). Três anos depois, sob mediação egípcia e saudita, o Compromisso de 1970[10] é acordado, estabelecendo um governo republicano no Iêmen, mas dando certo espaço político para os grupos monarquistas (Machry 2016). A instabilidade gerada pelo conflito e pelas dificuldades financeiras acabou por gerar uma série de governos curtos e ineficazes, acabando apenas com a ascensão de Ali Abdullah Saleh à presidência em 1978.

Muito mais hábil politicamente do que os líderes que o antecederam, Saleh conseguiu conciliar os diversos grupos políticos internos, consolidando cada vez mais o poder na sua figura e diminuindo a influência da oposição (Machry 2016). Externamente, fortaleceu as relações com a Arábia Saudita e o Ocidente, empenhando-se para colocar o país como um ator mais relevante na geopolítica do petróleo. Em relação ao Iêmen do Sul, a ideia de unificação era tida como um objetivo cada vez mais realista, apesar da grande desconfiança entre os dois Estados a ser sanada (Cleveland e Bunton 2009).

10 Segundo Laura S. Etheredge (2011), no Compromisso de 1970, os líderes norte iemenitas concordaram em estabelecer um regime republicano em que posições de grande importância foram designadas para membros da fação monarquista; neste acordo também se determinou que o Imã e sua família não poderia retornar ao Iêmen nem ocupar qualquer tipo de cargo no novo Estado.

2.3 UNIFICAÇÃO DO IÊMEN

Com o iminente fim da Guerra Fria, a unificação dos dois Estados iemenitas passou a ser encarada de maneira cada vez mais séria, uma vez que anteriormente esta era impossibilitada pelos diferentes regimes nos dois Iêmen. O enfraquecimento da URSS e a reorganização de fronteiras em todo o mundo, além do considerável apoio da comunidade internacional sobre o tema, tornaram o cenário propício para negociações. Entretanto, muitas barreiras ainda existiam que dificultavam este objetivo; as consideráveis diferenças culturais entre as populações dos dois países e as incongruências entre seus sistemas políticos conformavam muitas dessas limitações. Ademais, não havia um consenso entre as elites de ambas as nações acerca da forma como dar consecução ao processo de integração (Kostiner 1996).

Em forte medida, os interesses do Iêmen do Norte na unificação eram econômicos, uma vez que a conquista dos recursos naturais do Sul possibilitaram ao novo país finalmente um lugar de destaque no mercado mundial de petróleo. Enquanto isso, o Iêmen do Sul via nela uma chance de acabar com o isolamento político e geográfico em relação a seus vizinhos árabes, que viam com grande desconfiança a pequena república socialista incrustada em meio a monarquias absolutas (Kostiner 1996). Depois de um longo e turbulento período de negociações, a unificação começou a se concretizar com a Comissão Conjunta para uma Organização Política Unificada[11] em 1989 e foi declarada de fato a República do Iêmen em 1990 (Machry 2016).

Um governo de coalizão foi empossado, encabeçado por Ali Abdullah Saleh, Presidente do Iêmen do Norte, e tendo como seu vice-presidente Ali Salem al Beidh, líder do partido socialista do Iêmen do Sul, ainda havendo, entretanto, certa oposição interna ao processo de unificação. Logo em seguida o novo Estado viu-se em meio a turbulências externas. Em 1990 iniciava-se a Guerra do Golfo[12], e o Iêmen decide apoiar os iraquianos no conflito. O apoio iemenita ao Iraque causou grande indignação da Arábia Saudita, que decidiu deportar os 800.000 trabalhadores iemenitas que trabalhavam e moravam em seu território. Dessa forma, estabeleceu-se uma grave crise econômica e social no Iêmen que teve como efeito posterior a fragilização das instituições políticas (Reis et al. 2015).

Em 1993, eleições presidenciais são organizadas e tanto Saleh quanto Beidh são reeleitos para suas posições, mesmo disputando separadamente. Todavia, a harmonia entre os dois grupos no governo durou pouco, com fortes críticas por parte do vice-presidente em relação à discriminação do Sul e à preponderância do Norte na administração pública. As discordâncias escalonaram até o ponto em que Beidh declara a independência da República Democrática do Iêmen em Aden, que não se propunha apenas ao separatismo, mas sim como alternativa de governo do todo o território iemenita. O fato acaba levando em 1994 a uma guerra civil, da qual as forças de Saleh saíram vitoriosas. A vitória das forças do presidente consolidou definitivamente o seu poder (Reis et al 2015).

---

11 A Comissão Conjunta para uma Organização Política Unificada teve como objetivo pensar e debater o processo de unificação dos dois Estados e teve seu propósito concretizado em 1990.

12 A crise na região do Golfo teve seu estopim com a invasão do Kuwait pelo Iraque em agosto de 1990. A Guerra do Golfo se inicia em 1991 e tem como principais atores o governo de Saddam Houssein no Iraque e a Coalizão coordenada pelos EUA que estabeleceu a Operação Tempestade do Deserto (Finlan 2003).

2.4 O IÊMEN NO SÉCULO XXI

A posição estratégica do Iêmen fez com que os EUA considerassem a aproximação com o país um objetivo valioso para sua inserção no Oriente Médio. A recusa iemenita de participar da Guerra do Golfo como aliados estadunidenses, no entanto, esfriou as relações entre os países pela maior parte da década de 90. A reaproximação surgiu no final da década, na forma de um acordo entre a Marinha estadunidense e o governo iemenita para o uso do porto de Aden para reabastecimento. O uso do porto de Aden pelos americanos permitiu à al-Qaeda realizar um ataque a um navio dos EUA, o *USS Cole,* aportado no local, em 1998. Após o atentado, Washington buscou a reaproximação com Sana'a[13], este processo se acentuou com os atentados de 11 de setembro de 2001 e o lançamento da Guerra ao Terror[14] pelos EUA (Etheredge 2011; Machry 2016).

A presença de elementos ligados à al-Qaeda e outros grupos fundamentalistas no país, e o forte antiamericanismo presente na população em geral, todavia, geraram oposição ferrenha às parcerias com os EUA, tentou-se por isso manter a parceria em segredo. Todavia, à luz de um ataque tático[15] – que tinha como alvo membros da al-Qaeda – de veículos aéreos não-tripulados (VANTs) estadunidenses em território iemenita com aval de Saleh, o contato entre ambos os governos foi revelado, provocando forte insatisfação popular e culminando na criação da Reunião Conjunta dos Partidos (RCP), ampla aliança da oposição contra o governo[16]. A RCP se fortaleceu conforme evoluiu a insatisfação contra o governo Saleh, este sentimento era fruto do baixo desempenho econômico do país e dos elevados índices de corrupção, somados à repressão violenta de dissidentes e opositores. Ainda, ao longo dos anos 2000, o surgimento de novos movimentos opositores, como os Houthi no Norte e o al-Hirak no Sul, serviriam para enfraquecer ainda mais a posição de Saleh (Machry 2016).

2.4.1 O SURGIMENTO HOUTHI

Mediante a análise do histórico dos dois Iêmen e a sua unificação, é possível depreender algumas características importantes do país e de seu território. A estruturação da sociedade Iemenita, geograficamente delimitada com um norte rural, tribal e conservador, e um sul mais urbanizado e modernizado, gerou uma estrutura política fragmentada e frágil. A falta de apoio logístico e sustentado do governo à incorporação destas realidades sob o mesmo controle político permitiu a ampliação

13 Imediatamente após a queda das torres gêmeas, o presidente Saleh viajou aos Estados Unidos buscando consolidar a parceria no combate ao terrorismo no país (Etheredge 2011; Machry 2016).

14 A Guerra ao Terror pode ser entendida como o conjunto de medidas aplicado após os atentados de 11 de setembro de 2001 que ficaram conhecidas como Doutrina Bush e deram a base para a intervenção estadunidense no Oriente Médio após os ataques. No que tange a relação EUA-Iêmen o apoio do segundo a iniciativa americana serviu como uma tentativa de se redimir frente ao apoio dado ao Iraque na Guerra do Golfo. Ademais, tendo em vista a presença da al-Qaeda na região as operações da potência ocidental eram de certa forma benéficas ao governo de Saleh(Etheredge 2011; Machry 2016).

15 Um ataque tático é voltado a alvos militares, ou seja, com relevância direta para o conflito, neste caso um veículo que levava membros da al-Qaeda foi bombardeado.

16 A RCP possuía forte heterogeneidade ideológica, sendo composta por partidos que iam desde o Partido Socialista do Iêmen, até os islamistas da Congregação Iemenita para Reforma, o que se refletia em uma capacidade limitada de coesão, não conseguindo substituir o Congresso Geral do Povo, salehista, como partido majoritário (Durac 2011).

de estruturas políticas paralelas ao Estado (Machry 2016).

A corrupção desenfreada no aparato estatal nacional, e a carestia material que assolava o nordeste montanhoso, permitiram a fácil assimilação dessas populações por parte de entidades locais, em detrimento do Estado. Foi neste cenário que o líder político Hussein Al-Houthi, filho de um popular clérigo de uma vertente do islã presente na região[17], conseguiu adeptos para seu movimento político, buscando melhoria da condição de vida da população na região e se contrapondo a corrupção do governo central (Visentini et al. 2012; Machry 2016).

Quando da execução da reforma agrária no Iêmen do Sul socialista, diversos iemenitas emigraram para o Paquistão, onde compuseram as linhas de frente *mujahideen*[18] contra a URSS no Afeganistão. A unificação em 1990 permitiu o regresso de parte destes iemenitas, agora treinados e com um sentimento pan-islâmico e antiocidental e extremista, fruto dos contatos com o Talibã e a al-Qaeda (Visentini et al 2012). Quando da eclosão da Guerra Civil em 2015, estes iemenitas tornaram-se os contatos locais que permitiram a ampliação das operações da AQAP para o Iêmen, sendo hoje de vital importância para a sustentação da estrutura do grupo terrorista no país (Blumi 2018; Shield 2017). Todavia, estes grupos não necessariamente compuseram a linha de frente Houthi, senão representaram a insatisfação generalizada da população.

Al-Houthi fundou o movimento Fórum da Juventude Crente[19] (FJC) em 2000, buscando canalizar a insatisfação popular por meio de um pertencimento comum a um grupo, usando também a identidade religiosa para tal. Tendo em vista o vínculo positivo (quase que aliado) do ocidente com o Iêmen desde sua reunificação, os Estados Unidos eram vistos como um apoiador externo do regime de Saleh. Frente à rejeição do regime de Saleh, bem como o antiamericanismo crescente, o governo investiu na repressão aos partidários de Al-Houthi. Diversos protestos e confrontos violentos com as forças de segurança ocorreram contra os agrupamentos paraestatais na região (Fraihat 2016).

A presença de um líder carismático, de discurso fácil e capacidade de mobilização gerou forte reação por parte do governo Saleh, que reprimiu violentamente as manifestações, culminando no assassinato do líder al-Houthi em 2004. Sua morte resultou, contrariando as expectativas iniciais do governo, na martirização do líder, impulsionando o ímpeto do movimento, cujos adeptos passaram a ser reconhecidos como Houthis em homenagem ao seu antigo líder (Lackner 2017).

2.4.2 A PRIMAVERA ÁRABE

O ano de 2011 ficou marcado pela onda de movimentos sociais que emergiu no norte da África e no Oriente Médio. Motivados pela insatisfação popular com os regimes autoritários que estavam no poder há décadas – e com o auxílio de novas ferramentas digitais de mobilização das massas –, milhões de árabes tomaram as ruas reivindicando maior justiça social e liberdade (Thiel 2012). No Iêmen, todavia, o levante popular deve ser estudado e compreendido por meio de seu papel de "catali-

17 Refere-se à vertente Zaidita dentro do Xiismo. Para maiores informações consultar Roche (2012).

18 *Mujahideen* diz respeito aquele que está engajado na luta islâmica fundamentalista da jihad, sendo esta predominantemente associada com uma espécie de "guerra santa".

19 Retirado de Machry (2016).

sador" que inflou os movimentos de oposição do país e permitiu a ascensão de grupos rebeldes além de influenciar a queda do então presidente Saleh (Machry 2016).

Os protestos começaram em janeiro de 2011 e, num primeiro momento, apontavam para uma solução pacífica das controvérsias internas do país, dado que o presidente Saleh parecia comprometido a atender às reivindicações, reduzindo 50% dos impostos e criando novos empregos (Machry 2016). Ao perceber que o levante ganhava respaldo popular cada vez maior – mesmo entre grupos com interesses divergentes –, e ameaçado pelo histórico recente da Primavera Árabe nos países vizinhos (especialmente Líbia e Egito cujos líderes foram depostos pouco tempo após o início dos protestos) Ali Abdullah Saleh passou a reprimir os protestos. O clímax do conflito foi a chamada "Sexta-Feira Sangrenta", na qual aproximadamente cinquenta manifestantes da oposição foram mortos por atiradores de elite situados no telhado do palácio presidencial e mais de duzentos ficaram feridos (Thiel 2012).

A transferência do poder de Ali Abdullah Saleh para seu vice-presidente, Abd Rabbuh Mansur Hadi, deu-se em 2011, com a assinatura de Saleh em um acordo intermediado pelo Conselho de Cooperação do Golfo[20]. O acordo previa que Hadi assumiria a presidência do Iêmen, enquanto seria concedida imunidade e a retenção do título de presidente honorário à Saleh (Al Jazeera 2011). Entretanto, a ascensão efetiva de Hadi ao poder sucedeu-se apenas no contexto das eleições em 2012, quando ele foi o único candidato indicado pelo Parlamento. É importante frisar que a participação dos eleitores foi menor no Sul, devido a um boicote arquitetado com base no receio de que Hadi fosse leal ao antigo presidente, expressando uma insegurança por parte da população com relação ao novo governo (Al Jazeera 2012; Kasinof 2012).

Desde o começo de seu governo, Hadi teve que enfrentar uma ampla gama de obstáculos que foram alguns dos principais motores para a eclosão da Guerra Civil em setembro de 2014, como ataques da al-Qaeda na Península Arábica, o movimento separatista al-Hirak no Sul, a manutenção da lealdade de muitos militares a Saleh (negando o novo governo), assim como corrupção, desemprego e fome. Um agravante em especial, o movimento Houthi, aproveitou-se da debilidade estatal para expandir sua influência, assumindo o domínio da região de Saada e de outros territórios nos arredores, angariando o apoio de iemenitas desiludidos com a transição governamental. Isto possibilitou que os Houthis tomassem a capital, Sana'a, em setembro de 2014, e mais tarde, em março de 2015, juntamente com as forças leais a Saleh, tentassem tomar o controle de todo o país. Essa conjuntura acabou por forçar a fuga de Hadi para o exterior, regressando ao país apenas em setembro de 2015 e sendo obrigado a se situar em Aden dada a tomada da capital pelos rebeldes (BBC 2018a).

3 A SITUAÇÃO NO IÊMEN

Embora, em linhas gerais, aborde-se o conflito no Iêmen sob uma perspectiva bipolar, com dois blocos estruturalmente definidos e com interesses divergentes entre si, a dinâmica do conflito é muito mais complexa. O combate indireto entre Arábia Saudita e Irã no conflito e, consequentemente, o estabelecimento de alianças estão mais atrelados à busca de maximização de poder e de influência no do que a

20 O Conselho de Cooperação do Golfo é uma aliança política e econômica formada por seis países do Oriente Médio: Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Omã (Britannica 2017).

um conflito religioso-histórico entre sunitas e xiitas[21] (Serr 2018).

Marcel Serr (2018) divide o conflito no Iêmen em dois blocos, o Houthis/Saleh e o anti-Houthis/anti-Saleh. O ex-presidente iemenita Ali Abdullah Saleh atuou, de 2015 a 2017, ao lado dos Houthis - que preferem o nome de Ansar Allah (Partidários de Deus) para garantir a sua sobrevivência política. Ambos agiram juntos pelo fato de terem inimigos em comum – os países membros da coalizão saudita e o atual presidente do Iêmen, Abd Rabbuh Mansur Hadi –, e não por aproximações político-ideológicas. Isso fica claro quando se analisa as divergências e as críticas internas do bloco Houthis/Saleh. Enquanto os apoiadores de Saleh veem os Houthis como extremistas religiosos, estes condenam o ex-presidente pelo seu passado de corrupção; o bloco controla uma milícia de aproximadamente 30 mil combatentes e recebe apoio iraniano (Serr 2018). Do mesmo modo, com críticas e questionamentos internos, opera o bloco anti-Houthis/anti-Saleh, que possui, além do governo internacionalmente reconhecido – representado por Abd Rabbuh Mansur Hadi –, três grandes grupos nacionais que não apoiam, necessariamente, o governo Hadi: o grupo dos separatistas, conhecido como *al-Hirak,* que luta pelo restabelecimento do Iêmen do Sul; o "grupo"[22] dos islâmicos sunitas anti-Houthis; e o grupo formado pelas tribos nativas situadas tanto no sul quanto na região de maioria Sunita do norte. O bloco é defendido pela coalizão saudita, que recebe suporte militar dos Estados Unidos da América e do Reino Unido (Serr 2018).

3.1 ATORES INTERNACIONAIS

A presente subseção busca apresentar a conflito do Iêmen como uma possível guerra *proxy*[23] entre as duas principais potências do Oriente Médio, sendo elas a Arábia Saudita e o Irã, que - ao que tudo indica e de forma não-oficial -, apoiam partes opostas do conflito. Tendo em vista sua localização geográfica, o Iêmen é um importante Estado no que tange o controle dos estreitos da região, especialmente em sua porção sul, e, se a mídia internacional "esqueceu" o conflito e não tem grandes interesses na cobertura da Guerra Civil do Iêmen, o país não deixa de ser pauta das estratégias de segurança nacional dos países ocidentais e árabes (Elayah 2017).

3.1.1 O REINO DA ARÁBIA SAUDITA

A intervenção no Iêmen inaugurou uma nova era nos discursos sobre segurança no Golfo. Foi a primeira vez que os países-membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) empregaram suas forças militares de forma tão engajada. Esse engajamento dos países árabes foi resultado do interesse em combater tanto um

21 A simplificação dos conflitos islâmicos à oposição histórica entre Sunitas e Xiitas deixa de lado uma série de outros fatores fundamentais para a compreensão dos fatos. Além disso, as vertentes internas do Sunismo e Xiismo, as variadas correntes ideológicas que adotaram ao longo do tempo - desde o marxismo até o ultraconservadorismo -, e o surgimento de movimentos fundamentalistas em ambos os lados (Marques 2015), demonstram a complexidade do conflito.

22 Apesar de terem o sentimento anti-Houthis em comum, os islâmicos sunitas possuem diversas vertentes antagônicas entre si, e não formam um grupo único convergente.

23 Guerras proxy são conflitos em que uma terceira parte intervém indiretamente buscando influenciar a resolução estratégica em favor de seus interesses" (Mumford 2013, 1).

ator estatal que pode ameaçar a ordem regional, o Irã, quanto um ator não estatal ascendente e hostil, os Houthis (Hokayem e Roberts 2016). Apesar de possuir respaldo nas mudanças conjunturais recentes (como a ascensão de uma oposição armada e as denúncias de apoio iraniano às milícias), a intervenção seguiu um projeto de intensificação do uso da força na região muito além do esperado, principalmente por meio do aumento dos gastos militares por parte dos países do GCC, chegando a aproximadamente um trilhão de dólares desde o início do século XXI (Hokayem e Roberts 2016).

A Arábia Saudita entrou em conflito com os Houthis, entre 2009 e 2010, após o fracasso da investida estatal contra o grupo. Numa guerra de controle fronteiriço - em que o grupo acusava os sauditas de apoiarem as tropas iemenitas do governo de Saleh para atacá-los (The Times 2009) - cento e trinta e três soldados sauditas morreram, principalmente durante combates terrestres, estabelecendo duas grandes preocupações para a Casa de Saud[24]: a primeira era quanto ao exército saudita que, mesmo com superioridade tecnológica e aliado ao governo iemenita, sofreu diversas baixas para os rebeldes Houthis, demonstrando que a eficiência operacional do exército continuava precária (Hokayem e Roberts 2016). A segunda quanto a possibilidade de ascensão de uma facção xiita ligada ao Irã numa nação com 1.307 quilômetros de fronteira com a Arábia Saudita, e que poderia controlar o estreito de Bab al-Mandeb – que separa o continente asiático do africano –, o Mar Vermelho e o Canal de Suez (Cordesman 2017). Como consequência do fracasso militar, em 2010 o governo saudita investiu mais de noventa bilhões de dólares na modernização de seu exército – um dos maiores investimentos militares da sua história –, o que possibilitou as suas futuras intervenções na região (Hokayem e Roberts 2016).

No dia 26 de março de 2015, após a fuga do então presidente iemenita Abd Rabbuh Mansur Hadi da cidade portuária de Aden, no sul do Iêmen, para a Arábia Saudita diante da pressão político-militar dos Houthis, inicia-se a intervenção saudita no Iêmen, apoiada por outros países - como Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Bahrein, Sudão, Egito, Jordânia, Marrocos, e, até 2017, Catar -, que passam a formar a "Coalizão Saudita". A primeira operação da Coalizão é chamada de "Operação Decisive Storm" e seu principal objetivo era restabelecer Hadi como presidente e controlar o avanço dos Houthis sobre Aden, por meio de ataques e bloqueios aéreos – foco principal da operação – e também navais. Os ataques, logo nas primeiras semanas, atingiram o seu objetivo de neutralizar as forças Houthis, destruindo a modesta força aérea iemenita (Shield 2017).

No dia 21 de abril, 28 dias após o início da "Operação Decisive Storm", a coalizão saudita declarou que, devido ao sucesso dos ataques, a operação seria substituída por outra, a chamada "Operação Renewal of Hope", que perdura até hoje e que possui, pelo menos em seu discurso, um caráter mais pacifista, ao autorizar a entrada de ajuda e assistência humanitária através dos portos iemenitas (Shield 2017). No dia 4 de dezembro de 2017, dois dias depois de fazer um pronunciamento televisionado onde alegava seu rompimento com os Houthis e seu interesse em estabelecer diálogos com a coalizão saudita, Ali Abdullah Saleh foi assassinado por um atirador de elite Houthi, próximo à Sana'a (Al Jazeera 2017c).

Os ataques aéreos continuaram sendo o foco principal da coalizão, mesmo

24 Família real no poder saudita desde a sua criação, em 1932 (The Guardian 2011).

falhando em pacificar os rebeldes Houthis e restabelecer o governo Hadi. A necessidade de uma maior atuação terrestre culminou na "Operação Golden Arrow", uma operação anfíbia[25] liderada por forças dos Emirados Árabes Unidos e do exército do Iêmen, que retomou o controle da cidade portuária de Aden, marcando a mudança estratégica da coalizão para uma guerra mais dinâmica, com maior investimento tecnológico-militar (Shield 2017). Apesar da aparente unidade na coalizão saudita, a Arábia Saudita e os EAU possuem perspectivas diferentes quanto às suas atuações no território iemenita. Como afirma Eleonora Ardemagni,

> Arábia Saudita e Emirados Árabes concordaram em dividir as responsabilidades da operação: os sauditas focariam na fronteira setentrional e na campanha aérea, enquanto que os EAU se concentrariam no Sul e na organização das operações terrestres. Conforme o conflito evoluiu, os dois aliados passaram a ter estratégias diferentes: a Arábia Saudita – através de seu apoio ao governo legítimo, liderado pelo presidente Abd Rabbuh Mansur Hadi e realocado de Sana'a para Aden – prioriza um Iêmen federativo, mas unido, enquanto que os EAU reforçam as aspirações dos grupos separatistas do Sul (Ardemagni 2017, 1).

Os dois principais financiadores da coalizão[26], Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos (EAU), possuem diferenças militares significativas, que são importantes para a compreensão do conflito. A primeira delas é quanto ao treinamento; os EAU atuaram em missões de paz no Chifre da África e no Kosovo, nos anos 90, e a partir de 2008 na Guerra do Afeganistão[27]. Apesar de não estarem na linha de frente dessas operações, a participação emiradense foi fundamental para o desenvolvimento operacional e estratégico do exército, além da modernização de sua força aérea. Isso fez com que os Emirados Árabes Unidos liderassem alguns ataques a alvos específicos, como ao Estado Islâmico do Iraque e Levante (ISIS) no território iraquiano e sírio, no começo de 2014, aumentando o seu prestígio como uma potência militar no Golfo (Hokayem e Roberts 2016). Enquanto isso, a Arábia Saudita, apesar de contribuir política e economicamente para importantes operações, como a Decisive Storm - executada em território iemenita -, continuava com um baixo nível de operacionalização militar e com pouca capacidade bélica para um confronto territorial (Hokayem e Roberts 2016).

A segunda diferença entre os dois países se refere a sua relação com o Iêmen. Enquanto a atuação dos EAU no Iêmen é inédita, e vinculada principalmente ao desejo de controlar uma possível zona de influência iraniana, os sauditas possuem um histórico de atuação no país, e buscam retomar seu prestígio (Hokayem e Roberts

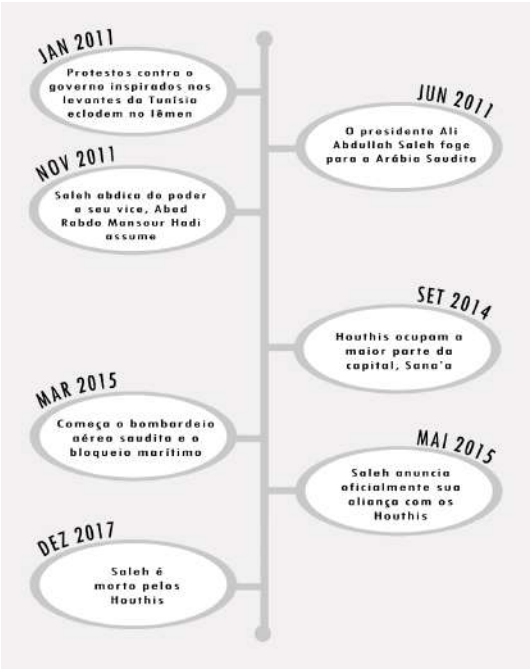
25 "A Operação Anfíbia (OpAnf) é uma operação naval lançada do mar, por uma Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf), sobre região litorânea hostil ou potencialmente hostil, com o efeito desejado de introduzir uma Força de Desembarque (ForDbq) em terra para cumprir missões designadas" (Brasil 2014, 34).

26 Desde a Primavera Árabe de 2011, a Arábia Saudita aumentou seu orçamento militar em 19%, atingindo US$ 56.8 bilhões no final de 2016 (Foreign Policy News 2016). Já os EAU mais do que duplicaram seu orçamento militar no intervalo de 2005 a 2015, passando de US$ 9.7 bilhões para US$ 22 bilhões, valor que coloca o país em posição superior - em questão de orçamento militar per capita - ao próprio Estados Unidos da América (CIP 2017).

27 "Guerra do Afeganistão é como se batizou o conflito iniciado com a invasão dos Estados Unidos da América (EUA) ao Afeganistão depois dos ataques de 11 de setembro de 2001. Seus objetivos mais amplamente divulgados eram desmantelar a Al-Qaeda e impedir que terroristas usassem o território afegão como base ao remover o Talibã do poder" (Felício et al 2017).

2016). A atuação saudita no Iêmen tem sido alvo de críticas, especialmente depois que relatórios da ONU informaram que os ataques aéreos da coalizão são responsáveis pela morte de dois terços dos civis, aproximadamente 2000 pessoas, que morreram em solo iemenita desde o começo da intervenção (Reuters 2016). Ademais, o governo saudita afirmou ter usado bombas cluster[28] de origem britânica contra alvos específicos, fortalecendo as denúncias de violação de direitos humanos no conflito. O Reino Unido, junto com outros 119 países, assinou e ratificou a convenção internacional de 2008, que proíbe o uso de bombas cluster. Apesar da Arábia Saudita e dos EUA não terem assinado a convenção, ela estabelece que os países signatários, como o Reino Unido, não podem cooperar ou ajudar países que utilizam esse armamento (The Guardian 2016; United Nations 2008).

FIGURA 1: CRONOLOGIA DO CONFLITO NO IÊMEN



Fonte: Snyder (2017)

Segundo Ralph Shield, a intervenção é "um estudo de caso do poder aéreo como ferramenta coercitiva em uma guerra civil" (Shield 2017, 2). O bombardeamento de pontes, estradas e outros locais básicos de infraestrutura iemenita entrava a atuação dos Houthis (Shield 2017), não obstante culmine na maior crise humanitária

28 Bombas cluster, ou bombas de fragmentação, carregam centenas de "sub-bombas", que são liberadas, durante um ataque aéreo, quando estão próximas do solo, aumentando a zona de impacto do bombardeio, que pode chegar ao tamanho de quatro campos de futebol americano (United Nations 2008).

da atualidade, com 22 milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade, de acordo com o Secretário Geral da ONU, António Guterres (United Nations 2018). Além disso, o surto de cólera no país atinge mais de 400 mil iemenitas, representando o maior surto mundial de acordo com a Organização Mundial da Saúde (WHO 2018). Um ponto paradoxal da questão humanitária no Iêmen é que os maiores apoiadores e financiadores do Fundo Humanitário da ONU para o Iêmen são a Arábia Saudita e os EAU, que, em março de 2018, contribuíram com US$ 930 milhões para o Fundo (ONU News 2018).

3.1.2 A REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ

A principal acusação por parte dos países da coalizão saudita e seus aliados é a de que o Irã tem se utilizado da Guerra Civil iemenita como uma forma de controlar um país fronteiriço à Arábia Saudita – com quem possui rivalidades históricas – através da aproximação com o grupo Houthi, estabelecendo uma guerra proxy. Segundo Moosa Elayah e Lau Schulpen (2017), enquanto os sauditas apoiam o governo Hadi pelo céu, através dos bombardeios aéreos, os iranianos apoiam os Houthis pelo chão, com o envio de suprimentos.

Os anti-Houthis têm enfatizado em seus discursos o caráter extremista-religioso do grupo, acusando-os de quererem restabelecer uma teocracia xiita no Iêmen, fato que explica a aproximação dos Houthis com a República Islâmica do Irã, principal Estado xiita do mundo (Popp 2015). Além disso, o país xiita é acusado de fornecer treinamento aos grupos separatistas do sul do Iêmen, enquanto o Hezbollah – grupo político não-estatal, situado no Líbano e apoiado pelo Irã – fornece ajuda financeira e midiática (Al-Awsat 2018). Em 2014, quando os Houthis ocuparam a cidade de Sana'a – sede do palácio do presidente iemenita, que foi obrigado a fugir para Aden – Alireza Zakani, representante do governo iraniano, afirmou que, agora, o Irã controlava quatro capitais árabes: Sana'a, Beirute, Bagdá e Damasco (Elayah e Schulpen 2017). Além disso, o líder Houthi – e que deu origem ao nome do grupo –, Hussein Badr al-Deen al-Houthi, adaptou o discurso do Ayatollah Khomeini, "morte à América" – popularizado durante a revolução iraniana –, e passou a difundir a "morte à América, morte a Israel, dane-se os judeus, vitória ao Islã" (Salisbury 2015).

A República Islâmica do Irã tem se limitado, oficialmente, apenas a demonstrar simpatia pelos Houthis, apresentando por meio de discursos o seu apoio à causa do grupo dito rebelde e apoiando o direito de resistência dos Houthis. Além disso, analistas que estudam o al-Hirak – movimento separatista do sul do Iêmen – afirmam que existem poucas evidências do apoio militar iraniano ou de outros atores externos, e que a assistência tem se limitado ao financiamento de líderes regionais (Salisbury 2015). A ascendência dos Houthis é vista, por Teerã, como uma oportunidade para obter certa influência no Iêmen a custos baixos, sem precisar investir um grande contingente de recursos (Juneau 2016).

Cidadãos que convivem com os Houthis defendem que eles não possuem nem a atuação Estadocêntrica típica do Irã, e nem a abordagem centralizadora do Hezbollah, mas sim uma governança que mantém as heranças do zaidismo iemenita dos anos 60, baseada principalmente na tomada de decisão colaborativa, dando voz aos diversos grupos sociais (Salisbury 2015). Consoante Roland Popp,

> Os oponentes dos Houthis tendem a enfatizar suas origens religiosas fundamentalistas e os acusam de trabalhar secretamente para restabelecer uma teocracia xiita baseada no sistema de leis que era seguido no Iêmen até a revolução de 1962. A acusação de que os Houthis são controlados pelo Irã e apenas uma ferramenta da política expansionista do Teerã pode ser atribuída à mesma motivação. Entretanto, a única evidência de contato próximo entre os Houthis e Teerã é muito recente. Aparentemente, os iranianos cooperaram de forma muito moderada, e tentaram até mesmo convencer o grupo a parar sua busca por poder. A redução simplista do conflito a um antagonismo entre Sunitas e Xiitas islâmicos é, em todo caso, ilusória (Popp 2015, 3).

Já outros analistas iranianos, como aponta Selvik (2015 *apud* Yalesarat 2015), defendem que os ataques aéreos da coalizão saudita no Iêmen estão diretamente ligados a uma tentativa de coerção frente ao acordo nuclear iraniano. Os primeiros ataques sauditas começaram em 26 de março de 2015, enquanto que as negociações do Irã com o P5+1 – grupo formado pelos cinco países membros do Conselho de Segurança da ONU (Estados Unidos, Rússia, França, China e Reino Unido) junto com a Alemanha – estavam previstas para serem finalizadas no dia 2 de abril do mesmo ano. Tal acordo estabeleceu o fim das sanções internacionais ao país xiita, em troca de inspeções e avaliações no desenvolvimento nuclear iraniano – por parte da AIEA[29] –, que deve permanecer voltado apenas para fins energéticos, limitando a taxa de enriquecimento do urânio. O atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, definiu o acordo como "desastroso", e, em maio de 2018, oficializou a retirada dos EUA do acordo (Reuters 2018).

Essas acusações contribuem para o aprofundamento das crises diplomáticas entre os países do Golfo, mas também entre países que, aparentemente, não estão envolvidos no conflito. A Organização das Nações Unidas (ONU) não acatou a alegação norte-americana de que os mísseis balísticos que atingiram Riad, capital da Arábia Saudita, em dezembro de 2017, seriam de origem iraniana e utilizados pelos Houthis (Asia Times 2018). Ademais, o veto russo no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em fevereiro de 2018, quanto à resolução que previa sanções à República Islâmica do Irã pelo suposto apoio militar aos Houthis demonstra a preocupação do Kremlin[30] com a política almejada pelos países da coalizão saudita de isolar o Irã geopoliticamente. Foi a primeira vez que a Rússia vetou uma resolução proposta pelos Estados Unidos envolvendo conflitos regionais no qual ela não está envolvida (Asia Times 2018). Na mesma reunião, o Conselho de Segurança aprovou por consenso a Resolução 2402 (2018), proposta pela Rússia, que estende as sanções impostas ao Iêmen até fevereiro de 2019 (United Nations 2018). As suspeitas sobre a atuação do Irã no conflito, todavia, possuem respaldo. Como afirma Kevin Donegan, comandante das forças navais dos EUA, "os mísseis balísticos utilizados contra a Arábia Saudita possuíam um alcance muito maior do que os que os iemenitas tinham antes do conflito" (Reuters 2017b), além do fato dos Houthis estarem utilizando drones, inexistentes na região até então, para sobrevoar zonas onde se encontram os sistemas de mísseis da coalizão (Serr 2018); em 2015, um relatório da ONU mostrou que o Irã apoiava militarmente os rebeldes Houthis desde 2009 (Hokayem e Roberts 2016).

29 Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) é uma organização autônoma da ONU responsável por garantir o uso seguro e pacífico da tecnologia e ciência nuclear (United Nations 2015).

30 Kremlin é a sede oficial do governo russo. Localizada no centro de Moscou, conta com cinco palácios e quatro catedrais, cercados pelo muro do Kremlin, que garante a segurança do presidente.

FIGURA 2: ATUAÇÃO E POSICIONAMENTO DE AGENTES EXTERNOS NO CONFLITO



Fonte: Al Jazeera (2015b)

O *soft power*[31] midiático é de suma importância para a compreensão da dinâmica de poder local. No final de 2015, em entrevista televisionada, o vice-primeiro-ministro e ministro de defesa saudita - além de provável sucessor do trono saudita, príncipe Mohammad bin Salman, afirmou que um diálogo entre a Arábia Saudita e o Irã era impossível, devido ao interesse deste em controlar o mundo islâmico (Serr 2018). Além disso, a crise diplomática com o Catar em 2017 – na qual diversos países do golfo pérsico impuseram sanções ao país e o expulsaram da coalizão saudita – possui, como principal justificativa, a alegação de que o país financia o terrorismo e mantém relações diretas com o Irã (Köse e Ulutaş 2017).

Alguns autores defendem que o isolamento da península também foi uma forma de atenuar a atuação da emissora Al Jazeera – sediada em Doha, capital do Catar – como um veículo que "deu voz à oposição e internacionalizou as aspirações locais" (Köse e Ulutaş 2017, 1). Enquanto isso, a mídia ocidental e dos outros países árabes foca seu discurso na influência iraniana sobre o movimento rebelde dos Houthis, e caracteriza a ascensão de Salman da Arábia Saudita ao trono, além da nomeação de seu filho, Mohammad bin Salman, ao cargo de ministro de defesa, como fatos que não possuem correlação com a coalizão saudita no Iêmen, iniciada meses depois da posse de Salman (Hokayem e Roberts 2016). Entretanto, se a mídia internacional "esqueceu" o conflito e não tem grandes interesses na cobertura da Guerra Civil do Iêmen, o país não é esquecido pelas estratégias de segurança nacional dos países ocidentais e árabes (Elayah 2017).

31 Termo cunhado por Joseph Nye, o soft power refere-se às práticas de um Estado para convencer outro a agir conforme seus interesses – como, por exemplo, por meios culturais, institucionais e ideológicos –, em oposição ao hard power, no qual um Estado obriga o outro a agir de determinada maneira através do uso ou ameça de uso da força (Nye 1990).

3.2 IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO TERRITÓRIO IEMENITA

O Iêmen é banhado pelo estreito de Bab al-Mandab, que conecta o Golfo Pérsico – via Oceano Índico – ao Mar Mediterrâneo, através do Mar Vermelho. Em linhas gerais, o estreito, que possui 30 km de extensão, liga o continente africano à Península Arábica. Diariamente, 3 milhões de barris de petróleo atravessam o Golfo de Aden[32] e o Estreito de Bab al-Mandab até a Europa (Elayah 2017).

O interesse dos Estados Unidos no conflito remete-se ao medo de que o Irã, através dos Houthis, controle um estreito por onde passa dois terços dos barris de petróleo do mundo, o que fortaleceria não apenas o Estado xiita, mas também os seus aliados, Rússia e China. Dessa forma, o governo norte-americano trata a segurança da Arábia Saudita e de Israel como um problema de segurança mundial. Esse último apoia a coalizão saudita, visto que o controle do Estreito pelo Irã possibilitaria o bloqueio do acesso israelense ao Mar Vermelho, e negando a utilização da área para um ataque israelense no caso de guerra entre os dois países (Elayah 2017). Além disso, o apoio militar iraniano pode fazer com que novos armamentos e táticas sejam testadas no Iêmen, podendo, posteriormente, ser utilizadas por grupos alegadamente terroristas que ameaçam o Estado de Israel, como o Hezbollah e o Hamas (Serr 2018).

FIGURA 3: PRESENÇA SAUDITA E CONTROLE TERRITORIAL DOS HOUTHIS



Fonte: European Council on Foreign Relations (2018)

32 Localizado no Mar de Omã, o Golfo de Áden situa-se entre a Somália, o Chifre da África e o Iêmen. É um importante local de tráfego marítimo comercial e, nos últimos anos – com a instabilidade da Somália e do Iêmen –, tornou-se uma das principais áreas de pirataria do mundo (Ramos 2012).

Atores estatais com menores capacidades materiais também atuam de forma menos direta no conflito. O Estado da Eritreia cedeu acesso às Ilhas Hanish, que ficam a 29 km do território iemenita, para os Emirados Árabes Unidos utilizarem no combate aos Houthis. A República do Djibouti também assinalou o desejo de conceder acesso à Arábia Saudita de suas bases militares (Serr 2018). Por outro lado, países que não possuem interesse direto na guerra do Iêmen podem sofrer impactos indiretos nas suas relações exteriores. É o caso da Índia, uma vez que após o Paquistão se negar a mandar tropas e apoiar militarmente a coalizão saudita, os países sunitas rechaçaram a decisão paquistanesa, e estreitaram laços com os indianos (Firdausi e Anshu 2018).

Se o apoio norte-americano aos sauditas era a solução para a Casa de Saud aceitar o acordo nuclear com o Irã (Serr 2018), com a recente declaração do presidente Donald Trump, afirmando que não renovará o acordo, o conflito entre Arábia Saudita e Irã pode ganhar um novo formato. Enquanto isso, a China mantém seus interesses socioeconômicos na região por meio de uma "diplomacia mediadora". Se por um lado o governo de Xi-Jinping tem interesse em manter boas relações com a Casa de Saud, tendo em vista as relações comerciais bilaterais – especialmente de petróleo – e a posição estratégica da Arábia Saudita na Nova Rota da Seda[33], a China, principal parceira econômica do Iêmen, pode desempenhar um relevante papel na reconstrução do Estado (Chang 2018).

Outro fator geopolítico importante é a ânsia dos países da península arábica por ajuda externa, especialmente dos Estados Unidos, buscando aumentar a vantagem tecnológico-militar em relação a seus competidores. Como aponta Anthony H. Cordesman,

> A atual falta de unidade e de liderança efetiva é a principal ameaça aos países do Conselho de Cooperação do Golfo. Seus problemas não são os riscos que enfrentarão com um possível inimigo externo dominante, mas sim que eles continuarão disputando e falhando em desenvolver um nível de integração apropriado, interoperacionalidade e efetividade na realização de missões militares fundamentais. A principal ameaça que os países do Conselho do Cooperação do Golfo enfrentam atualmente não consiste no Irã, no Iêmen, ou terrorismo, mas nos seus próximos líderes e suas impossibilidades em olhar além de pequenas disputas, temores sobre suas próprias forças militares e de segurança, a obsessão por comprar armas diferentes e melhores das que os seus vizinhos possuem (GlitterFactor) e a impossibilidade de concretizar detalhadamente forças conjuntas efetivas (Cordesman 2008, 1, tradução nossa).

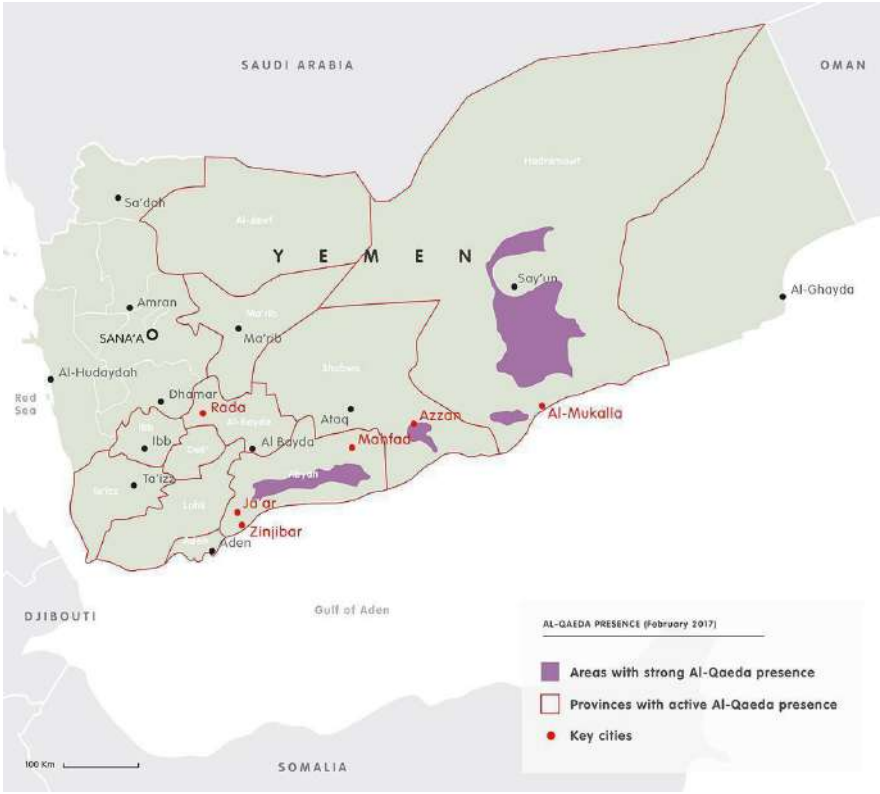
O Rei Salman bin Abdulaziz Al Saud e seu filho, Mohammed bin Salman, provocaram uma ruptura na política externa saudita assim que ascenderam ao trono. A antiga diplomacia cautelosa e indireta foi substituída por uma doutrina intervencionista, na busca de consolidar uma hegemonia sólida na região (Al-Rasheed 2017). Dada sua importância de tomadores de decisão na política do Golfo, ambos querem ser lembrados como os vitoriosos da intervenção no Iêmen, ainda mais com as

33 A Nova Rota da Seda é um projeto chinês que busca conectar Ásia, Europa e África por meio de dois novos "caminhos", conectando a China à Europa, através do Mar do Sul da China e o Oceano Índico, e ao Oceano Pacífico pelo Mar do Sul da China; e foca na utilização dos portos costeiros chineses (Mcfadden 2016).

constantes críticas e os questionamentos dos países ocidentais quanto à ambiciosa atuação saudita (Hokayem e Roberts 2016).

Até o momento, um dos grandes vencedores do conflito é o grupo da al-Qaeda na Península Arábica (AQAP), que tem expandido seu controle sobre territórios no leste do Iêmen (Popp 2015). O grupo se beneficia do colapso do governo local e da expansão dos Houthis para áreas majoritariamente sunitas para recrutar novos membros, e, aos olhos da coalizão e dos países ocidentais, são uma ameaça maior do que os rebeldes iemenitas (Serr 2018).

FIGURA 4: PRESENÇA DA AL-QAEDA NO IÊMEN



Fonte: European Council on Foreign Relations (2018)

3.3 A PRESENÇA E O ALCANCE DO GOVERNO HOUTHI

O movimento Houthi possui uma organização resiliente e flexível, bem como mecanismos de governança e controle com capacidade de decisão autônoma, garantindo a segurança e a continuidade das suas atividades mesmo com a eliminação de altos quadros internos. Exemplo disso é o caso do assassinato de Al Houthi pelas

forças de segurança iemenitas. Alguns autores, como Freeman (2009), reconhecem semelhanças entre o *modus operandi* dos Houthis e o Hezbollah, suposto apoiador do grupo iemenita do Norte.

A composição das forças armadas do "governo" Houthi é fruto da união dos militantes que vêm aderindo à causa conforme o movimento conquista território, com a apreensão de equipamento militar disponível no território controlado pelo aparato político Houthi, bem como pela deserção de parte importante das forças armadas iemenitas contra Hadi (Phillips 2011).

A aliança encabeçada pelos Houthis, no entanto, é heterogênea, sendo composta tanto por líderes locais – ainda que em pequena medida – quanto por tropas desertoras do governo Hadi que declararam lealdade à Saleh, e pelas milícias ligadas ao movimento Houthi que ganharam adeptos ao longo do processo de insurgência. Tal heterogeneidade implica um *modus operandi* diferenciado por parte de cada grupo, em especial entre as tropas Salehistas e os insurgentes Houthis, sendo os primeiros compostos por forças de caráter regular e os segundos por rebeldes com tradição de luta irregular nas montanhas de Saada. Tal diferenciação faz-se necessária, pois, como ressaltado por Shield:

> Porque medidas coercitivas contra ambos são distintas, ações aéreas de punição-estratégica contra as guerrilhas Houthi e seus aliados Salehistas, serão examinadas de maneira independente para traçar melhores relações de causa e efeito [...] Mas os ambiciosos objetivos da coalizão descritos na resolução 2216 do Conselho de Segurança das Nações Unidas não podem ser obtidos pelo ar. Ataques aéreos massivos retardaram mas não reverteram o avanço Houthi para o sul e as forças de resistência (de Hadi) abastecidas pelo ar não lograram êxito em formar uma força de combate terrestre crível. A adição dos Salehistas, antigos membros das Unidades da Guarda Republicana, aumentou e "hibridizou" a sua força de combate, mas os Houthis continuaram em seu núcleo uma força de guerrilha leve. Sendo assim, aparecem com grande capacidade de adaptação ao ataque aéreo continuado, abandonando ofensivas convencionais com o uso de infraestrutura tradicional, como rodovias, em favor de uma aproximação mais irregular para reduzir sua exposição ao poder de fogo da coalizão (Shield 2017, 3-16, tradução nossa).

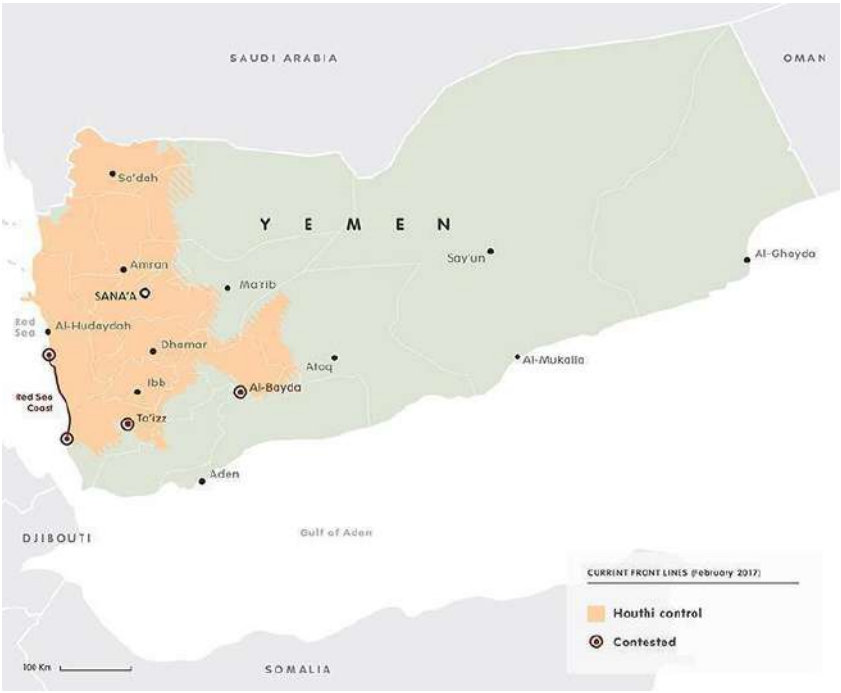
Vale ressaltar que, embora espacialmente os Houthis controlem uma área geográfica muito menor do que o governo Hadi, a maior parte da infraestrutura, da população e dos recursos materiais encontram-se na porção ocidental do país, controlada pelo grupo insurgente (Machry 2016).

O *modus operandi* do movimento alterou-se pouco, mas tem dado importantes sinalizações acerca do futuro da Guerra Civil. Dividimos aqui tal operacionalização em dois momentos, um insurgente e outro convencional, este ainda embrionário. Partindo do primeiro momento, ressalta-se a capacidade avançada de inteligência por parte do movimento, conseguindo atacar comboios e Alvos de Alto Valor (AAV)[34], bem como resistir às mais diversas investidas do governo iemenita e seus aliados. No segundo, marcado pela eclosão e evolução da Guerra Civil iemenita, em 2015, o movimento adquire capacidades governativas, conquistando e controlando porções

34 Alvos que o comandante inimigo para executar suas missões. Sua perda gera um decréscimo considerável da capacidade adversária de sustentar combate (United States 2001).

importantes do território e governando *de facto* tais regiões, assumindo, na área militar, um comportamento mais convencional no que se refere ao uso da força (Shield 2017).

FIGURA 5: MAPA DA SITUAÇÃO TERRITORIAL DO IÊMEN



Fonte: European Council on Foreign Relations (2018)

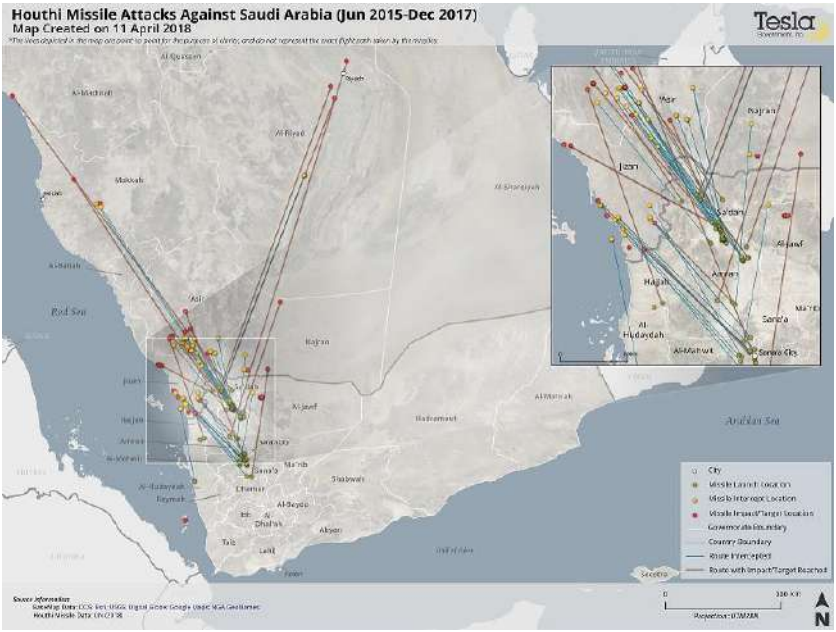
Inicialmente, as operações Houthis ocorriam, principalmente, em sua cercania imediata, na província de Saada, com poucas ações tomadas fora da região. Duas razões parecem levar a este modo de atuação, como explicitado por Freeman:

> 'Rebeldes Houthis atacaram um comboio de soldados que retornavam do seu turno e não carregavam armas, em Qarah Magaz, província de Saada' disse o ministro de Defesa Iemenita [...] Ataques como esse não são particularmente incomuns dada a localização remota, mas eles demonstram as capacidades de inteligência do FJC, bem como suas capacidades ofensivas limitadas. Ataques com franco-atiradores contra oficiais militares iemenitas são outro exemplo disto. [...] Até o presente momento [referindo-se à data do texto, 2009], as táticas mais efetivas ficam limitadas a emboscadas, ataques de franco-atiradores, e pequenos e médios atentados com bomba, todos direcionados ao pessoal das forças de segurança Iemenita... A falta de atentados na capital, Sana'a, pode indicar que as medidas contra insurgência, como postos de controle de veículos, podem funcionar. Mas também pode significar que a baixa adesão à ideologia do FJC não permitiu o espraiamento da violência para Sana'a (Freeman 2009, 1013, tradução nossa).

A erupção da Primavera Árabe e a disseminação das manifestações contra o governo Saleh foram cenário propício para a expansão das operações Houthi para a capital do país. Com o controle do território melhor definido, o movimento passou a contar com melhores capacidades de projeção de força, o que permitiu-lhe receber apoio e suprimentos vindos do exterior, de maneira mais estável. A utilização de armamento iraniano, em especial armas portáteis antitanque e mísseis Burkan-2H de curto alcance, reforçam a narrativa saudita de que o movimento Houthi é sustentado pelo Irã (Sharp 2017). A utilização de mísseis antitanque da classe Tosan, de fabricação Iraniana, já provocou, alegadamente, a perda de veículos M-60 e M1 Abrams do exército Saudita (Rogoway 2015; South Front 2016; Knights e Mello 2015a).

O tipo de missões de reconhecimento que os Houthis possuem capacidade de estruturar envolve um modelo de espionagem no sentido mais clássico do termo. A falta de aviões e satélites para o recolhimento de informações prejudicam a qualidade e a velocidade das informações que chegam ao comando militar Houthi. O uso de redes de informação baseadas em células de espiões infiltrados no território inimigo parece ser o uso mais disseminado nas operações Houthis, bem como o possível uso de mídias sociais, tais como o WhatsApp (Sputnik 2015). Tais redes necessitam, respectivamente, de contato com quadros médios e altos dentro da estrutura organizacional do governo Hadi e da Coalizão, sendo o segundo mais difícil e perigoso para o infiltrado (Lowenthal 2015).

FIGURA 6: MAPA DOS ATAQUES HOUTHIS COM MÍSSEIS CONTRA A ARÁBIA SAUDITA ENTRE JUNHO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2017



Fonte: Sharp (2017)

Seguindo a abordagem de Dunningan (2003), dividimos tais missões em **(i)** Reconhecimento Tático, **(ii)** Reconhecimento Operacional e **(iii)** Reconhecimento Estratégico. O primeiro tipo envolve o reconhecimento com a utilização de aviões e satélites especiais com capacidade de coleta e transmissão de informações em tempo real. Tal exigência reside na rápida modificação do cenário tático, com tropas, equipamentos e recursos em geral podendo ser movidos para posições que anulem a validade das informações previamente coletadas. O tempo de validade varia, mas em geral envolve horas. Os tipos ii e iii envolvem a utilização de equipamentos sofisticados que operem dentro do território inimigo e que angariam informações com prazos maiores de expiração.

3.4 A OPOSIÇÃO HADI

Conforme tratado na subseção anterior, após a fuga de Hadi e a tomada da capital pela oposição Houthi, iniciou-se a Operação Decisive Storm. Tal campanha objetivou a restauração do governo Hadi, o qual se encontrava sob circunstâncias nas quais era gradualmente suplantado por uma aliança composta pelo movimento Houthi, supostamente apoiados pelo Irã, e pelas forças leais ao antigo presidente.

Abd Rabbuh Mansur Hadi solicitou especificamente à coalizão que

> Fornecesse suporte instantâneo por todos os meios necessários, incluindo intervenção militar, para proteger o lêmen e sua população de uma agressão Houthi contínua, além de dissuadir o ataque iminente na cidade de Aden e no restante das regiões ao Sul, e a auxiliar o governo iemenita a enfrentar a al-Qaeda e o Estado Islâmico (Sharp 2017, 1, tradução nossa).

Nitidamente, a assistência da coalizão saudita é primordial para compensar o esforço de guerra de Hadi, dado que ele encontra respaldo na Arábia Saudita. Porém, um dos principais aliados sauditas, os Emirados Árabes Unidos (EAU), passaram a corroborar grupos separatistas sulistas contrários ao governo, os quais receberam auxílios financeiro e armamentista. Ficam evidentes, portanto, as cisões existentes na coalizão, com os EAU visando assegurar suas posições no Sul, o que dificulta o processo de contraofensiva (Kalin e Browning 2018).

Neste ponto, é crucial analisar a capacidade militar e operacional do governo Hadi e como ela vem sendo empregada na atual campanha, visando assegurar sua influência. O exército iemenita é composto por 10,000 a 20,000 homens (incluindo milícias). Ele é equipado com tanques de batalha sucateados e equipamentos anti-tanque ultrapassados, dado que grande parte destes foram desenvolvidos na URSS entre as décadas de 1950 e 1970 (International Institute for Strategic Studies 2018).

A marinha, por sua vez, não dispõe de capacidade operacional. Com relação à força aérea iemenita, esta igualmente não possui capacidade operacional por si própria, dependendo do fornecimento de AT-802[35] e de treinamento para os pilotos iemenitas proveniente da coalizão. Ademais, o inventário da força aérea é composto por equipamentos com limitada capacidade operacional (International Institute for Strategic Studies 2018).

35 Aviões agrícolas que podem ser adaptados para combater incêndios ou modificados em versões armadas.

Tendo em vista o poderio militar débil do governo Hadi, pode-se concluir que este alicerça a lânguida manutenção do seu poder nas ofensivas militares promovidas pela coalizão saudita. Essas investidas se dão através de vias aéreas e terrestres, sendo que as primeiras tiveram um papel essencial em termos de conter a expansão dos Houthi, utilizando-se de táticas de supressão, mas que não foram eficazes por si só no que diz respeito a reconquista de território. No que diz respeito aos procedimentos terrestres, esses foram complementares às ofensivas aéreas. Os variados e desorganizados elementos que compõem a resistência pró-Hadi anteriormente passam a ser comandados por uma vanguarda de soldados profissionais emiradenses e sauditas, apoiados por tanques modernos, veículos blindados de transporte de pessoal, artilharias autopropulsadas e veículos resistentes a minas e protegidos contra emboscadas, equipamentos utilizados pelas forças especiais da coalizão inseridas no teatro iemenita (Shield 2017).

Dessa maneira, fica evidente o caráter *de jure* do governo Hadi, que só é capaz de conservar sua legitimidade por ser sustentado pelo poderio militar saudita, responsável por impedir que a ameaça de um Estado Houthi *de facto* se concretize (Shield 2017). Logo, é evidente que Hadi não dispõe de uma capacidade de atuação própria, sendo extremamente dependente da intervenção militar promovida pela coalizão para assegurar a manutenção de sua influência nas áreas conquistadas e reter o avanço Houthi no Iêmen.

3.5 AL-QAEDA NA PENÍNSULA ARÁBICA (AQAP)

A al-Qaeda na Península Arábica foi estabelecida em 2009 com a união das vertentes da al-Qaeda no Iêmen e na Arábia Saudita, devido ao desmantelamento da organização no reino saudita. Por volta de 2006, a al-Qaeda na Arábia Saudita já não estava mais em operação devido a divisões ideológicas dentro do movimento jihadista e do combate intenso do governo para desarticular as redes terroristas e neutralizar possíveis ataques. A sua formação iniciou no fim dos anos 90, com a volta de nacionais sauditas da guerra no Afeganistão. Bin Laden, aproveitando o contato com a al-Qaeda que muitos tiveram, buscou expandir as operações para a Arábia Saudita (Knoll 2017). Como principal objetivo, a organização buscava denunciar a assistência militar dos Estados Unidos aos sauditas, pois, segundo a visão do grupo, os ocidentais deveriam ser expulsos para que o Islã prosperasse. Entretanto, as divisões religiosas e a falta de apoio popular impediram o estabelecimento da al-Qaeda no país (Hegghammer 2010).

Após a luta no Afeganistão, Osama Bin Laden fundou a Jihad Islâmica no Iêmen, também conhecida como "Al-Qaeda no Iêmen". A situação no país era muito mais favorável em comparação com a Arábia Saudita, pois o país enfrentava uma crise econômica e conflitos sociais, diminuindo as condições para combater o terrorismo. Entretanto, só após fevereiro de 2006, com uma grande fuga de presos da al-Qaeda de prisões iemenitas, que a organização conseguiu se estruturar e aproveitar a instabilidade causada pela rebelião Houthi para expandir sua atuação, aproximando-se dos grupos contrários aos Houthis (Karadeli 2017). Dessa forma, muitos líderes locais apoiaram a AQAP no Iêmen visando ganhos táticos, existindo, até mesmo, acusações contra o governo de Ali Abdullah Saleh, antecessor de Abd Rabbuh Mansur Hadi, a respeito de cooperar com a AQAP ao mesmo tempo em que buscava

ganhar o apoio dos Estados Unidos na guerra contra o terror. Entretanto, na época a acusação foi desmentida por Saleh e pela al-Qaeda, tendo em vista que a confirmação deslegitimaria a luta do grupo terrorista (Grool 2015).

Como objetivo estratégico, a AQAP busca criar um califado Islâmico na Península Arábica através da união de quatro diferentes exércitos, vindo do Paquistão e Afeganistão, do Iraque, do Iêmen e do Levante[36] (Shae'e 2010). Esta missão da organização tem origem na importância da Península Arábica, uma vez que, segundo a al-Qaeda, as potências ocidentais perderiam sua dominação global ao serem expulsas da região. Pois, ao não terem acesso livre aos recursos naturais e à conexão livre com outras partes do mundo, as potências não conseguiriam exercer sua influência pelo poder militar (Shae'e 2010). Entretanto, é importante notar que, apesar dos objetivos estratégicos, acredita-se que a al-Qaeda no geral prioriza o fundamentalismo religioso a um pragmatismo político, ainda que existam algumas exceções.

A AQAP é extremamente organizada e hierárquica, sendo dividida em quatro setores: político, militar, propaganda e religioso. Ao mesmo tempo que a estrutura formal é uma vantagem organizacional, ela também oferece um grande risco, pois a morte de seus líderes representa a desestruturação da organização, como foi observado no hiato nas publicações de mídia da al-Qaeda, quando algumas lideranças foram mortas por ataques aéreos dos Estados Unidos (Morton e Zimmerman 2018). Qasim al-Raymi é o atual líder da organização, posição também conhecida como Emir, e atua diretamente com a parte militar, chefiada por Ibrahim al-Asiri, especialista na fabricação de bombas (Karadeli 2017). Estes líderes estão guiando a atuação da AQAP através de parcerias com líderes tribais e religiosos, buscando ao mesmo tempo ganhar áreas de influência e também não correr o risco de precisar administrar o território por conta própria.

Além das operações na Península Arábica, a AQAP organiza ataques no Ocidente, sendo o mais proeminente o ataque ao jornal Charlie Hebdo na França, no qual a organização atingiu o jornal satírico francês, resultando na morte de 12 pessoas. O Departamento de Estado dos Estados Unidos estima que a AQAP possui até 4 mil membros, entretanto a organização anunciou em 2010 ter 10 mil soldados prontos (U.S Department of State 2015). Enquanto o grupo atua na maior parte do Iêmen, seus aliados controlam apenas uma pequena parte do território. A imagem 7, de janeiro de 2018, mostra que a

> AQAP concentra-se nas províncias de Al Bayda, Abyan e Shabwa, mas tem uma presença operacional em ao menos 11 províncias. Ela também tem uma presença significativa em Hadramout, onde deteve o controle da capital provincial Mukalla por mais de um ano. Embora forçada a se retirar de Mukalla em abril de 2016, o grupo parece cada vez mais entrincheirado em Abyan e Shabwa (Political Geography Now 2018, online).

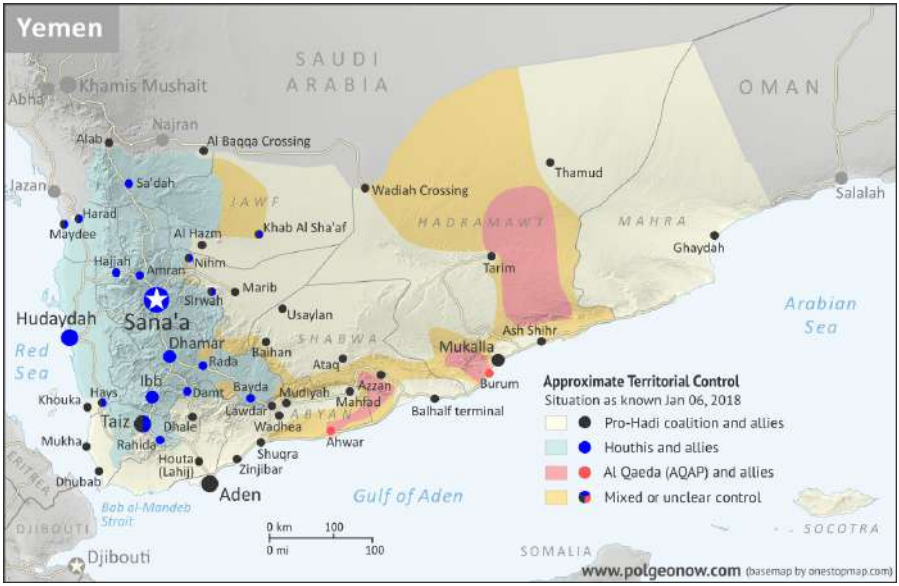
Existe uma grande preocupação a respeito dos avanços da AQAP, principalmente por estar melhor financiada e armada do que em qualquer ponto de sua história (Horton 2017). Entretanto, as forças iemenitas apoiadas pelo EAU e pela Coalizão liderada pelos sauditas estão ganhando batalhas importantes contra a al-Qaeda. Di-

36 Neste caso, Levante refere-se à região no Oriente Médio que, aproximadamente, correspondente à Síria, Israel e Palestina, Jordânia e Líbano.

versas operações foram organizadas para eliminar a presença da al-Qaeda em distintas partes do país, como Abyan e Shabwah, e fechar a rota de suprimentos perto da costa de Hadhrami (Farrukh e Zimmerman 2018). Em conjunto com a coalizão, os Estados Unidos também realizaram 120 ataques aéreos em 2017, conseguindo diminuir a capacidade de operação da al-Qaeda ao eliminar diversos líderes da organização no Iêmen (CENTCOM 2017).

Visando responder os desafios da luta contra os Houthis e a coalizão, a AQAP está implementando uma estratégia baseada em fornecer segurança para comunidades sob seu controle, buscando adaptar a lei islâmica para não alienar a população, também procurando estabelecer laços com tribos que ganharam poder com a guerra civil. Além disso, ao misturar-se com as tropas que combatem os Houthis e seus aliados, a AQAP consegue ganhar apoio e desenvolver suas células de inteligência. A organização aprendeu com o sucesso dos Houthis no recrutamento de líderes tribais, passando a uma abordagem mais pragmática, prometendo pagamentos em dinheiro em troca de apoio e aproveitando-se da descentralização e a grande dependência de líderes tribais das Forças Armadas do Iêmen para o desenvolvimento de táticas semi-convencionais de batalha, onde misturam-se elementos de guerra não convencional com partes convencionais das forças armadas (Horton 2017).

FIGURA 7: CONTROLE APROXIMADO DO TERRITÓRIO IEMENITA



Fonte: Political Geography Now (2018)

Uma das regiões mais importantes do país é a região de Hadramawt, tendo em vista sua produção de petróleo, onde a al-Qaeda possui grande influência, inclusive

fundando o Conselho Nacional Hadramawt[37], que une os líderes tribais da região com a AQAP. Esta nova nomenclatura mostra como a AQAP está profundamente interligada na vida política, tribal e religiosa da região, que possui laços históricos com a Arábia Saudita. Algumas armas da coalizão liderada pelos sauditas foram transferidas pelas forças anti-Houthi para a al-Qaeda, bem como armamentos pesados de campos militares iemenitas (Center on Sanctions and Illicit Finance 2017). Nesse contexto, em 2008, o Wikileaks vazou um documento que mostrava o interesse do governo saudita em construir um gasoduto na região para garantir o acesso ao Oceano Índico sem precisar passar pelo estreito de Ormuz, que pode ser bloqueado em um conflito com o Irã (Horton 2015). Assim,

> A AQAP também pode se beneficiar do fato de que poderia ser considerada um proxy útil da Arábia Saudita em sua guerra contra os Houthis. A Arábia Saudita e seus aliados estão armando uma série de milícias no sul do Iêmen. É quase certo que alguma parte, se não a maioria, do financiamento e do material chegarão à AQAP e, possivelmente, ao Estado Islâmico (Horton 2015, online).

Em relação ao financiamento, segundo o relatório do Centro de Sanções e Financiamento Ilícito (CSIF em inglês), a AQAP em 2017 conseguiu adquirir em torno de 15 milhões de dólares, principalmente através de atividades criminosas, como sequestros, e doações internacionais. Entretanto, quando controla cidades importantes, o grupo terrorista consegue financiar-se através de taxações de atividades econômicas e do saque aos bancos. Quando a AQAP controlou Mukalla entre 2015 e 2016, ela conseguiu 60 milhões de dólares no banco central e cerca de 2 milhões a cada dia com taxações no porto (Center on Sanctions and Illicit Finance 2017). Dessa forma, o CSIF acredita que a al-Qaeda conseguirá se sustentar financeiramente nos próximos anos, considerando a estimativa da necessidade de 10 milhões de dólares anuais para seu funcionamento.

4 OPERAÇÃO RENEWAL OF HOPE

A sucessora da Decisive Storm representa uma coalizão a serviço da intervenção saudita no Iêmen. Tem como objetivo garantir a soberania do Estado do Iêmen contra a influência iraniana e o controle do grupo Houthi. Na situação de Guerra Civil, a operação também enfrenta grupos beligerantes não estatais sob a liderança da al-Qaeda, associados ao terrorismo, crise que assola grande parte do Oriente Médio. Os países membros da coalizão que apoiam a Arábia Saudita concedendo tropas e forças de combate são Bahrain, Kuwait, Qatar (até 2017), Emirados Árabes Unidos (todos esses membros do Conselho de Cooperação do Golfo), Egito, Jordânia, Marrocos, Senegal e Sudão. Os principais interessados na operação, além da Arábia Saudita, são os Emirados Árabes Unidos, que possuem o exército mais equipado da região, além de serem o segundo maior contribuinte para a operação (International Institute for Strategic Studies 2018).

37 O Conselho Nacional Hadramawt (HNC em inglês) é um braço da confederação tribal da Hadrami, que possui alguns laços com a Arábia Saudita. O HNC e a AQAP estão cooperando por entender os Houthis como um inimigo comum a ser combatido (Horton 2015).

4.1 ASPECTOS GERAIS DA OPERAÇÃO

A principal tarefa da Operação Decisive Storm foi negar mobilidade para o avanço Houthi em direção ao Sul, aliviando a pressão sobre o governo exilado em Aden e legitimando a continuação *de jure* do governo Hadi, ainda que este já não controlasse a maior parte do país. O principal objetivo da iniciativa foi a destruição da infraestrutura logística que ligava Sana'a à Aden e ao sul do Iêmen e a consolidação da superioridade aérea sobre o território iemenita (Shield 2017). A rápida implementação da operação, marcada pelos primeiros ataques em 26 de março de 2015, pouco menos de duas semanas após a consolidação do controle Houthi sobre Sana'a, garantiu que não houvesse tempo para a formulação de uma estratégia Houthi para contestar o controle aéreo (Al Jazeera 2015a; Pradhan 2017).

A Força Aérea Iemenita, já sob comando da aliança Houthi-Saleh, não buscou contestar o controle aéreo da Coalizão, dada a superioridade numérica e qualitativa desta. No entanto, se por um lado houve garantia de livre trânsito e operação para a Coalizão, por outro não lograram êxito em barrar o avanço Houthi para o sul, ainda que este tenha desacelerado consideravelmente (Hokayem e Roberts 2016; Shield 2017). O furor inicial devido ao grande número de ataques aéreos, bem como aos largos danos infligidos às tropas Salehistas, levaram o governo saudita, principal operador na iniciativa, a declarar seu fim e lançar a Operação Renewal of Hope, focada no apoio continuado às forças do governo Hadi por meio de treinamento e equipamento, bem como o uso de forças sauditas, ainda que em número limitado, para a execução de operações específicas (Knight e Mello 2015b; Shield 2017).

Com o fim da campanha de ataques aéreos e a instituição da Operação Renewal of Hope, ficou evidente a baixa rigidez institucional-hierárquica dentro da coalizão. Tanto Arábia Saudita quanto os EAU compartilham informações sobre operações e objetivos, bem como inteligência e o uso de Sistemas Aéreos de Alerta e Controle (SAAC) conjuntos para coordenação das suas atividades, no entanto, o *modus operandi* de cada um é bastante diverso (Shield 2017).

A práxis saudita é similar à utilizada nos primeiros momentos da campanha da Guerra do Golfo (1991), com uso do SAAC para coordenar ataques aéreos, operações navais e inserção de tropas no território inimigo. Também sendo similar a tentativa de desgaste moral das tropas Houthis, com intensos bombardeios aéreos sobre a sua província natal, Saada, muito embora se encontre distante da zona de conflito (Finlan 2003; Shield 2017). A busca pelo enfraquecimento moral é realizada para buscar deserções entre os apoiadores Houthis, somando-se à presença política do governo *de jure* de Hadi, caso das promessas de anistia, por parte do presidente, aos que se rebelassem contra a insurgência (Shield 2017).

A estratégia saudita engloba 3 eixos de atuação, **(i)** a destruição de infraestrutura e estratégia de punição; **(ii)** a negação de área; e **(iii)** a promoção de dissidentes dentro do território iemenita (Hokayem e Roberts 2016; Shield 2017). O uso indiscriminado de bombas cluster contra alvos rurais visando o desalojamento das populações tem sido prática usual por parte da coalizão, em especial entre os pilotos sauditas, que, alegadamente, operam propositalmente em altitudes elevadas, reduzindo a precisão dos ataques e gerando efeitos colaterais severos (Hokayem e Roberts 2016). O desalojamento da população rural, majoritária no país, enfraquece a já debilitada estrutura de produção alimentar do país, prejudicando a economia, potencializando

a crise humanitária e gerando milhões de deslocados internos e refugiados (Sputnik 2016a; Nações Unidas 2017; Human Rights Watch 2015).

A destruição de estradas, hospitais, poços de água e serviços públicos buscou deslegitimar o governo Houthi como tal frente à sua base social, mas não obteve o efeito desejado dada a tradição de carestia material que a população iemenita já está habituada devido às décadas de conflitos e governos de elites. Tal tática resultou, porém, na retração do campo de atuação Houthi de uma força mais convencional, forçando-os a se readaptarem à guerrilha, em conjunto agora com os Salehistas, o que forçou maior entrincheiramento, resultando numa maior dificuldade de ofensivas significativas para a coalizão e o governo Hadi (Shield 2017; Knights e Mello 2015a; *id.* 2015b).

A promoção de dissidentes dentro do Iêmen, em especial pelo fornecimento de treinamento e equipamento para grupos separatistas do sul, tribos aliadas no norte e leste, é tática comum para ambos Arábia Saudita e EAU. A operacionalização de tal ajuda, no entanto, é diversa, tendo os EAU um maior controle sobre o fornecimento de tal apoio e sua implementação. A Arábia Saudita vem sofrendo com ataques e razias por parte dos Houthis ao longo de sua fronteira sul, buscando mitigar tais táticas com ampliação de aliados na fronteira (Patrick 2016; Knight e Mello 2015a). O fornecimento contínuo de material é de vital importância para sustentar tais resistências. Novamente as operações sauditas encontram respaldo na experiência prévia da Guerra do Golfo (1991), com parte importante da logística de apoio sendo operacionalizada nos mesmos moldes. O terreno montanhoso do Iêmen Setentrional, o afunilamento das rotas logísticas terrestres e a vasta experiência Houthi com a geografia local limitam ou revertem parte dos efeitos dessa política, com equipamentos caindo em mãos inimigas e perda de veículos e pessoal (O`Hanlon 2009; Knights e Mello 2015a; Patrick 2016).

A estratégia emiradense difere da saudita pelo maior grau de inserção e controle que exerce sobre o território iemenita. Mesmo apoiando Hadi, sustentando seu governo *de jure* em Aden e garantindo a sua segurança, são tropas dos EAU, ou mercenários e tribos leais, que exercem o controle efetivo sobre a cidade e sobre porções do território (MacLean, Browning e Bayoumy 2016; Middle East Monitor 2017; *id.* 2018a). O uso de empresas militares privadas tanto pela Arábia Saudita quanto pelos EAU já é conhecido, tendo o segundo uma grande empresa de segurança no setor[38] (Nascimento 2010). Tal comportamento dissociado de uma articulação e fortalecimento do governo Hadi em prol das milícias controladas pelos EAU permitem ao país explorar parte dos recursos naturais locais, sendo alvo de críticas por parte do próprio governo iemenita, ao passo que este segue dependente do apoio externo emiradense para sua manutenção frente à al-Qaeda, aos separatistas do Sul e aos Houthis (Middle East Monitor 2018a).

Ao contrário da Arábia Saudita, o país procura manter posições seculares e alinhadas à sua política local, caso de diversos grupos insurgentes dos quais foi exigida à ruptura dos laços com a al-Qaeda, medidas que o governo saudita não tomou devido ao interesse em combate aos Houthis no maior número de frentes possível (Roberts 2016). Tal controle e restrição tornam os grupos ligados aos Emirados Árabes mais coesos e eficientes em combate, obtendo ganhos importantes na manutenção

38 Erinis International com sede em Dubai, Emirados Árabes Unidos (Nascimento 2010).

territorial do governo Hadi e repelindo as investidas Houthis (Hokayem e Roberts 2016; Shield 2017).

4.2 CAPACIDADES MILITARES DA COALIZÃO

Uma das principais características da Operação Renewal of Hope é a sua capacidade de coerção através da prática de ataques aéreos, visando à negação de área e a punição contra a base social Houthi, coordenados com ataques táticos por meio de apoio aéreo aproximado, buscando auxiliar as tropas locais do governo Hadi. Todavia, a capacidade de aplicação de uma estratégia punitiva em uma guerra civil pode ser de fato perniciosa, uma vez que as técnicas tradicionais de combate interestatal nem sempre são eficientes (Shield 2017).

A ordem de batalha que deu início a operação em abril de 2015 tinha como proposta elementos de controle aéreo e naval com amplo apoio dos aliados do Golfo Pérsico. Nesse sentido a Arábia Saudita se destacou no apoio aéreo com mais de 100 aeronaves, assim como uma significativa frota disponível de encouraçados (não necessariamente em uso). No estreito de Bab al-Mandab, a marinha egípcia contribuiu com o posicionamento de quatro embarcações. Ademais, a movimentação de tropas saudita, incluindo aquelas posicionadas nas fronteiras, foi estimada em cerca de dois mil soldados (Caris 2015). Esta formação ordenou os primeiros anos da operação através dos bombardeios estratégicos e do bloqueio naval do Iêmen.

O mais recente registro do Military Balance (International Institute for Strategic Studies 2018) indica participação de 750 veículos leves do tipo M-ATV, além de dois sistemas de defesa antiaérea *Patriot* PAC-2-3, com capacidade de lançamento dos mísseis MIM-104F. Todavia, tendo em vista a sua liderança na operação, a Arábia Saudita tem ainda a possibilidade de empregar o restante de seu material bélico na operação. A Arábia Saudita conta também com o apoio de 500 militares do Central Command (CENTCOM) estadunidense, que não necessariamente atuam como combatentes.

Os Emirados Árabes Unidos têm aumentado a sua contribuição na coalizão e se dedica a participação com tropas e aeronaves. Sendo assim, o país alocou para utilização na operação 12 caças a jato F-16 *Fighting Falcon*, além de 3 mil soldados (organizados em duas brigadas), com apoio de blindados e veículos leves sem blindagem. Os EAU utilizam-se de dois sistemas de mísseis, o 96K6 Pantsir-S1 e o Patriot PAC-3 e possuem 12 helicópteros servindo à operação, indicando um avanço no seu sistema de defesa ar-superfície desde o começo da Operação (International Institute for Strategic Studies 2018).

O contingente da operação é complementado pelas contribuições dos aliados como o Bahrein com 250 soldados e seis F-16; o Kuwait, quatro caças F/A-18A Hornet; o Sudão com três bombardeiros *Sukoi* Su-24 e uma grupo de batalha mecanizado (contando com os tanques T-72AV e BTR-70M *Kobra 2*); e o Egito, a Jordânia e o Marrocos cada um com seis F-16 *Fighting Falcon* (International Institute for Strategic Studies 2018). O perfil de forças da operação está claramente voltado para duas vertentes: o controle do ar e a projeção em bombardeios aéreos e, tendo em vista o crescente contingente emiradense, um perfil de atuação em superfície (Shield 2017).

4.3 OPERAÇÕES MILITARES

A presente seção tratará dos principais mecanismos de atuação dentro da Operação Renewal of Hope.

4.3.1 REDES DE INTELIGÊNCIA

A Arábia Saudita possui apoio dos Estados Unidos no setor de inteligência visando combater o terror e suportar as operações no Iêmen contra os Houthis e a al-Qaeda na Península Arábica (Reuters 2015). A inteligência é crucial para garantir o êxito na intervenção, pois ela guia as operações militares terrestres e aéreas, localizando alvos, recolhendo informações das capacidades inimigas e buscando prevenir ataques surpresa. Os materiais utilizados nestas operações variam desde drones e equipamentos de interceptação de comunicações, até agentes humanos operando no local. Estes agentes trabalham localizando alvos visualmente e auxiliando os bombardeios com inteligência, buscando aumentar a precisão e guiar os ataques (Axe e Beckhusen 2014).

Para garantir o sucesso de um dos objetivos dos ataques aéreos, ou seja, a neutralização de alvos importantes, as operações de inteligência são vitais na identificação de alvos. Pode-se citar os bombardeios às lideranças Houthis e de Saleh como bons exemplos, tendo em vista a necessidade de capturar informações a respeito da localização e das propriedades utilizadas pelos alvos (Shield 2017). Estes não eram a prioridade, tendo em vista a dificuldade de infiltração para a realização das operações. Entretanto, a morte do líder Houthi, Al Sammad', representa uma possível mudança na qualidade das informações coletadas e dos avanços da coalizão (Al Tamimi 2018). A inteligência é a base das operações aéreas e terrestres, pois ela busca desenvolver a compreensão da situação para mitigar risco e garantir o sucesso da tática.

4.3.2 ATAQUES AÉREOS

Os ataques aéreos realizados pela coalizão são criticados pela forma como atingem civis, entretanto, é preciso compreendê-los dentro das capacidades militares e das dificuldades enfrentadas no conflito. Estima-se que mais de 100 ataques aéreos ocorrem todo dia, sendo executados por aeronaves da Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, ou de seus aliados de coalizão, assim sendo a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos representam a maior parte do contingente (Knights 2016).

O primeiro alvo das operações aéreas em 2015 foram as escassas defesas aéreas do Iêmen e os mísseis balísticos controlados pelo ex-presidente Saleh e pelos Houthis, na época aliados. Apesar dos mísseis superfície-ar (SAM) SA-2 e SA-3 não serem completamente destruídos, eles não representaram uma ameaça para o controle do espaço, tendo em vista a ausência de radares para guiar os mísseis. Logo em seguida os ataques buscaram desativar as linhas de comunicação, suprimentos e a rede de infraestrutura das forças contrárias ao governo Hadi (Shield 2017). O Irã é acusado de fornecer aos Houthis sistemas mais avançados de defesa aérea, que têm sido supostamente empregados, abatendo algumas aeronaves da coalizão, entretanto, eles não representam um elevado risco aos bombardeios (Nadimi e Knights 2018). Enquanto

isso, os sistemas portáteis de defesa aérea representam uma ameaça real contra os helicópteros da coalizão, principalmente na região fronteiriça com a Arábia Saudita (Mello e Knights 2015a).

Somando-se aos esforços de supremacia aérea, um bloqueio aéreo e naval foi instaurado para tentar impedir o abastecimento de combustível e armamentos. Entretanto, apesar dos esforços da coalizão para reinstalar o governo Hadi e organizar um processo de pacificação vantajoso, as forças contrárias resistem e instauraram uma guerra de atrito altamente custosa[39] (Shield 2017). Ademais, um conflito na fronteira com a Arábia Saudita foi iniciado, causando cerca de 400 mortes de soldados sauditas, que também incluem alvos civis (McDowall, Stewart e Rohde 2016).

Em março de 2015 um ataque aéreo buscando acertar o comandante militar dos Houthis, Abdul-Malik Al-Houthi, errou o seu alvo principal, acertando três comandantes subordinados. Desde então, nenhum outro caso deste tipo foi reportado, mostrando a dificuldade dos sauditas em colher informações de inteligência a respeito das lideranças Houthis. Desta forma um dos principais alvos da coalizão tem sido a infraestrutura civil do Iêmen, buscando reduzir o apoio popular através de métodos coercitivos tal que

> Alvos não militares danificados ou destruídos por ataques aéreos incluíram inúmeras residências e mercados, além de fábricas, usinas elétricas, poços de água, escolas, mesquitas, clínicas e todo tipo de instituições estatais (Shield 2017, 10).

Os bombardeios aéreos podem ser divididos em três tipos: **(i)** bombardeios de interdição e operações de SEAD[40],voltados para alvos militares, como bases e sistemas defesa; **(ii)** Ataques Decapitantes, que buscam eliminar indivíduos importantes da oposição; e **(iii)** bombardeios de efeitos, aqueles que atacam alvos civis. Nesse sentido, é clara a estratégia da coalizão de desestabilizar as posições Houthis com ataques em profundidade, sem grande importância militar, visando à capitulação pelo aumento do custo econômico e humanitário devido ao distanciamento da população com a força defensora (Shield 2017). Ainda não são confirmados os resultados desta estratégia para as forças aliadas à Hadi, entretanto, ao se piorar a situação humanitária, a al-Qaeda e o Estado Islâmico podem se fortalecer (Shield 2017).

4.3.3 OPERAÇÕES NAVAIS

Uma das primeiras medidas tomadas pelas forças da coalizão quando do lançamento da operação "Decisive Storm" foi a imposição de um bloqueio aéreo e naval contra os territórios ocupados pelos Houthis. Tal medida encontrou respaldo na resolução 2216 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o qual "decide que todos Estados membros devem tomar as medidas necessárias para prevenir o suprimento, venda e transferências, diretos e indiretos (...) de armas e similares de todos os tipos

39 Neste sentido são feitos ataques contra patrulhas e pequenos grupos, visando diminuir vantagens tecnológicas e numéricas através de ataques surpresa. Dessa forma o avanço contra os Houthis se torna custoso, prolongando o conflito, pois a capitulação de ambas partes do conflito é extremamente improvável.

40 Supressão de Defesas Aéreas Inimigas, na sigla em inglês.

[aos rebeldes Houthis]" (Nações Unidas 2015). Com foco inicial no porto de Aden, o bloqueio logo se estendeu aos outros portos controlados pelos Houthis quando da libertação da cidade por tropas da coalizão na operação "Golden Arrow". A interrupção do fornecimento de armamento avançado, em especial antitanque e antinavio, foi a principal motivação do bloqueio imposto (Pollack e Knights 2016).

A mobilização das forças navais da coalizão, em especial da Arábia Saudita, modificou parte do tráfego naval em uma das regiões com o fluxo mais intenso de navios comerciais no planeta. A quantidade de embarcações que trafegam na região, somada à vasta extensão da costa iemenita com seus mais de 1900 km, tornam difíceis os trabalhos de checagem de carga, minando a eficiência da tática empregada pela coalizão (Pollack e Knights 2016). O enrijecimento do bloqueio, por vezes impedindo quaisquer navios de aportarem nos territórios Houthi, agravou o quadro de privação material no país. Mais de 20 milhões de iemenitas dependem do fornecimento de ajuda humanitária, e tal fornecimento tornou-se subordinado à permissão majoritariamente saudita (McKernan 2017).

A estratégia saudita de buscar a desestabilização da base social do governo Houthi com base na privação material encontra no bloqueio aeronaval seu principal componente. Com mais de 80% da comida, medicamentos e combustíveis sendo importados, o Iêmen possui uma frágil estrutura logística de fornecimento de insumos para sua economia. O bloqueio agravou o caos humanitário vivenciado por milhões de iemenitas, restringindo inclusive os carregamentos do mecanismo das Nações Unidas, criado em caráter *ad hoc* e gerido pelo Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos (ENUSP)[41], de alívio humanitário (Gebrekidan e Saul 2017; Human Rights Watch 2017). Após intensa crítica internacional, a Arábia Saudita levantou o bloqueio no final de 2017, aliviando parte da pressão humanitária, não mudando, no entanto, a dependência das decisões políticas sauditas sobre a permissão do tráfego comercial e humanitário (McKernan 2017).

A presença militar da coalizão na região foi acompanhada do incremento de aliados externos, como Reino Unido e Estados Unidos, buscando auxiliar na captura de embarcações carregando armamento, especialmente vindas do Irã. Tal incremento levou à apreensão de um carregamento de armas, alegadamente iranianas, por um navio australiano em 2016. Outro ponto importante das operações navais é o apoio de fogo naval contra posições Houthis, tanto pelo emprego de drones baseados em navios, como pelo uso de ataques com mísseis e direto de embarcações. A presença naval também permitiu a criação de diversas frentes de combate simultâneas quando da operação "Golden Arrow", facilitando a reconquista de territórios importantes (Pollack e Knights 2016).

5 POSIÇÕES INTERNACIONAIS

A presente seção tem como objetivo contextualizar a temática da Coalizão Saudita no Iêmen frente aos organismos regionais (Organização das Nações Unidas e Conselho de Cooperação do Golfo), à mídia internacional e aos demais Estados relevantes para a região (Estados Unidos e Catar). Ela visa trazer a posição destes atores frente à Coalizão, expondo atores externos que poderão ter certa influência

41 Traduzido de United Nations Office for Project Services (UNOPS) em Reuters (2017).

nas atitudes adotadas durante o conflito pelos organizadores da Operação Renewal of Hope.

5.1 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

As Nações Unidas, por meio do Conselho de Segurança (CSNU), reconhecem o presidente Hadi como o legítimo governante do Iêmen, condenando a tomada de poder pelos Houthis. O CSNU, por intermédio do Enviado Especial do Secretário-Geral da ONU para o Iêmen, Martin Griffiths[42], apoia os processos de diálogo nacional promovidos pelo Conselho de Cooperação do Golfo, incluindo a Iniciativa do Conselho de Cooperação do Golfo (ICCG)[43], seu Mecanismo de Implementação (MI)[44] e o Acordo de Paz e Parceria Nacional[45] (APPN) resultante da Conferência do Diálogo Nacional[46] (CDN) (Nações Unidas 2014; *id.* 2015a; *id.* 2015b).

O Mecanismo de Implementação foi proposto em 2011 como método de transição política nacional. Saleh conferiu a Hadi o papel de negociador entre ambas as coalizões, governamental e de oposição, para tentar pacificar o país. O Mecanismo, em suas cláusulas, antecipa as eleições nacionais e estabelece um governo de união nacional, com cada parte compondo 50% dos assentos (Iêmen 2011). O Mecanismo foi reiterado pelas resoluções do CSNU de número 2140, 2201, 2204, 2216 e 2266; todavia, os acordos firmados entre governo e oposição não incluíram os movimento al-Hirak e al-Houthi (Iêmen 2011; *id.* 2012; *id.* 2014; Nações Unidas 2014; *id.* 2015a; *id.* 2015b; *id.* 2015c; *id.* 2016).

O Conselho de Segurança não considerou, portanto, tais movimentos como componentes do processo de estabilização do país e exigiu, quando da tomada de Sana'a pelos Houthis, o total e unilateral desarmamento do movimento e a aceitação dos acordos prévios firmados (Nações Unidas 2015a; *id.* 2015b; *id.* 2016). O contí-

42 Martin Giffiths foi indicado pelo Secretário Geral da Organização das Nações Unidas em Fevereiro de 2018, de nacionalidade britânica o diplomata uma vasta tem experiência na resolução de conflitos. Ele se destaca por levar à mesa de negociações a sociedade civil e não apenas as principais lideranças militares. Todavia sua relação com o governo britânico, fornecedor de armamento nas regiões, traz desconfiança quanto ao desempenho do diplomata (Middle East Eye 2018).

43 Traduzido de Gulf Cooperation Council Initiative (Nações Unidas 2015a). Documento elaborado pelo governo Iemenita, com participação da oposição e intermédio do CCG, visando a transição pacífica do poder para Hadi, reformas no sistema político-eleitoral do Iêmen e o fim das hostilidades entre as partes envolvidas. Não contou com a participação do movimento Houthi na sua elaboração (Iêmen 2012).

44 Traduzido de Implementation Mechanism (Nações Unidas 2015a). Documento elaborado em novembro de 2011, após a assinatura da ICCG, estipulando ferramentas para a transição política no Iêmen. Tal documento substituiu os arranjos legais e constitucionais durante o processo de transição, estipulando datas eleitorais e poderes constitucionais provisórios às partes envolvidas, tanto da oposição, quanto da situação (Iêmen 2011).

45 Traduzido de Peace and National Partnership Agreement (Nações Unidas 2015a). Documento elaborado em 2014 como resultado da CDN, convocando eleições, nomeando representantes de todas as forças políticas nacionais para um governo de transição e constituindo a figura de um Primeiro-Ministro para executar o processo de transição eleitoral. Contou com a participação do movimento Houthi e do Al-Hiraq (Iêmen 2014).

46 Traduzido de National Dialogue Conference. Conferência realizada entre o final de 2013 e início de 2014 que reuniu a maior parte das facções em disputa no Iêmen para a elaboração de um projeto de transição política. Culminou na aprovação do APPN (Nações Unidas 2014), documento que foi reconhecido como um importante avanço na política nacional, mas que falhou na sua fase de implementação.

nuo escalonamento dos conflitos e a apreensão pelos Houthis de mísseis terra-terra, ameaçando os países vizinhos[47], levou o CSNU a instituir a resolução 2216. A resolução requisita um embargo internacional aos atores selecionados pelo Comitê de Sanções do Conselho de Segurança[48], visando impedir o acesso destes a armas e buscando forçar a aceitação dos mesmos às diretrizes adotadas pelo Conselho (Nações Unidas 2015c; *id.* 2018a).

A defesa da soberania, unidade e integridade do Iêmen é outro ponto afirmado em todos os documentos e enfatizado nas declarações emitidas pelo presidente do CSNU. Ademais, nota-se a grande preocupação em enfatizar os riscos que o movimento Houthi oferece à integridade territorial da Arábia Saudita (Nações Unidas 2016b; *id.* 2017; United Nations 2016). A não implementação das resoluções por parte dos Houthis não obteve respostas significativas do CSNU. A atuação da coalizão, sem o aval da ONU, e com diversas críticas, em especial as referentes às violações de direitos humanos, também não foram alvo de posicionamentos firmes por parte da Nações Unidas. As resoluções e declarações são bastante rasas em seu conteúdo e demonstram o baixo interesse do Conselho de Segurança quanto à resolução do conflito de maneira direta, delegando tal função à ICCG e à coalizão saudita na região (Nações Unidas 2015a; *id.* 2015b; *id.* 2015c; *id.* 2016; United Nations 2016; *id.* 2017). Ressalta-se que o então Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, criticou duramente a intervenção saudita pelo seu descaso para com alvos civis, incluindo ataques a crianças, e listou, à época, a coalizão como um dos atores que mutilam e matam crianças em conflitos. Tal iniciativa foi fortemente repreendida pelos países da coalizão, os quais ameaçaram retirar seu financiamento a diversos programas das Nações Unidas, provocando a resposta de Ban Ki-Moon que indicou ter sido forçado a retirar o nome da coalizão da lista por medo da queda do financiamento, por seus membros, a programas da ONU, medida que poderia impactar negativamente outros milhões de crianças (Sengupta 2016).

5.2 CONSELHO DE COOPERAÇÃO DO GOLFO (CCG)

Conforme o observado anteriormente, o CCG é o organismo internacional que mais se dedicou nas tentativas de resolução do conflito ainda no período inicial da Guerra Civil. Os esforços empreendidos pelo Conselho de Cooperação do Golfo quanto ao conflito envolveram a construção da Conferência do Diálogo Nacional, em 2013-2014, buscando elaborar uma nova normatização do aparato estatal iemenita e a democratização do mesmo. Ademais, a elaboração dos APPN, do ICCG e do MI foram de vital importância para a construção do governo de união nacional de Hadi entre 2011 e 2015 (Iêmen 2011, 2012, 2014). O início das operações da coalizão substituiu a postura diplomática que a CCG vinha exercendo. A entidade, assim como os membros da coalizão, segue advogando para que haja um desarmamento total dos grupos insurgentes e para que os acordos sejam implementados (Nações Unidas 2015c, 2016, 2018b; Iêmen 2014; United Nations 2016).

47 Vale lembrar que tais mísseis possuem capacidade operacional de atingir as principais cidades da Arábia Saudita e vêm sendo utilizados como represália à suposta ingerência saudita no Iêmen.

48 Órgão das Nações Unidas que elabora a lista e monitora os embargos internacionais aprovados pelo Conselho de Segurança (ONU 2018a).

5.3 ESTADOS UNIDOS

A ascensão do governo Trump, com um relacionamento complicado com o seu congresso, e a piora do quadro humanitário da Guerra Civil no Iêmen levaram uma série de senadores e deputados a questionarem o apoio estadunidense às tropas da coalizão. O governo, utilizando-se da lei pública de "Autorização para o uso da Força Militar (AFM)[49]", oferece desde 2015, ainda no mandato Obama, apoio logístico e de inteligência à coalizão, com reabastecimento em voo e oficiais de inteligência no solo (Departamento de Estado dos Estados Unidos 2001; Najjar 2017; Niarchos 2018; Zengerle 2018).

A AFM delega poderes discricionários à Casa Branca para efetuar ações militares sem a necessidade de permissão congressual caso estas fossem direcionadas aos grupos que perpetraram os ataques terroristas de 11 de setembro, isto é, à al-Qaeda e aliados. A presença do grupo terrorista na Península Arábica foi utilizada como pretexto para o apoio logístico e de inteligência. Atualmente, tais medidas vêm sendo questionadas por parlamentares que as consideram ilegítimas segundo a "Resolução de Poderes de Guerra[50]", de 1973, que implicaria a necessidade de aprovação congressual para sua execução (Estados Unidos 1973; Najjar 2017; Zengerle 2018).

O país votou a favor de todas as resoluções do Conselho de Segurança que legitimam o governo Hadi no Iêmen, além de apoiar o embargo econômico e a ação da coalizão no país. Ademais, oferecem suporte financeiro por meio da agência USAID[51], bem como o envio de ajuda humanitária, remédios e alimentos (Estados Unidos 2018, Nações Unidas 2014; *id.* 2015a; *id.* 2015b; *id.* 2015c; *id.* 2016). O patrocínio diplomático à coalizão vem perdendo força devido aos problemas humanitários que esta tem gerado, em especial no bloqueio de diversos comboios de ajuda humanitária por parte do governo saudita. O país segue, no entanto, cooperando nos esforços contra a al-Qaeda, vendendo e realizando a manutenção de armamentos para a coalizão, oferecendo, também, suporte em operações de inteligência, atividades que são direcionadas também contra o movimento Houthi (Najjar 2017; Zengerle 2018; Niarchos 2018).

5.4 CATAR

Desde os conflitos de 2004, entre Houthis e Saleh, o Catar tem tido papel de destaque no conflito iemenita. As boas relações do país com o Irã serviram como facilitadoras da inserção do Emir Sheikh Hamad bin-Khalifa Al-Thani como mediador dos conflitos de 2004 e posteriormente como propositor dos acordos de paz de

49 Traduzido de "Authorization for Use of Military Force" em Departamento de Estado dos Estados Unidos (2001).

50 A resolução foi aprovada em sessão conjunta do congresso dos EUA em 1973, com mais de dois terços dos votos, derrubando o veto do então presidente Nixon. A lei regulamenta o emprego de forças armadas em conflitos externos, permitindo a permanência de tropas dos EUA por um período não superior à 60 dias, sem aprovação congressual. Quaisquer ações que durem tempo superior ao estipulado em lei necessitam de uma declaração de guerra, sendo obrigatória a aprovação congressual para tanto (Estados Unidos 1973).

51 Agência dos Estados Unidos que coordena e distribui a maior parte da ajuda externa civil do país. A maior parte dos programas visa combater a fome e a desnutrição (United States Agency for International Development 2018).

2007. O fracasso das negociações, que equalizavam formalmente o governo Saleh e os Houthis, levou o Catar a se retirar das negociações, mas mantendo certa influência no país (Almeida 2017).

O Catar aderiu à campanha militar da coalizão saudita, mas foi expulso em 2017 após o bloqueio coordenado de diversos países árabes[52] a ele. Tal atitude de ingresso na coalizão demonstra a preocupação catari sobre os desdobramentos do conflito. Essa preocupação decorre da política regional do país de mitigar os impactos do fundamentalismo islâmico domesticamente, que faz com que seja acusado pelos vizinhos de fornecer abrigo para grupos fundamentalistas em troca da não interferência destes na política doméstica (Almeida 2017). A presença do Catar na coalizão atuaria como contrapeso às medidas assertivas da Arábia Saudita e dos EAU. Esse fato trouxe desagrado aos governos destes países, desgostosos com o posicionamento catari.

Após a expulsão do Catar, a rede Al Jazeera, que já denunciava as violações de direitos humanos por parte da coalizão, passou a dar maior destaque ao conflito. A rede denuncia a relação entre a política da coalizão para o Iêmen, identificando uma tentativa de dividir o país, e a tentativa de isolar o Catar no cenário internacional. Embora o país critique fortemente as estratégias e táticas da Coalizão realizadas no Iêmen, o Catar e a imprensa nacional ainda consideram o governo Hadi como sendo o governo legítimo do Iêmen, adotando, portanto, uma visão mais crítica acerca do conflito (Al Jazeera 2017a, *id.* 2018a; *id.* 2018b; *id.* 2018c; *id.* 2018d; *id.* 2018e; *id.* 2018f; Almeida 2017).

5.5 IMPRENSA INTERNACIONAL

Além da Al Jazeera, referida na subseção anterior, é válido analisar a retórica dos jornais Russia Today (RT) e Sputnik News, ambos estatais e oriundos da Rússia. Estes demonstram um posicionamento crítico à intervenção externa no Iêmen, seguindo a visão russa de que tal intervenção agravou a crise humanitária no país e pouco fez para solucionar a crise política (Sputnik News 2015; *id.* 2016a; *id.* 2016b; *id.* 2017a; *id.* 2017b). Optou-se por trabalhar também, nesta subseção, os jornais British Broadcasting Corporation (BBC), a Cable News Network (CNN) e a Fox News. A escolha dos mesmos se justifica pela alta audiência que possuem, bem como pela nítida visão ocidental e anglófona em relação ao conflito no Iêmen e as posições a serem tomadas pelas potências internacionais. Ademais, são bons representativos da opinião pública doméstica dos EUA e do Reino Unido, atores destacados no mercado de munições cluster (empregadas no conflito em larga escala), quanto ao papel destes países no contencioso no Iêmen.

A companhia britânica de comunicação British Broadcasting Corporation (BBC) tem noticiado o conflito de maneira crítica às violações de direitos humanos e à imprecisão dos ataques por parte da coalizão saudita. A empresa, no entanto, segue com a posição de que o governo legítimo do Iêmen é representado por Hadi. As reportagens têm como foco o papel da Arábia Saudita, marginalizando a atuação dos EAU. Houve repercussão limitada dentro da companhia quando da divulgação

52 Arábia Saudita, Bahrein, Emirados Árabes Unidos e Egito embargaram o país sob acusações de apoiar grupos radicais na região e cooperar com o Irã e com a Turquia (Al Jazeera 2017b).

de fontes que afirmam que bombas cluster britânicas estariam sendo utilizadas no conflito. Após 2016, ano das denúncias, houve apenas uma notícia referente ao tema, analisando os mortos em conflitos em todo o Oriente Médio, com foco na Síria, e por parte de todos os fornecedores de equipamentos, incluindo Rússia e Estados Unidos. Segue, portanto, noticiando de maneira marginal os acontecimentos no Iêmen, apesar do escalonamento da crise humanitária (BBC 2016; *id.* 2018b; Marcus 2016).

No cenário estadunidense, a Cable News Network (CNN) demonstra inclinação à saída dos Estados Unidos do Iêmen, advogando abertamente em favor da Resolução de Poderes de Guerra (Hartung 2018). Muito embora não haja um acompanhamento detalhado do conflito iemenita a rede de comunicações critica o desempenho da coalizão saudita e reitera o discurso crítico das Nações Unidas quanto à crise humanitária no país e a estratégia saudita que a agrava (Barrett 2018; Hartung 2018; Almasmari 2018; Nikbakht e McKenzie 2018).

Semelhante à CNN, a Fox News critica o baixo desempenho da ofensiva saudita, mas com prismas diferentes. Menciona brevemente o caos humanitário ocasionado pela intervenção da coalizão, mas foca a maior parte de seu conteúdo na conivência, e até promoção indireta, dos sauditas para com a al-Qaeda na Península Arábica, criticando o apoio estadunidense a esta estratégia tida como falida. (Al-Haj 2018a; *id.* 2018b; Associated Press 2018a; *id.* 2018b; *id.* 2018c). O canal sugere, em editorial, que o país não deve enviar tropas para o Iêmen e deve modificar sua atuação no conflito, parando o envio de equipamento de ponta para os sauditas e construindo uma estratégia diferente de engajamento, mais ofensiva, para a coalizão (Zimmerman 2017). Também infere que os Estados Unidos podem, ao reconhecer o governo Houthi, forçar ambos os lados à negociação, afastar o movimento insurgente do governo iraniano, tido pelo canal como a principal ameaça, e apaziguar o conflito.

6 REPRESENTAÇÕES

O (a) **Comandante das Forças Conjuntas da Operação Renewal of Hope** é o (a) chefe das forças da operação. Sua patente é a mais alta do Gabinete a de General e ele(a) é nacional da Arábia Saudita. Seu papel é comandar operações de combate aéreo, terrestre e naval, além de formular estratégias para reprimir os grupos terroristas. Dado que a operação possui maior preocupação com questões logísticas e de abastecimento – em comparação com a operação antecessora –, os planos de ação devem ser pensados de forma que atenue a crise humanitária no Iêmen, além de precisar do aval dos países integrantes da coalizão. Apesar de ser o cargo mais alto na operação, é imprescindível a atuação em conjunto tanto com outros representantes – especialmente com os comandantes da Logística, da Força Aérea da Coalizão e do Comando Terrestre da Coalizão – quanto com os demais países-membros.

O (a) **Comandante Adjunto das Forças Conjuntas da Operação Renewal of Hope** é subordinado(a) ao(à) Comandante das Forças Conjuntas da Operação Renewal of Hope e tem a função de orientar e conduzir as estratégias e operações. É nacional dos Emirados Árabes Unidos e sua patente é a de Tenente General. Enquanto o Comandante das Forças Conjuntas possui a responsabilidade sobre a execução final, o (a) Adjunto deve trabalhar para garantir a melhor operacionalização possível, especialmente através do consenso de todos os países da coalizão. Ademais, está sob sua responsabilidade o estabelecimento de possíveis diálogos com o Representante

do Governo da República do Iêmen.

O (a) **Representante do Governo da República do Iêmen** tem como objetivo representar o governo Hadi nas conversas da coalizão. Tendo em vista os interesses mútuos das partes, é importante manter relações saudáveis com os outros países, visando à continuidade do apoio político e militar. Neste sentido, tal representante atuará como ligação entre o governo Hadi e as operações da coalizão, ponto importante para somar sinergias e obter vantagens estratégicas. O(a) representante deve compreender as principais posições do governo, suas necessidades para sobrevivência e quais pontos devem ser priorizados segundo a República do Iêmen.

O (a) **Comandante Supremo Adjunto das Forças Armadas Iemenitas** é responsável por comunicar e alinhar as operações militares da coalizão com as Forças Armadas iemenitas. Ele é diretamente subordinado ao Comandante Supremo das Forças Armadas Iemenitas, que pode ser consultado por meio de cartas, e a cooperação das Forças com a Coalizão está sob sua jurisdição. Sua patente é a de Tenente General. É de extrema importância para o (a) adjunto compreender a situação militar, como alvos principais, localização do exército e táticas para garantir a sobrevivência do governo. Além disso, é importante compreender que as forças comandadas pelo governo Hadi são limitadas, necessitando apoio de outros países e de líderes tribais, que nem sempre serão aliados.

O (a) **Comandante de Logística** possui como responsabilidade garantir as linhas de suprimento para as forças do exército da coalizão, ou seja, que as tropas possuam mantimentos, combustível e condições de operar. Sua patente é de General de Brigada e ele (ela) é nacional do Bahrein. A logística pode ser vista como a organização dos recursos e seus fluxos no Teatro de Operações, sendo condição essencial para os avanços e a manutenção dos esforços militares. Os recursos não apenas devem ser administrados com habilidade para que não faltem em momentos importantes, mas seu deslocamento é igualmente importante, tendo em vista o risco de ataques a comboios e perdas gerais no transporte.

As operações marítimas da coalizão são lideradas pelo (a) **Comandante da Marinha Real Saudita**, o que inclui desembarques de tropas, execução de bloqueios marítimos, proteção de embarcações civis e operações contra os rebeldes Houthis. Sua patente é a de Vice-Almirante. Além disso, o controle dos portos no Iêmen representa uma grande importância estratégica, tendo em vista o ganho econômico com o comércio e o acesso a suprimentos necessários para a guerra. Um dos portos mais importantes do país, Hodeidah, está atualmente sob controle Houthi e sofreu alguns ataques da coalizão. Além de a marinha saudita ter sofrido ataques de *drones* e mísseis Houthis, a coalizão também acusa os rebeldes de atacarem navios petroleiros e manterem como reféns navios de ajuda humanitária (The Defense Post 2018).

O (a) **Comandante da Força Aérea da Coalizão** é responsável por organizar os movimentos das forças aéreas cedidas à coalizão pelos países participantes. Sua cidadania é saudita e sua patente é a de Tenente General. Os ataques aéreos realizados na operação representam uma das principais formas de coerção empregadas contra os Houthis, tendo em vista que tiram proveito da disparidade de forças aéreas entre os combatentes. Nota-se, também, que as defesas aéreas não têm se mostrado como impeditivas para missões de bombardeio. Alguns casos de aviões derrubados por mísseis terra-ar foram registrados, mas no geral pode considerar-se que a coalizão goza de Supremacia Aérea sobre o território Iemenita (Shield 2017). Os principais

alvos dos ataques aéreos têm sido a infraestrutura de cidades controladas por rebeldes, lideranças chaves, bases militares e suporte a operações terrestres. Entretanto, apesar de representar uma poderosa arma contra os rebeldes, os bombardeios devem ser realizados em conjunto de outras forças para maximizar os ganhos de território, como visto nas ofensivas de 2015 (Mello e Knights 2016).

As operações terrestres da Coalizão são responsabilidade do (a) **Comandante do Comando Terrestre da Coalizão** e representam uma das maiores dificuldades enfrentadas desde o início da guerra. O (a) Comandante é de origem emiradense e sua patente é a de Tenente General. A situação não é favorável para a coalizão, tendo em vista que sua superioridade militar é neutralizada por táticas de guerrilha empregadas tanto pelos Houthis como pela AQAP. Além disso, a coalizão subestimou as forças rebeldes, tanto em suas capacidades como vontade política, resultando em atrasos e perdas em combate terrestre (Mello e Knights 2016). Visando evitar perdas e garantir maior operacionalidade, as forças da coalizão estão treinando as Forças Armadas Iemenitas, sendo a cooperação entre exércitos essencial para ganhar territórios. No que tange as operações contra a AQAP, os Emirados Árabes Unidos lançaram a Operação *Sweeping Torrent*[53] para expulsar o grupo terrorista das províncias centrais do país. O país está utilizando as *Security Belt Forces*[54] para apoiar líderes tribais locais e garantir o sucesso da operação; contudo, não é claro ainda o nível de cooperação entre os diferentes esforços militares dos países membros da coalizão. Nesse sentido, o(a) **Comandante Adjunto do Comando Terrestre da Coalizão**, trabalhará em conjunto com o Comandante para delimitar objetivos, prioridades e um plano de ação no Iêmen, tendo em mente o apoio ao governo Hadi e os interesses de cada país membro da coalizão. Sua patente é a de Major General e é originário do Kuwait.

O (A) Adido(a) das Forças Terrestres para Operações Aéreas é diretamente subordinado ao Comandante do Comando Terrestre da Coalizão e ao Adido do Comandante do Comando Terrestre da Coalizão. É emiradense e sua função é responsável por trabalhar a parte de operações aéreas das unidades de apoio ao solo das forças terrestres. Estas incluem os helicópteros de ataque e transporte, bem como aviões de reconhecimento e de apoio aéreo aproximado. Sua patente é de Coronel.

O (a) **Porta-voz Militar** da coalizão centraliza a comunicação da operação com a mídia internacional visando garantir transparência dos objetivos e dos posicionamentos frente aos acontecimentos da guerra no Iêmen. Sua patente é a de Coronel e ele ela) é cidadão(ã) do Sudão. Estas ações são importantes tendo em vista as fortes críticas de jornais internacionais a respeito das violações de direitos humanos e supostos crimes contra a humanidade cometidos pelas forças da coalizão. O (a) Porta-voz garantiu, ainda em 2018, o comprometimento com a vida de civis, e garantiu que todos os esforços estão sendo feitos para continuar a precaução e prevenção de ataques a civis (Saudi Arabia 2018).

O(a) **Chefe de Inteligência** é responsável pela comunicação intraoperacional e pelo recebimento de informações externas. Sua patente é a de Major General e é o(a) único(a) que pode solicitar informações à Agência de Inteligência, além de sua

53 Operação comandada pelos Emirados Árabes Unidos e executada em março de 2018 que buscou enfraquecer a al-Qaeda na Península Arábica das províncias de Abyan e Shabwani (Middle East Monitor 2018b).

54 Milícia financiada pelos Emirados Árabes Unidos que busca combater grupos terroristas, todavia também apoia o sectarismo no sul.

nacionalidade ser emiradense. Deve trabalhar em conjunto com o(a) Chefe de Inteligência Adjunto, analisando as informações recebidas e repassando-as aos demais membros do Gabinete. O(a) Chefe de Inteligência é subordinado ao Comandante das Forças Conjuntas da Operação Renewal of Hope e desempenha um papel crucial na investigação das negociações e possíveis vazamentos de informações.

O (a) **Chefe de Inteligência Adjunto** tem como função a organização e o ordenamento das informações recebidas externamente e/ou coletadas no campo de batalha. Deve atuar em conjunto com o(a) Chefe de Inteligência – sendo seu/sua subordinado(a) –, recebendo informações e analisando de acordo com as solicitações recebidas. Sua patente é a de Coronel e sua nacionalidade é egípcia.

O (a) **Secretário (a) de Assistência Humanitária** é oriundo da Jordânia e tem o papel de verificar a questão humanitária na Operação Renewal of Hope, atestar a possível violação de direitos humanos pelas partes envolvidas e denunciar tais atos. O estabelecimento de diálogos com o (a) Representante do Governo da República do Iêmen é de suma importância para possibilitar um canal direto de comunicação entre o governo Hadi e o Gabinete, no que tange a questão humanitária. Ademais, a elaboração de documentos de caráter recomendatório fica a cargo do (a) Secretário (a) de Assistência Humanitária, para que possam ser repassados às autoridades.

O (a) **Especialista em Guerra de Contra Insurgência da Academi** trabalha a serviço da Academi[55], uma empresa privada norte-americana de serviço militar. Sua função é atuar junto aos Comandantes no que tange às operações de contra insurgência – operações focadas em serviços de inteligência e apoio populacional (Galula 1964), dirigidas a grupos não-estatais insurgentes, como os Houthis. Apesar de não possuir patente militar, o (a) Especialista em Guerra de Contra Insurgência da Academi possui papel fundamental na operacionalização estratégica, devido ao fato de que pode solicitar informações e acessar dados impossibilitados aos demais cargos militares, especialmente o contato direito com as sedes da Academi, que possui escritórios tanto em Washington (EUA) quanto em Dubai (EAU).

O (a) **Representante do Comando Central dos EUA (CENTCOM)** é a ligação entre a coalizão e o principal aliado externo à região, tendo como responsabilidade apoiar as operações visando os objetivos dos Estados Unidos. Sua patente é a de Tenente General. Além de fornecer inteligência e conselhos militares no que tange as operações, os Estados Unidos também realizam ataques aéreos contra a AQAP no Iêmen. Por sua vasta experiência militar e capacidade, os americanos representam uma grande oportunidade para ajudar a vencer a guerra contra os Houthis. Uma vitória da coalizão é do interesse dos Estados Unidos, entretanto, as graves violações dos direitos humanos realizadas dificultam o apoio do maior aliado (The Guardian 2018).

O (a) **Representante do Conselho de Cooperação do Golfo** é oriundo (a) do Bahrein, e trabalha com a esfera política do conflito, sendo responsável por conectar o Gabinete aos trabalhos do CCG. Por representar os interesses do CCG ele deve focar nas repercussões que as ações militares podem provocar na comunidade internacional. Sua posição visa mediar as relações entre os membros do Gabinete, buscando

55 Academi é uma empresa privada estadunidense, focada em segurança e treinamento militar, que atuou, por exemplo, na Guerra do Afeganistão e do Iraque (Academi 2011). Foi criada em 1997 com o nome de Blackwater Worldwide, mas após uma série de acusações de incidentes e assassinatos envolvendo seus membros - além da divulgação, em 2007, de uma pesquisa que informava a existência de mais tropas militares privadas no Iraque do que tropas do exército dos Estados Unidos - mudou de nome em 2009 para XE Services LLC e, finalmente, em 2011 para Academi (Silent Professionals 2018). Fontes indicam que a Coalizão Saudita no Iêmen contratou 400 membros da empresa (Tribune 2016).

reuniões organizadas, ordenadas e pacíficas. Também atua para que os contenciosos sejam resolvidos de maneira diplomática, evitando o uso desnecessário de intervenções militares.

O (a) **Comandante Adjunto da Força Aérea** é diretamente subordinado ao (à) Comandante da Força Aérea da Coalizão e tem como função auxiliar na preparação das operações aéreas, assim como tomar conhecimento da situação dos equipamentos e das bases a serem utilizadas. Ele (ela) é nacional do Kuwait e sua patente é a de Major General.

O (a) **Comandante das Forças Especiais** é emiradense e tem como função coordenar as operações que envolvem as forças especiais da coalizão. Sua patente é a de Tenente General. É o(a) único(a) capaz de solicitar o emprego destas em combates ou em operações encobertas. O uso deste tipo de unidade é empregado em missões que envolvem reconhecimento avançado, domínio de pontos estratégicos ou sabotagens. Podem também ser empregadas em missões envolvendo grupos paramilitares ou como ponta de lança em operações ofensivas. Imediatamente subordinado a ele (ela) está o(a) **Comandante Adjunto das Forças Especiais**. Sua patente é a de Major General e sua nacionalidade é saudita. O (a) Adjunto é responsável pelas operações encobertas em conjunto com as unidades paramilitares empregadas no conflito, incluindo tropas contratadas de empresas privadas e grupos ligados às tribos locais. É o único capaz de contatar diretamente tais grupos, mas necessita autorização do Comandante das Forças Especiais, ou do Comandante das Forças Conjunta para realizar operações.

O (a) **Representante da DynCorp International** é um (a) civil, contratado (a) da empresa estadunidense DynCorp International de segurança. A empresa foi contratada pelos Emirados Árabes Unidos para substituir os contratados da empresa militar privada Academi. Estes retiraram suas tropas do país após pesadas perdas infligidas pelos Houthis em 2016. O representante tem ligação prioritária com os contratados da DynCorp, mas não pode executar operações oficiais sem autorização do Comandante das Forças Especiais ou do Comandante das Forças Conjuntas da Operação Renewal of Hope. Seu papel é o de intermediar a conexão e as demandas entre os comandantes da coalizão e os operadores da empresa instalados no país.

7 OBJETIVOS OPERACIONAIS DA COALIZÃO

O Gabinete da Coalizão Saudita na República do Iêmen foi criado com o objetivo de operacionalizar e monitorar a execução da Operação Renewal of Hope. Por meio da Operação, a principal missão do Gabinete é garantir que os Houthis sejam derrotados - fornecendo o suporte necessário para que o menor número de civis seja afetado pelo conflito - e que o atual presidente iemenita, Abd Rabbuh Mansour Hadi, possa retomar o controle do país. Para tanto, os seguintes objetivos são elencados:

I. comandar a reconstrução política da República do Iêmen de forma pacífica e democrática;

II. garantir a segurança de civis e agentes externos presentes no território;

III. combater o grupo Houthi e seu acesso a recursos financeiros e militares;

IV. garantir a estabilidade das instituições iemenitas num cenário pós-conflito.

8 INVENTÁRIOS MILITARES

8.1 CAPACIDADES MILITARES: ARÁBIA SAUDITA

Fontes: IHS Jane's 2018a, IHS Jane's 2018b, IHS Jane's 2018c, IHS Jane's 2018d, IISS 2018

	TOTAL	EXÉRCITO	FORÇA AÉREA	MARINHA
EFETIVO	126.500	75.000	36.000	15.500

8.1.1 EXÉRCITO SAUDITA: ROYAL SAUDI LAND FORCES

EFETIVO EMPREGADO	
IÊMEN	Duas brigadas // 3,500 tropas combatentes // 6,500 efetivo de apoio
KING ABD AL-AZIZ MILITARY CITY (KAAMC)	4ª Brigada de Blindados
	10ª brigada mecanizada
	11ª brigada mecanizada

UNIDADES DE COMBATE PRINCIPAIS	
GUARDA NACIONAL	1 Brigada
INFANTARIA MECANIZADA	6 Brigadas
BLINDADOS	3 Brigadas
ARTILHARIA	8 Batalhões
APOIO AÉREO	1 Brigada

VEÍCULOS BLINDADOS		
TANQUE PRINCIPAL DE BATALHA (MBT)	M1A2S	373
	AMX-30S	150
	M60A3	460
VEÍCULO DE COMBATE DE INFATARIA BLINDADO (AIFV)	AMX-10P	570
	M2 BRADLEY	400
	VCC-1	224
VEÍCULO BLINDADO DE TRANSPORTE DE PESSOAL (APC)	M113	1700
	PANHARD M3	150
VEÍCULO DE RECUPERAÇÃO BLINDADO (ARV)	M88A1 ARV	302
	M88A2 ARV	138

ARTILHARIA		
OBUS AUTOPROPULSADO	155 MM M109A2/ M109A1B	110
	155 MM GCT	51
LANÇADOR MÚLTIPLO DE FOGUETES (MRL)	ASTROS II	50
	RAK-SA-128	60

DEFESA ANTIAÉREA TERRESTE		
VEÍCULO DE DEFESA AÉREA AUTOPROPULSADO	SHAHINE	92
	MPCV	68
SISTEMA ANTI-AÉREO AUTOPROPULSADO (SPAAG)	M163 VADS	20
CANHÃO AUTOMÁTICO ANTI-AÉREO	ZU-23-2	15
	L/70	Número incerto
	SKYRANGER	20

AERONAVES DE ATAQUE DE ASA ROTATIVA	
AH-64 APACHES	11

8.1.2 FORÇA AÉREA SAUDITA: ROYAL SAUDI AIR FORCE

	EFETIVO EMPREGADO
FORÇA AÉREA	20.000
DEFESA AÉREA	16.000

AERONAVES		
AVIÕES DE COMBATE	F-15 EAGLE	165
	TORNADO	67
	TYPHOON	71
SISTEMA AÉREO DE ALERTA E CONTROLE (AWACS)	E-3A SENTRY	5
	SAAB 2000	2

AERONAVES		
RECONHECIMENTO/COLETA DE INFORMAÇÕES	TORNADO	11
	RE-3	2
	KING AIR 3501	2
TRANSPORTE	C-130/L-100	36
	CN235	4
TRANSPORTE/REABASTECIMENTO AÉREO	KC-130 HER-	9
	A330 MRTT	6
	KE-3A	7

8.1.3 MARINHA SAUDITA: ROYAL SAUDI NAVY

EFETIVO EMPREGADO	
MARINHA	15.500
FUZILEIROS NAVAIS	3.000

NAVIOS DE GUERRA		
FRAGATA	AL-RIYADH	3
	MADINA	4
CORVETA	BADR	4
CAÇA-MINAS	ADDRIYAH	4
	AL-JAWF	3

8.2 CAPACIDADES MILITARES: IÊMEN

Fontes: IHS Jane's 2018e, IHS Jane's 2018f, IISS 2018

	TOTAL	EXÉRCITO	FORÇA AÉREA	MARINHA
EFETIVO	Aproximadamente 20000	20000	Desconhecido	Inoperante

8.2.1 EXÉRCITO IEMENITA

UNIDADES DE COMBATE PRINCIPAIS	
IÊMEN	Cerca de 10 Brigadas

VEÍCULOS BLINDADOS		
TANQUE PRINCIPAL DE BATALHA (MBT)	M60A1	Quantidade inferior a 10
	T-54	Quantidade inferior a 10
	T-55	Quantidade inferior a 10
	T-62	Quantidade inferior a 10
	T-72	Quantidade inferior a 10
BLINDADOS DE RECONHECIMENTO (RECCE)	BRDM-2	Quantidade inferior a 10
VEÍCULO BLINDADO DE TRANSPORTE DE PESSOAL (APC)	BTR-60	Quantidade inferior a 10

ARTILHARIA	
MÍSSEIS ANTI TANQUE	AT-3 SAGGER/9K11 MALYUTKA
	M47 DRAGON
CANHÃO ANTI-TANQUE AUTO PROPULSADO	100MM SU-100
ARTILHARIA AUTO PROPULSADA	122MM 2S1 GVOZDIKA

8.2.2 FORÇA AÉREA IEMENITA

AERONAVES		
COMBATE	MIG-21	6
	F-5	8
	SU-22 FITTER	2
AERONAVE DE RECONHECIMENTO	AT-802 AIR	6
TREINAMENTO	L-39C ALBATROS	3
TRANSPORTE	C-130 HERCULES	1

8.3 CONTRIBUIÇÕES DE OUTROS MEMBROS

Fontes: Caris 2015, IISS 2018

FORÇAS AÉREAS		
BAHRAIN	F-16	Entre 8 e 15
KUWAIT	Esquadrões de F/A-18 Hornet	3
QATAR	Dassault Mirage 2000	10
EGITO	F-16 Block-52	12
JORDÂNIA	F-16	6
MARROCOS	F-16 sob o comando dos EAU	Entre 6 e 10
SUDÃO	Sukhoi-24	Entre 3 e 4

MARINHA		
EGITO	Fragata ENS Alexandria F911 Oliver Hazard Perry-class	1
	Sulayman Ezzat 682 Ambassador MK Class Fast Attack Craft	1
	Fuad Zakri 684 Ambassador MK III-class Fast Attack Craft	1

8.3.1 CONTRIBUIÇÕES EMIRADOS ÁRABES UNIDOS

EFETIVO
3000
1 Quartel General de uma Brigada
2 grupos de batalha blindados

VEÍCULOS TERRESTRES		
TANQUE PRINCIPAL DE BATALHA (MBT)	AMX-56 LECLERC	Quantidade Indefinida
	BMP-3	Quantidade Indefinida
VEÍCULO RESISTENTE ANTI-MINA (MRAP)	M-ATV	Quantidade Indefinida
ARTILHARIA AUTOPROPULSADA	G6 RHINO	Quantidade Indefinida
	M109A3	Quantidade Indefinida
SISTEMA MÓVEL DE MORTEIROS	AGRAB MK2	Quantidade Indefinida

VEÍCULOS AÉREOS		
AERONAVES DE ATAQUE DE ASA ROTATIVA	AH-64 APACHES	4
	F-16	30
TRANSPORTE	CH-47F CHINOOK	2
	UH-60M BLACK HAWK	4

OUTROS SISTEMAS	
SISTEMA DE MÍSSEIS AUTO PROPULSADOS	96K6 PANTSIR-S1
SISTEMA DE MÍSSEIS TERRA-AR (SAM)	M1M-104F PATRIOT PAC-3

8.3 CAPACIDADES MILITARES DAS MILÍCIAS E DA OPOSIÇÃO

8.4.1 CAPACIDADES MILITARES HOUTHI

EFETIVO
Aproximadamente 20000
Cerca de 20 Brigadas

VEÍCULOS BLINDADOS		
TANQUE PRINCIPAL DE BATALHA (MBT)	T-72	Quantidade inferior a 10
	T-55	Quantidade inferior a 10
	T-80	Quantidade inferior a 10
VEÍCULO DE COMBATE DE INFANTARIA (IFV)	BTR-80A	Quantidade inferior a 10
	RATEL	Quantidade inferior a 10
VEÍCULO BLINDADO DE TRANSPORTE DE PESSOAL (APC)	BTR-60	Quantidade inferior a 10
	BTR-40	Quantidade inferior a 10

ARTILHARIA		
MÍSSEIS ANTI TANQUE	AT-3 SAGGER/9K11 MALYUTKA	Quantidade indefinida
	AT-5B SPANDREL/TOWSAN-1 / 9K111-1 KONKURS	
	AT-7 SAXHORN/9K115 METIS	
	M47 DRAGON	
	MILAN	
LANÇADORES DE MÍSSEIS SUPERFÍCIE - SUPERFÍCIE	MÍSSEIS TERRA-AR (SAM)	Quantidade indefinida
	MÍSSEIS BALÍSTICOS DE CURTO ALCANCE	
	9K79 TOCHKA (SS-21 SCARAB)	
	SCUD-B/HWASONG-5	
	BORKAN-1	
	QAHER-1	
DEFESA COSTEIRA - MÍSSEIS ANTI NAVIO	C-801/C-802	Quantidade indefinida
	VEÍCULO MARÍTIMO NÃO TRIPULADO (UMV)	
ARMAS DE PEQUENO PORTE	RIFLES DE ASSALTO DA SÉRIE AK	Quantidade indefinida
	GRANADA LANÇADA POR FOGUETE (RPGS)	
	METRALHADORAS	
	MORTEIROS	

8.4.2 CAPACIDADES MILITARES AL QAEDA NA PENÍNSULA ARÁBICA

PRINCIPAIS ARTEFATOS
Dispositivos explosivos de natureza móvil improvisados (VBIEDs)

8.4.3 CAPACIDADES MILITARES AL-HIRAK (MOVIMENTO SEPARATISTA DO SUL)

PRINCIPAIS ARTEFATOS
Fuzis e Explosivos de baixa potência

REFERÊCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Academi. 2011. "About us". Academi. Acessado em 23 de agosto 2018. https://www.academi.com/pages/about-us.

Al-Haj, Ahmed. 2018a. "Saudi-led airstrike kills 15 in Yemen". *Fox News.* Acessado em 26 de maio 2018. http://www.foxnews.com/world/2018/04/09/saudi-led-airstrike-kills-15-in-yemen.html

———. 2018b. "Suspected US airstrike kills 3 al-Qaeda operatives in Yemen". *Fox News.* Acessado em 26 de maio 2018. http://www.foxnews.com/world/2018/05/15/suspected-us-airstrike-kills-3-al-qaeda-operatives-in-yemen.html

Al-Awsat, Asharq. 2018. "Yemen Complains to UN, Lebanon over Hezbollah's Hostile Stances, Houthi Support". Acesso em: 01 maio 2018. https://goo.gl/Saag31

Al-Rasheed, Madawi. 2017. "King Salman and his Son – Winning the US, Losing the Rest". LSE Middle East Centre Report. http://goo.gl/XZtbcB

Al Jazeera. 2011. "Yemen's Saleh agrees to transfer power". Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/middleeast/2011/11/201111235504010l606.html. Acesso em: 01 maio 2018.

———. 2012. "Yemen election ends Saleh's 33-year rule". Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/middleeast/2012/02/201222111751l739757.html. Acesso em: 01 maio 2018.

———. 2015a. "Saudi and Arab allies bomb Houthi positions in Yemen". Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/middleeast/2015/03/saudi-ambassador-announces-military-operation-yemen-150325234138956.html. Acessoem: 01 maio 2018.

———, 2015b. "Iran's Zarif seeks Pakistan's help in Yemen crisis". https://www.aljazeera.com/news/2015/04/iran-zarif-due-pakistan-yemen-war-debate-150408052903767.html

Al Jazeera. 2017a. "Military action in Yemen: Who's for it, who's against?". Acessado em 26 de maio 2018. https://www.aljazeera.com/indepth/interactive/2015/03/military-action-yemen-150326143748798.html

——— 2017b. "Qatar-Gulf crisis: Your questions answered". Acessado em 24 de agosto 2018. https://www.aljazeera.com/indepth/features/2017/06/qatar-gulf-crisis-questions-answered-170606103033599.html

———, 2017c. "Yemen: Ex-President Ali Abdullah Saleh killed". https://www.aljazeera.com/news/2017/12/houthi-media-ali-abdullah-saleh-killed-sanaa-171204123328290.html

———. 2018a. "What does UAE want with Yemeni island Socotra?". Acessado em 26 de maio 2018. https://www.aljazeera.com/programmes/insidestory/2018/05/uae-yemeni-island-socotra-180507213328999.html

———. 2018b. "What is going on in southern Yemen?". Acessado em 26 de maio 2018. https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/south-yemen-secession-aden-180129095311293.html

———. 2018c. "There is a hidden inclination to divide Yemen: Ahmad al-Sayyad". Acessado em 26 de maio 2018. https://www.aljazeera.com/news/2018/05/veiled-vision-divide-yemen-unesco-ambassador-180517102641450.html

———. 2018d. "Yemen PM: Crisis over UAE deployment to Socotra over". Acessado em 26 de maio 2018.https://www.aljazeera.com/news/2018/05/yemen-pm-crisis-uae-deployment-socotra-180514155240735.html

———. 2018e. "Qatar Human Rights Committee condemns arrest of Qatari national". Acessado em 26 de maio 2018. https://www.aljazeera.com/news/2018/05/qatar-human-rights-committee-condemns-arrest-qatari-national-180514094117721.html

———. 2018f. "How WikiLeaks cables paint UAE motive for Qatar blockade". Acessado em 26 de maio 2018..https://www.aljazeera.com/indepth/features/wikileaks-cables-paint-uae-motive-qatar-blockade-180524174346824.html

Almasmari, Hakim. 2018. "Houthi political leader confirmed dead Monday; airstrikes kill more than 30 at Yemen Wedding". *CNN.* Acessado em maio 26, 2018. https://edition.cnn.com/2018/04/23/middleeast/saudi-yemen-wedding-airstrikes-intl/index.html.

Almeida, Daniel. 2017. "What Qatar's role in Yemen tells about the Gulf crisis". *Arab News.* Acessado em 26 de maio 2018. http://www.arabnews.com/node/1116206

Al Tamimi, Jumana. 2018. "Operation Shows 'Quality Of Intelligence'". *Gulfnews*. https://gulfnews.com/news/gulf/yemen/operation-shows-quality-of-intelligence-1.2211155.

Ardemagni, Eleonora. 2017. "UAE-Backed Militias Maximize Yemen's Fragmentation". IstitutoAffariInternazionali. http://www.iai.it/sites/default/files/iaicom1711.pdf

Asia Times. 2018. "What the Russian veto on Yemeni war signifies". http://www.atimes.com/article/russian-veto-yemeni-war-signifies/

Associated Press (AP). 2018a. "UN humanitarian chief calls Yemen conditions 'catastrophic'". *Fox News.* Acessado em 26 de maio 2018. http://www.foxnews.com/world/2018/02/27/un-humanitarian-chief-calls-yemen-conditions-catastrophic.html

_____. 2018b. "Report: Yemen rebels target Saudi capital with missiles". *Fox News.* Acessado em 26 de maio 2018. http://www.foxnews.com/world/2018/05/09/report-yemen-rebels-target-saudi-capital-with-missiles.html

_____. 2018c. "The Latest: Yemen rebels say strike kills senior official". *Fox News.* Acessado em 26 de maio 2018. http://www.foxnews.com/world/2018/04/23/latest-yemen-rebels-say-strike-kills-senior-official.html

Axe, David e Robert Beckhusen. 2014. "Anatomy Of An Air Strike: Three Intelligence Streams Working In Concert". *Reuters*. http://blogs.reuters.com/great-debate/2014/08/21/anatomy-of-an-air-strike-three-intelligence-streams-working-in-concert/.

Barrett, Ted. 2018. "Senators block Yemen war powers resolution". *CNN.* Acessado em 26 de maio 2018. https://edition.cnn.com/2018/03/20/politics/yemen-war-powers-vote/index.html.

BBC. 2016. "UK-made cluster bombs used in Yemen, Michael Fallon confirms". Acessado em 25 de maio 2018. http://www.bbc.com/news/uk-politics-38364694.

———. 2018a. "Yemen crisis: Who is fighting whom?".Disponível em: http://www.bbc.com/news/world-middle-east-29319423. Acessoem: 01 maio 2018.

———. 2018b. "Yemen war: Houthi political leader Saleh al-Sammad 'killed in air raid'". Acessado em 26 de maio 2018. http://www.bbc.com/news/world-middle-east-43872482.

Bidwell, Robin Leonard. 1985. *The Two Yemens*. Harlow, Essex, UK: Longman.

Blumi, Isa. 2018. *Destroying Yemen: what chaos in arabia tells us about the world.*UniversityofCalifornia Press, 311 p. Disponível em: http://gen.lib.rus.ec/book/index.php?md5=134C2BE52C3F76BC3B854465D92F39D7. Acesso em: 01 maio.

Brasil. 2014. "EMA-305 - DOUTRINA BÁSICA DA MARINHA (DBM)". https://goo.gl/nVZuLg

Brehony, Noel. 2011. *Yemen Divided*. London: I.B. Tauris.

Caris, Charles. 2015. "2015 Saudi-Led Intervention In Yemen: Order Of Battle". *Critical Threats*. https://www.criticalthreats.org/analysis/2015-saudi-led-intervention-in-yemen-order-of-battle.

CENTCOM. 2017. "Update On Recent Counterterrorism Strikes In Yemen." Comando *United States Central Command*. Disponível em: http://www.centcom.mil/MEDIA/PRESS-RELEASES/Press-Release-View/Article/1401383/update-on-recent-counterterrorism-strikes-in-yemen/

Center for International Policy. 2017. "U.S. Arms Transfers to the UAE and the War in Yemen". https://goo.gl/p7svKa

Center on Sanctions and Illicit Finance, 2017. "Al-Qaeda In The Arabian Peninsula". Financial Assessment. Center on Sanctions and Illicit Finance.

Chang, I-Wei Jennifer. 2018. "China and Yemen's Forgotten War". United States Institute of Peace. goo.gl/eyLNpP

Cleveland, William L, and Martin P Bunton. 2009. *A History Of The Modern Middle East*. Boulder, Colo.: Westview Press.

Conselho de Segurança das Nações Unidas Resolução 2216 (2015), "Sobre a Situação no Iêmen", S/RES/2216 (14 April 2015), disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2216%20%282015%29.

Conselho de Segurança das Nações Unidas Resolução 2402 (2018), Renewing Sanctions Against Yemen, S/RES/2402 (26 February 2018), disponível em http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_2402.pdf

Cordesman, Anthony H. 2008. "Security Challenges and Threats in the Gulf". Center for Strategic & International Studies. http://goo.gl/qZnKfR

———. 2017. "The War in Yemen: Hard Choices in a Hard War". Center for Strategic& Internacional Studies. http://goo.gl/aAjY8H

The Defense Post. 2018. "YHodeidah: The strategic port at the center of Yemen's war". Acessado em: 27 maio 2018. https://thedefensepost.com/2018/04/04/hodeidah-port-yemen-war/.

Departamento de Estado dos Estados Unidos. Instituto de Assuntos do Oriente Próximo. U.S. RelationsWithYemen. Washington, D.C.: DE, 2018. Acessado em 15 de maio 2018. https://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/35836.htm.

———. Escritório Governamental de Publicações (EGP). Public Law 107–40—sept. 18, 2001. Washington, D.C.: EGP, 2001, Acessado em 15 de maio 2018. https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/PLAW-107publ40/pdf/PLAW-107publ40.pdf

———. Public Law 93-148-NOV. 7, 1973 . Washington, D.C.: EGP, 1973. Acessado em 15 de maio 2018. https://www.govinfo.gov/content/pkg/STATUTE-87/pdf/STATUTE-87-Pg555.pdf

Dunnigan, James F. 2003. *How to Make War: A Comprehensive Guide to Modern Warfare in the 21st Century*. 4. ed. Nova Iorque: Harpercollins Publishers Inc., 660 p.

Durac, Vincent. 2011. "The Joint Meeting Parties and the Politics of Opposition in Yemen". *British Journal of Middle Eastern Studie*s, December v.38 n.3, 343–365. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13530194.2011.621697. Acessoem: 06 maio 2018.

Elayah, Moosa e Schulpen, Lau. 2017. "Yemen: a Forgotten War and an Unforgettable Country". Centre for International Development Issues RadboundUniveristy Nijmegen. http://goo.gl/bWSNsQ

The Economist, 2018. "What happens if Donald Trump walks away from the Iran nuclear deal?".https://goo.gl/w2mY50

Etheredge, Laura (Ed.). 2011. *Saudi Arabia and Yemen*. New York: Britannica Educational Publishing.

European Council on Foreign Relations (ECFR). 2018. "Mapping the Yemen Conflict". Disponívelem: http://goo.gl/QUHc5Y. Acessoem: 01 maio 2018.

Farrukh, Maher e Zimmerman, Katherine. 2018. "Situation Report Yemen, Mar 1". Disponível em: https://www.criticalthreats.org/briefs/yemen-situation-report/2018-yemen-crisis-situation-report-march-1. Acesso em: 18 maio 2018

Felício, Luís Felipe Mendes 2017. "Afeganistão: A continuidade do grande jogo. Série Conflitos Internacionais 4(4): 1-7. https://goo.gl/xjeuUo

Finlan, Alastair. 2003. *The Gulf War 1991*. 1st ed. Oxford: Osprey Pub.

Firdausi, S. Fazal D. e Anshu. 2018. "Conflict in Yemen: A Sectarian Strife or Petro-geopolitics?" International Journal of Humanities and Social Science Invention 7(1): 20-25. http://goo.gl/ScGhkx

Foreign Policy News. 2016. "Saudi Intervention in Yemen and its impact on Saudi's economy". https://goo.gl/s2f4G9

Fraihat, Ibrahim. 2016. *Unfinished Revolutions: Yemen, Libya, and Tunisia after the Arab Spring*. New Haven: Yale University Press, 2016. 304 p.

Freeman, Jack. 2009. "The al Houthi Insurgency in the North of Yemen: An Analysis of the Shabab al Moumineen". *Studies In Conflict & Terrorism*, [s.l.], v. 32, n. 11, p.1008-1019, 30 out. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10576100903262716>. Acesso em: 25 mar. 2018.

Galula, David. 1964. "Counterinsurgency warfare : theory and practice". London: Praeger Security International.

Gebrekidan, Selam, e Jonathan Saul. 2017. "In blocking arms to Yemen, Saudi Arabia squeezes a starving population". *Reuters Investigates.* Disponível em: https://www.reuters.com/investigates/special-report/yemen-saudi-blockade/. Acesso em: 06 maio 2018.

Grool, Elias. 2015. "The War of Words Between AQAP's Bomb-Maker and Al Jazeera". *Foreign Policy.* Disponível em: https://foreignpolicy.com/2015/08/04/the-war-of-words-between-aqaps-bomb-maker-and-al-jazeera/. Acesso em: 15 maio 2018.

The Guardian, 2011. "Great dynasties of the world: The House of Saud". https://goo.gl/RVkAW5

———. 2016. "Saudi Arabia and UK-supplied cluster bombs: what do we know?".https://goo.gl/qk2kpP

———. 2018. "Yemen war: Senate rejects ending US support of Saudi-led campaign". Acessado em: 27 maio 2018. https://www.theguardian.com/world/2018/mar/20/yemen-war-us-saudi-senate-support.

Halliday, Fred. 2002. *Revolution And Foreign Policy: The Case Of South Yemen, 1967-1987*. 1st ed. Cambridge: Cambridge University Press.

Hartung, William D. 2018. "How the US can bring an end to the war in Yemen". *CNN.* Acessado em 26 de

maio 2018. https://edition.cnn.com/2018/03/07/opinions/congress-saudi-funding-yemen-opinion-hartung/index.html.

Hegghammer, Thomas. 2010. "The Failure of Jihad in Saudi Arabia." *Occasional Paper Series*. Combating Terrorism Center at West Point. https://ctc.usma.edu/app/uploads/2010/10/CTC_OP_Hegghammer_Final.pdf

Hokayem, Emile, e David B. Roberts. 2016. "The War in Yemen". *Survival,* [s.l], v.58, n.6, p.157-186, 21 nov. Disponívelem: http://dx.doi.org/10.1080/00396338.2016.1257202. Acessoem: 01 maio 2018.

Horton, Michael. 2015. "The Hadramawt: AQAP And The Battle For Yemen's Wealthiest Governorate". *Terrorism Monitor Volume* 13 (14). https://jamestown.org/program/the-hadramawt-aqap-and-the-battle-for-yemens-wealthiest-governorate/.

———. 2017. "Fighting The Long War: The Evolution Of Al-Qa`Ida In The Arabian Peninsula". *CTC Sentinel* 10 (1): 17-22. https://ctc.usma.edu/app/uploads/2017/01/CTC-Sentinel_Vol9Iss1120.pdf.

Human Rights Watch (HRW). 2015. "Targeting Saada: Unlawful Coalition Airstrikes on Saada City in Yemen". Disponível em: https://www.hrw.org/report/2015/06/30/targeting-saada/unlawful-coalition-airstrikes-saada-city-yemen. Acesso em: 01 maio 2018.—

———. 2017. "Yemen: CoalitionBlockadeImperilsCivilians". Disponível em: https://www.hrw.org/news/2017/12/07/yemen-coalition-blockade-imperils-civilians. Acessoem 06 maio 2018.

Iêmen. "Acordo da Iniciativa do Conselho de Cooperação do Golfo". 2012. Acessado em 14 de maio 2018: https://osesgy.unmissions.org/sites/default/files/6-gcc_initiative_yemen_english.pdf

———. "Agreement on the implementation mechanism for the transition process in Yemen in accordance with the initiative of the Gulf Cooperation Council (GCC)". 2011. Acessado em 14 de maio 2018. https://osesgy.unmissions.org/sites/default/files/5-yemen_mechanism_english_official_v2.pdf

———. "The Peace and National Partnership Agreement". 2014. Acessado em 14 de maio 2018. https://osesgy.unmissions.org/sites/default/files/1-20141021_pnpa_eng.pdf.

IHS Jane's. 2017. "Ansar Allah". *Jane's World Insurgency and Terrorism*. Jane's Information Group, 20 jul 2017.

———. 2018a. "Saudi Arabia, Armed Forces". *Jane's Sentinel Security Assessment – The Gulf States*. Jane's Information Group, 28 fev 2018.

———. 2018b. "Saudi Arabia, Army". *Jane's Sentinel Security Assessment – The Gulf States*. Jane's Information Group, 23 abr 2018.

———. 2018c. "Saudi Arabia, Navy". *Jane's Sentinel Security Assessment – The Gulf States*. Jane's Information Group, 23 abr 2018.

———. 2018d. "Saudi Arabia, Air Force". *Jane's Sentinel Security Assessment – The Gulf States*. Jane's Information Group, 23 abr 2018.

———. 2018e. "Yemen, Armed Forces". *Jane's Sentinel Security Assessment – The Gulf States*. Jane's Information Group, 20 fev 2018.

———. 2018f. "Yemen, Air Force". *Jane's Sentinel Security Assessment – The Gulf States*. Jane's Information Group, 23 abr 2018.

———. 2018g. "Yemen, Non-state Armed Groups". *Jane's Sentinel Security Assessment – The Gulf States*. Jane's Information Group, 07 mar 2018.

International Institute for Strategic Studies. 2018. *The Military Balance*. International Institute for Strategic Studies: Londres.

Juneau, Thomas. 2016. "Iran's Policy Towards the Houthis in Yemen: A limited return on a modest investment. International Affairs 92(3): 647-663. DOI: 10.1111/1468-2346.12599

Kalin, Stephen e Noah Browning. 2018. "Saudi Arabia and UAE suffer Yemen setback as allies fall out". Disponível em: https://www.reuters.com/article/us-yemen-security/saudi-arabia-and-uae-suffer-yemen-setback-as-allies-fall-out-idUSKBN1FM1S3. Acesso em: 01 maio 2018.

Kasinof, Laura. 2012. "Yemen'sElectionEnsuresLeaderExit". Disponível em: https://www.nytimes.com/2012/02/22/world/middleeast/yemen-votes-to-remove-ali-abdullah-saleh.html. Acesso em: 01 maio 2018.

Karadeli, AndreeaStoian. 2017. "An Old Threat Left in The Shadows of ISIS – Al-Qaeda In The Arabian Peninsula". In *International Conference RCIC'17*, 180-186. Bucharest: "Mihai Viteazul" National Intelligence Academy. http://www.afahc.ro/ro/rcic/2017/rcic'17/SIC/180-186%20Stoian%20

Karadeli.pdf.

Knights, Michael, e Alexandre Mello. 2015a. "The Escalating Northern Front in Yemen". The Washington Institute. Disponível em: http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/the-escalating-northern-front-in-yemen. Acesso em:01 maio 2018.

———. 2015b. "The Saudi-UAE War Effort in Yemen (Part 1): Operation Golden Arrow in Aden". The Washignton Institute. Disponívelem: http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/the-saudi-uae-war-effort-in-yemen-part-1-operation-golden-arrow-in-aden. Acessoem: 01 maio 2018.

Knights, Michael. 2016. "Responding to Iran's Arms Smuggling in Yemen". *The Washington Institute*. Disponível em: http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/responding-to-irans-arms-smuggling-in-yemen. Acesso em: 01 maio 2018.

Knoll, David. 2017. "Al-Qaeda In The Arabian Peninsula (AQAP): An Al-Qaeda Affiliate Case Study". *Center For Naval Analyses*.

Köse, Talha e Ulutaş, Ufuk. 2017. "Regional Implications of the Qatar Crisis: Increasing Vulnerabilities". Seta Perspective 31. http://goo.gl/RT3iif

Kostiner, Joseph. 1996. *Yemen*. London: Royal Institute of International Affairs.

Lackner, Helen. 2017. *Yemen in Crisis: Autocracy, Neo-Liberalism and the Desintegration of a State*. Londres: *Saqi Books,* 363 p.

Lowenthal, Mark M. 2015. *Intelligence: from Secrets to Policy*. 6. ed. Los Angeles: Cq Press, 534 p.

Machry, Patrícia Graeff. 2016. "Afeganistão e Iêmen: Condicionantes e Características da Crise dos Estados." Graduação monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MacLean, William, NoahBrowning e Yara Bayoumy. 2016. "Yemen counter-terrorism mission shows UAE military ambition". *Reuters.* Disponível em: https://www.reuters.com/article/us-yemen-security-emirates-idUSKCN0ZE1EA. Acessoem: 01 maio 2018.

Marcus, Jonathan. 2016. "Russian cluster munitions: Now you see them, now you don't?". *BBC*. Acessado em 25 de maio 2018. http://www.bbc.com/news/world-europe-36578281.

McDowall, Angus, Phil Stewart, and David Rohde. 2016. *Reuters*, 2016. https://www.reuters.com/investigates/special-report/saudi-military/. Acesso em 1 de maio de 2018

Mcfadden, Danny. 2016. One Belt One Road- The New Silk Road. http://goo.gl/rDBNhE

McKernan, Bethan. 2017. "Saudi Arabia lifts blockade on Yemen air and seaports to allow in vital aid". *Independent*. Disponível em: https://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/yemen-saudi-arabia-blockade-sanaa-hodeida-airport-seaport-lifted-humanitarian-crisis-a8069916.html. Acessoem: 06 maio 2018.

Middle East Eye. 2018. "Who Is Martin Griffiths, UN's New Envoy To Yemen?". *Middle East Eye*. Acessado em 25 de Agosto 2018. https://www.middleeasteye.net/news/who-martin-griffiths-yemens-new-un-envoy-1120969214.

Middle East Monitor (MEMO). 2017 "UAE accused of using mercenaries in Yemen". Disponível em: <https://www.middleeastmonitor.com/20171128-uae-accused-of-using-mercenaries-in-yemen/>. Acessoem: 01 maio 2018.

———. 2018a. "US report: UAE 'colonising force' in Yemen." Disponível em: <https://www.middleeastmonitor.com/20180221-us-report-uae-colonising-force-in-yemen/>. Acesso em: 01 maio 2018.

———. 2018b. "UAE 'Operation Sweeping Torrent' unleashed in Yemen". Acessado em 23 de Agosto 2018. https://www.middleeastmonitor.com/20180308-uae-operation-sweeping-torrent-unleashed-in-yemen/

Morton, Miranda e Zimmerman, Katherine. 2018. "Yemen Situation Report 24 Jan". *Critical Threats*. https://www.criticalthreats.org/briefs/yemen-situation-report/2018-yemen-crisis-situation-report-january-24.

Mumford, Andrew. 2013. "Proxy Warfare and the Future of Conflict". The RUSI Journal 158(2): 40-46. DOI: 10.1080/03071847.2013.787733

Nações Unidas. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). 2017. "Global Trends: ForcedDisplacement 2016". Disponível em: http://www.unhcr.org/5943e8a34.pdf. Acesso em: 01 maio 2018.

———, Conselho de Segurança, *Consolidated United Nations Security Council Sanctions List.* 2018a. Disponível em: https://www.un.org/sc/suborg/en/sanctions/un-sc-consolidated-list Acessado em 14

maio 2018.

———. Enviado Especial do Secretário-Geral para o Iêmen, Primeiro Encontro Informativo para o Conselho de Segurança, 17 de abril de 2018b, Disponível em: https://osesgy.unmissions.org/martin-griffiths-special-envoy-yemen-makes-his-first-briefing-security-council. Acessado em 14 maio 2018.

———. Conselho de Segurança. 2014. S/RES/2140. Sobre a Situação no Oriente Médio, (26 de fevereiro 2014), Disponível em http://unscr.com/en/resolutions/doc/2140

———. Conselho de Segurança. 2015a. S/RES/2201. Sobre a Situação no Oriente Médio (Iêmen), (15 de fevereiro 2015), Disponível em http://undocs.org/S/RES/2201%20(2015)

———. Conselho de Segurança. 2015b. S/RES/2204. Sobre a Situação no Oriente Médio (Iêmen) (24 de fevereiro 2015), Disponível em http://undocs.org/S/RES/2204%20(2015)

———. Conselho de Segurança. 2015c. S/RES/2204 Sobre a Situação no Oriente Médio (Iêmen), (14 de abril 2015), Disponível em http://undocs.org/S/RES/2216(2015)

———. Conselho de Segurança. 2016. S/RES/2266. Sobre a Situação no Oriente Médio (Iêmen), (24 de fevereiro 2016b), Disponível em http://undocs.org/S/RES/2266(2016)

Nadimi, Farzin, and Michael Knights. 2018. "Iran's Support To Houthi Air Defenses In Yemen". *The Washington Inst*itute. http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/irans-support-to-houthi-air-defenses-in-yemen. Acesso em: 01 maio 2018

Najjar, Farah. 2017. "Why the United States will never leave Yemen". *Al Jazeera.* Acessado em maio 15, 2018. https://www.aljazeera.com/news/2017/11/united-states-leave-yemen-171112191346249.html.

Nascimento, Marcio Fagundes do. 2010. *A Privatização do Emprego da Força por Atores Não Estatais no Âmbito Multilateral*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 243 p.

National Yemen Newspaper. 2012. "A History of Yemeni Presidents". Acesso 04 Agosto 2018. https://nationalyemen.com/2012/10/16/a-history-of-yemeni-presidents/

Niarchos, Nichollas. 2018. "How the U.S. Is Making the War in Yemen Worse".*The Yorker*. Acessado em 15 de maio 2018. https://www.newyorker.com/magazine/2018/01/22/how-the-us-is-making-the-war-in-yemen-worse

Nikbakht, Daniel, e Sheena McKenzie. 2018. "The Yemen war is the world's worst humanitarian crisis, UN says". *CNN.* Acessado em 26 de maio 2018. https://edition.cnn.com/2018/04/03/middleeast/yemen-worlds-worst-humanitarian-crisis-un-intl/index.html.

Nye, Joseph S. 1990. "Soft Power". *Foreign Policy* nº 80: 153-171. DOI:10.2307/1148580

ONU News. 2018. "Guterres recebe de príncipe saudita doação de quase US$ 1 bilhão para Iêmen". https://goo.gl/EZxmsK

O`Hanlon, Michael E. 2009. *The Science of War: defense budgeting, military technology, logistics, and combat outcomes.* Princeton: Princeton University Press, 266 p.

Patrick, Neil. 2016. "Saudi Arabia's Problematic Allies against the Houthis." Cairo Review of Global Affairs. https://www.thecairoreview.com/tahrir-forum/saudi-arabias-problematic-allies-against-the-houthis/. Acesso em: 01 maio 2018.

Phillips, Sarah. 2011. "Chapter Six: The political parties". *Adelphi Series*, [s.l.], v. 51, n. 420, p.105-122, mar. Informa UK Limited. http://dx.doi.org/10.1080/19445571.2011.600539. Disponível em: . Acesso em: 25 mar. 2018.

Pradhan, Prasanta Kumar. 2017. *Arab Spring and Sectaria Faultlines in West Asia.* Nova Déli: Pentagon Press, 172 p.

Political Geography Now. "Yemen Control Map & Report - January 2018". 2018. *PoliticalGeographyNow*. Acesso em 6 de maio de 2018. http://www.polgeonow.com/2018/01/who-rules-yemen-map-houthis-control.html.

Pollack, Nadav, e Michael Knights. 2016. "Gulf coalition operations in Yemen (Part 2):

Maritime and aerial blockade". *The Washington Institute*. Disponível em: http://www.washingtoninstitute.org/policyanalysis/view/gulf-coalition-operations-in-yemen-part-3-maritime-and-aerialblockade. Acessoem: 06 maio 2018.

Popp, Roland. 2015. "War in Yemen: Revolution and Saudi Intervention". *CSS Analyses in Security Policy* 175. http://goo.gl/9wQev8

Pradhan, Prasanta Kumar. 2017. *Arab Spring and SectariaFaultlines in West Asia.* Nova Déli: Pentagon

Press, 172 p.

Ramos, Nuno Miguel Costa Gaspar Duarte. 2012. "Ameaças ao transporte marítimo – A Pirataria: Estudo do Caso Somali". Dissertação de Mestrado. Universidade Autónoma de Lisboa.

Reis, João Arthur da Silva, Patrícia GraeffMachry, and Pedro Henrique Prates. 2015. "The Situation In Yemen". In *UFRGS Model United Nations Journal*, 539 - 584. Porto Alegre: Editora UFRGS. https://www.ufrgs.br/ufrgsmun/2015/files/unsc_v2.pdf.

Reuters. 2015. "U.S. Expands Intelligence Sharing With Saudis In Yemen". 2015. *Reuters*. https://www.reuters.com/article/us-usa-saudi-yemen-exclusive/exclusive-u-s-expands-intelligence-sharing-with-saudis-in-yemen-operation-idUSKBN0N129W20150410.

———. 2016. "Yemen's guerrilla war tests military ambitions of big-spending Saudis". https://goo.gl/t9Gjm4

———. 2017a. "Yemen's Hadi sees only a military solution to crisis: Arabiya TV". Disponível em: https://www.reuters.com/article/us-yemen-security/yemens-hadi-sees-only-a-military-solution-to-crisis-arabiya-tv-idUSKCN1BZ09Y. Acesso em: 01 maio 2018

——— 2017b. "In Yemen conflict, a window into deepening U.S.-Gulf ties". https://goo.gl/KVrs2P

Roche, Alexandre. 2012. "Tensões da Primavera do mundo árabe-sunita: entre o wahabismo conservador e o espírito crítico, entre a política do petróleo e a independência econômica". *Ciências & Letras*: Revista da Faculdade Porto-Alegrense, Porto Alegre, v. 51, n. 2, p.47-56, jun.

Roberts, David B. 2016. "Mosque and State: The United Arab Emirates' Secular Foreign Policy". The Foreign Affairs. Disponívelem: https://www.foreignaffairs.com/articles/united-arab-emirates/2016-03-18/mosque-and-state. Acesso em: 01 maio 2018.

———. 2018. "Special Briefing: U.S. withdraws from Iran nuclear deal". https://goo.gl/U8PXEB

Marques, Francisco Henrique de Jesus Sormenho. 2015. "As Tensões Intra-Islâmicas - A oposição entre Sunitas e Xiitas no contexto geopolítico do Médio Oriente". Dissertação de mestrado. Universidade Católica Portuguesa. https://goo.gl/ag5avP

Rogoway, Tyler. 2015. "Houthi Rebels Destroy M1 Abrams Tanks With Basic Iranian Guided Missiles". *Jalopnik: Foxtrot Alpha*. Disponível em: https://foxtrotalpha.jalopnik.com/houthi-rebels-destroy-m1-abrams-tanks-with-basic-irania-1726478735. Acesso em: 01 maio 2018.Salisbury, Peter. 2015. "Yemen and the Saudi-Iranian 'Cold War'". The Royal Institute of International Affairs. http://goo.gl/vF4Gq0

Saudi Arabia, Royal Embassy. 2017. "Saudi Arabia and the Yemen Conflict – April 2017 Report." Washington, D.C.: 2017. http://goo.gl/uUhSgi

———. 2018. "Coalition Investigating Claims of a Strike in Bani Qais". Acessado em: 28 maio 2018. https://www.saudiembassy.net/news/coalition-investigating-claims-strike-bani-qais.

Selvik, Kjetil. 2015. "War in Yemen: the view from Iran". Norwegian Peacebuilding Resource Centre. http://goo.gl/m3w7dw

Sengupta, Somini. 2016. "United Nations Chief Exposes Limits to His Authority by Citing Saudi Threat". *New York Times*. Acessado em 26 de maio 2018. https://www.nytimes.com/2016/06/10/world/middleeast/saudi-arabia-yemen-children-ban-ki-moon.html

Serr, Marcel. 2018. "Understanding the War in Yemen". Israel Journal of Foreign Affairs 11(3): 357-369. DOI: 10.1080/23739770.2017.1419405

Shae'e, A. I. H.. 2010. Al-Qaeda in the Arabian Peninsula. Yemen Times. Disponível em: http://www.yementimes.com/de faultdet.aspx?SUB_ID=33738.

Sharp, Jeremy M. 2017. "Yemen: Civil War and Regional Intervention". Disponível em: http://www.forumarmstrade.org/uploads/1/9/0/8/19082495/crs_yemen_report_march_2017.pdf. Acesso em: 01 maio 2018.

Shield, Ralph. 2017. "The Saudi air war in Yemen: A case for coercive success through battlefield denial". *Journal Of Strategic Studies*, [s.l.], v. 41, n. 3, p.461-489, 7 abr. Informa UK Limited. http://dx.doi.org/10.1080/01402390.2017.1308863.

Silent Professionals. 2018. "Blackwater: where are they now?". Silent Professionals. Acessado em 24 de maio de 2018. https://silentprofessionals.org/blackwater/

Snyder, Xander. 2017. "In Yemen, Iranian-backed Houthis Face a Major Test". Geopolitical Futures. http://goo.gl/9y65hW

Sputnik News. 2017a. "Saudi-Led Coalition's Cluster Bombs Wound Children in Yemen - HRW". Acessa-

do em: 01 maio 2018. https://sputniknews.com/middleeast/201703171051681950-saudi-colaition--cluster-bombs-yemen/.

———. 2017b. "Saudi Military Helicopter Crashes in Yemen, at Least 12 Killed". Acessado em: 01 maio 2018. https://sputniknews.com/middleeast/201704181052749065-saudi-helicopter-crashes-yemen/.

South Front. 2016. "Houthis Destroy Saudi M60 Tank and Multipurpose Vehicle in Najran (video)". Disponível em: <https://southfront.org/houthis-destroy-saudi-m60-tank-and-multipurpose--vehicle-in-najran-video/>. Acessoem: 01 maio 2018.

Sputnik News. 2015. "Spying Yemeni Style: Houthi Rebels Use WhatsApp Messenger as War Tool?". Disponível em: https://sputniknews.com/middleeast/201504091020676520/. Acesso em: 01 maio 2018.

———. 2016a. "Saudi Arabia Waging 'Clear Economic War on Yemen". Disponível em: https://sputniknews.com/middleeast/201610241046669821-saudis-yemen-economic-war/ .Acesso em: 01 maio 2018.

———. 2016b. "Saudi Intelligence, Al-Qaeda Plot to Kidnap Foreign Aid Workers in Yemen". Disponível em: https://sputniknews.com/middleeast/201612071048272361-saudi-intelligence-kidnapping--aid-workers/ . Acesso em: 01 maio 2018.

Thiel, Tobias. 2012. After the Arab Spring: power shift in the Middle East?: Yemen's Arab Spring: from youth revolution to fragile political transition. IDEAS reports - special reports, Kitchen, Nicholas (ed.). *LSE IDEAS*. London School of Economics and Political Science: London.

The Times. 2009. "Yemen civil war spills over border as Saudi official is killed in attack". http://goo.gl/iXYcqr

Tribune, American Herald. 2016. "The 'Academi' in Yemen: 400 Blackwater persons fighting with Saudi--Led forces". *American Herald Tribune.* Acessado em 24 de maio de 2018. https://ahtribune.com/world/north-africa-south-west-asia/435-academi-in-yemen.html

United Nations. 2018. "Secretary-General's remarks to the Pledging Conference on Yemen [as delivered]". https://goo.gl/EfqBPj

United Nations. Office at Geneva. 2008. "Convention on Cluster Munitions". https://www.unog.ch/80256EDD006B8954/(httpAssets)/E6D340011E720FC9C125751600581 8B8/$file/Convention+on+Cluster+Munitions+E.pdf.

———, Security Council. *Demands End to Yemen Violence*, Adopting Resolution 2216 (2015), with Russian Federation Abstaining. SC/11859, 14 April 2015, http://goo.gl/5EtX2P

———, Security Council, *Statement of the President of the United Nations Security Council about the Situation in the Middle East(Yemen)*, S/PRST/2016/5 (25 de abril 2016). Disponível em: http://undocs.org/S/PRST/2016/5

———, *Statement of the President of the United Nations Security Council about the Situation in the Middle East(Yemen)*, S/PRST/2017/7 (15 de junho 2017). Disponível em: http://undocs.org/S/PRST/2017/7

United States Agency for International Development (USAID). "Who we Are". Washington, DC: DE. 2018. Acessado em 24 de agosto 2018. https://www.usaid.gov/who-we-are.

U.S Department of State. 2001. "Dictionary of Military and Associated Terms". US Department of State: Washington DC. Disponível em: https://web.archive.org/web/20081123014953/http://www.dtic.mil/doctrine/jel/new_pubs/jp1_02.pdf. Acesso em: 01 ago. 2018.

———. 2015. "Country Reports On Terrorism 2015." *Reports* US Department of State: Washington DC.

Visentini, Paulo Fagundes. *A Primavera Árabe: entre a democracia e a geopolítica do petróleo*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

Visentini, Paulo Fagundes, Isadora Steffens, Fernanda Lopes Silva, Raul Cavedon Nunes, Mariana Chaise. 2012. "O Verão Árabe: Guerra Civil e Intervenção Internacional na Líbia, Síria e Iêmen". *Ciências & Letras:* Revista da Faculdade Porto-Alegrense, Porto Alegre, v. 51, n. 3, p.57-79, jun.

WHO, Annual Report 2017. 2018. "Yemen". https://goo.gl/3zQ75k

Yalesarat. 2015. "tajavuz-i ghair-i mashru' bi yaman va su'alha-i bi pasukh". http://www.yalasarat.com/vdcexn8znjh87xi.b9bj.html

Zengerle, Patricia. 2018. "Senators will try to pull U.S. from Yemen war". *Reuters.* Acessado em 15 de maio 2018 https://www.reuters.com/article/us-yemen-security-usa-congress/senators-will-try-to--pull-u-s-from-yemen-war-idUSKCN1GC3BL.

Zimmerman, Katherine. 2017. "Warning to the Trump administration: Be careful about Yemen". *Fox News.* Acessado em 26 de maio 2018. http://www.foxnews.com/opinion/2017/02/28/warning-to--trump-administration-be-careful-about-yemen.html

DISARMAMENT AND INTERNATIONAL SECURITY COMMITTEE

DISEC



ufrgsmun 2018

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v. 6 2018 | p. 310 - 363

CLUSTER MUNITIONS IN MODERN ARMED CONFLICTS

Artur Holzschuh Frantz[1]
Mikael Domenici Correa[2]
Rafaela Elmir Fioreze[3]

ABSTRACT

Being the 20th century a landmark in the outbreak and escalation of many conflicts across the globe, it is not surprising that, during this period, a series of military equipment were both developed and enhanced. The idea of modern warfare as we know it, as well as its most remarkable elements, arose as a consequence of an increasingly belligerent world and also as an attempt to address the fast-changing military requirements. In this very same context, the world witnessed the creation of the so-called Cluster Munitions – a type of ordnance that allowed its employer to carry out an attack in an extensive area with a couple of moves. The present study guide aims at providing a comprehensive overview on Cluster Munitions, analyzing its technical and strategic aspects, as well as looking forward to making a critical assessment on the humanitarian burdens its utilization implies. Even though the international community seems to be fully aware of the consequences that the development and employment of Cluster Munitions may cause to populations, the efforts that have been made so far have not succeeded in banning this weaponry, seen that it has been used in a number of recent conflicts. In this sense, it is of utmost importance a re-discussion and re-addressment of the Cluster Munitions' issue, considering both already existing and new frameworks.

1 Artur is a second-year student of International Relations at UFRGS and Disarmament and International Security Committee's Assistant-Director.

2 Mikael is a fifth-year student of International Relations at UFRGS and Disarmament and International Security Committee's Assistant-Director.

3 Rafaela is a third-year student of International Relations at UFRGS and Disarmament and International Security Committee's Director.

1 INTRODUCTION

Being perceived as an efficient kind of weapon and, therefore, as a critical component of many states' defensive and offensive capabilities, a Cluster Munition – also known as a Cluster Bomb[4] – is defined as "a conventional munition that is designed to disperse or release explosive submunitions each weighing less than 20 kilograms, and which includes those explosive submunitions" (UN 2008, 3). These munitions have played a crucial role in warfare throughout most of the XX century and into the XXI, having been used in a number of remarkable conflicts (Nystuen and Casey-Maslen 2010). Such widespread employment of Cluster Munitions took place due to the significant advantages they provide to their users, which are hardly matched by most of the other available weapons.

Besides their strictly military aspect, Cluster Munitions are also very relevant politically. Being an inexpensive and extremely effective type of munition, which allows a good price-performance ratio, Cluster Bombs have been highly sought after by countries with smaller military budgets, as well as by global powers (Hiznay 2006). However, the humanitarian issues caused by the weapons' inherent problems and by their indiscriminate use have caused members of the international community – more notably, countries and international organizations that have the defense of human rights as a central guideline – to demand a ban on this kind of munition. Although important steps have been taken regarding this matter, no consensus has been reached upon the discussion on the frequent utilization of Cluster Bombs and their humanitarian consequences.

Seeking to analyze Cluster Munitions from historical, technical and humanitarian viewpoints, the present study guide was subdivided into four main sections. First, we present a historical background on Cluster Munitions, emphasizing their development and highlighting some of the twentieth and twenty-first centuries conflicts in which they are known to have been extensively used. Second, we state the issue by giving a more technical and detailed definition of Cluster Munitions, besides pointing out the different existing categories as well the tactical and strategic advantages of employing them. Moreover, we discuss the humanitarian implications of their usage, before analyzing their modernization and their proliferation throughout different parts of the globe. The last point of the statement of the issue presents two of the most recent and noteworthy cases of utilization of Cluster Munitions – namely, Ukraine and Yemen –, besides seeking to understand their relevance in those situations. The following section contains an overview on the most relevant previous international actions concerning the matter, focusing mainly on humanitarian and disarmament instruments and treaties, among which we shall highlight the Convention on Cluster Munitions. Finally, in order to bring up key-aspects to understand the different perspectives regarding the Cluster Munitions' issue, the study guide finishes by analyzing each country's position on the matter.

4 In spite of bombs and munitions not being per se perfect equivalents, Cluster Bombs and Cluster Munitions are usually considered as synonyms. Thus, this study considers, for coherence purposes, Cluster Bomb and Cluster Munition to be synonyms, unless stated otherwise in the text.

2 HISTORICAL BACKGROUND

Before focusing on Cluster Munitions themselves and addressing them from a more technical point of view, this section sets out to approach the topic from a historical perspective. Thus, we first point out the most notable steps in the historical development of this type of munition, considering the various situations that affected such process. Thereafter, we analyze some of the most remarkable conflicts of the XX and early XXI centuries in which Cluster Munitions were utilized. Due to the expressive number of Cluster Bombs employed and the effects by them generated, we chose to focus on three specific cases: (i) Viet Nam and Lao PDR, (ii) the First Gulf War, and (iii) the Second Lebanon War.

2.1 HISTORICAL DEVELOPMENT OF CLUSTER MUNITIONS

It is hard to accurately define the point in time when Cluster Munitions started being developed. Leonardo da Vinci is believed to be the first weapons designer to have projected a kind of ammunition - in his case, a cannon ball - that shatters into smaller submunitions (Cianchi 1988). In spite of there being evidence of the project, it is impossible to be certain about whether it was produced or not. After da Vinci's ancient developments, a long time went by with basically no advancements on Cluster Munitions. That changed during World War I, when Britain decided to create smaller munitions, often referred to as bomblets - small bombs usually employed in large quantities -, with the intent of igniting its targets. During the 1920's, the United States Army Air Corps[5] developed and produced its own version of bomblets, which were directly dropped from aircrafts, setting the concept of dispersing several less powerful munitions over large areas, being fundamental for the subsequent development of *de facto* Cluster Bombs (Nystuen and Casey-Maslen 2010)

Cluster Bombs as we modernly know started being more widely used during World War II, both by the Axis and by the Allies. One of the best recorded uses of this type of ordnance[6] in that period dates back to 1943, when Germany dropped several *Sprengbombe Dickwandig 2kg* (SD2)[7] during air raids over England (Rogers 2013). Before that, there is evidence of incendiary Cluster Munitions being used by the Germans during the Spanish Civil War (Nystuen and Casey-Maslen 2010) and by Soviet forces against Finnish cities and German armour (Hiznay 2006). Cluster Munitions have continued to be developed and used throughout the 20th century and into the 21st.

After World War II, a number of different countries continued to research and produce Cluster Munitions (Nystuen and Casey-Maslen 2010). Throughout the 1950's, especially during the Korean War, the United States revolutionized *anti-personnel* Cluster Munitions - the type of munition made specifically to harm or kill

5 The USAAC was the branch of the US Armed Forces that dealt with aerial warfare from 1926 until the 1940s, being succeeded by the United States Air Force (Correll 2009).

6 According to the Merriam-Webster Dictionary (2018b, online), ordnance refers to "military supplies including weapons, ammunition, combat vehicles, and maintenance tools and equipment".

7 The SD2, also known as "Butterfly Bomb", is widely considered to be the first true Cluster Bomb to be employed in warfare, having been extensively utilized by Germany in attacks over Great Britain (Rogers 2013).

troops and other personnel on the ground -, developing a type of ammunition that would scatter the submunitions over a large area, being able to hit a large number of moving targets – most notably infantry soldiers, since they were facing an enemy that was technologically inferior, but superior in terms of mobilized manpower (ICRC 2007). According to the ICRC (2007), the war in the Korean Peninsula was the event of greatest significance in the development and ensuing use of Cluster Munitions. This kind of ordnance had its development furthered both by the North Atlantic Treaty Organization (NATO) and the Warsaw Pact forces in the broader context of the Cold War, as both blocs ideally considered using Cluster Munitions, rather than their nuclear arsenal, in a possible conflict between them, as it was meant to be a clean way to settle the projected clash between both blocs, besides being a form of military build-up that avoided an escalation of the nuclear arms race (Borrie and Cave 2006).

These weapons kept being improved and made more efficient by various different countries, but, in the 1960's and 1970's, concerns about the human suffering caused by them started being expressed. This happened because a point had been reached where Cluster Munitions were so well developed and so cost-effective that hundreds of thousands of them were being used in many different conflicts. The widespread usage of Cluster Bombs caused severe destruction, many direct deaths and even more casualties due to the unexploded remnants they left behind (CCM 2017).

Heading into the last decades of the century, American companies, more notably Textron, gave a new step in the development of Cluster Munitions. They started developing and producing Cluster Bombs with guided submunitions, which means that the bomblets were not randomly dropped over a certain area anymore. From that moment on, it became possible to select which targets should be hit and which ones should not. Furthermore, some submunitions were equipped with a self-destruction or self-deactivation feature (Jenzen-Jones 2017).

Modern Cluster Munitions are usually projected to serve as multipurpose weapons. Most bombs produced and used in the 21st century are effective against personnel, tanks, armor and material, symbolizing a major step in their development (Borrie and Cave 2006). It is remarkable to note that, although Cluster Munitions seemed to be safer than they ever were in the beginning of the century - even considering that the munitions employed are likely to be the old stockpiled ones - those were the years when the pressure for them to be banned intensified (CCM 2017). A possible explanation for this situation is that the use of Cluster Bombs, even though common since the end of World War II, became more frequent in the late 1990's and early 2000's (Cluster Munition Coalition 2018a).

2.2 THE UTILIZATION OF CLUSTER MUNITIONS THROUGHOUT THE XX AND XXI CENTURIES

The use of Cluster Munitions during the second half of the XX century and the beginning of the XXI century set much of the precedent to the present-day discussion regarding cluster bombs, in part because of the humanitarian consequences that unexploded submunitions had in the bombed territories. Therefore, in this subsection we will give a brief overview of the conflicts of the three aforementioned cases – Viet Nam and Lao PDR, the First Gulf War and the Second Lebanon War –

along with the manner and intensity in which cluster bombs were utilized and the humanitarian consequences in each of these cases.

2.2.1 VIET NAM AND LAO PDR

In 1954, nations directly and indirectly involved in the civil wars in Korea and Indochina met in Geneva in order to negotiate a settlement for the civil wars in the region. The resulting 1954 Geneva Accords "established Laos as a neutral, sovereign state and called for the removal of foreign troops" (Khamvongsa and Russel 2009, 287). However, Vietnam maintained a presence with some troops in Laos and would also train and equip communist Pathet Lao[8] soldiers from across the border in the northeastern provinces. Laos became the focus of U.S. action against communism during this time instead of Vietnam (Khamvongsa and Russel 2009).

After a series of failed coalition governments and military coups throughout the rest of the 1950s, in 1960 the U.S. supported a counter-coup and sent troops to support the Royal Lao Army. Because of the American interference, the neutralists aligned themselves with the communists and Laos was engulfed in civil war once again. The Geneva Agreements in 1962 prohibited foreign troops and military bases in Laos, but this did not stop the United States from acting in the civil war. They continued training and supplying the Royal Lao Army and would also provide air cover in the following years. American air presence was maintained under the guise that the planes carried humanitarian aid. In order to do this, the CIA made use of private airlines and services and changed military pilots' status to civilian. In reality, these planes were providing weapons and supplies to the Royal Lao Army while also bombing the country (Khamvongsa and Russel 2009).

Bombing campaigns in North Vietnam started in February 1965 and soon became the priority over Laos. Nonetheless, whenever a bombing mission was aborted in North Vietnam, the pilots would then bomb Laos instead of returning with the bombs, which would involve a complicated landing process. In 1968, "U.S. president Lyndon B. Johnson announced first a partial halt and then a full halt to bombing in North Vietnam" (Khamvongsa and Russel 2009, 289). What happened, however, was that the U.S. redirected the bombing campaigns to northern and southeastern Laos. Furthermore, restrictions on the bombing of civilian targets began to be lowered while the bombings increased. "From 1964 to 1973, Laos became the most heavily bombed country per capita in the world" (Khamvongsa and Russel 2009, 289).

Even though the bombing campaigns in Laos were mostly off the record and done covertly, declassified US military records have shown figures that lead to the estimate that approximately every 8 minutes, a B-52[9] would drop a full load of bombs in Laos. This happened 24 hours a day for nine years (Feickert and Kerr 2010; Cave, Lawson and Sherriff 2006; Capati 1997; McGarth 2000a). Although the U.S. deployed many types of bombs, including napalm and phosphorous bombs, the ones most utilized were cluster bombs. Approximately 260 million U.S. cluster bomblets

8 During the Vietnam War, North Vietnam's Vietminh helped create a Lao communist resistance, the so-called Panthet Lao (Khamvongsa and Russel 2009).

9 "The B-52 is a long-range, heavy bomber that can perform a variety of missions… It can carry nuclear or precision guided conventional ordnance with worldwide precision navigation capability." (U.S. Air Force 2015).

were dropped in Laos throughout the conflict (Khamvongsa and Russel 2009). With a failure rate of up to 30%, it is estimated that between 9 and up to 27 million unexploded submunitions from these cluster bombs remained in Laos after the conflict (Ching 2007; Feickert and Kerr 2010; McGrath 2000a). These unexploded ordnances (UXO) remain in Laos until this day.

Unexploded ordnance clearance teams have found nineteen different types of cluster munitions and submunitions in Laos (Khamvongsa and Russel 2009; Cave, Lawson and Sherriff 2006). UXO Lao has estimated that 236,800 square kilometers of the country are still at risk from unexploded ordnance. This has hampered development in Laos since clearing the bombs is necessary for most if not all projects that could foster development, such as infrastructure, sanitation and public services, adding to the costs of development. It is estimated by the Lao government that "at least thirteen thousand civilians, more than 40 percent of them children, have been killed or maimed by UXO since the war ended in 1973. Over half the casualties have been from cluster bomblets [...]." (Khamvongsa and Russel 2009, 293). During the war, it is suggested that 80% of the casualties were civilians, and that 52.8 million cluster bomblets were deployed within a 1km radius of villages (Cave, Lawson and Sherriff 2006; Khamvongsa and Russel 2009). Between 1996 and 2006, only 0.04% of the total land contaminated by UXO was cleared.

2.2.2 THE FIRST GULF WAR

When Saddam Hussein's Iraq invaded Kuwait in 1990, the United States organized a multi-national coalition and established three main operations of war. The first one, Operation Desert Shield, referred to the efforts the coalition made in order to defend Saudi Arabia from a possible Iraqi attack. Operation Desert Sabre is the name of the ground war efforts in order to liberate Kuwait in 1991 and end the Iraqi occupation (Tucker-Jones 2014). Lastly, Operation Desert Storm refers to the air blitz efforts of the coalition (McGrath 2000b).

Operation Desert Storm resembled the Vietnam and Laos bombings because of the large utilization of cluster bombs (McGrath 2000b). According to the Human Rights Watch (2003), about 25% of the bombs dropped on Iraq and Kuwait during the 1991 Persian Gulf War and Operation Desert Storm were cluster munitions. This amounted to 61,000 air-dropped cluster bombs which contained 20 million submunitions. If we are to include those launched from the ground, the number rises to over 30 million submunitions. Most of these cluster munitions were still from the Vietnam-era, with only 15% of the dropped bombs being CBU-87s, a new model in the U.S. arsenal[10]. (HRW 2003; Ching 2007). Nonetheless, the use of older munitions in the Persian Gulf War of 1991 led to a reassessment of the viability and effectiveness of utilizing unguided munitions. At lower altitudes, aircraft and crews were at high risk from ground defense threats. At medium to higher altitudes, they lost accuracy and usually caused collateral damage (McGrath 2000b).

As in Laos, the utilization of cluster munitions in the Persian Gulf War of 1991 left many UXOs in Iraq and Kuwait. In Kuwait, 108 metric tons of cluster muni-

10 A more in-depth explanation of the cluster bomb varieties and models will be given in the statement of the issue section.

tions were discovered and cleared between 1991 and 2002. In Iraq, the "International Committee of the Red Cross in 2001 identified unexploded cluster bombs and other UXO as the main threat to communities living in southern Iraq" (HRW 2003, 6). Cluster munitions that remained after the war have led to over 4000 civilian casualties or injuries (Ching 2007). Not only that, but the coalition forces "suffered a high attrition rate as a result of incidents involving UXO. Submunitions were confirmed as responsible for the deaths of 25 US military personnel during 'Desert Storm' [...]" (McGrath 2000b, 37-38).

As a result of the problems faced during the Persian Gulf War, the U.S. military recognized the risks that the high failure rates of previous cluster munitions had for both civilians and for the U.S. forces. A new policy was enacted in 2001 which established that cluster munitions produced after 2005 were required to be 99% reliable (HRW 2003). However, existing cluster munitions that did not meet the new standard were still allowed to be deployed. "There is a fundamental inconsistency in acknowledging the dangers of these submunitions and the need to replace them, while still permitting their use" (HRW 2003, 7).

2.2.3 THE SECOND LEBANON WAR

The use of cluster bombs in Lebanon dates back to the late 1970s. In 1974, Israel utilized US-made cluster munitions on Palestinian targets in Lebanon. The next occasion in which Israel deployed cluster munitions in Lebanon was in 1978. In response to a terrorist attack, Israel invaded South Lebanon in what became known as the Litani Operation. Four years later, during the First Lebanon War in 1982, Israel again used cluster bombs against Palestinian militias and the supporting Syrian army (Barak 2009).

The most intensive use of cluster bombs in Lebanon, however, happened in 2006 during the Second Lebanon War. On July 12, 2006, Hezbollah forces attacked an Israel Defense Forces (IDF) patrol, kidnapping two soldiers and killing three others. At the same time, Hezbollah launched rockets at the northern part of Israel. Responding to this border skirmish, Israel initiated Operation Change of Direction (Mor 2016; Feickert and Kerr 2010; Makdisi 2006). A Human Rights Watch (2008) report stated that Israel's cluster munitions utilized in Lebanon contained between 2.6 and 4 million submunitions, making it the most extensive use of cluster bombs since the Persian Gulf War of 1991 that was concentrated in a small geographical area.

During 34 days, more than 1.1 million cluster bombs were deployed by rocket in Lebanon. However, approximately 90% of the cluster munitions were dropped in the final 72 hours of the conflict, and it is also estimated that the failure rate of Israel's cluster weapons was of up to 70%[11] (Barak 2009; Feickert and Kerr 2010). "Israel's use of cluster munitions supposedly affected 26 percent of southern Lebanon's arable land and contaminated about thirteen square miles with unexploded submunitions" (Feickert and Kerr 2010, 114). Almost 25% of Lebanon's population was displaced (1 million people) and 1,191 people were killed because of the bombings (Mor 2016).

Much like the other cases, unexploded cluster submunitions continued to cause casualties after the conflict. Israel's bombing campaign focused on towns, lit-

11 There are, nonetheless, lower estimates (CIDHG 2010).

tering them with cluster duds[12] on the ground. In January 2008, not even two years after the conflict, almost 200 civilian deaths had been registered because of cluster UXO (HRC 2008).

3 STATEMENT OF THE ISSUE

Once understood the general idea of what a Cluster Munition is, as well as how it has been developed and employed throughout the years, we may now proceed to a deeper analysis of these weapons, taking into consideration the multiple spheres comprised by them. Seeking to address the issue of Cluster Munitions at its most complete form, the present section aims at providing a more specific, technical and critical assessment on the matter. In order to do so, we first take a more careful look on what Cluster Munitions are, how they work and how they can be classified according to their evolution. Thereafter, we analyze the military advantages of using them and how such employment creates extensive humanitarian burdens, subsequently showing how this weaponry has been modernized in a more recent period. Finally, we make a global overview on the proliferation of Cluster Munitions, evaluating two of the more recent conflicts in which they were employed, namely, the ones in Ukraine and in Yemen.

3.1 WHAT ARE CLUSTER MUNITIONS?

The so-called Cluster Munitions, or Cluster Bombs, are weapons systems that open in mid-air and disperse multiple submunitions – also known as *bomblets* –, reaching a wide area rather than a specific target (Agin 2013). This kind of weaponry, therefore, is composed essentially by a container (the "parent-munition") and by the submunitions it carries, being these latter elements individual and smaller items of explosive ordnance (GICHD 2016). Although there is no common ground regarding a specific definition of Cluster Munitions, in 2008, with the Convention on Cluster Munitions (CCM)[13], a more precise and technical concept of this weapon was established. According to this document, a Cluster Munition corresponds to "a conventional munition that is designed to disperse or release explosive submunitions each weighing less than 20 kilograms, and which includes those explosive submunitions" (CCM, 2008, 3). An explosive submunition, for its turn, was defined as "a conventional munition that, in order to perform its task, is dispersed or released by a cluster munition and is designed to function by detonating an explosive charge prior to, on or after impact" (UN 2008, 3).

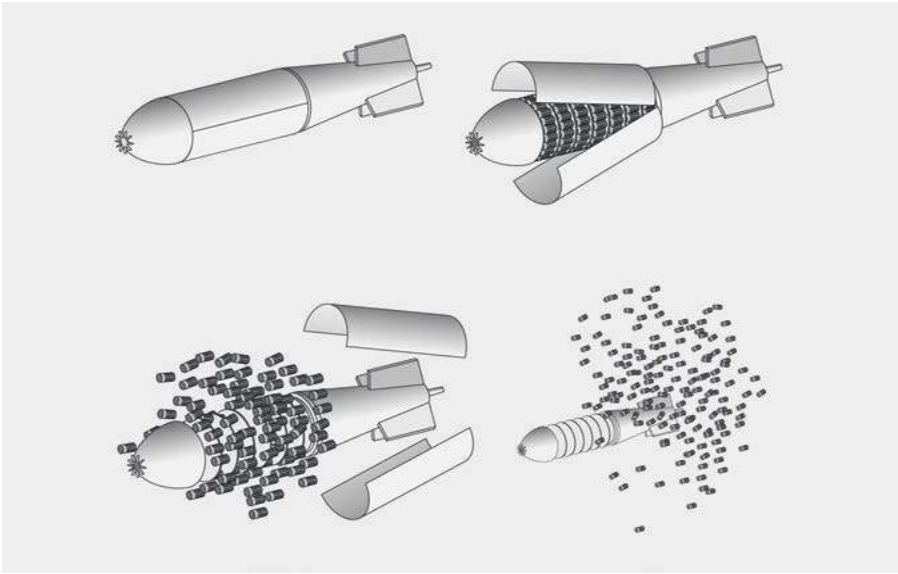
Even though the utilization of the term "Cluster Bombs" may suggest that these weapons are dropped exclusively by aircraft – given that, nowadays, bombs are mostly air-dropped –, their delivery means also include missile systems and groun-

12 The term "cluster duds" represents another name for unexploded submunitions (Raccuia 2011).

13 The Convention on Cluster Munitions (CCM) will be further explored by this study guide in the Previous International Actions section, however, given its importance on the matter, we shall refer to it during the Statement of the Issue.

d-based mechanisms, such as artillery shells and rockets[14] (Wiebe 2000). Once the weapon is launched, a minor explosive charge induces the opening of the container and the consequent release of all of its submunitions, which get dispersed in order to cover the targeted area (Raccuia 2011). From this moment on, the bomblets begin to make a downward trajectory, and, meanwhile, the action of a rapid spinning or the deployment of small parachutes arm the explosive mechanisms of each submunition. As soon as the submunitions are properly armed, they become enabled to explode either at a determined height above the ground, during the impact with the surface or after landing (Agin 2013). In this sense, as Raccuia (2011, 470) points out, "each bomblet essentially acts similar to a powerful variant of a hand grenade".

IMAGE 1: OPERATION OF A CLUSTER MUNITION



Source: GICHD 2016

One of the reasons for which Cluster Munitions were – and still are – extensively used lays in their versatility, since the variations of these weapons allow them to attend multiple purposes. Thus, among their variations and respective functions, one may highlight that Cluster Bombs can be mainly of *anti-personnel/anti-material* and of *anti-armor* nature. While the former refers to submunitions capable of injuring or killing personnel and harming light materials, the latter are designed to perforate and penetrate the armor of highly protected vehicles, such as tanks (GICHD 2016). The detonation of *anti-armor* bombs – which contain a shaped charge that

14 Although most of twentieth-century conflicts – such as the ones in Viet Nam and in Lao PDR – used to witness a more extensive utilization of air-dropped submunitions, since the First Gulf War, ground-based delivery mechanisms have become predominant. As a result, nowadays, the majority of stockpiled cluster munitions consists in ground-based systems (GICHD 2016).

uses what is known as the Munroe Effect[15] – depends on how they land, in such a way that, to guarantee that the bomblets fire in the correct direction, their descent is stabilized by a parachute (Raccuia 2011). Nonetheless, as it will be seen subsequently, the evolution of the different military apparatuses made room not only for the improvement of Cluster Munitions, but also for the aggregation of these distinct functions into a single submunition (Agin 2013).

3.1.1 CLASSIFYING CLUSTER MUNITIONS: A BRIEF REVIEW ON THE DIFFERENT CATEGORIES

The evolution and the upgrade of Cluster Munitions directly reflect the changing demands that the modernization of warfare creates. As a result – and bearing in mind that this division, a distinguishing mark between the various types of these weapons, occurs based on the characteristics and types submunitions, and not on the parent-munition –, each of the three main categories in which Cluster Munitions might be divided is, foremost, an outcome of the constant transformations in the military requirements for submunitions, as well as a consequence of the technological development process of Cluster Bombs. (HRW 2002)

The first category refers to the *Improved Conventional Munitions* (ICM), whose employment aimed at increasing the amount of fragmentation originated by individual submunitions over a vast area. Thus, each submunition, as the final product of the bomb as whole, was designed to create a quantitatively large amount of fragments. Besides having a reduced size, which allowed the deployment of multiple bomblets from one simple dispenser, some early submunitions of this group contained a zirconium element, creating an incendiary effect (Hiznay 2006). After becoming properly armed, the ICMs would explode as a result of its impact with the ground, posteriorly to a certain time delay or even by the contact of a person. The Southeast Asian countries – namely Viet Nam, Cambodia and Lao PDR – were the main theatres for the utilization of these submunitions at an unprecedented scale in the 1960s and the 1970s (HRW 2002).

The *Dual-Purpose Improved Conventional Munitions* (DPICM), a second group of Cluster Bombs, emerged in order to remedy the requirement of submunitions to also affect and damage battlefield material and armored vehicles – capability that the ICMs did not possess (HRW 2002). Similarly to the ICMs, these submunitions are compact and small sized, which not only allows their dispersal in large numbers, but also turns them into adequate munitions for longer range weapons (GICHD 2016). The main and most innovative feature incorporated to the DPICMs was a shaped charge to be fired into the target, permitting the submunition to penetrate light armor and materiel (HRW 2002). Moreover, due to the fragmentation of the weapons' central body (the container) these Cluster Munitions also have an *anti-personnel* secondary effect. Among the group of the DPICMs are also comprised the *Combined Effect Munitions*, which, besides penetrating into armors and creating numerous fragments, are capable of generating an incendiary effect as well (GICHD 2016).

15 The Munroe Effect corresponds to an enhanced penetration of an explosive into a surface derived from the placement of a conical or hemispherical-shaped hollow in the explosive's forward end (Merriam-Webster 2018). Such effect occurs because "the detonation of a shaped explosive charge around an open-ended cavity concentrates the blast in that direction" (Tucker 2015, 139).

Finally, the last category encompasses the *Advanced Submunitions*, remarkable for their ability to reach and destroy armored vehicles without implying *anti-personnel* effects (HRW 2002). In order to enhance their performance, a series of new features were incorporated into these new submunitions, such as advanced sensors, autonomous guidance packages, the capacity of loitering above the targeted areas and even a self-destruct device – which, notwithstanding, have not proven its efficiency in many cases. The *Advanced Submunitions* were first employed in 2003, during the war in Iraq, and, since then, have been expressively used in Yemen (GICHD 2016).

TABLE 1: CLASSIFICATION OF CLUSTER MUNITIONS

CATEGORY	SUBTYPE	EXAMPLE	EXAMPLE OF CONTAINER AND NUMBER OF SUBMUNITIONS	SELF-DESTRUCTING	EMPLOYMENT
Improved Cluster Munitions (ICM)	Fin-stabilized fragmentation submunition	Russia AO-1SCh	RBK 250-275 (150 submunitions)	No	Chechnya (1994)
	Spin-armed submunition	US BLU-61	US CBU-52 (220 submunitions)	No	Lao PDR (1960s-1970s)
	Anti-armor submunition	US Mk 118 'Rockeye'	Mk-7 (247 submunitions)	No	Vietnam (1960s-1970s)
Dual-Purpose Improved Cluster Munitions (DPICM)	Dual-Purpose Improved Cluster Munition	Israel M85	M395 (63 submunitions)	Yes	Lebanon (2006)
	Combined Effects Munitions	US BLU-97 (202 submunitions)	US CBU-87 (202 submunitions)	No	Kuwait and Iraq (1991)
Advanced Submunitions	Sensor-Fuzed Cluster Munitions	US BLU-108	SFW (10 submunitions)	Yes	Iraq (2003)

Source: HRW 2002; HRW 2007; GICHD 2016; Norwegian People's Aid 2007

3.2 THE TACTICAL AND STRATEGIC ADVANTAGES OF EMPLOYING AND MAINTAINING CLUSTER MUNITIONS

Regardless of their level of development, from a military point of view, Cluster Munitions are appealing due to their own nature, that is, to their ability of launching multiple bombs from one single dispenser. As a result, in spite of being an old kind of weapon, which may comport many flaws – especially in its pioneer versions –, Cluster Bombs are still employed nowadays due to some key advantages that they confer to those who deliver them (GICHD 2016).

First of all, it is important to bear in mind that, as a result of the large quantity of submunitions by them dispersed, Cluster Munitions are capable of targeting and striking vastly extended areas with the release of one main body. These broad areas covered by the submunitions as whole are generally referred to as the bomb's "footprint" (Wiebe 2000). Although the extension of this footprint may vary in accordance with the number of Cluster Munitions launched, the amount of submunitions contained within the dispenser, the altitude and even the weather conditions (such as the wind), the great majority of Cluster Bombs are projected to cover at least the approximate size of a football field (Agin 2013). Moreover, this very same ability of blanketing wide-dimensioned areas transforms Cluster Munitions into effective weapons to be used against targets in constant movement or with unprecise locations (Goose 2004).

The employment of Cluster Munitions also contributed to solve a logistical issue related to the process of reaching reduced size targets: because, for many years, guidance systems were not existent and were not a common feature in military apparatuses, hitting small targets was not an easy task and often required aircraft to fly at a level in which they were exposed to antiaircraft fire. Seen that the deployed submunitions could cover a larger area and, consequently, amplify the margin of error when aiming at small targets, the utilization of Cluster Munitions allowed attacking planes to stay at higher altitudes, avoiding further risks (Raccuia 2011).

In this sense, the employment of Cluster Munitions instead of conventional bombs provided a number of advantages to offensive forces, for whom it became possible, among other factors, to: i) carry out extensive and effective attacks with reduced costs; and ii) engage in military campaigns against a larger adversary and succeed in its defeat, even though being outnumbered (GICHD 2016; Hiznay 2006). In short terms, this weaponry may be qualified as an "economy of force", since "it requires fewer platforms (aircraft, artillery, tubes, etc.) to deliver fewer munitions to attack multiple targets, thus reducing the logistic burden and the exposure of forces to hostile fire" (Hiznay 2006, 16). Therefore, it is hardly surprising that, since the 20th century, a number of countries have been not only stockpiling, but also employing Cluster Munitions in warfare situations, given that

> the combined effects nature of the weapon, in conjunction with its wide area coverage and shotgun like nature, are attractive features to a military seeking to kill large numbers of troops and disable multiple armored vehicles in open areas (Wiebe 2000, 90).

Despite the advantages provided by the utilization Cluster Munitions in the delivery of offensive attacks, it is crucial to notice, nonetheless, that these weapons are useful not only from such perspective. Notably, Cluster Munitions can also be efficiently used to fulfill defensive purposes, by – for instance – allowing a country to avoid and even deny any foreign access to a geographically broad front. Such type of defensive consideration is accurately illustrated by the Brazilian stance on Cluster Bombs (Silva 2014).

Being one of the states that refused to sign the CCM, Brazil is a known producer, stockpiler and exporter of Cluster Munitions, representing, nowadays, the only country in South America that still develops these weapons. However, in spi-

te of possessing such capabilities, there are no records indicating that the country has ever employed Cluster Bombs during an armed conflict – a circumstance that reflects Brazil's defensive intentions in refusing to relinquish its Cluster weapons' production technology and stockpiles (Brasil 2014). Accordingly, the alleged main reason for which Brazil maintains its Cluster Munitions is geopolitical and is directly related to one of the country's most important regions in that matter: the Amazon rainforest. Similarly to the above mentioned example, the Brazilian Amazon region corresponds to an extensive area that, due to its strategic value and considerably porous borders, is a susceptible target of foreign attempts of invasion. As a result, Cluster Munitions end up showing themselves as an essential mechanism for Brazil to effectively protect and defend this region, especially in light of the fact that the territory comprised by the Amazonia is vast and not highly populated (Sanches 2009).

Notwithstanding, besides having a defensive aspect, Cluster Munitions – and, particularly, its possession – also have the merit of dissuading other states through the so-called *deterrence.* According to Waltz (1981, online), to dissuade a state by deterrence is the same as "frightening a state out of attacking, not because of the difficulty of launching an attack and carrying it home, but because the expected reaction of the attacked will result in one's own severe punishment". Thus, deterrence refers not to one's capacity of defending itself, but rather to one's ability of punishing the other in case an offensive attack in launched. This phenomenon, which is commonly known as intrinsic to the possession of nuclear weapons, is, therefore, also applicable to Cluster Bombs, given their destructive power (Jacobson 2014).

It is interesting to notice that, when it comes to Cluster Munitions and, hence, to its maintenance by a number of states, the deterrence argument seems to have a larger weigh than both the offensive and defensive benefits provided by the weaponry. In this sense, broadly speaking, several countries across the world support their possession of Cluster Bombs on the basis that these weapons allow them to dissuade other states from engaging in different sorts of military activity against them. Besides Brazil – whose Military Defense Doctrine recognizes the importance of dissuasion and whose main aim by developing and stockpiling Cluster Munitions is, thereby, to disencourage other states to carry out operations against its own territory –, the United States, through a recent memorandum issued by its Department of Defense ending its previous commitment to, from 2019 on, use solely Cluster Bombs with a failure rate of 1% or less, has also emphasized the importance of deterrence, stressing that this element should be credible and effective (Brasil 2007; Silva 2014; United States 2017). In other words, by being able to deter other countries from waging military offensives, states possessing Cluster Munitions not only prevent their enemies – or potential enemies – from being more aggressive, but also hamper the possible beginning of a conflict (Brasil 2014; Jacobson 2014).

3.3 HUMANITARIAN ASPECTS: FAILURE RATES AND THE UNEXPLODED ORDNANCE ISSUE

Whilst all different sorts of ordnance are known to cause harm to civilians at a determined degree, it is generally recognized that the damage provoked by the utilization of Cluster Munitions is more severe than the one caused by other types of ordnance, especially conventional ones. This occurs partially because, when it co-

mes to Cluster Munitions, threats are imminent either at the time of conflict or after it, and partially because of the quantity of submunitions and their broad dispersal (Goose 2004). The humanitarian consequences that arise from the utilization of this weaponry derive essentially from intrinsic characteristics of Cluster Bombs – such as the "wide-area effect" –, but mostly from some inherent flaws of the submunitions, which compromise their reliability (Feickert and Kerr 2010).

As mentioned above, the "wide-area effect" – that is, the ability of targeting large areas – is one of the bomb's features responsible for creating a dangerous situation for civilians, since "by their very design, Cluster Munitions have an indiscriminate wide-area effect that make them difficult to target accurately" (Borrie and Cave 2006, 7). If the target is located nearby populated areas, which happened, for instance, in Lao PDR and in Lebanon, the dispersion of the submunitions may not only injure or kill civilians, but also cause significant damage to indispensable infrastructures for the daily living and the management of the economy (Agin 2013). The same is true for rural regions, where the incidence of submunitions may affect the cultivation of agricultural lands, on which many farmers depend (GICHD 2016). The likelihood of the occurrence of those situations, nonetheless, is often fostered by one of the many features comported by the submunitions: the low level of accuracy. Although some newer submunitions count with guidance mechanisms – which, in many cases, are still very limited –, most of these weapons are influenced by external phenomena (such as the wind) and, hence, are susceptible to deviate from their intended targets, thus increasing the already existing risk of affecting surrounding areas (Goose 2004).

Despite the fact that the wide-area effect and the low accuracy are important sources of problematization regarding the utilization of Cluster Munitions, the main criticism when referring to this weaponry is its submunitions' failure rates, or, in other words, the number of submunitions that fail to explode (Feickert and Kerr 2010). Although most Cluster Munitions are officially estimated to comport a failure rate between 2% and 5%, during operational use, this rate may be as high as 30% (Agin 2013). Such disparity occurs mainly because the environment in which these weapons are tested is rarely capable of replicating real combat conditions; notwithstanding, other factors, such as the age of the submunitions and their components, the way in which the bomb is stored, the height, the velocity and the angle from which the bomb is launched, as well as the terrain, the vegetation and the weather conditions, may exert some influence on whether the submunition will explode or not (GICHD 2016).

The main issue concerning failure rates lays in the fact that, once submunitions are delivered and fail to explode, they automatically create an Unexploded Ordnance[16] problem, which means that they remain armed and, thus, are likely to explode with any contact or minor disturbance (GICHD 2016). Unexploded submunitions – sometimes referred to as 'duds' – however, are considerably more dangerous than other unexploded bombs, due to two main reasons: (i) first, the reduced size of submunitions make them difficult to detect, since they can be hidden at the mud, the water or the vegetation, being indistinguishable by the area's population

16 According to McGrath (2000a, 19), the term "Unexploded Ordnance" refers to "any object containing explosive of any kind which has been deployed and failed to detonate, or has only partly detonated [...]".

and hindering the clearance procedure; (ii) second, even the visible duds represent a threat, given that their small size and bright colors are features that often attract children, who might mistake them with toys (Raccuia 2011). There were also situations in which these remnants submunitions were thought to be food-aid parcels, causing numerous civilian casualties (Borrie and Cave 2006). As the vast majority of submunitions are not equipped with self-destruct or self-neutralize capabilities – and a portion of the ones that are have witnessed the failure of such mechanism –, the unexploded ordnance issue stands as a major threat not only to civilians, but also to the soldiers engaged in the conflict (GICHD 2016). In fact, as the dispersed submunitions fail to explode, they convert themselves into *de facto* landmines, being, nevertheless, more likely to injure and kill than conventional *anti-personnel* mines, since the explosive charges of these latter are usually less powerful than the ones placed within the cluster bomblets (Wiebe 2000).

Even though some of the most recent designs of Cluster Munitions have attempted to diminish the low accuracy and the high failures rates – and, therefore, reduce the humanitarian issues related to these aspects –, the dispersed submunitions continue to be "a disproportionate hazard to civilians, both at the time of their use as well as post conflict" (Borrie and Cave 2006, 5). One of the most important and illustrative examples of this affirmation is the situation in Lao PDR, where, more than 40 years after the conflict, the population still suffers with the explosive remnants of the employed Cluster Munitions. The economy of the regions affected by the unexploded ordnance is nowadays very compromised, and casualties still occur due to the widely dispersed submunitions (Cave, Lawson and Sherriff 2006). Thus, the CCM ascribes to Cluster Munitions the guilt of causing "an unacceptable harm to civilians" (UN 2008, 2), seen that they "routinely inflicted suffering significantly over and above that expected from other types of ordnance" (GICHD 2016, 18).

3.4 THE MODERNIZATION OF CLUSTER MUNITIONS

The growing military demand for a refinement in Cluster Munitions alongside the international pressures regarding the humanitarian effects of these weapons contributed to encourage the development of enhanced submunitions, namely, the *Sensor-Fuzed Cluster Munitions*, included within the *Advanced Submunitions*' category. By incorporating new features to such devices, this new type of submunitions became able to partially remedy the problems of low accuracy and high failure rates, thus reducing the humanitarian burdens related to these flaws (HRW 2002).

Being essentially developed to penetrate highly protected vehicles without generating a secondary wide-area *anti-personnel* effect, these new Sensor-Fuzed Weapons were supplied with a number of important features, such as the ability to loiter above a targeted area and advanced sensors (GICHD 2016). Beyond that, this weaponry also counts with a self-destructing mechanism, aimed at ensuring an automatic detonation of the submunition after a determined period in case this does not happen with the impact, therefore seeking to "address the residual hazard of submunitions" (Feickert and Kerr 2010, 114-115). It is important to notice, nonetheless, that even though some earlier submunitions, such as the Israeli DPICM M85, already were self-destructing, not rarely their mechanisms were not as reliable as claimed (GICHD 2016). Moreover, instead of self-destructing, some Sensor-Fuzed

submunitions are self-deactivating or self-neutralizing, which means that, in spite of having the same objective as the former, they work in such a way that, if the munition fails to explode, its short life battery soon ceases the possibility of initiating the warhead (GICHD 2016).

A further development in the modernization process of Cluster Munitions is the Selectively Targeted Skeet, a derivative of the Sensor-Fuzed Weapons (Lorenz 2006). Being located inside a BLU-108A/B submunition, this Skeet corresponds to a precision-guided munition[17] that contains infrared sensors in order to look for the existence of valid targets. The device works in such a way that

> if no valid target is found, the Skeet's timed self-destruction function is set to activate and destroy it by detonation at an altitude posing minimal hazard to people on the ground. If a valid armored target [...] is found, he Skeet orients itself to the top centre of the target (GICHD 2016, 37).

Undoubtedly, these new forms of Cluster Munitions represented an important benchmark in the development of more accurate and more reliable, although not flawless, submunitions (HRW 2002). It is important to bear in mind, however, that they also opened up space for an ongoing discussion of whether these new Sensor-Fuzed Cluster Munitions are embraced by CCM's definition of Cluster Munitions and, therefore, if they are to be forbidden by such Convention (McGrath 2009). Although a considerable number of countries understands that Sensor-Fuzed Cluster Munitions, due to their distinguishable features, are not prohibited under CCM's Article 2(c), it is also interesting to take into account an antagonist point of view. Rae McGrath (2009, 5), for instance, defends that Sensor-Fuzed submunitions should fall within the general description of a Cluster Munition, once the majority of them are untried weapons "which may, like the BLU 108 SFW, prove to display further characteristics of cluster munitions" if they are "ever used in combat".

3.5 A GLOBAL OVERVIEW ON THE PROLIFERATION AND POSSESSION OF CLUSTER MUNITIONS

Although it has already been ten years since the Oslo Process'[18] discussions have taken place and, hence, since the CCM has been drafted and adopted by a number of states, the production, stockpiling, transferring and even utilization of Cluster Munitions remain as very evident elements of our reality, especially in light of some countries' refusal to sign the convention. Despite the fact that the numbers concerning each of these data have been showing a downward trend, there still is a considerable quantity of countries engaged with activities involving Cluster Bombs

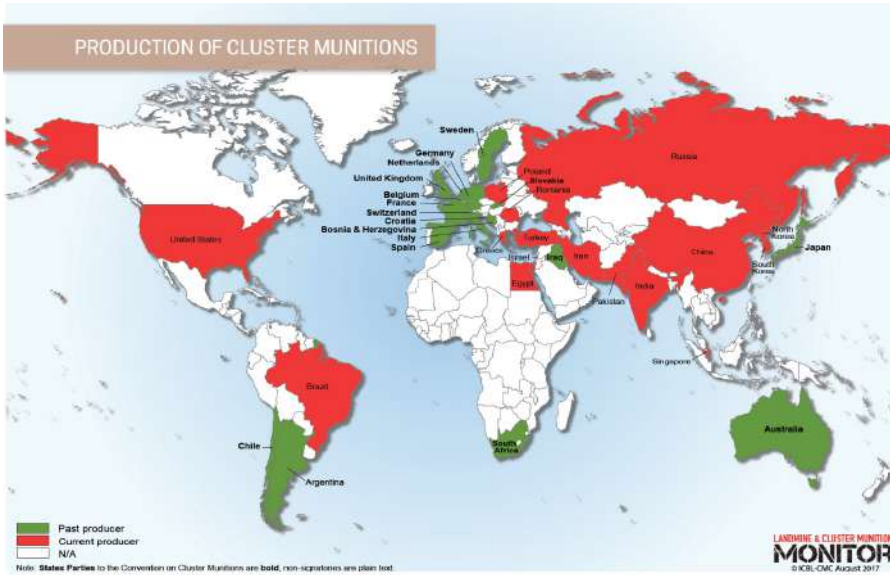
17 Also known as "smart bombs", precision-guided munitions are "[...] air dropped, air-fired, or surface-fired munitions that are guided to their targets, as opposed to iron or dumb bombs, which have no guidance systems" (Tucker 2015, 332).

18 As it will be further examined in this study guide, the Oslo Process, which occurred under Norway's lead, consisted of the realization of a number of conferences that sought to address the issue of Cluster Munitions. The result of these meetings was the creation of the Convention on Cluster Munitions (CCM), an international treaty whose main objective was to promote a complete ban on Cluster Munitions (GICDH 2016).

(GICHD 2016). Thus, in order to comprehend the dynamics encompassed by the recent proliferation of Cluster Munitions, a brief overview of this range of activities is here presented.

According to the Cluster Munition Monitor (2017a), in the past years, more than 200 types of Cluster Munitions have been produced by a total of 34 states. Nowadays, however, as 18 out of these 34 countries have ceased the manufacturing of this weaponry, 16 states are believed to be continuing its production – none of which is part of the CCM. Namely, this group of 16 states that remain producing Cluster Munitions comprises: Brazil, China, Egypt, Greece, India, Iran, Israel, North Korea, South Korea, Pakistan, Poland, Romania, Russia, Singapore, Turkey, and the United States.

IMAGE 2: COUNTRIES THAT PRODUCE CLUSTER MUNITIONS



Source: Cluster Munition Coalition 2017a

Albeit the lack of transparency on arms trade hinders the acquisition of accurate information concerning the transferring of Cluster Munitions, it is evaluated that at least 60 countries have been supplied with such weaponry by 15 countries. Notwithstanding important exporters such as Brazil, Israel and South Korea being responsible for a considerable amount of Cluster Bombs' transferring, the United States is believed to be the leading exporter of these weapons. Furthermore, substantial evidence points out to the fact that many Eastern European countries have inherited Cluster Munitions' stockpiles due to the dissolution of the USSR, in the 1990s. In spite of that, it is worth mentioning that none of the CCM's states parties are known to have transferred these weapons after committing to the Convention (Cluster Munition Monitor 2017).

At last, regarding the global stockpiles of Cluster Munitions, it is important to consider that, prior to any international effort to ban these weapons, it was estimated that, as a result either of national production or interstate transferring, 91 countries stockpiled millions of Cluster Munitions. Even though this number has meant a significant increase when compared to the year of 2002 – when 56 countries were known to stockpile Cluster Bombs –, by 2017, 30 countries had already succeeded in the destruction of their stockpiles. Moreover, while stockpiles are expected to be maintained by states that have not signed the CCM, there are also 13 states parties to the Convention that still possess stockpiles to be destructed (Cluster Munition Monitor 2017; HRW 2002).

IMAGE 3: COUNTRIES THAT STOCKPILE CLUSTER MUNITIONS



Source: Cluster Munition Coalition 2017a

3.6 THE ENDURING USAGE OF CLUSTER MUNITIONS: RECENT CASES

It is known that, to this day, there are several claims of Cluster Munitions being used in different conflicts around the globe. Recent reports state that Cluster Bombs were dropped over countries like Yemen, Syria, Ukraine, Libya, Sudan and South Sudan – all during this decade (Cluster Munition Convention 2018a). These reports are usually provided by international organizations or even by one of the parties to the conflict. In this sense, it is crucial to point out that some of the reports, from both sides, might be biased and usually tend to distort facts in order to undermine one of the parties, considering that the use of Cluster Munitions is frowned upon by the international community, especially by Human Rights organizations (HRW 2016).

This section sets out to analyze in more detail two specific cases of Cluster Munitions usage in the 21st century. Due to their historical relevance and the context within which they find themselves, as well as the role played by Cluster Munitions in these conflicts, from now on, two specific cases will be analyzed: the Ukrainian case and the Yemeni case, respectively.

3.6.1 UKRAINE

Ukraine has had a very complex social and political formation throughout all of its history. In 2014, the political dispute between the western part of the country, more European-oriented, and the eastern, closer to Russia, escalated into a civil war. The conflict was the bloodiest in Europe since the Balkans' wars in the 1990's, and, according to a number of reports from human rights organizations, both parties made use of Cluster Munitions (Cluster Munition Coalition 2018b).

After the government of President Viktor Yanukovych failed to reach an agreement about an economic treaty with the European Union (EU), and decided to seek closer ties with Russia, thousands of protesters took the streets of Kiev. They demanded a closer approximation with the EU and required the ousting of President Yanukovych. After a long period of protests and several clashes between demonstrators and the police, resulting in several deaths, Yanukovych was ousted from power, in what his supporters called a coup (BBC 2014).

Shortly after Yanukovych was deposed, pro-Russia groups took control of Crimea – a peninsula in the South of the country whose population is mostly ethnically Russian – seeking its independence. Afterwards, a controversial referendum was held to assess the possibility of the newly independent Autonomous Republic of Crimea joining Russia. A majority of over 90% voted in favor of the annexation to Russia, and, soon after, Crimea applied to join the Russian Federation (Harding and Walker 2014).

The situation in the Crimean Peninsula was a key-factor in the escalation of the conflict. Following the crisis there, the civil war became ever more violent in the eastern part of the country, with the destruction of villages and cities, as well as the consequent internal displacement of more than a million people, besides several deaths. There are also reports of humanitarian issues both in the East, where the conflict was happening, and in the West, which was absorbing huge numbers of internally displaced persons (Quinn 2015).

Amidst all other challenges posed by the war, several reports have stated that the Ukrainian government, and according to some accounts pro-Russia rebel groups as well, have made use of Cluster Munitions (The Guardian 2014; Ferguson and Jenzen-Jones 2014). In spite of not being a signatory of the CCM, the Ukrainian Government has denied using internationally controlled or prohibited weapons, including Cluster Munitions. However, several evidences collected by Humans Right Watch indicate that the government has used surface-launched missiles to drop Cluster Bombs over cities and villages in the eastern part of the country, most notably in Donetsk (Cluster Munition Coalition 2018b).

Ukraine is not a party to the Convention on Cluster Munitions and neither is Russia, therefore, they are not obligated to comply with the decisions of the treaty. According to reports from December 2016, more than 70 people are believed to have

been killed by Cluster Munitions utilized during the civil war. Unlike the situation in Yemen, in Ukraine the percentage of deaths caused by the unexploded remnants is significantly smaller. Both Russia and Ukraine allegedly stockpile Cluster Munitions, however only Russia is thought to produce such bombs (Cluster Munition Coalition 2018b and 2018c).

Shortly after the first Human Rights Watch report on the usage of Cluster Munitions in Ukraine came out, its validity was questioned by international observers from the Organization for Security Co-Operation in Europe stationed in the country (HRW 2014). The spokesperson for the OSCE has said that none of their 90 observers in eastern Ukraine found any evidence of the usage as of October 23 2014 (Ostaptschuk 2014). Neither side has ever admitted to have used Cluster Munitions during the civil war, but the attacks are widely believed to have indeed happened, especially among human rights organizations (HRW 2014).

There have not been any new reports on the usage of Cluster Munitions ever since a ceasefire was agreed upon in February 2015 (Cluster Munition Coalition 2018b). The civil war has also de-escalated since then, yet Russia and Ukraine have not become signatories of the Convention on Cluster Munitions.

3.6.2. YEMEN

As a result of the aftermath of the Arab Spring uprisings against the Saleh Government, Yemen has been facing a very chaotic civil war. On one side, there is the Houthi/Saleh bloc, an alliance that combines the Zaydi-Shia rebel group of the Houthis and the forces loyal to former President Ali Abdullah Saleh. On the other side, there are the forces of the internationally recognized government of Abed Rabbo Mansour Hadi, allied with southern separatists, Sunni Islamists and a variety of tribal groups, generally referred to as the anti-Houthi/Saleh alliance (Serr 2018).

Each of these groups is known to be supported by a foreign country or group of countries. The Houthi/Saleh forces allegedly receive support from Iran in the form of military equipment and training. The other party to the conflict is member of a coalition led by Saudi Arabia, which also involves several other Shia-Muslim countries, such as the UAE, Jordan, Egypt and Kuwait, and a group of Western countries, namely the US, the United Kingdom and France. The intervention of foreign forces leads most scholars to categorize the Yemeni conflict as an example of a proxy war[19] in which Iran and Saudi Arabia dispute the leadership of the region (Hokayem and Roberts 2016).

The war has already put the Yemeni people through massive humanitarian suffering, which is claimed to have only been made worse by the alleged frequent use of Cluster Munitions in the conflict. According to the CMC (2018a), the usage of such weapons by the Saudi-led coalition began on March 2015 and has continued throughout the ensuing years of the civil war.

Evidence suggested that Saudi Arabia had used UK-made Cluster Munitions during its strikes over Yemen. Both the Saudi and the British governments denied

19 Proxy Wars are "conflicts in which a third party intervenes indirectly in order to influence the strategic outcome in favour of its preferred faction" (Mumford 2013, 1). They are more common in situations in which two countries have a hegemonic dispute, such as the USA and the USSR during the Cold War.

that for a long period of time, but, in December 2015, Saudi Arabia admitted having used the aforementioned bombs, even though the British kept denying to have sold them (Mason and MacAskill 2016). It was only in January 2016 that the Minister of Defence of the United Kingdom admitted that about 500 Cluster Bombs were sent to Saudi Arabia in the 80s, being those the ones that the Saudi government admitted having used (Glaze 2017). After that episode, the UK reinstated that it would not sell any more Cluster Munitions to the Saudi, which, in turn, agreed to stop using UK-made Cluster Bombs (The New York Times 2016).

However, after committing not to use British-manufactured Cluster Munitions, reports have shown that the Saudi-led coalition started to use Brazilian bombs for their attacks to the city of Saada - a Houthi stronghold –, according to Human Rights Watch (RT 2016). Neither Brazil nor Saudi Arabia have signed the Convention on Cluster Munitions, and, therefore, are not bound to respect the ban on such weaponry. Despite that, their alleged actions were strongly condemned by the international community. After these attacks, which happened at least from December 2016 to March 2017, countries that have already renounced the use of Cluster Munitions started once again to pressure those who have not through the framework of the Cluster Munition Coalition, whose president sent a letter to Brazil's Foreign Minister urging him to take action regarding the situation(Cluster Munition Coalition 2017b).

Thus, the usage of Cluster Munitions by the Saudi-led coalition is seen as a key aspect in its strategy of destroying the infrastructure of the Houthi/Saleh bloc, especially medical related. In wars, attacks of this kind are known to aim at undermining the enemy's resolve, by stripping its society of its moral bearing (Desjarlais and Kleinman 1994). This process, however, leads to severe humanitarian problems, due to the indiscriminate nature of the weapons, responsible for killing and harming civilians, and the long-term issue posed by the unexploded ordnance issue (Borrie and Cave 2006). It is unclear if Cluster Munition attacks will be carried out again by either side of the conflict, in spite of most evidences showing it to be likely. However, it is certain that other countries, especially those involved in the Oslo Process, and international organizations engaged in the defense of humanitarian rights are more aware of the developments of the situation, pressuring for the cessation of the usage of Cluster Bombs (Cluster Munition Coalition 2018a).

4 PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

Apart from some mechanisms that regulate cluster munitions specifically, it is impossible to address this weaponry in armed conflicts without considering its status under the principles of *international humanitarian law* (*IHL)*. The IHL, often referred to as *ius in bello,* corresponds to a set of rules that govern the conduction of warfare by the parties involved, determining how one may fairly behave during the war and, thereby, seeking to minimize its effects, especially to the civilian population (ICRC 2004; Cavanaugh 2010). One of the most important features of this branch of rules is that, while it may stem from treaty law, it may also find its roots in customary international law, which consists of practices that, for being consistently repeated and reiterated over the years, have recognizably acquired a normative character. As a result, even states that are not party to a particular treaty that explicitly make pro-

visions about principles encompassed by customary international law are bound to those principles (Ching 2007). Accordingly, this situation applies to IHL principles, preventing states that have not signed some treaties from misconducting in warfare with impunity (Raccuia 2011).

Although IHL was gradually evolving throughout the years, the consequences of World War II brought to light the necessity of regulating more assertively how a state shall not act during war. Such need was embodied in the four Geneva Conventions of 1949, which, in general terms, established a number of rules aimed at protecting victims and noncombatants. Binding on almost every country in the world, these conventions were later complemented by additional protocols, among which the first one – amended to the documents in 1977 – introduces important notions in what concerns cluster munitions (Ching 2007). Four are the main rules established by the 1977 Additional Protocol I that indirectly regulate the utilization of cluster weaponry in conflicts: (i) the rule of distinction; (ii) the rule of indiscriminateness; (iii) the rule of proportionality; and (iv) the rule of feasible precautions (Maresca 2006).

Laid down in article 48, the rule of distinction provides that "[...] the Parties to the conflict shall at all times distinguish between the civilian population and combatants and between civilian objects and military objectives", in such a way to direct their operations solely against military objectives (API 1977, 36). Article 51, for its turn, addresses both the issues of indiscriminateness and proportionality. While the latter forbids any attacks in which the expected injuries to civilians outweighs the anticipated concrete military advantages, the former prohibits carrying out any indiscriminate attack. Namely, these so-called indiscriminate attacks are:

> (a) those which are not directed at a specific military objective;
> (b) those which employ a method or means of combat which cannot be directed at a specific military objective; or
> (c) those which employ a method or means of combat the effects of which cannot be limited as required by this Protocol (API 1977, 37).

Lastly, the rule of feasible precautions, covered by Article 57, stipulates that constant care and precautionary measures must be taken in order to spare the civilian population (API 1977).

Suffices to be aware of the functioning of a cluster bomb and its effects to understand why this weaponry raises serious concerns in light of the abovementioned rules. As already mentioned, cluster munitions possess some peculiar characteristics that are inherent to their own design and nature: namely, that is the case both of the large area effect – that makes the weapon simultaneously strategic and dangerous –, and the consequent inaccuracy, as well as the high level of failure of the submunitions – which hampers the appropriate operation of the weapon and ends up creating a significant number of UXO. As we may examine below, these features are the main accountable for turning cluster bombs into a kind of weapon that intrinsically violates the IHL principles established in the Additional Protocol I (Maresca 2006).

Being weapons that blanket extensive areas, cluster munitions, when launched, are generally unable to distinguish between combatants and civilians, therefore violating the principle of distinction. Furthermore, "[...] even a cluster bomb

which is directly on target will scatter submunitions over a broad footprint, potentially harming anyone in the vicinity", especially if the bomb lands nearby populated areas (Raccuia 2011, 481). The employment of cluster munitions close to areas of civilian population is also concerning in terms of indiscriminateness: an attack that delivers scarcely precise submunitions automatically corresponds to an indiscriminate attack, since it uses a method that cannot be properly directed at a military objective – and, even when it can, it may have several spillover effects. It is important to notice, however, that cluster bombs may happen to be indiscriminate not only in spatial terms: they are also temporally indiscriminate, given that their high failure rates prevent them from hitting the target at a certain time, in such a way that the failed submunitions transform themselves into UXO, which, for their turn, are not able to target and, consequently, explode at the military objective (Cavanaugh 2010). By intrinsically having a large area effect and by leaving behind a number of unexploded submunitions that remain a hazard for years, cluster munitions are also disproportionate, not rarely causing more harm to civilians than to military targets (Corsi 2009). Finally, if a weapon that is known to impose a heavier and more serious burden for civilians is still deployed, its utilization is a breach of the rule of feasible precautions, meaning that no care nor any precautionary measure was taken to spare the noncombatants (Maresca 2006).

It is important to notice, nonetheless, that the Additional Protocol I to the 1949 Geneva Conventions was established in 1977, and, therefore, its four abovementioned rules were mainly seen as applicable to the cluster munitions' models prevailing at that time. Undoubtedly, since the 1970s, cluster bombs and its submunitions have been increasingly modernized, and such modernization process includes, for instance, the incorporation of self-destruct mechanisms and the utilization of precision-guided submunitions, reducing the weapon's inaccuracy and high failure rates. Thus, even though it is possible to argue that newer cluster bombs are "safer" for civilians and are not as comprised by the IHL principles as the old ones are, one may not ignore that the large area effect – one of the weapon's inherent (though surmountable) features that enhances the violation of those rules – remains existing and, foremost, that this new improved weaponry may be used as a pretext for the ongoing employment of cluster munitions in armed conflicts (Maresca 2006; Wiebe 2000).

4.1 THE LUCERNE AND LUGANO CONFERENCES

As attested by the own Additional Protocol I of 1977, during the 1970s, the international community became increasingly concerned with humanitarian issues. The Vietnam War, in which cluster munitions were extensively deployed and were known to be causing great suffering to civilians, shed light on the problems of those weapons more directly (Bolton and Nash 2010). As a result, in 1974, the International Committee of the Red Cross (ICRC) convened a diplomatic conference of experts to be held in Lucerne, Switzerland, in order to discuss a potential ban in a series of anti-personnel weapons, including cluster bombs (Wiebe 2000).

To a great extent, the experts present at the *Lucerne Conference*, as expected, saw their decision-making power very restricted by the polarization and the consequent stalemates among states who stood up for a prohibition – or at least for a

limitation – of cluster munitions and those who praised the military utility of the weaponry (Borrie 2009). Given the conference's inability to reach a common ground on the matter, in 1976, the ICRC sponsored the realization of a second meeting, also in Switzerland, but in Lugano this time. During this latter conference, thirteen countries[20] claimed the prohibition of "anti-personnel cluster warheads or other devices with many bomblets which act through the ejection of a great number of small-calibre fragments or pellets" (ICRC 1976, 73). Due to the intensified polarization and the loss of interest of some nations, nevertheless, the *Lugano Conference* did not manage to make notorious progresses. However, in spite of what may be considered as failure of the ICRC Conferences, it is important to recognize that they represented a historical landmark, seen that, for the first time in years, the legitimacy of a weapon apart from nuclear, biological and chemical ones was discussed in an international forum (Borrie 2009).

4.2 THE CONVENTION ON CERTAIN CONVENTIONAL WEAPONS (CCW) AND PROTOCOL V ON EXPLOSIVE REMNANTS OF WAR (ERW)

Even though the conferences held in Lucerne and Lugano were not able to implement any measures regarding the prohibition or limitation of cluster munitions, they did open the path for the negotiation of a broader instrument, which would come to address other weapon-specific issues that could be more easily achieved eventually (Borrie 2009; Ching 2007). Such instrument, arranged under UN's auspices in 1980, was the Convention on Prohibitions or Restrictions on the Use of Certain Conventional Weapons Which May Be Deemed to Be Excessively Injurious or to Have Indiscriminate Effects, or simply *Convention on Certain Conventional Weapons* (CCW), whose main objective was to protect civilians and combatants from some conventional weapons that were known to cause excessive harm and/or to be indiscriminate (ICRC 2005).

The CCW, which corresponds to a general treaty complemented by protocols that specifically provide regulations for each kind of weapon, was initially thought of as the ideal framework for addressing the issue of cluster munitions, since the incorporation of a protocol concerning these weapons would have been able to tackle the problems posed by their utilization (Corsi 2009; Anzalone 2010). However, partially as a reaction to the employment of cluster bombs in Kosovo in 1999, it was only by the end of 2001 – during the Second Review Conference of the CCW – that the legal status of those weapons began to be discussed within CCW's scope[21]. The final result of this debate – largely influenced by some powers' unwillingness to give up their cluster munitions – was the creation of a fifth protocol in 2003, regarding explosive

20 Algeria, Austria, Egypt, Lebanon, Mali, Mauritania, Mexico, Norway, Sudan, Sweden, Switzerland, Venezuela and Yugoslavia (Wiebe 2000).

21 The first attempt to insert cluster munitions-related provisions in the CCW occurred between 1995 and 1996, during the First Review Conference of the CCW, in which state-parties urged to discuss a ban in the utilization of anti-personnel landmines. Although some sought to include cluster bombs in the ban of landmines, others saw that such inclusion could hinder a universal prohibition of the latter. Regardless of that, there was no agreement on a total ban of landmines, which led to a negotiation outside of the CCW's framework, culminating in the Mine Ban Treaty. Under the same pretext used in the CCW's review, cluster munitions ended up playing a minor role in this latter treaty too (Wiebe 2000).

remnants of war (Bolton and Nash 2010).

Despite not particularly addressing the issue of cluster munitions, the *Protocol V on Explosive Remnants of War (ERW)* established important provisions in order to diminish the threats posed by all different types of UXO, including the ones derived from cluster weaponry (ICRC 2005). Besides ascribing to the parties the clearance of all the ERW left in their territories and even facilitating this very same process in territories not under their control, the protocol requires states to take other measures – such as to provide warnings – to protect the civilian population (Goose 2004; Ching 2007). Moreover, the document also determines that, as far as possible, parties shall retain and exchange information regarding the explosive ordnances in order to facilitate the clearance and removal of the remnants (ICRC 2005).

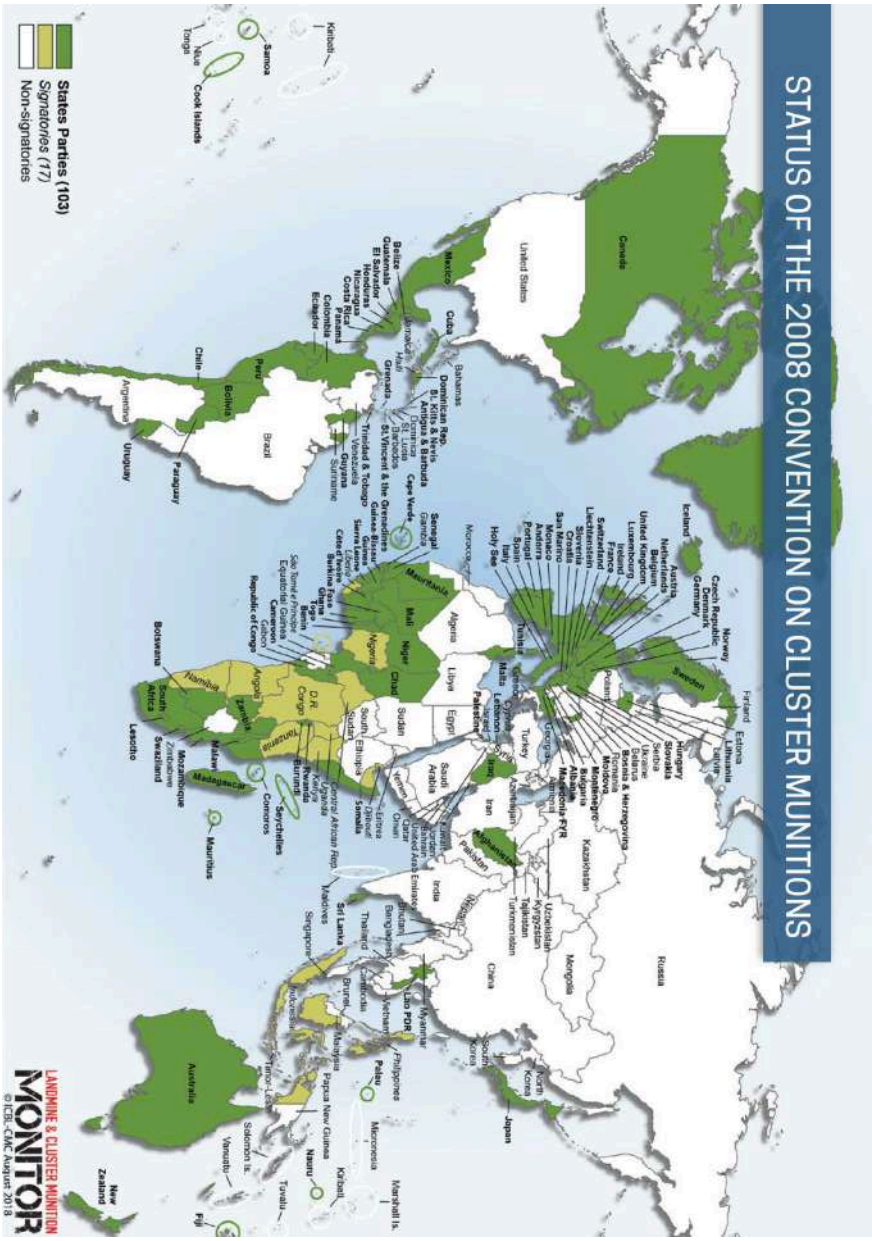
Bearing all of this in mind, one may notice that, even though representing a step further in reducing the harmful effects of cluster munitions, the Protocol V on ERW was an instrument with mere post-conflict provisions, rather than preventive ones. In other words, while "the protocol provides a useful framework to facilitate the post-conflict clearance of these weapons and the implementation of measures to protect civilians", it does not "contain significant requirements to prevent the occurrence of ERW in the first place" (Maresca 2006, 30). As a result, it was not long before cluster weapons began to be employed in armed conflicts once again.

4.3 THE OSLO PROCESS AND THE CONVENTION ON CLUSTER MUNITIONS (CCM)

If the utilization of cluster munitions in Iraq, in 2003, has once again drawn the attention of the international community to the necessity of preventing the usage of those weapons, the Israeli bombardment of Lebanon with cluster bombs was a catalyst, consolidating a sense of urgency in that matter. As the discussions within the Third Review Conference of the CCW – which took place right after the Lebanon War and, therefore, still in a moment of international turmoil – were slow-moving and increasingly hampered by the inflexibility of some major international powers, such as the United States, Russia and China, the Norwegian government decided to take the forefront of a negotiation process on cluster munitions outside the CCW's scope. Thus, the so-called Oslo Process was launched (Bolton and Nash 2010; Anzalone 2010).

In general terms, the Oslo Process consisted in the realization of five conferences through which it was sought to achieve a legally binding instrument that would ban cluster munitions and to "develop an international infrastructure to facilitate care to victims, clearance of unexploded submunitions, destruction of stockpiles, and risk education" (Anzalone 2010, 200-201). Accordingly, in 2008, after two years of negotiation and discussion within these conferences, the *Convention on Cluster Munitions (CCM)* was launched. By the end of 2008, almost one hundred states had signed the treaty, although it was only in 2010 – posteriorly to the thirtieth ratification – that it officially entered into force (Agin 2013; Raccuia 2011). Currently, the convention has 103 states parties and 17 signatories, among which are not included major international powers and major producers and stockpilers of cluster munitions, such as the United States, Brazil, China, Russia and India (Convention on Cluster Munitions 2018).

IMAGE 4: STATUS OF THE 2008 CONVENTION ON CLUSTER MUNITIONS



Source: Cluster Munition Coalition 2018g

First and foremost, the CCM had an important role in cementing a more precise definition of cluster munitions, reducing controversies regarding what types of weapons may be comprised within such concept. As previously stated in this study guide, according to the convention, a cluster munition is a "conventional munition that is designed to disperse or release explosive submunitions each weighing less than 20 kilograms, and includes those explosive submunitions", thereby leaving aside munitions in which:

> (i) Each munition contains fewer than ten explosive submunitions;
> (ii) Each explosive submunition weighs more than four kilograms;
> (iii) Each explosive submunition is designed to detect and engage a single target object;
> (iv) Each explosive submunition is equipped with an electronic self-destruction mechanism;
> (v) Each explosive submunition is equipped with an electronic self-deactivating feature (CCM 2008, 3).

Bearing this in mind, the CCM prohibits the use, development, production, acquisition, stockpiling, retention and transfer of cluster munitions as defined above. In this sense, all of its states parties are required to destroy its cluster munitions' stockpiles "as soon as possible, but not later than eight years after the entry into force of the Convention" (CCM 2008, 4). In spite of that, it is permitted to retain or acquire a limited number of cluster munitions and explosive submunitions for training personnel in detecting, clearing and destroying those weapons. Besides providing that states parties shall clear and destroy unexploded remnants in territories under their control, the convention also encourages previous user states to share information with those whose lands were affected, thus reiterating Protocol V on ERW (Raccuia 2011). Furthermore, in accordance with IHL and human rights law, each state is responsible for adequately providing the victims with "age- and gender-sensitive assistance, including medical care, rehabilitation and psychological support, as well as provide for their social and economic inclusion" (CCM 2008, 8).

One of the most important features of the CCM, nonetheless, is the so-called interoperability provision, which regulates the relations between those states which are parties to the convention and those which are not. Such provision, determined in article 21 of the convention, allows states parties to militarily cooperate and engage in operations with states not party to the CCM, which, as expected, may carry out activities forbidden to any state party (CCM 2008). Notably, the importance of this feature lays in the fact that its inclusion in the final document of the CCM was essential in convincing some countries to sign the convention. This is particularly true in the case of NATO member states – such as the United Kingdom, Germany and Italy –, which, in spite of abiding by the convention, could still manage to preserve their abilities of operating alongside US forces (Raccuia 2011; Anzalone 2010).

Undoubtedly, by entailing a complete and comprehensive ban on cluster munitions, the CCM has shown to be the most relevant instrument in addressing the long-standing issue posed by this weaponry to date. The convention, which was an outcome of a joint movement among states, international organizations and the civil society, embraced substantial elements of IHL and recycled important provisions of the Protocol V, also making significant progress in relation to the latter by acquiring a preventive character. Hence, the CCM has a holistic approach: it not only bans

the utilization, development and stockpiling of cluster munitions, but it also provides a framework for post-conflict measures, including clearance and destruction of the weaponry, as well as victim assistance (Bolton and Nash 2010; Raccuia 2011). Moreover, in a broader analysis,

> the Oslo Process demonstrates that the treaty-making model pioneered by the movement to ban landmines can have broader application and that states and other interested parties can achieve concrete legal results by removing themselves from consensus-based models in which the opposition of a few states can halt negotiations (Corsi 2009, 149).

Nevertheless, the possession of these virtues does not imply that the CCM is exempt of criticisms. Indeed, besides some complaints regarding the interoperability clause – which by permitting military cooperation with states not parties to the convention could undermine the total ban of the weapons –, the determined definition of a cluster munition itself raises some discussions (Agin 2013). For instance, as noticed by Anzalone (2010, 203), "the CCM does not set a blanket prohibition on cluster munitions. Instead, it creates heightened sophistication standard for submunitions". This affirmation derives from the perception that, by not embracing within the concept of cluster munitions some weapons that would conventionally be acknowledged as such, but that possess determinate characteristics that prevent them from fitting in such definition, the CCM makes room for countries to produce and maintain more modern models of cluster bombs. Lastly, from a different perspective, the convention itself is a target of criticisms from major cluster munitions' producers, exporters and possessors, which believe that a comprehensive ban is not the ideal approach for solving the issue and whose stance, as it will be seen in the following subsection, is one of defending a softer and more flexible mechanism (Agin 2013).

4.4 THE DRAFT PROTOCOL ON CLUSTER MUNITIONS TO THE CONVENTION ON CERTAIN CONVENTIONAL WEAPONS (CCW)

Although the Third Review Conference of the CCW did not manage to reach a common ground regarding an instrument for addressing the restriction of cluster munitions within the CCW's scope, the participating countries did agree that further steps should be taken in the matter. In this sense, in 2007 – and largely as a response to the already existing attempts to promote a total ban on cluster munitions – some states, under United States' lead, decided to convene a Group of Governmental Experts in order to study and propose a new framework for regulating cluster bombs in such a way to balance humanitarian concerns with military considerations. The group of experts drafted a protocol on cluster munitions, which was discussed in 2011, during the Fourth Review Conference of the CCW (GICHD 2016; Agin 2013).

In accordance with its purpose of being an instrument with less radical provisions, the draft protocol established that all states parties were prohibited to use, acquire or stockpile cluster munitions whose production dated back to any period before 1 January 1980. The weapons produced after this date, for their turn, were allowed provided that they met the conditions of possessing at least one of the "safeguards that effectively ensure that unexploded submunitions will no longer function

as explosive submunitions" (United Nations 2011, 10). Apart from these two provisions, nonetheless, the document was similar to the CCM in terms of content, also stipulating measures for clearance and destruction of unexploded remnants and for the assistance of victims (United Nations 2011).

In spite of this effort, the draft protocol was not approved and, therefore, no legally binding agreement was achieved within the CCW. Whilst important supporters of this protocol – such as the United States, Russia and Israel – affirmed that, if approved, it could have been able to affect approximately 85% of the global existing stockpiles of cluster munitions, states and international organizations supporting the CCM stated that the newly produced document was less protective and insufficient, since it would allow the maintenance of important models of cluster munitions. Thus, with the fear of a potential undermining of the CCM, the countries that praised the comprehensive ban of cluster munitions promoted by the 2008 convention strongly rejected the draft protocol. Since the failure to approve the draft protocol, the issue of cluster munitions has no longer been placed in the CCW's agenda (GICHD 2016; Agin 2013).

5 BLOC POSITIONS

Argentina is not a signatory of the CCM, but has adopted it in 2008, claiming to have destroyed its stockpile prior to that (Landmine and Cluster Munition Monitor 2018a). Buenos Aires disagrees with two specific points of the text of the CCM, articles 2 and 21, regarding definition and interoperability, considered not to be ambitious enough to promote a complete ban on cluster munitions (Argentina 2017). The Argentine Republic is known to have imported and stockpiled cluster munitions in the past, besides having began a program to produce them, which was ended. There is no evidence that the country ever exported or utilized said weapons (Landmine and Cluster Munition Monitor 2018a).

Australia is one of the best known advocates against the usage of Cluster Munitions nowadays, in spite of being itself a former producer of such weapons (Cluster Munition Coalition 2018d). The nation played a very proactive role in 2008, during the Oslo Process, when the Convention on Cluster Munitions (CCM) was drafted. Being a signatory of the Convention, as well as a very influential country in the region, Australia seeks to gather support to ban Cluster Munitions completely, especially in the Asia-Pacific region. In spite of undertaking this crucial international role, the Australian government was severely criticized for the way it faced external pressures from the U.S. in the processes of signing and ratifying the CCM, which allowed Washington to continue using Cluster Munitions in its operations even when Australia is involved (Dorling 2011). Canberra has condemned recent uses of cluster munitions in countries such as Ukraine and Syria, and it has complied with all of the obligations established by the Convention, retaining only a small number of explosives for training and research purposes (Landmine and Cluster Munition Monitor 2015a).

Belgium was one of the first 30 countries to have acceded to the CCM, having signed it in 2008 and ratified in 2009 (Landmine and Cluster Munition Monitor 2015a). Brussels has been a strong advocate for a universal ban on cluster munitions, which is notable by the fact that the country was the first to approve internal legis-

lations banning such weapons in 2006 (La Chasse Belge 2006). The nation has also approved laws prohibiting the financing of companies that produce cluster munitions. Furthermore, the Kingdom of Belgium is believed not to have ever exported or used such munitions, but has produced, stockpiled and imported them in the past (Landmine and Cluster Munition Monitor 2015a).

Despite traditionally avoiding controversies regarding weapons, **Brazil** finds itself right in the center of the debate on Cluster Munitions. The country is internationally acknowledged as one of the major producers and exporters of such kind of weaponry (Grosscup 2011). Brasília has opposed the Convention on Cluster Munitions (CCM), stating that it has a number of loopholes that favor developed or otherwise wealthy countries and their defense industries (Brazil 2015). Besides producing and exporting cluster munitions, Brazil has also a significant stockpile of these weapons. Such stockpile has never been used by the country, even though it constitutes an important asset for the nation's self-defense strategy, according to the government (Landmine and Cluster Munition Monitor 2017a; Silva 2014). Recently, in 2016, reports have indicated that Brazilian-produced cluster munitions were employed by the Saudi-led coalition during airstrikes in Yemen (Russia Today 2016). This situation has sparked the debate over Brazil's objection to the Convention, generating strong international criticism (Canineu 2017).

The Kingdom of **Cambodia** is not a signatory of the CCM, in spite of having spoken in favor of it (Landmine and Cluster Munition Monitor 2018b). The nation was severely contaminated by American cluster munitions strikes during the 1960's and 70's, and the effects still linger today, since even after over 200.000 unexploded submunitions were already destroyed, thousands more remain in rural areas, where they are sought for metal scraps (MAG 2018). Cambodia holds a stockpile of cluster munitions, in spite of not having ever produced, exported or employed them (Landmine and Cluster Munition Monitor 2018b). As recently as 2011, the country suffered attacks from Thailand in which such weapons were employed, but the government refrained from using their own munitions in response, showing, according to officials, Cambodia's commitment to the CCM and the values it upholds (Cambodia 2011).

The government of **Canada** has made several efforts to ban cluster munitions. Even before the Convention on Cluster Munitions (CCM) was ratified, Canada had already implemented internal legislations to destroy a stockpile of thousands of cluster munitions and of over one million submunitions. Ottawa is known to have imported such ammunition, although there is no evidence of the production, use or export of such weaponry by the country (Landmine and Cluster Munition Monitor 2015b). However, reports have indicated that Canadian financial companies have invested in foreign industries that produce Cluster Munitions (Blanchfield 2016). This is a matter of great concern to the government, since those Canadian firms represent some of the very few corporations based on countries that are signatories of the CCM whose names are linked to the production of cluster munitions. Thus, in spite of the government's desire to comply with the obligations established by the Convention, the country's private sector seems to have decided to take another path (D'Amours 2016).

Chile is a signatory of the CCM since 2008 and has ratified it in 2010, having the CCM enter into force in 2011 (Landmine and Cluster Munition Monitor 2016).

The country is known to have produced and exported cluster munitions to a number of different countries in the past, but, since the signing of the CCM, the country's stockpile was destroyed (HRW 2005; Chile 2013). Santiago has hosted several conferences and regional meetings regarding the topic, and has strongly stood for a ban on cluster munitions, claiming that there are no political, military or - and especially - ethical reasons for such weapons to be employed (Landmine and Cluster Munition Monitor 2016; Chile 2015).

Colombia has ratified the Convention on Cluster Munitions (CCM) in 2014 and has been advocating for their ban since the beginning of the XXI century, thus unusually diverging from one of its main traditional allies – the United States – on this issue (Landmine and Cluster Munition Monitor 2015c). Reports have shown that during the late 1990's the Colombian Air Force used imported Cluster Munitions against armed groups and drug traffickers that were active in the country – even though none of these weapons was produced internally (Cluster Munition Coalition 2018d; Hiznay 2006). In 2009, the elimination of the nation's stockpile was concluded. Colombia has taken part in every meeting of the Convention so far and has condemned the usage of Cluster Munitions in a number of nations, in line with the signatory Western countries, especially European states whose foreign policy is centered on the defense of human rights, such as France and Italy (Landmine and Cluster Munition Monitor 2015c).

As a non-signatory to the Convention on Cluster Munitions (CCM), the **People's Republic of China** seeks to eliminate Cluster Munitions by other means (People's Republic of China 2014). Although the country admits to produce, stockpile and export such weapons, China claims to have never used them outside the country's national borders (Landmine and Cluster Munition Monitor 2015d). However, Beijing has reinstated its commitment to conventional disarmament and its support for the efforts to handle the humanitarian situations caused by the usage of Cluster Munitions (People's Republic of China 2014). The People's Republic of China has not shown any interest in joining the CCM, since it defends that the subject should be discussed within the frameworks of the Convention on Certain Conventional Weapons (CCW), to which China is a party (Wang 2008). The country also states that the respect to the principle of non-interference, as presented by the UN Charter, as well as the cessation of weapon transfers to non-state actors are vital steps against the problems presented by the use Cluster Munitions (People's Republic of China 2014).

The Republic of **Cuba** is a party to the CCM since 2016, and the CCM entered into force in that same year (Landmine and Cluster Munition Monitor 2018c). In the past, Havana has expressed its disapproval for the fact that the drafting of the CCM happened outside the framework of the United Nations, in a process from which the nation was excluded (Cuba 2016). The nation is not known to have ever produced or used cluster munitions, but it has imported and stockpiled them. After the adoption of the CCM, Cuba has reported the destruction of the entirety of its former stockpile, almost nine years before the established deadline (Landmine and Cluster Munition Monitor 2018c).

Egypt is not a signatory to the Convention on Cluster Munitions (CCM) and, therefore, it is not bound to any of its requirements. The country is known to have produced, imported, exported and stockpiled Cluster Munitions, although, until recently, nothing suggested they had ever been used (Landmine and Cluster Munition

Monitor 2015e). However, Amnesty International has claimed to have proven that the Egyptian Armed Forces have undoubtedly used Cluster Munitions in the Sinai in February 2018 (Amnesty International 2018). Furthermore, reports have indicated that Cairo might have exported such weapons to Syria in the past (Landmine and Cluster Munition Monitor 2015e). Like Egypt, none of the other members of the Saudi-led coalition involved in the conflict in Yemen has signed the CCM (Cluster Munition Coalition 2018e; CCM 2018).

Estonia is one of the few EU-member countries which have not signed the Convention on Cluster Munitions (CCM). The country claims to be very concerned over the humanitarian consequences brought by the usage of such munitions and praises the efforts made by the CCM to mitigate those effects, while holding a stockpile of such weapons for the nation's defense (Landmine and Cluster Munition Monitor 2017b). However, alongside other non-signatory EU-members, Tallinn defended that the discussion on the matter should happen within the frameworks of the Convention on Certain Conventional Weapons (CCW), stating that it is a more efficient environment, due to the broader scope of this mechanism (United Nations 2016).

France is one of the first 30 ratifiers that brought the Convention on Cluster Munitions (CCM) into force in 2010, being a strong defender of its proposals (Landmine and Cluster Munition Monitor 2016a). The country was a known former user, producer and exporter of such weapons, but in the very same year of the ratification of the treaty, France passed a law agreeing to eliminate its stockpile of Cluster Munitions, retaining only a maximum of 500 munitions (Assemblée Nationale 2010). Ever since the CCM enacted, France has called on non-signatories to accede to the Convention in order to achieve a worldwide ban of Cluster Munitions (France 2013). The actions of the French government against such weapons are taken internally as well as externally. In addition to the destruction of a stockpile of over 30,000 munitions and almost 15 million submunitions, France has also been taking measures to control or prohibit the investment of French companies in Cluster Munitions, besides restricting their transit through the nation's territory (Landmine and Cluster Munition Monitor 2016a).

Georgia has a very complex history on the topic of Cluster Munitions. During the 2008 war against Russia over South Ossetia, both the Georgian and the Russian Armed Forces made use of Cluster Munitions (HRW 2009a). The country has not signed the Convention on Cluster Munitions (CCM), claiming that it could not renounce its stockpile and its capacity of using such weapons while the security situation in the region remains unstable (Landmine and Cluster Munition Monitor 2016b). Georgia has never been a Cluster Munition producer, however, several munitions were inherited from the Soviet period, besides the Cluster Munition-equipped rockets bought from Israel, which were used during the conflict with Russia (Landmine and Cluster Munition Monitor 2016b; Schwirtz 2008).

Germany is one of the earliest known users of Cluster Munitions, having utilized them during World War II against the United Kingdom (Rogers 2013). The nation has also produced, exported and stockpiled such munitions in the past, however, since 2009, Berlin has been destroying over 500,000 munitions and almost 60 million submunitions (Landmine and Cluster Munition Monitor 2015f). Germany is one of the earliest signatories of the Convention on Cluster Munitions (CCM), in spite of concern raised over the possibility of military cooperation with non-signato-

ry states, notably the United States and other NATO members (Borrie 2009). Germany has served a term in the Presidency of the CCM in 2017, when the country worked for the improvement of the implementation of duties established in the Convention (Germany 2017). The efforts for the ban of Cluster Munitions are carried out not only by the country's government, but also by companies from the private sector, which characterizes Germany as one of the strongest advocates against Cluster Munitions. The *Deutsche Bank*, the nation's biggest bank, claims to have developed internal measures to prevent the financing of any client with relations to the production of Cluster Munitions (Deutsche Bank 2011).

India is not a signatory of the Convention on Cluster Munitions (CCM), in spite of acknowledging the humanitarian issues posed by such weaponry (CCM 2018). The country is known to produce – specifically through a state-owned company named Indian Ordnance Factory –, export, import and stockpile such munitions, although there are no signs indicating any possible usage (Landmine and Cluster Munition Monitor 2017c; Cluster Munition Coalition 2018a). New Delhi has stated that some weapons whose usage is controlled due to its humanitarian consequences might be legitimately used, specially by countries that have defense issues around its borders (India 2011). Thus, the country takes a stand by aligning itself with poorer countries that rely on simple Cluster Munitions for self-defense, in spite of India itself possessing very technologically advanced weapons (Landmine and Cluster Munition Monitor 2017c).

The Republic of **Indonesia** is a signatory of the CCM since 2008 and was an active participant in the Oslo Process. However, Jakarta has made little progress when it comes to ratifying the convention. Nonetheless, the country continues to be a strong supporter of the CCM, advocating for a comprehensive ban of cluster munitions and condemning their use in Syria. Indonesia has never produced or exported cluster munitions, but it is known to maintain a stockpile. Details of said stockpile have yet to be disclosed to the public (HRW 2008; Landmine and Cluster Munition Monitor 2018d).

The **Islamic Republic of Iran** did not take part in the Oslo Process that led to the Convention on Cluster Munitions (CCM), therefore considering it does not encompass the interests of a comprehensive set of states (Islamic Republic of Iran 2015). Information on Iranian Cluster Munitions are inconclusive, but the country has imported, may have produced and probably stockpiles them, although none were ever used (Landmine and Cluster Munition Monitor 2017d). The country defends that the process of creation of the CCM did not happen within the United Nations framework, making it excluding and advantageous only to the countries that were invited to take part in it (Islamic Republic of Iran 2015). Furthermore, Tehran argues that major Cluster Munition users and producers have not yet signed the Convention, which makes states party to the CCM more vulnerable to international threats originated from non-signatories (Landmine and Cluster Munition Monitor 2017d).

Iraq is one of the few Middle Eastern states to have signed the Convention on Cluster Munitions (CCM), alongside the State of Palestine (CCM 2018). The country is known to have previously used, produced, transferred and stockpiled Cluster Munitions, however, since the ratification of the CCM, Iraq has provided reports attesting it no longer carries out any of such activities (Landmine and Cluster Munition Monitor 2017e). Iraq is highly affected by the unexploded remnants from Cluster

Munition strikes that took place during both the 1991 Gulf War and the 2003 invasion by the United States and its allies (Cluster Munition Coalition 2018f). Nowadays, Iraq strongly advocates for the ban on Cluster Munitions, considering such weapons an obstacle to economic and social development, as well as a concerning cause of environmental destruction (Landmine and Cluster Munition Monitor 2017e).

The State of **Israel** is in the center of international concern related to Cluster Munitions. The country has not signed the Convention on Cluster Munitions (CCM) and is known to produce, import and export said munition, besides having used them as recently as 2006, in Lebanon, being this one of the major events that motivated the creation of the CCM, due to the enormous number of bombs employed, which caused severe UXO issues (Landmine and Cluster Munition Monitor 2017f). Israel claimed in a statement to the Convention on Certain Conventional Weapons (CCW) that it has not acceded to the CCM because the country considers that, in spite of the humanitarian issues, Cluster Munitions are militarily and strategically relevant (Israel 2011). The nation does not rule out further usage of Cluster Munitions in the future, even though it acknowledges the amount used should be smaller than the ones employed in 2006, considered disproportionate by many (Williams 2012).

The Republic of **Italy**, although reluctant at first, has signed and ratified the Convention on Cluster Munitions (CCM) (HRW 2009b; CCM 2018). The country has praised the success of the CCM in combating Cluster Munitions worldwide, in defending International Humanitarian Law, as well as in ending the suffering and casualties caused by them (Italy 2015). Rome used to import and allegedly produce Cluster Munitions, but, since the CCM was ratified, most of the country's stockpile – around 5,000 munitions and nearly 3 million submunitions – has been destroyed, except for a small amount that was kept for research and training purposes (Landmine and Cluster Munition Monitor 2016c). Furthermore, the Italian Armed Forces have worked in several countries in the clearance of unexploded remnants of war, more specifically in Lebanon and Afghanistan (Italy 2015).

Being one of the first 30 signatories that brought the Convention on Cluster Munitions (CCM) into force, **Japan** is a very strong supporter of the banning of these munitions (Landmine and Cluster Munition Monitor 2015g). The nation seeks to universalize conventions regarding Cluster Munitions and Landmines, considering that they pose grave threats to civilians and hinder socio-economic development (Japan 2014). Tokyo has completely destroyed its stockpile of Cluster Munitions, in accordance with the CCM, and has made a compromise to assist the victims and to increase international cooperation on the subject (Japan 2015). Four large Japanese private financial companies declared to have ceased certain investments directed to Cluster Munitions' producers, pressuring the country's government to take actions along that same line in order to better comply with the principles that base the CCM (Pax 2017).

The Republic of **Kazakhstan** is not a signatory of the CCM, claiming that it is not ready to join yet. Even though Astana recognizes the humanitarian importance of the convention's goals, it is the country's belief that cluster munitions are not prohibited by international humanitarian law. Although not a signatory, Kazakhstan has participated in some of the CCM's meetings and has voted in the UN in favor of universalization efforts of the Convention. Kazakhstan is not known to have used

or exported cluster munitions. Furthermore, the country has stated that it does not produce or intend to acquire cluster munitions. Astana, however, has inherited a stockpile from the former Soviet Union – an arsenal that is currently in service in the country's air force (Landmine and Cluster Munition Monitor 2018e).

The **Democratic People's Republic of Korea (DPRK)** seeks to distance itself from the broader international debate regarding Cluster Munitions being very secretive on the matter (Landmine and Cluster Munition Monitor 2015h). The country has not signed the Convention on Cluster Munitions (CCM) and is known to have produced and stockpiled these weapons, although they were never employed (Legacies of War 2018). Pyongyang has never exported Cluster Munitions, neither attended a meeting or made a public commentary on the situation, indicating to have no intention to abandon its weapons (Landmine and Cluster Munition Monitor 2015h).

The **Republic of Korea** is not a signatory to the Convention on Cluster Munitions. While acknowledging the humanitarian importance of the Convention, the country states that it cannot become a signatory due to its situation with the Democratic People's Republic of Korea. Seoul is, however, a signatory to the Convention on Certain Conventional Weapons (CCW) and has supported CCW's efforts to establish a protocol on cluster munitions. Although it has never used cluster munitions, the Republic of Korea manufactures, exports and stockpiles them (Landmine and Cluster Munition Monitor 2017g). As stated by its Minister of Defense, the country has stopped producing old types of cluster munitions, attaining itself to the production of only newer, more reliable munitions with a self-destruct mechanism (HRW 2008a). However, Korean authorities claim that the nation did not manufacture or export any cluster munition in 2016 (Landmine and Cluster Munition Monitor 2017g). Furthermore, the Republic of Korea is home to some of the Pentagon's foreign cluster bomb stockpiles (Ismay 2017). Seoul has also supported a series of UN Resolutions condemning the use of cluster weapons in Syria and in Darfur (Landmine and Cluster Munition Monitor 2017g).

The **Lao People's Democratic Republic (Lao PDR)** exercised a leading role in the Oslo Process and has been a strong advocate for the Convention on Cluster Munitions (CCM). As the most contaminated country by unexploded cluster munitions, Lao PDR has been at the forefront of the universalization of the CCM while also having a hardline stance against weakening the treaty's provisions. The Lao PDR has never used or produced cluster munitions (Landmine and Cluster Munition Monitor 2015i). Regarding the humanitarian effects, the country has suffered more than half of all cluster munitions casualties in the world. All of its provinces are contaminated by some of the approximately 80 million unexploded bomblets, of which only 1% has been cleared so far. Forty-one of Lao PDR's forty-six poorest districts are affected by unexploded bomblets, posing a developmental issue as well as a humanitarian one (Legacies of War 2013).

Lebanon has presented itself as a regional leader against cluster munitions, hosting a regional conference on the matter in 2008. The country has been at the forefront of the discussions during the Oslo Process and of the implementation of the CCM, with a focus on the humanitarian aspects of cluster munitions (Landmine and Cluster Munition Monitor 2016a). Israel's use of cluster munitions on southern Lebanon in 2006 continues to kill civilians to this day (Ataman 2015). While Lebanon

has not used nor produced cluster bombs, Hezbollah launched these weapons into Israel from Lebanese territory in 2006. The situation in Lebanon and the aftermath were the "breaking point" for the international community regarding the need for a treaty on cluster munitions (Riordan 2014). Beirut continues to play a leading role in the CCM and urges all states to sign the convention. Furthermore, the country condemns any use of cluster munitions (Landmine and Cluster Munition Monitor 2016d).

The Federation of **Malaysia** is a non-signatory that has spoken in favor of the CCM and acknowledges its humanitarian purpose, but has yet to accede to the Convention. Kuala Lumpur has expressed its concern with cluster munitions through its votes in the UN, where it condemned recent uses of cluster bombs. Malaysian officials affirm that the country does not produce nor use cluster munitions. However, it is unknown if the country maintains a stockpile, seeing as it does possess rocket launchers and systems compatible with cluster munitions. Whether Malaysia possesses submunitions, nonetheless, is still a mystery (Landmine and Cluster Munition Monitor 2018f).

Mexico was amongst the first 30 countries that signed the CCM and was the first country in the Americas to do so. The nation was an active participant in the Oslo Process and remains engaged with the Convention's work, acting as the convention's co-chair on victim assistance since 2013 alongside Afghanistan. Before that, the country was the convention's co-coordinator on cooperation and assistance alongside Spain. Mexico has a hardline stance on most interpretive issues of the convention, stating that both the storage and transit of cluster munitions are prohibited, along with investments in the cluster munition industry. The country goes so far as to state that being a part of a military operation that executes activities prohibited by the convention is also not allowed. Mexico does not and has never produced, stored, used or exported cluster munitions (Landmine and Cluster Munition Monitor 2015b; Cluster Munition Coalition 2009).

The Kingdom of **Morocco** acknowledges the humanitarian issues of cluster munitions and has adopted the CCM, but refuses to sign and accede until the dispute over Western Sahara is settled. Morocco participated in the Oslo Process and has condemned recent uses of cluster munitions in Syria. However, the country has abstained from universalization and promotion of resolutions. Although Rabat has never produced or exported cluster munitions, the country possesses cluster munitions and has imported and used them. From 1975 to 1988, Morocco used air-dropped cluster munitions in Western Sahara – contaminating the territory with submunition remnants. Furthermore, Rabat participates in the Saudi-led coalition in Yemen since 2015 and has not commented on the coalition's use of cluster munitions (Landmine and Cluster Munition Monitor 2018g).

Although the **Netherlands** used cluster bombs during the NATO operations in Yugoslavia, it has, in recent decades, become a strong advocate of the CCM. Having destroyed its stockpiles and ceased the production of cluster munitions, the Netherlands maintains a small amount of them for training purposes. Nonetheless, it has become a staunch condemner of cluster bombs and seeks to universalize the CCM. The Netherlands has gone so far as to take legal action by prohibiting investments in cluster munitions by financial institutions. However, while the country has no foreign stockpiles and has in effect prohibited transit of cluster munitions in

its territory, an exception has been made for its NATO allies (Landmine and Cluster Munition Monitor 2016e; HRW 2007).

New Zealand enacted legislation against cluster munitions even before signing the CCM. It has condemned all uses of cluster munitions and has no stockpiles or manufacturers and has also never used cluster munitions in the past. Wellington is also one of the advocates for the universalization of the CCM and was at the forefront of the CCM's negotiations (Landmine and Cluster Munition Monitor 2015j). However, there have been a couple of allegations of New Zealand savings funds being invested in cluster bomb manufacturers (Bradley 2016; New Zealand Herald 2011).

In spite of having had participated and been supportive to the Oslo Process, the Federal Republic of **Nigeria** was initially very critical of the CCM, stressing that the technical definitions established by the mechanism seemed to determine that there were 'good' and 'bad' types of munitions, and that only the ones considered as 'bad' should be prohibited. Moreover, the country has also shown its opposition to the interoperability clause (HRW et al. 2009). Nonetheless, even with such reservations, Nigeria signed the CCM in 2009 – having not ratified it yet due to what it alleges to be a lack of internal prioritization – and, since 2012, has been attempting to destroy its BL755 stockpiles, which the country imported from the United Kingdom, given that it has never produced nor exported cluster munitions (Landmine and Cluster Munition Monitor 2017a). Besides having taken part in almost all of the Meetings of State Parties of the CCM, advocating the universalization of the mechanism during the 2016 conference, Abuja has also been present in regional workshops regarding the convention (Digital Recordings Portal 2016). The most recent regional meeting took place in Addis Ababa (Ethiopia), in 2016, and aimed at "attaining a Cluster Munitions free Africa with universal adherence to the Convention on Cluster Munitions" (Cluster Convention 2016, 2). However, even though Nigeria has been spending efforts in order to guarantee the elimination of cluster munitions, a major factor of concern has recently arisen: in 2015, Boko Haram, a terrorist group headquartered in the country, managed to get access to submunitions from the Nigerian military – situation that has led the country to be even more aware of the dangers posed by these weapons (AllAfrica 2015).

Norway, much like New Zealand, also enacted legislation against cluster munitions before signing the CCM. Since 2013, Norway has served as the co-coordinator of universalization efforts for the CCM and was one of the leaders of the CCM. Other countries followed Norway's lead to establish the Oslo Process outside of the CCW framework (Riordan 2014). The country destroyed its stockpiles and has never used or produced cluster munitions. Furthermore, it strongly condemns all of the recent uses of cluster munitions. (Landmine and Cluster Munition Monitor 2015k).

Pakistan is not a signatory of the CCM, regarding cluster munitions as legitimate weapons and believing that they should be regulated through the CCW, rather than banned. After the failure of CCW's efforts, Pakistan did not participate in the Oslo Process (Landmine and Cluster Munition Monitor 2017h). Pakistan is a producer of cluster munitions. Its main manufacturer, Pakistan Ordnance Factories, has entered a licensed production agreement with the Republic of Korea's Poongsan cluster munitions manufacturer to co-produce (HRW 2008a). Islamabad's stockpile sizes are unknown, as are its exports. Officially, Pakistan states that it has never used

cluster bombs. However, the country participates in the Saudi-led coalition in Yemen, which is accountable for many cluster attacks (Landmine and Cluster Munition Monitor 2017h).

The State of **Palestine**'s first efforts to engage in the international process of banning cluster munitions started in 2010, during a conference held in Santiago. Since then, it has been participating in the CCM's Meetings of States Parties as an observer state and has been showing its support to the convention's purposes. In January 2015, Palestine acceded to the CCM, officially becoming a State Party some months later (Landmine and Cluster Munition Monitor 2017b). Between 2008 and 2009, during the Operation Cast Lead – which became known as the Gaza War – part of the Palestinian territory suffered from Israel's delivery of incendiary phosphorus cluster bombs. Such attacks took place in populated areas of the Gaza Strip, wounding and killing many not only during the operations, but also after it – at least until 2014, the region's citizens were still exposed to the dangers of UXO, and many casualties derived from the contact with these remnants (Tharoor 2014).

Even though having participated in most of the Oslo Process' meetings, the Republic of **Poland** has not signed the CCM for a number of reasons. Much like others that are skeptical towards the CCM, the country believes that such mechanism might not be the most adequate one for addressing the issue of Cluster Munitions, thus advocating the importance of the CCW – which, in spite of establishing a less broad standard for the prohibition of cluster munitions, could embrace great producers of the weapons. Although Poland is known to have never employed cluster munitions, it believes that these weapons are significantly important for defensive purposes, thus standing for each states' right to use modern, highly reliable cluster bombs in order to meet its defensive necessities. At the same time, nevertheless, Warsaw is aware of the humanitarian issues that such munitions cause, expressing deep concern on the matter (Republic of Poland 2012). The country has abstained from the voting for the UNGA Resolution 72/54, claiming the importance of having a modern military force. When it comes to the Syrian civil war, the Polish government has a strict policy, having condemned the use of cluster munitions in Syria's territory (Landmine and Cluster Munition Monitor 2018h).

Albeit the State of **Qatar** has joined the Oslo Process, which culminated in the CCM, the country has not signed such treaty, claiming that it would analyze the document's implications before signing it. Also, Doha has only attended the signing conference in Oslo as an observer. While the country has never produced nor exported cluster munitions, it is confirmed by its government that it possesses this kind of weaponry, having imported some of its stockpiles from Brazil (Gander and Cutshaw 2001; Landmine and Cluster Munition Monitor 2018i). Furthermore, between 2015 and 2017, Qatar, alongside Saudi Arabia and others, has participated in the Saudi-led coalition – a military incursion in Yemen against the Houthi forces – which employed cluster munitions in the Yemeni territory. The Qatari government, nonetheless, has never commented on such matter (HRW 2017). In spite of having previously abstained from voting in the UNGA resolution 72/54 – which called upon all states that have not signed the CCM to do it as soon as possible – more recently, Qatar has condemned the use of cluster munitions allegedly carried out by the Syrian government against its population by voting in favor of the UNGA resolution 72/191 (United Nations 2017).

The **Russian Federation** did not sign the CCM. Even though it acknowledges the humanitarian implications of cluster bombs, the Russian Federation is very critical of the CCM, arguing that cluster munitions are legitimate weapons and pushing for a framework inside the CCW. As such, Russia did not participate in the Oslo Process and treats the CCM with considerable disregard. The country is a producer, exporter, and stockpiler of cluster munitions since the times of the Soviet Union. In fact, there are several reports indicating Moscow's involvement in cluster munition uses in both the Syrian and Ukrainian conflicts, although the country officially denies the accusations regarding Syria. Russia, however, has been selective regarding endorsement of UN Resolutions on cluster munitions, condemning recent uses when opposing forces use them (Landmine and Cluster Munition Monitor 2017i; Norton-Taylor 2015; HRW 2016a; HRW 2015a; Gibbons-Neff 2016).

The Kingdom of Saudi Arabia is a non-signatory party of the CCM. As with Russia, Saudi Arabia is selective regarding the condemnation of cluster bombs – abstaining when it could be held accountable and condemning when rivals use them. While Riyadh is not known to have manufactured or exported cluster munitions, it has imported and stockpiled them from countries such as Brazil, the United States of America and the United Kingdom. Saudi Arabia also leads a military coalition in Yemen which has extensively delivered cluster munitions' attacks. Furthermore, the country has utilized cluster munitions in the First Gulf War against Iraq in 1991 (Landmine and Cluster Munition Monitor 2017j; Norton-Taylor 2015; Amnesty International UK 2017; HRW 2016b; HRW 2016c; Mason and MacAskill 2016).

The Republic of **Sudan** is not a signatory of the CCM. The country has expressed its interest in joining the convention but has yet to act towards it. Official statements in 2016 indicate that Sudan is worried about security in the region, and thus will not sign the convention for the time being. Nonetheless, Khartoum participated in the Oslo Process and has participated in most meetings of the convention and it has voted in favor of the universalization of the convention. There are no reports of Sudan producing or exporting cluster munitions. However, the country has imported and stockpiled them. There is evidence that Sudan has used cluster munitions in the Southern Kordofan province on the border with South Sudan in 2012-2015 along with reports of cluster munitions remnants in southern Sudan dating back to 1995 and 2000. Furthermore, Khartoum is a part of the Saudi-led coalition in Yemen since 2015 and has not commented on the coalition's use of cluster munitions (Landmine and Cluster Munition Monitor 2018k).

Considered as a neutral country in the international community, the Kingdom of **Sweden** has been one of the most active members in the Oslo Process, having attended all of the meetings of the CCM's formulation. The Swedish government signed the treaty in 2008 and ratified it in 2012, calling upon other states to do the same (The Local 2008). Even though in the past the country has been a producer of cluster munitions, it has destroyed almost all of its stockpiles, retaining a reduced number of 125 submunitions for scientific and training purposes (United Nations 2016). When it comes to the discussion of this issue within the United Nations' framework, Sweden was the leading country in the creation and subsequent voting of the UNGA Resolution 72/54, which recommended the signing of the CCM as soon as possible to the countries that have not adopted the mechanism yet. Moreover, Stockholm expressed deep concern regarding the use of cluster munition in several

conflicts around the world, especially in Syria. Reinforcing its foreign policy of neutrality and its opposition regarding the use of dangerous ammunitions, Sweden has also signed other treaties, such as the Mine Ban Treaty (MBT) and the Convention on Conventional Weapons (CCW) (Landmine and Cluster Munition Monitor 2018j).

The **Syrian Arab Republic** is not a signatory of the CCM. While the Bashar Al-Assad government and the Syrian military deny possessing, stockpiling, manufacturing or using cluster munitions, there have been various reports of cluster bombs being used throughout the Syrian conflict. Some of these attacks were allegedly perpetrated by the Syrian government with evidence of old Soviet-made cluster bombs. The Al-Assad government, as previously stated, officially denies these accusations. Furthermore, there has been evidence that ISIS utilized cluster munitions in Syria as well. Of the 971 people maimed or killed by cluster bombs in 2016, 860 were in Syria - almost 90% of cluster bomb casualties in 2016 (Landmine and Cluster Munition Monitor 2017k; Cluster Munition Coalition 2017; Amnesty International 2017; Gladstone 2017).

After previously opposing the CCM, **South Africa** became a signatory in 2015, but has yet to report to the transparency mechanisms regarding the effective implementation of the convention. The country is a known producer of cluster munitions and was a suspected exporter of them in the past. However, since ratifying the CCM, South Africa has pledged to destroy its stockpiles and has promoted the Convention, voting in favor of a series of UN Resolutions regarding the CCM. Nonetheless, South Africa still needs to present specific implementation legislation (Landmine and Cluster Munition Monitor 2017l; HRW 2008b; Basson and Donnelly 2008).

Although **Turkey** supports the humanitarian cause of the CCM, it has not signed the convention as of yet. Turkey has produced, imported and exported cluster munitions in the past, but it claims to have ceased such activities. Nonetheless, Ankara continues to maintain its stockpile of cluster munitions. Even though it officially condemns the use of cluster bombs, there have been allegations that Turkey has used them against the Kurdish population in northern Syria (Landmine and Cluster Munition Monitor 2017m; ANF News 2018).

Ukraine is one of the countries that reckons cluster munitions must be addressed within the CCW framework. The country also failed to sign the CCM after the CCWs failure to produce a protocol on cluster munitions in 2011. Kiev claims that it is unable to destroy its stockpiles with its own resources within the deadline set by the CCM. While not a known producer or exporter of cluster munitions, the country inherited a large stockpile of cluster munitions from the Soviet Union and has used them against the rebels in Donetsk and Luhansk. The rebel forces have used cluster bombs as well in the Ukrainian conflict (Landmine and Cluster Munition Monitor 2017n; Roth 2014; HRW 2015b; HRW 2014).

The **United Arab Emirates** (UAE) are not a signatory to the CCM and are neither producers nor exporters. They are, however, importers and stockpilers of cluster munitions. Most of the UAE's stockpile consists of U.S. made cluster bombs. Officially, Abu Dhabi claims that it has not and does not use cluster munitions. Nonetheless, the UAE is one of the members of the Saudi-led coalition in Yemen, which has used cluster bombs - including American-made cluster weaponry. Saudi Arabia and the UAE are the only two countries in the coalition that are in possession of U.S. made cluster munitions (Landmine and Cluster Munition Monitor 2017o;

HRW 2016b).

The **United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland** is a signatory of the CCM and an advocate for its universalization. Although the UK was a producer, stockpiler, importer, exporter and user of cluster munitions prior to the convention, the country now stands as a condemner of any use of cluster weaponry. Since signing the CCM, London has successfully destroyed its cluster munitions stockpiles. The UK has a considerably thorough implementation legislation prohibiting the presence of foreign cluster munitions in any of its territories, including its islands. However, an issue persists regarding the lack of clarity concerning indirect investments. While direct investment into cluster munition producers is prohibited, indirect financing is not. Despite not producing or exporting cluster bombs anymore, UK-made cluster bombs were found in Yemen after being used by Saudi Arabia. Furthermore, UK legislation implements the Convention's interoperability clause into national law, allowing the UK to participate in military operations with non-signatory countries that use or may use cluster munitions. UK forces, however, are not allowed to utilize cluster munitions even when working with a partner that employs them. (Landmine and Cluster Munition Monitor 2015l; BBC 2016; MacAskill 2014).

The **United States of America** is a non-signatory party to the CCM that still sees military utility in cluster munitions and considers them legitimate weapons. Unlike other non-signatories, the U.S. did not participate in the CCM negotiations, not even as an observer. Nonetheless, the last time the United States utilized cluster bombs was in a single strike in Yemen in 2009, the previous time being in the 2003 Iraq War. In 2017, the Trump administration postponed indefinitely the previous U.S. Department of Defense directive from the 2008 Bush administration that would require that any cluster munitions used by the United States must have a failure rate of 1% or less starting in 2019. Since 2007, the United States has produced cluster bombs only for foreign sales. As such, Washington continues maintaining its stockpiles, producing and exporting cluster munitions. The country claims that it is not using cluster bombs in Syria, while also officially condemning their employment in the Syrian conflict by any player (Landmine and Cluster Munition Monitor 2017p; HRW 2017a; Browne and Cohen 2017; Ismay 2017).

The **Bolivarian Republic of Venezuela** has not acceded to the CCM but has adopted it in 2008, pointing out its concerns regarding some of the articles (Landmine and Cluster Munition Monitor 2018l). Caracas claims to disagree specifically with article 21, which allows States Parties to operate militarily alongside non-signatories States that may carry out activities prohibited by the CCM itself (CCM 2008). The nation is believed to never have produced, exported or used Cluster Munitions, but it has imported an undisclosed amount of said munitions (Landmine and Cluster Munition Monitor 2018l). This stockpile, consisting mostly of Israeli-produced munitions, is said to have been destroyed in 2011, but the numbers remain unclear (Hernández 2011).

Vietnam is not a signatory of the CCM, but it supports its humanitarian objectives. Its main concerns regarding the Convention are some of its requirements such as clearance provisions, which Hanoi does not believe it would be able to achieve in the established time period. This is due to the amount of UXO left by the U.S. bombings during the Vietnam War, which continues to plague the country to this day. Vietnam states that it does not produce, export, import, stockpile or use

cluster munitions (Landmine and Cluster Munition Monitor 2017q; Garfinkel 2018; Black 2016).

Yemen is not a signatory to the Convention on Cluster Munitions (CCM), even though it has shown interest in joining it as recently as 2016. Alternatively, despite not being known to have produced or exported such munitions, the country's recognized government is believed to have promoted airstrikes using cluster munitions in its own territory against the Houthis in 2009, allegedly with the help of the US Armed Forces (Landmine and Cluster Munition Monitor 2017r; HRW 2013). However, the most concerning situation regarding Yemen are the cluster munition attacks carried out by the Saudi-led coalition, using weapons imported from countries such as Brazil and the UK (Reuters 2016; Russia Today 2016). Reports indicate the coalition has conducted at least 23 attacks in which it made use of both ground-launched and air-dropped cluster munitions, hitting a significant number of large and small Yemeni cities (Landmine and Cluster Munition Monitor 2017r). The munitions and the unexploded remnants have injured and killed a large number of civilians, including children, which triggered international turmoil around the topic (HRW 2017b).

6 QUESTIONS TO PONDER

I. What challenges must be overcome in order to reach a universal ban (or restriction) on cluster munitions, and how may that be carried out?

II. Which is the most effective and appropriate instrument/framework for addressing the issue of cluster munitions: the Convention on Cluster Munitions (CCM) or the Convention on Certain Conventional Weapons (CCW)?

III. Does the Convention on Cluster Munitions (CCM)'s interoperability clause hampers the attainment of a real ban on cluster munitions?

IV. Can the most modern models be considered *de facto* cluster munitions? If not, then should their utilization be restricted or forbidden?

V. What is the limit between the strategic advantages provided by cluster munitions, notably to developing countries, and the humanitarian problems caused by them?

VI. How should the continued usage of cluster munitions in warfare and the ensuing unexploded remnants contamination be dealt with?

REFERENCES

Additional Protocol I (API). 1977. "Protocol Additional to the Geneva Conventions of 12 August 1949, and Relating to the Protection of Victims of International Armed Conflicts (Protocol I), Of 8 June 1977". *International Committee of the Red Cross (ICRC).* Accessed July 16 2018. https://www.icrc.org/eng/assets/files/other/icrc_002_0321.pdf.

Agin, Erkan. 2013. "Cluster Munitions: Recent Developments". *Military Law Review* Spring (215): 108-132. https://goo.gl/Zv7A2f.

AllAfrica. 2015. "Nigeria: Boko Haram Cluster Bombs May Come From Nigerian Military". Accessed October 16 2018. https://goo.gl/RGqzsQ

Amnesty International UK. 2017. "Fresh evidence of cluster bombs being used by Saudi

Coalition forces in Yemen". Accessed June 06 2018. https://www.amnesty.org.uk/press-releases/fresh-evidence-cluster-bombs-being-used-saudi-coalition-forces-yemen.

Amnesty International. 2017. Syria: "Banned Soviet-made cluster munitions fuel humanitarian catastrophe in Eastern Ghouta". Accessed June 06 2018. https://www.amnesty.org/en/latest/news/2017/11/syria-banned-soviet-made-cluster-munitions--fuel-humanitarian-catastrophe-in-eastern-ghouta/

Amnesty International. 2018. "Egypt: Use of banned cluster bombs in North Sinai confirmed by Amnesty International". Accessed 06 June 2018. https://goo.gl/3yu5zk

ANF News. 2018. "ANHA: 'Turkish army used cluster bombs in Afrin'". Accessed June 06 2018. https://anfenglish.com/news/anha-turkish-army-used-cluster-bombs-in--afrin-24587.

Anzalone, Joseph. 2010. "The Virtue of a Proportional Response: The United States Stance Against the Convention on Cluster Munitions". *Pace International Law Review* 22 (1): 183-211. https://digitalcommons.pace.edu/pilr/vol22/iss1/5/.

Argentina. 2017. Intervención de la Argentina: Punto 8 a) sobre Universalización. by the Argentinian Delegation to the CCM Seventh Meeting of States Parties. Geneva, 04 September. Accessed October 07 2018. https://goo.gl/gvhAai

Assemblée Nationale (National Assembly), "Texte adopté no. 508: Projet de loi tendant à l'élimination des armes à sous-munitions", XIII Legislature, Extraordinary session of 2009–2010, 6 July 2010, Art. L. 2344-4. Accessed 07 June 2018. https://goo.gl/PVFRxC.

Ataman, Joseph. 2015. "Life among Israeli cluster bombs in Lebanon". *Al Jazeera*. Accessed June 06 2018. https://www.aljazeera.com/news/2015/08/life-israeli-cluster-bombs--lebanon-150806101713749.html

Barak, Eitan. 2009. "Doomed to Be Violated - The U.S.-Israeli Clandestine End-User Agreement and the Second Lebanon War: Lessons for the Convention on Cluster Munitions." *Denv. J. Int'l L. & Pol'y* 38 (1): 8–23. https://doi.org/10.3868/s050-004-015-0003-8.

Basson, Adriaan and Donnelly, Lynley. 2008. "SA opposes cluster-bomb ban". *Mail & Guardian*. Accessed June 06 2018. https://mg.co.za/article/2008-04-04-sa-opposes-cluster-bomb-ban

BBC. 2014. "Ukraine Crisis: Timeline". *BBC News*. Accessed April 28 2018. https://goo.gl/9AWnzd.

BBC. 2016. "UK-made cluster bombs used in Yemen, Michael Fallon confirms". Accessed June 06 2018. https://www.bbc.com/news/uk-politics-38364694.

Black, George. 2016. "The Vietnam War Is Still Killing People". *The New Yorker*. Accessed June 06 2018. https://www.newyorker.com/news/news-desk/the-vietnam-war-is-still-killing-people.

Blanchfield, Mike. 2016. "Cluster Bombs Are Banned Munitions, But Canadian Companies Are Investing In Them". *The Huffington Post*. Accessed June 05 2018. https://goo.gl/a2VqS5

Bolton, Matthew, and Thomas Nash. 2010. "The Role of Middle Power–NGO Coalitions in Global Policy: The Case of the Cluster Munitions Ban". *Global Policy* 1 (2): 172-184. doi: 10.1111/j.1758-5899.2009.00015.x.

Borrie, John, and Rosy Cave. 2006. "The Humanitarian Effects of Cluster Munitions: Why Should We Worry?". *Disarmament Forum*, 5-13.

Borrie, John. 2009. *Unacceptable Harm:* A History of how the Treaty to Ban Cluster Munitions was Won. Geneva: United Nations Institute for Disarmament Research.

Bradley, Anusha. 2016. "KiwiSavers fund cluster bombs, land mines". *Radio New Zealand*. Accessed June 06 2018. https://www.radionz.co.nz/news/national/311225/kiwisavers-fund-cluster-bombs,-land-mines

Brasil. 2007. "Doutrina Militar de Defesa". *Ministério da Defesa*. Accessed August 13 2018. https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md51_m_04_doutrina_militar_de_defesa_2a_ed2007.pdf.

Brasil. 2014. “Audiência pública sobre Munições Cluster e a posição do Brasil”. *Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados*. Accessed August 13 2018. https://goo.gl/597zDL.

Brazil. 2015. “Statement in explanation of vote by H.E. Ambassador Carlos Duarte”. *Ministry of Foreign Affairs*. New York, 4 October. Accessed June 05 2018. https://goo.gl/ApiZb6

Browne, Ryan and Cohen, Zachary. 2017. “US reverses plan to quit using its stock of older cluster bombs”. *CNN*. Accessed June 06 2018. https://edition.cnn.com/2017/11/30/politics/pentagon-cluster-bomb-policy/index.html

Cambodia. 2011. Cambodian short statement updating on the CCM. by the Cambodian Delegation to the Convention on Cluster Munitions Intersessional Meetings. Geneva, 27 June. Accessed October 08 2018. https://goo.gl/nLcUfa

Canineu, Maria Laura. 2017. “Why Brazil Should Ban Cluster Munitions”. *Veja*. Accessed June 05 2018. https://goo.gl/xTS18G

Capati, Carmal. 1997. “The Tragedy of Cluster Bombs in Laos: An Argument for Inclusion in the Proposed International Ban on Landmines.” *Wisconsin International Law Journal* 16 (1): 227–45. https://doi.org/10.3868/s050-004-015-0003-8.

Cavanaugh, T. 2010. “Temporal indiscriminateness: the case of cluster bombs”. *Science and Engineering Ethics* 16 (1):135-45. doi: 10.1007/s11948-009-9152-3.

Cave, Rosy, Anthea Lawson, and Andrew Sherriff. 2006. *Cluster Munitions in Albania and Lao PDR:* The Humanitarian and Socio-Economic Impact. Geneva: United Nations Institute for Disarmament Research (UNIDIR).

Centre International de Déminage Humanitaire de Genève (CIDHG). 2010. “Guide sur lês armes à SUS-munitions”. 2nd ed. Geneva: CIDHG

Chile. 2013. Intervención General. by the Chilean Delegation to the Convention on Cluster Munitions Fourth Meeting of States Parties. Lusaka, 30 October. Accessed October 08 2018. https://goo.gl/XnhoCt

Chile. 2015. Statement of Chile. by the Chilean Delegation to the Convention on Cluster Munitions First Review Conference. Dubrovnik, 08 September. Accessed October 08 2018. https://goo.gl/hwFBZ1

Ching, Karl C. 2007. “The Use of Cluster Munitions in the War on Terrorism.” *Suffolk Transnational Law Review* 31 (1): 127–63. https://doi.org/10.3868/s050-004-015-0003-8.

Cianchi, Marco. 1988. *Leonardo da Vinci’s Machines.* Florence: Becocci Editore.

Cluster Convention. 2016. “The Addis Ababa Commitment on Universalization and Implementation of the Convention on Cluster Munitions”. Accessed October 16 2018. https://goo.gl/BPWWMa

Cluster Munition Coalition. 2009. “Mexico is first Country from the Americas to ratify cluster bomb ban treaty”. Accessed October 15 2018. http://www.stopclustermunitions.org/en-gb/media/news/2009/mexico-is-first-country-from-the-americas-to.aspx

Cluster Munition Coalition. 2017. “Cluster Munition Use in Syria”. Accessed June 06 2018. http://www.stopclustermunitions.org/en-gb/cluster-bombs/use-of-cluster-bombs/in-syria.aspx

Cluster Munition Coalition. 2017a. *Cluster Munition Monitor 2017*. Geneva: Cluster Munition Coalition.http://www.the-monitor.org/media/2582190/Cluster-Munition-Monitor-2017_web4.pdf.

———. 2017b. “Saudi-led coalition’s recent use of Brazilian-made cluster munitions targets residential areas in Yemen”. Accessed April 27 2018. https://goo.gl/D9H5vJ.

———. 2018a. “Use of Cluster Bombs”. Accessed April 24. https://goo.gl/VPWjzc

———. 2018b. “Use of Cluster Munitions in Ukraine”. Accessed April 28. https://goo.gl/ErMHHr.

———. 2018c. “Treaty Status: Country Status”. Accessed April 29. https://goo.gl/n7MgMR.

———. 2018d. “Producers of Cluster Munitions”. Accessed June 05 2018. https://goo.gl/938j2q

———. 2018e. "Is Egypt using cluster munitions?". Accessed June 06 2018. https://goo.gl/MA46ir

———. 2018f. "Living in Danger: Iraq's cluster bomb legacy". Accessed June 16 2018. https://goo.gl/zp8f7W.

———. 2018g. *Cluster Munition Monitor 2018.* Geneva: Cluster Munition Coalition. http://www.the-monitor.org/en-gb/reports/2018/cluster-munition-monitor-2018.aspx.

Convention on Cluster Munitions (CCM). 2018. "Convention Text". Accessed October 16 2018. https://goo.gl/qkFcjz

Convention on Cluster Munitions (CCM). 2018. "States Parties and Signatories by region". Accessed June 06 2018. https://goo.gl/JtgTQt

Correll, John T. 2009. "But What About the Air Corps?" *Air Force Magazine* 92(7): 64-65. Accessed 12 August 2018.https://goo.gl/QK5yYZ

Corsi, Jessica. 2009. "Towards Peace Through Legal Innovation: The Process and the Promise of the 2008 Cluster Munitions Convention". *Harvard Human Rights Journal* 22 (1): 301-313. https://bura.brunel.ac.uk/handle/2438/15507.

Cuba. 2016. "Statement by the Representative of Cuba, Ambassador Rodolfo Benitez Verson". Republic of Cuba: Permanent Mission to the United Nations Office at Geneva and other International Organizations in Switzerland. Sixth Meeting of States Parties to the CCM. Geneva, 05 September. Accessed October 08 2018. https://goo.gl/ioThnw

D'Amours, Jillian. 2016. "Canadian firms invested in US cluster bomb makers, report says". *Middle East Eye*. Accessed June 05 2018. https://goo.gl/v1UiYF

Desjarlais, Robert and Arthur Kleinman. 1994. "Violence and Demoralization in the New World Disorder". *Anthropology Today* 10 (5): 9-12. https://goo.gl/88br1q.

Deutsche Bank. 2011. "Cluster Munitions". Accessed 11 June 2018. https://goo.gl/LV109V

Digital Recordings Portal. 2016. "CCM Sixth Meeting of States Parties to the CCM". Accessed October 16 2018. https://goo.gl/fXKbto

Dorling, Philip. 2011. "Labor foiled bomb treaty". *The Age*. Accessed August 22 2018. https://goo.gl/V6jUn8

Feickert, Andrew and Paul K. Kerr. 2010. "Cluster Munitions: Background and Issues for Congress". *The DISAM Journal*, 114-119.

Ferguson, Jonathan and N.R. Jenzen-Jones. 2014. "Raising Red Flags: An Examination of Arms & Munitions in the Ongoing Conflict in Ukraine". *Armament Research Services.* Research Report No. 3.

France. 2013. *Conventional Weapons*, by Ambassador Jean-Hugues Simon-Michel. New York, 29 October. Accessed June 07 2018. https://goo.gl/29xJx1

Garfinkel, Ariel. 2018. "The Vietnam War Is Over. The Bombs Remain.". *The New York Times*. Accessed June 06 2018. https://www.nytimes.com/2018/03/20/opinion/vietnam-war-agent-orange-bombs.html

Geneva International Centre for Humanitarian Demining (GICHD). 2016. *A Guide to Cluster Munitions*. Geneva: GICHD. https://www.gichd.org/fileadmin/GICHD-resources/rec-documents/Guide_to_Cluster_Munitions-May2016.pdf.

Germany. 2017. "German Presidency of the Convention on Cluster Munitions". *Federal Foreign Office*. Accessed June 10 2018. https://goo.gl/zNYmGw

Gibbons-Neff, Thomas. 2016. "Despite denial, 'growing evidence' Russia is using cluster bombs in Syria, report says". *The Washington Post*. Accessed June 06 2018. https://www.washingtonpost.com/news/checkpoint/wp/2016/07/28/despite-denial-growing-evidence-russia-is-using-cluster-bombs-in-syria-report-says/?noredirect=on&utm_term=.db680c711f8c.

Gladstone, Rick. 2017. "Casualties From Cluster Bombs More Than Doubled Last Year, Treaty Monitor Says". *The New York Times*. Accessed June 06 2018. https://www.nytimes.com/2017/08/31/world/middleeast/casualties-cluster-bombs-syria-yemen-laos.html.

Glaze, Ben. 2017. "UK Government admits selling cluster bombs to Saudi Arabia in the

1980s". *Mirror*. Accessed 26 April 2018. https://goo.gl/3HEGYi.

Goose, Steve. 2004. "Cluster Munitions: Toward a Global Solution". In *World Report 2004*, edited by Human Rights Watch, 245-276. New York: Human Rights Watch.

Grosscup, Beau. 2011. "Cluster Munitions and State Terrorism". *Monthly Review* 62 (11): 40-52. Accessed June 05 2018. https://goo.gl/yZr76M.

Harding, Luke and Shaun Walker. 2014. "Crimea applies to be part of Russian Federation after vote to leave Ukraine". *The Guardian*. Accessed April 28 2018. https://goo.gl/hEGzwL.

Hernández, Carlos E. 2011. "El Ministerio de la Defensa de Venezuela destruye bombas de racimo". Accessed October 16 2018. https://goo.gl/F1ugKi

Hiznay, Mark. 2006. "Operational and technical aspects of cluster munitions". *Disarmament Forum*, 15-25. https://goo.gl/7xTQwP.

Hiznay, Mark. 2006. "Operational and technical aspects of cluster munitions". *Disarmament Forum*, 15-25.

Hokayem, Emile and David B. Roberts. 2016. "The War in Yemen". *Survival* 58 (6): 157-186. https://goo.gl/dWwVor.

Human Rights Watch (HRW). 2002. *A Global Overview of Explosive Submunitions*. Washington, DC. https://www.hrw.org/legacy/backgrounder/arms/submunitions.pdf.

———. 2003. *Cluster Munitions a Foreseeable Hazard in Iraq*. Washington, DC. https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/031403%20BP%20-%20Cluster%20Munitions%20Hazard%20in%20Iraq%20-%20Formatted.pdf.

Human Rights Watch (HRW). 2005. "Global Trade in Cluster Munitions". Accessed October 08 2018. https://goo.gl/DCjzXW

Human Rights Watch (HRW). 2007. "A Dirty Dozen Cluster Munitions". Accessed on June 06 2018. https://www.hrw.org/sites/default/files/related_material/munitionChart061507.pdf

---. 2008. "Cluster Munitions in the Asia-Pacific Region". Accessed October 15 2018. https://www.hrw.org/legacy/pub/2008/arms/CMC.ClusterMunitions.Asia-Pacific.2008.pdf

———. 2009. "Banning Cluster Munitions: Government Policy and Practice". Mines Action Canada. Accessed June 16 2018. https://goo.gl/Yjr05j

---. 2017. "Yemen: Cluster Munitions Wound Children". Accessed October 16. https://www.hrw.org/news/2017/03/17/yemen-cluster-munitions-wound-children.

———. 2008. *Flooding South Lebanon – Israel's Use of Cluster Munitions in Lebanon in July and August 2006*. New York: Human Rights Watch. https://www.hrw.org/reports/2008/lebanon0208/lebanon0208webwcover.pdf.

———. 2008a. "Cluster Munitions in the Asia-Pacific Region". Accessed June 06 2018. https://www.hrw.org/legacy/pub/2008/arms/CMC.ClusterMunitions.Asia-Pacific.2008.pdf.

———. 2008b. "Africa and the Oslo Process to Ban Cluster Munitions". Accessed June 06 2018. http://pantheon.hrw.org/legacy/pub/2008/arms/CMC_factsheet0908.pdf

———. 2009a. "A Dying Practice: Use of Cluster Munitions by Russia and Georgia in August 2008". Accessed June 07 2018. https://goo.gl/CsbRtE

———. 2009b. "Banning Cluster Munitions: Government Policy and Practice". *Mines Action Canada*. Accessed June 16 2018. https://goo.gl/Yjr05j

———. 2013. "Between a Drone and Al-Qaeda". Accessed June 20 2018. https://goo.gl/UJva6N

———. 2014. "Ukraine: Widespread Use of Cluster Munitions". Accessed June 06 2018. https://www.hrw.org/news/2014/10/20/ukraine-widespread-use-cluster-munitions.

———. 2015a. "Cluster Munitions Used in 5 Countries in 2015". Accessed on June 06 2018. https://www.hrw.org/news/2015/09/03/cluster-munitions-used-5-countries-2015

———. 2015b. "Ukraine: More Civilians Killed in Cluster Munition Attacks". Accessed June 06 2018. https://www.hrw.org/news/2015/03/19/ukraine-more-civilians-killed-cluster-munition-attacks.

———. 2016. "Nations Condemn Use of Cluster Bombs". Accessed April 25 2018. https://goo.

gl/PaJqyb.

———. 2016a. "Russia/Syria: Widespread New Cluster Munition Use". Accessed on June 06 2018. https://www.hrw.org/news/2016/07/28/russia/syria-widespread-new-cluster-munition-use

———. 2016b. "Yemen: Saudis Using US Cluster Munitions". Accessed June 06 2018. https://www.hrw.org/news/2016/05/06/yemen-saudis-using-us-cluster-munitions

———. 2016c. "Yemen: Brazil-made Cluster Munitions Harm Civilians". Accessed June 06 2018. https://www.hrw.org/news/2016/12/23/yemen-brazil-made-cluster-munitions-harm-civilians

———. 2017a. "US Embraces Cluster Munitions". Accessed June 06 2018. https://www.hrw.org/news/2017/12/01/us-embraces-cluster-munitions

———. 2017b. "Yemen: Cluster Munitions Wound Children". Accessed June 20 2018. https://goo.gl/qvUukt

India. 2011. "Statement at the 4th Review Conference of the CCW by Ambassador Sunjata Mehta". *Permanent Mission to the Conference on Disarmament*. Geneva, 14 November. Accessed June 12 2018. https://goo.gl/2aVauw

International Committee of the Red Cross (ICRC). 1976. *Conference of Government Experts on the Use of Certain Conventional Weapons* (*Second Session – Lugano, 28.1-26.2.1976):* Report. Geneva: International Committee of the Red Cross.

International Committee of the Red Cross (ICRC). Report of the ICRC Expert Meeting on the Humanitarian, Military, Technical and Legal Challenges of Cluster Munitions. Montreux, 2007. https://goo.gl/frdweR.

———. 2004. "What is International Humanitarian Law?". Accessed July 20 2018. https://www.icrc.org/eng/assets/files/other/what_is_ihl.pdf.

———. 2005. *Convention on Prohibitions or Restrictions on the Use of Certain Conventional Weapons Which May Be Deemed to Be Excessively Injurious or to Have Indiscriminate Effects*: Text with Amendments and Protocols Adopted Through 28 November 2003. Geneva.

Islamic Republic of Iran. 2015. *Explanation of Vote on the draft resolution entitled 'Implementation of Convention on Cluster Munitions' by the Delegation of the Islamic Republic of Iran*. New York, 4 November. Accessed June 12 2018. https://goo.gl/eUqLcV

Ismay, John. 2017. "U.S. Will Keep Older Cluster Munitions, a Weapon Banned by 102 Nations". *The New York Times*. Accessed June 06 2018. https://www.nytimes.com/2017/12/01/us/cluster-munitions-pentagon-south-korea.html

Israel. 2011. *Statement by Israel*. by Tamar Rahamimoff-Honig. Geneva, 14 November. Accessed June 16 2018. https://goo.gl/HNnPft

Italy. 2015. *Statement by Italy.* by the Italian Delegation to the First Review Conference of the CCM. Dubrovnik, September. Accessed June 16 2018. https://goo.gl/qDeUxs

Jacobson, Michael. 2017. "Why Cluster Munitions Must Be Replaced". *War on the Rocks.* Last modified September 2nd. https://warontherocks.com/2014/09/why-cluster-munitions-must-be-replaced/.

Japan. 2014. *Thematic Debate*: Conventional Weapons. by Toshio Sano. New York, 22 October. Accessed June 16 2018. https://goo.gl/KhHnWh

———. 2015. "Destruction of Cluster Munitions Completed". *Ministry of Foreign Affairs*. Accessed June 16 2018. https://goo.gl/Q5KPqR

Jenzen-Jones, N.R. 2017. "US CBU-97/CBU-105 'Sensor Fuzed Weapon' Cluster Munition." *Armament Research Services*. Accessed April 24. https://goo.gl/UwU2rL.

Khamvongsa, Channapha, and Elaine Russell. 2009. "Legacies of War - Cluster Bombs in Laos." *Critical Asian Studies* 41 (2): 281–306. https://doi.org/10.1080/14672710902809401.

La Chasse Belge. 2006. "8 JUIN 2006. — Loi reglant des activites economiques et individuelles avec des armes". Accessed October 07 2018. https://goo.gl/dc8xJz

Landmine and Cluster Munition Monitor. 2015a. "Australia: Cluster Munition Ban Policy". Accessed June 05 2018. https://goo.gl/Cq9HXJ

———. 2015b. “Canada: Cluster Munition Ban Policy”. Accessed June 05 2018. https://goo.gl/xrBjLC

———. 2015c. “Colombia: Cluster Munition Ban Policy”. Accessed June 06 2018. https://goo.gl/GpU4MA

———. 2015d. “China: Cluster Munition Ban Policy”. Accessed June 06 2018. https://goo.gl/CHjUVs

———. 2015e. “Egypt: Cluster Munition Ban Policy”. Accessed June 06 2018. https://goo.gl/UjztNz

———. 2015f. “Germany: Cluster Munition Ban Policy”. Accessed June 10 2018. https://goo.gl/g6RFw4

———. 2015g. “Japan: Cluster Munition Ban Policy”. Accessed June 16 2018. https://goo.gl/iS8FE7

———. 2015h. “Korea, Democratic People’s Republic of: Cluster Munition Ban Policy”. Accessed June 16 2018. https://goo.gl/4xiSUq

———. 2015i. “Lao PDR: Cluster Munition Ban Policy”. Accessed June 06 2018. http://the-monitor.org/en-gb/reports/2018/lao-pdr/cluster-munition-ban-policy.aspx

———. 2015j. “New Zealand: Cluster Munition Ban Policy”. Accessed June 06 2018. http://the-monitor.org/en-gb/reports/2018/new-zealand/cluster-munition-ban-policy.aspx

———. 2015k. “Norway: Cluster Munition Ban Policy”. Accessed June 06 2018. http://the-monitor.org/en-gb/reports/2018/norway/cluster-munition-ban-policy.aspx

———. 2015l. “United Kingdom: Cluster Munition Ban Policy”. Accessed June 06 2018. http://the-monitor.org/en-gb/reports/2018/united-kingdom/cluster-munition-ban-policy.aspx

———. 2016a. “France: Cluster Munition Ban Policy”. Accessed June 07 2018. https://goo.gl/b1X2e1

———. 2016b. “Georgia: Cluster Munition Ban Policy”. Accessed June 07 2018. https://goo.gl/u7tCPn

———. 2016c. “Italy: Cluster Munition Ban Policy”. Accessed June 16 2018. https://goo.gl/iz9RA8

———. 2016d. “Lebanon: Cluster Munition Ban Policy”. Accessed June 06 2018. http://the-monitor.org/en-gb/reports/2018/lebanon/cluster-munition-ban-policy.aspx

———. 2016e. “Netherlands: Cluster Munition Ban Policy”. Accessed June 06 2018. http://the-monitor.org/en-gb/reports/2018/netherlands/cluster-munition-ban-policy.aspx

———. 2017a. “Brazil: Cluster Munition Ban Policy”. Accessed June 05 2018. https://goo.gl/6txG9S

———. 2017b. “Estonia: Cluster Munition Ban Policy”. Accessed June 07 2018. https://goo.gl/7ejDXq

———. 2017c. “India: Cluster Munition Ban Policy”. Accessed June 12 2018. https://goo.gl/jxKad7

———. 2017d. “Iran: Cluster Munition Ban Policy”. Accessed June 12 2018. https://goo.gl/7KwziE

———. 2017e. “Iraq: Cluster Munition Ban Policy”. Accessed June 16 2018. https://goo.gl/5Lg3Mo

———. 2017f. “Israel: Cluster Munition Ban Policy”. Accessed June 16 2018. https://goo.gl/eJ3RUh

———. 2017g. “Korea, Republic of: Cluster Munition Ban Policy”. Accessed June 06 2018. http://the-monitor.org/en-gb/reports/2017/korea,-republic-of/cluster-munition-ban-policy.aspx

———. 2017h. “Pakistan: Cluster Munition Ban Policy”. Accessed June 06 2018. http://the-monitor.org/en-gb/reports/2018/pakistan/cluster-munition-ban-policy.aspx

———. 2017i. “Russian Federation: Cluster Munition Ban Policy”. Accessed June 06 2018. http://the-monitor.org/en-gb/reports/2018/russian-federation/cluster-munition-ban-policy.aspx

———. 2017j. "Saudi Arabia: Cluster Munition Ban Policy". Accessed June 06 2018. http://the-monitor.org/en-gb/reports/2018/saudi-arabia/cluster-munition-ban-policy.aspx

———. 2017k. "Syria: Cluster Munition Ban Policy". Accessed June 06 2018. http://the-monitor.org/en-gb/reports/2018/syria/cluster-munition-ban-policy.aspx

———. 2017l. "South Africa: Cluster Munition Ban Policy". Accessed June 06 2018. http://the-monitor.org/en-gb/reports/2018/south-africa/cluster-munition-ban-policy.aspx

———. 2017m. "Turkey: Cluster Munition Ban Policy". Accessed June 06 2018. http://the-monitor.org/en-gb/reports/2018/turkey/cluster-munition-ban-policy.aspx

———. 2017n. "Ukraine: Cluster Munition Ban Policy". Accessed June 06 2018. http://the-monitor.org/en-gb/reports/2018/ukraine/cluster-munition-ban-policy.aspx

———. 2017o. "United Arab Emirates: Cluster Munition Ban Policy". Accessed June 06 2018. http://the-monitor.org/en-gb/reports/2018/united-arab-emirates/cluster-munition-ban-policy.aspx

———. 2017p. "United States: Cluster Munition Ban Policy". Accessed June 06 2018. http://the-monitor.org/en-gb/reports/2018/united-states/cluster-munition-ban-policy.aspx

———. 2017q. *Vietnam*: Cluster Munition Ban Policy. Accessed June 06 2018. http://the-monitor.org/en-gb/reports/2018/vietnam/cluster-munition-ban-policy.aspx

———. 2017r. *Yemen*: Cluster Munition Ban Policy. Accessed June 20 2018. https://goo.gl/EdbZHj

Landmine and Cluster Munition Monitor. 2015a. "Belgium: Cluster Munition Ban Policy". Accessed October 07 2018. https://goo.gl/JHqm30

---. 2015b. "Mexico: Cluster Munition Ban Policy". Accessed October 15 2018. http://www.the-monitor.org/en-gb/reports/2018/mexico/cluster-munition-ban-policy.aspx

---. 2016. "Chile: Cluster Munition Ban Policy". Accessed October 08 2018. https://goo.gl/VPrZYB

---. 2017a. "Nigeria: Cluster Munition Ban Policy". Accessed October 16 2018. https://goo.gl/8ix7bA

---. 2017b. "Palestine: Cluster Munition Ban Policy". Accessed October 16 2018. https://goo.gl/JRctPY

---. 2018a. "Argentina: Cluster Munition Ban Policy". Accessed October 07 2018. https://goo.gl/Bq5ecT

---. 2018b. "Cambodia: Cluster Munition Ban Policy". Accessed October 08 2018. https://goo.gl/5WzNhY

---. 2018c. "Cuba: Cluster Munition Ban Policy". Accessed October 08 2018. https://goo.gl/mphuvG

---. 2018d. "Indonesia: Cluster Munition Ban Policy". Accessed October 15 2018. http://www.the-monitor.org/en-gb/reports/2018/indonesia/cluster-munition-ban-policy.aspx

---. 2018e. "Kazakhstan: Cluster Munition Ban Policy". Accessed October 15 2018. http://www.the-monitor.org/en-gb/reports/2018/kazakhstan/cluster-munition-ban-policy.aspx

---. 2018f. "Malaysia: Cluster Munition Ban Policy". Accessed October 15 2018. http://www.the-monitor.org/en-gb/reports/2018/malaysia/cluster-munition-ban-policy.aspx

---. 2018g. "Morocco: Cluster Munition Ban Policy". Accessed October 15 2018. http://www.the-monitor.org/en-gb/reports/2018/morocco/cluster-munition-ban-policy.aspx

---. 2018h. "Poland: Cluster Munition Ban Policy". Accessed October 16. http://www.the-monitor.org/en-gb/reports/2018/poland/cluster-munition-ban-policy.aspx#ftn2.

---. 2018i. "Qatar: Cluster Munition Ban Policy". Accessed October 16. http://www.the-monitor.org/en-gb/reports/2018/qatar/cluster-munition-ban-policy.aspx#ftnref10.

---. 2018j. "Sweden: Cluster Munition Ban Policy". Accessed October 16. http://www.the-monitor.org/en-gb/reports/2018/sweden/cluster-munition-ban-policy.aspx.

---. 2018k. "Sudan: Cluster Munition Ban Policy". Accessed October 15 2018. http://www.

the-monitor.org/en-gb/reports/2018/sudan/cluster-munition-ban-policy.aspx

---. 2018l. "Venezuela: Cluster Munition Ban Policy". Accessed October 16 2018. https://goo.gl/ygxeSw

Legacies of War. 2013. *Cluster Bomb Fact Sheet*. Accessed June 06 2018. http://legaciesofwar.org/resources/cluster-bomb-fact-sheet/

———. 2018. *Cluster Munitions*. Accessed June 16 2018. https://goo.gl/qtWtxV

Lorenz, Ralph D. 2016. *Spinning Flight:* dynamics of frisbees, boomerangs, samaras, and skipping stones. New York: Springer.

MacAskill, Ewen. 2014. "Firms invested £17bn in companies making cluster bombs, report says". *The Guardian*. Accessed June 06 2018. https://www.theguardian.com/world/2014/nov/27/firms-invested-17bn-in-companies-making-cluster-bombs-report-says

Makdisi, Karim. 2006. "Israel's War on Lebanon: Reflections on the International Law of Force". *The MIT Electronic Journal of Middle East Studies* 6 (2006): 9-26. https://goo.gl/7ZfSz6.

Maresca, Louis. 2006. "Cluster munitions: moving toward specific regulation". *Disarmament Forum* 30 (4): 27-34. https://peacepalacelibrary.nl/ebooks/files/UNIDIR_pdf-art2531.pdf.

Mason, Rowena and Ewen MacAskill. 2016. "Saudi Arabia admits it used UK-made cluster bombs in Yemen". *The Guardian*. Accessed April 26 2018. https://goo.gl/EbRNP7.

Mason, Rowena and MacAskill, Ewen. 2016. "Saudi Arabia admits it used UK-made cluster bombs in Yemen". *The Guardian*. Accessed June 06 2018. https://www.theguardian.com/world/2016/dec/19/saudi-arabia-admits-use-uk-made-cluster-bombs-yemen

McGrath, Rae. 2000a. *Landmines and Unexploded Ordnance:* A Resource Book. London: Pluto Press.

———. 2000b. *The Military Effectiveness and Impact on Civilians of Cluster Munitions*. London: Landmine Action. http://www.academia.edu/2341130/Cluster_Bombs_The_military_effectiveness_and_impact_on_civilians_of_cluster_munitions.

———. 2009. *The SMArt 155:* Is it reasonable to refer to it as a cluster munition? Workin paper. https://www.regensburg-digital.de/wp-content/uploads/2009/04/smart-155-advice-paper-final-with-pagination-1.pdf.

Merriam-Webster Dictionary. 2018a. "Munroe effect". Accessed August 13. https://www.merriam-webster.com/dictionary/Munroe%20effect.

———. 2018b. "Ordnance". Accessed August 14. https://www.merriam-webster.com/dictionary/ordnance

Mines Advisory Group (MAG). 2018. "MAG in Cambodia". Accessed October 08 2018. https://goo.gl/Z4N647

Mor, Ben D. 2016. "Defining the Ambiguous Situation: Context and Action in the 2006 Lebanon War." *Foreign Policy Analysis* 12 (1): 66–84. https://doi.org/10.1111/fpa.12053.

Mumford, Andrew. 2013. "War and Conflict In The Modern World: Proxy Warfare". Cambridge: Polity Press. https://goo.gl/wkQoyh.

New Zealand Herald. 2011. *Super Fund investing in cluster bombs*. Accessed June 06 2018. https://www.nzherald.co.nz/nz/news/article.cfm?c_id=1&objectid=10747545

Norton-Taylor, Richard. 2015. "Banned cluster bombs 'used in Syria, Ukraine, Yemen, Sudan, Libya'". *The Guardian*. Accessed June 06 2018. https://www.theguardian.com/world/2015/sep/03/banned-cluster-bombs-syria-ukraine-yemen-sudan-libya

Norwegian People's Aid. 2007. *M85:* An Analysis of Reliability. Oslo: Norwegian People's Aid.

Nystuen, Gro, and Stuart Casey-Maslen (Ed.). 2010. *The Convention on Cluster Munitions: A Commentary*. New York: Oxford University Press.

Ostaptschuk, Markian. 2014. "Doubts arise over HRW report in Ukraine". *Deutsche Welle*. Accessed April 29 2018. https://goo.gl/JyvTnM.

Pax. 2017. *Japanese companies divest from cluster bombs*. Accessed June 16 2018. https://goo.gl/N33j2D

People's Republic of China. 2014. "Statement at the First Review Conference of the Convention on Cluster Munitions by Mr. Ma Shengkun". *Ministry of Foreign Affairs*. Dubrovnik, 7 Sept, 2014. Accessed June 06 2018. https://goo.gl/xNjHaZ

Quinn, Allison. 2015. "UN refugee head confronts Ukraine's atypical challenge". *Kyiv Post*. Accessed April 28 2018. https://goo.gl/SRtE7t.

Raccuia, Daniel Joseph. 2011. "The Convention on Cluster Munitions: An Incomplete Solution to the Cluster Munition Problem". *Vanderbilt Journal of Transnational Law* 44 (2011): 465-497. https://www.vanderbilt.edu/wp-content/uploads/sites/78/raccuia-cr.pdf.

Republic of Poland. 2012 "Cluster Munitions". Ministry of Foreign Affairs. Accessed October 06 2018. https://goo.gl/wXjCQY

Reuters. 2016. "Saudi Arabia Says It Will Stop Using British-Made Cluster Bombs in Yemen". *The New York Times*. Accessed April 29 2018. https://goo.gl/7bZVhF

Riordan, Kevin. 2014. "Convention on Cluster Munitions". *United Nations Audiovisual Library of International Law*. Accessed July 21 2018. http://legal.un.org/avl/pdf/ha/ccm/ccm_e.pdf

Rogers, James I. 2013. "Remembering the terror the Luftwaffe's butterfly bombs brought to the North". *The Guardian*. Accessed April 23 2018. https://goo.gl/YKSioE

Rogers, James I. 2013. "Remembering the terror the Luftwaffe's butterfly bombs brought to the North". *The Guardian*. Accessed April 23 2018. https://goo.gl/YKSioE.

Roth, Andrew. 2014. "Ukraine Used Cluster Bombs, Evidence Indicates". *The New York Times*. Accessed June 06 2018. https://www.nytimes.com/2014/10/21/world/ukraine-used-cluster-bombs-report-charges.html

Russia Today (RT). 2016. "Saudi-led forces used Brazilian-made cluster rockets to hit Yemen schools – HRW". Accessed April 27 2018. https://goo.gl/BE3nYh.

Russia Today. 2016. *Saudi-led forces used Brazilian-made cluster rockets to hit Yemen schools – HRW*. Accessed April 27 2018. https://goo.gl/BE3nYh

Sanches, Mariana. 2009. "Bombas cluster: nós precisamos desta arma?". Época. Last modified February 27. http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI62268-15223,-00-BOMBA+CLUSTER+NOS+PRECISAMOS+DESTA+ARMA.html.

Schwirtz, Michael. 2008. "Georgia Fired More Cluster Bombs Than Thought, Killing Civilians, Report Finds". *The New York Times*. Accessed 07 June 2018. https://goo.gl/knY8R8

Serr, Marcel. 2018. "Understanding the War in Yemen." *Israel Journal of Foreign Affairs* 11 (3): 357–69. https://goo.gl/uncDPt.

Silva, Gabriel Francisco. 1994. "O Brasil e os Regimes de Desarmamento Humanitário: Um Estudo dos Casos de Minas Terrestres (1997) e de Munições Cluster (2008)". *Revista de Estudos Internacionais* v.5, n.2 (2014). https://goo.gl/s3GcxD

Silva, Gabriel Francisco. 2014. "O Brasil e os Regimes de Desarmamento Humanitário: Um Estudo dos Casos de Minas Terrestres (1997) e de Munições Cluster (2008)". *Revista de Estudos Internacionais* 5 (2): 104-116. https://goo.gl/s3GcxD.

Terry J. Gander; Charles Q. Cutshaw. 2001. Jane's Ammunition Handbook 2001–2002. Surrey, UK: Jane's Information Group Limited.

Tharoor, Ishaan. 2014. "Tragic deaths in Gaza are a reminder of a world full of unexploded bombs". The Washington Post. Accessed October 16 2018. https://goo.gl/eofsRV

The Convention on Cluster Munitions (CCM). 2017. History. Accessed April 23. https://goo.gl/afbNRU.

The Guardian. 2014. "Cluster bombs used in eastern Ukraine, says human rights group". Accessed April 28 2018. https://goo.gl/JkrHpy.

The Local. 2008. "Sweden signs up to cluster bomb treaty". Accessed October 16. https://www.thelocal.se/20081116/15716.

The New York Times. 2016. "Saudi Arabia Says It Will Stop Using British-Made Cluster Bombs in Yemen". Accessed April 29 2018. https://goo.gl/7bZVhF.

Tucker, Spencer C. 2015. *Instruments of War:* Weapons and Technologies that Have

Changed History. Santa Barbara: ABC-CLIO.

Tucker-Jones, Anthony. 2014. *The Gulf War - Operation Desert Storm 1990-1991*. Barnsley: Pen & Sword Military.

U.S. Air Force. 2010. "Stratofortress". Accessed August 10 2018. https://www.af.mil/About--Us/Fact-Sheets/Display/Article/104465/b-52-stratofortress/.

United Nations (UN). 2011. *Fourth Review Conference of the High Contracting Parties to the Convention on Prohibitions or Restrictions on the Use of Certain Conventional Weapons Which May Be Deemed to Be Excessively Injurious or to Have Indiscriminate Effects*, Geneva, 18 November 2011, *Draft Protocol on Cluster Munitions (CCW/CONF.IV/9/ Amend.1)*, available from https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G11/647/68/PDF/G1164768.pdf?OpenElement.

United Nations (UN). Office at Geneva. 2008. "Convention on Cluster Munitions". https://goo.gl/wJ7jZK.

–––, General Assembly First Committee, *Seventy-first Session Agenda Items 89-105,* A/C.1/71/PV.24 (31 October 2016), available from https://goo.gl/pS2APp

UNGA. 2015. "Resolution 70/234: Situation of human rights in the Syrian Arab Republic". http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/234.

---. 2017. "Resolution 72/54: Implementation of the Convention on Cluster Munitions". http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/72/54.

UNOG. 2016. "Reporting formats for Article 7 of the Convention on Cluster Munitions". https://unog.ch/80256EDD006B8954/(httpAssets)/32E0D56282824B8EC-1257F9300503E5C/$file/2016Sweden.pdf.

Waltz, Kenneth. 1981. *The Spread of Nuclear Weapons:* More May Better. Adelphi Papers, no. 171: London: International Institute for Strategic Studies. https://www. mtholyoke. edu/acad/intrel/waltz1.htm.

Wang, Hongjiang. 2008. "Ministry: China supports int'l efforts to ban cluster bombs". *Xinhua*. Accessed 06 June 2018. https://goo.gl/AyDUCP

Wiebe, Virgil. 2000. "Footprints of Death: Cluster Bombs as Indiscriminate Weapons Under International Humanitarian Law". *Michigan Journal of International Law* 22(1): 85-167. http://repository.law.umich.edu/mjil/vol22/iss1/2.

Williams, Dan. 2012. "Israel to limit cluster bombs in possible war with Hezbollah". *Reuters*. Accessed June 16 2018. https://goo.gl/GcZDmS

THIS PAGE INTENTIONALLY LEFT BLANK

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v. 6 2018 | p. 364 - 409

CYBERWARFARE AS A THREAT TO INTERNATIONAL SECURITY

Alberto Helale Elnecave[1]
Camila Heineck Schwertner[2]
Sofia Oliveira Perusso[3]

ABSTRACT

The last couple of decades of the XX century have seen the rise of cyberspace as a new central aspect of human activities, connecting states and individuals, and constituting a phenomenon that cannot be ignored. The resulting scenario brought about different challenges for national and international policy-making processes, with states progressively paying more attention to cyberspace and its security dynamics. Therefore, the main purpose of this article is to provide an overview of the topic, focusing on the main obstacles for the application of international laws and the surrounding problematics of the growing investments and weaponization of the field. Since the understanding of cyber-related content requires an explanation of several concepts and events – and since a consensus has not yet been reached upon most of these concepts –, this study guide was brought together in such a way as to first provide an overview of the main concepts and the key facts regarding the field's development, followed by a presentation of the main problematics to install a proper governance and a disarmament regime in cyberspace; finally, there are the previous international actions and the countries' opinions on the matter.

1 Alberto is a second-year student of International Relations at UFRGS and Assistant-Director at DISEC.
2 Camila is a second-year student of International Relations at UFRGS and Assistant-Director at DISEC.
3 Sofia is a third-year student of International Relations at UFRGS and Director at DISEC.

1 INTRODUCTION

There are many concepts and events that contribute deeply to the understanding of the dynamics of cyberspace and of the possible outcomes of cyber warfare in modern society. However, a consensus has been reached upon few of these approaches, since this area is yet a new and controversial field of studies. Whether at the last couple of decades of the XX century or at the beginning of the new millennium, there have been a reconfiguration of society and the cyber-related phenomena and the relationships interacting with the narratives of telecommunications technologies and computing became an integral part of modern society (Dodge and Kitchin 2003). Consequently, the first decades of the 21st century are mostly defined by the growing importance of the technological and organizational aspects of cyberspace in international politics (Cepik, Canabarro and Borne 2015).

As a result, cyberspace's belligerent trait has increasingly become a substantial concern for governments and defense experts, starting to present its many possible facets throughout the controversial cases that have taken place all over the globe. The world, therefore, has had to adapt – and new risks, threats and vulnerabilities inherent to Information and Communication Technologies (ICT) systems used by public and private actors were discovered, analyzed and, if possible, exploited for politically and economically motivated actions (Clarke and Knake 2010). Cyber warfare itself became a new field of study, adding new features and posing challenges to longstanding and traditional concepts such as war, attacks, sovereignty and self-defense (Singer and Friedman 2014).

With the purpose of analyzing the main discussions pertaining to the notion of cyber warfare, this study guide was divided into four main sections. First, a historical background is presented, with the intention of assembling a brief review of the initial developments of cyberspace and some occurrences of cyber warfare throughout the years. Second, the statement of the issue is discussed, having the purpose of problematizing the security framework upon which discussions about cyber warfare rely and their significance for the world. The following section aims to provide the most relevant international actions concerning the matter until now. Finally, the fourth section analyzes each country's position on the subject.

2 HISTORICAL BACKGROUND

This section's goals revolve around clarifying the main concepts and events that contribute to understanding the problematics of cyber warfare and its potential consequences to world security. Given the unavoidable technical aspect of the subjects here addressed, the primary intention is to assemble a brief review of the development of the various approaches to cyberspace and cyber warfare throughout the years. The first segment of this section explores the construction of cyberspace and the context in which it came to existence; the second presents a brief history of cyber warfare. In the end, some types of cyber attacks are explained through an analysis of case studies.

2.1 DEFINING CYBERSPACE

The original conception of cyberspace dates back to 1984, with the publication of the novel "Neuromancer" by science-fiction writer William Gibson (Dodge and Kitchin 2003). Back then, the term – an amalgam of "cybernetics" and "space" – referred to a navigable, digital space of networked computers (Singer and Friedman 2014). Over the years, new definitions for the word have emerged and been adapted, evolving in terms of complexity and specificity. This reality was only possible due to the increasing importance and development of Information and Communication Technologies (ICTs)[4], in the context of the so-called Digital Era[5] (Dodge and Kitchin 2003).

For the past decades, the Digital Era, also known as Information Age, has been the arena for the exponential growth of technological progresses, which has set in motion a wave of change that affects both states and individuals in multiple dimensions (Alberts 2003). The improvement and dissemination of contemporary ICTs and all its consequences culminated in the increase of debates over governance, as well as over the scope, the role, and the implications of potential cyber wars. In this context, states and societies are seen as increasingly dependent on ICTs, and crucial infrastructure rely on information technology to function each day more (Eriksson and Giacomello 2006).

From the beginning of documented history until around a century ago, humanity had only two physical operational domains in which to wage war: the land and the sea. One of the biggest changes of the XX century was the instrumentalization of a third one: the air. In the 1950s, space – the fourth domain – also became a matter of concern. Each of those theaters of military operation encompass different physical characteristics, and technology (and its updates) is central to their exploration. Cyberspace could be considered the fifth domain for action (Kuehl 2009), although this is not a consensus among specialists.

In conceptual terms, it could be defined as

> an operational domain whose distinctive and unique character is framed by the use of electronics and the electromagnetic spectrum to: create, store, modify, exchange and exploit information, all via interconnected Information-Communication Technology (ICT) based systems and their associated infrastructure (Kuehl 2009, 31).

Many of other specialists contend that cyberspace is not a domain that could be detached from the others and therefore treated as independent, given its pervasiveness to all of human activities. According to these intellectuals, cyberspace should be treated as an intrinsic portion of the strategic and political fields, linked to the whole contemporary social fabric (Cepik, Canabarro and Ferreira 2015). Simply put, cyber warfare could be seen as a new constitutive element of a multifaceted

4 Although there is no single, universal definition of ICT, the term is generally accepted as meaning all devices, networking components, applications and systems that combined allow people and organizations to interact in the digital world (Rouse 2005) – e.g.: internet, browsers, laptops, social media and so on.

5 The Digital Era is commonly known as the period which began at the end of the XX century, mainly characterized by technological advances, an optimization of international information flows and the rise of ICTs (Shepherd 2003).

conflict environment, therefore not completely separate (Cornish et al. 2010). Additionally, there are some arguments stating that there is not a single domain that can be entirely isolated from the others, and that the divisions created are primarily for strategic and organizational purposes (Cepik, Canabarro and Ferreira 2015). In sum, cyberspace is everywhere, constituting what researchers call a "totally immersive environment", central to many human activities and unable to be avoided or ignored (Deibert 2013).

In general, cyberspace connotes the "blending of all communication networks, sources of information and databases into a vast and tangled blanket of electronic interchange" (Cavelty 2012, 4). It is, at its essence, the sphere of computer networks through which information is stocked, shared and conveyed online (Singer and Friedman 2014). In light of this, it is important to consider that cyberspace exists both in the physical world and outside of it, comprising the virtual data, but also the computers that store it and that is passable of being controlled – especially concerning its physical components that are located in specific territories (Cavelty 2012).

With the support of ICTs, especially the integrating characteristic of the Internet, cyberspace has reached a point where an increasingly range of social, military, economic and political activities depend on it – and hence are vulnerable to interruptions of its use or seizing of its capabilities (Kuehl 2009). Throughout the years, cyberspace has become a focal point for the integration and operation of systems employed in sectors that are vital to modern societies, from agriculture and food distribution chains to healthcare, transportation, banking, power grids and water supply. That critical infrastructure therefore depends heavily on the correct, stable and uninterrupted operation of cyberspace and renders those that rely on the latter vulnerable to accidental or deliberate disruptions (Singer and Friedman 2014).

2.2 THE PRECURSORS OF CYBER WAR

"Cyberwar is coming!"[6] said Arquilla and Ronfeldt (1993), arguing the information revolution would cause shifts both in how societies may come into conflict and in how their armed forces would wage war. Nonetheless, the 1990s were a period of mainly mass media speculation about the likelihood of cyber war, provided that offensive actions using or targeting cyberspace were sporadic, not resulting in substantial, real damage. As a matter of fact, many analysts back then were unwilling to consider cyber war as posing a genuine risk to national security. Such judgment, however, soon began to change (Shakarian, Shakarian, and Ruef 2013).

States progressively started to pay more attention towards cyberspace as the 1990s evolved. Policymakers became progressively conscious of the potential value and significance of cyber operations (such as propaganda, sabotage and espionage) to the advancement of national interest in numerous spheres; equally, there was a growing realization that with networking also came vulnerabilities that could be taken advantage of. In fact, it was only when governments and armed forces began to rely more and more on ICTs that their inherent vulnerabilities and risks, as well all sorts of threats against ICT systems commenced to effectively materialize (Stiennon 2015).

6 "Cyberwar is Coming!" was an article written by John Arquilla and David Ronfeldt of 1993.

With that being said, it is important to present an adequate definition for cyber warfare, although there is not a consensus over the matter. Essentially, it revolves around offensive or defensive actions conducted by states – but also by non-state actors – operating in cyberspace, driven mainly by actual or perceived threats. This study guide therefore considers cyber warfare as

> an extension of policy by actions taken in cyberspace by state actors (or by non-state actors with significant state direction or support) that constitute a serious threat to another state's security, or an action of the same nature taken in response to a serious threat to a state's security (actual or perceived) (Green 2015, 17).

Despite it being difficult to trace the origins of cyber warfare due to the lack of solid temporal perspective, the phenomenon is inherently linked to the history of cyber attacks – from the earliest experimental computer worms and viruses to sophisticated economic and diplomatic espionage. In other words, cyber warfare can be said to be a function of the rise of cyber threats and risks faced by political actors, which gave rise to organized defensive and offensive reactions. This general environment of uncertainty worked as a key driver for organizational change, investment in technology and the development of cyber capabilities (Stiennon 2015). The roots of cyber warfare are also intimately entwined with the rise of state-conducted acts of cyber espionage.

In spite of those developments, it was only in the aftermath of the Distributed Denial of Service (DDoS)[7] attacks against Estonia's infrastructure in 2007 (also known as the First World Web War) and Georgia's networks in 2008, in the context of the Russian invasion, that the field of IR began to deal with an era of cyber wars (Stiennon 2015). In the following sub-section, those events shall be analyzed more thoroughly.

2.3 TYPES OF CYBER ATTACKS: HISTORICAL ANALYSIS THROUGH CASE STUDIES

A cyber attack is seldom an end in itself, but rather a compelling means to a broad range of ends, from propaganda to espionage, from Denial of Service to the damage of critical infrastructure. The Internet, for all its worth, has provided a new delivery mechanism that can increase the speed, scale or power of an attack as well as make it possible that most victims not even realize they have been attacked – at least until it is too late (Geers 2011).

First, however, it is important to present an adequate, broad definition of cyber attack, which can be considered as

> an electronic attack to a system, enterprise or individual that intends to disrupt, steal or corrupt assets, where those assets might be digital (such as data or information or a user account), digital services (such as communications) or a physical asset with a cyber component (such as the process

7 DDoS attacks will be more thoroughly discussed further on, but they could be defined as "a preprogrammed flood of Internet traffic designed to crash or jam networks" (Clarke and Knake 2010, 14).

> control system found in a building, aircraft or nuclear refinement facility). Typically, such attacks seek to compromise the confidentiality, integrity or availability of digital assets, and so cyber security controls seek to preserve these properties in some way (Hodges and Creese 2015, 49).

Considering that, this subsection aims to provide a brief explanation of four types of offensive cyber operations – espionage, Distributed Denial of Service (DDoS), disabling military systems and the distribution of malwares with the intention of tampering or getting access to third party systems to support the previous activities – focusing on specific cases that have happened in the past to exemplify each.

2.3.1 TITAN RAIN AND GHOSTNET: CYBER ESPIONAGE

Cyber espionage encompasses incidents of exfiltration, monitoring and theft of digital information. The apparent goal of this category of operation is not to take the computers' systems down, but to capture data of the opposing actor. Hence, cyber espionage could be described as the act of obtaining access to digital data without the authorization of the owner (Shakarian, Shakarian, and Ruef 2013). This kind of operation is one of the most frequent type of activities that rely on cyberspace, with motivations ranging from uncovering sensitive government information to stealing trade secrets or commercial data, to functioning as a part of reconnaissance work. It is important to note that many countries have employed these methods in the past and still do (Carr 2010). In 2013, for example, Edward Snowden leaked several high-classified files concerning a huge vigilance program led by the U.S (MacAskill 2013). This study guide delves into two particular cases of global cyber espionage campaigns: Titan Rain and GhostNet, both of which are allegedly linked to the People's Republic of China, although that is not a consensus (Carr 2010).

The code name "Titan Rain" refers to acts of cyber espionage directed mainly against the U.S Department of Defense –especially the Defense Information Systems Agency (DISA), supposedly brought about by Chinese hackers. Amongst other targets, there were the UK Foreign and Commonwealth Office, the Sandia National Laboratories, Lockheed Martin, the World Bank and NASA (Shakarian, Shakarian, and Ruef 2013). Taking place from 2002 to 2007, it was considered one of the most remarkable cases of compromise known to date (Cornish et al. 2010), highly succeeding at the exfiltration of a substantial amount of data. The hackers appeared to be well organized, in the sense that they conducted the operations in phases – first, it was created and organized a detailed cyber reconnaissance mission; then, upon evaluation of the results, the exfiltration of the desired data was carefully planned and executed (Shakarian, Shakarian, and Ruef 2013).

The other operation here addressed is code-named "GhostNet", discovered in 2009. It allegedly linked China to a large-scale spying network that attacked a considerable number of government departments and strategic targets (Cornish et al. 2010). This case dealt with what is known as an advanced persistent threat (APT), since the hackers sought not only to get access, but also to maintain a foothold in the target system for an extended period of time (Shakarian, Shakarian, and Ruef 2013).

From May 2007 through March 2009, much data was stolen from systems belonging to the Office of His Holiness the Dalai Lama (OHHDL) and the Tibetan

government in exile (TGIE), leading to the infection of nearly 1.300 computers located in more than 100 countries (Shakarian, Shakarian, and Ruef 2013). Up to 30% of the infected hosts were considered targets of high value and included computers situated in Ministries of Foreign Affairs, embassies, international organizations and NGOs, giving the attackers unprecedented access to classified and potentially sensitive information (Stiennon 2015). Even though it is impossible to state with certainty that this operation truly originated from China, many of the command-and-control servers involved were located there, which could point to an involvement of the Chinese government (Shakarian, Shakarian, and Ruef 2013).

2.3.2 THE CASES OF ESTONIA AND GEORGIA: DISTRIBUTED DENIAL OF SERVICE (DDOS)

Denial of service attacks – abbreviated as DoS – are a well-known form of cyber aggression. The essence of this sort of attack is to flood target systems with an abnormally large amount of traffic to the point of rendering it inaccessible to other users. When numerous systems are involved in the operation, it is often referred to as a "Distributed Denial of Service" or DDoS (Shakarian, Shakarian, and Ruef 2013).

On April 27, 2007, the Estonian government completed long-running plans to relocate a national monument ("The Bronze Soldier") from its original location to a cemetery on the periphery of the city (Stiennon 2015). However, since it was initially installed by the USSR in 1944 to honor Soviet soldiers who died during the Second World War, the decision was deeply opposed by the ethnic Russian population and triggered a wave of riots in Tallinn (Shakarian, Shakarian, and Ruef 2013).

It was, however, the second phase of the protests that took Estonia by surprise: substantial DDoS attacks against the country's banking, telecommunications and government infrastructure began as soon as the Bronze Soldier was repositioned (Stiennon 2015). These cyber attacks, allegedly brought about by thousands of users from Russia, had their start at the end of April and lasted for several weeks, sending floods of messages that even managed to make the e-mail servers of the Estonian parliament unavailable for 12 hours. At the end, the cyber security incident response teams involved with the case were able to block the attacks from reaching Estonia, which made them lessen and stop eventually (Shakarian, Shakarian, and Ruef 2013).

By analyzing the specifics of the attacks, Estonia believed in a direct involvement of the Russian state – a point of view various analysts share as well. However, following investigations were incapable of yielding conclusive attribution – probably the most controversial aspect of cyber war – to the Russian government. Moreover, the occurrence of these attacks led Estonia to call upon the North Atlantic Treaty Organization (NATO) and invoke Article V[8] of the institution's Treaty, according to which an (armed) attack against one member state equates to an attack on all,

8 Article V of the Treaty reads that: "the Parties agree that an armed attack against one or more of them in Europe or North America shall be considered an attack against them all and consequently they agree that, if such an armed attack occurs, each of them, in exercise of the right of individual or collective self-defence recognised by Article 51 of the Charter of the United Nations, will assist the Party or Parties so attacked by taking forthwith, individually and in concert with the other Parties, such action as it deems necessary, including the use of armed force, to restore and maintain the security of the North Atlantic area" (NATO 1949, 1).

meaning that the other states are obliged to aid the direct victim. However, NATO was not ready to counter-attack, mainly due to the lack of mature discussions on the topic that could provide the basis for a reaction at that time (Stiennon 2015).

The Russia-Georgia conflict of 2008 also constitutes another example of DDoS employment. However, it is one of the first examples of cyber attacks occurring in synchrony with military operations (Rid 2013). Back then, Georgia and Russia had antagonizing opinions over the status of two Georgian northern regions: Abkhazia and South Ossetia. Russia's position was of support to these regions in their attempt to become independent, whilst Georgia was trying to maintain control over these breakaway territories. Massive cyber attacks were sent off against Georgian websites the day before the Russian military invasion[9] (Stiennon 2015). This has led many security experts to suggest the hackers knew the date beforehand and that they acted intentionally within this timeframe (Shakarian, Shakarian, and Ruef 2013), yet those pointers were again inconclusive.

The DDoS attacks were aimed primarily at Georgian government and media websites, but later they also sought to inflict damage upon an expanded target list including financial and educational institutions, businesses and western media, such as BBC and CNN. These assaults also included defacement of the websites (e.g.: addition of pro-Russian graffiti on government sites, like a picture comparing Georgian president, Mikheil Saakashvili, to Adolf Hitler). Furthermore, the attacks on Georgian banks, flooding them with fraudulent transactions, led international banks to stop operations in the country during the conflict, causing Georgia's banking systems to be down for ten days. Therefore, the goals of the attributed Russian cyber attacks consisted on (i) silencing the Georgian media and (ii) isolating the country from the global community (Shakarian, Shakarian, and Ruef 2013).

The cyber attacks were divided in two phases. In the first one, they were primarily DDoS and spread through the use of botnets, a network of private computers infected with malicious software and remotely controlled without the owner's knowledge. These botnets played a key role in the conflict by directly facilitating the Russian military campaign (Farewell, Rohozinsky 2011).

In the second phase of the campaign, much of the cyber activity used the assistance of what later would be known as "patriotic hackers", also called "hacktivists"[10]. Such users were recruited primarily through Russian websites – like StopGeorgia.rus, which became available online only one day after the Russian offensive. These pages provided detailed information on how to launch a DDoS attack directly on Georgian servers. As a result of the actions perpetrated by these "patriotic hackers", Georgia's access to the Internet was severely compromised (Shakarian, Shakarian and Reuf 2013).

---

9 The military invasion began on August 7 and the conflict lasted for five days, with a death toll of approximately 800. A ceasefire was negotiated on August 12 and ended up with Russia recognizing the independence of both South Ossetia and Abkhazia; despite that, most of international community and organizations - such as the United Nations, the European Union and NATO - still consider those regions as integrating parts of Georgia (Harris 2018).

10 Hacktivism can be described as "the idea of promoting or resisting some kind of political or societal change through nonviolent but often legally questionable cyber means of protest" (Singer, Friedman 2014, 77). Concerning tiers layers of organization, hacktivists can range from individuals acting by themselves to closely-knit and coordinated groups which come together around a common target or plan (Singer, Friedman 2014).

Accordingly, this episode highlights that the integration of cyber warfare with conventional military operations changed warfare dramatically. By only making use of conventional military actions, the Russian army would have had to destroy buildings and broadcasting stations in order to "silence" Georgia, which could have proven less effective, more violent and would probably have caused considerable more damage, including higher death tolls (Shakarian, Shakarian and Reuf 2013). By virtue of this brief military confrontation combined with cyber offensives, the remarkable potential of cyber attacks to augment military operation became evident as it harmed the ability of the Georgian government to communicate and properly respond to the situation. The country had its civil administration paralyzed (Farewell and Rohozinsky 2011) and much of its communication internally and externally were compromised, therefore halting its capacity to defend itself the same way it would regularly (Greathouse 2014).

2.3.3 THE SYRIAN-ISRAELI CASE: DISABLING MILITARY DEFENSE SYSTEMS

In 2007, the construction of a Syrian plutonium enrichment facility in al Kibar led Israel to launch the Operation Orchard. On September 6, seven Israeli F-15I fighter jets flew deep into Syria and destroyed the complex in al Kibar, far from the Syrian-Israeli limits. Nonetheless, during the whole time the jets were in Syrian territory the air defenses did not fire at them (Singer, Friedman 2014).

It was reported that the radars did not detect the planes, which means that the Syrian armed forces were not aware of being under attack until the Kibar complex was already destroyed. The Israeli military managed to stream false data into the air defense network and, as a result, the radar operators received a distorted image in their screens of what was really happening (Singer, Friedman 2014).

Although Syria's air defense system was one of the best in the world at the time (Rid 2013) it did not avoid the fact that even military equipment, a traditional strength, may now be vulnerable to cyber threats. This case stands out from regular military intelligence operations by the fact that it did not only enable the Israeli military to know what its Syrian counterpart knew, but by altering what they knew. This might be one of the biggest changes in modern warfare scenarios in the twenty first century (Singer, Friedman 2014).

2.3.4 THE STUXNET VIRUS

The possibility of having a country's critical infrastructure compromised due to a cyber attack have become a reality. Before 2010, it was assumed that industrial control systems (ICS) were very unlikely or even impossible targets. The discovery of Stuxnet, however, proved the opposite (Shakarian, Shakarian and Reuf 2013).

The Stuxnet virus was detected in 2010 when it managed to break into and compromise an Iranian nuclear enrichment facility designed to withstand airstrikes. It was an evolutionary leap in cyberwarfare and a revolution in military affairs (Shakarian, Shakarian and Reuf 2013). Thus, this virus was described as a new kind of weapon and some authors even refer to it as being "one of the most notable weapons in history" (Singer, Friedman 2014, 115).

In 2010, Iranian scientists at the Natanz Fuel Enrichment Plant were facing an issue seemingly unsolvable: even though they had roughly doubled the number of centrifuges, the total amount of enriched Uranium produced was static and stagnant. Tests ruled out mechanical or electronic failure, and scientists were lacking ideas on how to fix the problem. Then, a small security firm from Belarus discovered a piece of malware hidden on a USB driver of the computer that hosts the controller software. As it turns out, that was Stuxnet – a virus that had been interfering in the Iranian machinery for months, designed to self-propagate and target ICS (Shakarian, Shakarian, and Ruef 2013).

Natanz was Iran's main fuel enrichment facility at the time of Stuxnet's supposed deployment. This discovery initiated intense international dispute about the possible functions of the facility – American officials feared that Iran intended to build nuclear weapons, while Iranian officials strongly rejected the idea and referred to future electricity needs for the country (Shakarian, Shakarian, and Ruef 2013). This environment of apprehension is what leads many specialists to believe that Stuxnet was politically motivated and had the geopolitical goals of neutralizing Iran as a potential international threat (Cornish et al. 2010), delaying its entrance into the nuclear club (Stiennon 2015).

Considering all information known regarding Stuxnet, the virus was most likely designed specifically to damage the Iranian nuclear program. Seeing that it possessed an assortment of passwords – most probably stolen or that would be very valuable in an illicit market - needed to penetrate the ICS from world scale technology firms (Singer and Friedman 2014). In addition, given the enormous resources employed and due to its high degree of sophistication, Stuxnet probably was created by one or more nations (Mueller and Yadegari 2012). Considering these factors, Stuxnet is believed to have been brought to life by a joint U.S-Israeli initiative, component of a broader U.S cyber campaign against Iran code-named "Olympic Games" (Lindsay 2013). The Stuxnet case is also particularly relevant to cyber warfare history for being the first time that a cyber attack caused direct physical damage (Stiennon 2015).

This case is of great relevance for the history of cyber warfare for being the first time there is evidence that a cyber attack caused direct physical damage (Stiennon 2015). In November 2010, Mahmoud Ahmadinejad – the then president of Iran – publicly acknowledged that a malware had caused "a limited number of centrifuges to stop working" (The Washington Post 2010, 1). However, this number is controversial since there is evidence showing that the efficiency of uranium enrichment was seriously compromised – as the number of working centrifuges was limited from 9000 in 2009 to close to 4000 in 2010. It means 5000 might have been disabled, more than half the capacity installed (Shakarian, Shakarian and Reuf 2013). Some authors state that some even exploded because of Stuxnet (Singer, Friedman 2014).

Even though the damage inflicted by the virus was quickly repaired, Stuxnet was the first example of a new means of action highly attractive that countries might opt to utilize in the future. Whereas a cyber attack has proved its great potential for striking enemies, it is less costly and poses less risk than a traditional military action. Therefore, a future version of a more advanced malware could inflict a more serious and long-lasting damage (Farewell and Rohozinsky 2011) – seeing that the malfunctioning or damaging of ICS can directly affect human lives. In this sense, attacks aimed at the power grid are of special concern since modern society heavily relies

on electricity (Geers 2011). In addition, this type of infrastructure has shown itself extremely vulnerable to interferences of this kind – in 2007, the U.S. Department of Energy conducted the "Aurora Test", which aimed at determining the feasibility of a generator to a cyber attack and its conclusive results proved the high existent vulnerability (Shakarian, Shakarian and Reuf 2013).

Others cases of cyber attacks against critical infrastructure have already happened, although without physical consequences. For example, in 2012, the Shamoon case took place when the state run Saudi Arabian Oil Company (Aramco) had approximately 30,000 of its computers infected worldwide by a virus whose main function was deliberately deleting data from hard drives. Cyber attacks against major transnational firms are not uncommon but a data-deleting virus on the world's biggest oil producer and supplier is a case of major international concern (Bronk, Tikk-Ringas 2013). Although there were no explosions, oil spills or other major physical problems of the kind, this incident had an effect on business and production in addition to some drilling and production data that were lost. In addition, it took the company two weeks to restart operations normally. However, this case acquired relevance in the international media after the former US Defense Secretary stated that very few countries possess the capabilities for launching such an attack, implying Iranian involvement in the case (Bronk, Tikk-Ringas 2013).

It is important to note that Stuxnet inspired similar forms of cyber attacks, such as Flame and Duqu. Flame consisted of a malware that sought to collect private data from Middle Eastern countries like Iran, Israel, Saudi Arabia, Egypt, Lebanon and Syria (Olson 2012). The complex threat, discovered in May 2012, is said to have affected over 600 specific targets, including individuals, businesses and government systems; once the infection had been established, Flame could take screenshots, record audio conversations and therefore gather sensitive information. The malware was also believed to be state-sponsored, although this was not proven and the origins could not be traced (Lee 2012). Duqu was another malware designated to collect critical data that could be useful in attacking industrial control systems. It was discovered in 2011 and targeted systems from countries such as Iran; in general, it held many similarities with Stuxnet, such as common procedures and techniques, which has led specialists to assume both could have been made by the same group of people, though this information has not been proved (Naraine 2011).

In this context, the WannaCry ransomware[11] attack also deserves to be brought to light and discussed, given its position as one of the biggest cyber threats known to date and the deliberations that can be drawn from it. The campaign took place worldwide in May 2017 and targeted computers which ran the Microsoft Windows system of operation; in general, WannaCry's *modus operandi* revolved around encrypting data and holding it hostage, consequently demanding that ransom payments should be made – in Bitcoin cryptocurrency – so that the damaged files would be decrypted. It is estimated that around 200,000 computers were infected across 150 countries, which shows the unprecedented scale and global character of the attacks. Russia, Ukraine, India and Taiwan were among the most affected targets; besides that, agencies like Britain's National Health Service and some of Spain's biggest companies also suffered heavy attacks. The United States, supported mainly

11 Ransomware can be defined as a "type of malware that blocks access to a computer or its data and demands money to release it" (Hern and Gibbs 2017, 1)

by the UK, Canada, New Zealand and Japan, attributed to North Korea the responsibility for WannaCry, although the blame has not been effectively proved (Hern and Gibbs 2017).

WannaCry deserves special highlight because it indirectly results from an order received by Microsoft from the U.S National Security Agency (NSA), which requested the company not to fix a platform vulnerability so that American agencies could strategically exploit it. As it turns out, WannaCry used this same vulnerability to expand the ransomware campaign across the globe, affecting the U.S and its allies. This discussion denotes the danger behind the idea of building up an arsenal of cyber weapons and attempting to maintain leverage in cyberspace, given that there are no guarantees that these supposed advantages will not compromise the state or be used against it in the future (Hern and Gibbs 2017).

3 STATEMENT OF THE ISSUE

As seen in the previous section, cyber warfare has become a growing concern among states. The possibility to disable military defenses, harm industrial control systems or disrupt power grids without a physical attack and without compromising the identity of the aggressor is causing many countries to consider the cyberspace as a matter of national defense. Instead of the traditional idea that the cyberspace is still an emerging domain of action in warfare, many experts now share the notion that cyber warfare is an already well-established, intrinsic variable in the strategic landscape; however, it is not yet clear how this new facet of war will be perceived in the upcoming conflicts (Steed 2015). Therefore, this section will present some of the main issues arising from cyber warfare and the new security problems that countries now face and its new strategic implications.

3.1 HOW CYBER WARFARE CHANGED THE SECURITY FRAMEWORK

As presented in the historical background, nowadays critical infrastructure[12] is also a matter of cyber security as it relies on computer networks for its functioning. Therefore, it is currently not only often targeted in conventional military operations, but it has also become a target of cyber operations (Shakarian, Shakarian and Reuf 2013). Similar cases as the ones exposed above pose cyber warfare as asymmetric and unconventional warfare. Hence, it has presented few entering barriers for new actors. A relevant outcome of this scenario is the fact that "nations weak in conventional military power are also likely to invest in it as a way to offset its conventional disadvantages" (Geers 2011, 98). Because of these characteristics, non-state actors also present growing threats to national security and stability worldwide. Yet, conventional capabilities – normally related to great powers – did not stop being relevant. Although cyberspace is used by non-state groups and perceived as offering new military possibilities for the weaker countries, great traditional powers still hold a great advantage over all other actors regarding capacity for building, financing and

12 As it has been established before, critical infrastructure consists of the essential services on which modern society depends, meaning: energy sector, water supply, transportation systems, industry and so on (U.S Department of Homeland Security 2017).

researching (Cepik, Canabarro and Ferreira 2015).

Moreover, cyber attacks amplify conventional capabilities: the integration of cyber warfare with conventional military operations changed warfare dramatically. By only making use of conventional military actions, the Russian army would have had to destroy buildings and broadcasting stations in order to "silence" Georgia, which could have proven less effective, more violent and would probably have caused considerable more damage, including higher death tolls (Shakarian, Shakarian and Reuf 2013). So, cyber attacks can be seen as a way to augment conventional military operations or yet be used as a solo toll since it has been proved to be able to cause direct physical damages (such as in the Stuxnet case).

Therefore, policymakers became increasingly aware of the potential value of cyber operations (such as propaganda, sabotage and espionage) to the furtherance of the national interest in many spheres. Equally, there was a growing realization that with networking came vulnerabilities that could be exploited (Cepik, Canabarro and Ferreira 2015).

3.2 GROWING INVESTMENT IN CYBER TECHNOLOGY AROUND THE WORLD

In the scope of the numerous new challenges for national and international policymaking, cyber threats and cyber capabilities are gaining considerable space. Some groups of analysts see cyber warfare as having determinant characteristics, among which is its fast and volatile way of evolving. This perception pushes countries to prepare vigorously and increasingly for any possible confrontation in this domain, designating growing percentages of investments to it (Clarke and Knake 2010).

For most analysts, the United States is considered to this day "the world's most capable military power" (IISS 2018, 46). Since the creation of its Cyber Command, around 2009, the U.S has been giving particular emphasis to Cyber Security – concerning both offensive and defensive capabilities (Singer and Friedman 2014). Therefore, the Command is a military organization and its goals are not just to defend the country from a cyber attack, but also to develop its own cyber weapons (Clarke and Knake 2010). Additionally, in 2017, the U.S announced an increase on investments and the elevation of their Cyber Command to the level of a Unified Combatant Command (IISS 2018), which demonstrates the importance given to the matter.

However, numerous countries have also been preparing themselves for a possible occurrence of a cyber war. There are Commands similar to the U.S' in several others, such as China and Russia (Green 2015). Of this two, China can be seen as the most prepared one for cyber warfare, developing offensive and defensive capabilities since the 1990s. Additionally, the country has historically adopted multiple approaches to invest in the field, such as the grouping of hackers under the service of the state – nowadays, this is considered a common measure amongst countries. Nevertheless, some scholars still consider Russia as being the major competitor to the U.S' cyber power (Clarke and Knake 2010).

The majority of developed states – mostly European – and almost all of developing countries with international economic relevance already possess an internal strategic division to deal with cyber-related affairs (IISS 2018). Actually, according to Lewis and Timlin (2011) there were, in 2011, at least 33 states that included cyber warfare in their military planning. Yet, there were also 36 states that were known to

assign the responsibility to deal with cyber-related subjects to the civilian sectors of the government, rather than the military — which is known as the "traditional approach" within security studies (Lewis and Timlin 2011). In this sense, the formation of public-private partnership is not unusual, even though it can mean a strong technological dependence from the government side and a high involvement of the private sector in the defense sector (Green 2015).

States, however, are not the only actors evolving in this field – International Organizations are also claiming a bigger role and seeking more participation in cyberspace. Nowadays, the most prominent of them is NATO, which is responsible not only for preparing cyber warfare capabilities for its members, but also for studying theoretically the issue and for contributing to the formulation of specific doctrines. To advance on these objectives, NATO's Cyber Defense Center (CCDCOE) was created, operating in Tallinn, Estonia, since 2008 (Green 2015). Alongside this initiative is the publication of the Tallinn Manual, a compiled of the main discussions on the field regarding international law and the cyberspace (NATO 2018).

It is possible to observe, within defense sectors, a growing focus on cyber-related subjects, as well as relentless concerns over the aspects and tendencies of cyber warfare. Overall, this scenario leads to an increasing number of investments in the area, constituting a general phenomenon that has started mostly after 2010 and that has been growing ever since (IISS 2018). However, countries are not exactly open about their development of cyber capabilities, which sets up a problem of determining where each actor stands in the realm of cyber disputes (Clarke and Knake 2010).

3.3 VULNERABILITY AND DEFENSE

When analyzing each state's capability in the cyber warfare field, the offensive are the ones most taken into account. This happens because there is a fundamental difference regarding the determination of one's defense capabilities. Whereas for an offensive capability it is necessary that its owner actively develop it, for defense purposes the subject in question does not actually need to actively do something. For example: developing countries have less – or none at all – networks, therefore they can be seen as less vulnerable. Yet, their usual technology is frequently acquired from third parties, which combined with the fact that it is generally simpler, often results in a high level of vulnerability. That is why in one side many authors claim that the US is not the biggest player when it comes to cyber warfare, linking its great connectivity[13] to consequential vulnerability, but in the other side they claim that the connectivity of developing countries is advancing more and more each day, resulting in many paradoxes regarding cyber defense and connectivity. China, on the other hand, can be seen as an extreme example, having far less openness to outside networks and greater State control in its connectivity and still presenting some degree of vulnerability (Clarke and Knake 2010).

Additionally, many analysts argue the only way to ensure a country will not be attacked at all is to disconnect completely its network from the internet or to control all information that goes online. However, the first alternative is almost unsus-

13 The U.S is featured amongst the most interconnected countries, given that major parts of its critical infrastructure - such as water plants and power grids - are connected to a unified network and, therefore, potentially vulnerable to cyber attacks (Clarke and Knake 2010).

tainable in the modern and globalized world – in which all countries are in some degree dependent of international exchanges and commerce; the second proposition directly conflicts with the tendency towards transparency that has been growing over the years, and countries are, in general, unwilling to implement such measures. One of the other obstacles to actually doing this relates to the fact that people make connections unwarily – such as through the use of outside flash drives in controlled areas (Clarke and Knake 2010). In addition, there are important discussions surrounding the idea of disconnecting networks in a moment when investments in them are not only rapidly growing but also stimulated (Clarke and Knake 2010). In this sense, it should be noted that diverse countries oppose to this rising preoccupation regarding the field.

Besides, the discussion surrounding defense measures runs into privacy issues and other fundamental rights (such as freedom of speech, of thought, of expression, of reunion, etc). The preservation of one's privacy – which is seen as a constitutional and fundamental right by most countries and by the general framework of the international law (embodied in the Universal Declaration of Human Rights, International Covenant on Civil and Political Rights, amongst others) – is one of the main points against several measures to ensure a more secured (and more controlled) network (Singer and Friedman 2014). It is clear that, especially in this field, all opinions regarding paths to follow are intrinsically linked to one's political opinion and economic interests (Clarke and Knake 2010).

Even though the United States have been professedly warning the world that any cyber attack will be retaliated with cinetics weapons, they have been also one of the most invested states in the idea of applying the deterrence concept to Cyber Warfare and Defense (Clarke and Knake 2010). However, according to numerous theorists like Clarke and Knake (2010):

> Of all the nuclear-strategy concepts, however, deterrence theory is probably the least transferable to cyber war. Since this concept is based on the known effects of some weapon (like the nuclear) and the belief supported in actions and events that the country has indeed such power. So assume for the sake of discussion that the United States (or some other nation) had such powerful offensive cyber weapons that it could overcome any defense and inflict significant disruption and damage on some nation's military and economy. If the U.S. simply announced that it had that capability, but disclosed no details, many opponents would think that we were bluffing. Without details, without ever having seen U.S. cyber weapons in action, few would so fear what we could do as to be deterred from anything (Clarke and Knake 2010, 94).

In here, one of the most important cyber warfare paradoxes is clear: in order to show great offensive power, states need to demonstrate their capabilities; in cyberspace, however, the best attacks are the ones when the victim does not even know it has been harmed until it is irreversible (Clarke and Knake 2010). Additionally, determining the attribution regarding each act is a profoundly difficult task (Singer and Friedman 2014). When it comes to determining the authorship, even the territorial concept becomes blurry, given that something that happens in one's territory does not necessarily mean it is one's fault. Besides, the very information concerning the precedence can be wrong, since cyber data can be falsified (CCDCOE 2016).

Due to the emergence of cyber-related conflicts, there is a huge discussion surrounding the increasing dangerousness of non-state organizations. However, the impact that non-state actors can achieve is directly linked to their technical capability of launching cyber attacks, which is constantly being put into question. An important group of scholars argues that it is difficult for these actors to develop effective cyber warfare capabilities, since attacks in the cyberspace are very expensive and time consuming. It should be kept in mind that cyber hacktivism and other minor interferences are not considered actual acts of war or even acts of aggression that would lead to war, even though they can be classified as cyber attacks – bearing different consequences and reaches depending of each individual case. The expensiveness aspect is linked to the necessity to change methods every time, in an attempt to transpose the ever evolving and changing security patterns. The time issue, on its turn, is related to the need of each weapon to be custom-built and designed for a specific situation and target, since every system has its own engineering and its special faults. Additionally, if the intent of the attack is discovered, all the plan and work is lost, because the flaw that was going to be taken advantage of will be corrected beforehand (Cepik, Canabarro and Ferreira 2015).

Even if theorists commonly talk about non-state actors being subjects in this theater of operation, arguing even that they would be stronger in cyberspace than in a traditional military dispute, the fact remains that it takes a minimum amount of technology and resources to engage in type of conflict (Clarke and Knake 2010). In other words, it is unlikely that other groups would have the means to do it. Still, terrorists do use the internet to their advantage as often as they can, be it to raise funds, disseminate their platform or attract more followers. However, when it comes to actual acts of cyber terrorism, the threat is real, but not in the size claimed by many. Besides, there has never been any case of actual cyber terrorism (Singer and Friedman 2014).

3.4 NATIONAL DEFENSE AND DISARMAMENT

In this field of studies, as it has been presented, there are crucial controversies that, depending on their outcome, can change entirely the perspective with which everyone works. Some of these controversies surround the problematics of: (i) whether cyber warfare is a current reality, (ii) whether some countries possess sophisticated offensive capabilities that have not yet been presented, (iii) if these weapons indeed exist, how big would be their impact in case of deployment and (iv) whether the growing spending in this area could be interpreted as preparation for war or as an arms race (Clarke and Knake 2010).

Multiple states are thought to have been taking actions such as hacking, laying traps, etc. However, this is not internationally understood as acts of cyber warfare, which leads to a common doubt of how to differentiate between acts of aggression and defiance between countries in the cyberspace and actual cyber warfare.

Cyber war is generally credited with the following distinct characteristics: (i) it would happen incredibly faster than any other form of conflict; (ii) it would be global, given that the linking aspect of cyberspace constitutes a reality in which, if a conflict is ever sparked, several countries would quickly be drawn towards it; and (iii) it would easily skip the battlefield, because it could quickly take over or knockout

each country's traditional defense mechanisms, such as air defense radars. The first characteristic addressed is particularly important because it concerns the power of the decision makers to deal with the crisis at hand (Clarke and Knake 2010).

It is important to reinstate that cyber attacks are intentional and potentially disruptive (which means they always intent to cause real damage, even if that goal is not achieved). Therefore, despite the confusion typically made, they do not actually happen as often as it is said to, given that they require a lot of planning (Singer and Friedman 2014). Additionally, there is yet another controversy regarding the control, inside each country, of the actions and decisions in a cyber war and who would be the protagonists in such conflict (Clarke and Knake 2010).

The arms control in cyberspace is a very controversial discussion. One of its main points is that the agreement surrounding the control and disarmament of other types of weapons did not stop numerous countries (even the ones that signed such agreements) from developing these exact weapons – which leads to the discussion on how effective a cyber arms control agreement would truly be (Clarke and Knake 2010).

One of the main arguments against a cyber arms control is that doing any kind of verification is almost impossible. "Only seismic network, and perhaps the IAEA [International Atomic Energy Agency] teams, offer any useful precedent for verification" (Clarke and Knake 2010, 117), since it is not possible to detect or count physically the existence of such weapons and no country would agree to let another do an inspection on their international networks, which hold all classified information. Moreover, even if they did permit, cyber weapons can be hidden in any small/separate device (Clarke and Knake 2010).

However, the actual use of cyber weapons is probably clearer to spot and check. According to these authors, the "how" of the attack is relatively easy to identify, even if the "who" remains a problem (Clarke and Knake 2010). There are other alternatives in discussion to try and install some kind of governance of cyberspace, without necessarily controlling or banning the possession of cyber weapons. One of them would be blocking attacks on civilians through unilateral declarations, or more likely through some kind of international protocol (Clarke and Knake 2010). This would be in the same line as other treaties that govern behaviors in war times.

There are strong defenders of an agreement in the same shape as the one made regarding the telegraph on the moment of its birth[14] – regulation and patronization of use added to the agreement of jurisdiction and minimum rights (Singer and Friedman 2014). In this sense, the *Tallinn manual*[15] is considered one of the most

14 In 1865, the International Telegraph Conference was held in Paris. During the event, the participant countries created the International Telegraph Union (ITU) and the International Telegraph Convention – which established the basic principles for international telegraphy. "Among the basic norms that were adopted were the use of the Morse code as the international telegraph alphabet, the protection of the secrecy of correspondence, and the right of everybody to use the international telegraphy. [...] Also, Uniform charges (tariffs) for international telegram exchanges were established" (ITU 2018, 1).

15 In the beginning of the manual, which is a result of the effort made by NATO's Cyber Defense Center, its editor state that "it is essential to understand that Tallinn Manual 2.0 is not an official document, but rather the product of two separate endeavors undertaken by groups of independent experts acting solely in their personal capacity. The Manual does not represent the views of the NATO CCDCOE, its sponsoring nations, or NATO. Nor does it reflect the position of any other organisation or state represented by observers or of any of the states involved in the process" (CCDCOE 2016, 2).

important sources regarding this controversial theme and is one of the most complete efforts to compile the existing rules of international law and how they could be applied to cyber warfare (Green 2015). Yet, there still are numerous countries that do not accept all its propositions, since it presents a very clear view of the subject – that will be explored further in this article.

There is a principle defended by the Tallinn Manual regarding the Due Diligence, which is the responsibility of states to investigate and determine with certainty the authority of such act before reacting to any act perpetrator against it (CCDCOE 2016). However, this creates a paradox, since attribution is a very complicated matter (Singer and Friedman 2014) and relates to a discussion that connects sovereignty and the cyberspace. Yet, there are cases when operations made by private actors can be attributed to the state such as when it is noted omission. Besides, every country is supposed to cooperate during investigations (CCDCOE 42016).

It is important to note that, in the cyber context, it is the consequences of the operation and its surrounding circumstances, rather than the instruments used, that determine whether the use of force threshold has been crossed. The use of force, therefore, is different from an armed attack. This differentiation is especially important since the UN Charter distinguishes clearly use of force – in which case the response is up to the United Nations Security Council (UNSC) – from an armed attack – which gives the right of self-defense and immediate response to the harmed state.

By all means, the fact that a cyber operation fails to rise to the level of a use of force does not necessarily render it lawful under international law. In particular, a cyber operation may constitute a violation of sovereignty or a breach of the prohibition of intervention. In this discussion, some attacks are obvious to classify; others, however, create controversies because of the thin line that divides the use of force form a "mere" cyber attack (such as Stuxnet). It is essential to reinstate that any state victim of a cyber attack has the right to self-defense. Nonetheless, whether a cyber operation constitutes an armed attack depends on its "scale and effects", according to the ruling of the International Court of Justice in the Nicaragua judgment in 1986, that stressed the need to distinguish between the graver attacks and the lighter ones, even though the exact parameters regarding "scale and effects remain unsettled beyond the indication that they need to be grave" (CCDCOE 2016, 416).

At least, what is clear, according to the Tallinn Manual, is that a "cyber attack is a cyber operation, whether offensive or defensive, that is reasonably expected to cause injury or death to persons or damage or destruction to objects" (CCDCOE 2016, 415) and that it has to possess a trans-border element. In addition, since the experts determined the importance of the termed "armed" in the "armed attack concept", it was agreed that "unless the cyber operation involves the use of a cyber weapon [...] it does not qualify as an armed attack, irrespective of the consequences of the operation" (CCDCOE 2016, 416).

Therefore, even though acts based on self-defense are always a possibility, in order to claim that justification, there has to be some actual concrete damages caused by a grave attack, as defined above. However, the problem with any kind of response, even if widely justified, is the high risk of escalation. Additionally, according to international law, any response must always be proportionate to the deed – a principle states find difficult to comply with. In addition, it is normally said under

the UN system that the first option has to be settling any and all disputes by peaceful means – which constitutes a paradigm backed by numerous authors. Hence, there is no provision of the possibility of a state's intervention on another. The only exception existent remains being the UNSC decisions regarding matters of collective peace and security (under the chapters VII and VIII of the UN charter) who has the prerogative of approving a UN carried intervention (Carr 2009). Also, it is ruled that measures taken by state's regarding this subject cannot be preventive nor prospective, having to be reversible and temporary, proportionate and respectful of the international treaties and human rights. It should always be kept in mind that countermeasures must always aim on making the assailant stop its unlawful act, therefore "Punishment and retaliation are impermissible purposes" (CCDCOE 2016, 116). Yet, there are indeed some countries that publicly threaten to respond to any cyber operation against it with kinetic weapons, which would be considered unlawful by the Tallinn Manual but not unheard of in the real world (CCDCOE 2016).

4 PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

Precisely because the discussions of cyber phenomena are recent, most norms regarding cyberspace regulations and cyber warfare capabilities date from the XXI century onwards (Carr 2009). There is still little consensus regarding which approach should be used in these regulations and which international laws are applicable to cyberspace (Hampson and Sulmeyer 2017). This is frequently said to be the reason why the Security Council has never specifically discussed cyber security (Tikk 2017). However, this situation could also be due to the attribution problem, which is linked to the difficulty in finding out the perpetrators and therefore sanctioning them, as well as to the absence of specific, concrete occurrences that can be viewed as undoubtedly threatening to the international peace and security. Within this context, numerous countries understand that the Laws of War as they are today are fully applicable to the cyberspace (Green 2015).

4.1 UNITED NATIONS (UN)

In 1999, the preoccupation related to cyber security began to be addressed in the United Nations General Assembly (UNGA) with the consensual approval of Resolution 53/70, which introduced the discussion on information security to the UN agenda. However, it was only in 2004 that the UN Group of Governmental Experts on Developments in the Field of Information and Telecommunications in the Context of International Security (GGE) was created and more concrete steps were taken on the matter (Hampson and Sulmeyer 2017). The GGE's purpose was to form a group of independent experts to provide advices to the UN regarding cyber security and peace and stability in cyberspace. To that end, the GGE would emit a concise report after discussing the phenomenon in closed meetings (Lewis 2017).

The group, however, was not able to reach a consensus about the report. Only five years later, in 2010, the second group of experts did issue a report - A/65/201 -, which mainly stimulated the creation of confidence-building measures regarding the use of ICTs by states. In 2011, the UNGA approved the Resolution A/Res/66/24,

calling for the continuation of the second GGE's work. Therefore, in 2013, a third group agreed on a set of foundational norms for cyberspace[16], amongst which there were the principles of nonintervention in the internal affairs of states and the need to respect state sovereignty, alongside the notions that no state should conduct any cyber attack to damage others' critical infrastructure and that each country should build the capacity to protect its own. These norms were expanded in 2015 during the meetings of the fourth group[17], and were presented to the UNGA as a non-binding report addressing responsible state behavior in cyberspace (Hampson and Sulmeyer 2017). One of the sensitive norms suggested by the Group was that:

> A State should not conduct or knowingly support ICT activity contrary to its obligations under international law that intentionally damages critical infrastructure or otherwise impairs the use and operation of critical infrastructure to provide services to the public (Hampson and Sulmeyer 2017, 6).

In less than a year after the GEE recommendations, however, there were an alarming number of harmful incidents targeting critical infrastructures around the world. These attacks aimed at power grids, telecommunications, transportation and financial systems, amongst other vital structures. One of the most emblematic incidents was the targeting of three Ukrainian electric power distribution companies in December the same year. It left more than 225,000 people without electricity for six hours and compromised the utilization of heat during winter as the distribution of power was compromised for months. This case clearly shows that intentional damage was perpetrated against a state's critical infrastructure and indicates, according to Hampson and Sulmeyer (2017), that it was likely conducted by a GGE member.

In 2016, a fifth group was assembled to address the enforcement of the established norms, since they were clearly being violated. The group concluded its final meeting in June 2017 without reaching a consensus – especially with regards to how states should treat cyber attacks: under already existent international law of war or under new and specialized treaties. From the establishment of the first group to the last one, a few changes occurred, such as the increase in the number of experts invited: from 15 in 2004 to 25 in 2016. Still, this lack of representativeness – only 25 out of 193 UN members – has given rise to numerous critics, which usually target also the effectiveness (or the lack thereof) of the norms elaborated by the GGEs, since they are non-binding (Hampson and Sulmeyer 2017). Moreover, the general homogeneity of the group, which does not have a multisectorial representativeness, has also been the target of criticism, especially for those who understand the importance of the multistakeholder concept in the cyberspace.

According to Raymond and DeNardis (2017, 20), "multistakeholderism" can be understood "as two or more classes of actors engaged in a common governance enterprise concerning issues they regard as public in nature". It means that in a given issue no single actor is capable of holding or possessing all stakes necessary for controlling or regulating the issue. It is then implied that different interests might

16 Which were published in the A/68/98 Report.

17 The members of the fourth UN GGE were: Belarus, Brazil, China, Colombia, Egypt, Estonia, France, Germany, Ghana, Israel, Japan, Kenya, Malaysia, Mexico, Pakistan, the Republic of Korea, the Russian Federation, Spain, the United Kingdom and the United States.

be conflictual and, for this reason, they should be both considered before adopting a regulation in order to guarantee a better outcome.

Within the UN sphere, there is also the United Nations Institute for Disarmament Research (UNIDIR), which published a preliminary assessment on cyber security and cyber warfare in 2012. This document stressed the importance of international law, state sovereignty, non-intervention and dialogue in the use and discussions regarding ICTs. UNIDIR also promotes annually the Cyber Stability Conference, which aims at discussing cyberspace-related issues (United Nations 2018).

4.2 NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION (NATO)

The North Atlantic Treaty Organization (NATO) has achieved prominence in the field, dictating numerous opinions and decisions regarding cyber security since the 2002 Prague Summit, which officially added the topic to NATO's agenda. However, it was not until the Estonia case in 2007 that measures and discussions intensified and became a focus for the organization.

One of the most renowned initiatives of the organization is the formation of the group of experts that, amongst other things, wrote the *Tallinn Manual* under the umbrella of the NATO Cooperative Cyber Defense Centre of Excellence (CCDCoE). The concept of a CCDCoE was first proposed by Estonia in 2004, and after two years it was approved in the Organization's Supreme Council. Inaugurated in 2008, the Centre is a multinational and interdisciplinary hub whose function is to support its nation members and NATO with cyber defense expertise in the field of technology, strategy, operations and law (CCDCoE 2018). In order to give specialized training to national cyber incidents response teams of its members as well as to NATO, CCDCoE holds annually the world's largest technical live-fire cyber defense exercise. It consists of a series of simulated virtual attacks on equipment and networks that the teams could face on reality. The 2017 edition focused on attacks against electric power grid systems, unmanned aerial vehicles, military command and control systems, critical information infrastructure components and other operational infrastructure (CCDCoE 2017).

As a NATO's report, the Tallinn Manual focuses in the applicability of certain areas of international law that are of main concern for the Organization, namely *jus ad bellum* and international humanitarian law[18]. Thus, in discussing problems of cyberspace through these lenses, cyber operations are named "uses of force", "self-defense operations", "aggression" or "armed attacks" while agents are labelled as "combatants" and "civilians". On the discussion of the use of force, the Manual makes it clear that dealing with cyber attacks on the basis of Article 2(4) is limited, as the prohibition on the use of force refers to states only. Cyber attacks by non-state groups are thus not bounded by this prohibition, unless they can be attributed to a state (Kessler and Werner 2013). According to Kessler and Werner (2013, 798), three distinct sources of uncertainty arise when international law is applied to cyberspace:

18 "Jus ad bellum refers to the conditions under which States may resort to war or to the use of armed force in general". International humanitarian law (IHL), or jus in bello, seeks to minimize suffering in armed conflicts by "protecting and assisting all victims of armed conflict to the greatest extent possible". IHL "regulates the conduct of parties engaged in an armed conflicts" (International Committee of the Red Cross 2015, 1).

(i) the blurring of previously believed solid distinctions like public and private; inside and outside;
(ii) the (alleged) novelty of cyber threats, including the difficulties in attributing them to actors;
(iii) lack of historical experience and reliance on analogies and metaphors.

These difficulties mean that cyber threats may trespass the classic confines of public international law. When critical infrastructure protection becomes a matter of national defense, those threats do not fit into traditional categories of private and public spheres. Consequently, the distinction between public and private actors is blurred when, for example, energy providers become part of the security discourse. Apart from the discussions on the nature of actors in cyberspace, these security threats do not only emanate from outside one's own territory. Since contemporary threats are linked to the very characteristics of the modern infrastructure, the classic distinction between inside and outside upon which legal categories are based is also questioned (Kessler and Werner 2013).

Secondly, the difficulties for identifying agents responsible for cyber attacks can be better illustrated by the examples of Estonia (2007), Georgia (2008) and Iran (2010). As there was not only doubt to whether the attacks constituted acts of espionage, intervention, use of force, or an armed attack in legal terms, there were also questions whether these attacks could even be legally attributed to an identifiable agent . The third source of uncertainty is the lack of historical evidence and the consensus among the international community that, so far, not even in the Stuxnet case, there have been no sufficient devastation and human loss to that usually related to war caused by a cyber attack (Kessler and Werner 2013).

However, the Manual was published with the reservation that it does not express the official opinion of NATO member states. Also, there is a clear emphasis on security-related issues and on NATO's interests, which led to numerous allegations that the manual remains incomplete and that it is still necessary to thoroughly explore all angles of the phenomenon (Kessler and Werner 2013). Yet, the publication still represents the dominating perspective in contemporary literature, which is that the existing rules of international law are applicable to the threat posed by cyber warfare and that Article 2 of the UN Charter, which prohibits the use of force, is also applicable to cyberspace. However, this has been a major point of debate and disagreement, both in the academic and military spheres (Green 2015).

Apart from the creation of NATO's CCDCoE in Tallinn, which is responsible for multiples studies in the field and for the publication of the Tallinn Manual, NATO also developed an official Policy on Cyber Defense in January 2008. Additionally, the "enhanced policy and action plan" was adopted in September of 2014 and an updated one in February 2017. This plan (i) determines cyber defense as a central part of the Alliance's pact of collective defense, (ii) confirms its understanding that international law applies as it is today to cyberspace and (iii) prioritizes the defense of communications systems (NATO 2018).

Also a part of NATO's organs is the NATO Computer Incident Response Capability (NCIRC), based on Belgium soil, which aims to protect the alliance's networks and various initiatives surrounding studies and training on cyber defense capabilities. Amongst NATO's leading guidelines regarding actions and preparations in cyberspace sphere is the commitment of its members to promote information-

-sharing and mutual assistance. The organization encourages partnerships with the private sector. However, it was not until the 2016 Warsaw Summit that Defense Ministers of countries that are part of the Organization agreed to recognize cyberspace as a domain (NATO 2018).

In December 2017, NATO and the EU formed a corporation in multiple areas, amongst which is cyber security (NATO 2018). Additionally, in February 2017, during the Munich Security Conference, it was announced the assemble of a new non-governmental Global Commission on the Stability of Cyberspace, which aims to encourage more non-governmental participation in the debate and to supplement the GGE (Nye 2017).

4.3 OTHER MEASURES

The Disarmament and International Security Committee (DISEC), UNGA's fourth committee, has been the primary UN organ for the consideration of discussions related to cyber security. However, other bodies – such as the International Telecommunication Union and the UN Economic and Social Council –, have been seeking to insert themselves more firmly in the discussions and to have a more prominent role in the formulation of norms and policies regarding the field (Nye 2017). Amongst other international organizations that sought to develop a more active role in cyberspace-related issues are the Shanghai Cooperation Organization (SCO), the Organization of American States (OAS), the Council of Europe[19] (CoE) and the African Union (AU) – with the latter standing out in its policies against cyber crimes (Tikk 2017).

The SCO has elaborated a common normative ground concerning cyber threats (Tikk 2017). In 2009, the Agreement among the Governments of the SCO Member States on Cooperation in the Field of Ensuring International Information Security was drafted. In September 2011, four members of the SCO (namely China, Russia, Tajikistan and Uzbekistan) submitted a Draft International Code of Conduct for Information Security to the United Nations General Assembly, which was revised in 2015 (United Nations 2018). Among the measures the Organization proposes, there is the concept of "international information security", which implies that the content of information is passible of interception. Whereas SCO members believe that content is a potential security threat and should be regulated, western countries consider this level of regulation a risk to human rights. At the Ufa Summit in July 2015, leaders of member states reaffirmed their position on information security. During a SCO meeting in May 2018 it was stressed that ICTs, including the internet, were being actively used to promote all manifestations of terrorism, separatism and extremism, to recruit militants, to expand terrorist activities, to interfere in the domestic affairs of other states and to commit other criminal acts. Moreover, the participants urged for intensifying practical cooperation in the field of international in-

19 According to the Council of Europe's official site (Coe 2018, 1) "the Council of Europe and the European Union share the same fundamental values [...] but are separate entities which perform different, yet complementary, roles. [...] the Council of Europe brings together governments from across Europe – and beyond – to agree minimum legal standards in a wide range of areas. It then monitors how well countries apply the standards that they have chosen to sign up to. It also provides technical assistance, often working together with the European Union, to help them do so".

formation security and the drafting of universal regulations, principles and norms of state's responsible conduct in the media sector under UN auspices (CCDCoE 2018).

Inside the scope of the Organization of American States (OAS) it was established in 1999 the Working Group on Cyber-Crime (WG) as a way to strengthen international cooperation in the prevention, investigation and prosecution of cybercrime, facilitate the exchange of information and experiences among its members, and make necessary recommendations to enhance and ensure efforts to combat these crimes. The WG meets on a roughly biannual basis, providing recommendations for the Member States. In relation to the broader issues of cyber security, the OAS General Assembly provided a mandate for the Secretariat of the Inter-American Committee against Terrorism to begin working on cyber security issues according to its 2004 resolution titled "The Inter-American Integral Strategy to Combat Threats to Cyber Security". The Secretariat must help establishing national Computer Security Incident Response Teams (CSIRTs), create a network composed of these CSIRTs, and support the development of national cyber security policies. OAS members renewed in 2012 their commitment to the issue by adopting the declaration Strengthening Cyber Security in the Americas and in 2015, the Declaration on the Protection of Critical Infrastructure from Emerging Threats (CCDCoE 2018).

In 2004, the Council of Europe's Budapest Convention on Cybercrime came in to force, constituting the first binding international treaty on cyber crime. The Convention defines guidelines for the development of national legislations regarding cyber crime and online property rights (Hampson and Sulmeyer 2017). Almost the totality of the Council's members have signed and ratified the document, with the notable exception of the Russia, who did not ratified it. Additionally many non--members of the Council of Europe have signed and ratified the Convention, notoriously Argentina, Australia, Canada, Israel, Japan, South Africa – which did not ratified – and the U.S. (Council of Europe 2018). Still it is important to note that the theme approached by the Budapest Convention is much more restrict and with a more reduced scope than the other initiatives cited in this section. However, even though there are other documents regarding the combat of organized crime, the importance of this Convention specifically is the polarization regarding its acceptance – which mimics a traditional dynamic in the cyber field.

The African Union, for its turn, perceives cyber security, and especially cyber crime, as a growing concern. For this reason, it adopted its Convention on Cyber Security in 2011 in order to establish a "credible framework for cybersecurity in Africa through organization of electronic transactions, protection of personal data, promotion of cyber security, e-governance and combating cybercrime" (CCDCoE 2018, 3). The adoption of the Convention was delayed several times before finally adopting it in June 2014. The Convention addresses three main areas: (1) electronic transactions, (2) personal data protection, (3) cyber security and cybercrime. The treaty will enter into force 30 days after the 15th instrument of ratification is deposited. However, by June 2018, only 2 out of 55 AU members (Mauritius and Senegal) had ratified the Convention, while 10 more countries have signed but not ratified it. At the global level, AU cooperates with the Council of Europe Cybercrime Programme Office via the latter's Global Action on Cybercrime Extended project (CCDCoE 2018).

5 BLOC POSITIONS

In **Argentina**, the Critical Infrastructure for Information and Cyber Security Program (ICIC) is one of the agencies responsible for the development of a national strategy concerning cyberspace. In this sense, Argentina's main priority is to protect critical infrastructure and classified data against cyber threats, which results in a preference towards expanding defensive capabilities; nevertheless, the development of offensive capabilities in order to disrupt the networks of adversaries is also within the country's interest (CSIS 2011). Buenos Aires defends that cyberspace should be approached as a collaboration between the public and private sectors and, at the international level, advocates for greater cooperation so as to establish common standards and regulations (International Telecommunications Union 2015a). In 2017, Argentina announced the creation of a Cyber Policy Working Group with the United States, which brings both countries closer and functions as a channel for identifying cyber issues of mutual concern and developing joint initiatives (U.S Department of State 2017).

Australia considers cyber security a critical issue for its international projection. Its new Cyber Security Strategy published in 2016 considers the multistakeholder model of Internet governance – involving the private sector and the civil society as equal partners of the government – as being the most effective model for the governance of cyber related matters. In its bilateral engagement and in its active presence in regional and multilateral forums, Australia regularly advocates for the developing of norms of state behavior, the application of international law, Internet governance and cyber innovation. Under the Strategy's guidelines, the Commonwealth will develop an international cyber engagement strategy and coordinate Australia's cyber capacity building efforts in the Indo-Pacific region as well as continue to advocate against state censorship of the Internet (Commonwealth of Australia 2016). In relation to its international cooperation in the field, Australia is part of the group known as Five Eyes, alongside the U.S, New Zealand, Canada and the UK. Because of that, these countries share intelligence and reports, follow common procedures for cyber operations and have agreed not to spy on each other (Aid 2018).

Acknowledging that society and, to a very large extent, defense have become dependent on communication and information systems, **Belgium** seeks to develop its own cyber security capabilities at all three levels (strategic, operational and tactic). In 2004, the country released a Cyber Security Strategy for Defense outlining three important pillars: Cyber Defense, Cyber Intelligence and Cyber Counter-Offensive. In order to deal with security risks arising from cyberspace, the armed forces will cooperate with international actors, such as the EU, NATO, BENELUX, UN and other partners, in accordance with the concluded agreements. Belgium is also an adept of the multistakeholder approach, and understands cyber attacks as use of force, thus meaning that the right of self defense is applicable in such cases (Ministère de la Défense 2014).

For **Brazil**, cyber security is a major concern in its National Defense Strategy released in 2008 and in the 2012 White Book of National Defense. Brazil's Cyber Defense Center was inaugurated by the army in 2011 and it aims to coordinate cyber-related activities between all the three military services. The Institute of Cyber Defense, also part of the army, runs an active training programme and, in addition to

that, a Cyber Operations Simulator was set up in 2013 within the Integrated Electronic Warfare Centre. A permanent cyber defense command was established in 2016 (IISS 2018). Thus, Brazil seeks strategic partnerships with other countries regarding cyber security and it is in favor of the creation and implementation of specific international law regarding cyber-related issues, it has also position itself strongly against the utilization of the cyberspace for vigilance and espionage purposes (República Federativa do Brasil 2012).

Regarding the cyberspace, **Cambodia** has taken legal steps to deal with more domestic matters such as cybercrime, approving a Telecommunications Law in 2015 with regulatory purposes. The country has also established a Computer Emergency Response Team (Cam-CERT), which seeks to raise awareness and to issue regular security alerts, however it is also focused on becoming a more active and capable organization over the next years. At the international level, Cambodia still lacks a national cyber security strategy on which to base its actions in cyberspace, but it is within the country's interest to develop cyber capabilities and to secure critical infrastructure against digital threats (ASPI 2016). Furthermore, the country contends that international law and the UN Charter apply to cyberspace and are necessary to promote a stable and secure environment. Concerning alliances, Cambodia takes part in a cooperation project with the other members of ASEAN, which aims at ensuring a peaceful regional cyberspace through the coordination of policies and the promotion of non-binding cyber norms (ASEAN 2018). Similarly, the country has also engaged in bilateral conversations with Japan, South Korea and the U.S, focusing largely on technical capacity building and policy development assistance (ASPI 2016).

Canada released a National Cyber Security Strategy in 2010, highly focused on protecting critical infrastructure against cyber threats and maintaining a safe cyberspace for its citizens. The country also launched a new Defense Policy in 2017, which prescribed further investments in cyber capabilities as a way to support military operations, arguing that a strictly defensive strategy was no longer sufficient (IISS 2018). Furthermore, Ottawa believes that confidence-building measures and international cooperation are necessary to guarantee cyber security at a global level, which is why the country advocates for bilateral and multilateral agreements and conventions regarding cyber-related issues. The country also defends a multistakeholder approach to cyberspace, meaning a governance model in which the private sector and civil society ought to take part in the decision-making process along with the government (Canada 2017). In the field of cooperation and alliances, Canada is a member of the group known as Five Eyes, along with the U.S, Australia, New Zealand and the UK. Because of that, the countries involved share intelligence and reports, follow common procedures for operations and have agreed to keep themselves from spying on each other (Aid 2018). Finally, Ottawa defends that existing international law and international humanitarian law should be applicable to cyberspace (Canada 2017).

Chile has published its National Cyber Security Policy (PNCS) in 2017, the same year the country joined the Council of Europe Budapest Convention on Cybercrime (Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile 2017). The Ministry of National Defense and the Interior and Public Safety Ministry are the main bodies responsible for policy formulation, prevention and also responding to cyber attacks. The document is the Republic's answer to the new risks and threats posed by cyberspace

to national security, including information and infrastructure protection as well as defense operations (Ministerio del Interior y Seguridad Pública). The PNCS is formally based on the National Defense Policy of Chile, and for this reason applies the same basic principles to cyberspace: the respect for international law, including the abstention from the use of force and the right to self defense, the respect for sovereignty, the promotion of democracy and respect for human rights, and the protection of its population, national interests and territorial integrity (Valenzuela 2018).

Colombia launched a general guideline for policies concerning cyber defense in 2011, assigning three central organizations to deal with it: the Policy Cyber Center, the Computer Emergency Readiness Team (CERT) and the armed forces' Joint Cyber Command. The Defense Ministry manages all cyber-related matters, and the country has developed an active training program aimed at the field of cyber security (IISS 2018). Bogotá recognizes the need to guarantee a safer cyberspace, supporting confidence-building measures and cooperation between states to promote the pacific usage of ICTs. Colombia also defends that less technologically advanced countries have the right to develop cyber capabilities in order to ensure social and economic prosperity, which should be done through the technical help from countries better established in the field. At last, it defends the applicability of existing international law and principles as a way to settle conflicts in cyberspace (Colombia 2016).

Cuba is said to be considerably engaged in cyber warfare activities and also to possess developed capabilities in the field, although precise informations are not largely disclosed. In general, the country's priority is to enhance and ensure its self-sufficiency in order to protect critical data against external cyber threats. However, Havana is also interested in improving offensive operations. When it comes to alliances, Cuba tends to share similar views with Russia and China, especially regarding discussions over controversial formal aspects of cyberspace - the country opposes to the applicability of international humanitarian law and of the right to self-defense to cyber attacks, arguing that these measures would result in the militarization of cyberspace and lead to endless conflict. In this sense, Cuba defends that reliable and legal means of ensuring attribution should come before a system of countermeasures, which means that Havana believes in the development of specific international treaties to properly regulate these aspects (Väljataga 2017).

The **Democratic People's Republic of Korea** (DPRK) maintains a modest electronic warfare capability since the 1970s. More recently, the Korean People's Army established an information-warfare capability under the concept of electronic intelligence warfare. Pyongyang is thought to conduct peacetime covert information operations as well as possessing an organizational structure to launch cyber operations in support of conventional military efforts (IISS 2018). In recent years, North Korea has allegedly carried out cyber attacks on multiple targets, including South Korean ministries' cell phones and private companies in the U.S and Japan like Sony Pictures. The DPRK for its turn accuses its southern neighbor and the U.S of continuous and intense cyber attacks and recognized that it had briefly interrupted services at the New York Stock Exchange in July 2015 (Ventre 2016). When analyzing DPRK's conduct in cyberspace some authors state that investing in cyber capabilities is an asymmetric strategy aiming at decreasing the conventional military advantage that South Korea and the U.S present over it.

In **Egypt**, the Ministry of Communications and Information Technology is

responsible for developing and implementing policies concerning cyber-related phenomena (United Nations 2014b). The country possesses a high commitment to cyber security; according to a report published by the Global Cyber Security Index, Egypt's progresses in the field ranked it 14th worldwide and 2nd in the Arab region, among a total number of 165 countries (Egypt Independent 2017). In 2009, Cairo established a Computer Emergency Readiness Team (EG-CERT), whose key goal is to confront cyber attacks, whether of national or international origin, directed towards the country's critical infrastructure, in order to ensure a safe cyberspace. Furthermore, Egypt is an advocate for greater international cooperation when it comes to cyber security – the country takes part in several multilateral and bilateral agreements and celebrates solid relationships with numerous CERTs in the Arab region (Hashem 2017). On another note, Cairo has been formerly accused of shutting down the internet to repress political riots in 2011, which could point to a more conservative position when it comes to freedom of speech and general openness in cyberspace (Cohen 2011).

France, considering cyber security as a priority to guarantee its national security, created the National Cyber Security Agency of France (ANSSI) in 2009 and, in 2011, the first French cyber security strategy was published. This strategy recognizes that cyber security rests also partly in the exchange of information between countries through its security services. For this reason, ANSSI has active multilateral networks with its counterparts in numerous countries (Ministère des Affaires Étrangères et du Développement International 2014). The French Defense Ministry published in 2016 a new cyber security doctrine based on a concept of active defense[20] (IISS 2018). France understands that in order to consolidate a global base of commitments to good conduct in cyberspace for the States existing international law must be applied to the context of cyberspace (République Française 2015).

Germany issued a Cyber Security Strategy in 2011, which has developed throughout the years and gone through several reforms. The main goals of the country's strategy are the protection of critical infrastructure and the improvement of capabilities to better respond to cyber attacks. In this sense, the Defense Minister has stated that the armed forces have the means to retaliate with offensive cyber operations if national networks are attacked, arguing that Germany does not plan to give up neither its offensive nor its defensive capabilities (IISS 2018). In general, Berlin believes in international cooperation and in confidence-building measures when it comes to ensuring a safe cyberspace, also supporting capacity-building efforts in third countries through technical and technological assistance. Furthermore, like other European Union members, it defends that both international law and universal human rights should apply to cyberspace, arguing that attributable breaches should have consequences for the violating state (Germany 2017).

Georgia was the target of heavy cyber attacks in 2008, which has led the government to put the protection of critical infrastructure on the top of the agenda. The country defends that international law is applicable to cyberspace and, there-

20 According to the document, a newly created military cyber corps – staffed primarily by the foreign-intelligence service - is authorized to "pre-emptively identify, trace and track potential attackers, neutralize such attacks on a preemptive basis and retaliate against attacks on the basis of an escalation model that also allows for kinetic responses" (IISS 2018, 106).

fore, that incidents of cyber security should be dealt with the same already existing principles, norms and customs used for regular threats concerning national and international security. In general, strengthening cyber security and capabilities are deeply entrenched to national interest, and the country is very concerned with protecting classified information and developing an effective cyber security system (Ministry of Foreign Affairs of Georgia 2018).

India adopted its National Cyber Security Policy in 2013. In this document, India stresses the need for strengthening the regulatory framework internationally in order to ensure a secure cyberspace. With that in mind, New Delhi seeks to develop bilateral and multilateral partnerships within the field of cyber security. The country also believes in enhancing global cooperation among security and defense agencies, military forces and law enforcement agencies as a way of creating a more secure cyberspace. Creating mechanisms of dialogue concerning technical and operational aspects with industry in order to protect critical infrastructure is also part of the country's policy and multistakeholder cyber security approach (Department of Electronics and Information Technology 2013). Nevertheless, in spite of all the efforts presented, India is still said to possess weak cyber structures, which is unusual due to the several cyber attacks it has suffered in recent years (Green 2015).

In **Indonesia**, the Ministry of Communication and Information Technology is the agency responsible for the implementation of policies and standards regarding cyber security, although there have been internal debates recently on the possibilities of establishing a new National Cyber Agency to coordinate the country's defenses. The idea to improve the institutional structures derives from the fact that Indonesia has long been one of the world's most vulnerable countries to cyber attacks, which puts the development of defensive capabilities at the top of the agenda (Parameswaran 2017). When it comes to alliances, Indonesia is part of a cooperation project with the other ASEAN members, whose main goals are to build closer coordination of policies, enhance regional connectivity and dialogue, implement practical confidence-building measures and promote voluntary and non-binding cyber norms (ASEAN 2018).

Iraq's cyber capabilities are not very well developed, which places the state at a vulnerable position. Although Baghdad has made some effort to establish a higher committee aimed at cyber related issues, there is still not a responsible agency nor a consistent governmental policy. Given the country's institutional instability, there is not yet a specific legislation or set of standards related to cyber security. Nevertheless, it is within Iraq's interests to establish a solid national strategy and promote a highly regulated cyberspace, besides developing cyber capabilities (International Telecommunications Union 2015b). Furthermore, The Iraqi government seldom discloses information concerning cyber crime in the country, which is likely to have increased in the past years due to weak infrastructure and political uncertainty. (Omar 2017).

The **Islamic Republic of Iran** possesses well-developed capacities for cyber operations. In September 2015, Ayatollah Ali Khamenei appointed the Supreme Council for Cyberspace, a policymaking and supervisory body. The Stuxnet incident in 2010 is seen as a turning point in Iran's approach to cyber security: a year after the incident, Tehran established a Joint Chiefs of Staff Cyber Command with emphasis on thwarting attacks against its nuclear facilities and coordinating cyber warfare and

information security. The Iranian Revolutionary Guard Corps (IRGC) has its own Cyber Defense Command and groups with dubious relationships with the IRGC and the Iranian state – such as the Iranian Cyber Army – have launched hacking attacks against a number of foreign organizations. These alleged attacks include the UK Parliament and companies in Saudi Arabia and the US. Increasing investment and development of cyber capabilities is seen by Iran as a key component for achieving national security and offsetting its military weakness compared to potential enemies (IISS 2018).

In the last couple of decades **Israel** has invested strongly in its military cyber capabilities, not least because its government and military are under constant cyber attacks from (non-state or state sponsored) hacker groups originating from countries in the region (The Clingendael Institute 2016). With the launching of the National Cyber Initiative in 2010, cyber security thus became an explicit national objective. Accordingly, a multidisciplinary task force whose primary goal was to promote Israeli leadership in global cyber security efforts was established, eventually leading to the creation of the National Cyber Bureau in 2012. Nowadays, Israel is believed to possess advanced cyber capabilities due to cyber attacks that it allegedly carried in the past (Lewis and Timlin 2011). The country is also often said to conduct covert intelligence-gathering operations through cyberspace (Housen Couriel 2017). At the international level, Israel has established bilateral and multilateral relations with numerous countries and international organizations aiming at promoting cyber security. Regarding the private sector, the country is home to approximately 360 cyber security companies. A measurement of the sector in 2016 estimated its exports of cyber-related products and market financing at approximately USD 6 billion (Housen Couriel 2017), making it the country's biggest economic sector (The Clingendael Institute 2016).

Italy is working on improving its cyber strategy and its offensive capabilities (CSIS 2011). The responsibility over cyber security resides within the scope of the Council of Ministers, more specially the Ministries of Defense, Interior and Foreign Affairs. Overall, the country is allegedly prepared to carry out operations aimed at preventing, defending and neutralizing cyber threats and offensive attacks (IISS 2018). Furthermore, like other European Union members, Italy defends that fundamental human rights, democracy and existing international law ought to be preserved also in the cyberspace (European Commission 2013).

According to its cyber security Strategy established in September 2015, **Japan** seeks to strengthen its information security. These efforts consist of promoting the rule of law in cyberspace, confidence-building measures and capacity-building processes. Tokyo reckons that the international community must agree upon the understanding that existing international law must be applicable in cyberspace, and that the development of voluntary, non-binding norms is of utmost importance. Because of the singularity of ICT technologies, however, Japan considers that further clarification is still needed on how such rules and principles should be applied regarding cyberspace. It is also worth mentioning that the country is engaged in bilateral and multilateral frameworks - such as the ASEAN Regional Forum - in order to foster its cooperation on the subject (Japan 2017).

Kazakhstan has an officially recognized Military Doctrine and Policy which is the national cyber security strategy. Although there is no recognized agency spe-

cifically responsible for cyber security, the country has a national cyber incident response team known as KZ-CIRT. Regarding international cooperation on the issue, the country is a member of FIRST and has also adopted a roadmap along with India in order to o strengthen a strategic partnership. Besides, Kazakhstan is a member of the SCO and a participant of the security partnerships of the Organization (International Telecommunications Union 2015b).

The **Kingdom of Morocco** has published its National Strategy for Information Society and Digital Economy in 2013, being one of the first countries in Africa to do so. Its approach to cyber security challenges is strongly perceived as a path to economic and national development, since information technology is seen by the Moroccan government as the single biggest tool in order to increase productivity in business and the level of education in the country, thus modernizing the country as a whole (Kingdom of Morocco 2013). Regarding international partnerships for the development of its capacities, Morocco and NATO signed an Individual Partnership and Cooperation Programme in 2013, which identified opportunities for collaboration, especially in the fields of cyber defense and energy security (NATO 2014).

In the **Lao People's Democratic Republic**, cyber security is handled by the its Computer Emergency Response Team (LaoCERT), which operates under the auspices of the Ministry of Post and Telecommunications and was created in 2012 in order to improve the country's cyber security after the number of cyber attacks reached concerning levels. Lao was the last member of ASEAN to create a computer incident response team. While holding the Association's chairmanship in 2016, Lao endorsed the paper on the establishment of the ADMM-Plus Experts Working Group on Cyber Security, which creates the basis for its regional cooperation in the field of cyber security (Xinhua 2016). Accordingly, its approach to cyber security is guided by ASEAN's objectives to enhance regional peace and stability through cooperation and the development of norms capable of diminishing the threats posed by cyberspace (ADMM 2017).

Malaysia's Vision 2020 published in 1991 is the main document that guides the modernization of the country towards a knowledge-based economy. Following this guidelines, a National Cyber Security Policy was launched in 2006, directly relating cyber security to economic, social and national development. Efforts for nationally developing research and capacity building in the field are stressed as a priority alongside protecting national infrastructure. Regarding international cooperation on the issue, Malaysia is the cofounder of the Asia Pacific Computer Emergency Response Team and has played an active role since its formation. The country also spearheaded the formation of the Organization of Islamic Conference Computer Emergency Response team in 2005 (CyberSecurity Malaysia 2011).

Mexico released a National Cyber Security Strategy in 2017, highlighting the concern with securing networks and the desire to turn cyberspace into a forum for international cooperation rather than a theatre of military operations (Walker 2017). Being one of the Latin American countries that suffer the most with cyber attacks, Mexico seeks to improve its defensive capabilities and institutional structures in order to prevent critical infrastructure and data from being at risk; in addition, the country is interested in being able to counterbalance and retaliate attacks, which signals an investment in the development of offensive cyber operations (Kobek 2017). Mexico also defends a multistakeholder approach to cyberspace, meaning that

it supports collaborations between the private and public sectors, and indicates a desire to deepen cooperative ties with other states, especially those in North America. At last, the country stands by the principle that human rights, freedom of speech and the rule of law ought to be preserved in cyberspace (Mexico 2017).

Lebanon, whose cyber-related efforts revolve around its Ministry of National Defense and of its army's cyber security division created in 2015, is working to establish a computer incident response team in collaboration with national and international bodies. Moreover, Beirut advocates that the international community may strengthen cyber security at the global level by adopting and complying with United Nations resolutions on the topic, such as resolution 70/237, which takes into account the assessments and recommendations contained in the report of the Group of Governmental Experts on Developments in the Field of Information and Telecommunications in the Context of International Security. In addition, it should be established a culture of information in which the relevant international bodies must ensure the sharing of information and best practices concerning cyber security. Therefore, Lebanon strongly asserts that new international legislation should be developed to reinforce the capacity of national laws to address the global and international nature of cyber security (United Nations 2017).

The **Netherlands** inaugurated its Defense Cyber Command (DCC) in 2014 – even though it has only become operational in 2017 – and it updated its National Cyber Strategy in 2015. Albeit it is part of the army branch in the military, the DCC includes personnel from all of the armed services. The Ministry of Defense stated in 2016 that the DCC possesses both defensive and offensive functions, although no offensive operation has been ever launched yet (IISS 2018). Alongside other European Union countries, the Netherlands believes that global cooperation and that the applicability of international law are necessary for achieving stability and security in cyberspace and fostering a culture of collaborative security. The country also advocates that the private sector should be part of any solution, as most ICT infrastructure worldwide is not state owned (Kingdom of the Netherlands 2015).

New Zealand sees cyber warfare as a growing threat to which the country must have the needed resources to respond. With that in mind, the government released a Cyber Security Strategy in 2015, which revolved around four main aspects: (i) the ability to prevent and investigate cybercrime; (ii) the protection of information infrastructure against cyber threats; (iii) the development of cyber capabilities; and (iv) the need for international cooperation in the field. Wellington has created a National Cyber Security Centre (NCSC), which is part of the Government Communications Security Bureau and whose aim is to respond to high-impact cyber threats and to defend public and private organizations of national importance (National Cyber Security Centre 2017). When it comes to alliances, New Zealand is part of the group known as Five Eyes, along with the U.S, Australia, Canada and the UK. This means that the countries share intelligence and reports, follow common procedures for operations and have also agreed not to spy on each other (Aid 2018). Furthermore, Wellington defends that international humanitarian law, as well as existing international law, should apply to cyberspace (Department of the Prime Minister and the Cabinet 2015).

Nigeria has published its National Cyber Security Strategy (NCSS) in 2017, which coordinates and guides the country in the implementation of the National

Cybersecurity Policy, released three years earlier. It recognizes cyberspace as the fifth domain and determines that critical national functions - such as national security and defense - be planned taking all five domains into account, a controversial position among experts, given that one cannot conceive cyberspace without the physical equipment that generates it. NCSS also stresses the role played by non-state actors, as Nigeria's struggle against terrorism needs to be addressed also in cyberspace. In addition to it, the country is in a process of drafting and implementing extensive legislation in order to tackle cyber crime, perceived as a major threat regarding Nigeria's social and economic development (Office of the National Security Adviser 2017).

The Norwegian Armed Forces Cyber Defense is responsible for protecting **Norway**'s networks against cyber threats (IISS 2018). As one of the world's most digitalized countries, Norway is strongly determined to ensure a peaceful and free cyberspace, believing that international cooperation and dialogue are necessary to achieve it. The country takes part in many regional cooperation initiatives concerning cyber-related activities, such as the NATO Cyber Defense Center of Excellence and bilateral talks within the frameworks of the Nordic states. Furthermore, Oslo defends that both international law and universal human rights should also apply to cyberspace (Norway 2017).

Pakistan has a vulnerable digital infrastructure, which has already put the country under the exposure of alleged cyber espionage attacks in the past. In general, cyber security does not occupy a prominent spot within Islamabad's military strategy, with its domestic cybercrime laws not being implemented in an effective manner (Chandio 2015). Nevertheless, the country does have the interest to develop further cyber capabilities, which is attested by the launch of its first Security Centre in 2018 – designed to secure critical data and national economy from cyber attacks (Jamal 2018). In terms of threats, Pakistan's main preoccupation revolves around its conflicts with India and the high number of non-state actors – mainly hackers – from both countries that attack each other through cyberspace (Shekhar 2017).

Although **Palestine** has launched an Information Security Policy and a National Strategy for Information and Communication Technology, there is still an absence of a proper set of standards and policies when it comes to cyber security. The Ministry of Communication and Information Technology is the responsible agency for cyber-related phenomena, raising awareness and seeking to protect networks and critical infrastructure against cyber attacks. In this sense, it is within Palestine's interest to develop effective defensive capabilities in the field (International Telecommunications Union 2015c). In terms of threats, Palestine's main concerns revolve around its conflict with Israel and the high number of non-state actors, that many times defy and thwarth policies and even attack servers and computers of the Palestinian Authority. Palestinian groups of hackers are usually linked to Hamas - a non-state actor - and commonly utilize the disruption of networks, DDoS attacks or defacement of websites to retaliate and counterbalance offensive operations conducted by Israeli military and security services (Fowler 2017).

The **People's Republic of China** supports a secure and open cyberspace, defending that it can only be achieve through efficient international cooperation (Permanent Mission of the PRC to the UN 2012). Over the past decade, the People's Liberation Army (PLA) has constantly become more aware of information warfare, thus focusing on developing wider cyber-warfare capabilities – in fact, China is now

considered a superpower when it comes to cyberspace, with no plans on giving up neither its defensive nor its offensive capabilities. In 2017, China disclosed an "International Strategy for Cooperation in Cyberspace", stating that it was within PLA's intents to play a significant role in the dynamics taking place in cyberspace – furthermore, the country also stated its concern over preventing large-scale cyber crisis and maintaining peace (IISS 2018). China is against the applicability of the right to self-defense in the context of activities pertaining to cyberspace, disagreeing that it constitutes an adequate response to an attack and defending that any measure taken on that behalf would only transform the cyber environment into a theater for military operations (Väljataga 2017). Like Russia, China defends that cyber warfare must be approached through specific international treaties that regulate matters of attribution and possibilities of counterattacks, therefore updating the international law and the law of war, instead of working with existing norms and simply applying them to cyberspace.

In **Poland**, the political and strategic responsibility for cyber security management is divided between the Ministry of Digital Affairs for the civilian dimension and the Ministry of Defence for the military one. Polish priorities and challenges in regard to military cyber defense are set in the National Security Strategy of the Republic of Poland. It stipulates the need for development of both defensive and offensive cyber capabilities alongside with specialized units within the Armed Forces. The Strategy also stresses the need to enhance preparedness for any incidence of cyber war and the country's ability to react, either unilaterally or with the cooperation of allies. The implementation of NATO standards in operational and defense planning is a priority in Polish international cooperation and positioning regarding cyber security (CCDCOE 2017).

In **Qatar** the responsibility for cyber security falls under the Ministry of Transport and Communications, which has the duty to establish and maintain a secure cyberspace and to safeguard national interests. In order to do so, the Qatari government understands that protecting national critical information infrastructure and being able to respond to, resolve, and recover from cyber incidents and attacks are objectives of major importance. Such information technologies are perceived as a way to sustain economic growth and development, provide higher standard of living for its population and create a significant number of employment opportunities. At the international arena, the country has formed strong international alliances and is an active participant in global efforts to shape international standards and norms on cyber security. Such efforts include the International Telecommunication Union (ITU), the Forum for Incident Response and Security Teams (FIRST), and Meridian Process[21]. Aiming at building and maintaining strong international relationships for establishing new cyber security norms and standards, Qatar seeks to engage regularly with international partners on operations to raise cyber security awareness, identify and address threats (Ministry of Transport and Communications of Qatar 2014).

The **Republic of Estonia**'s capital, Tallinn, hosts NATO's Cooperative Cyber Security Centre of Excellence and the annual NATO Locked Shields exercise. The

21 ITU is the United Nations agency specialized in ICT issues, particularly infrastructure development, standardization, and international cooperation. FIRST is the global association of computer security incident response teams; whose mission is to promote information sharing and promulgating computer security best practices and tools for incident response teams worldwide. The Meridian Process facilitates cooperation among governments on critical information infrastructure protection and provides its members the opportunity to share best practices available.

country adopted its first National Cyber Security Strategy in 2008, a year after it suffered major cyber attacks. The Strategy for 2014–2017 advocates for further development of their defensive cyber military capabilities (IISS 2018). It is also the main guiding document for strengthening information security nationally and promoting international cooperation in this field. Tallinn understands that socio-economic, political and military aspects of cyber security are interconnected, meaning that it is more than a matter of national security since it impacts directly people's lives in numerous other spheres of discussion. It also advocates that it is elementary for countries to refrain from attacking other nation's critical infrastructure. The country, therefore, believes that responsible behavior towards global communication infrastructure is a way to promote access to information and trust towards ICTs. In addition, Estonia considers the drafting and the enforcement of national laws that help controlling malicious uses of ICTs by non-state actors to be a responsibility of each and every country (Republic of Estonia 2015).

Since the 2008 Korean Defense White Paper, the **Republic of Korea** handles cyber security as a crucial element of its national defense strategy (CSIS 2011). A Cyber Command was established in 2015, responsible for offensive and defensive operations in cyberspace (IISS 2018). Furthermore, the National Cyber Security Strategy Council is another regulatory organization, this one in charge of developing cyber policies and managed by the head of the National Intelligence Services (CSIS 2011). Seoul also joins the United States in a Working Group, aimed at sharing information and seeking to enhance cooperation in matters of cyber strategy, doctrine and training. The country also possesses plans to keep improving its cyber capabilities, mainly interested in protecting critical infrastructure and classified information against foreign immediate threats. Moreover, the Republic of Korea hopes to establish deterrence via international cooperation (Korea Communications Commission 2011).

The **Republic of Yemen** still lacks a cyber incident response team. Since the country does not have a specific agency or sector of the government responsible for cyber security issues, its regulatory framework is still incipient. Concerning international cooperation, Yemen is a member of ITU's IMPACT initiative in order to access expertise, facilities and resources to effectively address cyber threats (International Telecommunication Union 2015). Given the ongoing war and institutional instability in the country, non-state and state sponsored actors have proliferated in cyberspace, promoting cyber attacks in foreign companies, institutions and even governments. The group called Yemen Cyber Army is thought to be sponsored by Iran in order to wage cyber propaganda and attacks against Saudi networks, website, private companies and also government, having already released more than one million documents stolen from the Saudi Foreign Ministry (Recorded Future 2015).

The **Russian Federation** is considered to be a superpower when it comes to cyberspace, belonging to the group of states which possess highly developed cyber warfare capabilities. The primary doctrine concerning the cyber domain within the Russian military was launched in 2011, and, in 2017, the Defense Minister acknowledged the creation of a new information-warfare branch of the armed forces. Although Moscow's cyber strategy revolves mostly around the protection of national networks and the prevention of an information war, the Kremlin has introduced, over the past few years, the possibility of disrupting an adversary's digital infrastruc-

ture, including by the employment of offensive capabilities (IISS 2018). In that sense, it is within the country's interests to keep on boosting both the offensive and defensive cyber capabilities of its armed forces. Moscow is also frequently associated with the employment of non-state actors, such as hackers, in its operations, given the anonymity they provide (Connell and Vogler 2016). The Russian Federation strongly opposes the applicability of international humanitarian law and of the right to self-defense against cyber attacks, arguing that these measures would lead to the militarization of cyberspace and that they would only result in never-ending conflicts eventually (Väljataga 2017). At last, the country contends that cyber warfare, as well as its possibilities of regulation, should be approached in ways similar to the Chemical Weapons Convention or comparable Arms Control treaties (Carr 2009). This means that the Kremlin, like China, believes that cyber attacks should be answered by the means of specific international treaties that regulate matters of attribution and possibilities of counterattacks, updating the international law and the law of war.

Saudi Arabia began drafting a National Information Security Strategy (NISS) in 2011, carried out by the Ministry of Communications and Information Technology. Albeit the document is still in its development stages, its strategy is already known to revolve around the following set of goals: (i) training a workforce professionally designed to act on cyber security; (ii) securing the information infrastructure against cyber threats; (iii) and creating an information environment based upon cooperation and transparency. However, there are many obstacles preventing the vision brought forth by the NISS from being put into practice, such as a lack of adequately qualified cyber security workforce and the fact that there is not yet a body for prevailing policies and standards. Even though Saudi Arabia does not have a solid national program for cyber- related issues, the country has carried out a number of initiatives concerning cyber security. It also intends to invest in developing more capabilities, given that it is within Riyadh's interests to become an actor of importance in this field (Hathaway, Spidalieri and Alsowailm 2017).

South Africa published a National Cyber security Policy Framework (NCPF) in 2011. The defense-intelligence branch of the Department of Defense has been assigned to develop a cyber warfare strategy and to establish a Cyber Command Centre Headquarters (IISS 2018). The NCPF articulates the overall objectives of the South African Government and sets out strategic priorities that will be pursued. In order to achieve such objectives, the country seeks to foster cooperation and coordination between Government, the private sector and civil society. At the international level, it intends to participate in regional, African Union and international forums on matters pertinent to cyber security, thus advancing South Africa's views in the definition and elaboration of the global cyber security agenda and regulation (State Security Agency 2015).

In the Republic of **Sudan**, cyber security efforts revolve around the National Telecommunication Corporation, the recognized agency responsible for implementing a national cybersecurity strategy, policy and a roadmap. The country has set frameworks for implementing internationally recognized cybersecurity standards through the Information Security Law and the Regulation on Measures for Information Security. Regarding international cooperation on the matter, Sudan is a member of the ITU-IMPACT initiative and has participated in many CIRT events, such as the 2012 ITU-IMPACT Workshop on Cyber Drill in Jordan, the ITU RCC Regional

Cybersecurity Forum Cyber Drill 2013 in Oman and the International Cyber Shield Exercise 2014 in Turkey (ITU 2014).

Sweden is one of the most well-connected countries in the world, with over 95 percent of the population having access to internet. In June 2017, the Swedish government launched a national strategy for cyber security, thus complying with EU's Directive on network and information systems security. The document outlines objectives in six priority areas aimed at helping to create the long-term conditions for all stakeholders in society to work effectively on cyber security. Among these objectives there is the explicit goal of enhancing network and system security in order to reliably control and monitor the distribution of critical supplies - namely electricity, water and other critical infrastructure. At the international level, Sweden intends to foster its international cooperation, based on international law and in the common objective of a global, accessible, open and robust internet characterised by freedom and respect for human rights (Ministry of Justice 2016).

According to the International Telecommunication Union (ITU 2018), the **Syrian Arab Republic** does not possess any officially recognized national cyber security strategy. The National Agency for Network Service (NANS), however, is the main body responsible for implementing a future national cyber security strategy. Within international frameworks, Syria is a member of ITU's International Multilateral Partnership Against Cyber Threats (IMPACT) initiative as a way to acquire expertise in cyber security (International Telecommunication Union 2014). Because of the ongoing war and the different interests regarding its outcome, Syria has seen a great increase in the number of non-state and state sponsored groups acting in cyberspace. Both Saudi Arabia and Iran have its interests in the region, and at least the former is known to actively employ proxies in the conflict, including in cyberspace. The "Syrian Electronic Army" has attacked Saudi Arabia, Qatar, and other countries known to be supporting Syrian rebel groups. News networks such as the Qatari Al Jazeera, the Saudi Al Arabiya, and the *New York Times* and the *Washington Post* have been targeted, as well as websites belonging to the U.S. Army and Marine Corps and President Obama's Facebook and Twitter accounts, which have been hijacked (Runkle 2016).

Turkey is a determined actor when it comes to implementing policies focused on ensuring national cyber security. The country has launched a 2016-2019 National Cyber Security Strategy and Action Plan, whose key goals are to put cyber security as a central part of national defense and to protect critical information infrastructure against cyber threats, taking the necessary measures in order to achieve that (Ministry of Transport, Maritime Affairs and Communications 2016). Furthermore, Turkey fully believes in the need for international cooperation regarding cyber-related matters, in order to ensure information security at the global level. Ankara also takes part in many dialogues and bilateral agreements with states and international organizations such as NATO, EU and UN (Turkey 2017). In another note, Turkey has been accused in the past of shutting down the internet in order to combat alleged cyber threats or suppress political uprisings, which generally points to a more conservative and cautious position when it comes to openness and censorship in cyberspace (Gall 2018).

Ukraine is often a victim of enduring and damaging cyber attacks – mainly related to conflicts with Russia –, which has led the government to increase its focus

on cyber related matters. A National Cyber Security Coordination Center was founded in 2016 (IISS 2018) seeking to develop a consistent national cyber security system and to improve capabilities across the defense sectors (Centre for Strategic Communications 2016). The recurrent cyber threats Ukraine has suffered also prompted international support and NATO states have established a Cyber Defense Trust Fund to help the country develop technical capabilities in order to be able to respond to a cyber attack (IISS 2018). In that sense, Kiev seeks to deepen its cooperation with NATO and the EU, in order to achieve compatibility with their standards, enforce cyber security in Ukraine and also create conditions for the development of advanced technologies used in the cyberspace, whether defensive or offensive. In general, Ukraine supports an open and secure cyberspace, held together by public-private partnership and respecting the rule of law and human rights (Centre for Strategic Communications 2016).

The **United Arab Emirates** has in its interests the improvement of its cyber security capabilities, given that its civil infrastructure is highly dependent on technology, therefore extremely vulnerable to cyber attacks (Mustafa 2012). The city of Dubai has a developing Cyber Security Strategy, focused on protecting critical data and establishing a safe and free cyberspace (Dubai Electronic Security Center 2017). Furthermore, the UAE defends that national and international cooperation is inherently necessary in order to ensure cyber security (Mustafa 2012).

The **United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland (UK)** is committed to the promotion of an international framework for cyberspace based on the application of existing international law, agreed voluntary norms of responsible state behavior and confidence-building measures. The National Cyber Security Centre (NCSC) opened in February 2017 and, operating under the Ministry of Defence, it is UK's operational authority on cyber security matters. London adopts the multistakeholder approach to cyber security, meaning that it recognizes the importance of the private sector in the matter, seeing that no government alone can control the entire infrastructure related to cyberspace. Hence, NCSC works with and provides assistance to the private sector. In its 2016 National Cyber Security Strategy, the UK outlined £1.9 billion for cyber security investments for a period of five years (Foreign and Commonwealth Office 2017). Concerning its cooperation in the field overseas, the UK is part of the Five Eyes, alongside the U.S, Australia, Canada and New Zealand, implying that it shares intelligence and reports, follows common procedures regarding its operations and also agreed not to spy on the others four members (Aid 2018).

The **United States of America** divides the responsibility for cyber security between the Department of Homeland Security, the Federal Bureau of Intelligence and the Department of Defense, which includes in its structure the US Cyber Command (including the National Security Agency as one of its components). Also, there are military elements specialized in cyber phenomena in all armed services branches, operating under US Cyber Command – which is believed to be responsible for launching offensive operations together with the Central Intelligence Agency (Lewis and Timlin 2011). The availability of high-speed information technology systems and large datasets are today a major factor of the U.S economy as well as an essential component for the functioning of its government and efficiency of its military. For these reasons the 2015 Department' of Defense Cyber Strategy places the topic of

cyber security as the main strategic threat to the United States. Washington will work together with its allies to build cyber capacity in key regions on which U.S interests depend upon – these areas are to include the Middle East, the Asia-Pacific region and Europe. Hence, the U.S. seeks to build and maintain robust international alliances and partnerships to fight shared threats as a way to achieve international security and stability (United States of America 2015). For this reason, it is a member of the Five Eyes and shares intelligence, follows common procedures for its operations and has agreed not to spy on the alliance's partners, namely Australia, Canada, New Zealand and the UK. (Aid 2019). In addition, in order to achieve its objectives, Washington aims at countering the proliferation of destructive malware within the international system through the applicability of international law enforcement (United States of America 2015; Carr 2009). If these measures are not sufficient for guaranteeing its security in cyberspace, the United States constantly states that it "reserves the right to use all necessary means" to defend itself and its allies and partners, even though that it will "exhaust all options before [the use of] military force" (Lewis and Timlin 2011, 22).

Venezuela has a Computer Emergency Response Team (VenCERT), which acts to prevent, detect and manage cyber attacks, seeking to protect national networks and critical infrastructure (Torres 2018). Although the country has a general framework of action in cyberspace, which mainly revolves around the defense against cyber attacks, it is not possible to outline a clear national strategy nor a supervisor agency, highlighting the need for effective institutional structures that can coordinate Caracas' cyber security properly. In this sense, Venezuela is interested in international cooperative arrangements that could provide technological assistance and technical capacity building, enabling the development of cyber capabilities and the implementation of a proper set of standards and policies (Rodríguez 2016).

Vietnam is in process of drafting a plan for information security advancements throughout the next decade. In addition, an investment of US$42 million was made to protect sensitive national information and for the establishment of a National Centre for Technology, as well as of an Agency for Information Security (Lewis and Timlin 2011). As a member of ASEAN, its approach to cyber security takes into account regional cooperation and the development of norms of conduct for better regulate the international environment in cyberspace. Additionally, given the growing tensions regarding the South China Sea, Viet Nam has sought to improve its cooperation with India, Russia and Japan, especially concerning security matters (IISS 2018).

6 QUESTIONS TO PONDER

I. Has a cyber arms race begun — given the cases that have taken place worldwide?

II. Is it possible to ensure a safer cyberspace and, if so, what measures should be taken at the international level to achieve such goal?

III. Is there a need to adopt more precise and detailed definitions of key terms regarding cyberspace regulations?

IV. Should existing international law and international humanitarian law be

applicable to dynamics taking place in the cyberspace?

V. Is the right of self-defense applicable to cyberspace? If so, in which situations, and what kind of responses are appropriate?

VI. What is in fact an armed cyber attack? Could a cyber attack be considered an act of war? If so, under which circumstances? How should policy-makers approach this situation? How can the attribution issue linked to cyber attacks and damages be solved?

VII. What kind of capacities linked to cyberspace each state should possess?

REFERENCES

ADMM-Plus. 2017. "About the ASEAN Defence Ministers' Meeting (ADMM-Plus)". Accessed September 5 2018. https://admm.asean.org/index.php/about-admm/about-admm-plus.html.

Aid, Matthew. 2018. "NSA'S Foreign SIGINT Partners". Matthew Aid. http://www.matthewaid.com/post/96647071701/nsas-foreign-sigint-partners.

Alberts, David S. 2003. Information Age Transformation: Getting to a 21st Century Military. Information Age Transformation Series. Washington, D.C: CCRP Publication Series.

Álvarez Valenzuela, Daniel. 2018. "Ciberseguridad En América Latina Y Ciberdefensa En Chile". Revista Chilena De Derecho Y Tecnología 7 (1): 1. doi:10.5354/0719-2584.2018.50416.

Arquilla, John, and David Ronfeldt. 1993. "Cyberwar Is Coming!" Comparative Strategy 12 (2): 141–65. doi:10.1080/01495939308402915.

ASEAN. 2018. "ASEAN's Leaders Statement On Cybersecurity Cooperation." http://setnas-asean.id/site/uploads/document/document/5b04cdc25d192-asean-leaders-statement-on-cybersecurity-cooperation.pdf

ASPI. 2016. "Cyber Maturity In The Asia–Pacific Region". Australian Strategic Policy Institute. http://www.spain-australia.org/files/documentos/62_ASPI-Cyber-Maturity-2016.pdf

Bronk, Christopher, and Eneken Tikk-Ringas. 2013. "Hack Or Attack? Shamoon And The Evolution Of Cyber Conflict". Survival, Global Politics And Strategy. March 2013.

Canada. 2017. "Developments In The Field Of Information And Telecommunications In The Context Of International Security". New York: United Nations Office for Disarmament Affairs UNODA. https://s3.amazonaws.com/unoda-web/wp-content/uploads/2017/09/Canadian_Full.pdf

Chandio, Khalid. 2015. "Cyber Security/Warfare And Pakistan". Islamabad Policy. Research Institute. http://www.ipripak.org/cyber-securitywarfare-and-pakistan/.

Carr, Jaffrey. 2009. Inside Cyber Warfare. 1st ed. Sebastopol, CA: O'Reilly Media.

Cavelty, Myriam Dunn. 2012. "Cyber-Security". In Contemporary Security Studies, 3rd ed. Oxford: Oxford University Press.

CCDCOE. 2016. "Tallinn Manual 2.0 On The International Law Applicable To Cyber Operations". NATO cooperative Cyber Defence Centre of Excellence New York: Cambridge University Press.

CCDoE. 2017. "National Cyber Security Organisation: Poland". National Cyber Security Organisation. Tallin: CCDoE. https://ccdcoe.org/sites/default/files/multimedia/pdf/NCSO_Poland_2017.pdf.

Centre for Strategic Communications. 2016. "Cybersecurity Strategy Of Ukraine". StratCom Ukraine.

Cepik, Marco, Diego Rafael Canabarro, and Thiago Borne Ferreira. 2015. "Cyberwar: Clausewitzian Encounters". Space & Defense 08 (01): 19-33.

Clarke, Richard A., and Robert K. Knake. 2010. Cyber War: The Next Threat To National Security And What To Do About It. New York: HarperCollins.

Coe. 2018. "The Council Of Europe And The European Union". The Council of Europe official website. https://www.coe.int/en/web/portal/european-union.

Cohen, Noam. 2011. "Egyptians Were Unplugged, And Uncowed". The New York Times, , 2011. https://www.nytimes.com/2011/02/21/business/media/21link.html.

Commonwealth of Australia. 2016. "Resolution 70/237: Developments In The Field Of Information And Telecommunications In The Context of International Security".

Connell, Michael, and Sarah Vogler. 2016. Russia's Approach To Cyber Warfare. Washington, D.C: CNA.

Cooperative Cyber Defense Centre of Excellence. 2018. "About Cyber Defence Centre". Accessed September 5. https://ccdcoe.org/about-us.html.

Cooperative Cyber Defense Centre of Excellence. 2017. "Cyber Defence Exercises / Lock Shields 2017". Accessed September 5 2018. https://ccdcoe.org/locked-shields-2017.html.

Cooperative Cyber Defense Centre of Excellence. 2018. "African Union". Accessed September 5. https://ccdcoe.org/au.html.

Cooperative Cyber Defense Centre of Excellence. "Organization of American States". Accessed September 5 2018. https://ccdcoe.org/oas.html.

Cooperative Cyber Defense Centre of Excellence. 2018. "Shanghai Cooperation Organization". Accessed September 5. https://ccdcoe.org/sco.html.

Cornish, Paul, David Livingstone, Dave Clemente, and Claire Yorke. 2010. On Cyber Warfare. London, England: Royal Institute of International Affairs.

CSIS. 2011. "Cybersecurity And Cyberwarfare". Washington, D.C: Center for Strategic and International Studies (CSIS).

CyberSecurity Malaysia. 2011. Kuala Lampur: Government & Multilateral Engagement.

Deibert, Ronald J. 2013. Black Code. Toronto: Signal.

Department of Electronics and Information Technology. 2013. "National Cyber Security Policy."

Department of the Prime Minister and the Cabinet. 2015. "New Zealand's Cyber Security Strategy: A Secure, Resilient And Prosperous Online New Zealand". Security and Intelligence Group (SIG).

Dodge, Martin, and Rob Kitchin. 2003. Mapping Cyberspace. London: Routledge.

Dubai Electronic Security Center. 2017. "Dubai Cyber Security Strategy". Dubai: Government of Dubai.

Egypt Independent. 2017. "Egypt Ranks 14Th In Global Cyber Security Index, 2Nd In Arab World". Egypt Independent. http://www.egyptindependent.com/egypt-global--cyber-security-index/.

Eriksson, Johan, and Giampiero Giacomello. 2006. "The Information Revolution, Security, And International Relations: (IR)Relevant Theory?". International Political Science Review 27 (3): 221-244. doi:10.1177/0192512106064462.

European Commission. 2013. "Cybersecurity Strategy Of The European Union: An Open, Safe And Secure Cyberspace". Brussels.

Farewell, James P., and Rafal Rohozinsky. 2011. "Stuxnet And The Future Of Cyber War". Survival, Global Politics And Strategy October 2011.

Federative Republic of Brazil. 2012. "The White Book Of National Defense."

Foreign and Commonwealth Office. 2017. "Resolution 71/28 "Developments In The Field Of Information And Telecommunications In The Context Of International Security".

Fowler, Sarah. 2014. "Hamas And Israel Step Up Cyber Battle For Hearts And Minds". BBC News. https://www.bbc.com/news/world-middle-east-28292908.

Gall, Carlotta. 2018. "Erdogan'S Next Target As He Restricts Turkey'S Democracy: The Internet". The New York Times, 2018. https://www.nytimes.com/2018/03/04/world/

europe/turkey-erdogan-internet-law-restrictions.html.

GCSC. 2018. "Global Commission On The Stability Of Cyberspace". Cyberstability.Org. https://cyberstability.org/about/.

Greathouse, C. B. 2014. "Cyber War and Strategic Thought: Do the Classic Theorists Still Matter?". In Cyberspace and International Relations: Theory, Prospects and Challenges. ed. J.-F. Kremer and B. Müller 2014. Bonn, Germany: Springer.

Green, James A. 2015. Cyber Warfare: A Multidisciplinary Analysis. 1st ed. New York: Routledge.

Geers, Kenneth. 2011. Strategic Cyber Security. Tallinn: NATO Cooperative Cyber Defence Centre of Excellence.

Georgia. 2014. "General Appreciation Of The Issues Of Information Security". New York: United Nations Office for Disarmament Affairs UNODA. https://unoda-web.s3-accelerate.amazonaws.com/wp-content/uploads/2014/07/Georgia.pdf.

Germany. 2017. "Report On "Developments In The Field Of Information And Telecommunications In The Context Of International Security" (GA Resolution 71/28)". New York: United Nations Office for Disarmament Affairs UNODA.https://s3.amazonaws.com/unoda-web/wp-content/uploads/2017/09/GER_Report_ODA_10_2017_CS.pdf.

Hampson, Fen Osler, and Michael Sulmeyer. 2017. Getting Beyond Norms: New Approaches To International Cyber Security Challenges. 1st ed. Ontario: centre for international governance innovation.

Harris, Chris. 2018. "Europe's Forgotten War: The Georgia-Russia Conflict Explained A Decade On". Euronews, , 2018. http://www.euronews.com/2018/08/07/europe-s--forgotten-war-the-georgia-russia-conflict-explained-a-decade-on.

Hashem, Sherif. 2017. "Highlights Of Egypt's Cybersecurity Developments". Egypt's Cabinet of Ministers - Supreme Cybersecurity Council. https://bit.ly/2NYopnE.

Hathaway, Melissa, Francesca Spidalieri, and Fahad Alsowailm. 2017. Kindgom Of Saudi Arabia: Cyber Readiness At A Glance. Arlington: Potomac Institute for Policy Studies.

Hern, Alex, and Samuel Gibbs. 2017. "What Is Wannacry Ransomware And Why Is It Attacking Global Computers?". The Guardian, , 2017. https://www.theguardian.com/technology/2017/may/12/nhs-ransomware-cyber-attack-what-is-wanacryptor-20.

Hodges, Duncan, and Sadie Creese. 2015. "Understanding Cyber-Attacks". In Cyber Warfare: A Multidisciplinary Analysis, 49. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge.

ITU. 2018. "Pre-1865 International Telegraph Agreements". International Telegraph Union. Int. https://www.itu.int/en/history/Pages/Pre1865Agreements.aspx.

Housen Couriel, Deborah. 2017. "National Cyber Security Organisation In Israel". Reports On National Organisational Models For Ensuring Cyber Security.

International Committee of the Red Cross. 2015. "What are jus ad bellum and jus in bello?". Accessed September 6 2018. https://www.icrc.org/en/document/what-are-jus-ad--bellum-and-jus-bello-0.

International Telecommunication Union. 2014a. "Cyberwellness Profile Syria". International Telecommunication Union.

International Telecommunications Union. 2014b. "Cyberwellness Profile: Egypt". ITU. https://www.itu.int/en/ITU-D/Cybersecurity/Documents/Country_Profiles/Egypt.pdf.

International Telecommunication Union. 2015a. "Cyberwellness Profile Republic Of Yemen". International Telecommunication Union.

International Telecommunications Union. 2015b. "Cyberwellness Profile: Republic Of Iraq". ITU. https://www.itu.int/en/ITU-D/Cybersecurity/Documents/Country_Profiles/Iraq.pdf.

International Telecommunications Union. 2015a. "Cyberwellness Profile: Argentine Republic". ITU. https://www.itu.int/en/ITU-D/Cybersecurity/Documents/Country_Profiles/Argentina.pdf.

_____. 2015b. “Cyberwellness Profile: Republic Of Kazakhstan”. Cyberwellness Profile. ITU. https://www.itu.int/en/ITU-D/Cybersecurity /Documents/Country_Profiles/Kazakhstan.pdf.

_____. 2014c. “Cyberwellness Profile Sudan (Republic Of)”. Cyberwellness Profile. International Telecommunication Union. https://www.itu.int/en/ITU-D/Cybersecurity/Documents/Country_Profiles/Sudan_(Republic_of).pdf.

_____. 2015d. “Cyberwellness Profile: State Of Palestine”. ITU. https://www.itu.int/en/ITU-D/Cybersecurity/Documents/Country_Profiles/Palestine%20.pdf.

Jain, Ash. 2011. “Nuclear Weapons And Iran’s Global Ambitions”. Policy Focus 114.

Jamal, Sana. 2018. “Pakistan’S First-Ever Cyber Security Centre Launched”. Gulf News. 2018. https://gulfnews.com/news/asia/pakistan/pakistan-s-first-ever-cyber-security-centre-launched-1.2225435.

Japan. 2017. ‘’Resolution A/72/315: Developments In The Field Of Information And Telecommunications In The Context Of International Security”.

Kessler, Oliver, and Wouter Werner. 2013. “Expertise, Uncertainty, And International Law: A Study Of The Tallinn Manual On Cyberwarfare”. Leiden Journal Of International Law 26 (04): 793-810. doi:10.1017/s0922156513000411. https://research.vu.nl/ws/portalfiles/portal/806017/Kessler%20Werner%20LJIL26(4).pdf.

Kingdom of Morocco. 2013. “Digital Morocco: The National Strategy For Information Society And Digital Economy”. Kingdom of Morocco.

Kingdom of the Netherlands. 2015. “Resolution 69/28 Developments In The Field Of Information And Telecommunications In The Context Of International Security.”

Kobek, Luisa Parraguez. 2017. “The State Of Cybersecurity In Mexico: An Overview”. Mexico Institute. https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/cybersecurity_in_mexico _an_overview.pdf.

Korea Communications Commission. 2011. “National Cyber Security Masterplan”. KCC. https://ccdcoe.org/sites/default/files/strategy/KOR_NCSS_2011.pdf.

Kuehl, Daniel T. 2009. “From Cyberspace To Cyberpower: Defining The Problem”. In Cyberpower And National Security. Washington, D.C: National Defense University.

Lee, Dave. 2012. “Flame: Massive Cyber-Attack Discovered, Researchers Say”. BBC News. https://www.bbc.com/news/technology-18238326.

Laocert. 2018. Lao Computer Emergency Response Team. https://www.laocert.gov.la/en/Page-1-.

Lewis, James A., and Katrina Timlin. 2011. “Cybersecurity And Cyberwarfare: Preliminary Assessment Of National Doctrine And Organization”. Geneva: United Nations Institute for Disarmament Research (UNIDIR).

Lewis, James Andrew. 2017. “Revitalizing Progress In International Negotiations On Cyber Security”. In , 1st ed. Ontario: centre for international governance innovation. https://www.cigionline.org/sites/default/files/documents/Getting%20Beyond%20Norms.pdf#page=27.

Lindsay, Jon R. 2013. “Stuxnet and the Limits of Cyber Warfare.” Security Studies 22 (3): 365–404. doi:10.1080/09636412.2013.816122.

MacAskill, Ewen. 2013. “Edward Snowden: How The Spy Story Of The Age Leaked Out”. The Guardian, , 2013. https://www.theguardian.com/world/2013/jun/11/edward-snowden-nsa-whistleblower-profile.

México. 2017. “Estrategia Nacional De Ciberseguridad”. Government of Mexico. https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/271884/Estrategia_Nacional_Ciberseguridad.pdf

Ministère des Affaires Étrangères et du Développement International. 2014. “Résolution 68/243 Relative Aux Développements Dans Le Domaine De L’Information Et Des Télécommunications Dans Le Contexte De La Sécurité Internationale.”

Ministère de la Défense. 2014. “Cyber Security Strategy For Defence.” Kingdom of Belgium.

Ministério da Defesa. 2012. “Estratégia Nacional De Defesa”. Brasília.

Ministerio del Interior y Seguridad Pública. 2017. “Política Nacional De Ciberseguridad”.

Gobierno de Chile.

Ministry of Foreign Affairs of Georgia. 2018. "National Security Concept Of Georgia." http://www.mfa.gov.ge/MainNav/ForeignPolicy/NationalSecurityConcept.aspx?lang=en-US

Ministry of Transport, Maritime Affairs and Communications. 2016. "National Cyber Security Strategy". Ankara: MTMAC.

Ministry of Justice. 2016. "A National Cyber Security Strategy". Government Offices of Sweden.

Ministry of Transport and Communications of Qatar. 2014. "Qatar National Cyber Security Strategy". Ministry of Transport and Communications of Qatar.

Mueller, Paul, and Babak Yadegari. 2012. "The Stuxnet Worm". The University Of Arizona. https://www2.cs.arizona.edu/~collberg/Teaching/466-566/2012/Resources/presentations/2012/topic9-final/report.pdf.

Mustafa, Awad. 2012. "UAE Leads The Way In Cyber Security". The National. https://www.thenational.ae/uae/uae-leads-the-way-in-cyber-security-1.403657.

Naraine, Ryan. 2011. "Duqu FAQ". Securelist. https://securelist.com/duqu-faq-33/32463/.

NATO. 1949. The North Atlantic Treaty. Washington D.C. https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/stock_publications/20120822_nato_treaty_en_light_2009.pdf

NATO. 2014. "Responding To Security Challenges In Morocco". https://www.nato.int/ cps/en/natohq/news_110247.htm.

National Cyber Security Centre. 2017. "About Us". National Cyber Security Centre (NCSC). https://www.ncsc.govt.nz/about-us.

NATO. 2018. "Cyber Defence". North Atlantic Treaty Organization. https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_78170.htm.

Norway. 2017. "Res 71/28 "Developments In The Field Of Information And Telecommunications In The Context Of International Security"". New York: United Nation Office for Disarmament Affairs UNODA. https://s3.amazonaws.com/unoda-web/wp-content/uploads/2017/09/Norway.pdf

Nye, Joseph S. 2017. "Normative Constraints On Cyber Arms". In , 1st ed. Ontario: centre for international governance innovation. https://www.cigionline.org/sites/default/files/documents/Getting%20Beyond%20Norms.pdf#page=27.

Office of the National Security Adviser. 2017. "National Cybersecurity Strategy". Federal Republic of Nigeria.

Olson, Parmy. 2012. "3 Things Flame Tells Us About The Future Of Cyber Warfare". Forbes, 2012. https://www.forbes.com/sites/parmyolson/2012/05/30/3-things-flame-tells-us-about-the-future-of-cyber-warfare/#5362ac6c5401.

Omar, Aro. 2017. "Cybercrime Legislation In Iraq". Erbil: Al Tamimi & Company. https://www.tamimi.com/law-update-articles/cybercrime-legislation-iraq/.

Parameswaran, Prashanth. 2017. "A New Cyber Agency For Indonesia?". The Diplomat. https://thediplomat.com/2017/01/a-new-cyber-agency-for-indonesia/.

Permanent Mission of the PRC to the UN. 2012. "Position Paper Of The People's Republic Of China At The 67Th Session Of The United Nations General Assembly". New York. http://www.china-un.org/eng/hyyfy/t971887.htm.

Recorded Future. 2015. "The Iranian-Saudi Conflict and its Cyber Outlet". Accessed September 10 2018. https://www.recordedfuture.com/iranian-saudi-cyber-conflict/.0

Republic of Estonia. 2015. "Resolution 69/28: Developments In The Field Of Information And Telecommunications In The Context Of International Security".

Rid, Thomas. 2013. Cyber War will not Take Place. New York: Oxford University Press.

Rouse, Margaret. 2005. "ICT (Information and Communications Technology, or Technologies)." TechTarget. Accessed April 23, 2018. https://searchcio.techtarget.com/definition/ ICT-information-and-communications-technology-or-technologies.

Rodríguez, Gladys Stella. 2016. "Ciberseguridad: Realidad Y Tendencias En Venezuela". Revista De Cuestiones Jurídicas De La Universidad Rafael Urdaneta 10 (1). http://200.35.84.134/ojs-2.4.2/index.php/cj/article/view/374.

Rouse, Margaret 2010. “Cyberwarfare.” TechTarget. 2010. Accessed April 24, 2018. https://bit.ly/2HWNf4S

Runkle, Benjamin. 2016. “2016: The Year of the Great Middle East Cyberwar?”. Accessed September 10 2018. https://warontherocks.com/2016/01/2016-the-year-of-the-great-middle-east-cyberwar/.

“Sala De Prensa”. 2017. Ministerio De Relaciones Exteriores De Chile. https://minrel.gob.cl/chile-deposita-el-instrumento-de-adhesion-al-convenio-de-budapest-sobre/minrel/2017-04-21/175923.html.

Shakarian, Paulo, Jana Shakarian, and Andrew Ruef. 2013. Introduction to Cyber-Warfare: A Multidisciplinary Approach. Amsterdam; Boston: Syngress.

Shekhar, Shashank. 2017. “India And Pakistan At War In Cyber Space Ahead Of Independence Day”. Business Today, 2017. https://www.businesstoday.in/current/economy--politics/india-and-pakistan-at-war-on-cyber-space-ahead-of-independence-day/story/257753.html.

Shepherd, Jill. 2003. “What Is The Digital Era?”. In Social And Economic Transformation In The Digital Era. Athens.

Singer, P.W, and Allan Friedman. 2014. Cybersecurity And Cyberwar: What Everyone Needs To Know. New York: Oxford Press.

State Security Agency. 2015. “National Cybersecurity Policy Framework For South Africa.”

Steed, Danny. 2015. “The Strategic Implications of Cyber Warfare”. In Cyber Warfare: A Multidisciplinary Analysis. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge.

Stiennon, Richard. 2015. “A Short History Of Cyber Warfare”. In Cyber Warfare: A Multidisciplinary Analysis. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge.

The Clingendael Institute. 2016. “Medium-sized states in international cyber security policies”. Policy brief: 1-7. December 2016. https://www.clingendael.org/sites/default/files/pdfs/PB_Medium_sized_states_international_cyber_security.pdf.

The Department of Defense. 2015. “The Department Of Defense Cyber Strategy.”

The International Institute for Strategic Studies. 2018. “The Military Balance: The Annual Assessment Of Global Military Capabilities And Defence Economics”. London: IISS.

The Washington Post. 2011. “Ahmadinejad: Iran’s nuclear program hit by sabotage”. Accessed on April 23 2018. http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2010/11/29/AR2010112903468.html.

Tikk, Eneken. 2017. “Norms À La Carte”. In , 1st ed. waterloo: centre for international governance innovation. https://www.cigionline.org/sites/default/files/documents/Getting%20Beyond%20Norms.pdf#page=27.

Torres, Douglas. 2018. “Cyber Security And Cyber Defense For Venezuela: An Approach From The Soft Systems Methodology”. Complex & Intelligent Systems. doi:10.1007/s40747-018-0068-x.

Turkey. 2017. “National Views And Assessments Of Turkey”. New York: United Nations Office for Disarmament Affairs UNODA. https://s3.amazonaws.com/unoda-web/wp-content/uploads/2017/09/TURKEY.pdf.

UNGA. 2016. Developments in the field of information and telecommunications in the context of international security:Report of the Secretary-General, A/71/172. July 19. http://undocs.org/A/71/172.

UNGA. 2018. “A/69/723”. Agenda Item 91 Developments In The Field Of Information And Telecommunications In The Context Of International Security. United Nations General Assembly. https://ccdcoe.org/sites/default/files/documents/UN-150113-CodeOfConduct.pdf.

UNODA. 2018. “United Nations Office For Disarmament Affairs”. United Nations Office For Disarmament Affairs. https://www.un.org/disarmament/topics/informationsecurity/.

U.S Department of Homeland Security. 2017. “What Is Critical Infrastructure?”. https://www.dhs.gov/what-critical-infrastructure.

U.S Department of State. 2017. “Joint Statement On U.S.-Argentina Partnership On Cyber Policy”. https://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2017/04/270496.htm.

Väljataga, Ann. 2017. “Back To Square One? The Fifth UN GGE Fails To Submit A Conclusive Report At The UN General Assembly”. CCDCOE Nato Cooperative Cyber Defence Centre Of Excellence. https://ccdcoe.org/back-square-one-fifth-un-gge-fails-submit-conclusive-report-un-general-assembly.html.

Ventre, Daniel. 2016. “North Korea, Cyberdefense and Cybersecurity”. Chaire de Cyberdéfense et Cybersecurité March 2016 (3): 24-30. https://www.chaire-cyber.fr/IMG/pdf/north_korea_cyber_defense_and_cyber_security_daniel_ventre_03.16.pdf.

Walker, James. 2017. “Mexico Launches National Cyber Security Strategy”. The Daily Swig. https://portswigger.net/daily-swig/mexico-launches-national-cyber-security-strategy.

Xinhua. 2016. “ASEAN Defense Ministers Stress Cyber Security, Disaster Relief In Laos”, 2016. http://www.xinhuanet.com/english/2016-05/26/c_135389651.htm.

ISLAMIC DEVELOPMENT BANK

ISDB



ufrgsmun 2018

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v. 6 2018 | p. 410 - 451

POST-CONFLICT RECONSTRUCTION IN THE MIDDLE EAST AND NORTH AFRICA: THE CASES OF IRAQ, LIBYA AND SYRIA

Lorenso Andreoli da Silva[1]
Ricardo Chiapin Pechansky[2]
Rodrigo Heck[3]

ABSTRACT

The main goal of the present study guide is to address the issue of how the Islamic Development Bank (IsDB) can act in the reconstruction of Iraq, Libya and Syria. Still facing ongoing violence, these countries are already discussing their reconstruction processes, which cannot be split from their contexts of instability and political division. Thus, it is proposed that the committee, as an organization entirely constituted by Islamic countries, strives to find, in a legitimate and open forum, proposals for projects that will help in achieving peace and stability through investments in these countries. At first, a historical background will present the context that has brought about instability in the Middle East and North Africa. Posteriorly, we expose the concept of post-war infrastructure reconstruction and its role within the Islamic Development Bank. Then, we will expose the situation in Iraq, Libya and Syria, focusing on how infrastructure reconstruction applies to these three distinct contexts, regarding both political division and areas in most need of reconstruction. Afterwards, we highlight previous reconstruction initiatives that help in illustrating how reconstruction can be discussed in the committee.

1 Lorenso is a fourth-year student of International Relations at UFRGS and Assistant-Director at the IsDB.

2 Ricardo is a fifth-year student of International Relations at UFRGS and Director at the IsDB.

3 Rodrigo is a fifth-year student of International Relations at UFRGS and Assistant-Director at the IsDB.

1 INTRODUCTION

Throughout history, countries in the Middle East and North Africa (MENA) have been under foreign control multiple times. When the Arab Spring broke out, it seemed that a trend of democracy and more freedom was being established in the region. For most of the countries, years later, the result was a rather unstable nation, which led to war and humanitarian crisis. This is illustrated by the fact that not only have the civil wars caused untold damage to human and physical capital, but they have also created one of the biggest forced displacement crises since World War II (World Bank Group 2016). One of the background factors of the current realities of ongoing violence in many of the MENA countries is widespread destruction. Reconstruction is urgent for most of these countries in order to support political, social and economic stability – if those are to eventually be achieved.

At the same time, there are controversies concerning the political entities that would withstand the war when their belligerent counterparts are defeated. In this sense, dialogue is essential to promote legitimacy and to give way to effective reconstruction measures. The Islamic Development Bank (IsDB) is an institution set to promote development in the Muslim world and to finance such war-torn countries. Through a legitimate and multilateral forum with no intervention from any great power, Islamic countries have a chance to overcome political disparities and jointly address the issues of Iraq's, Libya's and Syria's reconstructions. However, resources for the IsDB are sparse, which means that discussion is a key element in finding what must be prioritized in the MENA region.

The highly dependent oil-lead economies of the MENA region face deep social and economic problems. Poverty continues to grow in the region, as the national states lack the funding and expertise to solve critical infrastructure problems. This much needed infrastructure shall promote increasing and more quality jobs, and, hence, increase participation in economic activity (Ncube 2014). The IsDB, therefore, must play an important role in helping to solve these issues, in order to guarantee stability in an eventually pacified MENA region.

2 HISTORICAL BACKGROUND

During the Antiquity, the Middle East and North Africa (MENA) region gave rise to large civilizations that were responsible for much of human progress at the time. Its culture and intense geopolitical relationships became notorious for its affluence (Lewis 1995). After the First World War, however, the network of relations in the region changed completely. For a long time, the area was controlled by three main actors: Egypt, the Ottoman Empire and Iran. This equilibrium collapsed when the Ottoman Empire disintegrated into six new countries (Transjordan, Syria, Lebanon, Turkey, Palestine and Iraq), impacting the distribution of power in the region. Additionally, the effects of this split contributed to the emergence of two new states (Saudi Arabia and Yemen), further decentralizing the control of the region. The emergence of new actors in the region was counteracted, though, by the rise of western intervention. During the interwar period, only Turkey managed to keep itself free from European control (Cleveland and Bunton 2017).

With the endorsement of the League of Nations, France and Great Britain politically dominated the region with the alleged reason of preparing the region for "modernity". The complex economic integration that the region enjoyed previously was fragmented into nodules whose commercial links were mainly connected to their respective European ruler (Cleveland and Bunton 2017). Moreover, a secret agreement between the two great powers empowered them to draw the borders they believed it would fit their interests. Therefore, in a short time frame, the region became involved in a network of global politics that hardly left place to any sort of autonomy. The countries of MENA were not only unable to exercise their sovereignty, but also had to manage the foundation of a modern political structure through low-legitimacy institutions (Fattah and Fierke 2009).

After the Second World War, the European countries were left too weakened to administer the Islamic countries, and a wide process of independence took place. Although in some regions the Pan-Arabism and Islamic solidarity were strong, they were not able to surpass the desire of the elites to establish local powers (Cleveland and Bunton 2017). A new set of relationships between the countries in the MENA region would therefore emerge, this time under the Cold War conflict's umbrella. Besides disputes between the world's hegemonic ideologies, the strength of nationalist discourses rose significantly in the region. In MENA countries, a strong bureaucratic apparatus was established around notorious political figures. In addition to it, the sentiment of Arab unity grew, especially within the Egyptian elite, whose intense sense of leadership towards the Arab World culminated in its humiliating defeat against Israel in 1967 (Lewis 1995).

During the 1970s and 1980s, the resurgence of religion as an important organizational factor for the MENA countries showed itself as a phenomenon rather unexpected by the Western analysts, and it combined elements that remain important up to current days. The Islamic Revolution in Iran seemed to explicit the reaction of a pressurized system whose old paradigms were substituted by western ideas that lacked the prosperity to make it palatable (Kamrava 2012; Cleveland and Bunton 2017). It would not take long, however, for the pendulum of reforms towards autocratic institutions to change its direction towards liberal claims.

Since December 2010, the MENA countries have been going through major political instability due to a series of big public manifestations against the governments in power. The similarities in these simultaneous upheavals gave rise to a term that quickly became the channel through which the situation in the Middle East and in North Africa was being addressed: the Arab Spring (Keating 2011). Its terminology derives from the analogous movement of 1968 in Europe, when a group of reformists in the former Czechoslovakia tried to put in practice a series of modernization measures, which was quickly halted by the Soviet Union (Svec 1988). Likewise, the Arab Spring was motivated by a strong sense of grievance against the political establishment and was faced with major resistance (Kienle 2012).

Nonetheless, the protesters in MENA countries encountered different levels of resistance. While in Egypt and Tunisia the rebels quickly achieved success with their claims, in Syria and Bahrain, the government maintained a firm resistance against the protesters, which, in the former, gave rise to a civil war that continues occurring up to this day. Morocco and Jordan, on the other hand, have not seen major upheavals, having put in practice only limited reforms. Less sensitive to the popular

demands was Muammar al-Qadaffi, the ruler of Libya, who quickly employed the army to contain the uprising. His decision was succeeded by an international military intervention that ended up contributing to his death and breaking the central government into several local administrations (Kienle 2012).

What made the Alawite minority (a religious branch of the Shiites) in Syria able to endure the upheavals, as opposed to Libya or Egypt, was its strong ties to the military and secret service. The ambiguous position of broad sectors of the population regarding Bashar al-Assad's regime can also partly explain why the Syrian Civil War has been going on for so long (Dalacoura 2012). Moreover, McLauchlin (2018) argues that ethnic concentration in a government's administration is correlated to the duration of a civil war. Therefore, the overrepresentation of the Alawites in the government may have contributed to the duration of the conflict. Be it as it may, the ongoing conflict is currently having a catastrophic impact over Syria. It is estimated that 400 thousand people were killed, and that destruction already counts to $388 billion in economic damages – $120 billions of those being damages to the infrastructure of the country (AP 2018).

The Arab Spring in Iraq also featured additional elements from its previous historical background, thus opening space for a more unstable circumstance. The legacy of the Gulf War and the invasion campaigned by the United States contributed to the formation of a political class alien to people's demand. Similarly to the case of Syria, Iraq's elite is concentrated in one ethnic identity that clusters the administration resources within the "central" group (Makiya 2013). This situation fostered the rise of insurgent groups as ISIS (Islamic State of Iraq and Syria), whose actions significantly increased the country's instability and exposed the administration's weaknesses. Eventually, the pressure from the terrorist group and the alienation of a marginalized population contributed to the withdrawal of Nouri al-Maliki, the former prime minister, and, therefore, to the establishment of a new government (Nasim 2016).

Libya faced a different set of conditions. Territorial divisions increased the ability of rebels groups to quickly mobilize forces against the regime through the establishment of the National Transitional Council (NTC). The idiosyncratic style of Qadaffi's government also isolated him from the regional actors who could have supported him. The unanimous condemnation of Libya's regime by the Arab League and the financial support to NTC by Qatar illustrated how low-credited was Libya's international image. A weak military power under Qadaffi's control; harsh crackdowns and a the lack of a civil society willing to support him further deepened the conflict (Bhardwaj 2012).

The wave of democratization that Latin America and South Asia went through in the eighties left experts wondering why such phenomenon did not take place in MENA countries (Hussain and Howard 2013). Many of them eventually concluded that a similar process would probably not occur any time soon. But the portrait of stability had severe holes: the political misery combined with fear and suspicion was always salient, and, therefor,e could culminate in unexpected revolutions. Ajami (2012, 60) summarizes the perception at the time: "the Egyptian rulers had said that their country was not Tunisia. Qadhafi said that his republic was not Tunisia or Egypt. Eventually, Assad was saying that Syria was not Tunisia, Egypt, or Libya". It must be said, however, that several authors alerted that the overemphasis on human

rights' violations and on the figure of young protesters urging for democracy was mainly a projection of the American and European political science studies (Dalacoura 2012; Kienle 2012) and, therefore, inaccurate or, at least, incomplete.

As previously mentioned, Iraq, Libya and Syria went through major political instabilities that resulted in greatly destructed infrastructure. Although in the cases of Libya and Iraq new governments have already been instituted, in Syria, the turmoil has not reached an ending. Since the Arab Spring broke out, steps in the direction of peace and stability are slowly being held in the region, with its own stumbles and successes.

In Iraq, the new government of Haider al-Abadi has been consistently attempting to expand the Sunni participation in his administration. The fact that previous governments failed to bring more ethnic representation was a motive of vast resentment within the majority of the Sunnis, and this renewed good-faith act has been improving political stability. Also, an agreement with the Kurds was reached regarding the split of income from oil exploration, and more autonomy was granted to their local administration (Almaliky 2015). Still, drawbacks have occurred, especially from popular discontentment fired by the limited distribution of basic goods, such as electricity (Cage 2018).

Libya is perhaps a more complicated case, being the aftermath of the mass demonstrations of the Arab Spring less positive within its territory. The task of establishing a new government after the dissolution of Qadaffi's administration has been tremendously difficult, and this "vacuum" of power has been turning the country into a fertile land for insurgent groups like ISIS to establish their operations. Together with Syria, Libya is a stage of a *proxy war* where factions receive financial aid from different international actors (Devarajan and Mottaghi 2017). Furthermore, the oil production in the country, which is the major source of revenue for the government, is still below the levels seen during Qadaffi's government; not the best fiscal place to be, since the oil prices have also decreased significantly (Robertson 2016).

The true causes of the Arab riots remain as an empirical question waiting to be solved. Campante and Chor (2012) argue that the previous gains in education in the Middle East countries during the period of 1980-2010 could have contributed to the uprising. That is due to the fact that these gains were not accompanied by an improvement in the job structure, thus leaving many young and qualified workers with demands and expectations not being matched by the labor market. This factor presumably decreased the opportunity costs of engaging in political protests by making alternative activities to their labors more attractive, especially the ones whose actions could potentially alter the government administration. Furthermore, the relatively dense presence of the population on the bottom of the demographic distribution, the total years that the governments have been in power and the per capita Gross Domestic Product (GDP) – as proposed by an index elaborated by The Economist 2011 –, the government corruption and the ethnic disputes, all seem to be related to the Arab Spring's events.

Although it is definitely difficult to establish a causal relationship between the Arab Spring and macroeconomic variables, it should, nonetheless, be highly relevant for future improvements in the region to present plans able to ensure the economic health of the population. The historic development of the MENA region lacked the chances to incorporate mechanisms able to guarantee continuous economic

prosperity for the region, and this factor is connected to a lot of possible causes for the turmoil that the region presents nowadays. Moreover, the social dissatisfaction and the lack of political compromise by close-structured governments seem to have cumulated for a long period, and now it is clear that its consequences were never absent, only non-apparent.

3 STATEMENT OF THE ISSUE

For many reasons, the reconstruction of war-torn countries in the Middle East, seven years since the beginning of the Arab Spring, is becoming increasingly important. Developing plans help to set milestones for peace and prosperity in countries weakened by internal conflicts – this has been the case for Iraq, Libya and Syria. In this chapter, we are going to further develop the concept of post-conflict infrastructure reconstruction and bring it to the perspective of the IsDB. Finally, such ideas of policies will be adapted to the case of Iraq, Libya and Syria, so that it is understood what can be done in terms of reconstruction in these countries. Also, there will be a development on the politics behind these discussions.

3.1 POST-CONFLICT INFRASTRUCTURE RECONSTRUCTION

Reconstruction plans for war-torn countries became common after the Second World War, especially after the formulation of the Marshall Plan in 1948. In this historical context, the term was used for infrastructure, services, political and security reconstruction (Castillo 2008). The term "post-conflict reconstruction" was only developed in the 1990s and has acquired a broader sense. This time, post conflict reconstruction refers to state capabilities as a whole, and not only infrastructure and services, even though infrastructure still maintained a central role in post-conflict reconstruction, as it will be seen later (Girod 2015). In sum, post conflict reconstruction is designed to build "a state with the ability to collect and manage public resources" (Boyce 2007, 1).

Therefore, after the end of a conflict, the economic recovery of a country affected by war becomes one of the core goals of the international, regional and national communities. The importance of economic reconstruction resides in the fact that "conflicts generate social division and criminality, reverses economic progress, hampers sustainable development and results in human right violations" (McDonald 2005, 3). Furthermore, conflicts have the potential to become a trigger and to sustain poverty (Mcdonald 2005). The situation is even more dramatic in countries severely destroyed by interstate or civil wars, since their abilities to promote economic development through fiscal and monetary credit[4] expansion are demised by the conflict (Girod 2015). In this scenario, international aid turns out to be a crucial way through which a country devastated by a conflict may prosper again (Mardirosian 2010).

Some challenges to the success of post-conflict reconstruction relate to the fast achievement of reconstruction goals and to the adjustment of the expectations of all parts involved in the agreement for the reconstruction. The latter refers to pre-

4 A fiscal expansion policy means the increase of taxes rates. On the order hand, a monetary expansion policy is translated in the increase of credit availability (Girod 2015).

paring the expectations of the population in the recipient country of the donation and donors to the fact that not all reconstruction projects and, therefore, its results, can be concluded in a short time. In reality, a great amount of post reconstruction projects need to be thought in a long-term perspective (Castillo 2008). At the same time, the population of a country in a post-conflict situation is usually suffering from the lack of services and infrastructure (Girod 2015). Hence, the quick conclusion of some projects is crucial for the maintenance of peace (Castillo 2008).

Infrastructure and public service, as schools, hospitals and water treatment, are areas of utmost relevance that need to be addressed as fast as possible, otherwise insurgent groups can utilize the absence of public goods as a tool to mobilize the unsatisfied population and destabilize the country, restarting the conflict (Anand 2005). In order to maintain a stabilized situation after the achievement of peace, infrastructure reconstruction is crucial. Besides facilitating the economic activity, investment in infrastructure has a direct impact, in the same amount, in the GDP (Goldman Sachs 2008). In post-conflict countries, which have had their infrastructure destroyed, one may assume that the impact of infrastructure investment is even greater in the economic growth (Mardirosian 2010). As a result, infrastructure is within the core of the success of a post-conflict reconstruction plan.

One last problem still persists. As seen before, countries torn by war do not have the economic capacity of financing their own reconstruction. Thus, the international aid is crucial to the achievement of the post-conflict countries' reconstruction. There are multiple ways of providing aid to a recently pacified state. The international community can provide multilateral or bilateral assistance through loans, investments and debts reliefs. Furthermore, the aid can be provided by individual countries or by funds of different natures. There are global thematic funds, like the World Bank fund for post-conflict reconstruction, country specific trust funds and the multi-donor trust funds (MDTF) (Mardirosian 2010). To the post-conflict states of the MENA region, the latter type of fund have been presenting itself as the most available form of financing the reconstruction of its economies, because of the IsDB and, more specifically, its infrastructure funds.

According to Mardirosian (2010), the MDTFs are an important way of financing post-conflict reconstruction, since they encourage joint planning and programming implementation. The author ascribes an even bigger importance to regional banks, like the IsDB:

> The potential for regional development banks, including the ADB, AfDB, and IDB, to play a role in conflict prevention and post-conflict reconstruction via cross-border initiatives should be examined (Boyce and Forman 2010, 17).

Therefore, the IsDB presents itself as an important financier of the reconstruction of recently pacified countries in the MENA region. More than that, the number of members and the amount of capital that the bank possesses can be crucial to finance critical projects, as the infrastructure ones, in countries like Iraq, Syria and Libya.

3.2 THE ISLAMIC DEVELOPMENT BANK AND THE RECONSTRUCTION PROJECTS

Born due to the necessity to alleviate poverty and promote industry development in Muslim countries, the creation of the IsDB, in 1975, was unprecedented in the region (Daud and Azam 2011). It was the first development bank that was able to harmonize cultural and religious imperatives of Muslim countries with the necessity of offering a reliable and regional source of finance. Its distinctive characteristic is to be an association of developing countries whose mission goes beyond mere money loaning, also including the foment of cooperation between Muslim nations to achieve socio-economic progress (Meenai 1989).

The IsDB also assures its unique character when compared to other international banks by prioritizing equity financing and financial lease (Meenai 1989). Equity financing differs from the traditional debt financing because, in the former, the financial institution receives shares of the businesses it is lending money to (Warn 2017). In the same spirit, financial lease is used to lend money in exchange to some assets that the businesses own. In short, both of these practices are peculiar because they ensure that the bank has a long term commitment with the enterprises, being its own best interest to encourage the flourishment of these businesses.

The bank receives capital from a system of weighted liabilities dependent on the share owned by a country. As of August 2018, the top contributors were as follows: Saudi Arabia (23.5%), Libya (9.5%), Iran (8.25%), Nigeria (7.66%) and the United Arab Emirates (7.5%). Together, these countries offered almost $30 billions for the bank to proceed with its activities (IDBG 2018).

The commitment of the IsDB surpasses just financial activities. Through internal projects, like Reverse Linkage (RL), the bank helps bringing together different countries to enjoy successful endeavors already experienced in one region. Technological solutions in agricultural cultures, techniques for modern entrepreneurship and political innovations are encouraged in this program in order to spill to other countries that could benefit from it. One example is the partnership between Malaysia and Sierra Leone, which aims at developing infrastructure congruent with a palm industry capable of generating more value (Ali 2013).

As previously stated, youth unemployment probably had a major contribution to the political turmoil faced by countries like Syria, Iraq and Libya. The IsDB is also committed to long-term projects that seek to change this equilibrium towards an economic scenario more favourable to young employees. Projects that aim at increasing literacy — especially within women and in rural communities — and access to microfinance are particularly sensible for the future growth of the region. Being attentive to it, the IsDB has been investing in programs like Youth Employment Support and Vocational Literacy Program for Poverty Reduction (Ali 2013).

Faced with an increasing demand, in 2013 the Islamic Development Bank's Board of Governors (BoG) accepted to more than triple the bank's authorized capital to about $150 billions (Reuters 2013). This increase is auspicious because countries in MENA must face a major infrastructure reconstruction project in order to recompose from the damages caused by the civil wars. Moreover, natural growth also requires the modernization and expansion of previous infrastructure networks. As an article made to the World Economic Forum points:

> MENA's population is projected to increase by more than 40% over the next few decades, and industrial demand is growing alongside it. The region will

> need to invest over $100 billion a year to maintain existing and create new infrastructure to serve the growing communities and cities across the region. And as we learned from the Arab Spring, these populations will hold their governments accountable to deliver it (Rice 2015, online).

Fortunately, at this stage, the most needed jobs are the least costly ones. There are good evidence that drastic increases in job creation can be attained through moderate increases in infrastructure spending (Freund and Ianchovichina 2012). In addition, there are infrastructure-related jobs that are more labor-intensive than others. As an example, construction of roads and bridges generates, in general terms, more jobs than transport and communication enterprises. The IsDB is heavily involved in infrastructure investment, with more than 60% of its portfolio being composed by projects in energy generation, water sanitation and housing and transportation (Reuters 2013).

For any infrastructure plan to be successful, though, a safe institutional environment must be placed in these countries. The approval of loans and investments depends heavily on the investors' perception that everything will occur more or less as anticipated. Political stability and the rule of law are, therefore, essential to positively increase the expectations of any kind of agent interested in contributing to the foundation of a new infrastructure system in those devastated countries (Rice 2015). Moreover, the IsDB can fill the gap that an underdeveloped capital market – due to major political instability – created in the financial structure of Libya, Iraq and Syria. The use of regional funding propitiates better long-term agreements, and it is essential for these countries to guarantee access to these capitals.

Data available from the IsDB suggests that the amount of financial funding that Libya, Syria and Iraq receive has a lot of space to increase. For this reason, in the last IsDB conference, Libya has called upon more efforts to rebuild its infrastructure. Investments in productive activities, such as in industries and agriculture, as well as a faster solution to high rates of unemployment are still insufficient to its needs (IDB Board of Governors 2018). The same argument can be made to offer more money to the other countries devastated by prolonged instabilities.

As Devarajan and Mottaghi (2017, 12) put it: "peace in MENA is a global public good". The IsDB's mission of sustaining socioeconomic and infrastructure development is, therefore, not alien to the interest of all economic agents that interact within the region. Syria, Libya and Iraq have been facing major threats to stability that are probably connected to previous social factors that are under the power of a regional development bank to help with. The accumulation of civil conflicts in the last decade in the region will presumably strengthen the belief that long-term economic prosperity is essential to those countries and increase the value of an institution like the IsDB as an important actor capable of contributing to stability.

3.3 INFRASTRUCTURE RECONSTRUCTION IN IRAQ

In December 2017, the Iraqi government declared the military victory over the Islamic State's (ISIS)[5] forces (Blanchard 2018; WBG 2018). The conquest of the city of

5 The ISIS history started during the Iraq war (2003-2011), when the members of the Al-Qaeda in Iraq allied forces with other jihadists groups, in 2006, after the death of its leader Abu Musab Al-Zarqawi (Encyclopaedia Britannica 2018; Shamieh and Szenes 2015). With the withdrawal of U.S.' forces from the country, in 2010, and the critical social and political situation in Iraq, ISIS found the opportunity to grow as the organization that we know today (Shamieh and Szenes 2015).

Mosul, located in the northern region of the country and used as the capital of the ISIS' caliphate, marked the ending of a three-year conflict that started in 2014 (Blanchard 2018; Ignatiev 2017; WBG 2018). Although the military conflict has ended, the country is still suffering from terrorist attacks from the remaining combatants of ISIS, mainly in the northern and north-eastern regions of Iraq (Blanchard 2018).

However, the ongoing political and military stabilization of Iraq was gained at the expense of economic and, mainly, human losses. According to the Word Bank Group (WBG)'s economic monitor of Iraq (2018a), the conflict has cost the lives of 67,000 Iraqi civilians, 3 million Internally Displaced Persons (IDPs) and 8.7 million people in needing of humanitarian aid. Regarding the economic costs of the conflict, the World Bank monitor (2018a) points out that the conflict has also caused the destruction of infrastructure and assets in the Iraqi regions once controlled by ISIS.

Therefore, the government in Iraq will face challenges of two different orders after the end of the conflict. The first is one of political order: the new government formed in the May 12 election will have to cope with the challenge of keeping security and social cohesion in the country (Arab News 2018). Until the conclusion of this paper, it was possible to notice that the new Iraqi government has been failing to create a majority in the parliament to form its new government, as well to achieve social cohesion. The Iraqi population has been protesting against the scarce deliverance of public services, mostly related to the cut of electricity supply throughout the country (Al-Monitor 2018b; Al-Monitor 2018c)[6].

The establishment of a government with wide support of the different segments of the country's society is not the only challenge for Baghdad. After the spread of ISIS in the northern and north-eastern provinces of Iraq, the Kurdish forces re-established control in some of these areas, especially in the north-eastern regions of the country, close to the Kurdistan (Blanchard 2018; Ignatiev 2017). In fact, the situation between Baghdad's government and the Kurdish forces is delicate. Since 2005, the Kurdish region has been enjoying a great deal of autonomy on regard of the central government of Iraq. An example of this autonomy is the control that Kurdish authorities have had over oil plants in the region they occupy (Blanchard 2018).

The situation is more drastic at the city of Kirkuk, near the Kurdistan region, where the Kurdish forces have taken control after the defeat of ISIS and where, currently, the Iraqi government tries to regain control. The fight for dominance over this city is important for both sides, because some of the most important oil fields are located near it (Blanchard 2018). Therefore, conversations between the Kurdish and Iraqi leaders are being held in order to establish an agreement about the autonomy of the Kurdistan and the control of some disputed regions, including Kirkuk. The outcomes of these talks resulted in a victory for Baghdad, with the Kurdish leaders thus agreeing to retreat their forces to a pre-2014 situation (Blanchard 2018).

The political situation in Iraq stands as shown previously. The government's ability to handle the street protests and supply the population with the needed public services will be important to determine the future of the country. On the other

6 The shortage in the electricity supply was caused by the suspension of the energy passed to Iraq by the Iranian government. Tehran alleged that the absence of payments by the Iraqi government led to the suspension of the supply. Baghdad's authorities, for their turn, pointed the difficulty to make financial transferences because of the U.S.' embargoes. In light of the situation, the Saudi authorities already showed interest in providing energy to Iraq, offering the construction of a solar plant in the country and better prices of the megawatt per hour tariffs to Iraq (Al-Monitor 2018c).

hand, the disputes over territories with the Kurdish forces and with some remaining ISIS' militants continue, despite the formal victory of the Iraqi forces.

IMAGE 1: THE REGIONS DISPUTE IN IRAQ AS OF JANUARY 25, 2018



Source: Blanchard 2018

The second challenge is of economic order. According to the Iraqi government, the country will need economic aid in the order of 80 to 100 billion dollars to reconstruct the country (Al-Monitor 2018a). This amount of money is part of the Iraqi government's 10-year reconstruction plan, which has the objective of reconstructing the cities and infrastructure destroyed during the conflict against ISIS (Zawya 2017; Al-Monitor 2018). The 10-year plan intends to allocate 22 billion dollars of the total in short term investments, and the other 65 billion in medium term projects (WBG 2018b). Out of the total amount of the resources needed, more than 28 billion dollars are reserved for investments aiming at the reconstruction of the infrastructure of the regions demised by the conflict. The project of infrastructure also includes the reconstruction of the Beygee oil refinery complex. The quick reconstruction of the complex would guarantee a significant amount of new employments and could, in part, help the energy supply shortage of the region (WBG 2018b).

Some countries of the region have already allocated resources, in form of loans and investments, in the Iraqi territory. Turkey, for instance, will allocate 5 billion dollars of investments and loans. Saudi Arabia is another country that will contribute with the Iraqi project, with over 1 billion. Iran, moreover, also contributed with a quantity of investments and loans. Qatar and Kuwait, finally, will contribute with 3 billion together. In spite of the investments and loans of its neighbor countries, the government of Iraq did not reach the 80 billion dollars goal to sustain its reconstruction plan yet (Al-Monitor 2018a). Therefore, there still exists the necessity of other countries' assistance in order to put back on track the Iraqi economy. The infrastructure fund of the IsDB becomes one important alternative to finance the 10-year reconstruction plan, because of the amount of capital that it can provide to Iraq.

Hence, the situation in the country is one of uncertainty. The result of the elections of May, the resolution of the political stalemate with the Kurds and the lack of capabilities to fund its reconstruction project are the principal obstacles for Iraq to begin to rise again. Even with these problems, the first – and one of the most important – steps has been taken: the victory upon the forces of ISIS, which is indispensable for the reconstruction and future peace and development of Iraq.

3.4 INFRASTRUCTURE RECONSTRUCTION IN LIBYA

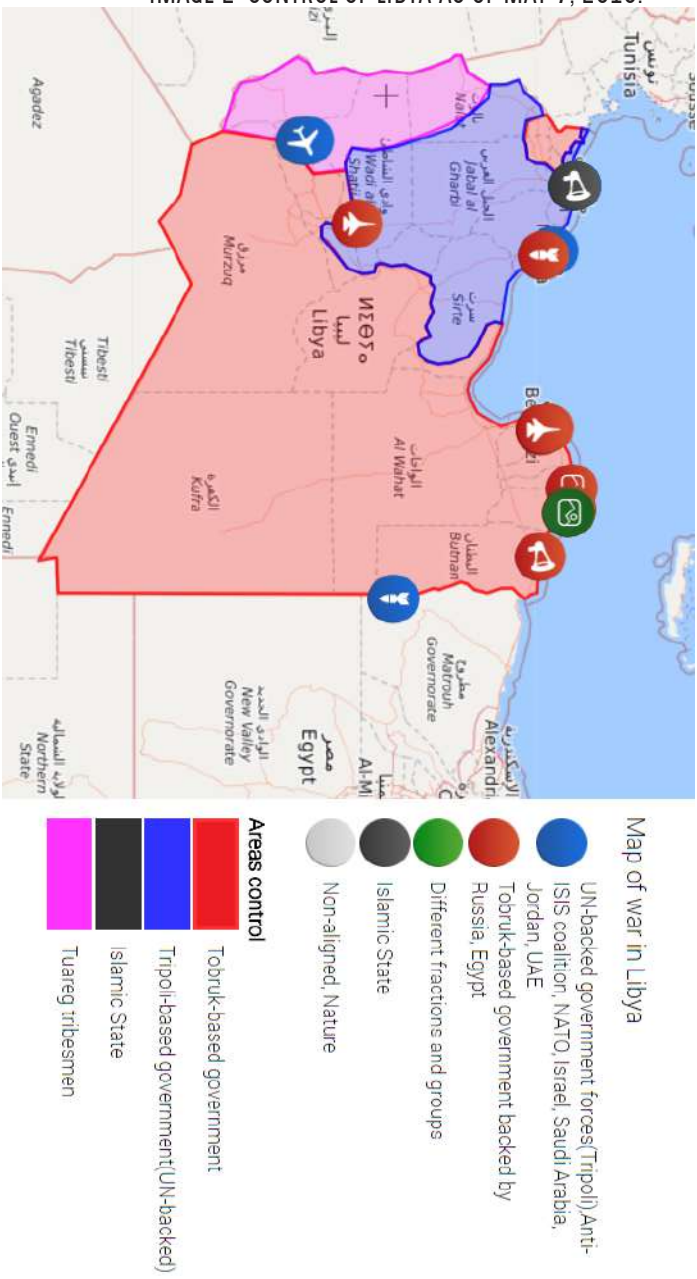
Seven years after the start of the revolution in Libya, the ongoing violence has already displaced one tenth of its 6 million population inside the country, and about 125.000 externally, fleeing particularly to Europe, due to its close proximity. The war has also affected more than half the population, of which 2.4 million are in need of protection and humanitarian assistance (WBG 2017a). A country of deep social divisions and almost non-existent national institutions, Libya, since the fall of Qadaffi – promoted alongside heavy Western intervention – has been struggling with a power vacuum, with rival administration, dozens of different armed groups, and complex and shifting tribal alliances that battle for the control of the oil-rich-state (Kaplan and Kodmani 2016). Despite no longer controlling significant territories, the Islamic State is still present in this scenario, active enough to be conducting complex attacks (Schmitt 2018). Even though the country's widespread violence is not nearly as severe as Syria's[7], it is clear that this level could get a lot worse in Libya, since political stability is far from being achieved (Giacomo et al. 2017).

Currently, there are mainly two separate governments ruling different parts of Libya. There is the government based in Tobruk, the House of Representatives (HoR), which was established in 2014 and which is backed by the Libyan National Army, and the Government of National Accord (GNA), based in Tripoli, which came from a political agreement and an initiative led by the United Nations in 2016[8]. This new government, however, has struggled to extend its control beyond Tripoli. This political division might be tackled with the upcoming Libyan elections, agreed upon by both political entities in an effort to stabilize the country, but the dates and the democratic process have not yet been fully settled (Elumami 2018).

7 Since May 2014, there have been reportedly around 10.000 casualties in Libya; in Syria, since March 2011, the death toll has gone beyond 350.000 people (ACLED Data 2018; Daily Mail 2018).

8 The head of the GNA and main international representative of Libya is Prime-Minister Fayez al-Serraj. The HoR is mostly backed by General Khalifa Haftar, who served in the Libyan army before defecting. Haftar is the favourite to win the upcoming Libyan elections, while Al-Serraj is likely to maintain is post as chairman of the GNA (Macaron 2017).

IMAGE 2: CONTROL OF LIBYA AS OF MAY 7, 2018.



Source: Liveuamap 2018

Although the unification and the stabilization of the country is of utmost importance for most Arab countries (and especially Egypt, as Libya's neighbour, which fears a spill over of violence within its own borders), Libya is represented in the IsDB by the GNA, which means no negotiations can be made regarding the Libyan territory controlled by the HoR in the short term. Nevertheless, the IsDB is regarded by Libya as a source of further stabilization of the country, which can continue with the strengthening of the GNA-controlled area and the UN-backed government. As Libya's Minister of Finance has stated at the 42nd Annual Meeting of the IsDB Board of Governors in 2017,

> given the exceptional circumstances of my country, we hope to intensify efforts so that the Bank can use its potential to support investment, development and youth programs in Libya. [...]. We hope that IDB Group will be an effective contributor to providing financing and technical advice to my country's investment and infrastructure projects. We hope it will also play an important role in the stabilization and development of Libya and neighbouring countries that are members of the Bank Group (IsDB 2017d, 1-2).

What is most clear is that the issue of Libya's loose social fabric cannot be solved exclusively with a centralized approach. Flexibility will be key to the stabilization of Libya, and infrastructure investment can aid this process (Kaplan and Kodmani 2016). The economy of Libya depends on oil for almost all exports earnings, 80 percent of government revenue and half of GDP (WBG 2017a). While addressing this issue is important for the economy to start growing again and to provide financing for further reconstruction, further development of Libya's young human resources is also increasingly important. The promotion of public-private partnerships may help engage young Libyans in national reconstruction projects, which will be helpful to distance them from armed insurgency, apart from making them find relevance in national discourse and unity (Sengupta, *Gulf News*, 2017). This feeling of pride was seen in an effort of reconstructing Sirte, one of ISIS' last strongholds to be reconquered, and in Sirte University, which was able to reopen its doors to students and professors, only months after the fall of ISIS in the city, after local business leaders agreed to finance its reconstruction (Galtier 2017).

A survey by the United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (UNOCHA) in Libya shows that only four hospitals were found to be performing above 75 percent functionality out of the total 98 hospitals surveyed (UNOCHA 2017). People lack clean water and sanitation facilities (54 percent of people report reduction in the quantity of safe water), proper housing (due to significant damages to housing and infrastructure), education services (over 558 schools are either no longer functional or partially functional) and food (17 percent of IDPs are food insecure). The International Monetary Fund (IMF) has estimated that the cost of reconstruction will exceed US$80 billion, and, so far, investments have been insufficient to sustain adequate public provision of health, education, electricity, water and sanitation services (Mikhail 2018; WBG 2017a).

Libya's particular political situation is a challenge to overcome when discussing reconstruction infrastructure investments in the country. However, being the country with the second biggest share in the IsDB, it is certainly active in the forum and intends to use such leverage to help stabilize its situation. Fundamentally, while

the financial and technical support of regional and international partners is critical, the reconstruction program should be a national-driven, and not a donor exercise. It means that it needs to concern national visions and agendas developed through inclusive forums of debate. This process can be reinforced by working through national institutions, even if they are nascent, rather than impose a foreign entity in an already fragile situation (WBG 2017a). For a country that has seen so much foreign intervention within its borders, the IsDB can surely help with this situation, aiding not through intrusion, but through cooperation between Muslim countries.

3.5 INFRASTRUCTURE RECONSTRUCTION IN SYRIA

The experience of the Arab Spring in Syria has led to one of the deadliest conflicts in recent history, having already killed half a million people, displacing half of the 22 million pre-war population (one-third of them outside the country) and pushing more than two-thirds of Syrians into poverty (WBG 2017a). When popular unrest swept the country in 2011, the reaction of the central government was a brutal repression that led to a bloody civil war. It is unclear whether Syria's multi-ethnic social fabric triggered the war or whether the war caused the social sectarian division, but it is clear that there are currently several factions fighting: the Syrian Government and its various supporters, a loose alliance of Syrian Arab rebel groups, the Syrian Democratic Forces, the Kurdish autonomous region of Rojava[9], Salafi jihadist groups who often cooperate with the Syrian rebels (like Al-Qaeda), and ISIS – or Daesh. The latter has turned during the civil war into a major force in the country's sectarian insurgency, having captured and controlled swaths of Syria and Iraq – squeezing some of the crude oil production in both countries (WBG 2017a).

It is important to emphasize the role of the Sunni-Shia[10] divide and the geopolitical standoff between Iran and Saudi Arabia in the conflict's politics. The support for an undermining of Bashar al-Assad's Shia-led government in Syria – a country of Sunni majority – came mainly from Western nations, Turkey and the Gulf monarchies[11], which trained these Sunni groups on military, financial and training aspects (Martins and Rocha 2017). The attack on the regime, which has strong political ties with Russia (which has military bases in Syria) and Iran (a Shia majority country), also aims at weakening Iran's axis of influence in the Middle East, which contests American and Israeli hegemonic policies in the region, as well as creates hostility towards their regional allies (Roberto and Visentini 2015). This opposition could be noticed early on in the Arab Spring, when the crackdown between government and anti-government in 2011 resulted in strong international sanctions imposed mainly

9 The Democratic Federation of Northern Syria, commonly known as Rojava, has been striving to establish a Kurdish direct democracy and a gender revolution, firming itself in women liberation amidst war. Not surprisingly, the regime has been attacked multiple times by Turkey, which, on its part, has been deepening its authoritarianism and which contains a large portion of Kurdish population whose separatist claims will strengthen with Rojava's possible success (Jones 2018).

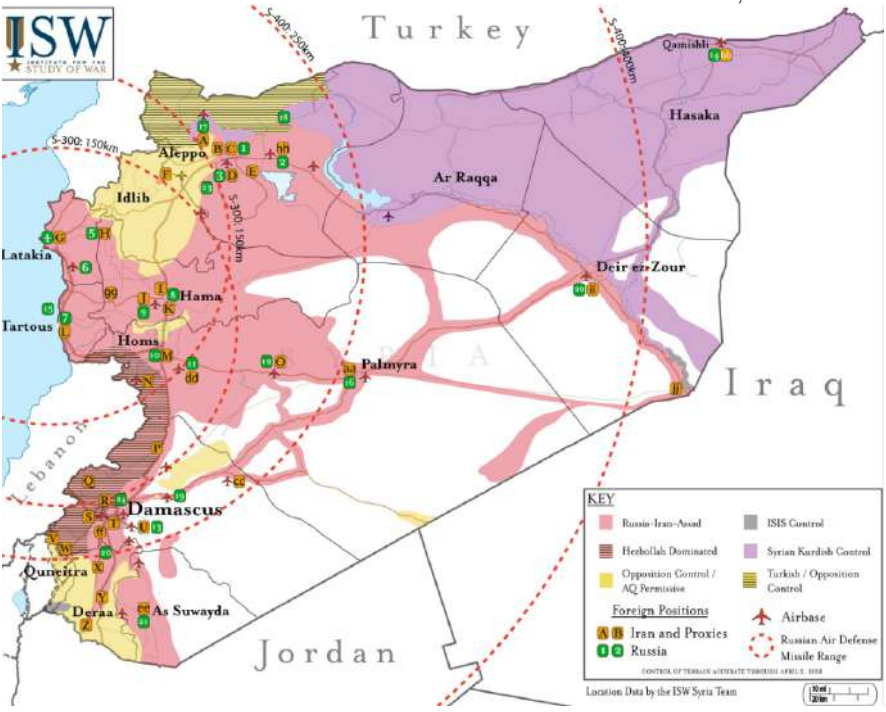
10 Both relate to an ancient schism that happened in the Muslim religion in the 7th Century AD. They differ in doctrine, ritual, law, theology and religious organization, with around 90% of the world Muslims being Sunni and the other 10% Shia (BBC 2016).

11 The Gulf monarchies are all countries in the Middle East rich in oil with conservative autocratic regimes. They are mostly represented by Saudi Arabia, the United Arab States, Kuwait, Bahrain, Qatar and Oman (Davidson 2012).

by the U.S., the European Union and the League of Arab States, which deepened Syria's international isolation (MacFarquhar and Bakri 2011). With a heavy impact on its economy, Syria has largely relied on Iran, Iraq (which signalled the Arab League it would not participate in the sanctions), Russia and, to some extent, Turkey and Jordan to counter the impact of the trade losses on the economy (WBG 2017a). As BBC (2016, online) has argued, "in Syria, Iranian troops, Hezbollah fighters and Iranian-backed Shia militiamen have been helping the Shia-led government battle the Sunni-dominated opposition". China and especially Russia are also against a push for Assad's fall, since he represents a political resistance against Western hegemony in the Middle East.

At present, the worst violence of Syrian civil war is winding down, as government forces have reclaimed large parts of territory previously controlled by rebels and as ISIS has been pushed out of its major strongholds (Allen-Ebrahimian 2017). Assad's regime currently controls around one third of the territory, but 75 percent of the populated areas of Syria. This increasing number of retaken area sends a strong signal of the growing probability of Assad's endurance through the Syrian war and, therefore, of no regime change in the short term for post-war Syria. The Kurdish North represents roughly 20 percent of the territory, but only a couple million people at most live in those areas (O'Hanlon et al. 2018). It is not clear yet how the war will end and if peace will eventually be attained, but the challenges of reconstructing the country need to be urgently addressed.

IMAGE 3: POSTURE OF SYRIAN REGIME AND ALLIES AS OF APRIL 2, 2018.



Source: ISW 2018

The future of Syria and its regime is tied to the country's infrastructure reconstruction and to its slow return to normality. Its recovery and growth will depend on the reconstruction strategy, on the implementation and on the resources available from the international community. At the same time, reconstruction aid is being increasingly perceived by other countries as a form of political leverage with Assad's regime for when the political, economic and warring turmoil is over. As Western states tie their support to the demand of a political transition that can be supported by a majority of the Syrian people, Syria is looking chiefly to Russia, China[12] and Iran for help with this process (Reuters 2017c). In August 2017, for the first time since 2011, Syria held the Damascus International Fair to discuss potentially enormous contracts for reconstruction work in its territory, which will have an estimated cost ranging from US$200 billion to US$300 billion. Representatives from Russian and Iranian firms were the main stakeholders of the event, while countries that had aided the Syrian opposition are still highly disregarded in the rebuilding process (Al-Monitor 2017). Therefore, there are strong political stances underlying the process of the country's reconstruction, which is a challenge to be tackled for cooperation and investment to be achieved by the IsDB in this committee. Saudi Arabia, the owner of more than one fifth of the bank's shares, has been firmly against Assad during the civil war. However, its Crown Prince Mohammed Bin Salman has recently stated that Bashar will stay and that it is hoped that he won't let Syria become a puppet state of Iran, marking a break from previous insistence on Assad's fall (Hennigan 2018).

When the conflict in Syria ends, the country will have to overcome a multitude of urgent economic and social challenges to maintain peace and promote stabilization. During the war, the conflict has caused the partial or full breakdown of urban systems in many cities by destroying houses and public service–related infrastructure such as roads, schools, and hospitals, while leading to an economic collapse in many areas (WBG 2017b). As Sengupta (Sengupta, *New York Times*, 2017, online) has described,

> in parts of Aleppo, the country's second largest city, retaken by government forces a year ago, the municipal water supply is still broken, requiring the International Committee of the Red Cross to truck in water, an expensive process. The historic city center of Homs, which rebels gave up in 2014 after a crippling siege, is still an impassable maze of rubble.

Following Aleppo, Homs and Hama are the most affected cities, with around 83 percent of Homs' damages estimates relating to housing and around 80 percent of Hama's to the energy sector. Adding three other major cities (Dar'a, Idlib and Latakia), damages among seven sectors amount closely to US$68 billion. In this analysis, the most affected ones are housing (ranging from US$22,8 to 28 billion in damage), energy (ranging from US$6,1 to 8,5 billion in damage), health (ranging from US$1,8 to 2,2 billion in damage) and education (ranging from US$1,1 to 2,2 billion in damage). The other three sectors, water and sanitation, agriculture and transport, amount to damage costing up to US$1,8 billion (WBG 2017a).

12 Beijing's efforts to take the lead in rebuilding Syria, even before the conflict has ceased, are tied to President Xi Jinping's desire to build a new Silk Road connecting the whole Eurasia, a megaproject that ultimately also involves Syrian territory (Marks 2018).

It is important to recognize that a better strategy for the infrastructure reconstruction of Syria must also help in the stabilization of the country's economy. In order to achieve this goal, a boost in public investments must have a comprehensive approach towards its priorities. According to a study made by the WBG (2017b), most of the economic losses of the war comes from the economic disruption itself rather than from physical capital loss. With a large part of its population in poverty, a significant brain-drain and a whole generation of children that has grown without adequate education, the loss of human capital in Syria is enormous (WBG 2017b). In terms of infrastructure investment, this translates into the need of helping set up again proper schooling system in Syria. These are even more important when long-term stability and the end of the economic disruption are taken into account as central points of the reconstruction strategy.

It is clear that the task of rebuilding Syria cannot be solved alone by a single state or international organization, which means political cooperation is key in finding a long-term solution for the country. The reconstruction is indeed already underway and Western media generally appears to be largely neglectful about the substantial groundwork being done by governments, companies and individuals seeking a future role in Syria's reconstruction, probably because the West is simply missing out (Jacobsen 2018). The Islamic Development Bank, driven by a goal of developing the Muslim world, can take part in this process, discussing where its resources are most essential in Syria.

4 PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

As already mentioned in the Statement of the Issue, since the end of World War II, post-war reconstruction plans have been organized and executed by countries, international and regional organizations. The following section will expose some examples of these post-conflict reconstruction initiatives. First, the Marshall Plan will be approached due to its historical relevance and, mainly, in order to use it as an example of regional coordination to plan and execute the projects that were financed by the United States. Second, the case of Mozambique's reconstruction plan will be exemplified, in order to highlight the importance of investments in infrastructure in countries that have had their infrastructure damaged in conflicts. The Mozambican case is also important to illustrate the importance of multilateral organizations, as the World Bank and the IsDB, in the financing of reconstruction projects. Lastly, the IsDB's activity in projects of infrastructure reconstruction in war-torn countries will be presented.

4.1 THE MARSHALL PLAN

The most notorious post-conflict reconstruction plan was undoubtedly the Economic Recovery Act of 1948, established by the United States government, also known as the Marshall Plan. Conceived in 1947 by the Secretary of State of President Truman's administration, General George Marshall, the main objective of this economic aid plan was to finance the reconstruction of the war-torn Western Europe countries' economy. The Marshall Plan was embodied in a series of loans to Europeans countries in order to finance their reconstruction, mainly in the agricultural and

industrial sectors, which were critically compromised after World War II (Burk 2001; Medlin 2014; Milward 2005).

The reasons that led to the formulations of this economic plan went beyond altruistic reasons, nonetheless (Burk 2001; Medlin 2014). First, there was a geopolitical reason: after the end of the war, the Soviet Union began to gradually spread its influence through Eastern Europe, and the influence of communist parties in countries such as France and Italy concerned Washington. Thus, a Western liberal and capitalist Europe was regarded as a way of preventing the spread of communism in the allied countries (Burk 2001; Medlin 2014). The second reason is one of economic order. The United States needed a wealthy market to which it could export its own production (Milward 2005). The last reason, and directly connected with the second one, referred to the European economic situation. Although the European countries managed to conceive a considerable economic growth[13] in the first years of peace, the situation became critical in 1947. The industrial and agricultural outputs were in a low rate, forcing the European countries to import from the United States the products needed to the subsistence of its population. That situation put even more pressure, through the balance of payments, in the struggling continental European governments (Milward 2005).

The solution for this issue was the loan of 13 billion dollars[14] by the United States' government to European countries to finance their imports of American goods and, at the same time, provide the means to the European economic reconstruction (Medlin 2014). Even though the loans came from the United States, Washington was not responsible for the allocation of these resources. In fact, in light of the American aid, sixteen European countries gathered to create the Committee of European Economic Cooperation (CEEC) in 1947. In 1948, the CEEC turned into the Organization for European Economic Cooperation (OEEC), aiming at administrating and determining the areas and countries that most needed the North-American inflows (Medlin 2014).

Thus, the Marshall Plan became one of the most notorious post-conflict reconstruction and economic aid plan in contemporary history. Moreover, the plan managed to guarantee consuming markets for the North-American production and to foster the European cooperation.

4.2 THE MOZAMBIQUE AID

After the end of the civil war in Mozambique[15], in 1992, the country's government received economic aid from the United Nations (UN) – that was also coordi-

13 The industrial production in Western Europe in 1946, for instance, grew considerably. In the last quarter of that year, the industrial production recovered 83% of the value that had in 1938. This growth pressured the balance of trade of the European countries. In 1947, the European deficit with the United States reached more than 4 billion dollars (Milward 2005).

14 This quantity of dollars represents the value of the period that the Marshall Plan was executed. The value of the loan, in 2008 amounts, correspond to 100 billion dollars loaned (Morella 2014).

15 In 1975, Mozambique became an independent country. The recently formed state was governed by the Mozambique Liberation Front (FRELIMO), which had a strategic alliance with the Soviet Union and backed liberation movements in its neighbor countries in the region, such as Zimbabwe and Namibia. Furthermore, the FRELIMO regime opposed to the apartheid regime in South Africa. These situations, allied with the broader context of the Cold War, led the regime of apartheid in South Africa, alongisde the support of the white-minority government of Rhodesia, sponsor the Mozambique National Resistance (RENAMO), a military group that had the purpose of ceasing FRELIMO's power. Thus, in 1976, Mozambique entered in a civil war, in which these two groups confronted themselves until 1992 (Cau 2011).

nating a peacekeeping operation in the country[16] – and the World Bank (WB). These multilateral organizations focused their economic aid on the financing of infrastructure projects (Girod 2007). According to a UN report, the economic aid provided by the organization through loans and mostly through reliefs reached the amount of 879 million dollars in 1995. More than 80% (733 millions) of this amount was dedicated to the reconstruction and development of projects (United Nations 1996a). The importance of external aid to the reconstruction of the country can be exemplified by the fact that 78% of public investment in Mozambique in the first years after the end of the civil war was financed by international aid (United Nations 1996a).

Moreover, most of the 733 million dollars spent in reconstruction financed health and agricultural projects, such as the construction of hospitals, housing, basic sanitation and water supply (Girod 2007; United Nations 1996a). Similarly to the UN's economic aid, the WB also made loans to the Mozambican government. The bank loaned 400 million dollars to finance the construction of railroads across the country. Other infrastructure project financed by the organization was the economic help to restructure Mozambique's public gas company in order to allow it to prospect gas in the natural reserves of the country for domestic and international consumption. Besides the infrastructure area, the WB also financed agricultural projects and nutritional and health projects for the population (Landau 1998).

According to Girod (2007), the results of these initiatives were visible after a few years. The rates of infant mortality declined considerably in the years following the ceasefire agreement. Such indicator is useful to measure the efficiency of the post-conflict aid, since it represents the outcome of a wide range of factors, such as the improvement in the health system (through vaccination and the construction of hospitals), urbanization (through housing and basic sanitation) and food supply (through agricultural investment) (Girod 2007). Moreover, "Mozambique's economic growth became the fastest in Africa" (Girod 2007, 77), with the country growing more than 8% one year after the peace agreement and reaching the peak of 26% of GDP growth in 1996 (WBG 2018c).

4.3 ISLAMIC DEVELOPMENT BANK'S INITIATIVES

Although the IsDB has not carried out coordinated economic aid for post--conflict countries as the ones shown by the previous examples, the bank has financed projects of infrastructure in regions through the Islamic world that were destroyed by conflict. One example of this kind of initiative is the Alternative Roads Project, launched in 2004. This project aimed at the construction of roads, especially in rural areas, in the territory of Palestine, in order to provide new routes to its inhabitants, which suffered from the blockage of roads in the occupied territories of the region (IsDB 2018a).

Other projects that sought to promote economic aid in war-torn countries were the Procurement of Railway Wagons and the Atbara River Road/Rail Bridge

16 In 1992, with the end of the Mozambican civil war, the Security Council of the United Nations determined the creation of a peacekeeping operation in Mozambique, in order to secure the fulfillment of the ceasefire agreement between RENAMO and the Mozambican government. Thus, the United Nations Operation in Mozambique was created, in 1992, to guarantee the peace in the country (United Nations 1996b).

projects. Both of them took place in Sudan, during and after the end of its civil war[17], and were designed to enhance the country's infrastructure (IsDB 2018b; 2018d). The Atbara River/Road/Rail Bridge project aims at connecting Khartoum to Port Sudan, sparing the Sudanese people – as for the trains of the country – the 440 kilometers of journey that used to be travelled through the old route (Consolidated Consultant Group 2018).

The Construction of Doshi to Pol-e-Khumri Road project, for its turn, is another example that illustrated the IsDB's participation in infrastructure construction in countries affected by conflicts. This project aimed at linking the capital of Afghanistan, Kabul, to its northern provinces and to its border with neighbor countries, as Tajikistan and Uzbekistan (IsDB 2018c).

Lastly, the most recent project of infrastructure reconstruction sponsored by the bank is the Improvement of Expressway Nº 1 Main Trade Corridor in Iraq, with neighboring countries. This project was launched in 2017 and has the objective of fostering the economic rebirth of the recent pacified country (IsDB 2018e). This Corridor is a 1,300-kilometer road connecting a great number of regions of Iraq, including Baghdad, to countries of the Levant, as Jordan and Syria. The project, which has a total cost of 1 billion dollars, is a joint initiative between the IsDB, the Iraqi government and other international partners, being the Bank responsible for the financing of 217 million dollars out of the total (Iraq Business News 2014).

5 BLOC POSITIONS

The **Arab Republic of Egypt,** bordering Libya on the West, has made more direct efforts to be a mediator in North-Africa and, when it comes to Libya, to influence the outcomes in its context of instability. Even though Egypt has an agreement with Algeria regarding non-intervention in Libya and has made efforts to reconcile its two main governments, the country provides air support for Libya's Haftar government in Tobruk (Taylor 2018). However, since a merging of both political entities is expected, Libyan Minister of Finance (GNA government) Osama Hamad has openly stated that priority will be given to Egyptian companies in the reconstruction of Libya (Samir 2017). Thus, Egypt's influence in Libya may still be exercised through economic means in the IsDB. This is also the case for Syria. As a strong supporter of anti-Islamism, Egypt has, since Assad regime's and Russia's announcement of the victory over ISIS, began to prepare its companies for the entrance into the Syrian market (Baladi 2018). As to not upset its key ally in the Gulf, Saudi Arabia, Egypt has made sure these processes occur with mutual cooperation between the two countries, which happened recently at the Egyptian-Saudi Business Council, where future joint investment projects in the reconstruction of Libya, Syria and Iraq were discussed (Baladi 2018). At the same time, Egypt's support for Assad to remain in power, despite having reservations on the way he managed the Syrian conflict,

17 Since its independence, in 1956, Sudan has been engulfed by a conflict in its own territory (Schneider 2008; Gerbase 2015). The Sudanese government had to cope with a civil war against the forces of the South – which sought their independence from the North – in 1956 and in the 1990s again. The result of these conflicts led to the creation of South Sudan. Moreover, in 2003, the government of Sudan had to fight against separatist forces of the region of Darfur, in the East. The region remained as part of Sudan (Schneider 2008).

inserts itself in a trend of rapprochement between Egypt and Russia, a cooperation that revolves mainly around curbing Saudi Arabian and Turkish-backed militias that were deployed to Syria to overthrow the Assad regime (Soliman 2018). In the case of Iraq, Egypt's presence is also strong: it had a significant role in Iraq's war against terrorism and balanced international policies when it comes to smoothing crises in the Arab region, having mediator power (Al-Sadr 2018). Egyptian companies will, therefore, assert their welcomed presence in Iraq's reconstruction, having in it a large role because of their vast experience in a number of areas Iraq needs in the coming period (Abadi 2018).

The **Arab Republic of Syria** has been ravaged by war and its cities are, at this point, lacking basic infrastructure, such as sanitation, schooling and proper roads for transportation. It seeks, as Assad is set to withstand the war victorious, investment especially from countries that helped it win the war (Reuters 2017c). However, because resources are needed in enormous amounts, political dialogue with countries that helped wage war against Assad, such as the Western bloc and the Gulf monarchies, is also necessary. The Assad regime is currently backed mainly by Russia and Iran, which has consequences for the way Assad carries out its foreign policy. Concerning Libya, it means a support for the House of Representatives government, the one in East Libya and whose capital is Tobruk. Such support can be illustrated by an effort of both governments to strengthen ties and culminated in an open trade line deal in 2018 between the Latakia (Syria) and the Benghazi ports (Libya – controlled by the East Libyan government) (Najjair 2018). This makes a stronger case for the Syrian government to use the IsDB forum to attempt to receive investments rather than support them in the GNA-controlled part of West Libya. Assad's regime is interested in attracting foreign investment especially from its earlier allies and, at least, from countries who did not work actively to topple the Syrian president during the war, as the Western bloc did (Al-Monitor 2017). However, financing Syria's US$200 to US$300 billion reconstruction will require financial aid from all over the world, which means political dialogue will be a key component for attracting as most capital as possible to Syria without compromising the regime. Moreover, Iraq is one of the closest Arab countries to Assad's regime, having abstained from the Arab League's sanctions against Syria, which intended to undermine the regime. Also, Iraq has taken part in the Russian-led coalition to fight ISIS – a problem that the country has faced in its own territory (Batty and Shenker 2011). Thus, as allies and neighbors who have both struggled with ISIS, Syria and Iraq are interested in a mutual cooperation, as well as the pacification in each other's country. It is the safest way to guarantee longstanding peace in the region (Reuters 2017b).

Much like Syria, the **Federal Republic of Nigeria** has also been waging a battle against Islamist factions in its own territory – namely, Boko Haram, a terrorist group headquartered within Nigerian borders. Thus, the country has empathized with the Syria's situation by calling for all parties involved in the Syrian conflict to seek a peaceful resolution (Gaffey 2016). One may notice, nevertheless, that there may exist major interests involved in the Nigerian participation in Syria's reconstruction. Besides having growing indigenous construction firms that may take part in the reconstruction process, the country can promote its non-oil exports to the Syrian economy and have a larger presence outside its comfort zones of West Africa and other African sub-regions (Onunaiju 2018). Nigeria's relations with Libya are, to a considerable

extent, hampered by the problem posed by the epidemic of slavery and sex-trafficking of Nigerians in Libya, who attempt to go to the North African country in order to get to Europe. As a result, the country has criticized the Tripoli government for not doing enough to prevent this situation (O'Toole 2017). Evidently, Libyan stabilization plays a role in helping fight this issue, even though there has been a Nigerian backlash regarding Libya's take on the matter. Finally, although Nigeria and Iraq do not hold strong ties, the recent reopening of Nigeria's embassy in Iraq is a first step in setting further economic cooperation between the two countries (Ahmad 2013).

The **Islamic Republic of Iran** is the third largest shareholder of the Islamic Development Bank (IsDB 2018f) and a strong advocate of the diversification of the bank's operations. Such a claim derives from the premise that the institution allocates its resources on a biased manner towards Sunni nations and in disregard for Shia-predominant ones such as Iran itself. Due to Saudi Arabia's - Tehran's major rival - dominating status within the IsDB, it is capable of "creating a set of advantaged and disadvantaged member countries", amongst which Iranian interests are definitely "underrepresented in allocation decisions" (Hernandez and Vadlamannati 2014, 26). This entire situation is circumscribed within the broad and generalized power dispute taking place in the Middle East between Iran and Saudi Arabia, which also pervades almost all of the ongoing regional crises such as Syria, Yemen and less prominently Iraq. If Saudi Arabia's efforts to isolate Iran already entailed economic losses to the Shia country, the United States of America's withdrawal from the Joint Comprehensive Plan of Action and the renewed sanctions meant even more hardship for Tehran's macroeconomic revenues. The resulting scenario necessarily prompts Iran to deepen its economic engagement with traditional allies, amongst which Iraq and Syria are the ones most worthy to mention - both now under reconstruction processes (Badawi 2018). The whole picture, now, is of a race and dispute between Saudi allies and Iranian ones over the recovering markets and reconstruction deals which are emerging in post-conflict areas. In this sense, regarding the Syrian war, the Iranian Defense Ministry announced a reconstruction deal alongside Damascus in 2018, stating that Tehran has helped the Syrian government politically, militarily and financially throughout the entire crisis and that it is still willing to maintain and increase such kind of aid in the upcoming years, which clearly indicates Iranian plans to fund as much projects as possible in the country (Middle East Eye 2018c). As for Iraq, country with which Iran shares borders, Tehran has recently stated it is ready to provide a $3 billion credit line to reconstruct the former. Iran's First Vice-President has told Sputnik this engagement is "[...] necessary to connect the railway systems of both countries and the sides are planning to construct a bridge and a 30-kilometer section of the railway, [through which] Iraq will be able to get access to Central Asia and China, and the Iranian railways will reach the Mediterranean" (Jahangiri 2018, online). When it comes to Libya, the country is benefiting from the renewed sanctions over Iran, which is seeing its oil revenues decay and Libyan ones increase. In this sense, Iran maintains a less prominent interest in the reconstruction of the African country, what may influence Tehran's investment decisions within the IsDB in favor of the Syrian and Iraqi theatres (Wardany and Grant 2018).

The **Kingdom of Jordan** is heavily affected by ongoing crises in its neighboring countries. Due to its shared borders with both Syria and Palestine, Jordan is one of the major destinations for migrants in the region, hosting more than one million

refugees (United Nations High Commissioner for Refugees 2018). Most of these forcibly displaced persons are living in major cities of the kingdom, such as Amman, Jordan's capital. This overpopulation, altogether with the strategic location that Jordan possesses in the MENA region, has been creating pressure for a better infrastructure in the major municipalities and in the kingdom's sector of transportations, leading the country in its search for foreign investments. In 2016, the European Bank for Reconstruction and Development (EBRD) started a five-year program aiming at developing infrastructure in multiple sectors of the developing country, planning to invest more than 3.3 billions of dollars (EBRD 2016; Middle East Online 2018). This is justified not only by the costs of the refugee flows towards Jordan, but also by the position the Kingdom of Jordan holds, as it is one of the major routes for the transit of goods and services for the Iraqi, Palestinian, and Syrian governments (World Economic Forum 2018). Consistently, Jordan is invited to take place in conversations for the stabilization in the south of Syria and in the southwest of Iraq. Additionally, one of the main objectives of Jordan's foreign policy is its participation in the reconstruction of nearby countries, especially Iraq and Syria. In 2017, the country held a regional forum on post-conflict reconstruction, preparing Jordanian companies to take a leading role in the infrastructure projects, claiming that "post-conflict reconstruction includes rebuilding infrastructure and also institutional systems" (Jordan Times 2017, online).

The **Kingdom of Morocco** was one of the least affected countries by the turmoils of the Arab Spring in the MENA region. It is nowadays one of the largest recipient of loans by the IsDB. By the beginning of 2018, it had already received $6.8 billions in its 44 years as a member of the bank (NAP 2018). The geographical location of the country and its membership in the African Union (AU) potentially makes it a trade hub between Sub-Saharan Africa and the rest of the MENA countries. Therefore, there is strong convergence between infrastructure development in Morocco and the spread of IsDB operations to the rest of the continent. As an example, the IsDB made an $150 million investment for the expansion of Morocco's port Jorf Lasfar (IFN 2013). The country has major interest in the stability of the region, since it is itself facing popular upheavals (Al Jazeera 2017a); also, the Syrian refugees are pressuring the country already underdeveloped infrastructure, which endangers its capacity to offer minimal public services to its population. Therefore, Morocco is committed with the prospect of a genuine democratic transition in Syria. At the same time, Morocco more than once denounced the use of military problem to solve MENA's problems and rejected Western intervention as a mean to obtain peace (MWN 2012; Reuters 2018b). The traditional rivalry between Morocco and Algeria, however, have potential to undermine attempts to establish a pacific region. The disputes between the neighbor countries over who will become the regional power and also over border issues have emerged as a threat to cooperation and as a delicate matter that diplomats must conscientiously face (Alaoui 2014).

The **Kingdom of Saudi Arabia** is the main shareholder within the frameworks of the IsDB, amounting for around 20 percent of the institution's total capital and hosting the bank's headquarters in Jeddah (IsDB 2018). Also, Riyadh has been recently aiming at playing a leading role in Middle Eastern power disputes, therefore engaging more assertively in regional theaters of war such as Syria and Yemen, as well as in de-escalated ones such as Iraq and Libya. A focal point within Saudi

foreign policy and military strategy is the country's determination when it comes to deterring and balancing its greatest rival, Iran, task which is widely backed by the United States of America's diplomatic and military efforts. Alternatively, while relying on Western nations and on few of the Gulf states – the United Arab Emirates, Bahrain and Kuwait more recently –, Saudi Arabia's relations with other Islamic countries have faced several stalemates for years. To mention a few of these falling-outs, it is worth pointing out Turkey, Algeria and Oman, as well as "Sunni actors that rely on some measure of Iranian backing, such as Sudan and [Palestine]" (Stratfor 2017, online). In 2017, a major rift in Middle Eastern power politics came out when Riyadh and allies – mostly the UAE, Bahrain and Egypt – announced a land, air and sea blockade onto Qatar – one of IsDB's major shareholders –, with which they also cut diplomatic ties due to allegations of undue involvement with Tehran (Stratfor 2017). This whole picture surely influences and directs Saudi infrastructure investments in the region, especially regarding Syria, whose reconstruction process Riyadh has vowed not to aid nor to provide loans due to its strong opposition to the Assad regime. Saudi Arabia has only recently offered U$100 million directed to the American government's campaign aimed at reconstructing areas formerly dominated by ISIS in Syrian territory – initiative which is considered unacceptable by Assad (AFP 2018). At the same time, however, Saudi authorities might be signing an approaching to the Syrian scenario through joint initiatives with its ally Egypt, alongside which it is injecting new investments into the nation's market as a means to increase political leverage and to further isolate Iran (Baladi 2018). As for Iraq, however, the Kingdom is strongly committed to reconstruction initiatives, especially those aimed at rebuilding cities liberated from ISIS, having provided U$1,5 billion to Baghdad in early 2018 (Shalhoub 2018). Regarding Libya, Riyadh is willing to increase its financial support to the recovery of the country through the UN-backed unity government (Abdullah 2018), eventually aiming at the recovery of the country's oil and gas fields off the hands of non-state armed groups (Natalucci 2016). A common trait on the Saudi engagement in all three situations, however, is the country's willingness to increase its presence as a way to surpass Iran's involvement and to pull new allies into its sphere of influence.

The **Lebanese Republic** is considered to be one of the least authoritarian countries in the MENA region. According to the Democracy Index, a metric of political liberalism made by The Economist, Lebanon is close to Turkey and Morocco in its favorable attitudes towards democracy (The Economist 2017). Arguably, this is one of the reasons why Lebanon have not faced major upheavals during the Arab Spring and could manage to maintain its stability, even having a very oligarchical political class (Kenner 2013). This position, however, did not prevent Lebanon from experiencing negative effects, since the country had to cope with the conflict's spillovers from its neighbors. The country already received 1.5 million refugees, mainly from Syria (Sariri 2018). Therefore, it is in the best interest of Lebanon to solve the instability in the region and, in this sense, the country defends the use of the IsDB to obtain peace and prosperity. This does not mean that Lebanon has friendly relations with Syria: they continually face conflicts motivated by the Syrian interventionism in Lebanon politics (Rayes 2017). The prevalence of Hezbollah's activities in Lebanon's politics, which is in complete opposition to other nationalists but weaker parties, results in a very contradictory foreign policy in what concerns its neighbors. This is the main

reason for which the country is sympathetic with Shia militias – as in Iraq – and supported Assad's regime, even though, at the same time, it is also very close to Israel and the U.S. Moreover, the influence of Hezbollah also leads Saudi Arabia to try to boycott the country and undermine its stability (Saab 2017). It is through economic development that, according to Lebanon, a culture of tolerance can be established in the region. With only 0.07% of the shares of the bank, however, the country depends on cooperation to pressure the bank to prioritize its necessities (IsDB 2018).

In the IsDB, **Libya** is represented by the UN-backed Government of National Accord (GNA), whose capital is Tripoli and which, in a context of multiple political entities governing the country – especially the House of Representatives (HoR) in East Libya – has consequences for its foreign relations. Hence, it is expected that countries actively supporting the UN-backed GNA will be willing to invest in Libya's development, whereas more dialogue will be needed to attract investment from countries that do not recognize such government, like Egypt and the United Arab Emirates (Stephen 2014). That is also the case for Syria, which politically supports the HoR together with Russia and, therefore, is not likely to cooperate with Libya in the IsDB. As a result, it is more interesting for Libya to attempt to bring investments to its country rather than to Assad's pro-Tobruk regime (Najjair 2018).

Together with the United States' and Western coalition, **Malaysia** has had an active role in the fight against ISIS, since the group posed threats to the country's borders. At the same time, Malaysia has not been condemning Bashar Al-Assad as staunchly as the Western bloc, even though the negative public opinion about the Syrian governor has reflected itself in Malaysia's discrimination against Shiite Muslims (Derma 2015). In what concerns the situation in Syria, the Malaysian government understands that no military solution can bring an end to the conflict, urging political dialogue and negotiations, in order to find a solution for the Syrian pacification process (Jaya 2018). Furthermore, Libya has been seeking further investment from Malaysia, given that the two countries already maintain economic ties, especially in the areas of oil and gas, with six Malaysian companies from this sector present in Libya (Dhaimish 2013). Similarly, Malaysia is interested in promoting the stabilization in Iraq through infrastructure development. In February 2018, Malaysia announced an initial pledge of US$100.000 for the reconstruction of Iraq, also praising a future national reconciliation in the country (Bernama 2018).

Although the Sultanate of **Oman** has an alliance with the others Gulf Monarchies and is a member of the Gulf Cooperation Council (GCC), its position regarding the contemporary crises in the Middle East is one of neutrality (Al-Monitor 2018j; Cafiero 2018; ECFR 2018; O'Toole 2017). The country has always sought an independent foreign policy, in spite of the multiple pressures coming from Saudi Arabia. Such behavior can be observed in what concerns the blockade on Qatar, sponsored majorly by the Saudi regime: despite pressures from its neighbors, the Omani government have not joined the blockade and continued to negotiate with Doha's government (Al-Monitor 2018; Al Jazeera 2017). Moreover, in what concerns Iraq, Oman has a recent historic of backing the sovereignty of the country, especially in light of U.S.' invasion in 2003 (Times of Oman 2014). Regarding Syria, the country was the only member of the GCC to maintain relations with the Syrian regime. As for Libya, a bilateral meeting between Oman and Libya's GNA authorities were held last year with the objective of improving Omani investments, particularly in infras-

tructure and services, in the Libyan territory (Oman Daily Observer 2017). Finally, is important to highlight Oman's strong relations with Iran, in opposition to most of its neighbors in the Gulf (ECFR 2018).

The **People's Democratic Republic of Algeria** is especially concerned about Libya's situation, since it shares a great border with it. This means that a potential spillover of its neighbor's instability is likely to pose security threats for Algeria, possibly creating an internal fragility that would give way for an even more present Egypt in the country and in North Africa – something Algeria wants to avoid, given its attempts to counterbalance Egypt (Taylor 2018). Both Libya and Algeria have already agreed in a shared management of the oil fields within their borders, which not only shows cooperation between the two countries, but also helps Libya stabilize through better economic performance (Middle East Monitor 2018a). Furthermore, Algeria is one of the few Arab countries that maintain diplomatic ties with Bashar al-Assad – mostly because of some autocratic characteristics of the Algerian government and the fact that the country also plunged into a decade-long civil war in the 1990s against Islamist factions (Kara-Mustapha 2016). Staunch supporter of Syria's sovereignty, Algeria can more actively participate in reconstruction investments in the country. The same can be said for Iraq, since the Algerian State oil company has worked closely with the Iraqi oil ministry to take part in the country's energy sector's development (Reuters 2018a).

The South Asian nations of **People's Republic of Bangladesh** and **Pakistan** have both maintained a neutral and balanced position regarding Syria, supporting, foremost, the pacification of the country (Zaman 2018). Pakistan has openly stressed that it is against any attempt to topple Syrian president Bashar al-Assad – statement that was interpreted by some as related to Pakistan's historical pro-Assad stance and anti-Western foreign policy tilt (Haider 2015; Ramani 2016). Similarly, Pakistan and Bangladesh have taken non-belligerent stances towards Libya and have their embassies located in Tripoli, signaling their cooperation with the internationally recognized government. Increasing cooperation of both countries is also seen with Iraq, mainly through coordinated worker migration policies for Bangladesh and through oil and arms trade with Pakistan (Al Jazeera 2014; Khan 2014)

Due to its historically good relations with Syria, the **Republic of Indonesia** has avoided any direct alignment regarding the Syrian conflict. The Indonesian government was more firm in criticizing the recent unilateral airstrikes delivered by the U.S., having resisted pressure to express further support of the Western bloc (Putz 2017). Instead, it has been calling for all parties to show restraint, emphasizing the need to promote peaceful negotiations in Syria and its stabilization. Indonesia has also been able to maintain good relations with Iraq – especially since its further stabilization in the past years – despite the country's internal issues. Its economic relations with Iraq have been mostly related to oil trade, especially in the light of Indonesia's fast recent growth, which increased the Indonesian demand for the raw material (Indonesia Investments 2017). Lastly, Libya and Indonesia have been restoring ties since 2017, which had been affected by the irruption of the Arab Spring, since Indonesia maintained good relations with the Qadaffi regime. With a focus on energy and looking forward opening markets, the current trend between Tripoli and Jakarta should develop a meaningful strategic relationship in the coming future, grounded on mutual interests and concerns (Rakhmat 2017).

One of the **Republic of Iraq**'s major objectives in its foreign policy is finding sponsors to its reconstruction (Zawya 2017). After have won the war against ISIS, the Baghdad regime has been seeking partnerships to finance the reconstruction of its cities, mainly in the northern and central region, which were more directly affected by the conflict (WBG 2018b). In this context, the Iraqi government has been setting up meetings with all countries of the Middle East, with hopes that donors will appear to sponsor the reconstruction of the country, especially of its cities. Thus, the Minister of Foreign Relations of Iraq has been touring across the region to establish and strengthen relations with its neighbor countries (Iraq 2018a; Iraq 2018b). In this situation, Turkey appears as an important ally, since 50% of the foreign companies in Iraq are Turkish, even though the Iraqi territory occupied by the Turkish forces represents a point of disagreement in the Turkish-Iraqi relations[18] (Iraq 2018a). Regarding the situation in Syria, the Iraqi government stands by the Damascus regime and its allies, including Iran, although the relations between Iran and Iraq have been shaken in the last months[19] (Ignathiev 2017; Mamouri 2018; O'Connor 2018).

The **Republic of Sudan** maintains good relations with Syria, being one of the most common countries to which Syrian refugees have been fleeing. Because of an agreement between the two countries made in the 1960s, the Syrian population enjoys a visa-free entrance to Sudan and, in many ways, equal rights and access to public service as Sudanese citizens (Naib and Gambo 2015). In what concerns Libya, the country's security is of particular importance to Sudan, since their shared borders in the Saharan region are fragile and porous. An agreement has recently been established in order to enhance cooperation mechanisms for border security between Chad, Libya, Niger and Sudan, even though the Libyan country has little control over its Southeast borders (Sudan Tribune 2018). Therefore, Libya's stabilization has a direct impact in Sudan's own stability. Lastly, Sudanese-Iraqi relations are very close, setting place for further cooperation in multilateral institutions and a larger support for infrastructure and economic development in Iraq. There are also Iraqi intentions to launch investment projects in Sudan after the lift of the U.S.' sanctions currently at place against the latter (Sudan Tribune 2017).

The **Republic of Turkey** has immediate borders with Syria and has been thoroughly involved in the country's conflict mainly because of the ever more likely outcome of a stronger post-conflict Kurdish region. It has been actively trying to weaken such people through military intervention in Syria, as was shown by the recent takeover of the city of Afrin in Northern Syria, which was controlled by the Kurdish. It created simultaneously an administration quagmire, since the city's control translated into more safety and attracted thousands of Syrians into the city, which the Turkish do not intend to control for long (Daragahi 2018). Even though Turkey has asserted its non-aligned and volatile policies towards Syria – which are fairly autonomous from US, Russian or Iranian ones –, Ankara has been consistently

18 Turkish forces also attacked Kurdish positions in the Iraqi territory in the lasts months (Al-Monitor 2018e).

19 After the elections that occurred in May, the Iraqi parties have been trying to form majority, in order to consolidate a government. The Iranian-backed party, Fattah, as well as the Kurdish party, have an important role in this scenario. However, the parties have been failing to compose a block for the government. In addition to this situation, relations between Iraq and Iran have been tensioned, especially because of the U.S.' sanctions against the latter country, which Iraq is known to follow (Al-monitor 2018d; Al-monitor 2018e; Al-monitor 2018f; Al-monitor 2018g).

against the Assad regime (Sharma 2018). Turkey's position in Iraq is similar, having already invaded it more than 30km beyond its international borders to avoid threats from Kurdish-controlled areas, mainly represented by the Kurdistan Worker's Party (PKK), which is present both inside Turkey and Iraq (Al Jazeera 2018). However, the relations between both governments have been mostly fruitful, having recently been accorded multiple energy cooperation agreements, which could give way for further investments within the IsDB's framework (Mostafa 2018). Regarding Libya, Turkey has supported a national reconciliation and is opposed to more foreign intervention in the country, such as Egypt's current involvement in the conflict (Hurryiet Daily News 2018). In February 2018, the Libya-Turkey Investment and Development Conference took place in Istanbul, which was primarily dedicated to restructuring the economic ties between the two countries and to establishing the return of Turkish companies into Libya (Devdiscourse 2018). This paves the way for future Turkish investments to be more actively entering Libya.

The **Republic of Yemen** is currently suffering with a conflict involving national and international groups in its territories. Since 2011, when the then president Saleh stepped down from power, the country has been suffering from a political crisis that has become a civil war between two major groups backed by different regional and extra regional countries (Geneva Academy 2017). One of the sides of the conflict is represented by the Houthis' forces, allied with the ex-president Saleh and the army forces loyal to its former commander. Furthermore, this coalition is backed regionally by the Iranian government (Geneva Academy 2017; Al-Monitor 2018h). On the other side of the conflict, there is the alliance between the government forces and a coalition led by Saudi Arabia's government and composed mainly by Gulf states – the so-called Saudi-led coalition (Geneva Academy 2017; Al-Monitor 2018h). The conflict has destroyed most of the infrastructure and capacity of the country to provide public goods to its population (Al-Monitor 2018h). In 2015, according to the World Bank Data (2018), the GDP of the country has fallen 35%, and over of 60% of its population lived in poverty. Therefore, Yemen's government major concern currently is to regain control over the country's political situation with the help of its Gulf allies.

Historically, the **State of Kuwait** has aligned itself with other monarchies of the Gulf, being Saudi Arabia the most important country in such alignment (Al-Monitor 2018i; Baxter 2017). In recent years, one of the major concerns of Kuwait's foreign policy has been the spread of Iranian regime's influence through the other countries of the region, specially Iraq and Syria. However, the Kuwaiti approaches to deal with the Iraqi and Syrian governments, as well as with Tehran's influence over these countries, are different (Jackson 2017; Baxter 2017; Al-Monitor 2018i). In the case of Iraq, the Kuwait's strategy is one of bolstering its influence over the Baghdad regime instead of seeking for a direct confrontation (Jackson 2017; Al-Monitor 2018i). To achieve this goal, the Kuwaiti government has been investing in projects across the Iraq territory, especially in the areas of energy and telecommunication. Furthermore, Kuwait started to increase its importation of Iraqi natural gas. This movement has the objective of counterbalancing the Iranian presence in the country and of increasing interdependence between the Kuwaiti and the Iraqi governments (Jackson 2017; Al-Monitor 2018i). In what concerns Syria, on the order hand, the strategy taken by Kuwait's government has been of direct confrontation (Dicki-

son 2013 Baxter 2017; Al-Monitor 2018i). The decision to move in such direction is strongly connected to the fact that Sunni elites of Kuwait financed Syrian militias in the fight against Bashar al-Assad's regime during the Syrian war (Dickison 2013; Baxter 2017).

Over the past year, the **State of Qatar** has been at the center of Middle Eastern politics, thus drawing the attention of the international community. Since June 2017, the country has been amidst a diplomatic crisis with a number of its neighbors – including some members of the Gulf Cooperation Council (GCC) –, which have imposed sanctions and blockades and, in some cases, even cut diplomatic ties with Qatar. The sanctioning states – among which are Saudi Arabia, the United Arab Emirates (UAE) and Bahrain – allege to have enforced these severe measures on the basis that Doha has been supporting terrorist cells and dialoguing with Iran (Al Jazeera 2017b). Accordingly, these very same countries have already stressed that this alleged Qatari backing of Islamist factions is at the core of the instability in Libya, especially in the western part of the territory (Reuters 2017a). In this regard, it is important to notice that, since the fall of Gadaffi, Libya has been a *locus* of confrontation between Qatar and the UAE, thereby hosting a *proxy* war. While the latter country is a strong backer of the Tobruk-based government, Doha supports the GNA, headquartered in Tripoli (Wehrey and Lacher 2014; Cafiero and Wagner 2015). Thus, within a context of dispute for influence against the UAE, Qatar may find in the Libyan reconstruction a fundamental way of balancing its opponent and, therefore, projecting its power over Libya – especially in light of the fact that this country is officially represented in the IsDB by the GNA. Moreover, the Qatari state – which is an important shareholder within the bank's framework – is committed to take part in the reconstruction of Iraq, having already asserted its willingness to provide a total of $1 billion in investments and loans for the execution of infrastructure projects in the country (The Peninsula 2018). Lastly, although being an important actor that could benefit from engaging in the rebuilding of war-torn countries, Doha's participation in the Syrian reconstruction is, nonetheless, a more delicate issue: as declared by an official, Syria will not grant any role in its reconstruction process to a regime that has supported terrorism, taken part in its country's destruction and been hostile against the Syrian government (Aboufadel 2018)

The **United Arab Emirates** (UAE) own 7.5% of the total of shares of the IsDB, turning the country into the sixth largest investor within the bank framework (IsDB 2018). The country has a moderate position regarding Syria's current regime: although it does not endorse it by any means, it also does not take a strong stance against it like Qatar or Saudi Arabia did. At the same time, the UAE expresses deep concerns over the situation in Syria and its last unfolding (Duncan 2018). With that in mind, officials from the UAE have already stated that they believe their country has an important role in the reconstruction of the country. One of UAE's priorities is "the development of other countries, the advancement of their people, and prosperity of the region" (Sputnik 2018, online). This statement encounters resonance in the historical behavior of the UAE in the reconstruction processes of Libya and Yemen, both in which the country was very active in the infrastructural projects. Accordingly, the most active role of UAE in the region can be seen in places like Libya, where it has increased its military presence. Its efforts aim at supporting the recently instituted government, under the premise of weakening the religious rivals, searching to

empower moderate and less clerical factions (Middle East Monitor 2018b). In sum, it is on the best interest of the UAE to have a stable region where it can safely invest in businesses — this was actually the plan for the post-Qadaffi Libya before the country turned into an unstable territory again. Therefore, a more neutral stance is usually preferred by the UAE, and this can be seen especially in its non-religious foreign policy (Cafiero and Wagner 2016).

6 QUESTIONS TO PONDER

I. What can the IsDB do to ensure that poverty and instability are mitigated in the war-torn countries of Iraq, Libya and Syria?

II. How can political alliances in the MENA region affect the reconstruction projects' success?

III. Which sectors of infrastructure should be prioritized in the short term, in order to grant for the inhabitants a better life?

IV. How can the IsDB find consensus to achieve a legitimate and democratic development project for Iraq, Libya and Syria?

V. What kinds of partnership should the IsDB establish with international organizations and/or enterprises to improve the region's reconstruction?

REFERENCES

Abadi, Haidar Al. 2018. "EXCLUSIVE: 'Iraq's reconstruction seeks Egyptian experience': Iraqi PM". Interview by Ahmed Gomaa. Accessed in 22 August 2018. http://www.egypttoday.com/Article/2/41870/EXCLUSIVE-%E2%80%98Iraq%E2%80%99s-reconstruction-seeks-Egyptian-experience%E2%80%99-Iraqi-PM.

Abdullah, Walid. 2018. "Saudi Arabia keen to support Libyan unity: Crown prince". *Anadolu Agency*. Accessed in 20 August 2018. https://www.aa.com.tr/en/middle-east/saudi-arabia-keen-to-support-libyan-unity-crown-prince/1166396.

Aboufadel, Leith. 2018. "Syrian official denies partnership with Qatar to rebuild Syria". *AMN News*. Accessed in 25 August 2018. https://www.almasdarnews.com/article/syrian-official-denies-partnership-with-qatar-to-rebuild-syria/.

AFP. 2018. "Saudis pledge $100 mln to rebuild Syria's northeast". *The Daily Mail Online*. Accessed in 20 August 2018. http://www.dailymail.co.uk/wires/afp/article-6070245/Saudi-Arabia-pledges-100m-US-backed-Syria-campaign.html.

Ahmad, Romoke. 2013. "Nigeria-Iraq ties not satisfactory – Envoy". *Daily Trust*. Accessed May 30 2018. https://www.dailytrust.com.ng/daily/international/6267-nigeria-iraq-ties-not-satisfactory-envoy.

Ahmed, Nasim. "Iraq after the Arab Spring." Middle East Monitor. January 19, 2016. Accessed 19 August 2018. http://www.middleeastmonitor.com/20160119-iraq-after-the-arab-spring/.

Ajami, Fouad. 2012. "The Arab Spring at one: a year of living dangerously." *Foreign Affairs* 91 (2): 56-65. https://www.jstor.org/stable/23217221?seq=1#page_scan_tab_contents.

Alaoui, Abdelmalek. 2014. "How North Africa's Geopolitics Have Changed Since The Arab Spring." *Forbes.* Accessed September 4, 2018. https://www.forbes.com/sites/abdelmalekalaoui/2014/06/20/how-north-africas-geopolitics-have-changed-since-the-arab-spring/#30a7c0255d61.

Allen-Ebrahimian, Bethany. 2017. "Syrian Reconstruction Spells Juicy Contracts for Russian, Iranian Firms". *Foreign Policy*. Accessed May 1 2018. http://foreignpolicy.com/2017/10/20/syrian-reconstruction-spells-juicy-contracts-for-russian-iranian-

-firms-china-civil-war/.

Ali, Ahmad Mohamed. 2013. "Statement by Dr. Ahmad Mohamed Ali, President of the Islamic Development Bank Group : 88th meeting of the Development Committee (English)". *World Bank*. October 12, 2013. Washington DC: World Bank. http://documents.worldbank.org/curated/en/665841468323943706/Statement-by-Dr-Ahmad-Mohamed-Ali-President-of-the-Islamic-Development-Bank-Group-88th-meeting-of-the-Development-Committee.

Al Jazeera. 2014. "Bangladesh resumes sending workers to Iraq". Accessed May 30 2018. https://www.aljazeera.com/news/asia/2014/09/bangladesh-resumes-sending-workers-iraq-201494102847319286.html.

–––. 2017. "Qatar-Gulf crisis: Your questions answered". Accessed in 25 August 2018. https://www.aljazeera.com/indepth/features/2017/06/qatar-gulf-crisis-questions--answered-170606103033599.html.

Almaliky, Muhamed H. 2015. "Mending Iraq." *Foreign Affairs*. Accessed August 19 2018. http://www.foreignaffairs.com/articles/middle-east/2015-01-16/mending-iraq.

Al-Monitor. 2017a. "$400 million for the reconstruction of Mosul and newly liberated areas in Iraq". *Al-monitor*. Last modified October 31. http://www.worldbank.org/en/news/press-release/2017/10/31/400-million-for-the-reconstruction-of-mosul-and-newly--liberated-areas-in-iraq.

–––. 2017b. "Firms flock to Syria fair with eye on reconstruction". *Al-Monitor.* Accessed May 1 2018. https://www.al-monitor.com/pulse/afp/2017/08/syria-conflict-economy--fair-russia-iran-diplomacy.html.

–––. 2018a. "Conference of Iraq draws investors instead of donors". *Al-monitor*. Last modified February 23. https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2018/02/kuwait-iraq-reconstruction-investment.html.

–––. 2018b. "Iraqi protests escalate with no new government in sight". *Al-monitor*. Last modified July 16. https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2018/07/iraq-protests-south-demands-abadi-government.html.

–––. 2018c."Dismissal of electricity fails to quell protests in Iraq". Last modified August 1. https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2018/08/iraq-electricity-iran-saudi.html.

–––. 2018d."Sadr allies with Iran-backed coalition to form government in Iraq". Last modified June 14.

https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2018/06/iraq-election-muqtada-sadr-sairoon--fatah-hadi-amiri-iran.html

–––. 2018e. "Turkey tries legitimize incursion in northern Iraq". Last modified June 21. https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2018/06/iraq-kurdistan-turkey-pkk.html

–––. 2018f. "Iran-Iraq tensions rise as Tehran demands war compensations". Last modified August 13.

–––. 2018g. "Kurds put conditions for allying with shiites to form government". Last modified August 24. https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2018/08/iraq-kurdistan-baghdad-government.html

–––. 2018h. "Yemen war escalates as Houthis threatens UAE, Saudi Arabia". Last modified July 29. https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2018/07/yemen-war-houthis--saudi-arabia-escalates.html.

–––. 2018i. "Kuwait's careful balancing act with Iran, Saudi Arabia." Last modified May 24. https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2018/05/iran-jcpoa-nuclear-deal-gcc--saudi-kuwait-reaction-division.html.

–––. 2018j. "Is the GCC dead?". Last modified June 18. https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2018/06/gcc-dead-saudi-arabia-qatar-dispute-salman-mbs.html.

Al-Sadr, Habib H. 2018. "EXCLUSIVE – Egypt's support to Iraq never stopped: Iraqi Amb.". Interview by Ahmed Gomaa. Accessed in 22 August 2018. https://www.egypttoday.com/Article/2/39981/EXCLUSIVE-%E2%80%93-Egypt%E2%80%99s-support-to-Iraq-never-stopped-Iraqi-Amb.

Anand, P. B. 2005. *Getting Infrastructure Priorities Right in Post-Conflict Reconstruction*.

Tokyo: World Institute for Development Economics Research.

Arab News. 2018. "Iraq faces a vote that will offer hope for the future - or leave it teetering on the brink". Accessed May 14. http://www.arabnews.com/node/1301081/middle-east.

Armed Conflict Location & Event Data (ACLED). 2018. "Data". Accessed August 11 2018. https://www.acleddata.com/data/.

AP. 2018. "The Latest: UN Says Civil War Has Cost Syria $388B in Damage." August 09, 2018. Accessed 19 August 2018. http://apnews.com/aa0aaa2c44cd430196f572227b45c150/The-Latest:-UN-says-civil-war-has-cost-Syria-$388B-in-damage.

Baladi, Enab. 2018. "What's Behind Egypt's Rush to Rebuild Syria?". *The Syrian Observer*. Accessed in 22 August 2018. http://syrianobserver.com/EN/Features/33876/What_Behind_Egypt_Rush_Rebuild_Syria.

Batty, David and Jack Shenker. 2011. "Syria suspended from Arab League". *The Guardian*. Accessed June 1st 2018. https://www.theguardian.com/world/2011/nov/12/syria-suspended-arab-league.

Baxter, Kylie. 2017. "Kuwait, political violence and the Syrian War". Last modified March 20. https://www.internationalaffairs.org.au/australianoutlook/kuwait-political-violence-syrian-war/.

BBC News. 2016. "Sunni and Shia: Islam's ancient schism". *BBC News.* Accessed May 1 2018. http://www.bbc.com/news/world-middle-east-16047709.

Bernama. 2018. "Malaysia pledges US$100,000 to rebuild Iraq". *Free Malaysia Today*. Accessed May 29. http://www.freemalaysiatoday.com/category/nation/2018/02/15/malaysia-pledges-us100000-to-rebuild-iraq/.

Bhardwaj, Maya. 2012. "Development of conflict in Arab Spring Libya and Syria: From revolution to civil war." *Washington University International Review* 1 (1): 76-97.

Blanchard, Christopher M. 2018. *Iraq*: In Brief. Washington: Congressional Research Service.

Boyce, James K. 2007. *Public Finance, Aid and Post-Conflict Recovery*. Amherst: University of Massachusetts.

———, and Shepard Forman. 2010. *Financing Peace:* International and National Resources for Post-Conflict Countries and Fragile States. New York: World Development Report.

Burk, Katlheen. 2001. "The Marshall Plan: filling in some blanks." *Contemporany European History*, 10 (2): 267-294. https://www.researchgate.net/publication/32895425

Cafiero, Giorgio, and Daniel Wagner. 2015. "The UAE and Qatar Wage a Proxy War in Libya." *The Huffington Post.* Accessed August 28, 2018. https://www.huffingtonpost.com/giorgio-cafiero/the-uae-and-qatar-wage-a-_b_8801602.html.

Cafiero, Giorgio. 2018. What's behind Sisi's recent trip to Oman". Al-Monitor. Last modified February 07. https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2018/02/egypt-oman-sisi-visit-vision-gcc-iran-threat.html.

Campante, Filipe R., and Davin Chor. 2012. "Why Was the Arab World Poised for Revolution? Schooling, Economic Opportunities, and the Arab Spring." *Journal of Economic Perspectives* 26 (2): 167-88. doi:10.1257/jep.26.2.167.

Cage, Monkey. 2018. "Analysis | Protests Are Mounting in Iraq. Why?" *The Washington Post*. Accessed August 19 2018. http://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2018/07/21/protests-are-mounting-in-iraq-why/?utm_term=.eb0af20ec078.

Cau, Hilário Simões. 2011. "A construção do Estado em Moçambique e as relações com o Brasil." Doctorate diss., Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Cleveland, William L., and Martin P. Bunton. 2017. *A History of the Modern Middle East*. Boulder: Westview Press.

Consolidated Consultant Group. 2018. "Atbara River Rail Bridge". Accessed September 3. http://www.ccjo.com/en/content/atbara-river-rail-bridge-0.

Dalacoura, Katerina. 2012. "The 2011 Uprisings in the Arab Middle East: Political Change and Geopolitical Implications." *International Affairs* 88 (1): 63-79. doi:10.1111/j.1468-2346.2012.01057.x.

Daily Mail. 2018. "Syria war has killed more than 350,000 in 7 years: monitor". *Daily Mail*. Accessed August 11 2018. http://www.dailymail.co.uk/wires/afp/article-5490129/Syria-war-killed-350-000-7-years-monitor.html.

Daraghi, Borzou. 2018. "Turkey Has Made a Quagmire for Itself in Syria". *Foreign Policy*. Accessed in 22 August 2018. https://foreignpolicy.com/2018/07/13/turkey-has-made-a-quagmire-for-itself-in-syria/.

Davidson, Christopher. 2012. "Yes, the Gulf monarchs are in trouble". *Foreign Policy*. Accessed May 4 2018. http://foreignpolicy.com/2012/11/13/yes-the-gulf-monarchs-are-in-trouble/.

Daud, Mustafa, and Abdul-Razak Nor Azam. 2011. "Islamic Development Bank (IDB), foreign aid and the challenges for sustainable development in Africa". *International Journal of Business and Social Science* 2 (4): 190-199. http://ijbssnet.com/journals/Vol._2_No._4;_March_2011/22.pdf.

Derma, Seema. 2015. "Malaysia's obsession with Syria". *Malaysia Kini*. Accessed May 29 2018. https://www.malaysiakini.com/letters/323545.

Devarajan, Shantayanan, and Lili Mottaghi. 2017. "The Economics of Post-Conflict Reconstruction in MENA". *Middle East and North Africa Economic Monitor, April 2017*. 04, 2017. doi:10.1596/26305.

Devdiscourse. 2018. "Libya-Turkey Investment and Development Conference to lay emphasis on return of Turkish companies to Libya". *Devdiscourse - discourse on development*. Accessed in 22 August 2018. https://www.devdiscourse.com/Article/949-libya-turkey-investment-and-development-conference-to-lay-emphasis-on-return-of-turkish-companies-to-libya.

Dhaimish, Sherif. 2013. "Libya seeks further investment from Malaysia". Accessed May 29 2018. https://web.archive.org/web/20140503111152/http://libya.tv/en/libya-seeks-further-investment-from-malaysia/.

Dickison, Elizabeth. 2013. "Shaping the Syrian Conflict from Kuwait". Last modified December 4. https://foreignpolicy.com/2013/12/04/shaping-the-syrian-conflict-from-kuwait/.

Duncan, Gillian. 2018. "UAE Deeply Concerned By escalating Syrian Crisis." *The National*. Accessed August 28, 2018. https://www.thenational.ae/uae/uae-deeply-concerned-by-escalating-syrian-crisis-1.721611.

El-Khawas, Mohamed A. "Foreign Economic Involvement in Angola and Mozambique". *Issue: a journal of opinion*, 4 (2): 21-28. http://www.jstor.org/stable/1166267.

Elumami, Ahmed. 2018. "U.N. endorses elections for Libya by end of 2018". *Reuters*. Accessed May 5. https://www.reuters.com/article/us-libya-election-un/u-n-endorses-elections-for-libya-by-end-of-2018-idUSKBN1EZ1NA.

Encyclopaedia Britannica. 2018. "Islamic State in Iraq and Levant". Last Modified July 23. https://www.britannica.com/topic/Islamic-State-in-Iraq-and-the-Levant.

European Bank for Reconstruction and Development (EBRD). 2016. "EBRD infrastructure investment addresses refugee crisis in Jordan". Last modified November 24th 2016. https://www.ebrd.com/news/2016/ebrd-infrastructure-investment-addresses-refugee-crisis-in-jordan-.html

European Council on Foreign Relations (ECFR). 2018. "Oman: between Iran and a hard place". Last modified May 3. https://www.ecfr.eu/article/commentary_oman_between_iran_and_a_hard_place1.

Fattah, Khaled, and K.m. Fierke. 2009. "A Clash of Emotions: The Politics of Humiliation and Political Violence in the Middle East". *European Journal of International Relations* 15 (1): 67-93. doi: 10.1177/1354066108100053.

Freund, Caroline, and Elena Ianchovichina. 2012. "Infrastructure and Employment Creation in the Middle East and North Africa". *MENA Knowledge and Learning Quick Notes Series; No. 54. World Bank, Washington, DC.* https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/10853.

Gaffey, Conor. 2016. "Buhari: Nigeria feels Syria's pain". *Newsweek*. Accessed May 30 2018. http://www.newsweek.com/muhammadu-buhari-nigeria-feels-syrias-pain-423441.

Galtier, Mathieu. 2017. "Sirte, Libya, begins to rebuild after years of conflict and Islamic State oppression". *The Washington Times*. Accessed May 5 2018. https://www.

washingtontimes.com/news/2017/dec/27/sirte-libya-starts-rebuilding-from-war-i-sis/.

Geneva Academy. 2017. "The army conflict in Yemen: a complicated mosaic". Geneva, Université de Genève.

Gerbase, Livi. 2015. "O mais jovem Estado do mundo: o processo de formação do Sudão do Sul e as suas implicações internas e externas." Grad. Diss., Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Giacomo, Carol, Lisa Anderson, Christopher S. Chivvis, and Dirk Vandewalle. 2017. "Libya: A Fractured State". Discussion panel hosted by Carol Giacomo. *Council on Foreign Relations*. Accessed May 5 2018. https://www.cfr.org/event/libya-fractured-state.

Girod, Desha. M. 2015. *Explaining post-conflict reconstruction*. Oxford: Oxford University Press.

Goldman Sachs. 2008. *Building the World*: Mapping Infrastructure Demand. New York, NY: Goldman Sachs.

Haider, Mateen. 2015. "Syrian crisis: Pakistan against any attempt to topple Bashar al-Assad". *Dawn*. Accessed May 30 2018. https://www.dawn.com/news/1228523/syrian--crisis-pakistan-against-any-attempt-to-topple-bashar-al-assad.

Hennigan, W. J. 2018. "Saudi Crown Prince Says U.S. Troops Should Stay in Syria". *Time*. Accessed August 11 2018. http://time.com/5222746/saudi-crown-prince-donald--trump-syria/

Hussain, Muzammil M., and Philip N. Howard. 2013. "What Best Explains Successful Protest Cascades? ICTs and the Fuzzy Causes of the Arab Spring." *International Studies Review* 15 (1): 48-66. doi:10.1111/misr.12020.

Hurriyet Daily News. 2018 "Turkey opposes foreign intervention in Libya: Envoy". *Hurriyet Daily News*. Accessed in 22 August 2018. http://www.hurriyetdailynews.com/turkey-opposes-foreign-intervention-in-libya-ambassador-127457.

Ignatiev, Pavlo. 2017. "Iraque: desenvolvimentos internos e externos nos anos pós-Saddam". *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais* 6 (12): 38-65. http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/download/79074/47675

Indonesia-Investments. 2017. "Rising Fuel Demand, Indonesia Needs More Oil Refining Capacity". Accessed May 30 2018. https://www.indonesia-investments.com/business/business-columns/rising-fuel-demand-indonesia-needs-more-oil-refining-capacity/item7589?.

Institute for the Study of War (ISW). 2018. "Pro-Assad coalition posture in Syria - April 2018". Accessed August 11 2018. http://www.understandingwar.org/map/pro-assad--coalition-posture-syria-april-2018

Iraq. 2018a. "FM arrives in Istanbul to participate in extraordinary summit of Islamic Cooperation Council". *Ministry of Foreign Relations*. Accessed June 23. http://www.mofa.gov.iq/en/news.php?articleid=2640.

———. 2018b. "FM meets his Majesty the King of the Hashemite Kingdom of Jordan". *Ministry of Foreign Affairs.* Accessed June 23. http://www.mofa.gov.iq/en/news.php?articleid=2618.

Iraq Business News. 2014. "IDB contributes 217m for Major Trade Corridor". Last modified 14 June. http://www.iraq-businessnews.com/2014/04/14/idb-contributes-217m-for--major-trade-corridor/

Islamic Development Bank (IsDB). 2018a. "The Alternative Road Projects". Accessed June 29. https://www.isdb.org/project/the-alternative-roads-project.

———. 2018b. "Procurement of Railway Wagons". Accessed June 30. https://www.isdb.org/project/procurement-of-railway-wagons.

———. 2018c. "Construction of Doshi to Pol-e-Khumir Road Project". Accessed June 30. https://www.isdb.org/project/construction-of-doshi-to-pol-e-khumri-road-project.

———. 2018d. "The Atbara River Road/Rail Bridge project". Accessed June 30. https://www.isdb.org/project/the-atbara-river-roadrail-bridge-project.

———. 2018e. "Improvement of Expressway No.1 Main Trade Road with neighbouring countries". Accessed June 30. https://www.isdb.org/project/the-atbara-river-roadrail-

-bridge-project.

___. 2018f. "Member Countries". *Islamic Development Bank*. Accessed in 25 August 2018. https://www.isdb.org/isdb-member-countries.

Islamic Development Bank Group (IDBG). 2018. "IDBG Operations at a glance: Q-1 2018 Update".. Accessed in August 21, 2018. https://www.isdb.org/sites/default/files/2018-07/IDBG%20Operations%20at%20a%20Glance%20-%20Q1-2018%2B%5B6%5D.pdf

Islamic Finance News. 2013. "The IDB Assisting Private Sector Growth in Africa". *Report.* Accessed August 28, 2018. http://www.klgates.com/files/Publication/afbafd81-e-93c-47a0-8b41-04a24292b4b7/Presentation/PublicationAttachment/0c6e864b--9715-49c6-bde7-14f780b0290c/v10i47_20.pdf.

Jackson, Daniel J. 2017. "Kuwaiti relations with Iraq in the post-Saddam Era: strategic hedging, regional effects & the structural power of small states". Ma. Thesis., Leiden University.

Jacobsen, Rasmus. 2018. "Interview: Prospects for investment in Syria's reconstruction". Interview by Chris Solomon. *Global Risk Insights*. Accessed May 3. https://globalriskinsights.com/2018/02/syria-reconstruction-investment-opportunities/.

Jahangiri. 2018. "Iran To Open $3Bln Credit Line To Iraq For Post-War Reconstruction". 2018. *Sputnik*. https://sputniknews.com/middleeast/201803111062422832-iran-iraq--loan-war-reconstruction/.

Jaya, Petaling. 2018. "Malaysia strongly condemns use of chemical weapons, raises concerns over US-led strikes in Syria". *The Straits Times*. Accessed May 29. https://www.straitstimes.com/asia/se-asia/malaysia-strongly-condemns-use-of-chemical-weapons-raises-concerns-over-us-led-strikes.

Jones, Owen. 2018. "Kurdish Afrin is democratic and LGBT-friendly. Turkey is crushing it with Britain's help". *The Guardian*. Accessed August 11. https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/mar/16/turkey-democracy-kurdish-afrin-britain-syria--arming.

Jordan Times. 2017. "Kingdom to host regional forum on post-conflict reconstruction". Last modified June 06th 2017. http://www.jordantimes.com/news/local/kingdom--host-regional-forum-post-conflict-reconstruction

Kamrava, Mehran. 2012. "The Arab Spring and the Saudi-Led Counterrevolution". *Orbis* 56 (1): 96-104. doi:10.1016/j.orbis.2011.10.011.

Kaplan, Seth, and Bassma Kodmani. 2016. "To Rebuild Libya, Start From Below". *Foreign Policy*. Accessed May 6 2018. http://foreignpolicy.com/2016/06/15/to-rebuild-libya--start-from-below/.

Kara-Mustapha, Hafsa. 2016. "How Algeria (yes, Algeria!) could hold key to Syrian peace". *Russia Today*. Accessed May 30 2018. https://www.rt.com/op-ed/354929-algeria-key--syrian-peace/.

Keating, Joshua. 2011. "Who First Used the Term Arab Spring?" *Foreign Policy*. November 04, 2011. Accessed 19 August 2018. https://foreignpolicy.com/2011/11/04/who-first--used-the-term-arab-spring.

Kenner, David. 2013. "How Lebanon Dodged the Arab Spring". Foreign Policy. Accessed October 4th 2018. https://foreignpolicy.com/2013/04/05/how-lebanon-dodged-the--arab-spring/.

Khan, Omar. 2014. "Iraq Buys Aircraft from Pakistan Following Iran, Syria & Saudi Arabia". *Liberty Voice*. Accessed May 30 2018. http://guardianlv.com/2014/05/iraq-buys-aircraft-from-pakistan-following-iran-syria-saudi-arabia/.

Kienle, Eberhard. 2012. "Egypt without Mubarak, Tunisia after Bin Ali: Theory, History and the 'Arab Spring.'" *Economy and Society* 41 (4): 532-57. doi:10.1080/03085147.2012.719298.

Landau, Luis. 1998. *Rebuilding Mozambique Economy*: assessment of a development partnership. Washington: World Bank Operations Evaluation Department.

Lewis, Bernard. 1995. *The Middle East: A brief history of the last 2,000 years*. New York: Simon and Schuster.

Live Universal Awareness Map (Liveuamap). 2018. "Libya". Accessed August 11 2018. https://

libya.liveuamap.com/

Lynch, Marc. 2016. *The New Arab Wars*: Uprisings and Anarchy in the Middle East. New York: Public Affairs.

Macaron, Joe. 2017. "The Middle East in 2018: Five issues to watch". *Al Jazeera*. Accessed May 7 2018. https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/middle-east-2018-issues--watch-171220074428325.html.

MacFarquhar, Neil, and Nada Bakri. 2011. "Isolating Syria, Arab League Imposes Broad Sanctions". *The New York Times*. Accessed May 3 2018. https://www.nytimes.com/2011/11/28/world/middleeast/arab-league-prepares-to-vote-on-syrian-sanctions.html.

Makiya, Kanan. "The Arab Spring Started in Iraq." The New York Times. April 07, 2013. Accessed 19 August 2018. http://www.nytimes.com/2013/04/07/opinion/sunday/the-arab-spring-started-in-iraq.html.

Mamouri, Ali. 2018. "Sadr allies Iran-backed coalition to form government in Iraq". *Al-Monitor.* Last modified June 14. https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2018/06/iraq-election-muqtada-sadr-sairoon-fatah-hadi-amiri-iran.html.

Mardirosian, Raffi Christopher. 2010. Infrastructure Development in the Shadow of Conflict: Aligning Incentives and Attracting Investment. Working paper, Collaboratory for Research on Global Projects, Stanford, Calif.

Marks, Jesse. 2018. "In the Competition over Syria's Reconstruction, China Is the Likely Winner". *Defense One*. Accessed May 4. https://www.defenseone.com/ideas/2018/03/competition-over-syrias-reconstruction-china-likely-winner/146366/.

Martins, Álisson R., and Douglas Q. Rocha. 2017. "The Arab Spring Aftermath: regional and extra-regional intervention in the Gulf and the Levant". *UFRGS Model United Nations Journal*, 328-379.

Mcdonald, Mott. 2005. *Provision of infrastructure in post-conflict situations*. London: Department for International Development (DFID).

Mclauchlin, Theodore. 2017. "The Loyalty Trap: Regime Ethnic Exclusion, Commitment Problems, and Civil War Duration in Syria and Beyond." *Security Studies* 27 (2): 296-317. doi:10.1080/09636412.2017.1386938.

Medlin, Jedediah J. 2014. "The Marshall Plan as a Strategic Analogy implications for post--conflict planning". Monograph diss., School Advanced Military Schools.

Meenai, S. A. 1989. *The Islamic Development Bank: A Case Study of Islamic Co-operation*. London: Routledge.

Middle East Monitor. 2018a. "Algeria, Libya agree to jointly manage oil fields on shared border". Accessed May 30. https://www.middleeastmonitor.com/20180116-algeria--libya-agree-to-jointly-manage-oil-fields-on-shared-border/.

———. 2018b. "UN Team: UAE Is Developing Its Air Base in Eastern Libya." *Middle East Monitor.* Accessed August 28, 2018. https://www.middleeastmonitor.com/20180302-un--team-uae-is-developing-its-air-base-in-eastern-libya/.

———. 2018c. "Iran And Syria Sign Defence And Reconstruction Deal". *Middle East Eye*. https://www.middleeasteye.net/news/iran-and-syria-sign-defence-and-reconstruction-deal-1713155834.

Middle East Online. 2018. "EBRD to invest big in Jordan infrastructure projects". Last modified April 10th 2018. https://www.middle-east-online.com/en/ebrd-invest-big--jordan-infrastructure-projects

Mikhail, George. 2018. "Libya finance minister: Political divide blocking economic reform". *Al-Monitor*. Accessed May 5. https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2018/04/libya-economy-war-dollar-central-bank-finance-minister-hamad.html.

Milward, Alan S. 2005. *The Reconstruction of Western Europe*: 1945-51. London: Routledge.

Morocco World News. 2012. "Morocco Is Committed to Political Solution to Syrian Crisis, Moroccan Official." Accessed August 28, 2018. https://www.moroccoworldnews.com/2012/08/50987/morocco-is-committed-to-political-solution-to-syrian-crisis--moroccan-official/.

Mostafa, Mohamed. 2018. "Iraq, Turkey sign electricity cooperation agreements: ministry".

Iraqi News. Accessed in 22 August 2018. https://www.iraqinews.com/features/iraq--turkey-sign-electricity-cooperation-agreements-ministry/.

Naib, Fatma and Durra Gambo. 2015. "'At least we are treated as humans': Syrians in Sudan". *Al Jazeera*. Accessed May 31 2018. https://www.aljazeera.com/indepth/features/2015/12/syrians-seek-refuge-sudan-escape-isil-assad-unhcr-151206104145843.html.

Najjair, Housam. 2018. "East Libya, Syria open trade line". *The Libya Observer*. Accessed June 1st. https://www.libyaobserver.ly/inbrief/east-libya-syria-open-trade-line.

Natalucci, Matteo. 2016. "The Geopolitics of Natural Resources in Libya in the post-Gaddafi era.". *EU Security for Development*. Accessed in 20 August 2018. https://europa.eu/capacity4dev/securityfordevelopment/discussions/geopolitics-natural-resources-libya-post-gaddafi-era.

O'Connor, Tom. 2018. "Iraq bombs ISIS 'Terrorist Death Machine' in Syria siding with U.S foes Russia and Iran". *News Week.* Last modified April 19. https://www.newsweek.com/iraq-joins-us-russia-war-against-isis-syria-who-really-winning-893490.

O'Hanlon, Michael, Pavel K. Baev, Amanda Sloat, and Suzanne Maloney et al. 2018. "What's next for Syria". Discussion panel hosted by Michael O'Hanlon. *Brookings*. Accessed May 1. https://www.brookings.edu/events/whats-next-for-the-wars-in-syria/.

Oman Daily Observer. 2017. "Libya keen to benefit from Oman's experiences". Last modified November 9. http://www.omanobserver.om/libya-keen-benefit-omans-experiences/.

Onunaiju, Charles. 2018. "Rekindling Nigeria-Syria cooperation". *The Nation*. Accessed May 30. http://thenationonlineng.net/rekindling-nigeria-syria-cooperation/.

O'Toole, Megan. 2017. "What is Oman's stance on the Qatar-Gulf crisis?". Al Jazeera. Last modified December 1st. https://www.aljazeera.com/news/2017/11/oman-stance-qatar-gulf-crisis-171125061013462.html.

O'Toole, Molly. 2017. "Nigerians return from slavery in Libya to thriving sex-trafficking industry back home". *The Washington Post*. Accessed May 30 2018. https://www.washingtonpost.com/world/africa/nigerians-return-from-slavery-in-libya-to-thriving-sex-trafficking-industry-back-home/2018/01/19/b4bcffa0-e4d4-11e7-927a--e72eac1e73b6_story.html?utm_term=.872105ee566b.

Putz, Catherine. 2017. "What Do Asian Governments Think About the US Strike on Syria?". *The Diplomat*. Accessed May 30 2018. https://thediplomat.com/2017/04/what-do--asian-governments-think-about-the-us-strike-on-syria/.

Rakhmat, Muhammad Zulfikar. 2017. "Indonesia and Libya are Restoring Ties in Post-Gaddafi Era". *The Diplomat*. Accessed May 30 2018. https://thediplomat.com/2017/04/indonesia-and-libya-are-restoring-ties-in-post-gaddafi-era/.

Ramani, Samuel. 2016. "Pakistan's Role in the Syria Conflict". *The Diplomat*. Accessed May 30 2018. https://thediplomat.com/2016/08/pakistans-role-in-the-syria-conflict/.

Rayes, Rami. 2017. "The Precarious Balance of Lebanon's Foreign Policy" The Arab Weekly. Accessed October 4 2018. https://www.thearabweekly.com/precarious-balance-lebanons-foreign-policy.

Reuters. 2013. "Islamic Development Bank Triples Authorised Capital." Accessed August 19 2018. http://www.reuters.com/article/islamic-finance-idb/islamic-development--bank-triples-authorised-capital-idUSL6N0E32P920130522.

———. 2017a. "Libya's eastern-based government cuts diplomatic ties with Qatar". Accessed in 25 August 2018. https://www.reuters.com/article/us-gulf-qatar-libya/libyas-eastern-based-government-cuts-diplomatic-ties-with-qatar-idUSKBN18W11M.

———. 2017b. "Iran and Iraq sign accord to boost military cooperation". Accessed in 4 September 2018. https://www.reuters.com/article/us-iran-iraq-military-idUSKBN1A80HJ?il=0.

———. 2017c. "China says it will make efforts on Syria reconstruction". Accessed April 27 2018. https://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-syria-china/china-says-it-will--make-efforts-on-syria-reconstruction-idUSKBN1DO11S.

———. 2018a. "Algeria's Sonatrach in talks on oil, gas projects in Iraq". Accessed May 30. https://www.reuters.com/article/us-algeria-energy-iraq/algerias-sonatrach-in-talks--on-oil-gas-projects-in-iraq-idUSKBN1HQ39I.

———. 2018b. "Morocco Deplores Western Air Strikes on Syria, Demands Political...". Acces-

sed August 28, 2018. https://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-syria-morocco/morocco-deplores-western-air-strikes-on-syria-demands-political-solution-idUSKBN1HL1A3.

Rice, John. 2015. "Why Infrastructure Is Key to a Stable Middle East." *World Economic Forum*. Accessed August 19 2018. http://www.weforum.org/agenda/2015/05/why-infrastructure-is-key-to-a-stable-middle-east/

Roberto, Willian M., and Paulo F. Visentini. "As consequências da crise na Síria para o Irã: impactos para sua estratégia regional e no Eixo de Resistência" *Brazilian Journal of International Relations* 4 (1): 72-91. http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article/view/3658.

Robertson, Nic. 2016. "Libya: Five Years after Gadhafi's Death." *CNN*. Accessed August 19 2018. http://edition.cnn.com/2016/10/20/africa/libya-five-years-after-gadhafi-robertson/index.html.

Saab, Bilal Y. 2017. "Don't Let the Saudis Destabilize Lebanon". Foreign Affairs. Accessed October 4 2017. https://www.foreignaffairs.com/articles/lebanon/2017-11-20/dont-let-saudis-destabilize-lebanon.

Saadani, Hala. 2017. "Morocco: What Is Fuelling Unrest in the Rif?" *Al Jazeera*. Accessed August 28, 2018. https://www.aljazeera.com/indepth/interactive/2017/06/morocco-fuelling-unrest-rif-170601141849532.html.

Saleh, Osama Saad Hammad. 2018. "Statement of the IDB Governor for Libya." Speech, The 43rd Annual Meeting of the IDB Board of Governors, Tunisia, Tunis, August 20, 2018. http://www.isdb-am43.org/wp-content/uploads/2018/04/EN-03-Libya-AR-V2-REV.pdf.

Samir, Mohamend. 2017. "Egyptian companies will have priority in Libya reconstruction: Libyan finance minister". *Daily News Egypt*. Accessed in 22 August 2018. https://dailynewsegypt.com/2017/12/16/egyptian-companies-will-priority-libya-reconstruction-libyan-finance-minister/.

Sariri, H.E. Saad. 2018. "Statement of the IDB Governor for Lebanon." Accessed October 4. http://www.isdb-am43.org/wp-content/uploads/2018/04/Liban-vi.pdf

Shalhoub, Lulwa. 2018. "Saudi Arabia to allocate $1.5 billion for Iraq reconstruction, trade". *Arab News*. Accessed in 20 August 2018. http://www.arabnews.com/node/1246236/middle-east.

Shamieh, Luna, and Zoltán Szenes. 2015. "The Rise of Islamic State of Iraq and Syria (ISIS)". *Academic and Applied Research in Military and Public Management Science* 14 (3): 363-378. https://www.uni-nke.hu/document/uni-nke-hu/aarms-2015-4-shamieh.original.pdf.

Sharma, Suraj. 2018. "Russia's friend, Assad foe, US ally: Turkey faces tough choices on Syria". *Middle East Eye*. Accessed in 22 August 2018. https://www.middleeasteye.net/news/analysis-russias-friend-assads-enemy-us-ally-turkey-tough-choices-syria-2023516329.

Schmitt, Eric. 2018. "Under Trump, U.S. Launched 8 Airstrikes Against ISIS in Libya. It Disclosed 4.". *New York Times*. Accessed May 6. https://www.nytimes.com/2018/03/08/world/africa/us-airstrikes-isis-libya.html.

Schneider, Luíza Galizazzi. 2008. "As causas políticas do conflito no Sudão: determinantes estruturais e estratégicos." Grad. Diss., Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Sengupta, Seema. 2017. "India ready to help in Libya's reconstruction". *Gulf News*. Accessed May 5 2018. https://gulfnews.com/opinion/thinkers/india-ready-to-help-in-libya-s-reconstruction-1.2144525.

Sengupta, Somini. 2017. "Help Assad or Lave Cities in Ruins? The Politics of Rebuilding Syria". *The New York Times*. Accessed May 4 2018. https://www.nytimes.com/2017/12/03/world/middleeast/syria-war-rebuilding-homs.html.

Soliman, Asmahan. 2018. "Syria cooperation highlights progress in Egypt-Russia relations as hurdles remain". *Mada Masr*. Accessed in 22 August 2018. https://www.madamasr.com/en/2018/05/01/feature/politics/syria-cooperation-highlights-progress-in-egypt-russia-relations-as-hurdles-remain/.

Souleimanov, Emil Aslan. 2016. "Mission Accomplished? Russia's Withdrawal from Syria". *Middle East Policy Council*. http://www.mepc.org/journal/mission-accomplished-

-russias-withdrawal-syria.

Sputnik. 2018. "UAE Likely to Improve Ties With Syria, Play Role in Reconstruction – Diplomat." *Sputnik International.* Accessed in August 28, 2018. https://sputniknews.com/analysis/201806191065557694-uae-syria-ties-reconstruction/.

Stephen, Chris. 2014. "War in Libya - the Guardian briefing". *The Guardian*. Accessed June 1st 2018. https://www.theguardian.com/world/2014/aug/29/-sp-briefing-war-in-libya.

Stratfor. 2017. "A Middle East of Saudi Arabia's Making". *Stratfor*. Accessed in 20 August 2018. https://worldview.stratfor.com/article/middle-east-saudi-arabias-making.

Sudan Tribune. 2018. "Chad, Libya, Niger and Sudan agree to fight transnational "crime"". Accessed in May 31 2018. http://www.sudantribune.com/spip.php?article65098.

–––. 2017. "Sudanese-Iraqi joint committee to meet early next year". Accessed in 4 September 2018. http://www.sudantribune.com/spip.php?article64033.

Svec, Milan. 1988. "The Prague Spring: 20 Years Later." *Foreign Affairs* 66 (5): 981. doi:10.2307/20043574.

Taylor, Andrea. 2018. "Algeria's Libya Problem". *Atlantic Council*. Accessed May 30. http://www.atlanticcouncil.org/blogs/menasource/algeria-s-libya-problem.

The Economist. 2017. "Democracy Index 2017: Free Speech Under Attack". Accessed October 4 2018. https://pages.eiu.com/rs/753-RIQ-438/images/Democracy_Index_2017.pdf.

The Economist. 2018. "Where Is the next Upheaval?" *The Economist*. February 10, 2011. Accessed 19 August 2018 February. https://www.economist.com/briefing/2011/02/10/where-is-the-next-upheaval.

The North Africa Post. 2017. "IDB Funding for Morocco Amounts to $6.8 Bln by 2017." Accessed August 28, 2018. http://northafricapost.com/23028-idb-funding-morocco--amounts-6-8-bln-2017.html.

The Peninsula. 2018. "Qatar committed to supporting Iraq reconstruction: FM". *The Peninsula*. Accessed in 25 August 2018. https://www.thepeninsulaqatar.com/article/14/02/2018/Qatar-committed-to-supporting-Iraq-reconstruction-FM.

Times of Oman. 2014. "Oman-Iraq relations flourish in new era". Last modified April 13. https://timesofoman.com/article/32687.

United Nations. 1996a. "Assistance to Mozambique". Accessed in July 21. http://www.un.org/documents/ga/docs/51/plenary/a51-560.htm

–––. 1996b. "United Nations Operation in Mozambique". Accessed in September 3. http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/onumoz_b.htm

United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR), *Global Trends: forced displacement in 2017* (Geneva: United Nations, 2018), available from http://www.unhcr.org/globaltrends2017.

United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (UNOCHA). 2017. "Humanitarian Response Plan 2017, Libya". Accessed May 3 2018. https://www.humanitarianresponse.info/system/files/documents/files/2017_libya_hrp_final.pdf.

Ward, Susan. "What Is Equity Financing and Where Do You Find It?". *The Balance Small*

Business. Accessed August 19 2018. http://www.thebalancesmb.com/equity-financing-2947068.

Wardany, Salma, and Grant Smith. 2018. "Libya Leads OPEC Oil Output To 2018 High Despite Iran Losses". *Bloomberg*. https://www.bloomberg.com/news/articles/2018-09-03/libya-leads-opec-oil-output-to-2018-high-despite-iran-losses.

Wehrey, Frederic and Lacher, Wolfram. 2014. "Libya's legitimacy crisis". *Foreign Affairs*. Accessed in 25 August 2018. https://www.foreignaffairs.com/articles/middle--east/2014-10-06/libyas-legitimacy-crisis.

World Bank Data. 2018. "World Development Indicators". Accessed September 11th.http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=2&country=YEM

World Bank Group (WBG). 2016. "Economic Effects of War and Peace in the Middle East and North Africa." *The World Bank*. Accessed May 15 2018. http://www.worldbank.org/en/news/press-release/2016/02/03/economic-effects-of-war-and-peace-in-the-

-middle-east-and-north-africa.

———. 2017a. "The Economics of Post-Conflict Reconstruction in MENA." *Middle East and North Africa Economic Monitor*. World Bank, Washington DC.

———. 2017b. "The Toll of War: The Economic and Social Consequences of the Conflict in Syria." *The World Bank*. https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/27541/The%20Toll%20of%20War.pdf.

———. 2018a. "Iraq Economic Monitor - from war to reconstruction and economic recovery: with a special focus on energy subsidy reform". *The World Bank.* http://documents.worldbank.org/curated/en/771451524124058858/Iraq-economic-monitor-From-war--to-reconstruction-and-economic-recovery-with-a-special-focus-on-energy-subsidy-reform.

———. 2018b. "Iraq: reconstruction and investiment, part 2". *The World Bank*. http://www.cabinet.iq/uploads/Iraq%20Reconstruction/Iraq%20Recons%20&%20Inves.pdf.

———. 2018c. "Middle East and North Africa: Overview". Accessed June 18. http://www.worldbank.org/en/region/mena/overview#2.

World Economic Forum. 2018. *The Arab World Competitiveness Report*. Geneva, 2018. https://www.weforum.org/reports/arab-world-competitiveness-report-2018.

Zaman, Sheikh Shahriar. 2018. "Bangladesh observing Russia - US stance on Syria issue". *Dhaka Tribune*. Accessed May 30. https://www.dhakatribune.com/bangladesh/foreign-affairs/2018/04/18/bangladesh-observant-russia-uss-stance-syria-issue/.

Zawya. 2017. "Iraq approves 10-year reconstruction plan". *Zawya*. Last modified September 4. https://www.zawya.com/mena/en/story/Iraq_approves_10year_rebuilding_plan__news_network-ZAWYA20170904055904/.

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v. 6 2018 | p. 452 - 483

MANAGEMENT OF WATER RESOURCES IN ISLAMIC COUNTRIES

João Pedro dos Santos Albersheim Dias[1]
Maísa de Moura[2]

ABSTRACT

The Islamic Development Bank (IsDB) is a multilateral financial institution that works to improve the lives of those who live in Muslim countries and communities worldwide, delivering impact at scale. The bank works through public and private partnerships with nations, providing loans and technical assistance to build infrastructure that can boost social and economic progress. In this study guide, it will be presented the struggles of water resources management in Islamic countries. These nations are spread around the globe, but they all have in common the fact of being developing countries. Added to this fact are external factors, such as climate change, rivers' courses and availability of water. There are also some internal factors as inequality, obsolete or inexistent sanitation infrastructure, and poor management of natural resources. All these combined show the necessity of intensely approaching this theme and thinking of efficient, innovative and sustainable solutions that can help Islamic countries to have an infrastructure that can provide potable water to its population.

1 João Pedro is a second-year student of International Relations at UFRGS and Assistant-Director at the IsDB.
2 Maísa is a third-year student of Economics at UFRGS and Director at the IsDB.

1 INTRODUCTION

Availability of quality water at the right time and in the right place to meet environmental, economic and human needs requires active water resources management (OECD 2018). Changes in water supply can be expected as consequences of climate change, population growth, economic development and environmental problems. These factors increase water demand and pose sustainable growth as a challenge for policymakers and authorities.

According to the Islamic principles, humans may consume and use natural resources, but should not manipulate nature in a way that irreversibly degrades the environment. The Islamic doctrine asserts that the ecosystem belongs to Allah, that entrusts humankind to pass it on, relatively unharmed, to their succeeding generations (Absar 2013).

This study guide intends to elucidate the causes and consequences of the often inefficient water resources management in Islamic countries. First, the historical background presents the roots and the evolution throughout the centuries of the currently faced scarcity in these countries. The second section – the statement of the issue –, for its turn, presents current issues that make the necessity for cooperation highly critical. The third part introduces the main projects already implemented in these countries, in order to better understand the challenges that water management imposes to Islamic countries, as well as its impacts that reflect in the lack of basic resources for the population and in possible political instability. Finally, the bloc positions deliver the basis of each country's behavior, and the questions to ponder are offered to support the progress of discussions.

2 HISTORICAL BACKGROUND

When referring to water issues, Islamic countries face a particular situation in comparison to other nations in the world. Situated in arid, or either hyper-arid regions, these countries depend on some particular aspects, such as seasonal rainfall, few number of rivers and supply of fragile aquifers. The way through which water is extracted, distributed, and consumed affect these countries' economies in a much more sensitive way than in the case of other regions (Jagannathan et al. 2009). Since early human civilizations, hydraulic infrastructure and water management play a crucial role in these societies. Bearing this in mind, the goal of this section is to provide an overview on the evolution and diversification of water uses and its consequences until the current days.

2.1 WATER MANAGEMENT IN THE FERTILE CRESCENT

The Fertile Crescent encompasses the region that extends from the Nile River, in Egypt, to other two important rivers, Tigris and Euphrates, whose sources are in Turkey. In this area, the great societies of Eastern Antiquity were developed – namely, the Babylonian, the Egyptian, the Assyrian, the Persian, and the Phoenician ones. The waters of Euphrates-Tigris River Basin cover parts of the territories of Iraq, Turkey, Iran, Syria, Saudi Arabia and Jordan (FAO 2009).

IMAGE 1: THE FERTILE CRESCENT



Source: Encyclopaedia Britannica 2015

Since the first movements of civilizations, irrigation has had a vital function in that area. Incipient agriculture and primitive villages agglomerations, which flourished about 8000 BCE, adopted the use of this application very quickly (Encyclopaedia Britannica 1998).

Activities in Mesopotamia, an eminent region of the Fertile Crescent, reflect the relation water-man in such time. The two famous rivers between Mesopotamia – Tigris and Euphrates –, as well as the constructed canals and wells (the latter with considerable depth), were indispensable sources of water. The floods were helpful, enhancing farming in the area: hence the name "fertile crescent" (Millburn 2017). In Egypt, such as in Mesopotamia, the vestiges of prehistoric irrigation works can still be found (Mays 2008).

The flowering and development of ancient civilizations depended, to a great extent, on the water management. Besides being essential for economic development, water control was also a source of disputes between States, and, many times, it was used as a political tool. Also, overexploitation of water resources for agriculture caused many different environmental problems (Tamburrino 1970).

2.2 HISTORICAL CHANGES ON THE USE OF WATER IN ISLAMIC COUNTRIES

One can say that humans have been able to subjugate nature's features in order to meet their needs and to generate a great number of techniques throughout history. There lies the peculiarity of water issues: when it comes to water needs, the human being is "[...] definitely unable to fulfill them just by trying to synthesize it or use a substitute for it" (ISESCO 2009, 5). In this fragile framework, activities such as farming and settlements led to problems that challenge mankind until today, as, for instance, how to get drinkable water and how to deal with the waste we produce (Juuti, Kakto and Vuorinen 2007). Moreover, later on, industry assumed a critical role in the water issue.

2.2.1 AN OVERVIEW ON THE ANTIQUITY AND WATER IN THE ISLAMIC WORLD

Countries of Middle East and North Africa (MENA)[3] had a specific relation with water throughout history. Regarding the environment, climate change is an issue that has already been present for a long time in the states of the region. From the past up to current days, water scarcity and high temperatures have been pressuring the MENA countries to adapt themselves (WB 2013). Islam, as one of the most eminent religions in the world, has clear values regarding water. It "provides a basis for a spiritual approach to water as a pure, healing and sacred substance. [...] Water was singled out as a gift from God to all, and it was to be shared" (UNESCO 2011, 38).

Simultaneously to the increasing social and religious appreciation of water's role, knowledge and science have led Islamic societies to deal with problems such as water scarcity in an ingenious way. The set of efforts demonstrated great progresses in hydric mechanics. After the 7th century CE, water management became an indispensable part of the economy in many states. Prosperous trade and the acquisition of knowledge were strongly mobilized and encouraged by Islam (UNESCO 2011). From the 9th century on, a modern agricultural system with extensive irrigation became central to the economic perspective of these countries (Muslim Heritage 2018). Accordingly, more recently, one may highlight the construction of terraces to catch rainfall, the diversion of inundation flows to support irrigation, and the depthless aquifers that were used by open wells (Arab Water Council 2009). The way by which some ancient societies have dealt with their non-renewable resources like water had strong impacts in the fate they had. Some explanations about the causes of these societies' end state "that environmental resource base of these societies was depleted" (Janssen and Scheffer 2004, 1).

In the Muslim world, besides its uses for irrigation and industry, the possession of water had the function of displaying wealth and power (Hassan 2011). Governments strongly supported the management of this resource – which, in practice, is finite, unevenly distributed, and often controlled by few. Such circumstances led to the strategic and military use of water (Gleick 1993). As a result, since the age of the Fertile Crescent until the present days, conflicts over water remain as an important issue in the region (The World's Water 2018).

3 The Middle East and North Africa (MENA) is a region that counts with around twenty-two countries and accounts for 60% of the global oil reserves (Investopedia 2018b). The MENA faces a major crisis related to water access (The Conversation 2017a).

2.3 ORIGINS OF CURRENT WATER SCARCITY

Despite being a long-standing problem for many Islamic countries, the causes of water scarcity, as well as the tensions resulting from it, have been, in more recent times, increasingly evident and worrying. The importance of recognizing these causes lies on the fact that they directly impact the current grueling situation. As it will be seen in the next sections, environmental troubles have been added to – and have even been exacerbated by – the economic and geopolitical spheres.

2.3.1 ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND ECONOMIC ASPECTS

The Industrial Revolution, initiated in the 18th century by Great Britain, resulted in largely increased production and innovation in western developed countries. Simultaneously, the exports-led strategy of some eastern nations resulted in economies based in commodities and services in the majority of Islamic countries (Khan 2009). This process is related to the lack of appropriate financial and technological resources to deal with a great number of issues – among them, the water shortage (ISESCO 2009).

The MENA region, where a great number of countries that suffer from water scarcity are located, is, in general, characterized by arid climates with hot temperatures. The planet Earth became warmer during the 20th century and Islamic countries that had already been suffering with geographical water-related problems were particularly affected in a strong scale by global warming and climate change (ScienceBits 2014; Waha et al. 2017).

In recent decades, furthermore, there has been an intense urbanization in many Muslim countries (Kharoufi 1996). This process is related to the exponential population growth that has happened throughout the 19th and 20th centuries (Simeonov 2005). The explanation given by Farrokhi (2016, 32) to this process, in the case of the Republic of Iran, for instance, summarizes some important effects of heavy urbanization in developing countries regarding water issues:

> The strong population growth in the past poses in urban area is a big challenge for the water and wastewater [...]. More inhabitants use more water and generate more wastewater and in addition, infrastructure for collection and transport of wastewater needs to be extended as a consequence of rising household numbers.

Water pollution is another problem that many Muslim countries have been facing (Mokhtar, Abdullah and Baharuddin 2013). This harmful phenomenon, which has grown significantly in the world throughout the last century and which has as one of its causes economic activities such as industry, is one of the sources of the difficulties regarding sanitation, access and distribution of potable water that the Islam has to cope with. Overexploitation and unsustainability have also been increasingly affecting this issue (Isaac 2003).

2.3.2 GEOPOLITICS-RELATED CAUSES

Besides the basic functions of life, fresh water is essential for economic activities such as agriculture and industry (OIC 2009). In this context, there is a keen issue that stresses the disagreements derived from water problems: many Islam nations are located in riparian states of transboundary water and lack water resources. In light of this situation, there are convergent interests of each country to control a bigger amount of water (Republic of Turkey 2018c).

Many countries in the Islamic world share transboundary waters (Absar 2013). As the importance of fresh water and transboundary rivers have been increasing, tensions and even conflicts have occurred over its access in the 20th century, continuing to last until the present day[4] (Najafi and Vatanfada 2012). The "upstream--downstream tensions [...] as well as clashes among agricultural and energy interests for water" (Choudhury and Islam 2015, 44), particularly between Syria, Iraq and Turkey – among the Tigris and Euphrates rivers – and between Lebanon, Jordan, Palestine and Israel – the riparian States of the Jordan River System, have been drawing the attention of the international community (Isaac 2003). Later in this study guide, the conflicts mentioned above will be better elucidated and explored.

3 STATEMENT OF THE ISSUE

Water is a finite resource and the competition all over the world for this element is likely to increase due to population and economic growth. According to the liberal economic theory, driven by this heightened competition, the economic value of water tends to rise, and decision-makers in both private and public sectors will need information that can help them maximize the benefits derived from its use (USEPA 2013).

Water is essential not only for human consumption, but also for generating energy power, for agricultural production and industrial activities. Economies rely on the availability of clean water and in its low price to keep all these processes working. Local authorities in the Islamic countries need to execute plans to effectively supply clean and fresh water for human, animal and economical production, based on development and sustainability.

3.1 ECONOMIC IMPACTS IN AGRICULTURAL AND INDUSTRIAL USE OF WATER

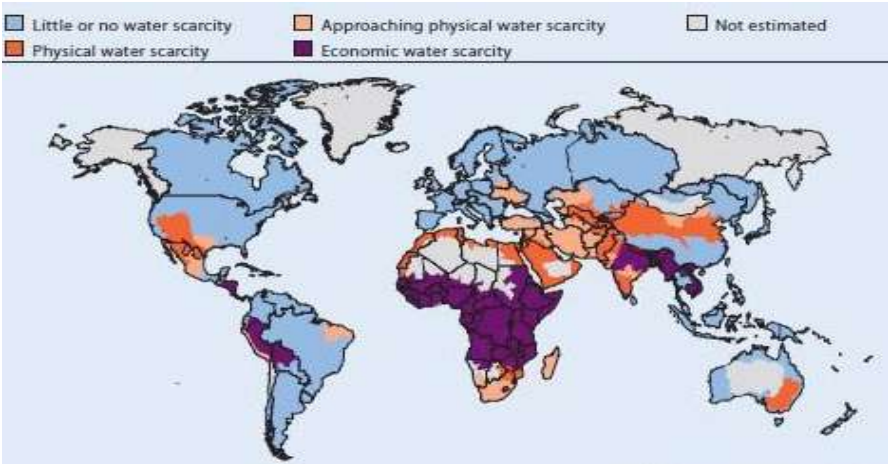
The correlation between hydrology and economic performance through greater climatic variability and the more frequent occurrence of extreme events resonates more widely than before. Old and new water challenges are increasingly intertwined, such as frequent floods and droughts, serious water shortages, environmental pollution and ecological degradation, and such problems are becoming common across all regions, affecting not only Islamic countries (World Water Council 2015).

4 Factors such as growing population and increasing water demand have been pressuring the water management of different countries in the world, situation that includes various basins of transboundary rivers (Munia et al. 2016).

MENA is the driest and most water-scarce region in the world, and this increasingly affects the economic and social development of most countries of the region. It has about 0.7 % of the world's available freshwater resources (CEDARE 2006). Today, the average per capita of water availability in the region is slightly above the physical water scarcity limit. The exact percentage of the area that experiences physical water scarcity is unknown as so far data are only available per country (Droogers et al. 2012).

The sector in which water scarcity impacts the most is food production. Water use to support food production includes cropland irrigation, livestock watering, aquaculture, and food and beverage manufacturing. The amount of water involved in food production is relevant, considering there are four broad uses of water in food production: primary production (farming), cleaning and sanitation, and in processing operations (for example, heating or refrigerating) (EUFIC 2015). In many developing countries, most of it is provided directly by rainfall. However, this form of agriculture is feasible only in regions where rainfall distribution ensures continuing availability of soil moisture during the critical growing periods for the crops (FAO 2018). Regions like MENA and the Sub-Saharan Africa (SSA) are some of the most arid in the globe, with poor and irregular rainfall regimes, becoming, therefore, greatly dependent on irrigation systems and infrastructure in order to provide a secure amount of food for the population. As an example, 85 percent of the water in the MENA region is used for irrigation (World Bank 2018).

IMAGE 2: WATER SCARCITY AROUND THE GLOBE



Source: International Water Management Institute 2018

In irrigated agriculture, the water taken up by crops is partially or totally provided through human intervention. Irrigation water is withdrawn from a water source (river, lake or aquifer) and directed to the field through an appropriate conveyance infrastructure (FAO 2018). This process needs to be well projected and

also executed in a sustainable way; otherwise, a poor irrigation system could be the cause of an environmental catastrophe, harming the fauna and flora near the water source, as well as the humans that depend on water for consumption and economic food production.

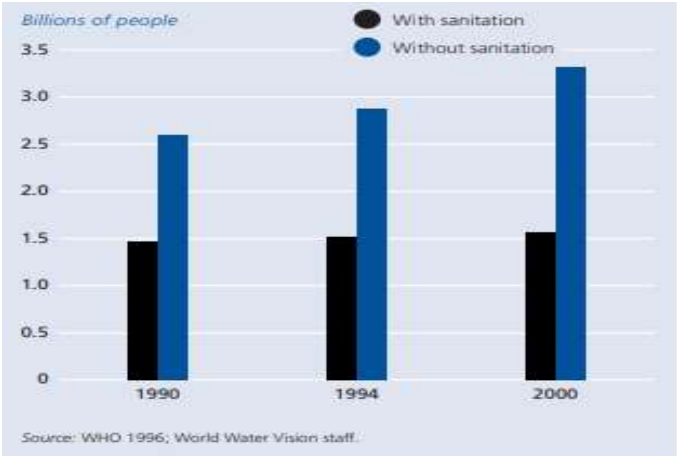
In the industrial sector, which uses about 19% of the world's total water withdrawal, water has different functions according to the economic activity (UNESCO 2016). Oil refineries, for instance, require large amounts of cooling water and process water. The textile industry uses vast amounts of water throughout all processing operations. Almost all dyes and finishing chemicals are applied to textiles in water baths. Also, in the food industry, water is used in large amounts, either as a component of the product or for washing meat, fruits, and vegetables (ADB 2016).

3.2 ECONOMIC IMPACTS IN CONSUMPTION, INFRASTRUCTURE AND SANITATION

A key characteristic of the world's freshwater resources is their uneven distribution in time and space. Until recently, water resource management used a supply--side approach, focused on redistributing water when and to where people wanted it for their use. But there are many signs that water is running out — or at least getting a lot less plentiful in more places as populations grow and per capita water use increases. (World Water Council 2000).

Water services — irrigation water, domestic and industrial water supply, wastewater treatment — are heavily subsidized by most governments. Waste in everyday use is big, since water conservation technologies do not spread. There are few investment funds and revenues to maintain water infrastructure, as well as research and training systems. As a result, the sector is conservative and stagnant, without a dynamic and stimulating flow of innovative thinking (World Water Council 2000).

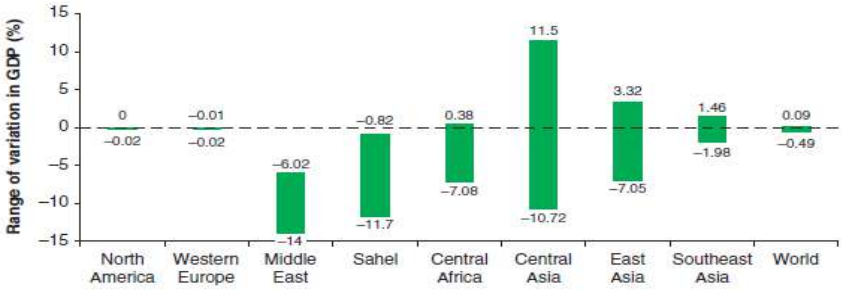
IMAGE 3: ACCESS TO SANITATION IN DEVELOPING COUNTRIES (1990-2000)



Source: WHO 1996

According to UNESCO (2016), the basic provision of adequate water, sanitation and hygiene services enables the consolidation of a robust economy by contributing to a healthy and productive population and workforce, with benefit-to-cost ratios as high as 7 to 1 for basic water and sanitation services in developing countries. From a perspective focused on global health, one of the greatest water-related challenges is inadequate water, sanitation and hygiene, which are associated with global economic losses of US$260 billion every year, largely related to lost time and productivity. While costly to address, the estimated rates of return on water supply and sanitation investments are striking: every US$1 invested in water, sanitation and hygiene could have a return of US$3-34, depending on the region and technology involved (UNESCO 2016).

IMAGE 4: CLIMATE-RELATED CHANGES ON WATER IMPACT ON GDP IN 2050



Source: World Bank 2015a.

Note: The figure shows the range that climate changes effects on water will have on GDP for selected regions. It incorporates effects from different growth scenarios (SSP1 and SSP3) as well as different policy scenarios (business-as-usual policies and policies that encourage better water allocation).

Source: UNESCO 2016

As it may be seen in the image above, most of the impact on water related to climate change effects tend to harm developing countries, among which are included Islamic nations. A negative impact on GDP is related to negative growth rates and economic contraction, which are marked by a decrease in real income, higher unemployment, lower levels of industrial production and a decline in wholesale or retail sales (Investopedia 2018a). This shows how connected are different sectors of the economy and how important it is to have an efficient infrastructure to provide access of quality water for a country's population.

Efficiency of investment in water infrastructure and services could be improved in order to increase the economic attractiveness of the sector. Projects that focus on technical and operational efficiency could enhance the financial performance of water services, reducing water losses and waste in transmission, distribution, and consumption. Also, projects that are connected in sequences that combine infrastructure, institutions and information along coherent pathways, reflecting in integrated plans, require higher investments, but they have a better return (World Water Council 2015).

3.3 WATER-GENERATED CONFLICTS IN THE ISLAMIC WORLD

In a context of scarcity, disagreements and conflicts, the latest events in regions where several Islamic countries are situated fit within a complex framework, which has been increasingly worrisome in recent years. A great number of these countries are downstream riparian states that suffer from water shortages (Republic of Turkey 2018c). Water allocation has been defined by the lack of an integrated and comprehensive approach for managing water resources among countries of transboundary rivers, therefore making water a catalyst for conflicts (Isaac 2003). Although, on the other hand, the transboundary waters can be viewed in a way to contribute with cooperation among the riparian states, as stated by Wolf (2007, 3), "shared water provides compelling inducements to dialogue and cooperation, even while hostilities rage over other issues".

3.3.1 THE CONFLICT BETWEEN TURKEY, SYRIA AND IRAQ

The shared riparian watercourse is a pretext for the dispute between these three unstable countries: Turkey, Syria and Iraq. Iraq largely depends on Tigris and Euphrates for water supply. Syria, which also suffers from water scarcity, has this same dependence on the rivers for water, nourishment and energy guarantee (Shamout and Lahn 2015). In spite of that, 90% of the Euphrates and 50% of the Tigris rivers have their origins in Turkey. Syria, Iraq and Turkey have a long history of disagreements and tensions regarding these two rivers (Al-Muqdadi et al. 2016), and all of the countries have been in disagreement on the water issue. Currently, with aggravations in water demand – which tend to increase even more –, the situation is particularly strenuous (Al-Samman 2018).

IMAGE 5: TRANSBOUNDARY RIVERS TIGRIS AND EUPHRATES



Source: Hydropolitic Academy 2016

The Turkish government has been implementing the Great Anatolia Project (GAP), a regional development project that aims at developing land, water and human resources. The objectives of this project include improving life quality, eliminating discrepancies between Anatolia and other areas of the country and contributing to national economy and social stability (Republic of Turkey 2015). Nonetheless, it is a process surrounded by criticism and tension. Basically, the GAP "entailed building 22 massive dams and 19 hydropower plants across the Tigris-Euphrates River Basin. This project [...] seeks to address burdens resulting from demographic changes" (Al-Muqdadi et al. 2016, 1099). The project is criticized for skirting international law and faces the opposition from both Syria and Iraq, who state that Turkey has not consulted them (Al-Muqdadi 2016). There also exists a fear that GAP, through the new constructions, will jeopardize food security (ECSP 2013), since the massive constructions and modifications along the rivers may reduce Iraq's and Syria's water flux (Al Jabbari 2015). Nevertheless, Turkey affirms that the GAP will benefit both countries with measures such as the prevention of floods and of water waste (Al--Muqdadi et al. 2016).

There are external and internal challenges surrounding the water dispute between Turkey, Syria and Iraq. External challenges are represented by climate changes, population growth, international development laws (that defend mutual agreements) and the GAP project. Internal challenges, on their turn, are expressed by social and political issues, such as "inadequate water management, political instability, lack of local policies, and an insufficient legal framework", which are present in all three countries (Al-muqdadi 2016, 1097).

Iraq suffers from the lack of a planned and efficient water infrastructure too. The country's weakened irrigation and water collecting system accentuate the scarcity and the water demand (Al-Muqdadi et al. 2016). The prolonged crisis in Syria within the civil war's framework resulted in the destruction of a great percentage of the country's infrastructure, including systems of water supply (Biljani 2017). In such context, Iraq accuses Turkey of having hidden actions in its political water agenda. Turkey, for its part, argues that the Tigris and Euphrates rivers originate in Turkish lands, and, therefore, the Iraqi claims would be unfounded (Al-Muqdadi et al. 2016).

With the GAP, Turkey seems to be intending to achieve two objectives at once: first, take control of the stretches of rivers belonging to Iraq and Syria; second, perpetuate the political dependence of both countries on Turkey by restricting their water shares to a high degree. This is a long-term plan that would help Turkey to solve the problem of energy shortages and stabilize itself as a key country in Middle East policies (Al-Muqdadi et. al 2016). However, Syrian and Iraqi concerns are strong (Al-Samman 2018).

The Turkish situation over water is not as urgent as it is in Iraq and in Syria, and it earns criticisms from both sides: even with a relatively better water management in comparison to the other states in this issue, Turkish dams' construction has been increasing. Through a more general vision, one may say that farmers of both the three countries fight against "drought, disease, pestilence, and inefficient irrigation (which Ankara is trying to change, especially with the GAP project), and harvests can vary dramatically" (Al Jabbari, Ricklefs and Tollast 2015, online; Bari 2016). As the conflict evolves, instability and scarcity become more present, both in daily lives and at national levels.

3.3.2 THE JORDAN RIVER BASIN DISPUTE

The Jordan river basin has been marked, throughout history, for disputes over water between its riparian countries (Image 6): Lebanon, Israel, Jordan, Palestine and Syria. Water-stress in this river causes serious geopolitical tensions. As explained by Headley (2017, online),

> if there was to be an interstate war over water, the most probable outbreak zone would be the Jordan River Basin. Comprising Syria, Israel, Palestine, Lebanon and Jordan, the Jordan River Basin is one of the most water-deprived places on Earth per capita, compounding the already-tempestuous geopolitical situation.

In recent decades, water quality in the region has been decreasing. Pollution, water-level fluctuation, risk of saline water intrusion and the decline of Dead Sea levels threat the balance of Jordan river's conditions (UN-ESCWA and BGR 2013).

IMAGE 6: THE JORDAN RIVER



Source: Bluebird 2018

3.3.2.1 THE ROLE OF WATER IN THE ISRAELI-PALESTINIAN CONFLICT: A STUDY CASE

Subsequently to the creation of Israel in 1948, tensions began to flourish between the Arab States of the region – namely Syria, Lebanon, Jordan and Palestine – and the state of Israel (ECC Platform Library 2018). These water strains continue

to be one of the factors that make peace remote. Israel is accused of depriving the other countries from water access and of "preventing Palestinians from maintaining or developing their water infrastructure through its illegal planning and permit regime" (Corradin 2016, online). In such background, there is a history of lack of water infrastructure in many parts of Palestine (BBC Brasil 2003). As a consequence, a large number of Palestinians do not have enough access to water supplies, which leads to a water-dependence on Israel (Al Jazeera 2016). Many restrictions on water use were determined by the Israelis, which caused severe damage to Palestine's ability of providing better living conditions to its people. Increase in population and dependence on agriculture makes water the most important source for Palestinians' survival (Mediterranean Affairs 2015).

Israeli authorities classify water as a national security issue (Carlini 2015). It is argued that Israel has been suffering from chronic water shortages for years, which led to a severe crisis in this source's supply and to a hard decrease in the water quality. Israel states that the current over-utilization of this finite resource is due to recurrent droughts, increase in water demand (related to population growth) and the requirement to provide water regarding international undertakings (Israel 2013). Even with bilateral accords, such as the Oslo Agreements[5] of 1993, the state of affairs has not changed (Mediterranean Affairs 2015).

4 PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

The aim of the present section is to address the water-related initiatives that have already been implemented in MENA countries. First, the projects delivered by the IsDB will presented, while, later on, an overview in two World Bank's programs will be given.

4.1 THE ISLAMIC DEVELOPMENT BANK

The Islamic Development Bank Group supports the implementation of the Sustainable Development Goals [6]agenda, according to the needs and priorities of its member countries, through a collaborative approach and in partnership with bilateral and multilateral development financing institutions, the private sector and civil society (IsDB 2018a). Since water is considered essential for the Islamic religion, the bank works on several water-related programs to improve sanitation, infrastructure and storage.

5 The Oslo Agreement, also known as the Oslo Accords, was a signed agreement between Israel and the Palestine Liberation Organization (PLO) on September 13, 1993. The accords were divided in two parts (Ynetnews 2009). Oslo I established a schedule for the process of peace in the Middle East. Oslo II, an expansion of Oslo I, "included provisions for the complete withdrawal of Israeli troops from six West Bank cities and about 450 towns. Additionally, the pact set a timetable for elections for the Palestinian Legislative Council" (CNN 2017, online). Basically, they called for (i) Jericho and Gaza, and eventually the West Bank, to be withdrawn by Israel; (ii) limited autonomy for Palestinians in these areas along five years; (iii) within nine months, elections of the Palestinian Legislative Council; and (iv) to establish a Palestinian police force (CNN 2017).

6 The Sustainable Development Goals are the blueprint to achieve a better and more sustainable future for all. They address the global challenges we face, including those related to poverty, inequality, climate, environmental degradation, prosperity, and peace and justice (United Nations 2018).

4.1.1 URBAN WATER SUPPLY AND SANITATION PROJECT IN BANGLADESH

In February 2018, the IsDB approved a project that aimed to improve water supply services and sanitation facilities in 23 *pourashavas*[7] in Bangladesh. The project will be financed by the IsDB, which has contributed with US$89.3 million, and the Government of Bangladesh (IsDB 2018b).

Bangladesh's level of urbanization may be as yet relatively low (35%) when compared to some other Asian countries, but it already has a very large urban population, estimated at around 55 million in 2014 (WB 2018b). Many villages all over the country have grown into towns, and especially the major urban centers have grown very rapidly. This growth, however, has resulted in severe shortages of basic urban infrastructure, serviced land and housing (ADB 2009). A significant amount of urban population has no access to drinking water from an improved source, and urban sanitation has remained a serious problem in all cities and towns in Bangladesh. Besides, the country suffers from frequent flooding, and drainage works are insufficient, leading to waterlogging and water pollution. As most developing countries, Bangladesh also deals with industrial pollutants discharged into rivers and with garbage pollution, since urban solid waste management is mostly absent (ADB 2009). These contribute not only to the pollution of rivers and their affluents, but also to groundwater contamination.

The project held by the IsDB intends to comprise seven components: water supply services, sanitation and solid waste management facilities, as well as the rehabilitation of the existing ones, capacity building and awareness, consultancy services and implementation support (IsDB 2018b). Thus, the work includes the construction of tube wells, water tanks, water treatment plants, public toilets, community latrines, fecal sludge treatment plants, solid waste composting system, drainage infrastructure, office construction, and repair, maintenance and rehabilitation programs.

All the procurement will be done through National Competitive Bidding (NCB)[8] and International Competitive Bidding limited to IsDB's Member Countries (ICB/MC). The project is currently active, and the companies that will work on it are still being selected. The closing date for the project is estimated in 2022 (IsDB 2018b).

4.2 THE WORLD BANK GROUP

The World Bank Group (WBG) has a Water Global Practice division, where projects are focused on water supply, sanitation, water resources management – which includes climate-related changes and water security – and water in agriculture – including irrigation projects. Even though Islamic countries are not the biggest shareholders and, thus, are not among the nations with expressive voting power in the institution's decisions, the World Bank (WB) establishes regional partnerships in order to diagnose problems and propose projects more effectively. The Cooperation

7 Pourashava is a term used in Bangladesh to define a city or municipality.

8 National Competitive Bidding (NCB) is a form of project administration usually used when domestic producers or contractors are capable of providing the enough required quantity and quality of goods and related services or works at reasonable costs and within the required time frame. Such method also may be used when there is no interest of foreign companies to work on determined contracts (ADB 2014).

in International Waters in Africa (CIWA), the South Asia Water Initiative (SAWI) and the Central-Asia Energy-Water Development Program (CAEWDP) are a few examples of projects in which the partners are closer to the issue, supporting investments and dialoguing with the local population. Accordingly, those initiatives are anchored in partnerships with governments to ensure that the program's activities address national priorities (WB 2018a). On the next section, it will be presented two initiatives from WBG, one in the Sahel – a semiarid region in western and north-central Africa –, and the other in the Middle East. Both initiatives incorporate countries members of the IsDB.

4.2.1 THE SAHEL IRRIGATION INITIATIVE SUPPORT PROJECT

The people who live in Sahel find themselves exposed to a unique set of climatic and environmental risks. High and sustained rates of population growth have been taking place in a region with limited natural resources. Despite a fast growth in the urbanization rates, sixty-four percent of the Sahel population still lives in rural areas, relying mainly on rain fed agriculture and on agro-pastoralism for their livelihoods (WB 2015). The Sahel, nonetheless, enjoys abundant water resources. Total renewable resources, accounting for both internal and transboundary water flows, are estimated at about 3,500 m^3 per capita – well above the water scarcity line of 1,000 m^3 per capita. These resources, however, are unevenly distributed. The region has few continuous flow rivers, lakes and wetlands, and only a reduced fraction of the population lives nearby and benefits directly from these water bodies (WB 2015).

This irrigation initiative is a project that includes grants, credits and a global partnership for output based aid grant for the governments of Burkina Faso, Chad, Mali, Mauritania and Niger. The Sahel Irrigation Initiative Support Project aims to expand irrigated agriculture in a productive, sustainable and profitable way, generating jobs and food security in the area. The project's closing date is March 2024, and the total amount destined for the initiative is US$190 million. The objective is to more than double the irrigated areas of the six benefited countries to 1 million hectares by 2020. Currently, less than 3% of cultivated land areas in West Africa are irrigated, compared to more than 28.7% in North Africa (West Africa Brief 2016).

IMAGE 7: SAHEL IRRIGATION INITIATIVE PROJECT COMPONENTS

Water

Contributing Practice Areas

Agriculture, Environment & Natural Resources

Proposed Development Objective(s)

The Project Development Objectives are to improve stakeholders' capacity to develop and manage irrigation and to increase irrigated areas using a regional 'solutions' approach in participating countries across the Sahel.

Components

Component Name	Cost (US$ Millions)
Component A: Modernizing the institutional framework	19.60
Component B: Financing irrigation investment solutions	141.20
Component C: Knowledge management and coordination	37.50

Source: WB 2017a.

As for the project's components, the costs destined for the modernization of institutional frameworks in Component A will include the financing of goods and consultant services. Also, among this component provisions are the financing of operational costs and contractual staff for national and decentralized government services, irrigation agencies and organizations in order to supervise the implementation of the local development planning and to train and advise the project beneficiaries for irrigation scheme management and onward irrigated agricultural development (WB 2017a).

The largest part of the costs is in Component B is destined for infrastructure-related issues. These shall be divided into small-scale and large-scale schemes. In what concerns small-scale irrigation schemes, which are cost-effective and easily replicable from one site to another and across countries, the project will finance not only infrastructure revitalization, but also the construction of new facilities. On the other hand, as for large-scale irrigation schemes, which are costly undertakings and more context-specific, the project will finance studies looking forward to build a range of projects ready for implementation. Emerging best practice solutions from all participating countries will be shared through these hard and soft investments, using a "learning-by-doing" approach, thus turning all of these investments into a contribution to the regional knowledge base (WB 2017a). At last, Component C is destined for this initiative to create a knowledge base and for management and coordination of the built infrastructure.

4.2.2 LB - GREATER BEIRUT WATER SUPPLY

In Beirut, Lebanon, official water authorities[9] are the main suppliers of domestic water, which is distributed through a network of piping systems that reaches many areas. The city of Beirut and its suburbs are overpopulated, being the residence of approximately 1/3 of Lebanese citizens. Thus, Beirut suffers from a deficiency in meeting its water demand. As a remedial action, since four decades, the Lebanese Water Authorities have been establishing measures of water rationing (Korfali 2007). The objective of the Greater Beirut Water Supply development project is to increase the provision of potable water to the residents within the Greater Beirut region – including those in the low-income neighborhoods of Southern Beirut – and to strengthen the Beirut Mount Lebanon Water Establishment's capacity in utility operations (WB 2010).

Total project financing requirements were estimated at US$370 million, including price and physical contingencies, taxes and the front-end fee. The project was financed as follows: the Beirut Mount Lebanon Water Establishment (BMLWE) financed US$140 million; the government of Lebanon financed US$30 million for land acquisition purposes; and the International Bank for Reconstruction and Development (IBRD)'s loan of US$200 million was responsible for financing goods, workers, consultants, reasonable associated taxes and contingencies (WB 2010).

9 Water Authorities are entities, which can be public or private, involved in water treatment, water supply, sewage disposal, land drainage, river pollution and fisheries.

IMAGE 2: PROJECT COSTS BY COMPONENT

Project Cost By Component	Total $ million
A. Works, Goods and Consultants	
Component 1: Bulk Water Supply	
A. Raw and treated water tunnels (Works and supervision)	130
B. Water treatment plant (Works and supervision)	51
C. Transmission pipelines, bulk reservoirs (Works and supervision)	54.5
D. Project Management	0.5
Component 2: Reservoirs, Distribution, Metering	
A. Distribution and reservoirs (Design, works and supervision)	41
B. Metering	20
Component 3: Project Management, Utility Strengthening and Studies	
A. Project Management Unit	5
B. Utility Strengthening/ MOEW Project Oversight Capacity	5
C. Studies	5
Subtotal	312
B. Land Acquisition	30
Total Baseline Cost	**342**
C. Contingencies	21.5
D. Taxes	6
Total Project Costs	369.5
Front-End Fee	0.5
Total Financing Required	**370**

Source: WB 2010

The project was approved in 2010 and has as its estimated closing date June 2019. The results that were achieved until now were presented in an Implementation Status & Results Report published by the World Bank Group (WBG). So far, 392 km of pipelines were built and 4.059 house connections were made in less wealthy areas (WB 2017b). There are still several aims to be achieved, such as the construction of water treatment plants and transmission lines. Also, there are still more houses and people to be benefited by the project.

5 BLOC POSITIONS

In addition to its declining oil revenues, the **Kingdom of Saudi Arabia** is threatened by expectations of groundwater shortage in the upcoming years (Independent 2016). In such a framework, the country shows itself as willing to use its power to strengthen its military, reevaluate alliances and aggressively confront what is seen

as an Iran's expansionism. Thus, Saudi Arabia began by focusing on the Gulf Cooperation Council[10] (GCC) for a core regional economic and security alliance, and, outside the GCC, it seeks to rebalance relationships with Egypt and Lebanon (Shihabi 2017). Regarding the water scarcity in its territory, the operations of desalination – which require costly efforts – have been open to foreign investments, especially from the U.S., France, and the Republic Korea, in order to help in the water supply. There have also been some signs of collaboration with Israel in the development of desalination programs (Stratfor 2017).

In a domestic framework of political instability, where "the water crisis is a powerful symbol of state failure" (Lewis 2017, online), **Libya** has been trying to find different solutions for these problems. The country shares the Nubian Sandstone Aquifer System (NSAS) – which underlies an area of approximately 2.2 km² and estimated to hold 150 000 cubic kilometers of groundwater – with Egypt, Chad and Sudan (Joint Authority for the Studying and Development of the NUBIAN Sandstone Aquifer System 2018; The Guardian 2011). These four countries together form the Joint Authority for Study Development of the NSAS, which coordinates the activities concerning the shared aquifer and its water supply, as well as enhances cooperation for the management of this resource (FAO 2016). Libya has 36.6 % of the NSAS volume underneath its territory; the country depends on the aquifer much more than the other riparian states of the NSAS – 95% of its water demand come from non-renewable groundwater (Dolezal 2016). In such a framework, through bilateral and multilateral agreements, Libya seeks to increase regional cooperation for security and prosperity (Dolezal 2016; Global Security 2017; Elmenshawy 2014;).

In the **Islamic Republic of Iran**, a water crisis, in addition to political instabilities, have led to civil unrest, insurgency and mass migration. In 2018, several protests over water have been noticed (Dehghanpisheh 2018; Sengupta 2018). Due to this situation, the country has been reaching out to its neighbors' territories to be able to get access to water resources. In this sense, since 2012, Tehran has been deeply engaged with Armenia to import water from the Lake Sevan. Moreover, Iran condemns the Turkish efforts to build a dam in the Tigris river, which could be accountable for a reduction in the water flow in the region (Water Politics 2018). In spite of that, as a result of their common support to Bashar al-Assad's regime in Syria, Iran and Turkey are, to some extent, politically aligned (Martins and Rocha 2017). Besides specifically water-related issues, it is also important to bear in mind that, in the regional context, Tehran keeps regarding the U.S.' presence in the Middle East with serious distrust, alleging that the country influences other nations in the Middle Eastern politics (Katzman 2018).

Being divided into three portions of land by the rivers Niger and Benue, **Nigeria** is considered to have abundant resources of water, even though most of the available part of it is not potable – potentially toxic concentrations of metals and waste in rivers and streams are some of the causes of water pollution in the country (Enyidi 2017; The Conversation 2017b). Nigeria's internal problems draw increasing attention: in the North and Northeast portions of the territory, the terrorist group Boko Haram has been provoking strong insurgent campaigns since 2010, and the access

10 The Gulf Cooperation Council is an alliance between Bahrain, Kuwait, Oman, Qatar, Saudi Arabia and the United Arab Emirates, which promotes cooperation and integration in the spheres of economy, security, social and cultural issues (Al Jazeera 2017).

to clean water is one of the group's demands. In other regions, militant groups, such as the Niger Delta Avengers (NDA), have been attacking oil infrastructure, partially encouraged by the demand on rights to waterways and land; the extraction of oil and natural gas have been causing several oil spills annually, compromising, among other aspects, water supply. Furthermore, Nigeria is a partner of the U.S. in the struggle against radicalism and is considered a central component of the regional stability, contributing with several troops of peacekeeping operations in the African continent (Ebiede 2016; King and Spangler 2017).

A growing demand for water has been putting significant pressure in the **United Arab Emirates (UAE)**'s water infrastructure. Due to this, the government and private initiatives have been investing in water efficient technology, seawater desalination and education. In such background, for instance, stands out the construction of the world's largest reserve of desalinated water of high-quality, launched in January 2018 (Export.gov 2018; Stanley 2018). In the recent years, the UAE has been expanding efforts in the humanitarian field: one of its most important actions is the UAE Water Aid Foundation, intended to provide clean water to five million people around the world, in several countries (Suwaidi 2017). In its foreign relations, the UAE is committed to enhancing the Gulf Cooperation Council (GCC)'s activities, which implies ensuring high-level relations with and among the member countries. The government has also been working closer to the Arab League and encouraging mutual cooperation (UAE 2016).

Located in a desert land, with relative low rainfall and groundwater stock, **Qatar** is dedicated to support the efforts on water-related sustainable development's goals and recognizes the necessity of establishing partnerships and cooperation measures to achieve such aims (The Peninsula 2017). As a country economically dependent on oil and gas, the country has been providing many incentives to attract foreign investments in other sectors, including the ones of water and electricity (Qatar 2018). Currently, however, the country has been facing a diplomatic crisis with half of the other GCC members, which accuse Qatar of being a state sponsor of terrorism (Cafiero 2018).

The **Arab Republic of Egypt** depends entirely on the Nile River to meet its water needs, and, being located in a drought-stricken region, tensions with neighbor countries are often aggravated (Barnes 2015). Historically, the Nile politics were used by Egypt as a way of gaining political influence in the region. Nowadays, Egypt's great threat is Ethiopia, which, through actions such as massive water infrastructure buildings, can be seen as a threat to Egyptian leadership in the region (Brandão and Gerbase 2016). Accordingly, Egypt and Ethiopia have substantial disagreements; Egypt's position in this regard is very clear: the country considers that any threat to its water automatically corresponds to a threat to its sovereignty (BBC News 2018c).

Located in a climate pressured region, **Kuwait** is also deeply worried about water-related problems. The country has no surface source of available water, and its aquifers are also water-stressed (Mukhopadhyay and Akber 2018). The country, which borders both Saudi Arabia and Iraq, has a great deal of its renewable water resources originated in neighboring countries and seeks to remain neutral in the regional disputes, trying to act as a mediator and to play a constructive role within the Gulf Cooperation Council (GCC), collaborating in the task of leading conflicting countries to work together (Brixey-Williams 2015; Martínez 2018). At another view

of the Middle East politics, Kuwait's foreign policy is based on a strategic longstanding alliance with the United States (Australia 2017).

Turkey's relations over water with Iraq and Syria are historically tense, especially in what concerns the Euphrates-Tigris Basin, which is shared by the three countries. The country plans to build big dams through the rivers, looking forward to increase its water supply – which has led to disagreements with Iraq, Syria and Iran (Al-Muqdadi et. al 2016). Accordingly, the Turkish government seeks to achieve greater levels of sovereignty over the Tigris and the Euphrates, since its territory suffers from energy shortages. It is also important to notice that Turkey aims to be a key player in Middle Eastern politics and in international affairs as a whole, having Saudi Arabia and Iran as its major challenges for regional dominance (Al-Muqdadi et. al 2016; Martins and Rocha 2017).

Algeria is a territory within a desert region fighting to maintain its water supplies. In such context, the overexploitation has a significant role in the availability of water resources. To support a growing demand, the country sees in technology solutions, such as desalination plants, a way to solve or soften the water issues (Stratfor 2016). Algeria has friendly relations with Turkey; energy and construction constitute the pillars of the economic relations between the two countries, since the deep-rooted cultural ties between them encourage the implementation of bilateral agreements and cooperation (Republic of Turkey 2018a). The state is strongly committed to the Arab causes in the MENA region. In such framework, the country supports Palestine in its conflict with Israel, and is active in seeking peace to conflicts that are considered harmful to the Pan-Islamic movement (Country Studies 2018).

Pakistan is currently considered as one of the countries that has best improved access to clean water, however, millions of people within its territory still do not have enough provisions of this resource (Water Aid 2018). The major water issue for Pakistan is its conflict with India, in which the Pakistani government fears that Indian plans on water infrastructure may jeopardize its own water supply over time (Sheikh 2017). In the Middle Eastern politics, Turkey has expressed solidarity and support for Pakistan, situation which expresses the great diplomatic relations of these two countries (Greater Kashmir 2018; Masood 2018).

Indonesia has the largest Muslim population in the world and is considered the biggest economy in Southeast Asia (BBC News 2018a). Nevertheless, in the humanitarian field, it is noted that more than 27 million people in the country lack drinking water, and the lack of sanitation facilities is also clamant (Water.org 2018). The state recognizes, however, at external affairs, the importance of cooperating with other countries and seeks to get a more expressive role and leadership within the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN)[11]. The country's diplomacy and cooperation initiatives are carried out in order to support the unity and integrity of Indonesia and to assure its natural resources (Republic of Indonesia 2018).

While urbanization increases and its population grows, water quality in **Malaysia** is an issue of concern (Kenworthy 2017). The country lacks a central institution to deal, in a general way, with water resources; there are substantial levels of

11 The Association of Southeast Asian Nations is composed by Brunei, Cambodia, Indonesia, Lao, Malaysia, Myanmar, Philippines, Singapore, Thailand and Vietnam. One of the goals of this organization is to ensure security and sustainability of energy supply, enhancing the efficiency in the use of natural energy resource (ASEAN 2012).

water wastage and of water pollution, and Malaysia has some of the lower water rates of the world (WWF, accessed in 2018). The country keeps pursuing a principled, independent and pragmatic foreign policy, looking forward to safeguarding its sovereignty and national efforts, believing in the role of international law as an equalizer among the States (Aman 2017).

In **Bangladesh**, 71 millions of its 160 million inhabitants do not have access to safely managed water (UNICEF 2017). In light of such water crisis, the government of Bangladesh has been trying to improve the infrastructure that capture rainwater and to enhance the access of population to safe drinking water (Hedrick 2018). Moreover, it is important to mention that, in the MENA region, Bangladesh has been establishing mutually supportive relations with Turkey, characterized by a large number of bilateral visits, addressing issues such as economic and commercial cooperation (Hasanuzzaman 2016).

Lebanon, which has some of the highest levels of rainfall in the Middle East, has had to deal with water shortage problems in recent times. In such framework, the waste and the inefficient management of this resource are among the main causes of the present situation (Kadi 2016). Aiming to find solutions for this issue, the Ministry of Energy and Water launched in 2018 the report "National Guideline for Rainwater Harvesting Systems", whose goal is to enhance water governance in the country, as a way of conserving Lebanese water resources and supplying the United Nations 2030 agenda of the Sustainable Development Goals (UNDP 2018). Moreover, in this context of water shortages, it is essential to highlight that Lebanon and Israel have contradictory claims over a boundary maritime territory, in the Eastern Mediterranean Sea (Arakji 2018). The disputed region is rich in oil and gas resources, thus dragging the attention of both countries, which could benefit from a new and plenty energy source: Lebanon, for instance, would be able to enjoy a potential major economic boost. Even though this stalemate has remained still for some years, more recently, Israel has claimed the region as its own territory, bringing about renewed concerns. As a response, Lebanon has demonstrated its intention to explore gas and oil resources in the Easter Mediterranean Sea – statement that has represented the Lebanese willingness to claim the territory as its own (Shibley 2016; Joaquin 2017). The maritime territory has been becoming increasingly important for Lebanon, which has been suffering from the spillover of the Syrian War – situation that has caused economic, political and security instabilities (CFR 2018; Pereira, Fioreze and Cassel 2017).

Oman is a leader in the Middle East region in what concerns water resources' assessment and management, having also had an excellent record in related institutional capacity-building. On this regard, three broadly-based programs have been set up by the government: (i) the improvement of data collection; (ii) a detailed assessment of the water resources; (iii) a study of water demand and its spatial distribution (FAO 2016). The main challenges regarding groundwater faced by Oman are scarcity and depletion, sea water intrusion, and anthropogenic pollution. Groundwater still supplies 94 percent of total water consumption, 90 percent of which is used for agriculture and 10 percent for domestic and industrial use, and as yet only 5 percent comes from desalination and 1 percent from recycled wastewater. However, annually, there is a worrying deficit of supply over demand (Aziz 2015). Despite efforts to increase Oman's domestic food production, the availability of water and arable land

constrain the possibilities of significant growth. The country will remain reliant on imports to supply its food consumption gap. For this approach to food security to remain sustainable in the long term, broadening the country's export revenue base and diversifying the economy is required (Lehane 2015).

Since 2015, **Yemen** finds itself in a civil war. If, on one side, there is Saudi Arabia and its Saudi-led coalition fighting alongside the official Yemeni Government, on the other, there are the Houthis, a rebel group that controls a great part of the country's territory and that is supported by Iran, which provides the group with arms shipments and training (Robertson 2018; Sharp 2018). The impacts of the war and the climate changes in Yemen have been depleting the availability of water in a country that has in irrigated agriculture its main source of income (Brennan 2018; Suter 2017). In 2017, almost two-thirds of the population lacked clean water and sanitation. In the rural part of the country, identity is linked to land and water rights; thus, conflicts over water could be starting point of large tribal disputes (Mohamed, Elayah and Schuplen 2017). Therefore, in such a framework, it is important to bear in mind that water scarcity is one of the factors that may be a serious aspect underlying the instability of the country (Douglas 2016).

As part of the MENA region, the **Kingdom of Morocco** is also affected by water instability. For decades, the country has been committed to regulating its water resources through the construction of major water infrastructure, such as dams and efficient water irrigation systems, with the intention of supporting its economic development (Afilal 2017). Morocco has solid ties with the Gulf Cooperation Council (GCC)'s members and usually assumes a neutral position in intra-allies tensions. Since 2015, the government of Mohammed VI has been working with the goal of strengthening its relations across the Middle East and Africa. The country is committed to protecting its independence and worries about losing autonomy in international arrangements (Martínez 2018).

Sudan is one of the countries that share the Nile River Basin. More recently, the lack of collaboration between the basin's riparian states have been expanding the potential of struggle in the region, with the supremacy of Egypt over Nile waters being challenged. As a crucial source of water for its riparian states, one may stress that the Nile waters have been increasing animosities, particularly between Sudan, Egypt and Ethiopia (Kuol 2018). In such framework, even being an historical ally of Egypt, Sudan has been taking some behaviors aligned with Ethiopia (Brandão and Gerbase 2016). In the African and Middle Eastern affairs, Sudan corresponds to one of the most important partners of Turkey in Africa (Republic of Turkey 2018b).

The Hashemite **Kingdom of Jordan** is one of the protagonists in the Jordan River Basin's dispute. The country draws much more water from the soil than nature is capable of restoring, and sees desalination as the main solution to recover the availability of water resources. In this sense, regional plans were established in recent years with Israel, a security ally of Jordan, with both countries demonstrating strong ties in cooperation measures (Laub 2017; Namrouqa 2017). Accordingly, Jordan is a key ally of the United States in the Middle East, being also very close to the Gulf Cooperation Council (GCC)'s states. However, the country tries to resist Saudi initiatives that treat Jordan as a subordinate partner, given that an US-Israeli-Saudi union has great influence in the regional affairs (BBC News 2018b; Yom 2018).

The declining levels of the Tigris river have been raising an increasing fear of a water crisis in the **Republic of Iraq** (Ibrahim 2018). The Iraqi government sus-

pects the Turkish irrigation and power generation projects through the Tigris and Euphrates rivers, alleging that such initiatives will threaten the water supplies that fed Iraqi economy and agriculture (Nasrawi 2018). In the regional context, Iraq has been adopting a supportive position for Bashar al-Assad's government, being against external interventions in Syria (Martins and Rocha 2017). The North Atlantic Treaty Organization (NATO) and Iraq, nonetheless, are engaged in political dialogue and even practical cooperation activities regarding Iraq's development of security forces and security organizations (NATO 2018).

The **Arab Republic of Syria**, country where water scarcity has been clearly felt throughout its civil conflict, is also involved in the water dispute against Turkey's policies regarding water management and infrastructure. As the levels of the Euphrates river decrease, the number of protests in Syria grows. There have been periods in which the Turkish government stopped the flow of the river, thus affecting one of the main sources of water in the Northern region of Syria (The Water Network 2014). Bearing in mind this kind of situation, not surprisingly, Syria does not want to have its political dependence on Turkey perpetuated. As the water scarcity grows, fostering the already existing conflict, careful planning and resources' management become increasingly more necessary (Suter 2017).

6 QUESTIONS TO PONDER

I. How can policy makers work with the private sector in order to gain efficiency in the implementation of local water management projects?

II. How can countries that share water sources cooperate to better provide water for their population? In case of rivalry or dispute for the territory in which the water source is located, what approach should be taken by the involved parts?

III. Will it be able for minor shareholders of the IsDB to approve projects involving their countries? How can members of the IsDB convince other shareholders to concede aid or loans for water management projects from which they do not directly benefit?

IV. How do geopolitical clashes between different countries affect the distribution of water resources to their population? Could water be used as a tool for peacebuilding?

V. In what ways can water be used as a "political weapon" in a framework of civil war, ethnic conflicts and poor water management? What is the relevance of this issue today?

VI. How can a state's foreign policy influence the availability and distribution of water resources to its population?

REFERENCES

Absar, Syeda Mariya. 2013. "The Future of Water Resource Management in the Muslim World". *Journal of Futures Studies* 17 (3): 1-20.

http://jfsdigital.org/wp-content/uploads/2013/10/173-A01.pdf.

Afilal, Charafat. 2017. "Water security in Morocco". *The World Bank*. Accessed June 24 2018. http://blogs.worldbank.org/arabvoices/water-security-morocco.

Al Jabbari, Mukad, Norman Ricklefs, and Robert Tollast. 2015. "Rivers of Babylon: Iraq's Water Crisis – And What Turkey Should Do". *Foreign Affairs.* Accessed April 29 2018. https://www.foreignaffairs.com/articles/iraq/2015-08-23/rivers-babylon.

Al Jazeera. 2017. "What is the GCC?". Accessed September 9 2018.

https://www.aljazeera.com/news/2017/12/gcc-171204094537378.html.

Allen-Ebrahimian, Bethany. 2017. "Syrian Reconstruction Spells Juicy Contracts for Russian, Iranian Firms". *Foreign Policy*. Accessed May 1 2018. http://foreignpolicy.com/2017/10/20/syrian-reconstruction-spells-juicy-contracts-for-russian-iranian--firms-china-civil-war/.

Al-Muqdadi, Sameh W., Mohammed F. Omer, Rudy Abo, Alice Naghshineh. 2016. "Dispute Over Water Resource Management". *Journal of Environmental Protection* 7 (8): 1096-1100. doi: 10.4236/jep.2016.78098

Al-Samman, Nabil. 2018; "Exclusive - Water Disputes Complicate Ankara-Damascus-Baghdad Ties". *Asharq Al-Awsat.* Accessed August 24.

https://aawsat.com/english/home/article/1344871/exclusive-%E2%80%93-water-disputes--complicate-ankara-damascus-baghdad-ties.

Aman, Anifah. 2017. "Malaysia's foreign policy is clear and consistent". *Malaysia Kini.* Accessed June 3 2018. https://www.malaysiakini.com/news/395452.

Arakji, Dina. 2018. "Why it is important to renew UNIFIL'S yearly mandate". Middle East Monitor. Accessed September 30. https://www.middleeastmonitor.com/20180830-why-it-is-important-to-renew-unifils-yearly-mandate/.

Asian Development Bank (ADB). 2009. *For the Urban Sector and Water Supply and Sanitation in Bangladesh:* An Exploratory Evaluation of the Programs of ADB and Other Aid Agencies. Mandaluyong: Asian Development Bank. https://www.oecd.org/countries/bangladesh/47148619.pdf.

---. 2014. "National Competitive Bidding". Accessed June 4th 2018. https://www.adb.org/sites/default/files/institutional-document/33431/pai-3-05.pdf.

---. 2016. *Indonesia:* Country Water Assessment. Mandaluyong: Asian Development Bank. https://www.adb.org/sites/default/files/institutional-document/183339/ino-water--assessment.pdf.

Arab Water Council. 2009. "Vulnerability of arid and semi-arid regions to climate change - Impacts and adaptive strategies". Accessed April 30 2018. https://www.preventionweb.net/files/12914_PersPap09.AridandSemiAridRegions1.pdf.

Association of Southeast Asian Nations (ASEAN). 2012. "General Objectives". Accessed in June 3 2018. http://asean.org/?static_post=general-objectives.

Australia. 2017. "Kuwait country brief". *Department of Foreign Affairs and Trade*. Accessed June 25 2018. http://dfat.gov.au/geo/kuwait/Pages/kuwait-country-brief.aspx.

Aziz, Osama R. 2015. "Oman Water Resources Challenges Between the Present and the Future". Accessed October 6 2018. https://www.researchgate.net/publication/283347544_OMAN_WATER_RESOURCES_CHALLENGES_BETWEEN_THE_PRESENT_AND_THE_FUTURE

Bari, Samreen Aamir. 2016. "The water crisis in Turkey, Syria and Iraq". *Pakistan Today.* Accessed May 7 2018. https://www.pakistantoday.com.pk/2016/07/17/the-water--crises-in-turkey-syria-and-iraq/.

Barnes, Jessica. 2015. "Cultivating the Nile: The Everyday Politics of Water in Egypt". *Foreign Affairs*. Accessed May 29 2018. https://www.foreignaffairs.com/reviews/capsule-review/cultivating-nile-everyday-politics-water-egypt.

Bazza, Mohamed. 2007. "Overview of the History of Water Resources and Irrigation Management in the Near East Region". *Water Science and Technology Water Supply* 7 (1):1-11. doi: 10.2166/ws.2007.023.

BBC Brasil. 2003. "Palestinians and Israelis wage silent war for water". Accessed May 2 2018. http://www.bbc.com/portuguese/noticias/030616_palestinabg.shtml.

BBC News. 2018a. "Indonesia country profile". Accessed June 3. https://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-14921238

———. 2018b. “Jordan country profile”. Accessed June 24. https://www.bbc.com/news/world--middle-east-14631981.

———. 2018c. “The ‘water-war’ brewing over the new River Nile dam”. Accessed May 30. https://www.bbc.com/news/world-africa-43170408

Bluebird. 2018. “The River Jordan”. Accessed May 1 2018. http://www.bluebird-electric.net/oceanography/Rivers/River_Jordan.htm.

Brandão, Luciana and Livi Gerbase. 2016. “Water resources geopolitics cross-border: Conflict and cooperation in sharing of the Nilo River Basin and the Zambeze River”. *SÉCULO XXI* 7 (2): 155-176. http://seculoxxi.espm.br/index.php/xxi/article/download/153/149.

Brixey-Williams, Sebastian. 2015. “Which countries are most dependent on others for water?”. Accessed September 9 2018. https://www.weforum.org/agenda/2015/08/which-countries-depend-on-foreign-water/.

Cafiero, Giorgio. 2018. “Is the rift between Qatar and its neighbors now a permanent reality?”. *TRT World.* Accessed May 29 2018. https://www.trtworld.com/opinion/is-the--rift-between-qatar-and-its-neighbors-now-a-permanent-reality--15313.

Carlini, Agnese. 2015. “The major role of water on the Israeli-Palestinian Conflict”. Accessed May 2 2018. http://mediterraneanaffairs.com/water-israeli-palestinian-conflict/.

Centre for Environment and Development for the Arab Region and Europe (CEDARE). 2006. *Water Conflicts and Conflict Management Mechanisms in the Middle East and North Africa Region*. Egypt: Centre for Environment and Development for the Arab Region and Europe. http://web.cedare.org/wp-content/uploads/2017/03/Water--Conflicts.pdf.

Choudhury, Enamul and Shafiqul Islam. 2015. “Nature of Transboundary Water Conflicts: Issues of Complexity and the Enabling Conditions for Negotiated Cooperation”. *Journal of Contemporary Water Research & Education* 155 (1): 43-52. https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1936-704X.2015.03194.x

CNN. 2017. “Oslo Accords Fast Facts”. Accessed May 3 2018. https://edition.cnn.com/2013/09/03/world/meast/oslo-accords-fast-facts/index.html.

Corradin, Camilla. 2016. “Israel: Water as a tool to dominate Palestinians”. *Al Jazeera.* Accessed May 2 2018. https://www.aljazeera.com/news/2016/06/israel-water-tool--dominate-palestinians-160619062531348.html.

Council on Foreign Relations (CFR). 2018. “Political Instability in Lebanon”. Accessed September 30. https://www.cfr.org/interactives/global-conflict-tracker#!/conflict/political-instability-in-lebanon

Country Studies. 2018. “Arab and Middle East Affairs”. Accessed June 15. http://countrystudies.us/algeria/150.htm.

Dehghanpisheh, Babak. 2018. “Water crisis spurs protests in Iran”. Reuters. Accessed September 9. https://www.reuters.com/article/us-iran-security-water-crisis/water-crisis-spurs-protests-in-iran-idUSKBN1H51A5

Douglas, Collin. 2016. *A Storm Without Rain:* Yemen, Water, Climate Change, and Conflict. Washington: The Center for Climate and Security. https://climateandsecurity.files.wordpress.com/2017/11/a-storm-without-rain_yemen-water-climate-change-and--conflict_briefer-40.pdf

Droogers, P, W. W. Immerzeel, W. Terink, J. Hoogeveen, M. F. P. Bierkens, L. P. H. van Beek, and B. Debele. 2012. “Water resources trends in Middle East and North Africa towards 2050”. *Hydrol. Earth Syst. Sci.* 16: 3101-3114. https://www.hydrol-earth-syst--sci.net/16/3101/2012/hess-16-3101-2012.pd

Ebiede, Tarila Marclint. 2016. “Militants are devastating Nigeria’s oil industry again. Here’s what you need to know.”. The Washington Post. Accessed September 9 2018.https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2016/07/11/militants-are-again-devastating-nigerias-oil-industry-heres-the-background-you-wont-find-elsewhere/?noredirect=on&utm_term=.1288696a04ab

ECC Platform Library. 2018. “Jordan and Israel: Tensions and Water Cooperation in the

Middle East". Accessed May 1 2018. https://library.ecc-platform.org/conflicts/jordan-and-israel-water-cooperation-middle-east.

Elmenshawy, Mohamed. 2014. "Bad Neighbor, Good Neighbor: Lybia-Egypt Relations". *Middle East Institute.* Accessed May 28 2018. http://www.mei.edu/content/bad-neighbor-good-neighbor-libya-egypt-relations.

Encyclopaedia Britannica. 1998. "Fertile Crescent". Accessed April 18 2018. https://www.britannica.com/place/Fertile-Crescent.

Enyidi, Uchechukwu. 2017. "Potable water and national water policy in Nigeria (A historical synthesis, pitfalls and the way forward)". *Journal of Agricultural Economics and Rural Development* 3 (2): 105-111. https://premierpublishers.org/ajaerd/290620176753&sa=-D&ust=1529892556323000&usg=AFQjCNEVfZ-1Q4OAAmkfmqzTWzO5JTCoiA.

Export.gov. 2018. "United Arab States - Water". Accessed May 29. https://www.export.gov/article?id=United-Arab-Emirates-Water.

Farrokhi, Mehrdad. 2016. "Urbanization and its effects on water scarcity in the Islamic Republic of Iran: A retrospective cohort study". *World Conference on Climate Change* 7(9): 32.

https://www.omicsonline.org/conference-proceedings/2157-7617.C1.027_010.pdf

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). 2009. "Euphrates-Tigris Basin". Accessed May 5 2018. http://www.fao.org/nr/water/aquastat/basins/euphrates-tigris/index.stm.

———. 2016. "Lybia - Geography, climate and population". Accessed May 28 2018. http://www.fao.org/nr/water/aquastat/countries_regions/LBY/

———. 2016. "Oman". Accessed October 6 2018. http://www.fao.org/nr/water/aquastat/countries_regions/OMN/#top.

———. 2018. "The use of water in agriculture". Accessed May 15. http://www.fao.org/docrep/006/Y4683E/y4683e07.htm.

Gleick, Peter H. 1993. "Water and Conflict: Fresh Water Resources and International Security". *International Security* 18 (1): 79-112. http://www2.pacinst.org/reports/international_security_gleick_1993.pdf.

Global Security. 2017. "Lybia - Foreign Relations". Accessed May 28 2018. https://www.globalsecurity.org/military/world/libya/forrel.htm.

Hasanuzzaman, Md. 2016. "Bangladesh-Turkey Relationship How Does It Matter?". *Perspective.* Accessed June 22 2018. https://perspectivebd.com/archives/1406.

Hassan, Fekri. 2011. *Water History for Our Times*. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002108/210879e.pdf.

Headley, Tyler. 2017. "A Water War in the Jordan River Basin". *Gulf Affairs Magazine.* Accessed May 2 2018. http://www.gulfaffairs.com/2017/05/19/water-war-jordan-river-basin./

Hedrick, Saima. "Water in crisis - Spotligh on Bangladesh". Accessed September 9 2018. https://thewaterproject.org/water-crisis/water-in-crisis-bangladesh

Hydropolitic Academy. 2016. "Annual Natural Flow of The Upper Tigris River has decreased!" Accessed in 27 April 2018. http://www.hidropolitikakademi.org/en/analysis-of-the-long-term-natural-streamflows-trend-of-the-upper-tigris-river.html.

Ibrahim, Arwa. 2018. "Declining levels in Iraq's Tigris raise fear of water crisis". *Al Jazeera.* Accessed June 23. https://www.aljazeera.com/news/2018/06/declining-levels-iraq-tigris-raise-fear-water-crisis-180607072317966.html.

Inventory of Shared Water Resources in Western Asia. 2018. Beirut. Accessed in 07 May 2018. https://waterinventory.org/sites/waterinventory.org/files/chapters/chapter-06-jordan-river-basin-web.pdf

Investopedia. 2018a. "Negative Growth". Accessed May 25. https://www.investopedia.com/terms/n/negative-growth.asp.

———. 2018b. "Middle East and North Africa - MENA". Accessed May 23. https://www.investopedia.com/terms/m/middle-east-and-north-africa-mena.asp

Isaac, Jad. 2003. "Hydro Politics in the Eastern Mediterranean". *The Applied Research Institute.* Accessed May 3 2018. http://www.arij.org/publications/97-papers/2003-papers/328-hydro-politics-in-the-eastern-mediterranean.html.

Islamic Development Bank (IsDB). 2018a. "Sustainable Development Goals". Accessed in June 18, 2018. https://www.isdb.org/what-we-do/sustainable-development-goals.

---. 2018b. "Urban Water Supply and Sanitation in 23 Pourashavas Project in Bangladesh". Accessed May 31. https://www.isdb.org/irj/servlet/prt/portal/prtroot/tenderuser.TenderEndUser?Title=Urban%20Water%20Supply%20and%20Sanitation%20in%2023%20Pourashavas%20Project%20in%20Bangladesh.

Islamic Educational, Scientific and Cultural Organization (ISESCO). 2009. *Strategy for the Management of Water Resources in the Islamic World*. Fez: Islamic Educational, Scientific and Cultural Cooperation. https://www.isesco.org.ma/wp-content/uploads/2017/08/RessourcesEnEauVE.pdf.

Israel. 2013. "Israel's Chronic Water Problem". *Ministry of Foreign Affairs*. Accessed May 2 2018. http://mfa.gov.il/MFA/IsraelExperience/AboutIsrael/Spotlight/Pages/Israel-s%20Chronic%20Water%20Problem.aspx

Jagannathan, N. Vijay, Ahmed Shawky Mohamed, and Alexander Kremer. 2009. *Water in the Arab World*: Management Perspectives and Innovations. Washington, D.C.: The World Bank. https://siteresources.worldbank.org/INTMENA/Resources/Water_Arab_World_full.pdf.

Janssen, Marco A., Marten Scheffer. "Overexploitation of Renewable Resources by Ancient Societies and the Role of Sunk-Cost Effects". *Ecology and Society"* 9 (1). https://www.ecologyandsociety.org/vol9/iss1/art6/

Joaquin, Matthew. 2017. "Israel-Lebanon maritime dispute explained". Al Jazeera. Last modified March 31. https://www.aljazeera.com/indepth/features/2017/03/israel-lebanon-maritime-dispute-explained-170327074710548.html.

Joint Authority for the Studying and Development of the NUBIAN Sandstone Aquifer System. 2018. "Joint Authority". Accessed May 28. http://www.nsasja.org/domain_en.php

Juuti, Petri S., Tapio S. Kakto, Heikki S. Vuorinen. 2007. "A Brief History of Water and Health from Ancient Civilizations to Modern Times". *The International Water Association*. Accessed May 4 2018. https://www.iwapublishing.com/news/brief-history-water-and-health-ancient-civilizations-modern-times.

Kadi, Samar. 2016. "Politics complicates Lebanon's water problems". The Arab Weekly. Accessed September 30 2018. https://thearabweekly.com/politics-complicates-lebanons-water-problems

Katzman, Kenneth. 2018. *Iran's Foreign and Defense Policy*. Washington: Congressional Research Service. https://fas.org/sgp/crs/mideast/R44017.pdf.

Kenworthy, Katelynn. 2017. "Water Quality in Malaysia". *The Borgen Project.* Accessed June 3 2018. https://borgenproject.org/water-quality-in-malaysia/.

Khan, Adnan. 2009. "Islam and Industrial Development". *The Khilafah.* Accessed April 26 2018. http://www.khilafah.com/islam-and-industrial-development/

Kharoufi, Mostafa. 2015. *Urbanization and Urban Research in the Arab World*. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001056/105621E.pdf.

King, Marcus and Chelsea Spangler. 2017. "Water Stress, Instability and Violent Extremism in Nigeria". Accessed September 9 2018. https://www.newsecuritybeat.org/2017/08/water-stress-instability-violent-extremism-nigeria/.

Korfali, Samira Ibrahim. 2007. "Assessment of domestic water quality: case study, Beirut, Lebanon". *Environmental Monitoring and Assessment* 135 (1-3): 241-251. https://link.springer.com/article/10.1007/s10661-007-9646-x.

Kuol, Tito. 2018. "Looking Downstream: The Future of Nile Water Politics". *Harvard Political Review*. Accessed June 24. http://harvardpolitics.com/world/looking-downstream-the-future-of-nile-water-politics/.

Laub, Karin. 2017. "Jordan water crisis worsens as Mideast tensions slow action". *The Times*

of Israel. Accessed June 24 2018. https://www.timesofisrael.com/jordan-water-crisis--worsens-as-mideast-tensions-slow-action/.

Lehane, Sinéad. 2015. "The Sultanate of Oman: Food and Water Security to 2025". Future Directions International. Accessed October 6 2018. http://www.futuredirections.org.au/publication/the-sultanate-of-oman-food-and-water-security-to-2025/

Lewis, Aidan. 2017. "Libya: Residents in Tripoli drill through pavements in desperate bid to find water". The independent. Accessed September 9 2018. https://www.independent.co.uk/news/world/africa/libyans-dig-water-well-test-for-tripoli-residents--a8024646.html

Martínez, David Hernández. 2018. "Morocco and the GCC: between Saudi Arabia and Qatar". *The London School of Economics and Political Science.* Accessed June 25. http://blogs.lse.ac.uk/mec/2017/09/25/morocco-inside-the-gcc-between-saudi-arabia-and-qatar/

Martins, Álisson Rodrigues and Douglas de Quadros Rocha. 2017. "The Arab Spring Aftermath: regional and extra-regional intervention in the Gulf and the Levant". *UFRGS Model United Nations Journal,* 329-379.

Masood, Salman. 2018. "Pakistan Dismisses Trump's Tweet on Aid as 'Incomprehensible'". *The New York Times.* Accessed June 3. https://www.nytimes.com/2018/01/02/world/asia/pakistan-trump-tweet.html.

Mays, Larry W. 2008. "Irrigation Systems, Ancient". *Water Encyclopedia.* Acessed May 7 2018. http://www.waterencyclopedia.com/Hy-La/Irrigation-Systems-Ancient.html

Mediterranean Affairs. 2015 "The major role of water on the Israeli Palestinian Conflict. Accessed August 24 2018. http://mediterraneanaffairs.com/water-israeli-palestinian-conflict/

Millburn, Naomi. 2017. "Sources of Water in Ancient Mesopotamia". Accessed April 22 2018. https://sciencing.com/sources-water-ancient-mesopotamia-9333.html.

Mokhtar, Mohd Istajib, Raihanah Abdullah, and Azizan Baharuddin. 2013. "An Islamic perspective on water quality: a case of Malaysia". *Water Policy* 17 (3): 454-471. doi: 10.2166/wp.2014.167.

Mukhopadhyay, A. and A. Akber. "Sustainable Water Management in Kuwait: Current situation and possible correctional measures". International Journal of Sustainable Development and Planning 13 (3): 424-435. doi: 10.2495/SDP-V13-N3-425-435.

Muslim Heritage. 2018. "Muslim Contribution to Spanish Agriculture". Accessed April 23. http://www.muslimheritage.com/article/muslim-contribution-spanish-agriculture.

Najafi, Alireza and Jabbar Vatanfada. 2012. "Transboundary Water Management Improvements, the Way Forward in the Middle East; Case Study: Transboundary Water Management of Iran and Neighbors". *Geopolitics Quarterly* 8 (4) 133-155. http://www.ensani.ir/storage/Files/20130623093841-9617-61.pdf.

Namrouqa, Hana. 2017. "Water cooperation on Jordan River Basin between Jordan, Israel scores 56.67". *The Jordan Times.* Accessed June 24 2018. http://jordantimes.com/news/local/water-cooperation-jordan-river-basin-between-jordan-israel-scores-5667

Nasrawi, Salah. 2018. "Turkish dams on Euphrates and Tigris: A water dilemma for Iraq". *Ahram Online.* Accessed June 23. http://english.ahram.org.eg/NewsContent/2/8/289229/World/Region/Turkish-dams-on-Euphrates-and-Tigris-A-water--dilem.aspx.

North Atlantic Treaty Organization (NATO). 2018. "Relations with Iraq". Accessed June 24. https://www.nato.int/cps/su/natohq/topics_88247.htm.

Organization for Economic Co-operation and Development (OECD). Water Resources Management. 2018. Accessed May 5. http://www.oecd.org/env/resources/waterresourcesmanagement.htm.

Pereira, Camila Martins, Rafaela Elmir Fioreze and Rodrigo dos Santos Cassel. 2017. "Weapons of Mass Destruction in the Middle East". UFRGS Model United Nations Journal, 380-434.

Qatar. 2018. "Investment". *Ministry of Foreign Affairs*. Accessed May 29. https://mofa.gov.qa/

en/qatar/economy-today/investment-incentives.

Republic of Indonesia. 2018. "Direction of Indonesian Foreign Policy". *Ministry of Foreign Affairs.* Accessed June 3. https://www.kemlu.go.id/en/kebijakan/landasan-visi-misi--polugri/Pages/Direction-of-Indonesian-Foreign-Policy.aspx.

Republic of Turkey. 2015. "The Southeastern Anatolia Project (GAP)". *Ministry of Industry and Technology*. Accessed August 20 2018. http://www.gap.gov.tr/en/what-s-gap--page-1.html

–––. 2018a. "Relations between Turkey-Alegeria". *Ministry of Foreign Affairs*. Accessed June 24. http://www.mfa.gov.tr/relations-between-turkey%E2%80%93algeria.en.mfa

–––. 2018b. "Relations between Turkey and Sudan". *Ministry of Foreign Affairs*. Accessed June 24. http://www.mfa.gov.tr/relations-between-turkey-and-sudan.en.mfa.

–––. 2018c. *Water Issues between Turkey, Syria and Iraq.* Department of Regional and Transboundary Waters. Instanbul: Center for Strategic Research. Accessed April 29 2018. http://sam.gov.tr/wp-content/uploads/2012/01/WATER-ISSUES-BETWEEN--TURKEY-SYRIA-AND-IRAQ.pdf.

Robertson, Nic. 2018. "A clear view of enemy lines, but no end in sight to Yemen's war". *CNN.* Accessed June 24. https://edition.cnn.com/2018/01/30/middleeast/yemen-nic-robertson-intl/index.html.

ScienceBits. 2014. "20th century global warming - "There is nothing new under the Sun" - Part I". Accessed in 23 April 2018. http://www.sciencebits.com/ NothingNewUnderTheSun-I/.

Sengupta, Somini. 2018. "Warming, Water Crisis, Then Unrest: How Iran Fits an Alarming Pattern". *The New York Times.* Accessed June 20. https://www.nytimes.com/2018/01/18/climate/water-iran.html

Shamout, M. Nouar, and Glada Lahn. 2015. The Euphrates in Crisis: Channels of Cooperation for a Threatened River. Working paper, *Chatam House - The Royal Institute of International Affairs,* London. https://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/field/field_document/20150413Euphrates_0.pdf.

Sharp, Jeremy M. 2018. *Yemen:* Civil War and Regional Intervention. Washington: Congressional Research Service. https://fas.org/sgp/crs/mideast/R43960.pdf.

Sheikh, Ali Tauqeer. 2017. "Pakistan water's diplomacy". *DAWN.* Accessed June 3 2018. https://www.dawn.com/news/1322655.

Shibley, Andrew. "Blessings and Curses: Israel and Lebanon's Maritime Boundary Dispute in the Eastern Mediterranean Sea". The Global Business Law Review 5 (1): 50-80. https://engagedscholarship.csuohio.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com.br/&httpsredir=1&article=1053&context=gblr.

Shihabi, Ali. 2017. "Saudi Arabia New Foreign Policy Doctrine". *Arabia Foundation.* Accessed May 28 2018. http://www.arabiafoundation.org/arabia-comment/saudi-arabias--new-foreign-policy-doctrine/.

Simoneov, V. 2005. "Environmental History of the Twentieth Century". Accessed May 2 2018. http://www.pg.gda.pl/chem/CEEAM/Dokumenty/Simeonov/environ_hist_Simeonov.pdf.

Southeastern Anatolia Project Regional Development Administration. 2015. "The Southeastern Anatolia Project (GAP)". Accessed May 6 2018. http://www.gap.gov.tr/en/what-s-gap-page-1.html.

Stanley, Iona. 2018. "How the UAE secures its future water needs". Gulf News. Accessed September 9. https://gulfnews.com/gn-focus/special-reports/water-day/how-the--uae-secures-its-future-water-needs-1.2192231

Stratfor. 2016. "Algeria: A Desert Nation Fighting to Maintain Water Supplies". Accessed September 9 2018. https://worldview.stratfor.com/article/algeria-desert-nation-fighting-maintain-water-supplies

–––. 2017. "A Saudi Water Crises Lurks Beneath the Surface". Accessed May 28 2018. https://worldview.stratfor.com/article/saudi-water-crisis-lurks-beneath-surface

Steffen, Dirk. 2016. "Who are the Niger Delta Avengers?". Accessed September 11 2018. http://cimsec.org/niger-delta-avengers/25888

Suter, Margaret. 2017. "Running Out of Water: Conflict and Water Scarcity in Yemen and Syria". *Atlantic Council.* Accessed June 24 2018. http://www.atlanticcouncil.org/blogs/menasource/running-out-of-water-conflict-and-water-scarcity-in-yemen--and-syria.

Suwaidi, Jamal. 2017. "One of the key pillars of this country's foreign policy is humanitarian relief". *The National.* Accessed May 29 2018. https://www.thenational.ae/opinion/one-of-the-key-pillars-of-this-country-s-foreign-policy-is-humanitarian-relief-1.625873.

Tamburrino, Aldo. 1970. "Water Technology in Ancient Mesopotamia". In *Ancient Water Technologies*, edited by Larry W. Mays, 22-51. Dordrecht: Springer.

The Conversation. 2017a. "A worsening water crises in North Africa and the Middle East". Accessed May 21 2018. https://theconversation.com/a-worsening-water-crisis-in--north-africa-and-the-middle-east-83197.

---. 2017b. "How Nigeria is wasting its rich water resources". Accessed September 9 2018. https://theconversation.com/how-nigeria-is-wasting-its-rich-water-resources-8311.

The Peninsula. 2017. "Qatar 'committed to water goals'". Accessed May 29 2018. https://thepeninsulaqatar.com/article/27/09/2017/Qatar-%E2%80%98committed-to-water-goals%E2%80%99.

The Water Network. 2014. "Water Wars directed against Syria and Iraq: Turkey's Control of the Euphrates River". Accessed June 23 2018. https://thewaternetwork.com/article--FfV/water-wars-directed-against-syria-and-iraq-turkey-s-control-of-the-euphrates-river-zNE94J-ixyt9E3IxXtb04Q.

The World Bank (WB). 2010. Project Appraisal Document for the Greater Beirut Water Supply Project. Washington D.C. 2010. http://documents.worldbank.org/curated/en/897331468266980391/pdf/563410PAD0P1031e0only1910BOX353791B.pdf

---. 2013. "Water is Focus of Climate Change in Middle East and North Africa." Accessed April 22 2018. http://web.worldbank.org/archive/website01418/WEB/0__C-151.HTM.

---. 2015. Project information document (PID) Concept stage. Washington, D.C. 2015. http://documents.worldbank.org/curated/en/455161468000030220/pdf/PID-Print--P154482-02-10-2016-1455148180713.pdf.

---. 2017a. Project Appraisal Document for the Sahel Irrigation Initiative Support Project. Washington, D.C. 2017. http://documents.worldbank.org/curated/en/515131512702151121/pdf/WESTERN-AFRICA-PADnew-11142017.pdf.

---. 2017b. Implementation Status & Results Report - LB Greater Beirut Water Supply Project. Washington, D.C. 2017. http://documents.worldbank.org/curated/en/578491510695209619/pdf/Disclosable-Version-of-the-ISR-LB-GREATER-BEIRUT-WATER-SUPPLY-P103063-Sequence-No-16.pdf

---. 2018a. "Central-Asia Energy-Water Development Program". Accessed May 15. http://www.worldbank.org/en/region/eca/brief/caewdp

---. 2018b. "Urban Population (% of total)". Accessed June 6. https://data.worldbank.org/indicator/SP.URB.TOTL.IN.ZS?end=2016&name_desc=false&start=2016&-view=map.

The World's Water. 2018. "Water Conflict". Accessed August 26. https://www.worldwater.org/water-conflict/.

UNICEF. 2017. "2.1 billion people lack safe drinking water at home, more than twice as many lack safe sanitation". Accessed September 9 2018. https://www.unicef.org/bangladesh/media_10356.html

United Arab Emirates (UAE). 2018. "UAE Foreign Policy". *Ministry of Foreign Affairs & International Cooperation*. Accessed June 15. https://www.mofa.gov.ae/EN/TheMinistry/Pages/UAE-Foreign-Policy.aspx

United Nations. 2018. "About the Sustainable Development Goals". Accessed in September 10. https://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/.

United Nations Economic and Social Commission for Western Asia and Bundesanstalt für

Geowissenschaften und Rohstoffe (UN-ESCWA and BGR). 2013. *Inventory of Shared Water Resourcesin Western Asia.* New York: United Nations.

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), *The United Nations World Water Development Report 2016: Water and Jobs – Facts and Figures* (Colombella: United Nations, 2016), available from http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002440/244041e.pdf.

United Nations Development Programme (UNDP). 2018. "The Ministry of Energy and Water launches the "National Guideline for Rainwater Harvesting Systems". Accessed September 30. http://www.lb.undp.org/content/lebanon/en/home/presscenter/pressreleases/2018/03/131/UNDP-Administrator.html

USEPA. The importance of water to the US economy. 2013. Accessed in May 10, 2018.

https://www.bafuture.org/sites/default/files/key-topics/attachments/Importance-of-water-synthesis-report.pdf

Waha, Katharina, Linda Krummenauer, Sophie Adams, Valentin Aich, Florent Baarsch, Dim Coumou, Marianela Fader, Holger Hoff, Guy Jobbins, Rachel Marcus, Matthias Mengel, Ilona M. Otto, Mahé Perrette, Marcia Rocha, Alexander Robinson and Carl Friedrich Schleussner. 2017. "Climate changes impacts in the Middle East and North Africa (MENA) region and their implications for vulnerable population groups". Regional Environmental Change 17 (6): 1623-1638. doi: 10.1007/s10113-017-1144-2.

Water Aid. 2018. "Pakistan sits at the crossroads of Asia and the Middle East, a geographically and culturally diverse nation with fast-growing power and influence.". Accessed June 3. https://www.wateraid.org/where-we-work/pakistan

Water.org. 2018. "Indonesia's water and sanitation crisis". Accessed September 9. https://water.org/our-impact/indonesia/

Water Politics. 2018. "Water Conflict: Will A Drying Iran Face Syria's Fate?". Accessed May 28. http://www.waterpolitics.com/2018/01/24/water-conflict-will-a-drying-iran-face-syrias-fate/.

West Africa Brief. 2016. "Sahel Irrigation Initiative Programme: More, better and faster". Accessed May 15 2018. http://www.west-africa-brief.org/content/en/sahel-irrigation-initiative-programme-more-better-and-faster.

World Water Council. 2015. Water: Fit to Finance? Catalyzing National Growth Through Investment in Water Security. Marseille, France. http://www.worldwatercouncil.org/sites/default/files/2017-10/WWC_OECD_Water-fit-to-finance_Report.pdf.

———. 2000. *World Water Vision*. London: Earthscan Publications Ltd. http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/wwc/Library/WWVision/Chapter2.pdf.

WWF. "Managing water resources well for sustainability". Accessed September 9 2018. http://www.wwf.org.my/about_wwf/what_we_do/freshwater_main/freshwater_sustainable_water_use/projects_sustainability_of_malaysia_s_water_resources_utilisation/smwru_issues/.

YNetnews. 2009. "The Oslo Accords". Last modified February 7. https://www.ynetnews.com/articles/0,7340,L-3064378,00.html.

Yom, Sean. 2018. "Jordan struggles for survival strategy in shadow of US-Israeli-Saudi axis". *Middle East Eye.* Accessed June 24. http://www.middleeasteye.net/columns/wither-shi-crescent-jordans-geopolitics-and-survival-598000388.

THIS PAGE INTENTIONALLY LEFT BLANK

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY SIXTH COMMITTEE

LEGAL



ufrgsmun 2018

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v. 6 2018 | p. 484 - 515

CRIMINAL ACCOUNTABILITY OF UNITED NATIONS OFFICIALS AND EXPERTS ON MISSION

Elisa Piva Corrêa[1]
Julia Goldman Bergmann[2]

ABSTRACT

The criminal accountability of United Nations officials and experts has become a relevant issue in the 21st century given the rise of crimes allegedly perpetrated by United Nations personnel on mission, mainly of sexual exploitation and abuse. Given the privileges and immunities these agents enjoy, combined with a jurisdictional gap over this matter, such grave violations often remain unpunished. In face of the lack of legal framework on the matter, the General Assembly included this item in the agenda of the Legal Committee in 2006. Inasmuch the Sixth Committee must devise a means to hold these agents accountable, be it an approach through the development of international law proposing a draft convention or making recommendations to member states as to how to tackle the issue on the national level.

1 Elisa is a fourth-year student of Law at UFRGS and Assistant-Director at the Legal Committee.
2 Julia is a final-year student of Law at UFRGS and Director at the Legal Committee.

1 INTRODUCTION

The United Nations General Assembly Sixth Committee – the Legal Committee – is the primary forum for the consideration of legal questions within the General Assembly (UNGA). As one of the main committees of the UNGA, all UN Member States are entitled to representation on it. Its mandate can be extracted from Article 13 of the UN Charter, which provides a broad authorization to the General Assembly to elaborate new treaties on the widest range of issues, to adopt them, and to recommend them to states for their subsequent signature, ratification, and accession (United Nations, n.d.).

The criminal accountability of UN officials and experts has become a relevant issue in the 21st century because of the rise of crimes allegedly perpetrated by UN personnel on mission, mainly of sexual exploitation and abuse. Given the privileges and immunities these agents enjoy, combined with a jurisdictional gap over these matters, such grave violations often remain unpunished.

The issue of criminal accountability of UN officials and experts on mission was first introduced by the General Assembly in its sixty-first session, in 2006, within the item entitled "comprehensive review of the whole question of peacekeeping operations in all their aspects". In that session, the General Assembly decided to include the item "criminal accountability of United Nations officials and experts on mission" in its agenda. The item was allocated to the Legal Committee as an aftermath of the debate of the Special Political and Decolonization Committee (Fourth Committee) on the "comprehensive review of the whole question of peacekeeping operations in all their aspects" in order to address the report of the Group of Legal Experts on ensuring the accountability of UN staff and experts[3]. The General Assembly considered this item in every early session from its sixty-second session in 2008 to its latest session, the seventy-second session in 2017. The aim of the Legal Committee on this topic is to establish a strong legal framework in order to satisfy the existent accountability gap, be it an approach through the development of international law proposing a draft convention or making recommendations to member states as to how to tackle the issue on the national level.

Insofar the present article will address this topic in four sections. First a historical background explaining the origin of this issue and touching on different approaches, with varying effectiveness, that the international community employed thus far to tackle this problem. Second, the statement of the issue which addresses the heart of the problem touching on the different controversies arising from it, ranging from the who are UN officials and experts on mission, their privileges and immunities, the rules of conduct concerning these agents to the matter of the jurisdictional gap as to how they can be held accountable for such crimes. The third section

3 "The Special Committee on Peacekeeping Operations, having considered the report of the Adviser to the Secretary-General on sexual exploitation and abuse by United Nations peacekeeping personnel (A/59/710) [...] made a number of recommendations in its report (A/59/19/Rev.1), including that the Secretary-General appoint a group of legal experts to prepare a report providing advice on the best way to proceed so as to ensure that the original intent of the Charter of the United Nations could be achieved, namely that United Nations staff and experts on mission would never be effectively exempt from the consequences of criminal acts committed at their duty station, nor unjustly penalized, in accordance with due process. [...] the Secretary-General established a group of legal experts to consider the issue." (UN Doc A/60/980).

addresses the previous actions already taken by the UN on this matter, specifically those taken within the scope of ad hoc Committee on the same issue created in 2006, including a draft convention on the matter, the Secretary General's voluntary compact on sexual exploitation and abuse, and the UN Zero-Tolerance Policy. The final section contains the position of each member state of the Committee on the matter. At last the article concludes with five questions the delegates should consider in discussing the issue of the criminal accountability of UN officials and experts on mission.

2 HISTORICAL BACKGROUND

The first case involving UN personnel on mission was reported in Kosovo, Bosnia and Herzegovina, during the 1990s. Human and Women's Rights Groups, as well as other UN agencies, denounced the sexual exploitation and abuse committed by peacekeeping officials during their missions. Moreover, the involvement of UN peacekeepers in the trafficking of women and girls for the purpose of sexual exploitation was also documented later on missions in Mozambique, East Timor, Slovenia, Cambodia, Guinea, Sierra Leone, Sudan, Haiti, and Liberia (Gustafsson 2005). The quality and substance of evidence to support criminal accountability varied, and despite numerous reports from Human Rights Watch and Amnesty International, along with widespread media coverage, it was not until allegations of abuse of the same nature emerged in the Democratic Republic of Congo in 2004 that UN officials responded to those charges (Defeis 2008)[4].

As a response to the allegations against peacekeepers in Congo, in March 2005, the Special Committee on Peacekeeping Operations[5] requested the UN Secretary-General to submit a report with recommendations on the problem of sexual exploitation and abuse by UN peacekeeping personnel (United Nations 2005b). The Secretary-General invited Prince Zeid Ra'ad Zeid Al-Hussein, Permanent Representative of Jordan, a major contributor to peacekeeping operations, and former civilian peacekeeper himself, to act as advisor. The Prince undertook the preparation of the report "A comprehensive strategy to eliminate future sexual exploitation and abuse in United Nations peacekeeping operations" (United Nations 2005a), commonly known as "Zeid Report". The report detailed how women and girls were forced to trade sex for money, food and jobs, including also acts of rape disguised as prostitution (when the victims were given minor "gifts" in order to mask the sexual assault). Moreover, many of the victims were left pregnant with the so-called "peacekeeper babies" after the abuse (United Nations 2005a). Among Prince Zeid final considerations, he affirmed that

4 In 2004, 150 cases were brought against UN peacekeepers, soldiers and civilians, working at the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo (MONUC). The accusations ranged from abduction and sexual abuse of minors to child pornography. (Independent 2005). The UN announced in the same year that the MONUC would investigate the reports (United Nations 2004), deciding to keep the peacekeepers identities and nationality confidential (The Washington Post 2004).

5The Special Committee on Peacekeeping Operations began its works in 1965 under the General Assembly Fourth Committee with the purpose of reviewing and providing recommendations for peacekeeping operations. The Special Committee is composed by 147 Member States and observing members, such as the International Criminal Police Organization (United Nations 2018a).

> It is recommended that the Secretary-General establish a group of experts to study the issue and make recommendations to the General Assembly on whether an international convention or other means could be used to ensure that United Nations staff and experts on mission who commit defined crimes in peacekeeping areas are held criminally accountable for their actions (United Nations 2005a, 31).

The issue of criminal accountability of UN officials and experts on mission was first introduced by the General Assembly in its sixty-first session in 2006 as "comprehensive review of the whole question of peacekeeping operations in all their aspects" (United Nations 2006a). The item was allocated to the Legal Committee as an aftermath of the debate that occurred within the Special Political and Decolonization Committee (Fourth Committee), which happened in order to address the "Report of the Group of Legal Experts on ensuring the accountability of United Nations staff and experts on mission with respect to criminal acts committed in peacekeeping operations" (United Nations 2006b). The Group was composed by five legal experts – each individual specialized in criminal law, extradition law, mutual assistance in criminal matters law, international human rights law, and privileges and immunities of the United Nations-, who were responsible for a report on the legal issues concerning accountability, jurisdiction, and investigation of UN officials and experts. Moreover, the Group elaborated a Draft Convention on the Criminal Accountability of UN Officials and Experts on Mission, which never entered into force. Following the consideration of the document by the Legal Committee, the General Assembly decided in favor of the establishment of an Ad Hoc Committee that would specifically analyze the issue disclosed by the report of the Group (United Nations 2006b).

The Legal Committee has included this item in its agenda in every session from 2008 (sixty-second) to its latest, in 2017 (seventy-second session) (United Nations 2017a). Despite the existence of some UN documents addressing sexual exploitation and abuse in the UN system, the first substantive General Assembly resolution on criminal accountability was Resolution A/62/63 of 8 January 2008. The resolution mainly called for a report from the works of the Ad Hoc Committee, but also (1) requested the adoption of measures to strengthen the pre-deployment and in-mission training of UN personnel and (2) the investigation and prosecution of crimes that may have been committed by officials and experts on mission, once those credible allegations are brought to the attention of their national state (United Nations 2017a).

The only known case in which a state was deemed responsible for its nationals employed on peacekeeping missions as UN officials is the 6 September 2013 decision of the Supreme Court of the Netherlands, which rejected the appeal made by the Dutch Ministry of Defense and Ministry of Foreign Affairs regarding the Dutch state's own responsibility for the 1995 Srebrenica massacre during the Bosnian War[6]. The case was originally filed by Hasan Nuhanovic, a UN interpreter who had his father, mother and brother killed by the Bosnian-Serb troops, and the family of Rizo

6 The Srebrenica massacre is considered one of the most brutal incidents not only of the Bosnian War, but of the European Continent since World War II, resulting in thousands of casualties. In July 1995, in the Srebrenica municipality, near the border of Bosnia with Serbia, Bosnian Serb forces carried out executions and perpetrated sexual abuse against the Bosnian Muslims, with the purpose of ethnical cleansing (The Hague Justice Portal 2008).

Mustafic, an electrician, also killed by Bosnian-Serb soldiers or related paramilitary groups. Both worked for the Dutch UN Battalion at Srebrenica in the year of the massacre. The Court decided that the Netherlands should pay damages for the victims given their failure of protecting the citizens seeking refuge at the Dutch base, who were later forced to leave (The Hague Justice Portal 2008).

Besides the condemnation, the events of Srebrenica involving the peacekeepers caused the resignation of the entire Dutch cabinet. Additionally, another civil lawsuit was filed by the organization known as the "Mothers of Srebrenica"[7], who sought greater compensation for their families murdered at the massacre, claiming the Dutch government was responsible for their deaths as they were also denied entry at the base under the excuse that only authorized UN personnel were allowed in it (The Hague Justice Portal 2008). However, the Dutch Court of Appeal, contradicting the previous Supreme Court ruling, decided it had no jurisdiction over the actions it attributed solely to the United Nations, which enjoys immunity from national courts. The case was later brought to the European Court of Human Rights, which held the application inadmissible as the right of a fair trial had not been violated, unlike alleged by the applicants (European Court of Human Rights 2013; Supreme Court of the Netherlands 2013).

In 2017 (at the UN seventy-second session), the Legal Committee reaffirmed the criminal accountability of UN officials and experts as a major reason of concern for the whole United Nations. The Committee addressed the latest efforts to protect the rights of victims, such as the Zero-Tolerance Policy and the Voluntary Compact on Preventing and Addressing Sexual Exploitation and Abuse (which is further discussed in the article). The appointment of a Victims' Rights Advocate and the creation of a Trust Fund for victims were also discussed. Additionally, the States representatives reaffirmed the need for the harmonization of national disciplinary standards with those of the United Nations, and the establishment of jurisdiction in order to investigate and prosecute crimes committed by those nationals on mission (United Nations 2017b).

3 STATEMENT OF THE ISSUE

In this section, the material aspects of the accountability of UN officials and experts will be addressed in four parts: (i) the definition of UN officials and experts; (ii) the rules of conduct applicable to these agents; (iii) the privileges and immunities they enjoy; and (iv) the matter of the exercise of jurisdiction over crimes committed by such agents.

3.1 DEFINITION OF UNITED NATIONS OFFICIALS AND EXPERTS ACCORDING TO THE 1946 CONVENTION

The 1946 Convention on the Privileges and Immunities of the United Nations, at its article V, section 17, determined the Secretary-General's competence to specify to which categories of officials the Convention would apply and to submit

7 The Mothers of Srebrenica is an association representing the 6000 women who lost family members during the massacre of Srebrenica (The Hague Justice Portal 2018).

his/her decision to the approval of the General Assembly. Therefore, as defined by the General Assembly at that same year, the term "officials" encompasses all members of UN staff appointed by and under the authority of the Secretary-General, excluding the locally hired members of staff who are assigned to hourly rates (United Nations 2005a).

However, the 1946 Convention does not conclusively define experts *on mission*, choosing to cite them as those other than UN officials, but who are also hired directly by the UN, including UN police and military observers (Thoms 2014). The lack of a precise definition has been subject to the consideration of the International Court of Justice (ICJ) before. In its Advisory Opinion on the Applicability of Article VI, section 22, of the Convention on the Privileges and Immunities of the United Nations, the ICJ considered that the meaning of "experts on mission" adopted by the Convention included individuals – other than UN officials – entrusted with a mission and that, during the entire period of such missions, the expert would enjoy the privileges and immunities provided for them whether or not they travelled, as long as they kept performing their assigned duties (ICJ 1989).

3.2 THE RULES OF CONDUCT FOR UNITED NATIONS OFFICIALS AND EXPERTS

As a general rule, the UN staff shall adhere to the "highest standards of efficiency, competence and integrity" (UN Charter article 101, para. 3). The latest Secretary-General Bulletin on the Staff Rules and Staff Regulation reiterated that provision in its Article I, Regulation 1.2, b. Furthermore, Article I, Regulation 1.2, a, concerning the basic rights and obligations of staff, provides that all UN personnel must comply with the duty to uphold and "respect the principles set out in the Charter, including faith in fundamental human rights, in the dignity and worth of the human person and in the equal rights of men and women" (United Nations 2005a). The Staff Rules and Staff Regulation, among administrative instructions and other bulletins, compose the body of restrictions on conduct binding UN staff in general, along with volunteers, individual contractors, and consultants (United Nations 2005a).

The first document specifically addressing grave allegations of sexual exploitation and abuse committed by UN officials and experts was the Secretary-General Bulletin of 2003. Sexual exploitation and abuse are specifically prohibited by the updated Bulletin of 2014 under Chapter I, Rule 1.2, e, including any form of sexual discrimination or harassment, prohibiting any sexual activity under the age of 18, regardless of the age of consent or majority locally. Other specific instances of prohibited conduct in the same document include provisions such as the obligation not to intentionally alter, destroy, falsify or misplace, or render useless any official document (Chapter I, Rule 1.2, i); the provision prohibiting Staff members from either offering or promising any favor, gift, remuneration or any other personal benefit to another Staff member or to any third party (Chapter I, Rule 1.2, l); the obligation not to engage in any outside occupation or employment, whether remunerated or not, without the approval of the Secretary-General (Chapter I, Rule 1.2, s), among other norms regarding conflict of interest.

Regarding specific UN peacekeeping operations, troop-contributing countries have traditionally adopted the standards of conduct for peacekeepers set out in two separate publications, entitled "Ten Rules: Code of Personal Conduct for Blue

Helmets" and "We Are United Nations Peacekeepers" (United Nations 2005a; Defeis 2008). Both documents "regulate the conduct of peacekeepers in general terms and explicitly prohibit sexual exploitation" (Defeis 2008, p. 194). However, according to the Zeid Report, UN peacekeeping operations involve military, civilians, and civil police components. Previous Secretary-General Bulletins did not apply to all three categories, thus creating a problem for the accountability of all personnel in a uniformed manner (United Nations 2005a). Finally, on the matter of transparency of the UN system, in June 2017, in response to the Legal Committee's request contained in paragraph 27 of UNGA Resolution 71/134, the Secretary General issued a report on the relevant existing policies and procedures of the UN system regarding credible allegations that reveal that a crime may have been committed by UN officials or experts on mission (United Nations 2017).

3.3 THE PRIVILEGES AND IMMUNITIES OF THE UNITED NATIONS

The status of UN officials and experts are determined by the 1946 Convention of Privileges and Immunities of the United Nations. The Convention entered into force in December 1946, after the deposit of the instrument of the first accession, issued by the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland. To this date, the Convention counts with 162 parties (United Nations 2017a). This treaty is binding to all States which have acceded to it, as stated in section 35. In addition, Articles 104 and 105 of the UN Charter respectively indicate "that the Organization shall enjoy in the territory of each of its Members such legal capacity as may be necessary for the exercise of its functions and the fulfilment of its purposes" (United Nations 1945, art.104); and

> That the Organization shall enjoy in the territory of each of its Members such privileges and immunities as are necessary for the fulfilment of its purposes and that representatives of the Members of the United Nations and officials of the Organization shall similarly enjoy such privileges and immunities as are necessary for the independent exercise of their functions in connection with the Organization (United Nations 1945, art. 105).

Section 18 (a) of the Convention on the Privileges and Immunities provides that officials are immune from legal process in respect of words spoken or written and all acts performed by them in their official capacity. Additionally, the Secretary--General and all Assistant Secretaries-General, along with their spouses and minor children, shall be granted those privileges and immunities specified in section 18, as diplomatic envoys and in accordance with international law (United Nations 2008b). According to the Zeid Report, with respect to military officials, the status-of-forces agreements dictate that the most senior official in the mission, such as the head of mission or Force Commander, is also granted privileges and immunities of diplomatic envoys. Furthermore, UN volunteers have the equivalent status of officials under the Convention, while individual contractors and consultants are usually subject to local law only. Consultants, however, may acquire the status of experts on mission under the Convention if they are required to travel on behalf of the Organization (United Nations 2005a).

Moreover, experts on mission enjoy the privileges and immunities necessary for the discharge of their functions, which includes immunity from personal arrest, as well as detention or seizure of their baggage. They are also granted immunity from legal process of every kind concerning their spoken or written words, along with their actions during the course of the mission. The inviolability of all papers and documents produced by them also encompasses their privileges (as presented in the section 22 of the 1946 Convention).

Nonetheless, as said immunities and privileges for officials and experts are established, the Convention ensures that they are never to be used for personal privilege, but only for the maintenance of the United Nations' interests. The immunity is functional, which means that it extends only to the performance of official duties. Therefore, the immunity may be waived only by the Secretary-General, as it is his/her right and duty, in any case where it might impede justice, according to their judgement (with the advice of the Office of Legal Affairs). If the issue involves the immunity of the Secretary-General himself/herself the right to waive immunity belongs to the Security Council (Section 20 and 23 of the Convention). As an example:

> If a staff member was criminally prosecuted for a traffic accident caused by his or her drunken or grossly negligent driving of a United Nations vehicle, the Secretary-General could decide that immunity would impede the course of justice and conclude that waiver of immunity would not adversely affect any United Nations interests. In such a case immunity would be waived. On the other hand, if the Secretary-General determined that there was no basis for the allegation or that the staff member had been properly performing his or her duties, immunity would be maintained (United Nations 2005a, 33).

Finally, all the agreements between the UN and its member states, for example headquarters agreements with host states, which commonly adopt their national law, are also sources of legal rules. These rules determine the scope of privileges and immunities of its nationals who serve as officials and experts on mission in the specific context of the host country, as long as they are consistent with the Charter (United Nations 2008b).

3.4 JURISDICTION FOR CRIMES COMMITTED BY UNITED NATIONS OFFICIALS AND EXPERTS

A main deterrent to holding UN officials and experts accountable for crimes committed on mission is the existent jurisdictional gap (United Nations 2016), since there is no established rule as to who can prosecute these actors. Previous United Nations reports on related topics have touched on this issue without providing a clear universal solution (United Nations 2005a; United Nations 2006a). In effect, a few possibilities have been raised so as address to how UN officials and experts could be prosecuted in the host state, by states other than the host state, or by an international court or tribunal. On a final note on the overall exercise of jurisdiction by states, the Group of Experts Report recommends the adoption of an international convention on this matter (United Nations 2006a).

3.4.1 JURISDICTION OF THE HOST STATE[8]

In accordance with the territorial principle, a state may prosecute a crime committed in its territory (Crawford 2012) unless it is unwilling or unable to do so. Similarly, the jurisdiction of the host state was considered possible by both the Zeid Report[9] and the Group of Experts Report[10].

The Group of Experts Report presents a number of compelling arguments to support the jurisdiction of the host state. First, since the crime was committed on the territory of the host state, it is clear that it may exercise jurisdiction. Second, since it is more likely that most witnesses and evidence are to be found in the host state, holding the trial there would ensure that the proceedings are not exceedingly costly or needlessly delayed. Third, the criminal accountability of the alleged offender derives from the obligation of UN peacekeeping personnel to comply with local laws as an outcome of their privileges and immunities[11]. Fourth, considering that one of the purposes of deploying a peacekeeping mission is to establish the rule of law, holding a trial in the host State gives the population the sense of justice being done (United Nations 2006a, paras. 27-28). The Zeid Report made similar considerations in support of its recommendation to hold on-site courts-martial for members of military contingent (United Nations 2005a, para. 35).

Yet, some issues arise when envisioning to put the territorial principle in practice. It may be that the most convincing reason not to apply territorial jurisdiction is the fact that peacekeeping operations are most often deployed in countries with dysfunctional legal systems, where the rule of law is non-existent, not functional, or otherwise not in accordance to international human rights law (Carlson 2006).

The Zeid Report envisions the possibility of *ad hoc* agreements, ensuring that the host state consents to UN assistance so as to guarantee the criminal proceedings will fulfill basic human rights standards (United Nations 2005a). However, this course of action creates another problem, since it virtually institutes two standards of treatment: one for local inhabitants and one for international officials (United Nations 2005a).

In spite of recognizing this as a legitimate concern, it is the view of Group of Experts that the perception of double standards should not, in itself, rule out any particular course of action. The Group points out that military personnel are already subject to a separate judicial system and that, for the victims, some accountability is better than none (United Nations 2006a).

Notwithstanding, the Group of Experts' Report offers additional potential solutions. A peacekeeping mission may be given an executive mandate so that it exercises governmental powers in the host state, including the discretion to create a legal system that complies with rule-of-law requirements, allowing it to exercise

8 All references in this section relating to the Group of Experts Report (U.N. Doc. A/60/980) were extracted from paragraphs 30 to 43 of the document and those relating to the Zeid Report (U.N. Doc. A/59/710) from paragraphs 18, 35, and 89.

9 See U.N. Doc. A/59/710, *Comprehensive review of the whole question of peacekeeping operations in all their aspects.*

10 See U.N. Doc. A/60/980, *Report of the Group of Legal Experts on ensuring the accountability of United Nations staff and experts on mission with respect to criminal acts committed in peacekeeping operations.*

11 See section 3.3 above.

jurisdiction over crimes committed by peacekeeping personnel. However, given that host states are most of times unlikely to agree to confer such executive powers to the United Nations, a typical peacekeeping mission most likely will not be granted such authority (*Ibid*).

Alternatively, a peacekeeping operation may include a rule of law component providing for the establishment or re-establishment of the host state legal system. Such capacity-building may enable the host state to exercise fair and equal jurisdiction over all persons, irrespective of status. In this situation the problem is that, most often, full capacity-building of the legal system can only be achieved in the long term, which will not be sufficient to prosecuting crimes committed by peacekeeping personnel in the short to medium term. It must be taken into account whether the partial re-establishment of a specific portion of the host state's legal system may be sufficient to adequately hold peacekeeping personnel accountable (*Ibid*).

Yet another alternative is to establish a hybrid tribunal[12], in order to facilitate the exercise of jurisdiction of the host state. Hybrid tribunals are essentially part of the domestic legal system with a varying number of international elements. In such way, it lowers the risk of applying different standards to peacekeeping personnel and the local population of the host state. Additionally, there is the prospect that proceedings conducted by these tribunals will produce relevant international human rights standards because of the involvement of the international community (*Ibid*).

In contrast, there are two limiting factors. First, the host state must agree to the establishment of such a tribunal where the peacekeeping operation does not have an executive mandate. The manner of operation of the tribunal will depend on the extent of the host state consent, thus differing in each peacekeeping mission. Second, the establishment of a tribunal of this kind imports high costs (*Ibid*).

The Group of Experts Report entertains one final alternative. In situations when the host state is unable to successfully exercise jurisdiction irrespective of international assistance, it may share the exercise of jurisdiction with other states. Jurisdiction encompasses various activities ranging from investigations to adjudication to the detention of persons. Accordingly, two or more states will exercise different but mutually supportive aspects of criminal jurisdiction, considering that greater the capacity of a host state to exercise criminal jurisdiction, the smaller the part which needs to be played by other states (*Ibid*).

It is important to emphasize that the *minutiae* of each peacekeeping operation vary considerably. There is no universal solution. Each of these different alternatives may be appropriate to a given set of circumstances. This cast of potential approaches is not exhaustive, and other options not herein entertained may be best suited in different contexts (*Ibid*).

12 Examples of hybrid tribunals are the Special Court for Sierra Leone, the Extraordinary Chambers established in Cambodia to try senior leaders of Democratic Kampuchea, and the Special Panels for serious crimes established by the United Nations Transitional Administration in East Timor to try serious criminal offences in Timor-Leste.

3.4.2 JURISDICTION OF STATES OTHER THAN THE HOST STATE[13]

In its decision on the *Lotus Case*[14], the Permanent Court of International Justice recognized that "a state [...] should not overstep the limits which international law places upon its jurisdiction; within these limits, its title to exercise jurisdiction rests in its sovereignty" (Permanent Court of International Justice 1927). Overall, international law traditionally recognizes four general bases for determining whether a State may exercise jurisdiction where crimes are committed outside of its territory[15]: (i) the nationality principle; (ii) the passive personality principle; (iii) the protective principle; and (iv) the effects doctrine (Crawford 2012). Given the circumstances, states may otherwise exercise universal jurisdiction when the conditions for the former jurisdictional bases are not present (*Ibid*).

Considering the special context of crimes committed by UN officials and experts on mission, the Group of Experts Report has deemed some bases of jurisdiction irrelevant or of little relevance to the issue at hand when states other than the host state are unlikely to assert jurisdiction on those bases[16] (United Nations 2006a). Still, for the purpose of the present section, only the nationality principle and the possibility of the exercise of universal jurisdiction will be discussed.

According to the *nationality or active personality principle*, a state is entitled to assert over extraterritorial criminal acts committed by its nationals (Crawford 2012). While nationality provides the primary criterion for criminal acts in locations or circumstances where the territorial criterion is not recognized, it may create parallel jurisdictions and possible double jeopardy when the territorial principle is in effect (*Ibid*). This view was supported by the Zeid Report which affirms that the application of the nationality criterion was an exception rather than the rule in the context of crimes committed by UN officials and experts on mission (United Nations 2005a)

In contrast, the Group of Experts Report argues that, in order to minimize impunity, states should exercise jurisdiction when their nationals committed such crimes (United Nations 2006a). Accordingly, from the moment the Legal Committee first undertook the commitment to address the criminal accountability of UN offi-

13 All references in this section relating to the Group of Experts Report (U.N. Doc. A/60/980) were extracted from paragraphs 47, 50 to 52, and 54 to 56 and those relating to the Zeid Report (U.N. Doc. A/59/710) from page 6.

14 Case between France and Turkey before the Permanent Court of International Justice concerning a collision occurred on the high seas between the French mail steamer Lotus and the Turkish collier Boz-Kourt. The issue was that France challenged Turkey's assertion jurisdiction over a French citizen who had been the first officer at the Lotus as a violation of international law. The Court found that there is no international law rule that which prohibits a state from exercising criminal jurisdiction over a foreign national who commits acts outside of the state's national jurisdiction. See S.S. "Lotus", France v Turkey, Judgment, (1927) PCIJ Series A no 10, ICGJ 248 (PCIJ 1927), 7th September 1927, Permanent Court of International Justice (historical) [PCIJ].

15 In contrast, see section 3.4.1 above on the territorial principle as to the basis of jurisdiction for a state to exercise jurisdiction over crimes committed within its territory.

16 States are unlikely to rely on the effects doctrine or objective territoriality principle because it requires that the crime somewhat causes a harmful effect to that state and in the context of crimes committed by UN officials or experts on mission the host state is most often the only state on whose territory the effects of the crime are felt (U.N. Doc. A/60/980, para. 52). Similarly, the victims of these kind of crimes are most likely nationals of the host state, so the principle of passive personality would only be significant if a victim is a foreigner in the host State (U.N. Doc. A/60/980, para. 51). The protective or security principle is only relevant when the crime affects the internal or external security or other key interests of a state, and these crimes are unlikely to do so (U.N. Doc. A/60/980, para 50).

cials and experts on mission, the General Assembly has constantly and repeatedly urged states to establish jurisdiction over serious crimes committed by their nationals while on UN missions[17].

In effect, *universal jurisdiction* applies to "only over those crimes regarded as the most heinous by the international community" (International Court of Justice 2002, para. 60). While it was originally attached to the crime of piracy *iure gentium* (Permanent Court of International Justice 1927), in modern times it has been extended to the so-called "core crimes" of international criminal law, *i.e.* genocide, crimes against humanity, and breaches of the laws and customs of war, especially of the Hague Convention of 1907 and the grave breaches of the Geneva Conventions of 1949 (Crawford 2012). It is most likely that torture, within the meaning of the Torture Convention of 1984, is subject to universal jurisdiction (*Ibid*).

Accordingly, the Group of Experts Report points out arguments for and against the exercise of universal jurisdiction in relation to serious crimes perpetrated by UN officials and experts on mission. An argument against is that it should not be applicable to an isolated act of rape, or that a serious sexual assault committed by one such agent does not reach the same level of seriousness of the established international crimes that attract international jurisdiction. Nonetheless, the particular degree of seriousness of such violation should be recognized given that the purpose of the purpose of that agent on mission in the host state is to promote peace and restore the rule of law (United Nations 2006a)

The solution the Group of Experts Report presents is the assertion of universal jurisdiction drawing from the obligation of *aut dedere aut judicare,* which compels a state to either try the accused or to extradite him to a state willing to do so. Thereafter, universal jurisdiction should be encouraged among states only as a last resort. That is, where both the host state and the state of nationality are unwilling or unable to prosecute the UN official or expert, other states could act to ensure accountability (*Ibid*.).

3.4.3 JURISDICTION OF AN INTERNATIONAL COURT OR TRIBUNAL

Along the course of modern history there have been times when the international community accepted that certain crimes were of such gravity that the most suitable and effective way of dealing with the accountability issue was the establishment of independent international courts and tribunals[18]. Since then, international criminal law evolved in such a way that the much promised permanent criminal court was established in 1998, and thus within the current framework the tribunal existent for the prosecution of international crimes is the International Criminal

17 An operative provision urging states that have not done so to consider establishing this kind of extraterritorial jurisdiction has been similarly contained in General Assembly Resolutions on the criminal accountability of UN officials and experts from the first time the Legal Committee addressed this issue in its sixty-second session in 2008 to its latest session, the seventy-second session in 2017. See UNGA Resolutions 62/63, 63/119, 64/110, 65/20, 66/93, 67/88, 68/105, 69/114, 70/114, 71/134, and 72/112.

18 E.g. the International Military Tribunal (Nuremberg Tribunal), the International Military Tribunal for the Far East (Tokyo Tribunal) following the Second World War, and the ad hoc international criminal tribunals established by the United Nations Security Council in the 1990s, the International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia (ICTY) and the International Criminal Tribunal for Rwanda (ICTR).

Court (ICC) (Cryer et al 2010).

However, the jurisdiction of the ICC may not be a viable option. First and foremost, the Court can only exercise jurisdiction over the crimes that traditionally attract individual criminal responsibility, that are genocide, war crimes, crimes against humanity, and the crime of aggression. As previously addressed in the previous section on the matter of universal jurisdiction, it is unlikely that crimes committed by UN officials or experts on mission are comparable in gravity to the traditional international crimes (United Nations 2006a).

Additionally, in the absence of a referral by the Security Council under Chapter VII of the UN Charter, the ICC can exert jurisdiction when the host state or the state of nationality are party to the Court's Statute or have accepted its jurisdiction. This issue is only aggravated by the fact that a significant number of states are not party to the ICC Statute. Even so, because its jurisdiction is governed by the principle of complementarity, the ICC can only prosecute when states are unwilling and unable to do so (Cryer 2010).

While these matters could be solved with the creation of a specific tribunal with jurisdiction solely over serious crimes committed by UN officials and experts on mission, this solution is not without its own difficulties, many of which similar to those of the ICC (United Nations 2006a). Foremost among them is that it is uncertain whether states would accept the jurisdiction of such tribunal, thus ensuing the same accountability gap if neither the host state nor the state of nationality of the alleged offender is a party to it (*Ibid*). Even if these difficulties could be mitigated if this new tribunal was established by the Security Council pursuant to Chapter VII, in the same fashion of the ICTY and the ICTY, it is still questionable whether the Security Council indeed has authority to create such an institution (United Nations 2006a; Cryer 2010).

4 PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

This section will address previous attempts to determine and ensure the criminal accountability of UN officials and experts on mission, as well as actions whose conditions had influence on the present issue. As seen in previous sections, the inclusion of the topic at hand in the agenda of the Legal Committee was not the first attempt to do so.

4.1 THE AD HOC COMMITTEE ON CRIMINAL ACCOUNTABILITY OF UNITED NATIONS OFFICIALS AND EXPERTS ON MISSION

The *ad hoc* Committee was established by the General Assembly in 2006 for the purpose of considering the report of the Group of Legal Experts, in particular its legal aspects (United Nations 2006b). It has held only two sessions to date, in 2007 and 2008. Even though the *ad hoc* Committee has not been convened since 2008, its work has continued within the framework of the Legal Committee's Working Group on the same issue (United Nations 2015; *id.* 2016).

In the first session, held in 2007, the delegations discussed legal aspects of the Group of Experts Report. Among their considerations, there was a question of

whether the negotiation of an international convention on the accountability of UN officials and experts on mission would indeed be the most effective mean of addressing the issue. While some delegations expressed the need for additional statistical data, others noted that such analysis would be of limited use, given the difficulties in obtaining reliable information (United Nations 2007).

The specific legal aspects of the Group of Experts Report addressed on that session were scope *ratione personae*; scope *ratione materiae*; bases for jurisdiction; investigation; and cooperation. Overall, the *ad hoc* Committee agreed that the scope *ratione personae* would cover peacekeeping personnel who were United Nations officials or experts on mission. That is, those who were considered to be experts on mission within the meaning of the Convention on the Privileges and Immunities of the United Nations of 1946 and had their immunity subject to waiver by the Secretary-General. Concerning scope *ratione materiae*, the *ad hoc* Committee decided to maintain it over serious offences against the person among the crimes covered, including but not limited to murder and offences concerning sexual exploitation and abuse. With regard to bases of jurisdiction, while some delegations reiterated for the primacy of the jurisdiction of the host state, others argued for the jurisdiction of the state of nationality. Beyond that, the necessity to draw a distinction between universal jurisdiction and the extradite or prosecute regime was a main concern. There was an overall agreement that inter-state cooperation, as well as between states and the United Nations, would play an essential role in ensuring the effectiveness of the proposed regime, in particular with respect to the collection of evidence, extradition matters and the serving of the sentence (*Ibid*).

While the considerations raised by the delegations are of a meaningful extent, the *ad hoc* Committee recommended the Legal Committee to create a Working Group to continue the consideration of the Group of Experts Report, taking into account the views of the *ad hoc* Committee (*Ibid*).

In its second session, held in 2008, the delegations continued to address legal aspects of the Group of Experts Report. That time, the focus was mainly on legal and policy aspects of international cooperation among states. The general agreement was that inter-state cooperation should entail exchange of information, extradition, the serving of sentences and other measures to facilitate the effective exercise of criminal jurisdiction, including judicial assistance mechanisms. Similarly, cooperation with the UN could cover the exchange of information, assistance with respect to procedural matters, reporting on the current status of investigations and enhancing the rule of law capacities (United Nations 2008a).

Once more, there was the concern that it was premature to discuss the possibility of negotiating an international convention on the topic, mainly because some delegations argued it was necessary to understand the actual impediments to prosecution, before proceeding to negotiate a convention. Delegations that expressed support to a convention relied on the jurisdictional gap, contending that while bilateral agreements existed in the area, they provided incomplete coverage and did not usually address judicial cooperation between states and the United Nations (*Ibid*).

However, in much similar fashion to the first session, again the *ad hoc* Committee concluded the session with a reiteration of its previous session recommendation that the Legal Committee establish a Working Group to proceed addressing the legal aspects of the Group of Experts Report (*Ibid*).

4.1.1 THE DRAFT CONVENTION ON THE CRIMINAL ACCOUNTABILITY OF UNITED NATIONS OFFICIALS AND EXPERTS ON MISSION

A draft convention on the present topic has been presented to the Secretary-General by the Group of Legal Experts as an annex to the report titled "Ensuring the accountability of United Nations staff and experts on mission with respect to criminal acts committed in peacekeeping operations" (United Nations 2006a). According to the Group of Legal Experts, the document serves as a preliminary and indefinite draft representing some of the issues an actual convention should address.

Part of the objectives of the Group when drafting the document were: (i) to facilitate the conditions for waiver of immunity, mindful to not disregard the rights of the alleged offender, (ii) to set out obligations to investigate, arrest, prosecute and extradite offenders, (iii) to ensure mutual legal assistance, (iv) to protect the rights of the victims (United Nations 2006b). The draft proposes 26 possible articles, the first article defining "missions" as peacekeeping, peacebuilding or other general humanitarian operations conducted by the UN, and attributing the meaning of "officials and experts" as it is defined in the 1946 Convention of Privileges and Immunities of the United Nations, which according to the Group includes other staff and volunteers as officials and UN police and military consultants as experts (*Ibid*). Additionally, the draft recommends that military personnel of national contingents and any other personnel subject to the exclusive jurisdiction of another state[19] should be excluded from the scope of application of the convention. The Group also considered that the convention should not apply to officials or experts acting as combatants against armed forces to which the law of international armed conflict applies (*Ibid*). Regarding the applicable crimes, the convention set out two possible lists: one including "murder, willfully causing serious injury to body or health, rape and other acts of sexual violence, and sexual offences involving children" (United Nations 2006b, 32), and an alternate one underlining only

> crimes of intentional violence against the person and sexual offences punishable under the national law of that State party by imprisonment or other deprivation of liberty for a maximum period of at least [one/two] year(s), or by a more severe penalty. (United Nations 2006b, 33)

The suggested lists, however, notably lack definition of "sexual offences" and "sexual violence", as well as exclude other crimes, such as theft, fraud, weapons smuggling, illegal weapon purchasing, money laundering, and drug crimes (O'Brien 2010). Regarding jurisdiction, article 4 of the draft convention requires state parties to establish territorial and nationality jurisdiction, while also obliging parties to establish *aut dedere aut judicare* form of universal jurisdiction (*Ibid*).

4.2 THE VOLUNTARY COMPACT ON ADDRESSING AND PREVENTING SEXUAL EXPLOITATION AND ABUSE

The Secretary-General introduced the Voluntary Compact during a High-Level Meeting on the Prevention of Sexual Exploitation and Abuse held within the

19 The exclusive jurisdiction may be established between the UN and the host state of the mission through a Model Status-of-Forces Agreement, and through a Memorandum of Understanding between the UN and the troop contributing countries (O'Brien 2010).

verge of the United Nations General Assembly on 18 September 2017. The Compact intends to send a signal to the world of joint commitment – between the Secretary-General and the individual member states signatory to it – and mutual accountability on the part of the United Nations and member states on preventing and addressing sexual exploitation and abuse. As of 29 September 2017, seventy-two-member states had already joined the Compact and another nineteen expressed their intent to do so. The document remains open for signature and all member states that have not signed are encouraged to join in this important initiative (United Nations 2017c).

In signing the Compact, member states reaffirm the belief that sexual exploitation and abuse runs counter their values and those of the United Nations. Among the commitments set out in the Compact is the specific obligation to hold the perpetrators accountable, in addition to the commitments to prevent sexual exploitation and abuse and to respect the dignity of the victims by providing them with meaningful support (*Ibid*).

4.3 THE UN ZERO-TOLERANCE POLICY

As an attempt to restore the United Nations' reputation and combat sexual exploitation and abuse within the Organization after a decade of reports incriminating UN officials and experts (Kanetake 2012), former Secretary-General Kofi Annan issued the 2003 Bulletin titled "Special measures for protection from sexual exploitation and sexual abuse" (United Nations 2003). The 2003 Bulletin marks the launch of the Zero-Tolerance Policy in the UN, which, despite counting with overwhelming support from Legal Committee member states' representatives, has been subject to criticism from international media, as well as feminist critiques, throughout the years (Kanetake 2012).

The Zero-Tolerance Policy represents a broad prohibition on sexual exploitation and abuse with significant legal and political meanings, applicable to all UN staff (*Ibid*). The first section of the 2003 Bulletin establishes the definition of sexual exploitation as

> any actual or attempted abuse of a position of vulnerability, differential power, or trust, for sexual purposes, including, but not limited to, profiting monetarily, socially or politically from the sexual exploitation of another. Similarly, the term "sexual abuse" means the actual or threatened physical intrusion of a sexual nature, whether by force or under unequal or coercive conditions. (United Nations 2003, 1).

The 2003 Bulletin also specifically prohibits sexual activity with children (under the age of 18), regardless of the local age of consent or majority, along with a general prohibition on any kind of exchange for sex (United Nations 2003). The general ban on prostitution also diverges from other international conventions, such as the 1979 Convention of the Elimination of All Forms of Discrimination against Women and the 1989 Convention on the Rights of the Child (Kanetake 2012), which do not explicitly state prostitution *per se* as exploitative, but the exploitative *use* of prostitution. The Zero-Tolerance Policy also does not entail criminal prosecution, given the variation on the legal age of consent between countries, whether it is on

the jurisdiction of the host state or the state of nationality (United Nations 2003). Said extensive prohibition on sexual misconduct may be reasoned not only by an intent to adhere to the rule of law, specifically human rights and international humanitarian law, but also due to the political motives (Kanetake 2012).

While the UN itself cannot bear legal responsibility for the sexual misconduct of its staff during their time served in peacekeeping missions, the local population and media perception refers those cases as part of the UN's own problems, regardless of the individual perpetrator's contingent-contributing country of origin (*Ibid*). The UN, therefore, intended the Zero-Tolerance Policy, as stated on the 2003 Bulletin, to treat sexual misconduct perpetrated by its staff as a primarily internal and administrative issue, attributing internal disciplinary measures based on UN guidelines and codification directed at its staff, such as the Rules and Regulation of United Nations Staff (*Ibid*). In case of an allegation of sexual misconduct of a UN member of staff, section 4 of the Bulletin determines the first steps of investigation against a member of staff should be taken by the Head of Department, Office or Mission, in a confidential manner. According to the outcome of the investigation, appropriate disciplinary measures shall be applied, and, if deemed necessary, the submission of the case for consultation of the UN Office of Legal Affairs, in order to -only then- refer the case to national authorities for criminal prosecution (United Nations 2003).

Following the 2003 Bulletin entry into force, the UN depository of allegations received 1042 allegations of sexual exploitation and abuse between 2003 and 2010, with a noticeable decrease through the years (Kanetake 2003). Additionally, in 2005, the Zeid Report was published as part of the efforts to implement the Zero-Tolerance Policy, as aforementioned, being recognized as one of the main documents on the issue (*Ibid*). Despite the undoubtable relevance of the Zero-Tolerance Policy for the history of the United Nations, it can be argued that the policy serves more as a political response to guard the UN's reputation and less as a tool to ensure accountability for its staff (*Ibid*).

5 BLOC POSITIONS

Argentina's national provisions establish territoriality and the effects doctrine as applicable grounds of jurisdiction, including "jurisdiction over offenses committed abroad by agents or employees of Argentinian authorities in the performance of their duty" (United Nations 2017b, 24). The jurisdiction *ratione personae* over crimes committed extraterritorially by nationals is determined by specific legislation exclusively for public officials, therefore not applicable to UN experts or officials. The category of jurisdiction *ratione materiae* over these crimes comprises the general application of criminal law extraterritorially (*Ibid*). As most of the countries members of the Legal Committee, Argentina has previously supported the UN' Zero-Tolerance Policy on criminal conduct, particularly sexual exploitation and abuse (United Nations 2008c), as part of the Rio Group (*Ibid*). Argentina has sided with Canada by defending the accountability for perpetrators of such crimes, by encouraging cooperation and the exchange of information for the best practices concerning the identification and assistance of victims and extradition (Argentina 2017). The Argentinian delegation has also emphasized the occurrence of sexual exploitation and abuse in peacekeeping missions, further stating that, in order to maintain the legiti-

macy of UN's peacekeeping missions, it strongly supports measures included in the Security Council resolution 2272 of 2016 and the General Assembly resolution 71/278 (*Ibid*). As part of the Community of Latin American and Caribbean States (CELAC), Argentina has also expressed concern with the training of experts and officials prior to the employment to missions in order to prevent these crimes from being committed (United Nations 2013c). Additionally, CELAC has stressed in previous Legal Committee sessions that, while applauding the Secretary-General's efforts to report the present issue, they must also immediately inform member states of possible criminal implications of its nationals. The Community emphasizes the same effective procedure used to notify incidents involving experts on mission must be used for UN officials, in order to ensure the effectiveness and efficiency of notification processes as a path for criminal accountability (Argentina 2017). The improvement of communication between states and the UN concerning the actions already taken to end impunity, including prosecutions was also stressed at the 2016 meeting of the Legal Committee (Argentina 2016).

Australia's provisions for jurisdiction consist of the nationality and territoriality grounds. The jurisdiction *ratione personae* over crimes committed extraterritorially encompasses nationals (only those who undertook tasks in a foreign country due to an agreement and who are exempt to criminal proceedings in the foreign state in question), and, as stated in special legislation: over military, police and civilian United Nations officials and experts on mission. Military personnel are particularly subject to the potential application of civilian law and courts. The jurisdiction *ratione materiae* comprises the general application of criminal law extraterritorially, along with a limited list of crimes applicable to military personnel. Australia counts with two prerequisites to the application of extraterritorial jurisdiction for nationals serving as UN officials or experts on mission: any agreement, including extradition treaties, and the permission to prosecute required by a particular government official. Besides the 1946 Convention, the legal basis for applicable rules of immunity include any specific agreement with the host state and the United Nations (United Nations 2017b). Australia, along with New Zealand and Canada, encourages member states to continue their cooperation with the Secretary-General to report all investigations and procedures of UN officials and experts on mission accountability (United Nations 2014). While Australia acknowledges the cases referred by the Office of Legal Affairs, it urges that more work needs to be done in order to guarantee criminal accountability (*Ibid*), such as a convention that would establish criminal jurisdiction over nationals who served in UN operations abroad would be a step forward in the discussion (*Ibid*; United Nations 2015b), which has been stagnated for the last decade (United Nations 2017c).

Brazil's applicable grounds for jurisdiction are nationality, the *ratione personae* being over its own nationals and *ratione materiae* being the general application of criminal law extraterritorially over nationals. Brazil has traditionally participated in UN peacekeeping missions, contributing with over 33,000 military officials, police officers and civilians (Brazil 2018). The country's contribution currently amounts to more than 1,700 nationals serving in 9 UN missions (*Ibid*). As a part of the Community of Latin American and Caribbean States (CELAC), the Brazilian Government stands firmly against any misconduct, in particular criminal behavior committed by UN personnel and supports accountability for such actions. CELAC stresses the im-

portance to improve information exchange in order to register the actual number of allegations of criminal activities (United Nations 2014). Additionally, Brazil has previously manifested its view on the concept of responsibility to protect, sustained by three pillars. First, the state is "the primary bearer of the responsibility to protect populations from genocide, war crimes, ethnic cleansing and crimes against humanity" (United Nations 2011, 2). The second pillar affirms the role of the international community in cooperation and assistance to states, while the third pillar involves collective action from the international community to be taken in case of failure of the former pillars (United Nations 2011).

Canada's municipal law applies its jurisdiction according to the effects doctrine, territoriality, passive personality, protective principle, universality. The Canadian jurisdiction also includes government officials, military or diplomatic personnel who commit crimes abroad, on marine vessels or aircraft. The jurisdiction *ratione personae* over crimes committed extraterritorially falls over nationals and foreign nationals, stateless persons, counting with specific legislation for military, police and civilian UN officials and experts on mission. Additionally, jurisdiction *ratione materiae* is limited to international treaty obligations, international crimes and some national offenses. The prerequisites for the application of extraterritorial jurisdiction include the presence of the offender in the territory of forum state, the *ne bis in idem* principle, and the permission of prosecute by the adequate government official (United Nations 2017b). At previous Legal Committee sessions, the Canadian representative has sided with Australia and reaffirmed the importance of the compliance with the rule of law coming from UN personnel, and encouraged cooperation with the Organization to help with the proceedings (United Nations 2013c). Canada has called upon all member states to respond to the General Assembly Resolution 62/63 and urges other states to examine establishing jurisdiction over serious crimes committed by their nationals while acting as UN officials or experts on mission (*Ibid*). Additionally, Canada supports the proposal of a convention that would require member states to exercise criminal jurisdiction over nationals who were a part of UN missions internationally in order to strengthen the United Nations system and maintain its integrity (*Ibid*). Regarding Canada's previous international actions on the issue, the state has designated a national focal point in paternity and child support cases related to allegations of sexual exploitation and abuse (United Nations 2017d).

The **People's Republic of China** applies jurisdiction according to the principles of territoriality and nationality, the *ratione personae* being over nationals and public officials, and the *ratione materiae* limited to crimes accompanied by a minimum imprisonment term. The legal basis for applicable immunity rules is set on the 1946 Convention (United Nations 2017b). After decades of absence in UN missions, China has recently become one of the biggest financial contributors to peacekeeping missions and has deployed 8,000 of its nationals as peacekeepers on mission, particularly those serving as engineers, logisticians and composing the medical team (Jung 2016).

The **Democratic Republic of the Congo (DRC)** contributed, up until 2016, with 944 UN Peacekeepers, in missions located in the Central African Republic, Mali, and Côte d'Ivoire, having deployed troops and Formed Police Units (Providing for Peacekeeping 2016c). The country's lack of experience in participating in

missions was noted by analysts and UN itself, given the decision to pull DRC troops from MINUSCA based on the troops' lack of prepare and equipment for the mission (News24 2016). Additionally, DRC's reputation has also been damaged following claims of sexual violence perpetrated by its peacekeepers in the Central African Republic mission, to which the DRC government reacted angrily (Providing for Peacekeeping 2016c). During the United Nations Organization and Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo (MONUSCO), there were over 217 allegations of sexual exploitation and abuse of Congolese women and girls, with 10 paternity claims, involving at least 75 peacekeepers (United Nations 2007b). In 2007, 3 years after the first surge of allegations, the UN Office of Internal Oversight Services concluded that it had been impossible to collect conclusive evidence on these cases (Ibid). In November 2017, the UN registered new allegations of sexual exploitation and abuse occurred during the MONUSCO against a peacekeeper of unrevealed nationality (United Nations 2018c), however, it remains unknown if the DRC has been notified of these cases (Code Blue 2017).

Ethiopia has served as a historical contributor of UN peacekeeping missions, dating back to the 1950s, and currently stands as the number one military and police contributor to UN operations, counting with over 8,000 peacekeepers. Alongside, Ethiopia is as well one of the leading contributors of female peacekeepers, counting with 642 women in its peacekeeping troops. The country has provided for UN operations such as the ones in Rwanda, Burundi, Liberia, South Sudan, Haiti, Mali, and Côte d'Ivoire (Providing for Peacekeeping 2017b). The country has also experienced a UN mission in its own territory: The United Nations Mission in Ethiopia and Eritrea (UNMEE), which was founded in 2000 and terminated in 2008 (United Nations 2018d). In previous Legal Committee sessions, the Ethiopian representative highlighted his concern over the damage caused by the crimes committed by officials and experts concerning the integrity of the UN's mandate (United Nations 2013c). The Ethiopian envoy noted that privileges and immunities enjoyed by these individuals should not be used as an excuse to commit crimes of any nature, given the Ethiopian's courts' jurisdiction over their nationals acting as officials or experts in missions abroad (Ibid). The precondition determined by Ethiopian law is that the offense is punishable under the Ethiopian criminal code and the law of the State where the crime was committed (Ibid). Additionally, Ethiopia supports the deference of the matter to the International Law Commission for the preparation of a draft article on the subject, as well as the adoption of a comprehensive legal framework and the improvement of communication between States and the UN (Ibid).

France stands with the European Union in the discussion of criminal accountability of UN officials and experts, urging for more cooperation and transparency between States and the Organization in order to provide sufficient information, particularly on the training of UN staff, which should comprehend notions of human rights, international humanitarian law, sexual and gender-based violence and civilian protection (United Nations 2017e). France is the second biggest Security Council member to contribute to UN peacekeeping missions financially and with personnel, only behind China (Providing for Peacekeeping 2016b). Allegations have surged over the apparent excess of legal constraint and negligence practiced by the French military in Afghanistan in 2008, as well as sexual abuse claims occurred in the Central African Republic, for which both are being investigated (*Ibid*).

Germany applies the principles of nationality, universality, as well as the protective principle and the effects doctrine. The jurisdiction *ratione personae* covers nationals and foreign nationals, stateless persons, with an additional special legal regime for public officials; the *ratione materiae* covers a specific list of crime, including international crimes, crimes affecting public security and crimes which affect the State's essentials interests. The prerequisite for the application of extraterritorial jurisdiction is double criminality (United Nations 2017b). Germany has previously been represented by the European Union delegate at Sixth Committee sessions, supporting UN's Zero-Tolerance Policy, calling for cooperation among States and enhanced pre-deployment training of the Organization's staff. The EU also stands for the possibility of the International Criminal Court assuming jurisdiction of cases in which national authorities are unwilling or unable to prosecute (United Nations 2013c; United Nations 2015b).

Haiti is the host State of a UN mission, the MINUSTAH, which was founded in 2004 after the departure of President Bertrand Aristide and subsequent armed conflicts that spread across the country. The Caribbean State has suffered through multiple cases of sexual abuse and exploitation committed by peacekeepers during the mission, which was terminated in 2017 (United Nations 2018e). Those cases were exposed not only in international media but also studied by researchers. They emphasized how underreported the full spectrum of cases was, and how little accountability was assured due to lack of investigation and collection of evidence, even though there was a field presence of the UN's Office of Internal Oversight Services (OIOS) after the initial surge of allegations (Snyder 2017, Durch et al. 2009). As a result, the Haitian population claimed for the decommissioning of the peacekeepers involved in a series of protests across the country (BBC News 2012).

Hungary supports the UN's Zero-Tolerance Policy, as a part of the European Union, while it urges cooperation among Member States to report cases and take efforts against the impunity of those who disrespect international law and the national legislation of the Host State. The EU also sustains the International Criminal Court should exercise jurisdiction in case national authorities will not (United Nations 2015b). Regarding claims of criminal conduct practiced by UN officials and experts on mission, Swedish soldiers have testified that Hungary was one of the most common places for UN peacekeeping staff to go on short leaves looking for bars and brothels at the time of the Bosnia and Kosovo missions. Regardless of what happened during those leaves, commonly no reprehension was done to UN staff (Gustafsson 2015).

India's Penal Code establishes jurisdiction of Indian courts over extraterritorial offences committed by Indian nationals (United Nations 2013c), and the country currently stands against the proposal of an international convention on the issue, given that cases of such crimes relate to the sovereignty and the jurisdiction of each State (United Nations 2017c). According to its representatives at the Legal Committee, those which associate themselves with the Non-Aligned Movement, the issue of criminal accountability is best handled by the Member States, whose laws must ensure adequate provisions for prosecuting nationals that served as UN officials or experts on mission abroad (United Nations 2014). Moreover, assistance from the UN to states in order to update their national laws and assert extraterritorial jurisdiction when needed would help to ensure accountability for such crimes (United Nations

2017c). The Indian delegation has expressed uncertainty over the admissibility of investigations conducted by the UN as evidence in national courts, while also condemning the reluctance of the Secretariat to waive immunity even in serious cases of misconduct of personnel (*Ibid*). Additionally, Indian representatives have stood for the implementation of General Assembly resolution 67/68, which recommends for all States the establishment of jurisdiction over crimes committed by nationals while serving as the Organization's officials or experts on missions abroad (United Nations 2013c). Besides, the State is one of the biggest contributors in peacekeeping missions (The Telegraph 2018), with overall good reputation among UN staff, with only minor incidents of indiscipline reported (Providing for Peacekeeping 2013). However, India has recently informed the UN's Secretariat that it had appointed the Ministry of Women and Child Development to assist paternity claims related to sexual exploitation and abuse (United Nations 2017d).

Indonesia stands as a part of the Non-Aligned Movement, while strongly supporting the UN's Zero-Tolerance Policy, especially when it comes to crimes involving sexual exploitation and abuse. According to the Indonesian representative at the Legal Committee, the state is strongly committed to uphold the highest standards for its peacekeepers, as Indonesia is one of the top troops and police-contributing countries. The State provides for pre-deployment sensitivity training, operational guidelines and manuals for its personnel. Additionally, while expressing gratitude and respect for the work of peacekeepers, the state also demands criminal accountability for those who violate the law (United Nations 2017c).

Israel has frequently supported the UN three-pronged strategy to address all forms of misconduct, especially sexual exploitation and abuse (United Nations 2013c), given that crimes committed by officials and experts on mission undermine the Organization's mandate in face of the local populations (United Nations 2014). The State supports the enhancement of cooperation among States and between the UN, as well as urging other States to address accountability and develop national legislation on such crimes and properly investigate and prosecute their nationals (United Nations 2015b). Moreover, Israel emphasizes the need for each State to first take practical steps towards criminal accountability, but also recognizes that a multilateral convention on the issue would strengthen the image of the Organization (United Nations 2013c; United Nations 2017e).

Italy exercises its jurisdiction on the grounds of nationality, territoriality and universality, the *ratio personae* being over nationals and foreign nationals. Italy's jurisdiction *ratione materiae* include international treaty obligations, international crimes and crimes which affect the special interests of the State. The prerequisite for the application of extraterritorial jurisdiction is the presence of the offender in the territory of the forum State. With regard to military personnel serving as UN official or expert on mission, Italy applies its military law exclusively (United Nations 2017b). Italy, as a part of the European Union, stands in support of UN's Zero-Tolerance Policy and of accountability for officials and experts who disrespect international law and the national host State's law, while supporting the establishment of jurisdiction of the International Criminal Court in case national authorities are unable or unwilling to prosecute (United Nations 2014; United Nations 2015b). As of April 2017, Italy ranked as the biggest European Union contributor to UN peacekeeping missions (Providing for Peacekeeping 2017).

Mexico's provisions to determine jurisdiction over crimes committed extra-territorially are based on nationality, the effects doctrine, passive personality and universality. Jurisdiction *ratione personae* over said crimes comprises nationals and foreign nationals, while *ratione materiae* is general - in the sense that refers to acts covered by the aforementioned grounds to determine jurisdiction - and limited to international treaty obligations. The prerequisites to application of extraterritorial jurisdiction are double criminality, the presence of the offender in the territory of the forum state, and the *ne bis in idem* principle (United Nations 2017b). As a part of the Community of Latin American and Caribbean States (CELAC), Mexico stands with other members of CELAC on the Legal Committee, supporting the UN's Zero--Tolerance Policy and demanding the improvement of information exchange among member states and the UN, in order to properly register all allegations against officials and experts on mission, combat impunity, ameliorate the damage the victims have suffered, and restore the Organization's credibility (United Nations 2013c). The country has also spoken before on this present issue at past sessions on behalf of the Rio Group, keeping its stand against crimes of sexual exploitation and abuse committed by UN officials and experts and defending the measures adopted by the General Assembly (United Nations 2008c). At the last Sixth Committee session of 2017, the Mexican representative emphasized the seriousness of the topic due to its gravel legal and political implications, given that only 24 out of 124 complaints received since 2007 had related information on measures adopted by states to investigate them. The country specifically encourages reports with increased information on the details of the investigations, criminal proceedings and disciplinary measures adopted by states and the UN (United Nations 2017c).

While **Myanmar** has not yet provided information on its national legislation in order to contribute in closing the jurisdictional gap among States nor significantly participated in the UN staff, the current crisis involving the Rohingya minority in the country and new allegations of ethnic cleansing have brought attention from the international community. Many organizations have called upon the establishment of a peacekeeping mission in Myanmar, and the UN, as of 2017, counted with 19 agencies and several staff in the Rakhine state, where most of the Rohingya community was fleeing from (The Economist 2017).

The **Netherlands'** delegate at the Legal Committee also associate themselves with the European Union, whose representative emphasizes that all UN staff must respect both international law and national legislation of the host States, regardless of the immunities these officials and experts enjoy. Besides, the EU stands in support of the Organization's Zero-Tolerance Policy and further cooperation among Member States to report cases. In the case national authorities are unwilling or unable to prosecute, the representatives defended that the International Criminal Court should exercise its jurisdiction (United Nations 2015b).

The **Republic of Korea** applies the territoriality, nationality, passive personality and protective principle as grounds for jurisdiction. Korean municipal law holds jurisdiction *ratione personae*, therefore, over their own nationals and foreign nationals, while holding specific legislation and use of military courts for military personnel active in service and deployed as UN officials or experts on mission. Jurisdiction *ratione materiae* encompasses the general provisions applicable to nationals, while also limited to crimes affecting the nation's interest and public security. The prere-

quisites to the application of extraterritorial jurisdiction are double criminality, the presence of the offender in the territory of the forum State, and the *ne bis in idem* principle (United Nations 2017b). At previous Legal Committee sessions, Korean representatives have highlighted that criminal accountability is the cornerstone of the rule of law (United Nations 2013c), and that the impunity of officials and experts that have committed serious violations might signalize that UN personnel abuses the privileges and immunities given to them (United Nations 2014; United Nations 2017e). In order to avoid damage of the Organization's credibility, the Secretary-General and Member States must take efforts to prevent offenses, such as pre-deployment training. The Republic of Korea provides three-month intensive training course for personnel selected to serve in peacekeeping operations prior to deployment (United Nations 2013c).

The **Russian Federation** has previously affirmed the need for improved communication between States and the United Nations and supported the Zero-Tolerance Policy of the Organization, condemning the cases involving sexual exploitation and abuse and urging for States to take efforts in prevention of these crimes through training (United Nations 2013c; United Nations 2014). Additionally, Russia considers that most States already count with sufficient criminal legislation to ensure effective cooperation, and that all accusations against UN staff should be in accordance to international law and handled by the domestic law of the alleged perpetrator (United Nations 2013c). Russian representatives at the Legal Committee have defended that the UN staff's legal status should also be respected and that the proper legal procedure should be followed without unfair punitions (United Nations 2017c). The State is open to the discussion of a legally binding document at the Committee, but the delegates have emphasized that such an instrument is not needed (United Nations 2013c).

Saudi Arabia expressed its support for the UN Zero-Tolerance Policy, as well as encouraged the drafting of legislation that would ensure criminal accountability for the Organization's officials and experts on mission and called for a UN human rights system that may apply to peacekeeping missions. The State also emphasized the importance of training personnel (United Nations 2017e).

South Africa's municipal law adopts the nationality principle in order to establish jurisdiction over crimes under the Sexual Offenses and Related Matters Act, when such offenses are committed either by citizens or individuals ordinarily residing in South Africa. The jurisdiction *ratione personae* over crimes committed extraterritorially is over South African Nationals and the *ratione materiae* compose the aforementioned Act (United Nations 2017b). In 2015, South Africa was ranked the 8th largest African contributor of uniformed peacekeepers, with over 2000 officials deployed in mission (Providing for Peacekeeping 2015). South African peacekeepers were found guilty of more than 1000 cases of misconduct between 2002 and 2006 occurred in Burundi and the Democratic Republic of the Congo and 230 criminal cases for allegations of assault, theft, rape and murder (*Ibid*). At the Legal Committee, South African representatives have spoken in association with the Non-Aligned Movement and the African Group, supporting a draft convention on the issue of criminal accountability of UN officials and experts as a long-term measure. A short-term effort defended by the country would be the attempt to close the jurisdictional gap between Member States, with the adoption of national legislation, speaking against

the immunity of these officials (United Nations 2013c). South Africa also supports the UN's Zero-Tolerance Policy, particularly towards sexual exploitation and abuse, and encouraged States to improve pre-deployment training, including the adoption of vetting procedures for the trainees (United Nations 2015b; United Nations 2017c). Moreover, the State defends the predominant role in the investigation and prosecution of the alleged perpetrator should be of the State of nationality, in opposition to the host state (United Nations 2014).

Sudan, as South Africa, also associates itself with the Non-Aligned Movement, defending no exceptions to the Zero-Tolerance Policy. The Sudanese representative expressed concern for the allegations of sexual exploitation, abuse and even killings committed by UN personnel and encouraged the exchange of information and transparency among the United Nations, the Secretary-General and the host country in order to combat impunity. The delegate hoped that the lifting of long-standing unilaterally imposed sanctions would signify an increase of Sudan's participation in the international community (United Nations 2017d). Sudan has been involved in allegations of criminal conduct by United Nations personnel before: the Sudanese north-south civil war began in 1983, leaving a trail of over 2 million death and over 600,000 refugees. After two decades of war, a peace agreement was established in 2005, culminating in Security Council Resolution 1590 of 2005 which established the United Nations Mission in Southern Sudan known as UNMIS (United Nations 2018b). In 2007, a series of allegations of sexual exploitation and abuse perpetrated by UN personnel working in the peacekeeping mission became known in the international community. The claims mentioned hundreds of children victimized by peacekeepers. Despite the multiple serious claims and investigation by the Sudanese government, the UNMIS coordination denied the veracity of all allegations and no case was brought to trial (The Telegraph 2007). The new South Sudan UN mission in 2013 has also been affected by multiple new claims of sexual exploitation and abuse committed by peacekeepers (PeaceLab 2017).

Sweden's provisions for jurisdiction are territoriality, nationality, protective principle and universality. The prerequisites for the application of extraterritorial jurisdiction are those established by national law, the double criminality, the *ne bis in idem* principle and the permission to prosecute required by a specific government official (United Nations 2017b). The Swedish municipal law allows the application of civilian law, along with the use of civilian courts, for the processing of its military personnel (United Nations 2017b). The State's representative at the Legal Committee, siding with other Nordic countries, has reaffirmed in previous sessions the need for greater feedback from the Member States to the UN'S Office of Legal Affairs regarding the cases of criminal conduct within the UN staff (United Nations 2014; United Nations 2015b). Sweden supports the development of an international convention on the issue and the creation of an intercessional ad hoc committee to discuss the contents of such legally binding instrument (United Nations 2015b). Additionally, the country's representatives emphasized all countries should be required to establish jurisdiction to investigate and prosecute crimes committed by their national while serving as UN officials and experts on mission (United Nations 2017e). Sweden has dealt with cases of Swedish peacekeepers sexually exploiting and abusing women and children since the UN missions in Bosnia and Kosovo, having already convicted some of those peacekeepers. However, the Swedish strategy to

prevent these cases seems to be lacking in efficiency, as more allegations are brought to the attention of the international community (Gustafsson 2005).

Turkey has yet to provide its national jurisdiction standards to the Secretary--General (United Nations 2017b). Nevertheless, Turkey has contributed with several deployments in the last 20 years, mainly in Cyprus, Afghanistan and Bosnia-Herzegovina as part of its peacekeeping foreign policy (Providing for Peacekeeping 2012). Regarding to allegations of criminal conduct from Turkish UN staff, there have been one appointment of a police chief suspect of torture in the United Nations Mission in Sudan, who is now being criminally investigated. Turkey's current president Recep Tayyip Erdoğan has either purged or jailed almost all of the police officers with previous UN mission experience as part of its government campaign of persecution (Stockholm Center for Freedom 2017).

The **United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland** was once the United Nations top contributing country in peacekeeping missions. However, since 1995, after the UN Protection Force in Bosnia, the country's participation has been declining, even though the United Kingdom is still one of the top personnel and financial contributors in Europe, with over 300 uniformed peacekeepers and hundreds of other deployments in Afghanistan, Iraq, Bosnia, Ukraine, Sierra Leone, Somalia and Kenya. In 2012, the United Kingdom announced the Prevention of Sexual Violence Initiative, in an attempt to protect civilians, prevent and respond to sexual and gender-based violence in the United Nations and the African Union (Providing for Peacekeeping 2016a).

The **United States of America's** grounds for applying jurisdiction are the nationality and territoriality principles (United Nations 2017b). During previous sessions, the United States representative had highlighted the decrease of US nationals serving as United Nation officials who were under investigation or prosecution (United Nations 2013c). The representative noted that an international convention that merely solved the gaps in jurisdiction would not be sufficient to guarantee prosecution of those crimes, given the existence of other impediments to accountability, those being "political will, the resources or expertise to prosecute cases effectively or local laws that did not address the age of consent adequately" (*Ibid*). In fact, the United States' support a multilateral convention has been unsteady over the years, as its representatives in the Legal Committee frequently express doubt over the actual efficiency and effectiveness of a convention to the issue (United Nations 2014; United Nations 2015b; United Nations 2017c). The state does support, however the collection and exchange of information of the allegations made, as well as the requests to waive immunity, while urging other nations to provide information to the UN in order to analyze the actual gaps in jurisdiction and legislation among member states (United Nations 2014). The United States has also previously condemned the underreporting of sexual exploitation and abuse in peacekeeping missions and the lack of enforcement on prohibitions against transactional sex and exploitative sexual relationships between UN personnel and members of the host populations (United Nations 2015). Additionally, the state has reaffirmed the need to promote accountability not only for crimes involving sexual exploitation and abuse, but also fraud, corruption and theft committed by officials and experts on mission (United Nations 2017e).

Uruguay stood as the largest troop-contributing country from the Americas in the last decade, with most of its uniformed peacekeepers allocated in missions on

the Democratic Republic of the Congo and Haiti. The country's reputation, however, was damaged by a series of allegations of abuse committed by Uruguayan peacekeepers appearing first in Bosnia in 2003, and later in 2011 during the MINUSTAH, which prompted Uruguayan authorities to remove the five accused peacekeepers from the mission and hence put they under investigation. The withdrawing of peacekeepers did not satisfy the Haitian population, who demanded through protests the complete removal of Uruguayan blue helmets. In a national level, these allegations have also caused further discomfort with the country's military, which is frequently targeted by human rights groups since its democratization in 1984. After the Inter-American Court of Human Rights decision in 2011 regarding the Gelman vs. Uruguay case, the country's Congress approved a law that removed the amnesty granted to officers, protecting them from prosecution (Providing for Peacekeeping 2016d).

6 QUESTIONS TO PONDER

When approaching the topic of criminal accountability of United Nations officials and experts on mission, with the purpose of reaching a consensus in creating effective measures to ensure that the existent accountability gap is satisfied, the representatives in the Legal Committee are invited to consider the following questions in their deliberations:

I. Why has the international community so far failed to hold UN officials and experts on missions accountable for crimes committed in function?

II. How to ensure that the immunities enjoyed by UN officials and experts on missions do not prevent them from being criminally prosecuted?

III. How can the existent jurisdictional gap be solved?

IV. How to impose measures to ensure the criminal prosecution and accountability of UN officials and experts on mission?

V. How to ensure and increase inter-state cooperation in the conduction of investigations and judicial proceedings?

REFERENCES

Argentina. Argentina Ministry of Foreign Affairs. 2017. "Statement of Argentina by Ambassador García Moritán at the May 15 Security Council Open Debate on Sexual Violence in Conflict". Available at http://www.peacewomen.org/sites/default/files/StatementofArgentinaattheMay15DebateonSexualViolenceinConflict.pdf

———. 2016. "Statement on Behalf of the Community of Latin American and Caribbean States, Celac on Agenda Item 75: Criminal Accountability of United Nations Officials and Expert Mission". Available at: http://enaun.mrecic.gov.ar/en/content/statement-behalf-community-latin-american-and-caribbean-states-celac-agenda-item-75-criminal

BBC News. 2012. "UN police in Haiti accused of sexual abuse". https://www.bbc.com/news/world-latin-america-16693441

Brazil. Ministry of Foreign Affairs. 2018. *Brazil's participation in United Nations peacekeeping operations*,http://www.itamaraty.gov.br/en/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/6283-brazil-s-participation-in-the-united-nations-peacekeeping-opera-

tions

Carlson, Scott N. 2006. *Legal and Judicial Rule of Law Work in Multi-Dimensional Peacekeeping Operations: Lessons-Learned Study*. Report for the Peacekeeping Best Practices Section on March 2006. New York: United Nations Department on Peace Keeping Operations.

Code Blue Campaign. 2017. "Code Blue responds to new allegations of sexual abuse in MONUSCO". http://www.codebluecampaign.com/press-releases/2017/11/17.

Convention on the Privileges and Immunities of the United Nations, New York, 13 February 1946, *United Nations Treaty Series*, vol. 1, No 4, p. 15, and vol. 90, p. 327. Available at http://www.un.org/en/ethics/pdf/convention.pdf

Crawford, James. 2012. *Brownlie's Principles of Public International Law*. 8th. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press.

Cryer, Robert et al. 2010. *An Introduction to International Criminal Law and Procedure*. 2nd. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press.

Defeis, Elizabeth F. 2008. "U.N. Peacekeepers and Sexual Abuse and Exploitation: An End to Impunity". *Washington University Global Studies Law Review* 7 (2): 185-214. Available at https://goo.gl/RL9Dz9

Durch, William J., Katherine N. Andrews, Madeline L. England, with Matthew C. Weed. 2009. Improving Criminal Accountability in United Nations Peace Operations: Report from the project on rule of law in post-conflict settings future of peace operations program. Washington, DC: The Henry L. Stimson Center.

European Court of Human Rights. 2013. *Complaint about UN's immunity from national jurisdiction in civil case concerning Srebrenica massacre declared inadmissible.* Press Release of June 27, 2013. Available at https://hudoc.echr.coe.int/app/conversion/pdf/?library=ECHR&id=003-4416460-5307356&filename=003-4416460-5307356.pdf.

Fung, Courtney J. United States Institute of Peace. 2016. China's troop contributions to U.N peacekeeping. Last modified July 26, 2016. Available at https://www.usip.org/publications/2016/07/chinas-troop-contributions-un-peacekeeping#

Gustafsson, Daniel. 2005. *Peacekeeping and Prostitution*: A Case Study of the Swedish Experience from Kosovo and Bosnia. Sweden: University of Lund. Available at https://goo.gl/15hfwf.

The Hague Justice Portal. 2008. *Srebrenica in summary, an overview of the legal proceedings relating to the 1995 genocide* (August 7, 2008). Available at http://www.haguejusticeportal.net/index.php?id=9564.

———. 2018. "Mothers of Srebrenica" Available at http://www.haguejusticeportal.net/index.php?id=9659.

The Independent. 2005. "Sex and the UN: When Peacemakers Become Predators". https://www.independent.co.uk/news/world/africa/sex-and-the-un-when-peacemakers--become-predators-486170.html.

International Court of Justice, 1989. *Applicability of Article VI, Section 22, of the Convention on the Privileges and Immunities of the United Nations*, Advisory Opinion, I.C.J. Reports 1989, p. 177

———. 2002. Arrest Warrant of 11 April 2000 (Democratic Republic of the Congo v. Belgium), Joint separate opinion of Judges Higgins, Kooijmans and Buergenthal, I.C.J Reports 2002, p. 63.

Kanetake, M. 2012. "The UN zero tolerance policy's whereabouts: on the discordance between politics and law on the internal-external divide". *Amsterdam Law Forum* 4 (4): 51-61. https://dare.uva.nl/search?identifier=670b4f31-3e60-4c55-b6bf-f5875aa0160b

O'Brien, Melanie. 2010. "Issues of the Draft Convention on the Criminal Accountability of United Nations Officials and Experts on Mission". *International Law and Armed Conflict: Challenges in the 21st Century*. The Hague: T.M.C Asser Press.

PeaceLab. 2017. Mission Impossible? Lessons from UN Peacekeeping in South Sudan. Last modified 8 June 2017. Available at https://peacelab.blog/2017/06/mission-impossible-lessons-from-un-peacekeeping-in-south-sudan

Permanent Court of International Justice. 1927. *The Case of the S.S. Lotus* (*France v. Turkey*).

Judgement of 7 September 1927. Available at: http://www.worldcourts.com/pcij/eng/decisions/1927.09.07_lotus.htm.

Providing for Peacekeeping. 2013. Peacekeeping Contributor Profile: India. Last updated January 2013. http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-india/

———. 2015. Peacekeeping Contributor Profile: South Africa. Last updated September 2015. http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-south-africa/

———. 2016a. Peacekeeping Contributor Profile: United Kingdom. Last updated August 2016. http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-the-united-kingdom/

———. 2016b. Peacekeeping Contributor Profile: France. Last updated May 2016. http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-france/

———. 2016c. "Peacekeeping Contributor Profile: Democratic Republic of the Congo". http://www.providingforpeacekeeping.org/2016/01/14/peacekeeping-contributor-profile-democratic-republic-of-the-congo/.

———. 2016d. "Peacekeeping Contributor Profile: Uruguay".

———. 2017a. Peacekeeping Contributor Profile: South Africa. Last updated April 2017. http://www.providingforpeacekeeping.org/2017/04/13/peacekeeping-contributor-profile-italy-2-2017/

———. 2017b. "Contributor Profile: Ethiopia". http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-ethiopia/.

Snyder, Mark. 2017. "UN SEA: Sexual exploitation and abuse at the hands of the United Nation's stabilization mission in Haiti". http://cepr.net/images/documents/UN-SEA_11JAN17_FINAL.pdf

Supreme Court of the Netherlands, First Chamber, Judgement of 6 September 2013, *The State of the Netherlands (Ministry of Defense and Ministry of Foreign Affairs) v. Hasan Nuvanovic*. https://www.rechtspraak.nl/Organisatie-en-contact/Organisatie/Hoge-Raad-der-Nederlanden/Supreme-court-of-the-Netherlands/Documents/12%2003324.pdf.

The Telegraph. 2007. UN staff accused of raping children in Sudan. Last modified January 2, 2007. Available at https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/1538476/UN-staff-accused-of-raping-children-in-Sudan.html

Thoms, Anna. 2014. "Criminal accountability of UN officials serving in peacekeeping operations-with focus on sexual exploitation and abuse". Masters thesis. Uppsala University.

United Nations. 1946. "Privileges and Immunities of the Staff of the Secretariat of the United Nation". Resolution A/RES/76(I) adopted by the General Assembly on 14 December 1946. New York: United Nations General Assembly.

———. 2003. Secretariat, Secretary-General's Bulletin: Special measures for protection from sexual exploitation and sexual abuse, ST/SGB/2013/13 (9 October 2003), available at https://undocs.org/ST/SGB/2003/13

———. 2004. "Probe launched into sexual abuse allegations against UN mission staff in DR of Congo". https://news.un.org/en/story/2004/05/102792-probe-launched-sexual-abuse-allegations-against-un-mission-staff-dr-congo.

———. 2005a. "A comprehensive strategy to eliminate future sexual exploitation and abuse in United Nations peacekeeping operations". U.N. Doc. A/59/710. New York: United Nations General Assembly.

———. 2005b. "Report of the Special Committee on Peacekeeping Operations and its Working Group at the 2005 substantive session". U. N. Doc. A/59/19. New York: United Nations General Assembly.

———. 2006a. "Report of the Group of Legal Experts on ensuring the accountability of United Nations staff and experts on mission with respect to criminal acts committed in peacekeeping operations". U.N. Doc. A/60/980. New York: United Nations General Assembly.

———. 2006b. "Criminal accountability of United Nations officials and experts on mission" Resolution A/RES/61/29 adopted by the General Assembly on 18 December 2006. New York: United Nations General Assembly.

———. 2007. "Report of the Ad Hoc Committee on criminal accountability of United Nations officials and experts on mission". U.N. Doc. A/62/54. New York: United Nations General Assembly.

———. 2008a. "Report of the Ad Hoc Committee on criminal accountability of United Nations officials and experts on mission". U.N. Doc. A/63/54. New York: United Nations General Assembly.

———. 2008b. "Criminal accountability of United Nations officials and experts on mission" Resolution A/RES/62/63 adopted by the General Assembly on 8 January 2008. New York: United Nations General Assembly

———. 2008c. "United Nations General Assembly Sixth Committee: Sixth-third session". Available at http://www.un.org/en/ga/sixth/63/63_SUMMARY.pdf

———. 2009. "Criminal accountability of United Nations officials and experts on mission" Resolution A/RES/63/119 adopted by the General Assembly on 15 January 2009. New York: United Nations General Assembly.

———. 2010. "Criminal accountability of United Nations officials and experts on mission" Resolution A/RES/64/110 adopted by the General Assembly on 15 January 2010. New York: United Nations General Assembly.

———. 2011. General Assembly Security Council, Letter dated 9 November 2011 from the Permanent Representative of Brazil to the United Nations addressed to the Secretary-General, A/66/551-S/2011/701, (11 November 2011), available at http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/66/551

———. 2012. "Criminal accountability of United Nations officials and experts on mission" Resolution A/RES/66/93 adopted by the General Assembly on 13 January 2012. New York: United Nations General Assembly.

———. 2013a. "Criminal accountability of United Nations officials and experts on mission" Resolution A/RES/67/88 adopted by the General Assembly on 14 January 2013. New York: United Nations General Assembly.

———. 2013b. "Criminal accountability of United Nations officials and experts on mission" Resolution A/RES/68/105 adopted by the General Assembly on 18 December 2013. New York: United Nations General Assembly.

———. 2013c. "Criminal Acts by United Nations Officials, Experts on Mission Must Not Go Unpunished, Sixth Committee Told as Debate Begins". Available at https://www.un.org/press/en/2013/gal3460.doc.htm

———. 2014. Meeting Coverages and Press Releases, *Criminal Accountability of United Nations Officials, Experts on Mission Critical to Organization's Credibility, Legal Committee Stresses in Debate.* GA/L/3485, 22 October 2014, https://www.un.org/press/en/2014/gal3485.doc.htm

———. 2015a. "Criminal accountability of United Nations officials and experts on mission" Resolution A/RES/70/114 adopted by the General Assembly on 18 December 2015. New York: United Nations General Assembly.

———. 2015b. *'Small Number' Of Officials, Experts on Mission Who Commit Crimes, Damage Organization's Reputation Must Be Held to Account, Sixth Committee Hears*. GA/L/3500, 16 October 2015, https://www.un.org/press/en/2015/gal3500.doc.htm.

———. 2016. "Criminal accountability of United Nations officials and experts on mission" Resolution A/RES/71/134 adopted by the General Assembly on 18 December 2016. New York: United Nations General Assembly.

———. 2017a. "Annotated preliminary list of items to be included in the provisional agenda of the seventy-second regular session of the General Assembly" U.N. Doc. A/72/100 adopted by the General Assembly on 15 June 2017. New York: United Nations General Assembly.

———. 2017b. "Criminal accountability of United Nations officials and experts on mission" Resolution A/RES/72/112 adopted by the General Assembly on 18 December 2017. New York: United Nations General Assembly.

———. 2017c. "Note to Correspondents on Voluntary Compact on Preventing and Addressing Sexual Exploitation and Abuse". Note of the Secretary-General of 29 September 2017. Available at https://www.un.org/sg/en/content/sg/note-correspondents/2017-09-29/note-correspondents-voluntary-compact-preventing-and.

———. 2017d. General Assembly, Special measures for protection from sexual exploitation and abuse: a new approach, Report of the Secretary-General, A/71/818 (28 February 2017), available at https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/sg_report_a_71_818_special_measures_for_protection_from_sexual_exploitation_and_abuse.pdf

———.2017e. "Criminal accountability for United Nations officials and experts on mission. Statement by the permanent mission of El Salvador to the United Nations on behalf of the Community of Latin America and Caribbean States (CELAC)". Available at: http://enaun.mrecic.gov.ar/en/criminal-accountability-united-nations-officials-and-experts-mission

———. Peace Women. 2018a. "Special Committee on Peacekeeping Operations (C34)". http://www.peacewomen.org/content/special-committee-peace-keeping-operations-c34.

———. 2018b. United Nations Mission in Sudan-UNMIS Background. Available at https://peacekeeping.un.org/mission/past/unmis/background.shtml. Accessed on 25 June 2018

United Nations, General Assembly, Report of the Office of Internal Oversight Services on its investigation into allegations of sexual exploitation and abuse in the Ituri region (Bunia) in the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo, A/61/841 (5 April 2007b), available from http://repository.un.org/bitstream/handle/11176/166198/A_61_841EN.pdf?sequence=3&isAllowed=y.

United Nations. 2013c. "Criminal Acts by United Nations Officials, Experts on Mission Must Not Go Unpunished, Sixth Committee Told as Debate Begins". https://www.un.org/press/en/2013/gal3460.doc.htm.

United Nations. 2018c. "UN Missions Conduct: Table of Allegations".https://conduct.unmissions.org/table-of-allegations.

United Nations. 2018d. "United Nations Mission in Ethiopia and Eritrea: About". https://unmee.unmissions.org/about.

United Nations. 2018e. "MINUSTAH Fact Sheet". https://peacekeeping.un.org/en/mission/minustah

The Washington Post. 2004. "U.N Says Its Workers Abuse Women in Congo". http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A15363-2004Nov26.html.

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v. 6 2018 | p. 516 - 563

EXPULSION OF ALIENS (NON-NATIONALS)

Felipe Gobatto Scheibler[1]
João Fontanari Barbosa[2]
Patrício Alves de Souza[3]

ABSTRACT

The discussion over the topic of the expulsion of aliens – the act performed by a State of compelling a non-national to leave its territory – has gained increased importance. Despite the importance of the issue of setting clear parameters to the sovereign prerogatives of States to expel non-nationals and of the guarantees of individuals being subjected to expulsion, to date, there is still no comprehensive international treaty on the topic in force at the universal level. Therefore, the question of whether such development in the field of international law is feasible remains open. This is due especially to this topic's complexity and to the sensitivities of many states in dealing with the subject, central to national migration policies and domestic legislations. At the United Nations level, the efforts in drawing rules over the expulsion of aliens and codifying them have been led by its International Law Commission (ILC), and resulted, in 2014, in the adoption of the final version of the Draft Articles on the Expulsion of Aliens. A result of years of work, this document attempts to draw some basic rules on the grounds for expulsion, individuals protected from expulsion, the mode of performing this act and how individuals being subjected to expulsion may challenge it. The central question that is now posed to the Sixth Committee of the UN is whether the ILC Draft Articles should become hard law or remain as general guidelines for interpretation only. Underlying this main issue are themes such as protected persons, prejudice, and persecution, national security, procedural rights of individuals against States and the responsibility of States.

1 Felipe is a fourth-year student of Law at UFRGS and Assistant-Director at the Legal Committee.
2 João is a fifth-year student of Law at UFRGS and Director at the Legal Committee.
3 Patrício is a fifth-year student of Law at UFRGS and Director at the Legal Committee.

1 INTRODUCTION

According to the most recent United Nations International Migrations Report, as of 2017, an estimate of 258 million people lived in a country other than that where they were born and thus qualify as international migrants (United Nations 2017a). Insofar as they do not hold the status of national of their host state, international migrants are within the category of non-nationals, or aliens, which comprises a wide range of different people and different causes for the international human mobility situation, ranging from economic immigrants, in search of jobs, opportunities and quality of life, to forcibly displaced persons, such as refugees and asylum seekers, who are compelled to leave their homes to escape from persecution or armed conflicts in their home countries (Weissbrodt 2008; United Nations 2017a). It is important to notice that there are also aliens who cannot be identified as international immigrants, such as foreign workers with a temporary residence permit, exchange students, business visitors or tourists (Weissbrodt 2008).

Indeed, in the context of globalization and capitalist market economy, international human mobility has become a relevant topic in nearly every corner of an increasingly interconnected world (United Nations 2017a). Nevertheless, whereas the free movement of goods, services, capital and people are indeed the hallmarks of market economy, some states have shown little receptiveness specifically towards the free movement of people (Weissbrodt 2008). Notwithstanding, according to the United Nations, there are perceivable benefits that migration, supported by appropriated policies, can bring, namely in terms of "inclusive and sustainable economic growth and development" (United Nations 2017a, online) for both home and host communities, either by sending financial remittances to home countries, which in 2016 alone made up to USD 416 billion worldwide, as by filling crucial labour gaps, creating jobs as entrepreneurs and by paying taxes and social security contributions in the host countries (United Nations 2017a).

Having said that, the central point of the debate on migration domestic policies and legislations revolves today around the socioeconomic causes, dynamics and effects of international migrations, where the policy-makers and other actors involved in the political debate put forward rival claims, based on different empirical assertions on these causes, effects and consequences of migration (Boswell et al. 2011). These assertions include "claims about the numbers of immigrants entering or leaving a particular country, how long they are staying, what kind of work they undertake, their impact on the welfare system or the ability of migrants to 'integrate' into the societies in which they live" (Boswell et al. 2011, 1). Indeed, such rival knowledge claims create what a number of scholars have termed "policy narratives", which play a determinant role in shaping public policies in general and in the field of legal treatment of non-national in particular[4] (Boswell et al. 2011). In this order of ideas, the legal treatment given to aliens, that is, of non-nationals of the state in which they are present, particularly with regards to their expulsion procedures, is in many countries still a controversial subject at the level of domestic public policy debate, and consequently at the levels of national and international law (Harris and

4 Most interestingly, whereas this knowledge and the worldviews and beliefs underpinning it shape the perceptions of the particular interests of society's sectors, these interests in turn also influence how the knowledge will be produced and deployed (Boswell et al. 2011).

Sivakumaran 2015; Murphy 2013).

For instance, in the recent years alone, the deportation of undocumented aliens has, once again, made up the headlines on the political debate in the United States. Even though immigration policy was one of the most controverted matters surrounding an eventual Trumps then candidacy during the elections of 2016, during Obama's administration alone more than 2.5 million migrants were deported during the eight years of his term, more than any other president in American history (The Guardian 2016). Furthermore, although Obama fostered an immigration reform in Congress, which was stopped by Republican opposition (The New York Times 2016), his administration more than doubled the number of border patrol agents, also contracting a huge prison company to tackle the imprisonment of migrants (The Guardian 2016). Nevertheless, the current situation is likely to continue in this path, for President Trump's election fostered the creation of a complicated scenario for migrants and other aliens, as a number of measures were taken in order to hamper migration processes into the United States since his accession to the Presidency (The Independent 2017).

From the standpoint of international human rights law, aliens are generally in a situation of vulnerability, as they usually receive different treatment in relation to the nationals of a country, either because the domestic laws allow for different treatment on the basis of nationality or because of structural inequalities, which in practice end up conditioning or limiting the access of aliens to their rights and to services provided by the state (Inter-American Court of Human Rights 2003). This situation of vulnerability is sometimes aggravated by manifestations of prejudice by the local population, such as xenophobia, racism and ethnic discrimination – social phenomena that are often intensified within certain sectors of a society during periods of social and political instability or of economic hardship (Inter-American Court of Human Rights 2003; Weissbrodt 2008).

Considering, for instance, the situation of the Rohingya ethnic Muslim minority in Myanmar, whose increasing persecution after the most recent escalation of violence in that country has led massive human displacement, which in turn amounted to a regional humanitarian crisis in Southeast Asia. Since August 2017, an estimate of 700,000 Rohingyas that lived in Myanmar were forcibly displaced to neighbouring countries, namely Bangladesh (BBC 2018a). In that context, the Rohingya were described by the Director of the United Nations Migration Agency as "one of the most persecuted peoples in the world" (International Organization for Migration 2017, online). Furthermore, since Myanmar's independence the Rohingya were denied the right to citizenship, which has effectively rendered them stateless persons (Albert 2018; Al-Jazeera 2018; Kipgen 2014). As such, the Rohingya cannot lose their nationality, as they have none. Inasmuch as the right to citizenship has been formally denied to the Rohingyas, these persons are in a situation of extreme vulnerability: they have been stripped out of any of the rights, guarantees and, contrastingly, even the penalties entailed by the right to citizenship, such as the formal procedure of expulsion. Indeed, the complexity of the Rohingya crisis in Myanmar lies fundamentally in the fact that they have long been stateless persons within Myanmar's state (Kipgen 2014).

The cases of the United States and of Myanmar are but a couple of contemporary examples of situations in which the issue of expulsion of non-nationals is pres-

sing, shedding an interesting light to many of its underlying problems. It is not our objective in this paper, however, to make an extensive analysis of cases of expulsion of aliens in these or in other countries. This is due to the fact that the expulsion of aliens is a reality within countless legal systems that operate in very different factual contexts all around the Globe. Nevertheless, these examples do shed an insightful light on the central discussion of this article throughout the following sections, which will not focus on the political, but rather on the legal aspects and implications of the expulsion of aliens. As we are going to see in the next section, the right of a state to expel the foreigners under its jurisdiction is not unlimited, but instead has its parameters and limits set by International Law.

2 STATEMENT OF THE ISSUE

In 2014, the International Law Commission[5] (ILC) adopted the Draft Articles on the Expulsion of Aliens (Draft Articles), which "marked an important stage in the development of international law relating to migration" (Neuman 2017, 3), being the "first real set of draft articles adopted so far by the Commission in the field of human rights" (Forteau 2017, 32). Even though the ILC's Draft Articles do not constitute a binding international treaty, following the mandate of the ILC, they aim at both codification and progressive development of fundamental rules on the topic (International Law Commission 2014), thus providing a very accurate and complete conceptual framework for the discussion on this topic.

That being said, the term "alien" is defined in the Draft Article 2 (b) as "any individual who does not have the nationality of the State in whose territory the individual is present" (International Law Commission 2014, Art. 2 (b)), comprising both individuals with the nationality of a different state or without the nationality of any state, the stateless persons (International Law Commission 2014). The Draft Articles are, therefore, applicable to the expulsion by a state of any aliens that are present on its territory, with the express exception of those non-nationals that enjoy privileges and immunities under International Law, such as persons under diplomatic or consular protection, as seen in Draft Article 1 (2)[6] (International Law Commission 2014).

5 The International Law Commission (ILC) consists of a group of thirty-four experts of different states on the field, subordinate to the United Nations General Assembly, and created by General Assembly Resolution 174 during its second session (United Nations 1947). The ILC was preceded in the League of Nations by the Committee of Experts for the Progressive Codification of International Law, whose work culminated in the League of Nations Codification Conference of 1930, greatly advancing the consolidation of international law in the themes of nationality, territorial waters, and the responsibility of states for damage caused to foreigners and their property (International Law Commission 2017). It was established with the goal of codifying and developing international law, which it does by issuing reports and formulating draft articles, even having concluded a draft statute for a future international criminal court (International Law Commission 1994).

6 Under Draft Article 1 (2), aliens who enjoy privileges and immunities under international law would be excluded from the protection of the Draft Articles, precisely "because of the existence of [these] special rules of international law governing the conditions under which they can be compelled to leave the territory of the State in which they are posted" (International Law Commission 2014, para. (4) of commentary to Art. 1). Furthermore, the state of nationality of the alien being subject to expulsion would also be allowed, under Draft Article 31, to exercise diplomatic protection in relation to the alien in question, pursuant to the rules and conditions set forth by the well-established legal regime of diplomatic protection (International Law Commission 2014). The fundamental rationale underlying the law of immunities, of which the primary source is the 1961 Vienna Convention on Diplomatic Relations (VCDR), is the idea that the territorial state, in respect for the sovereign equality of states, should refrain from exercising its jurisdiction over the individuals present on its territory who are protected by such immunities (Henriksen 2017).

Due to the broad scope of the Draft Articles in the particularly sensitive field of migration policy and law, such project faced the opposition of many states (Forteau 2017; United Nations 2018). These responses were, arguably, not only because of resistances towards progressive developments in international migration law, but also due to "the difficulty in reconciling the Draft Articles with existing multilateral treaties at both a universal and regional level" (Forteau 2017, 30). On top of that, some states have challenged the necessity of elaborating a multilateral treaty based on the Draft Articles, namely because of "divergences of opinion and [the] still evolving character of many aspects of the Draft Articles" (United Nations 2018, online), with some delegations suggesting the Draft Articles should take the form of a set of guiding principles, instead (United Nations 2018).

Furthermore, it is worth noting that the Draft Articles, due to their purpose, inevitably overlap with the existing international treaties in the field of human rights (Forteau 2017), such as the International Covenant on Civil and Political Rights (ICCPR)[7] or the Convention against Torture and Other Cruel, Inhuman or Degrading Treatment or Punishment (UNCAT)[8]. For that reason, the ILC sought to reconcile the Draft Articles and existing norms of international law by determining, in Draft Article 3, that "[e]xpulsion shall be in accordance with the present draft articles, *without prejudice* to other applicable rules of international law, *in particular* of human rights" (International Law Commission 2014, Art. 3, our highlights). The purpose of the "without prejudice" clause, in the second part of Draft Article 3, is to allow the cumulative application of the Draft Articles and existing treaties, indicating that the expulsion of aliens should comply with both sets of rules (Forteau 2017).

In this context, it is also worth noting that the ILC is concerned in ensuring the language used in the Draft Articles is consistent with the language incorporated in existing international treaties, by "paying lip service to the wording of existing treaties" (Forteau 2017, 33). This drafting technique has been long used by ILC and was indeed employed in some of the Draft Articles (Forteau 2017). This technique seeks, on the one hand, to prevent inconsistencies with the already existing body of international law that would result from a "creative" approach to the drafting process; on the other hand, such technique is only used "to the extent that it does not prevent any progressive development of international law that the ILC may be willing to recommend" (Forteau 2017, 34).

In light of the aforementioned, along the following subtopics, we will firstly explore the sources of international law with an emphasis in the distinction between treaties and guidelines as to their natures and effects. Secondly and advancing to the substantive matter of this topic, we will seek to conceptualize the right of

7 The 1966 International Covenant on Civil and Political Rights (ICCPR) is a key human rights treaty, which deals with a wide range of civil and political rights and liberties (Henriksen 2017). The ICCPR, together with the Universal Declaration of Human Rights (UDHR) and the International Covenant on Economic Social and Cultural Rights (ICESCR), constitute the International Bill of Human Rights. The Covenant was adopted by the U.N. General Assembly in 1966 and came into force in 1976. The ICCPR has 172 states parties as of 30 August 2018.

8 The UNCAT is a "human rights treaty specifically designed to ensure protection of the right to be free from torture and ill-treatment" (Rodley 2018, 167), insofar as it mandates a global prohibition on torture and other acts of cruel, inhuman, or degrading treatment or punishment and creates an instrument to monitor governments and hold them to account. The UNCAT was adopted by the U.N. General Assembly on 10 December 1984 and came into force on 26 June 1987. As of 30 August 2018, the UNCAT has 163 states parties.

expulsion, pursuant to the definition given by the International Law Commission, analysing what are the requirements and grounds for its lawfulness. Thirdly, we will turn our attention to the hypotheses in which, according to the ILC's Draft Articles, expulsion of non-nationals should be prohibited under international law. Finally, we will present what the substantive and procedural rights of aliens being subject to expulsion are, as well as the legal consequences of expulsion for the expelling states.

2.1 SOURCES OF INTERNATIONAL LAW AND THE DISTINCTION BETWEEN HARD AND SOFT LAW

Before beginning the analysis of the ILC Draft Articles on the Expulsion of Aliens, we will discuss, in the following section, what are the sources of international law, with an emphasis on treaties and customary international law and the interrelation between those two sources. In addition to that, it will also be explained the distinction between the concepts of "hard law" and "soft law". This section is not intended to be an exhaustive analysis, but rather a superficial overview on sources of international law that seeks to provide important subsides for this topic's central discussion.

2.1.1 SOURCES OF INTERNATIONAL LAW AND THE INTERRELATION BETWEEN TREATIES AND CUSTOM

As it happens in any other branch of law, when looking for the content of international law, one should look at its sources, that is, the set of rules that constitute the international legal system (Henriksen 2017). Indeed, a legal source informs us what substantively constitutes the law and provides us with the basis of the correspondent legal obligation (Chinkin 2018). Furthermore, from a practical perspective, the sources of international law serve as "the argumentative tools available to the international lawyer" (Henriksen 2017, 22). Nevertheless, uncovering the law is not an easy task in the field of public international law. This is due to the "lack of a universal legislature and a system of courts with compulsory jurisdiction" and to the fact that "international law is a decentralized legal system, [thus one in which] legal obligations may derive from more than one particular source" (Henriksen 2017, 21).

To date, the most significant attempt to specify the sources of public international law (Crawford 2012) remains the Article 38 (1) of the Statute of the International Court of Justice (ICJ and ICJ Statute), which reads as follows:

> 1. The Court, whose function is to decide in accordance with international law such disputes as are submitted to it, shall apply:
> a. international conventions, whether general or particular, establishing rules expressly recognized by the contesting states;
> b. international custom, as evidence of a general practice accepted as law;
> c. the general principles of law recognized by civilized nations;
> d. subject to the provisions of Article 59, judicial decisions and the teachings of the most highly qualified publicists of the various nations, as subsidiary means for the determination of rules of law. (International Court of Justice 1945, Art. 38 (1)).

The list set forth in Article 38 (1) reflects the formally recognized sources of international law[9], of which the most important are the international treaties, or conventions (Crawford 2012), in so far as they represent "the most direct and formal way for states to create right and obligations under international law" (Henriksen 2012, 23). Considering that what constitutes the legal basis of treaty-based obligations is the consent of states to be bound by the treaty, it can only create obligations for the consenting states and, once in force, the state that has consented to be bound must perform it in good-faith, in accordance with the principle *pacta sunt servanda*[10] (Crawford 2012; Henriksen 2017).

It is worth noting that international human rights law as it stands today derives primarily from universal and regional multilateral treaties, which can also be termed as conventions, charters, covenants, protocols, pacts, or even statutes, though the different nomenclature does not imply any difference towards its legal treatment (Chinkin 2018). One particularity of human rights treaties, which concerns its object and purpose, is that instead of providing for a "reciprocal exchange of rights and duties between states parties", as many other treaties do provide, they seek to impose on states parties "constraints upon their treatment of individuals within their territory and subject to their jurisdiction" (Chinkin 2018, 66). One of the main advantages of adopting treaties in the human rights field is that "[w]idespread treaty adherence provides for a degree of uniformity between states in their understanding of the requirements of international human rights law" (Chinkin 2018, 67).

Moreover, even though the sources of international law are presented separately, as in Article 38 (1) of the ICJ Statute, in practice they influence each other (Crawford 2012). Such is the interrelation between treaty law and customary international law. In short, international customary law exists when a particular way of behaving is followed by states in their intestate relations as a general practice (objective element, commonly referred as "State practice"), and this practice is accepted by them as legally binding (subjective element, known as "*opinio iuris*") (Crawford 2012; Henriksen 2017). In that sense, as the own ILC has recognized, upon several occasions, "treaties may contribute to the crystallization or [progressive] development of a rule of customary international law" (Forteau 2017, 30). Therefore, "[w]hen the content of a treaty-based and a custom-based obligation is identical, the two sources will complement and reinforce each other" (Henriksen 2017, 29).

However, it is important to bear in mind that it is established in international law that "even where a treaty rule comes into being covering the same ground as a customary rule, the latter will not be simply absorbed within the former but will maintain its separate existence" (Shaw 2017, 71). In this order of ideas, the "great expansion of treaty law since 1945 has resulted in a fruitful yet conflicting interplay between customary international law and treaty law" (Forteau 2017, 30). Furthermore, as Forteau (2017, 30) points out,

> According to the famous "Baxter Paradox", the development of multilateral treaty law can also hinder, rather than stimulate, the development of

9 Notwithstanding, there has been extensive academic debate whether this list of Article 38 (1) is an exhaustive one, considering that, in practice, even the ICJ has often relied on other sources that are not on the list, such as unilateral statements from states. About this discussion see Hugh Thirlway, *The Sources of International Law* (Oxford University Press 2014), 19-30.

10 *Pacta sunt servanda* is the general principle of international law upon which the obligatory nature of treaties is founded (Shaw, 2017), which can be translated as "agreements must be kept".

customary international law: as Baxter put it 'as the number of parties to a treaty increases, it becomes more difficult to demonstrate what is the state of customary international law dehors the treaty'. As such, State practice driven by a treaty should not count as State practice motivated by customary international law.

His argument is that, regardless of the merits of Baxter's equation, which is more likely to be merely apparent rather than a reality, it affects, though in a different form, the work of the ILC on matters that are already regulated by existing multilateral treaties (Forteau 2017), as "the inscription of international rules on the marble of multilateral treaties could hinder any further development of international law", thus making its codification and progressive development more difficult (Forteau 2017, 31). In light of that, he ponders whether the added value of draft articles proposed by the ILC on topics that are already object of a large number of multilateral treaties, such as the Draft Articles on the Expulsion of Aliens, "could be, at best, limited (since most States are already bound by [those other] treaty obligations) and, at worst, harmful to existing treaties" (Forteau 2017, 31).

Therefore, it is necessary to consider, while discussing the matter, whether there are any conflicts between the Draft Articles and existing rules of international law (whether treaty-based or custom-based), on the one hand, and on the other if the Draft Articles present some added value in relation to the existing body of international law, that is, if they "have codified or proposed norms [...] in areas where gaps should be filled" (Forteau 2017, 32).

2.1.2 HARD AND SOFT LAW INSTRUMENTS: CONCEPTUALIZATION AND DISTINCTIVE FEATURES

Depending on the scope of the norms that are being proposed, taking into account the implication of the binding nature of treaties, it is a common practice "for states to create norms of behaviour of a non-legally binding nature" (Henriksen 2017, 37). Whereas the legally binding norms, e.g. treaties or international customary law, are known as "hard law", those legal instruments or documents or treaty provisions of a non-binding nature are referred to as "soft law" (Henriksen 2017, Shaw 2017). Such terminology indicates that "the instrument or provision in question is not of itself 'law', but its importance within the general framework of international legal development is such that particular attention requires to be paid to it" (Shaw 2017, 87). Therefore, the distinction between "hard" and "soft" laws is not related to the precision of the norm, but to its normative character with regards to its binding force (Henriksen 2017).

The distinctive feature of soft law is that it does not need to constitute a binding norm in order to exert its influence in the international relations and politics (Shaw 2017). Furthermore, during the negotiation and drafting processes of many of those instruments, they receive attention and care to detail in equal measure as binding texts do (Chinkin 2018), as such instruments may well be hardened into customary law or become the basis of a treaty (Harris and Sivakumaran 2015).

In comparison to hard law, soft law instruments can be faster and more flexible for states to conclude and adhere to, and while it is not intended to create binding

obligations for the state – and thus its formal legal implementation at the domestic level –, it still reflects its political intention to act in a certain way (Shaw 2017). In that sense, "while a violation of the soft law norm will not be met with legal sanction, the political price associated with violating the norm may be high" (Henriksen 2017, 37). Furthermore, one significant advantage of the soft law format is that it "may facilitate reaching a political consensus, bring an issue onto the international agenda, define the area of international concern, and provide guidelines for behaviour that may generate the requisite practice for a rule of customary international law" (Chinkin 2018, 82).

The category of "soft law" include a vast range of instruments, namely resolutions of international organizations, interpretative declarations, reports adopted by international agencies and final instruments of global summit meetings, as well as codes of conduct, standards of behaviour and guidelines[11] (Henriksen 2017; Chinkin 2018). Indeed, at the Sixth Committee's 72nd session, in 2017, a "number of delegations affirmed that the draft articles constituted an important contribution as guidelines to states (United Nations 2018, online)", and "considered that the elaboration of a convention was either premature or unnecessary and that the draft articles should instead serve as a set of non-binding guidelines on the expulsion of aliens" (United Nations 2018, online).

2.2 THE RIGHT OF EXPULSION OF ALIENS (NON-NATIONALS)

Pursuant to the usual style of international treaties, the general provisions of the Draft Articles are laid down in Part One, which comprises Draft Articles 1 to 5, in which are defined the scope and use of terms of the Draft Articles, as well as what the right of expulsion constitutes and what are its requirements and grounds for lawfulness.

2.2.1 DEFINING THE RIGHT OF EXPULSION

The acts of expulsion and deportation can be defined, in legal terms, as the state's unilateral acts of ordering a natural person to leave its territory, if necessary, forcefully (Kälin 2010). Although there is no uniform terminology at both domestic and international levels, "there is a clear tendency to call expulsion the legal order to leave the territory of a State, and deportation the actual implementation of such order in cases where the person concerned does not follow it voluntarily" (Kälin 2010, 2). In Draft Article 2 (a), "expulsion" is defined as "a formal act or conduct attributable to a State, by which an alien is compelled to leave the territory of that State" (International Law Commission 2014, Art. 2 (a)). Concerning this definition, a couple of considerations have to be made, after the Commission's commentary to Draft Article 2.

First, it is essential to distinguish here a "formal act" from a "conduct" at-

11 Examples of guidelines in the field of human rights include the Basic Principles and Guidelines on the Right to a Remedy and Reparation for Victims of Gross Violations of International Human Rights Law and Serious Violations of Humanitarian Law, GA Res 60/147 (16 December 2005) and the Guiding Principles on Businesses and Human Rights: Implementing the United Nations 'Protect, Respect and Remedy' Framework, A/HRC/17/31 (21 March 2011) (Chinkin 2017).

tributable to a state – whereas the former consists in a formal decision issued by the competent state organ ordering the alien to leave its territory, the latter can be either an action or omission on the part of the state that could result in expulsion (International Law Commission 2014). In this context, an omission could be understood as "tolerance towards conduct directed against the alien by individuals or private entities, for example, if the State failed to appropriately protect an alien from hostile acts emanating from non-State actors" (International Law Commission 2014, para. (4) of commentary to Art. 2). Moreover, in the absence of a formal act, what is determinant for establishing the existence of an expulsion act is the intention of the state in question, by means of an active or passive conduct, to expel the alien from its territory (International Law Commission 2014).

Secondly, the condition that the expulsion, whether in the form of a formal act or of a conduct, must be attributable to a state, should be understood in light of the criteria established in the ILC Draft Articles on the Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts (ARSIWA)[12], Chapter II of Part One (International Law Commission 2014). This derives from the fact that unilateral acts of states, such as expulsion, are also capable of producing legal effects under public international law (Crawford 2012). Indeed, the issue of responsibility for eventual breaches of obligations contained in a legal system is one that all such systems have to deal with and, in international law, the rules specifying the consequences of such violations are found primarily within the field of state responsibility (Henriksen 2017). Therefore, the international law of responsibility is indeed "indispensable for the well-functioning of international law and the international society that the law regulates" (Henriksen 2017, 127), and the fact that a wrongful conduct can be attributed to a state constitutes one of its core aspects.

In light of the aforesaid, Draft Article 3 sets out, in its first sentence, the right of a state to expel an alien present on its territory (International Law Commission 2014). Regardless of the terminology adopted at the domestic level, in general lines, the expulsion of non-nationals may take place in three different situations: (i) when the person being subject to expulsion is lawfully present, e.g., with a residence permit, in the country issuing the expulsion order; (ii) when the person's stay on the territory of the state is no longer lawful, e.g., due to the expiry of a visa or residence permit; and (iii) when the alien's presence has never been regularized by the state: the undocumented or "illegal" migrants (Kälin 2010)[13].

As a matter of principle, the right to decide on the admission, the continuing presence of aliens on its territory and thus on their expulsion is an inherent right of states, which emanates from the idea of national sovereignty and it has been long recognized as such (Crawford 2012; Kälin 2010; Kanstroom 2017). In that sense, the

12 Adopted by the ILC in 2001, the Draft Articles on the Responsibility of State for Internationally Wrongful Acts was the results of many years of work by the Commission. The Draft Articles combine both codification and progressive development on the field of the law of state responsibility and is concerned with the secondary (And not the primary) rules on state responsibility (Harris and Sivakumaran, 2015). Responsibility of states for internationally wrongful acts must not be confused with individual criminal responsibility.

13 About the discussion on the terminology related to undocumented migrants, see: Hiltner, Stephen. "Illegal, Undocumented, Unauthorized: The Terms of Immigration Reporting" (2017). In The New York Times. Available at https://www.nytimes.com/2017/03/10/insider/illegal-undocumented-unauthorized-the-terms-of-immigration-reporting.html.

right of expulsion has been acknowledged not only at the domestic law level, but also in a number of different international *fora*[14], such as arbitral awards, decisions of claims commission and decisions of regional courts and commissions (International Law Commission 2014, see footnotes 28 and 29 of the Draft Articles). Indeed, for a long time such discretionary powers of the state were almost unlimited (Kälin 2010).

However, with the emergence of a whole body of international human rights law after the promulgation of the Universal Declaration of Human Rights, in the aftermath of the Second World War, external limitations towards the exercise of state powers in relation to individuals have been progressively adopted and implemented at the universal and regional levels (Henriksen 2017). This development is indeed reflected in the very limitations that condition and shape the exercise of the right of expulsion, as we are going to analyse in the following subsection.

2.2.2 REQUIREMENT FOR CONFORMITY WITH THE LAW AND THE LEGAL GROUNDS FOR EXPULSION

Insofar as expulsion is concerned, the first limitation established by international law to the discretion of states is the requirement for conformity with law of the expulsion decisions, which shall not be permissible "unless they are based upon and ordered and implemented in accordance with domestic law" (Kälin 2010, xx). Indeed, such requirement is a logic implication of the legal fact that the expulsion should be exercised within the framework of law, considering that the "prerogative of regulating conditions of expulsion on its territory within the limits of international law entails the obligation to comply with the rules it has laid down [at the domestic level] or subscribed to in this area" (International Law Commission 2014, para. (3) of commentary to Art. 4).

Furthermore, the requirement for conformity with domestic law is consistently established in international human rights law, at both universal and regional levels (International Law Commission 2014). At the universal level, this restriction was first enshrined in Article 13 of the ICCPR, with respect to non-nationals lawfully present on the territory of the expelling state (Kälin 2010). This requirement's *ratione personae*[15] scope has been extended by the International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of Their Families (Migrant Workers Convention)[16], which in its Article 22 extend this guarantee to all migrant workers, regardless of the regularity of their migratory status (Kälin 2010).

In this order of ideas, in paragraph (4) of the commentary to Draft Article 4, the ILC took the view that this requirement "must apply to any expulsion decision, irrespective of whether the presence of the alien in question on the territory of the expelling State is lawful or not" (International Law Commission 2014, para. (4) of

14 Plural of "forum", Latin term that designates a place, meeting, or medium where ideas and views on a particular issue can be exchanged.

15 *Ratione personae* is a Latin term, which can literally be translated as "by reason of his/her person" or "by reason of the person concerned".

16 The Migrant Workers Convention was adopted by the United Nations General Assembly in 1990, but entered into force only in 2003. Its primary objective is to "bring about the international protection of the rights of all migrant workers and members of their families, reaffirming and establishing basic norms in a comprehensive convention [of universal application]" (United Nations 1990). As of August 2018, the Convention had 52 states parties.

commentary to Art. 4). Paragraph (2) of the commentary to Draft Article 1 further clarifies that, regarding the scope *ratione personae* of the Draft Articles, no distinction between the various categories of aliens is made (International Law Commission 2014).

The protections accorded to irregular aliens, displaced persons, asylum seekers, persons granted asylum[17], or stateless persons are almost identical to those accorded to a person lawfully residing in a state other than that of their nationality (International Law Commission 2014; Murphy 2013). Thus, by grating largely the same protections to all the aforementioned categories of aliens, the Draft Articles "move beyond the national laws of many states and the European Union and beyond provisions on expulsion contained in widely adhered-to human rights instruments that differentiate between [those] groups" (Murphy 2013, 166). Notwithstanding, the ILC held the view that the requirement of conformity with the law applies to all such categories of aliens, "domestic legislation may provide for different rules and procedures for expulsion depending on the lawful or unlawful nature of [their] presence" (International Law Commission 2014, para. (4) of commentary to Art. 4).

Finally, the issue of the grounds for lawfulness of the expulsion is a multifaceted one, comprising a number of different aspects related, namely, to "the statement of the ground for expulsion, the existence of valid ground and the assessment of that ground by the competent authorities" (International Law Commission 2014, para (1) of commentary to Art. 5), and are defined in Draft Article 5. The only limitations to the discretion of states in this particular, that are explicitly provided by human rights treaties, are the general prohibitions of discrimination, namely Article 26 of the ICCPR (Kälin 2010). The ILC, in order to establish the set of grounds for the lawful expulsion of an alien, relied on the developments of international law from other sources, such as the judgement of the ICJ in the *Diallo* case[18], which is cited in many commentaries of the Draft Articles (Crawford 2012; Forteau 2017; International Law Commission 2014).

First and foremost, Draft Article 5, in its paragraphs (1), (2) and (4), determines that the expelling state has the obligation under international law to indicate and state the grounds in which the expulsion decision is based, which has to be provided by its domestic law and cannot be contrary to its obligations under international law

17 Here the terms "asylum" and "asylum seekers" must be understood as synonym expressions of "refuge" and "refuge seekers" respectively, and must not be mistaken with the Latin-American institute known as "political" or "diplomatic" asylum. Indeed, "up until the Convention on Territorial Asylum and the Convention on Diplomatic Asylum, both of 1954, the word "asylum" was used exclusively to refer to the specific mechanism of "political" or "diplomatic" asylum [...], while the expression "refugee status" referred to the protection granted in the territory of the State; this partly explains the dichotomy "asylees-refugees" and its implications for the protection of refugees" (Inter-American Court of Human Rights 2013, para. 137, footnote 162). About this discussion see: Case of the Pacheco Tineo Family v. Plurinational State of Bolivia (Inter-American Court of Human Rights 2013, paras. 137-143).

18 In the Ahmadou Sadio Diallo case, involving the Republic of Guinea (applicant) and the Democratic Republic of Congo (respondent), the ICJ considered the questions of Mr. Ahmadou Sadio Diallo's rights as an individual, and in so far as it concerns protection of his direct rights as associé in a private company, called Africom-Zaire and Africontainers-Zaire. Mr. Diallo, a businessman of Guinean nationality who lived in the DRC, was according to the Guinean submission, arrested and detained by the DRC, was "despoiled of his investments, businesses, and property, and then expelled from the country. Such conducts were, held the applicant, carried out in breach of international law obligations by the DRC, as Guinea was unable to exercise its diplomatic protection in relation to Mr. Diallo (International Court of Justice 2010).

(International Law Commission 2014). In the judgement of 30 November 2010 in the *Diallo* case, the ICJ concluded that under Article 13 of the ICCPR and Article 12 (4) of the African Charter on Human and People's Rights (African Charter),

> the expulsion of an alien lawfully in the territory of a State which is a party to these instruments can only be compatible with the international obligations of that State if it is decided in accordance with "the law", in other words the domestic law applicable in that respect. Compliance with international law is to some extent dependent here on compliance with internal law. However, [...] [this] is not the sufficient condition. First, the applicable domestic law must itself be compatible with the other requirements of the Covenant and the African Charter; second, an expulsion must not be arbitrary in nature, since protection against arbitrary treatment lies at the heart of the rights guaranteed by the international norms protecting human rights (International Court of Justice 2010, para. 65).

When the state fails to adduct grounds capable of providing a sufficiently "defensible basis" for the expulsion measure, as it was the case of the Democratic Republic of Congo in the *Diallo* case, it then constitutes an arbitrary decision (International Court of Justice 2010, para. 82; International Law Commission 2014).

Moreover, the fact that the lawfulness of an expulsion decision under international law is dependent on the condition that it is based on a ground provided by domestic law is self-evident, considering there is no list of valid grounds of expulsion applicable to aliens in general under public international law (International Law Commission 2014). Indeed, national laws provide a wide range of grounds for expulsion, being the violations of domestic immigration laws the most frequently invoked ground for it, hence making the unlawfulness of the alien's presence on the territory of the state a permissible ground for expulsion under international law (International Law Commission 2014). Secondly, concerns that the alien in question may present a threat national security and public order are also often invoked as justifications for expulsion (Kälin 2010). However, the margin of appreciation states have to determine what consists in a legitimate concern of "*ordre public*" has to be measured according to human rights standards (Crawford 2012).

On top of that, paragraph 3 of Draft Article 5 deals with the manner in which the ground for expulsion should be assessed. This assessment should be made in accordance with the principles of good faith and reasonability, and the factual circumstances that may (or may not) give rise to an expulsion should be taken into consideration (International Law Commission 2014). Such circumstances, where relevant, include "the gravity of the facts, the conduct of the alien in question or the current nature of the threat to which the facts give rise" (International Law Commission 2014, Art. 5 (3)), which is particularly relevant when the expulsion measure is justified on the grounds of national security or public order (International Law Commission 2014).

Ultimately, in case of non-observance of such requirements, the responsibility of the state for not complying with its obligations emerges. This topic will be dealt in detail in subsection 2.4.3. In the next section, Part Two of the Draft Articles spans from Draft Article 6 to 12 and deal with the hypotheses in which the exercise of the right of expulsion should be expressly prohibited.

2.3 CASES OF PROHIBITED EXPULSION OF NON-NATIONALS

Part Two of the Draft Articles establishes the cases in which the expulsion of aliens is prohibited and extends from Draft Article 6 to 12, covering the prohibition of expulsion of refugees and stateless persons, as well as of collective and disguised expulsion, and the prohibited hypotheses of deprivation of nationality for the purpose of expulsion, of expulsion for the purpose of seizure of property, and of expulsion to circumvent extradition procedures.

2.3.1 PROHIBITION OF EXPULSION OF REFUGEES AND OF STATELESS PERSONS

The Draft Articles on the Expulsion of Aliens of the ILC provide in the initial part of its Part Two the framework for dealing with the cases of prohibited expulsion, i.e., the situations in which the expulsion of aliens is not allowed under any grounds or circumstances. In this sense, Article 6 provides that

> (a) a State shall not expel a refugee lawfully in its territory save on grounds of national security or public order"; [and that] (b) a State shall not expel or return (refouler) a refugee in any manner whatsoever to the frontiers of territories where the person's life or freedom would be threatened on account of his or her race, religion, nationality, membership of a particular social group or political opinion, unless there are reasonable grounds for regarding the person as a danger to the security of the country in which he or she is, or if the person, having been convicted by a final judgement of a particularly serious crime, constitutes a danger to the community of that country (International Law Commission 2014, Article 6).

The first clause is related to the existence of a national security or public order situation as an indispensable condition for the expulsion of aliens. In the second clause, the article enshrines the principle of *non-refoulement*, that is, the obligation that states have not to return a refugee to a place where he or she probably and notably will or could suffer any kind of harm. The *1951 Refugee Convention* defines refugee as anyone who "is outside their country of origin owing to a well-founded fear of being persecuted for reasons of race, religion, nationality, membership of a particular social group or political opinion" (United Nations 1951, 3). Furthermore, regional instruments, such as the *1984 Cartagena Declaration*[19] within the context of the Organization of the American States, expand the definition of refugee, thus its scope, covering also groups of persons in flight from events such as armed conflict, massive or systematic human rights violations, or serious disturbances of public order (Edwards 2013)

In the same vein, Article 7 of the Draft Articles on the Expulsion of Aliens tackles the rules relating to the expulsion of stateless persons, *in verbis*: "[t]he pre-

19 The Cartagena Declaration on Refugees is a non-binding agreement adopted by the Colloquium on the International Protection of Refugees in Central America, Mexico and Panama, held at Cartagena de Indias, Colombia from 19–22 November 1984. One of its main features is that it recommended the expansion of the scope of the definition of refugee, comprising, in addition to the hypotheses of the 1951 Refugee Convention and its 1967 Protocol, also the threat of generalized violence, internal aggression, and massive violation of human rights as ground for conceding the status of refugee to a person (Organization of American States 1984).

sent draft articles are without prejudice to the rules of international law relating to stateless persons, and in particular to the rule that a state shall not expel a stateless person lawfully in its territory save on grounds of national security or public order" (International Law Commission 2014, XX). In characterizing what a "stateless person" is, the 1954 Convention Relating to the Status of Stateless Persons defines a stateless person as "a person who is not considered a national by any State under the operation of its law" (Convention Relating to the Status of Stateless Persons 1954, Article 1). Statelessness can be classified as (i) *de jure* statelessness, when the person has no nationality because of the nationality laws applied to her or him; or (ii) *de facto* statelessness, a rarer situation that arises most commonly from state repression, when the person has a nationality but is not able to exercise it, for a variety of reasons (Shearer and Opeskin 2011). Moreover, statelessness may arise either by birth, if the person is not able to fulfil the requirements of the domestic law of the country where she or he was born, or by the loss of nationality without the correspondent acquirement of another.

2.3.2 PROHIBITION OF COLLECTIVE EXPULSION

The Article 9 of the Draft Articles on the Expulsion of Aliens sets out a prohibition on the collective expulsion of aliens in order to more vehemently enforce the requirement for states to analyse and provide a substantial basis for each individual case before proceeding to expel an alien. This prohibition takes its basis from numerous regional treaties, such as the European Convention on Human Rights, the African Charter on Human and Peoples' Rights, the Arab Charter on Human Rights, and the International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of their Families on a universal level (International Law Commission 2014).

A well-regarded document of international law, the International Covenant on Civil and Political Rights did not set out any specific rules about the subject, but the Human Rights Committee has formed a legal understanding that collective expulsion would go against the procedural rights of aliens of each having their case individually considered (Human Rights Committee 1986).

The judgements on numerous cases[20] of the European Court of Human Rights have highlighted the following elements, among others, as strong evidence that one might be being subjected to collective expulsion: (i) the government of the expelling state issues orders requiring a number of aliens to leave its national territory on identical terms; (ii) the government of the expelling state requests a number of aliens to present themselves at the same time and at the same place as part of the process of expulsion; (iii) the government of the expelling state carries out no identification process or individual interviews as its officials physically conduct a number of aliens outside its territory; (iv) the absence of interpreters or legal advisers that might help with each individual case during the execution of the expulsion process of a group of aliens; and (v) the existence of governmental orders asking that its officials systematically give special attention or make special efforts in cases of ex-

20 Čonka v. Belgium, Georgia v. Russia (I), Shioshvili and Others v. Russia, Berdzenishvili and Others v. Russia, Hirsi Jamaa and Others v. Italy and Sharifi and Others v. Italy and Greece.

pulsion of a particular nationality or other group (European Court of Human Rights 2018).

Just as in other specific situations of expulsion of aliens, Article 9 sets out a reservation to the prohibition on collective expulsion. It specifies that the rules drawn out in the rest of the article shall not trump other international rules regarding the collective expulsion of aliens when the expelling state is involved in an armed conflict. Such provision is generally thought to be limiting on the human rights of aliens, since critics believe states have a propensity to create special rules for a situation that give them more powers in the face of individuals, especially considering a scenario in which the state might claim to have its national security at risk (Neuman 2016).

2.3.3 PROHIBITION OF DISGUISED EXPULSION

The Draft Articles on the Expulsion of Aliens of the ILC set out a prohibition also on the disguised expulsion of aliens, which it defines as expulsion that results indirectly from either the action or the omission of a state, going on to include tolerance or support of the acts committed, within its territory, by its own nationals or any other persons, with the intention of causing the departure of aliens and without being in accordance with the law (International Law Commission 2014).

This provision was included in the Draft Articles in order to emphasize that the lack of an easily demonstrable act or order does not exempt a state from responsibility, when it intentionally provokes a series of circumstances that leaves the aliens subjected to expulsion with no realistic capability of choosing, or allows them to go on without enacting policies in order to provide relief from such circumstances. Rather, it seeks to immediately criminalize the conduct of states that opt to act through these means, as they go against the procedural rights that the Draft Articles confer to aliens being subjected to expulsion (International Law Commission 2014).

The term "constructive expulsion" is sometimes used interchangeably with "disguised expulsion", although it seems central to the concept of constructive expulsion that it becomes apparent that the alien being subjected to expulsion is departing voluntarily. In reality, however, this departure is caused by the conjunction of circumstances so dire in the individual's country of residence that it sees no better option than leaving, coupled with a failure of the state to act with diligence to protect the rights of this individual (Boczek 2005).

The concept of constructive expulsion, and the possibility of holding states responsible for it despite there being no demonstrable direct order of carrying out the expulsion by officials of the government, were treated in length by two mixed claims[21] commissions before the International Law Commission did so: the Iran-United States Tribunal and the Ethiopia-Eritrea Claims Commission. The Iran-United States Tribunal was the first to treat the subject, in a number of cases relating to

21 "Mixed claims commissions are bodies founded *ad hoc* [that is, created for a particular purpose only] on the basis of international agreements usually consisting of a majority of nationals of the States Parties to the agreements and established with the purpose of settling claims which have arisen between citizens of different States, between citizens of one State and the other State, or between the States themselves in formal and final proceedings". Historically, such "commissions played a very prominent role in the Peaceful Settlement of International Disputes in the 19th century." In: Dolzer, Rudolf. "Mixed Claims Commissions" (2010). In *Max Planck Encyclopaedia of Public International Law.*

United States citizens who left Iran at the time of the Iranian Revolution, allegedly because of acts attributable to the revolutionaries and the post-revolutionary government. Although the Tribunal accepted the possibility of wrongful expulsion even if there are no explicit orders or specific actions by state agents that can be pointed out (Cove 1987), in most of these cases, the Tribunal's final decision considered that the departure of the United States citizens was attributable to public unrest, and not to the state. However, in the *Short v. Islamic Republic of Iran* case, judge Brower emitted a dissenting opinion that considered the discourses of leaders of the Iranian Revolution could be held responsible for motivating the acts carried out by members of the revolutionary groups (Haddadi and Khosroshahi 2015).

Despite the apparent ample progress made by the Draft Articles in protection of aliens being subjected to expulsion proceedings, the International Law Commission's subsequent official commentaries to the Draft Articles have been criticized by the academia for setting up a much higher standard to the application of this prohibition than the original text did. The criticism goes on to mention that the Commission wrongfully based itself on jurisdiction from the Eritrea-Ethiopia Claims Commission, which dealt with a situation of mass expulsion during wartime, and allegedly turned factual circumstances much more complicated and confusing. This has prevented the creation of refined rules on disguised expulsion (Kidane 2017), even because grounds such as national security may be alleged to justify expulsions in war times.

2.3.4 OTHER PROHIBITIONS

As a logic corollary of the right the national has to return to the State where he or she is a national, States have no right to expel their own nationals, being this rule firmly established in international law (Perruchoud 2011). In this sense, Draft Article 8 provides that "[a] State shall not make its national an alien, by deprivation of nationality, for the sole purpose of expelling him or her" (International Law Commission 2014, Article 8).

Notwithstanding this, denationalisation is considered by some States as a possible measure to be taken in cases that the denationalisation does not result in statelessness, e.g., when the person has more than one nationality, a possibility that increases everyday due to nowadays migration processes around the world (Perruchoud 2011). This usually happens when States invoke the criterion of effective or dominant nationality in order to avoid the incidence of the rule forbidding them to expel its own nationals; very commonly, persons with double nationality, although born in one country, which represents the dominant nationality, have the nationality of their parents in cases of *ius sanguinis* nationality legislation regarding the parents' country of origin (Perruchoud 2011).

Another prohibition set by the Draft Articles is the prohibition of expulsion for purposes of seizure of property, which has its provisions described by Article 11, *in verbis*: "[t]he expulsion of an alien for the purpose of confiscating his or her assets is prohibited" (International Law Commission 2014, Article 11). This prohibition of confiscatory expulsions has its main ground fully supported by the principle set out in the *Declaration on the Human Rights of Individuals Who are not Nationals of the Country in which they Live* (United Nations General Assembly 1985), because "[n]o

alien shall be arbitrarily deprived of his or her lawfully acquired assets" (International Law Commission 2014, para. (1) of commentary to Article 11). Furthermore, a myriad of human rights treaties recognizes the right to property, one of the basic principles of todays' society, fundamentally connected to the rule of law. However, it is important to emphasize that the expression *arbitrarily* leaves the path opened to deprivation of lawfully acquired assets as a sanction consistent with law (International Law Commission 2014).

The last provision regarding the cases of prohibited expulsion of non-nationals tackles the prohibition of resort to expulsion in order to circumvent an ongoing extradition procedure, Article 12 meaning that "[a] State shall not resort to the expulsion of an alien in order to circumvent an ongoing extradition procedure" (International Law Commission 2014, Article 12). The term *disguised extradition* refers to situations in which the State achieves jurisdiction over a person without going through official extradition processes (Bassiouni and M. Cherif 2014). The European Court of Human Rights decided in the case of *Bozano v. France*[22] that refusal of a State to grant an extradition request, but detaining that individual with the view to deport him or her to a country that would extradite the person in its turn to the requesting country, amounts to disguised extradition and therefore violates the right to liberty and security (Kälin 2010). Moreover, Article 12 relates only to situations in which the objective of the State in expelling the person is just the circumvention of the extradition procedures, that is, aiming solely at avoiding its obligations in the context of an extradition procedure (International Law Commission 2014).

2.4 THE RIGHTS OF NON-NATIONALS SUBJECT TO EXPULSION

Immediately after setting the hypotheses of prohibited expulsion, Part Three of the Draft Articles begins, setting forth the protection of the rights of aliens subject to expulsion. Part Three of the Draft Articles, in comparison to the other parts, comprises the largest number of articles, stretching from Draft Article 13 to 25. It is divided in four Chapters: Chapter I (articles 13-15) sets the general provisions; Chapter II (articles 16-20) specifies the protection required in the expelling state; Chapter III (articles 21-24), in turn, stipulates the protection in relation to the state of destination of the expelled alien; finally, Chapter IV (article 25), defines the protection in the transit state of the human rights of an alien subject to expulsion.

2.4.1 SUBSTANTIVE RIGHTS: HUMAN DIGNITY, HUMAN RIGHTS, THE PROHIBITION OF DISCRIMINATION AND THE PROTECTION OF VULNERABLE GROUPS

Draft Article 13 (1) determines that all aliens being subject to expulsion should be treated with humanity and respect for the inherent dignity of the human person throughout all stages of the expulsion process, which, in some cases, may include the imposition of restrictive or custodial measures to the expellee (International Law Commission 2014). The respect for human dignity is invoked in the preambles of UDHR, ICESCR and ICCPR as a fundamental underlying principle of this In-

22 European Court of Human Rights. Case of *Bozano v. France*, Judgment of 18 December 1986, App. No. 9990/82. Available at: http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-57448.

ternational Bill of Human Rights, which these three overarching universal human rights treaties constitute (Rodley 2018). These general principles of respect for the human dignity is particularly relevant in the context of the expulsion of aliens, considering the fact that "aliens are not infrequently subjected to humiliating treatment in the course of the expulsion process offensive to their dignity as human beings, without necessarily amounting to cruel, inhuman or degrading treatment" (International Law Commission 2014, para. (2) of commentary to Art. 13).

Paragraph (2) of Draft Article 13, in turn, recalls that all aliens who are subject to expulsion are entitled to respect for their human rights, with an emphasis in the rights laid down in the Draft Articles, due to its particular relevance in the context of expulsion of aliens, but without implying any hierarchical primacy in relation to the protection of human rights deriving from international conventions and general international law (International Law Commission 2014). In that order of ideas, leading UN documents have acknowledged the comprehensive and holistic nature of human rights, by stating that "all human rights are *indivisible*, *interdependent*, and *interrelated*" (van Boven 2018, 135). Indeed, irrespective of the category of human rights that one is considering – individual or collective rights; civil, political, economic, social, or cultural rights – intersections between them are inevitable in practice, which evidences that categorizations or classifications "correspond more to conceptual premises than to realities" (van Boven 2018, 135).

Draft Article 14 sets out the obligation to respect the rights of the aliens subject to expulsion "without discrimination of any kind on grounds such as race, colour, sex, language, religion, political or other opinion, national, ethnic or social origins, property, birth or other status, or any other ground impermissible under international law" (International Law Commission 2014, Art. 14). In that sense, it is interesting to note that the terms "non-discrimination" and "equality" have been often used interchangeably to describe, respectively, the negative and positive dimensions of the same principle (Moeckli 2018). Whereas the ideal of (formal) equality requires that equals be treated equally, "the prohibition of discrimination precludes differential treatment on unreasonable grounds" (Moeckli 2018, 149). In the context of expulsion of aliens, the obligation of non-discrimination "applies to the exercise of the right of expulsion, [covering] both the decision to expel or not to expel and the procedures relating to the adoption of an expulsion decision and its possible implementation" (International Law Commission 2014, para. (2) of commentary to Art. 14).

Finally, special attention to particularly vulnerable persons, such as children, older persons, persons with disabilities and pregnant women, is given in Draft Article 15, which sets out "the obligation of the expelling State to treat and protect vulnerable persons who are subject to expulsion with due regard for their vulnerabilities and special needs" (International Law Commission 2014, para. (2) of commentary to Art. 15). Furthermore, this draft provision is not exhaustive *ratione personae*, as it extends these requirements to "other vulnerable persons" (International Law Commission 2014).

2.4.1.1 THE SPECIFIC OBLIGATIONS OF THE EXPELLING, TRANSIT AND DESTINATION STATES

Even though this assertion has become almost a truism, it is nevertheless important to emphasize that to every human right that is laid down in this particular

set of Draft Articles, as well as in all other human rights treaties' provisions setting forth rights, there is a correspondent obligation for the states to ensure this right is observed. This obligation can be either positive, thus implying the imperative for the state to act in order to enforce this right, or negative, in which case the state should refrain from action, so that a human right can be enjoyed by a person (Mégret 2018).

The domestic implementation of the obligations of States regarding human rights treaties remains as the primary means of implementation, whereas the complaint systems established by treaties and maintained by special committees, whether inter-state or individual, are designed to supervise the aforementioned domestic implementation of treaties, thus being considered as secondary means of implementation (Chalabi n.d.).

The obligations of states regarding human rights have been described by the United Nations Special Rapporteur on the Right to Food, Asbjorn Eide, as being of three kinds: to respect, meaning to abstain from taking any conduct that would violate a given right; to protect, meaning to ensure that no third party takes any conduct that would violate a given right; and to fulfil, meaning that the state must take active measures in order to facilitate or provide the enjoyment of a given right (United Nations 1987).

In so far as the expulsion of aliens is concerned, the Draft Articles set a number of specific obligations to the expelling state, as well as for the state of destination of the expelled alien and the eventual state of transit. Along chapters II, III and IV of Part Three, these obligations are detailed according to the role of the state in the proceedings. Starting with Article 16, which calls on expelling states to protect the right to life of the individuals being subjected to expulsion. The text may lead readers to believe that, according to the aforementioned classification, this is simply an obligation to protect, requiring the state to defend the life of the expelled individuals from third parties, and following common logic, to respect, obliging states to abstain from taking these individuals' lives themselves. However, it can be argued that it may also comprehend an obligation to fulfil whenever state action is necessary to guarantee the continuation of the individual's life, such as when the individual suffers from hunger or an infirmity (Human Rights Committee 1982).

The text of Article 17 is more specific as to the conduct required of the expelling states. It requires them to not subject an alien subject to expulsion to torture or any other cruel, inhuman or degrading treatment or punishment. In the expression "not subject", it is made clearer that it only requires the states themselves to abstain from such conduct, making this only an obligation to respect. The ILC's commentaries on the Draft Articles stated this expressly, adding that the obligation of the expelling state not to expel aliens to another state where they may be subjected to such conduct is set out in Article 24 (International Law Commission 2014).

Article 18 follows this trend of clarity as it requires of expelling states that they respect the right to family life of aliens being subjected to expulsion, which has been considered by the commentaries to the Draft Articles not as an absolute prohibition on expulsion whenever it would interfere in the unity of the alien's family, but only when it is considered that such interference is arbitrary or unlawful. Reference is made to a fair balance between the interests of the State and of the alien subject to expulsion as a parameter for arbitrariness, according to case law of the European Court of Human Rights, and in the view of the ILC, in a manner compatible with the

approach of the Human Rights Committee (International Law Commission 2014).

Article 19 branches off into various obligations that limit the manner and extent to which an alien subject to expulsion may be held under detention for this purpose specifically. Despite the negative language used in some of its provisions, the duties that arise out of Article 19 are generally of the third nature, that is, of an obligation to fulfil, as they demand extra care in the state's actions, such as establishing special judicial procedures and detention centres separate from persons deprived of liberty for other reasons, save for exceptional circumstances which the commentaries to the Draft Articles link to the International Covenant on Civil and Political Rights (International Law Commission 2014).

Article 20 demands of the state both an obligation to protect the property of aliens subject to expulsion, and also that states allow the free disposition of property from abroad, up to where the law admits it, constituting an obligation to respect. This may be interpreted as, when expelled aliens may not maintain their property inside the state they were expelled from, giving them a reasonable time to conclude all of their business inside that state. Alternatively, a monetary compensation could be offered for the loss of property, although it can be argued that this would go against the principle of free disposition of property set out by the article. Many pre-existent treaties also added that this protection could be flexibilized in favour of social interest, but Article 20 makes no express mention on the subject (International Law Commission 2014).

Article 21 demands that expelling states facilitate voluntary departure, take the necessary measures to ensure the safe transportation of expelled aliens when forcible expulsion is needed, and give reasonable time for aliens to prepare for their departure, considering the individual circumstances of each case. The two first denote obligations to fulfil, something that can be identified by the use of the terms "facilitate" and "take the necessary measures", both of which express positive action from the state. Special attention is brought in the ILC's commentaries to the fact that facilitating voluntary departure does not mean exerting pressure over aliens to make them choose to do so, as that would constitute an instance of disguised expulsion. The obligation of giving reasonable time for the alien to prepare prior to their expulsion is linked to the subject of Article 20 (International Law Commission 2014).

Article 22 defines which states an alien ought to be expelled to, although they are not expressly listed in an order of preference, and always respecting the principle of non-refoulement consecrated in Article 23 and Article 24. They are listed in this manner: (i) the state of origin of the alien; (ii) any other state with an obligation to receive the alien under international law; (iii) any state willing to receive the alien, at the request of the expelling state or, where applicable, at the alien's request; (iv) any state where the alien has a right of entry or stay; (v) where applicable, to the state from where the alien entered the expelling state (International Law Commission 2014).

Article 23 sets out the first part of the rule of non-refoulement, prohibiting the expulsion of an alien to a state where their life would be threatened under a non-exhaustive list of motives impermissible under international law: race, colour, sex, language, religion, political or other opinion, national, ethnic or social origin, property, birth or other status. It also sets out a special rule for states which do not apply death penalty of not expelling an alien to a state where they have been sen-

tenced or have a real risk of being sentenced to death, unless the state of destination has offered an assurance that the alien shall not be sentenced or that the sentence shall not be carried out if they already have been sentenced. Article 24 sets out basically the same prohibition, but this time relating to torture or to cruel, inhuman or degrading treatment or punishment, and regardless of the grounds for such conduct (International Law Commission 2014).

At last, Article 25 sets out a general rule for eventual transit states to protect the human rights of aliens subject to expulsion, according to its particular obligations under international law, that is, those it has contracted by joining international conventions as a party and general rules of international law. Given the generality of such provision, its nature cannot be determined, as it may encompass obligations of any sort (International Law Commission 2014).

2.4.2 PROCEDURAL RULES

The procedural rules are laid down under Part Four of the Draft Articles, which comprises Draft Articles 26, 27 and 28.

Recalling the discussion held above, the right of expulsion is indeed an attribute of the sovereignty of states. Such fact, however, does not imply that there are no basic, minimum standards constraining the right of states to expel aliens from its territory. These restrictions are particularly acute in the field of procedural due process (Kidane 2013). Notwithstanding, there is no detailed, comprehensive set of rules at the international level "establishing expulsion proceedings and reconciling the rights of the individual subject to expulsion with the sovereign rights of the expelling State" (Kidane 2013, 293). Instead, there is a number of scattered rules, at both the universal and regional levels, providing sets of minimum standards of treatment of aliens (Kidane 2013).

At the universal level, the most relevant law-making treaties setting minimum standards for procedural due process in the context of expulsion of aliens are the ICCPR, the Refugee Convention, the Stateless Persons Convention, the Migrant Workers Convention and the UNCAT. At the regional level, the relevant sources include the American Convention on Human Rights and the European Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms, as well as the jurisprudences of the Inter-American Court of Human Rights[23] and of the European Court of Human Rights[24] (Kidane 2013). Together, these instruments set certain minimum standards for the treatment of aliens during the expulsion process, seeking to ensure that such decisions are non-arbitrary and fair (Kälin 2010; Kidane 2013).

Even though at the level of international law the concerns towards judicial proceedings were traditionally focused on how criminal trials should be conducted, it is important to bear in mind that "the right to a fair trial extends beyond such trials to civil and certain administrative proceedings" (Shah 2017, 265). Therefore, despite

23 See Inter-American Court of Human Rights, Juridical Condition and Rights of Undocumented Migrants (2003), para. 121 (on due process). Vélez Loor v. Panama, para. 132 (right to representation in administrative proceedings) and para 143 (right to due legal process, regardless of the migratory status). Other guarantees: Inter-American Court of Human Rights, Nadege Dorzema, para. 175, and Pacheco Tineo, para. 133.

24 See Jabari v. Turkey, 2000-VIII Eur. Ct. H.R. 151, 162.

the fact that the act of expulsion, from the legal standpoint, cannot be strictly considered a punishment, but rather an administrative act, the body of international law mentioned in the paragraph above, as well as State practice indicate that procedural guarantees are undoubtedly relevant also in the context of expulsion (Kidane 2013). Furthermore, recalling Draft Article 19, all aliens that are subjected to detention for the purpose of expulsion, save in exceptional circumstances, should be separated from the normal prison population (International Law Commission 2014; Murphy 2013).

In the Draft Articles, in so far as the procedural rights of aliens subject to expulsion are concerned, Draft Article 26 (1) confers the following procedural rights to any alien subject to expulsion:

> (a) the right to receive notice of the expulsion decision; (b) the right to challenge the expulsion decision, except where compelling reasons of national security otherwise require; (c) the right to be heard by a competent authority; (d) the right of access to effective remedies to challenge the expulsion decision; (e) the right to be represented before the competent authority; and (f) the right to have the free assistance of an interpreter if he or she cannot understand or speak the language used by the competent authority (International Law Commission 2014, Art. 26 (1)).

The right to receive notice of the expulsion decision in a language that they understand is a *conditio sine qua non*[25] for the alien who is being subject to expulsion to exercise all of their procedural rights, and thus be able to prepare an adequate defence against the expulsion order. It is embodied in Article 22 of the Migrant Workers Convention (International Law Commission 2014; Shah 2018). Also, whereas the rights to challenge the expulsion decision and to access the effective remedies for that purpose are both based on Article 13 of the ICCPR, the right of the alien to be personally heard by a competent authority, which, according to the ILC, is essential for the exercise of the right to challenge the expulsion decision, is still object of controversy in the State practice in the area (International Law Commission 2014).

Underlying the exercise of the aforementioned rights are the rights to be represented before the competent authority and of free assistance of an interpreter in case the alien does not understand or speak the language used by the competent authority (International Law Commission 2014). Whereas the former is based on Article 13 of the ICCPR, the latter provision is, in turn, reflected on the wording of Article 14 (1) of the same Covenant, which makes reference to criminal proceedings (International Law Commission 2014).

Nevertheless, Draft Article 26 (1) still represents a progressive development to the extent that these procedural rights that are limited to lawfully present aliens, in the provisions in which it was inspired, are to be enjoyed by any alien, "irrespective of whether that person is lawfully or unlawfully present in the territory of the expelling state" (International Law Commission 2014, 39). The sole exception to the general rule is that of its Paragraph 4, which determines that the procedural rights laid down in Paragraph 1 are without prejudice to national legislations applicable to the expulsion of aliens who have been unlawfully present in the territory of a state for a short period. According to a number of national laws, this must not exceed six months (International Law Commission 2014; Murphy 2013). This provision, howe-

25 That is, an indispensable condition.

ver, does not imply that the procedural rights of Paragraph 1 *cannot* be applied to this group of aliens, but that it would be under the discretion of the expelling state to decide *whether* to apply the minimum standard set out in the Draft Articles or to disregard them and apply their domestic legislations concerning the expulsion of this particular group of non-nationals.

In this order of ideas, Paragraph 2 of Draft Article 26 establishes that the procedural rights listed in Paragraph 1 are without prejudice to other procedural rights or guarantees provided by the expelling country's national law, e.g., right to free legal assistance, or by other obligations set forth in the international law, namely international treaties, binding on the expelling state (International Law Commission 2014). Moreover, Paragraph 3 ensures the right of the expelling alien to seek for consular assistance, which nevertheless, leaves the state of the alien's nationality free to decide whether or not to provide consular assistance, as long as it does not impede the right of the expellee to seek consular assistance (International Law Commission 2014).

Furthermore, Draft Article 27 determines that only appeals against an expulsion decision that are lodged by aliens lawfully present in the expelling country's territory will have a "suspensive effect" on the expulsion until the appeal is judged (International Law Commission 2014; Murphy 2013). This provision is aimed at ensuring the effectiveness of the appeal, in situations where the execution of the expulsion decision would render, in practice, the exercise of the right to appeal impossible, in practice (International Law Commission 2014). In addition to that, Draft Article 27, even though being restricted only to lawfully present aliens, still represents a progressive development, considering that "State practice in the matter is not sufficiently uniform or convergent to form the basis, in existing law, of a rule of general international law providing for the suspensive effect of an appeal against an expulsion decision when there is a real risk of serious irreversible harm to the alien subject to expulsion" (International Law Commission 2014, para. (1) of commentary to Art. 27).

Notwithstanding, criticism in the academic field has been raised with regard to potentially regressive developments of the Draft Articles in terms of procedural due process. The right to legal aid or appointed counsel was intentionally removed from the final version of Draft Article 26. As Paragraph (6) of its Commentary clarifies that the right to be represented before a competent authority laid down in Paragraph 1 (e), "does not necessarily encompass the right to be represented by a lawyer during expulsion proceedings", neither "the obligation on the expelling State to pay the cost of representation" (International Law Commission 2014, para. (6) of commentary to Art. 26; Kidane 2017). According to Won Kidane, in practice, "the denial of counsel in many cases amounts to a denial of the form of relief from expulsion altogether" (Kidane 2017, 87), considering that "providing the substantive right but denying the procedural means to claim and obtain it makes the substantive rights entirely meaningless" (Kidane 2017, 87).

2.4.3 LEGAL CONSEQUENCES OF EXPULSION

The legal consequences of expulsion are disciplined in Part Five of the Draft Articles, which comprises Draft Articles 29, 30 and 31. Two are the possible remedies

envisaged by the Draft Articles for the unlawful expulsion of aliens lawfully present on the territory of the expelling state. Firstly, there would be the possibility of return to the expelling country under Draft Article 29, which would nevertheless be "subject to a discretionary exclusion on grounds of national security or public order" (Kidane 2017, 87) or when the alien "no longer fulfils the conditions for admission under the internal law of the expelling State" (International Law Commission 2014, Art. 29 (1)). In this situation, "the expelling state retains the right to deny readmission to an alien who has been unlawfully expelled" (International Law Commission 2014, para. (6) of commentary to Art. 29). Secondly, under Draft Article 30, there would be the possibility for the victim of an unlawful expulsion to obtain reparation, considering an unlawful expulsion constitutes an internationally wrongful act (Kidane 2017).

2.4.3.1 THE RIGHT OF READMISSION

The right of readmission, as the name suggests, consists, under Draft Article 29, in the subjective right of the alien that has had to leave the territory of a state due to an unlawful expulsion to re-enter the territory of the expelling state, as long as the conditions are met (International Law Commission 2014). It is "clearly a progressive development on its own accord" (Kidane 2017, 88), even though it is a cautious one (International Law Commission 2014): the right enunciated by Draft Article 29 comprises only aliens that were lawfully present on the territory of the expelling state and were expelled by means of an unlawful decision, that is, a decision that breaches a rule of international law, inasmuch as it does not comply with national law (International Law Commission 2014).

Moreover, the unlawfully expelled alien can only be readmitted "when a [national or international] competent authority has established that the expulsion was unlawful and when the expelling state cannot validly invoke one of the reasons mentioned in the draft article as grounds for refusing to readmit the alien in question" (International Law Commission 2014, para. (2) of commentary to Art. 29). In addition, the assessment of the condition for readmission must be exercised in accordance with the principle of good faith (International Law Commission 2014).

2.4.3.2 THE RESPONSIBILITY OF STATES FOR INTERNATIONALLY WRONGFUL ACTS

It is worth noting, however, that the right of readmission does not impair the legal regime governing the responsibility of states for internationally wrongful acts (International Law Commission 2014). In essence, state responsibility arises when there is an international legal obligation in force between two specific states, this obligation has been violated as a result of an act or omission imputable to one of the states and, finally, this unlawful act or omission results in loss or damage for the other state (Shaw 2017).

That being said, the rules on state responsibility are of a secondary, and not primary, nature (Henriksen 2017). Whereas primary rules "define the particular obligations that may generate responsibility if they are violated", secondary rules, in turn, "determine the consequences of violating the primary rules" (Henriksen 2017,

127-128). In that context, the ARSIWA does not seek to define the content of the breach that has given rise to responsibility, but instead it provides "the general conditions under international law for the State to be considered responsible for wrongful actions or omissions, and the legal consequences which flow therefrom" (Harris and Sivakumaran 2015, 426).

Regarding the primary rules governing expulsion of aliens, in light of the Draft Articles, it is "undisputed that expulsion in violation of a rule of international law entails the international responsibility of the expelling state for an internationally wrongful act" (International Law Commission 2014, para. (1) of commentary to Art. 30). Supporting this assertion, there is abundant jurisprudence on reparation in cases of unlawful expulsion of aliens for injuries sustained by the latter (International Law Commission 2014, see footnote 204), namely from Mixed Claims Commissions dealing also with this issue and human rights bodies, such as the European Court of Human Rights, and the Inter-American Court of Human Rights (International Law Commission 2001, see paras. (18) and (19) of the commentary to Article 36).

The rules on reparation contained in Part Two of the ARSIWA are particularly relevant in the context of the expulsion of aliens (International Law Commission 2014). The basic principle of reparation was first established by the Permanent Court of International Justice in the *Chorzów Factory* case, in which it ruled that "reparation must, as far as possible, wipe out all the consequences of the illegal act and re-establish the situation which would, in all probability, have existed if that act had not been committed" (Permanent Court of International Justice 1928, pp. 47-8). Presently, the principle of full reparation by a state for an injury resulting from the commission of an internationally wrongful act is set forth in Article 31 of the ARSIWA, which defines injury, for the purposes of international responsibility, as "any damage, whether material or moral, caused by the internationally wrongful act of a State" (International Law Commission 2001, Art. 31 (2)). Article 34, in turn, sets out the three different forms that reparation may take place: (i) restitution (Article 35), (ii) compensation (Article 36), and (iii) satisfaction (Article 37), all of which can be enforced either alone or in combination (International Law Commission 2001).

(i) Restitution is certainly the most obvious form of reparation, since its objective is to re-establish the situation that existed before the wrongful act was committed (Shaw 2017), provided that the restitution in kind is materially possible and does not result in a disproportionate burden in relation to the benefit (International Law Commission 2001). However, restitution is becoming an increasingly less common form of reparation, namely due to political complexities (Shaw 2017). Nevertheless, in cases involving arbitrary expulsion of aliens, "restitution in the form of return of the alien to the expelling State has sometimes been chosen" in the past, in which "satisfaction has been given in the form of the revocation of the expulsion order and return of the expelled alien" (International Law Commission 2014, para. (3) of commentary to Art. 30).

(ii) Compensation, in turn, is due when reparation cannot be achieved through restitution and it is intended to cover "any financially assessable damage including loss of profits" (International Law Commission 2001, Art. 36 (2)). Today financial compensation constitutes "the most relevant means of reparation and it is well established that a court or tribunal with jurisdiction over a case may award compensation for damage suffered" (Henriksen 2017, 144). Furthermore, with regards to the

unlawful expulsion of aliens, compensation is a well-recognized mean of reparation for both material and moral damages sustained by the expelled alien (International Law Commission 2014). The main sources of inspiration for the ILC in relation to compensation are the jurisprudences of regional human rights judicial bodies, namely the Inter-American Court of Human Rights and the European Court of Human Rights (International Law Commission 2014).

When the reparation for the injury cannot be made by means of restitution or compensation, a state responsible for a wrongful act is obliged, under Article 37 of ARSIWA, to give (iii) satisfaction for such injury (International Law Commission 2001). In practice, satisfaction may consist of "an acknowledgment of the breach, an expression of regret, a formal apology or another appropriate modality" (International Law Commission 2001, Art. 37 (2)), such as giving an assurance or guarantee of non-repetition of the act (Shaw 2017). In the case of unlawful expulsion of aliens, satisfaction is likely to be applied as a form of reparation, "particularly in situations where the expulsion decision has not yet been executed" (International Law Commission 2014, para. (5) of commentary to Art. 30), e.g., a judgement by the competent judicial authority determining the unlawfulness of the expulsion order.

Among all the different categories of aliens covered by the Draft Articles, in what concerns the aforementioned remedies for unlawful expulsion, special note should be taken on the refugees under the definition of the 1951 Refugee Convention. That is because neither readmission nor reparation in any of its forms, as they are formulated in the Draft Articles, manage to "meaningfully address the specific circumstances of refugees for two reasons" (Kidane 2017, 88).

Therefore, it is at least theoretically impossible for a refugee who had been unlawfully expelled to be readmitted into the country of refuge, namely if the expulsion is to the country where persecution occurred or could occur (Kidane 2017). The mechanisms for pursuing reparation are not available to the refugee, in as much as the state that could endorse the expelled refugee in an eventual claim for reparation is the same state that persecutes them or allows their persecution (Kidane 2017). There is, therefore, a structural problem preventing refugees from accessing these remedies.

3 PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

3.1. DRAFT ARTICLES OF THE INTERNATIONAL LAW COMMISSION

The International Law Commission's Draft Articles on the Expulsion of Aliens detail a series of state obligations surrounding the act of expulsion, which refer to: (i) required previous conditions; (ii) classes of individuals who are protected against expulsion; (iii) obligations regarding the manner of carrying out the act of expulsion for both the expelling state, the state of destination and eventual transit states; and (iv) the procedural rights of aliens against such act (International Law Commission 2014). The Draft Articles have received some favourable appraisal, such as in the advances they have made on the rights of the aliens being subjected to expulsion, both in setting procedural rights to these aliens and in granting them remedies for when

an expulsion which has already taken place is later found to be unlawful, as well as in requesting expulsions to be justified in a case-by-case basis and extending the responsibility of States by prohibiting disguised expulsion (Neuman 2016).

There was some criticism, however, on the omission of the Commission over certain topics that were present in the working versions of the Draft Articles, with an easy consensus being sought instead. For example, the Commission expressly stated, both in the Draft Articles and in its commentaries, that it would refrain from addressing the situation of collective expulsion of aliens during an armed conflict and the protection of their property, allegedly to not enter the field of – and provoke a situation of incompatibility with – international humanitarian law. Other examples of criticized decisions of the Commission include not extending a protection to aliens from being expelled to a state where their life may be threatened for their sexual orientation, guaranteeing the right to counsel and legal aid, and being unsatisfactory in creating remedies to unlawful expulsion directed towards refugees (Kidane 2016).

Overall, despite general approval of the continued efforts in codification of the theme, many academics consider that the members of the Commission were too shy on their final recommendations to the General Assembly (Kanstroom 2017), with many recommendations for further progress having been made that could be considered by the General Assembly in future codification efforts.

3.2 PREVIOUS ACTIONS OF THE SIXTH COMMITTEE OF THE GENERAL ASSEMBLY

At the twenty-third meeting of the Sixth Committee, in November 2012, during the sixty-seventh session of the General Assembly, the Chair of the International Law Commission requested written comments from the Committee's members on the draft articles on the expulsion of aliens that have been approved in first reading by the Commission (United Nations 2012).

Indeed, since many of the draft articles were adopted by the ILC for the first time in its sixty-fourth session earlier that year, the 67th session was the first opportunity for the governments represented in the Legal Committee to comment on the proposed set of rules that resulted from more than one decade of work by the Commission (Pronto 2013). A wide range of views towards the draft articles was expressed by the delegations there present (United Nations 2013). Whereas some representatives praised the Commission's efforts, others expressed doubts as to the usefulness of attempting to codify such rules in the form of an international treaty (Pronto 2013).

In 2014, at its sixty-ninth session, the General Assembly considered the Report of the Commission on the work of its sixty-sixth session, in which the later presented a version of the draft articles with the modifications and amendments in response to the written comments submitted, throughout the previous year, by the governments represented in the Sixth Committee (Pronto 2013). Furthermore, upon recommendation of the Commission made under that same point of the agenda, the General Assembly decided that it would consider the possibility of elaborating an international convention of the basis of the ILC's Draft Articles only at a later stage (United Nations 2014).

At the General Assembly's seventy-second session, in 2017, the Sixth Committee once again discussed the topic on the expulsion of aliens. During the general

comments stage, the critical importance and contemporariness of this topic, as well as its underlying complexity, were emphasized by the delegations present (United Nations 2018). Many representatives highlighted "the importance of striking a balance between State sovereignty and the human rights of the person expelled or in the process of expulsion" (United Nations 2018, online). Whilst some delegations expressed the view that this topic directly intruded into the domestic sphere of states, thus impairing their capacity to enjoy discretion in this area, a number of other delegations affirmed that the Draft Articles constituted an important contribution as guidelines to states and that, indeed, aliens should only be expelled in exceptional circumstances (United Nations 2018).

In addition, a number of delegations expressed the view, which was consolidated in Resolution 72/117, that the General Assembly should take note of the Draft Articles on the expulsion of aliens (United Nations 2017b; United Nations 2017c). At the 25th meeting of the Legal Committee, during the seventy-second session of the General Assembly, in 2017, the delegation of Paraguay, on behalf of the Bureau, introduced the Draft Resolution A/C.6/72/L.13, entitled "Expulsion of aliens", which was adopted at the 28th meeting in 6 November 2017, without a vote, following the Committee's standard voting procedure (United Nations 2018). The General Assembly, pursuant to its Resolution 72/117 of 18 December 2017, decided to include the topic entitled "Expulsion of Aliens" in the provisional agenda of its next session (United Nations 2017c).

The purpose of the Sixth Committee, in the next session, will therefore be to, *inter alia*, examine what, if any, form will be given to the Draft Articles presented by the ILC, as well as any other appropriate action concerning that issue (United Nations 2017c). Nevertheless, for a better understanding of what the upcoming action of the Legal Committee is likely to be, some points are worth of note, and for that one should look in more detail to some of the previous actions by the Committee.

Already at the Committee's sixty-seventh session, in 2012, some governments have voiced their positions on the final form they believe the draft articles should take, and arguments were expressed by the delegations there present both in favour of and against its adoption in the form of a multilateral or 'law-making' treaty (Pronto 2013). Since then, many delegations had repeatedly expressed their scepticism towards this issue. In general lines, their argument is that it is not feasible or desirable at the current stage of international law to turn the Draft Articles into legally binding rules, but rather that, in order to ensure its compliance by states, it should, instead, take the form of guidelines or principles (United Nations 2013).

The rationale behind such position, which was manifested by several delegations, is that due to divergences between countries and the still evolving character of many aspects comprised in the Draft Articles, the drafting of a binding "law-making" treaty based on them would, presently, be either premature or unnecessary (United Nations 2018). Highlighting the relevance of local, national and regional initiatives on the topic, some delegations have questioned the advisability of a convention on rules that already exist in other human rights instruments, applicable to refugees and other categories of persons in human mobility (United Nations 2018).

What is essential to notice are the primary roles of the ILC to contribute both to the progressive development of international law, in areas which still lack regulation, or where the law still cannot rely on the practice of states to further develop,

and to the codification of the already existent corpus of international law (International Law Commission 1947). Regardless of the fact that the importance of the ILC's statutory roles were not only acknowledged, but indeed appreciated by the Sixth Committee itself (United Nations 2017b), the texts that are drafted by the Commission do not necessarily have to become international treaties (Pronto 2013). Therefore, this is one fundamental aspect underlining the central object of the present topic, in which delegations are expected to diverge.

In the sense, even though international treaties are the "most direct and formal way for state to create rights and obligations under international law" (Henriksen 2017, 23), in practice, states can be reluctant to state explicitly whether their commitment is intended to be legally binding, and the lack of precision in the wording while drafting a treaty, as well as the use of purposely general or vague terms indicates an intention not to create legally binding obligations (Henriksen 2017).

In conclusion, the work of the ILC in drafting the articles on the expulsion of aliens is deeply intertwined to the role of the Sixth Committee in considering and eventually shaping the set of rules proposed by the ILC, in order to make it more "palatable" to the states that are the ones that will eventually have to comply with these norms. This aspect is relevant especially when implementing and executing their national policy on the treatment and expelling of non-nationals. In the case of the draft articles, it is possible to see that the efforts of international law to strike the balance between the quest for protection and accommodation of vulnerable people living under this system with the sensibilities and securitarian discourses of some nation states are still a work in progress (Kidane 2017).

4 BLOC POSITIONS

4.1 AFRICAN COUNTRIES

The **Democratic Republic of the Congo** has a past of criticized actions towards expulsion of aliens, as the episode regarding Zairian people mass expulsion in early 1990 demonstrates (The New York Times 1991). Nowadays, however, the country is facing a strong increase in the number of internally displaced people, positioning Congo ahead of Syria, Iraq, Afghanistan and Nigeria (Deutsche Welle 2017). That said, taking into consideration the actual situation inside of the country, the biggest concern of the African country towards the expulsion of aliens is the protection of human rights, especially the right of non-refoulement, as well as the enhancing of regional instruments able to help neighboring countries to deal with local and transnational issues properly.

Ethiopia is surrounded by many countries in fragile political and economic situations, such as Eritrea, Somalia and South Sudan, what makes it a transit country for refugees and other migrants. In January 2018, Ethiopia was hosting close to one million refugees, with growing numbers, being the second largest refugee-hosting

country in Africa, only after Uganda (Norwegian Refugee Council 2018). The open--door refugee policy, however, was reaffirmed earlier this year, for the Administration for Refugee and Returnee Affairs (ARRA) stated it will "continue to receive new arrivals from several of its neighbors, notably from South Sudan, Somalia, Eritrea, Sudan and Yemen" (African News 2018, online). Due to this scenario, political and economically, a deep concern about the rights of people in refuge situation is in the center of Ethiopian foreign affairs' agenda.

South Africa has a controversial record of its own in the expulsion of aliens. The only facility destined to holding foreigners awaiting expulsion in the country is the Lindela Repatriation Centre, and rumours of overcrowding, bad treatment and even human rights violations surround the place. Although the Department of Home Affairs of South Africa reported to have significantly decreased its numbers of foreigners removed from the country (Africa Check 2016), other sources state that a great number of asylum seekers is summarily detained upon denial of their refugee status in a routine basis. Although asylum seekers have been denied due process and not been properly informed of their rights, they are nominally owed a reasonable temporary stay and the right to appeal the denial of their application, and the delegate should reflect this in their speech (News Deeply 2017). Nevertheless, South Africa is a party to the African Charter on Human and Peoples' Rights, which requires expulsions to be made via decisions taken in accordance with the law and prohibits collective expulsion, but also limits acts of collective expulsion to those aimed towards national, racial, ethnic or religious groups, and not groups of other kinds. The delegate's opinion should reflect this, including this restrictive description (African Union 1981).

Sudan has no comprehensive official migration policy, and its regulations concerning foreigners are dispersed in many different laws. The state is also a party to a series of treaties which provides rules regarding immigrants, but not to three treaties[26] considered important to human rights, specifically about the rights of migrant workers and their families, women and victims of human trafficking. Sudanese law in general creates a very difficult environment for migrants seeking to work or just reside in Sudan for long periods (International Organization for Migration 2011). Even then, hundreds of asylum seekers who had found their way to Sudan from Eritrea and other countries were expelled (Human Rights Watch 2014), allegedly without being guaranteed the right to a lawyer (Dabanga 2017). The delegate should thus manifest themselves in a non-committing manner about the necessity for an extensive number of remedies, arguing for the sovereign right of a state to implement its own migration control policy. The state is also a party to the African Charter on Human and Peoples' Rights, which mandates that decisions to expel should be pursued in accordance with the law and prohibits collective expulsions, although considering them in a restrictive manner, only classifying it as such when it is aimed towards national, racial, ethnic and religious groups (African Union 1981).

26 The Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women, the International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of their Families and the Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, Especially Women and Children, supplementing the United Nations Convention against Transnational Organized Crime.

4.2 EUROPEAN COUNTRIES[27] [28]

Germany is the most powerful and influential country within the EU in both political and economic terms, and eventually became the leading actor in tackling the recent "refugee crisis", by adopting a welcoming and inclusive stance towards non-EU international migrants, having received more than 1 million immigrants between 2015-2016 (Financial Times 2018; The Independent 2018c). Furthermore, under Chancellor Angela Merkel, Germany sponsors a European-wide solution to migration issues, in order to preserve the unity of the EU (The Independent 2018c). Concerning the expulsion of aliens, the grounds for expelling a foreigner from Germany are, in line with Union Law framework, conclusively regulated by the Residence Act (in German, *Aufenthaltsgesetz*), according to which non-nationals shall, in most cases, be subjected to expulsion if they have breached German laws, thus posing a danger to public safety, law and order, or other substantial interests of the Federal Republic of Germany, such as in the cases of drug-trafficking, smuggling, human trafficking or terrorism (Baden-Württemberg 2018). In addition to that, the Residence Act affords the non-nationals being subject to an expulsion procedure with basic procedural rights and guarantees, and persons belonging to certain groups, such as asylum applicants and refugees, can only be expelled on serious grounds relating to public safety or order, such as a terrorist threat, for instance (Baden-Württ-

27 Being members of the **Council of Europe**, all the countries in this section are under the auspices of the *Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms* (shortly the European Convention on Human Rights), specially Protocol No. 7 to the Convention, signed the 22nd of November 1984. Article 1 of the Protocol No. 7, provides the prohibition of being expelled without the pursuance of a decision reached in accordance with law, having the alien the right to submit reasons against his expulsion, to have his case reviewed and to be represented for these purposes before the competent authority. It is important to highlight that the Council of Europe is an international organisation created in 1949 with the objective of promoting democracy and protecting human rights and the rule of law in Europe (Council of Europe 2018). It should not be mistaken with the European Union as it includes 47 members, 28 of which are also members of the European Union (Council of Europe 2018).

28 As members of the **European Union**, **Germany**, **France**, **Italy**, **Hungary**, **The Netherlands**, **Sweden** and the **United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland**, are bound to the European Union Law rules on the expulsion of aliens. The general competence of the Union to regulate the entry, residence and rights of non-EU nationals is defined in Part Three, Title V, Chapter 2 of the Treaty on the Functioning of the European Union (TFEU). Insofar as the expulsion of non-EU or third-country nationals is concerned, the main source is the Returns Directive (Directive 2008/115/EC), which "regulates the procedure for expelling [non-EU] irregular immigrants, including rules on detention, entry bans, and procedural rights" (Peers 2017, 799). According to this Directive, the Member State can issue an expulsion order against a non-EU citizen whenever "there is a risk of absconding, or if an application for a legal stay has been dismissed as manifestly unfounded or fraudulent, or if the person concerned poses a risk to public policy, public security or national security" (European Union 2008, Article 7 (4)). Citizens of the EU, in turn, cannot be expelled from an EU country as they enjoy the right of free movement within the Union. Nevertheless, Directive 2004/38/EC has established that an EU Member State can restrict the movement and residence rights of EU citizens and their families on the grounds of public policy, public security, or public health, "on the personal conduct of the individual concerned", which has to represent "a genuine, present and sufficiently serious threat to the fundamental interests of society" (Peers 2017, 502-503). It is worth noting that the involvement of the EU in migration law, besides having to deal with the aspects of migration *per se* in a coherent way, also seeks to strike a balance between two different, yet related conflicting aspects: on one side, the balance between the EU competence to legislate in this field and the national sovereignty of EU states, and on the other, the tension between immigration control and the protection of human rights (Peers 217, 791). The tensions between these overlapping conflicting aspects became latent after the outburst of the European "refugee crisis", which after a complicated period of diverse responses, has "pushed the EU towards greater harmonization [of the rules] in this field" (Peers 2017, 791).

temberg 2018). The delegate of Germany is therefore expected, as the block's main leadership, to uphold the Union's values, as well as the EU supranational normative framework on the issue of expulsion.

France has also led the European Union through the migration crisis that escalated in 2015, in a Franco-German initiative to address this issue in a coherent manner, in relation with what the EU represents in terms of democratic values and human rights (The Guardian 2015). In August 2018, however, the French Legislative has passed a new immigration law, publicly defended by the French President, Emmanuel Macron, tightening the rules on asylum, which criminalizes illegal border crossings, by introducing a one-year prison sentence to anyone caught in this act, as well as speeds up the procedures to expel economic migrants who had their asylum applications denied, by decreasing the time in which they can apply for asylum and increasing the time they can be detained before being deported (BBC 2018c; Human Rights Watch 2018; The Local 2018). Even though the bill has still to be sanctioned by the Executive, its declared support to it signals a hardening in the French migration policy, which will result in a regressive development in the expulsion procedures of economic migrants. The current French domestic rules on expulsion are, nevertheless, still in accordance with the EU standards and regulations. The delegate of France is, thus, likely to adopt a sceptical stance in relation to the topic.

Since 2014, around 640,000 asylum seekers have landed in the territory of **Italy**, the majority of them coming from Libya, although there has been a decrease in the numbers of international migrants, with only 14,500 arriving so far in 2018 (The Independent 2018b). The Italian government argues that the burden sharing of the crisis is unfair, as under the current EU rules, asylum seekers must apply for asylum in the country in which they first enter the EU. Considering Italy is situated in the Union's Southern outer border it has become, alongside Greece and Spain, a "frontline state", thus having to process a larger share of migrants arrivals and of asylum applications in comparison to Northern wealthier EU states, which in turn argue they have already received enough immigrants and refugees. As a result, burden--sharing negotiations to tackle the migration crisis were deadlocked, leading Italy to adopt a hard-line policy on migration (The Guardian 2018c). In this context, the Italian Minister of Interior, Matteo Salvini, who vowed to deport all the non-Italian Roma (also known as Romani or gypsy) population living in Italy[29], is campaigning on a pledge to deport around 500,000 migrants who are living irregularly in Italy (The Guardian 2018c; The Guardian 2018d). Therefore, taking into consideration that the Italian government has adopted a hard-line policy on migration, the delegate of Italy is very unlikely to support the adoption of further binding norms at the multilateral level that may hinder the advance of the country's current migration policy.

After the recent dramatic increase on the influx of migrants seeking to enter the EU through the Balkan route, **Hungary** has decided to erect an impenetrable barrier on its border with Serbia (which was later extended also to the Hungarian--Croatian border) in order to prevent the entering of potential asylum seekers in its territory (The Independent 2018a). In addition to that, Hungary has adopted in 2016 the so-called "push-back laws", which have made asylum applications in the country almost impossible in practice, as well as criminalized and levied extra taxes on NGOs that provide assistance to immigrants, acting, according to its critics, contrary to EU Law and the EU values under article 7 of the Lisbon Treaty, namely

29 An estimate of up to 180,000 Roma live in Italy, of whom only about 43% are Italian citizens.

the commitment with human rights and democratic values (Guardian 2018b). These regressive legal developments were reinforced by a *de facto* expulsion policy that is currently being carried out by Hungary, which aims at making refugees already living in Hungary want to leave the country, by making their livelihoods unsustainable and withdrawing any integration support to this population (The Independent 2018a). Furthermore, in 2018, the Hungarian Prime-Minister Viktor Orban has publicly sponsored, together with the Italian Deputy PM and Minister of Interior, Matteo Salvini, the creation of a "pan-European anti-migrant alliance that would seek to prevent migration to Europe from besieged regions in Africa and the Middle East" (Deutsche Welle 2018).

The Netherlands has opted for a wide-ranging, comprehensive approach to international migrations, considering its major impact in Dutch society, especially its potential economic, cultural and scientific benefits to the country (Ministry of Justice and Security 2018). The objective of this approach is to ensure that migration is safe and well-managed, as well as that the adequate protection to the non-nationals in situation of vulnerability is afforded, and that the migration influxes meet the needs and capacity of Dutch society. In order to achieve this, Dutch local and central governments seek to strengthen the cooperation with civil society actors as well as with other countries within and outside the European Union (Ministry of Justice and Security 2018). The legal framework in which the expulsion of non-nationals occurs under the 2013 Modern Migration Policy Act is in line with the EU regulations and policy on the matter, thus the stance of the delegate is expected to be coherent with the latter.

The **Russian Federation** has made its own moves in increasing the regulations to reduce its flow of migrants. The number of expulsions also has rapidly increased following the adoption of new legislation in 2013, and some claim that it was passed in order to make Russia able to expel foreigners who were formerly under legal status (Russia Beyond 2016). There have been some under detention as part of the process of expulsion who revolted allegedly because of ill-treatment and long periods of waiting to be finally taken out of the country (The Moscow Times 2018). Russia is a party to the European Convention on Human Rights and there have been older cases that have made it to the European Court of Human Rights (namely Georgia v. Russia (I), Shioshvili and Others v. Russia and Berdzenishvili and Others v. Russia) in which Russia was accused of implementing a policy that was unjustly unfavourable to Georgian nationals, of improperly examining the particular case of each of them separately and, as a result, of not guaranteeing them due process (European Court of Human Rights 2018). Despite this history of condemnations, Russia still based its allegations on the European Convention of Human Rights, and its delegate should support all provisions of the Draft Articles that reflect the ones present in this treaty. Also based on the allegations of Russia in the Georgia v. Russia (I) case, the delegate should support the notion that states should be allowed to expel aliens under grounds of national and international security (European Court of Human Rights 2014).

Sweden has, for a long time, been considered the world's most receptive country to immigrants, and is a party to the European Convention on Human Rights. It accepted hundreds of thousands of people in the last decade as a part of its "open door policy", but by 2015 it tightened its policy as part of the populace, many backing the Sweden Democrats, claimed the number of immigrants coming in was overbur-

dening the welfare system (Public Radio International 2017). Although the government has restricted the access into the country due to structural reasons and became more incisive on detaining illegal immigrants, its speech remains generally favourable towards refugees and demand-oriented labour migration, and has attempted to follow a clean policy of expulsion (Swedish Ministry of Justice 2018). Thus, its delegate should assume a generally progressive stance on the matter, granting aliens both extensive protection against expulsion and remedies during the process.

The **United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland** is a founding party to the European Convention on Human Rights, but its recent intention to withdraw from the European Union raised questions on whether it would remain under the regime of the European Court of Human Rights or not, with the current Prime Minister, Theresa May, and many Parliament members of the Conservative Party siding with leaving it (The Guardian 2018a). Aliens being subjected to administrative removal in the United Kingdom have the right to provide evidence against it, with an eventual possibility to appeal, the right to a legal adviser and also the right to have the removal order reviewed by a judge (Citizens Advice 2018). The government has recently followed a policy of discouraging immigration and cracking down on illegal immigrants, having raised the legal requirements to prove one's legal status in the country, but a recent scandal involving long-time residents who entered the United Kingdom during a time when such documentation was not needed losing their jobs and benefits due to the change (BBC 2018b) caused Prime Minister Theresa May to publicly apologize for the distress (The New York Times 2018c). Nevertheless, as the detachment from the European Union is currently an impending process, the United Kingdom is still bound, as a general rule, to the European Union's supranational legal framework. Therefore, the delegate's opinion should be coherent with said rules of Union Law.

4.3 MIDDLE EASTERN COUNTRIES

Israel has notably pursued an active policy of its own regarding the expulsion of certain aliens, especially migrants from Eritrea and Sudan who have entered the country in great numbers in the 21st century. Although they generally seek to be recognized as refugees, the Israeli government considers most to be immigrants motivated by economic factors, looking for work within its territory, entering Israel illegally. In reaction to this flood of immigrants, Israel approved a plan that offered illegal immigrants with the options of either accepting to be relocated to Rwanda or Uganda or being placed under detention for trespassing the border without a permit (Al-Jazeera 2018b). Most recently, after both African States left the deal, Israel adopted a new plan involving encouraging immigrants to leave voluntarily to countries indicated by the UNHCR. However, the Israeli government is still very defensive of their previous actions as necessary (The Times of Israel 2018). Considering the aforementioned events and the opinions emitted by the government regarding it, the delegate should support the demand for a high standard on defining which aliens deserves protection against expulsion under refugee status. The delegate should also either oppose the prohibition on disguised expulsion or demand that a high standard should be imposed for considering a particular case as disguised expulsion, such as the circumstances leading the alien to leave the state being at least a significant

threat to the alien's physical integrity or life, as Israel's act of imprisoning those who refused to leave voluntarily might otherwise be considered as disguised expulsion.

Saudi Arabia houses an immense population of foreigners, with reports showing that they constituted more than half of the country's workforce in 2008. It also has a delicate historic of treatment of the foreigners it expels, typically because they have surpassed their legal time of stay or no longer work for the same employer stated in their documents. Aliens have been subjected to summary expulsions and some allegedly suffered abuses while under the custody of Saudi authorities, sometimes in makeshift facilities. A few have died or been injured in clashes with security forces during raids conducted to search for illegal immigrants, or were returned to states where they were at risk and in some cases had their physical integrity effectively violated, which might lead the delegate to wish to flexibilize the expelling state's obligations to ensure the alien shall be safe in the state of destination (Global Detention Project 2016). Additionally, Saudi Arabia is not a party to the United Nations Refugee Convention, nor does it have any domestic legislation concerning refugees, as a consequence having no system of asylum concession, which turns the situation of many foreigners more fragile than it would be in other States, and might lead the delegate to seek a non-compromising stance on the protection of refugees (Human Rights Watch 2017). Regarding the expulsion of aliens, Saudi Arabia has already manifested itself in favour of a necessity of accordance with the law, of a right to seek legal remedies and of a prohibition of collective expulsion, according to Article 26, paragraph 2 of the Arab Charter of Human Rights, of which the state is a party (League of Arab States 2004).

Turkey, as one of the requirements of being part of the Council of Europe according to Resolution 1031 of its Parliamentary Assembly, is a party to the European Convention on Human Rights, which mandates that its members pursue any decisions towards expelling an alien according to law, and grant a number of procedural guarantees to the alien to contest such decision, making it the official position that the delegate should pursue (Council of Europe 1994). It has not, however, always acted in a manner compatible with its obligations, and has detained asylum seekers at its border area and summarily sent them back (Human Rights Watch 2000b), and according to at least one case brought before the European Court of Human Rights, Jabari v. Turkey, denied them the right to an effective remedy to challenge the expulsion, which might lead the delegate to assume a non-compromising stance towards the topic (European Court of Human Rights 2000).

4.4 NORTH AMERICAN COUNTRIES

According to Section 95 of the Constitution of **Canada**, each province has a discretionary margin to deal with immigration, as long as it does not collide with the acts of the Parliament of Canada. In this sense, the justice system of Canada is very inclined to protect refugees and aliens, having enacted several laws in order to enforce this protection, as the 1994 Department of Citizenship and Immigration Act, the 1985 Citizenship Act and the 2001 Immigration and Refugee Protection Act. Justin Trudeau was also one of many chiefs of state condemning Trump's policy on family splitting earlier this year, revealing Canada's protective stance on the treatment of aliens on the international stage, despite criticism over its immigration cen-

tres being an inappropriate environment for minors (The New York Times 2018a). This should be reflected in the delegate's performance within the Legal Committee and motivate them to argue in favour of extensive protection and guarantees against expulsion for aliens.

Article 33 of the Constitution of **Mexico** gives the President the power to expel undesirable aliens as he or she sees fit, without a prior trial and immediately (Narvaez-Hasfura 1997). Having a National Catalogue of Foreigners, visitors who do not possess proper documents and identification are subject to arrest at any time (National Review 2013). Thus, the delegate should argue in support of a short process for expulsion, with reduced possibility for remedies, in favour of efficiency in pursuing official decisions of the state.

The **United States of America** lie in a complicated situation regarding the expulsion of aliens, as the government has deported thousands of immigrants in the last decade, and the current government has made that one of its main agendas. Despite the Supreme Court of the United States having already stated in two separate cases, Plyler v. Doe and Kwong Hai Chew v. Colding, that even aliens who are unlawfully in the territory of the United States are guaranteed a hearing before a judge as part of their right to receive due process of law, including if they are to be deported, President Donald Trump and White House spokeswoman Sarah Huckabee Sanders have claimed that a judicial process is dispensable for the deportation of illegal immigrants (Time 2018). Also contradicting this claim is the fact that the United States are a party to the International Covenant on Civil and Political Rights, which consecrates, in its Article 13, both the necessity for decisions of expulsion to be reached according to the law and the right of the alien to have the decision reviewed by a competent authority except when compelling reasons of national security are involved (Office of the High Commissioner for Human Rights 1966). The country furthered its restrictive immigration policy by adopting a strategy of imposing visa sanctions to officials (and their families) from countries which do not cooperate with the deportation of their nationals from the United States (HuffPost 2018). Considering this, the delegate should attempt to argue within the frame of the ICCPR but explore the loopholes in the manner Article 13 was written to support the President's claim. For example, that the competent authority it refers to does not need to be a judicial authority, with an administrative process being possible, and that when the article refers to the right of the alien to have the decision reviewed it means that such a revision may be carried out after the decision has already been executed and the alien has been removed from national territory. Generally, the delegate should seek to preserve the power of the state to decide when an alien may be expelled as much as possible.

4.5 SOUTH AMERICAN AND CARIBBEAN COUNTRIES

Argentina received the highest number of legal migrants in Latin America and the Caribbean in the 21st century, mostly of them from Bolivia and Paraguay (The World Factbook 2018a). In 2002, the Regional Agreement for Nationals of the Member States of the Common Market of the South (Argentina, Brazil, Uruguay and Paraguay) and the associated states, Chile and Bolivia), was signed, permitting nationals of the six countries to reside wherever they wanted within the scope of

the Agreement and granted them equal treatment regarding economic activity (Cavalieri 2012). In 2004, Argentina decided to extend protection from deportation with the sanction of Law N° 25.871, which recognised a human right to migrate, and followed the main principles set by the 1990 Convention on Migrant Workers (Dirección Nacional de Migraciones 2004). Considering this trend of receptiveness and extension of guarantees to non-nationals, the delegate should manifest themselves in a generally progressive manner, granting further protection (such as through the promotion of the principles of the Cartagena Declaration, including the principle of non-refoulement) and possibilities for remedies to the aliens.

The 1988 Federal Constitution of **Brazil** in the *chapeau* of its Article 5 establishes that nationals and foreigners residing in the country are entitled to equal treatment before the law, ensured the inviolability of their fundamental rights. The specific rules on expulsion of non-nationals within the Brazilian legal system are set forth in Articles 54-62 of the new Migration Law (Law 13.445, of 24 May 2017). Most importantly, these provisions give a definition of expulsion, establish conditions as well as prohibitions to the expulsion act and enshrines basic procedural guarantees to persons subjected to an expulsion procedure. Specifically with regards to the expulsion of refugees, Articles 36 and 37 of the Law Implementing the 1951 Convention on the Status of Refugees (Law 9.474, of 22 July 1997) determine, respectively, the prohibition of the expulsion of refugees as the general rule (except for reasons of national security or public order) and the prohibition of returning a refugee to a country where their life, liberty or integrity is threatened. Such provisions are purposely in consonance with the 1951 Convention, namely its non-refoulement principle. Mention should be made, however, to the policy narrative dominated by the ideal of national sovereignty and security (in detriment of the fundamental rights of non-nationals), which prevailed under the auspices of the now revoked 1980 Foreigner's Statute. However, that the legal paradigm has shifted towards a more protective approach to the fundamental rights of non-nationals, the adequate implementation of the new law by that domestic authorities in charge of applying the domestic migration law and policy (Oliveira 2017). It is important to notice that the views of different Brazilian state organs on this topic are not homogeneous, and whereas more conservative institutions, such as the Federal Police, pressured – in part successfully – the Executive to veto certain progressive developments within the new law, the Ministry of Foreign Affairs (Itamaraty), along with organized civil society, held the position that the text approved by the Congress should have been sanctioned by the President without any vetoes whatsoever[30] (Brasil de Fato 2017). In addition to that, in light of the current migration crisis in the northern border of Brazil with Venezuela that resulted from the massive influx of immigrants coming from the latter, the Itamaraty reaffirmed, in a speech recently delivered by the permanent representative of Brazil in the Organization of American States, the eagerness of Brazil in receiving these migrants from Venezuela, without mentioning expulsion as a possible solution to tackle this crisis (Brasil 2018), thus evidencing a human rights oriented approach to this issue at the international politics level.

Due to political developments that began with the election of President François Duvalier – also known as Papa Doc – in 1957, the **Republic of Haiti** has

30 It is interesting to notice that when the new Migration Law was sanctioned, Mr. Aloysio Nunes, who was the author of this bill while in office as a Senator, held the office of Minister of Foreign Affairs.

strong ties to the recent refugee crisis in Latin America and the Caribbean (Loescher and Scanlan 1984). Since then, the country has become an emissary of migrants to various parts of America, most notably the United States and, especially after the deployment of the MINUSTAH (The United Nations Stabilization Mission in Haiti) by UN Security Council Resolution 1542, Brazil (Moraes, Andrade and Mattos 2013). The political situation was considered stabilized by 2010 and the multinational UN taskforce was about to withdraw when an earthquake took place, the biggest in the known history of Haiti (The New York Times 2010), worsening the refugee crisis. For these reasons, Haiti is extremely interested in the development of a regional structure in order to make discussions with its neighboring countries politically available (Gavigan 1997).

Uruguay has always taken the forefront when it regards to civil and political rights enhancement in Latin America, being, for example, the first country to enable laws regarding universal suffrage. In this sense, the country has an open policy regarding migrants, having enacted comprehensive legislation regarding migration – Ley No. 18.250 (Ley de Migración) – and refugees – Ley No. 18.076 (Derecho al refugio y a los refugiados). In addition, Uruguay has been working with the UN High Commissioner for Refugees in the Syrian Refugee Resettlement Programme, being the execution of the program an uncomfortable issue, though (Camejo 2017). That said, Uruguay is willing to stand up for hard guarantees regarding protection of human rights and development of refugees rights as well, granting further protection to aliens and strengthening the principle of non-refoulement.

4.6 OCEANIAN, SOUTH AND SOUTH-EAST ASIAN COUNTRIES

Australia is a party to both the ICCPR (International Covenant on Civil and Political Rights) and the 1951 Convention Relating to the Status of Refugees, combined with the 1958 Migration Act, which provides domestic legislation about the procedures regarding the expulsion of aliens (Wessels 2017). Australia's history of treatment of foreigners is not without stains, however: there was a recent tightening of the national migration policy, which left many candidates to asylum unable to complete their journeys (News Deeply 2018), and the UN Refugee Agency has denounced Australia's neglect over asylum seekers already within its territory, taking years to evaluate applications, not providing needed services and not granting them work permits. Worst of all, Australia has forcibly transferred asylum seekers from Papua New Guinea and Nauru back to their home countries, where they are at risk, acting with indifference to the principle of non-refoulement (United Nations High Commissioner for Refugees 2017). Nominally, however, Australia still holds obligations under several treaties regarding the treatment of refugees and stateless people, including protection from expulsion, and to carry out expulsion proceedings according to the law, with the right to a judicial review (Attorney-General's Department 2018).

The **People's Republic of China** adopted a law on control of the entry and exit of aliens at the 13th Meeting of the Standing Committee of the Sixth National People's Congress, being it promulgated by Order No. 31 of the President of the People's Republic of China (Deng Xiaoping, from 1978 to 1990) on November 22nd, 1985, and effective as of February 1st, 1986. This regulation grants the inviolability of the

lawful rights and interests of aliens on Chinese territory, the law granting them also freedom of their person. Most of the immigration aiming at entering its territory comes from Vietnam, for a myriad of reasons, from religious persecution to racial intolerance, and North Korea, even though there are no official numbers regarding to Korean immigration into China (The World Factbook 2018c).

Although the Constitution of **India** does not define the concept of alien, many legal texts deal with the differences existing between the prerogatives given to citizens against the ones given to non-nationals – not all the fundamental civil and political rights that are available to Indian citizens are also applicable to aliens. The country has historically presented a contradictory approach towards refugee and asylum, sometimes waiving the incidence of national legislation like the Foreigners Act and the Passports Act, and in other cases forbidding peoples like the Rohingya to enter the country (The Wire 2017a). Recently, after the expulsion of numerous Rohingya from its territory, the government of India has issued an opinion that it is not bound by the principle of non-refoulement considering that it is not a party to the 1951 United Nations Refugee Convention, but this occurred in answer to a specific situation. In international conferences it has historically assumed a stance of defending openness to refugees and the application of the principle of non-refoulement, something that the delegate's opinion should reflect (The Wire 2017b).

Indonesia has recently involved itself in a crisis regarding the allocation of refugees. It has recently received numerous refugees from elsewhere in Asia and Africa, who were mostly seeking passage to other countries such as Australia and the United States of America, but after these countries tightened their migratory policies, the bulk of these asylum seekers had to remain in Indonesia. The president has signed a decree recognizing their status and setting up extra shelters in 2017, but settling permanently is still ruled out from their options as they have no access to formal education and formal sources of income (News Deeply 2018), and many speak of curfews and violence in the shelters (Vice 2018). In 2005, the government had already shocked the international community by considering expelling even foreign troops and aid workers who were involved in aiding the tsunami-stricken province of Aceh, something that it backtracked on soon after. It maintained, however, that it would expel those entering Aceh for political purposes, mainly worried with supporters of the local separatist insurgents entering it disguised as part of the foreign aid missions (The Guardian 2005). In general, the delegate should take a stance against resolutions that put more burdens over states and seek to conserve their national autonomy, especially regarding the maintenance of national security.

The relation of **Myanmar** with the subject of expulsion of aliens is highly controversial. Accused of socially excluding the Rohingya people through a number of legislative changes, including changes of regime, and now provoking an exodus of the ethnic group from its territory, the country's official stance is that the group is actually formed by a large contingent of Bengali workers who moved to Myanmar during the period of British colonial occupation and remained there illegally, something that would legitimize their expulsion (Al-Jazeera 2018). The government denies human rights violations and, regarding the alleged attacks by Burmese soldiers against civilians, the state claims its forces have only acted against armed militants (BBC 2018b), which the government has affirmed to have international links

to jihadist groups, like the Arakan Rohingya Salvation Army[31] (The Guardian 2017b). Regarding its general immigration policy, Myanmar is relatively restrictive with long stays, but has no current operational system of issuing work permits, since legislation on the subject has been foreseen but has not been elaborated yet (Myanmar Times 2014). The government of Myanmar is known for a generally harsh opinion on illegal immigration, stating that it helps spread terrorism, indicating that the delegate should manifest in favour of allowing the expulsion of aliens under reasons of national defence (Global News 2017).

The **Republic of Korea** is a party to a few treaties regarding the human rights of foreigners and has a very controlled process and an extensive system of remedies for those being subjected to expulsion to contest the decision, showing a general opinion against the permission of summary expulsions (Chung 2012). The actions of the government of South Korea have revealed a support for the right to expel aliens that either belong to an international terrorist group or are on an internationally shared database of wanted persons, on the basis of national security (Fox News 2017).

5 QUESTIONS TO PONDER

I. Should the ILC Draft Articles on the Expulsion of Aliens take the form of a "soft law" non-binding instrument or of a "hard law" binding multilateral treaty? Consider what the domestic and international implications of manifesting the consent to be bound by an international treaty are, as well as if there are consequences for disregarding norms of a non-binding nature.

II. The hypotheses in which expulsion is prohibited under the ILC Draft Articles are consistent with the domestic laws and policies of most countries around the world? What can be done about it in order to promote a consensus?

III. In the context of the international human rights law and international refugee law systems, why some countries ratified the main treaties at universal and regional levels, and other did not? If the ILC Draft Articles contains provisions that overlap those of the treaties some countries are bound, is this a problem? Could the two overlapping sources of treaty obligations hypothetically coexist in the international legal order?

IV. Is it lawful to accord to non-nationals a legal treatment different from that accorded to the nationals, in accordance with domestic procedural law and its overarching constitutional principles? Do the standards set forth in the ILC Draft Articles in any way conflict with domestic and regional legal order?

V. Should be included in the ILC Draft Articles provisions entailing responsibility to states incurring in a violation of its obligations under the Draft Articles?

REFERENCES

Africa Check. 2016. FACTSHEET: Detention and deportation of undocumented migrants in South Africa at the Lindela Repatriation Centre. Available at: https://africacheck.org/

31 Shortly known as ARSA, it is an insurgent armed group which opposes the alleged persecution against the Rohingya people in Myanmar.

factsheets/lindela-repatriation-centre-migrants/.

African News. 2018. Ethiopia reaffirms open-door refugee policy amid continuing refugee influx. Available at: http://www.xinhuanet.com/english/2018-02/27/c_137001650.htm.

Al-Jazeera. 2018a. "Who are the Rohingya?". Access in 25 April 2018. https://www.aljazeera.com/indepth/features/2017/08/rohingya-muslims-170831065142812.html.

———. 2018b. "Deportation or Prison: Israel's African Asylum Seekers." March 03, 2018. Available at: https://www.aljazeera.com/programmes/talktojazeera/inthefield/2018/03/deportation-prison-israel-african-asylum-seekers-180302143018483.html.

Albert, Eleanor. 2018. "The Rohingya Crisis". Council on Foreign Relations. https://www.cfr.org/backgrounder/rohingya-crisis./

Attorney-General's Department. 2018. "Expulsion of Aliens." Accessed September 2018. https://www.ag.gov.au/RightsAndProtections/HumanRights/Human-rights-scrutiny/PublicSectorGuidanceSheets/Pages/Expulsionofaliens.aspx

Baden-Württemberg. 2018. "Expulsion of foreigners". Available at: https://www.service-bw.de/en/lebenslage/-/sbw/Expulsion+of+foreigners-5000036-lebenslage-0

BBC. 2018a. Anger as 'Windrush generation' face deportation threat. Available at: https://www.bbc.co.uk/news/uk-politics-43726976.

———. 2018b. "Myanmar Rohingya: What you need to know about the crisis". Access in 25 April 2018. http://www.bbc.com/news/world-asia-41566561.

———. 2018c. France approves controversial immigration bill. Available at: https://www.bbc.com/news/world-europe-43860880.

Boczek, Boleslaw Adam. 2005. "International Law: A Dictionary". Lanham: Scarecrow Press.

Boswell, Christina, Geddes, Andrew and Peter Scholten. 2011. "The Role of Narratives in Migration Policy-Making: A Research Framework". BJPIR: Vol. 13 (2011), 1–11.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty). 2018. . "Intervenção do Embaixador Fernando Simas na OEA sobre a crise migratória originada pela situação na Venezuela – 5 de setembro de 2018". Available at: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/outras-autoridades-discursos/19435-intervencao-do-embaixador-fernando-simas-na-oea-sobre-a-crise-migratoria-originada-pela-situacao-na-venezuela-5-de-setembro-de-2018.

Brasil de Fato. 2017. "Nova Lei de Migração é sancionada, mas vetos derrubam anistia e outros 19 pontos". Available at: https://www.brasildefato.com.br/2017/05/25/nova-lei-de-migracao-e-sancionada-mas-vetos-derrubam-anistia-e-outros-19-pontos/.

Camejo, Raquel Rodriguez. 2017. Syrian refugees in Uruguay: an uncomfortable topic. Forced Migration Review. Available at: https://www.fmreview.org/latinamerica-caribbean/rodriguezcamejo.

Cavalieri, Paulo. 2012. Argentina: resettling refugees within the context of an open migration policy. In: Forced Migration Review. Available at: http://www.fmreview.org/young-and-out-of-place/cavaleri.html.

Chalabi, Azadeh. n.d. The nature and scope of obligations of states under the United Nations' nine core human rights treaties. Available at: http://shodhganga.inflibnet.ac.in/bitstream/10603/76456/9/chapter%203.pdf.

Chinkin, Christine. "Part II: International Law, Chapter 4: Sources". Book Chapter in Moeckli, Daniel, Shah, Sangeeta and Sandesh Sivakumaran (eds). International Human Rights Law (2018). Third Edition, Oxford University Press. 63-85.

Chung, Wonil. Introduction to the Deportation or Removal Order and How to Appeal the Order in Korea. Ask Korea Law. July 25, 2012. Available at: https://askkorealaw.com/2012/07/25/deportation/#more-1202.

CIA, U.S. Central Intelligence Agency. 2018a. The World Factbook: Argentina. Available at: https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ar.html.

———. 2018b. The World Factbook: China. Available at: https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html.

Citizens Advice. 2018. If you're going to be deported from the UK. Available at: https://www.citizensadvice.org.uk/immigration/living-in-the-uk-illegally/if-youre-going-to-be-de-

ported-from-the-uk/.

Council of Europe. "About us - who we are". Available at: https://www.coe.int/en/web/about-us/who-we-are.

———. Council of Europe Parliamentary Assembly. 1994. Resolution 1031: Honouring of commitments entered into by member states when joining the Council of Europe. Available at: http://assembly.coe.int/nw/xml/XRef/Xref-XML2HTML-EN.asp?fileid=16442&lang=en.

Cove, Ruth L. "State Responsibility for Constructive Wrongful Expulsion of Foreign Nationals". Fordham International Law Journal, Volume 11, Issue 4 (1987).

Crawford, James. 2012. "Brownlie's Principles of Public International Law". Eighth Edition, Oxford University Press.

Dabanga. 2017. Sudan courts deported more than 100 Eritrean refugees in August. Available at: https://www.dabangasudan.org/en/all-news/article/sudan-courts-deported-more-than-100-eritrean-refugees-in-august.

Deutsche Welle. 2017. DRC's homemade refugee crisis. Available at: https://www.dw.com/en/drcs-homemade-refugee-crisis/a-39064215.

Deutsche Welle. 2018. "Viktor Orban and Matteo Salvini strive to forge new European anti-migrant alliance". Available at: https://www.dw.com/en/viktor-orban-and-matteo-salvini-strive-to-forge-new-european-anti-migrant-alliance/a-45262151.

Dirección Nacional de Migraciones, Argentina. *Ley de Migraciones.* N° 25.871. Buenos Aires: Dirección Nacional de Migraciones, 2004, http://www.migraciones.gov.ar/pdf_varios/campana_grafica/pdf/Libro_Ley_25.871.pdf.

Edwards, Alice. International Refugee Law. In: International Human Rights Law. Oxford: Oxford University Press, 2013.

European Court of Human Rights. Georgia v. Russia (I). 3 July 2014, available at: https://hudoc.echr.coe.int/app/conversion/pdf/?library=ECHR&id=001-145546&filename=001-145546.pdf.

———. Guide on Article 4 of Protocol No. 4 to the European Convention on Human Rights. April 30, 2018. Available at: https://www.echr.coe.int/Documents/Guide_Art_4_Protocol_4_ENG.pdf.

———. Jabari v. Turkey. July 11, 2000. Available at: https://www.jstor.org/stable/20694053?seq=1#page_scan_tab_contents.

European Union. 2008. Directive 2008/115/EC of the European Parliament and of the Council of 16 December 2008 on common standards and procedures in Member States for returning illegally staying third-country nationals. Available at: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=celex%3A32008L0115.

Financial Times. 2018. Germany to tighten asylum laws amid public outrage. Available at: https://www.ft.com/content/e90783c2-6c86-11e8-92d3-6c13e5c92914

Forteau, Mathias. 2017. "A New Baxter Paradox: Some Observations on the ILC Draft Articles on the Expulsion of Aliens". 30 Harv. Hum. Rts. J. 29 (2017), 29-47.

Fox News. 2017. Olympics in mind, South Korea deports 17 foreigners 'who could pose a terrorist menace'. Available at: http://www.foxnews.com/world/2017/12/27/olympics-in-mind-south-korea-deports-17-foreigners-who-could-pose-terrorist-menace.html.

Gavigan, Patrick. 1997. Migration emergencies and human rights in Haiti. OAS Department of International Legal Affairs, Office of Legal Cooperation. Available at: http://www.oas.org/juridico/english/gavigane.html.

Gogolin, Jana, and Kay Hailbronner. Aliens. In Max Planck Encyclopedia of Public International Law. Oxford: Oxford University Press, 2013.

Global Detention Project. 2016. Saudi Arabia Immigration Detention Profile. Available at: https://www.globaldetentionproject.org/countries/middle-east/saudi-arabia.

Global News. 2017. Myanmar leader blames illegal immigration for world's conflicts, as country drives out Rohingyas. Available at: https://globalnews.ca/news/3870119/myanmar-aung-san-suu-kyi-illegal-immigration/.

The Guardian. 2005. Threat to expel foreigners dropped. Available at: https://www.theguar-

dian.com/world/2005/jan/17/indonesia.tsunami2004.

———. 2015. Germany and France demand binding refugee quotas for EU members. Available at: https://www.theguardian.com/world/2015/sep/03/germany-france-eu-refugee--quotas-migration-crisis.

———. 2016. Donald Trump's immigration plans: start by deporting 3 million 'criminals'. Available at: https://www.theguardian.com/us-news/2016/nov/13/trump-deportation-immigration-criminals.

———. 2017. "Aung San Suu Kyi: Myanmar's great hope fails to live up to expectations". Access in 30 April 2018. https://www.theguardian.com/world/2017/mar/31/aung-san--suu-kyi-myanmars-great-hope-fails-to-live-up-to-expectations.

———. 2018a. Brussels seeks to tie UK to European human rights court after Brexit. Available at: https://www.theguardian.com/law/2018/jun/18/brussels-seeks-to-tie-uk-to-european-human-rights-court-after-brexit.

———. 2018b. Hungary is making a mockery of 'EU values'. It's time to kick it out. Available at: https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/jun/22/hungary-eu-values--refugees-viktor-orban.

———. 2018c. Italy's coalition on collision course with EU after migration standoff. Available at: https://www.theguardian.com/world/2018/jun/11/italy-coalition-collision-course--eu-migration-standoff-matteo-salvini.

———. 2018d. Far-right Italy minister vows 'action' to expel thousands of Roma. Available at: https://www.theguardian.com/world/2018/jun/19/italy-coalition-rift-roma-register--matteo-salvini.

Haddadi, Mahdi and Hasan Khosroshahi. 2015. "Disguised Expulsion from Iran-United States Tribunal to the International Law Commission's Draft on the Expulsion of Aliens". *International Journal of Academic Research in Public Policy and Governance*, 16-26.

Harris, David and Sandesh Sivakumaran. 2015. *Cases and Materials on International Law*. Eighth Edition, Sweet & Maxwell.

Henriksen, Anders. 2017. International Law. First Edition, Oxford University Press.

HuffPost. 2018. U.S. Punishes Laos And Myanmar Over Dispute on Deporting Their Citizens. Available at: https://www.huffpostbrasil.com/entry/us-punishing-laos-myanmar-deportations_us_5b477428e4b0e7c958f8f580.

Human Rights Committee (HRC). "CCPR General Comment No. 15: The Position of Aliens Under the Covenant". April 11, 1986. Available at: http://www.refworld.org/docid/45139acfc.html.

Human Rights Watch. 2000. Protecting Refugees. Available at: https://www.hrw.org/reports/2000/turkey2/Turk009-10.htm.

———. 2014. Sudan: Stop Deporting Eritreans. Available at: https://www.hrw.org/news/2014/05/08/sudan-stop-deporting-eritreans.

———. 2017. Why Saudi Arabia Must Halt the Deportation of Half a Million Ethiopians. Available at: https://www.hrw.org/news/2017/08/24/why-saudi-arabia-must-halt-deportation-half-million-ethiopians.

———. 2018. France Approves Flawed Asylum and Immigration Law. Available at: https://www.hrw.org/news/2018/08/04/france-approves-flawed-asylum-and-immigration--law.

The Independent. 2017. US deportation raids under Trump lead to huge rise in arrests of immigrants without criminal records. Available at: https://www.independent.co.uk/news/world/americas/us-politics/us-deportation-raids-donald-trump-latest-huge-rise-arrests-undocumented-illegal-immigrants-a7874116.html.

———. 2018a. 'Hungary is the worst': Refugees become punch bag under PM Viktor Orbán. Available at: https://www.independent.co.uk/news/world/europe/hungary-refugees--immigration-viktor-orban-racism-border-fence-a8446046.html.

———. 2018b. Italy's far-right government turns away rescue ship with 224 refugees: 'They will only see Italy on a postcard'. Available at: https://www.independent.co.uk/news/world/europe/migrant-crisis-italy-rescue-ships-matteo-salvini-libya-spain-latest--mission-lifeline-a8412591.html.

———. 2018c. German government planning 'anchor centres' to process migrants at borders. Available at: https://www.independent.co.uk/news/world/europe/germany-eu--migration-angela-merkel-asylum-seekers-refugees-christian-democratic-union--a8424686.html

Inter-American Court of Human Rights. 2003. "Advisory Opinion on the Juridical Condition and Rights of Undocumented Migrants". OC-18/03 of 17 September 2003, requested by the United Mexican States. Available at: http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_18_ing.pdf

———. 2013. "Case of the Pacheco Tineo Family v. Plurinational State of Bolivia". Judgement of 25 November 2013. Available at: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_272_ing.pdf

International Court of Justice (ICJ). 1945. "Statute of the International Court of Justice". Available at: http://www.icj-cij.org/documents/?p1=4&p2=2.

———. 2010. "Case Concerning Ahmadou Sadio Diallo (Republic of Guinea v. Democratic Republic of the Congo), Judgement of 30 November 2010". ICJ Reports, 2010, p. 639.

International Criminal Court (ICC). n.d. "Al Bashir Case". Available at: https://www.icc-cpi.int/darfur/albashir/Pages/default.aspx.

———. n.d. "Darfur, Sudan". Available at: https://www.icc-cpi.int/darfur.

International Law Commission (ILC). 1947. Statute of the International Law Commission.

———. 2001. "Draft Articles on Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts". Available at: http://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/commentaries/9_6_2001.pdf.

———. 1994. Draft Statute for an International Criminal Court, with Commentaries. Available at: http://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/commentaries/7_4_1994.pdf.

———. 2014. Draft Articles on the Expulsion of Aliens, with Commentaries. Available at: http://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/commentaries/9_12_2014.pdf.

———. 2015. Summaries of the Work of the International Law Commission. Available at: http://legal.un.org/ilc/summaries/9_12.shtml.

———. "League of Nations Codification Conference." United Nations. July 31, 2017. Available at: http://legal.un.org/ilc/league.shtml.

International Organization for Migration. 2011. Migration in Sudan: A Country Profile. Available at: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/D2ECC0D6226DF-41DC1257842003973F1-Full_Report.pdf.

———. 2017. "Statement from the UN Migration Agency Director General William Lacy Swing on Pledging Conference for the Rohingya Refugee Crisis". Access in 29 April 2018. Available at: http://www.iom.int/speeches-and-talks/statement-un-migration--agency-director-general-william-lacy-swing-pledging.

———. 2018. "Global Compact for Migration". Available at: https://www.iom.int/global-compact-migration.

League of Arab States. 2004. *Arab Charter on Human Rights*. Available at: https://app.icrc.org/elearning/curso-sobre-privacion-libertad/story_content/external_files/Carta%20Arabe%20de%20Derechos%20Humanos%20(2004).pdf.

Loescher, Gilburt and John Scanlan. 1984. Human Rights, U.S. Foreign Policy, and Haitian Refugees. Journal of Interamerican Studies and World Affairs. Vol. 26, No. 3 (Aug., 1984), pp. 313-356.

Kälin, Walter. 2013. "Aliens, Expulsion and Deportation". In *Max Planck Encyclopedia of Public International Law*. Oxford: Oxford University Press.

Kanstroom, Daniel. 2017. "Deportation as a Global Phenomenon: Reflections on the ILC Draft Articles on the Expulsion of Aliens". 30 Harv. Hum. Rts. J. 49 (2017), 49-75.

Kidane, Won. 2013. "Procedural Due Process in the Expulsion of Aliens under International, United States, and European Union Law: A Comparative Analysis". 27 Emory Int'l L. Rev. 285 (2013), 285-346.

———. 2017. "Missed opportunities in the International Law Commission's Final Draft Articles on the Expulsion of Aliens". Harvard Human Rights Journal, vol. 30 (2017), 77-88.

Kipgen, Nehginpao. 2014. "Addressing the Rohingya Problem". Journal of Asian and African Studies: Vol. 49(2) 234–247.

The Local. 2018. France unveils controversial migrant deportation bill. Available at: https://www.thelocal.fr/20180221/france-unveils-controversial-migrant-bill.

Mégret, Frédéric. "Part II: International Law, Chapter 5: Nature of Obligations". Book Chapter in Moeckli, Daniel, Shah, Sangeeta and Sandesh Sivakumaran (eds). International Human Rights Law (2018). Third Edition, Oxford University Press. 86-109.

Moeckli, Daniel. "Part III: Substantive Rights; Chapter 8: Equality and Non-Discrimination". Book Chapter in Moeckli, Daniel, Shah, Sangeeta and Sandesh Sivakumaran (eds). International Human Rights Law (2018). Third Edition, Oxford University Press. 148-164.

Moraes, Isaias Albertin de, Carlos Alberto Alencar de Andrade, e Beatriz Rodrigues Bessa Mattos. 2013. A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios. Revista Conjuntura Austral. Vol. 4, nº 20. out. nov. 2013.

The Moscow Times. 2018. Migrants Riot to Demand Faster Deportation from Russia. Available at: https://themoscowtimes.com/news/migrants-riot-demand-faster-deportation-from-russia-60435.

Murphy, Sean D. 2013. "The Expulsion of Aliens and Other Topics: The Sixty-Fourth Session of the International Law Commission". The American Journal of International Law, Vol. 107, No. 1 (January 2013), 164-177.

Myanmar Times. 2014. Staying Legal: Immigration laws for foreign workers. Available at: https://www.mmtimes.com/business/11522-staying-legal-a-look-at-immigration--laws-for-foreign-workers.html.

Narvaez-Hasfura, Carlos. 1997. The Mexican Power to Expel Aliens in Light of Its International Limitations and the Dimensional Theory of Law: with Some Comparative References to U.S. Immigration Law. Washington University School of Law Dissertations. 46. https://openscholarship.wustl.edu/law_etds/46

National Review. 2013. Reminder: How Mexico Treats 'Undesirable' Foreigners. Available at: https://www.nationalreview.com/2013/03/reminder-how-mexico-treats-undesirable--foreigners-michelle-malkin/.

Neuman, Gerald L. 2017. "Human Rights and the International Law Commission's Draft Articles on the Expulsion of Aliens". 30 Harv. Hum. Rts. J. 3 (2017), 3-14.

News Deeply. 2017. South Africa Steps up Deportation of Asylum Seekers. Available at: https://www.newsdeeply.com/refugees/articles/2017/10/17/south-africa-steps-up-deportation-of-asylum-seekers.

———. 2018. Refugees in Indonesia Told to Assimilate but Not Settle. Bemma, Adam. https://www.newsdeeply.com/refugees/articles/2018/02/09/refugees-in-indonesia-told-to--assimilate-but-not-settle.

New York Times. 2016. How Republicans lost their best shot at the Hispanic vote. Available at: https://www.nytimes.com/2016/09/18/magazine/how-republicans-lost-their-best--shot-at-the-hispanic-vote.html.

———. 2018a. Trudeau Doesn't Separate Refugee Families, but He Does Send Them Away: the Canada Letter. Available at: https://www.nytimes.com/2018/06/22/world/canada/trudeau-doesnt-separate-refugee-families-but-he-does-send-them-away-the-canada--letter.html.

———. 2018b. Refugees in Indonesia hoped for a brief stay. Many may be stuck for life. https://www.nytimes.com/2018/01/26/world/asia/indonesia-refugees-united-nations.html.

———. 2018c. 'Windrush Generation', fearful over status, gets UK apology. Available at: https://www.nytimes.com/2018/04/17/world/europe/uk-windrush-apology-theresa--may.html.

New York Times. 1991. Congo Expelling Zairian Citizens. Available at: https://www.nytimes.com/1991/12/13/world/congo-expelling-zairian-citizens.html.

New York Times. 2010. Fierce Quake Devastates Haitian Capital. Available at: https://www.nytimes.com/2010/01/13/world/americas/13haiti.html.

Norwegian Refugee Council. 2018. How is Ethiopia welcoming its refugees? Available at: https://www.nrc.no/news/2018/may/how-is-ethiopia-welcoming-its-refugees/.

Office of the High Commissioner for Refugees. 1966. *International Covenant on Civil and Political Rights.* Available at: https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CCPR.aspx.

Oliveira, Antônio T. R. de. 2017. "Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças". *Rev. bras. estud. popul. vol.34 no.1 São Paulo Jan./Apr (2017).* Available at: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982017000100171.

Organization of American States. 1984. "Cartagena Declaration on Refugees". Available at: https://www.oas.org/dil/1984_cartagena_declaration_on_refugees.pdf.

Peers, Steve. 2017. "Chapter 26: Immigration and Asylum". Book chapter in Barnard, Catherine, and Steve Peers (eds). European Union Law (2018). Second Edition, Oxford University Press. 791-813.

Permanent Court of International Justice (PCIJ). 1928. "Factory at Chorzów". Judgment, Merits (published on 13 September 1928). Available at http://www.icj-cij.org/pcij/serie_A/A_17/54_Usine_de_Chorzow_Fond_Arret.pdf.

Perruchoud, Richard. State Sovereignty and freedom of movement. In: International Migration Law. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

Pronto, Arnold N. 2013. "The Work of the Sixth Committee of the United Nations General Assembly 2012-2013". 38 S. Afr. Y.B. Int'l L. 144 (2013).

Public Radio International. 2017. Sweden was among the best countries for immigrants. That's changing. Available at: https://www.pri.org/stories/2017-09-11/sweden-was-among-best-countries-immigrants-thats-changing.

Rodley, Nigel S. "Part III: Substantive Rights; Chapter 9: Integrity of the Person". Book Chapter in Moeckli, Daniel, Shah, Sangeeta and Sandesh Sivakumaran (eds). International Human Rights Law (2018). Third Edition, Oxford University Press. 165-185.

Russia Beyond. 2016. Russia is deporting illegal immigrants, activists claim. Available at: https://www.rbth.com/politics_and_society/2016/06/27/russia-is-deporting-illegal-immigrants-activists-claim_606551.

Shah, Sangeeta. "Part III: Substantive Rights, Chapter 13: Detention and Trial". Book Chapter in Moeckli, Daniel, Shah, Sangeeta and Sandesh Sivakumaran (eds). International Human Rights Law (2018). Third Edition, Oxford University Press. 252-277.

Shaw, Malcolm N. 2017. "International Law". Eighth Edition, Cambridge University Press.

Shearer, Ivan and Brian Opeskin. 2011. Nationality and statelessness. In: *International Migration Law*. Cambridge: Cambridge University Press.

Swedish Ministry of Justice, Sweden. *Sweden's migration and asylum policy.* Stockholm: Ministry of Justice, 2018, https://www.government.se/491b2f/contentassets/84c1ec8c729f4be384a5ba6dddeb0606/swedens-migration-and-asylum-policy.

Time. 2018. Here's the Constitutional Problem with Trump's Call to Deport Immigrants Without Seeing Judges. Available at: http://time.com/5321318/donald-trump-immigration-due-process/.

United Nations, *The Right to Adequate Food as a Human Right. Final Report submitted by Asbjorn Eide, Special Rapporteur.* E/CN.4Sub.2/1987/23 (07 July 1987).

———, General Assembly. *Establishment of an International Law Commission*. 1947. Available at: https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/038/81/IMG/NR003881.pdf?OpenElement.

———. 1990. *International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of Their Families*. Available at: https://www.ohchr.org/en/professionalinterest/pages/cmw.aspx.

———. 2012. "Summary record of the 23rd meeting of the Sixth Committee, New York, 6 November 2012 (Official document A/C.6/67/SR.23)". Available at: http://undocs.org/A/C.6/67/SR.23.

——— 2013. "Summary record of the 17th meeting of the Sixth Committee, New York, on Monday, 28 October 2013 (Official document A/C.6/68/SR.17)". Available at: http://undocs.org/A/C.6/68/SR.17.

———. 2017a. "International Migration Report 2017: Highlights (ST/ESA/SER.A/404)". Available at: http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2017_Highlights.pdf.

———. 2017b. "Report of the Sixth Committee A/72/461, of 6 November 2017". Available at: https://undocs.org/A/72/461.

———. 2017c. "Resolution A/RES/72/117, adopted in 18 December 2017". Available at: http://undocs.org/A/RES/72/117.

———. 2018. "Sixth Committee (Legal) - 72nd session, Expulsion of Aliens (Agenda item 82)". Available at: http://www.un.org/en/ga/sixth/72/expulsion_of_aliens.shtml

United Nations High Commissioner for Refugees. 2017. *Australia should not coerce vulnerable people to return to harm*. (Canberra: United Nations, 2017), available from http://www.unhcr.org/news/press/2017/8/59a558104/australia-coerce-vulnerable-people-return-harm.html.

van Boven, Theo. "Part III: Substantive Rights; Chapter 7: Categories of Rights". Book Chapter in Moeckli, Daniel, Shah, Sangeeta and Sandesh Sivakumaran (eds). International Human Rights Law (2018). Third Edition, Oxford University Press. 135-147.

Vice. 2018. Indonesia Is Welcoming Refugees with Forced Curfews and Violent Crackdowns. Available at: https://www.vice.com/en_id/article/vbpyx9/indonesia-is-welcoming-refugees-with-forced-curfews-and-violent-crackdowns.

Weissbrodt, David. 2008. *The Human Rights of Non-Citizens*. Oxford, Oxford University Press.

Wessels, Janna. Material from the lecture *Völkerrecht IV: Internationales Migrationsrecht* delivered at the Justus-Liebig-University Giessen in the Summer Semester of 2017. Giessen: JLU-Giessen, 2017.

The Wire. 2017a. India's Long-Standing Asylum Practices Contradict Modi Government's Stand on Rohingya. Available at: https://thewire.in/law/india-refugee-asylum-practices-rohingya.

———. 2017b. Modi Government Affidavit on Rohingya Refugees Reverses India's Long-Held Stand on Non-Refoulement. Available at: https://thewire.in/diplomacy/indias-statement-rohingya-refugees-reversal-long-held-stance-non-refoulement.

Winer, Stuart, and Toi Staff. "High Court Demands Scuttled Migrant Deportation Plan - Report." The Times of Israel, April 02, 2018. Available at: https://www.timesofisrael.com/high-court-demand-scuppered-migrant-deportation-plan-report/.

COMITÊ DE IMPRENSA INTERNACIONAL

PRESS



ufrgsmun 2018

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v. 6 2018 | p. 564 - 599

DIRETRIZES PARA A COBERTURA JORNALÍSTICA EM MODELOS DAS NAÇÕES UNIDAS[1]

Adriana Figueiredo
Caroline Oliveira
Daniel Mutzemberg Giussani
Gabriela Veiga
Matheus Motta
Vanessa Petuco
Vitoria Pacheco
Vitoria Abreu[2]

RESUMO

A imprensa internacional – no papel de coletar, investigar, analisar e transmitir acontecimentos em um mundo globalizado – lida com a responsabilidade de reportar fatos à sociedade, conectando, curando, certificando e traduzindo o que lhe é de interesse. O jornalismo emerge no cenário internacional com a missão de levar conhecimento ao grande público acerca do contexto global no qual está inserido, configurando-se, portanto, como uma ponte entre aqueles que tomam as decisões e aqueles que são influenciados por essas. Hoje, em um período marcado pela essencialidade do digital, o jornalismo encontra-se em transformação, potencializando as técnicas antigas de forma a conduzi-las ao encontro das novas, convergindo os formatos e redescobrindo o ofício por meio das novas tecnologias. Nesse contexto, o Comitê de Imprensa Internacional (CI) apresenta-se como uma maneira de compreender esse cenário, simulando, pois, o funcionamento dos principais veículos de comunicação mundiais na cobertura de assuntos internacionais. Durante o evento, o CI será responsável por realizar a cobertura midiática de todas as sessões simuladas no UFRGS *Model United Nations* (UFRGSMUN) para as plataformas digitais – *Twitter*, *Facebook* e *Medium*. Os repórteres produzirão, além de materiais relativos à cobertura das sessões, entrevistas, reportagens e artigos à luz das linhas editoriais em representação. Com o mesmo intuito, estará no escopo dos jornalistas a produção de telejornais e coletivas de imprensa.

1 Este artigo é uma revisão, adaptação, atualização e complementação do artigo de Figueiredo et. al 2017 (Figueiredo, A., Veiga, G., Motta, M., Petuco, V. and Pacheco, V. (2017). Diretrizes para a Cobertura Jornalística em Modelos das Nações Unidas. UFRGS Model United Nations Journal, [online] 5, pp.256-293. Available at: https://www.ufrgs.br/ufrgsmun/2017/img/pdf/PRESS.pdf).

2 Graduandas e graduandos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

1 INTRODUÇÃO

Dentre outras maneiras, pode-se entender o jornalismo como "a arte de captar códigos do éter e transmutá-los em linguagem palatável" (Jorge 2008, 34). Nesse sentido, institui-se a noção de um ofício que consiste em traduzir os acontecimentos da realidade em linguagem propagável e acessível. Recorremos a Meditsch (1997) para lembrar que o real sempre será inacessível ao jornalista, uma vez que a realidade é dotada de inúmeros sentidos. Ao jornalista, cabe propor ao público leituras da realidade, às quais é possível se filiar.

> Falar de "a verdade", enquanto substantivo, atributo coisificado, assim vai perdendo sentido. Mais apropriado seria se falar no adjetivo, no enunciado "verdadeiro". E poderão existir muitos enunciados verdadeiros, eventualmente até contraditórios entre si, ainda que cada um coerente com seus pressupostos, porque nenhum enunciado é capaz de esgotar a realidade inteira (Meditsch 1997, 4).

Emerge a ideia de uma profissão cujo papel principal é o compromisso social. A credibilidade torna-se um dos principais capitais do jornalismo.

> Embora seja um instrumento de mudança social, o jornalismo não é mais do que uma ciência de decodificação [...]. Pode e deve ser usado para boas causas, mas estas não devem comprometer a universalidade do ofício ou dar-lhe em última instância, status de porta-voz da justiça [..]. Nós, jornalistas, não transferimos dúvidas para o leitor, é essa nossa crença e é por isso que não há bem maior na profissão do que a credibilidade junto ao público (Jorge 2008, 34).

Hoje, os dilemas do ofício acentuam-se, ainda mais, ao se depararem com uma sociedade cujas transformações ocorrem cada vez mais rapidamente. Isso acontece, dentre outros motivos, devido a prática jornalística estar historicamente ligada à tecnologia (Rodrigues 2009). Mesmo em meio à geração que reverbera uma crise no jornalismo, a credibilidade destaca-se como o que dá fôlego à profissão, quando se considera, nesse cenário, o aumento na velocidade de mudança comportamental do homem, bem como a rapidez na circulação de informações permitida pelo advento da internet.

Todas essas novas associações à vida humana fizeram com que os meios de veiculação tradicional do jornalismo – jornais, revistas, rádios e canais televisivos - enxergassem um novo desafio à frente: a adequação do método antigo ao cotidiano de um novo homem. É por esse motivo que se acredita, na verdade, em uma crise no modelo de negócios e não na atividade jornalística em si. O que aconteceu após a segunda metade da década de 1990, com o desenvolvimento da internet, foi a reformulação do mercado jornalístico e do perfil dos profissionais. "Com o mercado de trabalho redesenhado [...], ganha espaço o discurso da inevitabilidade da convergência e da necessidade de se investir em profissionais com múltiplas habilidades" (Rodrigues 2009, 67).

Outra característica intensificada na profissão por aspectos da atualidade está diretamente ligada à globalização. Hoje, segundo Silva (2011), a economia, a política,

a ciência e a cultura das diferentes sociedades nunca estiveram tão intensamente sujeitas ao contexto além das fronteiras nacionais e à interdependência entre os governos. Nesse cenário, o autor defende que o jornalismo para assuntos internacionais ganha destaque e relevância, já que o correspondente estrangeiro passa a exercer papel essencial à cobertura diária. Bomfim (2012), Aguiar (2008) e Natali (2004) alertam para a variedade de assuntos que a editoria de internacional abrange. A rigor, quaisquer assuntos que envolvam outros países entram em jornalismo internacional. Segundo Aguiar (2008), o jornalismo internacional envolve diversas questões uma vez que as notícias definidas como internacionais podem ser sobre economia, política, cultura, entre outras.

O corresponde é importante não só por seus relatos serem interessantes apenas a quem está diretamente ligado ao cenário internacional, mas por trazer "consciência de mundo", segundo Silva (2011), aos que, imprescindivelmente, são afetados pela globalização.

> Assim como os jornais do início do século XIX ajudaram a tornar os habitantes de cidades e vilas membros de uma comunidade nacional, os meios de comunicação atuais ajudam a transformar cidadãos nacionais em cidadãos globais, graças, em grande parte, ao trabalho de seus correspondentes internacionais (Silva 2011, 10).

Sendo assim, quanto ao papel do jornalista, persiste o de atuar como conector, curador, certificador e tradutor dos acontecimentos - ainda que em múltiplas plataformas, formatos e localidades. É o que Bomfim (2012, 33) sugere ao dizer que "como introdutor de assuntos antes desconhecidos para as pessoas, o jornalismo acaba atuando de forma pedagógica". É que, com a cobertura noticiosa, o jornalismo internacional faz a ponte entre o país distante, o outro (que aciona os sentimentos mais profundos de desconhecimento, curiosidade, medo, expectativa), e o leitor/espectador/ouvinte.

Posto isso, entende-se que cabe ao comunicador, na função de conector, propor ao público interpretações, de modo a explicar termos técnicos, descomplicar conceitos e contextualizar situações quando necessário. No papel de curador e conector, é atribuído ao profissional identificar os acontecimentos que se configuram como notícia segundo as circunstâncias nas e paras as quais se reporta. Por último, na função de certificador, compete também ao jornalista investigar e checar a veracidade das informações. Tais incumbências descritas prescindem o exercício do ofício jornalístico sob quaisquer circunstâncias (Jorge 2008).

Nesse âmbito, como reflexo da realidade, portanto, o papel do Comitê de Imprensa Internacional no UFRGSMUN é simular a atuação dos principais veículos e agências jornalísticas na cobertura de assuntos internacionais. Assim, o comitê buscará cobrir os principais acontecimentos, procurando moderar a interação e participação dos interlocutores para além de cada sessão simulada. O papel dos jornalistas no CI será reportar, segundo as peculiaridades do veículo em representação, o andamento dos comitês simulados durante o UFRGSMUN.

Nesse sentido, os repórteres irão produzir conteúdo multimídia – incluindo texto, foto e vídeo – a serem publicados nos dias do evento nas plataformas digitais do CI – sendo essas *Facebook* e *Medium*. Concomitantemente, caberá aos represen-

tantes realizar a cobertura em tempo real dos acontecimentos via *Twitter*. Para o bom procedimento dos encargos propostos, o presente Guia de Estudos irá abordar as diferentes variáveis que envolvem a cobertura jornalística, bem como as singularidades da utilização das diferentes plataformas e formatos.

2 A COBERTURA JORNALÍSTICA

O termo "cobrir um evento" refere-se ao ato de reportar uma série de fatos dentro de um mesmo contexto. Ainda nesse âmbito, também não se estabelece um número determinado de publicações ou de formatos que envolvem o acompanhamento de um evento ou acontecimento. Pelo contrário, ainda quando planejada, a cobertura jornalística se dá no número de notícias que se fizerem necessárias para abranger um acontecimento em sua totalidade. Hoje, com as ferramentas digitais atreladas à atividade jornalística, identifica-se uma série de novas rotinas para a cobertura diária, considerado, pois, a convergência e pluralidade permitida nas plataformas digitais (Ferrari 2010). Ainda assim, é importante lembrar os valores fundamentais da profissão que permanecem independentemente do meio de propagação da notícia (Pinto 2014).

> [O/A] Jornalista continua sendo alguém capaz de encontrar informação relevante e interessante e de transmiti-la da forma mais correta e inteligente. A plataforma em que ele vai contar sua história - áudio, vídeo, internet, mobile ou papel - pode mudar, mas os fundamentos da profissão continuam os mesmos (Pinto 2014, 31).

Dessa forma, cabe acrescentar que, considerando os elementos que compõem o conteúdo virtual, sabe-se que essa plataforma permite métodos muito além dos tradicionais utilizados na cobertura impressa – texto, fotos e gráficos –, bem como na cobertura televisiva e radiofônica (Ferrari 2010). Contudo, o desafio do jornalismo não está relacionado somente às diferentes possibilidades, mas também ao preparo das redações e dos jornalistas em saber lidar com os eventos e os respectivos públicos de interesse (Pinto 2014). Antes de entender, entretanto, como o jornalismo se articula nas diferentes mídias, é preciso conhecer algumas definições fundamentais para o exercício da profissão.

2.1 DEFINIÇÕES PRELIMINARES

O primeiro conceito a se compreender, com clareza, antes de ir em busca da informação, é o que se chama de pauta. Esta, além de ser um instrumento de organização interna para as redações, configura-se como guia de produção para o repórter. Isso porque a pauta é o início de qualquer reportagem, não sendo apenas um roteiro, mas, sim, um primeiro esboço do que pode ser obtido no produto final. Uma pauta compreende mais do que o assunto a ser investigado, pois também esboça os caminhos prévios de um repórter para alcançar determinada informação; procura, portanto, delimitar os ângulos a serem explorados em uma notícia (Marques 2003).

É importante ressaltar que, por se tratar de um esboço, a pauta, na maioria dos casos, sofre alterações ao longo das investigações. Considerando que os fatos

estão em constante ocorrência e que durante o período de investigação costuma-se descobrir mais sobre o assunto a ser reportado, é comum que as pautas caiam ou se adaptem às novas descobertas do repórter sobre o assunto investigado. O *Manual de Redação da Folha de S. Paulo* (1987) sugere um roteiro com os principais elementos que constituem uma pauta, ou seja, o que é importante saber antes de se iniciar a coleta de informações:

> Um breve histórico dos acontecimentos que constituem o objeto de reportagem;
> Um roteiro das questões essenciais que a reportagem deverá responder;
> Uma hipótese, ao menos, que a reportagem vai confirmar ou refutar;
> Os aspectos mais relevantes para o veículo no tema da reportagem;
> Os aspectos até então poucos explorados do assunto;
> Indicações de nomes de pessoas – com respectivas informações de contato – que podem ser procuradas como fonte de informação (Folha de S. Paulo 1987).

Posto isso, outro elemento a ser compreendido é o conceito de notícia. Apesar de não existir um consenso quanto a seu significado, também por se tratar de um conceito por vezes sujeito a circunstâncias específicas para ser definido, no contexto deste guia de estudos considera-se, de antemão, que "as notícias são o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) em um produto (as notícias)" (Traquina 1993, 169).

Sabe-se que a publicação de notícias é o principal trabalho jornalístico. Ao pensar o conceito de notícia pode-se considerar, também, seu significado na língua inglesa, *news*, que se traduz como "novo". Contudo, não somente a ideia de novidade define notícia, mas a combinação de atualidade, relevância e interesse público. Na prática jornalística, a compreensão do conceito de notícia está diretamente vinculada à ideia de valor-notícia, em outras palavras, os critérios que definem o que deve ser noticiado. Fabiane Moreira (2014) reconhece dez valores-notícia mínimos, sendo esses: interesse público ou social (i); atualidade e ineditismo (ii); importância (consequência; impacto; intensidade e gravidade; utilidade e serviço; notoriedade dos agentes) (iii); emoção e dramaticidade (iv); entretenimento (v); suspense (vi); excepcionalidade (extraordinário ou sensacional; incomum, insólito ou singular; imprevisível, inesperado, surpreendente) (vii); conflito ou controvérsia (viii); negatividade (infração ou ilegalidade; falha; violência) (ix); e proximidade (em relação aos interlocutores) (x).

2.2 APURAÇÃO

Após a identificação do que será noticiado, inicia-se o momento de apuração jornalística. Este processo diz respeito à coleta e verificação de informações. Nesse, reúne-se entrevistas, arquivos legais ou administrativos, notas, relatórios oficiais e estatísticas confiáveis para, posteriormente, ser possível construir o produto jornalístico a ser publicado (Pinto 2009).

É com base nesses documentos e na observação que se faz durante o processo de apuração que o jornalista irá sustentar o seu texto e, consequentemente, agregar

credibilidade ao seu trabalho. Para isso, é preciso realizar pesquisas, leituras aprofundadas e consultar fontes confiáveis. Da mesma forma, é de extrema importância, no processo de apuração, verificar como o assunto investigado já fora abordado na mídia.

Outra maneira de entender tal processo é conforme a classificação de Jorge (2008) quando ele define apuração direta e indireta. A apuração direta, segundo a autora, consiste na investigação em que se consegue chegar direto aos protagonistas do ocorrido, aos responsáveis pelo local onde aconteceu ou a qualquer outra fonte que tenha relação direta com o fato. Entretanto, nem sempre se consegue tal aproximação com fontes diretas. Não havendo alternativas, existe a apuração indireta, em que o jornalista não pode se aproximar do fato e, portanto, articula-se com aquilo que está ao seu alcance: fatos que antecedem o objeto de reportagem, fontes que se relacionam indiretamente de alguma forma com esse objeto, entre outros (Jorge 2008).

Dentre os métodos de apuração indireta está o *off the record,* que é referente à situação em que o jornalista entrevista a fonte ou recebe uma informação, porém não pode citar o emissor dessa. Para isso, repórter e fonte devem previamente combinar que a informação será passada "em *off*". Em outros casos, a fonte, apesar de não se identificar, fornece pistas ao jornalista de com quem falar ou onde buscar a informação desejada.

Outra técnica é denominada "Fantasia". Essa diz respeito às situações em o que repórter utiliza disfarces quando a via direta falha. Via de regra, veículos não encorajam que o profissional se utilize desse subsídio para alcançar a informação, visto que é sempre preferível identificar-se como jornalista logo de início para evitar constrangimentos, afinal qualquer falha pode afetar a reputação e a credibilidade do repórter e do veículo para o qual trabalha (Jorge 2008).

Por último, a autora classifica o questionário, que se torna uma alternativa quando a fonte não quer ou não pode realizar a entrevista, até mesmo por telefone. Na maior parte dos casos, ele é enviado a instituições nos casos em que a reportagem denuncia alguma irregularidade e a empresa ou autarquia pública prefere, para controlar os danos à própria imagem, redigir o texto de resposta na tentativa de controlar a sua recepção. Nesses casos, é preciso comunicar aos leitores, ouvintes ou espectadores as circunstâncias sob as quais tais informações foram adquiridas (Jorge 2008).

No coração da notícia está a entrevista, de onde o repórter irá buscar as informações, os testemunhos e o contraditório. Segundo Medina (1986), a entrevista é uma técnica de interação social e informativa. E, apesar de representar papel essencial na investigação de um acontecimento, é importante ressaltar que realização de entrevistas é apenas uma das partes do processo e não a apuração propriamente dita. De acordo com Pinto (2009), entrevistar implica relacionamento.

É imprescindível estabelecer aquilo que se quer tirar da entrevista e, a partir disso, elaborar perguntas abertas ou fechadas. Perguntas abertas tendem a respostas mais longas e elaboradas. Já perguntas fechadas são úteis para que o entrevistado assuma uma posição ao dar respostas mais diretas e objetivas. Um dos critérios determinantes para o sucesso de uma entrevista – e, consequentemente, da redação de notícias – é uma leitura prévia sobre o assunto e uma listagem dos principais fatos (Pinto 2009). Aplicado ao que se propõe este guia de estudos, sugere-se, nesse sentido, que os jornalistas realizem leitura prévia sobre o comitê a ser reportado,

bem como sobre a maneira como o tópico em debate é abordado pelo veículo em representação.

Alguns comportamentos do jornalista no momento da entrevista auxiliam posteriormente na produção do conteúdo jornalístico. Gravar – mesmo no caso de produção textual – e fazer anotações, por exemplo, são algumas das atitudes que podem auxiliar o processo de redação das notícias. Além de permitir a lembrança de informações e dados importantes mencionados pelo entrevistado, garante a literalidade das declarações e facilita a organização das informações apuradas. "Mas, principalmente, é uma maneira de os repórteres salvaguardarem-se de fontes covardes e de má-fé, desses entrevistados que, diante do primeiro distúrbio de interesse, anunciam aos ventos jamais terem dito" (Fortes 2008, 57).

2.3 TEXTO JORNALÍSTICO

Um bom texto é resultado de uma apuração completa, coleta de detalhes e fatos concretos, boa hierarquização e organização das informações (Pinto 2009). No jornalismo, há diversos formatos de texto jornalísticos: notícias, reportagens, críticas, artigos, editoriais. No entanto, no UFRGSMUN, iremos trabalhar principalmente com a produção de notícias. Não há fórmulas nem estruturas fixas para o desenvolvimento do texto. Entretanto, alguns elementos são essenciais para a narrativa de uma notícia.

Em um primeiro momento, é preciso apresentar o contexto histórico do fato ou a história em ordem cronológica. Fornecer uma dimensão quantitativa ajuda a compreensão do leitor. Além disso, opiniões relevantes ou de autoridade dão valor ao texto, bem como mostram as versões dos personagens envolvidos nos diversos lados da história. Identificar as consequências ou os próximos passos relacionados ao acontecimento é uma forma de concluir o texto. A organização do texto determina a compreensão do leitor, então, estabelecer um parágrafo para cada um dos elementos citados acima e os relacionar entre si é uma forma de manter uma estrutura coesa. De acordo com Ana Estela de Souza Pinto (2009), estrutura básica de um texto noticioso é formada por título, lide e texto.

Em relação ao título utilizado, ele deve estar ligado ao que se denomina, no texto, de lide. Este diz respeito ao primeiro parágrafo do texto, onde as informações mais importantes da notícia estão contidas. Nesse mesmo sentido, um título nunca deve prometer algo que não vai ser respondido ou estar presente no texto. Salvo exceções, todo o título deve conter um verbo, que deve estar, necessariamente, no presente, visto que a notícia representa a atualidade e não o passado. A clareza e a simplicidade são qualidades que agregam valor ao título (e ao texto, da mesma forma). Se possível, é preferível não se utilizar siglas no título ("Ministério da Saúde" é melhor do que "MS", por exemplo), uma vez que o leitor nem sempre saberá o significado da sigla e, às vezes, escrever seu significado no título pode deixá-lo extenso demais. Por fim, vale ressaltar que títulos de notícias não devem conter pontos finais (Pinto 2009).

Quanto à técnica de redação, a mais utilizada é a da pirâmide invertida, ou seja, a narrativa deve seguir uma ordem decrescente de importância das informações. A ideia é que nem todos lerão o texto até o fim, portanto, se o leitor ler apenas o primeiro parágrafo, já irá reter as principais informações da notícia. Nesse sentido,

após ler as informações, "escritas de forma direta, o leitor já saberá exatamente o que aconteceu e, caso não tenha tempo de ler tudo, estará abrindo mão dos detalhes, [sabendo] responder sobre a notícia se for questionado por alguém" (Floresta 2009, 121).

No que diz respeito ao lide, já mencionado anteriormente, vale destacar que ele fornece um resumo organizado dos fatos. Grosso modo, segundo Pinto (2009), o lide deve ser composto pelos seguintes elementos: "quem?", "o quê?", "quando?", "onde?", "como?", "por quê?", "para quê?" e, principalmente, "e daí?". Nem sempre todos esses aspectos deverão obrigatoriamente ser abordados no primeiro parágrafo. É o caso do "como?" e "por quê?". Essas são perguntas que podem demandar maior detalhamento e que, se forem respondidas de uma maneira muito sintética, podem trazer informações incompletas (Pinto 2009).

Essa estrutura diz respeito ao modelo mais tradicional de veiculação de conteúdo jornalístico, entretanto, conforme mencionado anteriormente, há uma diversidade de (i) formatos – notícia, reportagem, crônica, coluna, crítica – e (ii) finalidades – informar, opinar, prestar serviço – nos quais a informação pode ser propagada. No Brasil, o jornalista José Marques de Melo[3] foi quem propôs a classificação dos gêneros de textos jornalísticos mais utilizada tanto no mercado quanto no mundo acadêmico (Jorge 2008).

Em relação à redação jornalística também há alguns aspectos importantes a serem considerados. O primeiro diz respeito à clareza: o ponto-chave de toda boa redação jornalística. Assim como o jornalismo pretende democratizar a informação, a linguagem do repórter precisa cumprir o mesmo papel, sendo compreensível a todos. Diferente do que se pode imaginar primordialmente, o texto jornalístico se caracteriza por sua simplicidade. Dessa maneira, na redação de notícias deve-se optar sempre por um vocabulário sem rebuscamentos e um texto escrito na ordem direta. Isso porque rebuscamento e inversão sintática são pontos que facilmente podem gerar confusão por parte do leitor.

> Um assessor de Tancredo Neves queria fazer bonito. Num discurso, escreveu; "Esforçar-nos-emos para viabilizar uma sociedade mais inclusiva". O presidente leu em voz alta. Achou pretensiosa e oca. Substituiu-a por "Vamos construir um país em que ninguém fique de fora". É isso, palavras longas e pomposas funcionam como uma cortina de fumaça entre quem escreve e quem lê. Seja simples, entre dois vocábulos, prefira o mais curto. Entre dois curtos, escolha o mais expressivo (Squarisi 2005, 26-27).

Consultar dicionários, textos especializados, lista de sinônimos, entre outros são práticas essenciais durante o processo de construção do texto. Escolher os termos certos ajuda a expressar o que se deseja, já que a clareza das ideias está intimamente relacionada à precisão das palavras que as traduzem (Squarisi 2005).

Da mesma maneira, vale explicar ao leitor os termos específicos de determinada área, quando estão presentes na matéria. Se a pauta envolve direito, economia, ciência ou medicina, recomenda-se consultar o dicionário e, no caso da atuação no

3 José Marques de Melo é fundador da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), catedrático Unesco de Comunicação da Universidade Autônoma de Barcelona, além de ser o primeiro brasileiro a obter o título de doutor em jornalismo. O autor já escreveu mais de 35 obras e orientou cerca de 72 mestres e 28 doutores.

CI, os guias de estudo, bem como os diretores - especialistas no assunto reportado -, que podem auxiliar na compreensão dos termos e a então reportagem clara ao leitor. Também opte por palavras concretas. No jornalismo, o específico é preferível ao genérico; o definido, ao vago; o concreto, ao abstrato.

> Há palavras mais específicas que outras. Gato siamês é mais singular do que gato; homem, mais do que animal; laranjeira, mais do que árvore; árvore, mais do que planta ou vegetal. Trabalhador é um termo de sentido geral, muito amplo. Jornalista tem sentido mais restrito. Jornalista do SBT, mais ainda (Squarisi 2005, 31).

Ainda, deve-se evitar, ao longo dos relatos, a entrada de adjetivos e qualificações que não especificam ou caracterizam concretamente. Igualmente, o repórter deve tentar, ao máximo, não imprimir os próprios juízos de valor no texto, assim como deve procurar não relativizar seu conteúdo. Por exemplo, as concepções de "grande" são diferentes de pessoa para pessoa – como, então, optar por utilizar esse adjetivo para especificar ou caracterizar algum objeto ou fato? Além de impreciso, não acrescenta nenhuma informação ao interlocutor. Deve-se sempre preferir fatos, dados, indicadores e comparações no lugar de adjetivos. Em vez de "muitos estudantes compareceram à cerimônia", por exemplo, prefere-se "cerca de 300 estudantes compareceram à cerimônia, o dobro em comparação ao ano anterior".

> Há adjetivos que causam urticária aos substantivos. São os adjetivos-ônibus. Vazios, não acrescentam nenhuma informação ao substantivo. Ao contrário. Exprimem a opinião de quem escreve. [...]. O que é clima maravilhoso? Quente? Chuvoso? Nublado? Depende do gosto do freguês. E pessoa formidável? E lição fantástica? Vestido bonito? Sei lá. (Squarisi 2005, 31).

Outro aspecto simples, porém essencial, refere-se à construção das frases. Nesse sentido, procura-se sempre colocar as sentenças na forma positiva, ou seja, dizer o que é, não o que não é. "Discordar" é melhor do que "não concordar", por exemplo. É também preferível optar pela voz ativa. Notam-se três vantagens em utilizar a voz ativa: é mais curta, dispensa o verbo "ser" e as conjugações no gerúndio, assim como pode soar mais direta, vigorosa e concisa que a voz passiva. Saber mesclar frases mais curtas e diretas às frases mais completas que contêm alguma explicação, por exemplo, também é uma boa estratégia. Esse recurso ajuda a dar fluidez ao texto e evita a exaustão do leitor ao deparar-se apenas com frases curtas ou apenas com frases longas. Nesse sentido, sugere-se mesclar uma frase completa e uma frase longa ao decorrer do parágrafo a fim de articular o próprio texto: converter duas frases em uma, ou uma em três, quando necessário. Períodos muito extensos podem fazer com que o leitor se sinta perdido, sem compreender, por completo, o significado intencional do autor. Já as frases curtas diminuem a possibilidade de erro por parte do redator, pois significam menos tropeços em conjunções, vírgulas e concordâncias, além de tornarem o texto mais claro (Squarisi 2005).

A concisão é um elemento fundamental para uma boa redação jornalística. Isso porque, além de exprimir mais clareza, respeita a paciência do leitor e poupa tempo e espaço. Entretanto, é necessário entender que ser conciso significa que cada

palavra, frase e parágrafo devem estar repletos de sentido. Uma construção concisa dispensa todo e qualquer vocabulário vago, impreciso, desnecessário (Squarisi 2005). Uma sugestão para tornar o texto mais conciso é ir direto ao ponto. Por exemplo, sempre que possível, em datas, evitar os substantivos (prefira "em 20 de janeiro" a "no dia 20 de janeiro"); substituir a locução adjetiva por adjetivos (prefira "material bélico" a "material de guerra", "pessoa indiscreta" a "pessoa sem discrição"); trocar orações adjetivas por nomes (opte por "pessoa vegetariana" a "pessoa que se alimenta de verduras e legumes"); cortar expressões como "que é", "que foi", "que era" (opte por "A maior parte da população de Washington, a capital do Estado Unidos" em vez de "A maior parte da população de Washington, que é a capital dos Estados Unidos); eliminar palavras ou expressões desnecessárias ("decisão tomada no âmbito da diretoria" pode ser substituída por "decisão da diretoria", "trabalho de natureza temporária", por "trabalho temporário", etc); e substituir a locução verbo somada do substantivo pelo verbo ("fazer uma viagem" pode ser "viajar", "fazer música", "compor" e "pôr as ideia em ordem", "ordenar as ideias").

Também deve ser evitado o vício de gerúndios, conjunções ou qualquer outra expressão que se repita com frequência ao longo do texto; tal aspecto torna a leitura cansativa e pode despertar desinteresse por parte do interlocutor. A redação precisa ser construída não apenas com base no que foi percebido pelo repórter, mas, principalmente, pelo conteúdo fornecido pelas fontes (Fortes 2008). Assim, é importante construir o texto conforme as informações confiáveis arrecadas no processo de apuração. Uma boa alternativa é mesclar a narrativa do repórter com as informações e as citações das fontes. Aspas trazem credibilidade. Portanto, utiliza-se tanto discurso direto quanto indireto nos textos jornalísticos. Isso evita cansar o leitor com uso exclusivo de uma dessas formas. O uso de citações das fontes não só comprova as informações colocadas no texto pela voz do repórter, como também humaniza os relatos, criando a sensação de proximidade do leitor com os personagens da história noticiada.

Há muitos outros aspectos que permeiam a redação do texto jornalístico, mas a verdade é que não existe receita. Não há uma fórmula que encaminhe o repórter à redação perfeita. O que se pode fazer é chamar a atenção para alguns pontos que auxiliam a compreensão do texto jornalístico em essência. De maneira muito mais ampla do que foi abordado neste guia de estudos, é preciso estar atento a tudo: uso correto das regências verbais e nominais, emprego de um único tempo verbal ao longo do relato, grafia correta do nome de empresas, países e personalidades, organização dos parágrafos, cronologia dos fatos, pontuação, escolha de vocabulário inclusivo, respeito aos direitos humanos, possibilidade de segundas interpretações, entre muitos outros aspectos. É somente por meio da prática contínua que o repórter será capaz de desenvolver uma boa redação, não apenas utilizando as ideias expostas neste guia, mas descobrindo, através do exercício de redator, as necessidades léxicas e linguísticas do próprio texto (Squarisi 2005).

2.4 FOTOJORNALISMO

Após suas muitas evoluções e aprimoramentos, a fotografia se tornou um dos formatos mais acessíveis para cobrir eventos. Apesar disso, há muitos aspectos do fotojornalismo a serem ainda explorados antes de se realizar a cobertura das sessões

simuladas. Nesse sentido, incentivar-se a produção, edição e compartilhamento de fotografias, por permitirem criar vínculo com o que está acontecendo, bem como estabelecer a relação com o presente e com a realidade. No UFRGSMUN, os jornalistas devem utilizar seus próprios equipamentos, tais como smartphones, tablets, câmeras digitais, câmeras DSLR, entre outros.

A fotografia é um elemento de extrema importância na cobertura jornalística, sendo necessário saber o quê, quando e como fotografar, além de saber quais fotos e o porquê de divulga-las nas plataformas digitais *Twitter* e *Medium*. Para entender mais detalhadamente esse processo, optou-se por abordar dois âmbitos distintos da captura fotográfica: as DSLR e as câmeras portáteis de smartphones e tablets.

2.4.1 FOTOGRAFIA COM DSLR

DSLR é a sigla de *Digital Single-lens Reflex*, ou câmera digital com lente reflexiva, que designa um grupo de câmeras digitais. As DSLR são normalmente maiores que as compactas e possuem sensores com maior e melhor qualidade, além de permitirem uma maior liberdade do fotógrafo na definição de ajustes (Ramalho 2012). A principal tarefa para quem quer acompanhar o evento com uma DSLR é ler o manual do seu equipamento e saber quais funcionalidades ele possui. A seguir, serão listados, e brevemente apresentados, diferentes modos de captura utilizados nas DSLR. Existem outros modos que podem ser escolhidos na maioria dos equipamentos, entretanto, optou-se por mencionar, neste guia de estudos, aqueles que mais se adequam aos tipos necessários para os dias de evento.

No Modo Automático, a câmera escolhe a velocidade do obturador, a abertura da lente, o ISO[4] e as configurações de flash. Se você não tem muita habilidade com a câmera, esse é o melhor modo. Grande parte das vezes, a câmera tende a disparar o flash, mesmo quando ele não é necessário, por este motivo, é preciso tomar cuidado. Já o Modo retrato é um dos modos cena, disponíveis pela câmera. Nessa modalidade, a câmera diminui a profundidade de campo, permitindo que a pessoa fotografada em primeiro plano fique focada e o fundo desfocado.

O Modo M (Manual) permite que o fotógrafo possua total liberdade para alterar velocidade e abertura. Nesse modo a câmera não interfere em nenhum ajuste de exposição. Já no Modo AV (Prioridade de Abertura) é possível alterar somente o valor da abertura da lente. A câmera configura a velocidade do obturador. Esse modo é adequado quando a profundidade de campo for o objetivo principal da fotografia. Ainda há o Modo S (Prioridade de Obturador), cuja função permite alterar a velocidade do obturador, já que a câmera ajusta automaticamente a abertura da lente. Esse modo é adequado quando se quer definir o movimento na imagem, como, por exemplo, congelar ou borrar uma cena. Por último, no Modo P (Programação automática), que é semelhante ao automático, as configurações de obturador e de abertura de diafragma são determinadas pela câmera. O fotógrafo pode fazer algumas alterações como o disparo do flash, fazer uso da compensação de exposição, ou aplicar variação da abertura e velocidade que resultem na mesma luz, mas com profundidade de campo.

Outro ajuste importante de se atentar nas DSLR diz respeito ao balanço de cores ou *White Balance.* Este serve para compensar falhas na tonalidade de cor geradas

4 Configuração que determina a sensibilidade do sensor à luz.

pela presença de outras fontes de luz. Ele é importante pois, se usado corretamente, fornece à fotografia maior qualidade e nitidez. Para realizar um balanço de branco nas fotos, é necessário levar em consideração a temperatura da cor de uma fonte de luz. Para tanto, recomenda-se checar, no manual do equipamento fotográfico, como se ajusta o *White Balance*.

Manipulando o diafragma, é possível modificar o que se conhece por profundidade de campo. A sua abertura regula a quantidade de luz que entra na câmera. Quanto maior for a abertura do diafragma (lembre-se: menor é o seu número), mais luz entrará na câmera e, consequentemente, menor a profundidade de campo. Uma grande profundidade de campo deixa "tudo" em foco. Uma pequena profundidade de campo deixa uma pequena área em foco. Esse recurso pode ser útil quando você quer focar apenas em um ponto, ou mostrar a sala como um todo. Na primeira situação, deve ser utilizada uma pequena abertura de diafragma (número maior), que irá aumentar a profundidade de campo. Na segunda situação, utiliza-se uma grande abertura de diafragma (número menor), que irá diminuir a profundidade de campo.

Por último, é importante definir as funções do ISO, que determina a sensibilidade do sensor à luz. Quanto maior for o valor do ISO, mais sensível é o sensor à luz, ou seja, mais luz ele capta. Quando há pouca luminosidade, aumenta-se o valor do ISO e, portanto, a câmera irá capturar a imagem com mais luz. Entretanto, quanto maior o valor do ISO, maior o ruído na fotografia (granulação), ou seja, menor será a qualidade da imagem obtida. Recomendamos ajustar o ISO por volta de 400 e 800; porém, vale lembrar que tal ajuste depende da situação e do contexto do restante das funções escolhidas.

2.4.2 FOTOGRAFIA COM O CELULAR

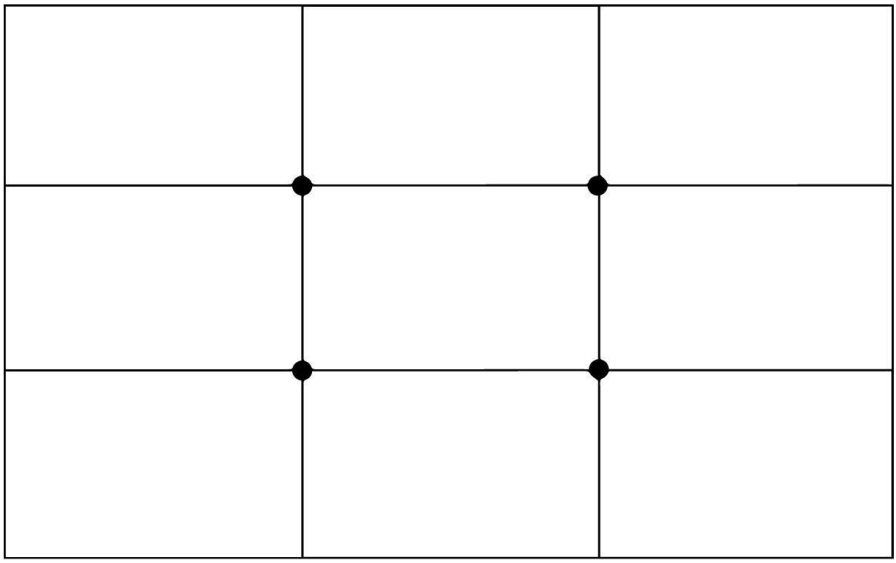
Quando não se tem disponível uma câmera digital compacta ou com lente reflexiva (DSLR), a solução é utilizar a câmera dos próprios *smartphones*. O ponto positivo é que a qualidade das câmeras dos telefones vem aumentando a cada geração de modelos lançados, permitindo que as fotografias tenham mais qualidade. Para tirar fotos nos *smartphones*, entretanto, é preciso conhecê-lo, isto é, explorar todas as possibilidades de configurações, verificando sempre se a qualidade das fotos salvas no dispositivo está em seu máximo - muitos celulares salvam as fotos em qualidades baixas para não ocupar muito espaço da memória do dispositivo. Os aparelhos são diferentes, por isso, procure saber a melhor forma de fazer foco, melhorar a intensidade da luz, entre outras configurações. A lente da câmera do celular deve ser mantida limpa. Isso porque, em razão de os aparelhos estarem muitas vezes em bolsos, mochilas e outros locais fechados, as lentes costumam ficar sujas com frequência.

Quando o assunto é luz, é necessário tomar cuidado. Procura-se sempre um lugar bem iluminado, bem como regula-se (se o seu aparelho permitir) a intensidade da luz. Caso não seja possível, tenta-se tirar a fotografia com o aparelho apoiado, isso porque, na ausência de luz, o aparelho faz alterações no tempo de exposição e no ISO, motivo pelo qual as fotografias podem sair tremidas ou granuladas. Ademais, evita-se utilizar o *zoom* com as câmeras de celular, porque a maior parte dos dispositivos usa *zoom* digital. Este extrapola a imagem para criar a ilusão de aproximação, perdendo detalhes que podem ser cruciais ou prejudicando a qualidade das fotos. Caso o motivo fotografado esteja longe, aproxima-se desse e se captura a foto.

2.4.3 DICAS PARA FOTOGRAFAR

A primeira dica é, independentemente de se estar utilizando uma DSLR ou um celular, experimentar ângulos novos. Recomenda-se tirar diversas fotos e não economizar espaço nos dispositivos. Além disso, aconselha-se procurar posições diferentes para descobrir a melhor e mais interessante posição e iluminação. Existem diversas formas de fotografar, diversas dicas e táticas para melhorar a fotografia, mas selecionamos aqui a que consideramos a mais importante: a Regra dos Terços, que é utilizada desde a Renascença nas pinturas de artistas como Leonardo da Vinci e Michelangelo (Ramalho 2012).

IMAGEM 1: ESQUEMA DA REGRA DOS TERÇOS



Fonte: acervo dos autores.

Essa regra divide a cena em três linhas verticais e três horizontais, resultando em 9 retângulos iguais. O ponto de encontro das linhas são os pontos focais, ou seja, os pontos onde se quer chamar a atenção. Nas fotografias, tenta-se colocar o objeto da cena em um desses pontos. Essa ferramenta ajuda a evitar composições centralizadas e monótonas.

IMAGEM 2: OBJETO DA CENA NA REGRA DOS TERÇOS



Fonte: acervo dos autores.

"A fotografia digital - ainda mais que analógica - envolve um processo muito mais dependente de mecanismos, sistemas óticos e padrões técnicos" (Buitoni 2011, p. 97). Nesse sentido, a fim de facilitar o trabalho dos jornalistas em representação nos dias de evento, sugere-se a utilização de programas e aplicativos para captura e edição das fotos. No caso da utilização dos celulares para fotografar, aconselha-se a utilização de dois aplicativos em específico. O primeiro deles chama-se *Lenka* e está disponível para *smartphones Android* e *iOS*. Tal aplicativo tira fotos em preto e branco, permitindo modificar contraste e tom antes ou após a captura. É um ótimo aplicativo para produção de fotos em preto e branco; entretanto, ele não edita fotos não tiradas pelo aplicativo, dificultando quando queremos capturar fotos coloridas e em preto e branco. O segundo, *VSCOcam,* é um aplicativo também disponível para *Android* e *iOS* e apresenta uma lista de filtros gratuitos. Ele permite a captura de imagens pelo próprio aplicativo e a edição de imagens salvas no dispositivo. Da mesma forma, possui a opção de compartilhamento para o *Twitter*.

No caso da utilização de equipamentos DSLR para fotografar, sugere-se a utilização do *Adobe Photoshop.* Trata-se de um dos melhores softwares de edição de imagem. Com o programa, é possível cortar as imagens, bem como editar algum possível erro na hora da captura relacionado à luz, tonalidade, contraste e enquadramento. Com tais opções, contudo, é importante cuidar apenas para as imagens não serem manipuladas demasiadamente, alterando então a finalidade informacional ou, inclusive, ferindo a ética da profissão ao faltar com a verdade.

> A questão ética que envolve a fotografia, e não só a fotografia digital, deve responder a três perguntas: Quanto uma manipulação fotográfica nos aproxima ou nos afasta da realidade que se quer mostrar? Quanto essa realidade que se quer mostrar se aproxima ou se afasta do real? Quanto o real está a serviço da intenção de quem fotografa? (Oliveira 2009, 118).

Outra questão que se deve atentar diz respeito ao armazenamento das captações. Isso porque, para se achar a foto ideal e adequada para o veículo no qual ela será divulgada, é necessário realizar muitas tentativas – inclusive, é esse o recomendado. Portanto, sugere-se conferir, antes do início da captura das fotos, se a câmera está com cartão de memória e se este possui espaço suficiente para armazenamento. Grande parte dos *smartphones* possui entrada para cartão de memória, então é altamente encorajado que você o utilize. Assim, você garante que não ficará sem espaço na memória interna do seu aparelho. Mas caso não se possua cartão de memória, recomenda-se utilizar os serviços de *backup* em nuvem para otimizar o espaço utilizado. Os mais comuns e que podem ser instalados no celular são o *Dropbox*, o *Google Drive* e o *iCloud.*

As fotografias, no CI, terão a função de mostrar aos que não estavam presentes, no momento da simulação, o que nela ocorre, bem como contextualizar as publicações. Ainda que possa parecer um tanto óbvio, pensar dessa forma é um recurso altamente didático, pois permite fotografar exatamente para o objetivo ao qual o CI se propõe: enxergar, nas fotografias, a postura, o olhar, as reações dos delegados e os acontecimentos como um todo. Geralmente, as sessões não são muito visuais e as fotos podem sair muito parecidas. Por este motivo, é necessário investir em novos ângulos, bem como procurar detalhes marcantes e que sejam importantes para narrar o que aconteceu na sessão em específico.

Destaca-se ainda que é necessário tirar diversas fotos para que uma seja considerada a mais adequada para divulgação; no entanto, importa lembrar: o fotógrafo deve ser "invisível", ou seja, não deve atrapalhar o andamento da sessão com barulhos ou solicitando que as pessoas mudem suas posições para que a fotografia fique melhor. Isso parece óbvio, mas, por vezes, para encontrar a foto mais adequada, o fotógrafo pode desconcentrar o agente fotografado. Dependendo do meio onde as fotos forem divulgadas, essas podem ser mais descontraídas, cômicas, polêmicas ou sérias. O importante é compreender o que cada meio demanda da fotografia. No *Twitter*, por exemplo, por ser uma plataforma mais dinâmica, as fotografias podem fluir da comicidade à seriedade, da descontração à polêmica. É essencial, também, que todas as capturas selecionadas e divulgadas possuam legenda e que nelas estejam presente o que está acontecendo, quando aconteceu e quem está praticando a ação da fotografia.

2.5 JORNALISMO AUDIOVISUAL

Com o avanço da internet, e principalmente a partir da criação do *Youtube*, em 2005, o compartilhamento de informações por meio de vídeos tornou-se uma das formas mais eficazes de divulgar notícias, produtos, serviços, arte, tecnologia, dentro outros. No UFRGSMUN, a utilização principal do vídeo é informar e/ou entreter os participantes da simulação.

O telejornal pode ser definido como o jornalismo aplicado à televisão. Sua principal função é divulgar notícias dos mais diversos assuntos, utilizando-se de auxílios visuais para facilitar a compreensão do telespectador. A narração, em geral por parte do âncora, é um recurso comumente utilizado para explanar a notícia. No contexto da simulação, o telejornalista será responsável pela produção de reportagens. Neste gênero jornalístico há a presença do repórter, entrevistas feitas por ele,

trechos de áudio cobertos por imagem e qualquer outro recurso gráfico e visual que se julgue necessário.

Há cinco partes que compõem uma reportagem, sendo elas: a cabeça, o *off*, o *stand up*, as sonoras e o pé. De maneira semelhante ao *lead* do jornalismo escrito, a cabeça é a introdução da notícia pelo locutor; o *off* é a narração do texto do repórter em conjunto com imagens ligadas à notícia; o *stand up* é a narrativa feita pelo repórter no local do acontecimento; as sonoras são as entrevistas feitas pelo repórter; por fim, o pé é definido pelo texto breve lido pelo apresentador para o encerramento da matéria (Rezende 2000).

Produzir um vídeo exige um bom texto, mesmo não parecendo óbvio. Todas as realizações do jornalismo, de uma forma ou de outra, são vinculadas à linguagem escrita. Para a construção de uma boa história é necessário entender o seu público-alvo. Isto é, alcançando na maneira e na forma como determinado assunto será abordado. Segundo Heródoto Barbeiro (2012), a ideia de imagens compostas com textos remete à instantaneidade do jornalismo. Isso é uma característica da produção de vídeos, os quais precisam dialogar com o telespectador da melhor forma possível. Mesmo com textos parecidos, o vídeo de *web* e a televisão possuem diferenças. Entre elas, o modo de produção técnica de conteúdo e a liberdade e a autonomia presentes na sua confecção, que são mais presentes nos vídeos de *web*. A linguagem pode ser a mesma, bem como a natureza dos textos, que, segundo Barbeiro (2012), costumam ser objetivos e concisos. "Algumas regras, porém, devem ser seguidas em cada veículo para que a missão de conquistar o telespectador, ouvinte ou leitor seja alcançada" (Barbeiro 2012, 149).

2.5.1 ENTREVISTA AUDIOVISUAL

A entrevista em vídeo deve levar em conta a falta de familiaridade que o entrevistado em geral possui com as câmeras. É recomendado que haja uma conversa com o entrevistado enquanto não há gravação, para sanar eventuais dúvidas; instruí-lo acerca de quais tipos de pergunta serão feitas; bem como deixá-lo o mais confortável possível. Este esclarecimento da pauta, ao entrevistado, é também uma maneira de conseguir uma maior objetividade nas respostas por parte dele. Segundo Cruz Neto (2008), o repórter deve ter claro para si as perguntas que quer fazer ao entrevistado e estar atento às respostas, para questioná-lo quando oportuno.

No âmbito da filmagem da gravação, alguns fatores devem ser levados em conta. A iluminação do ambiente é de extrema importância para que o entrevistado fique em evidência, devendo-se priorizar ambientes com iluminação natural e com pouco ruído externo. O fundo não deve ser poluído visualmente, para que não haja distração do foco principal (o entrevistado). A Regra dos Terços deve ser observada na filmagem, também, a fim de manter o entrevistado centralizado.

2.5.2 EDIÇÃO DE VÍDEO

A partir dos anos 1990, a edição não linear de vídeo surge e se populariza como a forma padrão de edição, dadas às descobertas tecnológicas surgidas nessa década. Pode ser definida como o método de edição que utiliza o inteiramente ambiente

digital para editar vídeos, sem necessidade de alterar os arquivos originais. O ato de editar o material de vídeo coletado consiste em decidir quais elementos serão mantidos, apagados e combinados - em uma determinada lógica de encadeamento -, para a criação do novo conteúdo. Esse ato consciente será baseado na intenção que o editor possui e qual seu sentido e objetivo final ao produzir o vídeo. Existem diversos softwares de edição[5], sendo o *Windows Movie Maker*[6] o programa gratuito mais utilizado entre os leigos.

2.6 COLETIVA DE IMPRENSA

A coletiva de imprensa consiste em um modo de entrevista em que "a personalidade atende à imprensa em conjunto, respondendo às perguntas de repórteres de diversos veículos de comunicação" (Rabaça e Barbosa 1987, 238). Ou seja, é organizado um evento para que dúvidas em relação ao objeto em foco sejam sanadas. Esse processo requer preparo aprofundado tanto por parte do repórter quanto do entrevistado. A prática das coletivas surge juntamente à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), como técnica de propaganda dos Estados Unidos da América (EUA), e gera a ideia de que a opinião pública pode ser controlada através dela (Duarte 2003, 58). As primeiras coletivas de imprensa foram convocadas pelo presidente americano Theodore Roosevelt, que instala a primeira sala de imprensa na Casa Branca. Ao fim da Guerra, Woodrow Wilson, então presidente dos EUA, dá continuidade à prática das entrevistas coletivas, tornando-a um costume no país. Desde então, esse modo de entrevista têm sido uma forma de prestar esclarecimentos públicos, assim como de comunicar assuntos de grande relevância.

Segundo Maristela Mafei (2010, 62), "merece entrevista coletiva o assunto que mobiliza as atenções e tem impacto sobre a vida da população". Ao longo dos anos, a organização desses eventos foi atribuída ao ramo do jornalismo intitulado assessoria de imprensa. Este é responsável por fazer o contato do assessorado com a mídia e trabalhar a sua imagem pública. A função é marcada pela interseção do jornalismo e das relações públicas, diferindo do trabalho tradicional do jornalista. Por outro lado, a coletiva de imprensa precisa, também, do jornalista no papel de entrevistador para que seja realizada. Em um evento de simulação da ONU, essa função cabe aos delegados do Comitê de Imprensa Internacional. Neste caso, é necessário que o delegado entenda exatamente a sua função na coletiva, assim como a importância dela para o andamento do evento e para o desenvolvimento das discussões nos demais comitês.

A coletiva de imprensa não é apenas um momento de perguntas da mídia para alguma delegação. Ela tem a capacidade de alterar o rumo dos debates, de expor questões mal defendidas pela delegação e de colocar "contra a parede" declarações controversas. Não há razão para a existência da coletiva se não houver uma ruptura entre o antes e o depois de sua realização. Ela é um momento decisivo para o encaminhamento das questões pautadas pelos diversos comitês. Para que a entrevista coletiva atinja seu máximo potencial, é preciso que as perguntas do repórter sejam elaboradas cautelosamente. Ele deve estar atento ao curso do debate do comitê pelo

5 Para mais softwares de edição gratuitos, acesse: http://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2014/01/lista-traz-dez-editores-de-video-gratis-para-baixar-no-computador.html.

6 Para aprender mais sobre o Windows Movie Maker, acesse: http://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2011/02/como-editar-videos-simples-no-windows-movie-maker.amp.

qual ficou responsável, de forma a tomar conhecimento das questões críticas que envolvem a resolução do problema proposto. As perguntas elaboradas devem ser sucintas o quanto possível, uma vez que a intenção do jornalista nunca é confundir o entrevistado, mas, sim, esclarecer pontos obscuros para as demais delegações do comitê ou para o público em geral. É primordial ressaltar que as perguntas devem estar atreladas à visão do veículo em representação (o que é importante para o veículo saber).

Não serão todos os delegados do comitê que serão entrevistados. É função do jornalista do CI decidir quem deve responder às questões. A escolha, por óbvio, não é aleatória. Devem ser interrogadas delegações que se relacionam com o tema do debate, que se destacaram por suas colocações nos discursos ou que se omitiram em momentos importantes. Aqueles que prestaram declarações controversas ou desconfiáveis, com base em sua política internacional, também podem ser chamados a responder os questionamentos do jornalista. Pela grande importância desse momento, é preciso, no UFRGSMUN, que as perguntas a serem feitas na coletiva tenham aprovação prévia da mesa diretora do comitê acompanhado e dos diretores do Comitê de Imprensa Internacional. É imprescindível que o repórter tenha estudado o escopo e o tópico do comitê em questão anteriormente e tenha estado presente em suas sessões quando o assunto foi desenvolvido. Ele precisa saber o suficiente sobre a questão a fim de que o entrevistado não desvie o foco da resposta.

Ainda para o bom andamento da entrevista, existe a possibilidade de réplica por parte do jornalista e de tréplica por parte da delegação entrevistada. Isto é, caso a resposta para a questão proposta seja insuficiente ou duvidosa, o jornalista tem o direito de repeti-la, elaborá-la de outra maneira ou questionar, com dados, algum ponto da resposta. O entrevistado, por sua vez, tem a chance de retificar ou esclarecer a sua declaração. Essa entrevista deve proporcionar resultados visíveis. Assim, tudo o que acontece durante o seu processo deve ser reportado pelos jornais presentes. De nada vale uma coletiva que não venha a repercutir na mídia. Por isso, com base nas perguntas e respostas, devem ser elaboradas notícias por diferentes veículos, sempre de acordo com seus princípios editoriais.

3 O JORNALISMO E AS PLATAFORMAS DIGITAIS

A atividade jornalística está historicamente ligada à tecnologia. Hoje, ao observar a história do jornalismo, destaca-se, principalmente, o avanço tecnológico da prática jornalística ocorrido após a segunda metade da década de 1990 com o desenvolvimento da internet". Houve, então, um processo de reformulação do mercado jornalístico e do perfil dos profissionais em função dos avanços tecnológicos. "Com o mercado de trabalho redesenhado [...] ganha espaço o discurso da inevitabilidade da convergência e da necessidade de se investir em profissionais com múltiplas habilidades" (Rodrigues 2009, 67). Frente a esse cenário, portanto, nota-se que, para o jornalista atuante nas plataformas digitais, é necessário o conhecimento de como o ofício se articula em diferentes mídias, pois aquele que se limitava à televisão, ao rádio ou ao jornal impresso, agora comporia uma única narrativa, em uma única plataforma (Rodrigues 2009).

Uma das principais peculiaridades da atividade nas mídias digitais diz respeito à ideia de hipertexto ou hipermídia. "Por ter plasticidade e ser elástico, o ciberespaço

nos permite misturar, articular e incorporar formatos não-textuais em textuais, imagéticos em sonoros e vice-versa" (Ferrari 2010, 79). Em ferramentas como blogs, sites e redes sociais, é possível unir as diferentes mídias de veiculação do jornalismo em um único espaço. Esse recurso é de extrema importância para a atividade jornalística por permitir que diferentes aspectos daquilo que é noticiado sejam explorados, bem como possibilitar o alcance a diferentes públicos ao unir texto, vídeo e áudio.

Já no âmbito do texto jornalístico, mantém-se, no digital, todas as características elementares – já mencionadas anteriormente neste guia de estudos. A grande diferença, é que no digital os fatos nunca param de acontecer, e os jornalistas não param de reportá-los na *web*. Isso porque a internet permite que uma matéria seja editada, atualizada e complementada a todo momento, sempre que for necessário. Por isso, nos portais de notícia, é comum observar elementos indicando o horário de publicação e de atualização de uma notícia, conforme ela for alterada ao longo do dia.

Outra noção que se reformulou nas mídias digitais são as coberturas em tempo real. A possibilidade de produção e publicação praticamente simultâneas na internet permitiu a ideia de uma cobertura jornalística realizada em tempo real com maior instantaneidade e dinamismo, quando comparada às transmissões ao vivo já regulares no rádio e na televisão (Ferrari 2010). As mais comuns são as realizadas, nos próprios sites de notícia ou em redes sociais, com uma série de notas curtas - reportando o ocorrido minuto a minuto - ou por transmissões ao vivo - assemelhando-se ao que já acontecia na televisão. Por último, destaca-se nessas plataformas a qualidade de fácil interação com o público.

Apesar de aparentar ser um processo de fácil realização, a cobertura nas mídias digitais exige muita atenção e dedicação por parte do repórter. Isso porque é preciso concentrar-se no objeto de reportagem e, ao mesmo tempo, desenvolver um mecanismo rápido de checagem dos fatos, bem como pensar a articulação de diferentes formatos na reportagem do mesmo elemento – tais como texto, foto, vídeo e áudio (Rodrigues 2009). Ainda que seja uma cobertura via rede social, por se tratar de um produto jornalístico, mantém-se a ideia de apresentar um conteúdo claro, objetivo e de credibilidade. No UFRGSMUN, o CI irá atuar em duas ferramentas principais: *Twitter* e *Medium*. Visando, pois, à boa utilização de tais mídias, faz-se necessário o conhecimento de suas histórias e lógicas de funcionamento.

3.1 TWITTER

A rede social famosa por sua instantaneidade foi criada em 2006 por Jack Dorsey, Evan Williams e Biz Stone (Terra 2017). A ideia inicial é a de que a plataforma se parecesse com uma troca de status, ao estilo de um SMS (mensagem de texto), razão pela qual há a limitação de 140 caracteres em cada publicação na linha do tempo, os *tweets*. No princípio, a ideia era que o projeto se chamasse *twich*, palavra cujo significado assemelha-se a algo como "vibrar". Como o nome não representava exatamente o propósito da futura rede social, seus criadores procuraram outro nome semelhante no dicionário, mas que tivesse significado apropriado. *Twitter*, além de ser a palavra em inglês para "pios de pássaros", quer dizer "uma pequena explosão de informações inconsequentes". Atualmente, a rede social possui em torno de 328 milhões de usuários ativos (Twitter 2017).

A utilização do *Twitter* para fins jornalísticos está diretamente ligada à cobertura de eventos em tempo real, de forma que se considera que seu uso deva ser moderado, porém constante. Isto significa que a conta do *Twitter* que está sendo utilizada para cobertura deve estar sempre atualizada com as informações mais relevantes. Durante a sessão de um comitê, nem tudo o que é falado pelos delegados deve ser relatado na rede social, mas somente as declarações impactantes ou polêmicas, que causam surpresa e/ou tem potencial para alterar o curso do debate - neste ponto é importante lembrar dos valores-notícia válidos para o veículo em representação[7]. A nível de exemplificação, as falas dos delegados podem ser transcritas entre aspas ou os fatos podem ser reportados na voz do jornalista – no formato de uma nota curta sobre o acontecido. É preciso ter concisão, clareza e objetividade para conseguir, em poucos caracteres, inserir o leitor na realidade que se reporta.

A linguagem a ser utilizada não necessita de formalidade, mas deve seguir a norma culta da língua portuguesa, evitando o uso de gírias ou abreviações desnecessárias. Mesmo sendo um espaço menos formal, o *Twitter* ainda é, nesse caso, um local a serviço da informação, portanto, não serão aceitas postagens com teor de zombaria. É preciso utilizar a plataforma com cautela visto que sua velocidade e instantaneidade podem facilmente dar margem a frases falsas ou mal formuladas. Nesse sentido, lembra-se que se trata de uma plataforma na qual qualquer publicação pode ganhar grande repercussão com facilidade. A divulgação de imagens também é recomendada, desde que seja coerente com os critérios de postagem de fotos jornalísticas assim como os critérios de noticiabilidade. Em todo *tweet,* é necessária a utilização de *hashtags* – palavra-chave introduzida pelo símbolo "#" –, para que o usuário possa facilmente identificar do que se trata o conteúdo da notícia em questão, bem como para ampliar o alcance da publicação. De modo padrão, utiliza-se marcações com o nome do país retratado na informação (#país), com o nome do comitê em questão (#comitê) e com o nome do veículo representado (#veículo), respectivamente. A título de exemplo, cita-se o possível *tweet* "EUA firma acordo com o Canadá #EUA #Canadá #NYT #OMC", em que são explicitadas as delegações envolvidas, o veículo responsável pela informação – *The New York Times*, no caso - e o comitê em que ocorreu o fato relatado – Organização Mundial do Comércio.

3.2 MEDIUM

O *Medium* é uma plataforma digital criada em setembro de 2012 pela *Obvious* – empresa de Evan Williams e Biz Stone, criadores do *Twitter* e, também, do *Blogger*[8]. A plataforma que se descreve como "um lugar melhor para ler e escrever coisas que importam" (Tecnoblog 2017, online) é um modelo que une a funcionalidade das plataformas já comuns de blogs – como o próprio *Blogger* e o *WordPress*[9], por exemplo

7 Na seção 4 deste guia de estudos, serão apresentadas as linhas editoriais dos veículos a serem representados pelos jornalistas do CI nos dias de evento.

8 Blogger é a plataforma gratuita de blogs do Google. Lançado em agosto de 1999, foi uma das primeiras ferramentas dedicadas à publicação de blogs e é conhecida por popularizar o formato. Apresenta-se como uma ferramenta ideal para iniciantes nesse por prometer fáceis navegação e administração, além de oferecer diversos recursos para criação e personalização dos blogs, de acordo com as necessidades dos usuários (Techutudo 2017).

9 WordPress é um aplicativo de sistema de gerenciamento de conteúdo para web, semelhante ao Blogger, porém voltado para a criação de sites e blogs, lançado em maio de 2003. Trata-se de uma das ferramentas mais conhecidas do meio, disputando diretamente com o serviço do Google anteriormente mencionado. No entanto, o WordPress é adotado por aqueles que buscam uma interface mais profissional e com recursos de programação mais avançados (Techtudo 2017).

–, mas com alguns atributos de redes sociais – como *Facebook, Instagram, Tumblr* e outras –, e uma maior possibilidade de convergência entre mídias, quando comparada a estas últimas plataformas mencionadas. Todavia, o diferencial da mídia em questão tange seu propósito enquanto rede, pois se propõe a veicular o conteúdo que não cabe de forma tão adequada nas redes sociais e, pelo mesmo motivo, não se prolifera tão saudavelmente nos blogs comuns. O *Medium,* assim, apresenta-se especificamente como uma plataforma de conteúdo em profundidade, como explicou Evan Williams, co-criador da plataforma: "Se tornou um lugar para troca de ideias, onde pensadores, criadores e pessoas com histórias para contar encontram seu público, emocionam pessoas e nos incentivam a seguir em frente" (Medium 2017, online).

As contas no *Medium* estão diretamente ligadas às contas do *Google* e do *Twittter* de seus usuários, portanto, extrai dados dessas redes e possibilita que todo seguidor nas mídias conectadas – que já possua uma conta no *Medium* – seja, de modo automático, um novo seguidor. O mesmo vale para o *Facebook*. Todos os posts na plataforma podem ser organizados em coleções pelos usuários em suas páginas, também permitindo a colaboração de outros usuários nas mesmas. No *feed* de cada conta, mostrarão ao invés de serem mostrados posts em ordem cronológica, esses são exibidos em ordem de avaliação, isto é, primeiro, são mostrados os posts melhor avaliados pelos usuários da plataforma e assim sucessivamente. As publicações no *Medium* são chamadas de "histórias" e é possível escrever diretamente na plataforma, colar um texto já pronto ou importar algum fragmento de qualquer outra página da *we*b (Medium 2017). Ao começar a escrever, pode-se notar o sinal "+" na margem esquerda da tela. Clicando nele, é possível acessar à barra de ferramentas de incorporação:

IMAGEM 3: BARRA DE FERRAMENTAS DE INCORPORAÇÃO

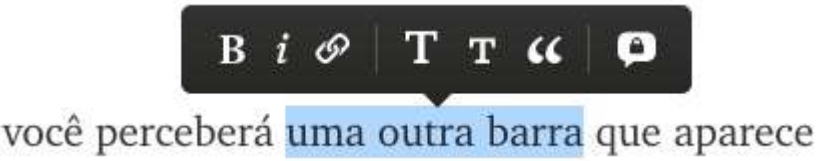


Fonte: Medium 2017

Essas opções permitem que se incorpore um arquivo de imagem; um vídeo do *YouTube* ou *Vimeo*; um item genérico de alguma das fontes suportadas pelo *Medium*[10], como *Spotify* ou *Soundcloud,* para áudio, *Twitter* e *Instagram,* para vincular à história um *tweet* ou *post*; ou um separador para indicar uma pausa ou quebra de linha. Ao iniciar a edição, também é possível acessar à barra de ferramentas de texto ao selecionar uma parte do texto no modo rascunho.

10 É possível conferir quais site e aplicativos são compatíveis com a plataforma no seguinte endereço: http://embed.ly/providers.

IMAGEM 4: BARRA DE FERRAMENTAS DE TEXTO



Fonte: Medium 2017

Essa barra de ferramentas permite que o usuário deixe algum fragmento do texto em negrito, itálico ou insira, no mesmo, um *hiperlink*. Também é possível formatar o texto como título, subtítulo, citação longa ou citação curta. Ao ativar a barra mencionada selecionando o começo de um novo parágrafo, pode-se optar por iniciar o trecho com uma letra capitular (Medium 2017).

Destaca-se ainda a possibilidade e importância de também usar outros canais sociais para divulgar as publicações do *Medium,* de forma que o conteúdo possa alcançar um número cada vez maior de interlocutores. A plataforma oferece uma alternativa chamada "lançamento de texto", em que, mesmo havendo texto de mais de 140 caracteres, é possível divulgar uma história no *Twitter* – nesta categoria é possível observar um envolvimento de 2 a 5 vezes maior do que um *tweet* normal (Medium 2017).

IMAGEM 5: TEXTO DO MEDIUM INCORPORADO AO TWITTER



Fonte: Medium 2017

No Comitê de Imprensa Internacional, a utilização da plataforma em questão mostra-se pertinente por se tratar de um meio de fácil construção do hipertexto e de conexão entre mídias. Para os representantes do CI, o *Medium* será utilizado para a publicação da cobertura completa dos comitês em simulação. Portanto, a maior parte do conteúdo será em texto e foto, contudo, incentiva-se a produção de materiais vídeo e áudio que possam complementar as narrativas. Referindo-se a linguagem a ser utilizada, deve-se valer dos tópicos já abordados anteriormente sobre cada um dos formatos da cobertura jornalística. Todas as publicações do *Medium* estarão inseridas em suas respectivas coleções, seguindo o critério de veículo e comitê.

4 LINHAS EDITORIAIS

A linha editorial de um jornal é a política determinada pela direção do veículo de comunicação, que define seus valores e princípios. Tendo ela como base, o repórter cobrirá ou não certos acontecimentos, bem como saberá de que forma se posicionar diante deles (Moreira 2006). Um exemplo prático disso é o ataque envolvendo Nicolás Maduro, no dia 4 de agosto de 2018. Veja como a Folha de São Paulo chamou o venezuelano:

> O ditador da Venezuela, Nicolás Maduro, interrompeu de modo abrupto um discurso transmitido pela TV neste sábado (4) e os soldados presentes saíram correndo após várias explosões, no que Caracas qualificou como uma tentativa de ataque contra o venezuelano. Maduro não foi ferido (Folha de São Paulo 2018a, online).

Agora veja como o jornal Zero Hora, de Porto Alegre, tratou da mesma pessoa:

> Um drone com explosivos estourou próximo ao palanque do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, em um evento que comemorava os 81 anos da Guarda Nacional Bolivariana, neste sábado (4), de acordo com fontes oficiais do governo. O ministro da Comunicação, Jorge Rodriguez, afirmou que sete guardas ficaram feridos (Zero Hora 2018, online).

Escolher entre chamar Maduro de ditador ou presidente indica a posição do jornal, logo, sua linha editorial. É a mesma coisa que escolher chamar o processo que retirou Dilma Rousseff do poder de *golpe* ou *impeachment*.

Para o Comitê de Imprensa Internacional, selecionou-se quinze veículos – jornais, canais televisivos e sites de notícia – para a representação das e dos jornalistas. Cada jornalista assumirá o papel de um jornal e, portanto, deverá se adequar à política editorial de seu veículo de comunicação. Para tal realização, é preciso conhecer um pouco da história e do contexto dos veículos a serem representados, bem como o perfil de seus interlocutores.

4.1 AL JAZEERA

A **Al Jazeera** é a maior e mais importante rede de televisão do mundo árabe. Cerca de 50 milhões de pessoas assistem o conteúdo produzido pelo canal diaria-

mente. Mesmo fundada e mantida pelo governo do Qatar, a empresa diz ter uma política editorial independente, por mais que seus interesses se aliem com os de seu governo (Sidlow e Henschen 2013).

O canal é uma referência para a região onde tem seu maior público. Foi nele que, pela primeira vez, um judeu israelense falou hebraico na TV árabe. Sua programação inclui "talk shows" que discutem religião, documentários sobre as mazelas dos governos vizinhos, cenas do cotidiano de guerra. Tudo isso provoca a ira de governantes e autoridades oposicionistas (Super Interessante 2007).

Durante os acontecimentos do 11 de setembro de 2001, foi a Al Jazeera a primeira a transmitir o discurso em que Osama Bin Laden assumia responsabilidade pelo atentado em Nova York. Desde então, governos como o americano e o britânico começaram a criar uma política contra a emissora. O New York Times, por exemplo, publicou, em editorial, que o canal produzia suas notícias "com uma visão extremamente anti-israelense e antiamericana" (Super Interessante 2007, online).

4.2 ALLAFRICA

Fundada em 2000, a **AllAfrica** Global Media é uma voz *de* e *sobre* a África, agregando, produzindo e distribuindo informações de mais de 140 organizações africanas de notícias para um público africano e, também, global (AllAfrica 2018a). A plataforma multicanal da AllAfrica afirma ser a única fonte de notícias pan-africana abrangente e independente, com alcance e reputação inigualáveis (AllAfrica 2018b). Ademais, a AllAfrica é provedora de serviços de conteúdo multimídia, desenvolvedora de tecnologia de sistemas e a maior distribuidora eletrônica de notícias e informações africanas em todo o mundo (AllAfrica 2018c).

As notícias atuais e as notícias arquivadas que o site apresenta são organizáveis por menus suspensos; as 1000 histórias que são apresentadas diariamente podem ser exibidas por categorias e subcategorias como país, região e dezenas de tópicos de notícias padrão como notícias de negócios, notícias esportivas, cultura, clima, militares e ONGs (AllAfrica 2018b). Desse modo, a AllAfrica faz parte de uma família de empresas que agregam, produzem e distribuem notícias de toda a África para dezenas de milhões de usuários finais, operando desde a Cidade do Cabo, Dakar, Abuja, Monrovia, Nairobi e Wasington DC (AllAfrica 2018c).

4.3 CNN

Cable News Network ou **CNN** é um canal a cabo de notícias norte-americano fundado em 1980 por Ted Turner, magnata de setor midiático estadunidense. O canal foi o primeiro dedicado 24 horas às notícias e é um dos líderes mundiais em notícias e informações on-line (CNN 2018). De acordo com a mais recente pesquisa "Ipsos Affluent Latin America 2015", a CNN International reforçou seu destaque como o canal líder de notícias pan-regionais na América Latina.

Os resultados da pesquisa também confirmam que o perfil da audiência da CNN tem alto poder aquisitivo, é influente e altamente propensa a possuir bens de luxo, carros, eletrônicos, produtos e serviços financeiros, e a viajar. Tendo como público-alvo latinos de língua espanhola, o portfólio da CNN é ainda mais forte – atin-

gindo 62% dos consumidores mais ricos que falam espanhol, visto que, com as bases agregadas, a CNN em Espanhol e CNNI são as principais redes de notícias da região (VCFAZ 2015).

4.4 EL PAÍS

O jornal de maior circulação da Espanha, **El País** surgiu na abertura democrática espanhola de 1976, após o fim do regime conhecido como Franquismo. Caracteriza-se por ser um jornal europeísta e socialdemocrata, dando especial foco para assuntos internacionais, culturais e econômicos. O jornal sempre teve um rigoroso tratamento das normas jornalísticas e foi o primeiro periódico espanhol que estabeleceu normas de controle interno de qualidade. Essas normas ajudaram a criar o manual de redação do jornal, o qual ajudou na manutenção e criação de vários jornais europeus posteriores. Em 1989, El País participou da criação de uma rede para compartilhar recursos de informação com "la Repubblica", na Itália, e "Le Monde", na França (El País 2018).

Em 26 de novembro de 2013, foi lançada uma versão do El País em português, para o público brasileiro. A versão é apenas digital, com publicação própria (como a coluna de Eliane Brum) e traduções das notícias e colunas da versão original; a edição brasileira se chama El País Brasil (Prisa 2018).

4.5 FOLHA DE SÃO PAULO

A **Folha de São Paulo** é um jornal diário com sede em São Paulo, mas que se preocupa em abranger a notícia em nível nacional, focando em política e economia. Sendo o jornal de maior circulação do Brasil, a Folha, como é popularmente conhecida, atinge em média 300 mil edições entre impresso e digital, e seu site possui audiência mensal de aproximadamente 32 milhões de acessos (Folha de São Paulo 2018b).

Com uma política editorial clara, a Folha não tenta omitir sua opinião e seu projeto como imprensa. Atualmente, mantém um projeto editorial pautado em doze princípios, sendo eles:

(i) Compromisso com apuração e verdade;

(ii) Jornalismo com foco em São Paulo, Brasil e Mundo, com ênfase na informação exclusiva;

(iii) Priorizar temas que atinjam uma comunidade grande e, portanto, sejam de interesse público;

(iv) Promover os valores do conhecimento, da solução pacífica dos conflitos, da livre-iniciativa, da equalização de oportunidades, da democracia representativa, dos direitos humanos e da evolução dos costumes;

(v) Abordar os assuntos com disposição crítica e sem tabus, no intuito de iluminar problemas, apontar falhas e contradições, questionar as autoridades públicas e os poderes privados;

(vi) Cultivar a pluralidade, seja ao divulgar um amplo espectro de opiniões, seja ao focalizar mais de um ângulo da notícia, sobretudo quando houver antagonismo en-

tre as partes nela envolvidas;

(vii) Obrigar-se a ponderar os argumentos da parte acusada e, publicando uma acusação, garantir espaço ao contraditório;

(viii) Manter atitude apartidária;

(ix) Garantir que a produção jornalística tenha independência em relação aos interesses de anunciantes;

(x) Estabelecer nítida distância entre jornalismo informativo e opinativo;

(xi) Rechaçar censura e outras agressões à liberdade de expressão; e

(xii) Identificar e corrigir com destaque erros de informação cometidos. (Folha de São Paulo 2018c);

4.6 THE GUARDIAN

O **The Guardian** é um jornal britânico de circulação diária, fundado por John Edward Taylor em 1821, sob o nome de The Manchester Guardian. O veículo ganhou reconhecimento internacional sob o comando do editor e proprietário Charles Prestwich Scott. Ele foi o responsável, em 1921, por escrever o importante artigo intitulado "Cem anos", marcando o centenário do jornal. Nesse texto, C.P. Scott definiu os princípios e valores que deveriam nortear tanto seus jornalistas quanto o jornal, entre eles a premissa que os "comentários são livres, mas os fatos são sagrados" e que "a voz do oponente não é menos importante que a dos amigos e merece ser ouvida" (The Guardian 2017a, online). Além disso, o editor aborda a necessidade de "honestidade, clareza (hoje interpretada como integridade), coragem, equidade e sensação de dever com o leitor e a comunidade" (The Guardian 2017a, online). Em 1932, a morte do C.P. e seu filho Edward (que, desde 1929, assumiu juntamente com seu irmão John a direção do jornal) resulta em um enfraquecimento do The Guardian. Por isso, em 1936, John decide vender o jornal ao The Scott Trust Limited, responsável pela formação posterior do ao Guardian Media Group. Essa foi a saída encontrada para garantir a independência financeira e editorial do jornal, bem como de seus jornalistas, mantendo, assim, os pilares nos quais o The Guardian baseia-se: liberdade jornalística e nos valores liberais, os quais devem ser livres de interferência comercial ou política. Em 1959, o jornal retira o Manchester do seu nome, remanescendo apenas The Guardian. Essa iniciativa planejava refletir a expansão e pretensão do periódico de ser reconhecido nacionalmente com uma tiragem diária.

Uma característica do The Guardian que o diferencia dos demais veículos é que todo o lucro gerado é utilizado como investimento para o próprio jornal, sem priorizar acionistas e proprietários. Ainda hoje, os princípios e valores declarados pelo C.P. Scott em seu artigo permanecem como orientadores do jornalismo independente praticado no jornal (The Guardian 2017a, online). Contudo, atualmente o jornal passa por uma crise financeira devido à queda na quantidade de anúncios, utilizando o pedido de doações dos usuários como recurso para a sobrevivência do jornal e da sua independência.

Em relação ao seu posicionamento, o The Guardian é visto como um jornal liberal de centro-esquerda (The Times 2017), manifestando-se de forma contrária ao Brexit (The Guardian 2016) e criticando o governo da primeira-ministra Theresa

May (The Guardian 2017d). O jornal é reconhecido por suas investigações internacionais e reportagens que denunciam escândalos, como a revelação da existência do programa de vigilância PRISM depois que foi vazado para The Guardian pelo denunciante Edward Snowden da Agência de Segurança Nacional (NSA) dos Estados Unidos, o que resultou na intimidação do jornal pelo serviço de inteligência britânico, o "Government Communications Headquarters".

4.7 THE INTERCEPT

Depois que o denunciante da NSA Edward Snowden apresentou revelações de vigilância em massa em 2013, os jornalistas Glenn Greenwald, Laura Poitras e Jeremy Scahill decidiram fundar uma nova organização de mídia dedicada ao tipo de reportagem que julgaram ser exigida nesse cenário: jornalismo antiaderente e adversário. Eles chamaram de Interceptação (The Intercept). Hoje, o **The Intercept** é uma organização de notícias premiada que abrange segurança nacional, política, liberdades civis, meio ambiente, assuntos internacionais, tecnologia, justiça criminal, mídia e muito mais (The Intercept 2018a).

O Intercept dá aos seus jornalistas a liberdade editorial e o apoio legal de que necessitam para investigar casos que expõem a corrupção e a injustiça onde quer que encontrem, devendo responsabilizar quem quer que seja por seus atos. Sendo assim, neste periódico, os jornalistas se esforçam para manter os 'poderosos' responsáveis por "atos falhos" com reportagens verdadeiras e agressivas, sendo justos em sua cobertura, o que significa permitir que pessoas ou instituições tenham uma janela razoável para responder às perguntas dos repórteres antes de publicar uma história que contenha revelações significativas sobre elas (The Intercept 2017).

4.8 THE JERUSALEM POST

Considerado o site de notícias em inglês mais lido de Israel e o jornal inglês mais vendido que oferece notícias atualizadas sobre o Oriente Médio, The Jerusalem Post é um jornal de grande formato baseado em Jerusalém, fundado em 1932 durante o Mandato Britânico da Palestina por Gershon Agron como The Palestine Post (The Jerusalem Post 2018a). Mais tarde, em 1950, mudou seu nome para The Jerusalem Post. Inicialmente possuía posicionamento político de esquerda, mas o jornal sofreu uma notável mudança para a direita no final dos anos 80 (The Jerusalem Post 2018b). Entretanto, a partir de 2004, sob o comando do então chefe de redação, David Horovitz, o jornal assumiu uma posição mais centrista, com o objetivo fornecer uma cobertura equilibrada das notícias, juntamente com opiniões de todo o espectro político (The Jerusalem Post 2018c).

A versão online do jornal, o JPost.com, oferece relatórios especializados e aprofundados de Israel, do mundo judaico e do Oriente Médio, incluindo diplomacia e defesa, o conflito palestino-israelense, o processo de paz no Oriente Médio, política em Israel, Irã e seu programa nuclear, a Síria e sua guerra civil, o Líbano, a Autoridade Palestina, a Cisjordânia e a Faixa de Gaza (The Jerusalem Post 2018d). O JPost.com foi lançado em dezembro de 1996 e sua versão atual também contém uma edição em francês (fr.jpost.com), blogs, uma versão ePaper do jornal diário, uma

série de revistas e outras versões para a web dos produtos do Grupo (The Jerusalem Post 2018e).

4.9 LE MONDE

Jornal diário e de grande circulação nacional e internacional, **Le Monde** foi fundado em 1944, ao final da Segunda Guerra Mundial, por Hubert Beuve-Méry. Hubert seguia ordens do então governante francês Charles De Gaulle, pretendendo que o Le Monde servisse como uma forma de oferecer uma voz de respeito e livre para a França, contrapondo o serviço oferecido pelo jornal existente e predominante na época, o Le Temps, que colaborou com o regime nazista. Beuve-Méry insistiu, desde a constituição do jornal, para que esse fosse um órgão independente, sem subsídios governamentais ou privados e com o direito de formular sua própria linha editorial (Encyclopedia Britannica 2017a).

Desde seu início, o Le Monde propôs-se a fazer uma cobertura jornalística com profundidade e franco posicionamento crítico, fornecendo aos seus os liberdade de apresentar seus próprios pontos de vista, proporcionando, assim, que o jornal não tenha posicionamentos políticos unificados ou perspectivas ideológicas determinadas (Encyclopedia Britannica 2017a). A fim de complementar o Le Monde, surgiu em 1954, o Le Monde Diplomatique, apresentando-se como o "diário dos círculos consulares e diplomáticos" (Le Monde 2017, online). Contudo, com o passar do tempo o Diplomatique se desvinculou administrativa e editorialmente do jornal Le Monde, bem como expandiu suas pautas para além dos temas diplomáticos (Paloma Rodrigues 2012).

4.10 THE NEW YORK TIMES

The New York Times é um dos principais jornais diários dos Estados Unidos e do mundo. Com sede em Nova York, o jornal prioriza notícias urgentes e exclusivas, e fazendo isso da forma mais imparcial possível (The New York Times 2018). Fundado em 1851, na época sob o nome de The New York Herold, o NYT (em sua abreviação) é conhecido por manter uma postura de centro-direita, tendendo para o liberalismo em detrimento ao conservadorismo norte-americano. Além disso, é aberto seu posicionamento a favor do Partido Democrata e, durante o governo Trump, é altamente atacado pelo presidente, que diz que o jornal propaga Fake News (The New York Times 2018). Em 1971, o Times virou centro de controvérsia quando publicou uma série de matérias baseadas em documentos secretos do Pentágono envolvendo a Guerra do Vietnã. A publicação desses documentos deu à Times o Prêmio Pulitzer de 1972. De lá até os dias atuais, o jornal recebeu mais de 120 Pulitzers (Encyclopedia Britannica 2018a).

4.11 RT

A **RT** (antiga Russia Today) é uma rede de televisão internacional financiada pelo governo russo, que opera canais de televisão por cabo e satélite dirigidos a públicos fora da Rússia, bem como fornece conteúdo online em inglês, espanhol,

francês, alemão, árabe e russo (Russia Today 2018a). Com seu primeiro canal internacional de notícias lançado em 2005, a RT é hoje uma rede global de notícias de oito canais de TV, notícias de rádio, com plataformas digitais em seis idiomas e está disponível em mais de 100 países, abrangendo cinco continentes (Russia Today 2018b). A RT International tem sede em Moscou e seu conteúdo apresenta boletins de notícias, documentários, programas de entrevistas, debates, notícias esportivas e programas culturais 24 horas por dia, segundo os quais ela oferece um ponto de vista russo sobre os principais eventos globais (Russia Today 2018c).

A RT é uma marca da TV-Novosti, uma organização autônoma sem fins lucrativos, fundada pela agência de notícias russa "RIA Novosti" e está na lista de organizações centrais de importância estratégica da Rússia (Russia Today 2018d). Nesse sentido, a RT cobre histórias negligenciadas pela grande mídia, fornece perspectivas alternativas sobre assuntos atuais e familiariza o público internacional com um ponto de vista russo sobre os principais eventos globais (Russia Today 2018e). Segundo uma pesquisa de 2017 sobre o consumo de notícias na TV da agência de pesquisa "Ipsos", a RT tem um público semanal total de 100 milhões de espectadores em mais de 100 países onde a RT está disponível, com 43 milhões de telespectadores semanais em 15 países europeus. Nos EUA, a RT tem uma audiência semanal de 11 milhões. Em todo o Oriente Médio e Norte da África, onde os consumidores de notícias foram entrevistados em 15 países, a RT tem uma audiência semanal de 11 milhões de telespectadores. Na América Latina, a audiência semanal da RT é de 18 milhões (Russia Today 2018e).

4.12 SPUTNIK

Em novembro de 2014, o grupo de mídia russo "Rossiya Segodnya" lançou a marca **Sputnik**. Hoje, a marca configura uma agência de notícias moderna, cujos principais eixos de cobertura jornalística são notícias políticas e econômicas globais, visando um público internacional (Sputnik 2018a). Nesse sentido, sua matriz está localizada em Moscou e seus escritórios regionais estão localizados em regiões e países relevantes em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos (Washington, DC), China (Pequim), França (Paris), Alemanha (Berlim), Egito (Cairo) e Reino Unido (Londres e Edimburgo). Como resultado, sua equipe editorial trabalha e pública em mais de 30 idiomas (Sputnik 2018b).

O número total de visitantes do site, em janeiro de 2018, foi de 54 milhões de pessoas em todo o mundo. A maior parte do site é visitada na Turquia, Alemanha, França, Brasil e EUA (Similarweb 2018). Alexander Podrabinek, um jornalista e comentarista russo, que durante o período soviético foi um ativista dos direitos humanos, afirma que a agência Sputnik é uma ferramenta do governo russo para propaganda no exterior, com uma posição "anti-ocidental" (Sputnik 2018c).

4.13 TELESUR

A **teleSUR** é uma rede de televisão multe estatal latino-americana e caribenha, com sede na Venezuela. Entre os estados proprietários estão a Bolívia, Cuba, Equador, Nicarágua, Uruguai e a própria Venezuela. Segundo as palavras do canal, a rede surge de uma necessidade latino-americana de contar com um canal

> que permita a todos os habitantes desta vasta região difundir seus próprios valores, divulgar sua própria imagem, debater suas próprias ideias e transmitir seus próprios conteúdos, livre e equitativamente (TeleSUR 2018, online).

Percebe-se, consequentemente, a tentativa de lutar contra notícias hegemônicas vinda de países norte-americanos e representados por figuras midiáticas ocidentais, tal como a CNN.

Seu conselho consultivo é formado por figuras notáveis, como o Prêmio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel, e o jornalista Ignacio Ramonet. O teleSUR esteve presente em grandes eventos não apenas na América Latina, mas também no mundo, mostrando sua intenção de se internacionalizar. Durante seus 13 anos de existências, a rede clamou fazer uma cobertura importante, que mostrou a "verdade", em suas palavras, sobre os eventos mundiais. Dessa forma, o Telesur configura-se por ser uma multimídia da comunicação latino-americana de vocação social, orientada para liderar e promover os processos de união dos povos do Sul, sendo um espaço e uma voz para a construção de uma nova ordem comunicacional (teleSUR 2018).

4.14 THE TIMES OF INDIA

O **The Times of India**, fundado em 1838 como *The Bombay Times and Jounal of Commerce*, é um jornal popular de circulação diária, escrito em inglês indiano, considerado um dos mais influentes da Índia. O jornal foi criado originalmente para servir aos residentes britânicos do oeste da Índia, com publicações em apenas dois dias na semana. A ampliação da periodicidade aconteceu em 1851, quando o jornal passou a ser diário. A mudança do nome ocorreu em 1861.

Após a independência da Índia, em 1947, o Times adotou uma série de valores jornalísticos que imperam ainda hoje dentro do veículo. O jornal investiu na precisão das informações divulgadas, na fuga do sensacionalismo e no uso de um tom sério pelos seus redatores. Sua cobertura internacional, de característica minuciosa, representa um quarto do espaço editorial, e levou o Times a ter seu prestígio aumentado na Índia, passando, ao longo dos anos, a ser reconhecido, tanto pelo seus leitores quanto pela mídia especializada, como um jornal com cunho intelectual (Encyclopedia Britannica 2017b).

O jornal pertence a companhia Bennet, Coleman & Co Ltd. que é controlada pela família Sahu Jain, a qual apresenta grande interesse na divulgação de assuntos relacionados à educação, ciência e economia (The Times of India 2017). Em relação ao conflito indo-paquistanês, o Times of India posiciona-se criticamente ao governo do Paquistão, bem como procura transmitir uma imagem favorável ao posicionamento indiano no conflito, caracterizando uma política editorial nacionalista voltada aos interesses do país.

4.15 XINHUA

Diferentemente do usual, o **Xinhua** é um veículo de comunicação chinês, ou seja, trata-se de uma agência de notícias estatal diretamente subjugada ao Governo e ao Partido Comunista Chinês (PCC). Desde sua fundação, o jornal tem como mis-

são passar uma imagem positiva da China para o restante do mundo e que auxilie na promoção de seus programas governamentais. Contudo, a Agência de Notícias Xinhua não é considerado porta-voz oficial do Estado chinês, pois suas pautas abordam diferentes situações internacionais àquelas do governo e suas fontes de financiamento são diversas (Xinhua 2017).

Nesse contexto, muitos críticos consideram o Xinhua um instrumento de propaganda do Estado chinês, inclusive pela origem do veículo (que, em 1931, foi criada para atuar como um canal de comunicação do PCC). mesmo considerando que, nos últimos anos, o financiamento do jornal por parte do Governo tenha estagnado em 40% dos seus custos, obrigando assim o periódico a buscar novas fontes de investimento. As restrições ideológicas agravaram-se durante a Revolução Cultural de 1960, em que diversos jornalistas foram presos e perseguidos por se desviarem dos padrões impostos pelo regime. Atualmente, o seu website, Xinhua.net, criado em 2000, tem o foco na cobertura das notícias chamadas "de última hora" (em inglês, *breaking news*) dentro do país, adotando uma narrativa mais diplomática do que jornalística (Xinhua 2018).

REFERÊNCIAS

Aguiar, Tiago Ornaghi. 2002. "O Brasil no Le Monde Diplomatique: um breve estudo do jornalismo interpretativo". Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

AJ Plus. 2017. "Experience, empower, engage". Acessado em 24 de julho. https://www.ajplus.net/english/.

Al Jazeera America. 2013. "Putin dissolves RIA Novosti news agency". Acessado em 11 de setembro. http://america.aljazeera.com/articles/2013/12/9/putin-dissolves-rianovostinewsagency.html.

AllAfrica. 2017. "From AllAfrica". Acessado em 24 de julho. http://AllAfrica.com/inhouse/.

———. 2017b. "Copyright." Last accessed September 02, 2018. https://AllAfrica.com/misc/info/copyright.html.

———. 2017c. "Site Guide." Last accessed September 07, 2018. https://AllAfrica.com/misc/info/howto.html.

Asia Times. 2017. "About Us". Acessado em 24 de julho. http://www.atimes.com/mediakit/aboutus.html.

Barbeiro, Heródoto. 2013. *Manual de Jornalismo para rádio, TV e novas mídias*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier.

BBC. 2011. "BBC Brasil nasceu em 1938 com notícia sobre Hitler". http://www.bbc.com/portuguese/institutional/090120_expediente_tc2.shtml.

———. 2017a. "History of the BBC - 1920s". Acessado em 24 de julho. http://www.bbc.co.uk/timelines/zxqc4wx.

———. 2017b. "Mission and values". Acessado em 24 de julho. http://www.bbc.co.uk/aboutthebbc/insidethebbc/whoweare/mission_and_values.

———. 2017c. "Public Purposes". Acessado em 29 de agosto. http://www.bbc.co.uk/aboutthebbc/insidethebbc/whoweare/publicpurposes.

———. 2016. "O que é 'Brexit' - e como pode afetar o Reino Unido e a União Europeia?". Acessado em 11 de setembro. http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36555376.

Bomfim, Ivan. 2012. "Construindo realidades: uma perspectiva de interação entre Jornalismo e Relações Internacionais". *Comunicação & Inovação* 13, no. 25: 29-36.

Buitoni, Dulcilia Schroeder. 2011. *Fotografia e jornalismo: a informação pela imagem*. São Paulo: Saraiva.

CNN. 2018. "About CNN" Last edited June 01, 2018. https://edition.cnn.com/2014/01/17/cnn-info/about/index.html.

Counterfire. 2011. "Where does Al Jazeera stands?". http://www.counterfire.org/articles/opinion/14878-where-does-al-jazeera-stand.

Cruz Neto, J. E. *Reportagem de televisão: como produzir, executar e editar*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

Demant, Peter. 2013. *O Mundo Muçulmano*. 3ª Ed. São Paulo: Contexto.

Duarte, Jorge. 2003. *Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia - Teoria e Técnica.* São Paulo: Altas.

Encyclopedia Britannica. 2017a. "Le Monde". Acessado em 11 de setembro. https://www.britannica.com/topic/Le-Monde.

———. 2017b. "The Times of India". Acessado em 25 de julho. https://www.britannica.com/topic/The-Times-of-India.

———. 2018a. "The New York Times". Acessado em 07 de setembro. https://www.britannica.com/topic/The-New-York-Times

Fairness & Accuracy in Reporting. 2003. "O'Reilly's Racist Slurs-in Context". http://fair.org/extra/oreillys-racist-slurs-in-context/.

Ferrari, Pollyana. 2010. *Jornalismo Digital.* 4ª ed. São Paulo: Contexto.

Floresta, Cleide. 2009. *Técnicas de Reportagem e Entrevista em Jornalismo: Roteiro para uma Boa Apuração.* São Paulo: Saraiva.

Folha de S. Paulo. 1987. *Manual Geral de redação.* 2ª ed. São Paulo: Folha de São Paulo.

———. 2018a. "Drones explodem durante discurso de Maduro, que sai ileso, diz Caracas". Acesso em 11 de setembro de 2018. https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/discurso-de-maduro-e-interrompido-e-soldados-sao-vistos-correndo.shtml

———. Folha de São Paulo. 2018b. "Versão Impressa". Acessado em 07 de setembro. https://www1.folha.uol.com.br/fsp/

———. 2018c. "Linha Editorial". Acessado em 07 de setembro. http://www1.folha.uol.cm.br/institucional/linha_editorial.shtml?fill=2

Fox News. 2017. "Home". Acessado em 24 de julho. http://www.foxnews.com/.

Fortes, Leandro. 2008. *Os Segredos das redações: o que os jornalistas só descobrem no dia-a--dia.* São Paulo: Contexto.

The Guardian. 2017a. "A hundred years - an essay by CP Scott". Acessado em 24 de julho. https://www.theguardian.com/the-scott-trust/2015/sep/14/a-hundred-years-an-essay-by-cp-scott.

———. 2017b. "The Guardian's Editorial Code". Acessado em 24 de julho. https://www.theguardian.com/info/2015/aug/05/the-guardians-editorial-code.

———. 2017c. "The Scott Trust: values and history". Acessado em 24 de julho. https://www.theguardian.com/the-scott-trust/2015/jul/26/the-scott-trust.

———. 2017d. "The Guardian view on corporate governance reform: be stronger, not weaker". Acessado em 11 de setembro. https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/aug/28/the-guardian-view-on-corporate-governance-reform-be-stronger-not-weaker.

———. 2016. "The Guardian view on the EU referendum: keep connected and inclusive, not angry and isolated". Acessado em 11 de setembro. https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/jun/20/the-guardian-view-on-the-eu-referendum-keep--connected-and-inclusive-not-angry-and-isolated.

———. 2018a. "About us" Acessado em 07 de setembro. https://theguardian.com/us

———. 2018b. "The Guardian view on Brexit options: this shambles is boosting support for a second vote". Acessado em 7 de setembro. https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/sep/07/the-guardian-view-on-brexit-options-this-shambles--is-boosting-support-for-a-second-vote

The Intercept. 2018. “About & Contacts – The Intercept.” The Intercept. https://theintercept.com/about/.

———. 2017. “Editorial Policies and Procedures.” The Intercept. Last edited May 15, 2017. https://theintercept.com/policies/.

The Jerusalem Post. 2017a. “Arab Israeli Conflict”. Last accessed August 25, 2018. https://www.jpost.com/Arab-Israeli-Conflict.

———. 2017b. “Israel News”. Acessado em 11 de setembro. http://www.jpost.com/Israel-News?utm_source=Home%20Page&utm_medium=Category%20buttons&utm_campaign=Category&utm_content=Israel-News.

———. 2017c. “Opinion”. Acessado em 11 de setembro. http://www.jpost.com/Opinion?utm_source=Home%20Page&utm_medium=Category%20buttons&utm_campaign=Category&utm_content=Opinion.

———. 2017d. “Middle East”. Acessado em 11 de setembro. http://www.jpost.com/Middle-East?utm_source=Home%20Page&utm_medium=Category%20buttons&utm_campaign=Category&utm_content=Middle-East.

———. 2017e. “Diaspora”. Acessado em 11 de setembro. http://www.jpost.com/Diaspora?utm_source=Home%20Page&utm_medium=Category%20buttons&utm_campaign=Category&utm_content=Diaspora.

Jorge, Thais de Mendonça. 2008. *Manual do Foca: Guia de Sobrevivência para Jornalistas.* São Paulo: Contexto.

Koestler, Fred L. 2016. “Operation Wetback”. *Handbook of Texas Online*. Acessado em 29 de agosto. http://www.tshaonline.org/handbook/online/articles/pqo01.

Lage, Nilson. 2001.*Ideologia e técnica da notícia.* Florianópolis: Insular.

Liberian Observer. 2017. “Home”. Acessado em 24 de julho. https://www.liberianobserver.com/.

Mafei, Maristela. 2010. *Assessoria de Imprensa: como se relacionar com a mídia.* São Paulo: Contexto.

Medina, Cremilda de Araújo. 1986. *Entrevistas: O Diálogo Possível.* 2ª Edição. São Paulo: Ática.

Meditsch, Eduardo. 1997. “O jornalismo é uma forma de conhecimento?”. Conferência feita nos Cursos de Arrábida - Universidade de Verão, Universidade Federal de Santa Catarina. http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf.

Medium. 2017. “O guia definitivo sobre o Medium”. Acessado em 3 de agosto. https://medium.com/brasil/o-guia-definitivo-sobre-o-medium-4e417fae0143.

Le Monde. 2017. “Qui Sommes Nous”. Acessado em 11 de setembro. http://www.lemonde.fr/qui-sommes-nous/article/2002/02/05/le-monde_261404_3386.html#l5WmojkygDr8jP5B.99.

———. 2018. “Editoriau” Acessado em 07 de setembro. https://www.lemonde.fr/editoriaux/

Moreira, Fabiane Barbosa. 2006. “Os valores-notícia no jornalismo impresso: análise das ‘características substantivas’ das notícias nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo”. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PGCOM), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

———. 2014. *Os valores-notícia em O Estado de S.Paulo, Folha de S.Paulo e O Globo.* In: Silva, Gislene et al (org.). Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular.

Natali, João Batista. 2004. *Jornalismo Internacional*. São Paulo: Contexto.

O Globo. 2010. “Arianna Huffington, a mulher que reinventou o jornalismo on-line”. Acessado em 10 de setembro. https://oglobo.globo.com/economia/arianna-huffington-mulher-que-reinventou-jornalismo-on-line-2965451.

The New York Times. 2018. “Editorial and Standards”. Acessado em 07 de setembro. www.nytco.com/wp-content/uploads/sites/3/Editorial-Standards-for-NYTLive.pdf

Oliveira, Erivam Morais de. 2009. *Fotojornalismo: uma viagem entre o analógico e o digital.*

São Paulo: Cengage Learning.

El País. 2018. "Internacional". Last accessed September 07, 2018. https://brasil.elpais.com/brasil/estaticos/aviso-legal/.

Paloma Rodrigues. 2012. "Le Monde Diplomatique Brasil é opção de conteúdo politizado. *Agência USP de Notícias*. Acessado em 11 de setembro. http://www.usp.br/agen/?p=89267.

Pinto, Ana Estela de Sousa. 2009. *Jornalismo Diário - Reflexões, Recomendações, Dicas e Exercícios.* São Paulo: Publifolha.

Prisa. 2018. "Un Grupo Global: Prisa Education, Information, Entertainament". Acesso em setembro 07, 2018. https://www.prisa.com/es/info/un-grupo-global

Rafizadeh, Shahram e Mahsa Alimardani. 2013. "The Political Affiliations of Iranian Newspapers: A Comparative Look at the 2009 and 2013 Elections". *Iran Media Program*. http://www.global.asc.upenn.edu/app/uploads/2014/06/the_political_affiliations_of_iranian_newspapers.pdf.

Ramalho, José Antonio. 2012. *Escola de Fotografia: O guia básico da técnica à estética.* Rio de Janeiro: Elsevier.

Rezende, G. *Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial.* São Paulo: Summus, 2000.

Rodrigues, Carla. 2009. *Jornalismo on-line: modos de fazer.* Rio de Janeiro: Sulina.

RT. 2018. "About RT" Accessed August 25, 2018. https://www.rt.com/about-us/.

Sidlow, Edward, Beth Henschen. 2013. *Govt*. Wadsworth: Cengage Learning.

SimilarWeb. 2018. "Sputniknews.com Traffic Statistics." January 2018. https://www.similarweb.com/website/sputniknews.com.

Sqarisi, Dad. 2005. *A Arte de Escrever Bem: um guia para jornalistas e profissionais do texto.* 4ª ed. São Paulo: Contexto.

Sputnik. 2017. "Quem Somos". Acessado em 25 de julho. https://br.sputniknews.com/docs/about/quem_somos.html.

———. 2018. "Anti-Soviet Gourmet." Sputnik. Acessado em 11 de setembro de 2018. https://br.sputniknews.com/docs/about/quem_somos.html.

Super Interessante. 2007. "Fenômeno mundial do jornalismo televisivo: Al Jazeera". Acessado em 07 de setembro. https://super.abril.com.br/cultura/fenomeno-mundial-do-jornalismo-televisivo-al-jazeera/

Syrian Arab News Agency (SANA). 2017. "About SANA". Acessado em 24 de julho. http://sana.sy/en/?page_id=1633.

Tecnoblog. 2013. "Medium: seu próximo blog". Acessado em 3 de agosto. https://tecnoblog.net/131081/medium/.

TeleSUR. 2018. "História". Acessado em 07 de setembro. https://www.telesurtv.net/pages/sobrenosotros.html.

Terra. 2017. "Saiba mais sobre o twitter". Acessado em 04 de agosto. https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/internet/saiba-mais-sobre-o-twitter,7838887dc5aea310VgnCLD200000bbcceboaRCRD.html.

The Times. 2017. "How left or right-wing are Britain's newspapers?". Acessado em 11 de setembro. https://www.thetimes.co.uk/edition/news/how-left-or-right-wing-are-britain-s-newspapers-8vmlr27tm.

The Times of India. 2017. "Home". Acessado em 24 de julho. http://timesofindia.indiatimes.com/.

Traquina, Nelson. 1993. *Jornalismo: questões, teorias e "estórias".* Lisboa: Vega.

Twitter. 2017. "Empresa | About". Acessado em 04 de agosto. https://about.twitter.com/pt/company.

University of Delaware Library. 2017. "Times of India". Acessado em 12 de setembro.

https://library.udel.edu/databases/timesofindia/.

VCFAZ. 2015. "CNN Fortalece Posi." Last accessed September 02, 2018. http://vcfaz.tv/viewtopic.php?t=230612.

Voa News. 2014. "Russia's New World Broadcast Service is 'Sputnik'". Acessado em 11 de setembro. https://www.voanews.com/a/russia-launches-new-media-brand-called-sputnik/2515216.html.

Xinhua. 2017. "Xinhua Net". Acessado em 24 de julho. http://xinhuanet.com.

———. 2018. "About XINHUA" Acessado em 07 de setembro. http://xinhuanet.com/about

Zero Hora. 2018. "Governo da Venezuela afirma que Maduro escapou de atentado; sete estão feridos". Acessado em 11 de setembro, 2018. https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2018/08/governo-da-venezuela-afirma-que-maduro-escapou-de-atentado-sete-estao-feridos-cjkg1k6vd00q701mua6jpezon.html

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL

UNSC



ufrgsmun 2018

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v. 6 2018 | p. 600 - 657

EMERGENCY MEETING ON THE PALESTINIAN SITUATION

Joana Soares Cordeiro Lopes[1]
Leonardo Beheregaray Seben[2]

ABSTRACT

The Palestinian-Israeli conflict is a long-lasting issue on the international agenda, being one of the most debated topics at the United Nations Security Council (UNSC) since its creation. After several clashes among Arabs and Jews, failed accords and numerous occasions of noncompliance of human rights, tension became the status quo in the Palestinian region. Nonetheless, recent developments lifted the Palestinian Question once again to the top of the international schedule, since the United States of America's (US) president, Donald Trump, declared Jerusalem as the capital of Israel and moved the US embassy to the Holy City. Such a statement provoked reactions throughout Palestine and the Arab world, being advertised in the media as a possible "Third Intifada". The recent episodes of violence against protesters in Gaza and friction between Israel and Hamas also increased tensions in the region. In this sense, the UNSC shall debate and, if possible, solve the long-lasting standoffs that prevent and hamper such conflict from being solved. Furthermore, it is necessary to debate primary issues, such as Palestinian refugees, settlements, water resources and their distribution, as well as the Gaza crisis, among others.

1 Joana is a fourth-year undergraduate student of International Relations at UFRGS and Director at the UNSC.

2 Leonardo is a second-year undergraduate student of International Relations at UFRGS and Assistant-Director at the UNSC.

1 INTRODUCTION

The last 70 years have been of occupation and persistent barriers and limitations to the establishment of a Palestinian State. In these decades of conflict, many wars have been fought and the State of Israel has boosted its borders onto the territory defined as Palestine by the United Nations' (UN) Resolution 181 of 1947. Although many peace agreements and accords have been signed, the State of Palestine is far from being achieved. In the meanwhile, many challenges derived from the occupation have to be dealt with in order to preserve the Palestinian people, their human rights, culture and heritage.

Recent developments turned the Palestinian Question one of the main concerns of the international community once again. The United States of America recognized Jerusalem as the capital of Israel in December 2017 and moved the US embassy to the city on 14 May 2018, being that the peak of a situation that has worsened since Trump's campaign and the beginning of his government. It generated instability in the Middle East and countries feared a possible "Third Intifada". The tensions were high as well in other UN bodies such as the General Assembly (UNGA), where a resolution regarding Jerusalem as an issue with which only the Palestinians and Israelis could deal with was strongly opposed by the US and Israel.

The Palestinian situation is an issue with many deadlocks that have not been solved since UNGA's 1947 Partition Plan. Israel's discriminatory policies are sparsely debated in international forums, and yet they are one of the main sources of inequality and human rights violations in Palestine. The management of resources such as water and electricity are totally controlled by Israeli companies, which restrict access to Palestinians. Also, the Palestinian refugees, under the United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees' (UNRWA) mandate, constitute one of the largest nationalities under refuge nowadays[3].

At the same time as UNRWA is currently underfunded and running the risk of going through major restrictions with US cuts, Israel continues to expand its settlements over the West Bank, even though they have already been considered illegal by the International Court of Justice (ICJ). With all these restrictions, the Palestinian National Authority (PA), established by the Oslo Accords (1994-95), is weakened and loses leverage to engage in new negotiations with Israel. Moreover, with Trump's declaration, the establishment of negotiations gets even more complicated, as the Palestinian Authority refuses the US's mediation. The PA also shows signs of changing their demands from a two-State to a one-State solution. Another stalemate is the situation in Gaza: governed by Hamas and under Israeli siege since 2002, the Palestinians in the Gaza Strip face one of the most severe humanitarian crisis in the world.

The United Nations Security Council (UNSC), with its mandatory power, is the only international body with the capacity to change the status quo operating since 1948 in the region. However, the alliance between Israel and the US obstructs major efforts of the Council in approving substantive resolutions to assure Palestinians' rights. Bearing in mind the latest developments, it is possible to see that the

3 There are 5,266,603 registered Palestinian refugees nowadays. This number is likely to grow each year because the descendants of Palestinian refugees are also eligible to acquire refugee status under UNRWA. It is also important to notice that part of the refugees displaced by the Syrian civil war are Palestinians who lived in the neighboring country (United Nations 2018b).

US has recently acquired and even more aligned position towards Israel. Moreover, this tougher approach has increased opposition to the US inside the Council, even from its most traditional allies such as the United Kingdom and France. Therefore, the Council's main challenge is to find a way of reaching the consensus through dialogue in the middle of so many standoffs.

Also, acknowledging that territorial definitions are part of the Israeli-Palestinian contest, this Study Guide hereby defines the terms to which it will refer in geographical terms. The Occupied Palestinian Territory (OTP) refers to the West Bank and Gaza. The territory of Israel refers to the lands in which Israel declared its State in 1948. And Historic Palestine comprises the whole territory: Israel, the West Bank and Gaza. In the second section (Historical Background) the word "Palestine" will be used to refer to Historical Palestine. In the third section, the Statement of the Issue, such word is equivalent to the OTP.

2 HISTORICAL BACKGROUND

This section, by presenting the main events related to the Arab-Israeli conflict, aims at analyzing the background of the Palestinian issue in order to clarify and enable full understanding of these events. The situation is filled with innumerable contradictions, which comprises manifold areas of daily life such as politics, economics and international relations. Further, getting to know the role played by the Arab States, by Israel and by external powers is also imperative to understand the current unfoldings and tensions in the Palestinian region and in the Middle East as a whole.

2.1 FORMER OCCUPATIONS IN THE PALESTINIAN TERRITORY

Palestine has its history marked by dozens of wars and invasions, having been conquered by innumerable peoples. Hence, several populations are considered to be its first inhabitants, such as the Canaanites and the Amorites. In the course of time, it was disputed among dynasties, peoples and kingdoms, entailing in the Philistine domination, which was strongly affected by the Hebrews arrival, ending up in clashes between such powers and a subsequent victory of the latter (Ishida 1999). Later on, after being ruled by several powers, in 63 a.D., the Romans took control over Palestine and stabilized such region, rendering Jerusalem in a peregrination point (Goodman 2008).

In 632, the Arabs dominated this territory, inducing the replacement of Christianity for Islamism as the prevailing religion. Besides, under a Caliphate, the Muslim Arabs expanded their territories, conquering great empires, such as the Byzantine. Subsequently, in 1517, after the Muslims and the Crusaders incursions, the Ottoman Empire dominated Palestine and a great portion of the Islamic world, initiating an occupation and an administration that has endured for four centuries (1229-1923). Such empire had a bureaucratic State with similar administrative and tax organization for the diverse regions of the realm. The Ottomans had a large influence over their domains, which were subservient to the empire. Nonetheless, with the advent of the European power expansion throughout the world, the Empire started its decadence. In order to maintain its influence, it tried to stabilize the regions' balance

of power, being one of the reasons that culminated in the First World War outbreak (Hourani 1994).

2.2 ZIONISM AND THE BRITISH MANDATE

Similarly to other minorities, the Jews used to gather in every difficult situation, such as persecution. They were aware of their subordination to stronger forces and, as a consequence, they ended up losing their characteristic of proselytizing, fearing dominant religious powers and their possible retaliations. However, during the XIX century, when mass nationalism increased, the Jews started taking part in the processes of building the nation-States, prevailing support for newly formed ones, instead of favoring the fight for the Jewish people. In this scenario, the Zionist[4] idea, which upheld the whole movement for the creation of a Jewish State, was born, seeking to unite these Jews in order to create their own nation (Sand 2009).

Zionism main goal was the gathering of Jews, who were scattered throughout the entire world, into their own homeland, which should be exclusive for them. After a prolonged process of analysis and study of where this new State should be settled, considering even Argentina and Uganda, Palestine was chosen by the Zionist movement, since it would be easier to justify such decision based on previous Jewish presence there (Soares 2017). Leon Pinsker, a Russian Jew, argued the main reasons for the Jewish people to be persecuted by other groups were due to two factors: (i) because they did not have their own country; (ii) because they did not have the will to obtain national independence (Jewish Virtual Library 2018). Zionism emerged from these arguments, seeking the creation of a Jewish State, although remaining only as a religious movement in its first phase. In this sense, the *pogroms*[5], in Russia, and the anti-Semitism[6], especially in Europe, fostered the growth of a political Zionism, which boosted the migration of several Jews to Palestine and eventually created Jewish-only societies based on agriculture. Added to this, such political Zionism was pushed forward by Theodor Herzl, who initiated, in 1898, the negotiations alongside great powers with the purpose of creating the above-mentioned Jewish country (Soares 2017).

During the First World War, the British government, aiming at forming pacts in strategic regions of the Middle East, reached agreements with Arabs and Zionists regarding Palestine (Carreras 1992). Primarily, the United Kingdom (UK) promised the Arabs an independent State or a Confederation of Independent Arab States – in which Palestine was included –, in exchange for support against the Ottoman Empire in the Middle East during the war. Meanwhile, the Zionists also reached an agreement with the United Kingdom concerning the Palestinian territory, in which the Jews would be supported by the British with the aim of establishing their own

4 The origin of the Zionism nomenclature – created in 1886 by Nathan Birnbaum – has ties with the Mount Zion, where the Jew population would regather in order to form their own State (Soares 2017).

5 "Pogrom is a Russian word designating an attack, accompanied by destruction, looting of property, murder, and rape, perpetrated by one section of the population against another. [...] However, as an international term, the word "pogrom" is employed in many languages to describe specifically the attacks accompanied by looting and bloodshed against the Jews in Russia" (Jewish Virtual Library 2018, 1).

6 "Anti-Semitism, hostility toward or discrimination against Jews as a religious or racial group" (Encyclopaedia Britannica 2018, 1).

national homeland in such place. After dozens of negotiations, such agreement was officialized by the *Balfour Declaration*[7], in 1917, which is also pointed as being one of the main boosters of the conflict among Arabs and Jews (Gomes 2001; Schneer 2011). The accords with the Zionists fomented a movement of migration to Palestine, nurturing the growth of the tensions in the region. Meanwhile such agreements, in 1916, France, the UK, Russia and subsequently Italy initiated secret meetings, which ended up deciding that zones of influence would be defined in the Middle East after the Ottoman Empire disintegration. The resultant agreement of this reunion was called Sykes-Picot (Gomes 2001).

By 1918, the British took control over the Palestinian territory, initiating, in 1920, the British Mandate, sanctioned by the League of Nations. The Mandate augmented the tensions in the region, since the British were not fulfilling the promises made to the Arab people, but privileging the Jews instead. Within a few months, the just established civil administration started granting power to the Jewish minority, whilst withdrawing rights from the Arabs (Gomes 2001). During this Mandate, the British government and the Zionists would also promote Jewish migration to the Palestinian territory, looking forward to augmenting the number of Jews in the region and turning them into a majority eventually (Gomes 2001; Soares 2017). Worsening the situation, the Zionist movement within Palestine fostered the purchase of lands by Jews and the creation of Jewish zones, where the Palestinians were not allowed to enter and work.

After all these unfoldings, a Palestinian revolt against the Zionists and the British emerged, escalating quickly to attacks against them. It started in 1936 and endured until 1939, having the great majority of the Palestinian leadership been murdered specially by British forces. The riots had two phases, being the first one marked by a generalized violence among Arabs and Jews. For such reasons, the British government sent a commission, headed by Lord Peel, in order to analyze and decide the future of the Palestinian territory. It ended up concluding that Palestine should be divided into two territories, causing the beginning of the revolt's second phase, which was marked by the high level of brutality used by the British forces against the Arabs (Hughes 2009). Moreover, one of the main triggers of the following violent clashes among Jews and Palestinians was the *Dalet Plan*, designed in a meeting of the Zionist leaders, in which they planned the systematic expulsion of umpteen Palestinian of vast regions of Palestine (Clemesha 2008).

The situation in the region became extremely unstable and it was no longer capable of being controlled by the British. Meanwhile, the United States, fearing the Soviet Union's presence in the Middle East, started to create bonds with Israel in order have it as an important ally in the area. Therefore, in the final of its Mandate, in 1948, the British adopted an absent position, since its policy of initially favoring the Jews entailed the escalation of conflicts throughout the region. Furthermore, bearing in mind that they could not take control over the situation in Palestine – which was now worsened by the support granted by the United States to the Zionists

7 "His Majesty's government view with favour the establishment in Palestine of a national home for the Jewish people, and will use their best endeavours to facilitate the achievement of this object, it being clearly understood that nothing shall be done which may prejudice the civil and religious rights of existing non-Jewish communities in Palestine, or the rights and political status enjoyed by Jews in any other country" (British Library 2018, 1).

–, the British government formulated the *Bevin Plan*, through which Palestine's partition would be submitted to the recently created United Nations, where a special commission would gather with the aim of discussing and analyzing the division of such region. Although the UK demonstrated some apprehension in slicing the territory and both Arabs and Jews were initially against such partition, the Soviet Union (USSR) and the United States declared themselves in favor of it, strongly influencing the subsequent decisions taken by the other members (Carreras 1992).

2.3 FROM THE PARTITION OF PALESTINE TO THE SIX-DAY WAR

By November 1947, it occurred the approval of the UN Partition Plan to Palestine – Resolution 181 (II) of the General Assembly –, in which the countries accepted there would be created two States: an Arab State and a Jewish State, being Jerusalem under international administration. Albeit the Jews ended up accepting this division, the Arabs were extremely against it, arguing that they were not consulted and that it was unfair, since it established 57% of the lands to the Jews, which were only 30% of the population in the region (Visentini 2014). Despite such opposition – with the end of the British Mandate and the vacuum of power left by it –, the Israeli State was proclaimed in 14 May 1948. Hence, in the subsequent day, the Arab League Forces (Egypt, Iraq, Jordan, Lebanon, Saudi Arabia, Syria and Yemen) initiated a war against the State of Israel – it was the First Arab-Israeli War (Carreras 1992).

FIGURE 1: UN PARTITION PLAN OF PALESTINE



Source: BBC 2001.

In spite of having begun this war with a disadvantage, the Israeli forces demonstrated their better equipment and training capacities, reversing quickly this scenario and dominating part of the territory that belonged to the Palestinians in the UN Partition Plan. Israel ended up with 80% of Palestine. The West Bank and East Jerusalem stayed under Jordan's control, whereas Egypt started to control the Gaza Strip and the Sinai Peninsula. Moreover, such Israeli expansion was favored by the Palestinian rejection of the UN division, which was used by Israel as a justification to enlarge its territory (Tessler 2009; Visentini 2014). Finally, in 1949, the belligerents signed an armistice, which did not create peace in the Middle East. Such war led to the enhancing of migration and to the expulsion of innumerable Palestinians from their land, obligating them to flee to neighboring nations or to other regions of the same territory. This process of expulsion of Palestinians from their land and the beginning of their diaspora is called Nakba, the Arab word for catastrophe (Clemesha 2008). Furthermore, this situation placed the Palestinian refugees under States that did not provide them with any assistance, creating the permanent Palestinian humanitarian issue (Pappé 2011; Sa'di and Abu-lughod 2007).

After the First Arab-Israeli War and during a period of high instability in the Middle East, in which Israel was clearly the strongest state in the region, in 1952, Gamal Abdel Nasser raises to power in Egypt, adopting an anti-colonialist and pan-arabist position, and disturbing the old colonial powers, specially the United Kingdom and France, apart from the Arabs' approachment to the Soviet Union (Halliday 2005). Therefore, by the moment Egypt's government requested financing in order to construct the Aswan Dam – which should ease the lack of water in the country –, the Western states rejected it. As a result, in the middle of 1956, Nasser nationalized the Suez Canal in retaliation to these countries denial of the financing. Thus, the UK, France and Israel militarily attacked Egypt, initiating the Suez Crisis or the Second Arab-Israeli War (Visentini 2014). Nevertheless, due to the pression undertaken by the Soviet Union and subsequently by the United States, the invaders withdrew from Egypt, resulting in a political victory to Nasser and in a humiliation to the French and the British, whereas the influence of the Soviet Union in the region increased. After a long period in which Israel clearly dominated the region, a new scenario seemed to have created an equilibrium on the balance of power in the Middle East and in the Cold War, giving hope to the Arab States. now assisted by the Soviet Union. However, fearing the emerging scenario, the United States increased its support to Israel, especially in the military area, in order to contain the USSR's advance in region (Carreras 1992).

Following that, in 1959, it occurred the creation of the Palestinian organization known as al-Fatah, or just Fatah, which initially functioned as an armed group to foment the guerrilla war whose goal was to form the free State of Palestine. (Deutsche Welle 2017). Later on, in the beginning of the 1960s, due to the emergence of some autonomous movements which included armed groups, the Arab governments decided for the creation of a Palestinian organization with the purpose of administering and granting the Palestinians a greater degree of autonomy in their own matters. Therefore, in 1964, the First National Palestine Congress gathered dozens of Palestinians and approved a document which originated the First Palestine National Council, giving birth, then, to the Palestine Liberation Organization, the PLO (Carreras 1992). Subsequently, Fatah became the predominant party in the PLO, supporting

the two-State solution and leading the peace negotiations (Deutsche Welle 2017).

During the 1960s and the 1970s, the conflicts in the Middle East worsened due to the augment of military and economic power of Israel, supported by the US, which aimed at keeping the area's balance of power in its favor, especially after the Suez Crisis, which provided the Arab states with self-confidence. Meanwhile, the region started experiencing the fall of Nasserism, entering a period of non-advances in the economic and social matters, and the USSR attempt to isolate Israel by not allowing its Arab allies to maintain any relations with it (Carreras 1992; Visentini 2014).

In this sense, in 1967, supported by the USSR, Nasser demanded the interdiction of Israeli ships in the Gulf of Aqaba and also requested the withdrawal of the United Nations forces from Egyptian borders (Halliday 2005). Two weeks later, Tel Aviv launched a preventive attack against Egypt, Syria and subsequently Jordan, initiating the Third Arab-Israeli War or the Six-Day War (Carreras 1992). As a consequence, Israel expanded its territory and its influence over the region it considered of utmost importance to its national security, conquering the Sinai Peninsula from Egypt, the Golan Heights from Syria and East Jerusalem and the West Bank from Jordan (Soares 2017). Although the United Nations ordered the devolution of the occupied land, Israel did not obey, using such territories as a tool to bargain the recognition of its State by the Arab countries (Visentini 2014). Furthermore, this war enhanced the refugee crisis in the Middle East, turning it into the main concern of the international community as the most likely region to have conflicts, and fueled a more direct intervention by the US and the USSR (Carreras 1992; Masalha 2003).

2.4 THE 1970S DEVELOPMENTS AND THE FIRST INTIFADA

After the Six-Day War, the Palestinians faced another forced migration due to the large expansion performed by Israeli troops, especially over the West Bank, which caused the flee of about 200,000 Palestinians to Jordan, generating an aggravation of the crisis. Besides that, the Palestinians in the region started to arm themselves with the aim at carrying on their fight against Israel. Nevertheless, such situation formed and nurtured the increase of controversies between the PLO and the Jordanian state, which was apprehensive with the PLO's active attitude in its country. Hence, in September 1970, the Jordanian government attacked the Palestinian bases and refugee camps in Jordan's territory, originating the Black September, in which dozens of Palestinians were killed or obligated to flee to Lebanon, creating another refugee crisis (Carreras 1992).

Since the end of the Six-Day War, the following President of Egypt, Anwar Al Sadat, designed a military and political plan in order to recover the Arab regions conquered by Israel in such war. Moreover, the United States left their position of mediation in the Middle East, declaring total support to Israel, bringing forth more tensions and instability in the region. In this scenario, Egypt and Syria initiated the preparation of their plan, unifying their military commands. The date chosen to initiate the conflict was the Yom Kippur[8], when the Jews would not be on alert (Car-

8 Yom Kippur is a day to reflect on the past year and ask for God's forgiveness for anything you might have done wrong. This is because in the Jewish faith, on Yom Kippur, God decides what the next 12 months will be like for everyone. It happens at the end of a 10-day period called the "Days of Awe", which is started by the sound of a special instrument called a Shofar during Rosh Hashanah (BBC 2017).

reras 1992). Thus, on 6 October 1973, these two countries initiated an attack against Israel in two fronts, starting the Yom Kippur War, or the Fourth Arab-Israeli War. The first front was in the southern Israeli territory, where Egypt was seeking to regain the Sinai Peninsula, whereas the second attack occurred in the northern Israeli border, launched by Syria. Albeit the Arabs initiated this war with an advantage, Israel was able to counterattack and turn the situation in its favor in few days due to its stronger military forces. By the end of the conflict, the United Nations determined a ceasefire, which was accepted by all the belligerents (Bolia 2004).

This entire situation put Israel in a delicate position. Fearing an embargo and suffering from the rise of the oil's prices following the Oil Crisis, the Israeli State accepted to cooperate and negotiate the Camp David Accords, which were officialized in 1978 by Egypt and Israel, being mediated by the United States. Moreover, the Yom Kippur War had an important role in such negotiations, since the Americans, which were pursuing the growth of their influence in the Middle East, considered this moment appropriated to achieve such objective. Finally, such accords imposed the devolution of Egyptian territories invaded by Israel in previous conflicts. It was also decided that Egypt would establish diplomatic relationships with the Israeli government, besides promising to keep peace with the above-mentioned state. Moreover, such accords ended up isolating Egypt from the Middle East, since it was seen as a traitor by the Arab states. Yom Kippur War was also the last Arab-Israeli war since the Arabs acknowledged that the large US support to Israel made it impossible for them to defeat latter (Visentini 2002).

With the end of the Yom Kippur War, which generated more forced displacements, the issue of the refugees was brought to light once again. As Clemesha (2008, 188) states, "Palestinian refugees are scattered throughout the world, although most live at less than 150 kilometers from the Israeli border". The innumerable forced migrations the Palestinians suffered generated instability in all the countries involved in the Arab-Israeli wars. It was not different for Lebanon, which, especially after the Black September, received an enormous number of Palestinian refugees, being one of the most affected countries of the region (Clemesha 2008). Added to this, the Lebanese internal situation worsened in 1971, when the Palestinians and the Christians started fighting each other. However, it was only in 1975 that the issue in Lebanon acquired the character of a general war. Even though the first part of the conflict was marked by Palestinian superiority, in 1976, aiming at taking control over the Palestinians and at keeping Lebanon in its zone of influence, Syria intervened in the country in favor of the Christians (Carreras 1992; Halliday 2005). However, with the Egyptian President's visit to Israel, fearing a disequilibrium in the region's balance of power, Syria approached, once again, the Arab States against Israel, changing its position in the conflict, then supporting the Palestinians (Carreras 1992).

Such change in Syria's position caused the approximation of Lebanese Christians to Israel, which, in 1978, using as a justification a Palestinian attack in its territory, invaded the southern region of Lebanon, aiming at supporting the Christians and at defeating the Palestinian resistance in the region (Carreras 1992; Halliday 2005). Due to this situation, the United Nation Security Council (UNSC) gathered in an emergency meeting and ordered the Israeli withdrawal from Lebanon. Despite the conflict de-escalation, in June 1982, Israeli forces invaded, once again, Lebanon's territory, seeking to defeat and expel the Palestinian forces surrounding West

Beirut, where the majority of the Palestinians were, including Yasser Arafat, PLO's and Fatah's emerging leader. Nonetheless, in August 1982, the peaceful Palestinian withdrawal was negotiated with the Israeli government (Carreras 1992). One month later, Israel, supported by the Christians, invaded West Beirut and surrounded the Palestinian refugee camps of Sabra and Shatila, killing dozens of people (Pappé 2011). Finally, in May 1983, an agreement was signed by Lebanon and Israel (Halliday 2005).

Subsequently, in 1987, Hamas, a Palestinian movement of resistance, was created, having several clashes with the Fatah Nationalist Party. Its main goal is to create a State of Palestine, based on its historical territory, creating a society under the Sharia laws and moral (Aguiar 2011). Meanwhile, being one of Middle Eastern greatest events of the 1980s and the 1990s, the First Intifada thus initiated in the end of this same year and endured until September 1993 (Lockman and Beinin 1989). Accordingly,

> Fueled by continuing Israeli settlement activity and the "iron fist" policy of the Israeli military administration, as well as by the failure of diplomatic efforts aimed at moving the parties toward territorial compromise, Palestinian anger gave rise in late 1987 to widespread protest demonstrations. Spontaneous outbursts and efforts at resistance then coalesced into a coordinated uprising embracing virtually all sectors of Palestinian society (Tessler 2009, 677).

Although the Palestinian uprising only started in 1987, it was a process which initiated when Israeli troops first invaded the West Bank and the Gaza Strip and restrained Palestinian rights using violence in 1967. With the purpose of suppressing such riots, the Israeli government sent more troops to Gaza and to West Bank. This action enhanced the clashes among Israeli forces and Palestinian civilians – who started to use sticks and stones as weapons –, resulting in more than 1,000 casualties (Carreras 1992). These uprisings and growing Palestinian discontentment created a huge pressure over the Israeli government by the international community, forcing it to soften and therefore change their position concerning the Palestinian people. As a result, Israel started to adopt an increasing willingness to talk and negotiate with the PLO, which was seeking to negotiate some demands of the Palestinians, such as the liberation of them and the independence over West Bank and Gaza (Reiter 2009; Tessler 2009).

2.5 THE ACCORDS OF THE 1990S AND THE SECOND INTIFADA

By the end of 1991, as a consequence of the First Intifada, the Madrid Conference took place, mediated by the Soviet Union and the United States, in which the Arab States and Israel met in order to seek and negotiate a peace settlement in the Middle East (Rodriguez 2011). Alongside the convening countries, Egypt, Israel, Jordan-Palestine[9], Lebanon and Syria attended such meeting, which was considered by the international community as a great diplomatic advance (Carreras 1992). The meeting was marked by phases of multilateral and bilateral negotiations, apart from

9 The Palestine representatives were part of the Jordan-Palestine delegation. Nonetheless, they were only consultant members (Siniora and Rahmeh 2016).

the Israeli requirement of the UN Resolution 3379[10] revocation as a condition to attend such meeting (Israel Ministry of Foreign Affairs 2013). Even though the Madrid Conference did not reach a concrete accord, it led to the beginning of conversations among Arabs and Israelis, entailing the creation of conferences to debate the rapprochement of Israel and the Arab states (Halliday 2005).

Later on, observing the unviability of continuing the conflicts and the insecurity among Arabs and Jews, added to the increase of pacifist movements within Israel, a secret meeting called Oslo I ended up happening between the PLO and the Israeli government, in 1992, mediated by the Norwegian Minister of Foreign Affairs (Aguiar 2001). The main goal of this meeting was to negotiate the dominated regions' civil administration transference from Israel to a Palestinian proto government, as well as to define the internal structures of such new organization which was nominated Palestinian National Authority (PA) (Deeb II 2003). Right after such agreement, in 1994, it was signed by the Israeli government and the PLO the Gaza-Jericho Accord, through which Israel compromised to withdraw partially from the Jericho and the Gaza Strip, ensuring that, within five years, the Palestinian Authority would be able to acquire a limited administration of the region (The New York Times 1994).

By 1995, the Accords of Oslo II started to be negotiated, resuming the previous agreements of Oslo I and Gaza-Jericho. In spite of keeping control over few strategic areas, Israel transferred some spheres of the West Bank and Gaza civil administration to the Palestinians. Finally, in September 1995, the Oslo II Accords were signed by Israel and the PLO, in which they defined the borders of the Gaza Strip and the West Bank. The latter was divided into 3 areas: Area A would be administered only by the PA; Area B would have civil administration by the PA and military control by the Israelis, as a transitional zone; and Area C would continue under Israeli civil and military control due to Jewish settlements in there (Aguiar 2011) - see Figure 2.

Despite the many advances reached by the Oslo Accords, due to innumerable factors, the States started not abiding by the aforementioned agreements, leading to the Accords' failure. First, such accords did not take into account the relationship among Arabs and Jews. Second, even though some agreements were reached in the meetings, they did not mirror the will of all, creating internal disagreements in the negotiating groups. For instance, Palestinians considered the participation of Arafat in such negotiation a treason, generating the radicalization of some groups. Finally, the election of Benjamin Netanyahu as Israeli Prime Minister brought up more tensions, since one of his promises was to "fight back Palestinian terrorism", intensifying the construction of settlements. In addition, the omission of other historical disagreements was another factor that influenced such failure (Aguiar 2011).

Due to the failure of such Accords, the Second Intifada broke out in September 2000, when Palestinians upraised against Israeli occupation forces in the West Bank and Gaza, since such presence violated previous agreements negotiated with the PLO (Deeb II 2003). Alongside with it, the visit of Ariel Sharon – politician and Israeli military – to the al-Aqsa Mosque – third holy place to Islam in Jerusalem – fostered the Intifada, since it was seen as a provocation by the Arabs. Also called the al-Aqsa Intifada, the revolt, which endured until 2005, was marked by intense violence, with the Palestinians using firearms, whilst Israeli troops were employed by land

10 The UN Resolution 3379 was considered polemic, since it characterized Zionism as a form of racism and racial discrimination (United Nations 1975).

and by air (Aguiar 2011). Meanwhile, in November 2004, Yasser Arafat, Chairman of the PLO, died in France, raising up several theories regarding his death, including poisoning (Al Jazeera 2012).

FIGURE 2: PALESTINIAN TERRITORIES AFTER THE ACCORDS OF OSLO



Source: Centanni 2012.

Moreover, bearing in mind the new scenario of War on Terror[11] promoted by the US, the Israeli Prime Minister, Benjamin Netanyahu, used such new American policy with the aim of disqualifying the Palestinian struggle and at comparing it to terrorism. Hence, the PLO and other related groups ended up losing part of its international support. At last, the event that marked the end of the Intifada was the plan of Israeli withdrawal from the Gaza Strip and from four West Bank communities. Later, this move was interpreted by the international community as being a strategy to gain time in order to build the West Bank wall, which Israel justifies as being an attempt to contain Palestinian terrorism (Aguiar 2011).

11 War on terrorism, term used to describe the American-led global counterterrorism campaign launched in response to the terrorist attacks of September 11, 2001 (Encyclopaedia Britannica 2018).

3 STATEMENT OF THE ISSUE

Bearing in mind the historical context, one can see how the map of Historic Palestine[12] was shifted to become three different parts: Israel, the West Bank and Gaza. It indicates a cartographic regression in favor of the Jewish majority state, as can be seen in the image below (see Figure 3 on the next page). It is possible to see that limits were changed and each time more land passed to Israeli control. This shift has severe implications on the status of the conflict and has imposed limitations to its solution. The current territory configuration, in which cities under full Palestinian administration are fragmented surrounded by Israeli controlled land, raises the question of whether the two-states solution is still viable and, if it is not, what can be proposed as a fair settlement for the conflict.

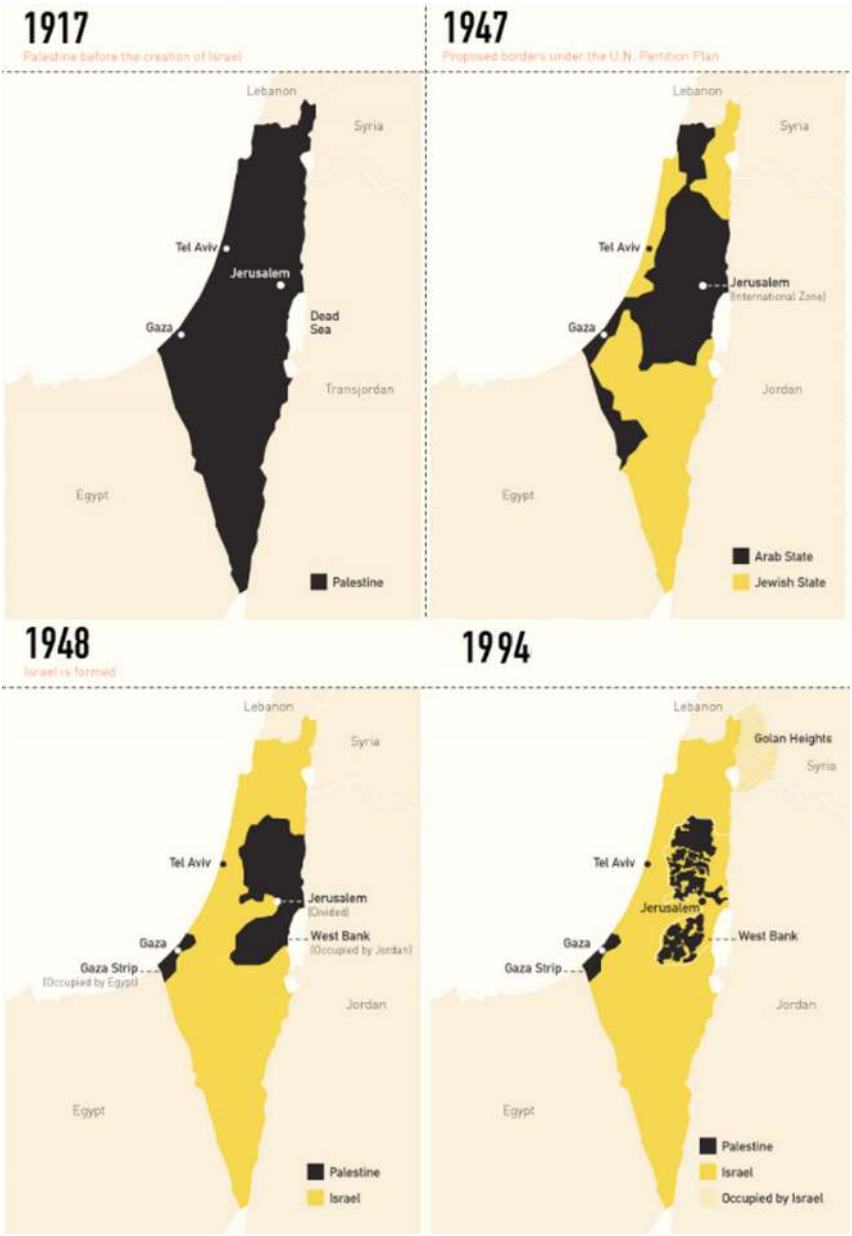
The conquest of more territory for Israel is seen as a condition for its national security and survival. The State of Israel is surrounded by Arab countries with which it went to war many times since its own creation, while also facing the hostility of terrorist organizations which may act against its nationals. For Israel, these conditions justify its militarism and its expansionism over the land of Palestine, which is seen as the Promised Land (Soares 2017).

Moreover, the Palestinian question is a matter that encompasses local, regional and international frameworks. In the local perspective, different projects of state-building collided with each other in the XX century and its dynamics were influenced by regional and international dynamics. In between, the regional ambit has played an important role in outlining the conflict. Since the 1940s, the Arab countries have been the strongest advocates for the establishment of the State of Palestine and for the rights of the Palestinian people. It is possible to see it in the wars some Arab countries fought over the Palestinian cause and its international activism on behalf of it. One can note, however, that this Arab voluntarism towards Palestine has virtually ceased. After the 1970s, the Palestinian issue stopped being a unifying agenda among Arab countries and the faithful defense of the cause was abandoned (Halliday 2005). Nowadays, there is interest of some Arab countries to normalize relations with Israel, even at the expense of Palestinian objectives. Arab support currently is basically in discursive form, as can be seen in Arab reaction to the latest developments in Historic Palestine. This is connected to the broader international perspective in which the Palestinian question is embedded.

Palestinian dynamics constantly dialogues with developments of the international arena, influencing and being influenced by it. Since 1967, Israel became a special ally for U.S. interests in the Middle East. Its strategic importance gives it *carte blanche* for it to pursue an active and aggressive performance of national affirmation that includes high militarization, land grabbing and vast violations of human rights. This has been a constant until today, although the degree of support for Israel could vary in accordance with the US administration. As a sharp contrast, the Obama years come to an end as one of the least supportive of Israel and, in half a mandate, Trump became one of the strongest allies Israel has ever had. This new dynamic affected heavily on Palestinian developments and therefore demand further consideration.

12 As previously stated in the "Introduction" section, the "Statement of the Issue" acknowledges "Historic Palestine" as comprising the entire region (Gaza, the West Bank and Israel). From now on, "Palestine" will be referring to Occupied Palestinian Territories (Gaza and the West Bank).

FIGURE 3: CARTOGRAPHIC REGRESSION IN HISTORICAL PALESTINE



Source: B'Tselem 2017c.

Bearing all of this in mind, the Statement of the Issue of this Study Guide aims to examine the current situation in Historic Palestine since the end of the Second Intifada. The following section explores the internal dynamics of Palestinian politics and Israeli operations in Gaza since 2004. After that, recent developments will be presented. Finally, the main issues preventing conflict resolution will be analyzed.

3.1 THE FATAH-HAMAS SPLIT AND THE GAZA OPERATIONS

Following the death of Arafat and the emergence of Mahmoud Abbas to replace him as the Palestinian Authority's president, a significant moment for Palestinian internal dynamics and a proof of the international community deep interference to shape local developments occurred. First, it is important to consider that the Palestinian Authority was already shaken by episodes dating to the Second Intifada, which virtually paralyzed the institution. Fitting the Quartet for Peace[13] demands of elections, the PA called for legislative elections on January 2006. The result was less pleasing than Fatah leadership foresaw: Hamas won 76 of the 132 seats in the Palestinian Legislative Council (Usher 2006). Nowadays, Hamas nowadays has three wings: political, social and military, similar to Hezbollah's structure. It is pointed by some countries as a terrorist group and therefore has few international support (Aguiar 2011).

The election's outcome gave place to the biggest institutional crisis the PA had ever seen. For the first time in twelve years, Fatah was not the leader of the Palestinian National Authority. The emergence of Hamas as the majority of the PA posed a dilemma to the international community: whether to continue the support and funding to an institution now headed by a group classified as terrorist by the US and EU or to withdraw external donations, which would impact heavily on Palestinians. The latter alternative was the chosen one (Saying 2007).

Hamas-led Palestinian Authority was barred from functioning by a political and financial offensive aiming at regime change. The move was orchestrated by George W. Bush's US and a result of Israeli policy of disengagement. The Disengagement Plan, proposed by the prime minister Ariel Sharon in 2004, aimed at showing Israeli commitment with the peace process while considering the Palestinian side was not cooperating in the context of the end of the Second Intifada. The main outcome of the plan was the withdrawal of Israeli settlements in Gaza, as will be further explained in this study guide. The sanctions and cuts on international aid orchestrated by the US and the restrictions of tax flows from Israel induced a situation of economic recession, humanitarian crisis, increasing violence, rising insecurity and systemic collapse. Although there have been attempts to form a unity government between Hamas and Fatah to manage the crisis, the high polarization of Palestinian

13 The "Quartet for Peace" was an initiative led by the US, Russia, the European Union and the United Nations in 2003. The group elaborated a Roadmap for Peace to solve the Palestinian-Israeli conflict. The Roadmap included three steps. The first one demanded mutual support for the two-States solution; that Palestinians carried out democratic elections, elaborated a constitution and fostered combat to radicalism; and from Israel the decrease in settlements and less military action in the occupied territories. The PA started the first step, calling for elections and going after more radical members of the parties. Israel, on the other hand, did not change any policy to be in accordance with the Roadmap, leading the initiative once again to failure (Sayigh 2007).

internal politics, the lack of consensus and strong external pressure resulted in a split between the parties. In the brink of a civil war, Hamas took Gaza in June 2007 and Fatah attempted a coup soon after, forming an emergency government in the West Bank (Saying 2007).

The episode settled the political division we see until today: the West Bank governed by the Fatah-led Palestinian Authority and Hamas ruling Gaza. The PA crisis was also an indicator of social discontent with policies carried out by Fatah. The Oslo Accords' enthusiasm gave place to renewed skepticism about Fatah, thus allowing popularity rise to an alternative, Hamas' Islamist movement. The episode affected Gaza more heavily, where life conditions got worst. The blockade, maintained by Israel since 2002, was tightened (Finkelstein 2010). Already in a situation of humanitarian crisis, Gaza became also a target for Israel, that would not accept its government.

Since the end of the Second Intifada eight military operations were realized in Gaza[14]. Three of them deserve further consideration: Operation Cast Lead (2008–9), Operation Pillar of Defense (2012), and Operation Protective Edge (2014). Prior to them, Israel had announced the aforementioned Disengagement Plan in 2004. By September 2005, the Israeli settlements in Gaza had been pulled out and Israeli security forces were moved from inside Gaza to its surrounding areas. The move was aimed at "freezing the political process", a strategy to demonstrate efforts of conflict resolution to the international community while, in practice, Israel still controlled the Gaza Strip. Yet this effort had less political cost and prevented the establishment of a Palestinian State (Finkelstein 2014).

Even though Hamas and Israel agreed on a ceasefire brokered by Egypt in June 2008, the latter launched a violent border raid in November of the same year and commenced Operation Cast Lead on December. At first with air raids and later on with air and ground assaults, Israeli military forces undertook a huge offensive against Hamas in Gaza. The Operation acted beyond Hamas targets, hitting a large number of civilians and destroying Gaza's infrastructure. The death toll of Palestinians is estimated by different organizations[15] as ranging from 1,387 to 1,444, according to the Goldstone led UN Human Rights Council report[16] (United Nations 2009). One of the organizations consulted in the UN report, stated that

> of the 1,387 Palestinians who were killed, 773 did not take part in the hostilities, including 320 minors and 109 women over the age of 18. Of those killed, 330 took part in the hostilities and 248 were Palestinian police officers, most of whom were killed in aerial bombings of police stations on the first day of the operations. For 36 people B'Tselem could not determine whether they had participated in the hostilities or not (United Nations 2009, 91).

14 Such as Operation Rainbow (2004), Operation Days of Penitence (2004), Operation Summer Rains (2006), Operation Autumn Clouds (2006), Operation Hot Winter (2008) (Finkelstein 2014).

15 Such as the Palestinian Center for Human Rights and B'Tselem (United Nations 2009).

16 This was a highly polemical report released in 2009 about human rights violations in Gaza during Operation Cast Lead. It was led by the Israeli Jew and international judge Richard Goldstone. The extensive report analyzed violations on both sides of the conflict, by Israel and by Hamas. In many statements Goldstone acknowledged Israeli violations of human rights and even war crimes. In 2011, he refuted the report, under allegations that new findings unvalidated it (Finkelstein 2014).

In the fighting, Palestinian deaths when compared to Israeli ones registered a proportion of more than 100:1 and of houses destroyed more than 6000:1. In contrast to the death toll on the Palestinian side, ten Israeli soldiers and three civilians were killed during the Operation (Finkelstein 2014).

According to Finkelstein, the reasons for the launching of Cast Lead included a search for rebuilding Israel's deterrence capacity. Since it had just left Lebanon in what resembled a failure against Hezbollah[17], Israel needed to win another battle to show its enemies it was still a strong competitor, choosing Gaza as its battlefield and Hamas as its enemy. Additionally, it amounts the fact that Hamas was following the ceasefire and becoming a non-disposable part in future negotiations, something that was not in Israeli plans. As we can see, Israel has repeatedly foiled peace negotiations in which Palestinians might have advantage by discrediting the opponent part and by pushing it to war eventually. In other words, the country has been provoking military actions by the enemy, then justifying an extensive attack on a self-defense basis. It happened in 1982 in Lebanon, when Israeli attacks against Palestinians casted retaliation by the PLO and then Israel invaded the country under the guise of self-defense – it was Operation Peace for Galilee. Again in 2008, Hamas reacted to Israeli killing of six Palestinian militants in air strikes on November 4th, shooting its rockets and breaking the ceasefire. After that, Israel launched operation Cast Lead, once again pleading self-defense (Amnesty International 2009). Therefore, with Cast Lead, Israel rebuilds its deterrence capacity and prevents any peace initiative that could be proposed by Hamas (Finkelstein 2014).

Operation Pillar of Defense (2012) was launched in a different context. It started with an airstrike that killed Hamas leader Ahmed al-Jabari on November 14th, therefore triggering a response by Hamas. The international scenario had changed since Operation Cast Lead. In the wake of the Arab Spring, the Muslim Brotherhood[18] had risen to power in Egypt, ideologically aligned with Hamas. There were signals of economic aid and investment from Turkey and Qatar to Gaza, while Israel was isolated on its campaign against Iran.

It is important to stress that, during the Obama years in office, although military cooperation continued, the relationship between the US and Israel went through a period of tension and lack of trust. The main topic of dissent was the Iran Nuclear Deal. In 2009, in Obama's first trip to the Middle East, he opted not to go to Israel, delivering an important speech in the Cairo - move which was highly criticized by Israel. Later on, in 2015, Benjamin Netanyahu, Israeli prime minister since 2009, made a speech in the US Congress urging for US action against Iran. The

17 It was the 2006 Lebanon war. After border clashes between Hezbollah and Israel, the latter invaded Lebanon to fight the group. The military incursion lasted 34 days. Israel made an air campaign, naval blockade and a military ground invasion, while Hezbollah fought with its rockets and a guerrilla warfare style. The death toll was around 1,200 Lebanese and 165 Israeli (Finkelstein 2014).

18 The Muslim Brotherhood is "the oldest political Islamist group in the Arab world" (Al Jazeera 2017, 1). Created in Egypt, in 1928, the group defends the adoption of Islamic laws and morals in societies. They engaged in armed struggle throughout the fight against British colonialism in Egypt and against Nasser's regime, having renounced violence in the 1970s. It inspired many Islamist parties around the Middle East. Muslim Brotherhood's Mohamed Morsi won the first elections after the Arab Spring in Egypt. However a coup led by the military overrun and arrested him and other leaders of the party. Egypt, Russia, Saudi Arabia, Syria and the United Arab Emirates classify the group as a terrorist organization (Al Jazeera 2017).

scheduling of the speech was made by Republican congressmen without prior consult to the White House, thus causing revolt among Democrats, which saw it as an interference in American sovereignty and as a Republican affront. Netanyahu tried to convince the Congress to impose new sanctions on Iran, whilst the President himself was negotiating the Nuclear Deal. This whole scenario further deteriorated the already complicated relations (Beauchamp 2015).

Once again Israeli deterrence capacity was threatened and a military incursion would renew it. Under the claim of self-defense against Hamas' rockets, Israel initiated Operation Pillar of Defense. Contradictorily, throughout 2012, "one Israeli had been killed as a result of Palestinian attacks from Gaza, whereas 78 Palestinians had been killed by Israeli strikes" (Finkelstein 2014, 121). After a significant international reaction to Operation Cast Lead and also due to Turkey and Egypt's positions, Operation Pillar of Defense was less intense, and civilian death toll was estimated at 70 Palestinians. The Operation lasted eight days, the last of them being of more intense fighting. Israel inaugurated its anti-missile defense system, the Iron Dome, and Hamas shot less rockets than during Cast Lead, although them being better equipped now. During Pillar of Defense, 850 rockets were fired from Gaza, killing four Israeli civilians, while in Cast Lead 925 rockets killed three Israeli civilians. Therefore, accounting Hamas' offensive, Pillar of Defense was more belligerent since it lasted eight days against the twenty-three of Cast Lead. This time Israel did not undertake a ground attack such as in the last offensive. This option had a lot at stake, since the international community would not overlook and probably critics would amount to Israel. The settlement agreed-upon between Hamas and Israel included, beyond a mutual ceasefire, terms that implied the lift of Gaza's siege (Finkelstein 2014).

The last operation to consider is Operation Protective Edge of 2014, even more destructive than the previously analyzed ones. In a different context, the attention of the world was directed to other issues – *Daesh* in Syria and the annexation of Crimea by Russia, for instance –, leaving Gaza out of the news and allowing massive war crimes to be committed without international condemnation. Internally, there had been recent attempts of forming a "consensus government" between Hamas and Fatah-led Palestinian Authority. The negotiations were remarkable because Hamas agreed to US and EU's preconditions: "recognition of Israel, renunciation of violence, recognition of past agreements" (Finkelstein 2014, 136).

The justification for Israel's assault was based upon developments in the West Bank. The kidnapping and killing of three young Israelis by Palestinians in June 2014 casted an Israeli reaction – Operation Brother's Keeper – that killed five Palestinians, arrested around 700, most of them members of Hamas that had recently gotten out of prison, and caused infrastructure destruction in the West Bank. After that, rockets from Gaza were shot to Israel, initially from other factions; then Hamas assumed the fight. The Israeli Operation began on July 8th 2014 as a response to these developments, under the plead of self-defense. Protective Edge was far more lethal than Cast Lead and Pillar of Defense, now being considered the most destructive operation since the Six-Day War (Thomas 2015).

Operation Protective Edge became a ground offensive nine days after its start as an air campaign. It targeted not only military facilities and personnel, but also various civilian spots such as homes, stores, schools, mosques, hospitals and so forth.

Israeli justification to shift for a ground operation was that it was imperative to disable Hamas' tunnel system – an extensive network of tunnels that ramified through Gazan territory and reached Israeli and Egyptian underground. In the end of the operation, Israel had destroyed 32 Hamas' tunnels, of which only 14 reached Israeli territory (United Nations 2015a).

It is important to acknowledge that Hamas was weaker in Protective Edge both diplomatically and operationally. Its allies during Operation Pillar of Defense, Egypt and Turkey, were not that supportive anymore. Egypt post-July 2013 coup had split up with Hamas after its positive position towards *Daesh*, and Turkey was struggling with the war in Syria. Furthermore, Israel had support from the United States and even the EU, besides the acquiescence of Arab powers such as Egypt and Saudi Arabia. In the Middle East, only Iran, Turkey and Qatar positioned against the operation (Finkelstein 2014).

Additionally, the siege on Gaza was stronger since Cast Lead Operation, which undermined Hamas' military capacity. It had spent many rockets during the last two operations and the entrance of weapons was now reduced due to tightening of the blockade. Still, since it was a ground invasion, Hamas was able to inflict considerable damage with the use of its tunnels which provided an element of surprise, hampering Israeli mobility through Gaza and restricting the action of soldiers to the areas around the border (Finkelstein 2014).

The Operation ended on August 26th 2014 in a renewed ceasefire agreement. As a result of the seven weeks infighting, 2,251 Palestinians were killed, of which 1,462 were civilians – 551 children and 299 women. On the Israeli side, 73 were killed, of which 67 were from the military and 6 were civilians; 1,600 Israelis were injured, 270 of them were children (United Nations 2015a). Furthermore, "11,231 Palestinians were injured including 3,436 children and 3,540 women, 10 percent of whom suffer permanent disability" and "at the height of hostilities, the number of [Internally Displaced Persons] IDP's reached 500,000, or 28 percent of the population in Gaza" (United Nations 2015a, 1). Over "100,000 Palestinians were left homeless" (Finkelstein 2014, 156). Considering infrastructure damage, 18,000 houses, 360 factories and workshops, 73 medical facilities, many ambulances, 160 mosques, and 100 schools were destroyed either in whole or in part (United Nations 2015a; Finkelstein 2014). Some Israeli actions, such as the bombardment of UN schools, were considered war crimes by a few organizations, including the Human Rights Watch and by an inquiry produced by a commission assembled within the frameworks of the UN Human Rights Council (Thomas 2015). A while later the United Nations Secretary General Ban-Ki Moon and even the US condemned Israeli actions during Protective Edge (Finkelstein 2014).

The ceasefire agreement determined the ease of the siege on Gaza and that the following topics would be managed by the Palestinian Authority: administration of border crossings, international coordination for reconstruction and prevention of weapons entrance (Finkelstein 2014). Gaza present situation of extensive humanitarian crisis was mainly produced by the developments above presented. The three Operations in Gaza and the intense blockade – which lasts until today – have not destitute Hamas from power, but inflicted severe damage to Gazan life conditions, as will be further examined in the following subsections.

3.2 RECENT DEVELOPMENTS: TRUMP'S DECLARATION AND THE "THIRD INTIFADA"

Demonstrations, riots and clashes are part of Palestinian daily life. Every Friday, people protest as a means of stating their constant discontent with the established situation. Popular demonstrations are followed by repression perpetrated by the State of Israel or, sometimes in the West Bank, by the Palestinian Authority. Some recent episodes have sparked stronger reactions and therefore demand further consideration, as well as other recent developments on the region.

On July 16th 2017, Israeli forces installed metal detectors in the gates of the al-Aqsa compound – also called Haram al-Sharif by Muslims and Temple Mount by Jews – after two Israeli policemen were shot dead by a Palestinian living in Israel near the area. The measures provoked protests among the Muslim community of Jerusalem, as worshippers refused to pray inside the al-Aqsa compound and piled up outside its walls (Al Jazeera 2018d; Berger 2017). Clashes followed between Israeli soldiers and unarmed Palestinians, triggering a wave of violence that resulted in three Palestinians killed and more than 450 injured. The installation of security devices at al-Aqsa implies more than just another measure of movement restriction on Palestinians. It involves an act that extends Israeli occupation and annexation of Jerusalem, affects religion freedom of expression and fosters Israeli ambitions of denying Muslims and Palestinians access to the al-Aqsa compound. As a result, on July 25th, the Israeli government decided to remove the metal detectors, although maintaining the security cameras in place, move which was not enough due to Palestinian demands of full removal of the security apparatus installed after July 16th (Buttu 2017).

An important recent development was the 2017 attempt of reconciliation between Hamas and Fatah. The parties signed an agreement in Cairo on October 12th aiming at achieving Palestinian unity through the creation of a national consensus government over the West Bank and Gaza, under the leadership of President Mahmoud Abbas. The initiative was consistent to the Quartet for Peace principles as Hamas had agreed on handing over its weapons and joining the Fatah-led PA (United Nations 2017h). Although there were other reconciliation initiatives throughout the years, this one was remarkable due to Hamas' willingness to abide by the Quartet principles. However, dissent arose regarding subsequent events and there were no political will of the parties involved left to continue the reconciliation process. The event that generated divergences was the US's announcement that the capital of Israel was Jerusalem.

On December 6th 2017, the US president Donald Trump finally announced the US recognition of Jerusalem as the capital of Israel. The declaration came after weeks of suspense whether Trump would honor his campaign bid or follow former US presidents' foreign policy. The announcement unleashed protests and demonstrations throughout the Muslim world and condemnation from many countries. Jerusalem is the Holy land for three religions – Christianity, Islam and Judaism –, therefore, it is not a consensus that the city should belong to a Jewish State. Furthermore, the status of Jerusalem is a sensitive issue for the Israeli-Palestinian conflict as both parts aim at defining it as their capital city. Palestinians claim occupied East Jerusalem as the capital of their future State while Israel counterclaims Jerusalem as the indivisible capital of the Jewish State. Also, UN resolutions such as the Partition Plan

of 1947 sets the city under international mandate managed by the organization itself due to its symbolic importance for those three religions (Black 2017; Baroud 2017).

While the international consensus is that Jerusalem must be negotiated by both parts of the conflict in the peace process, Israel has been creating "facts on the ground" to exert its domain over the city. It has been building large settlements in East Jerusalem in a strategy of getting control by occupation. The US recognition of Jerusalem as Israeli capital admits these settlements as legal, even though they are considered otherwise under international law. Apart from symbolism, the declaration by the most involved great power allows the total appropriation of Jerusalem by Israel, in spite of Muslims and Christians holy sites, and fosters the ongoing cleansing of Muslim and Christian Palestinians from Jerusalem. Also, some analysts affirm the embassy move is a deadly hit in the two-States solution, as the Holy city is essential to Palestinian claims (Baroud 2017).

Trump's declaration has triggered a huge Palestinian reaction. As protests started throughout the West Bank and Gaza, Hamas leader has called for a new intifada and "days of rage", severely intensifying the traditional Friday demonstrations, starting on December 8th (McKernan 2018). There were civilians and Hamas members killed in Gaza clashes, whilst in the West Bank demonstrators were arrested. In the international arena, many countries condemned the declaration, such as all the European Union countries, Saudi Arabia, Turkey, Jordan, and leading figures such as the Pope and the UN Secretary General Antonio Guterres. There were emergency meetings of the United Nations Security Council and of the Arab League, both condemning the move. By declaring Jerusalem as the capital of Israel, Trump has both taken the issue out of the negotiation table and, as the Palestinians argue, discharged the US as a broker for peace negotiations. Also, some stated the embassy move crossed a "red line" for Muslims, being Jerusalem a final status issue in negotiations of the conflict. The move of the embassy, predicted initially for 2019, had been advanced for May 2018, as it symbolically marks 70 years of the creation of the State of Israel and of the Palestinian Nakba[19] (Stone 2017; Aziz 2017; Wadhams 2018).

After Trump's Declaration and the demonstrations, some argued it was the beginning of a Third Intifada (Shehadeh 2017). Following the announcement, the protests decreased and returned to normality – occasional demonstrations, mainly on Friday. However, on March 30th 2018, Land Day was celebrated, a date which calls for the return of Palestinian refugees to where they were displaced during the Nakba and the following wars. Land Day kicked off the start to the Great Return March in Gaza, which continued until the Nakba 70th anniversary on 15 May. The demonstrators claim for the lifting of the Gaza blockade and for their right of return. The pacific protests were held near the Gaza-Israel fence, counting on an extensive participation of women and even entire families. Estimates consider it was the largest mass protest in Gaza since the First Intifada. Also, the protests have been mainly nonpartisan, featuring few flags from Hamas or Fatah. Nonetheless, the demonstrations suffered a huge repression from Israeli forces (Gadzo and Jnena 2018).

The Palestinian Ministry of Health in Gaza has registered 111 Palestinians killed by Israeli forces and about 12,733 injured in the Great Return March from March

19 Nakba is how Palestinians call the process of forced displacement and annexation of their land by the Jewish for the creation of the State of Israel. It is commemorated on May 15th as a day of resistance. The so-called ongoing Nakba refers to the continued process of displacement Palestinians still face nowadays while the State of Palestine is not a reality (Clemesha 2008).

30th to May 15th. Among the injured, the organization Al Haq counted 1,244 children, 253 women, 42 paramedics and 60 journalists. The targeting of journalists and doctors constitutes a war crime. At least 3,615 of the total injured were hit by live fire, showing "the indiscriminate and disproportionate use of lethal force" (Al Haq 2018b, 1). Only on 14 and 15 May, 62 Palestinians were killed, including 8 children and a disabled person, and more 1,944 were injured (Al Haq 2018a). The day with more killings was May 14th as Palestinians protested the US embassy opening in Jerusalem. The ceremony was held in the day of Israel's declaration of independence, celebrating 70 years of the country's foundation. The protests continued after May 15th (Chughtai 2018).

A report from the organization B'Tselem acknowledged that "soldiers – including snipers – fired for hours on end at protesters who were less than 300 meters from the fence. The soldiers also fired rubber-coated metal bullets and teargas, some of which was sprayed by a drone on demonstrators hundreds of meters from the fence" (B'Tselem 2018a, 1). Israeli actions were condemned under international humanitarian law, as the targeting of civilians is strictly forbidden (B'Tselem 2018a).

The UN Human Rights Council called for an independent investigation of the killing of protesters in Gaza. Such inquiry would include determining legal accountability for perpetrators of human rights and humanitarian law violations (Al Haq 2018b). Many countries have stated their positions defending human rights and condemning Israel's actions. One of the strongest positions was from the President of Turkey, Recep Tayyip Erdogan, which called Muslims for confrontation against Israel and the US during an extraordinary meeting of the Organization for Islamic Cooperation (OIC) on Friday 18 May. In Iran, the government stated its discontent and popular protests pro-Palestine were held in the old US embassy in Tehran. The Arab League of States urged for an international condemnation of the embassy move, but Palestinians expected a stronger and more active reaction from the Arab countries. On the other hand, thirty-two countries[20] attended the ceremony of the opening of the US embassy, among them Peru, Ethiopia and Cote d'Ivoire, current members of the UNSC. Kuwait, also a current member, has called for an emergency meeting of the Council (Al Jazeera 2018c, 2018b).

It is also important to note recent American actions related to the conflict. The US left the UN Human Rights Council claiming it was impartial and biased against Israel. Nikki Haley, the US ambassador to the UN, announced the decision calling the Council a "hypocritical and self-serving organization" (BBC 2018b). On August 24th, Trump administration announced another cut of 200 million dollars on West Bank and Gaza programs. These cuts to the Palestinian Authority come to press Palestinians to negotiate a US-sponsored peace plan as the PA had announced it would not accept the US as a mediator since its recognition of Jerusalem as Israeli capital city (Cohen 2018). Trump also cut aid to UNRWA, the Palestinian refugee agency. In the beginning of 2018, of the 365 million dollars promised, only 60 million were paid (Al-Mughrabi 2018). On August 31st, the US announced a total

20 The thirty-two which attended the opening of the US embassy in Jerusalem were the following: Albania, Angola, Austria, Cameroon, Republic of the Congo, The Democratic Republic of the Congo, Cote d'Ivoire, Czech Republic, Dominican Republic, El Salvador, Ethiopia, Georgia, Guatemala, Honduras, Hungary, Kenya, Myanmar, Former Yugoslav Republic of Macedonia, Panama, Paraguay, Peru, Philippines, Rwanda, Romania, Serbia, South Sudan, Tanzania, Ukraine and Zambia (McCarthy 2018).

cut on funding for the agency. Jared Kushner, husband of Trump's daughter and adviser to the Middle East, proposed the initiative with the objective of compelling Palestinian politicians to abandon their demands for the return of refugees. Kushner is also working on a proposal peace plan for the resolution of the Israeli-Palestinian conflict (Wong 2018).

In July, clashes between Hamas and Israel once again occurred. Hamas fired more than 30 rockets into Israel on 14 July and Israel responded with military airstrikes. It was the largest Israeli air attack since the 2014 operation according to the Israeli army. This episode marks a peak in hostilities. Tension rose as arson attack kites were being used by Hamas against Israeli targets, to which the latter responded by threatening to engage in a military campaign if the attacks did not end. There were concerns of another large-scale operation in Gaza (Stratfor 2018). By August 9th, there were registered more than 180 rockets and mortars fired by Hamas and 150 Israeli airstrikes, as well as the death of three Palestinians (Holmes and Balousha 2018). On August 16th, a Hamas-Israel deal was announced, starting a short-term truce while also including a year-long ceasefire, the establishment of a shipping line between Gaza and Cyprus, and coordination with Qatar for the provision of energy and payment of Hamas' officials salaries. As the ceasefire is already in effect, it is still early to affirm that the other proposals are going to be put in action (Khoury 2018). These were the latest developments on the Palestinian situation until September 1st 2018.

3.3 STANDOFFS TO THE RESOLUTION OF THE CONFLICT

There are several issues that hamper conflict resolution in the Israeli-Palestinian context. Along several negotiations, there were some inherently antagonistic demands of Palestinians and Israelis, resulting in stalemates. Some of these topics are the "final status issues" of the conflict, which are important discussion topics that have so many divergences that were persistently postponed so that progress could be achieved. There are three final status issues: Palestinian refugees, settlements and the status of Jerusalem. Furthermore, major developments raise other topics such as Gaza's humanitarian crisis, water management and Israeli discrimination policies against Palestinians also in the agenda. The following subsections will explore these issues.

3.3.1 THE PALESTINIAN REFUGEES

One of the major standoffs to the resolution of the conflict is the situation of the Palestinian refugees. Even before 1948, there were Palestinians already forcibly displaced. However, it was after 1949 that they acquired an international framework for their protection. The United Nations General Assembly Resolution 194 (III) from December 1948 concerning the situation in Palestine defined the following:

> Resolves that the refugees wishing to return to their homes and live at peace with their neighbours should be permitted to do so at the earliest practicable date, and that compensation should be paid for the property of those choosing not to return and for loss of or damage to property which, under principles of international law or equity, should be made good by the Governments or authorities responsible (United Nations 1948, 1).

This resolution consecrated the right of return of Palestinians to their land. After that, the United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees (UNRWA) was created, by the resolution 302 (IV) on December 1949. According to UNRWA, Palestinian refugees are "persons whose normal place of residence was Palestine during the period 1 June 1946 to 15 May 1948, and who lost both home and means of livelihood as a result of the 1948 conflict" (United Nations 2018c, 1). Unlike the United Nations High Commissioner for Refugees' (UNHCR) definition, the refugee status of Palestinians can be extended for their children and grandchildren. Since it began operations in 1950, UNRWA provides "education, health care, relief and social services, camp infrastructure and improvement, microfinance and emergency assistance, including in times of armed conflict" in the refugee camps they manage (UNRWA 2018b, 1). Back in 1950, UNRWA was responsible for 750,000 Palestinian refugees. Today there are more than 5 million registered refugees and 58 refugee camps managed by the organization in Gaza (8), in the West Bank (19) and in the neighboring countries Jordan (10), Syria (9) and Lebanon (12) (United Nations 2018b).

Palestinian diaspora goes beyond UNRWA's recognized refugees. Almost every Palestinian was forcibly displaced since the Nakba. Thus, there are Palestinians living in many countries of the world, even though not being registered as refugees under UNRWA. Also, Palestinians that remained in the territory which became Israel were internally displaced, but later acquired Israeli citizenship. Those were also prevented from returning for their villages and homes, their properties were confiscated by the State of Israel and they were fit under the label of "Arab Israelis". Israel refused to call them internally displaced persons or refugees. However, UNRWA data estimated that 46,000 Palestinians of the 150,000 inside Israel were internally displaced (Bokae'e 2003; Masalha 2011).

Palestinian refugees and internally displaced claim for their right of return – assured in the international framework. However, Israel has persistently denied Palestinians their right of return. This is mainly due to the demographic question. By 1947, there were 650,000 Jews and 1,3 million Palestinians in Palestine. After the Nakba, around 800,000 Palestinians were outside Israeli territory and their return would impact the objective of achieving Jewish majority on the new Jewish State (Clemesha 2008). By now, there are 5,2 million Jewish Israelis in the territory of Historic Palestine. The number of Palestinians in the same territory accounts for 5,3 million (2,8 million in the West Bank, 1,7 million in the Gaza Strip, 800 thousand in Israel) (World Population Review 2018). The return of Palestinian refugees would cause a significant impact on Israeli demographics, which is carefully managed to assure the Jewish majority, a constitutive element of the Jewish State of Israel. The issue of Palestinian refugees, however, is a core demand of Palestinians in negotiations with Israel, besides being a point which cannot be excluded from any resolution initiative. As one of the final status issues, the refugee issue has been postponed in negotiations as the parties cannot reach an agreement.

Another challenge is UNRWA's funding situation. The US has announced a total cut in donations for the agency, as aforementioned. This cut has severe implications for the agency's functioning, as the US's contribution accounts for one quarter of the agency's budget. Reduction in personnel – which is majorly Palestinian – has already been announced. The humanitarian situation in Gaza also tends to worsen as a consequence of UNRWA's underfunding (Al-Mughrabi 2018). UNRWA

provides food assistance to half the population in Gaza and children's access to education. The US has announced it does not agree with the definition of refugees with which UNRWA works, arguing that the agency acknowledges as refugee way more people than it should. However, such assumption does not take into consideration that international law applies different definitions of refugees for Palestinian refugees and refugees under the mandate of the UN High Commissioner for Refugees (UNHCR) (Wong 2018).

3.3.2 THE SETTLEMENTS

The West Bank and Gaza were annexed by Israel in 1967 after the Six-Day War. According to the Convention (IV) relative to the Protection of Civilian Persons in Time of War of 1949, also called Fourth Geneva Convention, as an occupier power, the country should follow a series of rules, for instance, article 49 of the Convention states:

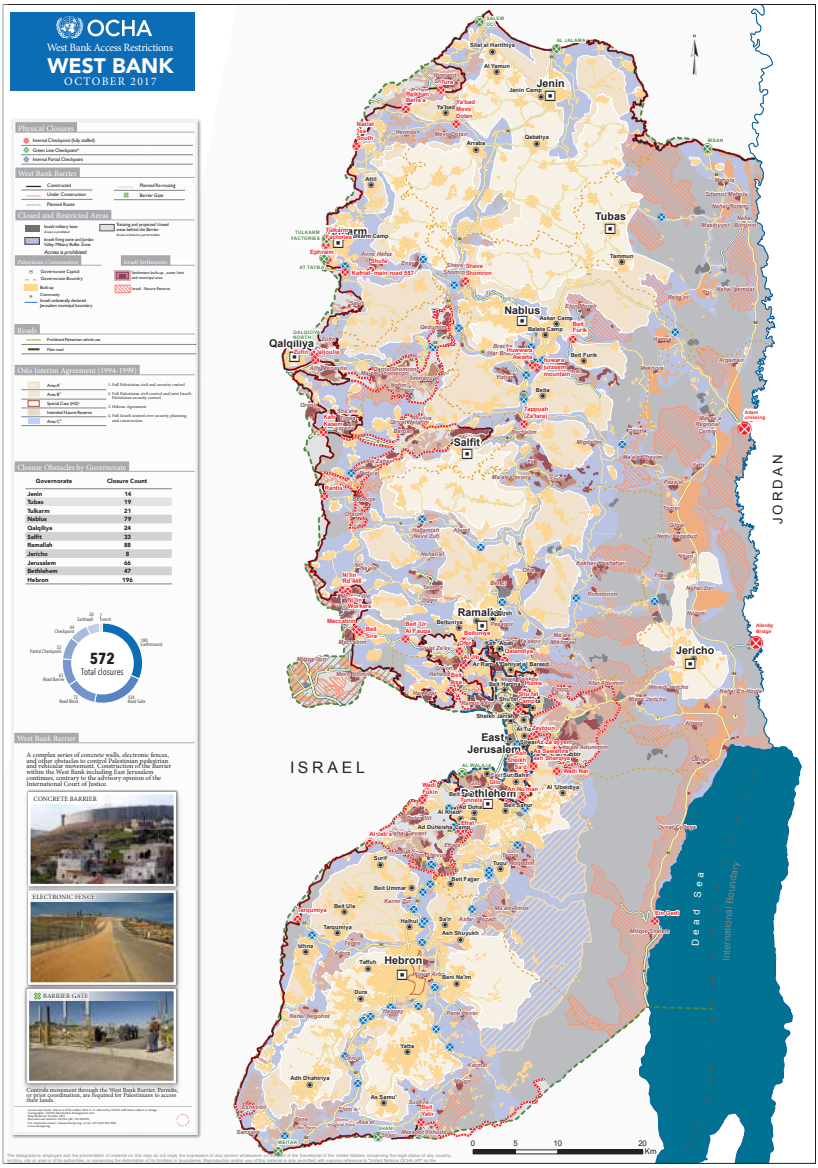
> Individual or mass forcible transfers, as well as deportations of protected persons from occupied territory to the territory of the Occupying Power or to that of any other country, occupied or not, are prohibited, regardless of their motive [...] The Occupying Power shall not deport or transfer parts of its own civilian population into the territory it occupies (ICRC 1949, 1).

Although the Fourth Geneva Convention, of which Israel is a signatory, forbids the transfer of its own population into the occupied territory, since 1967, more than 200 Israeli settlements were built on the West Bank and 16 in the Gaza Strip[21]. A settlement is a group of buildings constructed in Palestinian seized lands for Israeli civilian purposes. They resemble big closed condominiums highly securitized. It is usually cheaper to live in a settlement in the West Bank than in an Israeli city, resulting in many Israeli Jews moving to such facilities because of economic reasons (Al Jazeera 2018a).

Nowadays there are between 600,000 and 750,000 Israeli settlers in more than 200 settlements in the West Bank. About 205,220 of them live in Jerusalem's West Bank annexed parts. Israeli settlements in the West Bank aim at occupying the Palestinian territory with Israeli presence, creating "facts on the ground" that hamper future negotiations that claim Palestinian sovereignty over the West Bank land. The settlements block territorial contiguity between Palestinian cities and thwart the possibility of linkage among them. Under Palestinian control, there are 165 disconnected enclaves of Areas A and B surrounded by Area C. The existence of the settlements also generate change in the environment. Checkpoints, walls, outposts, and roads for settlers use only are built, land is dispossessed, and more Israeli soldiers raid in the West Bank. Not only the land of the settlements is occupied, but also a big area around it that constitute closed military zones and areas yet to become settlements. Also, many violations of human rights occur, such as restriction of movement, dispossession of private land, discrimination and deterioration of life standards (B'Tselem 2017c).

21 As mentioned in the previous section, the settlements of Gaza were dismantled in 2005 due to the Disengagement Plan (Finkelstein 2014).

FIGURE 4: SETTLEMENTS AND TERRITORIAL DIVISIONS IN THE WEST BANK[22]



Source: United Nations 2017g.

22 To see this map in details, the authors reccommend the readers to access the following link: https://www.ochaopt.org/sites/default/files/westbank_final.pdf

Israel sizes Palestinian private land in the West Bank by maneuvering land and property laws and turning them into State land. In Area C, about 120,000 hectares are State land, which means 36,5% of this area and 22% of the West Bank. There is State land in areas A and B as well, although those should be in control of the Palestinian Authority. A significative example of State land in Area A is the Palestinian city of Hebron. There are Israeli settlements inside the city, therefore some streets are declared for settlers use only, there are checkpoints in its streets, dividing it, and extensive military presence. In contrast, settlers in Hebron can go anywhere in the city and are protected by the Israeli army. The total area of the West Bank controlled by settlements today is of 63% of Area C and 40% of the West Bank (B'Tselem 2017c, 2016).

Even though participating in peace process, Israel undertake a systematic appropriation of Palestinian land[23] in the West Bank, eroding the two-States solution (United nations 2015b). The questioning lies on how to build a Palestinian State with so much Israeli presence in the West Bank and the territorial discontinuity between Palestinian controlled areas. If the State of Palestine is to be established in the West Bank, what would be the status of Israeli settlers? Would those people return to Israeli lands? Or will the Palestinian State be created only in the Areas A and B enclaves controlled by the Palestinian Authority? Consequently, the settlements present a huge standoff to solve the Palestinian question as radical changes have been made in the West Bank map and on Palestinian daily lives throughout the years.

3.3.3 THE ISSUE OF JERUSALEM

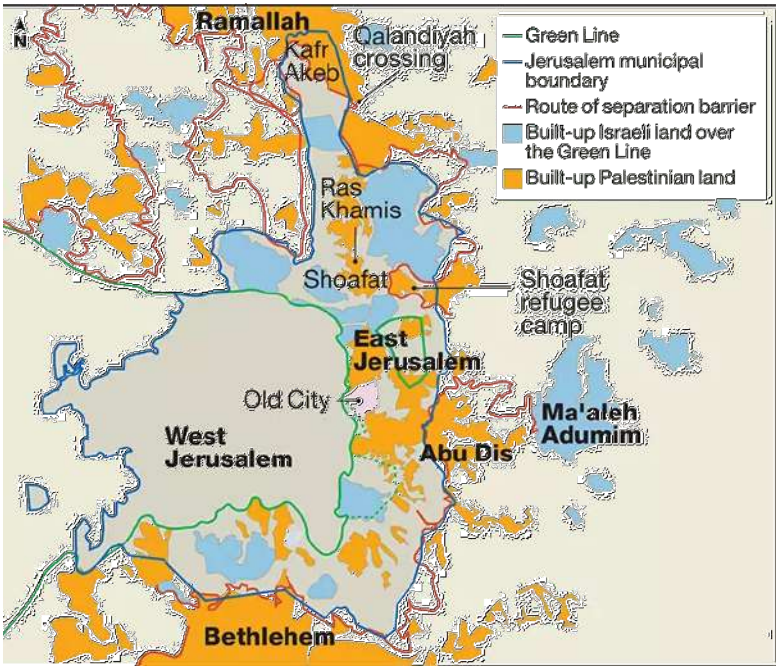
Although UN Resolution 181 of 1947 determines an international mandate for Jerusalem, the city has passed under Israeli control. In the developments surrounding 1948, a huge part of the Western side of Jerusalem's inhabitants was displaced, therefore becoming refugees and having their properties confiscated. After the 1948-49 war, the city was divided, being West Jerusalem taken by Israel and East Jerusalem under Jordanian control. East Jerusalem was also annexed by Israel in 1967 after taking the West Bank from Jordan in the Six-Day War. Israel annexed not only Jerusalem's land but adjacent territories belonging to the West Bank, encompassing it into Jerusalem city boundaries eventually, in a breach of international law. In 1980, the Israeli parliament, the Knesset, passed a Basic Law claiming that "Jerusalem, united and complete, is the capital of Israel" (Civic Coalition for Palestinian Rights in Jerusalem 2014, 2). Latest developments include UNESCO's declaration that East Jerusalem is part of the occupied Palestinian territory and the already mentioned Trump's declaration that Jerusalem is the capital of Israel (Rose 2018).

The situation installed in Jerusalem since its annexation to Israel in 1967 is very particular. First of all, Palestinians that were in Jerusalem in 1967 were given not an Israeli citizenship, but instead the status of permanent resident in Israel. It means that, although they have access to public services, they cannot vote for national elections, only for municipal ones, not having full citizen political rights. Also, the residency permit "does not convey unconditional rights to stay, register children or

23 For instance, "the number of Israeli settlers has quadrupled since the Oslo Accords in 1993 and 1995" when Israel was in theory making concessions to Palestinians (United Nations 2015b, 1).

unite with relatives in Jerusalem" (Civic Coalition for Palestinian Rights in Jerusalem 2014, 5). The status of permanent resident is also more unstable than citizenship, as it can be revoked by the discretion of the Interior Ministry – "since 1967, Israel has revoked the permanent residency of some 14,500 Palestinians from East Jerusalem" (B'Tselem 2017a). Furthermore, the "center of live" law implies that Palestinian residents of Jerusalem that have their center of live outside Jerusalem – e.g. lives at Jerusalem but works in a West Bank city – may have its residency permit revoked. It can also be revoked if the person spends more than six years abroad or acquire citizenship or residency in another country (Al Haq and Al-Quds University 2018). About 30,000 Palestinians from Jerusalem that were outside the city in 1967 were considered absentees, they did not receive the residency permit and have no right to return to the city, according to Israel; their properties were confiscated by the State (Civic Coalition for Palestinian Rights in Jerusalem 2014).

FIGURE 5: EAST AND WEST JERUSALEM



Source: Examrace 2017.

Moreover, Palestinian Jerusalemites live under harsh conditions in their city. Once more related to the concern over the demographic balance, Israel conducts a systematic population transfer in Jerusalem with the objective of consolidating its Jewish majority in the city. This is carried out by various means. One of them is

housing demolition and building restrictions. Claiming "urban planning", Palestinians must have building permits to construct houses and other structures in Jerusalem. Buildings without permits are demolished with no compensation paid to their owners. Since 2004, 761 houses were destroyed in East Jerusalem, leaving 2,698 people homeless. Palestinian land is also seized by Israel for the construction of urban infrastructure, such as parks, site of tourism or worship, and of settlements. Since building permits are very rare to be given, Palestinians end up building without permit and later may have their houses demolished. This situation results in high density in Palestinian neighborhoods. Being extremely crowded, Palestinian areas registered population density two times as much as that of Jewish neighborhoods (Civic Coalition for Palestinian Rights in Jerusalem 2014; B'Tselem 2017a, 2018b).

Furthermore, public services are also an issue. Since the Palestinian Authority is not allowed to act in East Jerusalem according to the Oslo Accords, services to Palestinians of Jerusalem are provided by Israel. Public services for Palestinians, such as housing, health and education, are underfunded and of lower quality comparing to those offered for Jewish Israelis. There is also a closure policy that prevents Palestinians from the West Bank to move or visit Jerusalem. Checkpoints that surround East Jerusalem deny free access for those without visit permits emitted by Israel. In addition, there are the Israeli settlements inside Jerusalem city boundaries. They are strategically located so that the Israeli Jews who live there account for demographic records and vote in local elections, resulting in Jewish majority in the "Greater Jerusalem". There are four large blocks of settlements that impact heavily in the demographic balance. There were 332,200 Palestinians with permanent residency in Jerusalem in 2016 and 550,100 Jews and others (Jerusalem Institute for Policy Research 2018). All these measures force the displacement of Palestinians Jerusalemites out of their city, as living in it faces numerous constraints. Insofar as Palestinians leave Jerusalem, they may lose its residency permit, being therefore prevented from returning and contributing for the shift in the demographic balance in favor of Israeli Jews.

As mentioned in the previous section, Palestinians and Israelis have opposite claims about the status of Jerusalem. The international consensus is that it must be negotiated by both parties involved during peace negotiations. However, today about 86% of East Jerusalem is under direct control of Israel (Al Jazeera 2018a).

3.3.4 GAZA'S HUMANITARIAN CRISIS

Today, Gaza faces one of the biggest humanitarian crisis ever seen, as a result of the siege and the Israeli operations. People are forbidden to leave the Strip, electricity is available only for a few hours a day, water is scarce and of very bad quality, many items are denied entrance in Gaza such as construction material, the UN provides food which depends upon Israeli consent and extremely high unemployment rates are registered. For all these reasons, Gaza is considered an open-air prison, and reported "unlivable" by the UN (United Nations 2015b). Gaza is also overcrowded. There are 1,7 million people in a territory of 365 square kilometers, which makes Gaza one of the most densely populated areas in the world. The population is mostly composed of Palestinian refugees from the Nakba and their descendants, around

65% of Gazans (B'Tselem 2016; Al Haq 2018a).

Since 1967, Israel occupies Gaza. After the Disengagement Plan was put in action in 2005, as already mentioned, Israeli forces moved from within to the surroundings of Gaza. From this point on, Israel claimed that it no longer occupied the Gaza Strip and, therefore, had no international legal obligation as an occupier power and no responsibility towards Gazan population. However, Israel still determines the fate of Gaza while controlling its air and sea spaces and blocking its terrestrial border (Finkelstein 2010). The only passage out of Israel control is the Rafah Crossing with Egypt, which is rarely opened. The Israeli blockade, for instance, bar thousands of commodities, including types of food, and goods considered of "dual-use" – which can be used for military aims – that includes cement and iron. It further blocks human mobility, so many people who suffer from illness do not have access to treatments and others cannot study (B'Tselem 2016). Also according to a B'Tselem report (2016, 2),

> The blockade has led to the collapse of Gaza's economy, with most factories and hundreds of businesses shutting down. Its impact can be seen in reduced food security in many segments of the population, widespread dependency on humanitarian aid, and some of the highest unemployment rates in the world, especially in the younger population. The state of Gaza's infrastructure and public services is dire: About 95% of water pumped there is contaminated and non-potable. Gaza residents receive electricity only a few hours each day, partly because of the fuel shortage. The electricity shortage also impacts water and sewage facilities, which rely on a constant supply. Medical services are far from meeting the needs of the population and providing it with the necessary care.

This enduring situation casts few alternatives to improvement. Reconstruction efforts are low and constrained by the blockade, even though the devastation in Gaza after the military operations was paramount. In addition, Gaza's economy does not have the tools to recover, as the blockade continues to deepen the vulnerable situation (United Nations 2015b). As explored by the scholar Sara Roy, Gaza presents a situation of "de-development". This concept refers "to a process that undermines the ability of an economy to grow and expand by preventing it from accessing and utilizing critical inputs needed to promote internal growth beyond a specific structural level" (Roy 2007, 2). This results in a "systematic incapacitation" of the economy and its ability to recover and develop, generating damages to the society itself (Roy 2007, 2). The author defends that this process has been underway since the beginning of Israeli occupation of Gaza and that it has been deepened in the 21st century (Roy 2007). As the Goldstone report of 2009 has acknowledged, the blockade has the purpose of deteriorating life conditions in Gaza so that "the civilian population would find life so intolerable that they would leave (if that were possible) or turn Hamas out of office, as well as to collectively punish the civilian population" (United Nations 2009, 256–57).

3.3.5 MANAGEMENT OF WATER RESOURCES

One of the most basic needs of each person is water, which exists in large quantities in the whole world. Nonetheless, several human beings do not have full access to such resource, including the Palestinian people. According to Palestinian Environmental ONG's Network (2008, online),

> For the past five decades of Israeli occupation, water management in the West Bank and Gaza has been constrained by several political, technical and economic factors. Management of public resources, including water, has been completely within Israeli hands; decisions were made with little or no regard for Palestinian interests and needs. Even before the occupation, civic regulations were frequently over-ruled by military orders that confiscated water sources and banned public works to improve water and sanitation services to Palestinian communities.

Since the Six-Day War, the Israeli government created national companies that control almost all the water distribution to the Palestinian people, using it as a tool to control and to subordinate such human beings, which do not have access to the daily necessary amount of water (The Register-Guard 2018). In this sense, in the Oslo Accords II, Israel prepared and reached agreements in order to keep the water infrastructure over its command and to not allow the Palestinians to develop their own structure. Furthermore, the water resources in the West Bank, in the Golan Heights and in the Gaza Strip should not be scarce in theory, since they hold transboundary rivers all along its borders, which, according to the international law, should be shared by both countries in a fair and equal way (Al Jazeera 2016).

In spite of such matters, the Palestinians have been constantly trying to develop their water system through the planning of infrastructure projects. Notwithstanding, in order to approve such projects, it is necessary the Joint Water Committee (JWC)[24] consent, which, especially in Area C of the West bank, is really arduous to obtain (Fanack Water 2016). Apart from that, the Israeli forces in the occupied territories have already destroyed more than 50 Palestinian structures, arguing that they did not have the necessary approvals to be constructed, augmenting the Palestinian dependence on the Israeli companies (Al Jazeera 2016).

Besides having their daily water supply recurrently cut off by the Israeli companies and being obligated to pay inflated prices, the Palestinian people in the West Bank and the Gaza Strip do not have access to piped water; also, they are not allowed to build their own water infrastructure. Therefore, the Palestinians, seeking better life conditions, leave their lands and homes. In view of this situation, the Israeli government takes advantage and expands their settlements. Summing up, it is necessary the creation of an independent water management structure, that render possible for the Palestinians to manage their own necessities, assisted by an independent international organization (Al Jazeera 2016).

24 "As stated earlier, the JWC has failed to fulfil its role of providing an effective collaborative governance framework, mainly because it does not function as a "joint" water resource governance institution. Israel has used the veto power of its own Civil Administration (CA) to block many Palestinian-proposed water projects, which in turn has affected the Palestinian Water Authority's long-term water management policies and basic principles" (Fanack Water 2016).

3.3.6 ISRAELI DISCRIMINATORY POLICIES

In this section, measures undertaken by the Israeli government regarding discrimination and segregation of Palestinians in the different areas of the territory will be further examined. There will be exposed first Israeli laws, then its "categorization" of citizens and finally its other discriminatory policies.

A series of Israeli laws maintain the discrimination of Palestinians. Concerning land policy, in 1950 the "Absentees' Property Law" defined those who were displaced by the 1948-49 war as absentees and therefore their properties could be confiscated by the State. So, after the war Israel was able to seize more territory. The "Land Acquisition Law (Actions and Compensation)" from 1953 expropriated further 1,2 million dunams of land from the Arab population. Israel Lands are those whose property belong to the State of Israel, the Jewish National Fund (JNF) or the Development Authority. The "Basic Law: Israel Lands" of 1960 established that this land cannot be transferred, only among those three entities. However, the JNF rents lands to Jews only, hence this law is a means of concentrating land in the hands of Israeli Jewish citizens. In 1965, the "National Planning and Building Law – Limitation of Water, Electricity and Telephone" determines that national companies are forbidden to provide electricity, water and telephone networks to houses without building permit. All of these laws are currently active (Adalah 2018c).

Other Israeli laws contribute to the discrimination of Palestinians. The "Law of Return" (1950) allows any Jew from anywhere in the world to become a citizen of Israel and denies the return of refugees that either lived in Historic Palestine or whose ancestors were displaced by the State of Israel. It is discriminatory as it allows the return of Jewish and not of Palestinians. The "Citizenship Law" of 1952 guarantees citizenship to Jews that entered Israel under the "Law of Return", but denies citizenship or residence status to Palestinians who lived in the territory before 1948. This law was also amended in 2008 to include that citizenship can be revoked if there is a "breach of trust or disloyalty to the state" hence allowing the revoking of citizenship "without requiring a criminal conviction" (Adalah 2018b, 1).

The "Basic Law: The Knesset" of 1958 defined political participation in Israeli parliament. Later amendments excluded candidates who denied "the existence of the State of Israel as the state of the Jewish people" and "of the democratic nature of the state" (Adalah 2018a, 1). Another amendment forbids the participation of candidates who visited Arab and Muslim countries without permission from the Interior Minister. This was used to hamper Arab candidates and political parties to participate in Knesset elections (Adalah 2018a).

On July 2018, Israeli Parliament approved a constitutional amendment stating that Israel was the nation-State of the Jewish people. It was denounced by centrists and leftists as racist and anti-democratic. The Israeli nation-State law elevates the status of Jews in Israeli society and legitimizes discrimination against non-Jews. It defines Hebrew as the official State language and downgrades Arabic to a special status language. The Law further declares "the development of Jewish settlement as a national value" and promises "to encourage and promote its establishment and consolidation" (Halbfinger and Kershner 2018).

Besides, Israel has a series of laws that categorize people according to their origin. The strategic fragmentation is the principal method used by Israel to impose

its Apartheid regime[25]. Palestinians divided in different and noncontiguous demographic regions are managed by four different sets of law. First domain is over the Palestinians of Israel which are called Arab Israelis. They face discrimination for not being Jewish, as laws apply differently. There is a distinction between citizenship and nationality in Israel. All people in Israel have the Israeli citizenship but only Jewish people have nationality. The assurance of rights is related to being national. Palestinian political parties cannot change the Basic Law, which is one of the basis for maintaining the discrimination policies, and therefore fail in chasing equality (United Nations 2017).

Second are Palestinian Jerusalemites. Those have only a permit of residency in Jerusalem and a Jordanian passport. As stated before, these Palestinians face discrimination in public services, house demolition and risk losing the residency permit, all according to the demographic balance concerns (United Nations 2017).

Third, there is a military law over the Occupied Palestinian Territories of West Bank and Gaza. In opposition to the military law – which implies a series of problems of treating civilians constantly as in a state of exception – over Palestinians, Jewish settlers in the West Bank are under Israeli civil law. Relating to the issue of State land, Palestinians in the West Bank are systematically dispossessed of their properties (United Nations 2017).

Fourth, there is the denial of entrance to Palestinians outside Historic Palestine. Once more regarding the demographic balance, the entrance of more than 5 million Palestinian refugees threatens the Jewish character of the Israeli State and obstructs the objective of having a Jewish majority (United Nations 2017). All sets of laws applied to Palestinians listed above do not apply to Israeli Jews, regardless of where they were born or live – in Israel, Jerusalem or a settlement in the West Bank. To Israeli Jews, wherever they are in Historic Palestine, it is applied Israeli civil law.

Pairing up with the laws, there are other discriminatory policies that restrict movement and threatens Palestinian human rights. Some of them are the wall surrounding the West Bank, the checkpoints, the "no-go" areas and roads, the permit system, the building permits and the military courts. While some of these policies were already examined, others will be further explored in this section.

The West Bank wall, also called the Apartheid Wall, had its construction started during the Second Intifada for security reasons. However, it does not only physically separate the West Bank from Israel but also annex large parts of Palestinian territory to the Israeli side, advancing over the Green Line. It separates East Jerusalem from the West Bank and, when completed, will be 810 kilometers long, 85% of it in Palestinian land. The wall restricts the movement of Palestinians of the West Bank even more, which are not allowed to go to Jerusalem or to Israel without an Israeli permit. To do so, they must pass through a checkpoint and if someone lacks a permit this person can be arrested (Civic Coalition for Palestinian Rights in Jerusalem n.d.).

The checkpoints are military outposts located in strategic roads or streets. Through checkpoints, Israel controls every way in and out the West Bank. There are also checkpoints within the territory, between areas controlled by the Palestinian Authority, such as the major Za'atara checkpoint between Nablus and Ramallah, totaling 98 permanent checkpoints in the West Bank. There are also "flying che-

25 The application of this concept to the Israeli regime will be more carefully examined in the following section.

ckpoints" that can pop up anywhere. The UN Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA) counted 5,587 flying checkpoints along 2016. Sometimes checkpoints are intentionally closed or crowded, causing delays on people's lives. Besides that, there is the vulnerability and humiliations Palestinians are subjected to while passing through checkpoints and being searched by Israeli soldiers (B'Tselem 2017b). For instance, from 2000 to 2006, "68 Palestinian women gave birth at Israeli checkpoints, according to the Palestinian health ministry. Of these, 35 women miscarried, and five died in childbirth" (Civic Coalition for Palestinian Rights in Jerusalem n.d., 4).

"No go" roads are those built in the West Bank for settlers use only. It amounts 40 kilometers of roads Palestinians cannot use and another 20 kilometers partially blocked. The permit system means Palestinians of the West Bank must apply for permits within Israeli institutions to go to Jerusalem or Israel and to travel abroad. The process is highly non-transparent and bureaucratic resulting in many requests denied with no explanation. Also, permits already given can easily be revoked (B'Tselem 2017b).

The military courts are the juridical institution that tries criminal offenses in the West Bank. Despite Oslo Accords' division of Areas A, B, and C, Palestinians of any part of the West Bank are still prosecuted in these courts. The most common crimes covered by the courts are "entering Israel without a permit, stone-throwing, membership in illegal association, violence, firearms-related offenses and traffic violations" (B'Tselem 2017d, 1). Although the military law is the one governing the West Bank, Israeli citizens that commit crimes within this territory are tried under Israeli civil law in an Israeli civil court. So, there are different treatment for the same offenses committed in the same place depending upon who is the defendant. The military courts' judges and prosecutors are Israeli soldiers and the trial is conducted in Hebrew language. Palestinians tried are almost always convicted and their sentences are a lot tougher than the ones from Israeli civil courts (B'Tselem 2017d). For instance, an Israeli soldier that shot a wounded man was sentenced only one more month than the penalty for a 16-year-old girl who slapped a soldier (Levy 2018).

All of these measures jeopardize Palestinians' human rights and also cast other impacts such as over Palestinian economic development

> The restrictions on movement and the uncertainty they generate also bear implications for the Palestinian economy and its development potential. In several reports on the issue, the World Bank found that these restrictions are a major factor impeding economic stability and growth in the Occupied Territories. Reasons include delays in the arrival of goods, non-arrival of raw materials, the separation between the West Bank and the Gaza Strip, and the inability to set schedules and meet them (B'Tselem 2017b, 1).

Palestinian economy inefficiency is to blame on the occupation, not on the inability of Palestinian National Authority policies or deficient management of donations (United Nations 2015b). Furthermore, on the other side of the Occupied Palestinian Territory, the Gaza Strip is completely blocked and its inhabitants stand total restriction of movement, besides all other violations Gazans face, as already examined. Consequently, Palestinians anywhere face difficulties, restrictions and human rights violations due to Israeli laws and institutions and its discriminatory policies (Middle East Monitor 2017).

4 PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

The issue of Palestine has been countlessly discussed in international forums, organizations and agencies. Through multilateral efforts and United Nations resolutions, states have suggested plans and accords aiming at solving the Palestinian situation. The usual framework recommend is the two-States solution, which is pointed since 1947 as the indicate way for solving the conflict. Nowadays the two-States solution advocates for the creation of the State of Palestine alongside the Israeli one. According to UN resolutions and the different proposed plans by many parties involved, it can be stated that there is an international consensus regarding the establishment of the Palestinian State within the 1967 borders, based on the two-State solution, as signaled on the UN since 1947. The fact that the Palestinian population of the West Bank and Gaza are submitted to a foreign belligerent occupation is also widely recalled on UN resolutions (Middle East Monitor 2017).

This section, therefore, aims at presenting previous international efforts regarding the Israeli-Palestinian issue. First, it will be exposed the UN resolutions mainly from the General Assembly and the Security Council. Secondly, it will be made an overview of international law applicable to the issue and, also, a brief presentation of multilateral and regional plans proposed so far.

4.1 UNITED NATIONS' INITIATIVES

The United Nations has been dealing with the Palestinian situation since the very creation of the organization. One can see resolutions regarding the topic since 1947, as the already mentioned **Resolution 181 (1947)** of the UN General Assembly, which defined the partition of the territory into two States, one Jewish and another Arab. From that on, many resolutions became landmarks when dealing with the situation. For instance, **Resolution 194 (1948) of the UNGA**, also already explained, is the milestone for the framework of Palestinian refugees' protection.

Under the United Nations Security Council's frameworks, the **Resolution 242 (1967)** is one of the most symbolic. Such document emphasized the "inadmissibility of the acquisition of territory by war", also calling for the "withdrawal of Israel armed forces from territories occupied in the recent conflict" and for the respect towards the sovereignty of the States in the area (United Nations 1967, 1). It further affirms the need to achieve "a just settlement of the refugee problem" (United Nations 1967, 1). This resolution, therefore, condemns Israel in the UNSC for the annexation of the West Bank and the Gaza Strip in the Six-Day War, adopted unanimously. However, some argue the terms are too vague, as it does not express which territories are supposed to be returned or which is a just solution for refugees. Also, Resolution 242 as written under Chapter VI of the UN Charter and not under Chapter VII which allows for the use of force if the parties do not comply with the Council demands. Yet this resolution was reaffirmed several times in other documents of the United Nations and it is used as a landmark for other countries' stances on the situation. Brazil and many others, for instance, support the establishment of a Palestinian State with the borders of 1967, consolidated in Resolution 242 (United Nations 1967). Resolution 338 (1973) is also remarkable because it ended the Yom Kippur war and

recalled the provisions of Resolution 242 (1967) (United Nations 1973b).

More recently, **Resolution 2334 (2016)** of the UNSC condemns Israeli settlements in the West Bank. The resolution affirms Israeli settlements have "no legal validity and constitutes a flagrant violation under international law and a major obstacle to the achievement of the two-State solution and a just, lasting and comprehensive peace" (United Nations 2016b, 2). The call for the withdrawal of Israeli settlements included those in East Jerusalem and it further recognized the status of the territory as before the 1967 developments. Clauses 4 and 5 of the resolution also

> Stresses that the cessation of all Israeli settlement activities is essential for salvaging the two-State solution, and calls for affirmative steps to be taken immediately to reverse the negative trends on the ground that are imperilling the two-State solution; [...] Calls upon all States, bearing in mind paragraph 1 of this resolution, to distinguish, in their relevant dealings, between the territory of the State of Israel and the territories occupied since 1967 (United Nations 2016b, 2).

This was a landmark UNSC resolution since it was not vetoed by the US, even having clauses and terms against Israeli interest. It passed with 14 affirmative votes and the US' abstention, demonstrating a lower American support for Israel as registered during Obama's administration.

Following Trump's announcement of the embassy move to Jerusalem, the UN General Assembly passed a resolution condemning such measure. There were 128 votes in favor, 9 against and 35 abstentions. The US threatened to cut funds for the UN and assistance to those who voted for the resolution (Gladstone and Landler 2017). After that and with the escalating tensions in Gaza from March to May 2018, the topic has been debated frequently within the United Nations Security Council. However, resolutions regarding Palestine are persistently vetoed by the US, which shows the tightest American stance siding with Israel ever seen, reflecting on Trump's administration stance on the issue (Al Jazeera 2018e).

There are also nine United Nations General Assembly Resolutions that are annually put into vote in the organization's floor. Considering that the parties involved have lacked compromise and action to fulfill its demands, the member States year after year recall the existence and legality of such Resolutions. Five of them were put into vote under the 54th item of the agenda at the 73rd Session of the UNGA, entitled "Report of the Special Committee to Investigate Israeli Practices Affecting the Human Rights of the Palestinian People and Other Arabs of the Occupied Territories". Draft resolution "Work of the Special Committee to Investigate Israeli Practices Affecting the Human Rights of the Palestinian People and Other Arabs of the Occupied Territories" was adopted by 83 votes to 10, with 77 abstentions (**UNGA Resolution 72/84**). Draft resolution "Applicability of the Geneva Convention relative to the Protection of Civilian Persons in Time of War, of 12 August 1949, to the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem, and the other occupied Arab territories" was adopted by 157 votes to 7, with 10 abstentions (**UNGA Resolution 72/85**) (United Nations 2017d).

Three other drafts were also once again approved. Entitled "Israeli settlements in the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem, and the occupied Syrian Golan", **UNGA Resolution 72/86** considers all Israeli settlements in

the aforementioned territories "are illegal and an obstacle to peace and economic and social development" and demands immediate cessation of settlement activities. Also "demands that Israel, the occupying Power, comply with its legal obligations, as mentioned in the advisory opinion rendered on 9 July 2004 by the International Court of Justice" which will be further examined (United Nations 2017b, 4). The following resolution, entitled "Israeli practices affecting the human rights of the Palestinian people in the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem" (**UNGA Resolution 72/87**), has expressed

> Grave concern about the continuing systematic violation of the human rights of the Palestinian people by Israel, the occupying Power, including that arising from the excessive use of force and military operations causing death and injury to Palestinian civilians, including children, women and non-violent, peaceful demonstrators; the arbitrary imprisonment and detention of Palestinians, some of whom have been imprisoned for decades; the use of collective punishment; the closure of areas; the confiscation of land; the establishment and expansion of settlements; the construction of a wall in the Occupied Palestinian Territory in departure from the Armistice Line of 1949; the destruction of property and infrastructure; the forced displacement of civilians, including attempts at forced transfers of Bedouin communities; and all other actions by it designed to change the legal status, geographical nature and demographic composition of the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem (United Nations 2017a, 3).

The Resolution further "condemns all acts of violence, including all acts of terror, provocation, incitement and destruction, especially the excessive use of force by the Israeli occupying forces against Palestinian civilians, particularly in the Gaza Strip" and "emphasizes the need to preserve and develop the Palestinian institutions and infrastructure for the provision of vital public services to the Palestinian civilian population and the promotion of human rights" (United Nations 2017a, 7). The following countries are usually the ones that vote against these resolutions: Australia, Canada, Israel, Marshall Islands, Micronesia (Federated States of), Nauru, Palau, United States of America.

The **UNGA Resolution 72/88**, entitled **"**The occupied Syrian Golan", recalls Resolution 497 (1981) of the UNSC which condemns the imposition of Israeli laws, jurisdiction and administration on the occupied Syrian Golan, considering it "null and void and without international legal effect" (United Nations 2017e, 2). Only Israel and Palau voted against this resolution. The US was among the 20 abstainers (United Nations 2017d).

Other four resolutions were adopted under item of agenda number 53 regarding forced displacement of Palestinians. **UNGA Resolution 72/80**, entitled "Assistance to Palestine refugees" had only Israeli vote against. **UNGA Resolutions 72/81** and **72/83** entitled respectively "Persons displaced as a result of the June 1967 and subsequent hostilities" and "Palestine refugees' properties and their revenues" were both adopted with large majority (United Nations 2017d). **UNGA Resolution 72/82, "**Operations of the United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East", recognized the role of UNRWA's humanitarian aid and further appealed to "States and organizations for the maintenance of their voluntary contributions to the Agency, as well as an increase in contributions where possible" consi-

dering the Agency's financial crisis (United Nations 2017c, 7).

Under agenda item number 71, the draft resolution entitled "The right of the Palestinian people to self-determination" (**UNGA Resolution 72/160)** was adopted. It reaffirms "the right of the Palestinian people to self-determination, including the right to their independent State of Palestine" while "stressing the urgency of achieving without delay an end to the Israeli occupation that began in 1967 and a just, lasting and comprehensive peace settlement between the Palestinian and Israeli sides" (United Nations 2017f, 2).

4.1.1 ECONOMIC AND SOCIAL COMMISSION ON WESTERN ASIA REPORT: THE ISRAELI APARTHEID SYSTEM

Considering all that has been presented and the current situation in the Occupied Palestinian Territories, the Economic and Social Commission for Western Asia (ESCWA) – one of the five regional commissions under the UN Economic and Social Council (ECOSOC) – issued a report in 2017 concluding that Israel has established an Apartheid regime over the Palestinian people. The report, authored by Virginia Tilley and Richard Falk, presented extensive compelling evidence to support such a statement (Middle East Monitor 2017). First of all, it is essential to examine international standards for the conceptualization of Apartheid. The International Convention on the Suppression and Punishment of the Crime of Apartheid of 1973 defines that

> The term "the crime of apartheid", which shall include similar policies and practices of racial segregation and discrimination as practiced in southern Africa, shall apply to [...] inhuman acts committed for the purpose of establishing and maintaining domination by one racial group of persons over any other racial group of persons and systematically oppressing them (United Nations 1973a, 245).

The report considers therefore that the concept of Apartheid, which implies the commitment of inhuman acts intentionally aiming at racial segregation, applies to the "doctrine of Jewish statehood as expressed in law and the design of Israeli state institutions" (Middle East Monitor 2017, 2). This is evidenced by Israeli laws, its "categorization" of citizens and its discriminatory policies, that were already examined in the previous section. Such inhuman acts include the following

> (a) denial to a member or members of a racial group or groups of the right to life and liberty of person [...] (b) deliberate imposition on a racial group or groups of living conditions calculated to cause its or their physical destruction in whole or in part; (c) any legislative measures and other measures calculated to prevent a racial group or groups from participation in the political, social, economic and cultural life of the country [...] (d) any measures, including legislative measures, designed to divide the population along racial lines by the creation of separate reserves and ghettos for the members of a racial group or groups, the prohibition of mixed marriages among members of various racial groups, the expropriation of landed property belonging to a racial group or groups or to members thereof; (e) exploitation of the labour of the members of a racial group or groups, in particular by submitting them to forced labour; (f) persecution of organizations and persons, by depriving them of fundamental rights and freedoms, because they oppose apartheid (United Nations 1973a, 245).

For instance, the regime of laws over the population of the Occupied Palestinian Territories of West Bank and Gaza is carried out "in a manner that fully meets the definition of apartheid under the Apartheid Convention: except for the provision on genocide, every illustrative 'inhuman act' listed in the Convention is routinely and systematically practiced by Israel in the West Bank" (Middle East Monitor 2017, 5).

As presented in the previous sections, Palestinians anywhere face difficulties, restrictions and human rights violations due to Israeli laws and institutions and its discriminatory policies. The ESCWA report concluded that there was sufficient evidence to state that Israel imposes an Apartheid regime over Palestinian people. It further considers that such actions constitute crimes against humanity and also attempts against *jus cogens* since the prohibition of Apartheid is included in this exclusive set of international laws (Middle East Monitor 2017).

The publishing of the report raised a polemic as it was instantly criticized by Nikki Haley, US ambassador at the UN, and Danny Danon, her Israeli counterpart (Falk 2017). The UN Secretary-General, Antonio Guterres, refuted the report and ordered its removal from the UN website. The UN spokesman stated that "the report as it stands does not reflect the views of the Secretary-General and was done without consultations with the UN secretariat" (Times of Israel 2017b, 1). The Executive Secretary of ESCWA, Rima Khalaf, a Jordanian national, resigned after the episode. The UN Secretary-General instructed her to withdraw the Tilley-Falk report and she refused, resigning soon after (Falk 2017).

4.2 INTERNATIONAL LAW

As a population in an occupied territory, Palestinians fall under protection of the **Fourth Geneva Convention**. The Convention (IV) relative to the Protection of Civilian Persons in Time of War of 1949 is one of the pillars of International Humanitarian Law and also applies to "all cases of partial or total occupation of the territory of a High Contracting Party" (ICRC 1949, 1). Both Israel and Palestine are signatories of the Geneva Conventions. The Fourth Convention affirms a series of responsibilities, prohibitions and duties that occupying powers must follow towards the population of an occupied territory. It states that the occupier is totally responsible for the basic needs of the occupied population, such as stated in article 55 "the Occupying Power has the duty of ensuring the food and medical supplies of the population; it should, in particular, bring in the necessary foodstuffs, medical stores and other articles if the resources of the occupied territory are inadequate" (ICRC 1949, 1).

Further, Article 49 forbids deportation of the occupied population to other territory or transfer of its own population to the occupied territory, as aforementioned (ICRC 1949). In a breach of the Fourth Geneva Convention, Israel is said to undertake policies of moving Palestinians out of their land in order to transfer its own population to the West Bank through the settlements (Middle East Monitor 2017). Articles 146, 147 and 148 refer to the obligation of the States parties to the Convention to take action with regard to penal sanctions in case of grave breaches and other responsibilities of the High Contracting Parties (ICRC 1949).

Another breach of international law was the construction of the separation wall. In 2004, the International Court of Justice ruled the construction of the wall

around the West Bank illegal on an advisory opinion requested by the General Assembly. The document also recognized the legal existence of the Palestinian people and its right to self-determination (ICJ 2004). Also, international reaffirms that the acquisition of territory by force is inadmissible. It is stated on the Charter of the United Nations and on several other resolutions regarding the topic (United Nations 2016b).

In the end of 2012, Palestine became a non-member observer state in the United Nations, a substantial diplomatic victory for the country. The recognition of the UN enabled the International Criminal Court to accept Palestinian membership, which occurred in the end of 2015. Although the general thought at the time was that Palestine would be able to press charges against Israel now being a member of the ICC, it did not occur because the Israeli State is not a signatory of the Rome Statute that founded the Court, therefore not being able to have its nationals persecuted (BADIL 2015).

4.3 BILATERAL AND MULTILATERAL EFFORTS

The Madrid Conference in 1991 inaugurates the departure of the UN framework. From this year on, it is more common to find multilateral and bilateral efforts to solve the conflict. It can be noticed that such arrangements usually favor the Israeli side, once in the UNGA the majority of the countries votes for Palestine while bilaterally Israel is stronger to negotiate. In the Madrid Conference, the Palestinians joined the Jordanian delegation. Lebanon and Syrian delegations took part as well. The main outcome was a peace treaty between Jordan and Israel (Halliday 2005).

After that, the Oslo Accords marked the first time Israelis and Palestinians negotiated directly and signed an agreement. For the first time, Israel recognized the Palestinians as a negotiating party in the figure of the Palestine Liberation Organization (PLO). It was negotiated between Yasser Arafat and Yitzhak Rabin, Israeli prime minister. The accord established arrangements for an interim government - the thereby created Palestinian National Authority - and a framework for a final treaty in 1998 based on UNSC Resolutions 242 (1967) and 338 (1973). Mainly due to changes in the Israeli government, this next phase never happened; Benjamin Netanyahu, from the conservative party Likud, took on the prime minister office in 1996. Therefore, the Oslo Accords created a proto state for Palestinians, defined the A, B and C areas and stipulated a process of withdrawal of Israeli troops. However, it once again failed. Even though the Palestinian Authority was created, nothing but the main Palestinian cities were passed under its control and Israel continued to occupy the West Bank and Gaza. The construction of settlements continued and even was accelerated after Oslo. The final status issues were supposed to be discussed in the final treaty in 1998 (Halliday 2005).

There was an attempt to save the Oslo Accords in Camp David, in 2000, when Ehud Barak, from the Israeli Labor Party, became prime minister. It was called by Bill Clinton, gathering the new Israeli prime minister and Yasser Arafat, now head of the PA. The final status issues once again obstructed the negotiations (Halliday 2005). In 2001, the Taba Summit also put the two parties in the negotiation table. It is said to have accomplished advancements regarding the final status issues, however it was stopped after another change of government in Israel. Ehud Barak called

earlier elections due to the Second Intifada outbreak and lost the elections to Ariel Sharon, at that time from Likud party (Mideastweb 2001).

In 2002, Saudi Arabia proposed the Arab Peace Initiative. Mainly supported by the Gulf countries, the Arab nations would normalize its relations with Israel in exchange for the withdrawal from 1967 territories and a "just and agreed solution to the Palestine refugee problem in accordance with United Nations General Assembly resolution 194 (III)". There were no openness on the Israeli side for negotiations (United Nations 2002, 6).

As explained in point 3.1 of this study guide, the Quartet for Peace is composed of the United States, Russian Federation, the European Union and the United Nations. They proposed a peace initiative in 2003, called the Roadmap for Peace. The Roadmap included three steps as aforementioned. The first one demanded mutual support for the two-States solution. Palestinians should carry out democratic elections, elaborate a constitution and foster combat to radicalism and Israel should decrease the settlements and its military action in the occupied territories. The second step would be the creation of the State of Palestine with provisional borders in an international conference and the third step would be to establish negotiations for a final agreement. The PA made some efforts towards the first step of the Roadmap. The elections they convened to match the plan were the ones Hamas won the majority of seats in parliament, leading to the Hamas-Fatah split. Israel, on the other hand, did not comply with the plan and the initiative once again failed (Sayigh 2007).

There were a few other meetings regarding the topic in the last years. None of them caused change in the status quo of the conflict. The Annapolis Conference in 2007 was the most expressive one. It was a big conference with over 40 parties invited – including China, Russia, Brazil, the Arab League, the European Union, the United Nations – aiming at advancing the Roadmap for Peace. A joint statement was issued. The parties agreed to support the two-States solution and to compromise with the Roadmap for Peace steps (Migdalovitz 2007).

As one can see, the United States is commonly involved in peace initiatives on the matter, acting as a broker for negotiations. The latest developments threat this US position as Palestinian representatives have stated they would not accept the US as a mediator. Its withdrawal from the UN Human Rights Council and its cuts on UNRWA financing also undermine US stance as an honest broker for any negotiation (Stone 2017; Aziz 2017; Wadhams 2018). This opens space for other actors to play more relevant roles in the topic and to propose new peace initiatives (The Diplomat 2017).

5 BLOC POSITIONS

As a great supporter of peace negotiation processes, the **Plurinational State of Bolivia**, in previous speeches, stated its clear position on the Israeli-Palestinian conflict, urging for a two-State solution and for the recognition of East Jerusalem as the capital of the independent State of Palestine in order to reach long-term peace. It condemns any sort of human rights violation perpetrated by Israel against Palestinians, especially in the Gaza Strip, also expressing deep concern over the budget's reduction of the United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (UNRWA), which seems to be a move that politicize the safety of

innumerable Palestinian refugees. In this sense, Bolivia also argues the Israeli expansionist policy is an international law violation, reprobating the construction of the West Bank wall. At last, the country strongly condemns the United States' decision to move the US Embassy in Israel to Jerusalem and the subsequent recognition of such city as the capital of Israel (United Nations 2018a).

Similarly to the Bolivian State, the **Republic of Côte d'Ivoire** believes the only viable alternative to the Palestinian situation is a two-State solution, reprobating negative unilateral initiatives (United Nations 2018a). Although the country faces a political crisis itself, it addresses the humanitarian crisis in Gaza, emphasizing the disastrous consequences to the population there (Human Rights Watch 2017). Moreover, Côte d'Ivoire claims for dialogue between the Palestinian Authority and the Palestinian people with the aim at improving the humanitarian situation in Gaza. Concerning the Jerusalem issue, the country stresses the importance of peaceful negotiations, having in mind previous resolutions of the United Nations. However, Côte d'Ivoire was present during the opening of the US embassy in Jerusalem, demonstrating a more inclined position towards Trump's administration and its policies (United Nations 2018a).

Equatorial Guinea is committed to the de-escalation of the conflict, supporting a two-State solution on the matter and arguing that concessions will have to be made by both sides in order to reach a permanent and longstanding peace in the region (Equatorial Guinea 2018). Also, the country claims that all parts involved should gather in negotiations with the purpose of easing the suffering of the populations in the region, especially in the Gaza Strip (United Nations 2018a). Furthermore, although Equatorial Guinea recognizes the Palestinian claim as fair, it also asserts, in accordance with previous statements issued by the African Union, the right of Israel to exist and live with safety (Equatorial Guinea 2018). Also, at UNGA's emergency meeting after the announcement of the US embassy's move to Jerusalem, in December 2017, Equatorial Guinea refused to vote against the resolution condemning such act, preferring to abstain instead. Such a policy is due to the country's close ties to the US, preferring not to oppose substantially to American positions. Nonetheless, Equatorial Guinea urges for a solution for the conflict through dialogue and in accordance to international law.

Currently, the **Federal Democratic Republic of Ethiopia** is part of dozens of peacekeeping missions - especially in the African continent -, compromising itself with the pursuit of peace in the international community. The country recommends the full control of the Palestinian Authority over the Gaza Strip with the aim at improving the economic and humanitarian situation in the region and also foment a Palestinian unity. In this sense, Ethiopia believes the improvement of the humanitarian conditions would generate a new impetus to peace processes between Israel and Palestine. Also, the country considers it is important the willingness of the international community to cooperate in such matter and the crucial role played by the United Nations Security Council. The Ethiopian position is that the "weight" of restarting negotiations should rely on both countries (United Nations 2018a). Ethiopia urges other member-states to cooperate in the matter and condemns any sort of movements that do not contribute to the peaceful resolution of the issue. Therefore, it stated its disagreement and its concern regarding the move of the US Embassy in Israel to Jerusalem. Nonetheless, being a great US ally in Africa, it expresses po-

sitions in favor of Israel, such as the right of retaliation concerning some attacks made by terrorist groups in Gaza and the right to exist and live peacefully (Capital Ethiopia 2017).

The **Republic of Kazakhstan** expresses its deep concern over the humanitarian situation in the Gaza Strip and in the other Palestinian regions, condemning any kind of human rights' violations. Of equal relevance, the country believes that the budget's reduction of the United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (UNRWA) is a matter of great concern, since it can generate the worsening of the issue, especially in the current humanitarian crisis in the Gaza Strip. Astana affirmed the move of the US Embassy in Israel to Jerusalem could create more instability in the region. Further, it believes previous resolution on that matter must be respected, bearing in mind the international character of Jerusalem, and that any change in this city must be primarily discussed in the United Nations General Assembly and in the United Nations Security Council (United Nations 2018a). Nevertheless, the country ends up adopting a neutral position in the matter due to its interests in advanced Israeli technologies in energy resources (Kazakhstan 2015).

Having the commitment to the Palestine cause as one of its principles of foreign policy, the **State of Kuwait** is compromised with the formation of an independent Palestinian State, of which the capital would be East Jerusalem. In this sense, the country asserts that all parties should abide by previous resolutions on the matter and by international law in order to reach peace. Nonetheless, by not respecting them, Israel creates hindrances in the path to the peace in the Middle East (United Nations 2018a). Furthermore, Kuwait, alongside other Arab States, condemns Israeli settlements in Palestinian territories - which jeopardize stability in the region -, and its violations of international law (The Jerusalem Post 2018). Hence, it urges the United States, as a key player in the conflict, to improve peace processes and to compel Israel to withdraw from Arab territories, which it illegally occupies. At last, Kuwait is strongly against the move of the US Embassy in Israel to Jerusalem, bearing in mind that, apart from the fact that such city is under international mandate, it can undermine the peace negotiations in the Middle East (United Nations 2018a).

The **Netherlands**, as several States in the United Nations Security Council, supports the two-State solution, asking for both Israel and Palestine courage to initiate peace negotiations alongside the international community (United Nations 2018a). In spite of being against the Israeli settlements and Tel Aviv's human rights violations, the country expressed a discrete disagreement with the move of the US Embassy in Israel to Jerusalem due to a strong internal opposition, which believes that dozens of United Nations' organizations have a strong anti-Israel bias (The Times of Israel 2017a). Furthermore, the country states that the security and the necessities of the Palestinian people, especially in Gaza Strip, must be the main concern of the international community, manifesting its strong preoccupation regarding UNRWA's reduced budget. At last, the Netherlands encourages an intra-Palestinian reconciliation, led by the Palestinian Authority (United Nations 2018a).

Well known in the international community as a neutral country, the **Republic of Peru**, which recognizes the State of Palestine within the 1967 borders, seeks to restore the negotiations between Israel and the Palestinian Authority. Peru recognizes Israel since 1950, respecting its sovereignty and its right to exist in safety (The

Guardian 2011). For such purpose, the country supports the two-State solution in order to build mutual trust among the involved parts and, consequently, to reach a common ground on the matter. Moreover, Peru stresses the importance of abiding by UNSC Resolution 2334 (2016) - which condemns Israeli settlements -, and of guaranteeing of human rights of the Palestinian people (United Nations 2016a). Thus, the Republic of Peru condemns the budget reduction of UNRWA, arguing that such an important organization must have a stable funding with the aim at fully assisting Palestinian refugees (United Nations 2018a). Although voting in favor of the UNGA resolution discrediting the status of Jerusalem as Israel's capital, Peru has attended the opening of the US embassy in the city in 14 May, marking slight inclination towards the Israeli and American stances (McCarthy 2018).

The **Republic of Poland** strongly condemns any kind of human rights' violations against both Israeli and Palestinian populations, considering the UNRWA budget reduction a harmful act toward the people of the Gaza Strip. On the other hand, the country supports Israeli retaliation attacks against rockets fired from the Gaza Strip, arguing Tel Aviv has the total right to defend its territory and citizens. Apart from that, Poland, through its good relationship with both populations, aims at enhancing a new peace process negotiation, which should have the international community support in order to reach a two-State solution. In this sense, it recognizes the Israeli right of having its own state and of guaranteeing its safety, whereas it also asserts the legitimacy of the Palestinian people's claim of having their own independent State (United Nations 2018a).

The **Kingdom of Sweden** stands strongly against the United States' decision to move its embassy in Israel to Jerusalem, stating that such action disrespects international law and previous UNSC's resolutions, generating more instability in the region (Irish Examiner 2017). Furthermore, Sweden points out that the main cause of such conflict is the Israeli occupation of the Palestinian territory, therefore supporting the two-state solution as the only mechanism that could bring peace back in the area. Stockholm also supports a process of state-building in Palestine and an intra-Palestine reconciliation, arguing that the Palestinian Authority administering the Gaza Strip would improve conditions in the region. At last, the country has been constantly donating large amount of resources to UNRWA, expressing deep concern over its budgetary reduction (United Nations 2018a).

Having good relationships with both Israeli and Palestinian populations, the **French Republic** aims at renewing the peace process guided by international parameters, calling upon the parts to abide by international law and human rights, and condemning Israeli settlements. In this sense, France urges both countries to seek a two-State solution based on the previous frontiers of 1967 and the previous resolutions concerning Jerusalem, aiming at de-escalating the conflict in Gaza, which should be recognized as part of the Palestinian territory. Moreover, the country supports the right of Israel to keep its population safe, demanding Hamas to restrain from the use of violence and urging respect to prior agreements made between Israel and the Palestinian Authority. Regarding the intra-Palestine rupture, French claims for its reconciliation in order to improve the situation in Gaza and in the Palestinian refugee camps (United Nations 2018a). In addition, in the French main concerns in the international community, the Palestinian matter is the leading one, having donated large amounts of resources (France 2018). At last, it is worth mentioning the

French President Emmanuel Macron has stated the move of the US embassy in Israel to Jerusalem only promotes more hatred and instability in the region, therefore expressing deep concern over the matter (The Times of Israel 2018a).

The **United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland,** respecting previous resolutions on the matter, is engaged to promote a two-State solution based on the borders decided before the Six-Day War, enabling Israel to exist safely alongside an independent State of Palestine, having both States a shared capital - Jerusalem. Apart from that, the country expresses deep concern over Israeli settlements and its threats to destroy Palestinian structures, especially in the occupied West Bank. London requests Israel to come to an end with such policies of expansion, which can bring forth more instability in the region, besides jeopardizing the peace process (United Kingdom 2018). Concerning the Palestinian people and their basic needs of life, the United Kingdom has been one the greatest supporters of UNRWA, showing deep concern with its budget reduction; also, it donates a large amount of resources to the Palestinian Authority. The latter act is contested by some British internal groups, since they consider the PA has been showing too much tolerance with violent entities, such as Hamas (United Kingdom 2015). In this sense, the United Kingdom condemns any sort of terrorist attacks, stating that nothing excuses the use of terror. Also, London believes that some UN organizations have acquired an anti-Israel bias, considering it unacceptable to the international community (United Nations 2018a). Regarding the Palestinian State recognition, the British position is that the Palestinian Authority does not achieve the criteria requested by international law in order to conquer the status of a State (United Kingdom 2015). Lastly, it calls upon the United States to support and lead the peace process negotiations due to its huge importance in the matter, as well as in the international community (United Kingdom 2018).

Concerned about the diminish of the peace process negotiations, the **Russian Federation,** using its privileged position as a permanent member of the UN Security Council and as a member of the Quartet for Peace, supports any kind of cooperation between the parts involved, stating that the two-State solution - besides benefiting their neighbors and the international community as a whole - would bring dozens of gains to both Israeli and Palestinian populations, also generating stability in the region (Russian Federation 2017). In this sense, Russia recognizes the importance of the United States on the matter, pointing out that no accord will be reached without such country (The Times of Israel 2018b). Notwithstanding, the country expressed its deep concern regarding the innumerable deaths at Gaza, blaming the United States for these developments due to the move of their Embassy in Israel to Jerusalem. In this sense, Moscow believes that Jerusalem should be divided between Israel and a Palestinian State with both countries living in peace and safety (Sunday Express 2018). Furthermore, Russia strongly supports UNRWA, fearing that, without such agency and its aid, the Palestinian people could have great damages. Hence the Russian government has been enhancing bilateral talks between the Palestinian Authority and Israel, promoting meeting and studies concerning the matter (United Nations 2018a). At last, part of the international community, specially the United States, has shown some concerns over Russian involvement in the Palestinian-Israeli issue, arguing that Russia was using it with the purpose of improving its influence over the Middle East (The New York Times 2016).

Aiming at resuming the negotiations between Israel and the Palestinian Authority, the **People's Republic of China** has as its guiding principle the two-State solution, calling upon Israel to abide by previous UN resolutions on the matter. It highlights UNSC Resolution 2334 (2016) regarding settlements, facilities to which China strongly opposes, preventing any sort of violence against Palestinian civilians. In this sense, the country strongly supports UNRWA, requesting all States to keep a constant uphold to this agency in order to ease the suffering of the Palestinian refugees (United Nations 2018a). Moreover, the Chinese government claims for a peaceful coexistence between Israel and a Palestinian State, asserting that the latter's existence - independent and with full control of its borders - is a just cause of its people. Also, it should be based on the 1967 frontiers, having East Jerusalem as its capital, meanwhile West Jerusalem would be the capital of Israel (People's Republic of China 2016). In the last few decades, China has been one of the greatest sponsors of a peace process in the Middle East. Therefore, it is seen as a substitute of the United States in promoting the reengagement of Israel and the Palestinian Authority in bilateral and multilateral talks in order to solve the matter. In this regard, it has promoted dozens of debates and conferences concerning such matter within its territory and internationally (The Diplomat 2017). On the recent developments, the country expressed deep concern regarding the move of the US embassy in Israel to Jerusalem, stating that it could entail more hostilities in the region (Reuters 2017).

The **United States of America** strongly believes the United Nations has been spending a disproportionate amount of resources and time in the Israeli-Palestinian issue, whereas there are dozens of other matters, also in the Middle East, that are in need of a higher focus of such organization. Besides, on August 31, 2018, Washington's Department of State announced the country would not provide any further contributions to UNRWA, therefore cutting all its funding directed to the organization. The Trump administration based such decision on the claim that the US was shouldering a "very disproportionate share of the burden of UNRWA's costs" and on the judgement that the agency overstates the number of Palestinian refugees (United States of America, 2018, online). Having a clear pro-Israel position, the country argues the UNSC Resolution 2334 (2016) is problematic, since Israel would not engage in negotiations and reach accords which could damage its own interests (United Nations 2018a; United States of America 2018). Furthermore, the United States has voted against innumerable resolutions of the General Assembly regarding this issue, such as: Peaceful settlement of the question of Palestine (A/Res/65/16), Jerusalem (A/RES/65/17), the right of the Palestinian people to self-determination (A/Res/65/202), among others. It argues these resolutions are biased, focusing its criticism only against the Israeli government, and they undermine the two-State solution - which is endorsed by Washington -, apart from jeopardizing the peace process negotiations. Moreover, in spite of recognizing some human rights violations against the Palestinian population, the United States tries to bar any kind of measures to punish the Israeli State, having also withdrawn itself from the United Nations Human Rights Council (UNHRC) recently, accusing it of being biased in several matters, including the Israeli-Palestinian one. At last, the country states that it is willing to cooperate with Palestinian leaders, even though its decision to move the US Embassy in Israel to Jerusalem is final and not subject to appeal (United Nations 2018a).

The **State of Israel** defends its right to exist with security and to survive in the Jewish Promised Land. Although facing many security challenges and surrounded by an unstable region, Israel stresses the need for negotiations and dialogue to resolve the long-lasting standoffs of the conflict. The country welcomed delightedly the US decision of recognizing Jerusalem as the capital of the Jewish State and calls for more nations to do so and transfer theis embassies to the Holy City. Israel also supported the US cuts on UNRWA funds, arguing that such organization, apart from being extremely biased, keeps perpetuating the Palestinian status of refugees (Landau 2018). Besides that, Israeli government claims to have no moral obligation with the Palestinians that would like to return to its state - since several Jews were displaced by Arab States in 1945 until 1956 -, advising them to head for nearby Arab States. Albeit this decision is strongly opposite to the UN General Assembly Resolution 194, Tel Aviv points out that a Jewish majority is one of the its country's basis, as stated by its Nation-State Law recently passed in Israeli Knesset and praised by the current executive administration (Asser 2010; Wootliff 2018). In spite of the UNSC Resolution 2334 (2016), which considered Israeli settlements in the Palestinian occupied territory in 1967 as illegals, Israel continues to improve them, taking into consideration its national security and new preoccupations from the Trump's administration on the matter. Israel strongly opposes the aforementioned Resolution and considers its adoption a treason by the Obama years. Israeli presence in the West Bank is part of its security strategy and is of utmost importance to prevent terrorist attacks and other threats to Israeli nationals (Magid and Ahren 2018). Concerning the path towards peace, Tel Aviv emphasizes the importance of direct talks between both parties. Nonetheless, Israeli representatives in several meetings asserted that Mr. Mahmoud Abbas, Palestinian Authority President, instead of being willing to cooperate and reach peace, was supporting the Hamas' terrorists. Furthermore, regarding the move of the US Embassy in Israel to Jerusalem, the country believes it has sovereignty over a united Jerusalem and, in the meanwhile, Mr. Abbas was using it as an excuse not to achieve peace (United Nations 2018).

The **State of Palestine**, as a non-Member Observer State of the United Nations since 2012, pledges Israel to recognize its sovereignty on the 1967 borders and to compromise with UN Resolutions on the matter. Palestine is willing to negotiate and committed with dialogue towards achieving peace. However, the country stresses that Israel has persistently undermined all efforts aiming at achieving a just solution. Since the occupation of Palestinian territories in 1967, Israeli actions nullify the two-States solution, as its settlements only grow throughout the West Bank and, especially, East Jerusalem. The recent Nation-State Law also escalates the discrimination imposed on Palestinians by Israel and deepens what is seen by Palestine as an Apartheid regime in Israel. Also, UN resolutions are not implemented by Israel, causing them to fail. The Palestinian Authority is totally against the US's measures under the Trump administration. Its recognition of Jerusalem as Israeli capital, the move of the American embassy to the Holy City and its cuts on aid to UNRWA and other Palestinian initiatives contradict US's commitment to the peace process. Palestinians ask for the reversal of US decisions on Jerusalem, settlements and refugees so that it can be an impartial mediator on negotiations. Since the Jerusalem statement, the PA has stated it no longer considers the US a possible mediator for the conflict. On his speech at the opening of the 73rd UN General Assembly, Palestinian

President Mahmoud Abbas has called for the Quartet for Peace to resume efforts towards peace and stated that any country could join the group to act as a mediator. Furthermore, the PA is committed to fighting terrorism and ending violence of all forms, sustaining joint protocols against terrorism with 83 countries. The Fatah-led PA has been involved in efforts for reconciliation with Hamas, however, the administration does not take responsibility for Hamas and its actions as long as they refuse to abide by the agreement and fulfill their commitments. The State of Palestine defends that no peace in the region can happen without a sovereign Palestinian State with East Jerusalem as its capital and the 1967 borders, always bearing in mind the rights of the Palestinian people to self-determination (Haaretz 2018).

Despite the unstable relationship with Israel, the **Federal Government of Somalia** has been showing willingness towards a rapprochement with it. Therefore, the country has held the first meeting in history with the Jewish State, fomented by the strong bonds between Somalia and the US - the biggest ally of Israel. Nevertheless, it has never recognized Israel as an independent State, similarly to other Eastern African nations in the region, which do not maintain formal relations with the country (Ahren 2016). In the opposite way, the Somali State emphasizes the Palestinian fair claims and it is willing to support it. Hence, it has strongly condemned the move of the US Embassy in Israel to Jerusalem, stating that it could create another regional and international crisis, albeit its robust links with the US. Finally, it urges all the Arab States to cooperate and find a fruitful solution to the Palestinian matter (Hassan 2017).

6 QUESTIONS TO PONDER

I. Considering that the current configuration of the Israeli occupation jeopardizes the two-state solution, what could be proposed as a new framework to solve the conflict?

II. The Palestinian refugees are one of the final status issues of the negotiations, how the international community can ensure the rights and protection of this population while the conflict is not solved?

III. What measures can be taken to ease the humanitarian crisis in Gaza and to create conditions for reconstruction?

IV. How to hold accountable civilians and officials responsible for war crimes and human rights violations in both sides of the conflict?

V. How the non-compliance of UN Resolutions by the parties involved affects the organization's credibility to solve conflicts and how can it be more effective?

REFERENCES

Adalah. 2018a. "Basic Law: The Knesset." *Adalah The Legal Center for Arab Minority Rights in Israel* (blog). Accessed Month Day. https://www.adalah.org/en/law/view/530.

———. 2018b. "Citizenship Law." *Adalah The Legal Center for Arab Minority Rights in Israel* (blog). Accessed Month Day. https://www.adalah.org/en/law/view/536.

———. 2018c. "Discriminatory Laws in Israel." *Adalah The Legal Center for Arab Minority Rights in Israel* (blog). Accessed Month Day. https://www.adalah.org/en/law/index.

Aguiar, Paula H. de. 2011. "Os Acordos de Oslo (1993) - Consequência e Causa das Intifadas". Graduation diss., Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ahren, Raphael. 2016. "Somalia's president recently held first-ever meeting with Israeli PM". Accessed October 3. https://www.timesofisrael.com/somalias-president-recently-held-first-ever-meeting-with-israeli-pm/.

Al Haq and Al-Quds University. 2018. "A Legal Analysis of Bills and Legislation to Revoke the Permanent Residencies of Palestinians and Alter the Status of Jerusalem." Accessed Month Day http://alhaq.org/images/thumbnails/images/stories/Images/Legal_Brief_Jerusalem_6%20March%202018_Final.pdf.

Al Haq. 2018a. "Gaza Key Numbers: The Great Return March." *Al Haq* (blog). Accessed Month Day. http://www.alhaq.org/images/thumbnails/images/stories/Images/Great%20March%20of%20Return%20(1).png.

———. 2018b. "Enough Is Enough: 95 Civil Society Organizations Call on the Human Rights Council to Urgently Launch a 'Commission of Inquiry' to Investigate Violence against Protesters in Palestine." *Al Haq* (blog). Accessed May 17. http://www.alhaq.org/advocacy/topics/gaza/1252-enough-is-enough-95-civil-society-organizations-call-on-the-human-rights-council-to-urgently-launch-a-commission-of-inquiry-to-investigate-violence-against-protesters-in-palestine.

———. 2012. "The strange death of Yasser Arafat". Accessed August 6. https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2012/07/201277132124401527.html.

———. 2016. "Israel: Water as a tool to dominate Palestinians". Accessed April 28. https://www.aljazeera.com/news/2016/06/israel-water-tool-dominate-palestinians-160619062531348.html.

———. 2017. "What is the Muslim Brotherhood?". Last Modified June 18. https://www.aljazeera.com/indepth/features/2017/06/muslim-brotherhood-explained-170608091709865.html.

———. 2018a. "Donald Trump: Jerusalem Is off Negotiating Table". Last Modified February 12. https://www.aljazeera.com/news/2018/02/trump-jerusalem-negotiation-table-180212052249924.html.

———. 2018b. "World Leaders React to US Embassy Relocation to Jerusalem". Last Modified May 14. https://www.aljazeera.com/news/2018/05/world-leaders-react-embassy-relocation-jerusalem-180514142652207.html.

———. 2018c. "Erdogan Calls on Muslim Countries to Unite and Confront Israel". Last Modified May 18. https://www.aljazeera.com/news/2018/05/erdogan-calls-muslim-countries-unite-confront-israel-180518185258629.html.

———. 2018d. "Israel Removes Metal Detectors from Al-Aqsa Compound". Last Modified July 25. https://www.aljazeera.com/news/2017/07/israel-removing-metal-detectors-al-aqsa-compound-170724214814179.html.

———. 2018e. *UN Security Council Rejects US Draft Resolution on Gaza*. Last Modified June 2. https://www.aljazeera.com/news/2018/06/vetoes-unsc-resolution-protection-palestinians-180601201831238.html.

Al-Mughrabi, Nidal. 2018. "U.N. agency for Palestinian refugees to reduce jobs after U.S. cuts". *Reuters*. Last Modified July 25. https://www.reuters.com/article/us-palestinians-unrwa-gaza/u-n-agency-for-palestinian-refugees-to-reduce-jobs-after-u-s-cuts-idUSKBN1KF1ZW

Amnesty International. 2009. "Israel/Gaza: Operation 'Cast Lead': 22 Days of Death and Destruction".. https://www.amnesty.org/download/Documents/48000/mde150152009en.pdf.

Asser, Martin. 2010. "Obstacles to Arab-Israeli peace: Palestinian refugees". Accessed October 3. https://www.bbc.com/news/world-middle-east-11104284.

Aziz, Saba. 2017. "Trump's Jerusalem Move Reignites Palestinian Cause". Last Modified December 13. https://www.aljazeera.com/news/2017/12/trump-jerusalem-move-reignites-palestinian-171212115234940.html.

BADIL. 2015. *Survey of Palestinian Refugees and Internally Displaced Persons 2013-2015*. Accessed Month Day. http://www.badil.org/en/publication/survey-of-refugees.html.

B'Tselem. 2016. "Reality Check: Almost Fifty Years of Occupation." Accessed Month Day. https://www.btselem.org/download/201606_reality_check_eng.pdf.

———. 2017a. "East Jerusalem." Last Modified November 11. https://www.btselem.org/jerusalem.

———. 2017b. "Restrictions on Movement." Last Modified November 11https://www.btselem.org/freedom_of_movement.

———. 2017c. "Settlements." Last Modified November 11. https://www.btselem.org/settlements.

———. 2017d. "The Military Courts." Last Modified November 11. https://www.btselem.org/military_courts.

———. 2018a. "If the Heart Not Be Callous: On the Unlawful Shooting of Unarmed Demonstrators in Gaza". Last Modified Month Day. https://www.btselem.org/sites/default/files/publications/201804_if_the_heart_be_not_callous_eng.pdf.

———. 2018b. "Statistics on Demolition of Houses Built without Permits in East Jerusalem." Last Modified May 7. https://www.btselem.org/planning_and_building/east_jerusalem_statistics.

Baroud, Ramzy. 2017. "Trump's Embassy Move to Jerusalem 'Self-Destructive'". *Al Jazeera*. Accessed January 24. https://www.aljazeera.com/indepth/features/2017/01/trump-embassy-move-jerusalem-destructive-170124082119524.html.

BBC. 2001. "UN Partition Plan". Accessed May 06. http://news.bbc.co.uk/2/hi/in_depth/middle_east/israel_and_the_palestinians/key_documents/1681322.stm.

———. 2005. "Yasser Arafat morreu de derrame, dizem jornais". Accessed April 25. http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2005/09/050908_pressreviewms.shtml.

———.2018a. "A History of Conflict". Accessed April 20. http://news.bbc.co.uk/1/shared/spl/hi/middle_east/03/v3_ip_timeline/html/1987.stm.

——. 2018b. "US quits 'biased' UN human rights council". Last Modified June 20. https://www.bbc.com/news/44537372.

Beauchamp, Zack. 2015. "The Netanyahu speech controversy, explained". *Vox.* Last Modified March 3. https://www.vox.com/2015/3/2/8130977/netanyahu-speech-explained

Berger, Miriam. 2017. "What's the Issue with Metal Detectors in Jerusalem?". *Reuters*. Last Modified July 24. https://www.reuters.com/article/us-israel-palestinians-metaldetectors-idUSKBN1A919P.

Black, Ian. 2017. "Why Would Moving the US Embassy to Jerusalem Be so Contentious?". *The Guardian*. Last Modified December 5. https://www.theguardian.com/us-news/2017/dec/05/jerusalem-embassy-move-can-the-saudis-stay-trumps-hand.

Bokae'e, Nihad. 2003. "Palestinian Internally Displaced Persons inside Israel: Challenging the Solid Structures." *Badil Resource Center for Palestinian Residency and Refugee Rights*. http://www.badil.org/phocadownload/Badil_docs/Working_Papers/Palestinian.IDPs.pdf.

British Library. 2018. "The Balfour Declaration". Accessed August 3.

http://www.bl.uk/manuscripts/FullDisplay.aspx?ref=Add_MS_41178_A&index=0.

Buttu, Diana. 2017. "The Al-Aqsa Metal Detectors Aren't a Security Measure". *Al Jazeera.* Last Modified July 22. https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2017/07/al-aqsa-metal-detectors-aren-security-measure-170722091622756.html.

Carreras, José U. Martínez. 1992. *El mundo árabe e Israel*: el Próximo Oriente en el siglo XX. Madrid: Istmo.

Capital Ethiopia. 2017. *Palestine thanks Ethiopia for standing against plan to move embassy to Jerusalem*. Accessed June 10. http://capitalethiopia.com/2017/12/18/palestine-thanks-ethiopia-standing-plan-move-embassy-jerusalem/.

Centanni, Evan. 2012. "The Palestinian Territories". Accessed August 17. https://www.polgeonow.com/2012/12/is-palestine-really-country.html

Chughtai, Alia. 2018. "Palestinians' Great March of Return: The Human Cost". *Al Jazeera*. Accessed May 16. https://www.aljazeera.com/indepth/interactive/2018/05/palestinians-great-march-return-human-cost-180516110538165.html.

Civic Coalition for Palestinian Rights in Jerusalem. 2014. "From Diversity to Racial Segregation and Domination Palestinians in Jerusalem." Accessed Month Day. https://www.civiccoalition-jerusalem.org/uploads/9/3/6/8/93682182/from_diversity_to_racial_segregation_and_domination_2014.pdf.

———. n.d. "Collective Punishment the Case of Occupied East Jerusalem". Accessed May 17, 2018. https://www.civiccoalition-jerusalem.org/uploads/9/3/6/8/93682182/collective_punishment_footnotes.pdf.

Clemesha, Arlene. 2008. *Palestina, 1948-2008: 60 Anos de Desenraizamento e Desapropriação*. São Paulo: Tiraz.

Cohen, Zachary. 2018. "Trump orders US to strip $200 million in aid from Palestinians". *CNN*. Last Modified August 24. https://edition.cnn.com/2018/08/24/politics/trump-palestinian-authority-aid/index.html?utm_content=-2018-08-25T00%3A29%3A11&utm_medium=social&utm_term=link&utm_source=-fbCNNi

Deeb II, Dennis J. 2003. *The Collapse of Middle East Peace:* The Rise & Fall of the Oslo Peace Accords. Lincoln: iUniverse.

Deutsche Welle. 2017. "What are Fatah and Hamas?", Accessed August 10.

https://www.dw.com/en/what-are-fatah-and-hamas/a-40796555.

Encyclopaedia Britannica. 2018. "Anti-Semitism". Last Modified July 9.

https://www.britannica.com/topic/anti-Semitism.

———. 2018. "War on terrorism". Accessed August 6. https://www.britannica.com/topic/war-on-terrorism.

Equatorial Guinea. Ministry of Foreign Affairs. 2018. *Equatorial Guinea reiterates its commitment to the stabilization of the conflict between Israel and Palestine.* Accessed June 10. http://equatorialguineaun.org/in-the-news/equatorial-guinea-reiterates-its-commitment-to-the-stabilization-of-the-conflict-between.

Examrace. 2017. "Why Declaring Jerusalem the Capital of Israel is So Controversial?". Last Modified December 20. https://www.examrace.com/Current-Affairs/NEWS-Why--Declaring-Jerusalem-the-Capital-of-Israel-is-So-Controversial-Important.htm

Falk, Richard. "Richard Falk: Anger at my Israel 'apartheid' report puts free speech at risk". 2017. *Middle East Eye*. Last Modified March 27. http://www.middleeasteye.net/columns/academic-freedom-criticism-israel-united-nations-and-fake--news-748512622.

Fanack Water. 2016. *Water Management in Palestine.* Accessed April 25. https://water.fanack.com/palestine/water-management/.

Finkelstein, Norman. 2010. *"This Time We Went Too Far"*: Truth and Consequences of the Gaza Invasion. New York: OR Books.

———. 2014. *Method and Madness*: The Hidden Story of Israel's Assaults on Gaza. New York: OR Books.

France. Ministry of Foreign Affairs. 2018. *Israel/Palestine: Understand France's position in nine points*. Accessed June 14. https://www.diplomatie.gouv.fr/en/country-files/israel--palestinian-territories/peace-process/.

Gadzo, Mersiha, and Anas Jnena. 2018. "The Palestinian Women at the Forefront of Gaza's Protests". *Al Jazeera*. Last Modified April 20. https://www.aljazeera.com/indepth/features/meet-palestinian-women-forefront-gaza-protests-180419154907955.html.

Gladstone, Rick, and Mark Landler. 2017. "Defying Trump, U.N. General Assembly Condemns U.S. Decree on Jerusalem". *New York Times*. Last modified December 21. https://www.nytimes.com/2017/12/21/world/middleeast/trump-jerusalem-united--nations.html.

Gomes, Aura. 2001. "A Questão da Palestina e a Fundação de Israel". Masters diss., Universidade de São Paulo.

Goodman, Martin. 2008. *Rome and Jerusalem*: The Clash of Ancient Civilizations, London: Penguin.

Haaretz. 2018. "FULL TEXT: Palestinian President Mahmoud Abbas' 2018 UN General Assembly Speech," September 27, 2018. https://www.haaretz.com/middle-east-news/palestinians/full-text-palestinian-president-mahmoud-abbas-2018-un-general-assembly-speech-1.6513131.

Halbfinger, David M., and Isabel Kershner. 2018. "Israeli Law Declares the Country the 'Nation-State of the Jewish People'". *The New York Times*. Last Modified July 19. https://www.nytimes.com/2018/07/19/world/middleeast/israel-law-jews-arabic.html

Halliday, Fred. 2005. *The Middle East in International Relations.* Cambridge: Cambridge University Press.

Hassan, Mohamed. 2017. "Somalia, Djibouti Say Trump's Recognition of Jerusalem is 'Dangerous'". Accessed October 3. https://www.voanews.com/a/somalia-djibouti--say-trump-recognition-of-jerusalem-is-dangerous/4155292.html.

Holmes, Oliver, and Hazem Balousha. 2018. "Three dead as Israel and Hamas trade heavy fire across Gaza border". *The Guardian*. Last Modified August 9. https://www.theguardian.com/world/2018/aug/09/terrifying-night-gaza-israel-hamas-trade--airstrikes-rocket-attacks

Hourani, Albert. 1994. *Uma História dos Povos Árabes.* São Paulo: Companhia de Bolso.

Hughes, Matthew. 2009. *Allenby and British Strategy in the Middle East*, 1917-1919. London: Frank Cass Publishers.

Humans Right Watch. 2018. *Cotê d'Ivoire Events of 2017*. Accessed June 07. https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/cote-divoire.

International Committee of the Red Cross (ICRC). 1949. *Convention (IV) Relative to the Protection of Civilian Persons in Time of War*. Geneva, 12 August 1949. https://ihl-databases.icrc.org/ihl/385ec082b509e76c41256739003e636d/6756482d-86146898c125641e004aa3c5.

International Court of Justice (ICJ). 2004. *Legal Consequences of the Construction of a Wall in The Occupied Palestinian Territory*. http://www.icj-cij.org/files/case-related/131/131-20040709-ADV-01-00-EN.pdf.

Irish Examiner. 2017. *Trump's recognition of Jerusalem condemned at UN security council meeting*. Accessed June 9. https://www.irishexaminer.com/breakingnews/world/trumps-recognition-of-jerusalem-condemned-at-un-security-council-meeting-817874.html.

Ishida, Tomoo. 1999. *History and Historical Writing in Ancient Israel:* Studies in Biblical Historiography. Leiden: Koninklijke Brill.

Israel Ministry of Foreign Affairs. 2013. *260 General Assembly Resolution 46-86- Revocation of Resolution 3379- 16 December 1991- and statement by President Herzog.* Accessed April 25. http://www.mfa.gov.il/mfa/foreignpolicy/mfadocuments/yearbook8/pages/260%20general%20assembly%20resolution%2046-86-%20revocation.aspx.

Jerusalem Institute for Policy Research. 2018. "Table III/1 - Population of Israel and Jerusalem, by Population Group1 , 1922-2016." 32. The Statistical Yearbook of Jerusalem. Jerusalem: Jerusalem Institute for Policy Research. http://www.jerusaleminstitute.org.il/.upload/yearbook/2018/shnaton_C0118.pdf.

Jewish Virtual Library. 2018. "Pogroms".

Accessed August 3.

https://www.jewishvirtuallibrary.org/pogroms.

———. 2018. "Texts Concerning Zionism: 'Auto-Emancipation' by Leon Pinsker (1882)". Accessed April 12. http://www.jewishvirtuallibrary.org/quot-auto-emancipation--quot-leon-pinsker.

Khoury, Jack. 2018. "Hamas-Israel Deal to Include Year-long Cease-fire, Gaza-Cyprus Sea Lane, Report Says". *The Haaretz.* Last Modified August, 16. https://www.haaretz.com/israel-news/report-hamas-israel-deal-to-include-year-long-cease-fire-1.6386106.

Kazakhstan. Ministry of Foreign Affairs. 2015. *Kazakhstan - Israel*. Accessed June 9. http://

mfa.gov.kz/en/content-view/sotrudnichestvo-respubliki-kazakhstan-s-gosudarstvom-izrail.

Landau, Noa. 2018. "Israeli Defense Officials: Swift U.S. Cuts in UNRWA Funding Would Create Vacuum That Hamas Would Fill". Accessed October 3. https://www.haaretz.com/israel-news/.premium-officials-swift-cuts-in-unrwa-funds-will-create-vacuum-for-hamas-1.6413809.

Levy, Gideon. 2018. "You Bet It's Apartheid". *The Haaretz.* Last Modified March 26. https://www.haaretz.com/opinion/.premium-you-bet-it-s-apartheid-1.5939683.

Lockman, Zachary; Beinin, Joel. 1989. *Intifada:* The Palestinian Uprising against Israeli Occupation. Cambridge: South End Press.

Magid, Jacob; Ahren, Raphael. 2018. "US avoids condemning Israel after 2,000 settlement homes approved". Accessed October 3. https://www.timesofisrael.com/us-avoids-condemning-israel-after-2000-settlement-homes-approved/.

McCarthy, Niall. 2018. "The Countries That Attended The US Embassy Opening In Jerusalem." *Forbes*. May 15, 2018. Accessed August 30, 2018. https://www.forbes.com/sites/niallmccarthy/2018/05/15/the-countries-that-attended-the-us-embassy-opening-in-jerusalem-infographic/#6dee6a3076cb.

Masalha, Nur. 2011. "El Problema de Los Refugiados Palestinos Sesenta Años Después de La Nakba." 8. Casa Árabe e Instituto Internacional de Estudios Árabes y del Mundo Musulmán (IEAM).

———. 2003. *The Politics of Denial:* Israel and the Palestinian Refugee Problem. London: Pluto Press.

McKernan, Bethan. 2018. "Jerusalem Latest: Hamas Calls for New Palestinian Uprising against Israel after Donald Trump Announcement.". *Independent.* Last Modified December 7. https://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/jerusalem-latest-hamas-israel-donald-trump-intifada-palestine-palestinians-capital-a8096411.html.

Middle East Monitor. 2017. "Israeli Practices towards the Palestinian People and the Question of Apartheid." 1. Palestine and the Israeli Occupation. Beirut: Economic and Social Commission for Western Asia. https://www.middleeastmonitor.com/wp-content/uploads/downloads/201703_UN_ESCWA-israeli-practices-palestinian-people-apartheid-occupation-english.pdf.

MidEastWeb. 2001. *Taba Negotiations: The Moratinos Non-Paper.* Accessed August 20. http://www.mideastweb.org/moratinos.htm.

Migdalovitz, Carol. 2007. *Israeli-Palestinian Peace Process:* The Annapolis Conference. Washington: Congressional Research Service.

Palestinian Environmental ONG's Network. 2018. "Water Management Challenges in Palestine". Accessed April 25. https://www.tni.org/en/archives/act/18926.

Pappé, Ilan. 2011. *The Forgotten Palestinians:* A History of the Palestinians in Israel. New Haven: Yale University Press.

People's Republic of China. Ministry of Foreign Affairs. 2016. *Statement by Ambassador WU Haitao at the Security Council After Voting on the Draft Resolution on the Palestinian Question*. Accessed June 17. http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zwjg_665342/zwbd_665378/t1427773.shtml.

Reiter, Yitzhak. 2009. *National Minority, Region Majority:* Palestinian Arabs Versus Jews in Israel. Syracuse: Syracuse University Press.

Reuters. 2017. *China says Trump plan to move embassy in Israel could spark 'new hostility'*. Accessed June 17. https://uk.reuters.com/article/uk-usa-trump-israel-china/china-says-trump-plan-to-move-embassy-in-israel-could-spark-new-hostility-idUKKBN1E0157.

Rodriguez, Fernando. 2011. "The 1991 Madrid Peace Conference: U.S. Efforts Towards Lasting Peace in the Middle East Between Israel and its Neighbors". New Orleans: University of New Orleans Thesis and Dissertations.

Rose, Gregory. 2018. "The Legal Status of Jerusalem: Is Trump Right?" *Australian Institute of International Affairs*. Last Modified December 13. http://www.internationalaffairs.

org.au/australianoutlook/legal-status-jerusalem/.

Roy, Sara. 2007. *Failing Peace Gaza and the Palestinian–Israeli Conflict*. London: Pluto Press.

Russian Federation. Ministry of Foreign Affairs. 2017. *Foreign Ministry statement regarding Palestinian-Israeli settlement*. Accessed June 15. http://www.mid.ru/en/foreign_policy/news/-/asset_publisher/cKNonkJE02Bw/content/id/2717182.

Sa'di, Ahmad H. and Abu-Lughod, Lila. 2007. *Nakba:* Palestine, 1948, and the Claims of Memory. New York: Columbia University Press.

Sand, Shlomo. 2009. *The Invention of the Jewish People.* New York: Verso.

Sayigh, Yezid. 2007. "Inducing a Failed State in Palestine." *Survival* 49 (3): 7–39. https://doi.org/10.1080/00396330701564786.

Schneer, Jonathan. 2011. *The Balfour Declaration:* The Origins of the Arab-Israeli Conflict. London: Bloomsbury.

Shehadeh, Raja. 2017. "I Have Witnessed Two Intifadas. Trump's Stance on Israel May Ignite a Third". *The Guardian*. Last Modified December 10. https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/dec/10/trump-jerusalem-israel-capital-may-incite-intifada.

Siniora, Hannah and Fayez A. Rahmeh. 1985. "Hanna Siniora and Fayez Abu Rahmeh: The Palestinian-Jordanian Joint Delegation". *Journal of Palestine Studies* 15 (1): 3-18. doi: 10.2307/2536574.

Soares, Jurandir. 2017. *Israel x Palestina* - As Raízes do Ódio. Porto Alegre: Leitura XXI.

Stone, Jon. 2017. "Jerusalem Latest: All 28 EU Foreign Ministers Warned Trump Administration Not to Move US Embassy". *Independent*. Last Modified December 7. https://www.independent.co.uk/news/world/europe/jerusalem-latest-updates-eu-foreign-minister-donald-trump-us-embassy-move-tel-aviv-palestine-edited-a8097521.html.

Stratfor. 2018. "Israel, Palestinian Territories: Israeli Military Strikes Targets in Gaza as Hamas Fires Rockets". Last Modified July 14. https://worldview.stratfor.com/situation-report/israel-palestinian-territories-israeli-military-strikes-targets-gaza-hamas-fires.

Sunday Express. 2018. *Russia blames Trump for Gaza massacre as Israel attack sees death toll hit 60*. Accessed June 15. https://www.express.co.uk/news/world/960001/palestine-israel-gaza-protest-us-embassy-jerusalem-russia-us-trump.

Tessler, Mark. 2009. *A History of the Israeli-Palestinian Conflict.* Bloomington: Indiana University Press.

Sunday Express. 2018. *Russia blames Trump for Gaza massacre as Israel attack sees death toll hit 60*. Accessed June 15. https://www.express.co.uk/news/world/960001/palestine-israel-gaza-protest-us-embassy-jerusalem-russia-us-trump.

The New York Times. 1994. "Gaza-Jericho Economic Accord Signed by Israel and Palestinians". Accessed April 23. https://www.nytimes.com/1994/04/30/world/gaza-jericho-economic-accord-signed-by-israel-and-palestinians.html.

———. 2016. *Russia, Already Reinserting Itself in Middle East, Enters Israeli-Palestinian Fray*. Accessed June 15. https://www.nytimes.com/2016/09/10/world/middleeast/russia-israel-palestinian-peace-talks.html.

The Register-Guard. 2018. "Water and peace in Middle East". Accessed April 25. http://registerguard.com/rg/opinion/36579692-75/water-and-peace-in-middle-east.html.csp.

The Times of Israel. 2017a. "Netherlands must oppose anti-Israel efforts at UN, Dutch parliament says". Accessed June 7. https://www.timesofisrael.com/netherlands-must-oppose-anti-israel-efforts-at-un-dutch-parliament-says/.

———. 2017b. "UN chief orders report accusing Israel of 'apartheid' pulled from web". Accessed August 20. http://www.timesofisrael.com/un-chief-requests-report-accusing-israel-of-apartheid-be-pulled-from-web/.

———. 2018a. "Macron: US embassy move to Jerusalem behind Gaza violence". Accessed June 13. https://www.timesofisrael.com/macron-us-embassy-move-to-jerusalem-behind-gaza-violence/.

———. 2018b. “Russian official: If Iran attacks Israel, we’ll stand with you”. Accessed June 15. https://www.timesofisrael.com/russian-official-if-iran-attacks-israel-well-stand-with-you/.

Thomas, Michael. 2015. “Operation Protective Edge: The War Crimes Case Against Israel’s Leaders.” *Middle East Research and Information Project*. Last Modified October 26. https://www.merip.org/mero/mero102615.

U.S. Army War College. *Overreliance on Technology in Warfare: The Yom Kippur War as a Case Study.* Robert S. Bolia. OMB. No. 0704-0188. Carlisle: U.S. Army War College, 2004, www.dtic.mil/get-tr-doc/pdf?AD=ADA485884, (Accessed April 15, 2018).

United Kingdom. Ministry of Foreign Affairs. 2015. *UK policy towards Israel and Palestine: Key issues for the 2015 Parliament*. Accessed June 15. https://www.parliament.uk/business/publications/research/key-issues-parliament-2015/foreign-affairs/israeli-palestinian-conflict/.

———. 2018. *Reaffirming UK commitment to a two-state solution which ends the Israeli-Palestinian conflict*. Accessed June 14. https://www.gov.uk/government/speeches/reaffirming-uk-commitment-to-a-two-state-solution-which-ends-the-israeli-palestinian-conflict.

United Nations, General Assembly. 1948. “Resolution 194 (III). Palestine - Progress Report of the United Nations Mediator”. https://unispal.un.org/DPA/DPR/unispal.nsf/0/C758572B78D1CD0085256BCF0077E51A.

———, Security Council, *Resolution 242 (1967)*, S/RES/242 (1967) (22 November 1967), available from

———, General Assembly. 1973a. “International Convention on the Suppression and Punish Ment of the Crime of Apartheid. Adopted by the General Assembly of the United Nations on 30 November 1973.”

———, Security Council, *Resolution 338 (1973),* S/RES/338 (1973b) (22 October 1973), available from https://undocs.org/S/RES/338(1973).

———, General Assembly. 1975. “Resolution 3379 (XXX). Elimination of all forms of racial discrimination”.

http://www.un.org/documents/ga/res/30/ares30.htm.

———, General Assembly and Security Council, *Question of Palestine: The situation in the Middle East,* A/56/1026 - S/2002/932 (15 August 2002), available from https://undocs.org/A/56/1026.

———, Human Rights Council. 2009. “Human Rights in Palestine and Other Occupied Arab Territories: Report of the United Nations Fact-Finding Mission on the Gaza Conflict.” http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/12session/A-HRC-12-48.pdf.

———, Office for the Coordination of Humanitarian Affairs Occupied Palestinian Territory. 2015a. “Key figures on the 2014 hostilities.” https://www.ochaopt.org/content/key-figures-2014-hostilities.

———, Conference on Trade and Development. 2015b. “Report on UNCTAD Assistance to the Palestinian People: Developments in the Economy of the Occupied Palestinian Territory”. http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/tdb62d3_en.pdf.

———, General Assembly, *Resolution adopted by the General Assembly on 6 December 2016,* A/RES/71/99 (6 December 2016a), available from http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/71/99.

———, Security Council, *Resolution 2334 (2016)*, S/RES/2334 (2016) (23 December 2016b), available from https://www.un.org/webcast/pdfs/SRES2334-2016.pdf.

———, General Assembly, *Israeli practices affecting the human rights of the Palestinian people in the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem,* A/RES/72/87 (7 December 2017a), available from http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/72/87.

———, General Assembly, *Israeli settlements in the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem, and the occupied Syrian Golan,* A/RES/72/86 (7 December 2017b), available from http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/

RES/72/86.

———, General Assembly, *Operations of the United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East,* A/RES/72/82 (7 December 2017c), available from http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/72/82.

———, General Assembly, *Reports of the Special Political and Decolonization Committee (Fourth Committee)*, A/72/PV.66 (7 December 2017d), available from http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/72/PV.66.

———, General Assembly, *The occupied Syrian Golan,* A/RES/72/88 (7 December 2017e), available from http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/72/88.

———, General Assembly, *The right of the Palestinian people to self-determination,* A/RES/72/160 (19 December 2017f), available from http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/72/160.

———, Office for the Coordination of Humanitarian Affairs Occupied Palestinian Territory. 2017g. "West Bank Access Restrictions." https://www.ochaopt.org/content/west-bank-access-restrictions-january-2017.

———, Security Council, *Note verbale dated 25 October 2017 from the Permanent Mission of Egypt to the United Nations addressed to the President of the Security Council,* S/2017/899 (30 October 2017h), available from http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/72/86.

———, Department of Public Information. 2018a. *Palestinian President Presents Plan to Relaunch Peace Talks with Israel, Says New Multilateral Mechanism Should Guide Process, in Briefing to Security Council*. Accessed June 05. https://www.un.org/press/en/2018/sc13213.doc.htm.

———, Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East. 2018b. "UNRWA Where We Work." 2018. https://www.unrwa.org/where-we-work/.

———, Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East. 2018c. "UNRWA Who We Are." 2018. https://www.unrwa.org/who-we-are.

United States of America. Ministry of Foreign Affairs. 2010. *Resolutions Related to Israel Opposed by the United States*. Accessed June 19. https://www.state.gov/documents/organization/162419.pdf.

———. 2018. *Palestinians*. Accessed June 18. https://www.state.gov/j/prm/map_overseas_assistance/185522.htm.

Usher, Graham. 2006. "The Democratic Resistance: Hamas, Fatah, and the Palestinian Elections" XXXV (3): 20–36.

Visentini, Paulo G. Fagundes. 2002. *Oriente Médio e Afeganistão:* Um Século de Conflitos. Porto Alegre: Leitura XXI.

———. 2014. *O Grande Oriente Médio:* da descolonização à primavera árabe. Rio de Janeiro: Elsevier.

Wadhams, Nick. 2018. "U.S. Speeds Up Timetable for Moving Embassy to Jerusalem". *Time*. Last modified February 24. http://time.com/5174043/us-embassy-jerusalem-may/.

Wong, Edward. 2018. "U.S. to End Funding to U.N. Agency That Helps Palestinian Refugees". *New York Times*. Last Modified August 31. https://www.nytimes.com/2018/08/31/us/politics/trump-unrwa-palestinians.html

Wootliff, Raoul. 2018. "Final text of Jewish nation-state law, approved by the Knesset early on July 19". Accessed October 3. https://www.timesofisrael.com/final-text-of--jewish-nation-state-bill-set-to-become-law/.

World Population Review. 2018. "Palestine Population 2018." Accessed Month Day. http://worldpopulationreview.com/countries/palestine-population/.

THIS PAGE INTENTIONALLY LEFT BLANK

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v. 6 2018 | p. 658 - 707

SOMALIA AND THE GULF OF ADEN: SOURCES OF INSTABILITY BY LAND AND SEA

Natascha Klein[1]
Rodrigo Fuhr[2]
Victor Hugo Dresch da Silva[3]

ABSTRACT

In 2012, the Federal Government of Somalia (FGS) was finally installed. After years without an internationally recognized central government, the instauration of the FGS and of presidential elections raised the international community's hopes for a stabilized Somali country. Nevertheless, Somalia still faces several conflicts within its borders, with threats coming both by land and by sea. The present Study Guide aims at providing an overview of the sources of instability in the referred case, analyzing the roots of the crisis, the recent developments seen in state-building measures, the fight against piracy and the increasing insecurity in the Gulf of Aden. Ever since the 1991 ousting of Siad Barre, several clans and non-state armed actors have fought over the control of the Somali state, either declaring independence (as for Somaliland), autonomy (as for Puntland), or trying to overcome the government set in Mogadishu. Somalia's instability and institutional failure has prompted other countries to intervene and propose state and peacebuilding missions in the territory, using the United Nations Security Council (UNSC) as a forum to reach a solution for the current crisis. To start, this article presents a brief historical context of Somali state-building efforts, followed by an account of the sources of Somalia's disintegration, such as the role of non-state armed actors, and by the maritime scenario in the Gulf of Aden, finishing with an analysis of what has been internationally done in the region so far.

---

1 Natascha is a third-year student of International Relations at UFRGS and Assistant-Director at the UNSC.

2 Rodrigo is a fourth-year student of International Relations at UFRGS and Director at the UNSC.

3 Victor Hugo is a third-year student of International Relations at UFRGS and Director at the UNSC

1 INTRODUCTION

In 1991, Siad Barre, Somalia's then-president, was overthrown. The ousting, carried out by a coalition of armed groups and Somali clans, marked the ending of the military regime in the African country. However, until 2012, Somalia did not have an internationally recognized central government, and several groups claimed autonomy over their controlled territory (Cardoso 2012). The installation of the Federal Government of Somalia (FGS) in 2012 was recognized as a possible end to the conflict within Somali borders; nevertheless, the FGS still does not have autonomy over part of its territory, disputing the state's authority with non-state armed groups, especially al-Shabaab, or with Somali clans that hold control over different regions, such as the Puntland State of Somalia in the northeast or Somaliland in the northwest of the country (Solomon 2015). In its northern borders, the Gulf of Aden's security is also of great relevance to the issue: alongside a militarization process in the region, contemporary piracy brings another source of instability for the Somali state, diverting the country's revenue and raising concerns over the control of the Bab-el-Mandeb strait (Dua and Menkhaus 2012).

Therefore, there is a variety of reasons for the current Somali instability. Both by land by the sea, internal and international conflicts affect the state's dynamics and lead Somalia to its current disintegration (Menkhaus 2015). This Study Guide aims at evidencing the sources of the issue in the African country's case, avoiding the single causal explanations often seen in the academia and in the media, either blaming Somali clans or international interventions (Menkhaus 2014). First, we shall present a historical background for the building and development of Somalia's state, starting with the colonial rule until the installation of the FGS in 2012. This section is followed by a discussion on the reasons of the state's fragility, describing some state-building measures observed so far, the role of non-state armed groups in the Somali territory, a brief take on international interventions in the country, maritime security in the Gulf of Aden, and the harms done by contemporary piracy in the Horn of Africa. Afterwards, we proceed to a debate of some international previous actions seen in the region so far, either globally or regionally, in Somalia and in the waters surrounding it. At last, we finish by presenting the current United Nations Security Council's members position on the case.

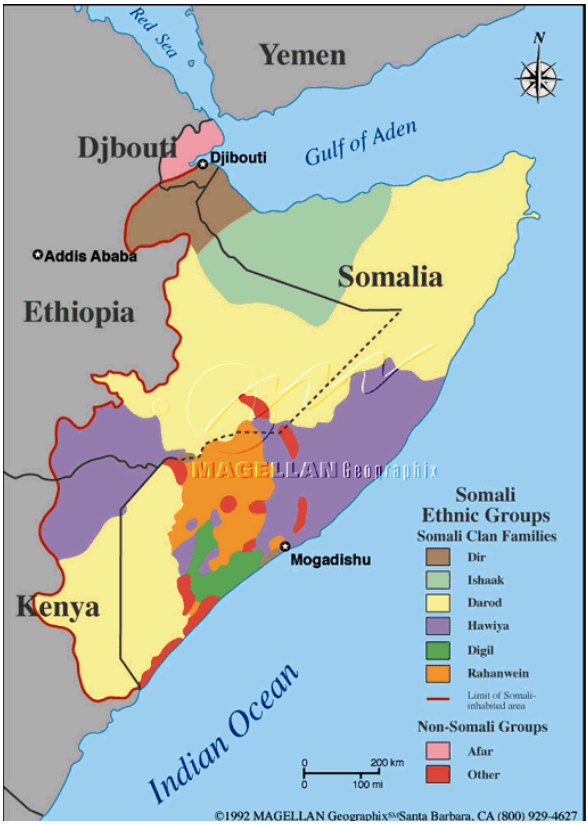
2 HISTORICAL BACKGROUND

This section presents an overview of Somalia's history in order to analyze and explain the major events that have contributed to the current situation in the region. To start, there is an exposition of the clans distributed in the territory, which play a major role in the country's background, followed by an approach to the Colonial Rule until 1960, when the country declared independence. Later there is a discussion of events in the context of the Cold War, when president Siad Barre and other regional and international actors got involved in the Ogaden War, whose result contributed to Somalia's political, social and military instability that have characterized the years of Civil War.

2.1 SOMALI CLANS AND THE COLONIAL RULE

Even though Somalia's population belongs to the same ethnicity – the "Somali" – and the majority follows the Islamic religion, its society is divided among clans, which are family lineages that share a common ancestor. Four clans represent 75% of its population, with the names of Darod, Dir, Hawiye, and Isaaq. They live in the central-north part of the territory and share close linguistic and cultural ties. The southern part of Somalia has a predominance of the Digil and Rahanweyn clans, composing around 20% of the country's population. They speak a different language and have a sedentary lifestyle, in contrast to the nomadic northern clans (Hesse 2011). According to Ahmed (1999), the clans provide protection, power and access to food and water to their members, limiting individual risks and facilitating rehabilitation after periods of crises. This clan-structured society, whose origins date back to pre-colonial rule, has seen its nomadic realities and clan rivalries work against state formation, constituting a challenge to the creation of a strong and unified Somali State (Hesse 2011).

IMAGE 1: SOMALIA'S CLANS



Source: University of Texas Libraries (2018)

Due to Somalia's strategic location, in the South of the Gulf of Aden, in the XIX century, European countries have shown their interest in controlling the major maritime trading route that connected the markets of India and Asia to Europe. The construction and further opening of the Suez Canal in 1869 were turning points to global trade, since ships would no longer have to take the long journey around Southern Africa's Cape of Good Hope to reach the Asian markets. As a result, European merchants started using a shortcut from the Mediterranean Sea to the Indian Ocean, using the Suez Canal to navigate through the Red Sea, the Gulf of Aden, and the Arabic Sea (Cardoso 2012).

As the map below shows (see the next page), Somalia had three European colonizers: France, which occupied the territory where today is Djibouti[4]; Great Britain, which, after establishing trade treaties with Somali chiefs for many years, claimed the northern portion as its protectorate in 1887; and Italy, which settled its colonization in the South in 1905. Besides that, the Ogaden Region, in the western part of the territory populated by Somalis, was under Ethiopian control. Throughout history, the North and the South have had cultural, linguistic, and social differences due to many factors, such as the clan structures, the colonialist administrations, and the regions' natural conditions. While the North was drier, with nomadic pastoral population, the South had fertile lands that led to a sedentary agricultural system. The British took a hands-off approach to governance in its Somali protectorate, giving more autonomy to local leaders whereas the Italians put efforts towards better infrastructure and economic development (Riggs 2003).

The Somalis had one major demonstration of nationalism during the first two decades of the XX century, when the Ogaden Mohammed Abdille Hassan led a resistance against the Ethiopian and European domination, but the movement was repressed in 1920 by the United Kingdom[5]. In the following years, Italy, under Fascist rule, increased its expansionist policy and annexed Ethiopia – the African country which resisted European colonization the longer – in 1936 and the British Somaliland in 1940. In the context of World War II, the Allies counter-attacked and defeated the Italians, seeking to maintain their control over the strategic region of the Gulf of Aden (Cardoso 2012).

After WWII, the world witnessed the rise of nationalist movements throughout colonies in Africa and Asia. In 1948, the United Nations addressed the trusteeship[6] of both Italian and British Somalilands to Italy, which compromised to help

4 The French Somaliland had a different and longer path towards independence than the Italian and British Somalilands. In 1958, electors voted for staying under a protectorate status, thus joining the French Community. The region declared independence only in 1977, forming the Djibouti Republic (Cardoso 2012).

5 The Ogaden Region never ceased on fighting for self-determination. In 1984, the Ogaden National Liberation Front (ONLF) was created in response to a public desire for an independent voice for the liberation of Ogaden from Ethiopia. Since then, Ethiopian forces have been fighting against the ONLF, intimidating and discriminating the Ogaden people, and suppressing their democratic political rights. Nowadays, the ONLF's goal is unclear on whether creating an independent state or becoming part of a Federal Somali State (Mahdi 2018).

6 The International Trusteeship System was born with the creation of the United Nations (UN) in 1945, when the Article 77 of the UN Charter put colonies under the Trusteeship of their former colonizers in order to promote political, economic and social advancements of the colonies towards their future independence. The colonizers would guide their development towards self-government and self-determination and also would encourage respect for human rights and fundamental freedoms for all peoples of the world (United Nations 2018d).

on its former colony's transition to an independent state. Also during the 1940s, the Somalia's Youth League (SYL), an organization created to represent Somali desire on becoming an independent and unified nation, had representations in the British Somaliland, in the Ogaden Region (Ethiopian plateau region inhabited by Somalis), and in the North Front District in Kenya. The SYL would become the great winner of the elections of 1959, when a Prime Minister and a President were elected to rule this new government, which formally united the country under an Independent Somali State (Ahmed 1999).

IMAGE 2: THE COLONIAL RULE



Source: Washington State University (2016)

2.2 FROM INDEPENDENCE TO THE OGADEN WAR

The next subsection covers the historical development of Somalia from becoming a new independent state in 1960 to the Ogaden War (1977-1978). After nine years under a civil government, the country faced a military coup in 1969, followed by a military regime ruled by Siad Barre, who led the Somalis into a war against Ethiopia for the control of Ogaden, a region whose population was ethnically Somali.

2.2.1 CIVIL GOVERNMENT

On July 1st 1960, Somalia declared independence and named itself Somali Democratic Republic. The country's constitution predicted the unity of the northern and southern region and guaranteed democracy under a multiparty political system. The new president tried to unify all five regions where Somalis lived, adopting a strong nationalist policy and an aggressive attitude against bordering countries, which compromised the government's international reputation. From 1960 to 1969, even though it was a unified country, Somalia saw its cultural differences grow, as many new parties were being created, reaching a number of more than 60 running in the 1967 Elections. The country was one of the poorest of the world with an economy deeply dependent of international aid. Overall, the civil government failed on unifying the nation and on resolving economic and social issues (Ahmed 1999). Contributing to Somalia's economic difficulties and political instabilities, in 1969, the president was assassinated, marking the country's history forever. This event was followed by a military coup that set the General Siad Barre as its leader, who ruled a military regime that lasted until 1991 (Cardoso 2012).

2.2.2 SIAD BARRE'S GOVERNMENT AND THE OGADEN WAR

In the bipolar world of the Cold War, Siad Barre took control of Somalia through a military coup on October 21, 1969, starting a socialist regime in which he suspended the constitution and banned all parties except Barre's Somali Revolutionary Socialist Party. Under the slogan "socialism unites, tribalism divides", Barre used propaganda to eliminate clannism and forced all Somalis to call themselves "comrades" (Hesse 2011). The government also launched development and infrastructural programs and nationalized companies, policies supported by its population. In 1974, Somalia and the Soviet Union signed a treaty in which the former would give control of some strategic ports in exchange of the latter's weapons, generating great suspicion from the Western Bloc.

The Western Somali Liberation Front (WSLF), a radical group created in the 1960s, was reorganized in 1973 and became known for its fight for Somali self-determination in the Ogaden Region, controlled by Ethiopia. In 1977, with Siad Barre's recognition of the WSLF and the goal of uniting all Somalis under a "Greater Somalia", the Ogaden War, a conflict between Somalia and Ethiopia, began. International involvement in this war was inevitable, and in 1973 the spectrum of alliances faced a major shift: the Soviets ended their treaty of cooperation with Somalia and decided to support Ethiopia, which had been an American ally until the socialist revolution of 1974 that pushed the country out of the capitalist sphere and placed it in the so-

cialist bloc supported by Soviets and Cubans. In response, Siad Barre turned to the United States (US) for support, but, in 1978, the Somalis were defeated and forced to back away (Riggs 2003).

The Ogaden War provoked a wave of refugees, fleeing the conflict area and heading mostly to Somalia. Sixty thousand people died, including twenty-five thousand civilians and six thousand Cuban soldiers, who were supporting the Ethiopians alongside the Soviets (Jaynes 1979). Somalia's defeat in the conflict represented not only a military and political lost, but also the failure of the Pan-Somali nationalist project. The years that followed brought a period of strong political, military, ideological, and social instability (Cardoso 2012).

Watching the Soviet invasion of Afghanistan and the Iranian Revolution, the US felt it needed to look for new alliances in the Middle East. The Americans kept close relations with the Barre's Regime by sending military and economic aid to Somalia, which, however, did not prevent the African country from collapsing. Since the end of Scientific Socialism, the 1980s saw serious economic mismanagement and a lack of coherent strategies to truly unify the country, as armed and political opposition groups to the Regime were created. As Barre started favoring his own clan (Darod), the Majeerten organized themselves into the Somali Salvation Democratic Front (SSDF); the Isaaq clan formed the Somali National Movement (SNM); the Hawiye created the United Somali Congress (USC); and the Ogaden clans established the Somali Patriotic Movement (SPM). Hence, Siad Barre's regime lost its control over the population, as many oppositions and new leaderships were born in the 1980s (Ahmed 1999).

2.3 THE FALL OF BARRE'S GOVERNMENT AND SOMALIA'S CIVIL WAR

By the late 1980s, a great part of the population was living under critic situation, facing risks of malnutrition and starvation. Somalia saw itself getting into a Civil War, as armed groups fought against Barre's Government in many areas of the country: SMN in the north, SSDF in the northeast, USC in the center, and SPM in the south. This, associated with the end of the Cold War, weakened Siad Barre's regime and transformed Somalia into a warzone where militias fought over power and no one had the monopoly of the use of force (Cardoso 2012). In 1990, Siad Barre maintained control only over Mogadishu, the capital of the country. Thus, in 1991, seeing his eminent loss of power, he fled the city, marking the end of his regime. Instead of uniting to create a new government, the clans separately seized power over Mogadishu, and some organizations even split and formed new ones (Riggs 2003).

While the rest of the country was a stage for warlords' disputes, the Isaaq clan and the Somali National Movement declared the independence of the Republic of Somaliland in 1991, claiming the borders of the former British protectorate in northwestern Somalia. They created a democratic political system with two councils, one of elders and one of representatives, and a president (Ahmed 1999). With almost no international help, the government conducted local level peacemaking efforts to reduce clan disputes, and, even though it has maintained a light political stability throughout the years, the international community has not recognized the region of Somaliland as a sovereign country.

In 1991, the Hawiye clan's United Somali Congress split into two groups that

controlled different areas of Mogadishu under two important leaders: Ali Mahdi and Mohamed Farah Aidid. The first possessed the North whereas the second ruled the South, where the Port and the Airport were located. Siad Barre reorganized its forces under the name of Somali National Front to try to recover the control of Mogadishu, causing a six-month combat with artillery in the streets that threatened many civilian lives. In 1992, the United Nation organized a ceasefire in the capital and created the United Nations Operation in Somalia (UNOSOM), whose goal was to encourage peace talks and to provide aid and food distribution. Adding to the country's problems, a severe drought affected the Somalis, motivating many to flee for camps in neighboring states. In response, the UN and the US organized the United Nations International Task Force (UNITAF) to "restore hope" by supplying food and promoting talks between Ali Mahdi and Farah Aidid, but it did not promote disarmament operations. In 1993, the UNOSOM II substituted the UNITAF, with the promise of a stronger commitment to disarmament (Riggs 2003). General Aidid incited the population against the Blue Helmets, arguing that the operation was interfering in Somalia's domestic affairs. In the same year that the UN troops arrived, Aidid faced them in a confrontation known as the Battle of Mogadishu, which started with the "Black Hawk Down," when Aidid's militia shot down two American helicopters that were in a mission to capture the warlord's allies. Both Somalis and Americans died, and this event provoked the take-off of soldiers and Western aid with the complete end of UNOSOM II in 1995 (Cardoso 2012).

After the failure of the UN operations, regional states took the efforts of mediating Somalia's conflict under the slogan of "African solutions for African problems". In 1997, the Inter-Governmental Authority on Development (IGAD)[7] started working on economic issues and on promoting conflict resolution. Its goal was to create a Federal State with administrative regions, but it had little success (Riggs 2003). The idea of a Federal Government was supported by Majeerten Clan leaders, who declared the autonomy of Puntland, the northeastern region of Somalia, in 1998. Like Somaliland, the creation of Puntland represented a regional autonomist movement; however, they differed on their political goals: while Somaliland formed an independent state, Puntland leaders wanted to become a part of a great Federal Somali Government. Even though both regions experienced some economic and political stability during the first decade of 2000, they have faced each other over the control of territories, increasing tension in the North and discussion on what could be the best solution for Somalia (Sawe 2017).

In 2000, an international conference was held in Djibouti to set procedures for the creation of a federal Somali government, but it failed as some Somalis boycotted its resolutions. In addition, neither Somaliland nor Puntland had representatives in this meeting, weakening the resolutions' legitimacy. Another peace conference was held in Kenya from 2002 to 2004 to discuss a possible reconciliation, now with

7 The IGAD was first created as IGADD (Intergovernmental Authority for Drought and Development) in 1986 to diminish the effects of drought and desertification, as well as help with the development of the region. In 1996, composed by Djibouti, Ethiopia, Kenya, Somalia, Sudan and Uganda, the organization was renamed to IGAD and included security issues. Its mission is "to assist and complement the efforts of the Member States through increased cooperation to achieve food security and environmental protection; promotion and maintenance of peace and security and humanitarian affairs; and economic cooperation and integration" (IGAD 2018a).

the participation of Puntland and Somaliland (Riggs 2003). This meeting resulted in the creation of a Transitional Federal Government (TFG) to restore central governance in Somalia, forming a diverse Parliament, with 550 representatives distributed into clans, non-ethnic Somali groups, Somalis who fled the country, and Islamist organizations. This provisory government, which had elected Abdullahi Yusuf for president, had to function in Kenya for the first two years because of the insecurity and violence in Somalia (Hesse 2011).

A semblance of peace and stability hit the country, as Mogadishu reopened its seaport and airport, commerce was reborn, and some members of the Somalia Diaspora went back to the country. This stability was due not only to the TFG, but also to a new organization that controlled central and southern regions of Somalia, called the United Islamic Courts (UIC), whose members were mostly fundamentalist Islamists and Somali Nationalists. However, a new wave of conflicts in Somalia was born as the UIC clashed, over Mogadishu control, with the TFG and with Ethiopian forces that have been training the TFG's national military; the UIC called it a "holy war" against the Christian Ethiopians. Ethiopia – with direct US' military help – counterattacked invading Somalia and forcing the UIC out of power, arguing that the organization had links with al-Qaeda (Hesse 2011). As the UIC was defeated, it was divided between two major groups: the Alliance for the Re-liberation of Somalia and the al-Shabab. In 2007, concerned over Somalia's situation, the African Union sent a peacekeeping mission to the country called AMISOM (African Union Mission in Somalia) in order to guarantee the security of the Transitional Federal Government. Nonetheless, it ended up facing worse challenges in the following years, as the terrorist group al-Shabaab increased its power and control in the South of Somalia, threatening both troops and civilians' lives.

The Islamic fundamentalist group started its operations around 2003, and became world-known in 2008 when it openly declared its loyalty to al-Qaeda. In 2009, after the Ethiopian troops left Somalia, al-Shabaab took control of the capital Mogadishu and of strategic seaports in the South. Another factor that threatened Somalia's stability came from the sea, since the lack of a central government opened space for the exploitation of its waters by other countries. Some Somalis (and even al-Shabaab in 2010) got involved into the piracy practice, through which they started attacking and stealing ships to demand money for ransom, making the Gulf of Aden one of the world's most dangerous waters to navigate. In the political sphere, the TFG's leadership met in Djibouti for new elections in 2009. There, the Parliament voted for the extension of the transitional government for two more years, and Sharif Sheikh Ahmed became the new President (Cardoso 2012).

The TFG felt strong enough to initiate an offensive in Mogadishu on May 2009, which forced al-Shabaab out to the coast. According to Hansen (2013, 82), "the military situation in Mogadishu was turned into a bloody stalemate, not unlike the World War I trench battles." Even though al-Shabaab had been suffering significant financial and human losses, it still succeeded when AMISOM was not present. In 2011, AMISOM and the TFG launched a strong offensive against al-Shabaab, regaining control over districts of Mogadishu and other strategic southern areas. In addition, Kenyan troops joined the fight when they invaded Somalia to attack fundamentalist rebels accused of murders and kidnappings in Kenya. Following the cease of al-Shabaab's "golden age," Somalia set a formal Parliament reunion in Mogadishu

in 2012 to end the transitional period and establish a permanent government under Hassan Sheikh Mohammud's presidency. This was the first presidential elections held in the country since 1967, the starting year of the civil government, and it represented a new era for Somalia's politics (Hansen 2013). Unfortunately, the following years would show that political, economic, and military instability remained as obstacles to the creation of a strong central government of Somalia, an "almost state" that, in the last decade, has still been struggling for recognition from the international community.

3 STATEMENT OF THE ISSUE

When addressing the situation in post-Cold War Somalia, scholars and politicians often focus on single variables that intend to present holistic causal explanations for the alleged failure of the Somali state. Sometimes wrongly focusing on the role of the clannism and the indigenous political system (Cardoso 2012), on the political patronage of Siad Barre's government or on foreign interests in the Horn of Africa, these explanations fail to comprehend the whole framework of circumstances that have led the state to its current disintegration (Feldman and Slattery 2003). In fact, this effort to present single explanations was not only seen in discourses and in the academia, but also in every state-building effort applied so far (Menkhaus 2014).

Looking forward to presenting the situation in the most thorough approach possible, this section aims at providing possible sources of Somali state's instability both by the land and by the sea. Hence, it first contains an analysis of the state-building efforts made since the fall of the Barre's regime (3.1), a review of the role of some of the non-state armed groups that operate in the Horn of Africa (3.2), following a succinct take on the international interventions in Somalia (3.3), and a brief account of the harms done by contemporary piracy in the Gulf of Aden and Maritime Security in the region (3.4).

3.1 THE FEDERAL GOVERNMENT AND STATE-BUILDING EFFORTS

As of 2018, Somalia is characterized as the second most Fragile State of the World by the Fragile States Index[8] (Fund for Peace 2018) – until 2016, the country headed the ranking, overpassed by South Sudan only recently. Although this Index is remarkably arbitrary and may not portray the complexity of Somalia's case, it demonstrates the international view of the fragility of the Somali state. Indeed, from 1991 to 2012, no group exerting control of the Somali territory was able to garner external support for its regime, strengthening the internal secession of power and postponing the end of the Civil War.

8 Although the Fragile State Index faces a lot of criticism by the arbitrariness of its variables and its "self-fulfilling" aspect, it has validity as the representation of the international community views on the country. Nevertheless, for further reading on the discussion, see Hagmann and Hoehne (2009) and Verhoeven (2009), whose literature criticizes the forced implementation of Western values in Somalia's case.

3.1.1 CAUSES OF STATE FAILURES

Fragile states are one of the most recurring items of global concern in the post-Cold War agenda. The aftermath of the bipolar dispute left several countries with weakened state institutions, bringing up an international view that "failed states pose security threats to their citizens, to neighboring states, and to the international system" (Mantzikos 2011, 242). However, authors also stress the necessity of understanding the mosaic of intrinsic reasons for the fragility of these states (Ismail 2010).

Although "Fragile State" exists as a broad concept, it is possible to summarize the international view on it as the lack of capacity to perform basic state functions, where "capacities" encompass the "organizational, institutional and financial capacity to carry out basic functions" (OECD 2010, 15). As for the concept of "state collapse", Rotberg (2003) affirms that it happens when there is a total lack of authority, whereas the power is solely disputed by force. Therefore, the author argues that a collapsed state is an extreme version of the state failure, being the Somali case the best example of the evolution from a failed (still in the Barre's Government) to a collapsed state (in the aftermath of its regime) (Rotberg 2003; Menkhaus 2015).

Addressing the reason why this phenomenon happens, it is imperative to distinguish between non-human – or structural factors – and human factors (Mantzikos 2011). Structural factors are those caused by the environment and by accidental aspects. The major example is the Haitian crises, which was the outcome of the series of earthquakes and tropical storms that struck the country in the 2010s (Rotberg 2003). The destruction of the country's capital city, Port-au-Prince, and of most of its infrastructure made it impossible for the remaining institutions to fulfill their basic functions, leading to a failed state situation (Rotberg 2003; Fund for Peace 2018).

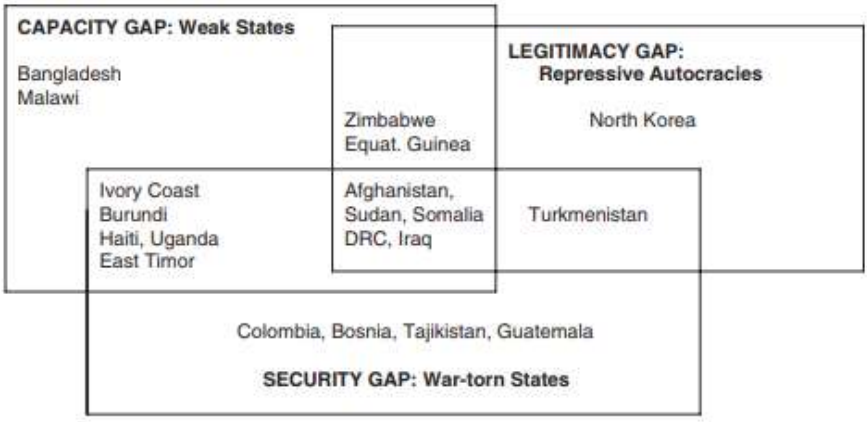
Rotberg (2003) and Mantzikos (2011), nevertheless, argue this is not the case for Somalia's collapse. They note the droughts experienced by Somalia in the 1970s and in the 1990s played their role by destabilizing the country's institutions, but that the "human agency is to blame" (Mantzikos 2011, 10). Rotberg differentiates between three aspects of human factors: (i) the ones caused by external actors, influencing the stability of the state; (ii) the ones that are inherent to the structure of the society, like "ethnic division, religious clashes, social antagonism, and regionalism" (Mantzikos 2011, 10); and (iii) the ones caused by the state itself, such as the role of authoritarian leaders, the presence of warlords and the ruling elites (Menkhaus 2014).

In Somalia's case, the four aspects presented above existed even prior to the ousting of Siad Barre. The drought caused famine and a great amount of internally displaced people (Dua and Menkhaus 2012); colonial powers influenced in the model of government implemented by the military regime (Cardoso 2012); the disparities between the South, rich in resources, and the North, altogether with clan dissents, created an unstable civil society (Menkhaus 2015; Andersen, Moller, and Stepputat 2007); and the dictatorship of Siad Barre, his clientelist politics, and the increasing numbers of Somali warlords – erupting especially in the South of the country, where the elders could not manage their clans' members – also helped the country to collapse (Lewis 2008).

Charles T. Call (2010) advances this distinction and creates a conceptual alternative. He claims there is not a universal concept of a "Fragile State", suggesting another possibility: a distinction by "gaps". The author divides states then considered

fragile in three categories (or *gaps*): the (i) capacity, (ii) security, and (iii) legitimacy gaps. To have a (i) *capacity gap* means to be "incapable of delivering minimal public goods and services" (Call 2010, 306) to its citizens. As for the (ii) *security gap*, it exists when a state does not have the power to provide its population with minimal levels of security. This fragile state cannot protect its nationals from organized armed groups. At last, the (iii) *legitimacy gap* can be divided into two different categories: *internal* and *external* sources of instability. Countries that face internal legitimacy gaps often have political elites that reject the law and the rules imposed by the government, even creating different political entities; as regards to countries that face external legitimacy gaps, Call affirms it happens when the international community does not recognize the borders or the regime of said country, interacting with different political entities or delegitimizing it on international *fora*.

IMAGE 3: "FAILED STATES" SORTED BY GAPS.



Source: Charles T. Call (2010, 310)

Call furthers the debate when he affirms the only reason to distinguish between "highly function states" and "fragile states" is to examine and propose better and more adapted state-building measures. He deeply criticizes the manner in which the international community has used the concept, justifying state aggression, embargos, and international interventions. For the author, these three gaps do not coincide in every country and thus the international response for every situation must be different. He calls attention to the Somali case: in the center of the three gaps proposed, Somalia is an example of how the international community's alleged recognition of it as a fragile state helped to deteriorate state stability (Call 2010).

3.1.2 BEGINNING OF THE SOMALI STATE COLLAPSE

As stated in the previous section, the fall of the Barre's government originated several crises in the Somali territory. Still, the instability of the Somali state is prior to the 1991 ousting, dating back to the Ogaden War (Rotberg 2003). Cardoso (2012) argues the defeat to Ethiopia, a traditional enemy, the change of the strategic alliance from the USSR to the United States, the loss of Ogaden territory and, above all, the dismantling of the idea of a "Greater Somalia" delegitimized the government and initiated the process of state collapse. Besides, Ismail (2010) argues the clannism resurfaced in the core of the Somali state with the Ogaden loss.

In its beginning, Barre's government succeeded in keeping its society cohesive. Implementing developmental and clientelist policies altogether, he managed to overcome clan dissents and created a minimally homogeneous basis for his regime. This scenario was largely due to Barre's own policy of political patronage, which attracted certain tribes and clans' leaders into the government body (Lewis 2008; Ismail 2010; Menkhaus 2002) whereas others, notably the Majerteen, were marginalized in the society. With the onset of his decline, once controlled clans began their process of strengthening and pursuing autonomy and political power. This resulted in more delegitimization of state's institutions (Menkhaus 2007). Siad Barre began a series of hard measures aiming at retaking control over the clans, which positively affected the tribes of the southern region, notably the Darod (of which Barre was part), and inflicted negatively on the opposing clans, especially the Majerteen, but also on other great clans, such as the Hawiye and the Isaq, located respectively in the capital and in the north of the country. In addition, dissident military groups also threatened the regime (Lewis 2008; Cardoso 2012). Therefore, in 1991, Somali society was already fragmented, and the state apparatus was in the process of collapsing.

Nevertheless, Somali institutions would still face three major challenges in the 1990s, each one of them weakening state institutions in its own way: a diaspora of about one-fifth of the population in 1991/92, the majority of them forcefully displaced people – most from persecuted clans and other taking refuge of the civil war (Dua and Menkhaus 2012) –; severe drought and famine, hitting especially the South of the country and the land that once was owned by the Majerteen, killing hundreds of thousands people (Ahmed 1999); and the insurgence of two new political entities within its territory (Menkhaus 2014), Somaliland and Puntland.

3.1.3 POLITICAL ENTITIES WITHIN SOMALIA

Whereas clans battled for the control of the state and many warlords began fighting for authority over Mogadishu, the Somali National Movement quickly expanded its control over the northwest of Somalia and declared the independence of the *Republic of Somaliland* in 1991. The first two years (1991-1993) of the interim period witnessed a profound political fragmentation within Somaliland, as the Isaaq tried to bargain with clans' elites and began their own process of state-building (Baltashar 2014). Yet, it was in 1993 that Somaliland's then-president, Muhammad Haji Ibrahim Egal, effectively started the construction of a different political entity inside of the internationally recognized Somali territory. After the 1993 Grand Boroma Conference on National Reconciliation of Somalia, Egal prioritized tax reforms, the

creation of a Somaliland's currency and organized a militia – the Somaliland's army. In the following years, internal dissents emerged in the core of Egal's government, and heavy fighting devastated his land; nevertheless, he came forth as a strong leader for the autonomous region (Baltashar 2014; Menkhaus 2014).

In 2001, ten years after the SNM's initial movement for independence, Egal pushed for a Somaliland's constitution. Altogether with the constitutional referendum, the president bound the vote for the constitution with the status of Somaliland as an independent state: thereby, 97,9% of the voters assured their will to remain independent (Baltashar 2014). Now with a constitution of its own, a national army[9], and a national currency, Somaliland began the run for its international recognition.

Somaliland's neighbor in the northeast of Somalia, the region of Puntland has also declared itself as a distinct political entity within the Somali territory. Differently from Somaliland, the *Puntland State of Somalia* representatives claim they do not wish to become a different and internationally recognized state, but rather to be an autonomous region inside of a federal State of Somalia (BBC 2018b). Ruled by the Majerteen, it was in 1998 (seven years later of Somaliland's declaration of independence) that the Somali Salvation Democratic Front (SSDF) managed to overcome political dissents and to contain religious fundamentalism in the region to proclaim its autonomy (Puntland 2018). Ever since, national and international sponsored conferences happened to create a dialogue between Somalia and Puntland governments, especially in most recent years. With the ending of the TFG and the instauration of the FGS, in 2013, Puntland signed an agreement with Somalia's then-president Hassan Sheikh Mohamud asserting the autonomous region intentions. However, Puntland former president Mohamud Farole affirmed that Sheikh Mohamud did not follow his end of the agreement, mostly in the choice of Ministers for his cabinet, breaking off the relationship with the FGS (Balthasar 2014). Ever since, the Federal Government's relation with Mohamud has been unstable and unpredictable.

Not recognized by any country, Puntland also carried out its process of state-building without international intervention. Being an arid region with almost no exploration of natural resources[10], the region very much depends on the Boosaasso port, and on the production of livestock and fishery (BBC 2018b), also having a small army of three thousand men and a Maritime Police Force of one thousand soldiers (International Institute for Strategic Studies 2018). This led to an increased number of piracy activities in its territory, draining its resources and creating difficulties to the establishment of the government. Now, Puntland is at the center of the piracy on the coast of Somalia (Dua and Menkhaus 2012). In 2012, an international naval operation confronted the menace, leading up to a reduction of the threat (BBC 2018b).

None of the regions has been recognized by the international community. Menkhaus (2015) affirms such situations happened for different reasons: while Somaliland's claim for independence cannot be recognized as not to encourage other

9 The International Institute for Strategic Studies (2018) shows that, in 2018, Somaliland's army reached the numbers of 12,500 men, while Somalia's own army counts on 19,800 soldiers. The major differences between both government's forces lay at the status of their apparatus: FGS's equipment is modern and continuously renewed, while Somaliland's equipment is mostly "in poor repair or inoperable" (IISS 2018, 484).

10 The World Bank, in 1991, affirmed that the North of Somalia was one of the only regions of the world capable of having potential untapped petroleum; so far, the situation in the country discouraged private investments in the sector (Puntland 2018).

Somali regions to separate from the state of Somalia and *de facto* collapse the state, Puntland has not been recognized as a way to give more legitimacy to the FGS (and, before that, to the TFG) and to reduce the threat of ethnic cleansing. Some authors defend that the recognition of the autonomy of Puntland may lead to rise of clannism and even to a state of "Clannustans"[11], in which Somali clans would all claim secession of part of the territory (Menkhaus 2007).

3.1.4 THE FEDERAL GOVERNMENT OF SOMALIA (2012)

The creation of the Somali Transitional Federal Government, in 2004, led to a heavy number of aid and investments being made in the construction of the Somali state. With the help of Ethiopian, regional and international armies, altogether with the Kenyan intervention that caused the al-Shabab's retreat in the early 2010s, Somalia's institutions began to strengthen (Menkhaus 2014). In 2012, eight years after the proclamation of the Transitional Period, the first Somali formal parliament after the ousting of Siad Barre took place, leading up to the first presidential election of Somalia since 1967 (BBC 2018a). In the following years, several foreign establishments recognized the FGS as the official body of government in Somalia, reopening Embassies and thus creating an environment of rising legitimacy and credibility for president-elected Hassan Sheikh Mohamud. It was expected that the installation of an official parliament and presidency would result in a more stable society, lowering the influence of clannism in national politics and reducing the al-Shabaab menace (Menkhaus 2014).

In spite of that, no major changes have been seen in national stability since 2012. While the region of Puntland has been successful in the ongoing fight against piracy in the northeast of the territory and Somaliland is praised by its state-building measures, the Federal Government has not been prosperous in its pacification of the country. The capital, Mogadishu, has suffered from the control of several clans and armed groups, whose reaches overpass that of the Somali state (Menkhaus 2015). Police Forces in the major cities are almost non-existent, giving rise to violence and criminality. State institutions fail to provide basic functions to the society, forcing the population to hire protection from militias and to buy medicine and other goods from the rising black market (Menkhaus 2014; id. 2015).

The FGS currently faces three major challenges in enforcing state-building measures, every one of them affecting one or more of the gaps proposed by Call (2010). One non-human factor that influences the rule of the state of Somalia is the drought and the consequential famine that erupted in the early 2010s and is still lasting (BBC 2018a). The incapacity of the FGS to deal with the absence of reliable sources of food weakens state's institutions. The other two challenges are the inability of the security forces to protect Somali civilians from armed groups, giving rise to clan militias and clan-based conflicts, and the major fight against al-Shabaab and other insurgent groups (International Crisis Group 2018). Even though the Federal

11 In fact, several other regional political entities have claimed autonomy or independence of the TFG and the FGS. Especially in Jubbaland and Benadir (the greater Mogadishu region), clans that overcome local policy enforcement and take control of the cities often raise the claim for independence. Nevertheless, Somaliland and Puntland are the ones with more capabilities and functional institutions, whereas the others only exercised authority in a limited numbers of cities (Menkhaus 2007).

Government has been successful in driving al-Shabaab out from the control of the major cities due to AMISOM's support, several bomb and armed attacks on public spaces are resulting in the killing of thousands of Somalis (BBC 2018a; International Crisis Group 2018; Menkhaus 2015). These three challenges affect the strength of Somali institutions and weaken national and international state-building efforts (Menkhaus 2015).

The process of Somaliland's state-building contrasts with the Somali. While, in the aftermath of Barre's ousting, Somalia went through international interventions, such as UNOSOM, UNITAF and the most recent AMISOM, Somaliland's process was endogenous (Baltashar 2014). Combining traditional authorities and institutions, bargaining with political elites, and having a strong leader, Somaliland managed to keep the international community uninvolved. Whereas the construction of the Somali state was mostly an elite-driven process, showing heavily undemocratic traits, Egal's government managed to sponsor bottom-up initiatives. This combination of customary and modern institutions is often recognized as the main reason why Somaliland did not follow the track of Somalia's state-building efforts (OECD 2010).

Menkhaus (2007; id. 2014; id. 2015) argues that, even though Somalia suffered from a series of top-down attempts which failed at stabilizing the state, internally it could be considered at the forefront of a new form of social organization. In consonance with Andersen, Moller and Stepputat (2007) affirm that Somalia can be portrayed as a case where local communities seem to be changing the face of the struggle, ending the vicious circle of conflicts. This "governance without government" suggested by Menkhaus was only possible because of the absence of an organ of effective control in Somali society. At the same time Menkhaus often criticizes the role of the FGS in recent years, claiming that it is not capable of garnishing protection to its civilians or of making itself present in the whole territory, he also acknowledges that there is an alternative organization coming out of the alliance between several sectors of the society. In opposition to the top-down initiatives suggested for the state of Somalia, which faced clans' heterogeneity, these bottom-up initiatives that have been happening within municipalities and local communities cannot be undermined. It is thus possible to draw a line between Somaliland's state-building initiatives in the late 1990s and the role of municipalities in 2010s Somalia: both seem to overpass clannism and suggest that it is possible to create a stable state from within Somalia's collapsed society, avoiding international involvement (Menkhaus 2014; Baltashar 2014). In contrast, some international observers do not see the possibility of constructing a stable Somali state without the international community's assistance (International Crisis Group 2018; Dua and Menkhaus 2012).

In 2017, Somalia held new presidential elections. Twenty candidates ran for the presidency in a parliamentary election, as only members of the Senate and of the Parliament voted. In the run-off, the former-Prime Minister Mohamed Abdullahi "Farmaajo" Mohamed[12] won with more than 65% of the votes, defeating the then-

12 Farmaajo's party, the "Tayo" (Quality), was established in 2012. It was given the name "Quality" because of the high rates of approval received by the current President as he was Prime Minister in 2011 and 2012. In its core principles, the Tayo Party claims to defend nationalism, the integrity of Somalia's territory, the free market system and the equality between men and women, among other minorities (BBC 2018a; International Crisis Group 2018).

-president Hassan Sheikh Mohamud (BBC 2018a). The nomination of Farmaajo was well-received by the international community, as he is known as a nationalist with a strong campaign against al-Shabaab militias. Internally, Abdullahi Mohamed, who is from the Darod clan, was welcomed by the population also for changing the rule of the Hawiye candidates, which were in power since the installation of the Transitional Federal Government (Daily Nation 2017).

Although Farmaajo still holds a high approval rating among Somali citizens, very little advance has been seen since he took office. Al-Shabaab has threatened anyone collaborating with the President, diminishing his capacity of stabilizing the country (BBC 2018a). At the same time, his government is still incapable of reaching cities dominated by clan dissents and ruled by non-state armed actors, prompting more difficulties in state-building measures (International Crisis Group 2018).

3.2 NON-STATE ARMED GROUPS IN THE HORN OF AFRICA

As stated in the previous section, part of the Somali territory is not controlled by the FGS. Even though clans have always claimed control of certain regions of the African country and, in this sense, provided protection and food for their members (Ahmed 1999), since the end of the military regime the situation has escalated (Menkhaus 2014). After the collapse of the state, clans have filled the vacuum left by Siad Barre's government and created institutions that fulfilled the role of a central authority for the country's citizens (Solomon 2015). Some of these clans evolved to a certain point in which they did not only claim control over their controlled region, but also tried to overcome the government set in Mogadishu and, by the use of force, to set their dominance in the whole Somali territory (Hesse 2011).

Although the beginning of the operation of these actors is set even before Siad Barre's overthrow, it was in the late 1990's, when warlords were losing authority in the South of the country, that their major operations began (Solomon 2015; Menkhaus 2015). Whilst the North was controlled by a limited number of clans, in the South multiple warlords were involved in a confrontation for land control. This resulted in a lack of support given to clan members, reducing warlords' popularity and eventually leading up to the emergence of an alternative: the Sharia Courts (Solomon 2015). With Mogadishu divided among violent groups, these Courts emerged implementing Islamic justice within the capital's borders. Each one of the courts was then structured on a clan basis and operated independently, providing a sentiment of safety that was long not seen in the city (Hanses 2013).

From the onset of the United Islamic Courts decline, in the 2006 clash between the UIC and TFG's forces backed by the Ethiopian army, the international community witnessed the emergence of the *Harakat al-Shabaab al-Mujahideen,* or "the Movement of the Striving Youth". Created in 2005 within the Sharia Courts, al--Shabaab overpassed the clan-structured barriers of the Courts, gathering members from all the Somali clans. In 2007, its leaders declared it independent from the UIC, raising regional and international concerns that, in the following years, Mogadishu would be under control of the Jihadist group (Solomon 2015). This worry was increased in 2012, when al-Shabaab's then-leader, Ahmed Abdi Godane, officially declared allegiance to Al-Qaeda (Hanses 2013). From this moment on, al-Shabaab has claimed that it will keep fighting until the Sharia Law is implemented in Somalia and in the whole continent, thus asserting its jihadists roots (Menkhaus 2015; Hanses 2013).

The radical group's members come from several places and due to several reasons. While most of them are Somalis from distinct clans claiming the defense of the Sharia and of the instauration of an Islamic State, its membership ranges from western countries' citizens who are jihadist's affiliates, or even non-jihad Somalis whose motivations are the defense of Somalia's nation against international invaders (Solomon 2015). In fact, Menkhaus (2014) affirms that, in the history of Somalia, Islamic fundamentalism coincides with periods of foreign invasion and with the fear of international intervention.

Even though al-Shabaab is a multi-clan organization, its operations work within clan structures. As noted by Solomon (2015), every political actor that operated in the African country ignoring or trying to overcome the clans' arrangement tended to fail. The Islamic activism observed in Somalia, mostly al-Shabaab and the Sharia Courts, only worked when organized inside of this logic. The group experienced, after its affiliation to Al-Qaeda, a different form of organization, which planned to work through Somali clans and bring in some of Al-Qaeda's leaders to occupy leadership's ranks inside al-Shabaab; after its failure, at the start of the 2010's, al-Shabaab came back to its clannism-based structure, raising its popularity in Somalia once again (Menkhaus 2014; Solomon 2015).

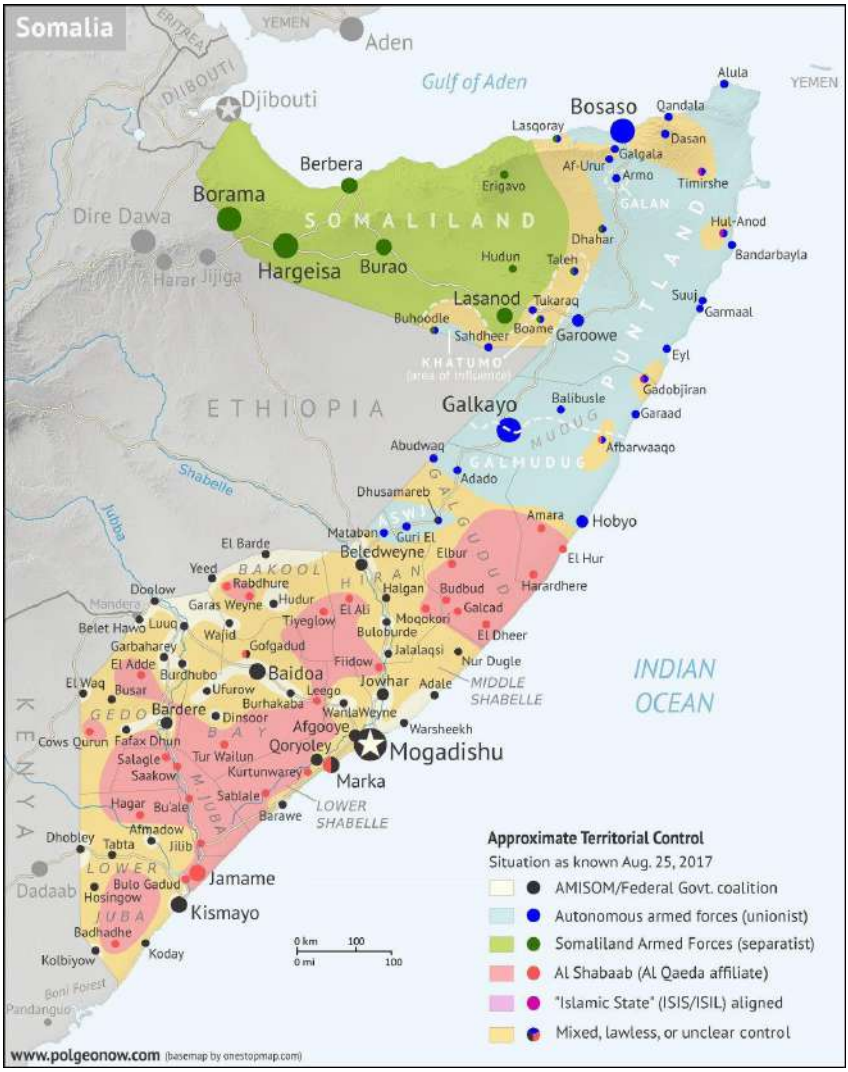
Aside from the territorial control exerted by them, the jihadist group also operates within the FGS's structure. Exploiting the weakness of the central government, which is in its early years of formation, al-Shabaab managed to corrupt parliamentarians and the Somali army, often diverting shipments of arms and aids from Somalia's state to its own hands (Menkhaus 2015). After the installation of the FGS in 2012, state corruption has continuously diminished, and so the fundamentalist group had to adapt to change its ways to generate funds: alongside with the diverting of aid, al-Shabaab is enforcing "tax revenues" in its control zones and receiving between 20 to 50 percent of the ransom money gathered by pirates in the Gulf of Aden (Solomon 2015). After 2012, they extended their operations to other countries in the Horn of Africa, carrying out bomb attacks in retaliation to the help provided by the Kenyan army to the FGS for instance. These attacks resulted in the killing of thousands, alongside the expansion of their economic activities to Kenya, kidnapping in Kenyan soil (Solomon 2015; BBC 2018a).

In recent years, al-Shabaab has suffered losses. Altogether with AMISOM, the FGS has won in some major cities. The non-state armed group almost does not exert control over Mogadishu anymore, having lost the control of the Kismayo Port in 2012, and is continuously being expelled from the South of the country (BBC 2018a). Two of their former leaders, Godane and Mukhtar Abu Zubevr, were killed by a United States' operation in 2014, which weakened the group's stability and even threatened to create factions inside of the Harakat (Solomon 2015).

Its operations, however, never ceased to exist. As it was being expelled from the major cities, the group repeatedly attacked the population, killing hundreds per incident. In 2017, two trucks exploded in Mogadishu, killing 350 people in a zone considered safe (BBC 2018a). As for the territorial control, al-Shabaab still dominates most of Somali rural areas. Creating and dominating roads and infrastructure, the group has the ability to control the delivery of aid to the FGS, creating roadblocks or diverting shipments (Hanses 2013). This characteristic was evidenced in the droughts that happened in 2012-forward, where the fundamentalists blocked the delivery of humanitarian relief to Somali people (BBC 2018a). As for the fight against AMISOM forces, the Islamic group is steadily moving some of its operations to the

Northern region of the country. This move, initiated in 2010, aims at enforcing al--Shabaab alliance with other Al-Qaeda branch, the "Al-Qaeda in the Arabian Peninsula" (AQAP), which operates mostly in Yemen (Bryden 2014).

IMAGE 4: TERRITORIAL CONTROL BY POLITICAL ACTORS (AUGUST 2017)[13]



Source: Political Geography Now (2018).

13 For a more detailed timeline and follow up of the territorial control gains made by the political actors in Somalia's territory, see Political Geography Now (2018).

After the election of Farmaajo in 2017, al-Shabaab declared it would target anyone that could be collaborating with the president-elect. Farmaajo had a campaign mostly based on the strengthening of the fight against the jihadist group, also defending civil rights and promoting equality between men and women. So far, the Somali president has faced multiple attacks in its controlled territory (BBC 2018a), not being able to defy the group as promised (Daily Nation 2017; International Crisis Group 2018).

Alongside clans' warlords, Puntland and Somaliland's militias, and the Harakat al-Shabaab, there are other non-state armed actors that also operate in Somalia and in the Horn of Africa. Williams (2015) points out that, although smaller and with a more limited range of actions, three other organizations have an important role in Somalia's politics. The "*Ahlu Sunna wa'al Jamaa*" (ASWJ), or "Adherents to the Sunnah and the Community", is a paramilitary group which has been fighting al-Shabaab since 2008. Supported by the Ethiopian army, the ASWJ defends the Sunni traditions and is considered a moderated Islamist militia. They fight mostly to prevent Al-Qaeda branches to impose the Sharia Law in strict manners, also being composed in a multi-clan structure. With a five thousand men army, ASWJ operates not only in Somalia, but in the Horn of Africa as a whole (Williams 2011; Menkhaus 2015).

Now with ceased activities, the "*Hizbul Islam*" or "Islamic Party" also used to operate in Somali territory. Created in 2009, the group fought against the TFG and for the implementation of the Sharia Law. Operating in the south of the country, it held control of part of the Kismayo region and of areas near Mogadishu. After a brief period of a merger with al-Shabaab, from 2010 to 2012, the Party announced its independence, also stating it would no longer fight the central government and welcoming the installation of the FGS. In the following year, 2013, it renounced the use of violence and, in 2014, it ceased its existence as Hizbul Islam, now being a political party called "*Istiqlal*" (Williams 2011; Menkhaus 2015).

Lastly, another political actor that holds territorial control in Somali territory is the "*Abnaa ul-Calipha*" or the "Islamic State in Somalia" (ISS). Affiliated to the "Islamic State of Iraq and the Levant" (ISIL or ISIS), the group only managed to exert control on small parts of the Somali territory. Operating in the mountains of Puntland, the ISS seldom claimed responsibility for attacks in the southern areas of the country. With no more than one thousand fighters, the group often fights against al-Shabaab, which considers the ISS and the ISIL a threat to the Islamist group's activities (Williams 2011; Warner and Weiss 2017).

3.3 INTERNATIONAL INTERVENTIONS IN SOMALI TERRITORY

Throughout history, foreign interventions in domestic affairs, which were held for numerous reasons and with distinct motivations, have not been rare. However, in 1945, the new legal framework of the United Nations marked the emergence and the expansion of what is now known as humanitarian intervention. These efforts are characterized by the use of force from foreign actors in a different national territory in order to prevent human rights violations or to tackle perceived threats to international security. In addition, different measures, such as economic and diplomatic sanctions, can be categorized among possible interventions, even though

they do not employ the use of force as its mean. As the UN's main body regarding international security, the United Nations Security Council (UNSC) upholds the right to authorize these interventions when it deems necessary, establishing, for instance, peacekeeping missions or approving bilateral actions. The post-Cold War period marked, with the support of regional organizations, a new era for these interventions, which expanded in their scope and frequency, and were justified under humanitarian purposes. While national interests cannot be underemphasized and sincere humanitarian motives might be questionable, it is no doubt that this new period placed UN's peacekeeping missions among one of the most important forces to international security in the XXI century (Keohane 2003).

As the situation in Somalia became more concerning, it sparked different international interventions which sought to reduce conflict and to restore stability. Through multilateral interventions and bilateral efforts, many countries and organizations tried to solve the Somali issue. As Morangio (2012) affirms, these attempts can be divided into four different categories, defined by the challenges each one intends to solve: (i) interventions that aim to reduce internal conflict by restoring peace and mediating resolutions; (ii) counter-piracy measures; (iii) anti-terrorist efforts; and, finally, (iv) actions which seek to encourage development and to minimize humanitarian crises. In this sense, the two United Nations Missions (UNOSOM I and II), established in the 1990s, along with the US-led UNITAF mission and the current African Union Mission to Somalia (AMISOM), constitute the main multilateral initiative that have been established in the country. Additionally, the Intergovernmental Authority on Development (IGAD) and a few bilateral interventions can be mentioned, such as the Kenyan, Ethiopian and Eritrean efforts, whose goals were to tackle issues that spilled over their respective national borders (Morangio 2012).

Nonetheless, international interventions not always fully meet their goals. Even if many of them can be considered successful in achieving short term objectives, such as containing violence and providing humanitarian aid, the great challenge lays on addressing long term issues, which usually embrace post-conflict state-building and maintenance of peace. The two United Nations Missions to Somalia are a great example of that, both being considered some of the most remarkable examples of international failures in interstate intervention. While UNOSOM I, established in 1992, strictly held humanitarian goals and was successful in shipping international aid and in bringing humanitarian relief, the US-led UNITAF mission – which later became UNOSOM II – failed to bring peace, engulfing itself in local conflict and escalating divisions among Somali clans and warlords. When these interventions contributed to the maintenance of the unstable status quo by taking sides and hunting local warlords, peace prospects were pushed further away because they were unsuccessful in gathering support from the local population, which saw the interveners as illegitimate forces (Gizelis and Kosek 2005).

Peacebuilding in Somalia was, and still is, a very difficult process: the high complexity of both the Somali social organization and the conflict itself hampered international efforts, which failed to adapt themselves to the national conditions while addressing insecurity. Facing all the difficulties and the United States' progressive disengagement in the crisis, UNOSOM II fled Somalia in 1995, marking the end of UN's direct efforts regarding the Somali situation. Since then, peace efforts have been mostly led by regional powers and organizations, such as the IGAD and

the African Union. The IGAD, which was first created to face famine and drought in the Horn of Africa, enlarged its scope and, with the UN's support, began to directly act in the peace efforts in Somalia, leading to an approach that aimed at coexistence between warlords and at the creation of a federal Somali state with regional administrations. These attempts were of decisive responsibility for many peace conferences that led to the creation of both the Transitional National Government (TNG), in 2000, and the Transitional Federal Government, in 2004. Although these efforts were neither able to completely bring peace nor to truly strengthen the new Somali government, they represented the emergence of new a regional approach to the situation in the country (Mulugeta 2010).

Besides IGAD's peace attempts, the regional efforts were then strengthened by the African Union, which established the African Union Mission to Somalia (AMISOM) in 2007. AMISOM can be placed in a context of expansion of the African peace and security architecture, a structure that was shaped when the former Organization for the African Unity was replaced by the African Union (AU) in 2002. This structure reflects the AU's commitment on not only supporting African development but also on promoting stability and on solving conflicts regionally through African solutions. Composed by a Peace and Security Council (AUPSC) and other agencies, this architecture enhanced the AU's security approach and opened the possibility of the deployment of African peacekeeping missions in humanitarian crises across the continent, such as AMISOM (Vines 2013).

After its deployment, the forces of AMISOM then became the main responsible for the country's and the TFG's security, protecting the international and domestic efforts that were seeking to establish the institutions of the new Somali government. The mission, which initially only held the responsibility of ensuring the security of the new government, enlarged and had its mandate extended when it faced the complexity of the Somali conflict: its military operations went from a contingent of 1,500 troops to a military force constituted of 22,000 soldiers, most of them originated from neighbor states[14] (Williams 2016). Bearing that in mind,

> [...] AMISOM morphed from a VIP-protection operation – guarding the institutions of the Transitional Federal Government (TFG) and later conducting urban warfare against Al-Shabaab – into a broader counter-insurgency and stabilization campaign conducted across vast swathes of countryside and many urban settlements (Williams 2016, 40).

Besides that, since its emergence, the terrorist group al-Shabaab became AMISOM's greatest threat, a fact that lead to the adoption of counter-terrorism operations. Even though they were not capable of completely wiping out the group, they were actually successful in mitigating its actions in southern Somalia and pushing it out of Mogadishu. After more than a decade, AMISOM has indeed been capable of getting closer to a possible peace resolution; however, there still are many challenges to be faced by the African Union Mission. Apart from financial and logistical issues,

14 Currently, the military contingent of AMISOM is composed by military forces from five different countries: Uganda, Burundi, Djibouti, Kenya and Ethiopia. After joining AMISOM, these countries, mostly Kenya and Uganda, have suffered several attacks from al-Shabaab in retaliation (African Union 2018).

the intervention still needs to work on strengthening the Federal Government and the Somali National Army (SNA), AMISOM's most important partner. While the mission cannot withdraw from Somalia without the creation and the consolidation of proper local forces, the steps on achieving such goals have been advancing, yet slowly (Williams 2016).

Finally, the crisis in Somalia has been marked by a few interventions conducted by regional forces that sought to mitigate the situation and to hamper the expansion of insecurity forces into their own territories. In 2006, in the middle of a background of accusations that Ethiopia was interfering in Somali domestic affairs and that, on the other hand, the UIC was seeking the destabilization of the Ethiopian state, the latter directly acted in Somalia. The Ethiopian deployment of an armed intervention into Somalia was carried under two legally dubious justifications: self-defense purposes and the invitation from the TFG to intervene in the country (Allo 2009). This intervention was extremely violent, and the withdrawal of Ethiopian forces, in 2008, permitted the TFG's establishment in Mogadishu and resulted in the almost complete defeat of the UIC. This new context, however, later led to the emergence of an even more extremist group known as al-Shabaab and to the worsening of the humanitarian crisis. Lastly, Ethiopian intervention in Somalia was strictly related to the historical roots of their relations, which were marked by rivalry and hostility; whereas a strong Somali state would endanger Ethiopia's position in the region, the perpetuation of insecurity in Somalia also directly impacts Ethiopian borders (Møller 2009).

Apart from these actions, other regional countries like Eritrea and Kenya have taken measures in Somalia. While the first, embedded in its regional rivalry with Ethiopia, has been accused of sponsoring Islamic militants in order to mitigate its rival's position, the second has intervened in the fight against terrorist cells in the southern regions of Somalia, an action that placed the country among al-Shabaab targets (Møller 2009). Altogether, the interventions discussed in the present section demonstrate how international efforts aiming at peace in Somalia were, and still are, very present; the international community is therefore engaged in the discussion of building the Somali state. Nonetheless, peace prospects are not near, and many steps must be taken in order to truly establish stability in the African country.

3.4 MARITIME SECURITY AND PIRACY IN THE GULF OF ADEN

In order to better understand the situation in Somalia, one must also analyze the security threats that arise from the waters bordering its territory. Standing at the easternmost point of continental Africa, Somalia is surrounded by the waters of the Indian Ocean and, more precisely, by the Gulf of Aden in its northern regions. Initially, an understanding of maritime dynamics in the region must precede a conceptualization of maritime security, which is

> the freedom from or absence of those acts which could negatively impact on the natural integrity and resilience of any navigable waterway or undermine the safety of persons, infrastructure, cargo, vessels and other conveyances legitimately existing in, conducting lawful transactions on, or transiting through territorial and international waterways (Onuoha 2009, 32).

As a result, threats to maritime security are essentially those capable of endangering the security of one who is passing through or present on any maritime domain. Two of the most sensitive questions regarding these threats in the region are discussed in the present section: the possibilities of militarization in the Gulf of Aden due to regional tensions, such as the Yemeni Civil War, and the activity of pirates off the Somali coast.

3.4.1 THE GULF OF ADEN

Located in the Arabian Sea, the Gulf of Aden stands between Yemen, in the south of the Arabian Peninsula, and Somalia and Djibouti, in the Horn of Africa. Through the Bab-el-Mandeb strait, the Gulf of Aden connects the Indian Ocean to the Red Sea, which, in addition, completes the route to the Mediterranean Sea across the Suez Canal. This geographic location is the main source of its strategic relevance in both global security and trade; the path that traverses the Gulf of Aden is the shortest waterway between Europe, the Middle East and the emerging markets of Asia – accounting for nearly 14% of all global trade. It is, therefore, one of the most important maritime arteries in the world (Lewis 2015). Furthermore, it is important to address the specific importance of the Bab-el-Mandeb Strait, a passage which carries all the features that constitute the strategic relevance of the Gulf of Aden. It is the boundary between the Red Sea and the Gulf of Aden, separating both continents by a distance of 35 kilometers, and it is also bordered by Yemen, on the Arabian Peninsula, and by Djibouti and Eritrea, in Africa. In addition, the Red Sea provides the only sea outlet for many countries in the region, such as Jordan, Eritrea, Sudan and Djibouti, accentuating Bab-el-Mandeb's relevance to those mentioned countries (Lewis 2015; Al-Yadoomi 1991).

IMAGE 5: THE GULF OF ADEN



Source: On the World Map (2018).

Giving the Gulf of Aden's significance in global trade, it is important to outline the position in which it stands within the international oil distribution, considered one of the most critical navigations worldwide. The world's economy heavily relies on oil, mainly as a source of energy, but also as a raw material in the production of a variety of goods. In general, 90% of all global trade is shipped across the oceans, and oil accounts for 37% of its total tonnage; likewise, two-thirds of all the petroleum produced globally is transported throughout maritime routes. For this reason, securing the safety of oceanic lines is essential to the world economy, and the Gulf of Aden is one of the focal points of this global trade: 4.8 million barrels of oil cross the strait of Bab-el-Mandeb daily, most of it coming from the oil-producing countries in the Persian Gulf (Komiss and Huntzinger 2011; Rodrigue 2004; EIA 2017). For this reason, the routes across the Gulf of Aden can also be understood under the concept of Sea Lines of Communication (SLOCs): maritime courses that stand at the center of global trade and host heavy volumes of traffic, holding special geopolitical value. Maintaining the security of these lines is crucial for global economy and of special importance to naval powers (Khalid 2012).

Additionally, the situation in the Bab-el-Mandeb Strait is of particular concern in the Gulf of Aden, but, prior to its discussion, a definition of an international strait is relevant. A geographical conceptualization of maritime strait defines it as "a narrow passage between landmasses or islands or groups of islands connecting two larger sea areas" (Martín 2010, 41). Yet, as Martín (2010) explains, not all straits are used for international navigation and thus not all of them are considered international. In order to fit in this category, a strait must encompass three different characteristics: it has to be a natural passage that separates two landmasses; it has to embrace the territorial sea or the Exclusive Economic Zone (EEZ) of one or more national states; and it has to be used for international navigation. Thus, the Bab-el-Mandeb falls exactly into this definition, being considered one of the most important straits[15] worldwide (Martín 2010).

As an important international strait and under the concept of SLOCs, the Bab-el-Mandeb and, more broadly, the Gulf of Aden, can be also considered two maritime choke points. These passages are defined as strategic routes that force traffic to converge, due to its geographical characteristics and to the difficulty to bypass them, as well as paths that can easily be blocked by external forces, such as states that surround them or other international powers (Rodrigue 2004). In sum, this set of characteristics that defines the Gulf of Aden expands and facilitates the understanding of its importance, placing it at the center of international economic and political dynamics; they illustrate how any maritime threat or move in direction of its militarization can impact not only Somalia and other regional actors, but also the international system as a whole. Hereby, the next subsections will analyze the threats to international security in the region and in which ways they are related to the situation in Somalia.

15 A few other examples of international straits are: Bosporus, Malacca, Hormuz, Gibraltar and Dover straits. Other sea passages such as the Panama Canal and the Suez Canal – which stand in strategic locations – are not considered international straits because they are artificial (Martín 2010).

3.4.2 THE YEMENI CIVIL WAR AND REGIONAL SOURCES OF INSECURITY IN THE GULF OF ADEN

For all the reasons exposed above, it is not complicated to understand how the rising insecurity in the Gulf of Aden impacts global economic and political dynamics. The security of oceans and of maritime routes cannot be diminished, so they are of special interest for national states and international institutions. However, beforehand, it is necessary to define what is the militarization of an area and in which ways it can put in danger – or even block – maritime passages. To militarize a choke point is to further improve and build up the military capacity around a giving passage, using either naval or inland forces. Militarization leads to increasing insecurity, which can then spark responses from other military powers and deepen the militarization process. Hence, the threat of use of force itself is enough to provoke a subsequent insecurity spiral that can set up a complete blockade and impede transit across the maritime domain (Pandya et al. 2011). The states standing around the region are central to its militarization process, and that is why the Yemeni Civil War plays an important role in the insecurity scenario in the Gulf of Aden.

Along with the Somali situation, the greatest source of instability in the Gulf of Aden is the Civil War in Yemen, a longstanding conflict that has been impacting the region for decades, but most notably since 2015. Yemen, which was divided between North and South throughout colonial rule and after independence[16], began to plan a real unification process after a long period of turbulence and disputes over power. In 1990, after its unification, the Republic of Yemen was officially established as a multiparty democracy. Nevertheless, the country still faced many problems and divisions were deep, dragging Yemen into a period of crises that were characterized by the presence of Houthi insurgency[17], Al-Qaeda's activities, and Southern separatism. In 2011, amid the events of the Arab Spring, Ali Abdullah Saleh was forced to resign after 33 years in power, and, in 2014, the Sunni-background Abd Mansur Hadi became the president of the Republic of Yemen after elections were held under the support of the Gulf Cooperation Council (GCC) (Salisbury 2015).

Hadi's mandate faced an early end when, in 2015, Houthi rebel forces overthrew his government and took control over Yemen, dissolving the parliament and setting the stage for the current crises, whose characteristics gather institutional instability, regional tensions, economic problems, and terrorist attacks. The ongoing situation triggered quick reactions from regional powers: a Saudi-led coalition, composed by GCC's members and supported by Western powers, intervened in Yemen against the Houthi expansion and in favor of president Hadi. In turn, Iran and its regional allies are constantly accused of supporting Houthis and of being interested in the fall of Hadi's government. Hereby, the Yemeni Civil War is understood as part of a broader regional conflict between Saudi Arabia and Iran, both of which utilize the quarrel as a proxy war in their ascension as competing regional powers (Lewis 2015).

Regionally, the strengthening of Houthis in Yemen not only undermines Saudi position in the Middle East, but also sparks concerns regarding the Bab-el-Man-

16 North Yemen became independent from the Ottoman Empire after World War I. In 1967, South Yemen proclaimed independence from the United Kingdom and established the People's Republic of South Yemen (Lewis 2015).

17 The Houthi emerged in the 1990s as a theological Shia Islamic movement and later developed into an important military force in the Yemeni conflict (Salisbury 2015).

deb Strait. A possible Houthi takeover of coastal Yemen would cause an expansion of rebel control over the strait, which stands at the center of Saudi Arabia's oil distribution and therefore would erode its most important commodity. In opposition, the consolidation of the Houthi forces in Yemen places Iran in advantage and reinforces its status in the Gulf of Aden, also a region of special importance for Iran's oil delivery (Salisbury 2015). Additionally, the maintenance of freedom of navigation across the Gulf of Aden is among great powers' economic and strategic interests. Economically, and giving the importance of Aden's sea passage for global trade, Western powers and Asian nations understand the importance of the conservation of the naval flow in the region – both for Middle East's oil shipping to the West and for international trade between Asia and Europe. Strategically, the route that crosses the Gulf of Aden and the Bab-el-Mandeb strait is also of noteworthy importance for the movement of military fleets in East Africa and in the Middle East, particularly for those countries that hold military bases in the region[18] (Cole 2013).

The Yemeni Civil War is central in understanding the waters surrounding Somalia because it does not only affect the situation inside its own borders. Accordingly, "[i]n the Gulf of Aden insecurity triangle, Yemen and Somalia emerge as primary examples of the limitations of bordered conceptions of state fragility and failure for adequately capturing and understanding the impact of the local level on peace and conflict [...]" (Lewis 2015, 5). Hence, the effects of the ongoing conflict overlap its borders and expand insecurity across the maritime domain, endangering freedom of navigation in a variety of ways. At first, by the deployment of naval forces in the Gulf of Aden, the evolution of the Yemeni conflict itself and the presence of Houthi insurgents are enough to increase insecurity; but, furthermore, the consolidation of Houthi leverage and the subsequent growth of Iranian influence threaten Saudi and Western positions in the region, a fact that can set off reactions and further expand militarization. This process is important because the insecurity it created endangers freedom of transit and a possible disruption in the maritime passages of the Gulf of Aden and of the Bab-el-Mandeb strait instantly affects international trade and, most notably, oil distribution. The trade flow would have to move in direction of the Cape of Good Hope, in South Africa, which would not only raise freight costs but would also undermine national economies and generate supply problems (Lewis 2015).

3.4.3 SOMALI PIRACY

Even though there are numerous definitions of piracy, the present article uses the definition provided by the International Chamber of Commerce's (ICC) International Maritime Bureau, which describes it as "an act of boarding or attempting to board any ship with the intent to commit theft or any other crime and with the intent or capability to use force in the furtherance of that act" (ICC International Maritime Bureau 2008, 3), a wider definition than the one adopted by UNCLOS[19].

18 The United States' 5th Naval Fleet acts in the western Indian Ocean, and Camp Lemonnier, in Djibouti, is home to the US' Combined Joint Task Force-Horn of Africa, coordinated by the US Africa Command (AFRICOM). In addition, France, which holds naval forces in the Reunion Islands, China, Japan and Italy also own military bases in Djibouti (Wang 2018).

19 The United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS) is the main international agreement regarding the maritime domain, addressing issues that range from freedom of navigation and territorial waters to piracy and international straits. The definition adopted by UNCLOS restricts its coverage since it only considers piracy those acts performed at high seas (Hansen 2009).

These actions are perceived as a threat because they jeopardize two main aspects of maritime security. First, by assaulting vessels which carry environmental threatening substances, it endangers the natural integrity of oceans and restricts maritime navigation. Second, and most importantly, piracy represents a great risk to those enjoying the maritime domain, increasing insecurity, raising international freight costs and undermining maritime trade (Onuoha 2009). Regarding the practical instance of piracy, attacks can occur in a variety of ways, but three main patterns can be observed: attacks against anchored ships, which take place in coastal harbors; operations on high seas that target maritime cargo; and offensives that involve not only the robbery of vessels, but also its later use for unlawful actions (Chalk 2008).

Throughout the last decades, the waters of the African continent have emerged as one of the most dangerous around the globe, featuring high in maritime violence indexes and increasing the insecurity situation in the region. Three areas stand out in this matter: the territorial waters of Nigeria, in the Gulf of Guinea; the Mozambique Channel, in southern Africa; and the Gulf of Aden, the main focus of this study guide. While there have been different cycles of increase and decrease in past decades, pirate attacks around the globe began to steadily increase in 2008, when 293 attacks were registered, III only in Somalia. In 2011, the number of offshore crimes in the Horn of Africa reached its peak and 237 attacks were registered – some scholars actually mention that a wide number of attacks, almost 50%, are not even accounted. Due to international measures, the past years registered lower piracy levels in Somali waters; however, piracy is still an existing threat in the Gulf of Aden and it cannot be underestimated (Pham 2011). Moreover, these incidents have expanded both in its complexity and in its target's range. Pirates have been acquiring more advanced weaponry, such as automatic artillery, rocket-propelled grenades, satellite communications tech, and global positioning systems (GPS), enabling more violent and precise operations around the waters of the Gulf of Aden. The diversity of these attacks has expanded as well, targeting and hijacking ships of any kind, from general cargo ships and tankers to sailing yachts. The coast of Somalia is known to be the most pirate-infested in the world, and estimates indicate that the coasts of piracy in international waters are estimated to reach US$16 billion every year (Onuoha 2009).

A set of causes can be pointed out in the search for the roots of contemporary piracy. Chalk (2008) suggests that growth in trade volume, weak coastal surveillance, corruption, usage of choke points, and easy access to weapons are a few of these causes, most of which can be found in Somali waters. At first, the narrow passage in the Gulf of Aden – which is even narrower when crossing the Bab-el-Mandeb strait –, alongside the traffic intensity and the value of its sea lanes, turn the region into a fruitful site for unlawful actions. Piracy is a crime of opportunity and it is economically motivated; the region in which Somalia stands is appealing to pirates because the country's geographic location turns their activity into a very profitable business. This scenario further leads to piracy action when added to the unstable situation in Somalia: the failure of the Somali state in 1991 also adds up to the circumstances which explain the expansion of piracy (Pham 2011).

While solely the downfall of the Somali state is not sufficient to explain the rise of piracy in the Gulf of Aden, it certainly is among its many reasons. At first, these activities held as its background and as its justification the resistance against foreign and illegal fishing ships, along with actions against toxic dump in the oceans.

These factors, associated to the Somali institutional and economic downfall, led to the emergence of piracy organizations. Nevertheless, over the years, pirate groups matured and became well-structured organizations, deploying hundreds of people and setting up an extensive and lucrative business. In fact, many groups overcome military capabilities of Somali authorities and their activities are one of the many outcomes of the widespread insecurity in the region (Geiss and Petrig 2011).

It is not an easy task to address the piracy issue, which demands approaches of different levels of planning and action. There currently are two different categories of counter-piracy operations: strategies of containment and of rebuilding of the Somali state. Through naval force, the first one works towards combating piracy operations and blocking its expansion in the region; in recent years, these strategies have been the main focus of counter-piracy measures in Somalia and have led to the deployment of international and regional forces in the Gulf of Aden. It is an offshore strategy which, while trying to make it difficult for pirates to attack and to hijack vessels, lacks in sustainability: these operations might undermine current piracy operations in the region, but they leave onshore organizations intact and ready to reemerge when strategies of containment are left behind. That is the reason why they must be followed by onshore efforts to restructure Somalia, building strong and stable institutions capable of tackling the issues in the future, through strong coast guards and police forces, and a stable judicial system. The second strategy comes alongside the understanding that piracy is a result of the lack of national institutions onshore, thus any measure against piracy must follow the reconstruction of Somalia (Hansen 2009).

Different operations from international organizations, regional or extra-regional forces and private security institutions have been introduced to the Gulf of Aden in order to mitigate the impacts of pirates in the region. Three initiatives represent the main multilateral efforts: the European Union's Operation Atalanta, NATO's Ocean Shield Operation, and the United States-led Combined Task Force 151. All of them seek the deterrence of piracy activities in the region and the maintenance of safety for international shipping. They are also in accordance with the Security Council's Resolutions 1846, 1851[20] and UNCLOS, the most important international legal frameworks on piracy. Besides that, in 2009, an initiative named Recommended Transit Corridor (IRTC) was established in order to further improve navigation in the Gulf of Aden. A security corridor, which is supported by international counter-piracy vessels, was defined and led to a better convergence of traffic. This situation facilitates area patrol and future responses by grouping navigation (Geiss and Petrig 2011). Albeit all these actions were in many ways successful in their task to cease piracy expansion and to mitigate its operations – like recent indexes reveal –, the issue is still present and efforts to deter it cannot be put aside.

20 Resolutions 1846 and 1851 (2008) addressed that, with the TFG's consent, any nation or organization may enter Somali territorial waters and use all means necessary to repress piracy in the region (United Nations 2008a; United Nations 2008b).

4 PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

Following almost three decades of conflict in Somalia, many different international efforts sought to promote peace in the African country and to restore stability in the Gulf of Aden. In this sense, and in order to better understand what has been done, the present section aims at addressing some of the international previous actions which have taken place in the region. The section is divided between three different subtopics: the United Nations-led missions in Somalia, regional interventions and, regarding maritime security, international efforts that addressed threats in the Gulf of Aden.

4.1 THE UNITED NATIONS OPERATIONS IN SOMALIA (UNOSOM I AND II)

The United Nations direct efforts to promote peace in Somalia were led by two peacekeeping operations, the United Nations Operation in Somalia I and II, established in 1992 and in 1993, respectively. However, both operations are widely known for representing one of the greatest failures of the UN's then peacekeeping architecture, marking one of the turning points in the development of future peacekeeping frameworks (Doyle and Sambanis 2006). With that in mind, it is important to address both missions in order to understand some of their flaws and in which ways peace can be better established in Somalia.

In 1992, the *United Nations Operation in Somalia* (*UNOSOM*) was established in a context of ascending violence and instability. Following the fall of Barre's government, the Somali humanitarian crises worsened as the ongoing civil war led to the death of many and to the destruction of what was left of infrastructure. Somalia was deeply affected by the 1991-1992's famine and drought, and, with wide media coverage, starvation and the spread of diseases caught the attention of the international community. NGOs and international organizations were leading the delivery of food and other supplies, but violence between clans started to undermine aid shipping to the population. Resolution 733 from the UNSC urged for a cease-fire and imposed an arms embargo upon Somalia; the situation, however, continued to deteriorate as the UN aid capabilities were limited by the insecurity scenario (Doyle and Sambanis 2006). Hence the United Nations Security Council approved Resolution 751, establishing the first United Nations Operation to Somalia (United Nations 1992a).

The first UNOSOM held a much more limited mandate when compared to its successor. At first, it deployed 50 unarmed military observers to mediate the peace talks between the opposing parties in Mogadishu, alongside a limited military force (500 units) aimed at protecting the United Nations personnel and humanitarian convoys. Facing many difficulties, the Security Council later enlarged the UN's military effective to 4,219 units, which were divided between the four different territorial zones that were established in Somalia. Despite all international efforts, UNOSOM was not capable of preventing the conflict from escalating: peace talks were unsuccessful, violence was widespread, and there were constant loots of supplies. In Somalia, local clans and factions did not recognize the UN's mandate, blue helmets were frequently threatened, and aid relief could not reach areas in which they were needed the most (United Nations 2018a).

Amid this concerning situation, US president George H. W. Bush decided to put an end to American reluctance by announcing that the United States would enlarge its commitment to Somalia, thus wishing to take the lead of the humanitarian intervention in the country. The Security Council supported the United States' position by approving Resolution 794 (1992), which, by authorizing all necessary means in order to promote peace, created the US-led mission Operation Restore Hope, also known as United Task Force (UNITAF). In this sense, by approving the use of all necessary means, the Security Council acknowledged that a more assertive military action should be taken if it really was to restore stability in Somalia (Diehl 1996; United Nations 1992b).

This Task Force, although composed of nationals from different countries around the globe, was headed by the United States, which not only was responsible for most of the command structure, but also for the greatest percentage of its budget. Constituted by over 30,000 soldiers, UNITAF's mandate held the objective of establishing "a secure environment for the delivery of relief supplies and the consolidation of the security framework so that it could be handed over to the regular UN forces" (Doyle and Sambanis 2006, 148). Besides that, it is important to note that UNITAF did not take all the responsibilities which were under UNOSOM's umbrella: while the Task Force provided military assistance, UN officials were still responsible for the humanitarian aid and peace talks in Somalia. The operation pursued limited goals, and it was indeed successful in achieving them; it was not, however, committed to any aspect that would actually ensure long-lasting peace in Somalia. With a zero-casualty policy, it avoided confrontation and did not work towards a complete disarmament of warlords (Murphy 2007).

When the United Task Force fled Somalia[21], in May 1993, its responsibilities were then handed over to *UNOSOM II*, the newly established United Nations Mission in the country. This transition was organized by the approval of Resolution 814, which, under Chapter VII of the United Nations Charter, also handed to UNOSOM II the power to use all necessary means to constitute peace in Somalia. Besides aiming at establishing a secure environment and true disarmament, the new UN operation was tasked to support the reestablishment of a Somali central government, aiding at rebuilding institutions and the economy. With a military contingent composed of 20,000 soldiers, 8,000 additional personnel and a civilian staff of 2,800 people, the operation's mandate was much wider than its two predecessors (United Nations 2018c).

Nevertheless, UNOSOM II did not deliver a clear strategy in order to achieve the objectives proposed by its mandate, and local support from the population was in downfall. As stated by Murphy (2007), the lack of local consent and the opposition from Somali clans were responsible for much of UNOSOM's deterioration:

> In contrast to UNITAF, UNOSOM II interpreted its mandate as not merely authorizing but requiring it to disarm the factions. This involved the selective use of force against one of the factions, Aideed's Somali National

21 Regarding the US disengagement in Somalia, the Black Hawk Down incident deserves a quick note. In October 1993, a US-led operation in Mogadishu against General Mohamed Farah Aidid, a Somali warlord, had a disastrous end: two Black Hawk helicopters were shot down and around 18 American soldiers were killed. With wide media coverage, this incident became the strongest symbol of the perceived failure of interventions in Somalia and led the path to US policy change towards Africa (BBC 2018c).

> Alliance. In adopting such a policy, UNOSOM II broke the cardinal rule when resorting to the use of force by failing to maintain an even-handed and impartial approach; in so doing, it relinquished any pretence of impartiality (Murphy 2007, 155).

The second UN mission to Somalia earned a lot of criticism. It was responsible for delivering an important humanitarian relief, but its expanded mandate was not in accordance with its vague strategies and policies. In a context marked by the lack of central authority, the situation in Somalia became an experimenting ground for the UN's peacekeeping framework and a well-learned lesson to future operations; however, insecurity was high and lasting peace became even further away. Facing all the difficulties and the lack of progress, the Security Council then decided not to renew UNOSOM's mandate, and the operation fled Somalia in March 1995. From then on, the United Nations involvement in Somalia was restricted to supporting other initiatives, such as the establishment of AMISOM, and to the establishment, in 2013, to the United Nations Assistance Mission in Somalia (UNSOM), tasked in merely providing policy advice to other initiatives (Doyle and Sambanis 2006, United Nation 2018b).

4.2 REGIONAL INITIATIVES IN SOMALIA AND IN THE HORN OF AFRICA

As aforementioned, the failures of both UNOSOM I and II were critical points in turning the structure of peacekeeping operations. The Security Council's decision of not renewing UNOSOM II marked the withdrawal of Western countries' involvement in Somalia. Due to the media coverage and the international criticism, permanent members of the United Nations Security Council became reluctant in engaging in humanitarian crisis such as Somalia's. In response, regional organizations started the enforcement of their own security agendas, aiming at settling their conflicts regionally. African countries started advocating for what later became known as "African Solutions to African Problems" (ASAP), claiming that there was a need for a new framework of peace and security in order to achieve stability in the continent (Ayittey 1994; Escosteguy 2011).

This security agenda paved the creation of the *Intergovernmental Authority on Development* (IGAD). Successor of the earlier IGADD[22], the regional organism was formally created in 1995, becoming active in the following year. Differently from its predecessor, IGAD aimed at not only controlling environment degradation in Eastern African countries, but also at advancing regional integration, social development, peacebuilding and conflict resolution (IGAD 2018a). Broadening its scope, the regional bloc became one of the most important multilateral initiatives promoting stability in the Horn of Africa. In 2000, the organism upheld the ASAP premises by creating its "Conflict Early Warning and Response Mechanism" (CEWARN) and the "Eastern Africa Standby Brigade Coordination Mechanism" (EASBRICOM), which laid the basis for Eastern African interventions to prevent the escalation of conflicts

22 Intergovernmental Authority on Drought and Development was a multinational body founded in 1986 by six countries: Djibouti, Ethiopia, Kenya, Somalia, Sudan, and Uganda, with the entrance of Eritrea in 1993. It focused on cooperation on environmental control, attempting to mitigate the severe drought and famine striking Eastern Africa (IGAD 2018b).

(CEWARN 2018). As a result, in the same year, IGAD became involved in the stabilization of Somalia, sponsoring the peace talks[23] held in Djibouti. Its involvement became clear when, four years later, IGAD established the formation of the Transitional Federal Government with the support of the United Nations.

After the Union of Islamic Courts clashes against TFG and Ethiopia's forces in 2006, IGAD decided to take one step further and, with the consent of the United Nations Security Council[24], it proposed the IGAD Peace Support Mission in Somalia (IGASOM). The approved mandate established an operation for protection and training of the TFG (United Nations 2006). IGASOM never fully materialized due to IGAD member-states incapacity to fund its operation. Six months later, the Security Council authorized the African Union Peace and Security Council (AUPSC) to deploy an *African Union Mission in Somalia* (AMISOM), which should be extended every six months (United Nations 2007a, 2007b). In the same set of resolutions, the United Nations Secretary-General was requested to evaluate the possibility of deploying a United Nations peacekeeping operation, as it was observed that the African Union did not have sufficient resources to effectively resolve the conflict. However, the reluctance and the caution of UNSC's members in getting involved – alongside the strengthening of the ASAP, of IGAD and of AMISOM – kept the UN's Blue Helmets on hold. Since 2007, the Security Council repeatedly extended AMISOM's mandate, also providing economic, logistical, equipment, and political support, alongside with United States, European Union, and NATO (Escosteguy 2011).

AMISOM forces are now responsible for controlling most of Somalia's territory. The joint operations held between the African Peacekeepers and the FGS army managed to grant a relative control of some major Somali cities. Currently, AMISOM personnel exceeds FGS troops, having more than 20.000 soldiers deployed in the task of stabilizing Somalia (International Institute for Strategic Studies 2018). In 2015, the Security Council and the AUPSC started the transition for the end of the mission, scheduled for 2020; since then, the number of personnel is diminished periodically, with the next reduction due to October 2018 (United Nations 2018b). The onset of the transition raised concerns both in the international community as in Somali population. Lieutenant General Owoyesigire, the current AMISOM commander, has publicly stated that the retreat of the African Union forces will make setbacks in the fight against Al-Shabaab and others non-state actors. According to commander Owoyesigire, "if the transition plan is to be realistic, without losing our hard-earned gains, AMISOM needs to be urgently supported with force multipliers, like attack and retreat helicopters, to conduct pre-emptive operations against Al-Shabaab" (AMISOM 2018, online).

4.3 INTERNATIONAL EFFORTS IN THE GULF OF ADEN

As discussed in the Statement of the Issue, the Gulf of Aden is, for several reasons, a source of instability in the region. Being an important maritime passage

23 Unlike the initiatives held before, the 2000's Djibouti Peace Talks had the presence of clan elders, religious leaders, academics, and other community representatives. However, Somaliland and Puntland's governments were not invited, what is pointed out as one of the main reasons why the conference initially failed (Cardoso 2012).

24 S/RES/1725 (2006).

for international economic and political dynamics, it is reasonable to understand the reasons behind different attempts in tackling these issues. Regarding maritime navigation, the Bab-el-Mandeb strait emerges as probably the most pressing question in the region because insecurity in its waterways draws attention due to its strategic relevance. In this sense, it is important to point out that there is no set of international rules which was specifically created for the strait, therefore, its navigation lays under the clauses of the United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS). In general, the convention defines that every country has the right of "transit passage" across international straits, that is, the "freedom of navigation and overflight solely for the purpose of continuous and expeditious transit of the strait" (United Nations 1982, 37). Under this definition, the strait states cannot, by any means, imped transit across it; nevertheless, both countries in the Bab-el-Mandeb, Yemen and Djibouti, hold some divergences regarding this definition. While both countries have ratified the UNCLOS treaty, they also understand that, for the sake of their national sovereignty, they should have broader rights over the strait, such as controlling the passage of military vessels (Hansen 2009).

Additionally, piracy arises as the problem which catches the most attention of the international community, therefore leading to the deployment of different efforts towards its suppression. In the present subsection, a set of international previous actions regarding piracy will be discussed, holding the goal to promote a better understanding of the different paths that the Security Council can take in order to solve the issue. The United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS) is the most comprehensive international legal framework regarding the maritime domain. Its clauses urge all states to do everything under their capabilities to suppress and tackle acts of piracy, and, for that, states possess the jurisdiction to seize suspected pirate ships on high seas. While no country is legally allowed to board or to stop a foreign vessel on high seas, UNCLOS gives a limited right to do so in cases when there is suspected piracy activity. Once this suspicion is confirmed, national states can then undertake enforcement measures to tackle the activity. There is, however, a problem in what definition suspected pirate ships fall into, and UNCLOS delivers no clear answer to that. On the other hand, activities on national waters lay under the jurisdiction of the national state and no foreign country is allowed to undertake actions on these waters (Geiss and Petrig 2011).

In the case of Somali piracy, the international community faced many limitations considering the aforementioned legal framework: most of the illegal acts in the Gulf of Aden were organized on Somali territorial waters and, since the jurisdiction laid exclusively under the Somali government, counter-piracy measures became deeply limited facing Somalia's lack of capacities. Bearing that in mind, the UNSC issued different resolutions which, with the approval of the TFG, tried to improve these measures in the region. Resolutions 1846 e 1851 (2008) urged states to undertake possible actions in order to reinforce stability in the Gulf of Aden, authorizing them to use all necessary means to do so – including on national Somali waters when with the authorization of the Somali Government (United Nations 2008a; United Nations 2008b). This new context allowed the delivery of different international counter-piracy operations in the Gulf of Aden, such as, for example, the European Union's Operation Atalanta, NATO Operations and the United States-led Combined Task Force 151.

The European Union Naval Force Operation Atalanta, which was created in November 2008 and was currently extended until December 2018, is considered the first international maritime operation established by the European Union. Operation Atalanta was established under the European Security and Defense Policy and is composed of vessels and aircrafts from member and non-members of the European Union. Although the military contingent deployed usually varies across the years, the operation is typically composed by four to six combat vessels and two to three aircrafts, adding altogether a personnel of 1,200 people. The EU's naval force is deeply committed to protecting the transit of vessels working for the World Food Programme (WFP) and for AMISOM, also monitoring local waters and deterring piracy acts in the region. Besides that, its area of operation includes, on high seas and national Somali waters, the Southern Red Sea, the Gulf of Aden and a considerable part of the Indian Ocean. Throughout the years, Operation Atalanta has proved to be very effective, protecting 100% of WFP vessels in Somalia and supporting the decrease of piracy activities in the region (European Union 2018).

The North Atlantic Treaty Organization (NATO) has also been committed to ensuring the safety of Somali waters by the deployment of different counter-piracy missions: Operation Allied Provider, Operation Allied Protector and Operation Ocean Shield. While the first two took place in 2008 and 2009, respectively, Operation Ocean Shield was established in 2009 and stayed functional until 2016. Allied Provider, similarly to the EU's Operation Atalanta, held the mandate to guarantee the food delivery led by WFP vessels and was composed by three different military ships from different NATO members. Its successor held five different flagged ships and undertook a broader goal, which was to patrol the region and to deter any acts of piracy. Finally, Operation Ocean Shield is the longest NATO operation in the region and it not only was responsible for ensuring security off the Somali coast, but it also provided assistance for those states who wished to improve their counter-piracy capabilities. NATO's mission worked in deep consonance with other operations like the EU's and the to be discussed United States-led Combined Task Force 151, being usually composed by around five military vessels (Gebhard and Smith 2015).

The United States has held different Combined Maritime Forces in different regions around the globe. Supported by a military coalition and through coordinated operations, its goal is to increase security in different maritime domains, such as the Gulf of Aden, the Arabian Sea and the Gulf of Oman. In this sense, in 2009, the Combined Task Force 151 (CTF 151) was established in order to organize counter-piracy measures in Somali waters. Although it had a predecessor, the Combined Task Force 150, the CTF 151 was the first US-sponsored operation aimed at tackling piracy in the Gulf of Aden. As a multinational mission, this Task Force is usually composed by five to eight units from different nations and is, nowadays, still active in the region. Just like its partners, the operation's goal is to deter piracy and to increase security in the Gulf of Aden, holding, for that, no geographical limit (Geiss and Petrig 2011).

In sum, since the piracy explosion that took place in 2008, when pirate acts reached a level never seen before, the international community, with the approval and the encouragement of the Security Council, undertook a series of measures that sought to promote security and undermine piracy. The United Nations understood that the Somali government, with all its fragility and limitations, could not ensure safety on its own. And, in fact, a look at recent data expresses that pirate activities have indeed decreased in the Gulf of Aden, showing the success of these initiatives. Despite all the achievements, piracy is an issue that demands constant attention and should not be put aside when addressing the Somali situation.

5 BLOC POSITIONS

Perceiving all the complexity of the Somali situation, the **People's Republic of China** believes that the strengthening of Somalia's institutions and national conciliation are the best paths towards stability. The country has been deeply committed to the issue and strongly supports the Federal Government in peace talks and in national reconstruction, therefore understanding that the recognition of regional political entities, such as Somaliland and Puntland, undermines these efforts. In China's view, a strong and legitimate Somali government is an essential milestone towards peace. Beijing has also frequently stressed the importance of regional approaches to the situation in Somalia and, in this sense, praises the measures led by the African Union and by the IGAD. The Chinese government has strongly agreed on all the recent renewals of AMISOM mandates because it believes that the role of the Security Council in the Somali national reconstruction is to support these initiatives. Furthermore, this position is also in accordance with Chinese views on the necessity of jointly tackling terrorist activities in the region in order to ensure safety. In past years, China has been one of the major international investors and actors in the African continent, hence why it sees with such importance the lookout for stability in the Horn of Africa (Xinhua 2018; People's Republic of China 2018). Regarding the Gulf of Aden, Chinese policy stresses the necessity of not only maintaining freedom of navigation, but also of undertaking actions aimed at strengthening security. This maritime route makes up one of the cores of China's "One Belt, One Road" initiative, increasing the relevance of the Bab-el-Mandeb for this project to be successful. For that, the People's Republic of China has increased its commitment in fighting piracy, including by deploying military vessels of the People's Liberation Army Navy in the Gulf of Aden. In addition to Chinese progressive engagement in maritime dynamics in the Horn of Africa, the country's first overseas military base was established in Djibouti in 2017, further exhibiting not only Beijing's commitment to the region, but also how power projection in the Gulf of Aden and in the Horn of Africa holds an important place in Chinese international security policy (People's Republic of China 2018)

The involvement of **France** in the Somali crises is mainly channeled through the European Union. Since 2017, the EU has transferred more than €1.4 billion to the solving of African conflicts, from which France has contributed more than €230 million. It has also spent significantly with both AMISOM and the UN assistance mission in Somalia, the UNSOM, mostly through the UN compulsory contributions. However, bilateral relations between France and Somalia are still limited; France does not have a representative in Mogadishu, having its Embassy in Nairobi as its official representation. As for the direct shipment of aids from France to the African country, it is primarily focused in Somaliland (France 2018). It is justified by Somaliland's strategic importance in Bab-el-Mandeb strait, with the potential of damaging the flow of French goods in the Gulf of Aden if taken by Al-Shabaab. In the early 2010s, France was one of the countries committed with the Atalanta Operation, fighting piracy in the East of Africa, and even being its commander from four times since the beginning of its actions (European Union 2018; France 2018). In fact, Paris has stated in multiple occasions that the Operation should be extended to the whole African coast, East and West, promoting complete freedom of navigation in interna-

tional waters (BBC 2008). The European country involvement is of extreme importance to African maritime security since France's largest military base is located in Djibouti, hosting more than 1500 troops (France 2016).

The **Russian Federation** is committed to eradicating the Al-Shabaab threat from the Somali territory (Garowe 2018b). Following a meeting between Somalia and Russia's Foreign Ministers, Sergei Lavrov affirmed "Russia's position is that the international community should continue to undertake measures to raise the potential of the Somali army" (Garowe 2018b, online), implying that Russia opposes the withdrawal of AMISOM forces scheduled for 2020. Moscow has also offered military training and support for the Somali army, affirming that Somalia Armed Forces are necessary for the fighting against terrorism and narcotrafficking in the Horn of Africa as a whole. Russia's help is seen with reluctance by some of Somalia's clans, seen the historic relations between the Soviet Union and Barre's Regime. This situation has encouraged the Russian Federation to seek ties with Somaliland, which prompted rumors that the Eurasian country could possibly be installing a military base in the autonomous region, undermining FGS sovereignty (Oğultürk 2017; Oriental Review 2018).

The **United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland** was the first country to reopen its embassy in Mogadishu after the installment of the FGS, recognizing the importance of the new government and the need to a continuous progress towards stabilization (BBC 2013). In the opportunity, London stated that the reopening was due to the shared priorities it has with Somalia, such as "tackling conflict, countering terrorism and piracy, providing humanitarian assistance, and promoting UK interests in Somalia" (BBC 2013, online). The European country has long stressed its interest in taking the lead in the international community involvement in Somalia. In 2012, it held the "London Somalia Conference", a multilateral conference aiming at finally ending the transition of the TFG, inviting several institutions to take part, including the IGAD, the African Union and also the Presidents of the autonomous regions of Puntland and Somaliland (United Kingdom 2017a). Five years later, London reassured its commitment by holding the 2017th edition of the Conference, emitting a joint "Security Pack". Among its clauses, President Farmaajo and Prime-Minister Theresa May affirmed their commitment to a rapid and solid reconstruction of Somalia Armed Forces until 2020, claiming the year of 2026 as a milestone to an establishment of fully functioning security institutions in Somalia (United Kingdom 2017c). To accomplish these goals, UK has been training both AMISOM and Somalia's forces, especially in the fight against Al-Shabaab and the Islamic State of Somalia. Alongside, the European country is strongly vocal about the necessity for freedom of navigation in the Gulf of Aden's waters, helping in the fight against piracy and in the promotion of maritime security. The United Kingdom has also stated its awareness to the environmental degradation in East African countries, providing, with the project named "UK Aid", assistance in the mitigation of the drought and the strengthening of the resilience of its soil (United Kingdom 2017b).

The **United States of America**'s engagement in the Somali situation dates back to the first years of the civil war: after leading UNITAF's efforts and taking part in both United Nations Missions in the country, the perceived failure of these initiatives had an important role in changing American policy to the region and in promoting its progressive disengagement. These setbacks have not reduced, however,

the centrality of the Horn of Africa to the country, and the United States definitely is one of the leading actors in the Somali situation. The country's position towards Somalia has constantly aimed at promoting peace and stability, at delivering humanitarian aid and at preventing the expansion of terrorist cells in the Horn of Africa. For that, Washington backs the Federal Government attempts in strengthening its rule and democratic institutions, recognizing the sovereignty of the Somali state over both Somaliland and Puntland. Throughout the years, the United States has supported AMISOM as the main multilateral peacebuilding effort in Somalia, and such position comes alongside a considerable amount of military assistance and financial aid directed at ending human suffering – since 2006, the country has shipped around 3 billion dollars to Somalia (United States 2018a). Furthermore, the fight against terrorism emerges as one of the major pillars in the country's policy to Somalia, which not only supports initiatives against al-Shabaab, but also directly intervenes upon this issue by providing intelligence and by undertaking military strikes against terrorist bases. By sustaining its global war on terror and recognizing al-Shabaab as one of the most dangerous groups in the continent, counterterrorism in Somalia is constantly met with American support: the United States has funded, implemented and assisted different programs throughout Africa, including the Partnership for Regional East Africa Counterterrorism and other joint actions with AMISOM and with the Somali National Army (United States 2018b). As for the Gulf of Aden, its waters are central to the United States global presence; the maintenance of freedom of navigation and of maritime security in the Gulf and across the Bab-el-Mandeb is vital for American military operations in Africa and in the Middle East. And the same logic can be applied to piracy, so the Unites States has led different counter-piracy initiative such as the Combined Task Force 151 and NATO Operation Ocean Shield. Finally, the United States upholds, in Djibouti, a military based named Camp Lemonier, home to the US Africa Combined Joint Task Force in the Horn of Africa (CJTF-HOA) and from where the country launches operations across the whole region (Cole 2013).

During a UNSC session in May 2017, the **Plurinational State of Bolivia** highlighted what the Somali national government had already achieved in the political spectrum, but stated that there are more goals to be accomplished in order to stabilize the country. For that, Bolivia believes that a central and strong political authority is necessary in order to rule over all the Federal Republic of Somalia and to unify the country. The Bolivian ambassador to the UN often recognizes the importance of the United Nations and of the African Union mostly on strengthening the Somali government and on organizing impartial, free, and transparent elections for the year of 2020. In addition, he argued that the fight against piracy and terrorism is essential to peace and security in the region, and these actions must act not only to contain threats, but also to help building a state able to deal with it by its own hands. The country believes that a multilateral and regional approach is the best path towards building peace in Somalia, therefore understanding that unilateral foreign interventions from Western countries should not be undertaken. Regarding maritime security in the region, Bolivian authorities are concerned about the militarization brought mostly by the presence of members of OTAN and of the EU, which may increase insecurity and undermine navigation (Llorenti 2017).

Similarly to Somalia, **Cote D'Ivoire** already had the presence of UN Pea-

cekeeping troops in its territory, the United Nations Operation in Cote D'Ivoire (ONUCI), whose forces contributed to the restoration of security and stability in the country (United Nations 2017c). Watching the mission's success, some members of the UNSC stated that "lessons learned in Côte d'Ivoire could be used for future UN peacekeeping operations" (United Nations 2017, online). Thus, the West African country strongly supports initiatives, such as African Union security interventions, to restore peace in Somalia, seeking an African solution for an African issue. Cote D'Ivoire encourages Somali authorities to build relations with Somaliland and Puntland, including them in peace talks regarding how would be the best political model for a stable Somali state. Regarding security threats to Somalia, the Ivorian country is worried about international intervention when combating terrorism and piracy, believing that the best way to do so is to build strong political, economic, and military institutions that are able to fight these threats in Somalia.

Equatorial Guinea is an active country in the international community and in the African Union, where it promotes regional economic cooperation (Equatorial Guinea 2018). In 2011, under the idea of African solutions for African countries, the West African nation made a humanitarian donation of two million dollars to the Transitional Federal Government of Somalia to help those affected by the drought and the famine (AMISOM 2012). It believes that the best for Somalia is to have a strong and centralized political system under the rule of its national government, which should have jurisdiction over the whole territory – including over Somaliland and Puntland. Equatorial Guinea supports the fight against fundamentalist Islamic groups that act in Africa, being crucial to Somalia's stability the use of force from strong institutions to fight both terrorism and piracy. However, Equatorial Guinea believes that the best path to deal with African issues is through national or regional initiatives, not from Europe or from the US, since their interventions do not always have the intent to truly help African countries.

Ethiopia, alongside Uganda and Burundi, is one of the most committed country in the recovery and stabilization of Somalia, deploying approximately 4,300 peacekeepers to AMISOM. The country gives particular emphasis on promoting stability in the IGAD's sub region, the Horn of Africa, believing that conflicts and security issues that affect the region have serious repercussions in its own borders, so it is extremely important for Ethiopia to assure the safety of its neighbors (Providing for Peacekeeping 2017a). The African country acknowledges the failure of UNOSOM I and II in Somalia and, as a crucial participant of AMISOM, promotes open debates on the Reform of the UN Peacekeeping Operations during its participation in the UNSC (Ethiopia 2018). Even though it does not recognize Somaliland as an independent country, Ethiopia maintains close relations with the region, having a diplomatic office located in its capital, Hargeisa. In addition, in March 2018, the country's government established a partnership with Somaliland in the development of the Berbera Port, displeasing Somali authorities. In the deal, Ethiopia agreed to construct a corridor connecting the Port to its borders in exchange of 19% of its 30-year concession to an international company (Somaliland Informer 2018). Regarding maritime security in the Gulf of Aden, Ethiopia believes in the power of joint forces to cease piracy acts; however, it is concerned with the militarization in the Gulf, since this would affect the free navigation in those waters.

Israel and Somalia do not maintain formal or diplomatic relations, as one

does not formally recognize the other as a sovereign state. However, this does not undermine the possibility of talks between both countries' leaders: in 2016 the Israeli prime minister met with Hassan Sheikh Mohamud, the Somali president, for the first time in history (Ahren 2016). Over the past years, Israel has been seeking to improve its relations with African countries, and the prime minister of Israel, Benjamin Netanyahu, has already stated that he believes in the potential of growth in the African continent. Ethiopia has been one of the biggest Israeli allies in the continent, and has called for military help from the Middle Eastern country to fight Islamist fundamentalist threats that come predominantly from Somalia. However, since the escalation of tensions in the Israeli-Palestinian crisis, Israel has been focusing more on its domestic affairs than on African ones (Gaffey 2017).

Among the 11 goals of **Kazakhstan**'s foreign policy between 2014 and 2020 is "the establishment of a fair and democratic world order under the guiding and coordinating role of the United Nations Organization" (Republic of Kazakhstan 2014, online), thus believing in the vital role of the UN and its agencies in guaranteeing peace throughout the world by implementing peacebuilding and peacekeeping operations. According to Kazakh's foreign policy, the country is involved in a series of bilateral cooperation ties regionally and worldwide, including an agreement signed in January 2018, between Kazakhstan and the African Union, in order to allocate US$215,000 to implement two clean water projects in regions controlled by AMISOM peacekeepers in Somalia (Garowe 2018a). Although a country with no access to the main oceans, only to the Caspian Sea, it believes in freedom of navigation under international law, accounting the interests of transit parties, and, as for the Bab el Mandeb strait, the same applies (The Diplomat 2015). Regarding the military tensions in the Gulf of Aden, Kazakhstan argues the world's navy powers should work collectively to combat piracy and to contain the conflict in Yemen in a way it will not harm the free transit of vessels in the Gulf. Addressing the constant threat of al-Shabaab in Somalia, Kairat Umarov, Kazakh representative to the UNSC, stated the maintenance of peacekeeping troops is essential to the region's stability (United Nations 2017a).

Kuwait has maintained cooperation with African nations throughout the last years and has kept close ties with Somalia and, during the 1990s, Kuwait contributed to UNOSOM II by sending military personnel (United Nations 1997). In 2011, it donated U$250,000.00 to UNICEF in Somalia to help solving humanitarian issues such as malnutrition, access to water, and vulnerability to diseases, by providing medical assistance, hygiene and sanitation infrastructure, and vaccination (United Nations Children's Fund 2011). The signature of agreements marked the year of 2013, when the Kuwait Fund for Arab Economic Development allocated finances to the construction of an airport in Puntland, supported projects in agricultural and electric sectors, and provided assistance grants to the central government of Somalia (Kuwait Fund for Arab Economic Development 2013). In the military field, Kuwait and Somali authorities met in 2016 in the Gulf country to boost their bilateral cooperation as part of efforts towards the strengthening of the Somali national army, vital to the construction of a stable state (Horseed Media 2016). This path of cooperation is showing results, as Kuwait has demonstrated concern to the situation in Somalia in UNSC discussions. In response to a bomb attack in Mogadishu in March 2018, the Ministry of Foreign Affairs of Kuwait urged the international community to unite

forces to fight against terrorism, which places a big threat to safety and stability of civilians in Somalia and in many regions of the world (Xinhua 2018). As an important ally of the US in the Middle East, Kuwait's military personnel were trained by the Americans, who keep military bases in the territory. If needed, Kuwait is ready to act in the Gulf of Aden in order to bring peace to Yemen and to combat piracy (U.S. Department of State 2018c).

The **Netherlands** expresses great concern regarding the situation in Somalia, believing that, with the facilitation and support of the international community, the Somali authorities are the ones to take lead on finding and working on a solution to the conflict; however, that does not mean that the international community must cease its efforts (Netherlands and You 2018). Working on the areas of conflict and migration, terrorism, rule of law, state-building, and security and humanitarian issues, the Netherlands is an important contributor to the region via the multilateral channels of the EU and the UN. Militarily, it supports the EU anti-piracy mission (Operation Atalanta) and also finances the training of Ugandan soldiers of AMISOM (Kingdom of the Netherlands 2018). Regarding humanitarian issues, in the year of 2000, the Amsterdam donated a total amount of U$550,000 to the United Nations Population Fund (UNFPA) directed to aid Somali refugee camps in Eastern Ethiopia and to provide infrastructure and staff training to health services in the autonomous region of Puntland, believing that strengthening the region will contribute to the construction of a Federal Somali state (Relief Web 2000). Albeit all the support from Netherlands to Somalia, the European country does not have a respectful attitude towards Somali refugees, evidenced when the government forcibly returned a Somali man to Somalia after staying away from his home country for 20 years. This act was condemned by Amnesty International, which declared, "by sending Somalis to volatile areas where their lives are in danger, the Dutch government is also responsible for the human rights abuses they face on their return" (Amnesty International 2014).

In 2012, following the establishment of the Somali Federal Government and believing in the stabilization of the African country, **Palestine** re-established its relations with Somalia by appointing an ambassador to work in Mogadishu (Salat 2012). Palestine relates to the Somali struggles on building a legitimate national authority capable of dealing with security threats, which should be achieved under regional efforts, not with interference of major powers. For the Palestinian National Authority (PNA), the Somalis may have the right to rule over its own territory, and the participation of the population on the government is essential for its domestic legitimation. Palestine has seen the Somali people solidarity in 2017, when the East African country's foreign minister, worried about the escalation of international tensions promoted by the US, declared its support to an end of the Palestinian crisis (Hassan 2017). Thus, considering that Somalia and Palestine have religious and cultural ties, the opposite is also true, since the latter believes in a peaceful solution for the Somali crisis by increasing its national authority to fight threats and to rule over the territory.

Due to a lack of personnel, **Peru** does not have a tradition of great deployments to UN Peacekeeping missions (Providing for Peacekeeping 2017b). However, this does not undermine the country's concern with international peace and security. In April 2018, the Peruvian ambassador to the UN condemned the recent terrorist

attacks perpetrated by al-Shabaab against the Ugandan soldiers of AMISOM. In the statement, the ambassador said that terrorism is one of the most serious threats to international peace and security and highlighted the importance of AMISOM personnel in its mission to reduce this threat in Somalia (United Nations 2018b). He also said "there is no one solution that fits every situation" (UN Multimedia 2018, online), suggesting that particular aspects of al-Shabaab and Somalia have to be analyzed in order to overcome the challenges and cease the threats. With a large coast to the Pacific Ocean, Peru is an active country in maritime security discussions. In July, at the Maritime Security Regimes Roundtable 2018, the general inspector of the Peruvian Navy highlighted the importance of fighting against threats at sea, including terrorism and piracy, arguing that one of the main goals of states' Navies should be to guarantee sovereignty and integrity of its maritime waters (Dialogo 2018). Thus, in order to build a strong Somali state, AMISOM should help to organize a Navy to fight security threats by land and sea. Regarding the lack of authority that the Federal Government of Somalia retains over its territory, Peru disapproves the FGS's harsh approach to Somaliland, believing the first should include the latter in peace talks and consider their demands.

For **Poland**, since countries are becoming more interdependent and integrated, there is not a clear border between the internal and external security dimensions. The country thus supports the UN peacekeeping missions but prefers engaging in regional operations such as NATO and EU for crisis management situations, deeming them to be more efficient (Providing for Peacekeeping 2012a). Due to the distribution of clans in the Somali territory, Poland thinks the best for the African country is the construction of a Federal state, allowing autonomy to its regions. In its aim to provide humanitarian aid, an organization called Polish Humanitarian Action (PAH) have been working in Somalia since 2011. With one office in Puntland and one in Mogadishu, PAH has supported more than 70,000 people by providing access to water, improving sanitary conditions, creating waste management system, and distributing hygiene materials to the population (Papermine 2018). Even though Poland does not contribute to the EU Anti-Piracy mission, it has no doubt of the importance of the mission in order to fight threats by sea.

As of 2018, the **Federal Government of Somalia**, established in 2012, is the internationally recognized authority in the African country, thus holding the Somali seat at the United Nations. In this sense, efforts from many countries to formalize their relations with Somalia and to establish embassies in the country has been strengthening the domestic and international legitimacy of the Federal Government. Based upon a foreign policy which highlights independence, democracy, peace and sustainable development, Somalia understands the impact of its foreign relations in the promotion of political stability; the Federal Government relies on cooperation and on multilateralism as a key aspect on fostering development. Somalia welcomes African Union, United Nations and IGAD's efforts, all attempting to help the local government in its task of strengthening institutions and bringing stability, also believing that conflicts should always be managed through peaceful solutions and with respect to sovereignty. AMISOM troops have been essential in assisting the Somali army on tackling local warlords and on dismantling al-Shabaab cells, proving the FGS's belief that African approaches are capable to foster development. The Federal Government does not recognize any of the local authorities that seek to gain either

independence or autonomy, such as Somaliland or Puntland, comprehending that territorial integrity cannot be undermined and that the establishment of a strong federal government is the best path towards national development. Regarding maritime security, piracy is also seen as one of the most important threats to the stability of the FGS, which is committed to cease these activities, welcoming international efforts that act in this same direction (Ministry of Foreign Affairs of Somalia, 2015).

Sweden is the sixth largest financial donor to the UN and it has a strong tradition of great development aid (Government Offices of Sweden 2018). It was one of UNOSOM II contributors of military and civilian police personnel between the years of 1993 and 1995 (United Nations 1997). Usually, Sweden assists UN peacekeeping and peacebuilding missions with around 100 civilian experts (Providing for Peacekeeping 2012b). The nation's official policy states that security, development, human rights, and democracy are interrelated. Looking to the situation in Somalia, guaranteeing security is vital to ensuring a democratic political system which would promote economic development and would protect human rights. Stockholm stated it "support[s] Somali solutions to Somali problems," and the Swedish International Development Cooperation Agency (SIDA) has been contacting members of the Somali diaspora that live in Sweden to encourage them to participate in the implementation of development projects in Somalia (SIDA 2015). Sweden believes in international help in both security and humanitarian issues, so it is active in the EU Atalanta Operation and has leaded its mission for four months in 2010, when it blocked more than 250 pirates from acting and helped securing the delivery of 90,0000 tons of food aid to Somalia (EUNAVFOR 2010). Sweden keeps close relations to Somaliland and it is close to recognize the Somali autonomous region as an independent state, as it already has an embassy in the European country. A member of the Sweden Democrats Party stated the country meets all requirements to be internationally recognized, such as relative peace, authority over its territory, political institutions, democratic elections, and protection of human rights (Sputnik 2017).

6 QUESTIONS TO PONDER

I. Facing challenges of disintegration promoted by separatist movements (primarily by Somaliland) or autonomist movements (by Puntland), how can the Federal government strengthen its rule and, moreover, what is the Security Council's role in the issue?

II. Bearing in mind all the challenges brought by local warlords and militias, how can the members of the Security Council support and work alongside African Union in its mission in Somalia?

III. How should the UNSC intervene in order to deal with threats from non-state armed groups and piracy in the region?

IV. What is the role of the Security Council regarding maritime security in the Gulf of Aden and freedom of navigation across the Bab-el-Mandeb?

V. In which ways can the humanitarian crisis in Somalia be addressed in order to diminish human suffering?

REFERENCES

African Union. 2018. "AMISOM Military Component". Accessed 25 Aug 2018. http://amisom-au.org/mission-profile/military-component/

Ahmed, Ismail I. 1999. "The Heritage of War and State Collapse in Somalia and Somaliland: Local-Level Effects, External Interventions and Reconstruction." *Third World Quarterly* 20 (1): 113–127. https://doi.org/10.1080/01436599913947.

Ahren, Raphael. 2016. "Somalia's president recently held first-ever meeting with Israeli PM". Accessed October 11 2018. https://www.timesofisrael.com/somalias-president--recently-held-first-ever-meeting-with-israeli-pm/.

Allo, Awol Kassim. 2009. "Counter-Intervention, Ivitation, Both or Neither? An Appraisal of the 2006 Ethiopian Military Intervention in Somalia." *Mizan Law Review* 3 (2): 201–39.

Al-Yadoomi, Hussain. 1991. "*The Strategic Importance of the Bab Al-Mandab Strait*". Pennsylvania: U.S. Army War College.

AMISOM. 2018. "AMISOM evaluates its transition plan for Somalia". Accessed Jun. 30 2018. http://amisom-au.org/2018/04/amisom-evaluates-its-transition-plan-for-somalia/

———. 2012. *"Press Release: Deputy Chairperson thanks Equatorial Guinea for donating towards the alleviation of suffering in Somalia."* Accessed June 28 2018. http://amisom-au.org/2012/06/deputy-chairperson-thanks-equatorial-guinea-for-donating--towards-the-alleviation-of-suffering-in-somalia/

Andersen, Louise, Bjorn Moller and Finn Stepputat. 2007. *Fragile States and Insecure People?* Violence, security and statehood in the twenty-first century. New York: Palgrave Macmillan.

Ayittey, George. B. N. 1994. "The Somali Crisis: Time for an African Solution". *Cato Institute Policy Analysis* 205 (1). https://object.cato.org/sites/cato.org/files/pubs/pdf/pa205.pdf

Baltashar, Dominik. 2014. *Thinking Beyond Roadmaps in Somalia*: expanding policy options for state-building. Washington, D.C.: Center for Strategic & International Studies.

BBC News. 2018a. *"Somalia Profile - Timeline"*. Accessed April 20. http://www.bbc.com/news/world-africa-14094632.

———. 2018b. "*Puntland profile*" Accessed April 20. http://www.bbc.com/news/world-africa-14114727

———. 2018c. "*Black Hawk Down: The Somali battle that changed US policy in Africa*". Accessed Aug 25, https://www.bbc.com/news/av/magazine-38808175/black-hawk-down-the-somali-battle-that-changed-us-policy-in-africa.

———. 2013. *"William Hague opens new British embassy in Somalia"*. Accessed September 02 2018. https://www.bbc.co.uk/news/uk-politics-22296317.

———. 2008. *"Navies to tackle Somali pirates"*. Accessed September 02 2018. http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/7432612.stm

Brydan, Matt. 2014. "*The Reinvention of Al-Shabaab*: a strategy of choice or necessity?". Washington: Center for Strategic & International Studies.

The Bureau of Investigation Journalism. 2018. "Somalia: Reported US actions 2018". Accessed June 25 2018. https://www.thebureauinvestigates.com/drone-war/data/somalia-reported-us-actions-2018

Call, Charles T. 2011. "Beyond the "failed state": toward conceptual alternativas". *European Journal of International Relations* 17 (02): 303-326.

Cardoso, Nilton César Fernandes. 2012. "Conflito Armado Na Somália: Análise Das Causas Da Desintegração Do País Após 1991." Undergraduate thesis, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Carment, David. 2003. "Assessing State Failure: implications for theory and policy". *Third World Quarterly* 24 (3): 407-427.

CEWARN. 2018. "How the Mechanism Works". Accessed May 26 2018. http://cewarn.igadhost.com/about/history

Chalk, Peter. 2008. *The Maritime Dimension of International Security: Terrorism, Piracy, and Challenges for the United States*. Santa Monica, CA: RAND.

Cole, Bernard D. 2013. *Asian Maritime Strategies: Navigating Troubled Waters*.

Daily Nation. 2017. "*Mohamed Abdullahi Farmajo vows to rebuild Somalia*". Accessed February 16. http://bit.ly/2kui2eh.

Dialogo. 2018. "Peru Takes Part in Maritime Security Conference." Accessed 27 Aug 2018. https://dialogo-americas.com/en/articles/peru-takes-part-maritime-security-conference

Diehl, Paul F. 1996. "With the Best of Intentions: Lessons from UNOSOM I and II." *Studies in Conflict & Terrorism* 19 (2): 153–77. https://doi.org/10.1080/10576109608436001.

The Diplomat. 2015. "Yes, Kazakhstan Has a Navy." Accessed 27 Aug 2018. https://thediplomat.com/2015/04/yes-kazakhstan-has-a-navy/

Doyle, Michael W., and Nicholas Sambanis. 2006. *Making War and Building Peace: United Nations Peace Operations*. Princeton Paperbacks. Princeton, N.J: Princeton University Press.

Dua, Jatin, and Ken Menkhaus. 2012. "The Context of Contemporary Piracy: the case of Somalia". *Journal of International Criminal Justice* 10 (1): 749-766.

Equatorial Guinea, Ministry of Foreign Affairs. *"Foreign affairs: Equatorial Guinea in the international community."* 2018. http://embassyofequatorialguinea.co.uk/foreign-affairs/. Accessed in 28 June 2018.

Escosteguy, Pedro. 2011. *A Nova Arquitetura Africana de Paz e Segurança:* implicações para o multilateralismo e para as relações do Brasil com a África. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

Ethiopia, Embassy of the Federal Republic of Ethiopia in the UK. *"Ethiopia concludes presidency of UN Security Council."* 2017.https://www.ethioembassy.org.uk/ethiopia-concludes-presidency-of-un-security-council/. Accessed 28 June 2018.

EUNAVFOR. 2010. "Sweden hands over command of EU NAVFOR FHQ to France and Belgium." Accessed 27 Aug 2018. http://eunavfor.eu/sweden-hands-over-command-of-eu-navfor-fhq-to-france-and-belgium/.

European Union. "*EUNAVFOR Somalia – About Us*". Accessed Jun 30 2018. http://eunavfor.eu/mission.

Federal Republic of Somalia. Ministry of Foreign Affairs. Foreign Policy of Somalia. Mogadishu, 2015. Accessed 15 October 2018. http://www.mfa.gov.so/wp-content/uploads/2014/10/Somali-Foreign-Policy.pdf

Feldman, Stacy, and Brian Slattery. 2003. "Living Without a Government in Somalia: An Interview with Mark Bradbury". *Journal of International Affairs* 57 (1): 201-217.

France. Ministère de la Défense. 2016. *Les forces françaises prépositionnée*ss. Paris, État-major des Armées.

———. France Diplomatie. 2018. *France and Somalia:* bilateral relations. Accessed Jun 30 2018. https://www.diplomatie.gouv.fr/en/country-files/somalia/france-and-somalia/

Fund for Peace. 2018. *"Fragile State Index"*. Accessed April 19. http://fundforpeace.org/fsi/

Gaffey, Conor. 2017. "Who are Israel's Allies - and Enemies - in Africa?" Accessed October 11 2018. https://www.newsweek.com/benjamin-netanyahu-israel-enemies-and-allies-africa-620733

Garowe. 2018a. *"Kazakhstan, AU agree to provide humanitarian aid to Somalia."* Accessed in 28 June 2018. https://www.garoweonline.com/en/news/world/africa/kazakhstan-au-agree-to-provide-humanitarian-aid-to-somalia

———. 2018b. "Somalia: Russia calls for strengthening Somalia's army". Accessed Jun 25 2018. https://www.garoweonline.com/en/news/world/somalia-russia-calls-for-strengthening-somalias-army

Gebhard, Carmen, and Simon J Smith. 2015. "The Two Faces of EU–NATO Cooperation: Counter-Piracy Operations off the Somali Coast." *Cooperation and Conflict* 50 (1): 107–27. https://doi.org/10.1177/0010836714532917.

Geiss, Robin, and Anna Petrig. 2011. *Piracy and Armed Robbery at Sea: The Legal Framework for Counter-Piracy Operations in Somalia and the Gulf of Aden*. Oxford ; New York: Oxford University Press.

Gizelis, Theodora-Ismene, and Kristin E. Kosek. 2005. "Why Humanitarian Interventions Succeed or Fail: The Role of Local Participation." *Cooperation and Conflict* 40 (4): 363–83. https://doi.org/10.1177/0010836705058224.

Government Offices of Sweden. 2018. *" International development cooperation."* Accessed 28 June 2018. https://www.government.se/government-policy/multilateral-cooperation/.

The Guardian. 2015. "John Kerry visits Somalia amid tight security". Accessed 25 June 2018.

https://www.theguardian.com/world/2015/may/05/john-kerry-first-visit-somalia--tight-security

Gustavo Meza-Cuadra, "UN/Terrorism Organised Crime," United Nations Audiovisual Library video, 0:27-0:33, 9 April 2018, https://www.unmultimedia.org/avlibrary/asset/2125/2125137/

Hagmann, Thomas, and Markus V. Hoehne. 2009. "Failures of the State Failure Debate: evidences from the Somalia territories". *Journal of International Development* 21 (1): 42-57.

Hansen, Stig Jarle. 2014. *Al-Shabaab in Somalia:* The History and Ideology of a Militant Islamist Group, *2005-2012*. Oxford University Press. http://ezproxy.eui.eu/login?url=http://dx.doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199327874.001.0001.

———. 2009. *Piracy in the Greater Gulf of Aden:* Myths, Misconceptions and Remedies. Oslo: Norwegian Institute for Urban and Regional Research.

Hassan, Mohamed Olad. 2017. "Somalia, Djibouti Say Trump's Recognition of Jerusalem is 'Dangerous.'" Accessed October 11 2018, https://www.voanews.com/a/somalia-djibouti-say-trump-recognition-of-jerusalem-is-dangerous/4155292.html

Hesse, Brian J., ed. 2011. *Somalia:* State Collapse, Terrorism and Piracy. London: Routledge.

Horseed Media. 2016. *"Somalia, Kuwait to boost military ties."* Acessed 28 June 2018. https://horseedmedia.net/2016/05/18/somalia-kuwait-to-boost-military-ties/

ICC International Maritime Bureau. 2008. "Piracy and Armed Robbery Against Ships: Annual Report 2007." London.

IGAD. 2018a. "About us." Accessed 27 May 2018. https://igad.int/about-us.

———. 2018b. "What we do". Accessed May 25 2018. https://igad.int/about-us/what-we-do

International Crisis Group. 2018. "*Somalia*". Accessed April 18. https://www.crisisgroup.org/africa/horn-africa/somalia

International Institute for Strategic Studies (IISS). 2018. The Military Balance 2018. Routledge.

Ismail, Abdirashid A. 2010 *Somali State Failure*: players, incentives and institutions. Helsinki: Edita Prima Ltda.

Jaynes, Gregory. 1979. "Ogaden War Producing Little but Refugees." *The New York Times*. https://www.nytimes.com/1979/11/18/archives/ogaden-war-producing-little-but--refugees-deaths-are-put-at-60000.html.

Keohane, Robert O. 2003. "Introduction." In *Humanitarian Intervention: Ethical, Legal, and Political Dilemmas*, 1–13. Cambridge: Cambridge University Press.

Khalid, Nazery. 2012. "Sea Lines Under Strain: The Way Forward in Managing Sea Lines of Communication Sea Lines." *The IUP Journal of International Relations* VI (2): 57–66.

Kingdom of the Netherlands. 2018. *"Somalia."* Accessed 28 June 2018. https://www.netherlandsandyou.nl/your-country-and-the-netherlands/somalia/and-the-netherlands/netherlands-contribution-somalia

Komiss, William, and LaVar Huntzinger. 2011. "The Economic Implications of Disruptions to Maritime Oil Chokepoints." Alexandria: CNA Analysis & Solutions.

Kuwait Fund for Arab Economic Development. 2013. *"Signature of Grant Agreements in The Federal Republic of Somalia."* Accessed 28 June 2018. https://kuwait-fund.org/en/web/kfund/current-news-events/-/asset_publisher/8Vn82dPrFd8B/content/signature-of-grant-agreements-in-the-federal-republic-of-somalia

Leif, Louise. "What Went Wrong in Somalia?" In *Terrorism:* Essential Primary Sources, edited by K. Lee Lerner and Brenda Wilmoth Lerner, 260-261. Detroit: Gale, 2006.

Lewis, Alexandra. 2015. *Security, Clans and Tribes: Unstable Governance in Somaliland, Yemen and the Gulf of Aden*. Palgrave Pivot. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Lewis, Loan. 2008. *Understanding Somalia and Somaliland*: Culture, History and Society. New York: Columbia University Press.

Llorenti, Sacha. *"Intervención de Bolivia en la sesión sobre la situación en Somalia (17/05/2017)."* YouTube video, 0:18-0:29; 1:05-1:13; 3:33-4:06. Posted by "Permanent Mission of Bolivia to the United Nations," May 17 2017. https://www.youtube.com/watch?v=rlvaFinyQR4

Kazakhstan, The Ministry of Foreign Affairs, Republic of Kazakhstan. 2014. *"Foreign Policy Concept for 2014 – 2020 Republic of Kazakhstan."* Accessed in 28 June 2018. http://mfa.gov.kz/en/content-view/kontseptsiya-vneshnoj-politiki-rk-na-2014-2020-gg

Mahdi, Abdirahman. 2018. "Ogaden National Liberation Front (OLNF): Past and Present." Accessed 27 May 2018. http://onlf.org/?page_id=5.

Mantzikos, Ioannis. 2011. "Somalia and Yemen: the links between terrorism and state failure". *Digest of Middle East Studies* 20 (2): 242-260.

Marangio, Rossella. 2012. "The Somali Crisis: Failed State and International Interventions." *IAI Working Papers* 12 (15).

Martín, Ana G. López. 2010. *International Straits: Concept, Classification, and Rules of Passage*. Dordrecht ; New York: Springer.

Menkhaus, Ken. 2015. *"State-Building & Non-State Armed Actors in Somalia"*. Lecture. Maxwell School of Syracuse University, Syracuse, NY, Novembre 06. . https://www.youtube.com/watch?v=QkzDqh9FSB4

———. 2002. "Political Islam in Somalia".. *Middle East Policy* 9 (1): 109-123.

———. 2014. "State Failure, State-Building and Prospects for a 'Functional Failed State' in Somalia". *The Annals of the American Academy of Political and Social Science* 656 (1): 154-172.

———. 2007. "Governance without Government in Somalia: Spoilers, State Building, and the Politics of Coping". *International Security* 31 (3): 74-106.

Møller, Bjørn. 2009. *The Somali Conflict: The Role of External Actor*. Halle (Saale: Universitäts- und Landesbibliothek Sachsen-Anhalt. http://edoc.bibliothek.uni-halle.de/servlets/DocumentServlet?id=9999.

Mulugeta, Kidist. 2010. *The Role of Regional and International Organizations in Resolving the Somali Conflict: The Case of IGAD*.

Murphy, Ray. 2007. *UN Peacekeeping in Lebanon, Somalia and Kosovo:* Operational and Legal Issues in Practice. Cambridge ; New York: Cambridge University Press.

OECD. 2010. "The state's legitimacy in fragile situations: unpacking complexity". *Conflict and Fragility series*. Paris: OECD.

Oğultürk, Mehmet Cem. "Russia's Renewed Interests in the Horn of Africa As a Traditional and Rising Power". *Rising Powers Quarterly* 2 (1): 121-143. http://risingpowersproject.com/quarterly/russias-renewed-interests-in-the-horn-of-africa-as-a-traditional-and-rising-power/

On the World Map. 2018. "*Gulf of Aden Maps*". Accessed May 05. http://ontheworldmap.com/oceans-and-seas/gulf-of-aden/.

Onuoha, Freedom. 2009. "Sea Piracy and Maritime Security in the Horn of Africa: The Somali Coast and Gulf of Aden in Perspective." *African Security Review* 18 (3): 31–44. https://doi.org/10.1080/10246029.2009.9627540.

Oriental Review. 2018. "The Strategic Implications Of A Possible Russian Base In Somaliland". Accessed Jun 30 2018. https://orientalreview.org/2018/04/06/the-strategic-implications-of-a-possible-russian-base-in-somaliland/

Pandya, Amit A, Rupert Herbert-Burns, Junko Kobayashi, and Henry L. Stimson Center. 2011. *Maritime Commerce and Security: The Indian Ocean*. Washington, DC: Henry L. Stimson Center. http://www.stimson.org/images/uploads/research-pdfs/March4_-_Full.pdf.

Papermine.com. 2018. *"PAH in Somalia."* Accessed 28 June 2018. https://papermine.com/pub/3764#article/48870

People's Republic of China. Permanent Mission to the UN. "Somalia". Accessed 25 Aug 2018. http://www.chinaun.org/eng/chinaandun/securitycouncil/regionalhotspots/africa/somalia/.

Pham, J. Peter. 2011. "Putting Somali Piracy in Context." In *Somalia: State Collapse, Terrorism and Piracy*, 77–94. New York: Routledge.

Political Geography Now. 2018. "*Somalia Control Map & Timeline - August 2017*". Accessed 15 March 2018. http://bit.ly/2ktrP4q

Providing for Peacekeeping. 2017a. "Peacekeeping Contributor Profile: Ethiopia." Accessed in 26 June 2018. http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-ethiopia/

———. 2017b. *"Peacekeeping Contributor Profile: Peru."* Accessed 28 June 2018. http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-peru/

———. 2012a. "Peacekeeping Contributor Profile: Poland." Accessed 28 June 2018. http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-poland/

———. 2012b. "Peacekeeping Contributor Profile: Sweden." Accessed 28 June 2018. http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-sweden/

Radio Poland, 2018. "Poland takes over UN Security Council presidency." Accessed 28 June 2018. http://www.thenews.pl/1/10/Artykul/361449,Poland-takes-over-UN-Security-Council-presidency

Puntland. 2018. "*Puntland State of Somalia*". Accessed April 18. http://www.puntlandgovt.com/puntland-state-of-somalia/

Relief Web. 2000. Somalia: *UNFPA "Projects receive funding from the Netherlands Government."* Accessed 28 June 2018. https://reliefweb.int/report/somalia/somalia-unfpa-projects-receive-funding-netherlands-government

Renders, Marleen. 2012. *Consider Somaliland:* State-building with Traditional Leaders and Institutions. Leiden: Brill, 2012.

Reuters. 2018. "'Significant' consequences if China takes key port in Djibouti: U.S. general". Accessed Jun. 28 2018. https://www.reuters.com/article/us-usa-china-djibouti/significant-consequences-if-china-takes-key-port-in-djibouti-u-s-general-idUSKCN1GI2V0.

Riggs, Thomas. 2003. "Somalia." In: *Worldmark Encyclopedia of the Nations*, 11th ed., 576-579. Vol. 6, World Leaders 2003. Detroit: Gale, 2004.

Rodrigue, Jean-Paul. 2004. "Straits, Passages and Chokepoints: A Maritime Geostrategy of Petroleum Distribution." *Cahiers de géographie du Québec* 48 (135): 357. https://doi.org/10.7202/011797ar.

Rotberg, Robert. 2004."Failed States, Collapsed States, Weak States: causes and indicators". In: Rotberg, Robert. 2004. *When States Fail: causes and consequences.* Princeton: Princeton University Press.

———. 2004. *When States Fail: causes and consequences.* Princeton: Princeton University Press.

Salat, Moha. 2012. "Somalia and Palestine re-establish diplomatic relations." Accessed October 11 2018. https://horseedmedia.net/2012/04/22/somalia-and-palestine-re-establish-diplomatic-relations/

Salisbury, Peter. 2015. "Yemen and the Saudi–Iranian 'Cold War.'" *Royal Institute of International Affairs*.

Samuels, Richard "UNOSOM (United Nations Operation in Somalia)." In: *Encyclopedia of United States National Security*, 763-764. Vol. 2. Thousand Oaks, CA: SAGE Reference, 2006.

Sawe, Benjamin Elisha. 2017. "What Is The Puntland State Of Somalia?" *World Atlas*. https://www.worldatlas.com/articles/what-is-the-puntland-state-of-somalia.html.

Shay, Shaul. 2014. *Somalia in Transition since 2006*. New Brunswick: Transaction Publishers.

———. 2015. *"Swedish Somalis contribute to Swedish development cooperation with Somalia."* Accessed 28 June 2018. https://www.sida.se/English/where-we-work/Africa/Somalia/Our-work-in-Somalia/cooperation-with-somali-diaspora-in-sweden/.

Security Council resolution S/RES/1846 (2 December 2008a), available from http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1846%282008%29.

Security Council resolution S/RES/1851 (16 December 2008b), available from http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1851%282008%29.

Solomon, Hussein. 2015. *Terrorism and Counter-Terrorist in Africa*: fighting insurgency from Al Shabaab, Ansar Dine and Boko Haram. London: Palgrave Macmillan.

Somaliland Informer. 2018. "Somaliland: Rising Berbera Port into a regional maritime hub in the Horn of Africa." Accessed 27 Aug 2018. https://somalilandinformer.net/2018/06/29/somaliland-rising-berbera-port-into-a-regional-maritime-hub-in--the-horn-of-africa/.

Sputnik. 2017. "State Occasion: Sweden Has an Eye on Somaliland's Independence." Accessed 27 Aug 2018. https://sputniknews.com/africa/201711211059287479-sweden-somaliland-independence/.

United Nations Children's Fund. 2011. *"Kuwait funds UNICEF for drought affected areas in Somalia."* Accessed 28 June 2018. https://www.unicef.org/media/media_60472.html

United Nations, Department of Public Information. *"United Nations Operation in Somalia II."* 21 March 1997. https://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/unosom2b.htm

———, Meetings Coverage and Press Releases, *Security Council Press Statement on Somalia.* SC/13277-PKO/717 (4 April 2018a), available from https://www.un.org/press/en/2018/sc13277.doc.htm

———, United Nations Assistance Mission in Somalia. 2018b. *"Mandate"*. Accessed 25 Aug 2018. https://unsom.unmissions.org/mandate.

———. Security Council resolution S/RES/2415 (15 May 2018c), available from http://undocs.org/S/RES/2415(2018).

———. 2018d. "International Trusteeship System." Accessed 27 May 2018d. http://www.un.org/en/decolonization/its.shtml.

———, Meetings Coverage and Press Releases, *Al-Shabaab Biggest Threat to Peace in Somalia, Committee Chair Tells Security Council, as Delegates Air Differences over Sanctions,* SC/12795, 13 April 2017a, https://www.un.org/press/en/2017/sc12795.doc.htm

———, Security Council, *Chronology of Events: Cote D'Ivoire.* 2017b. http://www.securitycouncilreport.org/chronology/cote-divoire.php?page=all&print=true. Accessed June 28 2018.

"UN peacekeeping mission in Cote d'Ivoire completes mandate." YouTube video, 0:05-1:33. Posted by "United Nations," April 20 2017c. https://www.youtube.com/watch?v=1--3tIdE1_0E.

———. Security Council resolution S/RES/751 (24 April 1992a), available from http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/751(1992).

———. Security Council resolution S/RES/794 (3 December 1992b), available from http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/794(1992).

———. Security Council resolution S/RES/1725 (6 December 2006), available from http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1725(2006).

———. Security Council resolution S/RES/1744 (21 February 2007a), available from http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1744(2007).

———. Security Council resolution S/RES/1772 (20 August 2007b), available from http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1772(2007).

———. Security Council resolution S/RES/1846 (2 December 2008a), available from http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1846(2008).

———. Security Council resolution S/RES/1851 (16 December 2008b), available from http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1851(2008).

———. Security Council resolution S/RES/2415 (15 May 2018), available from http://undocs.org/S/RES/2415(2018).

———. "*Somalia – UNOSOM I Background*". Accessed Jun 29 2018. https://peacekeeping.un.org/mission/past/unosom1backgr2.html.

———. 1982. *"United Nations Convention on the Law of the Sea."* United Nations Convention on the Law of the Sea. Montego Bay.

United Kingdom. 2017a. "PM speech at the London Somalia Conference". https://www.gov.uk/government/speeches/pm-speech-at-the-london-somalia-conference

———. 2017b. "Conclusion of the London Somalia Conference". https://www.gov.uk/government/news/conclusion-of-the-london-somalia-conference

———. 2017c. "London Somalia Conference 2017: security pact". https://www.gov.uk/government/publications/london-somalia-conference-2017-security-pact

United States. US Mission to Somalia. 2018a. "Official Reports". https://so.usmission.gov/our-relationship/official-reports/

———. 2018b. "Country Reports on Terrorism: Africa". Accessed 25 Aug 2018. https://www.state.gov/j/ct/rls/crt/2016/272229.htm.

———. 2018c. "U.S. Security Cooperation with Kuwait." Accessed 27 Aug. 2018. https://www.state.gov/t/pm/rls/fs/2018/279538.htm

University of Texas Libraries. 2018. "Somalia Maps." Accessed August 28, 2018. https://lega-cy.lib.utexas.edu/maps/somalia.html

US Energy Information Administration. 2017. "Three Important Oil Trade Chokepoints Are Located Around The Arabian Peninsula". Accessed May 26. https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=32352.

Verhoeven, Harry. 2009. "The self-fulfilling prophecy of failed states: Somalia, state collapse and the Global War on Terror". *Journal of Eastern African Studies* 3 (3): 405-425.

Vines, Alex. 2013. "A Decade of African Peace and Security Architecture." *International Affairs* 89 (1): 89–109. https://doi.org/10.1111/1468-2346.12006.

Wang, Monica. 2018. "China's Strategy in Djibouti: Mixing Commercial and Military Interests". *Council on Foreign Relations.* Accessed Aug 25 2018. https://www.cfr.org/blog/chinas-strategy-djibouti-mixing-commercial-and-military-interests

Warner, Jason, and Caleb Weiss, 2017. "A Legitimate Challenger? Assessing the Rivalry between al-Shabaab and the Islamic State in Somalia". *CTC Sentinel* 10 (10): 27-32

Washington State University. 2016. "The History and Struggles of Somalian Refugees." Accessed 27 May 2018. https://history.libraries.wsu.edu/spring2016/2016/01/20/research-assignment-1-somalian-refugees/.

Williams, Paul D. 2011. "Horn of Africa: Webs of Conflict & Pathways to Peace". Washington: The Wilson Center.

———. 2016. "AMISOM under Review." *The RUSI Journal* 161 (1): 40–49. https://doi.org/10.1080/03071847.2016.1152120.

Xinhua. 2017. "China vows to support Somalia's peace, reconstruction". Accessed Jun. 27 2018. http://www.xinhuanet.com/english/2017-09/29/c_136649211.htm

———.. 2018. "Kuwait condemns deadly blasts in Somalia, Afghanistan." Accessed 28 June 2018. http://www.xinhuanet.com/english/2018-03/23/c_137060839.htm